

# ARQUIVOS DE FAMÍLIA, SÉCULOS XIII-XX: QUE PRESENTE, QUE FUTURO?

Maria de Lurdes Rosa, org.



*Arquivos de família, séculos. XII-XX: que presente, que futuro?*, reúne um conjunto variado de estudos sobre as abordagens histórica, arquivística e patrimonial dos arquivos familiares, elaborados por autores de diversas nacionalidades. O livro é organizado e apresentado por Maria de Lurdes Rosa, docente do Departamento de História da FCSH-UNL, membro do Instituto de Estudos Medievais, com investigação na área da História medieval e em arquivística.





ARQUIVOS DE FAMÍLIA,  
SÉCULOS XIII-XX:  
QUE PRESENTE, QUE FUTURO?



ARQUIVOS DE FAMÍLIA,  
SÉCULOS XIII-XX:  
QUE PRESENTE, QUE FUTURO?

MARIA DE LURDES ROSA  
*Organização*

IEM – Instituto de Estudos Medievais  
CHAM – Centro de História de Além-Mar  
Caminhos Romanos

Lisboa  
2012

O Instituto de Estudos Medievais e o Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa são financiados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia

Título	Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?
Organização	Maria de Lurdes Rosa
Prefácio	Silvestre Lacerda
Edição	IEM – Instituto de Estudos Medievais; CHAM – Centro de História de Além-Mar; Caminhos Romanos
Referência da imagem da capa	"Old photos and albums" © Sowaandrzej   Dreamstime
Coleção	Estudos 3
ISBN	978-989-97066-4-4
Conceção gráfica	Ana Pacheco
Depósito legal	343768/12
Impressão e acabamento	DPI Cromótipo

# Índice Geral

<b>Prefácio</b> .....	11
<i>Silvestre Lacerda</i>	
<b>Apresentação</b>	
<b>Arquivos de família: para um roteiro de temas e problemas</b> .....	15
<i>Maria de Lurdes Rosa</i>	
<i>PARTE I</i>	
<b>Repensar a relação História / Arquivística</b> .....	31
<b>Ghosts in the Family: Historians, Archivists, and the Documentary Past</b> .....	33
<i>Terry Cook</i>	
<b>Antes e para além do Arquivo Nacional: ruturas e continuidades</b> .....	45
<i>Fernanda Ribeiro</i>	
<i>PARTE II</i>	
<b>Os Arquivos de família pelos seus proprietários</b> .....	59
<b>O Arquivo Ficalho – a sua história e perspectivas de futuro</b> .....	61
<i>Matilde de Mello Gago da Silva, António Maria de Assis</i>	
<b>Arquivo do Palácio Bivar de Faro</b> .....	71
<i>António Manuel Reis de Bivar Weinholtz</i>	
<b>O Arquivo Rio Maior</b> .....	89
<i>António Rugeroni de Saldanha</i>	
<b>Arquivo da Quinta das Lágrimas: quando à história social se junta a local</b> .....	99
<i>Assunção Júdice, Leonor Calvão Borges</i>	
<b>O Arquivo dos Vasconcelos de Vila do Conde</b> .....	107
<i>Francisco de Vasconcelos</i>	
<b>O Arquivo da família portuense Rocha Pinto e o seu contributo para a história local e nacional</b> .....	115
<i>Orlando Victor Brito da Rocha Pinto</i>	

<b>O Arquivo Saldanha Albuquerque e Castro Ribafria e Lima e Mello Falcão Trigo</b> <b>no espaço e no tempo</b> .....	127
<i>Maria José Falcão Trigo da Cunha Villas Boas, Maria José Mexia Bigotte Chorão</i>	
<b>Histórias de um arquivo</b> .....	131
<i>Ricardo Charters d’Azevedo</i>	
<b>O Arquivo da Casa de Louriçal</b> .....	141
<i>Tiago Henriques</i>	

PARTE III

<b>Fazer História com Arquivos de Família</b> .....	153
<b>Uma família de mercadores na Guimarães medieval</b> .....	155
<i>Alice Borges Gago</i>	
<b>Subsídios para a história do Convento de São Francisco de Setúbal a partir do Arquivo da Família Gama Lobo Salema</b> .....	171
<i>Ana Cláudia Silveira</i>	
<b>Os morgadios dos Nogueiras: entre a estratégia de poder e a lógica documental</b> .....	185
<i>Mário Farelo</i>	
<b>The archive of the Lion’s family of Padua (from XIII to XIX century): an archive of a noble family in the North East of Italy</b> .....	205
<i>Ornella Tommasi</i>	
<b>El Archivo familiar de los Barroeta de Marquina: aportaciones para la reconstrucción del conflicto social en la baja Edad Media</b> .....	213
<i>Arsenio Dacosta, José Ramón Díaz de Durana, José Ángel Lema Pueyo, José Antonio Munita Loinaz</i>	
<b>O cartório da Casa Senhorial de Vila Real: fragmentos diplomáticos (séculos XIV-XVII)</b> .....	231
<i>Carlos Silva Moura</i>	
<b>Capela de Nossa Senhora da Ajuda e Morgadio dos Piornais em S. Martinho, Funchal, ilha da Madeira</b> .....	243
<i>Maria Favila Vieira da Cunha Paredes</i>	
<b>O Arquivo da Casa do Avelar (Braga) – da construção da memória familiar à (re)construção da história social</b> .....	265
<i>Ana Maria Costa Macedo</i>	
<b>O Arquivo da Casa de São Paio: história e memória de uma família aristocrática</b> .....	281
<i>João Bernardo Galvão-Telles</i>	
<b>O Arquivo da Família Almada Lencastre Basto (Casa de Souto de El-Rei e Casa da Feira) na Biblioteca Nacional: propostas de exploração no âmbito da elaboração de um catálogo</b> .....	307
<i>Pedro Pinto</i>	
<b>Storie di famiglie e memoria storica: l’Archivio Boncompagni Ludovisi</b> .....	343
<i>Luigi Alonzi</i>	

<b>O Arquivo dos Canto e Castro: documentos, informação e história de uma família açoriana dos séculos XVI a XIX</b> .....	365
<i>Rute Dias Gregório</i>	
<b>O Arquivo Histórico da Casa do Revogato: propostas de intervenção</b> .....	377
<i>Nuno Resende</i>	
<b>“Lonely Hearts in Macao”: a utilização de arquivos familiares norte-americanos para o estudo da história de Macau (século XIX)</b> .....	387
<i>Rogério Miguel Puga</i>	
<b>Arquivo Tavares Proença – Um Cacique político da Monarquia Constitucional</b> .....	401
<i>Nuno Pousinho</i>	
<b>The everyday life on the Royal Household</b> .....	409
<i>Pedro Urbano</i>	
<b>Le cas Léon Bourgeois Gestion de la mémoire d’un homme politique majeur de la fin du XIX<sup>ème</sup> et du début du XX<sup>ème</sup> siècles par l’intermédiaire des archives familiales</b> ....	419
<i>Alexandre Niess</i>	
<b>Arquivo Pessoal do Conselheiro Camelo Lampreia</b> .....	437
<i>Isabel Corrêa da Silva</i>	
<b>A heráldica e os arquivos de família: formas de conservação e gestão da memória</b> .....	449
<i>Miguel Metelo de Seixas</i>	

PARTE IV

<b>Fazer História dos Arquivos de Família</b> .....	463
<b>Els Milà de Sitges (Barcelona, Catalunya): un ejemplo de pequeño archivo familiar en el seno de una comunidad rural</b> .....	465
<i>Carme Muntaner i Alsina</i>	
<b>O Arquivo Costa no Arquivo Óbidos-Palma-Sabugal</b> .....	479
<i>Margarida Leme</i>	
<b>O Arquivo da Casa de Belmonte: o que tempo (ainda) não apagou</b> .....	491
<i>Maria João da Câmara Andrade e Sousa</i>	
<b>O Arquivo Gama Lobo Salema: perspectivas de estudo</b> .....	507
<i>Rita Luís Sampaio da Nóvoa</i>	
<b>O Arquivo Pombal no âmbito dos arquivos de família da Biblioteca Nacional de Portugal: modelo arquivístico para o conhecimento de uma grande Casa nobiliárquica</b> .....	523
<i>Lígia de Azevedo Martins, Ana Cristina de Santana Silva, Teresa Duarte Ferreira</i>	
<b>Public or private records? The family archives of the Venetian ruling elite in fifteenth-eighteenth centuries</b> .....	535
<i>Dorit Raines</i>	
<b>Identità civica e strategie conservative negli archivi del patriziato toscano (secoli XVII-XIX)</b> .....	549
<i>Elisabetta Insabato</i>	

<b>Os espelhos e os seus outros lados. Inventários e gestão da informação documental do Viscondado de Vila Nova de Cerveira/ Marquesado de Ponte de Lima e família Brito-Nogueira, séculos XV-XIX</b> .....	571
<i>Maria de Lurdes Rosa</i>	
<b>A criação das Gavetas na Casa de Mateus: um modelo iluminista de gestão da informação</b> ....	597
<i>Abel Rodrigues, Armando Malheiro da Silva</i>	
<b>Pasiones escritas: coleccionar archivos privados: dimensiones de estudio, uso y explotación</b> .....	651
<i>Diego Navarro Bonilla</i>	

PARTE V

<b>Salvaguarda Patrimonial e difusão</b> .....	661
<b>Los archivos nobiliarios en España: el Archivo de la Nobleza</b> .....	663
<i>Aránzazu Lafuente Urién</i>	
<b>Les archives privées en France: deux siècles d'expérience de l'administration des archives</b> ...	687
<i>Christine Nougaret</i>	
<b>La recente esperienza italiana del sistema SIUSA come strumento di valorizzazione e di promozione degli archivi privati</b> .....	697
<i>Antonella Bongarzone</i>	
<b>Archivo de la Familia Ponce de León (marquesado del Castillo del Valle de Sidueña)</b> .....	703
<i>Esther Eslava Ochoa</i>	
<b>De l'autre côté du miroir: les archives privées dans les archives hospitalières</b> .....	711
<i>Rafaël Hyacinthe</i>	
<b>O tratamento de um arquivo de família: o Arquivo João Martins Ferreira</b> .....	727
<i>Paula Cunha</i>	
<b>O Arquivo da Família Espírito Santo Silva observado na perspectiva das funções arquivísticas: organização, descrição e difusão</b> .....	733
<i>Ana Margarida da Costa Cruz</i>	
<b>O Arquivo da Casa do Terreiro de Leiria</b> .....	743
<i>Ana Margarida Portela, Francisco Queiroz</i>	
<b>O Arquivo Pessoal de Hintze Ribeiro</b> .....	751
<i>Odília Alves Gameiro</i>	
<b>Arquivos de família/pessoais em instituições públicas de Arquivo nos Açores: um ponto de situação</b> .....	761
<i>Ana Cristina Moscatel Pereira Viveiros</i>	
<b>A Metodologia de tratamento dos arquivos de família no Arquivo Municipal de Vila Real</b> ....	773
<i>Pedro de Abreu Peixoto</i>	
<b>Agradecimentos</b> .....	777
<b>Autores</b> .....	779

## Prefácio

### *O Soldado Prático*<sup>1</sup> e o «Marechal» Afonso. Os arquivos resultam da actividade humana...

Os arquivos resultam da actividade humana, sendo o Homem, enquanto actor social, o seu produtor por excelência. Assim, os arquivos reflectem os diversos estádios do desenvolvimento individual e colectivo, transformando-se em testemunhos, mas, a um tempo também, em prova e evidência dos papéis sociais desempenhados pelos indivíduos e pelas organizações.

Os arquivos constituem, juntamente com outros artefactos, parte integrante do que ficou perpetuado por sucessivos actores sociais<sup>2</sup>. Conhecemos alguns: o individual, o colectivo, o organizacional, o institucional, entre vários outros, certos de que desconhecemos, ainda, o seu vastíssimo território. Conhecemos os trilhos; não vislumbramos, contudo, a grande alameda e nem a tanto nos permitimos aspirar. Nesta perspectiva, os contextos podem revestir-se de especial significado e fornecer-nos uma das chaves para o acesso aos arquivos, enquanto espelhos reflectores de uma informação potencial e potenciadora, que a cada um competirá explorar de acordo com os seus objectivos, capacidades e olhares múltímodas.

---

<sup>1</sup> COUTO, Diogo do – *O Soldado Prático*. Coimbra: Angelus-Novus, 2009.

<sup>2</sup> BARBEDO, Francisco – *Estudo de requisitos organizacionais e técnicos de redes de arquivos usando uma abordagem de redes de actores sociais: aplicação ao sector do vinho do Porto*. Porto, FEUP, 2003. [Tese de mestrado em *Gestão da Informação*].

O algoritmo do tempo e a interrogação temporal estabelecem as coordenadas da designada (e sempre eterna) «ordem original». Ao «arquivar» estamos já implicitamente a intervir, a dar sentido, a agir socialmente sobre a informação. Sem entrar intempestivamente na «ordem do caos», será possível imaginar os arquivos como uma galáxia em permanente expansão, da qual só nos apercebemos das existências e desprezamos, por marginais, os mundos desconhecidos? Sabemos que eles estão - ou estiveram - lá, mas revelam-se inacessíveis...

Os arquivos possuem a sua História. Os métodos usados em Arqueologia, para além das camadas de espessura temporal variável que nos são reveladas, são também passíveis de nos permitir uma abordagem por níveis, na representação da realidade imaginada mas, mais do que isso, da realidade efectivamente percebida e susceptível de ser organizada.

Como claramente nos mostram os resultados deste livro e a publicação de trabalhos de revisão da literatura científica disponível<sup>3</sup>, a arquivística, ou a ciência dos arquivos, tem vindo a revelar-se um campo fecundo de investigação, despoletando inúmeras interrogações e inquietudes noutros campos científicos.

Para além das parcas considerações teóricas aqui referidas, não nos compete ora discorrer sobre esta temática, mas tão só referir o nosso envolvimento genuíno em acompanhar estas abordagens. A acção desenvolvida está centrada numa linha com base em duas palavras-chave: colaboração e cooperação. A articulação com actores diversificados (individuais, sejam estes indivíduos unos ou representantes de famílias, e/ou instituições/organizações, públicas ou privadas) e a proximidade aos centros de investigação têm potenciado o desenho de políticas de actuação mais consentâneas com os vários interesses em presença, nem sempre convergentes.

Encarar os arquivos, na sua ampla polissemia - conjunto organizado de informação; edifício específico para salvaguarda do património arquivístico e fotográfico; Tesouro Nacional, na sua vertente patrimonial - é um exercício que em Portugal conta, de facto, com vários séculos de experiência(s).

O «Arquivo Nacional» ultrapassa, em muito, o rótulo fixado na noção de estado-nação e, no caso português, tem a si associado, como significado *sui generis*, a designação «Torre do Tombo», na qual ficou patente e indelevelmente plasmada a centralidade do lugar-função atribuída ao arquivo nacional, na sua vertente político-geográfica.

---

<sup>3</sup> RIBEIRO, Fernanda - *O acesso à informação nos arquivos*. Lisboa, FCG; FCT, 2003; ROSA, Maria de Lurdes - Problemáticas históricas e arquivísticas actuais para o estudo dos arquivos de família portugueses (Época Medieval e Moderna). *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 9 (2009) 9-42.

No que aos arquivos individuais, de família, de organizações, de colectividades e demais entidades públicas e privadas diz respeito, a estratégia incrementada pela Direcção Geral de Arquivos baseia-se na procura de uma multiplicidade de soluções jurídicas de aproximação e cooperação com os detentores dos arquivos.

A salvaguarda, o acesso e a difusão do património arquivístico e fotográfico são tarefas de cumprimento imprescindível e que a todos os cidadãos deve responsabilizar, engrandecendo-os.

Iniciativas qualificadas, como o presente livro e o conjunto de eventos, publicações e investigações que, desde 2009, se têm realizado no âmbito do projecto sobre arquivos de família inserido no Instituto de Estudos Medievais e no Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, e do qual a Direcção Geral de Arquivos foi sempre colaboradora, são sede adequada para a correcta e eficaz prossecução dos propósitos enunciados.

*N'O Dia da Liberdade, em Portugal, no ano de 2012*

**Silvestre Lacerda**

(Director – Direcção-Geral de Arquivos e Arquivo Nacional da Torre do Tombo)



# Apresentação

## Arquivos de família: para um roteiro de temas e problemas

*Maria de Lurdes Rosa*

Porquê um livro sobre “arquivos de família”? Certamente, e de forma directa, pela importância dos mesmos como valor patrimonial e testemunho de memória. Mas também porque eles se revelam um objecto de análise particularmente rico para o conhecimento da sociedade actual e das já passadas, situado no cruzamento de áreas como o património comunitário, as buscas de identidade, as modificações nas relações entre saberes, a interrogação da interpretação histórica. Poderemos portanto, com propriedade, aproveitar a gratíssima ocasião de apresentar o vasto conjunto de contribuições sobre arquivos de família aqui reunidas, para proporcionar uma consideração do tema igualmente multifacetada que faça jus à riqueza de conteúdos e perspectivas assim alcançada. Procuraremos assim, nesta apresentação, criar um roteiro de temas e problemas levantados a partir dos estudos que de seguida se podem consultar, enquadrando-os nas três disciplinas que balizam este campo de trabalho e reflexão do cientista social e do amador de património em geral: os estudos sobre patrimonialização, a arquivística e a História.

O interesse renovado nos arquivos e na história de comunidades, família e pessoais, a que hoje em dia assistimos, prende-se sem dúvida com a rápida transformação do mundo ao nosso redor mas ainda, e talvez mais, com uma redefinição de identidades que tem a novidade de incorporar de algum modo as transformações, e de procurar um sujeito plural, não já só o filho de uma pátria-nação mas sim, antes, ou também, membro de uma família, de uma comunidade, de um local, de uma etnia, etc., possuindo histórias próprias no interior das grandes narrativas oficiais, e não raras vezes em conflito com estas. Por outro lado, as transformações no sistema de saberes sociais e humanos, nascidas em boa parte das contestações pós-modernas e da globalização, fizeram surgir novos objectos de estudo e redefiniram profundamente os anteriores, em geral sob a senda da crítica e da suspeição analítica para com as heranças dos séculos XIX e XX. À interrogação das grandes narrativas – nas quais ocupava lugar central, até organizador, a História de matriz oitocentista –, juntou-se a crítica à dominação ocidental em toda a sua profundidade (ou seja, muito para além

do político), o proliferar das vozes das minorias (de género, de identidade sexual, de povos, etc), a rejeição das estruturas de poder e de poder/saber que sustentavam estas múltiplas e imbrincadas dominações. A décadas de desconstrução, roçando com frequência aporias analíticas que exasperavam até os mais progressistas dos cientistas sociais, sucedem-se ultimamente propostas construtivas, sendo o balanço final a definição de parâmetros mais complexos, plurais e livres de leitura social. Nos campos que nos ocupam, citaremos como ganhos extremamente importantes a aceitação da multiplicidade dos agentes históricos, da pluralidade de leituras do passado e dos agentes produtores de discursos legítimos e científicos sobre ele, a assunção do carácter representacional do ofício de historiador (exista ou não o “real”), a exigência do uso de fontes fora e para além das produzidas pelo Estado e grupos dominantes de todo o tipo, uma interrogação mais profunda destas e do próprio conceito de fonte histórica, que passe a incluir a produção, a conservação, e as mediações.

Os “arquivos” situam-se no cruzamento de todas estas mutações, pois foram constituídos, ao longo das décadas de interrogação, como um local privilegiado de dominação social, pela via do exercício do poder sobre o presente, sim, mas sobretudo sobre o passado. Não foi por acaso que desde o início da formação dos estudos pós-coloniais assumiu papel central a crítica ao arquivo colonial, visto como poderoso motor de reunião de informação para uso governativo e, mais gravosa e essencialmente, como fator de exclusão perene de actores da História, porque excluídos do arquivo. Em reflexo, a valorização dos suportes de memória não estatais, não oficiais, em conjunto com todas as tentativas teóricas de encontrar a voz dos subalternos, dos marginalizados, dos passivos, trouxe para a ribalta os arquivos de comunidades e evidenciou o interesse destas em conservarem e valorizarem as suas memórias.

## 1. Os arquivos de família, um património a preservar e a difundir

Neste prisma, perspectivar os arquivos de comunidades como um bem a patrimonializar pode ter um alcance significativo. Os estudos sobre patrimonialização têm vindo a alargar os âmbitos do património e das funções sociais deste<sup>1</sup>. Concentram-se actualmente na valorização da defesa deste pela sociedade civil e pelas comunidades, tanto na Europa como, cada vez mais, fora desta (onde os arquivos de família têm

<sup>1</sup> JOSIAS, Anthea, “Toward an understanding of archives as a feature of collective memory”, *Archival Science*, vol. 11 (2011), pp. 95-112; SILVA, Sandra Siqueira da, “A patrimonialização da cultura como forma de desenvolvimento: considerações sobre as teorias do desenvolvimento e o património cultural”, *Aurora*, ano V número 7 – Janeiro de 2011, disponível em <http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/9silva106a113.pdf>; MEDEIROS, Enderson, “A patrimonialização e o arquivo enquanto património: um olhar antropológico”, in *Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação*, v. 25, n.1, pp. 35-45, Jan./Jun. 2011. É muito útil a consulta de *Network of Researchers on Heritages/ Réseau des chercheurs sur les patrimonialisations* (<http://respatrimoni.wordpress.com>).

uma realidade activa, sem descontinuidade por vezes, e se revelam fundamentais por exemplo, para uma análise alternativa e mais complexa das sociedades colonializadas, demasiado estudadas, mais uma vez, com os arquivos públicos, eles também colonizadores, a um ponto tão profundo quanto anódino e administrativo). Os arquivos são entendidos como parte integrante da memória colectiva de forma extremamente positiva – locais possíveis para o controle de uma construção ética daquela, capazes de contribuir para curar facturas sociais e pessoais profundas, como as resultantes de guerras ou de reconfigurações nacionais<sup>2</sup>. Para Richard Cox, um dos mais principais autores da nova arquivística, existe mesmo um “new archival calling” em torno do interesse por arquivos pessoais e de família e da valorização dos mesmos<sup>3</sup>; diferentes estudos abordam as potencialidades curativas da posse ou reconstituição de arquivos, a nível grupal e individual<sup>4</sup>. Os “arquivos de comunidades” têm impacto, são uma realidade cada vez mais presente, numa linha de continuidade entre passado, presente e futuro<sup>5</sup>.

Duas outras vertentes do trabalho em patrimonialização dos arquivos, em especial privados, que é aqui importante realçar, são, em primeiro lugar, a sua difusão cultural e, depois, o reforçar da protecção jurídica e da relação com as autoridades públicas. Ligadas de vários modos à questão anterior, elas contribuem para a construção de memórias e histórias mais plurais, e para a coesão comunitária. A tendência é a de possibilitar a abertura, a exposição e a gestão dos arquivos privados pelos proprietários, ou em colaboração com eles, ao invés de exercer uma política estritamente custodial. Os benefícios são mútuos, uma vez que também os proprietários ganham consciência da importância supra-monetária do objecto arquivístico, minimizando as práticas de venda pública ou privada<sup>6</sup>.

<sup>2</sup> Veja-se por exemplo o nº temático revista *Archival Science* de 2011 (vol. 11, nº 2), sobre “Archives and the Ethics of Memory Construction”; PUNZALAN, Ricardo – Archives of the new possession: Spanish colonial records and the American creation of a ‘national’ archives for the Philippines. *Archival Science*, vol. 6 (3-4), 2007, p. 381-392; o livro HAMILTON, Carolyn; HARRIS, Verne; REID, Graeme (eds.). *Refiguring the Archive*, London, Kluwer Academic Publishers, 2002, inserido no processo de construção de uma nação igualitária na África do Sul pós-apartheid; a conferência I-CHORA 4, (2008), cujas comunicações foram publicadas em “Minority reports: indigenous and community voices in archives”, *Archival Science*, vol. 9, 1-2 (2009); o site sobre os arquivos nacionais de Timor (<http://amrtimor.org/drt/index.php>). Sobre investigações quanto ao papel afectivo dos arquivos, GILLIAN, Anne – In and out of the archives. *Archival Science*, vol. 10, 2 (2010), p. 333-343, p. 340 ss.

<sup>3</sup> COX, Richard – *Personal archives and a new archival calling: readings, reflections and ruminations*, Dulluth, Litwin Book, 2008.

<sup>4</sup> ROSENBERG, V. – The power of family archive. in *Archival Science*, vol. 11, nº 1-2 (2011), pp. 77-93; ETHELTON, Judith – The Role of Archives in the Perception of Self. *Journal of the Society of Archivists*. volume 27, nº 2 (2006), pp. 227-246

<sup>5</sup> “The impact of community archives” é precisamente um dos temas incluídos num livro de síntese e apresentação da questão arquivística actual, *What are archives? Cultural and theoretical perspectives: a reader*. Ed. CRAVEN, Louise, Farnham/ Burlington: Ashgate, 2008

<sup>6</sup> Sobre questões de protecção jurídica e defesa patrimonial, cfr. síntese em ROSA, M<sup>a</sup> de Lurdes – Problemáticas históricas e arquivísticas actuais para o estudo dos arquivos de família portugueses (Épocas medieval e moderna). *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 9 (2009), pp. 9-42, existindo ainda variada bibliografia útil, como por exemplo AGUADO GONZALEZ Francisco Javier – Private Archives in Spain: Legislation and Dissemination. in *Atlanti*, vol. 17, N. 1-2, Trieste 2007, pp. 209-222.

Por fim, é importante realçar que a patrimonialização – neste caso dos arquivos – também tem uma história, mais longa do que se pensa comumente. O estabelecimento deste tipo de relação com os restos do passado não deixou de os modificar, de os construir. Eric Ketelaar tem trabalhado com particular persistência sobre a forma como a consciência patrimonial transformou os arquivos privados, sejam os de família, sejam os de comunidades urbanas<sup>7</sup>. No primeiro caso, a “perspectiva genealógica” que se implanta entre os séculos XIV e XVII, em locais específicos da Europa que o Autor analisa, transforma arquivos administrativo em “património cultural”<sup>8</sup>; prepara-se assim o triunfo do “paradigma do património” do século XIX, que surge menos como uma conquista da Revolução Francesa do que como um amadurecimento da relação de algumas comunidades com os seus arquivos<sup>9</sup>. É uma proposta, sem dúvida a testar noutros locais, em termos de cronologia e de lógicas explicativas, e há que ter em conta outras análises da “reorganização genealógica dos arquivos”, como as que tem conduzido Joseph Morsel – colocando o acento na dominação social que assim se alcança, e no efeito retrospectivo de “criação de real”, do qual os historiadores pouco se aperceberam<sup>10</sup>. No entanto, seja sob que forma(s) o processo tiver decorrido, o que interessa salientar é que estas abordagens demonstram que os arquivos de comunidades – e dos de família em especial – foram tudo menos depósitos estáticos de documentos, mais tarde destinados a dar entrada em arquivos históricos. Na sua existência de arquivos organizacionais serviram as organizações que os geravam, e foram por elas construídos; em vários momentos e por várias razões, partes ou mesmo todos estes arquivos foram sendo percebidos como locais de memória e património, tal acarretando novas construções. Alargar este estudo ao presente e incluir nele a voz dos proprietários, das comunidades produtoras em geral, é um exercício de antropologia com grandes potencialidades, em termos de conhecimento das estratégias conscientes e inconscientes de representação grupal e de construção das memórias<sup>11</sup>.

<sup>7</sup> Sobre estas últimas, KETELAAR, Eric – Records out and archives in: early modern cities as creators of records and as communities of archives. *Archival Science*, vol. 10, nº 3 (2010), pp. 201-210

<sup>8</sup> KETELAAR, Eric – The Genealogical Gaze: Family Identities and Family Archives in the Fourteenth to Seventeenth Centuries. *Libraries & the Cultural Record*, Vol. 44, nº. 1 (2009), pp. 9-28

<sup>9</sup> KETELAAR, Eric – Muniments and monuments: the dawn of archives as cultural patrimony. *Archival Science*, vol. 4, nº 7(2008), pp. 343-357

<sup>10</sup> MORSEL, Joseph – Le médiéviste, le lignage et l'effet de réel. La construction du Geschlecht par l'archive en Haute-Allemagne. *Révue de Synthèse*. 125 (2004), pp. 83-110; id. – La production circulaire d'un concept: le Geschlecht (lignage). Contribution à l'approche critique de la Begriffsgeschichte in Bernard LACROIX, Xavier LANDRIN (dir.), *L'histoire sociale des concepts. Signifier, classer, représenter (XVIIe-XXe siècle)*, Paris, PUF, no prelo (2012).

<sup>11</sup> *Beyond the archives. Research as a lived process*, ed. KIRSCH, Gesa e ROHAN, Lisa. Carbondale, Southern Illinois UP, 2008; GRACY, Karen – Documenting Communities of Practice: Making the Case for Archival Ethnography, *Archival Science*, vol. 4, nº 3-4 (2004), pp. 335-365. “Inquéritos de campo” para investigar o papel dos arquivos de família em estratégias de identificação e/ou distinção social são fundamentais neste tipo de abordagem. Veja-se por ex. BRETTELL, Caroline B., “Archives and Informants – Reflections on Juxtaposing the Methods of Anthropology and History”, *Historical Methods: A Journal of Quantitative and Interdisciplinary History*, vol. 25, no. 1, 1992, pp. 28-36.

É pois com grande satisfação que recolhemos neste livros dois conjuntos de artigos que testemunham, a um tempo, da importância de que se revestem os arquivos de família, para os seus proprietários, e do crescente empenho das autoridades públicas em acompanhar a protecção destes acervos.

Na Parte I do livro, “Os arquivos de família pelos seus proprietários”, nove representantes de famílias detentoras de arquivos valiosos e centenários, acederam, com a prestimosa colaboração, em alguns casos, de arquivistas e genealogistas, partilhar com os leitores a riqueza dos mesmos<sup>12</sup>. Entre os proprietários que apresentam aqui os seus arquivos, contam-se aliás alguns dos mais empenhados defensores e difusores deste património. Esta é uma primeira nota merecedora de apreço e gratidão. Para a investigação histórica, arquivística, artística, e de vários outros quadrantes, encontram-se nestes conjuntos documentais verdadeiras minas de informação, sem que se possa dizer ao certo o que mais valor tem – a quantidade ou a qualidade, aqui no sentido de especificidade informativa, de géneros e tipologias quase ausentes dos arquivos públicos. Num segundo momento, todos os textos revelam uma relação próxima, afectiva e informada sobre os acervos, que em alguns casos vem já das gerações anteriores aos autores aqui presentes, que cuidaram, transmitiram, por vezes organizaram cuidadosamente, os seus “papéis de família”. Há espaço para uma compreensão integrada destes acervos, acentuada no caso dos que permanecem nos seus locais de produção, onde se combinam com espaços, mobílias, retratos... Os proprietários que gentilmente acederam a colaborar neste livro não escondem, por fim, em vários casos referem-no explicitamente, a sua preocupação com o futuro dos acervos. No caso do “Arquivo Rio Maior” e do “Arquivo Saldanha Albuquerque e Castro Ribafria e Lima e Mello Falcão Trigo”, a solução passou por entregas, sob forma jurídica específica, à Torre do Tombo. Não será a única solução, e os restantes artigos equacionam alternativas, desde a permanência na família à disponibilização em espaços públicos de diversa índole, ou privados, mas abertos a pedidos de investigadores.

E é de facto de soluções várias, felizes e da maior importância que nos falam os artigos da última parte deste livro, “Salvaguarda Patrimonial e difusão”. Abrindo com as experiências espanhola e francesa, verdadeiramente exemplares em termos de equação dos problemas e apresentação de resultados, temos depois um conjunto de casos de diversa escala e nacionalidade. O uso do sistema informático SIUSA, em Itália, e o depósito de acervos em arquivos privados mas abertos à investigação, no caso espanhol e francês, são expoentes de soluções possíveis, tanto em termos de salvaguarda como de difusão cultural e científica. O mesmo se diria dos restantes exemplos, relativos a acervos portugueses: de um arquivo privado aberto à consulta dos investigadores, a arquivos municipais, distritais e regionais, passando por

<sup>12</sup> É justo dizer que se lhe juntam mais alguns, colocados noutros locais do livro, porque nele foram objecto de estudo por historiadores ou arquivistas. Estando devidamente referenciados nos próprios textos, estendemos aqui aos proprietários os nossos agradecimentos e as mesmíssimas palavras de apreço.

proprietários disponíveis para doar, e instituições bancárias disponíveis para praticar mecenato cultural, há todo um conjunto de possibilidade que nas últimas décadas se tem vindo a desenvolver e que urge agora não deixar desaparecer. É também possível verificar que várias gerações de arquivistas, formados nas últimas décadas, têm vindo a conferir cada vez maior importância a este tipo de acervos, e à sua difusão cultural, merecendo aqui justo destaque a reflexão de Pedro Abreu Peixoto, fruto da experiência de décadas de um dos primeiros arquivistas a chamar a atenção para a importância deste património, desde finais dos anos '80. Encontra aqui um feliz encerramento o livro, num capítulo que porém não está fechado e que, pelo contrário, apresenta sinais de vitalidade e futuro, oferecendo um contraponto à generosidade de muitos proprietários, expressa nas suas participações do início da obra.

## **2. Novos caminhos da Arquivística e da História: um enriquecimento da perspectiva**

Uma outra questão de grande actualidade está presente nesta temática. Os arquivos dizem respeito, por excelência, a um elemento essencial à vida humana e social, a informação. Essencial em todas as épocas, no mundo contemporâneo ela tornou-se, além disso, omnipresente e imparável no seu crescimento. Não foi por acaso que durante a segunda metade do século XX a informação se constituiu em objecto de estudo de múltiplas ciências, fazendo nascer mesmo uma constelação disciplinar a ela dedicada. Para a arquivística, a superabundância da informação, que além do mais adquiriu – e adquire todos os dias – formas até há pouco impensáveis, cada vez menos “materiais” – trouxe problemas extraordinariamente novos. A evolução interna da disciplina, que foi definindo balizas de actuação a partir sobretudo dos problemas técnicos que tinha que ir resolvendo para “arrumar” e disponibilizar os materiais, sem porém se libertar das tutelas que lhe criara o seu nascimento no contexto do Estado-nação (as da História e as da administração), sofreu uma enorme evolução em contextos que tornaram evidente que o papel do arquivista poderia ser – teria que ser – (e era) muito mais activo do que se acreditava. Romper com os constrangimentos técnico-institucionais passou pela redefinição de um objecto de ocupação e estudo, que se redefinira ele próprio, pela rapidíssima evolução das sociedades contemporâneas. A necessidade de gerir a informação em tempo real e para uma multiplicidade de fins, abriu à arquivística as portas de uma capacitação científica que é hoje em dia, na segunda década do século XXI, uma realidade incontornável. Apesar das indefinições próprias de um campo recente, a “Archival Science” – adoptando a designação de um dos seus grupos de produtores cientificamente mais coesos e fundamentados, reunidos em torno da revista do mesmo nome – esta capacitação científica é imparável, e de molde a trazer interrogações extremamente interessantes e fecundas.

Sendo impossível delinear aqui em pormenor a evolução deste campo disciplinar, rápida mas riquíssima, em termos de problemáticas, evocaremos alguns marcos imprescindíveis, formados a partir de contribuições vinda de diversos lados. A evolução do pensamento dos próprios profissionais, em função de questões práticas que levaram ao questionamento das próprias bases da disciplina, tem uma enorme importância. Nem sempre suficientemente reconhecido nos estudos sobre a história recente da área, quando devidos à pena de historiadores, ele antecede porém em algumas décadas a interrogação que sobre o arquivo e os arquivistas vieram trazer as ciências sociais, e que hoje poderemos, por comodidade, inserir no chamado “archival turn”. Entre as questões cruciais para o desempenho da profissão, e tornadas urgentes com a explosão documental de meados do século XX, destacaremos aqui a avaliação e a relação entre arquivista e utilizadores. Ao aceitar olhar a sério a avaliação, e de seguida começar a teorizá-la, torna-se evidente para o profissional da informação documental que ele pode ter e tem um papel muito diverso da passiva custódia de registos, levando à interrogação da natureza, contornos e limites desse poder; estava em causa a profissão mas também os seus princípios, que conferiam uma força ordenadora imanente aos registos, que o arquivista apenas tinha de conservar e disponibilizar. Não foi por acaso que surgiram na década de ’90, e em diversos países, muitos estudos sobre a história da profissão, num movimento de busca identitária, fase habitual no *empowerment* científico das áreas emergentes<sup>13</sup>. A estas revoluções veio dar uma notável força a desorganização nas relações e na hierarquia dos saberes introduzida pelo pensamento pós-moderno, como reconhecem os principais teóricos da área arquivística, que reformulam os pilares tradicionais do seu saber à luz das novas ideias, forçando-o a sair definitivamente da área técnica<sup>14</sup>. Entretanto, nas ciências sociais, e a partir da reflexão fundadora de Michel de Foucault, ainda nos anos ’60, foi-se constituindo um olhar sobre o arquivo, os saberes arquivísticos e a ligação entre arquivo e poder que, confluindo mais tarde em outros pensamentos críticos da modernidade, conferiu substância a novas construções. Um passo crucial na unificação dos dois campos reflexivos foi dado pela conferência, depois editada

<sup>13</sup> Destacando os principais, por áreas, citaríamos GENERELO, Juan José; MORENO LÓPEZ, Angelo (coord.) – *Historia de los archivos y de la archivística en España*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1998; LODOLINI, Elio, *Storia dell’Archivistica Italiana dal mondo antico alla metà del secolo XX*, Milano, Franco Angeli, 2010; FAVIER, Jean (dir.) – *La pratique archivistique française*. Paris: Archives Nationales, 1999; BÉCHU, Claire (coord.) – *Les Archives nationales: des lieux pour l’histoire de France: bicentenaire d’une installation: 1808-2008*. Paris: Somogy Éd. d’Art; Archives nationales, 2008; para Portugal, RIBEIRO, Fernanda – *O acesso à informação nos arquivos*. Lisboa, FCG; FCT, 2003, vol. 1.; id. – *Para o estudo do paradigma patrimonialista e custodial. A Inspeção das Bibliotecas e Arquivos e o contributo de António Ferrão (1887-1965)*, Porto: CETAC; Ed. Afrontamento, 2008.

<sup>14</sup> A bibliografia é já extensa, pelo que apontaríamos artigos de síntese e balanço, como sejam COOK, Terry – *What is Past is Prologue: A History of Archival Ideas Since 1898, and the Future Paradigm Shift*, *Archivaria*, 43 (1997), pp. 17-63; id. – “Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts”, *Archival Science*, vol. 1, nº1 (2001), pp. 3-24; RIDENER, J. – *From polders to postmodernism. A concise history of archival theory*, Duluth, Litwin Books, 2008; KETELAAR, Eric, “Tacit narratives: The meanings of archives”, *Archival Science*, vol. 1, nº 2 (2001), pp. 131-141.

em livro, de Jacques Derrida, *Mal d'archives*, que em meados dos anos '90 adquiriu enorme repercussão. Embora o termo “archival turn” tenha sido cunhado mais tarde, em 2002, por Ann Laura Stoler, ele recobre toda esta actividade intelectual que agora, cada vez mais, integra os arquivistas teóricos no campo das ciências sociais<sup>15</sup>.

A capacitação científica da arquivística é talvez ainda insuficientemente conhecida pelos historiadores – no que é também a reprodução de uma relação de poder académico<sup>16</sup>. Porém, é importante salientar que as disciplinas “mais antigas” passaram elas próprias, em simultâneo como processo de invenção e paradigma científico que descrevemos para a arquivística, por um caminho de reinvenção disciplinar que abalou profundamente as certezas ingénuas da sua primeira constituição e veio tornar o seu discurso muito mais complexo, se bem que despojado das antigas veleidades explicativas, afinal de contas demasiado comprometidas com o poder. Na renovação historiográfica que largos sectores da História têm vindo a abraçar, desde a década de '90 do século XX, após os profundos abalos devidos à crítica pós-moderna nas suas várias frentes, há lugar a uma confluência de esforços.

A História, neste caso, viu o seu próprio material de trabalho começar a questionar-se em si próprio e a recusar o estatuto passivo de matéria bruta a ser trabalhada pelo historiador. Por si só, tal teria forçosamente que alterar a relação, obrigando o historiador a partir não já das “fontes” mas sim das “nascentes”, e a ter que analisar todo o percurso destas, incluindo as transformações que ele próprio lhe iria conferir. Nas últimas duas décadas, grupos de historiadores particularmente atentos à questão da escrita e da documentalidade, empreenderam uma reflexão sobre um regresso às fontes que, embora rejeitando qualquer neo-positivismo simplista, incluiu questionamentos sobre o documento muito para além dos conteúdos, indo até aos contextos de registo, conservação e organização da informação. Incorporar nas problematizações historiográficas as sucessivas transformações da informação – incluindo a que desapareceu – é hoje em dia, de forma cada vez mais disseminada, um requisito fundamental de uma análise histórica complexa.

É aqui particularmente oportuno referir a historiografia do “*tournant documentaire*”, a nosso ver uma das expressões mais sólidas e promissoras do interesse

<sup>15</sup> Para a complexa evolução aqui tão esquematicamente apresentada, POUCHEDADASS, Jacques – A proposito della critica postcoloniale sul “discorso” dell'archivio». *Quaderni storici*, n. 3/2008 (2008), pp. 675-690; EICHHORN, Kate – “Archival genres: gathering texts and reading spaces”, *Invisible Culture. An electronic journal for visual culture*, vol. 12 (2008) (em linha: [http://www.rochester.edu/in\\_visible\\_culture/](http://www.rochester.edu/in_visible_culture/)).

<sup>16</sup> NESMITH, Tom – What's History Got to Do With It?: Reconsidering the Place of Historical Knowledge in Archival Work, *Archivaria*, 57 (2004), pp. 1-27; é curioso constatar que, do lado dos arquivistas, o balanço de Terry Cook em 2009 é ainda algo negativo – COOK, Terry – The Archive(s) is a Foreign Country: Historians, Archivists and the Changing Archival Landscape. *The Canadian Historical Review*, 90, 3 (Setembro 2009), pp. 497-534. A síntese apresentada neste livro reporta-se de novo ao problema, numa perspectiva mais optimista. Há no entanto uma procura crescente de trabalho comum, de que é exemplo, entre outras inciativas, o projecto *Investigating the archive*, que organizou o workshop 'Across the Divide: Interdisciplinary Dialogues on the Archive.' (2008, Dundee) <http://www.investigatingthearchive.org/across-the-divide/>

pela história cultural da escrita nascida nos anos '90, e que encontrou expressão em campos/ objectos de investigação como foram os do processo de imposição da prova escrita, a escritura pragmática, a história dos cartulários<sup>17</sup>. Evoluiu depois, em especial em França, para uma reflexão sobre o significado da escrita na Idade Média e sobre o estatuto e a natureza da “fontes históricas” que, gradualmente, tem prolongado estas interrogações ao arquivo, às práticas de conservação e de organização, aos usos sociais da documentação<sup>18</sup>.

Todas estas problemáticas, e diversas outras, são trazidas a este livro, na sua «Parte I – Repensar a relação História/ Arquivística», por duas das melhores mãos possíveis para tal: Terry Cook, arquivista-historiador, e Fernanda Ribeiro, historiadora-arquivista. Símbolos, eles próprios, nas suas carreiras, nas suas reflexões e nas suas vastas obras, do mútuo enriquecimento de perspectivas que vem trazer o relacionamento igualitário e cientificamente estruturado, entre os dois saberes que são a História e a Arquivística.

Sempre feliz nos seus títulos-metáforas, Terry Cook aborda, num livro sobre arquivos de família, “esqueletos num armário”... familiar. Em “Ghosts in the family: historians, archivists and the documentary past”, lembra-se uma história por vezes esquecida, que é a da criação de um relacionamento específico entre dois trabalhadores do Passado, com a elaboração de papéis profissionais social e cientificamente valorizados em hierarquia. A transformação radical que veio a afectar essa relação, a partir de meados do século XX, ganha tudo em ser incorporada por ambos os grupos como positiva e criadora de questionamentos mais complexos sobre o objecto de estudo e o património a gerir. A síntese de Fernanda Ribeiro sobre a evolução do panorama arquivístico em Portugal, considerando naturalmente a existência de todo um universo de arquivos organizacionais antes da criação do “arquivo nacional” – algo que, pese a estranheza, nem sempre é equacionado pelo investigador em História – e enquadrando este num contexto social e político determinante para a sua constituição – contribui, na linha dos trabalhos da autora, para uma visão mais complexa dos fundos documentais com que o historiador trabalha. O “arquivo nacional” é uma

<sup>17</sup> Sobre ela ver, em especial, CHASTANG, Pierre – Cartulaires, cartularisation et scripturalité médiévale: la structuration d'un nouveau champ de recherche. *Cahiers de civilisation médiévale* 49 (2006), pp. 21-32; id. – L'archéologie du texte médiéval. Autour de travaux récents sur l'écrit au Moyen-Âge. In *Annales HSS*, vol. 6, n° 2 (2008), pp. 245-269; id., “Introduction”. In *Tabularia «Études»*, 9 (2009), pp. 27-42; id., ANHEIM, Étienne – Les pratiques de l'écrit dans les sociétés médiévales (VIe-XIIIe siècles). *Médiévales*, 56 (Primavera 2009), consultado em linha.

<sup>18</sup> MORSEL, Joseph . Les sources sont elles «le pain de l'historien»? . *Hypothèses*, 2003/1, pp. 275-286; id. – Du texte aux archives: le problème de la source. *Bulletin du centre d'Études médiévales d'Auxerre*, n° hors-série 2 (2008); id. – En guise d'introduction: les chartriers entre «retour aux sources» et déconstruction des objets historiques. In *Défendre ses Droits, Construire sa Mémoire. Les Chartriers Seigneuriaux XIIIe – XXIe siècle. Actes du Colloque International de Thouars (8-10 Juin 2006)*, Paris, Société de l'Histoire de France, 2010, pp. 9-34; GATTINARA, Enrico C., ANHEIM, E. – Introduzione. In *Dimensioni e problemi della ricerca storica*, n° 2 (2007), pp. 7-28 (volume temático *Uso e abuso delle fonti*).

construção e não um depósito neutro, e este é um tópico que tem necessariamente de estar presente na base de qualquer construção heurística da investigação histórica.

Especialistas do tempo e das suas formas materiais de expressão, tanto um como o outro sabem, e não deixam de o referir com a ênfase que o assunto impõe, que a questão dos arquivos, hoje é dia, não é apenas cultural, mas “no âmbito da gestão da informação, essencial para o desenvolvimento” (F. Ribeiro). Para a História, e os profissionais da escrita desta, o desafio está assim muito para além do “uso dos materiais”. Um trabalho em parceria com os profissionais da informação, voto que fecha o texto de Terry Cook, é imprescindível para todos, para a História do passado, do presente e do futuro.

### 3. Caminhos de uma reconsideração analítica dos arquivos de família

Historicizar a informação e expor, analisando contextos e paradas, a sua construção social, é de facto imprescindível para uma correcta compreensão do fenómeno, que por demasiadas vezes é reduzido a uma atemporalidade tecnológica. A História da informação e dos arquivos tem adquirido um significativo desenvolvimento nas últimas décadas, no cruzamento das abordagens mais sociológicas com as oriundas dos “cultural studies”, da História cultural, de correntes de renovação da diplomática e do estudo formal do documento, sem esquecer por fim as análises dos arquivistas-historiadores que, nas últimas décadas, se têm debruçado sobre a evolução da sua profissão e dos saberes/ técnicas nela desenvolvidos.

Refiramos pois de seguida brevemente a emergência da história social do arquivo como área de investigação para abordarmos, a terminar, a história dos arquivos de família. Procuraremos definir o campo analítico constituído por tendências várias, algumas das quais com pouco contacto entre si, mas cuja consideração em conjunto permite enriquecer as perspectivas. O enquadramento dos arquivos de família nestes âmbitos problemáticos mais vastos é quanto a nós fundamental, ajudando a colocar questões mais complexas e a sair do âmbito mais estritamente monográfico.

Na verdade, o que reunimos sob a denominação de História social do arquivo, recolhendo uma denominação cunhada em 2005, no âmbito da seminário “Toward a cultural history of archives”, que teve lugar na Universidade de Harvard, tem evoluído rapidamente para um movimento mais amplo, interdisciplinar, que toma o arquivo como objecto de estudo, a partir de um conjunto de perspectivas alargadas e não mutuamente exclusivas. Abordagens de História cultural inserem-no na problemática da História da informação e das “knowledge cultures”<sup>19</sup>, os estudos

<sup>19</sup> HEAD, Randolph – Preface: historical research on archives and knowledge cultures: an interdisciplinary wave. In *Archival Science*, 10 (2010), pp. 191-194; id. – Making information in Early modern European archives. Comunicação apresentada no *126th Annual Meeting of the American Historical Association* (06.01.2012), dedicado ao tema “A History of Information” (sessão plenária – “How to Write a History of Information: A Session in

pós-coloniais e os estudos feministas estudam o seu papel na dominação dos muitos subalternos do mundo<sup>20</sup>, os antropólogos sugerem a necessidade de uma “etnografia do arquivo”<sup>21</sup>, sectores crescentes de arquivistas descobrem ou revisitam a história da sua profissão, seja de forma mais tradicional ou com filiação pós-moderna, mas em todo o caso constituindo-a como objecto de investigação<sup>22</sup>, historiadores de diferentes épocas interrogam os “arquivos como fonte”<sup>23</sup> e não já só “in a routine sources-and-methods sort of way”, como de modo feliz e um pouco irónico sintetiza Louise Craven<sup>24</sup>. Durante toda a primeira década do século XXI realizaram-se conferências e seminários em diversos pontos do globo, dando aos poucos corpo a um pensamento sobre o arquivo de notável importância: do Swayer Seminar, em 2001, ao livro publicado dez anos depois pelos seus promotores – *Processing the Past: contesting authority in History and Archives*<sup>25</sup>, teceu-se um campo de estudo grande riqueza problemática, no seio do qual não se pode já deixar de colocar qualquer investigação sobre arquivos<sup>26</sup>.

---

Honor of Peter Burke”). Agradeço ao autor a autorização para o citar aqui. Veja também, entre outros, CRAIG, Barbara – Rethinking Formal knowledge and its practices in the organization: The British Treasury’s registry between 1900 and 1950. *Archival Science*, vol. 2, nºs 1 – 2 (2002), pp. 111-136.

<sup>20</sup> POUCHPADASS, Jacques – A proposito della critica postcoloniale sul “discorso” dell’archivio». Uma obra fundamental é STOLER, Ann L. – *Along the Archival Grain. Epistemic Anxieties and Colonial Common Sense*. Princeton U. P., 2009; um útil estado da questão em Maseman, B. «Power, Possession and Post-Modernism: Contemporary Readings of the Colonial Archive». *Faculty of Information Quarterly* Vol 1, No 2 (2009), University of Toronto. Em linha em <https://fiq.ischool.utoronto.ca/index.php/fiq/article/view/24/68>. Uma leitura arquivística em BASTIAN, Jeannette – Reading Colonial Records Through an Archival Lens: The Provenance of Place, Space and Creation. *Archival Science*, vol. 6, nºs 3-4 (2006), pp. 267-284.

<sup>21</sup> DIRKS, Nicholas – Annals of the Archive: Ethnographic Notes on the Sources of History. In AXEL, Brian (ed.) – *From the Margins: Historical Anthropology and Its Futures*, Durham: Duke University Press, 2002, pp. 47-65. Da perspectiva de uma arquivista: KAPLAN, Elisabeth – «Many paths to partial truths»: Archives, anthropology, and the power of representation. *Archival Science*, vol. 2, nºs 3-4 (2002), pp. 209-220.

<sup>22</sup> Cfr. supra, nts. 14 e 15.

<sup>23</sup> Um exemplo interessante, pela sua inserção num ambiente académico típico de historiadores, de início fortemente centrado na exploração histórica de tipologias de fontes “para uso” de investigações temáticas, e que se volta para o próprio repositório das mesmas, são as sessões sobre “L’archivio come fonte” do seminário *Fonti per la storia della civiltà tardo medievale*, da *Fondazione Centro Studi sulla Civiltà del Tardo Medioevo*, em Itália (cf <http://www.comune.san-miniato.pi.it/index.php/cultura-e-musei/94-pubblicazioni-convegni-svolti-seminari-svolti>)

<sup>24</sup> *What are archives. Cultural and theoretical perspectives: a reader*, p. 13.

<sup>25</sup> *Processing the Past: Contesting Authority in History and Archives*, Francis X. Blouin Jr. and William G. Rosenberg. Oxford, Nova Iorque: Oxford UP, 2011.

<sup>26</sup> O primeiro deu lugar à publicação de *Archives, Documentation and Institutions of Social Memory. Essays from the Sawyer Seminar*, ed. BLOUIN, Francis X. Jr.; ROSENBERG, William G., EUA, Michigan University Press, 2007; em 2003 iniciam-se as conferências I-CHORA (International conferences on the history of records and archives), bienais, que em 2012 alcançam a sua 6ª edição (estando publicadas as actas das quatro primeiras, respectivamente em *Archivaria* vol. 60, *Archival Science* vol. 6, 3-4; *Libraries & Culture*, vol. 44, 1 (2009); *Archival Science*, vol. 9, 1-2); entre 2005 e 2009 realizou-se na U. de Bielefeld, Alemanha, um seminário de investigação sobre “Archives, Power, and Knowledge. Organising, Controlling, and Destroying Stored Knowledge from Antiquity to the Present” (vários resultados em <http://www.uni-bielefeld.de/%28en%29/geschichte/forschung/gk1049/>); em 2006, a conferência Towards a cultural history of archives, em Harvard (publ. *Archival Science*, vol. 7, nº 4); 2008, o projecto “Investigating the archive”, patrocinado pela Royal Society of Edinburgh (<http://www.investigatingthearchive.org/>); evento publ. *Archival Science*, vol. 9, nº 3-4); 2009 – seminário “Knowledge cultures”, realizado na William Andrews Clark Memorial Library – publ. *Archival Science* vol. 10, nº 3). Outros marcos significativos serão a realização dos colóquios *Archives et nations dans l’Europe du XIXe. siècle*, org. pela École des Chartes em

No que diz respeito, especificamente, à investigação em história e arquivística dos arquivos de família, podemos considerar que ela conhece um significativo florescimento desde a década de '80 do século XX, tendo na seguinte adquirido visibilidade acrescida pela realização de um conjunto de encontros internacionais com grande participação e publicação posterior de actas. Hoje, trinta anos decorridos, é um campo de investigação e de patrimonialização seguro e dinâmico em diversos países da Europa, avultando serviços públicos e iniciativas privadas para a conservação dos arquivos, realizando-se correntemente pesquisas sobre a história dos mesmos, prosseguindo-se os debates sobre as diversas formas de organização. É de salientar, por fim, que a difusão cultural destes arquivos está também na ordem do dia<sup>27</sup>.

De grande interesse para o enriquecimento do estudo sobre os arquivos de família, é a afirmação, entretanto, de dois campos de investigação com fortes afinidades com aqueles – os escritos de gestão e práticas de escrita/ chancelarias / arquivos de estruturas políticas detendo em geral forte base parental, como os principados, senhorios titulados e outras formações nobiliárquicas<sup>28</sup>. Há nítido aumento de interesse pelos arquivos, a par dos locais de análise mais clássicos que eram as chancelarias e scriptoria, e pelos inventários e outros metadados<sup>29</sup>, para além dos cartulários que são também cada vez mais olhados na perspectiva da sua relação com o arquivo<sup>30</sup>. Em Itália a tradição de estudos sobre arquivos de família produziu vários trabalhos recentes, entre os quais destacaríamos contributos como os estudos dedicados aos arquivos de família na linha de abordagem da “estrutura e práticas documentárias” característica da historiografia medievalista italiana<sup>31</sup>.

---

2001 (actas publ. em 2004, o mesmo ano em que sai o nº temático da *Révue de Synthèse* intitulado “Fabrique des archives, fabrique de l’histoire”) e, no ano seguinte, *Archivi e nazioni nell’Europa del XIX secolo*, org. Archiv di Stato de Firenze (actas em 2006); ou o projecto “Archive 19” (U. Paris-Diderot: <http://archive19.hypotheses.org/>).

<sup>27</sup> Remetemos aqui para o balanço da produção científica sobre a temática realizado em 2009 (cfr. nt. 6), e daremos atenção particular de seguida, apenas, e para terminar, a alguns aspectos mais recentes ou então menos tratados.

<sup>28</sup> Maio de 2008, colóquio «Décrire, inventorier, enregistrer entre Seine et Rhin au Moyen Âge. Formes, fonctions et usages des écrits de gestion», org. Departament Histoire FUNDP de Namur; Dezº 2009, encontro «Chancelleries princières et scriptoria dans çes anciens Pays-Bas Xe.-XVe. siècles», Bruxelas, Comission Royale d’Histoire de Belgique (ed. *Bulletin de la Commission royale d’histoire*, t. 176/2, 2010); Junho de 2010, Estrasburgo, jornada «Chancelleries, scriptoria, lieux d’écriture: journée d’étude sur la production des actes de la pratique au XIIIe siècle»; refira-se por fim a actividade do GDR «Pratiques médiévales de l’écrit», Univ. Namur, que mantém um conjunto de investigações nesta área (<http://www.fundp.ac.be/lettres/pratiques-medievales/>).

<sup>29</sup> Em 2006, o «Colloque International Huit siècles d’histoire autour des La Trémoille et du chartrier de Thouars» (ed. *Défendre ses Droits, Construire sa Mémoire*); Setembro de 2010, U. d’Artois – «Les chartriers princiers au temps des derniers Capétiens (vers 1250-vers 1330)»; Dezembro de 2010, Bruxelas – «Le premier essor des archives princières dans les anciens Pays-Bas (XIIe-XIVe s.). État des lieux et perspectives de recherche» (com um questionário muito completo e aplicável a outros locais).

<sup>30</sup> Sobre os cartulários, para além da bibliografia que se pode recolher nos artigos cits nt. 17, cfr. a edição recente de *La escritura de la memoria: los cartulários*. Ed. RODRÍGUEZ DÍAZ, Elena, CLARET GARCÍA MARTÍNEZ, Antonio. Huelva: Servicio de publicaciones de la Universidad de Huelva, 2011, e as informações de <http://cartulariosmedievales.blogspot.com/> e de <http://www.codicesdiplomaticos.com/>

<sup>31</sup> CAMMAROSANO, Paolo – *Strutture documentarie e strutture familiari in Italia dal X al XIII secolo*. In *Le médiéviste et la monographie familiale: sources, méthodes et problématiques*. Ed. AURELL, M., Turnhout: Brepols, 2004; pp. 81-85; e os artigos dedicados ao tema no nº temático de *Reti medieval* (nº 9, 2008): LEVEROTTI,

Também do ponto de vista da arquivística, os arquivos de família têm estado no centro das atenções. Os princípios que devem presidir à sua organização têm sido objecto de debates acesos e interessantes, nas últimas décadas<sup>32</sup>. Interessa aqui sobretudo salientar que podemos e devemos colocar o tema, hoje em dia, muito para além da “técnica arquivística” ou do problema da disponibilização dos acervos aos estudiosos. Na verdade, o alcance de direito de cidadania para o vasto conjunto de arquivos em que podemos inserir os “de família” insere-se na mutação do próprio conceito de arquivo que acima brevemente caracterizámos. Nesta mutação, o universo arquivístico não se compõe apenas dos arquivos da administração pública ou, quanto muito, de instituições fortemente estruturadas, como as Igrejas, companhias, etc., antes deve incluir os “arquivos de comunidades”, avultando aqui os que foram durante séculos excluídos da História – minorias de género e étnicas, nomeadamente. A questão surgiu ainda da já referida reflexão prática sobre a natureza e conteúdos dos “arquivos nacionais” das nações nascidas da descolonização e da perda de supremacia dos países europeus, a que, como um conjunto de outras questões nesse âmbito, encontrou bases teóricas nos “estudos pós-coloniais”, com também acima acenámos<sup>33</sup>. Em termos teóricos, também a influência do pensamento pós-moderno, com a sua desconfiança em relação às formas de pensar e de organizar o mundo nascidas na modernidade – desde logo a onipotência estatal – e com a insistência nos valores da pluralidade, dos discursos alternativos, da desconstrução dos valores vigentes, veio ajudar os arquivistas a repensarem o “output” por excelência da “administração moderna” e o seu próprio papel, ou melhor, aquele que lhes era conferido pela formação tradicional, de neutros receptores e transmissores da informação nacional<sup>34</sup>.

Estes enquadramentos possibilitaram que os arquivos de comunidades fossem pensados a partir da concessão de uma natureza própria, e não simplesmente excluídos pela negativa, ou seja, porque não são arquivos administrativos típicos de configurações estatais ou para-estatais de tipo ocidental. Dito de outro modo, foi-lhes conferida racionalidade, excluindo-se portanto quer a ideia de que eram “impossíveis de organizar”, quer a prática de lhes aplicar os modelos de organização oriundos de organizações racionais (= estatais)<sup>35</sup>. Abriu-se assim a possibilidade de organizar estes arquivos a partir

---

Franca – L'archivio dei Visconti signori di Milano; GAMBERINI, Andrea – La memoria dei gentiluomini. I cartulari di lignaggio alla fine del medioevo; COVINI, Nadia – Scrivere al principe. Il carteggio interno sforzesco e la storia documentaria delle istituzioni (em linha – <http://www.retimedievali.it>).

<sup>32</sup> ROSA, M<sup>a</sup> de Lurdes – Problemáticas históricas e arquivísticas actuais.

<sup>33</sup> Cfr. supra, pp. 21- 22, 25.

<sup>34</sup> COOK, Terry – Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts. *Archival Science*, vol. 1, nº1 (2001), pp. 3-24; id. e SCHWARTZ, Joan M. – Archives, Records, and Power: From (Postmodern) Theory to (Archival) Performance. *Archival Science*. Vol. 2 (2002), pp. 171-185.

<sup>35</sup> COOK, Terry – Arquivos Pessoais e Arquivos Institucionais: Para um Entendimento Arquivístico Comum da Formação da Memória em um Mundo Pós-Moderno. In *Revista Estudos Históricos*, vol. 11, nº 21 (1998), pp. 129-149. Em Portugal a reflexão de Armando Malheiro da Silva a este respeito foi fundadora de um novo olhar sobre estes arquivos: SILVA, Armando Malheiro da – Arquivos de família e pessoais. Bases teórico-metodológicas para uma abordagem científica. *Arquivos de família e pessoais. Seminário*. Vila Real: BAD, 1997,

de uma investigação sobre a natureza das comunidades, o que foi um passo de gigante em relação à imposição de quadros de classificação exógenos e anacrónicos.

Numa brevíssima reflexão sobre aplicações concretas destes enquadramentos à organização dos arquivos de família, parece-nos possível dizer que nos encontramos perante um caminho promissor. Será difícil continuar a defender a aplicação de quadros de classificação demasiado genéricos, decalcados da administração pública, de matriz funcional. Por outro lado, é também pertinente interrogar a elaboração dos planos de classificação “históricos”, porventura demasiado monográficos e empiricistas, baseados na reconstrução dos sistemas de organização originais ou em visões exclusivamente historicistas da organização família. Se é de facto uma opção muito preferível à anterior, não parte de uma reflexão sobre a natureza do organismo produtor e não confere às partes deste uma existência organizacional clara. De resto, o que tem prevalecido é uma “via mixta”, justificada pela impossibilidade de se praticarem investigações aprofundadas em serviços públicos de arquivo, e que conjuga áreas temático-funcionais com organizações reproduzindo a forma de classificação coeva dos documentos<sup>36</sup>.

No sentido de um enriquecimento de perspectiva, surge-nos como particularmente merecedora de atenção e de debate a proposta desenvolvida por Armando Malheiro e Abel Rodrigues, já aplicada em diferentes arquivos portugueses<sup>37</sup>. Nela foi feito um esforço de pensar a família como uma entidade própria, em termos orgânicos e estruturais, e em construir a partir daí a forma de organizar o arquivo, de resto percebido a partir do conceito de “sistema de informação” e adquirindo como tal uma muito maior espessura informacional e organizacional<sup>38</sup>.

Uma crítica possível – e pertinente – a esta proposta, a de ser mais um avatar da demanda do Graal dos arquivistas, ou seja, o respeito pela ordem original – isto sob a perspectiva do questionamento que tem sido feito do conceito no âmbito da arquivística pós-moderna<sup>39</sup>, leva-nos a interessantes questões. Poderíamos descortinar, com efeito, no âmago desta proposta, uma busca pela matriz orgânica que seria de algum modo fixista, estática, inconscientemente contagiada pelo fascínio do “organigrama”

pp. 51-106, e id. – Arquivos familiares e pessoais. Bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interativo. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e técnicas do património*, I série vol. III (2004), 55-84.

<sup>36</sup> ROSA, M<sup>a</sup> de Lurdes – Problemáticas históricas e arquivísticas actuais, pp. 33-34.

<sup>37</sup> *Casa de Mateus. Catálogo do Arquivo*, Vila Real: Fundação da Casa de Mateus, 2005. Veja-se o sítio – <http://www.casademateus.com/home.htm>; RODRIGUES, Abel – Sistema de informação familiar Araújo de Azevedo. Estudo orgânico-funcional aplicado ao Cartório da casa de Sá. *Actas do I Congresso Internacional da Casa Nobre*. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2007, pp. 85-133; id. – Os Arquivos Pessoais e Familiares do Arquivo Distrital de Braga/ Universidade do Minho. Abordagem sistémica. In *Casa Nobre. Um património para o futuro. Actas do 2º Congresso Internacional*. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2011, pp. 223-273. Veja-se ainda a contribuição de Armando Malheiro e Abel Rodrigues neste volume. Veja-se ainda a contribuição de Armando Malheiro e Abel Rodrigues neste volume.

<sup>38</sup> SILVA, Armando Malheiro da – Arquivos familiares e pessoais, pp. 68 ss.

<sup>39</sup> COOK, Terry – Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts; HORSMAN, Peter – The Last Dance of the Phoenix, or The De-discovery of the Archival Fonds. *Archivaria* 54 (Fall 2002), 1-23; MILLAR, Laura – The Death of the Fonds and the Resurrection of Provenance: Archival Context in Space and Time. *Archivaria*, 53 (2002), pp. 1-15.

claro e estável das organizações “fortes” e “racionais”. Por outro lado, e aqui a crítica vai mais fundo, poder-se-ia cair numa “ilusão de real” a partir de um metadado, de uma construção, que é a genealogia, sobrepondo-a à vida real, ao facto conhecido de que provavelmente nunca houve “ordens originais” *strictu sensu*, ou, talvez mais propriamente falando, que o que existiu foram “desordens originais”: desde a própria produção da informação por um organismo, este constrói socialmente a conservação da mesma, as mais das vezes fazendo-o de maneira diversa em relação ao nascimento dela. Em termos concretos, a produção de documentos de família era feita pelos membros da mesma em função dos seus lugares num conjunto articulado que lhes conferia sentido e autoridade; mas era organizada e conservada em função dos objectivos que lhe eram atribuídos, em geral administrativos, essencialmente pragmáticos. A “ordem original” não seria portanto “natural”, isto é, produzida pela posição dos membros da família no conjunto, mas sim, logo nas primeiras práticas de conservação feitas por eles, um “discurso de arquivo”, neste caso orientado em geral pelos princípios da territorialidade e da jurisdição, sobre os quais se alicerçava o poder familiar cuja reprodução os documentos garantiam. A atenção deveria assim ser dada não aos órgãos produtores mas sim às formas de organização e conservação, alcançáveis através de indícios mais ou menos elaborados, desde as cotas, aos inventários, índices, etc.

Este pode ser, na verdade, um falso problema, e as recentes contribuições dos “cultural studies” e da arquivística pós-moderna, a que temos aludido, ajudam à sua ultrapassagem. O estudo do organismo produtor permite alcançar a natureza e a autoridade da informação; o estudo da forma como ele conserva os documentos, permite verifica como se usa essa mesma informação, como se constrói e se é construído por ela. A organização a partir do produtor permite além disso partir do universo informacional total, e não do que resta; incorporar o conhecimento do que foi conservado realmente, permite perceber que qualquer conservação não é “natural” nem “total”, mas sim social e selectiva. A combinação dos dois processos tem sido de resto usada em casos como o Arquivo da Casa de Mateus, em que se reconstruiu o sistema de informação familiar a partir do corpo “família”, usando as gerações como “secção”, mas se manteve a forma de organização detectada para um núcleo central de documentação, as “gavetas”, partindo do princípio que a própria existência destas fazia parte do funcionamento do sistema, reforçando o poder da família produtora<sup>40</sup>.

Que o cruzamento de áreas e qualquer uma delas, é um campo de investigação rico e promissor, comprovam-no à saciedade as duas partes mais longas deste livro: “Fazer História com Arquivos de Família” e “Fazer História dos Arquivos de Família”. A grande quantidade e variedade dos artigos tornam impossível uma abordagem diferenciada, mas possibilitam a identificação de algumas tendências. Desde logo,

---

<sup>40</sup> SILVA, Armando Malheiro da – A Casa de Mateus e a memória: o acesso sistémico a séculos de documentos na era da informação. in *Casa de Mateus. Catálogo do arquivo*, pp. 13-31.

uma frequência crescente na utilização, exploração e estudo deste tipo de arquivos: de família, e nem sempre depositados nos arquivos nacionais ou sequer no sistema público. Tal é susceptível, no médio prazo, de um enriquecimento de perspectivas na construção e explicações históricas, trazendo novos protagonistas e questionando uma história demasiado feita a partir dos documentos das instituições estatais, para-estatais ou mais fortemente estruturadas, como foi o caso da Igreja. Por outro lado, a permanência – nalguns casos: sobrevivência – de muitos arquivos de família, apesar da desestruturação do sistema social de Antigo Regime, cujos nomes povoam os títulos dos artigos, demonstram a força do corpo familiar, a sua capacidade organizacional. Este é um dado que os cientistas sociais e, em especial, os historiadores, têm comprovado de diversos ângulos, mas em geral “a partir dos documentos” – aqui se comprovando, também, com os próprios arquivos enquanto local de argumentação. Uma terceira tendência que nos parece importante salientar é a possibilidade e a vantagem da abordagem em longa duração. Demonstram os estudos reunidos que muitos arquivos de família encontram um prolongamento em “acervos pessoais”, tal como nestes raras vezes está ausente a dimensão familiar e os próprios papéis produzidos. Além disso, a perspectiva longa permite apreender o dinamismo destes sistemas de informação, bem como a sua reacção e adaptação aos contextos. Destacam-se aqui os cem anos que se estendem, grosso modo, entre meados no século XVIII e meados da centúria seguinte, que assistem a grandes reorganizações – em função dos princípios do “bom uso” administrativo e económico –, a mobilizações – para responder às fiscalizações do Estado iluminista, primeiro, e depois liberal – e, por fim a dispersões. Os arquivos da família acompanham de facto as mudanças estruturais do final da sociedade de Antigo Regime, com a qual tinham uma relação orgânica. Terminaríamos com uma linha transversal, especialmente clara na leitura dos trabalhos da Parte “Fazer História dos arquivos de família”. Estes conjuntos documentais são realidades complexas, que importa estudar como tal. A informação que neles se encontra imbrica na estrutura que a criou, usou, conservou. À volta da “família” há os membros desta, os que a ela se aliam, os cargos/ funções que alguns, quase sempre o chefe, desempenham, as propriedades que gerem, os outros sistemas sócio-políticos e administrativos que com ela se relacionam, a forma, por fim, como ela cria e recria a informação que produz e que recebe. Fazer História com os arquivos de família passa, antes de mais, por fazer a História dos Arquivos de Família.

PARTE I  
*Repensar a relação  
História / Arquivística*



# Ghosts in the Family: Historians, Archivists, and the Documentary Past<sup>1</sup>

*Terry Cook*

The conference *Colóquio Internacional Arquivos de Família, séculos XIII-XIX*, was held in Lisbon in October 2010 to explore the archive of the family. It brought together historians and archivists, among others, to examine what the surviving archive tells us about families, and what we can learn about the past from how families created their own archives, and why, and why they have preserved these for centuries. The great families in late medieval and early modern times exerted enormous power in their local communities, and often beyond. These families had a great impact on the history of many European countries. I was asked to speak to the conference on a more general theme: the relationship of historians and archivists. In keeping with the theme of the conference, perhaps to our advantage we can see archivists and historians as two members – brothers and sisters – in a large family that cares about the past, about history, about our documentary heritage. And as in many of the great families studied at the conference, there are ghosts. There are

---

<sup>1</sup> This paper was first presented on 29 October 2010 as the opening keynote address at the *Colóquio Internacional Arquivos de Família, séculos XIII-XIX: que presente, que futuro?* that was held at The National Archives of Portugal (Torre Tombo), in Lisbon, and it retains the general tone of that presentation. I was honoured to be invited by Professor Maria de Lurdes Rosa to present a summary and reworking of my previous work, and I thank her sincerely, and her colleagues at Nova University (Lisbon), for many kind arrangements made during my visit. This paper was originally published, in a much longer and more extensively footnoted version, as COOK, Terry – The Archive(s) is a Foreign Country: Historians, Archivists, and the Changing Archival Landscape. *Canadian Historical Review* 90.3 (September 2009): 497-534; and reprinted in *American Archivist* 74.2 (Fall/Winter 2011): 600-632. An abbreviated version was published in Spanish as COOK, Terry – Panoramas del pasado: archiveros, historiadores y combates por la memoria. *Tabula* 13 (2010): 153-66.

secrets. There are misunderstandings. And there is enormous power wielded, often power unrecognized and thus unaccountable. This essay accordingly explores the spaces where archivists and historians struggle to understand the past, and how they see archival records differently, and how they may work together to build a better archive(s) of our shared past.

The “archive” (note the singular use of the word), in almost all recent postmodern discussion in many academic disciplines, including by historians, is largely perceived as discourse or metaphor, as symbol or manifestation of power, as site or focus of human inscription and intentionality through documents, and thus as evidence of disputed memories and contested identities. Almost no attention is paid by these scholars, however, to the real people (archivists) working in real institutions (archives – note the plural use of the word), and the fact that archivists vary across time and location, have their own disciplinary and professional sets of assumptions, beliefs, theories, strategies, methodologies, and procedures, all of which continually shape and re-shape the nature of the archival record and the archives’ overall collections. The “archive” (singular) of society is not simply found in “archives” (plural). That archive is very significantly shaped and changed by archivists. Despite the recent external theorizing about the archive, from academics outside the archives, what is still missing is the voice of the archivist on the *inside*. That archivist is, after all, the principal actor in defining, choosing, constructing the archive that remains, and then representing and re-presenting that surviving archival trace to researchers for them to study and write their histories.

The story from *inside* the archives is itself historical. That history reveals a gradual transformation of the archivist over the past century from passive keeper guarding the documents of the past to active mediator self-consciously shaping society’s collective memory for purposes well beyond traditional historical research: protecting citizen and human rights, addressing state abuses and promoting justice, documenting environmental changes, allowing for effective administration based on continuity and precedent, underpinning accountability and thus democracy, opening doors in science, medicine, engineering, and architecture, stimulating the performing and creative arts, restoring aboriginal entitlements, and so much more.

The great source, historically, of misunderstanding within the history-archives family centres around the concept of “objectivity,” and several key stereotypes associated with that term. These objectivity myths see the archives are natural, as organic residues of human activity, the archivists as passive, neutral, and custodial, the archival documents as a result of being curated by such archivists thus trustworthy as authentic and reliable evidence, as mirrors of their creator’s thoughts and deeds. In short, archivists are perceived as the caretakers of an uncontested and non-problematic documentary terrain, once a record crosses the archival threshold.

It is the story of records *before* they reach archives that has drawn the keen attention of historians and other scholars in recent years.

The notion of archives as objective windows on the past originated with professional historians of the nineteenth century then undertaking what they saw as a new scientific approach to history. The new professional history, tied to the university graduate seminar and best represented by Leopold von Ranke in Germany, tried to re-create life in the past “as it really was,” by employing a self-consciously objective methodology of examining exhaustively all relevant archival sources. As one recent scholar of the new professional history notes, “Historical facts are seen as prior to and independent of interpretation: the value of an interpretation is judged by how well it accounts for the facts; if contradicted by the facts, it must be abandoned. ...Whatever patterns exist in history are ‘found,’ not ‘made.’”<sup>2</sup> Archives were not mediated filters, but clear, unsoiled windows to see the past as it really was.

The father of modern, scientific, “objective” history, Leopold von Ranke, made this connotation very explicit: he described an archival collection he was using to find these facts as “absolutely a virgin. I long for the moment I have access to her... whether she is pretty or not.” A nineteenth-century French historian, approaching archives to do research, spoke of being determined “to force open the doors and thrust past the keepers of the harem.” A team of French historians wrote, on finding untouched archival documents, that “every discovery induces rapture.”<sup>3</sup> The need by historians, for methodological, epistemological, and gender reasons, to have a non-problematic, pure, virginal archive, ready for the historian to discover and exploit its facts, almost by definition required the archivist to be an invisible caretaker, a docile handmaiden, the harem-keeper of the documentary virgins. Of course, the new professional historians did not take archival texts at face value: diplomatics, palaeography, and source criticism were used to test the veracity of the authorship, dating, and content of individual documents, but with no apparent concern about the archival thinking, values, and processes that placed these documents within an archives and before the historian in special orders and values.

This tradition continues to our day, where even sensitive historians rarely confront the mediated, interpreted, contested nature of archives as institutions and as professional activity. A leading Canadian historian illustrates my point. She advised her historian colleagues that historical interpretation begins not when they write their texts according to certain interpretive and narrative frameworks, but long before, from the moment the historian opens the box in the archival reading

---

<sup>2</sup> NOVICK, Peter – *That Noble Dream: The “Objectivity” Question and the American Historical Profession*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988, p. 2, and *passim*. It is fair to add that von Ranke’s reputation for extolling scientific objectivity in historical research was, in part, a later construction projected on him to suit the needs and status of an evolving historical profession, rather than an accurate reflection of how von Ranke actually practised his own historical research.

<sup>3</sup> All examples and citations are from SMITH, Bonnie G. – *The Gender of History: Men, Women, and Historical Research*. Cambridge MA: Harvard University Press, 1998, pp. 116-124.

room. In that archival box, the historian chooses to read only certain files, to focus only on certain authors or groups or regions, to take notes or photocopies of only certain documents, and then imposes on these chosen, privileged documents, the further limitation of a particular narrative and interpretative framework.<sup>4</sup> That is true, but only partly true. I would assert that a major act of historical interpretation occurs not when the historian opens the box, but when the archivist fills the box, and, by implication, through the process of archival appraisal, destroys the other 98 or 99 per cent of all human records that do not get into that box, or any other archival box. And, further, once records are in that box, there are layers of archival arrangement and description imposed by archivists – with many unspoken assumptions and methods and procedures underpinning these processes – that lead the historian, or do not, to that or other archival boxes; and highlight, or do not, the complex interrelationships among creators of records, organizational cultures, record communication patterns, and the record-shaping characteristics of information technologies and recording media that give context and meaning to the mere content of the documents in the box. All these filters are based on the depth, quality, and presentation of the archivist's own research into the records' many and continually altering contexts, into, in short, the records' own history as material artifacts and as memory tools, and the archivist's ability to unravel that history as the very foundation of all archival functions and processes.

This ever-evolving history of records – and of archivists' continual interventions and mediations with the records – is the great silence between archivists and historians. It is the ghost in our family. It forms the large silence between those who theorize the archive (singular) and those who work in real archives (plural). I want to explore this broad assertion by outlining in a very general way the differing assumptions, ideas, and decisions in archivists' thinking, historically, by suggesting the contrasts between the pioneering period of archival theory up to around 1930 and the more recent formulations by archivists in the past two decades. I hope that the historically contingent nature of archives, and thus of the resulting archive, will thereby be demonstrated.

Traditional archival theory was first articulated in nineteenth-century Europe, after centuries of informal development, and then exported around the world.<sup>5</sup> This articulation exactly paralleled the emergence of history as a university-based

---

<sup>4</sup> PARR, Joy – Gender, History and Historical Practice. *Canadian Historical Review* 76 (September 1995), p. 372.

<sup>5</sup> On the history of modern archival ideas, including many citations to sources relating to these broad assertions that follow, see COOK, Terry – What is Past is Prologue: A History of Archival Ideas Since 1898, and the Future Paradigm Shift. *Archivaria* 43 (Spring 1997), pp. 17-63. For an historical overview of the evolution of concepts and strategies for appraisal, as a sub-set of these ideas, see COOK, Terry – Macroappraisal in Theory and Practice: Origins, Characteristics, and Implementation in Canada, 1950-2000. *Archival Science* 5.2-4 (2005), pp. 101-61. See also O'TOOLE, James M. and COX, Richard J., *Understanding Archives and Manuscripts*. Chicago: Society of American Archivists, 2006; and MILLAR, Laura. Discharging Our Debt: The Evolution of the Total Archives Concept in English Canada. *Archivaria* 46 (Fall 1998), pp. 103-46.

discipline and academic profession; indeed, almost all the early professional archivists were trained by the new historians at such universities and shared the same scientific mentality of the those historians. Influenced by the assumptions and demands of the new, objective, fact-based history, as well as by contemporary Darwinian thinking and metaphors, the pre-1930 archival pioneer thinkers asserted that records eventually coming to be stored in archives were a kind of natural, organic residue left over from administrative processes, which residue the archivist then kept in pristine original order, and arranged and represented according to their hierarchical provenance in their original offices of creation, so that historians could find there, almost like geologists found fossils in rock sediments, the past as it really happened. Such Darwinian thinking (and related metaphors) reinforced the notion of a naturally formed archive, with that “naturalness” of course being essential to the positivist assumptions of the new historians. In this naturalized Darwinian world, appraisal by the archivist – that is, the selection of only a small portion of archives from the whole of recorded information – was seen as anti-archival, for the inevitably subjective values of the appraising archivist would do violence to the organic character of the evolved archive, wrenching records from their original context and their original order of creation. Rather, the archivist was, in the words of one pioneering archival theorist, to approach records “without prejudice or afterthought,” that theorist claiming that the archivist in so doing is “the most selfless devotee of Truth the modern world produces.”<sup>6</sup> And so we get the oft-repeated assertions of the archivist’s objectivity and neutrality, that the archivist must work diligently, but quietly, behind the scenes, disturbing these original orders and organic residues as little as possible, to serve the shared professional mythologies around objectivity of both historians and archivists, to make sure, in short, that there was harmony within the family of scholars.

But what did the archivists inside real archives actually do in this period of alleged objectivity and neutrality? Just as many of the early professional historians focussed their historical research and writing on the political, legal, constitutional, and economic character of the nation state, so too were the first articulations of professional archival principles strongly biased in favour of the state. Almost all the classic books about archival methodology were written by senior staff members of national archives in Europe, the United Kingdom, and later America. Not surprisingly, most of these books focussed on government, public, or institutional records and their orderly transfer to archival repositories to preserve their original order and classification; and most such books relegated private, personal, and family archives to the control of libraries and librarians, to documentalists, or just left them

---

<sup>6</sup> JENKINSON, Hilary – *A Manual of Archive Administration*. London: Percy Lund, Humphries, 1922, (revised second edition 1937), 28, 105-6, 101, and passim; and as cited in DAVIES, J. Conway – *Memoir of Sir Hilary Jenkinson. Studies Presented to Sir Hilary Jenkinson, C.B.E., LL.D., F.S.A.*, London, 1957.

with the families and estates involved. Why, we might ask ourselves, are personal archives (and archivists) not part of most countries' national or provincial archives? Why are those who look after government records in archives called archivists and those who look after personal records in libraries usually called manuscript curators or special librarians, with a whole range of assumptions tied to each term? These fundamental historical divisions within the internal organization of archival memory, inside archives, suggests that the archival endeavour, as formulated, practised, and codified by the "objective" and "scientific" pioneers, was hardly as value free as they may have hoped, or claimed.

These early archival theorists all worked in an era of relative document scarcity. Their professional experience was based on dealing with limited numbers of medieval or early modern documents susceptible to careful diplomatic analysis of each page, or with records kept in well-organized, highly centralized, departmental registry systems of the emerging nineteenth-century modern nation state. Functions of government in such nineteenth-century administrations were limited, focussed, and placed in stable hierarchical structures, where one office performed one function. These realities around scarcity reinforced the archivist pioneers' curatorial mindset to reject appraisal as an inappropriate archival function. There simply was no need for selection, as every surviving piece of recorded information from the Middle Ages or early modern Europe would be preserved. Such very old records were rescued from towers, dungeons, and basements, and placed carefully on the archival pedestal. More modern records came to archives from government departments as a "natural" residue of administrative processes. This "residue" approach favoured retaining, as archives, the policy or legal or senior-level records most important to the government officials making such residue-forming decisions of what was to be left over. State officials, not archivists, decided which modern records would survive by a process of winnowing the good from the bad, according to administrative and political needs; when the old records so judged were no longer needed for even internal government reference purposes, these surviving records were transferred over to the archival institution. This passive process (from the archivists's perspective) was characterized by a very long separation in time between the currently active (and even long-dormant) records still under government administrative control and those that were centuries old and held by the archives. The records themselves were viewed as reflections of the structures (and the activities therein) that caused them to be created. They were preserved impartially, therefore, as evidence of the activities of the single office that created them – thus the importance of the first and most important archival principle: provenance.

Obviously, this traditional approach was anything but the impartial or objective stance claimed for it. This archival methodology sanctioned the already strong predilection of archives and archivists, as institutions and employees of the nation state, to support mainstream culture and to showcase its most powerful records creators. Such approaches, not surprisingly, produced collections that privilege the official narratives of the state over the documented stories of individuals and groups in society, or even of the citizens' interaction with the state, which usually occurs at the level of the case-file transaction. Until well into the 1970s and beyond, the traditional approach privileged policy records created at the top of the administrative hierarchy of government organizations over operational records, let alone individual transactional-level case files created at the bottom. Yet it is in those case records that the stories of individuals and families are best found. Moreover, until the 1950s, the emphasis was on the records of the legal, constitutional, fiscal, military, and foreign policy dimensions of the nation state, and much less on its social, natural resource, environmental, or cultural programs. This statist approach to defining archives evidently also marginalizes purely personal, family, and estate papers, for these were placed, as already noted, outside the purview of European national archives almost entirely, a pattern mirrored around the world, with some happy and very recent exceptions. The archival rules for determining the authenticity of records, and thus their "value" as evidence, also reflected the state archives' naturalized assumptions about well-organized, centrally controlled, and officially sanctioned government records. This approach not surprisingly also favoured textual documents, from which such rules were first derived, at the expense of audio-visual media, for experiencing and recording the present, for determining therefore the best archives to view the past.

The positivist and "scientific" values permeating such thinking inhibited archivists then, and since, from developing and documenting multiple ways of seeing and knowing and describing their records; archivists are similarly disinclined from acknowledging and displaying multiple and confused provenances, or migrations and integration of records over time and of their creators and their activities. Rather, an "original order" (a classic and cardinal archival principle) was sought and imposed, and then enshrined, in archival arrangement, and then reflected in the descriptive finding aids presented to researchers, rather than allowing several orders or even disorders to exist among records in archives. Records or series of records following archival descriptive standards are arranged and described in very detailed general-to-specific hierarchies to reflect their (allegedly) original placement in the creating agency's administrative hierarchy; each record series is placed by archivists in one such administrative hierarchical fonds, and (by current descriptive standards) in one fonds only. Archivists thereby have traditionally masked all the

messiness of records (and their creating entities) from researchers, from historians, presenting instead a well-organized, rationalized, monolithic view of a record collection (or archival fonds) that very often never existed that way in operational reality with its original creator or creators. The “archive” is promoted as trustworthy evidence of actions, accurate mirrors of acts and facts, frozen in time, in reliable original orders, unaltered contexts, fixed descriptive groups, kept impartially by archivists, so that the “Truth” about the past could be found in such preserved, pristine, virginal records.

In short, what scholars of the archive would find, what historians would find, if they were to examine the footprints left by archivists performing their functions inside archives, even by my superficial overview above, is a whole series of heavily mediated filters that govern how records first are chosen to come to archives, and then are re-presented to researchers by archivists in various kinds of physical orders and in varying intellectual patterns in the finding aids and research guides. The neutral, impartial archive of classic archival theory, is, in reality, a place of order, control, hierarchy, elitism, colonialism, and patriarchy, reflecting the power of the state that called it into existence and continues to pay its bills.

But what happens if the very societal basis for this traditional archival mindset is now no longer relevant, or just plain wrong? What if, as has happened increasingly over the past century, function and structure no longer coincide in neat Weberian administrative hierarchies, but instead co-exist in ever-shifting organizations that are multi-functional, even virtual, where work tasks and structural lines blur continually, yet archivists insist on attaching records to one single organizational entity in the descriptive finding aids that researchers use as their principal entrée to records in archives?<sup>7</sup> What happens, as recent research studies have shown, if the official centralized registry of records of classic archival theory rarely operated in that way at all, stymied by informal conventions, localized practices, social expectations, and cultural norms?<sup>8</sup> What happens when organizational cultures and workplace communication patterns are now transformed from vertical to horizontal, from controlling to collaborative, from hierarchy to networks, from

---

<sup>7</sup> The first major statement fundamentally challenging these accepted orders was BROTHMAN, Brien – Orders of Value: Probing the Theoretical Terms of Archival Practice. *Archivaria* 32 (Summer 1991), pp. 78-100. See also the critique by COOK, Terry, The Concept of the Archival Fonds in the Post-Custodial Era: Theory, Problems and Solutions. *Archivaria* 35 (Spring 1993), pp. 24-37; and DUFF, Wendy M. and HARRIS, Verne – Stories and Names: Archival Description as Narrating Records and Constructing Meanings. *Archival Science* 2. 3-4 (2002), pp. 263-85. Other archivists like David Bearman, Peter Horsman, Tom Nesmith, Joan Schwartz, Laura Millar, and Hugh Taylor have also questioned these assumptions in terms of traditional recording media, let alone their electronic or digital counterparts.

<sup>8</sup> CRAIG, Barbara L. – Rethinking Formal Knowledge and its Practices in the Organization: The British Treasury's Registry Between 1900 and 1950. *Archival Science* 2.1-2 (2002), pp. 111-36; as well as a more contemporary example by TRACE, Ciaran B. – What is Recorded is Never Simply 'What Happened': Record-Keeping in Modern Organizational Culture. *Archival Science* 2.1-2 (2002), pp. 137-59.

executive fiat to internal consensus, with records created in these new milieus following accordingly?<sup>9</sup> What happens when the record-creating universe moves from a paradigm of scarcity and survival of ancient manuscripts to an avalanche of paper, so that archivist must choose (according to multiple “values”) the 1 or 2 per cent that will survive as the collective archive from a vast ocean of documents?<sup>10</sup> What happens when records are now managed on computer desktops by thousands and millions of end-users in these new fluid organizations and not in some centralized, ordered, and controlled manner (if ever they were that), in multiple orders and places and sites of records, or indeed disorders, rather than one ordered, set, fixed place for each record in this cascading avalanche? What happens when the record itself is now no longer primarily fixed text on paper, but virtual and digital, with images and texts and sounds and voices combined, often interactively, in volumes many times that of the paper avalanche?<sup>11</sup> What, then, happens to archives? What, then is the archive?

The response by archivists to this changing landscape has been at least twofold – and (perhaps not surprising, given the above historical evolution of the profession) very contested within recent archival discourse and published literature, and in actual archival practice. A good number of archivists still adhere to large portions of the traditional professional assumptions, thus rendering it impossible for them to cope with these new record-creating realities, all while they impose increasingly irrelevant orders and filters and rules and models around the records they acquire and present to researchers. More optimistically, another group of archivists are now calling for a complete re-invention of archives to acknowledge that these are contingent places of power and agency that need new concepts and new models to transform them: from modernist to postmodernist, from passive custodial to active interventionist, from hierarchical and exclusionary to networked and inclusive, from inward-looking and secretive to openly transparent and accountable, from professional exclusivity to participatory community engagement, from dealing at the micro-level with impossible volumes of individual documents to archival decision-making at the macro-level of the records’ context and functionality, thus

---

<sup>9</sup> For but two of many examples of analyses of these organizational changes within an archival and recordkeeping context, see BARRY, Rick – Keeping Records in Changing Organizations. in COOK, Terry (ed.) – *Controlling the Past: Documenting Society and Institutions. Essays in Honor of Helen Willa Samuels*, Chicago: Society of American Archivists, 2010, pp. 195-216, and KATZ, Richard N. and GANDEL, Paul B. – “The Tower, the Cloud, and Posterity: Documenting in a Digital World,” in idem, 217-239.

<sup>10</sup> For an overview of appraisal ideas and practices, see the two sources by Terry Cook cited in note 5 above.

<sup>11</sup> While scores of archivists have addressed the challenges of born-digital records, the most influential has been David Bearman, through many articles and a ground-breaking research project at the University of Pittsburgh (in conjunction with Richard Cox). Many of Bearman’s key essays are collected in BEARMAN, David – *Electronic Evidence: Strategies for Managing Records in Contemporary Organizations*. Pittsburgh: Archives and Museum Informatics, 1994. On his fundamental challenge to conventional archival approaches, see COOK, Terry – “The Impact of David Bearman on Modern Archival Thinking: An Essay of Personal Reflection and Critique.” *Archives and Museum Informatics* 11 (1997), pp. 15-37.

moving the archival focus from records as products or artifacts, to record-making and record-keeping as processes, in the business of living our lives, running our organizations, being in families, and telling our human stories.

What might such a transformed archival world look like? That story would take much more space than is available here, but there are some minimum expectations that growing numbers of archivists are advocating for shaping the archive in new ways within archives. Appraisal would be more sensitive to the voices of citizens, not just the state, to the marginalized and unsuccessful as much as the accepted and successful, so that archival holdings would become more inclusive and democratic. Families would count as much as bureaucracies. Relationships with records creators would be repositioned “up front” to influence record inscription rather than passively accepting the residues allowed by the powerful or assigning value based primarily on transient research trends. The focus in all archival activities – starting with appraisal to choose the archive that survives – would be on documenting function, activity, and ideas, rather than primarily reflecting the structures, offices, and persons of origin. Description would be opened up to presenting multiple origins and orders for situating records rather than allowing only one way, one view, and would include extended essays on the richer, deeper contextual elements enveloping the complex creation, uses, and relationships of records over their entire and continuing life (or their history), including after their entry to the holdings of archives. In reference services, archivists would be openly receptive to researchers’ insights, leading to an interactive annotation of record descriptions by researchers, as well as thereby nurturing new communities of users. Image and sound would be equally privileged with texts and words; feeling and emotion equally with order and logic; conversation equally with control; the private world equally with the public one for a “total archives.” A deeper appreciation everywhere of context, interrelatedness, and difference across all media would be evident, where the records themselves would have detailed continuing histories, ever-evolving, opening up, rather than closed down in fixed frameworks, when they cross the archival threshold<sup>12</sup>.

These brief examples from only two archival time periods suggest possible openings for a history of archives (plural) and a history of archival records, as contrasted to the history of the archive, and one done, at least in part, from the perspective inside institutional archives. How, for example, have archivists in many times and places reflected these changing power struggles over records as they, as

---

<sup>12</sup> For an introduction to these transforming ideas in an archival context, see the two-part study by COOK, Terry – Archival Science and Postmodernism: New Formulations for Old Concepts. *Archival Science: International Journal on Recorded Information* 1.1 (2001), pp. 3-24; and COOK, Terry – Fashionable Nonsense or Professional Rebirth: Postmodernism and the Practice of Archives. *Archivaria* 51 (Spring 2001): 14-35, and numerous citations therein. Refer also to the four thematic issues (vol. 2, nos. 1-4, 2002) of *Archival Science*, entitled “Archives, Records, and Power.”

archivists, defined their profession, institutions, policies, procedures, and of course as they made their appraisal and acquisition and arrangement and description decisions in building actual collections of who or what was considered worth remembering? How have radical changes in the nature and media of records, the culture of record-creating organizations, the psychologies behind personal record-making, the design of record-keeping systems, and the classification, uses, and communication patterns of records – all before they arrive at the archives – affected archival theory and archival practice? Going beyond the immediate world of records and archives, how have changes over time in the cultural, legal, technological, educational, social, and philosophical trends in society influenced the archives of those societies – and the assumption, concepts, strategies, and practices of archivists within these archives?

To answer these and similar questions, archivists need an intellectual history of their own profession, from the inside out *and* the outside in. This requires a renewed, respectful partnership of archivists and historians, for they both have much to teach each other. Archivists and historians both need to understand better the very ideas and assumptions about archives that have shaped their ethos, their concepts, their institutions, their collections, and their practices, if in future archivists want their institutions to reflect more accurately and accountably all components of the complex societies they serve, if they want their users – including historians – to approach (and be able to interrogate) archival collections with greater subtlety and understanding, if archivists themselves wish through such self-analysis to hone their own thinking and improve their practice. Such a history of archival ideas requires listening to the archival discourse of different times and places, to hear again, and discover within the context of their time, and our own, the assumptions, ideas, and concepts that underpin archival work and have shaped the archive now found in archives.

Analyzing this discourse over time and space properly forms the focus of an intellectual history of archives. The results of such research, when absorbed and implemented, will allow archivists to create far more subtle and meaningful archives for researchers in turn to understand in richer context. Such a renewed partnership would help eliminate harmful silences between historians and archivists. It would banish the ghosts haunting our family.



# Antes e para além do Arquivo Nacional: rupturas e continuidades

*Fernanda Ribeiro*

## Introdução

No contexto da sociedade digital ou em rede<sup>1</sup> em que vivemos, falar de arquivos é falar de informação. Não se concebem hoje os arquivos apenas como locais de memória, onde documentos antigos permanecem guardados como bens patrimoniais com valor cultural assinalável; concebem-se, sim, como repositórios de informação, sendo esta valorizada por ser considerada um recurso fundamental para a tomada de decisão e para a definição de estratégias de gestão. Mas não se julgue que esta visão operativa é uma inovação dos tempos atuais, pois, na verdade, ela foi, desde sempre, inerente aos sistemas de informação.

Se recuarmos no tempo até às chamadas civilizações pré-clássicas, que inventaram a escrita, algures no Crescente Fértil (Médio Oriente), por volta do 4.º milénio a. C., já aí podemos perceber a existência de acervos documentais, em suportes rígidos como a argila, ou mais flexíveis como o papiro, numa amálgama indistinta de

---

<sup>1</sup> O estudo da sociedade da informação, digital ou em rede, tem sido, nos últimos tempos, objeto de reflexão e estudo por parte de sociólogos, comunicólogos, filósofos, enfim, cientistas sociais de vários quadrantes. A título ilustrativo vejam-se algumas obras relevantes: ALMEIDA, Reginaldo Rodrigues de – *Sociedade bit: da sociedade da informação à sociedade do conhecimento*. [S. l.]: Fomento, 2004; ANDREOLI, Vittorino – *O Mundo digital*. Lisboa: Editorial Presença, 2007; CASTELLS, Manuel – *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002-2007, 3 vol.; CASTELLS, Manuel – *A Galáxia Internet: reflexões sobre a Internet, negócio e sociedade*; Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004; MATTELART, Armand – *História da Sociedade da Informação*. Lisboa: Editorial Bizâncio, 2002; NEGROPONTE, Nicholas – *Ser digital*. Lisboa: Editorial Caminho, 1996.

documentos administrativos e financeiros, textos literários e filosóficos, relatos históricos, hinos religiosos... um misto de arquivos e bibliotecas privativas, guardados em locais importantes e de acesso reservado, para uso das classes dirigentes. Tratava-se de conservar informação tendo em vista o valor evidencial dos documentos e a necessidade de um acesso recorrente aos mesmos para fins pragmáticos, relacionados com o regular funcionamento das instituições. Assim, nestes tempos mais remotos e mesmo durante a Antiguidade e ao longo da Idade Média, os “repositórios” de informação constituíam locais privilegiados de memória (documental), que estavam ao serviço das instituições e/ou pessoas físicas produtoras da informação neles conservada. Tinham, portanto, um vínculo orgânico muito acentuado e constituíam sistemas relativamente fechados, em que o acesso era, fundamentalmente, restringido às respetivas entidades produtoras.

Esta configuração sistémica fechada irá manter-se ao longo da Época Moderna no que respeita aos arquivos, embora, a partir do Renascimento, se verifique, no caso das bibliotecas, uma maior abertura ao exterior, que adveio do acentuar da vertente cultural a elas associada, fortemente influenciada pela verdadeira revolução que se operou com a invenção da tipografia por Johannes Gutenberg.

Mais tarde (século XVIII), por influência do Iluminismo, este valor orgânico da informação vai ser matizado por outros interesses exteriores aos das instituições produtoras e emerge uma nova valorização da informação/documentos, como fontes para os estudos historiográficos, perspectiva que se irá acentuar ao longo da centúria de oitocentos, no quadro de desenvolvimento da Ciência Histórica e do Positivismo.

A caracterização dos arquivos portugueses, antes e depois da criação do Arquivo Nacional, não pode deixar de se entender no contexto da complexificação social, do crescimento das estruturas administrativas, das conceções políticas e ideológicas e da evolução tecnológica de que a sociedade portuguesa foi palco ao longo da sua evolução diacrónica secular.

## **1. Os arquivos portugueses antes de 1820: um natural *continuum***

A cartografia dos arquivos portugueses no Portugal anterior ao Liberalismo pode ser delineada numa panorâmica geral, de forma breve e concisa, configurando um “retrato” aproximado, o mais possível, da realidade.

Anteriormente à fundação da nacionalidade, no território que veio a ser português, existiam já diversas casas monásticas, com atividade regular e, por isso, produtoras/coletoras de informação no âmbito do seu funcionamento como entidades orgânicas. Os mosteiros possuíam os seus cartórios (e livrarias), que se foram desenvolvendo e organizando de forma mais ou menos complexa, ao longo dos séculos subsequentes. Podemos afirmar que os arquivos/bibliotecas eclesiásticos (de ordens

monásticas e de dioceses) são os mais antigos sistemas de informação do nosso País e ilustram bem a evolução natural e feita de continuidades que tais sistemas tiveram até à mudança estrutural de regime, efetivada em 1820<sup>2</sup>.

Consumada a independência do Condado Portucalense, a chancelaria régia passa a atuar como serviço produtor dos documentos emanados da atividade administrativa do Rei e da Coroa<sup>3</sup>, dando origem a um arquivo central da administração, que veio a estabelecer-se em Lisboa por alturas da fixação da corte nesta mesma cidade, no reinado de D. Dinis. Contudo, a mais antiga prova documental da existência do arquivo da Coroa, instalado numa das torres do Castelo de São Jorge, data de época posterior (1378) e é a partir daí que se pode conhecer a história do arquivo da Casa da Coroa, chamado da Torre do Tombo, nome que se mantém até aos dias de hoje, apesar das mudanças estruturais que sofreu<sup>4</sup>. Até final do Antigo Regime, o Arquivo da Torre do Tombo desempenhou o papel de arquivo da administração régia (central), assumindo, a partir do século XVI, um perfil idêntico ao de outros arquivos europeus, ou seja, o de um verdadeiro arquivo de Estado. Esta missão mais alargada, que se traduziu na incorporação de alguma documentação proveniente de serviços da administração central, tem uma justificação plena se pensarmos que se entrava numa época de centralização do poder real e de aumento da burocracia, decorrente da complexificação da estrutura orgânica e das funções do Estado moderno em franco desenvolvimento. É, pois, uma evolução natural a que se verifica no principal arquivo do País, em estreita sintonia com as estruturas do poder central e como suporte das suas decisões. A atenção que os monarcas portugueses de quinhentos davam ao arquivo, o reconhecimento da sua boa organização por governantes de outros países e o facto de ter servido de modelo a Filipe II de Espanha para a regulamentação do Arquivo de Simancas<sup>5</sup>, são

<sup>2</sup> Aquando da realização do 1.º Congresso sobre a Diocese do Porto “Tempos e Lugares de Memória” tivemos ocasião de apresentar um estudo sobre os arquivos das dioceses, que ilustra bem esta evolução: RIBEIRO, Fernanda – Os Arquivos das dioceses: uma realidade multissecular quase desconhecida. In, CONGRESSO SOBRE A DIOCESE DO PORTO “TEMPOS E LUGARES DE MEMÓRIA”, 1.º, Porto e Arouca, 1998 – *Actas*. Porto: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão [etc.], 2002. vol. 1, p. 223-255.

<sup>3</sup> Ver: AZEVEDO, Rui de – A Chancelaria régia portuguesa nos séculos XII e XIII: linhas gerais da sua evolução. *Revista da Universidade de Coimbra*. Coimbra. 14 (1940), 31-80; COELHO, Maria Helena da Cruz; HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *Origines et évolution du registre de la chancellerie royale portugaise (XIII<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècles)*. Porto: [s. n.], 1995.

<sup>4</sup> Sobre o Arquivo da Torre do Tombo, ver por exemplo: ALBUQUERQUE, Martim de – *Para a história da Torre do Tombo*. Lisboa: M. A., 1990; AZEVEDO, Pedro de; BAIÃO, António – *O Arquivo da Torre do Tombo: sua história, corpos que o compõem e organização*. Ed. fac-similada. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo; Livros Horizonte, 1989. Fac-simile da ed. original publicada em 1905; RIBEIRO, Fernanda – *O Acesso à informação nos arquivos*. [Lisboa]: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2003, (Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas), vol. 1.

<sup>5</sup> Sobre a importância do Arquivo da Torre do Tombo no século XVI e sua organização modelar, ver: DINIS, António Joaquim Dias – Relatório do século XVI sobre o Arquivo Nacional da Torre do Tombo. *Anais – Academia Portuguesa da História*. Lisboa. 2ª série. 17 (1968) 115-158; RODRÍGUEZ DE DIEGO, José Luis – *Instrucción para el gobierno del Archivo de Simancas: año 1588*. Madrid: Ministerio de Cultura, Dirección General de Bellas Artes y Archivos, [1989?]; SILVA, Armando Malheiro da [et al.] – *Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação*. [1.ª ed.]. Porto: Edições Afrontamento, 1999, cap. 2.

fatores que atestam bem a importância que a informação tinha para os desígnios da governação e ilustram a estreita relação que sempre houve entre informação e poder (e seus agentes).

A par do Arquivo da Coroa, outros arquivos foram surgindo, em consequência da atividade de diversos organismos e instituições da administração pública. A Casa dos Contos, a Casa do Cível, os almoxarifados, as alfândegas, os vários Conselhos e Secretarias de Estado, as Juntas, os Juízos, as Mesas, os Tribunais, etc. são exemplos dos diversos produtores de informação administrativa, que geraram arquivos nos seus próprios *habitats*, no decurso natural da sua ação e do seu funcionamento<sup>6</sup>.

Para além da administração central, também os municípios, a partir do século XIII, começam a criar os seus repositórios de informação, havendo ainda hoje alguns casos notáveis de câmaras municipais que conservam um rico património documental, remontando à época medieval.

No âmbito institucional, o caso do Arquivo da Universidade de Coimbra<sup>7</sup> merece também uma referência, uma vez que é um dos casos que se manteve, desde as origens e até à atualidade, no seu *habitat* original, sendo um ótimo exemplo da evolução em continuidade que caracteriza alguns arquivos públicos portugueses.

Correspondendo também a funções públicas, não podemos deixar de referir os arquivos dos tabeliães que, ao longo dos séculos, se foram constituindo em resultado da atividade notarial por eles desenvolvida.

Na esfera privada, são inúmeros os arquivos que, no Portugal medievo e moderno, se constituíram em variadas casas senhoriais (arquivos de família) – das quais talvez a Casa de Bragança seja a mais importante – e no decurso da atividade das mais diversas personalidades, no campo político, literário, científico, etc.

O século XVIII traz algumas novidades, fruto das conceções ideológicas das Luzes (racionalismo iluminista), que introduzem “desvios” concetuais importantes, mas que não chegam a abalar o *continuum* da evolução dos arquivos. É sobretudo a sua valorização como fontes para a historiografia que determina algumas mudanças de atitude e desencadeia o início do processo de incorporações que irá atingir o auge nos inícios do século XX. A esta valorização das fontes históricas não é alheia a Academia Real da História Portuguesa, criada em 1720, nem a Academia

<sup>6</sup> Uma boa “cartografia” dos organismos produtores de informação pode ser vista em: AZEVEDO, Pedro de; BAIÃO, António – *O Arquivo da Torre...*, cit.

<sup>7</sup> Como é sabido, até 1537, a universidade alternou a sua sede entre Lisboa e Coimbra, tendo-se fixado definitivamente nesta última cidade naquele ano.

Real das Ciências, instituída em 1779, cujas iniciativas tiveram como consequência trabalhos de inventariação<sup>8</sup> e recenseamento de arquivos, um pouco por todo o País<sup>9</sup>.

Por outro lado, este interesse histórico manifestou-se, também, pelas decisões que determinaram a incorporação de arquivos de organismos extintos no Arquivo da Torre do Tombo, como foi o caso da documentação da Companhia de Jesus, incorporada, por ordem do Marquês de Pombal, em 1768, passando a constituir o chamado “Armário Jesuítico”<sup>10</sup>, ou da documentação da Real Mesa Censória, que foi integrada na Real Biblioteca Pública da Corte<sup>11</sup>, instituída em 1796. Estes casos constituem os primeiros exemplos da “política incorporacionista” que irá ganhar uma expressão marcante a partir de meados de oitocentos.

## 2. O surgimento do Arquivo Nacional e a política historicista e patrimonialista

Com a implantação do regime liberal em 1820, a política adotada em matéria de arquivos segue de perto o “modelo francês” e desenvolve-se numa linha idêntica, obviamente porque as concepções ideológicas que a sustentam bebem os seus fundamentos nos ideais da Revolução Francesa. O conceito de Estado-Nação, tão caro aos liberais, tem expressão através de inúmeras ações e diplomas legislativos e manifesta-se também em termos da política arquivística. O Real Arquivo da Torre do Tombo passa a dispor de um *Regulamento provisional*, aprovado em 30 de Abril de 1823, no qual é, significativamente, designado por Arquivo Nacional<sup>12</sup>.

---

<sup>8</sup> Com a criação da Academia Real da História Portuguesa, por Decreto de 8 de dezembro de 1720, aumentou muito a consulta dos documentos na Torre do Tombo, pela necessidade de se copiarem os que eram de interesse para os académicos, o que muito contribuiu para incentivar a produção de instrumentos de pesquisa. José Silvestre Ribeiro afirma que “nos annos de 1722 a 1727 estiveram os officiaes de reformatão occupados, pela maior parte, em tirar copias para a Academia Real da Historia Portugueza, e em fazer os indices das chancellarias dos reis D. Affonso V, D. João II e D. Manuel” (RIBEIRO, José Silvestre – *Historia dos estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia*. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1871. tomo 1, p. 199).

<sup>9</sup> Personalidades como Frei Joaquim de Santo Agostinho ou João Pedro Ribeiro salientam-se entre os que tiveram a incumbência da Academia das Ciências para visitar os arquivos do Reino e avaliar o seu estado. Sobre a ação dos académicos nesta matéria, que se pode atestar pela correspondência que dirigiram ao Abade Correia da Serra relativamente ao andamento dos seus trabalhos, ver: BALÃO, António (Org. e pref.) - *A Infância da Academia (1788-1794)*, Lisboa: Academia das Ciências, 1934. O trabalho de Fr. Joaquim de Santo Agostinho, que visitou os arquivos do Algarve, foi reunido em três volumes que se conservam na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa (ms. 402, 403 e 404, da *Série Azul*); os resultados das visitas realizadas por João Pedro Ribeiro podem-se ver em: RIBEIRO, João Pedro – *Observações historicas e criticas para servirem de memorias ao systema da Diplomatica portugueza*. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1798, parte 1.

<sup>10</sup> “O armario encontrava-se «no interior da Casa da Coroa fechado a tres chaves, de que tem huma o Guarda Mor, outra o Escrivão e outra o Official mais antigo»” – in: AZEVEDO, Pedro de; BALÃO, António - *O Arquivo da Torre... cit.*, p. 54.

<sup>11</sup> Após o Liberalismo, passou a ter a designação de Biblioteca Nacional.

<sup>12</sup> Esta designação foi posteriormente alterada, tendo o arquivo perdido o epíteto de “nacional”, mas voltou a ser definitivamente consagrada depois da implantação da República, com o decreto de 18 de março de 1911.

Esta mudança de nome não foi apenas formal. Correspondeu, de facto, a uma alteração no perfil do arquivo. De repositório de informação da Coroa passou a repositório da memória da Nação, iniciando um processo sistemático de incorporação de acervos de organismos do Antigo Regime, extintos pela nova ordem liberal. Esta política concentracionista dos fundos<sup>13</sup> documentais veio a ser reforçada ao longo do século XIX, no quadro de desenvolvimento da História e do Positivismo. Neste enquadramento é de relevar a figura de Alexandre Herculano, inspirador da Portaria de 11 de setembro de 1857 e da Lei de 2 de outubro de 1862, diplomas que determinaram a obrigatoriedade de incorporação dos documentos históricos<sup>14</sup> no arquivo da Torre do Tombo.

A Arquivística, de par com outros saberes instrumentais como a Paleografia, a Diplomática, a Sigilografia, a Codicologia, a Numismática e mesmo a Arqueologia, desenvolve-se com um estatuto de disciplina auxiliar da História e passa a contar com profissionais habilitados para exercerem funções nos arquivos históricos. É assim que, seguindo o modelo francês da *École des Chartes*, instituída em Paris, em 1821, começam a surgir os arquivistas-paleógrafos, que tinham por função organizar os documentos, fazer a sua transcrição e produzir instrumentos de pesquisa (roteiros, inventários, índices...) para auxiliarem o historiador nas suas investigações. Consolida-se, deste modo, um novo paradigma, que podemos designar por “paradigma historicista e custodial”, o qual irá marcar as centúrias de oitocentos e de novecentos, até que a revolução tecnológica da segunda metade do século XX o virá a pôr, definitivamente, em crise.

A perspetiva historicista e custodial é veiculada, também, através das políticas públicas dirigidas para os arquivos e a sua institucionalização acentua-se com a criação, por Decreto de 29 de dezembro de 1887, da Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos, organismo estatal com a responsabilidade de tutelar os setores arquivístico e biblioteconómico. Em linhas gerais, o decreto fundador da Inspeção definiu uma “rede” de bibliotecas e arquivos, enunciou medidas para a salvaguarda da documentação e seu tratamento técnico, regulou a formação profissional<sup>15</sup> e definiu a estrutura orgânico-funcional da própria Inspeção e dos serviços que ficavam na sua dependência.

A criação da Inspeção insere-se num quadro idêntico ao do contexto internacional e numa linha de continuidade relativamente ao que, ao longo do século XIX, se vinha perspetivando. As incorporações de documentação de interesse histórico

<sup>13</sup> De referir que a noção de “fundo” foi formalizada em França, por Natalis de Wailly, para operacionalizar a organização dos arquivos (conjuntos documentais) incorporados nos arquivos (serviços públicos) do Estado, por força das nacionalizações empreendidas pelo novo poder burguês.

<sup>14</sup> Anteriores a 1280, no caso da Portaria de 1857, e anteriores a 1600, no caso da Lei de 1862.

<sup>15</sup> De assinalar que foi pelo mesmo Decreto de 29 de Dezembro de 1887 que se instituiu o Curso Superior de Bibliotecário-Arquivista, em estreita ligação com o Curso Superior de Letras e com o Arquivo e a Biblioteca nacionais, onde eram lecionadas as matérias do foro arquivístico e biblioteconómico.

nas bibliotecas e arquivos do Estado, a valorização dos trabalhos de descrição e transcrição de fontes documentais e a criação de bibliotecas populares foram algumas das valências mais marcantes da atuação deste novo organismo. Contudo, a promulgação de leis e regulamentos e as medidas de salvaguarda dos acervos documentais foram, sem dúvida, a prioridade da Inspeção, pelo que, na vertente mais tecnicista, a sua ação se revelou bastante limitada.

Ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, o Estado tornou-se “dono” de massas volumosas de documentos, mas não atuou por forma a tornar viável o acesso à informação nelas contida. Gerou-se, na prática, um verdadeiro paradoxo, pois a política incorporacionista, que transferiu para a tutela do Estado a documentação necessária à escrita da História da Nação, concentrando-a em serviços públicos (arquivos e bibliotecas) para fazer *jus* à conceção liberal de acesso livre à informação por todos os cidadãos, colidiu com a manifesta incapacidade do próprio Estado para gerir todas essas massas documentais que tutelava e disponibilizar meios (materiais, técnicos e humanos) passíveis de viabilizarem o acesso à informação.

A conciliação do binómio custódia dos documentos *versus* acesso à informação tem-se mantido até aos dias de hoje como uma tarefa difícil de gerir, senão mesmo impossível de concretizar, dada a acumulação secular de documentos sem tratamento técnico e sem serem objeto de avaliação.

### 3. A República: evolução na continuidade

Após a instauração do regime republicano, o novo governo promoveu uma reforma do setor “bibliotecário e arquivístico”, inserida nas políticas para a instrução pública, de acordo com a visão dita democrática e progressista da República. Em 18 de março de 1911, é promulgado um decreto que reorganiza os “serviços das Bibliotecas e Archivos Nacionaes, dependentes da Direcção Geral da Instrucção Secundaria, Superior e Especial”, integrada no Ministério do Interior. As reformas republicanas privilegiam o setor das bibliotecas (divididas em três categorias: bibliotecas eruditas, bibliotecas populares e bibliotecas móveis), considerado fundamental para promover a instrução do povo, em detrimento dos arquivos, que apenas são objeto de atenção em três singelos artigos:

“Art. 23.º Os Archivos são destinados á conservação e valorização dos manuscritos, considerados como elemento util e precioso para o estudo da historia.

Art. 24.º O Archivo da Torre do Tombo será denominado Archivo Nacional.

Art. 25.º O Governo designará o edifício destinado a servir de Archivo para os documentos actualmente dispersos pelas diversas Secretarias de Estado<sup>16</sup>.

Mas apesar da pouca expressão que os arquivos têm no decreto de 1911, nos anos subsequentes, sob a ação de Júlio Dantas, nomeado em 1912 para o cargo de Inspetor, foi promulgada diversa legislação regulamentadora das incorporações, de que se salientam os diplomas relativos aos cartórios notariais e aos documentos judiciais, em 1912<sup>17</sup>, e aos livros de registo paroquial, em 1915<sup>18</sup>.

A nacionalização destes fundos arquivísticos, com obrigatoriedade da sua incorporação no Arquivo Nacional, veio demonstrar a absoluta incapacidade material da Torre do Tombo para albergar mais documentação e levou Júlio Dantas a emprender uma política de descentralização, que teve início com a criação de vários anexos ao Arquivo Nacional (o Arquivo dos Feitos Findos, em 1915; o Arquivo dos Registos Paroquiais, em 1916; e o Arquivo das Congregações, em 1917) e culminou na criação dos arquivos distritais. Foi assim que nasceram, numa primeira fase e por iniciativa da Inspeção, os arquivos distritais de Leiria, Bragança, Évora e Braga, entre agosto de 1916 e agosto de 1917 e, na prática, também o de Coimbra, integrado no Arquivo da Universidade, que passou a ter essas funções, em 1917, por acordo entre a Reitoria e a Inspeção das Bibliotecas e Arquivos<sup>19</sup>. No ano seguinte, o próprio Arquivo Nacional passou a acumular funções de Arquivo Distrital para Lisboa e Santarém<sup>20</sup>.

Passada que foi a fase mais “custodial e historicista” da atividade da Inspeção, em que o esforço em prol das incorporações consumiu a maior parte da ação dos seus dirigentes, uma nova reforma foi promulgada, em pleno governo sidonista.

<sup>16</sup> PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – [Decreto de 18 de março de 1911]. *Diário do Governo*. Lisboa. 65 (21 mar. 1911) p. 1.214.

<sup>17</sup> PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério da Justiça: Direcção Geral de Justiça: 2ª Repartição: [Decreto de 12 de outubro de 1912]. *Diário do Governo*. Lisboa. 243 (16 out. 1912) 3.603.

<sup>18</sup> PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério da Instrução Pública: Repartição de Instrução Artística: Decreto n.º 1:630. *Diário do Governo*. 1ª série. Lisboa. 109 (9 jun. 1915) p. 517.

<sup>19</sup> A legislação respeitante aos primeiros arquivos distritais, na qual se determina discriminadamente quais os fundos que neles devem ser incorporados, é a seguinte: PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério de Instrução Pública: Secretaria Geral: Decreto n.º 2:550-J. *Diário do Governo*. 1ª série. Lisboa. 154 (3 ago. 1916) 765-766J (relativo ao Arquivo Distrital de Leiria, criado como anexo da Biblioteca Erudita da mesma cidade); PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério de Instrução Pública: Secretaria Geral: Decreto n.º 2:858. *Diário do Governo*. 1ª série. Lisboa. 242 (29 nov. 1916) 1.096 (relativo ao Arquivo Distrital de Bragança, criado como anexo da Biblioteca Pública); PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério de Instrução Pública: Secretaria Geral: Decreto n.º 2:859. *Diário do Governo*. 1ª série. Lisboa. 242 (29 nov. 1916) 1.096-1.097 (referente ao Arquivo Distrital de Évora, também como anexo da Biblioteca Pública que, aliás, já vinha recolhendo documentação); PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério de Instrução Pública: Secretaria Geral: Decreto n.º 3:286. *Diário do Governo*. 1ª série. Lisboa. 132 (11 ago. 1917) 647 (relativo ao Arquivo Distrital de Braga, criado em anexo à Biblioteca Pública).

<sup>20</sup> Ver art. 12.º do Decreto n.º 4.312, de 8 de maio de 1918 (PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Decreto n.º 4:312. *Diário do Governo*. 1ª série. Lisboa. 117 (29 maio 1918) 839-841).

Intitulada no próprio diploma legislativo (Decreto n.º 4.312, de 8 de maio de 1918<sup>21</sup>) uma “revisão geral de aperfeiçoamento”, deu maior atenção às questões técnicas, a que não é alheio o facto de, nessa mesma altura, ter sido atribuída autonomia técnica e administrativa à Biblioteca Nacional (Decreto n.º 3.886, de 6 de março de 1918) e ao Arquivo Nacional (Decreto n.º 4.311, de 8 de maio de 1918). Sinal deste reforço da vertente técnica pode-se também ver nas afirmações iniciais do decreto de 8 de maio, em que se indicam as medidas consideradas necessárias para melhorar os serviços biblioteconómicos e arquivísticos, entre elas, “a entrega das superintendências técnicas a quem mais idóneo é para exercê-la”. Também as disposições do art. 10.º são significativas a este nível: “Em todas as bibliotecas e arquivos dependentes do Ministério da Instrução Pública será uniforme o sistema de catalogação”. Para as bibliotecas, tal sistema já havia sido publicado no *Diário do Governo* de 30 de agosto de 1912; quanto aos arquivos, o § 1.º do mesmo artigo, estipulava: “O inspector das Bibliotecas Eruditas e Arquivos proporá ao Govêrno, dentro do prazo de trinta dias, a contar da publicação do presente decreto, ouvido o director do Arquivo Nacional, o sistema de catalogação que deve ser adoptado nos arquivos nacionais”.

Depois de 1918, as preocupações com o acesso à informação ganham maior importância passando a ser uma prioridade (mais na lei do que na prática) e, em matéria de tratamento da informação, verificam-se grandes melhorias, sobretudo na Biblioteca Nacional, graças à autonomia administrativa e à equipa técnica, que era de grande qualidade. Num tempo em que a direção deste organismo estava a cargo de Jaime Cortesão, personalidades como José António Moniz, Eduardo de Castro e Almeida e, sobretudo, o Chefe dos Serviços Técnicos, Raul Proença, empreenderam uma renovação de fundo nos serviços biblioteconómicos, bem em sintonia com as mais modernas orientações, a nível internacional.

Em contrapartida, no Arquivo Nacional não acontecia nada de digno de nota, mesmo apesar da autonomia administrativa que lhe fora atribuída em 1918.

#### 4. O “estado de torpor” durante o Estado Novo

Uma vez estabilizada a situação política, depois do golpe de 28 de Maio de 1926, o governo começa a dirigir alguma atenção para os arquivos e as bibliotecas. As primeiras ações legislativas do novo regime ocorreram pouco tempo depois da tomada do poder em maio de 1926 e tiveram um carácter acentuadamente restritivo, sendo justificadas por razões financeiras e pela necessidade de racionalizar recursos, embora motivos de ordem político-ideológica tenham estado por detrás de muitas das

<sup>21</sup> PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Decreto n.º 4:312 [de 8 de maio de 1918]. *Diário do Govêrno*. 1ª série. Lisboa. 117 (29 maio 1918) 839-841.

medidas tomadas. Tal foi o caso da Biblioteca Nacional, onde o dinamismo técnico, editorial e cultural da sua direção, grandemente apoiada nos Serviços Técnicos chefiados por Raul Proença, constituíram, de imediato, um alvo a abater, dado o incómodo ideológico que causavam ao poder instituído.

Após uma primeira reforma da Inspeção das Bibliotecas e Arquivos e dos organismos dela dependentes, promulgada através do Decreto n.º 13.724, de 27 de maio de 1927<sup>22</sup>, que teve vida efémera e não surtiu efeitos práticos, ocorreu a reestruturação dos serviços da Inspeção das Bibliotecas Populares e Móveis, através do Decreto n.º 13.726<sup>23</sup>. Configurando uma mudança de perspetiva, pretensamente orientada para uma maior autonomia das bibliotecas populares, na prática traduziu-se numa desresponsabilização do Estado relativamente a este setor, que tão caro havia sido à República, e acabou por não favorecer o desenvolvimento da rede de bibliotecas populares, que ficaram entregues a si mesmas e sem o apoio financeiro imprescindível para funcionarem adequadamente.

As primeiras medidas reformadoras do setor bibliotecário e arquivístico foram muito pouco consequentes pois, quase de imediato, começou a ser preparada a grande reforma do Estado Novo para esta área – uma verdadeira “lei de bases” – que foi promulgada pelo Decreto n.º 19.952, de 27 de junho de 1931. Este diploma, preparado por uma comissão presidida por Júlio Dantas, deu enquadramento legal a reformas reais e foi a base da política arquivística e biblioteconómica que teve a mais longa duração desde que fora instituída a Inspeção.

Esta nova regulamentação, bem como a proposta de criação do Arquivo Histórico Colonial, também em 1931, são sinais evidentes da adesão de Júlio Dantas<sup>24</sup> ao Estado Novo e reveladores da sua interpretação inequívoca da política oficial vigente.

Imbuída de um espírito fortemente centralista do ponto de vista político, a reforma de 1931 visou, antes de tudo, reorganizar a Inspeção “num sentido de grande amplificação das suas atribuições, tornando-se assim muito mais larga e fecunda a sua acção, que daqui em diante se fará sentir sôbre muitas bibliotecas e arquivos até agora completamente arredados dela”<sup>25</sup>. Procurou, também, regulamentar diversos aspetos considerados essenciais para o bom funcionamento destes serviços públicos, desde a componente orgânica, às questões de ordem material (edifícios e equipamentos), passando ainda pelas questões da formação dos recursos humanos, a quem se exigia uma formação profissional adequada. Apesar de ser uma lei geral e abrangente,

<sup>22</sup> PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério da Instrução Publica: Direcção Geral do Ensino Superior: Decreto n.º 13:724 [de 27 de maio de 1927]. *Diário do Govêrno*. 1.ª série. Lisboa. 114 (3 jun. 1927) 881-901.

<sup>23</sup> PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Decreto n.º 13:726 [de 27 de maio de 1927]. *Diário do Govêrno*. 1.ª série. Lisboa. 114 (3 jun. 1927) 918-921.

<sup>24</sup> Manteve-se no cargo de Inspetor geral até atingir o limite de idade, em 1946.

<sup>25</sup> PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério da Instrução Pública: Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes: Decreto n.º 19:952, cit., p. 1.253.

deixava ainda questões por aprofundar e, por isso, incluía, na parte final, umas “disposições gerais”, relativas aos meios para fazer cumprir as suas determinações, bem como a futuros desenvolvimentos destinados a regulamentar aspetos particulares. O art. 189.º previa exatamente que “A Inspeção das Bibliotecas e Arquivos proporá ao Ministro da Instrução Pública, no prazo máximo de seis meses a contar da data de publicação deste decreto, os regulamentos necessários para a sua mais completa e profícua execução”<sup>26</sup>. Contudo, uma vez promulgada a lei estruturante para o setor das bibliotecas e dos arquivos, o ritmo legislativo do regime nesta matéria abrandou significativamente e diminuiu imenso em número de diplomas, sobretudo se o compararmos com a produção que caracterizou a Primeira República Portuguesa, em que era dada uma importância crucial às questões da instrução pública inserindo aí a política arquivística e biblioteconómica. Deste modo, os prometidos diplomas regulamentares ficaram, na sua maioria, por aprovar.

Ainda assim, do ponto de vista técnico, podem-se assinalar algumas medidas significativas: a criação na Biblioteca Nacional de uma secção especial consagrada à Sociedade das Nações (1930); a regulamentação do Curso Superior de Bibliotecário - Arquivista e a aprovação dos respectivos programas (1931), retirando-o da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e convertendo-o num curso profissional, sob a tutela da Inspeção; a criação de uma “comissão especial de catalogação” (1932), encarregada de estudar normas para a elaboração de índices e catálogos; novamente a remodelação do Curso de Bibliotecário-Arquivista, em 1935, voltando a ser integrado na academia, desta feita na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Além disto, é ainda de realçar o trabalho desenvolvido com vista à identificação e caracterização dos serviços detentores de documentação: o inquérito às bibliotecas municipais, levado a cabo por António Ferrão, em 1932-1933, o qual permitiu concluir que a situação destes organismos era “lamentável”; o projeto de inquérito, elaborado em 1943, por iniciativa de Júlio Dantas, mas do qual foi encarregado, de novo, o sub-inspetor António Ferrão, e que se destinava a todas as instituições detentoras de acervos documentais, incluindo as “Ilhas adjacentes” e o “Império Colonial”; e um novo inquérito, promovido em 1946, ocupando já António Ferrão o cargo de Inspetor.

Nas décadas de 30 e de 40, as atividades da Inspeção constam de relatórios publicados no periódico oficial, *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, sendo perceptível que se havia instalado uma rotina de funcionamento, sem aspetos relevantes a assinalar.

Nos anos subsequentes, apenas merece referência o período em que António Ferrão assumiu o cargo de Inspetor (1946-1954), pelo facto de o estudo e a reflexão, plasmados em inúmeros relatórios técnicos enviados à tutela, terem atingido um

---

<sup>26</sup> PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério da Instrução Pública: Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes: Decreto n.º 19:952, cit., 1.269.

nível nunca antes alcançado. Contudo, as suas propostas não lograram atingir a efetiva concretização, pois o despacho superior exarado nos ofícios que acompanhavam os seus relatórios resumia-se, quase invariavelmente, a um lacónico “Aguarde”.

Após a retirada de António Ferrão do cargo de Inspetor, a gestão corrente passou a dominar a atividade da Inspeção, não se concretizando iniciativas dignas de realce. Na verdade, foi esmorecendo paulatinamente, sendo apropriado usar as palavras de Mesquita de Figueiredo aplicadas ao Arquivo Nacional nos princípios do século: o “estado de torpor” instalara-se no organismo coordenador das bibliotecas e dos arquivos e o imobilismo é a palavra que melhor caracteriza os seus últimos anos de vida. A instituição tinha entrado numa apatia que acabou por conduzir à reforma legislativa de 1965, uma reestruturação “vasta e profunda”, que extinguiu a Inspeção como organismo autónomo e reequacionou as políticas a pôr em prática daí em diante<sup>27</sup>.

O inconformismo dos profissionais dos arquivos e bibliotecas, relativamente à situação de apatia que afetava o setor bibliotecário e arquivístico, provocou os seus efeitos no início da década de 60. Começaram a organizar-se e a tornar públicas as suas preocupações através de uma publicação de carácter técnico – os *Cadernos de Biblioteconomia e Arquivística*<sup>28</sup> –, nascida em 1963, em torno da qual um grupo desencadeou uma dinâmica tendente a pôr em marcha um processo de renovação que se prolongou por muitos anos<sup>29</sup> e que, sem dúvida, contribuiu para a promulgação do Decreto-Lei n.º 46.350, de 22 de maio de 1965, que reformou o setor bibliotecário e arquivístico do Estado, colocando-o na dependência direta da Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, em articulação com a 3.ª Secção da Junta Nacional de Educação.

O legislador assume categoricamente a necessidade de alterar a situação vigente, afirmando: “Tem de modificar-se este regime, que oferece os mais sérios inconvenientes. Por um lado, absorvendo com exigências puramente administrativas grande parte do esforço do pessoal, leva a sacrificar as mais importantes formas de actividade técnica. Por outro, reduzindo frequentemente a Inspeção no domínio burocrático ao papel de mera estância de transmissão, de simples ponte de passagem

<sup>27</sup> PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes: Decreto n.º 46 350. *Diário do Governo*. 1.ª série. Lisboa. 114 (22 maio 1965) 718-724 (com uma retificação em: *Diário do Governo*. 1.ª série. Lisboa. 132 (14 jun. 1965) 828). Este diploma pode também ser consultado em: Organização dos serviços das bibliotecas e arquivos: Decreto-Lei n.º 46.350. *Bibliotecas e Arquivos de Portugal*. Lisboa. 1 (1969) 233-255.

<sup>28</sup> Esta publicação passou, mais tarde, a designar-se *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*, título que ainda hoje mantém, sendo abreviadamente referida como “Cadernos BAD”.

<sup>29</sup> Sobre o assunto, ver: REAL, Manuel Luís – Gestão do património arquivístico nacional. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 2.º, Coimbra, 1987 – *A Integração europeia: um desafio à informação: actas*. Coimbra: Livraria Minerva, 1987, pp. 207-246.

entre os estabelecimentos e a Direcção-Geral, conduz a inútil duplicação de formalidades e a consequente demora na resolução dos assuntos<sup>30</sup>.

A reforma de 1965 veio, portanto, pôr fim a um ciclo em que a Inspeção das Bibliotecas e Arquivos tinha um papel decisivo em tudo quanto a estes organismos dizia respeito. O dinamismo que caracterizara a sua atividade até meados da década de trinta e no período em que foi tutelada por António Ferrão contrastou com os últimos anos da sua existência, pautados por uma evidente inoperância que levou à sua extinção.

## 5. A crise do paradigma dominante e a Era da Informação

A incompatibilidade entre a política de incorporações e o acesso à informação, o desinteresse do poder político pelo setor dos arquivos e das bibliotecas, a formação erudita e desadequada para fazer face aos novos tipos de documentos em suportes distintos do tradicional papel, a inexistência de “gestores de documentos” na esfera administrativa capazes de intervir ao nível da produção e gestão da informação corrente, as mudanças provocadas pela revolução tecnológica em curso desde meados do século XX e em franca aceleração depois da década de oitenta, são alguns dos problemas que vieram pôr em causa, definitivamente, a perspetiva custodial e patrimonialista que emergiu na centúria de oitocentos e se consolidou ao longo da seguinte.

A Era da Informação acarretou consigo uma série de novos problemas e desafios, surgidos não só devido à revolução tecnológica, mas também por causa das mudanças organizacionais e da implementação de modelos de gestão inovadores, com implicações óbvias na produção e na gestão da informação. O envolvimento da sociedade pelo fenómeno informacional e a estreita simbiose com a tecnologia conduziram à produção em massa de documentos eletrónicos/digitais e, por força disso, assistimos à emergência de um novo paradigma, que apelidamos de ‘paradigma pós-custodial, científico e informacional’<sup>31</sup>.

Nesta nova visão, a informação para a gestão adquire uma importância redobrada e implica maior controlo, maior organização e instrumentos mais capazes de proporcionar um acesso, um uso e uma recuperação mais eficazes e mais eficientes<sup>32</sup>. Além disso, traz para primeiríssimo plano a questão da preservação da informação

<sup>30</sup> Organização dos serviços das bibliotecas e arquivos: Decreto-Lei n.º 46.350, cit., p. 235.

<sup>31</sup> Sobre esta problemática, ver por exemplo: RIBEIRO, Fernanda – Da Arquivística técnica à Arquivística científica: a mudança de paradigma. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. Porto, 1, (2002), 97-110. Também disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo3511.pdf>.

<sup>32</sup> Ver, a este propósito: SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – A Gestão da Informação na administração pública. *Interface*. Lisboa. 50:161 (nov. 2009) 32-39.

digital e o problema da ‘memória’ considerada como fator identitário das pessoas, das organizações e, em última instância, dos povos e das nações.

Ao nível teórico, há que enfrentar desafios exigentes, mas motivadores do estudo e da reflexão. Os fundamentos e os conceitos operatórios (fundo, proveniência, gestão de documentos...) da Arquivística tradicional mostram-se desadequados para responder à nova realidade informacional, precisando de ser questionados e problematizados, *quicá* mesmo revistos e reformulados.

A perspectiva científica (pós-custodial) e a aproximação à (ou mesmo inclusão na) *Information Science* apresentam-se, hoje, como sinais e consequências do desenvolvimento da investigação e do enquadramento académico desta área e distanciam-se da visão profissionalizante que dominava a Arquivística técnica e custodial.

Por outro lado, a passagem do Estado Cultural ao Estado Digital implica encarar os arquivos não como um problema cultural, mas como uma problemática do âmbito da gestão de informação, essencial para o desenvolvimento<sup>33</sup>. A informação no contexto das organizações engloba todos os tipos informacionais e todas as áreas de atividade, devendo ser encarada numa perspectiva holística e sistémica, sem divisões artificiais, que representa, de certa forma, um retorno às origens. Um retorno aos repositórios orgânicos e unitários, em que biblioteca e arquivos não existiam separadamente e onde a preservação da informação, como memória organizacional e tendo em vista um uso para fins de gestão (operativos e procedimentais), ocorria natural e intuitivamente. Hoje, já não se concebe este campo como uma mera aplicação de técnicas baseadas num conjunto de práticas intuitivas, pois os avanços técnicos e tecnológicos potenciam uma melhor gestão da informação e a académização da área cria condições para o desenvolvimento de investigação e o aumento do conhecimento científico num campo do saber que tem por objeto de estudo e de trabalho a ‘Informação’.

---

<sup>33</sup> Para maior aprofundamento, ver: SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Paradigmas, serviços e mediações em Ciência da Informação*. Recife: Néctar, 2011.

PARTE II  
*Os Arquivos de família  
pelos seus proprietários*



# O Arquivo Ficalho – a sua história e perspectivas de futuro

*Matilde de Mello Gago da Silva,*

*António Maria de Assis*

## 1. MELOS, de Serpa

A presença desta família, em Serpa, de forma contínua e ininterrupta, remonta ao reinado de D. Duarte, na pessoa de João de Melo, copeiro-mor de D. Afonso V e fronteiro desta vila e seu termo em 1442, vedor das obras do seu castelo em 1443 de que prestou menagem em 1448, seu alcaide-mor, e já senhor da quinta de Ficalho, no termo, como informa José Cumbre<sup>1</sup>. Casou duas vezes: a primeira com D. Isabel da Silveira, a segunda com D. Mécia de Sousa, tendo geração de ambos os casamentos. Do primeiro foram seus filhos, entre outros, Garcia de Melo, que lhe sucedeu na alcaidaria-mor de Serpa; e Henrique, com quem se segue.

Henrique de Melo, que viria a herdar vários bens em Serpa, nomeadamente a “quinta” de Ficalho, casou com D. Brites Pereira de Lacerda, filha de Nuno Pereira de Lacerda, de quem teve vários filhos, entre os quais Diogo, que segue, e D. Guiomar de Melo, que foi camareira-mor da imperatriz D. Isabel, filha do rei D. Manuel I e mulher de Carlos V. Esta senhora, que não casou, vivia ainda em 1557, mas já era falecida no ano seguinte, época em que se fizeram as suas partilhas pelos dois sobrinhos contemplados: Pedro de Melo, filho de seu irmão Diogo, e de quem se falará adiante, a quem deixou, entre outras coisas, a sua quinta de D. Brites (hoje Herdade de D. Brites, no termo de Serpa) e metade das “casas no castelo velho de Serpa”; e Guiomar de Melo, decerto sua afilhada, filha de seu irmão Duarte, e que era casada com Álvaro Mendes de Vasconcelos, morgado do Esporão. Mas o grosso dos seus

---

<sup>1</sup> CUMBRE, José Paiva, – *Os Melo - Origens, Trajectórias e Percursos Políticos (séculos XXII-XV)*, Lisboa: Tribuna da História, 2005.

bens, e que eram muitos, havia vinculado em morgado, em 1556. Este morgadio, encabeçado na capela-mor da igreja de Santa Maria, em Serpa, que “ela edificara com autoridade do Papa, Arcebispo, Rei, Câmara e Povo da dita vila”, foi nomeado no seu já referido sobrinho Pedro de Melo, e a sua sucessão era regulada da seguinte forma: os administradores podiam nomear livremente qualquer dos seus filhos legítimos varões, e na falta deles, fêmeas; não havendo nomeação, aplicava-se a lei comum, e sucedia o mais velho; e na falta de sucessão legítima, sucederia o parente mais chegado que se chame Melo, preferindo em igual grau aquele que residir em Serpa ou mais perto desta vila.

Diogo de Melo, primogénito e sucessor na casa. Serviu na Índia, como era hábito entre a fidalguia do seu tempo, para onde embarcou em 1525, como capitão da nau Nossa Senhora do Paraíso. Ainda vivia em 1534, ano em que compra património às freiras da Conceição de Beja, mas já era falecido em 1537, ano em que sua viúva e prima, D. Lucrecia de Melo (filha de João de Melo e de Brites de Brito), requer a demarcação da Herdade de Alpedrete, no termo de Serpa. A si respeitante existem sete documentos produzidos entre 1518 e 1534, e podemos afirmar que é a partir dele que se começa o Arquivo (ressalvando documentação mais antiga existente nos cartórios incorporados nos séculos XVIII e XIX – Costa Barreto e Brito do Rio, respectivamente).

A Diogo de Melo sucedeu seu filho Pedro de Melo, não apenas na casa paterna, mas também no grande morgadio instituído por sua tia D. Guiomar de Melo. Pedro de Melo casou com sua prima materna D. Luísa Pereira, de Serpa, filha de Roque da Costa Barreto, fidalgo da Casa Real, e de sua mulher D. Guiomar Pereira de Lacerda. Esta senhora, que tinha ascendência Barreto, Costa, Quaresma e Pereira de Lacerda, para além de ser generosamente dotada aquando do seu casamento, foi nomeada administradora num vínculo instituído por sua mãe, o que a fez abdicar na herança paterna, em 1570, que por isso só tocou a seus irmãos Manuel de Lacerda Barreto e Nuno Álvares da Costa Barreto, para além da referida mãe viúva, e da herança materna, em 1579. Porém, e por força do ordenamento vincular, veio a suceder, mais de dois séculos depois, no morgado de Francisco Barreto, cónego da Sé de Lisboa e inquisidor da Mesa Grande, Francisco de Melo, senhor de Ficalho, e bisneto de Pedro de Melo e de D. Luísa Pereira. Com esta sucessão vincular, veio ao Arquivo Ficalho todo, ou quase todo, o cartório dos Costa Barreto, do qual foram dados alguns papéis aos primos Côrte-Real, do Algarve, por não interessarem directamente à casa.

Sucedeu na casa Francisco de Melo, apesar de ser secundogénito, filho de Pedro de Melo e de D. Luísa Pereira, a quem seu pai nomeou administrador do morgado de Serpa em 1594, e de que vira a tomar posse em 1600. Senhor do morgado instituído por Guiomar de Melo, camareira-mor, e já bastante acrescentado, herdou ainda património alodial: para além de vários foros, da herdade de D. Brites, da Herdade do Enxoé, da Herdade da Melrina, da quarta parte da Herdade da Retorta, ficou senhor das “Casas Grandes e suas anexas”, em Serpa, onde vivia seu pai, e que ele acrescentou

(compra casas e quintais contíguos em 1607 e 1608) e que irão ser transformadas e remodeladas na geração seguinte. Aliás, durante a sua administração, compraram-se várias propriedades, e acrescentou-se bastante a Herdade do Peixoto, onde, em 1622, mandou reerguer a ermida que lá havia.

Francisco de Melo, que foi sepultado na capela-mor da igreja de Santa Maria a 24 de Março de 1632, havia casado com D. Catarina de Castro, filha de D. Rodrigo Manoel de Vilhena e de D. Francisca de Castro, que trouxe consigo, para a casa de Serpa, uma coleção de retratos, de grandes dimensões, dos seus antepassados Castro e Manoel, e que dão nome a uma das mais emblemáticas divisões do Palácio Ficalho: a chamada *Sala dos Espanhóis*. Deste casal foi filho, além de Pedro de Melo, que sucederá, e de outros, Martim Afonso de Melo, baptizado na igreja de Santa Maria de Serpa a 23 de Abril de 1612, e que seguiu a carreira eclesiástica, falecendo em 1684 como bispo da Guarda.

Martim Afonso de Melo, bispo da Guarda e inquisidor, juntou considerável fortuna, que vinculou quase integralmente ao morgadio da casa, quer no seu testamento de 1679, quer em acto autónomo em 1682. Mas não se ficou por aqui: ao longo da sua vida ajudou financeiramente seu irmão Pedro (como, por exemplo, em 1682 ao mandar-lhe dinheiro para ajuda de custo na jornada que iria empreender a Lisboa para “fazer a função de visitar e beijar a mão a este príncipe [de Sabóia] e a seus sogros”), especialmente na grande remodelação da casa de Serpa, que adquirirá nesta altura o aspecto que hoje tem. Neste próprio o seu empenho era grande, e não se limitava à entrega de fundos; a sua preocupação e dedicação a esta matéria são bem visíveis em algumas das suas cartas: “mandarei entregar o dinheiro assim para as grades da varanda, como das janelas, a Francisco de Melo muito brevemente; ele me avisa neste correio tem já lá as medidas que V. Mercê lhe mandou e que o oficial está pronto a faze-las pelo mesmo preço das outras”; “A largura desta galeria dos Paços de Castelo-Branco é de 22 palmos”; “Folgo muito se vá continuando a nossa obra, agora como os bois não tem que fazer se poderam ajuntar os materiais, e comece V. Mercê com a própria casa de Estado, em se acabando de aperfeiçoar a Torre e a escada para a varanda, ou se comece a mesma varanda, carregando-a e pondo-lhe as cimalthas”; “As novas que V. Mercê [me deu] do estado das obras estimo muito [e] cuido que já lá poderá estar a madeira que comprou o Padre Oliveira, com que se poderão ir continuando as obras”. A última das suas cartas existentes no Arquivo, datada da Guarda, 1 de Setembro de 1683, e endereçada ao seu sobrinho Francisco de Melo, demonstra bem a sua ideia e a sua vontade: “eu se desejo viver mais alguns anos é para vos ajudar e deixar esta nossa casa de maneira que não necessiteis de validos”.

Pedro de Melo sucede na casa e nos morgadios, que são desde logo acrescentados pela doação que, em 1620, lhe faz sua tia D. Luísa Pereira, viúva de João Freire de Andrade, e de que seu pai tomou posse, em 1622, aquando do falecimento desta, anexando-lhe mais tarde os bens que lhe ficaram por morte de seus irmãos Roque

de Melo e Jorge de Melo. Para além dos bens vinculados, recebeu também, em 1632, o seu quinhão nos livres, onde estão as casas no Castelo Velho que, como já se disse, com a ajuda e vontade do seu irmão bispo da Guarda, remodelou e transformou naquele que é hoje o Palácio Ficalho, em Serpa, monumento nacional desde 2007<sup>2</sup> Aclamou o rei D. João IV em Miranda do Douro, e foi governador do Rio de Janeiro “donde voltou em 1667”, fidalgo da Casa Real, membro do Conselho de Guerra de D. Pedro II, Governador de Serpa, Mestre de Campo General na Beira e no Alentejo no “tempo da Guerra contra Castela”, Comendador de São Martinho de Pinhel e de São Pedro de Galveias na Ordem de Cristo. Guarda-se no Arquivo uma importante colecção de cartas (113 ao todo) que lhe são dirigidas por vários influentes da altura (Marquês de Marialva, Martim Pereira de Eça, Conde de Atouguia, Conde de S. Lourenço, Conde de Vila Flor, Conde de Soure, Conde de Schomberg, Diniz de Melo e Castro, futuro Conde de Galveias, André de Albuquerque, João Mendes de Vasconcelos, Pedro Jaques de Magalhães, futuro Visconde de Fonte Arcada, Conde Dom Rodrigues de Castro – Conde de Mesquitela – João Mendes Mexia, Jorge da Franca, Bartolomeu Pantoja, e até de um conde espanhol assistente em Beja em 1662), quase todas versando assuntos relacionados com as Guerras da Restauração.

Se do seu primeiro casamento com D. Leonor de Meneses teve apenas uma filha, Catarina, que professou na Conceição de Beja (e não em Évora, como dizem alguns autores), da sua segunda mulher, D. Teresa Maria de Mendonça, com quem casou em Santa Engrácia de Lisboa a 19 de Setembro de 1650, teve vasta prole, de que foi primogénito o sucessor, Francisco.

Francisco de Melo, que sucedeu na casa, morgadios e comendas, foi senhor de Ficalho, mas não o primeiro como todos os autores advogam, pois na carta de mercê, datada de 1678, lá se diz que o senhorio é idêntico ao que “fora dado ao senhor Pedro de Melo, pelos seus grandes serviços”. Casou duas vezes, a primeira com D. Inês Tomásia de Távora, que lhe deu a única filha que teve, e a segunda com D. Violante de Portugal, em 1691, de quem não teve geração. Foi esta última senhora, D. Violante, quem trouxe à família, como parte do seu dote, as “casas grandes e pequenas, defronte da ermida dos Fiéis de Deus, e na travessa e ruas da Rosa e do Carvalho” – ou seja o chamado Palácio dos Caetanos, que se tornou a residência da família na capital, que ainda hoje o habita (parcialmente).

Como atrás já se referiu, Francisco de Melo tomou posse, em 1716, do morgadio dos Costa Barreto, por falecimento de Francisco Barreto, cónego da Sé de Lisboa e inquisidor, incorporando-se no arquivo da casa todo este cartório.

D. Teresa Josefa de Melo, nascida em 1683, sua única filha, sucedeu em toda a sua casa e morgadios, tomando posse em seu nome, no ano de 1719, seu marido António Teles da Silva, filho dos marqueses de Alegrete, com quem casara em 1702.

<sup>2</sup> Decreto nº 6/2007 de 20 de Abril.

Francisco de Melo, filho dos anteriores, nasceu em 1716 e sucedeu na casa; seu irmão Fernão não vingara, morrendo com 7 anos de idade, e das suas nove irmãs apenas Violante casara (com Fernando de Miranda Henriques), tendo professado as restantes. Casou com D. Isabel Josefa de Breyner de Meneses, que viria a ser, já viúva, condessa de Ficalho. Nasceram oito filhos deste casal que usaram, à excepção do primogénito, o apelido composto “Melo Breyner”.

António José de Melo sucedeu na casa de seu pai, mas não no título condal, por não ter sobrevivido a sua mãe titular, pois morreu prematuramente em 1790. Casou com D. Maria Margarida Xavier de Lima, filha dos marqueses de Ponte de Lima, de quem teve três filhos: Francisco, Eugénia e Tomás.

Sucedeu na casa paterna Francisco José de Melo, com apenas 8 anos de idade, e mais tarde, em 1795, no título de sua avó. Nascido em Serpa em 1781, morreu com apenas trinta anos de idade, em 1812. Foi conde e senhor de Ficalho. Casou em 1803 com D. Eugénia de Almeida, filha dos marqueses de Lavradio, e que viria a ser duquesa de Ficalho. Deste casamento nasceram seis filhos e filhas, entre os quais António, sucessor, Luís, que viria a ser conde de Sobral, e Francisco, que viria a ser conde de Mafra.

António José de Melo, que nasceu em Lisboa em 1806, sucedeu na casa com apenas 6 anos de idade, e foi conde e marquês de Ficalho. É sua mãe, a duquesa D. Eugénia de Almeida, quem trata da gestão da Casa durante a sua menoridade, e quem, a bom tempo, manda reorganizar e arrumar todo o seu cartório. Casou com D. Maria Luísa Braamcamp Sobral de Almeida de Narbonne-Lara, filha dos 1<sup>os</sup> condes de Sobral, de quem teve apenas dois filhos: António, primogénito, que morreria em 1835 com um ano de idade, e Francisco, que segue.

Francisco de Melo, sucessor, nasceu a 27 de Julho de 1837, e foi quarto conde de Ficalho – aliás, foi o “Conde de Ficalho”. Homem importante do seu tempo, mor-domo-mor, cientista, botânico, professor, escritor, um dos “Vencidos da Vida”, casou em 1862 com D. Josefa Pimentel de Meneses de Brito do Rio, e com ela veio o arquivo de sua família, que viria a ser descrito e organizado, já no século XX, por Maria das Dores Eça de Queiroz, marquesa de Ficalho. Para além de um filho bastardo, nascido em 1883 e que se chamou José da Costa Carneiro, teve o Conde de Ficalho duas filhas:

Maria Josefa de Melo, primogénita, nascida em 1863, sucedeu na casa e títulos. Casou com António Máximo da Costa e Silva, que lhe deu três filhos, sucedendo o mais velho, Francisco.

Francisco de Melo da Costa, que nasceu em Colares a 28 de Abril de 1890, foi senhor da casa e marquês de Ficalho. Casou em 1914 com D. Maria Luísa Henriques Pereira de Faria Saldanha e Lancastre, filha dos condes de Alcáçovas, de quem teve uma filha religiosa, e o filho sucessor.

António Martim de Melo, que nasceu em Serpa em 1916 e aí morreu em 1990, sucedeu na casa e foi marquês de Ficalho. Restaurou, por completo, o Palácio de

Serpa, e aí instalou, ou reinstalou, o arquivo, a quem sua mulher, Maria das Dores de Eça de Queiroz de Mello, dedicou parte substancial do seu tempo, organizando o que estava desarrumado, identificando o que estava ignorado, acomodando o que estava em pilha.

Matilde de Melo, co-signatária deste texto, e seus sobrinhos António e Tomás, são os actuais proprietários do arquivo, tendo decidido mante-lo agregado e uniforme no palácio de Serpa.

## 2. Organização do ARQUIVO, até 1815

O núcleo do Arquivo da Casa Ficalho é constituído por 30 caixas de folha de flandres, cada uma contendo um número variável de documentos, numerados a partir do 1, em cada caixa ou maço. Foi D. Eugénia de Almeida, 1ª Duquesa de Ficalho, quem ordenou a organização e reestruturação do cartório Ficalho, após ter ficado viúva em 1812, e, por conseguinte, ter ficado a gerir a Casa na menoridade de seus filhos (a mais velha, D. Maria Margarida, tinha então sete anos de idade, e seu irmão António, marquês de Ficalho, que sucederia, com seis).

Esta foi a organização que lhe deu o padre João Filipe da Cruz, “Presbitero secular, Paleógrafo Diplomático por El Rei Nosso Senhor”. Pouco sabemos a seu respeito; não é referido nem por Henrique de Campos Ferreira Lima, nos seus *Subsídios para um dicionário bio-bibliográficos dos calígrafos portugueses*, publicado nos anos 20 nos Anais das Bibliotecas e Arquivos, nem por Inocêncio, no seu Dicionário. Deve ter entrado ao serviço da Casa Ficalho pelos anos de 1812 ou 1813, e as suas últimas actuações datam de 1817. Deve ter morrido antes de 1836 pois, tendo começado a organizar e classificar o Arquivo da Casa dos Condes de Palma, não chega a concluir este trabalho, que foi finalizado nessa data por José Joaquim Matoso Gago da Câmara, perito paleógrafo.

A linha de organização documental seguida, e em vigência na época, pauta-se por dois critérios: tipologia do conteúdo do documento, e a sua cronologia. Assim começa pelos “Aforamentos” (Caixa ou maço nº 1) e termina nos “Testamentos” (Caixa ou maço nº 22). As caixas nº 23 a 26 guardam transcrições paleográficas dos documentos de pior leitura, para a época; e as nºs 27, 28, 29 e 30 guardam as chamadas (ou classificadas) “Cartas missivas”, sem qualquer outra organização que não seja a que lhe foi dada, já na segunda metade do século XX, pela Senhora Marquesa de Ficalho.

Desta organização arquivística resultou um Tombo onde se descrevem sumariamente todos os documentos, identificando o maço a que pertencem e a sua colocação dentro dele.

É muito provável que este presbítero não tivesse tido acesso a toda a documentação existente, já que a estrutura deste Índice indicia a sua convicção de ter tratado

todo o universo documental do Cartório, o que de facto, por motivos que ignoramos, não aconteceu. As 19 pastas de “documentos avulso”, organizadas pela Marquesa de Ficalho em anos recentes, contêm muita documentação que aí se encontraria se o Padre tivesse tido conhecimento dela.

Importa ainda reflectir sobre as razões que justificaram esta organização, neste período temporal. A hipótese formulada pelos autores é de que a organização de 1815 surge como promotora da funcionalidade do arquivo enquanto instrumento de gestão da Casa; só para isto se organiza o Arquivo e por isso mesmo as “cartas missivas”, sem interesse para a gestão, foram agrupadas em monte, e não descritas. Estamos no rescaldo das Invasões Francesas, o Rei e a Corte estão no Brasil, a Casa estava pejada de dívidas (em especial à Misericórdia de Lisboa), havia casos em tribunal, já se avizinham os tempos do liberalismo e a conseqüente extinção dos morgadios. Este conjunto de acontecimentos terá justificado que D. Eugénia de Almeida tenha promovido a organização do arquivo, acompanhando aliás o que se fez nesta época em todas as casas grandes.

Obviamente este objectivo terá sido cumprido segundo os canones da época, e não segundo os critérios actualmente considerados pela gestão arquivística. As modernas concepções justificam assim a opinião formulada pelo Dr. José Mariz (que em 2006 analisou o Arquivo Ficalho), segundo o qual foi “a estrutura orgânica do arquivo foi completamente ignorada, (...) dispersando-se os documentos respeitantes aos mesmos objectos ou provenientes dos mesmos produtores ou receptores”<sup>3</sup>.

Por último cumpre referir que se foi o padre João Filipe da Cruz o autor da maioria dos traslados de documentos antigos existentes no cartório da Casa Ficalho, 206 ao todo, é certo que existem cópias anteriores feitas por outras mãos: João da Costa Silva Portugal, que traslada 175 documentos entre 1788 e 1790, uns atestados por pelo tabelião José Martiniano Rodrigues de França, outros por Joaquim José Lino, do mesmo escritório, e outros ainda não atestados; três pelo tabelião António Rodrigues Marques, datados de 1748 e 1749; quatro pelo tabelião António da Silva Freire, em 1768; e ainda, em 1788, cinco por Bernardo José de Figueiredo e Silva, “Notário e Tabelião Publico [e] Apostólico dos aprovados na forma do Sagrado Concilio Tridentino, e com a faculdade régia para autenticar quaisquer cópias extraídas de documentos de letra antiga”.

### 3. Organização do ARQUIVO no século XX

Para além deste núcleo, que mede 290 cm de prateleira, existe toda a documentação da Casa anterior a 1815 mas não incluída na organização do padre João Filipe da Cruz, bem como a documentação posterior, ocupando cerca de 350 cm de prateleira

<sup>3</sup> MARIZ, José - *Arquivo da Casa Ficalho*. 2006, (documento particular).

e acondicionada em pastas de carneira com atilhos; o Arquivo Brito do Rio, vindo à Casa pelo casamento do 4º Conde de Ficalho com D. Josefa Brito do Rio, que mede 225 cm de prateleira; com âmbito cronológico entre o século XVI e o século XIX e respeitante, na sua maior parte, a propriedades em Elvas e na Ilha Terceira; 8 caixas numeradas, com lombadas em carneira, contendo sobretudo papéis de cariz pessoal (mercês, patentes, correspondência), com respeito a vários representantes da família, entre Francisco de Mello (IV) e o Conde de Ficalho, abarcando todo o século XIX; um conjunto de cerca de três dezenas de livros de contas relativos à administração das propriedades em Serpa e Ficalho e dois tomos de Comendas e, finalmente os manuscritos da obra do Conde de Ficalho (trabalhos científicos, contos, colaboração em jornais e alguns inéditos inacabados).

A segunda grande organização do Cartório deve-se assim a Maria das Dores Eça de Queiroz de Mello, última Marquesa de Ficalho, que nele trabalhou dos anos 70 até aos anos 90 do século XX e que abrange toda a documentação não organizada anteriormente.

Como método de trabalho, por um lado respeitou as formas de organização que encontrou (como é o caso do Arquivo Brito do Rio, parcialmente organizado e indexado em 1859, e das últimas caixas imperfeitamente inventariadas pelo Pe. João Filipe da Cruz). Mas, por outro lado, inventariou e organizou, com critérios próprios, toda a restante documentação, até meados do século XX.

Descreve esses critérios quando explica que os documentos foram arrumados “segundo a cronologia da família” e “juntando tanto quanto possível os documentos por ordem de antiguidade e pessoa”. Cada “pessoa” é, de facto, o titular da Casa em cada momento (ou o cônjuge que lhe juntou os seus bens próprios) e os documentos que se lhe referem foram agrupados em pequenos conjuntos de documentos, relacionados por assunto/objecto, que designa de “núcleos”.

A classificação e organização são explicitadas, não através de um tomo ou índice geral, mas com base num ficheiro, onde os “núcleos” são classificados e as rubricas de classificação ordenadas por ordem alfabética. Os classificadores correspondem em grande parte às pessoas pelas quais a organização foi orientada mas outros critérios foram também utilizados. Assim, e como exemplo, se existe uma ficha onde está listada toda a documentação referente ao Conde de Ficalho (Francisco de Mello Breyner, 1837-1903) com a indicação do maço e núcleo respectivo, outra ficha, intitulada “Cartas”, reúne todas as cartas inventariadas, incluindo assim as do, ou para o, Conde de Ficalho, novamente descritas e com remissão para a ficha “por pessoa”.

Finalmente, estas fichas contêm um conjunto de notas pessoais sobre o processo de organização, a constituição dos maços, as relações detectadas dos documentos com os do “arquivo Antigo”, por vezes a data em que foi feita a organização e até algumas dúvidas remanescentes, revelando, segundo o Dr. José Mariz “uma grande preocupação do rigor possível e uma intuição rara sobre as exigências da

futura utilização do arquivo” que compensam assim as suas “naturais deficiências técnico-arquivísticas”<sup>4</sup>.

Não foram, neste caso, questões de ordem prática que justificaram o trabalho realizado mas sim, e apenas, um vivo e dedicado interesse pelo património e memória familiares.

Quem, como a co-autora desta comunicação, presenciou o desenrolar do trabalho da Marquesa de Ficalho, facilmente recorda a constante preocupação com o rigor, o pedido de concelhos mais especializados, a aprendizagem progressiva das grafias de cada época, as tentativas de aperfeiçoamento do processo de classificação mas, também, um entusiasmo apaixonado e apaixonante. E não era raro, já de madrugada, escrever a esta filha, contando: “imagine que o Domingos escreveu uma carta muito zangada ao irmão Diogo por causa...” e lá relatava o conteúdo da carta, falando daquelas pessoas como se fossem parentes muito próximos e ainda muito presentes.

#### 4. A situação actual

Os desafios que a/os proprietária/os do Arquivo Ficalho enfrentam são essencialmente a conservação, a reorganização, a continuidade em termos de integração de nova documentação e a acessibilidade pública do Arquivo.

No que se refere à conservação, o estado actual do Arquivo é geralmente considerado bom, muito possivelmente dadas as condições ambientais particulares da sala onde se encontram. O relatório do Dr. José Mariz aponta um conjunto de melhoramentos que não cumpre aqui explicitar.

Em termos de organização, os problemas de não organicidade, identificados na documentação anterior a 1815, estão actualmente supridos, visto que todo o tomo/índice dessa documentação se encontra actualmente inserido numa base de dados File Makro Pro, por via do trabalho e dedicação de António Assis, co-autor desta comunicação.

Faltará assim rever e melhorar a classificação da documentação posterior (por vezes com rubricas classificativas de contornos pouco precisos) e proceder à sua inserção em base de dados.

Quanto à integração de nova documentação é importante referir que desde meados do século XX (e mesmo antes) um conjunto de documentos, sobretudo cartas particulares, tem-se mantido na casa de família em Lisboa. A sua conservação deve-se sobretudo à penúltima Marquesa de Ficalho, D. Maria Luísa Henriques Pereira de Faria Saldanha e Lancastre, que, silenciosa mas diligentemente, guardou muita da correspondência de, e para, sua sogra, marido, nora, filho e filha e mesmos netos.

<sup>4</sup> MARIZ, José - *Arquivo da Casa Ficalho,...* cit.

Com um acondicionamento muito precário, e com uma organização por pessoa e, por vezes por período temporal, esta documentação que tem estado a ser revista e arrumada pela co-autora deste texto, ocupa já mais de 150 cm de prateleira. Se alguma dela apenas tem interesse familiar e sentimental, outra poderá ter maior relevância como é o caso das cartas do penúltimo Marquês de Ficalho (Francisco de Mello Costa) escritas durante o seu exílio após a instauração da República, durante a expedição portuguesa na 1ª Guerra e, mais tarde, durante as suas estadas nas colónias onde exerceu funções públicas.

Seria ainda de todo o interesse proceder à organização de toda a documentação iconográfica (pintura e fotografia, sendo que a última abrange já seis gerações).

Finalmente é objectivo último da família proprietária, promover a divulgação e acessibilidade pública do Arquivo. Para que, não apenas permaneça como referência familiar, mas possa constituir-se enquanto base de conhecimento para investigadores/as das várias áreas que nele possam encontrar informação útil.

Alguma colaboração foi já possível, concretamente: Novais, Ana Maria de Vinha, *Lucro, Renda Património e Risco nas casas agrícolas do Alentejo no final do século XIX – A Casa de Ficalho*, doutoramento de engenharia agrónómica, UTL / ISA, 2005, Lisboa; Hesselink, Reiner H, *A presença portuguesa no Japão*, em preparação; Assis, António de, *Os Mellos de Serpa - um estudo genealógico*, em preparação.

No entanto, este apoio à investigação foi sempre, ou fruto de mero acaso, ou por via de relações directas ou indirectas com os proprietários e sempre muito dependente da disponibilidade destes. Só quando o Arquivo for divulgado através do seu índice correctamente elaborado do ponto de vista técnico-científico, e quando tiverem sido produzidos adequados suportes de substituição (digital ou microfilme), a acessibilidade pública poderá ser assegurada.

Este será o último desafio, para o qual contamos com o papel que está a ser desenvolvido pela Associação Portuguesa de Arquivos Históricos Privados (APAHP) de que a co-autora Matilde Gago da Silva é sócia fundadora.

E o Arquivo Ficalho, assim como muitos outros, inclusive de maior dimensão ou relevância histórica, poderão continuar a ser fruídos e estimados pelos seus proprietários e, simultaneamente cumprirem uma insubstituível função cívica.

E, assim, poderemos desmentir a frase de Sir Thomas Overbury, citada por José Carneiro<sup>5</sup> “no seu estudo genealógico sobre os Mellos de Serpa<sup>6</sup> “The man who has not anything to boast of but his illustrious ancestors is like a potato; the only good belonging to him is underground”.

<sup>5</sup> José Carneiro, filho natural do Conde de Ficalho, dedicado estudioso da genealogia da família.

<sup>6</sup> CARNEIRO, José – *Genealogia dos Mellos de Serpa e outros textos*, (documento não publicado, s/ data).

# Arquivo do Palácio Bivar de Faro

*António Manuel Reis de Bivar Weinholtz*

## 1. Origem e evolução do arquivo.

A casa conhecida por «Palácio Bivar», em Faro (classificada como imóvel de interesse público<sup>1</sup>), foi edificada no último quartel do século XVIII (tendo sido alvo de alterações e melhoramentos no decorrer já do século XIX) pelo Mestre de Campo e Coronel de Milícias Manuel José Gomes da Costa (1742-1804), Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo e grande comerciante e proprietário, originário do Concelho de Guimarães<sup>2</sup>; casou com D. Maria Francisca da Paz de Bivar Albuquerque Mendonça e Weinholtz (1767-1841), filha do Brigadeiro Frederico Jacob de Weinholtz (1728-1768) e de sua Mulher D. Feliciana Teotónia de Bivar Albuquerque e Mendonça (1739-?), filha herdeira do Marechal de Campo Luís Garcia de Bivar (1685-1760), Fidalgo Cavaleiro da Casa Real e Cavaleiro da Ordem de Cristo, que faleceu no cargo de Governador da Nova Colónia do Sacramento (actualmente no Uruguai), e de sua Mulher e prima co-irmã D. Ana Josefa de Bivar Albuquerque e Mendonça (1725-1800)<sup>3</sup>. A descendência por linha varonil de Manuel José Gomes da Costa e

---

<sup>1</sup> <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/70086/>

<sup>2</sup> Nasceu a 27/12/1742 no casal de Lares ou Olares, freguesia de Santo Tirso de Prazins, Guimarães, sendo baptizado nessa freguesia a 4/3/1743, filho de Bernardo Gomes e Maria da Costa, lavradores de terras próprias «que mandavam tratar por criados», como consta do seu processo de habilitação para a Ordem de Cristo; Bernardo Gomes era filho de Jerónimo Gomes, «senhor do casal de Lares» e Águeda Rodrigues Salgada, casal cuja ascendência consta da árvore de costados da casa de Minotes inserida em MORAIS, Maria Adelaide Pereira de – *Velhas Casas de Guimarães*, Vol. I. Porto: CEGHHF da Universidade Moderna do Porto, 2001, entre as pp. 54 e 55. Cf., também, a bibliografia referida na nota 3.

<sup>3</sup> Em diversas obras impressas é desenvolvida a ascendência e história familiar destas personagens; para uma bibliografia extensa e actualizada cf. WEINHOLTZ, António Manuel Reis de Bivar – Um inventário de jóias do século XVIII e duas contas de despesas com um Hábito de Cristo. *Armas e Troféus*. IX série (2006/2007)

de sua Mulher usou os apelidos «Bivar Gomes da Costa», «Bivar Gomes da Costa Weinholtz» ou apenas «Bivar Weinholtz», sendo vulgarmente conhecida e muitas vezes apenas designada pelo apelido «Bivar» que acabou por fixar a denominação comum da referida casa de Faro. Este edifício manteve-se na família até aos dias de hoje, com algumas vicissitudes no decorrer do século XIX, em que partes do imóvel foram alienadas, sendo quase todas recuperadas posteriormente, ainda nesse século, com excepção de uma pequena fracção no piso térreo.

O arquivo que se foi constituindo na casa nunca foi alvo de divisão tendo-se mantido sempre na posse do primogénito da família; para além da documentação que resultou da actividade do casal Manuel José Gomes da Costa – D. Maria da Paz de Bivar e respectiva descendência, foram incorporados no arquivo documentos respeitantes ao período anterior à construção da própria casa, por um lado relativos à actividade de Manuel José Gomes da Costa quando ainda solteiro (incluindo alguma documentação relacionada com a actividade comercial de seu tio Pascoal da Costa Guimarães, de quem foi herdeiro), por outro, relativos à família de sua Mulher. Com efeito, a Mãe desta tornou-se herdeira dos vínculos familiares, por ter morrido sem descendência o seu único irmão varão, o que a levou a reunir documentação proveniente da sua própria família paterna e materna (Garcia de Bivar – Bivar Albuquerque e Mendonça) e também da família do seu marido (Weinholtz), primogénito desta linhagem em Portugal; este casal apenas teve três filhas atingindo a idade adulta, sendo D. Maria da Paz a secundogénita, mas dando-se a circunstância de se ter extinguido ainda em sua vida a descendência da sua irmã primogénita (casada com um tio paterno, Cristiano Frederico de Weinholtz, o outro único filho varão sobrevivente do primeiro Weinholtz que veio para Portugal, em 1736).

Embora o arquivo tenha vindo a ser enriquecido até ao presente, após a morte, em 1954, do Dr. Justino Henrique Cúmano de Bivar Weinholtz, primogénito da família e trineto por varonia de Manuel José Gomes da Costa e D. Maria da Paz de Bivar, podemos considerar que deixou de ser «alimentado» sistematicamente com a actividade corrente dos habitantes da casa, uma vez que, pela primeira vez desde a respectiva origem, esta deixou de ser morada principal do chefe da família e, também pela primeira vez, passou a ser propriedade de todos os herdeiros. Com efeito, ao longo de cinco gerações, foi sempre possível garantir que a casa passasse exclusivamente pela linha primogénita ou que fosse partilhada apenas com colaterais sem geração, ou que acabassem por vender os respectivos quinhões à linha primogénita<sup>4</sup>, o que favoreceu a

171-194. (cf., nomeadamente, a nota 6, p. 173). Cf., também, GUERRA, Luiz de Bivar – *Bivares em Portugal – Subsídios para a sua História*. Braga, 1970, vasto estudo do grande genealogista acerca das diversas famílias que usaram em Portugal o apelido Bivar.

<sup>4</sup> Para uma descrição pormenorizada das sucessivas vendas e recompras que conduziram à posse plena do palácio Bivar pela linha primogénita (com excepção da fracção acima referida) no decorrer do século XIX pode consultar-se ROSA, José António Pinheiro – *A Família Bivar de Faro e o seu Palácio*, (Separata), *O Algarve*, Faro, 1986, pp. 59-62. No capítulo 6º desta obra («O Palácio Bivar», pp. 53-62) faz-se a história da casa, utilizando-se

preservação e enriquecimento do respectivo arquivo; desde 1954, porém, é propriedade comum dos herdeiros do acima referido Dr. Justino de Bivar. Há, no entanto, consenso familiar quanto à indivisibilidade do arquivo e atribuição da respectiva propriedade e preservação ao primogénito, actualmente o irmão do autor desta comunicação, Manuel Henrique Reis de Bivar Weinholtz.

O arquivo não se encontra ainda integralmente inventariado; parte seleccionada da documentação foi deslocada para Lisboa pelo Pai do autor, Eng<sup>o</sup> Manuel Brito de Bivar Gomes da Costa Weinholtz, filho primogénito do Dr. Justino de Bivar. Esse conjunto documental está em fase de análise e inventariação, mas a parte que está depositada na casa de Faro ainda não foi abordada sistematicamente. Assim, a descrição que adiante se faz baseia-se num conhecimento do arquivo que deve ser considerado incompleto, abarcando apenas o que até agora foi possível identificar; permite, no entanto, estabelecer um panorama coerente de conjunto significativo de documentos relativos às diversas fases de constituição do arquivo acima referidas. Ao longo da resenha que se segue, indicar-se-á, em notas de rodapé, o uso que de alguns documentos foi já feito em diversas publicações.

## **2. Documentos relativos à época anterior à construção do Palácio Bivar.**

A documentação mais antiga que até agora foi identificada reporta-se à primeira metade do século XVIII, ainda que através de treslados notariais ou certidões obtidas maioritariamente na segunda metade desse século. Consta em particular de diversos documentos relativos aos serviços prestados e mercês obtidas pelo Marechal de Campo, General de Batalha, Luís Garcia de Bivar, Governador da Colónia do Sacramento, acima referido, e à respectiva genealogia, bem como à de sua Mulher e prima co-irmã, testamentos de familiares, documentos relativos a vínculos, etc..

Ainda produzidos antes da edificação da casa em que vieram a ser recolhidos, e como acima se indicou, encontramos também documentos relativos à família Weinholtz e à actividade de Manuel José Gomes da Costa, enquanto solteiro, e de seu tio, Pascoal da Costa Guimarães, bem como inventários, cartas pessoais, contratos dotais, etc.

Como exemplos de uns e de outros podemos referir os seguintes, começando pelos que se reportam a época mais recuada e terminando na década imediatamente anterior ao casamento de Manuel José Gomes da Costa (1792):

---

documentos do arquivo, alguns dos quais integrando uma pasta com o título «Palácio de Faro», em que se encontram documentos de diversas épocas relativos a compras, vendas, autorizações camarárias, etc. desde o tempo de Manuel José Gomes da Costa até finais do século XIX.

– Trelado de 1780 de uns autos de justificação de nobreza a favor de Luís Garcia de Bivar, datados de 1732/33, seguindo-se sentença favorável a que possa usar do Braço de Armas de seu Pai, dada em Lisboa Ocidental a 25/10/1733<sup>5</sup>.

– Trelado notarial de 1784 de certidão genealógica passada pelo Conde da Ericeira em 1734 a favor de Francisco Xavier de Bivar e Mendonça (irmão de D. Ana Josefa de Bivar Albuquerque e Mendonça, acima referida), certificada em 1736 por D. Afonso Manoel de Menezes, e pública-forma do mesmo documento<sup>6</sup>.

– Trelado de 1797 de certidão genealógica acerca da ascendência de Luís Garcia de Bivar, passada em Lisboa a 20/1/1740 por Diogo Rangel de Macedo Marchão.

– Certidão de 1777 das mercês feitas a Luís Garcia de Bivar entre 1745 e 1758, incluindo, entre outras, a do foro de Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, descrevendo-se os serviços prestados «por espaço de 42 anos, sete meses e catorze dias», e incluindo também os serviços do pai, também chamado Luís Garcia de Bivar, como Prebendeiro da Capela Real, de 10/10/1701 a 31/12/1717, Deputado de Capa e Espada da Junta do Comércio, de 10/3/1714 até à extinção, Deputado da Junta da Administração do Tabaco de 5/6/1723 até à morte em 18/7/1732, servindo de Presidente por três anos. Também se refere a tença a que tinha direito a título do hábito de Cristo, as mercês obtidas para o filho e filhas, e a mercê do hábito de Cristo e respectiva tença para o único filho varão, Luís Francisco Garcia de Bivar «por conta da Remuneração dos Serviços de Sargento Mór da (sic) Batalha e Governador de Nova Colónia».

– Certidão de 1797 de acordo com os livros da Secretaria do Registo Geral de Mercês referente apenas à mercê do foro de Fidalgo Cavaleiro da Casa Real acima referida (alvará de 29/8/1748) e respectiva pública-forma datada de 1820.

– Certidão de 1797 da mercê feita a Luís Francisco Garcia de Bivar (filho de Luís Garcia de Bivar), de acordo com a Secretaria do Registo Geral das Mercês do foro de Fidalgo Cavaleiro da Casa Real «que pelo dito seu Pai lhe pertence» (alvará de 10/12/1750) e pública-forma de 1820.

– Certidões de 1780 e 1825 do testamento de Gaspar Garcia de Bivar (pai de D. Ana Josefa de Bivar, tio e sogro de Luís Garcia de Bivar); institui vínculo de capela nomeando para primeiro administrador o filho, Francisco Xavier Garcia de Bivar e Mendonça (Registo Geral de Testamentos, L<sup>o</sup> 254, fls. 154v a 157, de 24/4/1750, aberto a 8/2/1753).

<sup>5</sup> Este documento serviu de base à menção que desta sentença é feita no *Anuário da Nobreza de Portugal*, III, Tomo II, Lisboa: IPH, 1985, p. 295, título de «Bivar Weinholtz, do Algarve».

<sup>6</sup> Este documento foi transcrito e analisado em WEINHOLTZ, António Manuel Reis de Bivar – Erros em obras de carácter heráldico e genealógico, *Armas e Troféus*. VI série, Tomo VI (1995) 5-38 (transcrição pp. 28 a 31). Um dos exemplares foi posteriormente reproduzido em fac-simile em AZEVEDO, Luís de Bivar Weinholtz de – *História e Genealogia dos Mendonça Furtado Alcaldes-mores de Mourão (1476-1674)*. Lisboa: Edição do autor, 2001, (doc. n.º 48).

– Documento de 15/10/1759 de quitação da Junta do Comércio a Pascoal da Costa Guimarães, (recebedor do donativo dos quatro por cento da Alfândega da Cidade de Faro desde 30/6/1756).

– Pergaminho com a nomeação para Vice-Cônsul da Ordem de Malta de Manuel José Gomes da Costa (19/11/1762)<sup>7</sup>.

– Sentença Cível 11/9/1766 de Pascoal da Costa Guimarães contra a Fazenda Real, acerca de penhora das «Casas da Praça» em Faro.

– «Rematação» de vinha por Manuel José Gomes da Costa a 29/4/1770.

– Testamento de Luís Francisco Garcia de Bivar (11/9/1772).

– Requerimento de D. Feliciano Teotónia de Bivar Albuquerque e Mendonça, acerca de Capelas instituídas no Convento de S. Domingos de Lisboa, por se terem queimado as escrituras no Terremoto de 1755 (11/9/1772).

– Requerimento de D. Feliciano Teotónia de Bivar Albuquerque e Mendonça, pedindo certidão do Inventário de Frederico Jacob de Weinholtz (20/11/1772), seguido de inventário de jóias e pratas que a requerente alega ter emprestado a sua Mãe, D. Ana Josefa de Bivar<sup>8</sup>.

– Nomeação de Manuel José Gomes da Costa para Capitão de Ordenanças de S. Brás, em substituição de Pedro Annes Caro a 6/2/1773.

– Trespado de 1797 de certidão genealógica e atestado de nobreza de 27/1/1774 passado por Christiano Gottfried de Johnn, enviado plenipotenciário à Corte de Lisboa do Rei da Dinamarca, a favor dos irmãos Frederico Jacob de Weinholtz, D. Luisa Margarida Leonor de Weinholtz e Cristiano Frederico de Weinholtz, referindo a ascendência próxima e as famílias Weinholtz, Wedderkop, Fortem (sic) e Rosenkrantz; assinatura certificada por Frederico Stiefken, Cônsul Geral pelo Rei da Dinamarca e Noruega nos Reinos e Senhorios de Portugal, em Lisboa, a 28/1/1774.

– Trespado de 1797 de atestado de nobreza passado por D. Alexandre de Souza e Holstein, «Enviado e Ministro plenipotenciário que foi nas Cortes de Copenhague e Berlim e nomeado presentemente para Roma», corroborando e completando o que se diz na atestação acima de Cristiano Gottfried de Johnn acerca das famílias de Weinholtz, Wedderkop, Forten (sic) e Rosenkrantz, dado em Viena de Áustria a 5/9/1790.

<sup>7</sup> Este documento foi transcrito em ROSA, José António Pinheiro, *A Família Bivar de Faro...*, cit., Doc. nº 1, p. 77, e encontra-se reproduzido em fac-símile e transcrito em: MATOS, Lourenço Correia de – *Cônsules de Malta em Portugal no século XVIII. Filermo*, 10 (2006/2007), 149-156 (reprodução p. 153, transcrição p. 156).

<sup>8</sup> Este documento foi publicado, analisado e o seu frontispício e alguns pormenores reproduzidos em fac-símile em WEINHOLTZ, António Manuel Reis de Bivar – *Um inventário...* cit. É citado em SILVA, José Krohn da; CÔRTE-REAL, Miguel Maria Telles Moniz – *Titulares do Liberalismo do Algarve*. Lisboa: Edição dos autores, 2006, p. 508.

– Dois exemplares da memória redigida por Cristiano Frederico de Weinholtz acerca dos bens e serviços de D. Feliciana Teotónia de Bivar Albuquerque e Mendonça e de suas filhas (1776); contém referências a credores e devedores<sup>9</sup>.

– Carta de 1777 de Manuel José da Costa, padrinho e tio de Manuel José Gomes da Costa, a este, acerca do casamento das irmãs; contém papel escrito pelo autor da carta com os nomes dos avós e de alguns dos bisavós de Manuel José Gomes da Costa<sup>10</sup>.

– Certidão de 1804 da escritura de obrigação dotal de D. Ana Norberta de Bivar Albuquerque de Mendonça e Weinholtz e Cristiano Frederico de Weinholtz, lavrada a 3/2/1779 em Faro; Cristiano dota a sua sobrinha D. Ana Norberta em 4.000\$000 que pretende anexar aos morgados cuja administração é cedida por D. Feliciana à filha primogénita enquanto estiver casada com o tio ou, ficando viúva, se não voltar a casar sem consentimento da Mãe (caso em que os Morgados voltariam à administração desta). Trata-se dos vínculos instituídos por dois Manuéis Garcias de Bivar («tio e sobrinho» e ambos «tios» de D. Feliciana, segundo se escreve, mas eram, de facto, avô e neto, o mais velho trisavô e o mais novo tio-avô de D. Feliciana). Os 4.000\$000 seguiriam a sucessão dos morgados enquanto houvesse descendência das filhas de D. Feliciana e Frederico de Weinholtz; no caso de esta se extinguir, seriam desanexados dos morgados e seguiriam, como bens livres ou vinculados, de acordo com a Lei que estivesse vigente, a descendência de D. Luísa Margarida Leonor de Weinholtz e José Sanches de Brito<sup>11</sup>.

– Certidão de autos de embargo do Sargento-Mór Luis Garcia de Bivar, «hoje à viúva e filhos» por dívidas de seu pai e tio, «contratadores que foram do Consulado da Caza da Índia em que é parte a Fazenda Real», que levanta penhoras, sendo referida a avó D. Luisa Maria de Chaves (requerimento de certidão por D. Félix Moreno y Monroy, segundo marido de D. Ana Josefa de Bivar, a 13/7/1779).

– Carta régia de 23/2/1779 da Rainha D. Maria I de concessão do Hábito de Cristo a Manuel José Gomes da Costa<sup>12</sup>.

– Certidão de Cristiano Frederico de Weinholtz de ter armado Cavaleiro do Hábito de Cristo a Manuel José Gomes da Costa, na Sé de Faro, a 15/12/1782.

<sup>9</sup> Este documento é referido e um seu pormenor reproduzido em fac-simile e transcrito em WEINHOLTZ, António Manuel Reis de Bivar – Um inventário..., *cit.*, por dizer respeito a um valioso conjunto de jóias que o autor da memória se queixa de ter sido «furtado» por um dos credores a quem se tinha entregado como garantia.

<sup>10</sup> Este papel anexo à carta foi transcrito e analisado em WEINHOLTZ, António Manuel Reis de Bivar – Um inventário..., *cit.*, p. 177, nota 13.

<sup>11</sup> D. Luisa, irmã de Frederico e Cristiano, era «açafata alemã da Rainha D. Maria Anna de Áustria» e casara com José Sanches de Brito a 26/12/1754 (ADLSB, PRQ, Pena, C-13, fls. 17v).

<sup>12</sup> Este documento foi transcrito em ROSA, José António Pinheiro – *A Família Bivar de Faro...*, *cit.*, doc. nº 2, pp. 77-78 e o mesmo e os três seguintes relativos ao Hábito de Cristo de Manuel José Gomes da Costa estão integralmente transcritos e parcialmente reproduzidos em fac-simile em WEINHOLTZ, António Manuel Reis de Bivar – Um inventário..., *cit.*

- Conta de António Roiz Lisboa Giraldes pela «Despeza na dependencia do Habito de Cristo» de Manuel José Gomes da Costa (4/12/1782).
- Apontamento de despesas com o Hábito de Cristo de Manuel José Gomes da (4/12/1782).
- Cópia de aforamento das terras da Foupana (22/9/1783).
- Procuração de Cristiano Frederico de Weinholtz e D. Ana Norberta de Bivar Albuquerque Mendonça e Weinholtz (sua Mulher e sobrinha) a Manuel José Gomes da Costa, Faro, 6/11/1783.
- Carta patente de D. Maria I (com o selo das suas armas) da mercê do posto de Sargento-mor das Ordenanças da Cidade de Faro ao Capitão Manuel José Gomes da Costa, por óbito de José Mascarenhas de Figueiredo (7/8/1784)<sup>13</sup>.
- Papel com a indicação «Copia do perfido Regto. feito por Christº de Weinholtz e sua mulher, indigna e ambicioza Neta de D. Anna de Bivar. Com as copias dos Avisos com que foi remitido ao Dezº do Pazo.», com a letra de D. Félix Moreno de Monroy, sendo a cópia dos documentos com a letra de D. Ana Josefa de Bivar Albuquerque e Mendonça; documentos copiados datados respectivamente de 9/8/1787 e 22/9/1787.
- Papel com a indicação «Segunda Resposta que deraõ os grandez Heroez Christº e sua grande mulher», com a letra de D. Félix Moreno de Monroy, sendo a cópia do documento com a mesma letra, assinado por Manl. dos Stos. da Mata (sem data).
- Papel com a indicação «Segunda Resposta q demos à que elles formaraõ», com a letra de D. Félix Moreno de Monroy, sendo a cópia do documento com a mesma letra, assinado por Manl. Lopes de Souza (s.d.).
- Carta de quitação de Rendeiro de terça do Bispado do Algarve a Manuel José Gomes da Costa, com selos e assinatura dos Principais Miranda e Cunha, 5/2/1788.
- Declaração de Cristiano Frederico de Weinholtz acerca de arrendamento a José Ferreira Manso de «coxeira» na Rua do Salitre (7/7/1788).
- Recibo do Erário Régio relativo a rendas das Comendas Vagas a Manuel José Gomes da Costa e outros (7/7/1788).
- Diversas cartas pessoais dirigidas a Manuel José Gomes da Costa por Cristiano de Weinholtz, D. Feliciano de Bivar e D. Ana Norberta de Bivar e Weinholtz e cópias de algumas das respostas daquele (entre 1782 e 1791); contém por vezes referências a dívidas e administração de bens.
- Instrumento de contrato dotal de Manuel José Gomes da Costa tendo em vista o seu casamento com D. Maria Francisca da Paz de Bivar Albuquerque Mendonça e Weinholtz (26/5/1792)<sup>14</sup>.

<sup>13</sup> Transcrita em ROSA, José António Pinheiro – *A Família Bivar de Faro...*, cit., doc. nº 3, p. 78.

<sup>14</sup> Citado e parcialmente transcrito em ROSA, José António Pinheiro – *A Família Bivar de Faro...*, cit., p. 14.

### 3. Documentos contemporâneos da primeira geração que habitou o Palácio Bivar.

A documentação relativa à época que se seguiu à edificação da casa e ao casamento de Manuel José Gomes da Costa é, naturalmente, muito mais numerosa que a mais antiga acima descrita e constitui, genericamente, a parte menos explorada do arquivo, embora já tenha sido possível analisar diversos documentos relativos à primeira geração de habitantes; por esse motivo, e também por se tratar de época charneira para a evolução da família, optou-se por destacar este período.

Na sequência do conjunto de cartas pessoais referido na secção anterior, no começo desta nova fase continua a existir uma extensa correspondência com Manuel José Gomes da Costa e a agora sua Mulher, D. Maria da Paz, não só da parte das já referidas D. Ana Norberta de Bivar e Weinholtz e sua Mãe D. Feliciano (agora respectivamente cunhada e sogra de Manuel José) como também de D. Ana Josefa de Bivar (mãe de D. Feliciano) e do seu segundo marido D. Felix Moreno de Monroy. Parte significativa desta correspondência é motivada pelos conflitos familiares e mesmo judiciais que ensombraram os últimos anos de vida de D. Ana Josefa, por alegações de má administração que a opuseram à filha, D. Feliciano, e ao cunhado e genro desta, Cristiano de Weinholtz; desses conflitos fazem-se eco alguns dos documentos descritos na secção anterior, elaborados por D. Félix e pela sua Mulher. Embora mãe e filha se tivessem reconciliado à hora da morte de D. Ana Josefa (segundo uma das cartas de D. Félix), o testamento desta (que favorecia a neta D. Maria da Paz) justificou novo conjunto de cartas e contestações. Tendo D. Félix herdado o «palácio do Rocio»<sup>15</sup>, procurou vendê-lo a Manuel José Gomes da Costa, negócio que acabou por não se concretizar mas que levou a intensa troca de correspondência, a qual se conserva no arquivo.

Relativamente a época posterior, após a morte de Manuel José Gomes da Costa e o segundo casamento de D. Maria da Paz com D. Fernando Maria de Mendonça Pessanha Mascarenhas, encontra-se também numerosa correspondência envolvendo este casal, a irmã mais nova de D. Maria da Paz (D. Antónia Higinia), o segundo marido desta, Dr. Jerónimo José Carneiro<sup>16</sup>, e ainda D. Feliciano que à época residia com a filha mais nova em Portimão; também esta correspondência retrata dificuldades no relacionamento familiar, agora resultantes de um frustrado projecto de casamento de

<sup>15</sup> Trata-se de um edifício seiscentista ainda hoje existente na Calçada do Garcia, junto à Igreja de S. Domingos, ao Rocio, residência dos Garcias de Bivar desde o século XVII, e que o povo designava por «Himalaia» por se tratar do edifício mais alto de Lisboa à época. Cf. GUERRA, Luiz de Bivar – *Bivares em Portugal...*, cit. pp. 31, 32, 33, 38, 39, 44, 48.

<sup>16</sup> Uma carta deste a seu concunhado D. Fernando encontra-se transcrita em CÔRTE-REAL, Miguel Maria Telles Moniz – *Fidalgos de Cota de Armas do Algarve*. Lisboa: Edição do autor, 2003, p. 508; e também em: CÔRTE-REAL, Miguel Maria Telles Moniz – *À volta dos Mendonças Pessanhas do Algarve e de algumas das suas ascendências*. *Tabardo*. 4 (2008), 59-141, na p. 97. Refere a «sege» que D. Maria da Paz herdara do primeiro marido.

uma filha (D. Maria Feliciana) de Manuel José Gomes da Costa e D. Maria da Paz, que tinha sido patrocinado pelos tios de Portimão. A reconciliação selou-se posteriormente com o casamento de D. Maria Feliciana com um primo de Portimão.

Para além destas cartas testemunhando não só aspectos mais pessoais do grupo familiar como também questões patrimoniais, continuam a registar-se documentos de nomeação para cargos e mercês e, evidentemente, papéis relativos à administração corrente dos bens, a heranças, etc.. A época das invasões francesas e outros conflitos que as precederam reflectem-se em diversos documentos de louvor e atestados passados pelas autoridades civis e militares a favor de diversos membros da família, nomeadamente Manuel José e D. Maria da Paz e o seu filho primogénito Luís Garcia de Bivar Gomes da Costa e Weinholtz. Assinalem-se os seguintes exemplos:

– Sentença Apostólica de Oratório privado, de 14/5/1793, de D. Francisco Gomes, Bispo do Algarve, transcrevendo Indulto Apostólico do Papa Pio VI a favor do «dilectus filius Emanuel Josephus Gomes da Costa, et dilecta in Christo filia Maria Francisca d' la Pace de Bivar Albuquerque Mendonça e Weinholtz conjuges Pharonensis civitates» de 13/11/1792<sup>17</sup>. Autoriza a celebração da Missa, fora das ocasiões solenes, no Oratório da casa, desde que esteja presente um dos impetrantes; estabelece também que «nos Oratórios de suas Quintas, poderaó taó bem cumprir com o mesmo preceito os seus Hospedes Nobres».

– Carta patente de D. Maria I, nomeando Manuel José Gomes da Costa Mestre de Campo do terço de Infantaria auxiliar da Comarca de Faro (25/7/1793).

– Nomeação de Manuel José Gomes da Costa como correspondente da Real Junta da Fazenda da Marinha (assinada entre outros por D. Rodrigo de Souza Coutinho, 27/6/1797).

– Louvor de Donald Campbel, Comandante da Esquadra, a Manuel José Gomes da Costa, 29/6/1797.

– Louvor de António Tomás de Aquino Ferreira, Comissário Geral da Esquadra a Manuel José Gomes da Costa, 4/10/1798.

– Instrumento de Contrato dotal para casamento e obrigação feito no «Palacio denominado do Garcia freguezia do Socorro»<sup>18</sup> por determinação de D. Felix Moreno de Monroy a favor de Dona Rosa da Silva «moradora neste mesmo Palacio com seus Pais Jeronimo da Silva e Dona Bernarda Landina», de «hum conto e seiscentos mil reis os quais sahiraõ do preço do mesmo Pallacio» que tem contratado vender «ao Illustrissimo Coronel Manuel José Gomes da Costa casado com a Neta e herdeira instituida da mesma Sua primeira mulher a Excellentissima Dona Maria da Paz de Bivar e Weynolt (sic)» – Lisboa, 29/5/1801; treslado de 1/6/1801.

<sup>17</sup> Citado em ROSA, José António Pinheiro – *A Família Bivar de Faro...*, cit., p. 56.

<sup>18</sup> Trata-se do «Himalaia», referido na nota 15.

– Carta do Monteiro-Mór D. Rodrigo de Souza Coutinho a apresentar requerimento de Manuel José Gomes da Costa acerca de “salgados da Real Casa”, junto às terras do Ludo, Loulé (28/6/1802), resposta do Príncipe D. João e diversos outros documentos relacionados.

– Cópia de petição à Princesa D. Carlota Joaquina de «D. Feliciano Theotónia de Bivar e Mendonça e D. Anna Norberta de Bivar e Weinholtz» a propósito da venda do Ramalhão, que fora alienado anos antes da compra feita pelo Príncipe Regente, por D. Ana Josefa de Bivar, alegadamente sem legitimidade para tal (sem data)<sup>19</sup>.

– Louvor de Francisco Xavier da Silveira e Silva, Corregedor de Faro, selado com o lacre das suas armas, a Manuel José Gomes da Costa, 13/8/1803.

– Louvor do Conde de Castro Marim, Monteiro-mór, selado com o lacre das suas armas, a Manuel José Gomes da Costa, 3/7/1804<sup>20</sup>.

– Cessão a D. Ana Norberta de Bivar Albuquerque de Mendonça e Weinholtz da herança de Gaspar Garcia de Bivar por sua tia-avó (filha de Gaspar) D. Luisa Xavier de Bivar Albuquerque e Mendonça (24/4/1805).

– Atestado de José Coelho de Carvalho a D. Maria da Paz de entrega de gratificação para despesas do exército, 16/7/1808.

– Louvor do Conde de Castro Marim, Marquês de Olhão, com o selo das suas armas, a D. Maria da Paz, 26/5/1809<sup>21</sup>, e respectiva pública-forma de 25/9/1816.

– Atestado de Caetano António de Almeida de doação de bandeira histórica por D. Maria da Paz, 2/9/1810<sup>22</sup>.

– Louvor do Conde de Castro Marim, Marquês de Olhão, com o selo das suas armas, a Luís Garcia de Bivar Gomes da Costa (26/2/1811), e respectiva pública-forma de 14/8/1823.

– Certidão de «praça» de Luís Garcia de Bivar Gomes da Costa (Capitão de Milícias), de 11/4/1819.

Terminamos esta resenha com uma referência ao curioso conjunto de documentos relativos à instituição de um morgado por D. Maria da Paz e o seu segundo marido<sup>23</sup>, a favor do filho único do casal, Joaquim Tomás de Mendonça Pessanha Mascarenhas da Silva e Bivar (nome com que por vezes é referido), vinculando para o efeito a Quinta de Bela-mandil (ainda hoje parcialmente na posse da família), herdada por D. Maria da Paz do seu primeiro marido; a sucessão far-se-ia aos filhos do

<sup>19</sup> Fotocópia deste documento foi apresentada em exposição realizada há algumas décadas no Palácio de Queluz acerca da estadia em Portugal de William Beckford, o qual foi hóspede na Quinta do Ramalhão.

<sup>20</sup> Transcrito em ROSA, José António Pinheiro – *A Família Bivar de Faro...*, cit., doc. n.º 4, pp. 79-80.

<sup>21</sup> Transcrito em ROSA, José António Pinheiro – *A Família Bivar de Faro...*, cit., doc. n.º 5, p. 80.

<sup>22</sup> Transcrito em ROSA, José António Pinheiro – *A Família Bivar de Faro...*, cit., doc. n.º 6, p. 80.

<sup>23</sup> Deste lote faz parte uma carta tuitiva de D. João VI outorgada a D. Fernando que foi referida e reproduzida em fac-símile em CÔRTE-REAL - À volta dos Mendonças Pessanhas..., cit., p. 62; 96, fig. 12. Neste documento o Rei designa-o por «Fidalgo de Minha Real Casa», embora nunca tivesse sido filhado, como refere o autor. No mesmo artigo (p. 96) também se analisa com algum pormenor a instituição do morgado, tal como em CÔRTE-REAL, Miguel Maria Telles Moniz – Fidalgos de Cota de Armas do Algarve..., cit., p. 508 e 560.

primeiro casamento de D. Maria da Paz, por ordem de primogenitura, caso Joaquim Tomás morresse sem descendência legítima (como de facto aconteceu). Este vínculo teve vida efémera, não só porque se aproximava o fim deste tipo de instituições como porque, segundo parece, os próprios instituidores acabaram por requerer a sua extinção.

#### 4. O arquivo nas gerações seguintes.

O arquivo do Palácio Bivar reflecte também a história das quatro gerações seguintes de proprietários que o habitaram, até à morte, acima referida como marco temporal, do Dr. Justino de Bivar. Não seria possível numa comunicação deste teor apresentar um resumo minimamente consistente do conjunto de contribuições que enriqueceram este acervo documental ao longo desse século e meio; as sucessivas alianças familiares trouxeram consigo a diversificação dos produtores de documentos e o maior ou menor protagonismo dos diversos membros da família determinou a parcela que lhes coube no desenvolvimento do arquivo. Optou-se por apresentar um conjunto de personagens das sucessivas gerações, indicando os cargos que ocuparam, deixando assim perceber, de alguma maneira, que tipo de documentação se pode esperar encontrar, e como esta se poderá eventualmente relacionar com a História desse período<sup>24</sup>.

A geração dos filhos de Manuel José Gomes da Costa e D. Maria da Paz ficou marcada na infância e adolescência pelas invasões francesas e na juventude e idade adulta pelas lutas liberais; seguindo toda a família a parcialidade liberal, incluindo o filho único que D. Maria da Paz teve do seu segundo marido, essa opção reflectiu-se nas vicissitudes das respectivas vidas, ditadas pela política e a sorte das armas. De tudo isso há reflexos no arquivo; acabada a guerra civil com a vitória liberal e apesar de não ter havido completa recomposição da fortuna familiar, entretanto bastante abalada, vamos encontrar o filho secundogénito de Manuel José e D. Maria da Paz, aquele que deu continuidade à família, Manuel José de Bivar Gomes da Costa Weinholtz<sup>25</sup> (1795-1859), nomeado Administrador-Geral do Distrito de Faro (cargo correspondente ao de Governador Civil) e agraciado pela Rainha com o grau de Cavaleiro das ordens da Torre e Espada<sup>26</sup> e de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa<sup>27</sup>.

<sup>24</sup> Alguns documentos relativos a esta época encontram-se transcritos em ROSA, José António Pinheiro – *A Família Bivar de Faro...*, cit., docs. nos. 7 a 16, pp. 81-86, com datas extremas de 1834 e 1919.

<sup>25</sup> Nome completo com que figura nas matrículas da Universidade de Coimbra.

<sup>26</sup> Por portaria do Duque de Bragança como Regente existente no arquivo, transcrita em ROSA, José António Pinheiro – *A Família Bivar de Faro...*, cit., doc. nº 7, p. 81.

<sup>27</sup> Atestado existente no arquivo, transcrito em ROSA, José António Pinheiro – *A Família Bivar de Faro...*, cit., doc. nº 8, p. 81.

Na geração seguinte destacam-se dois filhos de Manuel José de Bivar Gomes da Costa; o mais velho, Luís Frederico de Bivar Gomes da Costa (1827-1904), o «Conselheiro Luís de Bivar», que deu o nome à Avenida Luís Bivar de Lisboa, à rua Conselheiro Bivar em Faro (onde se situa o Palácio Bivar), e à rua Luís Bivar em S. Brás de Alportel, desempenhou diversos cargos como juiz, para além de ter sido eleito deputado, tendo finalmente sido nomeado Par do Reino vitalício por carta régia de 7/8/1890, Conselheiro de Estado, e Presidente da Câmara dos Pares por cartas régias de 27/9/1894<sup>28</sup> e 24/12/1902. Foi agraciado com as Grã-cruzes das Ordens da Torre e Espada<sup>29</sup>, de Cristo e de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. Resultantes da sua actividade existem inúmeros documentos no arquivo, incluindo as cartas régias de nomeação para a Presidência da Câmara dos Pares e para a Ordem da Torre e Espada e uma carta pessoal da Rainha D. Amélia agradecendo o esforço que, por estar doente, visivelmente teve de desenvolver para, como Presidente, ir às Cortes receber o juramento da Rainha como regente, na ausência de El-Rei.

O filho mais novo de Manuel José de Bivar, Jerónimo Augusto de Bivar Gomes da Costa (1833-1889), foi médico, Governador Civil (como o seu pai) e Presidente da Câmara de Faro, tendo sido por sua vez pai de Manuel de Bivar Gomes da Costa Weinholtz (1861-1901), engenheiro agrónomo, deputado, Vice-Presidente da Câmara de Faro e Reitor do liceu de Faro. Foi este o pai do acima referido Justino Henrique Cúmano de Bivar Weinholtz (1885-1954), advogado, provedor da Misericórdia de Faro, Conservador do Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique, etc.. De entre a correspondência mais recente que se guarda no arquivo não podemos deixar de mencionar a que foi trocada pelo Dr. Justino de Bivar com o grande genealogista Luís de Bivar Guerra, autor da obra mais abrangente que até hoje se publicou acerca das diversas famílias que em Portugal usaram o apelido «Bivar»<sup>30</sup>, na qual, por virtude dessa correspondência, também se encontra reflectida informação proveniente, em última análise, do arquivo do Palácio Bivar.

## 5. Conclusão e perspectivas de futuro.

Como se pôde apreciar pelas indicações fornecidas acerca do uso de diversos documentos em publicações de carácter histórico, embora o arquivo ainda esteja longe de ter uma organização adequada, já tem sido possível a sua utilização por investigadores. Em alguns casos, a documentação referida é insubstituível para o fim e vista, mesmo tratando-se de documentos relativos a mercês oficiais, pois por

<sup>28</sup> Carta régia transcrita em ROSA, José António Pinheiro – *A Família Bivar de Faro...*, cit., doc. nº 11, pp. 82-83.

<sup>29</sup> Carta régia transcrita em ROSA, José António Pinheiro – *A Família Bivar de Faro...*, cit., doc. nº 12, p. 83.

<sup>30</sup> GUERRA, Luiz de Bivar - *Bivares em Portugal...*, cit.

vezes perdeu-se o respectivo rasto nos arquivos do Estado<sup>31</sup>; por maioria de razão, muitos dos documentos de carácter particular são pela sua própria natureza insusceptíveis de ser encontrados fora do contexto dos arquivos privados. Espera-se assim ter contribuído para reforçar a ideia de que vale a pena promover a conservação e valorização dos arquivos detidos pelas famílias e instituições privadas. Também se torna evidente a necessidade de prosseguir a inventariação do arquivo, esperando-se que para tal se mantenham as condições familiares e pessoais que durante os últimos mais de dois séculos permitiram a sua constituição e sobrevivência<sup>32</sup>.

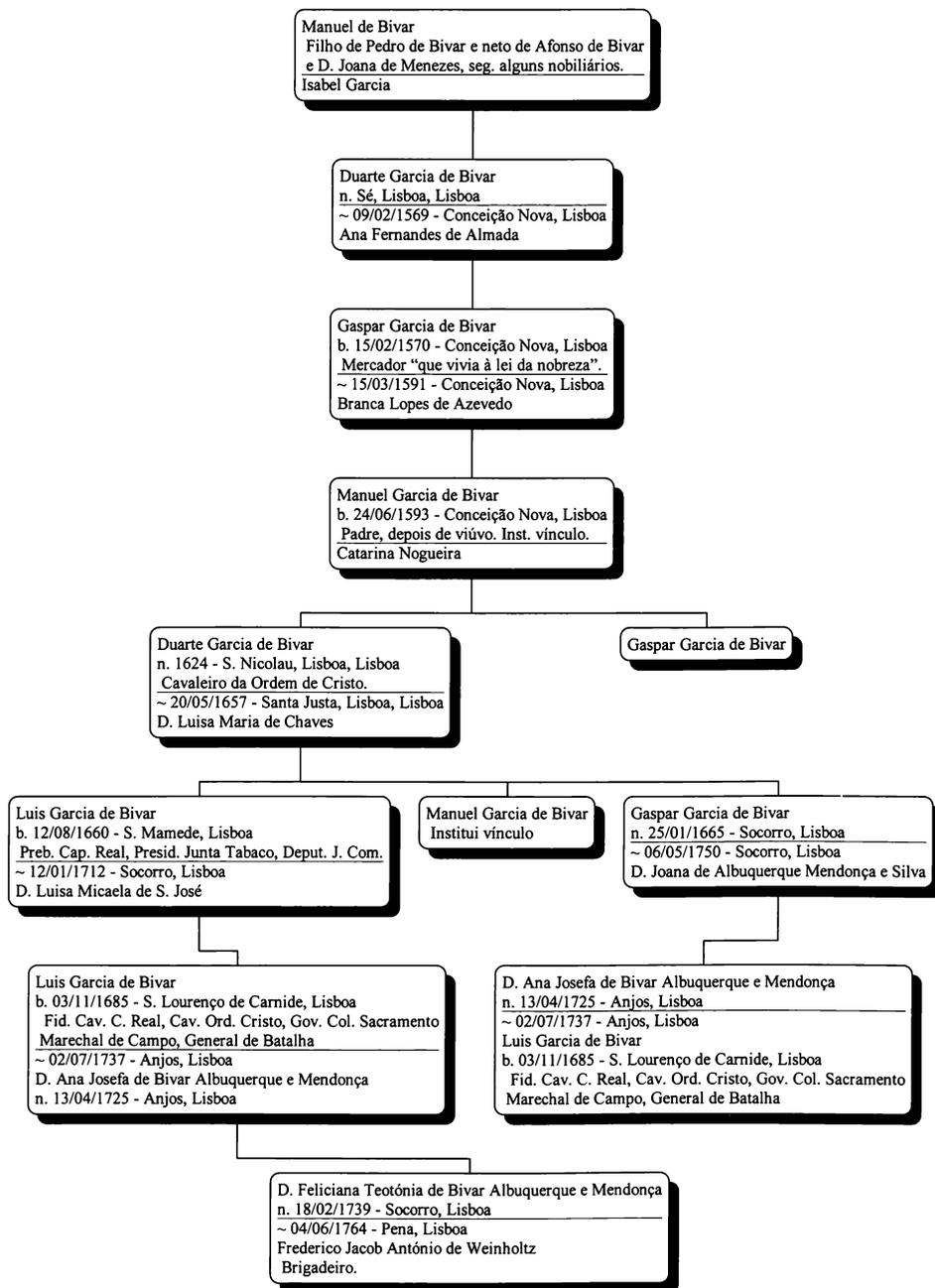
### Apêndice – Genealogias

Para facilitar a compreensão das ligações familiares referidas no texto da comunicação, apresentam-se quatro árvores genealógicas. As árvores não pretendem ser exaustivas em cada geração considerada, pois apenas se referem as personagens citadas no texto ou que contribuam para clarificar o enquadramento familiar destas no contexto da documentação acima referida. Correspondem, por ordem, às linhas que justificam o uso dos apelidos «Bivar», «Albuquerque e Mendonça», «Weinholtz» e «Gomes da Costa», apresentando-se na última os habitantes do Palácio Bivar referidos no texto, nas cinco gerações visadas.

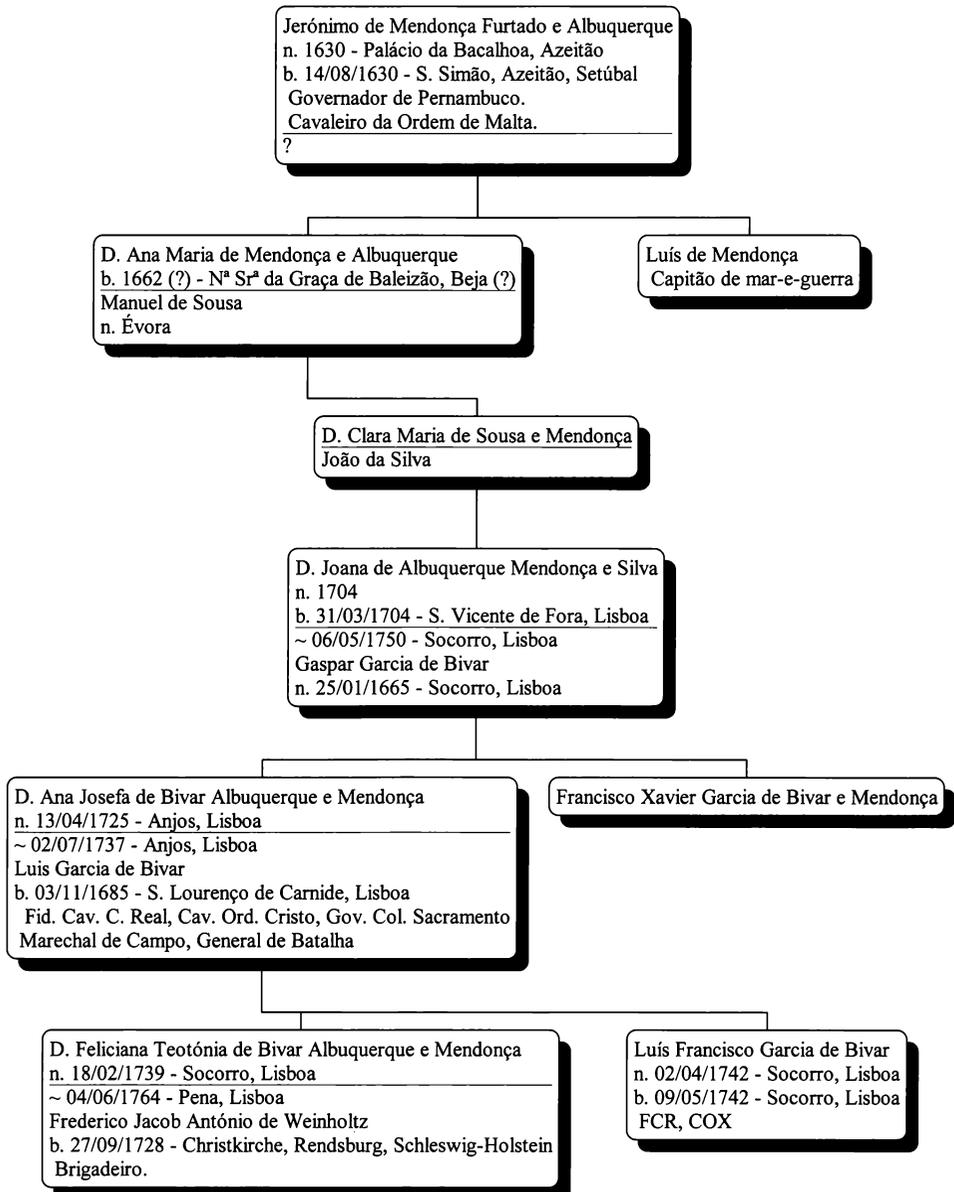
<sup>31</sup> Como exemplo cite-se a mercê do Hábito de Cristo a Manuel José Gomes da Costa; não se encontra na Chancelaria da Ordem de Cristo relativa ao reinado D. Maria I, que está muito incompleta para determinados anos, embora exista o respectivo processo de habilitação na Mesa da Consciência e Ordens. Esta questão é analisada em WEINHOLTZ, António Manuel Reis de Bivar – Um inventário..., *cit.*

<sup>32</sup> Depois da apresentação desta comunicação, por amável indicação do Dr. Guilherme Maia de Loureiro, a quem aqui deixo expresso o meu agradecimento, consultei dois processos inéditos existentes no ANTT, Ministério do Reino, Caixa 373 (pastas não numeradas), em que se anexam cópias de alguns documentos de louvor existentes no arquivo acima referidos, relativos a Manuel José Gomes da Costa e a seu filho primogénito Luís. No primeiro processo Manuel José Gomes da Costa considerando-se «merecedor da Graça do Fôro de Fidalgo Cavaleiro, e de hua Comenda da mesma Ordem [de Cristo], qual for do Real Agrado» pede ao Príncipe Regente D. João «Se sirva ter na sua Real Concideração quanto humildemente expõe para lhe deferir como Suplica e for do Real Agrado.»; o processo não chegou a ter despacho, certamente por morte do autor, pois a data de um dos documentos anexos (o louvor do Conde de Castro Marim acima referido) é de 6 de Julho de 1804, ano do seu falecimento. Fica-se a saber, por um dos documentos, que Manuel José Gomes da Costa foi Governador Militar interino da Praça de Faro em 1801, num período de guerra com Espanha. No segundo processo «Luís Garcia de Bivar Weinholtz Gomes da Costa» pede uma Comenda Honorária na Ordem de Cristo ou de Aviz, tendo em atenção do serviços do pai entretanto falecido, apresentando novo treslado (desta vez com data de 1805) do acima referido louvor do Conde de Castro Marim.

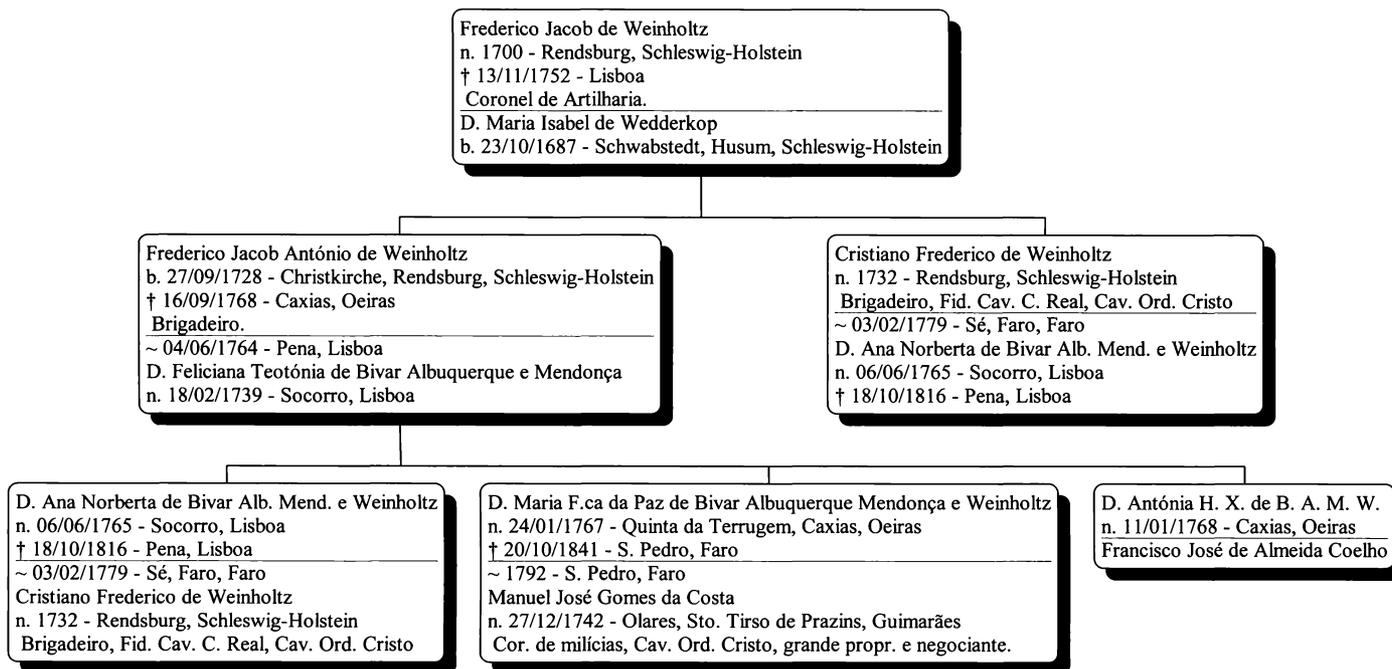
### Árvore genealógica - «Bivar»



## Árvore genealógica - «Albuquerque e Mendonça»



## Árvore genealógica - «Weinholtz»



### Árvore genealógica - «Gomes da Costa»

Manuel José Gomes da Costa  
n. 27/12/1742 - Olares, Sto. Tirso de Prazins, Guimarães  
Cor. de milícias, Cav. Ord. Cristo, grande propr. e negociante.  
~ 1792 - S. Pedro, Faro  
D. Maria Francisca da Paz de Bivar Albuquerque Mendonça e Weinholtz  
n. 24/01/1767 - Quinta da Terrugem, Caxias, Oeiras

Luis Garcia de Bivar Gomes da Costa e Weinholtz  
n. 25/05/1794 - S. Pedro, Faro

Manuel José de Bivar Gomes da Costa Weinholtz  
n. 29/07/1795 - S. Pedro, Faro  
Adm. Geral do Distr. Faro, Cav. Torre e Espada e Conc.  
D. Mariana Bárbara

Manuel José de Bivar Gomes da Costa  
n. 04/11/1822 - S. Pedro, Faro

Luis Frederico de Bivar Gomes da Costa  
n. 06/01/1827 - S. Pedro, Faro  
Conselheiro de Estado, Par do Reino, Pres. Câmara dos Pares  
Grã-Cruz Torre e Espada, Cristo e Conceição  
D. Maria Luisa Hickling Pereira da Silva

Jerónimo Augusto de Bivar Gomes da Costa  
n. 06/02/1833 - Faro  
Médico, Governador Civil do Distrito de Faro  
~ 20/02/1860 - S. Pedro, Faro  
D. Ana Henriqueta Hickling Pereira da Silva

Manuel de Bivar Gomes da Costa Weinholtz  
n. 05/01/1861 - S. Pedro, Faro  
Eng. agrón., deputado, Vice-pres. da câm. de Faro  
~ 20/02/1884 - Sé, Faro  
D. Isabel Cúmano  
Fundadora do asilo de Sta. Isabel em Faro.

Justino Henrique Cúmano de Bivar Weinholtz  
n. 08/03/1885 - S. Pedro, Faro  
Advogado, Prov. da Miser. de Faro, Cons. do Mus. Arqu.  
~ 27/08/1910 - Algoz (N. Sra. da Piedade), Silves  
D. Laura Júdice Guerreiro de Brito  
Dir. do asilo de Sta. Isabel



# O Arquivo Rio Maior

*António Rugeroni de Saldanha*

Não sou Historiador, sou licenciado em Direito e fui durante 35 anos director bancário. Porque não sou Historiador desde já peço desculpa por qualquer falha involuntária.

O arquivo sobre o qual vos vou falar é o da Família dos Condes e Marqueses de Rio Maior que é a família a que eu pertença por varonia. O arquivo encontra se depositado pela família na Torre do Tombo, está aberto a consulta pública e existe um índice identificativo do conteúdo de cada ficha ou dossier.

Para se avaliar a sua extensão direi que existem 3178 fichas sendo que cada ficha tem documentos correspondendo á dimensão de um livro de tamanho médio.

O período abrangido vai da segunda metade do século XVIII até ao fim da primeira metade do século XX. É um arquivo multi-disciplinar pois contem cartas de família, cartas política, documentos extensos ligados á administração da casa (área financeira, jurídica e registral). Era tradição da família guardar tudo, pelo que o arquivo permite saber muito sobre a vida de uma família da nobreza em Portugal durante esse período.

A minha investigação sobre o arquivo incidiu essencialmente na correspondência familiar e política, da qual me permito salientar como as mais interessantes as seguintes:

**A) Correspondência do 1º Marquez de Pombal (que era pai da 1ª Condessa de Rio Maior) para o seu genro, o 1º Conde de Rio Maior.** São cerca de 50 cartas escritas entre 1777 e 1780 quando o Marquez se encontra já no exílio em Pombal. Essas cartas foram publicadas em 1916 por D. José Manuel de Noronha. As cartas têm interesse político e familiar mas como estão publicadas não me deterei nelas.

**B) Correspondência do 1ª Duque de Palmela para sua irmã Teresa e cunhado D. José Luís de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos** que viria a ser o 1º Conde de Vila Real – foi figura importante do constitucionalismo e Ministro de Estado e Embaixador em vários Países (Londres, Madrid e São Petersburgo onde morreu).

Aquando da morte do Conde de Vila Real uma importante parte do seu arquivo e do de sua mulher ficou em poder de sua filha Isabel 3ª Condessa de Rio Maior. Por esse motivo toda esta extensa correspondência se encontra no arquivo Rio Maior. O restante está no arquivo da Casa de Mateus Casa que pertence ao actual Conde de Vila Real.

Esta correspondência do 1º Duque de Palmela para sua irmã e cunhado tem fases particularmente interessantes de que saliento:

- 1) Correspondência enviada do Congresso de Viena a que o Duque foi em representação de Portugal juntamente com Joaquim Lobo da Silveira e António de Saldanha da Gama (1814/1815). Contêm cartas descrevendo as negociações já em pleno congresso. Em Carta de 23/02/1915 anuncia todos os acordos territoriais alcançados em Viena pelas diversas potências. Também diz “Prometemos abolir a escravatura a norte do Equador” como contrapartida dos acordos feitos.
- 2) Muitas cartas escritas para sua irmã Teresa, de Borba onde o futuro Duque se encontra com residência fixada pelas Cortes em 1820 após ter regressado do Brasil acompanhando D. João VI. A irmã era muito conselheira do futuro Duque. Diz-lhe este numa carta “Se um dia for Rei ou Presidente da Republica nomeio te minha ministra das finanças”.
- 3) Cartas do Duque para sua irmã Teresa quando está exilado em Inglaterra em 1829. Entre outras coisas fala nas dificuldades financeiras para continuar em Londres – tinha 7 filhos, uma “Miss”, 4 criadas e 2 criados. Quer mudar se para Paris por ser cidade de vida mais barata. Na mesma época escreve a Teresa ter dificuldades em entender se D. Pedro IV “Quer sustentar ou não a causa da sua filha ou se quer transigir, ou se não quer nem ajudar-nos nem transigir”.

Ainda na mesma época em algumas das cartas refere-se a Madame de Stael com quem o Duque teve uma relação muito particular, como é sabido.

- 4) Cartas do Duque a sua irmã Teresa quando parte para a Terceira em 1832 acompanhando as forças de D. Pedro IV e durante todo o tempo que esteve nos Açores. As suas relações com D. Pedro IV não eram boas o que é evidente em algumas cartas “D. Pedro faz tudo às guinadas e aos repelões de maneira que me entristece algum tanto a perspectiva que vejo. Este homem pode definir-se em poucas palavras: tem talento e bom coração, mas suma variabilidade e sumo amor-próprio”
- 5) Cartas do Duque para sua irmã Teresa escritas de Lisboa na 2ª metade de 1833 com a cidade cercada pelas tropas de D. Miguel. Faz relatos detalhados da situação vivida em Lisboa.

**C) Correspondência dos Primeiros Condes de Vila Real** (de notar que o 1º Conde de Vila Real recebe o título em 1823 dado por D. João VI).

- 1) 1812 – O futuro Conde de Vila Real como ajudante de ordens do Marechal Beresford está em operações contra o exército Francês, descreve a sua mulher a guerra em Badajoz - a tomada da cidade e o saque que se lhe seguiu. Seguem-se cartas da Beira Baixa, Castelo Branco, Escalvos de Baixo, Proença-a-Velha, Penamacor, Malcata sempre em perseguição do exército francês. Diz que os habitantes de algumas terras arrasadas pelos Franceses “se sustentam apenas de ervas cozidas em água”.  
1812 – Relata a sua conversa com Wellington que lhe disse que o governo Inglês anda a insistir com o príncipe D. Pedro para que venha para Portugal, quando este ainda se encontra no Brasil.  
Numa das cartas queixa-se “Os soldados Ingleses adoecem porque bebem muito vinho”.  
Relata a batalha de Almaraz em Espanha contra os Franceses. Escreve cartas de Zamora e Salamanca “Onde o exército Português foi recebido com as maiores aclamações na cidade”. Escreve mais cartas de Villa Escusa, Alaejos, Nava del Rey, La Secca e Comisal.
- 2) 1814 – O futuro Conde de Vila Real é nomeado conselheiro da embaixada em Londres, onde esteve dessa vez pouco tempo. Escreve cartas para sua mulher de Falmouth e de Londres, à chegada. Faz comentários curiosos sobre Madame de Stael e as suas relações com o futuro Duque de Palmela. Compara Madame

de Stael à Marquesa de Alorna, mas diz que “A Marquesa não sabe nunca o meio de conseguir os seus objectivos enquanto Madame de Stael é muito mais decidida”. Contém mais comentários sobre a Marquesa de Alorna “Esta anda a tentar recuperar na Alemanha dinheiro que ela considera pertencer ao marido, mas de que nenhum Alemão tem ideia. O seu objectivo é sempre conseguir algum dinheiro que ela dissipa com a maior brevidade sem melhorar os seus negócios nem contentar os seus credores”

Nomeado Ministro em Madrid em 1814, temos cartas para a sua mulher em que relata a viagem de 12 dias em carruagem a partir de Lisboa. Diz que a maior parte das terras por que passa ainda estão destruídas em resultado da Revolução Francesa. “E os maiores ladrões não são os da estrada mas sim os estalajadeiros”. Mesmo assim teve de contratar uma força de segurança. Já de Madrid relata contacto que fez com o Rei e com os Infantes para a apresentação das credenciais.

- 3) Contém correspondência do futuro Conde de Vila Real quando ministro em Madrid (1814/1820). Entre ela, correspondência trocada com o governo Espanhol – importante para a Historia das relações entre os dois Países durante esse longo período. Por exemplo: Negociações sobre Olivença – “Os Espanhóis mostram relutância em tratar do assunto no Congresso de Viena. Admitem no entanto o princípio de fazer a restituição”. É correspondência que merece um estudo mais profundo.

Ultima carta que escreve de Madrid quando deixa o posto em 1820 diz “Eu parto no Domingo ou na Segunda-feira a cavalo e como não creio que poderei correr muito como quando era mais moço, só chegarei a Lisboa no Sábado”. Contava portanto levar 5 ou 6 dias.

- 4) Cartas da Condessa de Linhares para sua irmã futura Condessa de Vila Real estando esta com o marido ministro em Madrid (1814/1818). A irmã está em Lisboa e relata coisas com muito interesse sobre o que se passa em Portugal, durante esses 4 anos.

- 5) 1816 – A futura Condessa de Vila Real vai a Cadiz na qualidade de mulher do Ministro em Madrid acompanhando seu marido, esperar as Infantas Portuguesas filhas de D. João VI, D. Maria Isabel que vinha do Brasil para casar com seu tio Fernando VII e D. Maria Francisca que casou com o também seu tio D. Carlos Maria Isidoro. É feito um relato circunstanciado do que em Cadiz se passou.

1820 – Nomeado Ministro em Londres, existem cartas com essa origem até Fevereiro de 1828

- 6) 1822 – Carta da Condessa de Alba irmã da futura Condessa de Vila Real. É feito o relato das cerimónias fúnebres e funeral de D. Maria I na Basílica da Estrela. “O cadáver estava ainda em estado de se vestir mas a cena incomodou muito os que assistiram a essa cerimónia”.
- Uma carta em que manifesta preocupações por notícias que lhe chegaram de desentendimentos entre D. João VI e o Infante D. Miguel.
- Uma carta importante comparando “O antigo sistema de Cortes com o Parlamento moderno que alguns querem estabelecer.
- 7) 1824 – Carta importante sobre o Infante D. Miguel “Não é conveniente persegui-lo ou irritá-lo porque é um homem temível e não há o meio de o pôr em estado de não poder retornar a fazer mal. Ouço dizer que em Paris fez asneiras, mas também tudo o que se fez considerando o seu génio e inexperiência só podia aumentar o mal porque não era o meio de o levar. Todas as informações que tenho do Infante combinam em que é um moço de coração ferino”.
- 8) 1827 – “Chegou aqui Carlos Martins Pereira com uma carta para o senhor Infante em que o senhor D. Pedro IV o nomeia para Regente de Portugal”
- O Conde de Vila Real informa ter sido nomeado para ir a Viena com o intuito de convencer o Infante D. Miguel “a aceitar o plano de seu irmão e a que ele sustente a Carta”.
- 23/09/1827 – Escreve carta de Paris – 1ª etapa da viagem a Viena. Tem entrevista com 2 Ministros Franceses.
- 28/09/1828 – Escreve de Estrasburgo.
- 06/10/1827 – Carta de Viena. Relata encontro com o Infante D. Miguel.
- 30/10/1827 – Afirma que D. Miguel aceitou a Regência “E em consequência passou a habitar um quarto no Paço com honras de soberano” seguem se muito comentário políticos de muito interesse.
- 5/12/1827 – O Infante e o Conde de Vila Real iniciam a viagem de regresso saindo de Viena.
- 15/12/1827 – Carta de Karlsruhe.
- 23/12/1827 – Carta de Paris – faz relato da viagem.

- 9) 1828 – 01/01/1828 – Carta de Londres onde chegaram nesse mesmo dia. D. Miguel é recebido pelo Rei de Inglaterra. O Conde de Vila Real assiste á entrevista, que descreve.  
 07/02/1828 – Ultima carta de Londres D. Miguel e o Conde de Vila Real regres-  
 sam a Lisboa.
- 10) 1832 – Série de cartas quando o Conde de Vila Real vai para os Açores integrado na expedição liberal que desembarcou na ilha Terceira.  
 Cartas:  
 30/01/1832 – Descreve a viagem de Paris para Nantes feita de diligência.  
 01/02/1832 – De Belle Isle. Queixa-se da falta de organização da força que vai partir. “Não há uma pessoa só que dirija todos os negócios relativos há expedição”.  
 29/02/1832 – Começo das cartas escritas de Angra para Paris. Descrição da viagem por barco.  
 02/03/1832 – Panorama da cidade de Angra que acha lindíssima.  
 06/03/1832 – Descrição da chegada de D. Pedro IV a Angra. Referência ao Te Deum e recepção no Paço. Louva a organização do Conde de Vila Flor que mais tarde foi Duque da Terceira.  
 08/03/1832 – Conjecturas sobre alternativas de acção a seguir. Tomar a Madeira?  
 24/03/1832 – Carta com comentários sobre a pessoa de D. Pedro IV. “Não confia em mim duvidando do meu constitucionalismo”.  
 18/03/1832 – Carta em que se queixa de não ter sido escolhido para integrar a expedição ao Continente.
- 11) 1834 – Serie de cartas após o fim da guerra civil também dirigidas a sua mulher:  
 16/08/1834 – Descrição da cerimónia de abertura do Parlamento. Faz extensos comentários políticos. Relata entrevista com D. Pedro. Refere o que lhe pareceu ser a má saúde deste.  
 30/08/1834 – Carta sobre política interna. Faz nota sobre a doença terminal de D. Pedro IV.  
 20/09/1834 – O Conde de Vila Real veio do Parlamento onde D. Maria II prestou juramento em face do agravamento do estado de saúde de D. Pedro. O Duque de Palmela convida o Conde de Vila Real para Ministro dos Estrangeiros do novo governo em formação. O Conde está relutante em aceitar “Com ser Ministro dos Estrangeiros gasta se muito dinheiro. Eu queria ter era uma colocação no Estrangeiro como Embaixador”.

29/09/1834 – Anuncia a morte de D. Pedro IV e que finalmente aceitou ser Ministro dos Estrangeiros. Relata muito sobre a situação política interna e queixa-se de “Inércia geral”.

- 12) 1837 – Comparação entre o marechal Saldanha e o Duque da Terceira “Apesar das vantagens que o Duque da Terceira tem sobre Saldanha em muitos pontos, devemos confessar que Saldanha tem muito mais conhecimentos militares e mais decisão que o Duque da Terceira e sabe mexer os soldados (para me servir de uma expressão vulgar) o que o outro ignora”.

#### **D) Correspondência do Duque de Saldanha antes e depois dos títulos Nobiliárquicos que recebeu.**

- 1) Existe uma abundante correspondência (1812/1813) de João Carlos Saldanha dirigida a seu irmão o Conde de Rio Maior e a sua mãe, quando Saldanha intervém na guerra Peninsular em perseguição do exército francês desde a fronteira Portuguesa até aos Pirinéus. Descrição da batalha de Vitoria, tomada de San Sebastian e Bayonne.  
Carta para o irmão: “O meu cavalo morreu. Tive de comprar outro. Saquei sobre si”. Curioso que no tempo do Morgadio o irmão Morgado tivesse de pagar os cavalos para um oficial Português que ia em combate, por lhe ter morrido o cavalo. Também é difícil de saber como Saldanha poderia sacar sobre o irmão, naquele tempo em plenos Pirinéus e receber o dinheiro.
- 2) Também existe abundante correspondência com o irmão Conde de Rio Maior quando este está no Rio de Janeiro a acompanhar a Corte escrita de Montevideo, quando Saldanha está no Uruguai contra Artigas (1815/1821). Faz detalhada descrição dessa guerra em que como é sabido teve um comportamento destacadíssimo.
- 3) Existe também muita correspondência relativa á longa demanda que o Duque de Saldanha manteve com a casa Rio Maior relativa á questão judicial que manteve com seu irmão e seu sobrinho relativo a pensão de alimentos.

**E) Correspondência do 2º Conde de Rio Maior para o Rei D. João VI sobre a orientação da educação do Infante D. Miguel no Brasil de que o Conde foi encarregado.**

Constam:

– Instruções de D. João VI ao Conde de Rio Maior sobre a educação de D. Miguel (1819)

– Relatório do Conde de Rio Maior dirigido ao Rei, relatando em pormenor como decorreu a estadia do Infante na Ilha do Governador (Rio de Janeiro) de 15/10/1819 – 22/01/1820 fazendo uma análise psicológica do Infante:

“Folga muito Sua Alteza Real em imitar Sua Alteza O Sereníssimo Príncipe Real, porem pretendendo que os circunstantes o não percebam. O Infante é isento de vícios. Achei desde o princípio que fora da presença de Vossa Majestade as ideias de decoro do Infante não ocupavam sempre Sua Alteza Real, que as reputava impertinentes e como tais as dispensava muitas vezes. Nesta parte ainda não há tudo ganho mas já há bastante e este bastante promete conseguir tudo com tempo. Sua Alteza Real tem um juízo fino e muita inteligência e memória e uma imaginação viva. É inconstante mudando de ocupação sem terminar a anterior.

Tem apetite pela caça e por cães, cavalos e bois. Nos divertimentos há sempre imoderação por demasiada fadiga ou por excesso de risco – O maior é laçar bois e bestas no que Sua Alteza Real é algo destro.

Havendo-se introduzido no espírito de Sua Alteza Real o capricho de vencer dificuldades calculando apenas estas e não as conseqüências, e futilidade em arriscar-se sem necessidade e glória.

Gosta de artefactos mecânicos. É modesto por inclinação. Diz por vezes grosserias. É muito reconhecido e não gosta que o gabem. Não está corrente em Aritmética. Não lhe são absolutamente desconhecidas as primeiras ideias da Historia Portuguesa. Nunca me pude atrever a averiguar se está corrente na Doutrina. Tem muito jeito para o desenho e não aborrece a música de dança. Sabe alguma coisa de Francês. Joga o florete.

Tem Sua Alteza Real propensão para a dissimulação mas nunca é por ora tão refinada que se não indique e quando convêm e é próprio de Sua Alteza ter franqueza Sua Alteza nem sempre a tem”.

Assinado e datado pelo Conde de Rio Maior em 14/04/1820 teria D. Miguel 17 anos.

#### F) Outra correspondência entre D. João VI e o Conde de Rio Maior.

– Existe muita documentação e cartas relacionadas com a missão do Conde de Rio Maior ao Rio de Janeiro encarregado por D. João VI de se entrevistar com o Imperador D. Pedro em 1823.

“Carta de nomeação do Conde de Rio Maior e instruções secretíssimas que Sua Majestade El Rei manda dar ás pessoas que vão á Corte do Rio de Janeiro. As instruções são aceitar tudo desde que D. João VI continue a ser considerado Rei no Brasil com a regência do Príncipe D. Pedro”.

Contém cópia da carta enviada pelo Conde de Rio Maior a D. João VI relatando que não o deixaram desembarcar. Contém também documentos impressos de que constam a reacção da Assembleia Constituinte e Legislativa do Brasil á presença da Comissão, rejeitando-a.

#### G) Correspondência da 3ª Condessa de Rio Maior com os seus filhos António e José de Saldanha.

– António vai para Coimbra estudar Direito em 1852. José vai também para Coimbra em 1855 estudar Matemática e Filosofia e em 1862 por 3 anos para Paris especializar se em Química. A Condessa sempre preocupada em manter os filhos informados sobre o que se passa em Lisboa em geral e na Corte e na vida Política em particular. Os filhos pelo seu lado relatam o que é a vida de um estudante em Coimbra e mais tarde José faz relato semelhante á vida em Paris. Os filhos vão acompanhados por Caetano Franco de Sousa, homem de confiança do Conde de Rio Maior, com quem aliás foi inclusivamente ao Rio de Janeiro quando ali foi para se entrevistar com o Imperador.

As cartas entre a mãe e os filhos são cerca de 2000 nos dois sentidos (Maria Filomena Mónica publicou cerca de 250 cartas só da mãe). As cartas de Coimbra revelam muito sobre o funcionamento da Universidade, as sabatinas, as relações com os professores e entre os alunos, os hábitos etc.

Temas principais abordados nas cartas da mãe: Muita política interna e até internacional, a extinção dos morgadios, comentários sobre o Duque de Saldanha, tio do 3º Conde de Rio Maior de quem a Condessa faz queixas e em quem encontra muitos defeitos, a questão das Irmãs da Caridade em que a Condessa de Rio Maior esteve muito envolvida, comentários abundantes sobre importantes figuras daquela época. Também aparecem muitas cartas escritas por importantes figuras da cena política.

Na parte social – Relato de banquetes no Palácio Real, dos casamentos de D. Pedro V e D. Luís I, espectáculos no teatro de S. Carlos, vários bailes em casas privadas, relatos de vários casamentos, nascimento do Príncipe Real D. Carlos, ocasião em que a Condessa de Rio Maior esteve presente ás cerimónias que se seguiram

imediatamente e são descritas ao pormenor, viagens da família a Paris e a Roma etc, etc.

Para terminar e para confirmar o interesse histórico mas também actual da correspondência, deixo o extracto de uma carta da Condessa de Rio Maior para seu filho António quando em 1877 seu filho é Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa quando António lhe anunciara um déficit naquela instituição: “Não gosto de deficits. O fim de um orçamento é justamente o de calcular as despesas segundo as receitas para que estas dêem para aquelas”.

Todas as cartas entre a mãe e os filhos podem ser consultadas no site do Instituto de Estudos Sociais: [www.ics.ul.pt/arquivodehistoriasocial](http://www.ics.ul.pt/arquivodehistoriasocial).

# Arquivo da Quinta das Lágrimas: quando à história social se junta a local

*Assunção Júdice,  
Leonor Calvão Borges*

A apresentação pública do Arquivo da Quinta das Lágrimas é possível pela anuência de toda a família, descendentes de Dom Miguel Osório Cabral de Alarcão, e por se ter iniciado o seu tratamento na década de 90 do século XX, só com o conhecimento do seu conteúdo era aconselhável a sua apresentação e disponibilização, mas diversos investigadores já tiveram acesso aos documentos na elaboração das suas teses de mestrado e doutoramento.

Este espólio, após tratamento arquivístico, passará a integrar o Arquivo da Fundação Inês de Castro e será disponibilizado no futuro *Centro Interpretativo D. Inês de Castro e os Reis da 1ª Dinastia*, em Coimbra.

O Arquivo da Quinta das Lágrimas, assim chamado, não só por ser esta Casa a confluência de todas as outras casas da Família Osório Cabral de Alarcão, mas, e essencialmente, como homenagem a Miguel Osório Cabral de Castro, 5º Senhor da Quinta das Lágrimas, a quem se deve não só a organização do arquivo que chegou até nós, mas também a sua existência, já que no incêndio de 21 de Dezembro de 1879 que destruiu a maior parte do edifício não descansou enquanto não salvou todo o arquivo, os documentos que poderiam servir de prova dos bens da sua família.

Este Arquivo, até agora praticamente inédito, chegou até nós com uma organização própria, de acordo com a organização e gestão dos bens familiares. Iniciámos o seu tratamento na década de 90 do século passado mas, dado tratar-se de um

trabalho de horas vagas, este projecto foi retomado em 2010, e em boa altura surgiu este colóquio para darmos a conhecer este arquivo tão importante não só para a história da Família como para a história local da Zona Centro de Portugal<sup>1</sup>.

A árvore genealógica<sup>2</sup> de Dom Miguel Osório Cabral de Alarcão, último Senhor da Quinta das Lágrimas (de extrema importância para compreender e localizar a proveniência da documentação) mostra-nos a sua ascendência e, através dela, podemos ver que o 1º Senhor da Quinta das Lágrimas (Manuel Homem de Figueiredo) e toda a sua descendência são seus antepassados tanto por via masculina e como por via feminina (daí a confluência dos diversos arquivos familiares)<sup>3</sup>.

A este tronco comum, junta-se, por casamento de seus Avós, a família Alarcão Velasques Sarmento, senhores da Casa e Morgado de Espinhal, concelho de Penela e da Casa de Montemor-o-Velho e a família Pereira da Silva Forjaz e Meneses da Casa de Bertandos em Ponte de Lima e da Casa de Biscainhos em Braga<sup>4</sup>.

**I – MANUEL HOMEM FREIRE DE FIGUEIREDO**, 7º Senhor da Casa de Ázere, e 6º Morgado de Ázere, foi o 1º Senhor da Quinta das Lágrimas, por compra a Pedro Correia de Lacerda, de Lamego, (escritura de 21 de Julho de 1730), Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo, F.C.C.R. e Familiar do Stº Ofício (16.12.1743). Casou com D. Maria Joana Pitta de La Penha Deosdará, natural da cidade da Baía e filha de António da Rocha Pitta e de sua mulher D. Aldonça de La Penha Deosdará, da Casa da Torre na Baía. Tiveram:

1(II) – Luís Pedro Homem Freire de Figueiredo que segue

2(II) – D. Ana Aldonça de La Penha Figueiredo Deosdará que casou (10.1.1750) com Silvério Correa da Fonseca e Andrade (bp.24.08.1732) e tiveram

1(III) – António Correia

2(III) – Maria de Mello Correa da Fonseca que casou com D. José Velasques Sarmento (27.10.1734) e tiveram:

1(IV) – D. João de Alarcão Velasques Sarmento que casou com D. Joana Francisca de Figueiredo Osório de Castro (ca 1800) e tiveram:

1(V) – D. José de Alarcão Velasques Sarmento (27.03.1823) que casou com Maria do Ó Osório Cabral de Castro Pereira da Silva de Sousa Forjaz e Menezes, e tiveram:

1(VI) – D. Maria da Conceição Alarcão Velasques Sarmento Osório (20.11.1850) casou com Francisco de Alarcão Velasques Sarmento

<sup>1</sup> Para uma visão da importância dos arquivos de família, veja-se, entre outros, PEIXOTO, Pedro de Abreu – O Valor dos Arquivos de Família. In *Cadernos Bad*, nº 1, Lisboa, 1995, pp. 41-51.

<sup>2</sup> Arquivo da Quinta das Lágrimas (doravante AQL) – BRANDÃO, José Maria Albuquerque da Costa – *Árvore genealógica de D. Duarte de Alarcão Velasques Sarmento Osório [Texto manuscrito]*.

<sup>3</sup> AQL – Caixa 8 – Testamentos e escrituras dotaes; Caixa 27 – Genealogias; Caixa 32 e 33 – Inventários e partilhas.

<sup>4</sup> AQL – ALBUQUERQUE, Miguel Osório de Alarcão e – [*Genealogia da Família Osório Cabral de Alarcão*]: apontamentos manuscritos.

2(VI) – D. Maria do Ó Alarcão Velasques Sarmiento Osório (29.10.1852 – 25.12.1874)

3(VI) – D. João de Alarcão Velasques Sarmiento Osório (05.11.1854) casou com Maria da Conceição de Castro e Lemos de Magalhães e Menezes

4(VI) – D. Duarte de Alarcão Velasques Sarmiento Osório (05.11.1854 – 9.3.1905), irmão gêmeo de D. João de Alarcão Velasques Sarmiento Correia da Fonseca e Andrade, o morgado, a quem sucedeu na representação da Casa e da Família. Foi F.C.C.R, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, Secretário da mesma Universidade e Governador Civil de Coimbra. Casou, em primeiras núpcias com D. Maria da Assunção de Menezes Pitta de Lemos e Nápoles Manoel (31.3.1865–13.4.1887), filha de José de Lemos Nápoles Manoel de Menezes, F.C.C.R., senhor da Casa de Sarzêdo em Moimenta da Beira, deputado da Nação e Governador Civil da Guarda e de sua mulher D. Rufina Cândida Sarmiento de Vasconcelos e Castro. Casou em segundas núpcias com D. Maria Emília Osório Cabral (7.6.1850 – 6.4.1934) filha de Miguel Osório Cabral e de Maria Carolina Almeida Monteiro

1(VII) – D. Miguel Osório Cabral de Castro Pereira Homem de Alarcão Velasques Sarmiento Correia da Fonseca e Andrade (12.8.1884 – 4.9.1968), F.C.R, 6º Senhor da Quinta das Lágrimas, por testamento de seu Tio-Avô Miguel Osório Cabral de Castro, com obrigatoriedade de usar os apelidos Osório Cabral, e Senhor das Casas da Guarda e Águeda casou com Maria Brígida Bressane Leite Perry de Sousa Gomes (11.7.1884 – 26.1.1958) filha de Francisco José de Sousa Gomes e de Maria Brígida Bressane Leite Perry

2(VII) – Maria do Ó de Alarcão Velasques Sarmiento Osório

3(VII) – José Osório Cabral de Alarcão Velasques Sarmiento

3(III) – Joana

4(III) – Rita de Castro Coutinho Pereira

5(III) – Francisca Sebastiana

**II – LUÍS PEDRO HOMEM FREIRE DE FIGUEIREDO** 2º Senhor da Quinta das Lágrimas, 8º Senhor da Casa de Ázere, e 7º Morgado de Ázere, Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo e F.C.C.R., nasceu no Porto e morreu em Coimbra (24.2.1802), casou com Rita Bernarda Angélica de Figueiredo Brandão, filha legítima e sucessora de João Álvares de Figueiredo Brandão, F.C.C.R, Cavaleiro da Ordem de Cristo e Desembargador Chanceler da Baía, Familiar do Santo Ofício, Morgado de Vila-Cova e Águeda, Senhor da Casa de Sub-Avô, e de sua mulher D. Ana Maria Michaela de Almeida, filha do Capitão-Mór de Águeda e Senhor e do Prazo de Espinhel, no concelho de Águeda e tiveram:

1(III) – Josefa Luísa Freire de Figueiredo Brandão Deosdará que segue

**III – JOSEFA LUÍSA FREIRE DE FIGUEIREDO BRANDÃO DEOSDARÁ** (21.10.1763 – 6.6.1811), 3ª Senhora da Quinta das Lágrimas e dos Morgadios de Ázere, Vila-Cova, Sub-Avô, Bobadela, Águeda e Espinhel casou (3.10.1784) com Miguel Osório Cabral Borges da Gama e Castro (7.8.1749 – 28.10.1835) Senhor da Casa e Morgadio dos Osórios Cabrais da Ratoeira, do prazo de Vilhagre (Celorico da Beira), da Casa dos Osórios Cabrais da Guarda e da Casa de Santiago do Cacém, filho de Jerónimo Bernardo Osório de Castro e de Francisca Eugénia Borges. Foi F.C.C.R. (30.1.1776), capitão de ordenanças e Mestre de Campo de Infantaria Auxiliar da Comarca de Castelo-Branco, Coronel de Milícias do Regimento de Coimbra e do da Guarda e tiveram:

- 1(IV) – António Maria Osório Cabral Homem da Gama e Castro, que segue
- 2(IV) – Maria do Ó de Figueiredo Brandão Osório de Castro
- 3(IV) – Joana Francisca de Figueiredo Brandão Osório de Castro casa (1817) com Dom João de Alarcão Vellasques Sarmento Correia da Fonseca Andrade e Vasconcellos
- 4(IV) – Luisa do Carmo de Figueiredo Brandão Osório de Castro (+21.1.1857)
- 5(IV) – José Maria Osório Cabral, F.C.C.R
- 6,7 (IV) – “...dois de nome Luís que morreram creanças”
- 8(IV) – Rita do Patrocínio de Figueiredo Brandão Osório de Castro (+12–1855)
- 9(IV) – Jerónimo Maria Osório Cabral (+1851)
- 10 (IV) – “Miguel que morreu creança em Dezº de 1805 e se baptizou em Abril do mesmo ano”

**IV – ANTÓNIO MARIA OSÓRIO CABRAL HOMEM DA GAMA E CASTRO** (25.7.1785 – 20.3.1858) F.C.C.R (alvará de 24.7.1805), Par do Reino, Coronel de Milícias da Figueira da Foz, 4º Senhor da Quinta das Lágrimas e Senhor dos Morgados dos Osórios Cabrais da Ratoeira, do prazo de Vilhagre (Celorico da Beira), da Casa dos Osórios Cabrais da Guarda e da Casa de Santiago do Cacém de Ázere, Vila-Cova, Sub-Avô, Bobadela, Águeda e Espinhel, formado em Matemática pela Universidade de Coimbra, Cadete no Regimento de Milícias da Figueira da Foz de que foi Coronel, casa (28.8.1823) com Maria da Conceição Pereira da Silva Forjaz e Menezes (15.7.1798 – 16.5.1878), filha de Damião Pereira da Silva de Souza e Menezes, 10º Senhor do 1º Morgado de Bertianos e 2º da Vila de Bertianos, Brigadeiro, F.C.C.R E de sua mulher D. Maria Angélica Senhorinha José Justa Pereira Forjaz de Eça Montenegro, 9ª Senhora do 2º Morgado de Bertianos e Senhora da Casa de Biscainhos, em Braga, de quem tem diversos filhos.

- 1(V) – Maria do Ó Osório Cabral de Castro Pereira da Silva de Sousa Forjaz e Menezes (19.9.1824–27.1.1856) casada com D. José de Alarcão Vellasques Sarmento 1(V)
- 2(V) – Maria do Patrocínio Osório Cabral Pereira Forjaz e Menezes (28.10.1825 – 4.8.1855) casada com Estêvão Palha

- 3(V) – Maria do Loreto Osório Cabral Pereira Forjaz e Menezes (+16.4.1873) casada com José Maria de Abreu
- 4(V) – Maria do Carmo Osório Cabral Pereira Forjaz e Menezes (1828–1914)
- 5(V) – Miguel Osório Cabral de Castro (18.7.1830–1890) que segue
- 6(V) – Maria da Conceição Osório Cabral Pereira Forjaz e Menezes (18.7.1830)
- 7(V) – Maria da Piedade Osório Cabral Pereira Forjaz e Menezes (1832–1883)
- 8(V) – Maria da Glória Osório Cabral Pereira Forjaz e Menezes (+1838)
- 9 (V) – Maria Vitória Osório Cabral Pereira Forjaz e Menezes (+16.1.1840)

V – MIGUEL OSÓRIO CABRAL HOMEM DA GAMA E CASTRO (18.7.1830–16.5.1878), F.C.C.R, Par do Reino, 5º Senhor da Quinta das Lágrimas e Senhor de toda a Casa de seus Pais. Administrador dos Morgados de Ázere, Bobadela, Águeda, Guarda, Ratoeira e S. Tiago do Cacém no Alentejo, 10º Senhor do antiquíssimo Prazo de Vilhagre na Ratoeira e de Sª Mª do Espinhel na Vila de Águeda. Bacharel em Matemática pela Universidade de Coimbra, 1851 e em Filosofia, 1855. Faleceu solteiro instituindo herdeiro seu sobrinho neto D. Miguel Osório Cabral I (VII)<sup>5</sup>.

No contexto deste Arquivo é de toda a importância lembrar o 1º Senhor da Quinta das Lágrimas, Manuel Homem Freire de Figueiredo, o 4º Senhor António Maria Osório Cabral, Par do Reino, Marechal de Campo de Wellington, tendo seu Pai, Miguel Osório Cabral Borges da Gama e Castro, disponibilizado a sua Casa da Quinta das Lágrimas para aquartelamento das tropas inglesas aí os recebeu com muita cordialidade (segundo testemunho de um soldado “...The officers of our quadron were in high luck ... we were quartered in the house of a nobleman, wich was left in the care of his son, a colonel in the Portuguese service...”<sup>6</sup>) que organizou o Cartório da Casa, após a morte de sua Mãe, Josefa Luisa Freire de Figueiredo (6.6.1811), cujo Inventário foi julgado por sentença somente a 19.1.1853 “Pellos contínuos embaraços dos tempos não foi pocivel conhecer bem a natureza dos bens por cauza da desordem em que estava o Cartorio da Caza, e ficou o conjuje que sobreviveo em sociedade de bens com os sete filhos...”<sup>7</sup>.

Miguel Osório Cabral continuou o trabalho de seu Pai, reuniu através de públicas-formas muita documentação dispersa em outros arquivos, necessária em momentos de inventário e partilhas, parentesco entre noivos, contendadas com a Câmara de Coimbra, foi responsável pela organização que chegou até nós e, sabendo

<sup>5</sup> A identificação dos vínculos pertencentes a esta família pode ser consultada em: CAPELO, Ludovina Cartaxo – *Catálogo do registo vincular do distrito de Coimbra*. Coimbra: Universidade de Coimbra, sd.

<sup>6</sup> HARRISON, W. B. – *The Tourist in Portugal*. London: Robert Jennings, 1839, pp. 296-297.

<sup>7</sup> AQL – Caixa 33 – Inventários e partilhas: *Cópia do Inventario de D. Josepha Luiza Freire de Figueiredo, casada com Miguel Osório Cabral Borges da Gama e Castro*.

da importância da documentação que possuía, só deixou acudir ao incêndio da sua casa, a 21 de Dezembro de 1879, após o Arquivo estar a salvo.

Esta noção da importância, da actualização, do bom acondicionamento e preservação dos documentos, como prova documental e história da Família, foi transmitida aos seus descendentes, sendo visíveis acrescentos e anotações pelo punho de seus sobrinhos D. Duarte de Alarcão e D. Miguel Osório Cabral de Alarcão.

Conhecida a família, contextualizada assim a produção da informação, quer pela identificação dos seus produtores, quer pelos respectivos contextos de produção acima descritos, passou-se à organização e descrição do seu sistema de arquivo<sup>8</sup>.

Ao fazê-lo tornou-se perceptível que, para além das potencialidades de investigação histórica já apontadas, o sistema de informação subjacente ao AQL, implicava uma reflexão sobre um tema caro à arquivística, o da ordem original<sup>9</sup>.

O facto de se tratar de um conjunto de documentação produzida por uma família isto é, por um conjunto de pessoas, ao longo dos tempos, sem que haja necessariamente as mesmas preocupações na recuperação da informação, torna os arquivos familiares objecto de estudo sobre as diversas ordens estabelecidas/mantidas

E o AQL não é, a esse respeito, diferente: de uma hipotética primeira organização apenas restam os habituais resumos das escrituras de empenhamento feitas no verso dos documentos, por mão contemporânea da sua feitura.

Após o (também comum) incêndio, existiu uma clara intenção de re-organizar o arquivo, organização essa com base no carácter funcional da documentação – que aliás se reflecte no plano de classificação entretanto estabelecido – sendo mantida até aos inícios do século XX, data em que a maioria dos documentos passa a ser de conteúdo financeiro.

Outro factor interessante neste arquivo é a percepção da sua utilização pela família, que assim sente necessidade de o manter organizado<sup>10</sup>, e mesmo de o aumentar com recurso a públicas-formas obtidas noutros arquivos.

Por último, destaca-se o facto de não haver neste arquivo lugar para testemunhos individuais de pessoas, pela inexistência de qualquer documento da actividade de função pública ou privada dos seus membros.

Após o inventário preliminar das caixas e livros existentes, foi estabelecido o seguinte Plano de Classificação:

<sup>8</sup> Para este efeito, foram seguidos alguns dos conceitos enunciados em: GALLEGO, Olga – *Manual de Archivos Familiares*. Madrid: ANABAD, 1993; GONÇALVES, Manuel Silva; GUIMARÃES, Paulo Mesquita e; PEIXOTO, Pedro Abreu – *Arquivos de Família: Organização e Descrição*. Vila Real: Sector Editorial dos SDE, 1996; e ainda SILVA, Armando B. Malheiro da – «Arquivos familiares e pessoais. Bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo», *Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património*, Série I, Vol. III, 2004.

<sup>9</sup> VIEIRA, João – “A arquitectura dos arquivos: reflexões em torno do conceito de ordem original”. In: *Arquivo e Administração*, Rio de Janeiro, Jul/Dez. 2005, v. 4, n. 2, pp. 33-45.

<sup>10</sup> Veja-se o já citado *Cópia do Inventario de D. Josepha Luiza Freire de Figueiredo*.

**A – Organização e Constituição**

- 01 – Baptismos
- 02 – Casamentos
- 03 – Escrituras dotaes
- 04 – Óbitos
- 05 – Testamentos
- 06 – Partilhas
- 07 – Genealogias
- 08 – Relação de bens
- 09 – Inventários e róis de documentos

**B – Gestão Patrimonial**

- B.1 – Casa de Ázere
- B.2 – Casa dos Borges
- B.3 – Casa de Arcozelo
- B.4 – Casa dos Velhos
- B.5 – Vínculo da Ratoeira
- B.6 – Casa de Águeda
- B.7 – Prazo do Vilhagre
- B.8 – Quinta das Lágrimas

**C – Gestão Financeira**

**C.1 – Contabilidade**

- 01 – Recibos
- 02 – Receitas e Despesas
- 03 – Cheques
- 04 – Crédito Predial

**C.2 – Dividas**

- 01 – Declarações de Dividas

**C.3 – Impostos**

- 01 – Contribuição Predial
- 02 – Pagamento de Foros

O respectivo inventário encontra-se em fase de execução. Para uma segunda fase de tratamento, desta feita mais ligada à história local, com a identificação de toda a documentação relativa às aquisições e exploração das propriedades, foram ainda estabelecidas duas fichas de identificação dos documentos, relativas respectivamente à aquisição e à exploração das mesmas, que recolhem toda a informação disponível, de modo a possibilitar o acesso aos investigadores. De facto, a existência de documentação relativa às diversas propriedades datados entre a segunda metade do século XVI e o princípio do século XX torna este acervo fundamental para a compreensão da pequena história dessas regiões.

# O Arquivo dos Vasconcelos de Vila do Conde

*Francisco de Vasconcelos*

Há muito que em Portugal alguns chamavam a atenção para a importância dos cartórios das casas nobres para a historiografia, houve mesmo alguns episódios, alguns fogachos, mas só agora, com a cooperação entre a Universidade, a Nobreza e os Arquivos Públicos, e com uma maior consciência social nesta matéria o processo está a ter mais consistência e seguimento.

Antes, já se tinham batido por esta causa, de diversas maneiras, D. António Caetano de Sousa, Luís de Figueiredo da Guerra<sup>1</sup>, o Rei D. Manuel II<sup>2</sup>, Manuel Inácio Pestana, Egídio Guimarães, Virgínia Rau<sup>3</sup>, Isabel Cepeda<sup>4</sup>, Maria da Assunção Jácome de Vasconcelos, Pedro Abreu Peixoto e a BAD.

Mas foi o projecto de estudo, organização, e difusão dos arquivos da fidalguia levado a cabo desde 2009 pelo Instituto de Estudos Medievais e no Centro de História de Além-Mar, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da U. Nova de Lisboa, que veio trazer um novo alento<sup>5</sup> nesta matéria.

É justo referir, por fim, e no que toca especificamente aos arquivos da nobreza, alguns dos fidalgos que mais se têm empenhado na defesa dos arquivos das suas

---

<sup>1</sup> *Anais das Bibliotecas e Arquivos* (1921).

<sup>2</sup> O qual, deixando apenas duas herdeiras legais, sua Mãe e sua Mulher, determinou que a maior parte dos seus bens fossem afectados á criação de uma instituição destinada a conservar a memória da dinastia. O governo de então, dando cumprimento à sua vontade, viabilizou pouco depois a criação da Fundação da Casa de Bragança. O arquivo desta, actualmente sediado em Vila Viçosa, foi pacientemente estudado, organizado, catalogado e divulgado durante 40 anos pelo Dr. Manuel Inácio Pestana, pessoa que foi para todos nós um grande exemplo de dedicação por um arquivo senhorial.

<sup>3</sup> Que escreveu *Os Manuscritos da Casa Cadaval respeitantes ao Brasil*, 2 vols. (1956/58).

<sup>4</sup> CEPEDA, Isabel; MENDES, Maria Valentina – Cartórios Particulares – tentativa de organização, *Actas do III Encontro de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas*, Porto (1968).

<sup>5</sup> Cfr. a sua apresentação em ROSA, M<sup>a</sup> de Lurdes, “O projecto «Em torno dos arquivos de família do Portugal medieval e moderno. Ciência arquivística, história social e património»” – *Actas do 2º Congresso Internacional Casa Nobre*, Arcos de Valdevez, C. M Arcos de Valdevez, 2011 pp. 119-123.

casas (e não só), em coerência aliás com a tradição de defesa do património cultural que é uma das tónicas da actuação social da aristocracia.

Dou apenas alguns exemplos: o Marquês de Sabugosa<sup>6</sup>, cujo riquíssimo arquivo, essencial nomeadamente para a história do fim da Monarquia, está em fase de inventariação, o Prof. Doutor Bernardo de Vasconcelos e Sousa<sup>7</sup> ex-director da Torre do Tombo, Francisco d'Orey Manoel (Atalaia)<sup>8</sup>, director do Arquivo da Misericórdia de Lisboa, e os fidalgos das Casas de Sezim<sup>9</sup> e Aurora<sup>10</sup>, no Minho, e de Mateus<sup>11</sup> e Penalva<sup>12</sup>, no Douro.

A primeira iniciativa concreta para a defesa dos arquivos privados coube ao inglês Lord Palmerston que em 1859 – já lá vão 150 anos! – propôs com esse objectivo a criação de uma comissão especial que começaria a funcionar 10 anos depois.

O assunto foi falado em 1867 em Itália, no Congresso Internacional de Estatística, em França em 1891, num discurso do Marquês de Voguë que causou certo impacto, em 1904 na Bélgica por ocasião da publicação dos primeiros inventários de arquivos de família, e em 1917 com um artigo publicado pelo holandês H. E. van Gelder.

Uma vez chamada a atenção para o problema, logo alguns Estados procuraram nele intervir.

---

<sup>6</sup> O Marquês de Sabugosa é também detentor do título, (concedido “de juro e herdade” em 1826) de Conde de Murça, e o chefe de uma grande Casa – os Mello César (Sabugosa) – que tem sabido manter com grande dignidade e independência, não só os seus principais bens simbólicos – o palácio em Lisboa, a Santo Amaro, a sua notável biblioteca e arquivo – como também uma posição cimeira em vários domínios da vida nacional desde os “Vencidos da Vida”, à Mordomia-Mor da Casa Real, à CUF, presidência da CIP, criação do “Jornal Novo” e, hoje, o Grupo Mello.

<sup>7</sup> Que é, por direito próprio, o actual possuidor dos títulos, (concedidos “de juro e herdade” em 1766 e 1790, respectivamente, de Marquês de Castelo Melhor e Marquês de Ponte de Lima). Discípulo de José Mattoso, foi director da Torre do Tombo, é hoje um dos mais notáveis historiadores portugueses e o chefe de uma Casa da qual também fazem parte Luís de Vasconcelos e Sousa, que se tem empenhado na defesa dos arquivos da nobreza, e Gonçalo de Vasconcelos e Sousa, também docente universitário de História.

<sup>8</sup> Que se tem destacado pela sua competência como director do Arquivo da Misericórdia de Lisboa e é um empenhado defensor (embora não seja o proprietário) do Arquivo da Casa Atalaia.

<sup>9</sup> Situada na freguesia de Nespereira, Guimarães, tem uma sala para o seu notável arquivo, o qual ocupa três armários e foi catalogado no final do século XIX pelo famoso abade de Tagilde. Pertence hoje por herança de seus passados maternos ao embaixador António Pinto de Mesquita, cuja família tem o “foro” de Fidalgo-Cavaleiro da Casa Real (1855).

<sup>10</sup> Em Ponte de Lima, cujo arquivo tem um belíssimo catálogo manuscrito antigo. Pertence hoje por herança da sua varonia ao embaixador João de Sá Coutinho, a quem o Presidente Mário Soares, por ocasião de uma visita à região, na sessão de boas vindas na câmara municipal, dirigiu uma rara saudação especial, afirmando que Sá Coutinho, “porque é um aristocrata, é um verdadeiro democrata”. Esta família foi agraciada com o “foro” de Fidalgo-Cavaleiro (1740) e o título de Conde d'Aurora em duas vidas (1889).

<sup>11</sup> Esta casa, nos arredores de Vila Real, tem um arquivo notável. Pertence ao eng<sup>o</sup> Fernando de Albuquerque, líder da Fundação da Casa de Mateus (“a Gulbenkian de Trás os Montes”, como já ouvi chamar-lhe), cuja família foi agraciada com uma carta de brasão d'armas (1789) e o título de Conde de Mangualde em duas vidas (1905).

<sup>12</sup> Esta casa nobre, na freguesia de Ancede, Baião, conserva o seu arquivo, metodicamente arrumado há um século por Álvaro de Azeredo, então seu senhor. Pertence actualmente a seu sobrinho e herdeiro, Carlos Nuno de Azeredo. Esta família tem o “foro” de Fidalgo-Cavaleiro da Casa Real (1858).

Na Áustria a lei de tutela das obras de arte foi alargada aos arquivos (1923), em Nápoles um decreto classificou como inalienável e indivisível o arquivo da Casa Pignatelli Aragona Cortes (1926) e em Espanha o arquivo da Casa de Ossuna, foi adquirido pelo Estado no ano seguinte.

O processo prosseguiu com trabalhos de catalogação, conservação e organização de arquivos privados, muitos dos quais da nobreza, como sucedeu em França com Charles Samaram<sup>13</sup>, na Bélgica com Mademoiselle Léjour, e na Itália com Ricardo Filangeri<sup>14</sup>.

Outra etapa importante foi a criação (em 1949) do serviço de arquivos privados nos Arquivos Nacionais de França, no qual se distinguiram Susanne d’Huart e Ariane Ducrot, com quem eu tive a possibilidade de contactar e de muito aprender nos anos 80 e 90, respectivamente.

## **Evolução da utilidade dos arquivos da nobreza**

Pode dizer-se que os arquivos da nobreza tiveram a sua época de ouro entre o século XV e o século XIX ou, mais precisamente, como alguns preferem, entre o Concílio de Trento (1563), que decretou a generalização dos assentos paroquiais e a extinção dos morgados (1863).

Foi então que, na nobreza e na sociedade em geral, com o advento dos letrados, o Direito escrito se impôs, sobrepondo-se o sistema de prova escrita e documental ao da prova oral e testemunhal, e a nobreza “de pergaminho” à nobreza baseada apenas na fama ou no facto de ser notória.

E foi também neste quadro que os arquivos passaram a ser, cada vez mais, um instrumento essencial para a administração das casas e para a justificação dos seus títulos e brasões.

De facto, durante estes quatro séculos cada casa nobre (desde os pequenos morgados do Minho aos “grandes senhores”) tinha no seu cartório o meio de prova para defender os seus rendimentos agrícolas e/ou senhoriais – sempre em perigo nas frequentes demandas que os ameaçavam – e também as suas qualificações ou títulos nobiliárquicos, académicos ou militares.

É claro que a sede de memória e a fome de passado que hoje caracterizam as sociedades actuais mais evoluídas e em crise de identidade – como mostraram Pierre Nora, Jacques Le Goff e Paul Veyne<sup>15</sup> – vieram dar uma segunda vida aos arquivos privados.

<sup>13</sup> SAMARAM, Charles – *Le Chartrier des La Trémouille*, Paris: 1930.

<sup>14</sup> Autor do notável artigo, (que foi traduzido e publicado também no Brasil): FILANGERI, Ricardo, – *Les Archives Privées, Archivum*, (1956).

<sup>15</sup> LE GOFF, Jacques [et al.] – *A Nova História*, Lisboa: Edições 70, 1989, p. 25 e 50; NORA, Pierre, *Entre Mémoire et Histoire*, 1984, pp. XXVI-XXXIV.

Tendo perdido a sua importância como instrumentos da administração das casas, voltaram a retomá-la como lugares de memória e identidade da família e como fontes privilegiadas para a história das terras, dos poderes locais e, de um modo geral, das matérias mais arredias dos arquivos públicos do estado.

Tudo isto, que é verdade para os arquivos privados em geral, é-o mais ainda para os da nobreza, na medida em que o Tempo é para esta uma circunstância constitutiva e estrutural.

Para além de fontes para os historiadores e lugares de memória da linhagem, os arquivos das casas nobres continuam a ser, ainda hoje meios – às vezes indispensáveis – para prova das suas qualificações hereditárias<sup>16</sup>.

### A difícil distinção entre o público e privado

Uma questão difícil é a da distinção entre o que é público e privado nos arquivos da nobreza.

O monopólio da “fé pública”, atribuído exclusivamente em alguns países<sup>17</sup> aos arquivos do Estado, únicos que neles faziam prova e tinham valor oficial e seguro, parece-me que não deve ser desligado do brutal reforço do centralismo régio registado a partir do fim da Idade Média.

E não posso impedir-me de pensar que os arquivos da Coroa (ou do Estado como se chamaram mais tarde) sofrem também de várias das limitações dos arquivos senhoriais pois foram, pelo menos no seu início, fundamentalmente arquivos de família, de uma família investida de autoridade pública – tal como, embora em menor grau, sucedia com os cartórios senhoriais.

De facto, nos arquivos da fidalguia, para além de muita documentação privada de funções privadas, há também muitos documentos públicos de funções públicas e muitos documentos pessoais de funções igualmente públicas.

<sup>16</sup> Títulos *propriamente ditos*, de duque, marquês, conde, visconde e barão, os “foros” de Fidalgos da Casa Real (Moço-Fidalgo, Fidalgo-Cavaleiro ou Cavaleiro-Fidalgo) e Cartas de Brasão d’Armas.

Desde que a partir do fim da Idade Média, a prova escrita documental se foi cada vez mais sobrepondo à prova por testemunhos orais, a posse de uma qualificação de nobreza hereditária demonstra-se, tal como outros direitos, nomeadamente títulos académicos ou de propriedade, de acordo com os artigos 362º a 372º do Código Civil. Ou seja, com documentos autênticos, isto é exarados, com as formalidades legais, por autoridades públicas nos limites da sua competência. Sendo certo que o processo comporta duas provas diferentes: a prova de nobreza demonstrando que um antepassado foi agraciado ou confirmado pelo Estado com o título em causa, e a prova de filiação provando que o sujeito descende do referido antepassado.

<sup>17</sup> Na Holanda e Inglaterra nomeadamente, segundo DOMINGUEZ, Olga Gallego – Archivos familiares: organização, *Actas do 2º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas*, Coimbra: 1987, pp. 265-274. Em Portugal, o decreto nº 10537, de 12 de Fevereiro de 1925, sobre o reconhecimento pelas autoridades da República dos títulos de nobreza previa que só documentos dos arquivos públicos poderiam servir de meios de prova.

E, embora surjam a cada passo denominados erradamente como pessoas privadas, ou particulares, a verdade é que muitos *senhores* eram, de facto e de direito, verdadeiras autoridades públicas, e estavam, por vezes mesmo hereditariamente, investidos de poderes públicos.

Era isso que se passava, nomeadamente com os *grandes*, senhores de *casa e estado*, (alguns dos quais tinham mesmo *chancelaria*), senhores de municípios com jurisdição, alcaides-mores, capitães donatários e pares do Reino.

Os pequenos fidalgos e *cavaleiros* das províncias, por seu turno, ocupavam por costume a maioria dos principais “ofícios da República” (como lhes chamavam) existentes nas suas terras, nomeadamente juiz “pela ordenação”, juiz dos órfãos ou juiz da alfândega, vereador, escrivão da câmara, capitão-mor, procurador às Cortes, oficial de milícias ou do exército e, já no Liberalismo, presidente da Câmara, administrador do concelho, recebedor ou deputado.

Ora, todos estes cargos e funções, deixaram um lastro enorme de documentos nos arquivos das famílias nobres. Até devido ao antigo costume, só banido depois do Liberalismo, que levava muitos dos seus detentores a guardarem em sua casa parte dos cartórios dos cargos.

Por isso, os arquivos da nobreza incluem muita papelada relativamente à qual nem sempre é fácil saber se se trata de papeis públicos ou privados, seja em forma de originais, de treslados ou de correspondência.

## A notável jurisprudência francesa sobre arquivos privados

O preconceito anti-nobiliárquico e a mania do centralismo estatal conduziram a políticas que, durante demasiado tempo, puseram o Estado e os fidalgos em trincheiras opostas e foram responsáveis pela perda de muitos arquivos e da saída de outros para o estrangeiro.

Actualmente, o Estado ganhou alguma humildade (não se erigindo já em exclusivo detentor da virtude nesta área) e os aristocratas, por seu turno, ganharam mais consciência do valor cultural dos seus arquivos (para a sociedade em geral e não apenas para a sua família).

A jurisprudência francesa sobre arquivos de família<sup>18</sup> mais avançada que a de outros países, não só desincentiva a venda e dispersão dos cartórios, como promove a

---

<sup>18</sup> MENEVAL, Baron de – Associations de Famille – Prendre soin de nos archives et souvenirs de famille. ANF-Bulletin Trimestriel, Janeiro de 2010, pp. 47-48; SÃO PAYO, Marquês de – Dos Cartórios de Família – A actual jurisprudência francesa e a prática arquivística, *Armas e Troféus*, (1972), nº 2, Julho-Setembro, pp. 103-107; DUCROT, Ariane, – Une interessante jurisprudence à propos de papiers de famille, *La Gazette des archives*, nº 75 (1971), pp. 195-197; GALLOT-LE LORIER, Marie-Anne – Les souvenirs de famille, *AFAP – Association française pour la protection des archives privées*, (2006-2007), pp. 43-50.

sua manutenção em ligação com a família geradora e o respeito pelo seu valor afectivo e simbólico.

Em França o detentor do arquivo é um dos membros da família por acordo dos outros parentes<sup>19</sup>, e muitas vezes é mesmo o chefe da linhagem, funcionando nesta matéria, de certo modo, como o cabeça de casal nas heranças.

A propriedade do arquivo não lhe pertence a ele sozinho, já que é de todos os descendentes da Casa (que frequentemente são centenas de pessoas), pelo que, se um dia quiser vendê-lo, terá de ter o acordo prévio dos outros co-proprietários e, naturalmente, dividir com estes o produto da alienação.

Perante os inúmeros perigos que ameaçam o futuro dos arquivos privados – dispersão, destruição, perda pura e simples, passagem a outra família por efeito de doação, divórcio, venda, divisão, incêndios, humidade, bichos, falta de espaço nas casas, roubos em quintas isoladas, e mesmo a dificuldade em proporcionar a consulta aos historiadores de um arquivo instalado num pequeno apartamento citadino – muitos proprietários de arquivos, conscientes da sua responsabilidade, interrogam-se sobre o que fazer.

Pela minha parte, a passagem do tempo tem-me feito flexibilizar a rígida posição que eu tinha há 30 anos, a de que o arquivo da casa *só podia* ter um futuro óbvio, ficar para sempre no solar da família e como propriedade desta.

Hoje, vejo que a instabilidade e imprevisibilidade nas famílias e nas propriedades, nomeadamente devido a factores como falências, divórcios e desempregos, fizeram com que a maioria delas tenha perdido o carácter institucional, seguro e estável que teve até ao fim dos morgados e à generalização dos divórcios.

Numa evolução paralela mas de sentido inverso, os arquivos públicos foram ganhando um desenvolvimento, solidez e maturidade que, pelos menos em muitos casos, mais facilmente que as casas que os geraram, poderão assegurar no futuro aos arquivos das casas nobres a sua conservação, unidade e disponibilização para os investigadores.

Por isso, embora os arquivos do estado tenham cometido e continuem a cometer nesta matéria inúmeras barbaridades<sup>20</sup>, a verdade é que um arquivo público (seja nacional ou local) é ou está ligado a uma verdadeira instituição, isto é, um organismo que dura para além das pessoas que em cada momento o representam, e pode, por isso, assumir responsabilidades mais dilatadas no tempo.

Um arquivo público é assim, mais que a maioria das famílias (as que não têm fundações), uma instituição que é susceptível de ser amarrada por um contrato sólido garantindo que se responsabiliza não só pela futura conservação e indivisibilidade

<sup>19</sup> Em caso de dificuldade na designação, o juiz decide.

<sup>20</sup> MÓNICA, Maria Filomena – A cultura: o Estado, as grandes famílias e os mecenas, *Público*, 15. XII. 2003, p. 11; LEAL, Maria José da Silva; PEREIRA, Miriam Halpern – *Arquivo e Historiografia*, colecção Temas Portugueses, Lisboa, ed. INCM, 1988, pp. 38-39; MATTOSO, José – *A Escrita da História*, Lisboa, Estampa, 1988, pp. 84-85.

do arquivo como pela manutenção deste como factor de identidade e memória da linhagem.

## O Arquivo dos Vasconcelos de Vila do Conde

O Arquivo dos Vasconcelos de Vila do Conde tem mais de dois mil documentos dos séculos XVI e seguintes, respeitantes a famílias e propriedades agrícolas situadas em freguesias dos concelhos de Vila do Conde, Póvoa de Varzim, Santo Tirso, Penafiel, Barcelos, Braga, Guimarães, Vila Verde, Ponte de Lima, Ponte da Barca, Arcos de Valdevez e Viana do Castelo.

Está actualmente em fase de inventariação, estando já feitas fichas-resumos de 800 documentos, dos quais cerca de 200 foram transcritos na íntegra.

Para já, o objectivo é concluir o inventário, informatizá-lo e/ou publicá-lo, acondicionar os documentos em pastas e caixas de cartão neutro<sup>21</sup> devidamente identificadas e metidas em duas arcas de cânfora que entretanto já se arranjam para este efeito.

Estes Vasconcelos, também chamados Vasconcelos Sousa Castro e Melo, são um exemplo típico da pequena nobreza de *Ancien Regime*: vindos de ofícios “mecânicos”, enriqueceram no comércio, antes de serem nobilitados e se afirmaram como uma família de autarcas, clérigos e morgados.

Proprietários do cargo de escrivão da Câmara desde 1743, passaram à nobreza hereditária quando foram agraciados com uma carta de brasão d’armas (1779) e o “foro” de Cavaleiros-Fidalgos (1794), e chegaram a reunir diversos de vínculos e seis residências armoriadas, entre eles a Casa dos Vasconcelos, em Vila do Conde, e o Paço de Sequeiros, perto de Ponte de Lima.

Este arquivo inclui documentos sobre alguns familiares notáveis, como João de Vasconcelos Sousa Castro e Melo (1871-1955), que foi o poeta e romancista D. João de Castro e um dos principais vultos da chamada Geração de 90, Frei Manuel dos Querubins, que foi ministro provincial (1777-80) e “restaurador” da Ordem dos Franciscanos depois dos desmandos galicanistas da ditadura pombalina, Francisco de Vasconcelos (1753-1851), presidente da primeira câmara liberal de Vila do Conde que foi (demitido logo a seguir pelo exército miguelista), João de Vasconcelos, (um dos 18 oficiais do exército de D. Pedro IV que no dia 25 de Julho de 1833, estiveram com Saldanha num dos mais notáveis lances do Cerco do Porto), o famoso genealogista Abade de Peroselo<sup>22</sup>, e Dona Mariana de S. Paulo, abadessa de Santa Clara de Vila do Conde (1694-97).

<sup>21</sup> Comprado há anos no Porto, na “Seta”, uma empresa especializada em material para arquivos.

<sup>22</sup> O Padre João de Araújo da Costa e Mello (século XVIII), oriundo da Casa de Caldas de Baixo, junto a Ponte da Barca, autor do *Nobiliário Alfabético*, uma obra em 13 volumes manuscritos que se conserva na Biblioteca Municipal do Porto.

Através de sucessivas heranças e casamentos este arquivo foi integrando também os cartórios dos Morgados de Azurara, da Casa de Caldas de Baixo (junto a Ponte da Barca), do Paço de Sequeiros (Ponte de Lima) e da família Carneiro Pizarro, também de Vila do Conde.

O arquivo dos Vasconcelos, que no séc. XIX foi objecto de alguma organização pelo então capelão da casa, padre António José Gomes (que fez capilhas para muitos documentos), está actualmente dividido em dois núcleos que são propriedade de dois primos, os quais estão empenhados em tudo fazer para promover a sua reunificação e garantia de unidade, de forma a assegurar que no futuro possa ser uma fonte de estudo para os historiadores e, simultaneamente, um lugar de memória e factor de identidade da linhagem.

Um dos proprietários, João de Vasconcelos Castro e Melo Trovisqueira, ex-administrador-delegado da IBM em Portugal, trabalhou durante anos, com uma paciência verdadeiramente *beneditina*, para fazer, não apenas a leitura integral mas também a cópia dactilografada e acompanhada de notas explicativas, de perto de 200 documentos entre os mais interessantes do cartório.

O outro co-proprietário, João de Vasconcelos Castro e Melo, professor Medicina (Imunologia) na Universidade do Porto e actual chefe desta família e varonia, salvou uma boa parte do arquivo de se perder com água e humidade, quando jazia numa arrecadação após uma mudança de casa da família nos anos 30.

Quanto a mim, confesso que foi a preocupação com o Arquivo dos Vasconcelos de Vila do Conde e o estudo desta família que me levaram a tirar o curso de História e a fazer depois um mestrado sobre a nobreza na Idade Contemporânea.

Depois de Michel de Certeau ter chamado a atenção para o que designou de os “silêncios da História”, uma reflexão sobre um arquivo privado não poderia deixar de referir as suas omissões e, desde logo, a ausência quase total de documentos que afectem negativamente (na perspectiva da época) o lustre da família.

Se este arquivo é omissivo quanto ao facto de um seu antepassado ter sido ferrador nos primeiros anos do século XVIII, já o mesmo não se passa relativamente a outra casa nobre de Vila do Conde, que por sinal foi adversária dos Vasconcelos em disputas de política local na viragem do século XVIII para o XIX, os Carneiros da Grã Magriço. Desta existe neste cartório uma detalhada genealogia manuscrita tendente a demonstrar como estes Carneiros eram descendentes de pescadores da região...

# O Arquivo da família portuense Rocha Pinto e o seu contributo para a história local e nacional

*Orlando Victor Brito da Rocha Pinto*

O presente artigo pretende apresentar uma descrição sumária do Arquivo familiar Rocha Pinto, de modo a dar a conhecer a sua riqueza e interesse para a História. Refira-se de entrada que lhe chamamos “arquivo” numa acepção lata de conjunto de documentação e de sinais de memória familiar, não limitada aos documentos em papel – nisto residindo, também, a sua riqueza e integridade.

Este arquivo familiar conserva uma gama variada de documentos, entre os quais destacamos:

- diversas cartas de alvará e certidões.
- epístolas particulares e de Estado.
- carta d’armas, em pergaminho de Thomaz da Rocha Pinto (1713-1774) passada em nome de El-Rey D. José a 17 de Outubro de 1764. Encontra-se a sua integral descrição na página 426 e seguinte da Colectânea das “Cartas de Brasão de Armas” de Nuno G. P. Borrego, vinda a lume em 2003. Há uma cópia fiel de uma outra, esta dada a João Camacho de Brito, passada a 7 de Abril de 1780, cujo original se encontra na posse de Nazaré Camacho C. E. Leitão, e que veio reproduzida em Maio de 1960 no n.º. 14 do “Boletim da Academia Portuguesa de Ex-Líbris”.
- diversos diplomas de instituições de cariz de ordem sócio-económica e religiosa.
- partituras, das quais se encontram no estado de manuscritos e outras já impressas. Das primeiras de salientar algumas das composições musicais de Francisco de Paula da Rocha Pinto (1784-1830), músico-amador que se notabilizou como

pianista e, no dizer de Balbi, era um fenómeno musical; e uma de Sousa Carvalho, esta que veio recentemente citada por Carlos Santos Luiz em “João de Sousa Carvalho / Catálogo Comentado das Obras”, publicado pela Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. Das impressas, de realçar uma de Francisco de Paula editada em Londres e dedicada a José Pereira de Menezes seu futuro cunhado, o qual, depois, recebeu o título de 1.º visconde de Menezes e uma outra de João Domingos Bomtempo intitulada “First Grand Symphony (...)”, dedicada em letra de forma “to his Friend João da Rocha Pinto”, este que viveu entre os anos de 1791 e 1837, e foi um dos áulicos de D. Pedro, 1.º Imperador do Brasil e rei de Portugal, e também, veador da sua 1.ª mulher, a imperatriz D. Leopoldina, no Brasil.

– iconografia diversa, tais como retratos a óleo, um dos quais do intendente das reais cavaliariças de D. João VI, Francisco de Paula da Rocha Pinto (1784-1830) [figura 1] que veio reproduzido em Dezembro de 1942 na página 793 da revista nº. 571 do “Arquivo Nacional”, bem como ainda diversas gravuras de figuras de família, retratos em “daguerreótipo”, como do casal Fanny Owen/José Augusto Pinto de Magalhães que veio precisamente reproduzido no último número da mencionada revista “Arquivo Nacional” de 30 de Dezembro de 1942, de nº. 573, página 827 e outras fotografias na forma então usual de “carte de visite”, além dos sempre interessantes cartões de visita de que se salienta entre outros, uma matriz em cobre, [figura 2] designadamente de “Thomaz da Rocha Pinto / Chantre da Sé do Porto”, tendo por cima da descrição, as suas armas heráldicas, e bilhetes de identificação militar, dos quais apresentamos o do coronel Narciso José Mendes Falcato, [figura 3] nascido em Elvas a 29 de Dezembro de 1834 e falecido na cidade de Lisboa em 6 de Dezembro de 1895, depois de ter sido um destacado oficial que desde o início da década de sessenta lutou nas e pelas possessões ultramarinas portuguesas, recebendo em “2.º tenente d’artileria” as suas primeiras distinções, mormente com o “Habito de Cristo” e de “Cavaleiro da ordem de Cristo” pelos “serviços extraordinários prestados” nas operações de Campanha no Bembe e Congo (Angola) em 1862, passando depois pelos Açores, S. Tomé e Príncipe e Moçambique, onde aqui foi governador dos distritos de Lourenço Marques, de Tete e de Inhambane. Sobre a sua intervenção na “África Oriental Portuguesa” como então também era referido o território de Moçambique, o seu governador geral Augusto de Castilho escreveu em 25 de Setembro de 1885 uma informação sobre um dos seus relevantes serviços, cujo documento se encontra no processo individual de Falcato, presente no arquivo histórico militar, atestando que quando ali chegou em 1875, encontrou “muito adiantadas as negociações entabuladas” pelo então major de artilharia Narciso José Mendes Falcato com o falecido rei dos Zulus, à cerca da manutenção das serras de Catembe e “tudo tão inteligentemente disposto nesse sentido que me habilitou – assim ele o diz – a realizar poucos dias depois da minha chegada a sua reocupação pacífica em bases seguras e permanentes,

tudo devido às bem dirigidas diligências do referido official”. Interessante observar, que a actual cidade de Maputo, antiga Lourenço Marques, se tem hoje um traçado geométrico, a Mendes Falcato se deve, como bem apresentou em 1921 o futuro general José Justino Teixeira Botelho no 2.º volume da sua “História Militar e Política dos Portugueses em Moçambique”. Na metrópole foi, quase no fim da sua carreira, governador da praça de Almeida, falecendo no posto de general de brigada.

Ainda no que respeita à iconografia, um precioso quadro almofadado [figura 4] mandado executar em Londres, Inglaterra, no início da década de vinte do século XIX, tendo as armas heráldicas de Rocha Pinto, e na sua base o monograma de I.R.P., que corresponde à graça de Isabella da Rocha Pinto, cujo seu nome de solteira era o de Isabella Edwards (Desanges), nascida em Wheller Street, Spitalfields, Londres, a 15 de Janeiro de 1796, filha de Joseph Edwards e de D. Isabella Desanges e neta materna do emigrado huguenote francês “the marquis des Anges”, que em 1742, vindo de Lyon, França, se estabeleceu no bairro londrino de Spitalfields, como esclarece o boletim “Proceedings” de 1917, da “Huguenot Society of London”; e sinete em prata e marfim, armoriado, [figuras 5 e 5A] que pertenceu ao marido desta, Francisco de Paula da Rocha Pinto, cujo recebimento de ambos se deu a 30 de Maio de 1814, na paróquia de Saint Marylebone, em Londres.

– pedra d’armas, apeada, [figura 6] adquirida em 1978, pelo signatário do presente texto, cujos elementos heráldicos lhe chamaram a atenção. Encontra-se actualmente no seu jardim da casa na freguesia de Queijas, Oeiras, localidade próxima de Lisboa, da qual teve ensejo de a estudar e divulgar pela “Revista Lusófona de Genealogia e Heráldica”, nº. 4, Ano IV, 2009, e que parece estar conotada a António Pinto Tavares da Rocha que teve carta de brasão d’armas passada a 6 de Fevereiro de 1727 que foi “registada no livro 8.º dos Brazões a fls25”, o qual casou com D. Inês de Sá Pereira Coutinho, como em tudo nos transmite Felgueiras Gayo no seu “Nobiliário de Famílias de Portugal”, 2ª impressão, Braga 1989, pág. 221 do Vol. VIII.

Em data anterior, foi o referido arquivo consultado pelo filólogo, escritor e investigador histórico António da Costa Leão, o qual veio a publicar em 1942 na já citada revista “Arquivo Nacional”, cujo seu nome se conclui por “Arquivo de História Antiga e de Crónicas Contemporâneas” nº. 571 e seguintes, um interessante texto intitulado de “Apontamentos Biográficos da família Rocha Pinto” que de entre outras particularidades aludiu a “um intendente das reais cavalariaças que foi um fenómeno como amador e artista”, bem como à “mãe da infeliz Fanny Owen”, personagem camiliana que a escritora Agustina Bessa Luís dará à estampa um romance intitulado “Fanny Owen” [figura. 7] e o cineasta Manoel de Oliveira dele se inspirou para realizar, talvez o melhor da sua longa obra, o filme “Francisca”. E foi do genuíno e deste singular trabalho de Costa Leão que a própria “Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira”, então dirigida entre outros por António Sérgio e por Mendes Corrêa,

apresenta uma entrada à família “Rocha Pinto”, inserida na página 857 e seguinte do volume 25, como consta aliás na bibliografia exposta.

Também o conhecido historiador Ângelo Pereira, que tanto se dedicou à época e figura do rei cognominado por “Clemente”, do dito arquivo se socorreu para uma das suas obras, esta saída dos prelos da lisboeta “Empresa Nacional de Publicidade” em 1946, a qual teve por título “Os Filhos D’El-Rei D. João VI” aliás trabalho este complementar, como o autor mencionou e bem, a um seu outro sobre “As Senhoras Infantas”, que tinha vindo ao grande público em 1938.

Com efeito, ao apresentar naquele seu último trabalho editado em 1946, no respectivo capítulo XXI inteiramente dedicado à “Infanta D. Maria de Assumpção”, nele teve ensejo de transcrever integralmente cinco cartas, das perto de dúzia e meia que consta no referido arquivo, estas que ao tempo, como o autor menciona, eram da dedicada camareira “Senhora D. Bárbara José da Cunha que já tinha exercido funções idênticas junto da Rainha D. Maria I”, as quais foram consideradas pelo ilustre investigador, de certa importância, pois que, revelam entre outros elementos, “o esquecimento a que foi votada a infortunada Infanta”, assim traduzida por esta “correspondência inédita da dama da senhora Infanta para o intendente das Reais Cavalariças, que pertence hoje ao neto, Senhor Guilherme da Rocha Pinto” (1882-1950). Esclarece-se que nos momentos actuais, se encontra na posse do neto deste, o qual é signatário do presente texto.

Além destes, outros documentos existentes no referido cartório têm fornecido elementos históricos de carácter nacional e também local, de algum ineditismo, tais como:

– Carta datada de 8 de Julho de 1808, rubricada pelo bispo do Porto, D. António de S. José e Castro, Presidente e Governador da Junta do Porto, e dirigida ao chantre da catedral, Tomás da Rocha Pinto, para que este “esteja às Ordens do Marechal de Campo Encarregado do Governo das Armas ficando adido ao Estado Maior do Exército”. Foi esta epístola convenientemente publicada em nosso texto, intitulado “A Intervenção Bélica do Clero Portuense nas Primeiras Invasões Francesas”, no Boletim da “Associação Cultural Amigos do Porto”, 3ª Série, nº. 25, 2007.

– Certidão de baptismo do pintor romântico 2º visconde de Menezes, onde se prova ter nascido a 4 de Abril de 1817 e recebido o sacramento a 18 do mesmo mês, na igreja de Santo Ildefonso, da cidade do Porto, a qual refere ser ele “Luís, filho de legítimo do Doutor Jozé Pereira de Menezes, e de sua mulher Dona Elisa Pereira de Menezes”, tendo sido seu “padrinho o Doutor José Ferreira Borges, e Madrinha Dona Isabella da Rocha Pinto, e assistio como seo procurador seo marido Francisco de Paula da Rocha” (Pinto), apresentando depois os seus avós paternos e maternos, os quais eram “José Edwards, da cidade de Londres; e mulher Isabella Edwards, da mesma cidade”. Existe no mesmo arquivo uma outra certidão, esta passada em 23 de Setembro de 1872 pela então “Câmara Eclesiástica e Livros Findos da Diocese

do Porto” do baptismo realizado a 12 de Fevereiro de 1820, precisamente da filha da madrinha de Luís, também chamada Isabella, cuja madrinha desta foi sua tia Dona Elisa Pereira de Menezes, “que assistiu com hua procuração Dona Anna Catharina Molloy, viúva”. Foca-se a importância deles, sobretudo do primeiro, pois que vem repor definitivamente a data de nascimento do célebre pintor romântico português, e não como tantas vezes temos visto, erradamente, a ter nascido no ano de 1820; a situação ainda não está devidamente esclarecida pois, ainda se interroga a data do seu nascimento, como observamos na “História de Portugal / Dicionário de Personalidades”, vindo a lume em 2004. Na tentativa de se resolver a situação, há uns tempos a esta parte, entregámos um pequeno texto para o boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, da qual temos a honra de pertencer.

– Dois outros documentos completamente desconhecidos, são diplomas e foram passados a João da Rocha Pinto (n. Porto, 1817 - f. Lisboa, 1888), bisavô do signatário do presente texto, designadamente, um lavrado no Porto pela “Associação Industrial Portuense” a 5 de Fevereiro de 1854, que o designa como seu “Socio Effectivo” e foi assinado pelo presidente Doutor José Fructuoso Ayres de Gouvea Ozorio, o qual devido ao seu ineditismo, a actual representante daquela agremiação, denominada por “Associação Empresarial de Portugal” nos solicitou uma cópia, de que nisso, tivemos muito prazer em aceder. Documento este, da maior importância pois que revela dois vectores até agora desconhecidos, nomeadamente a sua implantação – 1 de Agosto de 1852 –, conforme consta na data impressa pelo aposto selo branco; o outro aspecto a considerar, encontra-se na data em que exercia aquelas funções o seu presidente – 5 de Fevereiro de 1852 – pois pensava-se que só pelo fim daquele ano, é que o Doutor Gouvea Ozorio tinha tomado a respectiva direcção; informa-se que o documento em causa veio reproduzido e acompanhado de um “daguerreótipo” de João da Rocha Pinto, tirado no Porto em cerca de 1850-51, na revista “Amigos de Gaia” n.ºs. 66 e 68, inserido em nosso artigo intitulado “Breves Referências à Associação Industrial Portuense e Relação dos seus Primeiros Associados da Cidade do Porto e Arredores, inscritos até ao Mês de Julho de 1854”. O outro diploma existente no cartório em iguais condições de total singularidade, é relativo à “Irmandade da Nossa Senhora da Conceição, S. Camillo e Caridade com os Pobres e com os Enfermos” que se encontrava erecta na paróquia de Santa Maria da Madalena da cidade de Lisboa, cuja carta-patente foi passada a 28 de Novembro de 1881, ainda no tempo do cardeal patriarca D. Inácio do Nascimento Morais Cardoso, que exerceu funções desde o ano de 1871 a 1883.

Parece que não existe nada registado sobre esta irmandade como tivemos oportunidade de verificar pelo excelente trabalho de J. Pinharanda Gomes relativo às “Associações de Fiéis em Portugal nos Séculos XVIII-XX / (Contributo de Bibliografia Institucional)” publicado em 1998, onde aqui apresentou um exaustivo

role das conhecidas até então, assim, como se impunha, publicámos o respectivo diploma e a nota comprovativa da jóia de entrada com o mero intuito de não se perderem e ficarem ao mesmo tempo divulgados no já abordado e conceituado boletim da Associação Cultural “Amigos do Porto”, este com o n.º. 26, 3ª. série, 2008, sob o título de “Alguns Aspectos Inéditos sobre a Irmandade da Nossa Senhora da Conceição, S. Camillo e Caridade com os Pobres e com os Enfermos, da cidade de Lisboa, Revelados por um Diploma Passado a um Indulgente e Excelso Portuense”. Além destes dois elementos implicitamente relacionados com esta irmandade, fornecemos ainda uma cópia em tamanho natural do próprio selo que se encontra colado no diploma, tendo por divisa “Caridade com os Pobres e os Enfermos”, bem como uma fotografia de corpo inteiro de João da Rocha Pinto, do tipo “carte de visite” tirada na cidade do Porto pela década de setenta do século XIX no “Gabinete Photographico Rua de Stº Antº., 205” e também um retrato executado a carvão por autor anónimo, em Maio de 1884 ou seja, dois anos e meio depois de lhe terem passado o dito diploma, este em tamanho muito reduzido, pois o seu original mede 561mm por 726mm. Quanto a nós, a razão de o terem encartado é de simples explicação, em função da necessidade premente de eclesiásticos e da sua actividade profissional ser de certo modo compatível para o efeito desejado, pois era o escrivão de “executoria dos breves do juízo apostólico do patriarcado” depois de ter ocupado o de “escrivão da câmara eclesiástica do bispado do Porto”; conforme elucida o próprio documento, dava este “authoridade apostólica” e equiparava os seus filiados na “mesma qualidade de Irmãos seculares da mesma ordem ” com o propósito de praticar “qualquer obra de Misericórdia espiritual ou corporal, com Orfãos, com os pobres, e com muita particularidade com os emfermos, visitando-os consolando-os, assistindo-lhes, e amparando-os nos artigos de morte (...) até ao último instante de sua vida”.

– No livro camiliano de “No Bom Jesus do Monte”, escrito em 1863 e vindo a lume no ano imediato pela portuense “Casa de Viúva Moré – Editora”, apresenta a partir do ano de 1854, os aspectos trágicos de Fanny Owen/ José Augusto Pinto de Magalhães onde neles incorpora alguns familiares. Apresenta desta feita a mãe de Fanny, D. Maria Rita da Rocha Pinto como sendo uma senhora que “pertencia a uma distinta família do Porto” e de “esmerada educação”, assim como uma outra “distinta senhora do Porto, sua parenta”, aludindo depois que “Fanny Owen está no jazigo dos Rochas Pintos, no cemitério da Lapa”, porquanto “o cavalheiro daqueles apelidos mandou buscar o cadáver embalsamado a um desvão da igreja de Vilar”. A propósito destes trechos narrados por Camilo, escrevemos um artigo sobre “Camilo e a Transladação do Corpo de Fanny Owen, da Igreja de Vilar do Paraíso, para o Cemitério da Lapa, no Porto”, o qual veio a lume na revista “Amigos de Gaia”, n.º. 63, de 2006, onde esclarecemos melhor alguns destes factos que com oportunidade o enriquecemos com alguma iconografia, que se encontra no arquivo familiar, entre

as quais, designadamente de um “daguerreótipo” tirado sensivelmente por aquela altura do casal D. Maria Victória de Vasconcellos da Rocha Pinto/João da Rocha Pinto, [figura. 8] pois era ela a “distinta senhora do Porto, sua parenta” e ele quem, efectivamente, “mandou buscar o cadáver embalsamado” para ser depositado no jazigo do cemitério da Lapa, no Porto, como ainda foram colocados entre outros, os retratos retirados de uma litografia do tio materno de Fanny, o chantre Tomás da Rocha Pinto, e o de sua mãe D. Maria Rita da Rocha Pinto, este que por sinal é uma fotografia do tipo “carte de visite”, que por sua vez foi tirado no seu tempo, a um retrato a óleo, quando ela era jovem, talvez pintado antes de ter ido para o Rio de Janeiro, a acompanhar o seu primeiro marido Manuel Velho da Silva.

Gostaríamos ainda de referir que foi pelos elementos contidos neste arquivo de família que se deu a conhecer duas edificações, uma da “Capela de Santa Bárbara e São Francisco de Borja”, do Lugar das Quintães da Freguesia de Requião, a qual pertence a Vila Nova de Famalicão, que foi construída em 1764 a mando de Tomás da Rocha Pinto, que por verdadeira atitude de iconoclastia foi destruída pelos fins da primeira metade do século vinte e caso não existisse o seu registo e o empenho da sua publicação, seria mais um elemento patrimonial completamente ignorado; o outro caso é um risco arquitectónico de um chalé em Caneças, que foi uma das edificações, talvez das mais majestosas da localidade, no entanto, devido a constantes remodelações a sua traça foi descaracterizada, apesar de ter sido mandada erigir pelo já referido João da Rocha Pinto no início do último quartel do século XIX, pelo motivo do seu incomparável microclima e boas águas, ambas matérias propícias à contenção do terrível flagelo que era a tuberculose, de que seu filho mais velho padecia e da qual viria a falecer. Ambos publicados, sendo o primeiro no “Boletim Cultural de Vila Nova de Famalicão, III Série, n.º.2, 2006 e o segundo no “Jornal da Associação dos Amigos de Caneças”, n.º 7 de Julho/Dezembro de 2008.

Além destes, outros elementos existem neste arquivo que possam fornecer novas pistas de investigação. É por exemplo o caso de um retrato do tipo “carte de visite”, pintado na época, do conselheiro António Maria Bouyrat [figura. 9] que terminou os seus dias como director geral das contribuições no ministério da fazenda, lugar preenchido entre 25 de Outubro de 1859 a 23 de Janeiro de 1863 e que aqui o reproduzimos, tendo no verso a informação em letra manuscrita do início do século XX de: “Retrato de meu avô materno, conselheiro António Maria Bouyrat que foi Delegado do Tesouro em Lisboa. (ass.) Guilherme da Rocha Pinto” Como se observa, encontra-se ataviado com uma indumentária de gala, de tipo uniforme militar na cor instituída de “azul ferrete”, que foi estabelecido pela primeira vez em Portugal, segundo creio, pelo decreto de 7 de Setembro de 1860 de António José d’Avila, o qual também definia, precisamente nos mesmos moldes, o do presidente e conselheiros do tribunal de contas. Entre outros apetrechos que não se encontram no

retrato, era norma usar “botas, chapéu armado com plumas brancas, espada direita com bainha preta e talim da mesma cor”, como informa o próprio decreto. Em nota do tipo de rodapé, informa-se que Bouyrat escreveu um livro relacionado com a sua profissão e o publicou em 1861 com o título de “Novo Systema de Contribuição Applicado às Finanças de Portugal” que dois anos depois em Paris, foi analisado e publicitado no “Journal des Économistes Revue de la Science Économique”.

Encontra-se referenciado também em alguma bibliografia nacional tendo falecido na cidade de Lisboa em 1872, depois de uma vida intensa de honesto labor, desde os longínquos anos de 1833 onde já se consta que exercia as funções de oficial do tesouro público e sub-chefe da Contadoria do Tesouro Público desde 1834, tendo permanecido depois cerca de dez anos em Goa como escrivão da fazenda onde aqui foi também provedor da Misericórdia e já na metrópole exerceu as funções de chefe de repartição no ministério da fazenda de 1854 a 59 e depois até 1863, director geral como referido, tendo sido agraciado em 1833, cavaleiro da ordem de Cristo e depois cavaleiro da ordem de N<sup>a</sup>. S<sup>a</sup>. da Conceição de Vila Viçosa em 1836 e em 1845 comendador da ordem de Cristo.

E por fim apresentamos do mesmo arquivo, uma carta datada do “Rio de Janeiro em 7 de Junho de 1829” dirigida a João da Rocha Pinto onde lhe transmite o envio da “chave de Gentil Homem da Câmara de S. M. O Imperador”, assinada por Plácido António Pereira d’Abreu. [figuras 10 e 10A] O que nos interessa aqui, é precisamente a forma como foi escrito o nome de quem a enviou. Não será preciso ser um entendido em grafologia, basta somente um qualquer historiador que tenha manuseado documentos deste período, para verificar que quem a escreveu é, certamente, homem culto e educado.

Pois acontece que na historiografia brasileira em geral, é ele dado como indivíduo de baixa condição, tendo exercido diversas e várias profissões de baixo calibre, que em todas elas, se constata, que não era necessário a leitura e escrita, e que tinha ido para aquelas funções, por amizade e capricho do Imperador D. Pedro I. O professor catedrático e historiador português Doutor Eugénio dos Santos, no seu recente livro “D. Pedro IV”, por certo iludido com tal bibliografia, escreveu credulamente na página 84, que Plácido tinha sido “barbeiro do príncipe e varredor do palácio”.

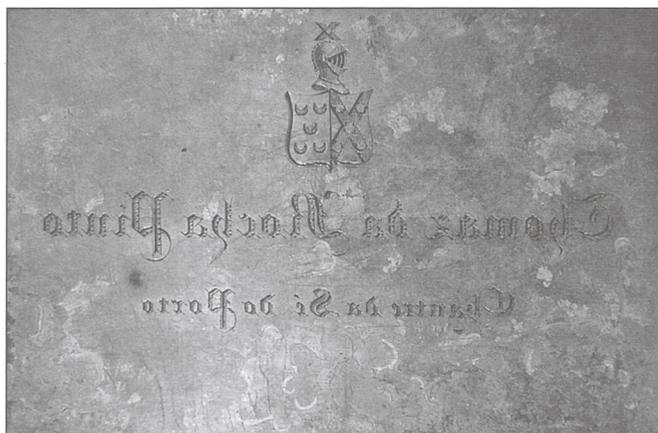


Figura 2. Matriz em cobre de cartão de visita do Chantre da Sé do Porto, Thomaz da Rocha Pinto



Figura 1. Reprodução do retrato em tela de Francisco de Paula da Rocha Pinto, executado cerca de 1824/25



Figura 3. Bilhete de Identidade Militar do Coronel Narciso José Mendes Falcato, depois reformado em General de Brigada



Figura 4. Quadro almofadado armoriado - Rocha Pinto - com o monograma de J.R.P. = Isabella da Rocha Pinto

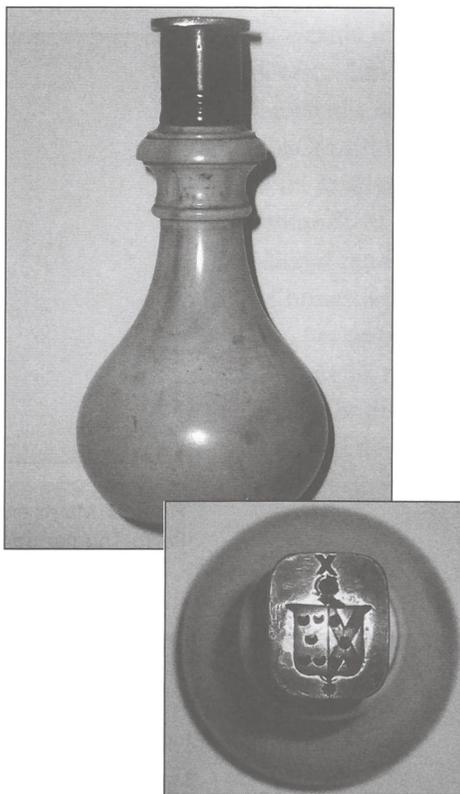


Figura 5 e 5 A. Sinete de Francisco de Paula da Rocha Pinto, em prata e marfim



Figura 6. Pedra d'Armas Apeada em granito e executada no 2º ou 3º quartel do século XVIII



Figura 7. Retrato em daguerreótipo das figuras camilianas Fanny Owen e José Augusto Pinto de Magalhães

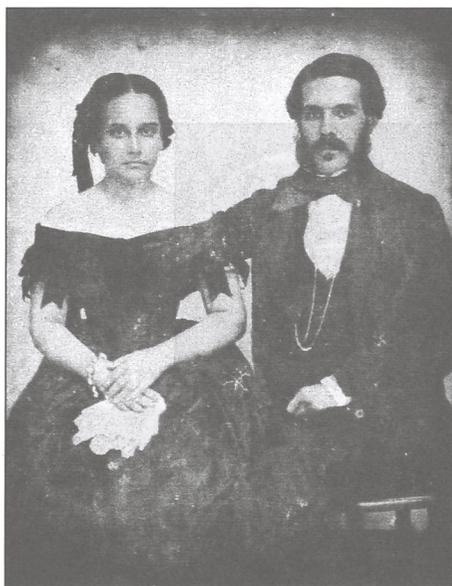


Figura 8. Retrato em daguerreótipo de D. Maria Vitória de Vasconcellos da Rocha Pinto/João da Rocha Pinto



Figura 9. Retrato pintado do Conselhoeiro António Maria Bouyrat, cerca de 1860-63

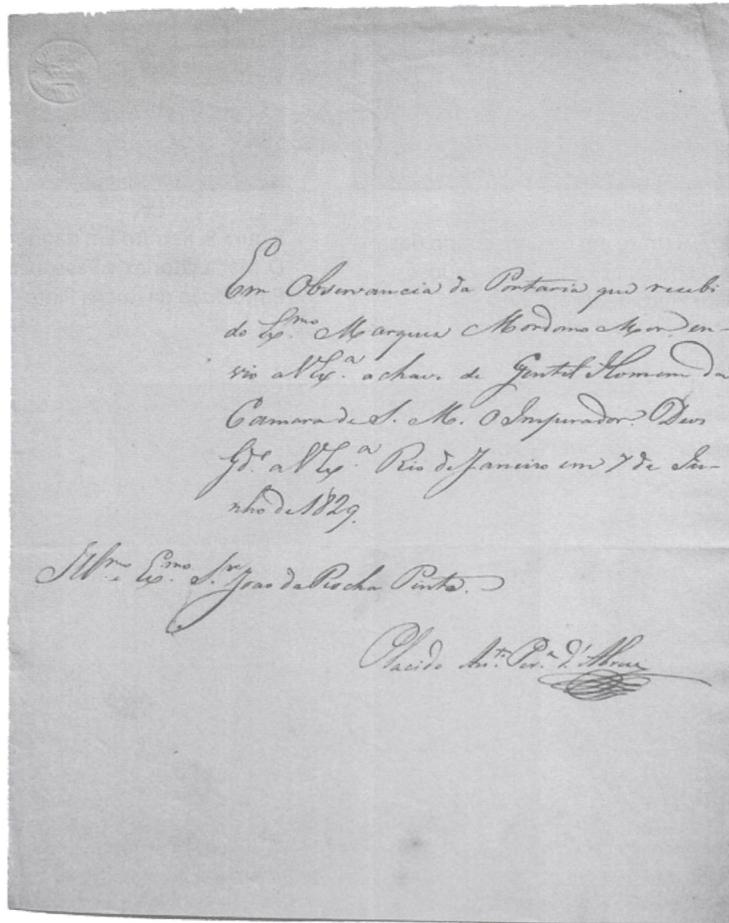


Figura 10 e 10 A. Selo ou marca de papel e carta de Plácido António Pereira de Abreu noticiando a João da Rocha Pinto ter recebido a "chave de Gentil Homem da Câmara de S. M. O Imperador" D. Pedro I do Brasil

# O Arquivo Saldanha Albuquerque e Castro Ribafria e Lima e Mello Falcão Trigoso no espaço e no tempo

*Maria José Falcão Trigoso da Cunha Villas Boas,*

*Maria José Mexia Bigotte Chorão*

Guardar para servir de prova – é com esta finalidade que todas as pessoas põem a bom recato os seus papéis, ou seja, que todos nós guardamos o nosso arquivo pessoal, que na maior parte dos casos, cabe numa carteirinha. Estão pois enunciados os dois tipos de problemas que se nos põem – a nós, a cada um de nós, e ao nosso arquivo: guardar para poder vir a servir de prova. O esforço de guardar significa o conjunto de cuidados a ter para que não se percam, não se extraiam. E aqui extrair não significa apenas perder de forma irremediável, mas perder-lhe o rasto, não o ter à mão quando precisamos de o recuperar, de o consultar – é isto que, entre outras coisas, naturalmente, distingue um arquivo dum armazém de papéis. Se há entidade que precise de cuidados, sob pena de perder a sua identidade, essa entidade é um arquivo. Por isso é um absoluto contra-senso falar em arquivo morto: se é morto não é arquivo. Mas como todas as coisas vivas, é preciso que alguém as mantenha vivas, vivas quanto à sua integridade física e quanto à capacidade de exercerem as suas virtualidades e atributos que as tornam necessárias e dignas de serem conservadas ao longo do tempo e das gerações. E aqui começa o problema fulcral dos arquivos pessoais: a sobrevivência ao desaparecimento do seu possuidor. Por que mãos chegaram até nós os arquivos mais antigos – e também outros não tão antigos – que hoje temos em Portugal? Pela mão da única instituição que garantiu a continuidade através dos séculos: a Coroa (o que é não inteiramente verdade: provavelmente o documento mais antigo dos nossos arquivos públicos provém do Arquivo da Casa de Sampaio, hoje no Arquivo Distrital de Bragança). Isto por boas e más razões – e dado que as boas são óbvias, fixemo-nos nas más razões.

À Coroa, além de se lhe dever a preservação do seu próprio arquivo – o da Casa da Coroa –, pertence grande parte dos arquivos da Igreja, por virtude da lei de 1834, que confiscou todos os bens móveis e imóveis das instituições eclesíásticas. Os arquivos que a Igreja detivera ao longo de muitos séculos foram incorporados nos Bens Nacionais e *grosso modo* – exceção feita aos de natureza fiscal – deram entrada na Torre do Tombo, já então Arquivo Nacional e não apenas Casa da Coroa. É certo que também os concelhos são muito ricos em documentação, mas estão longe de poderem dizer que têm os seus espólios intactos.

Além dos órgãos do poder temporal – central e autárquico – e do poder espiritual, que outras instituições podem garantir a continuidade dos seu património? A universidade – um outro poder. E é tudo. Por mais importantes, ricas, influentes que sejam as personalidades, as famílias, elas conseguem conservar os respectivos espólios apenas por algumas gerações – enquanto elas próprias, as famílias, sobrevivem. Os seus documentos sofrem inevitavelmente a dispersão, por vicissitudes de partilhas, contendas, flutuações de estatuto socioeconómico, efeitos de alterações políticas, ou simplesmente descaso. Vejamos apenas cinco exemplos, todos da Casa Real, grandes senhorios, chefes de grandes casas, fundadores de dinastias: o Duque de Bragança, o Infante D. Pedro, o Infante D. Henrique, o Marquês de Vila Real, o Infante D. Jorge de Lencastre, Mestre da Ordem de Santiago.

Bem sabemos que de D. Jorge chegaram até nós muitos documentos: resta saber de quem estamos a falar – se de D. Jorge enquanto Mestre da Ordem de Santiago se de D. Jorge enquanto filho de D. João II. Do primeiro, diremos nós. Do segundo, dos registos da sua própria chancelaria, nada, pela palavra nada. Apenas alguns documentos originais emitidos, muito poucos. O mesmo se diga do Infante D. Pedro, enquanto Duque de Coimbra e não como Regedor do Reino, e de seu irmão, o Infante D. Henrique, na qualidade de Duque de Viseu e Senhor da Covilhã e não como Mestre da Ordem de Cristo, e até de D. Manuel, Duque de Beja. Se sabemos, por exemplo, o nome do chanceler do Duque de Bragança em 1508 e de alguns oficiais da casa de D. Fernando, Marquês de Vila Real, no início do século XVI – o seu secretário, meirinho, escudeiros e cavaleiros, juizes ordinários, vereadores – é porque alguns originais escaparam, desgarrados, com um valor intrínseco dificilmente reconhecível, o que faz com que sejam classificados com o mais absurdo dos rótulos – documentos avulsos –, quando eles estão apenas desenquadrados, peças soltas de uma engrenagem. Por tudo isto saudamos vivamente este “movimento” em volta dos arquivos particulares, movimento que, para bem da comunidade, todos desejamos que seja imparável.

Se é verdade que muitos documentos vão chegando ao nosso conhecimento de forma aleatória, muitos outros pelo contrário fazem parte de espólios cujo conteúdo, à partida, podemos pelo menos presumir. Na verdade, sabendo, por exemplo, que um membro de uma das famílias de que é formado o Arquivo Saldanha Albuquerque

e Castro Ribafria e Lima e Mello Falcão Trigoso ocupou cargos oficiais no Estado da Índia, há alguma probabilidade de aí encontrarmos algum rasto desse exercício – como de facto acontece – por exemplo, os livros do resumo da receita anual do Estado de Índia (Goa, Salcete...). É que é de sempre, infelizmente, a confusão abusiva entre arquivo pessoal e arquivo de função.

No entanto, por vezes é possível, mesmo com séculos de atraso, repor a verdade, e juntar peças de grandes puzzles. Foi o que aconteceu com a documentação de Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato, membro da Academia Real das Ciências, e da Comissão encarregada da reforma e uniformização dos Pesos e Medidas. A Torre do Tombo, particularmente no Ministério do Reino, guarda muito material sobre este assunto, tal como aquela Academia, de onde certamente Trigoso de Aragão Morato levou para casa alguns documentos em que estaria a trabalhar e que se encontram neste Espólio.

Diremos que estamos perante um conjunto de espólios provenientes de várias famílias que se foram unindo pelo casamento, espólios cujos limites cronológicos vão do século XVI ao século XX, com uma ou outra excepção, sendo a mais importante constituída por um documento datável do século XII, identificado pelo Prof. Aires do Nascimento: um fragmento da *Colecção Canónica Pseudo-Isidoriana*, mais vulgarmente designada por *Falsas Decretais*, e é exemplar único conhecido em Portugal e do qual se dirá que o facto de ele fazer parte deste Arquivo não passa de um acaso, de um caso fortuito – talvez não seja. Talvez haja uma explicação, que ainda não conhecemos, para o facto de este documento estar neste espólio. Já o facto de este arquivo incluir documentação respeitante ao Morgado de S. Gens (Ourém) – Família Pereira Homem de Magalhães, aqui largamente representada – pode perfeitamente explicar a existência de um códice que contém vária documentação, entre a qual as actas da Câmara daquela vila, de que era senhorio o Conde de Ourém, e que cobre as datas de 1448 a 1500, com intermitências.

Neste Arquivo estão representadas famílias possuidoras de património em Camarate, Chaves, Constância, Ilha da Madeira, Lisboa, Loures, Paúl de Boquilobo (na Golegã), Ribafria, Sardoal, Serpa, Torres Vedras. Há ainda os arquivos de função, uma vez que vários membros destas famílias foram altos funcionários do Estado da Índia, Angola e Moçambique, professores da Universidade de Coimbra, diplomatas, cientistas, altos magistrados, membros da Academia das Ciências.

Do século XVI ao século XX, avultam os documentos relativos à administração geral das casas, os estudos genealógicos e os documentos de carácter notarial e judicial, particularmente respeitantes à região da Estremadura. A importância desta tipologia documental é grande, uma vez que vem suprir algumas lacunas dos arquivos públicos, pois os mais antigos livros de registo notarial conhecidos são do Porto – de 1546 –, e de Lisboa – 1568 –, do Sardoal só a partir do séc. XVII, e de Constância não existe nada para épocas tão recuadas.

Mas se importa situar no tempo e no espaço as respectivas famílias – de onde eram originárias, as áreas geográficas em que se situava maioritariamente o seu património,

onde exerceram as suas carreiras e funções oficiais – particularmente na Índia, Brasil e Moçambique –, bem como o tempo em que o fizeram, não são menos interessantes os documentos da administração das casas, despesas pessoais feitas com viagens, aquisição de toda a espécie de bens móveis próprios de famílias muito ilustradas e muito abastadas, com inventariação e avaliação muito circunstanciada – de louças, móveis, jóias.

De referir entre as várias listas e avaliações de jóias, a que foi feita pelo ourives do ouro e contraste da cidade de Lisboa e seu termo e do Banco de Portugal-1866, que consta da descrição pormenorizada das peças e sua avaliação individualizada; factura de 8 caixas de 664 peças de louça de Nankin para José Maria Lima e Melo Falcão Gamboa Sanches de Baena Vanzeller Henriques de Noronha, com descrição das peças e respectivos preços, 1838; factura de um estabelecimento de carruagens em Lisboa, dado importante para quem luta com a escassez de informação, sobretudo tendo em conta a riqueza ímpar do nosso património nesta matéria. As facturas das casas comerciais têm a reprodução, algumas vezes muito elaborada, do exterior dos edifícios em que funcionavam.

Há igualmente a assinalar a existência de peças de teatro, tendo algumas o carimbo do Conselho Geral do Santo Officio, de cerca de 1758; correspondência vária, entre a qual a do Marquês de Sá da Bandeira, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros para o Conde de Lavradio, acerca de uma carta de António Ribeiro Saraiva, 1837; uma carta de Almeida Garrett; um documento assinado por Vieira Lusitano; pareceres de João Guilherme Cristiano Müller, bibliotecário de D. Maria; documentos relativos a Cabo Verde, entre os quais uma carta de D. João IV, com assinatura autógrafa, de 1646, dirigida ao Provedor da Fazenda da Ilha de Santiago sobre as obras da fortificação de Cacheu; consultas para serem apresentadas na Directoria Geral dos Estudos, 1804-1806; pedidos de informação de professores e alunos da Universidade de Coimbra de que era professor de Direito e vice-reitor o Desembargador do Paço Manuel Pais de Aragão Trigoso, 1804-1809. De referir que estes pedidos podem conter e completar dados constantes da documentação enviada à Universidade de Coimbra cujo despacho era da jurisdição da Mesa da Consciência e Ordens e se encontram na Torre do Tombo.

Outro tipo de informação prestada pelos arquivos particulares tem a ver com o conhecimento dos critérios de formação interna e de funcionamento dos próprios arquivos – matéria não menor para quem os estuda. Ora o Arquivo Saldanha Albuquerque e Castro Ribafria e Lima e Mello Falcão Trigoso com os seus grossos tombos em óptimo estado de conservação, tem certamente uma palavra a dizer: *só é preciso que o façam falar.*

Por fim uma palavra de justo louvor para com alguns membros destes ramos familiares a quem se deve o facto de esta documentação ter chegado até hoje.

# Histórias de um arquivo

*Ricardo Charters d’Azevedo*

Comecei a coleccionar documentos históricos da família por influência do meu avô materno, que investigava, nos anos 40 do século passado, as possíveis ligações familiares de sua filha com o seu genro, dado que ambos tinham “Azevedo” no apelido, e eram ambos de Leiria.

Naquela altura era obrigatório uma deslocação às igrejas, falar com o padre, que, por especial favor, deixava consultar os livros paroquiais – não havia a consulta de documentos paroquiais em Arquivos Distritais, e não se sabia o que era a sua disponibilização *on-line*. Tinha-se que saltitar de igreja em igreja e respeitar as horas e condições que o pároco impunha. Mas mesmo assim, o meu avô materno lá fez uma bela árvore genealógica, em folhas de papel quadriculado “almoço”, com cores, provando que tinham um tetravô comum. Juntamente com a árvore genealógica elaborava uma ficha por indivíduo, usando uns impressos por ele desenhados. Nas costas das fichas figurava um item com o título: “notas bibliográficas”.

Era eu muito novo, mas era este item que mais me interessava, pois era o mais difícil de preencher. Ajudei muitas vezes o meu avô materno a preenche-lo para os familiares vivos, mas ficava ingloriamente a olhar para as fichas incompletas de muitos dos meus antepassados onde só figurava a data de nascimento, e por vezes a do casamento.

O tempo passou, e em 1977, pouco tempo depois de esse meu avô materno falecer, vim a receber esses papéis. Só tive tempo para continuar as pesquisas iniciadas pelo meu avô, em 2004, quando me reformei. Àqueles papéis comecei a juntar

muitos outros obtidos do ramo paterno, que fui encontrando na casa de família<sup>1</sup> em Leiria. Verifiquei então, com alegria, que um bisavô paterno, que faleceu no ano em que nasci, se tinha igualmente interessado em genealogia e deixado inúmeros documentos e notas, aqui e ali, em gavetas de móveis da casa de família que tinha sido, felizmente, pouco usada.

Enchi algumas caixas com documentos, a que juntei alguns livros preciosos pela sua antiguidade e pela informação neles contida, e levei tudo para minha casa. Fui comprando, em alfarrabistas e em leilões, alguns documentos e livros. Assim constituí uma boa biblioteca sobre Leiria a que juntei muita documentação sobre a minha família. Construí várias árvores genealógicas e completei o dorso de muitas daquelas fichas do meu avô.

Claro que, a partir de 2004, fui adquirindo itens, livros e documentos, relacionados com as minhas investigações, a cidade de Leiria e a vivência da minha família, completando a documentação familiar. Não são itens com objectivos ostentatórios, ou com vista a investimento, mas simplesmente por serem de familiares, ou sobre eles. Por exemplo, uma carta de um 5º tio-avô mencionando a situação de dois de seus filhos, ou alguns livros do poeta Dr. Afonso Lopes Vieira (1878-1946), ou do gramático P.º Prof. Doutor Jerónimo Soares Barbosa (1737-1816), ou ainda algumas Pastorais do Cardeal Doutor D. Frei Patrício da Silva (1756-1840), bem como um dos seus sinetes, ou ainda documentação referente ao Barão de Porto de Mós (1801-1867), e o seu retrato a óleo, etc.

No entanto concluí que todo este trabalho ficaria incompleto, como ficou o do meu bisavô paterno, ou o do meu avô materno, se não publicasse.

Assim, em colaboração com dois investigadores, foi publicado, em 2007, pela editora Gradiva : “*Villa Portela – os Charters d’Azevedo em Leiria e as suas relações familiares (séc. XIX)*”.

Mas não fiquei satisfeito com a simples publicação da história de uma família e das suas relações, pois ela era somente uma pequena parte da “vida” de uma cidade onde ela “viveu”: Leiria. Passei, então a interessar-me, de uma forma mais geral, por Leiria e seu distrito, pois aí vivenciaram todos os ramos dos meus antepassados. Os livros sobre Leiria, que tinha juntando, ajudaram-me. As consultas realizadas na Biblioteca Nacional de Portugal e na Direcção Geral dos Arquivos/Torre do Tombo, bem como a informação obtida em <http://books.google.com>, permitiram-me “saber” quem eram, ou melhor, quem foram, alguns dos meus antepassados.

---

<sup>1</sup> CHARTERS D’AZEVEDO, Ricardo; PORTELA, Ana Margarida; QUEIROZ, Francisco – *Villa Portela – os Charters d’Azevedo em Leiria e as suas relações familiares (séc. XIX)*. Lisboa: Gradiva, 2007.

Á medida que fui preenchendo as “notas bibliográficas” de cada indivíduo, e percebendo como tinha vivido, fui publicando<sup>2, 3, 4, 5</sup>, ou apresentando comunicações em congressos e seminários<sup>6</sup>, pois quando contamos histórias contribuimos para enriquecer a memória dos outros.

Passsei a compreender um pouco melhor como era a vida em Leiria nos últimos séculos e tal permitiu-me ir apresentando hipóteses e teses<sup>7, 8</sup>, provocando o contraditório, e animando a investigação e a publicação de estudos sobre outros temas da história de Leiria, que não sejam somente de trabalhos sobre o castelo, ou a transcrição de memórias paroquiais, ou de registos de actividades municipais.

Promovi um premio de História Local – a que foi dado o nome de “*Villa Portela*” (a casa da minha família). Trata-se de um prémio bianual, lançado pela Associação para o Desenvolvimento de Leiria – ADLEI ([www.adlei.net](http://www.adlei.net)), destinado a galardoar trabalhos de investigação no âmbito da história local e relativos ao distrito de Leiria e o concelho de Ourém.

Enfim, “rentabilizei” os documentos que herdei, que encontrei, que recolhi, ou comprei. Organizei a minha biblioteca para dar resposta á minha curiosidade. Conclui simultaneamente, que há muito ainda a fazer, e a investigar, sobre Leiria e as gentes que aí viveram.

Um dos aspectos mais interessantes da alimentação de um arquivo de família é a forma como podemos recolher a documentação que se encontra na mão de familiares. São sempre pessoas que, ou consideram que o documento vale uma fortuna, ou consideram que devem mantê-lo em sua posse, pois provindo de um seu antepassado e considerando-se fiel depositário de uma herança, chegam mesmo a preferir não referir a sua existência.

Outros há, que têm caixas de fotografias antigas, ou bonitos álbuns do século XIX, onde se encontram dezenas de fotos de cor sépia, muitas vezes bem conservadas, mas sem qualquer nome que identifique quem lá figura, ou a data em que foi feita a foto. Mas, igualmente, não lhes passa pela cabeça de as emprestar para

<sup>2</sup> CHARTERS D'AZEVEDO, Ricardo – *D. Frei Patrício da Silva – um Cardeal leiriense, Patriarca de Lisboa (1756-1840)*. Leiria: Textiverso, 2009.

<sup>3</sup> CHARTERS D'AZEVEDO, Ricardo – *As destruições provocadas pelas Invasões Francesas em Leiria*. Leiria: Folheto, 2009.

<sup>4</sup> CHARTERS D'AZEVEDO, Ricardo – *A morte do Barão de Porto de Mós*. Leiria: Folheto, 2010.

<sup>5</sup> CHARTERS D'AZEVEDO, Ricardo – *A Estrada de Rio Maior a Leiria em 1791*. Leiria: Textiverso, 2011, (no prelo).

<sup>6</sup> CHARTERS D'AZEVEDO, Ricardo – *Um Oficial inglês em Leiria*. Actas do Colóquio “200 anos após as Invasões Francesas – impactos e dinâmicas na região”. Leiria: Câmara Municipal de Leiria, em publicação.

<sup>7</sup> CHARTERS D'AZEVEDO, Ricardo – *Quem escreveu o Couseiro?* Leiria: Textiverso, 2010.

<sup>8</sup> E outras que serão apresentadas durante 2011 como: *A autoria e data da planta de Leiria do início do século XIX, Os Soares Barbosa – Anisianenses ilustres, A casa no Terreiro de Leiria do 1º Visconde de S. Sebastião*.

tirar cópias para que possamos lhes aplicar um software de reconhecimento facial. Tal permitiria verificar semelhanças com outras fotos da minha base de dados.

Para ultrapassar estes constrangimentos, adoptei um processo, a que chamo, “*criar confiança*”, que vai dando alguns, pequenos, resultados.

- *Respeitabilidade* – Começo por lhes fazer chegar o meu primeiro livro com 350 páginas e 650 fotos, dizendo que poderia ter feito melhor, nomeadamente desenvolvendo mais alguns ramos familiares se me tivessem emprestado as fotos e a documentação que possuem;
- *Aproximação* – Revisito familiares perguntando por histórias, documentação, fotos, etc. Registo num pequeno caderno as histórias que me contam, pois muitas vezes há um fundo de verdade, no que foi muitas vezes transmitido de pai para filho.
- *Tecnicidade* – Procuo deslocar-me a casa de familiares, acompanhado por um dos filhos, ou neto deles, com um computador portátil e um scâner portátil, o que me permite obter cópias imediatas daqueles documentos e das fotos que são mostradas, mas que não me são cedidas.

Para poder escrever os livros, ou apresentar comunicações, tive que escolher um *software* que me permitisse ir registando os dados que fui encontrando nos documentos de família e simultaneamente juntar aqueles que fui obtendo junto nos arquivos públicos<sup>9</sup>. Tratou-se de descobrir um *software* que permitisse igualmente “relacionar” dados e indivíduos. Posso dizer que estudei mais de uma dezena de *softwares*, antes de me decidir<sup>10</sup>, pois as empresas que os vendem permitem que os experimentemos durante 30 dias<sup>11</sup> antes de os comprar.

Procurei igualmente difundir os resultados, à medida que os obtenho, mesmo com o perigo que serem usados antes que eu os publique em papel. Mas, para mim não considero tal um risco, pois o meu principal objectivo não é uma carreira académica, mas simplesmente fazer avançar a investigação e o conhecimento da história de Leiria, pelo que a participação de todos na discussão das várias hipóteses é muito importante. Muitos, nomeadamente os que consultam as minhas bases de dados *on-line*<sup>12</sup>, colaboram apontando caminhos, ou acrescentando mais

<sup>9</sup> Na Direcção Geral dos Arquivos – Torre do Tombo e nos seus Arquivos Distritais, no Arquivo Histórico Militar, no Arquivo do Ministério das obras Públicas, na Biblioteca Nacional, na Biblioteca Municipal de Leiria, par citar que aqueles onde passei mais tempo.

<sup>10</sup> Optei pelo “*The Master Genealogist*” (<http://www.whollygenes.com>) e pelo “*Second Site*” (<http://ss.johncardinal.com/>) este permitindo, de uma forma muito fácil, construir páginas *web* com os dados que obtivemos.

<sup>11</sup> Há “*sites*” que difundem comparações de software como <http://genealogy-software-review.toptenreviews.com/> ou <http://www.consumersearch.com/genealogy-software> mas tais indicações devem ser consideradas com prudência pois quem as publica não tem suficiente independência.

<sup>12</sup> [www.chartri.tribalpages.com](http://www.chartri.tribalpages.com), [www.familiasdeleiria.com](http://www.familiasdeleiria.com), [www.chartersdeazevedo.no.sapo.pt](http://www.chartersdeazevedo.no.sapo.pt)

informação. Muitos outros dizem que estou a caminhar depressa demais e que devo deixar sedimentar o que descubro, antes de publicar.

Mas não resolvi ainda o maior problema: o arquivo dos documentos. Trata-se de conseguir classificar, e preservar, papéis e fotografias, pois que para os livros encontrei soluções, ao descobrir um outro *software*, simples, onde consigo registar os livros da minha biblioteca sobre história, e nomeadamente sobre Leiria, e um encadernador/restaurador que me cuida dos livros em mau estado. Se bem que com limitações, o *software*<sup>13</sup> que escolhi, tem a enorme vantagem de me permitir, por meia dúzia de euros anualmente, ter toda a base de dados dos meus livros num site na *internet*, permitindo-me, fora de casa, consultá-la para saber se tenho ou não um determinado livro que estou a folhear num alfarrabista.

Mas como guardar, preservando, os velhos testamentos, foros, cartas, registos da gestão de propriedades, livros de notas particulares, memórias genealógicas, livros de contas, registos de receitas e despesas, pequenos livros com notas pessoais, cartas de nobreza, alvarás diversos, etc? Guardar de uma forma simples e permitindo depois encontrar facilmente os documentos; preservar, garantindo que eles se conservarão por mais uns séculos; catalogar de uma forma rápida e próxima daquela que profissionalmente é utilizada.

No meu caso, tratam-se de documentos que estavam guardados, num cofre, em baús, em gavetas ou armários, há quase 200 anos e parecem que nada sofreram. Será que as soluções de arquivo que adoptei, quando os retirei dos locais onde estavam, são as mais adequadas? Será que terei de comprar caixas especiais para os acondicionar. Caixas que são, não só caras, como difíceis de encontrar no mercado português? Que materiais<sup>14</sup> usar para os acondicionar e onde os comprar. Será que uma casa com comodidades actuais de temperatura é pior que uma velha casa com pouco uso e sem aquecimento?<sup>15, 16</sup>

Será que deverei encadernar (com os devidos cuidados) os documentos, elaborando, previamente um índice, constituindo assim “tombos” por temas (propriedades, testamentos, cartas, alvarás, etc.), de forma a garantir que familiares não retirem um ou outro documento, quando os consultam? Ou simplesmente usar umas capas especiais para arquivo, com molas na lombada, mas permitindo retirar, juntar, ou modificar a ordem dos documentos? Ou ainda colocá-los

<sup>13</sup> Trata-se do “Collectorz” para livros (<http://www.collectorz.com/book>).

<sup>14</sup> Encontrei duas casas comerciais com interesse e onde me abasteço: “*Productos de Conservacion, S.A.*”, C/ Almadén, 5 28014 Madrid (Espanha) <http://www.productosdeconservacion.com/> e “*My History*”, 4 Mexborough Business Centre, College Road, Mexborough, South Yorkshire, S64 9JP, UK <http://www.my-history.co.uk>

<sup>15</sup> PINNIGER, David; MEYER, Adrian – *Controlo de pragas em museus, arquivos e casas históricas*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2008.

<sup>16</sup> CABRAL, Maria Luisa (coord.) – *Directrizes para a prevenção e controlo de desastres em arquivo*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2000.

simplesmente em capas de papel “acid free”, numerando-as e colocando numa caixa acondicionadora?

E como guardar as fotos, quer as em placas de vidro, quer as outras em outros suportes?

Será que deverei digitalizar os documentos? Mas habitualmente os documentos com mais de 100 anos têm um formato não normalizado e um pouco maior do A4, pelo que deverei adquirir um “scâner” que admita folhas de formato B4, ou A3? Já agora, que tenha a possibilidade de copiar chapas fotográficas. Mas que suporte devemos utilizar para gravar os respectivos ficheiros? E que formato de ficheiro deveremos usar: *jpg, png, tif, pdf, etc.*?

Mas a preservação<sup>17</sup> de livros antigos, principalmente aqueles que constavam normalmente nas bibliotecas familiares dos séc. XVII, XVIII, XIX e XX, como os “*manuais de bom-tom*”, almanaques, revistas, livros, cujos autores são meus familiares, ou são neles mencionados, obrigou-me a reflectir como encontrar espaços e condições de armazenamento, que como sabemos são difíceis de encontrar numa residência privada, se se quiser cumprir as normas que os Arquivos Nacionais preconizam<sup>18</sup>.

Será que um livro com mais de 400 anos, como por exemplo as Constituições do Bispado de Leiria, publicadas em 1601, deverá ter um acondicionamento especial, ou ficar simplesmente numa estante junto de outros livros igualmente antigos? Como devo proceder para com a colecção de livros de Rodrigues Lobo do século XVII. Ou em relação às primeiras gramáticas do Doutor P.º Jerónimo Soares Barbosa do século XVIII?

Será que um opúsculo de 6 páginas, com a oração fúnebre pronunciada nas exéquias de um tio cardeal, deverá ser encadernado e catalogado como livro, ou mantido como documento?

Claro que saberei encontrar respostas a estas minhas questões junto dos arquivos públicos, mas as repostas não são únicas. Mas será que as diversas soluções preconizadas são de possível aplicação a um pequeno arquivo privado? E os custos? Não serão incomportáveis para um particular? Assim muito terá de ser decidido por quem arquiva, pelo que acções de sensibilização e de formação são importantes.

<sup>17</sup> Dos quase 20 milhões de livros e de panfletos que se encontram na Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, cerca de 30% encontram-se em estado tão crítico de conservação que não podem ser cedidos. A Biblioteca Publica de Nova York revelou que cerca de 50% dos seus mais de 5 milhões de livros se encontram á beira de desintegração (DAVID, N. et all – *Critical evaluation of mass deacidification process for book preservation*. Ashington: “*Históric Textile and Paper Materials II. Advanced in Chemistry Series*”, nº 410, 1989).

<sup>18</sup> Devemos fazer a limpeza periódica dos arquivos, ter umas instalações de ar condicionado adequado, considerar a substituição das fontes de luz consideradas inadequadas, procurar a estabilização química dos documentos, restaurar os itens deteriorados, encadernar exemplares, etc., ou ainda ter sistemas de ar com uma pequena redução de oxigénio como acontece no arquivo do Forte de Sacavém!

Lembro que os principais objectivos deste meu arquivo, i. e. a minha colecção de documentos, fotos e livros, são:

- Preservar a documentação familiar procurando manter a memória de uma família e da sua envolvimento política e social na região de Leiria;
- Procurar completá-la adquirindo documentos e livros que se relacionem com o núcleo central;
- Evitar a dispersão da documentação, nomeadamente pelas heranças;
- Facilitar-me o acesso fácil a documentos que me permitam investigar e contribuir para a reconstrução de uma parte da história da região de Leiria;
- Permitir-me escrever e publicar os resultados da leitura e estudo daqueles documentos;

facilitando uma simbiose feliz entre a desocultação de um passado: o de uma família, e o reconhecimento de um espaço: a casa da família, pela exposição de “vozes”, a reconstrução de vivências, a interpretação dos vestígios da passagem dos tempos e das suas dinâmicas, etc.

Para tal organização de um arquivo é muito importante. Acredito que um arquivo deve ter uma estrutura simples e clara para o seu principal utilizador. A primeira regra de um arquivo é permitir encontrar um documento arquivado. Documento não encontrado num arquivo, é documento que não existe!

Consequentemente, procurei construir um sistema de arquivo simples e que me permita facilmente descobrir o documento que procuro. Não há métodos bons ou maus para organizar um arquivo, desde que possamos encontrar o item que procuramos, seja livro, foto, documento ou ficheiro electrónico. O problema é que se a organização for “muito pessoal”, outros terão dificuldades, em trabalhar com o meu arquivo.

A primeira regra que adoptei para organizar o meu arquivo, foi... PARAR, e pensar no que tinha à minha frente. Não é possível organizar um arquivo à medida que continuamos a investigar, ou a fazer pesquisas. O mesmo se passa quando anos mais tarde necessitamos de o reorganizar, ou expandir.

Uma forma de organizar as pastas (o mesmo sistema é aplicável, com naturais adaptações, à organização dos ficheiros no nosso computador) é de levar a documentação para um espaço que seja só nosso (sem crianças, animais, ou mulher a dias) e começar a distribuir os itens por montes. Depois dar nomes a cada um dos montes de itens (as pastas), e começar a organizar por subpastas (e datas, ou/e nomes) o que cada monte, contem. Atenção, não esquecer de fazer as correlações entre os documentos que colocamos em pastas diferentes.

No meu arquivo familiar, adoptei, por agora, uma estrutura por ramos de famílias, de pessoas e locais. No fundo, organizá-lo como ele foi sendo produzido; como ele foi crescendo.

Claro que a organização da biblioteca é feita de forma diferente por prateleiras/ assuntos/temas, ao mesmo tempo que se registam os livros num sistema informático.

Muitos investigadores afirmam que quando examinam as fontes existentes em arquivos públicos, verificam que as suas exigências não encontram possível resposta na documentação que aí se encontra. Não é uma questão de encontrarem ou não um documento. É, simplesmente, que para o desenvolvimento do assunto que têm entre mãos, não existem documentos que ajudem. Daí a necessidade de “olhar” para outros arquivos documentais, procurando documentação nova que permita fundamentar novas interpretações. Ora os acervos familiares de documentação, e nomeadamente antigos livros de genealogia, são fontes preciosas, permitindo passar das interpretações baseadas na cultura e nas mentalidades, para as de história social e económica.

Assim se reconhece a importância, por exemplo, de livros de “gestão e administração” de propriedades, pois nos podem dar indicações preciosas sobre como se procedia e “quanto custava”. Claro que um simples contrato para aluguer de uma junta de bois no século XVI, ou de um pedido ao rei para “conduzir mula” no mesmo século, permite-nos olhar para a vivência dessa época com outros “olhos”. Ou ainda os livros de carácter genealógico familiar, onde se encontram os indicadores de carácter social, são muito importantes para caracterizar a vivência numa região.

Os trabalhos de J. A. Pizarro<sup>19</sup>, de J. Mattoso<sup>20</sup>, de Luís Krus<sup>21</sup>, sobre a idade média apontam para a necessidade de procurar obter fontes junto de registos familiares e genealógicos de forma a fazer avançar a investigação; ou os de Claude Lévi-Strauss, que apontando a mulher como o principal elemento dinamizador das relações sociais, nos obriga a estudar o seu papel, e quem melhor que os acervos familiares para nos ajudarem.

Mas será que um privado estará na disposição de abrir os seus arquivos a investigadores?

Será que ele deixará que olhem para as actividades dos seus antepassados?

Deverá ter ele medo “dos esqueletos escondidos nos armários da memória”?

<sup>19</sup> PIZARRO, José Augusto Sotto Mayor – *Linhagens medievais portuguesas. Genealogias e estratégias (1279-1325)*. Porto: Fac. de Letras da Universidade do Porto, 1998.

<sup>20</sup> MATTOSO, José – *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*. Lisboa: Estampa, 1995, 5ª edição.

<sup>21</sup> KRUS, Luís – As origens lendárias dos condes de Trastâmara. In, *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa. Estudos*. Redondo: Patrimonia Histórica, 1994.

Lembremo-nos que ainda hoje se julga que o prestígio se liga também a aspectos simbólicos (casa, carro, vestuário) e, nomeadamente, à importância dos seus ascendentes, aspecto tanto mais marcante quanto se acredita ainda que se transmitem pelo sangue as virtudes dos nossos antepassados.

Por outro lado, será que o detentor de um arquivo familiar não desconfiará que alguns documentos mais importantes lhe poderão ser retirados, se o “abre” ao público?

Será curial recomendar a um detentor de um arquivo familiar, normas tais que não são práticas, nem exequíveis?

Estas reticências, poderão ser ultrapassadas se forem dadas contrapartidas, que não serão, na maioria dos casos, financeiras, mas por exemplo, poderão ser de apoio à organização do acervo, à sua classificação e arquivo, ou mais comumente, pela elaboração de uma publicação sobre a família detentora do acervo.

No meu caso, não creio que esteja disposto a “entregar” o arquivo a uma entidade oficial, enquanto o estou ainda a explorar. Daí que os problemas de arquivo, classificação e conservação me preocupam e a razão de ser das questões que acima coloquei.

Mas serei capaz de trocar o prazer de investigar, escrever e publicar, por uma actividade de classificação, conservação e arquivo? Não, não creio.



# O Arquivo da Casa de Louriçal

*Tiago Henriques*

O primeiro Arquivo da Casa de Louriçal de que temos notícia ter-se-á conservado nas antigas casas de residência dos primeiros Senhores de Louriçal, localizadas na vila do mesmo nome, no Concelho de Pombal.

Após o casamento de D. Fernando de Menezes, 4º Senhor de Louriçal, com D. Isabel de Castro<sup>1</sup>, parte do Arquivo terá rumado a Lisboa para ser instalado no Palácio da Anunciada, residência que este casamento fez entrar em posse da Casa de Louriçal. Conta-nos Júlio de Castilho que o sogro de D. Fernando “edificou em 1530, em Lisboa, uma casa que deu merecido brado por sua opulência e elegância”<sup>2</sup> e acrescenta que “os Menezes com a sua bizzarria e grandeza fizeram ahi melhoramentos, que tornaram o palácio da Anunciada um dos melhores da cidade...”. De acordo com João Baptista de Castro<sup>3</sup>, a residência teria 120 divisões, 10 pátios e teria no seu interior mais de 200 pinturas<sup>4</sup>.

A permanência de parte do Arquivo no Louriçal permitiu que se conservassem os documentos administrativos dos *Campos do Louriçal*, já que toda a documentação administrativa do Senhorio se terá mantido no antigo solar até pelo menos 1755, o

---

<sup>1</sup> Filha de Fernão d'Álvares de Andrade (Fidalgo da Casa de El-Rei D. João III, Tesoureiro-Mór, Escrivão da Fazenda, Cavaleiro da Ordem de Cristo e fundador do Mosteiro e Vínculo da Anunciada), que segundo o Pe. António Carvalho da Costa seria descendente dos Condes de Andrade da Galiza, o que supomos ser falso por uma escritura de encapação datada de 1460 que se conserva no Arquivo da Casa de Louriçal.

<sup>2</sup> CASTILHO, Júlio de – *O Bairro Alto de Lisboa*. In, *Lisboa Antiga*, 7 vols. [1879-1890], Lisboa: Livraria de A. M. Pereira, 1879, tomo 1, pp. 132-136.

<sup>3</sup> CASTRO, João Baptista de – *Mappa de Portugal Antigo, e moderno*. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luíz Ameno, 1762-1763, vol. III, p. 170.

<sup>4</sup> Na relação dos salvados do Palácio realizada por ordem do 2º Marquês de Louriçal, D. Francisco Xavier Rafael de Menezes, pode encontrar-se uma lista das “táboas que se salvaram”, e o respectivo valor.

que pode explicar a abundância de documentos respeitantes à vila e a falta de muitos outros relativos aos restantes Morgados da Casa.

A Livraria bem como o Arquivo da Casa de Lourical que se conservou em Lisboa, localizavam-se no actual quarteirão da Anunciada, aproximadamente onde hoje existe o *Hard Rock Café*, que ocupou o espaço do antigo *Cinema Condes*. Aí se localizava, em tempos, o antigo Teatro dito *dos Condes*, provindo este nome do facto de ali terem residido os Condes da Ericeira, Povolide<sup>5</sup> e de Rio Maior. Arquivo e Livraria estariam repartidos por vários espaços, totalizando pelo menos cinco, informação a que se chega através dos números de inventário dos livros e manuscritos que se salvaram do incêndio que se seguiu ao terramoto<sup>6</sup>.

Sobre o Palácio da Anunciada, diz-nos ainda João Baptista de Castro que “o rez do chão era uma região phantastica, adornada de grutas e fontinhas, e onde não penetrava a calma torrida de Lisboa; ahi se encontrava a celebre livraria dos Condes da Ericeira, que viu tantos doutos, e ouviu tantas conferencias academicas aos primeiros engenhos do antigo regimen; era a melhor de Portugal, dizem, pela quantidade e selecção dos volumes, e não menos pelos adornos adequados, globos, instrumentos de physica, bustos e medalheiro”. António Caetano de Sousa acrescenta que “n’ella, segundo diz um contemporaneo, se achava asylo e direcção, e tinha cada um aquellas riquezas como proprias suas, podendo até levar de emprestimo as obras, sem reserva das melhores e mais raras e ouvir os conselhos do generoso hospedeiro”<sup>7</sup>.

Habitualmente, estima-se que Arquivo e Livraria contassem cerca de 18.000 volumes. Contudo, estes dados parecem pouco correctos, atendendo a que nas relações de livros é possível elevar o número a cerca de 19.500 por altura do terramoto. Entre eles, conservavam-se obras do maior interesse histórico, infelizmente consumidas pelo incêndio, como a *História do Imperador Carlos V*, um herbário iluminado que terá pertencido ao Rei da Hungria Matias Corvino, cartas de marear dos primeiros navegadores e outros tantos milhares de manuscritos versando as mais diversas matérias onde se incluíam uma grande quantidade de obras inéditas da autoria de Senhores da Casa da Ericeira.

<sup>5</sup> Conserva-se no Arquivo a escritura original da compra dos terrenos (datada de 1530) ao Cabido da Sé de Lisboa, onde veio a ser edificado o Palácio Povolide, actualmente o local de instalação do Ateneu Comercial de Lisboa, na Rua das Portas de Santo Antão.

<sup>6</sup> A respeito deste assunto socorramo-nos do *Panegírico* que Sebastião José de Carvalho e Mello dedicou ao 1º Marquês de Lourical por ocasião da sua morte: «*A amplissima, e bella Casa da Ericeyra, não tinha para uso do Senhor Marquez outros Quartos, nem outras Antecameras, que os Gabinetes, onde com excellente, e methodica repartição, fizera ultimamente collocar a sua Livraria*», in, POMBAL, Marquês de – *Elogio de D. Luiz Carlos Ignacio Xavier de Menezes: Quinto Conde da Ericeira, Primeiro Marquez do Lourical, Academico do numero da Academia Real da Historia Portugueza, &c. &c. &c. Que faleceo em Goa a 12 de Junho de 1742. Por Sebastião Joseph de Carvalho e Mello, Academico do Numero da mesma Academia, Fazendo-se no Paço a Conferencia, 2ª imp.*, Lisboa: Officina de Miguel Rodrigues, 1757.

<sup>7</sup> SOUSA, António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portugueza*, 14 vols. [1735-1749]. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva [a partir do Tomo V foi publicada pela Officina Sylviana], 1738, tomo V, p. 377.

No entanto, embora ao longo do tempo tenham sido vários os historiadores a afirmar que o Arquivo do Palácio da Anunciada tinha sido totalmente reduzido a cinzas, assim como a sua livraria, tal facto é desprovido de fundamento e não corresponde à verdade. Com efeito, importa referir que o próprio Júlio de Castilho teve acesso a documentos e livros resgatados do incêndio, e seu pai, António Feliciano de Castilho, foi possuidor de pelo menos dois exemplares<sup>8</sup>, e assim o atesta a assinatura autógrafa do mesmo nas guardas dos dois exemplares que lhe pertenceram e que conservam a encadernação original, onde se encontram gravadas a ouro as armas do 4º Conde da Ericeira, D. Francisco Xavier José de Menezes, e o respectivo superlibris. Parece-nos desadequado que, nos nossos dias, investigadores renomados tenham tomado contacto com alguns salvados do Palácio da Anunciada e subscrevam, apesar disso, as afirmações feitas no passado, de que nada se recuperou.

No dia 1 de Novembro de 1755 ter-se-á perdido, calculamos, mais de 80% dos fundos documentais da Casa.

Nesta perda inclui-se parte dos fundos da Casa dos Marqueses de Cascais, tendo o restante sido, supomos, trasladado para a Quinta de Val-Verde, em Cascais, embora não exista nenhuma prova documental que sustente esta afirmação. A residência terá sido habitada pelo 2º Marquês de Louriçal, depois de ter permanecido um curto espaço de tempo nas “*barracas à Boa-Morte*”, antes de regressar novamente aos casebres da Anunciada, que terá mandado restaurar, e onde sabemos que o Arquivo veio a ser conservado posteriormente<sup>9</sup>.

Durante o período das embaixadas de D. Henrique de Menezes, 3º Marquês de Louriçal, em Roma e em Madrid, não temos conhecimento da localização física do Arquivo. Supomos que terá sido sujeito a uma espécie de “restauração” atendendo à quantidade de traslados solicitados pelo 3º Marquês para, com toda a certeza, requerer os rendimentos das Comendas da Casa. De facto, foram já detectados pedidos desta natureza respeitantes aos bens do Morgado de Sarzedas, requeridos a favor do seu filho quando este teria apenas dois anos de idade.

Após a morte de D. Henrique e regresso da sua esposa, D. Maria da Glória da Cunha e Menezes, a Lisboa, presumimos que o Arquivo tenha sido instalado em Palhavã<sup>10</sup>. De resto, data deste período a primeira grande organização arquivística da Casa na época posterior ao Terramoto. Neste período os documentos foram

<sup>8</sup> Estes exemplares autografados por Castilho actualmente encontram-se na Livraria da Casa de Louriçal, apresentando marcas de incêndio.

<sup>9</sup> Estas afirmações são baseadas na correspondência trocada entre o 2º Marquês de Louriçal e o administrador António José Delgado.

<sup>10</sup> A maioria da correspondência deste período foi expedida de Palhavã e de Cintra, levando-nos a crer que a documentação produzida nesta última localidade tenha sido expedida do Palácio de Seteais, embora a documentação não seja suficientemente esclarecedora quanto a este facto. A afirmação sustenta-se no facto de Seteais ser propriedade do Marquês de Marialva, pai da 4ª Marquesa de Louriçal, e devido a este parentesco esta residência de veraneio foi incorporada nos bens da Casa de Louriçal, não sendo conhecida outra propriedade em Sintra que tivesse sido administrada por Marqueses de Louriçal até à data em causa.

agrupados em pastas, devidamente numerados e identificados de forma sistemática, tendo-se produzido fichas de inventário para colocar sobre os atados de documentação, de que ainda se conservam alguns exemplares.

A organização então atribuída ao Arquivo manteve-se até hoje e são disso exemplo os documentos do fundo *Louriçal*, identificados pelas seguintes cotas: «Caza», «Administração», «Eclesiásticos», «Particulares», «Correspondência ou Cartas», «Tratados» e «Externos». Cada uma destas divisões agrupa-se em maços, e cada documento contido no maço é numerado individualmente. Este modelo de organização apenas se verifica no fundo *Louriçal*, todo o restante Arquivo possui diferentes sistemas de identificação de documentos dependendo do período em que foram integrados.

Devido a grandes perdas de informação, resultantes de pragas e inundações, não é possível obter uma ideia da extensão do número de maços que constituíram inicialmente este fundo, somando-se a isto o facto de os critérios de divisão de documentos pelos maços ser pouco claro. Veja-se, por exemplo, o caso do dito *Saco Verde*<sup>11</sup> e a encadernação que lá se conserva<sup>12</sup>, pertencente ao fundo «Caza», enquanto que o álbum que continha as sanguíneas de Francisco de Holanda fazia parte dos «Externos», sistema descritivo que geralmente descreve os documentos que foram incorporados no Arquivo por herança, mas que apenas refere documentação administrativa. Com estes exemplos facilmente se verifica que o critério não é claro, apesar da evidência de que os documentos descritos nos maços ditos da «Caza» se tratam dos que constituem os de maior importância<sup>13</sup>, levando-nos a crer que sempre houve consciência do seu valor, mesmo em tempos mais recuados.

Actualmente, todos os documentos que entram no Arquivo são descritos nos maços das «Incorporações», onde se reúne a documentação que possua qualquer relação com a Casa de *Louriçal* e se encontre dispersa por motivos desconhecidos.

Durante a vida de D. Luís Eusébio Maria de Menezes, 4º Marquês, estamos certos de que o Arquivo foi mantido no Palácio de *Palhavã*, pois a correspondência dos administradores assim o demonstra. Com a morte de D. Luís em 1844 e de sua mulher em 1846, os bens de Morgado (propriedades imóveis) são entregues aos Condes de *Lumiães* e os bens móveis são distribuídos pelas irmãs da 4ª Marquesa. Quanto ao Arquivo, bem como parte do património histórico da Casa, foi entregue aos descendentes ilegítimos de D. Henrique de Menezes em contornos que desconhecemos, e onde se mantiveram até hoje.

<sup>11</sup> Acerca desta questão veja-se: SERRÃO, Vítor; MOURA, Vasco Graça – *Fernão Gomes e o retrato de Camões*, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; Fundação Oriente; Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.

<sup>12</sup> Segundo tradição, trata-se da encadernação do manuscrito original dos *Lusíadas* que continha o retrato de Luís de Camões produzido por Fernão Gomes e de que se conserva cópia na Biblioteca Nacional.

<sup>13</sup> Nestes maços encontram-se as *Mercês Régias* a favor da Casa de *Louriçal*.

O Arquivo da Casa de Louriçal não se encontra, ainda hoje, devidamente inventariado, dispersando-se por vários contadores, gavetas e caixas. Apenas uma pequena parcela, que diz respeito à correspondência familiar da segunda metade do século XIX e alguns fundos que mereceram tratamento prioritário por se encontrarem em suportes que apresentavam avançado estado de deterioração, se encontram devidamente tratados.

Por esta razão, não é possível determinar com exactidão qual o documento mais antigo que se conserva no Arquivo, embora suponhamos que, relativamente à Casa de Louriçal, seja uma escritura de encampação datada de 21 de Novembro de 1460, que na ficha de inventário<sup>14</sup> é descrita como *Escritura de Encampação do Fôro que fez Catharina Affonso*<sup>15</sup>, *Viuva de Alvaro Annes da Cidade de Lisboa, em seu filho Fernão Alvares, de huma vinha e Courela de paõ na Ameixoeira, que era foreira ao Conde D. Alvaro de Castro*<sup>16</sup>.

O documento citado consta de um pergaminho em razoável estado de conservação<sup>17</sup>, que será, com certeza, proveniente do fundo inicial legado por Fernão d'Álvares de Andrade à sua filha. Tal afirmação baseia-se no facto de se excluir a possibilidade de o documento ter sido incorporado no fundo dos Marqueses de Cascais, já que existem dois manuscritos posteriores a 1755 que asseguram que esse arquivo teria sido completamente destruído<sup>18</sup>, por se ter conservado no Palácio sito na mesma vila, e nunca ter incorporado o Arquivo da Casa de Louriçal<sup>19</sup>.

Entre este manuscrito e o que cronologicamente se lhe encontra mais próximo existe um lapso de 129 anos. Trata-se de um emprazamento de campos no Louriçal, feito por D. Fernando de Menezes, 4º Senhor de Louriçal, aos religiosos do Convento de Seiça, datado de 1589, o que fará dele a mais antiga relação de bens relativa à vila de Louriçal preservada no Arquivo.

Se para o período dos Senhores de Louriçal a documentação existente é escassa, limitando-se ao que acima mencionámos, o mesmo não acontece quando se trata do 2º Conde da Ericeira, D. Fernando de Menezes (1614-1699). Desta época

<sup>14</sup> As «fichas» de inventário são as mesmas que foram produzidas em vida da 3ª Marquesa de Louriçal, após a morte de D. Henrique de Menezes.

<sup>15</sup> Avó de Fernão d'Álvares de Andrade, sogro do 4º Senhor de Louriçal.

<sup>16</sup> D. Álvaro de Castro, 1º Conde de Monsanto (1420-1471), ascendente dos Marqueses de Cascais

<sup>17</sup> Aquando da apresentação pública desta comunicação, este documento encontrava-se em fase de restauro, já concluído.

<sup>18</sup> «Como o Archivo da Casa de Cascais, se inundou, faltão todas as noticias sobre a sucessão dos Morgados» (Arquivo da Casa de Louriçal / Externos - Cascais - Maço 4 - nº 6) «A falta destes documentos he inculpavel, e procede de cauza superior invencivel, como foi a do Terramoto, e incendioz que resultaraõ, e fizeraõ impossivel a existencia delles.» (Arquivo da Casa de Louriçal / Externos - Cascais - Maço 4 - nº 7).

Todos os manuscritos acima descritos dizem respeito aos pleitos entre a Administração da Casa de Louriçal e os credores, acerca da propriedade do Palácio de Cascais e da Quinta da Marinha.

<sup>19</sup> A pouca documentação que se conserva do fundo Cascais refere a existência de um grande Arquivo, inventariado pelo 2º Marquês de Cascais e o secretário. Os documentos provenientes da Casa dos Marqueses de Cascais são quase nulos e na sua maioria trata-se de documentação produzida a favor da Casa de Louriçal, de onde se destacam os testamentos.

conservam-se vários documentos oficiais da administração da Casa, escrituras e documentos notariais de natureza diversa, relacionados essencialmente com as propriedades da família no Louriçal<sup>20</sup>, subsistindo muito pouca documentação particular de D. Fernando. De referir ainda o facto de que a maioria das peças artísticas sobre papel tenham, pensamos, entrado no Arquivo em vida do 2º Conde da Ericeira, sendo igualmente deste período os fragmentos de pergaminhos góticos que conservam indicações dos números de inventário então utilizados.

Falecido D. Fernando, a Casa recaí sobre a filha, D. Joana Josefa de Menezes (1651-1709), que casa com o tio, D. Luís de Menezes (1632-1690), ministro de D. Pedro II. Deste tempo datam alguns dos mais interessantes trabalhos ornamentais do Palácio da Anunciada que introduziram notáveis melhoramentos na residência, dos quais se destaca a fonte encomendada ao escultor italiano Bernini<sup>21</sup> onde D. Luís figurava como Marte, e algumas outras esculturas, encomendadas na mesma ocasião e das quais chegaram até nós alguns desenhos.

Da documentação pessoal dos 3ºs Condes, à semelhança do que acontecia com a de D. Fernando, pouco se conservou além de alguns maços de escrituras de propriedades no Louriçal e alguns documentos particulares. Salientamos, no entanto, a existência de alguns autógrafos de D. Luís relativos à administração dos bens Ericeira e uma importante relação de correspondentes<sup>22</sup>, que possui a particularidade de ter sido organizada de forma sistemática por D. Francisco Xavier de Menezes que veio a ser 4º Conde da Ericeira, facto que podemos verificar pela sua caligrafia no índice que descreve este fundo epistolográfico. Subsiste ainda, num envelope, uma venera com S. Francisco de Assis e Santa Clara que está associada ao milagre do nascimento do 4º Conde da Ericeira<sup>23</sup>.

Entre as quatro primeiras gerações de Condes da Ericeira, é D. Francisco Xavier José de Menezes (1673-1743), o 4º titular, quem se encontra mais bem documentado, graças a todo o trabalho resultante da vida deste académico.

<sup>20</sup> Não deixa de ser curioso que ainda hoje existem na Vila de Louriçal algumas das obras que este Conde lá deixou, das quais destacamos a Santa Casa da Misericórdia (cujo Arquivo desapareceu) e alguns melhoramentos na Igreja Matriz de Santiago e, acima de todas estas, os terrenos e alguns dos meios doados para a construção do Real Mosteiro do Desagravo do Santíssimo Sacramento. Actualmente algumas das famílias residentes na vila ainda possuem os apelidos constantes nos documentos oficiais que foram produzidos em vida de D. Fernando.

<sup>21</sup> Do projecto original desta fonte apenas encontramos no Arquivo um elemento ornamental. Acerca desta questão: LINO, Raul – Uma carta de D. Luís de Menezes, 3º Conde da Ericeira, *Belas Artes*, n.º 15. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1960.

<sup>22</sup> Destacam-se nomes como Matias de Albuquerque, dos Vice-Reis da Índia de que salientamos o Conde de Alvor, Marquês de Távora, Conde de S. Vicente, Reitor da Universidade de Coimbra D. Manuel de Saldanha, entre muitos outros. Este maço está descrito pela letra do 4º Conde da Ericeira como sendo o Tomo 9 de correspondência, o que nos leva a crer que possa ter sido neste período que a correspondência da Casa foi pela primeira vez organizada de forma sistemática, pois cada remetente possui um número que o identifica.

<sup>23</sup> Acerca desta questão consultar: BARBOSA, José – *Elogio do Illustrissimo e Excelentissimo Senhor D. Francisco Xavier Jose de Menezes, IV Conde da Ericeira*. Lisboa: Officina de Ignacio Rodrigues, 1745.

Datam da vida de D. Francisco os mais antigos tombos relativos aos *Campos do Louriçal*<sup>24</sup>, os traslados dos ofícios administrativos que, por aquela época, já se deveriam ter extraviado do Arquivo, composições poéticas, correspondência vária, e pergaminhos que não pertenciam aos fundos da Casa. Assim o atestam os diversos róis de salvados de 1755 que possuem a numeração utilizada no período de vida do 4º Conde. Salientam-se também a existência de alguns exemplares impressos que pertenceram à escolhida livraria de D. Francisco Xavier que, tal como alguns documentos, apresentam os danos impostos pela ruína e subsequente incêndio do Palácio da Anunciada. Dos fundos provenientes de D. Francisco Xavier destacamos o relativo bom estado de conservação de um manuscrito caligráfico de José Filipe da Gama onde se encontra o elogio da entrada do 4º Conde da Ericeira na Academia Britânica, texto que se encontra-se inédito.

Durante a vida do 5º Conde da Ericeira, que veio a ser 1º Marquês de Louriçal, D. Luís Carlos Ignácio Xavier de Menezes (1689-1742), a casa seria administrada por seu pai, que morreu um ano depois. Não foi encontrado até ao momento qualquer documento respeitante ao homem que foi duas vezes Vice-Rei da Índia e uma das grandes figuras da Casa de Louriçal. D. Luís Carlos faleceu em Goa, onde ficou todo o seu Arquivo pessoal. Temos, apesar disso, conhecimento de alguns documentos particulares de D. Luís Carlos na British Library, incluindo o livro de correspondência como Vice-Rei. Supomos que os documentos que ficaram em Portugal tenham sido destruídos com a derrocada do Palácio da Anunciada, atendendo a que as dependências de estudo do 1º Marquês de Louriçal não ficavam situadas no mesmo espaço que a Livraria e o Arquivo da Casa.

No ano de 1755 a Casa de Louriçal já se encontrava em posse de D. Francisco Rafael Xavier de Menezes, 2º Marquês de Louriçal (1711-1781), época em que foi incorporada parte dos fundos arquivísticos dos Condes das Sarzedas e dos Marqueses de Cascais, de que ainda restam alguns vestígios. O espólio sobrevivente do 2º Marquês de Louriçal é substancialmente superior ao dos antecessores já que, a partir de 1755, poucos terão sido os danos que afectaram a integridade do Arquivo.

Subsistem fragmentos dos inventários das pinturas sobre “táboas”<sup>25</sup>, das pratas<sup>26</sup> e do que se salvou da Livraria e Arquivo após os acontecimentos decorrentes do terramoto de 1755, conservam-se várias petições régias, acordos nupciais, nomea-

<sup>24</sup> O tombo dos Campos do Louriçal é o mais antigo que se conserva dos bens Ericeira/Louriçal.

<sup>25</sup> Inventário das pinturas que se salvaram do incêndio que terá destruído o interior do palácio da Anunciada.

<sup>26</sup> Foi feito um cálculo das pratas que a Casa possuía e, ao ser convertido em valores actuais, calcula-se que em 1758 a Casa de Louriçal possuía cerca de 450 kg de prata dita de “toucador”, excluída a de mesa.

ções para administrações judiciais<sup>27</sup>, testamentos, correspondência<sup>28</sup> endereçada a familiares, administradores, oficiais do Estado e respectivas respostas, e a demais documentação relativa à administração da Casa. Citamos um: o recibo de pagamento particularmente curioso que refere a compra de “*hum espelho grande de trez vidroz q. estava em a quinta do Campo pequeno q. pertencia ao Sequestro de Fra.co de Assis Marquez que foi de Távora*”. Datam igualmente deste período as mais antigas Mercês Régias conservadas no Arquivo, entre elas a carta de título de Conde da Ericeira e de Marquês de Louriçal a favor de D. Francisco Xavier Rafael e o raro privilégio das Tábuas Vermelhas que, segundo relação apensa ao manuscrito, estaria em posse de antepassados da Casa desde o reinado de D. Sancho I.

No conjunto epistológico dedicado ao 2º Marquês de Louriçal encontra-se uma considerável quantidade de documentos militares, entre os quais se destaca uma ordem militar, datada de 1764, onde o Marquês recebe por via de um secretário ordens expressas para remeter informação sobre o exército ao Conde de Oeiras, futuro 1º Marquês de Pombal, com quem a Casa de Louriçal manteve estreitas relações. Neste mesmo conjunto de documentação encontram-se cartas expedidas de várias partes do Reino remetidas por “informadores” militares. Podemos ainda encontrar um maço relativo à administração dos bens dos Marqueses de Cascais após a integração de grande parte destes bens na Casa de Louriçal. Entre estes documentos existe o testamento de D. Luísa de Noronha que foi 3ª Marquesa de Cascais e sogra do 2º Marquês de Louriçal, documento em que encontramos uma prova inestimável de consideração para com os escravos da Casa de Cascais: os bens da Casa só seriam herdados pela Casa de Louriçal caso D. Francisco Xavier Rafael aceitasse libertar todos os escravos e entregar-lhes o suficiente para a sua subsistência. Este documento reveste-se do maior interesse por ter sido produzido na primeira metade do século XVIII.

Com a morte de D. Francisco, em 1781, a Casa passa a seu irmão, D. Henrique de Menezes (1727-1787), que vem a ser o 3º Marquês de Louriçal. É em Roma, onde se encontrava a exercer funções de Ministro Plenipotenciário, que recebe a notícia do falecimento de seu irmão. Depois da sua vinda a Portugal, antes de regressar novamente a Roma, D. Henrique deixa instruções para que fiquem, como administradores e testamenteiros da Casa, D. Pedro da Câmara e Francisco da Cunha e Menezes. Serão estes os produtores da documentação oficial da Casa entre 1781 e 1787, remetendo-se para Roma, e mais tarde para Madrid, a documentação que necessitava do beneplácito do próprio Marquês. O Arquivo guarda, deste período,

<sup>27</sup> Sobre esta questão: MONTEIRO, Nuno – *O Crepúsculo dos Grandes*. 2ª ed. rev. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

<sup>28</sup> Destacamos o facto de existir correspondência datada do Palácio de Palhavã em data posterior a 1747, ano em que a Casa de Louriçal alugou este Palácio aos frades de S. Vicente de Fora, o que nos leva a crer que o 2º Marquês de Louriçal terá vivido debaixo do mesmo tecto que os ditos “Meninos de Palhavã”.

bastante documentação de interesse, como sejam os documentos oficiais para a celebração do casamento de D. Henrique e D. Maria da Glória da Cunha e Menezes, entre outros documentos produzidos pela Chancelaria Apostólica com o intuito de ampliar os privilégios da Casa; destaca-se um maço de breves pontifícios com dispensas à Casa de Louriçal, familiares, criados e hóspedes. A correspondência particular deste período, até à morte da 3ª Marquesa de Louriçal, é particularmente relevante, pois encontra-se menos fragmentada e permite traçar percursos quase diários do dia-a-dia da administração e da vivência familiar. Encontramos alguma correspondência particular trocada entre D. Henrique e um dos administradores da Casa, António José Delgado, em termos quase familiares e de interesse mútuo. Após a morte do 3º Marquês e do administrador encontramos petições da 3ª Marquesa à Rainha D. Maria I a pedir que sejam cessados contratos que haviam sido firmados pelo administrador que é acusado de ladrão e incompetente, contratos estes que causavam grande dano aos rendimentos da Casa.

Parte da correspondência particular de D. Henrique de Menezes ainda se conserva na caixa de couro lavrado e dourado que ele terá encomendado em Paris para esse efeito.

Após a morte de D. Henrique de Menezes em 1787, em Madrid, os seus bens pessoais mais valiosos são vendidos para pagamento das dívidas em que incorreu para dignamente representar Portugal junto da Corte espanhola; antes do funesto acontecimento que o levou à morte, terá fornecido indicações quanto aos bens que deixava, entre eles o Arquivo. Os bens de Morgado transitaram pelas vias habituais na época, enquanto que os bens livres foram herdados pelo ilegítimo. Supomos que este processo só tenha ficado concluído por morte do 4º Marquês, D. Luis Eusébio.

A documentação relativa ao D. Luis Eusébio Maria de Menezes Silveira e a D. Joaquina de Lorena e Menezes, quartos Marqueses de Louriçal, é muito escassa e fragmentada; com a morte da Marquesa os bens vinculares da Casa passaram aos Condes de Lumiares, deste modo a única documentação que se conserva deste período temporal apenas diz respeito a pleitos judiciais entre os herdeiros e documentação administrativa relativa aos processos.

Toda a restante documentação que o Arquivo conserva no seu todo é denominada por Arquivo da Casa de Louriçal, mas estabelecemos a morte de D. Luis Eusébio como limite para a descrição individualizada de produtores de documentação. O fundo descrito até à morte do 4º Marquês corresponde aproximadamente a 40% dos fundos que constituem o Arquivo, a restante documentação que está incorporada diz respeito a outros ramos da família, heranças e aquisições posteriores. No decorrer do século XX, a documentação relacionada com o Real Mosteiro do Desagravo do

Santíssimo Sacramento do Louriçal, incluindo os trabalhos artísticos das freiras da Comunidade, foi organizada em pastas separadas do restante Arquivo.

Exeptuando o fundo Louriçal, o Arquivo conserva fundos provenientes das mais diversas origens, entre as quais se destacam:

- Fundo da Casa Villa Urrutia (séculos XVIII a XX).
- Fundo da Legação de Sua Majestade Católica em Lisboa a partir da segunda metade do século XIX até aos primeiros anos do século XX (em fase de doação ao Real Arquivo Histórico Nacional de Espanha).
- Correspondência do Ministro António Maria Fontes Pereira de Mello (Inventariado, século XIX).
- Fundo relativo à família Moura Coutinho Almeida d’Eça (Inventariado, séculos XVIII a XIX).
- Fundo relativo à família Folque Possolo (Inventariado, século XIX).
- Correspondência de Miguel de Sousa Araújo (século XIX).
- Fundo administrativo relativo a edifícios da baixa pombalina (especialmente aos Portugal da Silveira, Marreca e Portugal Faria).
- Fundo Óbidos, Sabugal e Palma (Inventariado, séculos XVIII a XX).
- Fundo de genealogias e poesias manuscritas (séculos XVII a XX).
- Fundo documental relativo à administração da Casa da Regateira, Sintra (séculos XVI a XX).
- Fundo Pinto Magalhães (século XIX).
- Fundo administrativo relativo às Casas agrícolas de Murujães e Bôlo (séculos XVIII a XIX).
- Fundo da Casa de Rio Maior (Inventariado, séculos XVII a XX).
- Fundo documental relativo ao 1º Duque da Terceira (século XIX, documentação administrativa referente a séculos anteriores, treslados).
- Fundo relativo ao Real Mosteiro de S. Miguel de Seide (século XVIII).
- Coleção de manuscritos Sírios (séculos XVII a XIX).
- Documentação administrativa relativa a Maria da Luz Jara d’Orey e Guilherme Perestrello d’Orey (século XX).
- Espólio do Dr. Arthur Montenegro, Digníssimo Lente da Faculdade de Direito e ilustre Deputado da Nação Portuguesa (século XIX).
- Fundo administrativo relativo aos Marqueses de Pombal (séculos XIX a XX).
- Fundo administrativo relativo a vários Condes de Redondo e particularmente respeitante à Quinta do Bomjardim (séculos XVII a XX).

– Fundo relativo aos Condes de Valenças e aos descendentes de Manuel Cabral de Moura Coutinho de Vilhena, Morgado de S. Silvestre (Inventariado, séculos XVIII a XX).

A juntar aos fundos atrás descritos salienta-se ainda a existência de colecções de mapas e plantas topográficas, de projectos de artes decorativas portuguesas e estrangeiras e alguns espólios epistolográficos e administrativos por inventariar.

Actualmente o Arquivo encontra-se em fase de inventariação e de tratamento com intenção de futuramente ser divulgado pelos meios que a família considerar adequados, não existindo qualquer intenção de depósito de parte ou da totalidade dos fundos em Arquivos públicos. A primeira obra baseada integralmente no Arquivo da Casa de Louriçal foi publicada no ano de 2011 com o título “O Mosteiro do Louriçal na Terceira Invasão Francesa”, publicado pela Livraria Orfeu em Bruxelas, tendo contado com uma nota introdutória da Prof. Doutora Ofélia Paiva Monteiro, Catedrática aposentada da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, que dedicou parte dos estudos ao 4º Conde da Ericeira.



Figura 1. Cartão de inventário do Arquivo, os cartões eram colocados sobre os maços que por sua vez eram atados entre duas pastas de cartão. Segunda metade do século XVIII.

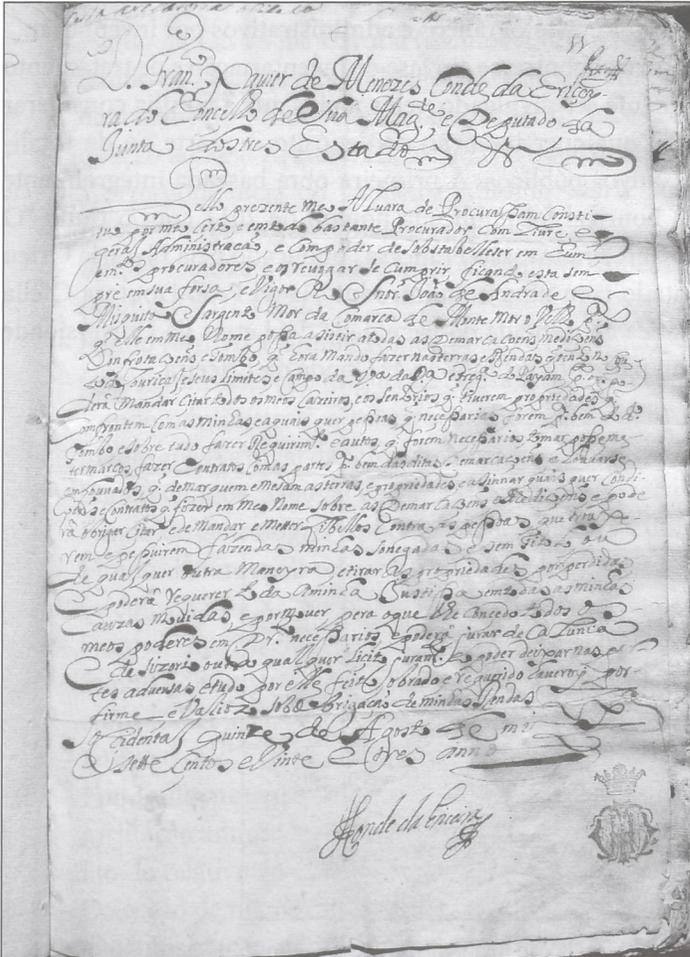


Figura 2. Alvará de Procaução do 4º Conde da Ericeira, D. Francisco Xavier Jozé de Menezes, na abertura Tombo dos Campos do Louriçal. No canto inferior direito, marca de posse do Arquivo da Casa de Louriçal.

PARTE III  
*Fazer História  
com Arquivos de Família*



# Uma família de mercadores na Guimarães medieval

*Alice Borges Gago*

## 1. Introdução

No ano de 1910, José Leite de Vasconcelos incorporou, através de compra ou doação, uma vasta colecção de documentação para enriquecer o então idealizado “Museu do Homem Português”.

O livro de entradas indica que terá sido adquirido em Novembro desse ano um maço de 127 documentos, dos séculos XII a XVI. Não se sabe onde foram comprados nem a quem, provavelmente a resposta poderá estar numa das cerca de 25000 cartas pertencentes ao Epistolário<sup>1</sup> de José Leite de Vasconcelos.

Destes documentos, em pergaminho, são conhecidos, sobretudo, os pertencentes à Colegiada de S. Pedro de Óbidos, descritos por Pedro de Azevedo<sup>2</sup> n’ *O Arqueólogo Português*, e do qual foi extraída uma separata.

---

<sup>1</sup> Em 1998 foi editado, em suplemento ao *O Arqueólogo Português*, o *Epistolário de José Leite de Vasconcelos*, onde foram publicados, alfabeticamente, o nome dos seus mais de 3000 correspondentes. Cada autor possui um número de identificação e por sua vez o número de correspondência, arrumada cronologicamente. Não se sabe qual o assunto de cada espécie, pelo que seria uma busca demorada...

<sup>2</sup> AZEVEDO, Pedro de – Catálogo dos manuscritos do Museu Etnológico. *O Archeologo Português*. Lisboa, Museu Ethnographico Português. S. 1, vol. 17, n.º 1-9 (Jan.-Set. 1912), pp. 196-204, n.º 10-12 (Out.-Dez. 1912), pp. 299-303; vol. 18, n.º 7-12 (Jul.-Dez. 1913), pp. 108-129; vol. 19, n.º 1-6 (Jan.-Jun. 1914), pp. 46-83.

A par destes documentos existem, também na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia (MNA), muitos outros, como documentos avulso, em pergaminho<sup>3</sup> ou em papel, códices, livro antigo, etc.

Destes, cerca de 100 pergaminhos pertencem a um arquivo de família, que reúnem contratos de compra e venda, escambos, emprazamentos, entre outros, realizados por uma família de mercadores vimaranenses desde o início do século XIV até meados do século XVI.

A documentação, na generalidade, não tem notações de ter pertencido a outro fundo documental ou arquivo. Apenas dois ou três documentos apresentam um número (100 ou 103) na parte posterior do pergaminho, onde se encontram os resumos feitos por mão do século XVIII ou XIX.

Em 2006 iniciou-se o processo de catalogação e acondicionamento em papel e caixas *acid free*.

Optou-se por arrumação tipológica, começando pelos pergaminhos da Colegiada de S. Pedro de Óbidos, depois pelos de Guimarães, e outros de várias proveniências.

Foram catalogados à peça, no sistema informático disponível à data<sup>4</sup>, não tendo sido constituídos os fundos necessários. Podem ser consultados no sítio em linha da Biblioteca.

Dos cerca de 100 pergaminhos compulsados, pudemos verificar que o maior volume de documentos pertence ao casal Gil Lourenço e Joana Gonçalves, com 44 documentos, seguidos de Gonçalo Romeu e Maria Domingues, dos quais nos chegaram 31 documentos, e com 13 o casal Martim Romeu e Constança Domingues.

Pouca documentação restou dos descendentes e herdeiros de Gil Lourenço, alguns homónimos, dos quais, na totalidade perfazem 13 documentos, como podemos verificar no gráfico 1, no final do artigo.

No que se refere à tipologia documental, predominam os emprazamentos, de uma ou três vidas, realizados por todos os intervenientes, seguidos dos contratos de compra e sentenças<sup>5</sup>.

Quem são estas pessoas? Que relações tinham entre si? São questões que abordaremos de seguida.

<sup>3</sup> Alguns iluminados, tendo sido descritos em: CEPEDA, Isabel Vilarés; FERREIRA, Teresa A. S. Duarte, (coord. cient. e técn.) – *Inventário dos Códices iluminados até 1500. Inventário do Património Cultural Móvel*, Lisboa: Inst. da Biblioteca Nacional e do Livro, 1994. vol. 1. *Distrito de Lisboa*. Na arrumação de 2006 foram encontrados mais alguns.

<sup>4</sup> Bibliobase.

<sup>5</sup> Veja-se o gráfico 2, no final do artigo.

## 2. Os mercadores Martim e Gonçalo Romeu

Até ao momento não são muito conhecidos fundos documentais pertencentes a famílias de mercadores em Portugal, apenas a documentação pertencente ao mercador portuense João Martins Ferreira, de meados do século XV-XVI<sup>6</sup>.

O conjunto documental agora apresentado constitui um arquivo de família, que reúne documentação ao longo de sete gerações. À primeira vista, não constituía um fundo documental coeso, mercê das vicissitudes porque terá passado desde a sua incorporação no MNA, no início do século passado. Foi durante a catalogação que nos pudemos aperceber da recorrência de nomes, lugares, e relações familiares. Não há qualquer indicação que poderá ter pertencido a um qualquer arquivo institucional, ou particular.

O primeiro documento deste acervo familiar data de 1314, e celebra a compra por Martim Romeu de umas propriedades, na freguesia de Negrelos, a Fernão Anes de Portocarreiro<sup>7</sup>.

Martim Romeu (?-c. de 1344), mercador, era casado com Constança Domingues (?- c. de 1338) e moradores em Guimarães. Terá sido juiz da vila, da Confraria dos Sapateiros, desde 1324<sup>8</sup> até cerca de 1327<sup>9</sup>.

Dos poucos dados que conseguimos apurar sobre este mercador, sabemos que estabeleceu uma capela, da referida confraria, na Igreja de Santa Maria de Guimarães, que dotou de herdades no valor de 1000 libras<sup>10</sup>.

Em 1344, data da sua morte, dispôs da verba de 5 libras por ano, ou 100 soldos, para o cabido, a receber da sua almuinha da Caldeiroa<sup>11</sup>, por uma missa oficiada e saimento dos cônegos de Santa Maria<sup>12</sup>. A vinculação de bens a capelas tinha não só por objectivo assegurar um lugar de sepultura como também constituía um com-

<sup>6</sup> *Um mercador e Autarca dos séculos XV-XVI: o arquivo de João Martins Ferreira. Exposição Comemorativa da classificação do Porto como Património Cultural da Humanidade*, Porto, Arquivo Histórico Municipal do Porto, 1996.

<sup>7</sup> Museu Nacional de Arqueologia (MNA), *MS/P/GUIM/*, cx. 6, n.º 176.

<sup>8</sup> A arbitrar questões entre pessoas de condição social elevada, como D. Margarida de Portocarreiro, numa questão relacionada com uma herdade em Briteiros. FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães “Duas Vilas, um só povo”. Estudo de História urbana (1250-1389)*. Braga: 2010, p. 626, nota 1580; Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Arouca*, gav. 5, m. 4, n.º 10, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (AMAP), *Pergaminhos da Colegiada*, n.º 79.

<sup>9</sup> FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – cit., p. 508, nota 738.

<sup>10</sup> MNA, *Ms/P/GUIM/*, cx. 6, doc. 204. A vinculação de bens a capelas era uma prática corrente, com o objectivo de assegurar um lugar de sepultura e um compromisso de sufrágio regular das almas dos instituidores por parte dos conventos. Esta capela, por imperativo régio, não estava dotada das propriedades necessárias, pelo que há uma sentença de 1366 em que se determina que à falta de dotação da capela, as 1000 libras deveriam ser despendidas em missas, diárias, cantadas em Santa Maria e que a confraria houvesse 40 soldos anuais, descontando os que já havia gasto.

<sup>11</sup> Datado de 16 de Dezembro de 1344. FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – cit., p. 299, nota 557 e p. 571; ANTT, *Colegiada de Guimarães, Documentos Particulares*, m. 29, n.º 22.

<sup>12</sup> ANTT, *Colegiada de Guimarães, Documentos Particulares*, m. 29, n.º 22.

promisso de sufrágio regular das almas dos instituidores por parte da instituição beneficiada<sup>13</sup>.

Na documentação existente no MNA, podemos registar que este casal celebrou 14 contratos, entre os anos de 1314 e 1338, dos quais nove contratos de compra, um de venda, um escambo, um emprazamento e uma sentença<sup>14</sup>.

Os bens transaccionados foram sobretudo casais, como por exemplo o casal da Pousada, em Santa Ovaia de Barrosas, que adquiriram em 1317, e que lhe renderiam dois moios de pão “pela noua” e três maravedis velhos de direituras e ainda uma marrã pelo Natal e um carneiro pelo S. João<sup>15</sup>, assim como geiras e lutuosa.

Adquiriu também uma quintã<sup>16</sup>, em Santo Adrião, pela quantia de três maravedis e uma leira, apenas por três<sup>17</sup>.

De uma maneira geral, todas estas propriedades localizavam-se no termo de Guimarães, como em Negrelos, em S. João de Castelões, em Santa Ovaia de Barrosas, em S. Miguel de Creixomil, em S. Paio de Figueiredo, em Santiago, e em Santo André de Painzela.

Escambaram, com o Mosteiro de S. Domingos de Guimarães, dois casais em Sanguinhedo, ou lugar de S. João, no julgado de Vieira, que haviam sido deixados ao cenóbio por um mouro, de nome Domingu Eanes. Por eles escambam umas almuinhas na Rua de Gatos, que andavam em mãos de um casal<sup>18</sup>.

Desde meados do século XII que se conhecem documentos que se referem à rua dita de Gatos, que assumirá como importante corredor de circulação entre o fora e o dentro da muralha<sup>19</sup>. Caracterizava-se por ser salpicada de casas, eixidos e almuinhas, mas quando mais se descia, menos áreas habitacionais possuía, com o consequente aumento das áreas agrícolas, nomeadamente as já referidas almuinhas, campos e moinhos.<sup>20</sup>

A partir do ano de 1362 a documentação começa a ter como signatário Gonçalo Romeu (?- c. de 1400).

<sup>13</sup> BRITO, Pedro de – João Martins Ferreira. A família e a propriedade. In *Um mercador e autarca dos séculos XV-XVI: O arquivo de João Martins Ferreira*. Porto: 1996, p. 14.

<sup>14</sup> Veja-se o gráfico 3.

<sup>15</sup> MNA, Ms/P/GUIM/, cx. 6, doc. 178.

<sup>16</sup> MNA, Ms/P/GUIM/, cx. 6, doc. 184.

<sup>17</sup> MNA, Ms/P/GUIM/, cx. 6, doc. 179.

<sup>18</sup> MNA, Ms/P/GUIM/, cx. 6, doc. 183.

<sup>19</sup> Era o caminho preferencialmente seguido para quem vinha do litoral para o intramuros e vice-versa. Devia ter tido uma estrutura não muito diferente da actual: bastante estreita, com diversos encurvamentos. O facto foi notado por FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – Uma rua de elite na Guimarães medieval (1376-1520). *Revista de Guimarães*, vol. 96, jan. dez. (1986), p. 103; FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – Guimarães “Duas Vilas, um só povo”..., pp. 29, 217 e 291.

<sup>20</sup> FERREIRA, Maria da Conceição Falcão, cit., p. 292.

Filho de Martim Romeu e Constança Domingues tal como o seu pai era mercador. Era casado com Maria Domingues e morava em Guimarães, na Rua Sapateira<sup>21</sup>. Exerceu durante vários anos o ofício de prebendeiro<sup>22</sup> e procurador<sup>23</sup> do Cabido de Santa Maria. Foi juiz de Guimarães no ano de 1382<sup>24</sup>.

No fundo documental aqui em estudo, Gonçalo Romeu surge em trinta documentos, entre os anos de 1362 e 1395. São sobretudo contratos de empraçamento<sup>25</sup>, como o que celebrou com Lourenço Martins, em 1362, acerca do casal da Lágea, na freguesia de S. Tomé de Ançã, pelo prazo de 45 soldos pagos pelo S. Miguel<sup>26</sup>, ou o de escambo, no ano de 1363, de um eixido e casa na Porrota<sup>27</sup>, que era de Vasco Rangel, pela parte que possuíam no casal do Souto, freguesia de S. Miguel das Caldas<sup>28</sup>.

Com outros mercadores contratou outras vendas como, por exemplo, a que celebrou com Afonso Anes, acerca de umas casas na Rua Sapateira<sup>29</sup> por quarenta libras de “dinheiros portugueses”<sup>30</sup>.

De uma maneira geral, os documentos registam transacções de casais, vinhas, herdades, leiras, eixidos, sobretudo em localidades no termo de Guimarães. No entanto, podemos também encontrar documentos referentes à própria vila, transaccionando pardieiros e casas, sobretudo na vila baixa, junto à Rua Sapateira<sup>31</sup>. Ou escambando com Afonso Fernandes, escudeiro, um pardieiro na Rua da Ferraria<sup>32</sup> por umas rendas das almuinhas na Rua de Gatos<sup>33</sup>.

Para além desta documentação, já Maria da Conceição Falcão Ferreira se havia deparado com este mercador em diversos fundos documentais vimaranenses<sup>34</sup>.

Sabemos que recebeu, em 1352, o prazo de um eixido<sup>35</sup>, da Igreja de Santa Maria, situado em Vale Melhorado<sup>36</sup>, por 9 soldos. Na década de 1360, empraçou de

<sup>21</sup> MNA, *Ms/P/GUIM*, cx. 6, doc. 231.

<sup>22</sup> No ano de 1370, Gonçalo Romeu, após vários anos a exercer o ofício de prebendeiro do cabido, renunciou ao prazo a favor de João Pires, pedreiro. AMAP, *Nota Antiga*, liv. 2, fl. 9.

<sup>23</sup> No ano de 1375. ANTT, *Colegiada de Guimarães, Documentos Particulares*, m. 39, n.º 19; FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – cit., p. 498.

<sup>24</sup> 1 de Julho de 1382. ANTT, *Colegiada de Guimarães, Documentos Particulares*, m. 37, n.º 14.

<sup>25</sup> Veja-se o gráfico 4.

<sup>26</sup> MNA, *Ms/P/GUIM*, cx. 6, doc. 198.

<sup>27</sup> A Porrota situava-se no arrabalde de Guimarães. Sabe-se que existia aqui uma albergaria em 1268 e que seria ao cabo da Rua de Gatos. FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – cit., p. 293.

<sup>28</sup> MNA, *Ms/P/GUIM*, cx. 6, doc. 199.

<sup>29</sup> A Rua Sapateira é frequentemente referida na documentação. Desde 1167 que há registos desta rua. Foi no início dela que se haveria de rasgar a prevalente entrada e saída da vila. Era procurada essencialmente por sapateiros e mercadores, não obstante o interesse sempre crescente do cabido, e uma ou outra presença menos sistemática de outros mestirais. FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – cit., p. 220 e 500.

<sup>30</sup> MNA, *Ms/P/GUIM*, cx. 6, doc. 203.

<sup>31</sup> MNA, *Ms/P/GUIM*, cx. 6, doc. 219.

<sup>32</sup> A Rua da Ferraria situava-se próximo da Rua Sapateira.

<sup>33</sup> MNA, *Ms/P/GUIM*, cx. 6, doc. 205.

<sup>34</sup> Nomeadamente os da Torre do Tombo – *Colegiada de Guimarães* e Arquivo Municipal Alfredo Pimenta.

<sup>35</sup> O eixido situava-se por detrás do castelo e andara em posse do tabelião Gonçalo Fernandes. ANTT, *Colegiada de Guimarães, Documentos Particulares*, m. 31, n.º 29 e AMAP, *Nota Antiga*, liv. 1, fl. 32.

<sup>36</sup> Vale Melhorado situava-se no arrabalde de Guimarães.

Antoninho Esteves, deão de Lamego e cónego de Santa Maria, umas casas que este havia renunciado ao prazo do cabido<sup>37</sup>. No ano de 1373 tornou-se foreiro do cabido, por prazo de um pardieiro e eixido na Caldeiroa, por 24 soldos<sup>38</sup>.

Em Maio de 1375, comprou a Antoninho Martins e mulher, moradores no julgado das Caldas, umas casas com eixido e poço, ao fundo da Sapateira, na ligação desta à Rua Forja/Flores<sup>39</sup>, por um preço relativamente elevado para a época, 120 libras<sup>40</sup>. Dias depois doou ao cabido 3 maravedis, a pagar pelas ditas casas<sup>41</sup>.

Mais ou menos pela mesma altura, surgia como procurador do cabido num pleito entre este e Domingos Domingues Boroa, proprietário de casas na Sapateira<sup>42</sup>.

Em 1378 doou uma casa na Rua Sapateira<sup>43</sup>, no sentido de rezarem uma missa pela alma dos pais de Maria Domingues, sua esposa<sup>44</sup>.

No ano de 1383 emprazou ao alfaiate João Afonso e a sua mulher, umas casas na rua das Ferrarias, onde estes já viviam, pelo foro de 10 libras<sup>45</sup>.

Neste mesmo ano tinha assumido a condição de enfeiteuta do cabido, recebendo umas casas na Torre Velha, pelo foro de 2 maravedis e meio<sup>46</sup>.

Graças ao poder económico que possuía e ao poder social que adquiriu com os diversos cargos que exercia, terá ascendido socialmente, o que lhe terá permitido integrar o conselho que, cerca de 1383, irá apoiar o rei castelhano na sua pretensão ao trono português.

Esse apoio trouxe-lhe problemas, originando a que no ano de 1384, D. João I lhe retire todos os seus bens que detinha, em Guimarães e no termo, entregando-os a Martim Ferreira<sup>47</sup>, escudeiro, por Gonçalo Romeu ter entregue a vila ao Rei de Castela<sup>48</sup>.

<sup>37</sup> Tratava-se de um dos imóveis deixados pelo mercador Nicolau Geraldês, já falecido. O foro fora fixado em 8 maravedis e 1/3, cerca de 224 soldos. AMAP, *Nota Antiga*, liv. 1, fl. 57 v.

<sup>38</sup> AMAP, *Nota Antiga*, liv. 2, fl. 13.

<sup>39</sup> Até cerca de 1398 era conhecida como a Rua da Forja. Maria Conceição Falcão aponta cronologia para 1428, data de um diploma do cabido (FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – cit., p. 272, nota 432) mas a alteração toponímica é anterior. MNA, *Ms/P/GUIM*, cx. 6, doc. 238.

<sup>40</sup> 2400 soldos. ANTT, *Colegiada de Guimarães, Documentos Particulares*, m. 36, nº 17.

<sup>41</sup> AMAP, *Nota Antiga*, liv. 3, fls. 8-8vº. (4 de Maio de 1375) e liv. 3, fl. 9 (23 de Julho de 1375), data em que Maria Domingues, mulher de Gonçalo Romeu, outorga a dita doação. Ver também AMAP, *Livros de Fazenda do Cabido*, m. 3, fl. 8vº (1412/1413) e liv. 8, *Ofício de Gonçalo Romeu* (1416/1417).

<sup>42</sup> Domingos Domingues Boroa queixava-se que os cónegos lhe haviam tomado certos bens, da sua casa. Gonçalo Romeu justificava o acto pela falta de pagamento de meio maravedi, a solver anualmente por esse prédio e que Domingos Domingues havia sonogado. ANTT, *Colegiada de Guimarães, Documentos Particulares*, m. 39, nº 19.

<sup>43</sup> Na viela que dava para as Ferrarias, então em benefício dos clérigos do coro.

<sup>44</sup> Datado de 31 de Outubro de 1378. AMAP, *Pergaminhos da Colegiada*, nº 159.

<sup>45</sup> Datado de 9 de Agosto de 1383. ANTT, *Colegiada de Guimarães, Documentos Particulares*, m. 37, nº 34.

<sup>46</sup> ANTT, *Colegiada de Guimarães, Documentos Particulares*, m. 37, nº 32.

<sup>47</sup> 22 de Agosto de 1384. *Chancelarias Medievais Portuguesas. D. João I*. Ed. prep. por João José Alves Dias. Lisboa: 2004, vol. I, t. 1, 1384-1385, doc. 212, p. 107. Ver ainda ANTT, *Colegiada de Guimarães, Documentos Particulares*, m. 38, nº 23.

<sup>48</sup> Por sua vez, Martim Ferreira perdeu-os para Rui Lourenço da Carvalhosa, escudeiro do rei, também por desserviço, cerca de 1386.

No entanto, não só deverá ter mantido certos bens, como continuou a aumentar o seu património, pois continuou a realizar contratos de compra e emprazamento, entre outros, até pelo menos 1395<sup>49</sup>. Logo no ano de 1386 emprazou de Vasco Martins o casal do Miradoiro, em duas vidas, por três teigas de centeio e outras tantas de milho, três almudes de vinho pelo S. Miguel de Setembro e um maravedi velho<sup>50</sup>.

E em 1391 demandava do Mosteiro de S. Francisco em Guimarães acerca de umas águas de “enxurro da chuva” que iam pela porta da Torre Velha, que Gonçalo Romeu dizia pertencer-lhe, para o seu eixido do Guardal, onde possuía um pombal. Entraram em acordo, sendo que o Mosteiro acolheria as águas se chovesse a uma terça-feira, e com elas regaria um eixido e umas hortas. Se chovesse noutros dias a água seria de Gonçalo Romeu e de seus herdeiros<sup>51</sup>.

Gonçalo Romeu terá falecido cerca de 1400, data em que a viúva entrega ao cabido as cláusulas testamentárias do marido, que beneficiavam a Igreja de Santa Maria<sup>52</sup>.

Em 1402, o seu genro, Gil Lourenço, meteu em posse dos cónegos umas casas na Rua das Ferrarias, onde morava João Afonso, alfaiate<sup>53</sup>.

Pela análise deste fundo documental e pelos dados compulsados por Maria da Conceição Falcão Ferreira, podemos deprender que este mercador detinha e geria um considerável conjunto de bens, como o atestam os vários contratos que lhe permitiam ir aumentando o seu património que, associado a cargos para os quais fora nomeado, nos permitem afirmar que Gonçalo Romeu representa o estereótipo da ascensão social típica, que enformava as oligarquias urbanas, que detinham riqueza e poderes vários<sup>54</sup>.

<sup>49</sup> Neste ano troca pedra do cabido por um censo de 3 maravedis ao ano, de que seria pago de umas suas casas na Torre Velha. Em 1396 emprazou umas casas na Rua da Forja/Flores, ao escrivão do rei, Afonso Rodrigues e a sua mulher. ANTT, *Colegiada de Guimarães, Documentos Particulares*, m. 39, nº 33 (11 de Agosto de 1396) e nº 34 (19 de Agosto de 1396), respectivamente.

<sup>50</sup> MNA, *Ms/P/GUIM*, cx. 6, doc. 224.

<sup>51</sup> MNA, *Ms/P/GUIM*, cx. 6, doc. 228.

<sup>52</sup> Documento datado de 19 de Maio de 1401. ANTT, *Colegiada de Guimarães, Documentos Particulares*, m. 40, nº 1.

<sup>53</sup> ANTT, *Colegiada de Guimarães, Documentos Particulares*, m. 40, nº 8.

<sup>54</sup> Poucos eram os mercadores que tinham o privilégio de sair do local onde moravam. Apenas os mercadores de grande trato tinham a possibilidade de alcançar fortuna, que lhes permitia ter a seu cargo um certo número de indivíduos que desempenhariam diversas tarefas na sua ausência. FREITAS, Isabel Vaz – *Mercadores entre Portugal e Castela na Idade Média*. Somonte: 2006, pp. 34, 70; FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – cit., p. 527.

### 3. Gil Lourenço (de Miranda)

Cerca de 8 de Junho de 1389, Joana Gonçalves (?-1435), filha de Gonçalo Romeu e Maria Domingues, casou com o cavaleiro Gil Lourenço. Pelo seu casamento recebeu um eixido e almuinha na Porrota, umas casas na Rua de Don'Ana Martins, em Guimarães e várias propriedades, no termo.

Gil Lourenço de Miranda (?-14...), filho de Nuno Martins de Gomide, procedia de uma família com ligações às elites de Portalegre e à sua alcaidaria<sup>55</sup>. Deveu a sua fortuna aos ofícios régios de cavaleiro e cevadeiro-mor<sup>56</sup> outorgados por D. João I, sendo mais tarde alcaide de Miranda<sup>57</sup>. Terá sido juiz ordinário de Guimarães nos anos de 1404, 1405 e 1424<sup>58</sup>.

Era irmão de Gonçalo Lourenço, escrivão de puridade de D. João I<sup>59</sup>, que estabeleceu morgadio com propriedades que possuía na zona oeste. Gil Lourenço apenas seria beneficiado se não houvesse descendentes por linha directa do seu irmão. Para além deste irmão, tinha ainda umas irmãs que casaram na média nobreza<sup>60</sup>.

O casal Gil Lourenço e Joana Gonçalves residiu inicialmente na rua da Forja/Flores<sup>61</sup> e, mais tarde, em 1428, na Rua Sapateira.

Possuíam alguns bens, não só os que lhe haviam sido doados aquando do seu casamento, mas também outros, nomeadamente os que Joana Gonçalves recebeu de herança de Giral Pires, procurador em Guimarães, que lhe havia deixado em testamento o casal de Alfeixim, e cujo testamenteiro havia sido seu pai, Gonçalo Romeu<sup>62</sup>.

Para além daqueles possuíam ainda a quinta do Pinheiro, em Ribadouro<sup>63</sup>, dada por D. João I a 3 de Abril de 1398, ou o casal do Miradoiro, em Creixomil, que recebeu de foro de Martim Afonso de Melo, filho de Vasco Martins de Melo, a 3 de

<sup>55</sup> GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira (Abade de Tagilde) – Apontamentos para a história de Guimarães. *Revista de Guimarães*, vol. XXIV, nº 1 (1907), p. 164; ROSA, Maria de Lurdes – Quadros de Organização do Poder Nobre na Baixa Idade Média. Estrutura familiar, patrimónios e percursos linhagísticos de quatro famílias de Portalegre. *A cidade: revista cultural de Portalegre*, nº 6 (nova série), (1991), p. 51.

<sup>56</sup> Desde 1405. GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira (Abade de Tagilde) – cit., p. 164; GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira (Abade de Tagilde) – Arquivo da Colegiada de Guimarães. *Revista de Guimarães*, vol. XXVIII, nº 4 (1911), doc. DCCCXXIII, p. 115.

<sup>57</sup> Surge como alcaide em Maio de 1417. MNA, *Ms/P/GUIM/*, cx. 7, doc. 265.

<sup>58</sup> GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira (Abade de Tagilde) – Apontamentos para a história de Guimarães, p. 164.

<sup>59</sup> 21 de Novembro de 1398. *Chancelarias Medievais Portuguesas. D. João I*. Ed. prep. por João José Alves Dias. Lisboa: 2005, vol. II, t. 3, 1391-1407, doc. 1172, p. 76.

<sup>60</sup> ROSA, Maria de Lurdes – Quadros de Organização do Poder Nobre..., pp. 51-53.

<sup>61</sup> MNA, *Ms/P/GUIM/*, cx. 6, doc. 238.

<sup>62</sup> MNA, *Ms/P/GUIM/*, cx. 6, doc. 240.

<sup>63</sup> Esta fazia parte dos bens que haviam pertencido a João Afonso Pimentel, que havia desertado para Castela. Detinham os direitos possa possuir na quinta, assim como de todos os foros ainda por cobrar. Confirmada por D. Duarte a 24 de Fevereiro e 1 de Março de 1434. *Chancelarias Medievais Portuguesas. D. Duarte*. Ed. prep. por João José Alves Dias. Lisboa: 1998, vol. I, t. 1, 1433-1435, doc. 498 e 499, pp. 266-267 e vol. I, t. 2, 1435-1438, doc. 999, p. 264.

Janeiro de 1426, com as quartas, teigas e ltuosas, pelo foro de 2 maravedis velhos por dia de Natal<sup>64</sup>.

É a Gil Lourenço que pertence a maioria dos documentos deste fundo existente no MNA, num total de 44<sup>65</sup>.

Entre os anos de 1390 e 1435, com intervalos de um ano entre cada um, ou até mesmo vários documentos num só ano, estabelece uma série de contratos, sobretudo de emprazamento, mas também de compra e venda e escambos.

Geralmente no termo de Guimarães, como por exemplo a compra que realizaram do casal do Telhado, em Santa Ovaia de Barrosas, por 700 libras (de 10 soldos o real)<sup>66</sup>, ou do casal do Carvalhal, na freguesia de S. João de Penselo, também no termo de Guimarães, que compraram a Vasco Rodrigues de Bão, um “boom vassallo d ell Rey” morador na referida vila<sup>67</sup>. No entanto surgem por vezes propriedades no termo de Chaves<sup>68</sup> ou no de Braga<sup>69</sup>.

Se no termo transacciona, sobretudo, casais, com ou sem eixido, quintãs, celeiros ou pardieiros, na vila de Guimarães estabelece contractos, de compra e venda ou emprazamentos, sobre propriedade urbana, de uma maneira geral casas.

Como as que empra na Rua Nova do Muro, por duas vidas, a Gonçalo Gonçalves Freire, com condição de nelas fazer melhorias e pelo prazo de 16 maravedis de dinheiros portugueses da moeda antiga pelo S. Miguel de Setembro<sup>70</sup>. Ou as que adquire na Judiaria<sup>71</sup>, e na Rua Nova do Muro, num total de 3.500 libras “desta moeda que ora corre” de três libras e meia, ao mercador Fernão Rodrigues<sup>72</sup>. Na Judiaria empra a Salomão Carido, tecelão judeu, as casas onde já havia morado Abrão Baru, judeu alfaiate. Pela descrição das confrontações da casa, ficamos a saber que Gil Lourenço possuía mais do que uma casa nesta zona, e que empra a outros judeus, nomeadamente ao tecelão Antão Calondro<sup>73</sup>.

Ou ainda na Rua Sapateira, onde compra várias casas entre os anos de 1403 e 1434<sup>74</sup>.

<sup>64</sup> Confirmado por D. Duarte a 23 de Junho de 1435. *Chancelarias Medievais Portuguesas*. D. Duarte. Ed. prep. por João José Alves Dias. Lisboa: 1998, vol. I, t. 1, 1433-1435, doc. 705, pp. 435-436 e ib., Lisboa: 2002, vol. III, 1433-1435, doc. 454, pp. 322-323.

<sup>65</sup> Veja-se o gráfico 5.

<sup>66</sup> MNA, Ms/P/GUIM/, cx. 6, doc. 236.

<sup>67</sup> MNA, Ms/P/GUIM/, cx. 7, doc. 254.

<sup>68</sup> MNA, Ms/P/GUIM/, cx. 7, doc. 246.

<sup>69</sup> MNA, Ms/P/GUIM/, cx. 7, doc. 263.

<sup>70</sup> MNA, Ms/P/GUIM/, cx. 6, doc. 238.

<sup>71</sup> Não se conseguiu ainda esclarecer o processo de formação da Judiaria, as notícias mais rigorosas não surgem antes de 1359/60, e só na década de 1370 é que se regista o vocábulo “judiaria”. FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães “Duas Vilas, um só povo”...*, p. 277.

<sup>72</sup> MNA, Ms/P/GUIM/, cx. 7, doc. 244.

<sup>73</sup> MNA, Ms/P/GUIM/, cx. 7, doc. 258. Ver ainda do mesmo fundo documental, cx. 7, doc. 281.

<sup>74</sup> MNA, Ms/P/GUIM/, cx. 7, doc. 245, 251, 283.

Na Rua Direita<sup>75</sup>, que se situava na vila alta<sup>76</sup>, emprazou a um forneiro, de nome Afonso Gonçalves, por duas vidas, uma casa e um eixido, por cinco maravedis de moeda antiga pelo S. Miguel, com a condição de que se fizessem obras de reparação<sup>77</sup>. De igual modo na Rua de Gatos, no arrabalde, uma casa e eixido que confrontava com outra casa sua<sup>78</sup>, o que vem demonstrar uma certa concentração de propriedade neste eixo<sup>79</sup>.

A 3 de Agosto de 1430, havia instituído um morgadio, com a quinta de S. Miguel e a quinta do Real, entre outros bens que já possuíam ou que viessem a adquirir.<sup>80</sup> O volume de propriedades seria já suficientemente significativo para vinculá-las a um morgadio.

Pela documentação sabemos que os bens foram consignados, consecutivamente, aos seus três sobrinhos Gonçalo, Gil e Mem Lourenço, filhos de Leonor Afonso, sua sobrinha, e a linhagem de cada um deles.<sup>81</sup> Gil Lourenço determina que a sucessão se processe de pai para filho, por linha varonil, legítima, sendo relegada para segundo plano uma sucessão por via feminina, à falta de sucessor masculino<sup>82</sup>.

A morte do primeiro, Gonçalo Caldeira, sem descendentes, faz com que lhe suceda o seu irmão no morgado, onde ficou em três gerações, por sucessão masculina<sup>83</sup>, como já acima foi referido.

De toda a parentela que poderia herdar o vínculo, Gil Lourenço tem o cuidado de referir que aquele jamais poderia ser entregue a um seu sobrinho, de nome Diego Afonso, nem a nenhum de seus descendentes. Não são indicadas razões<sup>84</sup>.

A instituição do morgadio detinha algumas condições: quem o recebesse não poderia vender nem doar ou escambar as propriedades que o constituíam. Aforamentos só eram permitidos desde que os fizessem em três pessoas, “como he costume desta terra”<sup>85</sup>. O administrador era, pois, rodeado de extensas precauções

<sup>75</sup> Parece ter uma relação directa com o traçado da muralha, no flanco sul da vila baixa. Bordejava, pelo seu interior, o traçado da cerca. Pelo arranjo da rua supõe-se que se adaptou à construção do pano sul da muralha que envolvia a vila. FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães “Duas Vilas, um só povo”...*, p. 264.

<sup>76</sup> Idem, ibidem, p. 368.

<sup>77</sup> MNA, Ms/P/GUIM/, cx. 7, doc. 255.

<sup>78</sup> MNA, Ms/P/GUIM/, cx. 7, doc. 256.

<sup>79</sup> Ver também MNA, Ms/P/GUIM/, cx. 7, doc. 280.

<sup>80</sup> MNA, Ms/P/GUIM/, cx. 7, doc. 282. Esta instituição foi confirmada pelo rei D. João I a 20 de Outubro do mesmo ano e mais tarde confirmada por D. Duarte, a 1 de Março de 1434. *Chancelarias Medievais Portuguesas*. D. Duarte. Ed. prep. por João José Alves Dias. Lisboa: 1998, vol. I, t. 1, 1433-1435, doc. 498, p. 266.

<sup>81</sup> MNA, Ms/P/GUIM/, cx. 7, doc. 282; ROSA, Maria de Lurdes – *Quadros de Organização do Poder Nobre...*, p. 53.

<sup>82</sup> Era frequente a marginalização ou a preferência de um sobrinho masculino de qualquer linha, mesmo que secundogénita. ROSA, Maria de Lurdes – *O morgadio em Portugal. Séc. XIV-XV*. Lisboa: Estampa, 1995, p. 183.

<sup>83</sup> Por morte dos últimos herdeiros do descendente directo, o morgado retrocede a uma sua tia-avó e sua descendência, na casa do marido. ROSA, Maria de Lurdes – *Quadros de Organização do Poder Nobre...*, p. 53

<sup>84</sup> MNA, Ms/P/GUIM/, cx. 7, doc. 282.

<sup>85</sup> MNA, Ms/P/GUIM/, cx. 7, doc. 282.

patrimoniais, como o inventário total dos bens no momento da sucessão e a anexação de todos os bens que recebia por herança<sup>86</sup>.

Para além deste facto, o documento referia ainda que quem recebesse o vínculo deveria manter para sempre um “pobre familiar”, a que teria de dar vestuário e alimentação<sup>87</sup>.

Por último não foram esquecidas as missas de sufrágio, anuais, no sábado das oitavas de Páscoa, oficiadas pelos mais honestos frades que fossem achados no Mosteiro de S. Domingos de Guimarães. Por sua vez, deveriam os cónegos de Santa Maria de Guimarães, os frades dos Mosteiros da Costa, de S. Torcato e os do Souto, dizer missa pelo dia de Santa Bárbara pela alma de Gonçalo Romeu<sup>88</sup>.

#### 4. A descendência

Tendo Gil Lourenço falecido sem deixar herdeiros directos, ter-lhe-á sucedido o seu sobrinho Gonçalo Lourenço. Deste sobrinho não chegou até nós qualquer documento. Apenas de seu filho, Gil Lourenço de Miranda (I), sobrinho-neto de Gil Lourenço, por parte de sua sobrinha Leonor Afonso. Dispomos apenas de alguns dados biográficos: sabemos que era escudeiro, terá sido Juiz em Guimarães e casado com Isabel Vâsques. Moravam na Rua Sapateira<sup>89</sup>.

No espólio documental surgem em 4 documentos, datados entre 1440 e 1463<sup>90</sup>. Estes documentos referem-se a uma compra de um pardieiro na Rua das Flores, que partia com casas deste Gil Lourenço, compra feita a um ferreiro, de nome Lourenço Pires, que morava na Rua de Gatos, ao arrabalde<sup>91</sup>. Uma outra carta, desta feita de doação do casal da Ribeira, na freguesia de S. João da Ponte, termo de Guimarães, que Gil Lourenço trazia emprazado do cabido da Igreja de Santa Maria da referida vila. O contrato tinha o mesmo número de vidas que ele trazia do Cabido

E ainda dois contratos de emprazamento, um acerca de uma casa na Rua Sapateira, que emprazam em três vidas ao sapateiro João Martins, que partia com a casa de morada do próprio Gil Lourenço e que de outro lado com casas também deste proprietário e que andavam emprazadas a um outro sapateiro, Pedr Eanes. Por último, outra carta de emprazamento feita de umas casas na Judiaria, ao judeu Musse

<sup>86</sup> ROSA, Maria de Lurdes – *O morgadio...*, p. 202.

<sup>87</sup> O pobre deveria receber por ano, alternadamente, um saio de pardo e uma capa de pardo. Para além disso receberia umas botas, assim como pão alvo, uma boroa, uma posta de carne ou peixe e vinho. MNA, *Ms/P/GUIM/*, cx. 7, doc. 282; ROSA, Maria de Lurdes – *O morgadio...*, p. 119.

<sup>88</sup> MNA, *Ms/P/GUIM/*, cx. 7, doc. 282.

<sup>89</sup> MNA, *Ms/P/GUIM/*, cx. 7, doc. 290.

<sup>90</sup> Veja-se o gráfico 6.

<sup>91</sup> MNA, *Ms/P/GUIM/*, cx. 7, doc. 287.

Benadeu que confrontava com outras casas do proprietário, e que ele emprazava por três vidas<sup>92</sup>.

De seguida, e com maior número de documentação, surge um outro Gil Lourenço de Miranda (II). Pensamos tratar-se de um filho de Gil Lourenço (I), também ele escudeiro, que sabemos ter sido casado com Leonor Rodrigues. Tal como os seus antecessores, eram moradores na Rua Sapateira<sup>93</sup>.

Deste casal chegaram até nós 6 documentos, com datas entre 1481 e 1493<sup>94</sup>. Os documentos são todos da mesma tipologia, emprazamentos, como o que estabeleceram com o sapateiro Pêro Gil, morador em Vieira, acerca de um pardieiro que ficava perto da Torre Velha, junto à albergaria de S. Francisco<sup>95</sup>.

Os restantes documentos referem-se a emprazamentos contratados com lavradores, de propriedades nos termos de Chaves, Guimarães<sup>96</sup>, em uma ou em três vidas.

Seguidamente, apenas surgem dois documentos do que supomos ser o filho de Gil Lourenço de Miranda (II), Gonçalo Lourenço de Miranda.

Este cavaleiro fidalgo<sup>97</sup> terá sido casado com Beatriz Afonso, e do casal só chegaram até nós os já referidos dois documentos, mais precisamente dois emprazamentos datados de 1501 e 1514<sup>98</sup>.

Dizem respeito a duas casas, uma na Rua Sapateira, que emprazam ao mercador João Lopes e a outra na Rua de Santo Espírito<sup>99</sup>, que empraza a uns habitantes de Vila do Conde<sup>100</sup>.

Por último, apenas chegou até nós um contrato de emprazamento, assinado em 1519 entre Jorge Caldeira, cavaleiro fidalgo, filho de Gonçalo Lourenço de Miranda, e Inês Pires, em que se emprazam umas casas na Rua Sapateira<sup>101</sup>.

<sup>92</sup> MNA, *Ms/P/GUIM/*, cx. 7, doc. 293.

<sup>93</sup> MNA, *Ms/P/GUIM/*, cx. 7, doc. 297.

<sup>94</sup> Veja-se o gráfico 7.

<sup>95</sup> MNA, *Ms/P/GUIM/*, cx. 7, doc. 295.

<sup>96</sup> MNA, *Ms/P/GUIM/*, cx. 7, doc. 297, 298, 299, 300.

<sup>97</sup> Terá sido escudeiro da casa do Duque de Bragança. GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira (Abade de Tagilde) – Apontamentos ..., p. 165.

<sup>98</sup> Veja-se o gráfico 8.

<sup>99</sup> Também era conhecida como a Quintã dos Sapateiros. Terá sido baptizada como Rua de Santo Espírito, a exemplo do sucedido em todo o reino, na vã pretensão de banir, perante a cristandade, a existência de judeus. FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães “Duas Vilas, um só povo”...*, p. 279.

<sup>100</sup> MNA, *Ms/P/GUIM/*, cx. 8, doc. 302.

<sup>101</sup> MNA, *Ms/P/GUIM/*, cx. 8, doc. 303.

### **Algumas considerações finais**

Pela análise do presente conjunto documental podemos entrever como se estabeleciam estratégias de constituição e se procedia à gestão do património familiar, que relações, nomeadamente matrimoniais, eram estabelecidas com outras famílias, e como isso promovia ascensões sociais, de que é um exemplo o casamento entre a filha do mercador Gonçalo Romeu e Gil Lourenço, ligado ao serviço régio.

A instituição do morgadio de Gil Lourenço virá confirmar e preservar a manutenção desse património, ao estabelecer várias prerrogativas que impedem os seus herdeiros de o dispersarem, antes pelo contrário, o morgadio beneficiará de novas heranças de cada novo morgado.

Esta documentação traz ainda algumas informações sobre toponímia, pois através dos sucessivos contratos apercebermo-nos do intrincado das ruas vimaranenses, da sua nomenclatura, de quem as habitava, como eram constituídas.

## Anexos

Gráfico 1. Distribuição dos documentos

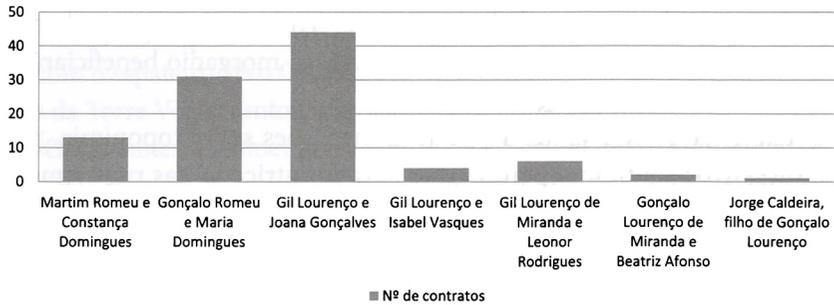


Gráfico 2. Tipologia documental

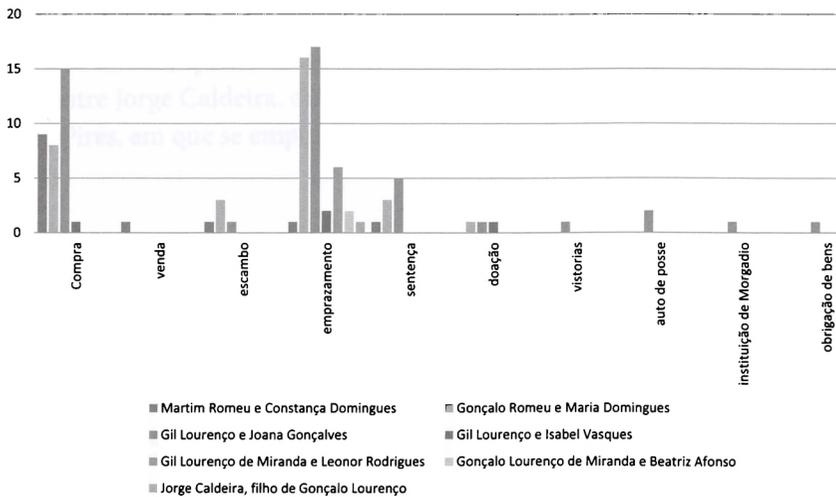


Gráfico 3. Tipologia documental. Martim Romeu e Constança Domingues

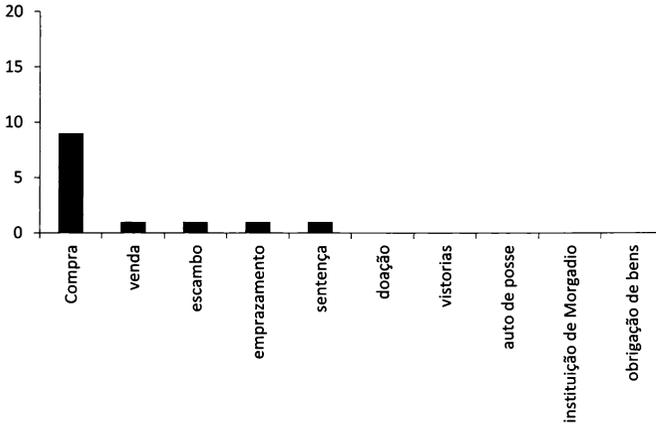


Gráfico 4. Tipologia Documental. Gonçalo Romeu e Maria Domingues

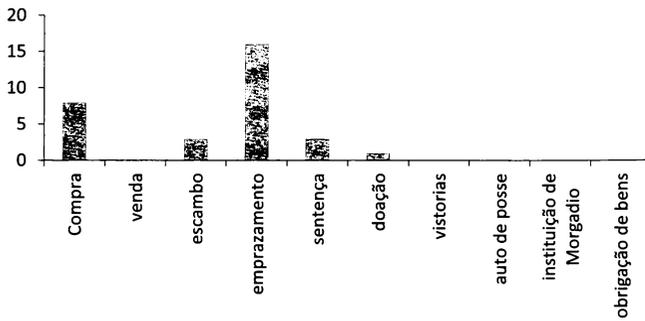


Gráfico 5. Tipologia Documental. Gil Lourenço e Joana Gonçalves

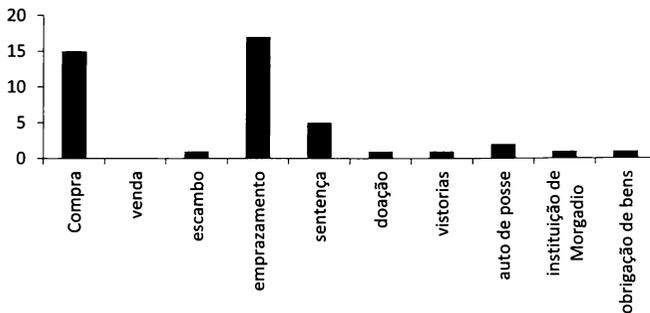


Gráfico 6. Tipologia Documental. Gil Lourenço e Isabel Vasques

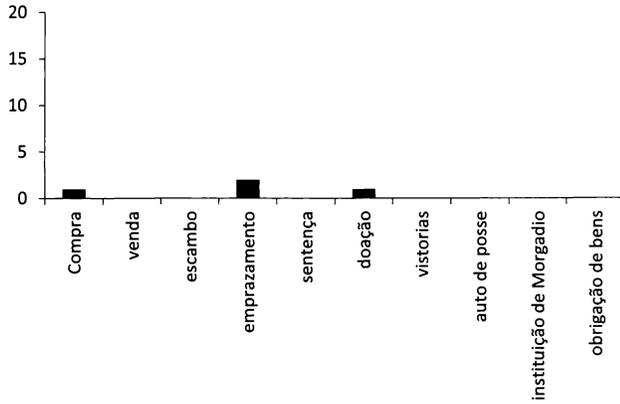


Gráfico 7. Tipologia Documental. Gil Lourenço de Miranda e Leonor Rodrigues

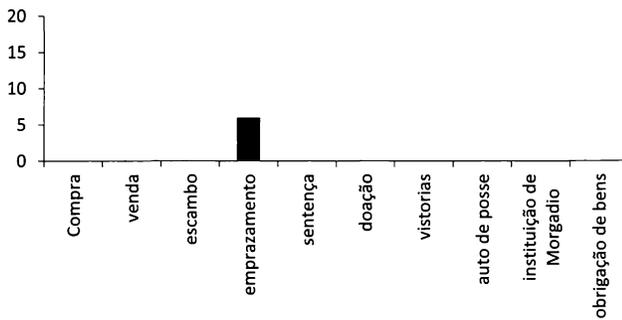
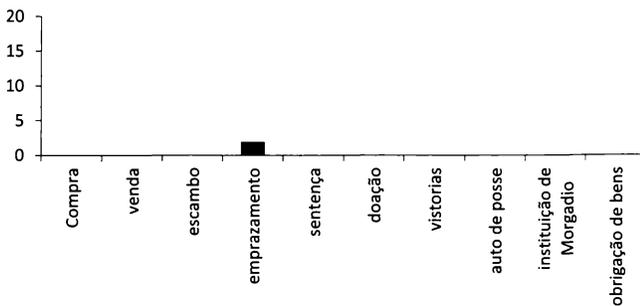


Gráfico 8. Tipologia documental. Gonçalo Lourenço de Miranda e Beatriz Afonso



# Subsídios para a história do Convento de São Francisco de Setúbal a partir do Arquivo da Família Gama Lobo Salema<sup>1</sup>

*Ana Cláudia Silveira*

Entre as múltiplas potencialidades do Arquivo da Família Gama Lobo Salema para a construção de conhecimento histórico, é possível individualizar um conjunto de documentos relativos ao padroado do Convento de São Francisco de Setúbal sobre o qual nos pareceu oportuno reflectir no âmbito deste colóquio, dado que constitui um exemplo bastante elucidativo da importância que pode ter grande parte da documentação ainda hoje se conserva em muitos arquivos particulares.

Embora a memória da fundação do Convento de São Francisco de Setúbal, ocorrida em 1410 por iniciativa de Maria Eanes Escolar, filha de João Gonçalves Escolar, que foi sobrejuiz e depois Desembargador de D. Pedro I (1357-1367) e mais tarde Desembargador e vedor da Fazenda do rei D. Fernando (1367-1383)<sup>2</sup>, tenha sido conservada quer por via da escassa documentação subsistente do antigo cartório conventual, quer através dos cronistas da Ordem dos Frades Menores<sup>3</sup>, a verdade é que as informações que nos chegam por essas fontes são muito lacónicas.

De facto, o conjunto documental conservado nos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo referente ao Convento de S. Francisco de Setúbal e relativo aos séculos XV e XVI é constituído apenas por um tombo elaborado no século XVIII em que se

---

<sup>1</sup> Expressamos o nosso público agradecimento ao Sr. Embaixador António Pinto da França, que nos possibilitou a consulta deste importante fundo documental e nos dispensou sempre o mais caloroso acolhimento.

<sup>2</sup> Sobre o seu percurso, consultar: HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *O Desembargo Régio (1320-1433)*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de História da Universidade do Porto, 1990, pp. 339-340.

<sup>3</sup> Em particular: ESPERANÇA, Frei Manuel da (1656-1666) – *História Seráfica da Ordem dos Frades menores da Província de Portugal*, 2ª parte, Livro 11, capítulo XVI-XX.

conserva um registo de documentos relativos à sua fundação e a algumas doações<sup>4</sup>, transcrevendo-se igualmente os privilégios considerados mais importantes, e ainda por dois maços de documentos<sup>5</sup>. A estes podemos acrescentar, dentro da cronologia indicada, quatro outros documentos provenientes do arquivo da Província dos Algarves<sup>6</sup>. Nas chancelarias régias, ficaram registados, por sua vez, alguns privilégios concedidos pelos monarcas portugueses a esse cenóbio<sup>7</sup>, elucidativos acerca da protecção régia de que beneficiaram as fundações franciscanas, aos quais podemos ainda acrescentar uns quantos diplomas que confirmam igualmente o favor recebido por parte dos administradores do Mestrado de Santiago<sup>8</sup>.

Informações complementares podem ainda ser obtidas na secção de Reservados da Biblioteca Nacional de Portugal, onde se conservam alguns documentos de diversas tipologias, alguns dos quais repetindo documentação conservada na Torre do Tombo<sup>9</sup>.

Esta escassez documental pode explicar-se em parte pela relação que estas comunidades monásticas estabeleciam com os bens materiais e em particular com a propriedade fundiária, uma vez que, de acordo com a Regra e com as determinações dos Capítulos Gerais, os franciscanos não só não tinham a prática de acumular dinheiro, como não constituíam grandes domínios, optando em geral por vender os objectos e as propriedades que lhes eram doadas, de forma que nada administrassem para lá dos muros do espaço conventual, a não ser o tempo suficiente para fazer a colheita de alguma terra que estivesse cultivada<sup>10</sup>.

Assim sendo, a vida material dos conventos franciscanos permanece em grande parte desconhecida, o que se aplica não apenas a Portugal, mas a grande parte da Cristandade medieval<sup>11</sup>.

Contudo, a documentação relativa ao padroado do Convento, conservada no Arquivo da família Gama Lobo Salema, permite-nos progredir no conhecimento mais consistente do contexto em que o cenóbio mendicante de Setúbal foi fundado,

<sup>4</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo (doravante ANTT), *Ordem dos Frades Menores* (doravante OFM), *Convento de S. Francisco de Setúbal*, Livro 1.

<sup>5</sup> ANTT, OFM, *Convento de S. Francisco de Setúbal*, Livro 1, maços 1 e 2.

<sup>6</sup> ANTT, OFM, *Província dos Algarves, Província*, maço 86, doc. s/ nº; maço 90, doc. s/ nº; maço 96, dois docs. s/ nº.

<sup>7</sup> ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 5, fl. 12v; Livro 13, fl. 12v; Livro 14, fl. 3v; Livro 15, fl. 29v; ANTT *Chancelaria de D. Manuel I*, Livro 5, fls. 27v-28; Livro 11, fl. 93v; Livro 16, fl. 31v; ANTT, *Chancelaria de D. João III*, Livro 6 de privilégios, fl. 24v; Livro 13, fl. 22v.

<sup>8</sup> A título de exemplo, indica-se: ANTT, OFM, *Convento de S. Francisco de Setúbal*, Livro 1, fls. 20-21.

<sup>9</sup> Biblioteca Nacional de Portugal (doravante BNP), *Reservados, Ordem dos Frades Menores (Franciscanos), Coleções em Organização*, Caixas 11 e 12, docs. s/ numeração.

<sup>10</sup> CHIFFOLEAU, Jacques – «Usus pauper». Notes sur les franciscains, la Règle et l'argent à Avignon entre 1360 et 1480. In, DUBOIS, Henri; HOCQUET, Jean-Claude; VAUCHEZ, André, (coord.) – *Horizons Marins Itinéraires Spirituels (Ve – XVIIIe siècles)*, vol. I. Paris: Publications de la Sorbonne, 1987, pp. 144-145.

<sup>11</sup> CHIFFOLEAU, Jacques – «Usus pauper»... *cit.*, p. 135.

assinalando-se o facto de ter constituído o primeiro mosteiro mendicante instalado em terras sob a jurisdição do Mestrado da Ordem Militar de Santiago.

Os documentos aí conservados fornecem igualmente elucidativas informações relativas à relação mantida com a família dos padroeiros, os Queimado numa primeira fase, e posteriormente a família Miranda Henriques.

O texto que agora se apresenta resulta assim da análise de um conjunto de documentos provenientes do referido arquivo que importa individualizar e dos quais destacamos:

Uma inquirição de testemunhas datada de Março de 1473 relativa à construção do Convento de São Francisco de Setúbal em torno de 1410, cuja elaboração se deve a Vasco Queimado de Vilalobos, neto da fundadora<sup>12</sup>;

A cédula de testamento do referido Vasco Queimado de Vilalobos, a cuja abertura se procedeu em finais de Junho de 1478<sup>13</sup>;

O contrato de casamento, dote e arras relativo ao matrimónio entre Simão de Miranda Henriques e Maria Queimada, celebrado em 1498<sup>14</sup>;

Cartas de partilha referentes aos bens da herança de Vasco Queimado de Vilalobos e de seu filho<sup>15</sup>;

Contratos de compra e venda de propriedades entre os descendentes de Vasco Queimado de Vilalobos<sup>16</sup>;

Documentos diversos relativos à família Miranda Henriques.

Que informação é possível então extrair deste conjunto documental?

Além de corroborar as escassas informações provenientes dos fundos documentais subsistentes no antigo cartório do convento, a inquirição de testemunhas realizada em 1473<sup>17</sup> por iniciativa de um neto da fundadora do convento, Vasco Queimado de Vilalobos, no âmbito da qual foram recolhidos os depoimentos de diversas “pessoas de idade”, todas elas residentes em Setúbal, é apresentada pelo promotor como tendo um objectivo memorial. De facto, perante o juiz ordinário da vila, Vasco Queimado apresenta a intenção de recolher testemunhos relacionados com a edificação do cenóbio, os quais foram registados perante testemunhas e tabeliães. Desta forma, foram entrevistados diversos indivíduos que teriam participado ou assistido à edificação do convento, cujo depoimento, tratando-se de “pessoas de idade que podem morrer e adoecer de tais doenças que podem perder suas falas”,

<sup>12</sup> *Arquivo da Família Gama Lobo Salema*, Caixa 17, doc. 701.

<sup>13</sup> *Arquivo da Família Gama Lobo Salema*, Caixa 12, doc. 430.

<sup>14</sup> *Arquivo da Família Gama Lobo Salema*, Caixa 12, doc. 431.

<sup>15</sup> *Arquivo da Família Gama Lobo Salema*, Caixa 12, docs. 432-433.

<sup>16</sup> *Arquivo da Família Gama Lobo Salema*, Caixa 38, pasta 193.

<sup>17</sup> *Arquivo da Família Gama Lobo Salema*, Caixa 17, doc. 701.

importava registar de forma a elaborar uma memória que se revelava um importante contributo para a honra da sua linhagem.

São oito os testemunhos recolhidos: João Afonso, carpinteiro, de 72 anos; Leonor Pires, que tinha mais de 50 anos; João Dias, pescador, com 100 anos, mas de quem se assinala dispor de todo o seu siso; Isabela Tomé; João Vicente Briços, escudeiro, de 70 anos; Leonor Farinha; João Esteves, clérigo, primo de Vasco Queimado; e Álvaro Eanes Marreiro, escudeiro, compadre de Vasco Queimado, homem com mais de 70 anos.

Todos dizem recordar-se muito bem de Maria Eanes, avó de Vasco Queimado de Vilalobos e mãe de Vasco Queimado seu pai, a quem identificam como “a mais rica mulher da vila de Setúbal”, como mulher “muito rica e abastada como ninguém nesta terra”, como “a mulher mais rica na vila e em toda a comarca”, como “mulher muito rica e honrada”, ou ainda como “nobre dona, muito rica e muito honrada”.

Quanto à origem da sua fortuna, deduzimos que uma parte tenha sido herdada de seu pai, o qual sabemos ter possuído uma herdade coutada no termo da cidade de Évora<sup>18</sup>, a qual continuava em posse dos seus sucessores em 1434<sup>19</sup>, assim como uma quinta em Muje<sup>20</sup>. Já seu marido, Vasco Queimado, deverá ter obtido pecúlio na vila de Setúbal, uma vez que, na sequência do seu apoio ao Mestre de Avis na crise de 1383-85, integrado entre os cavaleiros e escudeiros que lutaram no seu séquito<sup>21</sup>, viria a receber em doação a dízima e renda dos arcos e tonéis e de toda a madeira e esparto que chegassem à vila sadina<sup>22</sup>.

Terá sido já depois de enfiar e de ter perdido o filho, também chamado Vasco Queimado, que Maria Eanes manifestou a intenção de erguer um convento franciscano que servisse de panteão familiar para si e para toda a sua geração e linhagem. Sendo mulher e para mais viúva, Maria Eanes enquadra-se no perfil de grande parte dos benfeitores dos mendicantes<sup>23</sup>. Para o efeito, pensara inicialmente em erguer o cenóbio junto ao arrabalde de Troino, ideia que foi contudo abandonada a conselho dos frades da Ordem de S. Francisco, informação que nos confirma, quer a existência de determinadas estratégias por parte dos franciscanos no que respeita à escolha de

<sup>18</sup> *Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I (1357-1367)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984, pp. 506-507.

<sup>19</sup> *Chancelarias Portuguesas. D. Duarte*, vol. I, tomo 2 (1435-1438). Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1998, pp. 73-74.

<sup>20</sup> ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 10, fl. 102v.

<sup>21</sup> LOPES, Fernão – *Crónica de el-Rei D. João I da Boa Memória*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1977, p. 397.

<sup>22</sup> *Chancelarias Portuguesas. D. João I*, vol. I, tomo 3 (1384-1388). Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2005, p. 218.

<sup>23</sup> BERTRAND, Paul – *Commerce avec Dame Pauvreté. Structures et fonctions des couvents mendicants à Liège (XIIIe-XIVe siècles)*. Liège: Bibliothèque de la Faculté de Philosophie et Lettres de l'Université de Liège, 2004, pp. 295-296 e 327.

locais para a instalação dos conventos, verificada igualmente noutras regiões<sup>24</sup>, quer a necessidade de aprovação prévia por parte dos superiores da Ordem relativamente ao local de fixação das suas casas<sup>25</sup>. Na verdade, a viabilidade económica das novas fundações constituía uma preocupação das Ordens religiosas, que procuravam garantir as essenciais condições de estabilidade para as suas casas<sup>26</sup>. Nesse sentido, a instalação de um convento em Setúbal seria por certo interessante para os franciscanos, atendendo à crescente vocação portuária e comercial da vila sadina, à sua afirmação económica e à sua progressiva consolidação como o mais importante centro urbano sob a jurisdição da Ordem Militar de Santiago<sup>27</sup>. De resto, a relação entre a fundação de conventos mendicantes e a dimensão dos núcleos urbanos foi há muito questionada por Jacques Le Goff<sup>28</sup> e sobre esse tema reflectiu também José Mattoso referindo-se ao caso português<sup>29</sup>. Contudo, no que respeita a Portugal, encontra-se por fazer o estudo do inurbamento mendicante nas suas múltiplas dimensões, incluindo a participação das comunidades monásticas na vida social, religiosa e económica dos núcleos urbanos, assim como a sua inserção no tecido urbano.

De facto, embora presente em Portugal desde o primeiro quartel do século XIII, beneficiando em muitas ocasiões do apoio dos monarcas, suas famílias e da nobreza<sup>30</sup>, a Ordem de São Francisco apenas se viria a implantar a Sul do Tejo a partir do século XV. A sua chegada a Setúbal em 1410 insere-se numa nova fase de implantações monásticas, que se verifica um pouco por toda a Península Ibérica desde o último quartel do século XIV<sup>31</sup>, coincidindo com a afirmação do movimento reformista que ficou

<sup>24</sup> Como se verificou em Trévis, por exemplo, de acordo com o trabalho de BUSTREO, Gian Paolo – *Écrits conventuels, écrits urbains. La documentation des Mendiants de Trévis aux XIVe et XVe siècles*. In, BÉRIEU, Nicole; CHIFFOLEAU, Jacques (dir.) – *Économie et religion. L'expérience des ordres mendiants (XIIIe – XVe siècle)*, Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2009, pp. 40-44.

<sup>25</sup> GOMES, Saúl António – O Convento de S. Francisco de Leiria na Idade Média. *Itinerarium*. Ano XL, nº 150 (Set.-Dez. 1994), p. 399.

<sup>26</sup> BERTRAND, Paul – *Commerce avec Dame Pauvreté...*, cit., p. 156.

<sup>27</sup> SILVEIRA, Ana Cláudia – A água como recurso e força motriz: salinas e moinhos de maré em Setúbal na Baixa Idade Média. In, PONTES, Roberto; MARTINS, Elizabeth Dias, (coord.) – *Anais do VII Encontro Internacional de Estudos Medievais – Idade Média: permanência, atualização, residualidade*. Fortaleza / Rio de Janeiro: Universidade Federal do Ceará / Associação Brasileira de Estudos Medievais (ABREM), 2009, pp. 126-139.

<sup>28</sup> LE GOFF, Jacques – Enquête sur «Implantation des ordres mendiants et fait urbain dans la France médiévale». *Annales. Économies, sociétés, civilisations*, t. 24 (1969), p. 833.

<sup>29</sup> MATTOSO, José – O enquadramento social e económico das primeiras fundações franciscanas. In, *Portugal Medieval. Novas interpretações*. Rio de Mouro: Circulo de Leitores, 2002, pp. 244-247.

<sup>30</sup> Sobre as fundações franciscanas em Portugal, conferir os trabalhos de MOREIRA, António Montes – Implantação e desenvolvimento da Ordem Franciscana em Portugal. Séculos XIII-XVI. In, *I-II Seminário. O Franciscanismo em Portugal. Actas*. Fundação Oriente, 1996, pp. 13-27, e de MORENO, Humberto Baquero – O poder real e o franciscanismo no Portugal medievo. In, *I-II Seminário. O Franciscanismo...* cit., pp. 87-96.

<sup>31</sup> RUCQUOI, Adeline – Los Franciscanos en el Reino de Castilla. In, DE LA IGLESIA DUARTE, José Ignacio (coord.) – *VI Semana de Estudios Medievales. Nájera, 31 de julio al 4 de agosto de 1995*, Logroño: Gobierno de La Rioja / Instituto de Estudios Riojanos, 1996, p. 76; PRIETO, Pablo Martín – Sobre la promoción regia de la Orden franciscana en la Corona de Castilla durante el primer reinado trastámara. *Hispania Sacra*. Vol. LIX, 119 (enero-junio 2007), pp. 60-66; ALIQUÉ, Francisco Javier Rojo – Reforma religiosa, sociedad y política

conhecido como Observância, constatando-se que muitas das fundações foram incentivadas pelo poder régio<sup>32</sup>. Tal constatação aplica-se, por exemplo, a Castela onde ficou já demonstrado ter existido um apoio à fundação de conventos Observantes por parte da dinastia reinante a partir do reinado de Juan II (1405-1454) que foi seguido por um apoio por parte das grandes famílias da nobreza e também das elites urbanas<sup>33</sup>. Este processo viria a culminar, no que se refere a esse reino medieval, num controlo político e eclesiástico das congregações observantes por parte do poder central no decurso das duas primeiras décadas do século XVI<sup>34</sup>.

Os fundamentos da Observância foram lançados por Frei Paulo de Trincis em 1368, difundindo-se rapidamente no contexto do Cisma que dividiu a Igreja. Enquanto ideal de regresso às fontes, o movimento da Observância desenvolveu-se em Castela nos finais do século XIV<sup>35</sup>, tendo sido introduzido em Portugal na década de 1390, na sequência da transferência para o nosso País, levada a cabo por Frei Fernando de Astorga, do governo da Província de Santiago, na qual se integravam até então os conventos franciscanos portugueses, assegurando dessa forma a manutenção da fidelidade por parte dessa província ao Pontífice Romano, uma vez que Portugal, ao contrário de Castela, não apoiou o Papado de Avinhão<sup>36</sup>. Os Observantes privilegiavam a vida contemplativa e, ao contrário dos Claustrais, inseridos em núcleos urbanos, optavam por instalar os cenóbios em locais ermos, praticavam a austeridade e privilegiavam a pregação popular<sup>37</sup>. Além da fundação de novos conventos verificada um pouco por todo o país, alguns dos conventos franciscanos já existentes foram aderindo à Observância, como se verificou entre 1399 e 1404 no convento de Alenquer<sup>38</sup>.

Pelo documentação existente no Arquivo da Família Gama Lobo Salema, ficamos a saber que Maria Eanes se terá deslocado ao convento franciscano de Alenquer, tendo trazido consigo para Setúbal Frei Fernando e Frei Gonçalo, numa fase inicial, e num momento posterior Frei João da Amoreira e Frei João de Portalegre. Foi já com o conselho destes franciscanos que se escolheu o local de implantação do con-

---

en la Baja Edad Media: el ejemplo de San Francisco de Palencia en el siglo XV. *Hispania Sacra*. Vol. LIX, 120 (julio-diciembre 2007), p. 470; MORENO, Humberto Baquero – O poder real... *cit.*, p. 95.

<sup>32</sup> PRIETO, Pablo Martín – Sobre la promoción... *cit.*, pp. 60-66.

<sup>33</sup> RUCQUOI, Adeline – La réforme monastique en Castille au XVe siècle: une affaire sociale. In, DUBOIS, Henri; HOCQUET, Jean-Claude; VAUCHEZ, André, (coord.) – *Horizons marins... cit.*, pp. 246-248.

<sup>34</sup> RUCQUOI, Adeline – La réforme monastique en Castille... *cit.*, p. 251.

<sup>35</sup> FREMAUX-CROUZET, Annie – Franciscanisme des villes et franciscanisme des champs dans l'Espagne du bas Moyen Age. In, MENJOT, Denis, (ed.) – *Les Espagnes Médiévales: aspects économiques et sociaux. Mélanges offerts à Jean Gautier Dalché*, Annales de la Faculté des Lettres et Sciences Humaines de Nice, n° 46, 1983, p. 55.

<sup>36</sup> MARQUES, José – Os Franciscanos no Norte de Portugal nos finais da Idade Média. *Boletim do Arquivo Distrital do Porto*. Vol. I (1982), pp. 162-163.

<sup>37</sup> MOREIRA, António Montes – Implantação e desenvolvimento da Ordem Franciscana..., *cit.*, p. 21.

<sup>38</sup> ARAÚJO, António de Sousa – Convento de São Francisco de Alenquer. In, SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, (dir.) – *Ordens Religiosas em Portugal: das origens a Trento. Guia Histórico*, Lisboa: Livros Horizonte, 2005, p. 273; MOREIRA, António Montes – Implantação e desenvolvimento da Ordem Franciscana..., *cit.*, p. 21.

vento, em terras mais afastadas do centro urbano, depois de se passar o arrabalde de Troino a caminho da serra, num local onde havia muitas vinhas e árvores de fruto. Tratava-se, portanto, de uma área mais rural, conforme convinha a um convento da Observância<sup>39</sup>. A opção enquadrava-se de resto com a estratégia seguida noutros locais, elegendo-se os arrabaldes das vilas e cidades como espaço de instalação, uma vez que seriam espaços menos valorizados e desprovidos de intervenções urbanísticas, mas, em contrapartida, mais próximos de uma população também ela mais desprotegida<sup>40</sup>.

Por outro lado, tratando-se de um local mais afastado do centro urbano, a disponibilidade e o preço da terra seriam também mais atractivos<sup>41</sup>, permitindo que o cenóbio dispusesse do espaço adequado à existência de um cemitério próprio, que permitisse atrair as disposições testamentárias e legados que garantissem a sua subsistência futura<sup>42</sup>. De facto, aos Franciscanos fora reconhecido pelo Papa Gregório IX direito a sepultar leigos nos seus conventos e igrejas desde 1231<sup>43</sup>, privilégio que seria renovado em 1250 por Inocêncio IV<sup>44</sup>, o que constituiu causa de conflitos frequentes com o clero secular a nível local e da sua hostilidade em relação aos mendicantes, quer pela invasão do que consideravam ser as suas competências, quer pela perda de recursos económicos que acarretava<sup>45</sup>. Através da Bula *Super Cathedram*, Bonifácio VIII procuraria apaziguar o clero secular, determinando a obrigatoriedade de os conventos mendicantes entregarem às igrejas paroquiais em que residiam os defuntos que aí se faziam sepultar a chamada porção canónica, correspondente à quarta parte dos legados recebidos<sup>46</sup>. A condição social e o nível económico de quem optava por instituir sepultura em conventos mendicantes seria, por certo, justificação para a animosidade verificada em torno desta questão<sup>47</sup>, uma vez que significava uma

<sup>39</sup> MOREIRA, António Montes – Implantação e desenvolvimento da Ordem Franciscana..., *cit.*, p. 21.

<sup>40</sup> FRAGA SAMPEDRO, Maria Dolores – Los Franciscanos Conventuales en la construcción de templos y conventos (siglos XIII-XV). In, FERNÁNDEZ-GALLARDO JIMÉNEZ, Gonzalo, (ed.) – *Los Franciscanos Conventuales en España. Actas del II Congreso Internacional sobre el Franciscanismo en la Península Ibérica. Barcelona, 30 de marzo-1 de abril de 2005*, Madrid: Franciscanos Conventuales e Asociación Hispánica de Estudios Franciscanos, 2006, p. 39.

<sup>41</sup> Sobre as estratégias de implantação seguidas pelos Frades Menores, verificar: CUADRADO SÁNCHEZ, Marta – Un nuevo marco socioespacial: emplazamiento de los conventos mendicantes en el plano urbano. In, DE LA IGLESIA DUARTE, José Ignacio, (coord.) – *VI Semana de Estudios Medievales...*, *cit.*, 103-104.

<sup>42</sup> Esta era uma estratégia seguida por diversas instituições mendicantes um pouco por toda a Europa, conforme se pode verificar através dos exemplos apresentados por: BERTRAND, Paul, – *Commerce avec Dame Pauvreté...*, *cit.*, pp. 562-564, referindo-se precisamente a disponibilidade de terrenos em locais mais periféricos e o seu menor custo como factores importantes para a localização.

<sup>43</sup> BERTRAND, Paul, – *Commerce avec Dame Pauvreté...*, *cit.*, p. 448.

<sup>44</sup> A este respeito, conferir VILAR, Hermínia Vasconcelos – *As Dimensões de um Poder: a Diocese de Évora na Idade Média*. Lisboa: Editorial Estampa, p. 291.

<sup>45</sup> MARTÍNEZ DE AGUIRRE, Javier – Espiritualidad franciscana y arquitectura gótica: del recelo a la revitalización. In, DE LA IGLESIA DUARTE, José Ignacio, (coord.) – *VI Semana de Estudios Medievales...*, *cit.*, p. 122.

<sup>46</sup> VILAR, Hermínia Vasconcelos – *As Dimensões de um Poder...*, *cit.*, pp. 296-297.

<sup>47</sup> BERTRAND, Paul – *Commerce avec Dame Pauvreté...*, *cit.*, p. 449.

perda de legados por parte das igrejas paroquiais em favor das novas instituições monásticas, que incitavam à generosidade testamentária dos fiéis.

O acolhimento de sepulturas enquadrava-se, por outro lado, na espiritualidade dos mendicantes e no desenvolvimento, a partir do século XII, de uma mutação intelectual no âmbito da qual o indivíduo adquire um maior protagonismo passando a ser entendido como sujeito da sua própria salvação<sup>48</sup>, o que assenta na noção de responsabilidade individual dos homens relativamente à morte e na necessidade de promover uma preparação para esse momento, de forma a garantir a salvação da alma, favorecida pela generosidade dos fiéis em relação aos cenóbios<sup>49</sup>. De facto, além da assistência concedida pelos mendicantes antes da morte, a fundação de missas comemorativas, cuja celebração se prolongava muito para além desse momento e alimentava a esperança dos fiéis na redenção, contribuía para reforçar os laços entre os defuntos, a comunidade monástica e a comunidade dos vivos, o que justificaria a intercessão dos conventos mendicantes na morte e a sua eleição como lugar de sepultura<sup>50</sup>.

A excentricidade relativamente ao centro da vila poderia favorecer igualmente uma menor oposição do clero local, dado que até então apenas existiam em Setúbal duas paróquias, ambas no interior do recinto amuralhado, Santa Maria e S. Julião, pelo que o novo convento poderia contribuir para uma maior assistência espiritual aos habitantes do arrabalde de Troino, que lhe ficava próximo e cujo enquadramento religioso era até então assegurado pela igreja de Nossa Senhora da Anunciada, que só se viria a erigir em paróquia na segunda metade do século XVI<sup>51</sup>.

De igual forma, é preciso não esquecer a importância da rede viária como factor de localização, constatando-se que na proximidade da área de implantação do convento se situavam os caminhos que asseguravam a ligação de Setúbal a povoados envolventes como Alcube e Alferrara e, sobretudo, a Azeitão<sup>52</sup>. O fluxo de gentes era, pois, constante e, como sucedia noutras implantações mendicantes, os acessos constituíam um factor preponderante para a escolha do local, favorecendo quer a deslocação dos frades, quer o acolhimento de fiéis e consequentemente a actividade apostólica da comunidade<sup>53</sup>.

<sup>48</sup> RUCQUOI, Adeline – Los Franciscanos en el Reino de Castilla. In, DE LA IGLESIA DUARTE, José Ignacio, (coord.) – *VI Semana de Estudios Medievales...*, cit., p. 66.

<sup>49</sup> VOLTI, Panayota – *Les couvents des ordres mendiants et leur environnement à la fin du Moyen Age*. Paris: CNRS Editions, 2003, pp. 33-34.

<sup>50</sup> VOLTI, Panayota – *Les couvents des ordres mendiants...*, cit., pp. 230-232.

<sup>51</sup> ABREU, Laurinda – *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755: aspectos de sociabilidade e poder*. Setúbal: Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1990, p. 14.

<sup>52</sup> ANTT, *São Domingos de Lisboa*, Livro 50, fls. 34v-36.

<sup>53</sup> VOLTI, Panayota, – *Les couvents des ordres mendiants...*, cit., p. 101.

Ainda essencial à escolha do local de instalação era a disponibilidade de água e sabemos que nesse sítio este recurso não escasseava, pela referência a fontes e à proximidade de um ribeiro<sup>54</sup>.

Se numa fase inicial os franciscanos ocuparam casas doadas por particulares ou ermidas e hospitais inutilizados a partir dos quais exerciam o seu apostolado<sup>55</sup>, a partir de dada altura a construção de conventos próprios passou a ser aceite e até incentivada. Nesse sentido, a bula de Gregório IX, de Fevereiro de 1230, *Si Ordinis Fratrum Minorum*, concede não só a permissão para erigir conventos, mas ainda felicitava quem se empenhasse nesse empreendimento<sup>56</sup>. Posteriormente, o Capítulo Geral da Ordem de S. Francisco, que decorreu em 1260 em Narbona, aprovou um conjunto de normas referentes à arquitectura dos conventos da Ordem<sup>57</sup>, proibindo aos frades que contraíssem dívidas para a sua edificação, mas permitindo-lhes aceitar doações com esse objectivo<sup>58</sup>. De qualquer forma, a propriedade das construções, como aliás de todos os bens móveis e imóveis dos conventos franciscanos, pertencia à Santa Sé, de acordo com as disposições da bula *Ordinum vestrum* de Inocêncio III promulgada em 1245<sup>59</sup>.

A simplicidade das construções deveria prevalecer, sinal da humildade e da austeridade que caracterizava a espiritualidade franciscana<sup>60</sup>, determinando-se que os conventos fossem comedidos quer na sua dimensão, quer na decoração, evitando-se as pinturas, janelas trabalhadas, colunas, abóbadas ou a existência de campanários em forma de torre, disposições confirmadas nos capítulos gerais de Assis em 1279 e de Paris em 1292<sup>61</sup>.

É esse espírito de despojamento, de renúncia a materiais caros e a projectos complexos que encontramos nos testemunhos relativos à construção do convento de S. Francisco de Setúbal em 1410 e que decorreu, como vimos, sob orientação dos frades vindos de Alenquer, o que aliás se coaduna com o que se conhece da intervenção efectuada noutros espaços, em que a organização dos estaleiros de obra era supervisionada pelos próprios frades<sup>62</sup>. De facto, as características dos espaços conventuais

<sup>54</sup> BNP, *Reservados, Colecção em Organização*, Caixa, maço 3, doc. 16.

<sup>55</sup> FRAGA SAMPEDRO, Maria Dolores – *Los Franciscanos Conventuales...*, cit., p. 38.

<sup>56</sup> CUADRADO SÁNCHEZ, Marta – *Un nuevo marco socioespacial...*, cit., pp. 102-103; MARTÍNEZ DE AGUIRRE, Javier – *Espiritualidad franciscana y arquitectura...*, cit., p. 118.

<sup>57</sup> Cf. a este respeito VOLTI, Panayota – *Les couvents des ordres mendicants...*, cit., p. 17.

<sup>58</sup> MARTÍNEZ DE AGUIRRE, Javier, – *Espiritualidad franciscana y arquitectura...*, cit., p. 117.

<sup>59</sup> BERTRAND, Paul, – *Commerce avec Dame Pauvreté...*, cit., p. 118; MATTOSO, José – *O enquadramento social e económico...*, cit., p. 245.

<sup>60</sup> FRAGA SAMPEDRO, Maria Dolores – *Los Franciscanos Conventuales...*, cit., p. 48.

<sup>61</sup> MARTÍNEZ DE AGUIRRE, Javier, – *Espiritualidad franciscana y arquitectura...*, cit., p. 117.

<sup>62</sup> VOLTI, Panayota, – *Les couvents des ordres mendicants...*, cit., p. 57; CANNON, Joanna – *Sources for the Study of the Role of Art and Architecture within the Economy of the Mendicant Convents of Central Italy: a preliminary survey*. In *L'Economia dei Frati minori e predicatori fino alla metà del Trecento. Atti del XXXI Convegno internazionale. Assisi, 9-11 ottobre 2003*. Spoleto: Fondazione Centro Italiano di Studi sull'Alto Medioevo, 2004, pp. 233-234.

e a sua fidelidade aos princípios que norteavam a Ordem eram determinantes para a interacção que se pretendia estabelecer com o laicado<sup>63</sup>.

Assim, os depoimentos recolhidos na inquirição de 1473 relativos às obras realizadas em torno de 1410 referem a construção de uma cerca, de um claustro, da capela mor e do arco do cruzeiro e ainda de um refeitório, recorrendo a matéria-prima obtida nas proximidades para a sua edificação, referindo-se expressamente a cantaria retirada da mata dos Barris, termo de Palmela, na serra da Arrábida, sabendo-se como a pedra constituía um elemento valorizado nos conventos mendicantes<sup>64</sup>.

De igual forma, a mão-de-obra utilizada na construção foi recrutada localmente, como era apanágio dos empreendimentos mendicantes<sup>65</sup>, uma vez que a simplicidade do projecto não justificaria o recurso a artífices com elevados graus de especialização. Assim o testemunha João Afonso, carpinteiro, morador no arrabalde de Troino, que trabalhou na dita obra quando era moço e vivia com Vasco Eanes, carpinteiro, com quem aprendera o seu ofício, referindo recordar-se de ver o seu mestre tirar “a cantaria nos Barris” e trabalhar na obra do arco do cruzeiro<sup>66</sup>.

No estaleiro trabalharam igualmente os irmãos Estêvão Geraldês e Gonçalo Geraldês, ambos pedreiros e moradores em Setúbal, bem como o pedreiro João Rodrigues. A disponibilidade de mão-de-obra local pode indiciar, por outro lado, a importância do sector construtivo na urbe. Além dos oficiais já mencionados, colaboraram ainda na construção diversos mancebos e escravos ao serviço de Maria Eanes, referindo algumas das testemunhas que a promotora, enquanto o estaleiro se manteve activo, o visitava com frequência e se encarregava de aí fazer chegar muitos sacos de pão e odres de vinho para os que nele trabalhavam<sup>67</sup>.

Recém regressado a Setúbal após um longo período de permanência na Corte de Borgonha ao serviço da Infante Isabel de Portugal<sup>68</sup>, de seu marido Filipe o Bom e posteriormente do filho e herdeiro de ambos, Carlos o Temerário, percurso esse já pormenorizadamente retratado por Jacques Paviot<sup>69</sup>, Vasco Queimado de Vilalobos parece ter sentido a necessidade de relembrar publicamente o prestígio da sua família, bem como a importância da acção desenvolvida por membros da sua linhagem

<sup>63</sup> CANNON, Joanna – Sources for the Study..., p. 259.

<sup>64</sup> VOLTI, Panayota, – *Les couvents des ordres mendicants...*, cit., p. 68.

<sup>65</sup> VOLTI, Panayota, – *Les couvents des ordres mendicants...*, cit., pp. 62-63.

<sup>66</sup> *Arquivo da Família Gama Lobo Salema*, Caixa 17, doc. 701.

<sup>67</sup> *Arquivo da Família Gama Lobo Salema*, Caixa 17, doc. 701.

<sup>68</sup> Sobre a infanta Isabel de Portugal, cf. a obra de LACERDA, Daniel – *Isabelle de Portugal duchesse de Bourgogne (1397-1471). Une femme de pouvoir au coeur de l'Europe du Moyen age*. Paris: Éditions LANORE, 2008.

<sup>69</sup> Vasco Queimado de Vilalobos foi guarda-mor do Infante D. Pedro, duque de Coimbra, participando a seu lado na batalha de Alfarrobeira em 1449. Na sequência desse acontecimento, exilou-se nas terras do Ducado da Borgonha, onde chegou em 1450 integrando o séquito de D. Jaime de Portugal, filho do Infante D. Pedro, tendo sido posteriormente estribeiro, camareiro e conselheiro dos duques Filipe e Carlos da Borgonha. Sobre o seu percurso, consultar o seu testamento (*Arquivo da Família Gama Lobo Salema*, Caixa 12, doc. 430), bem como a obra: PAVIOT, Jacques, (ed.) – *Portugal et Bourgogne au XVe siècle*. Lisbonne-Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 1995.

no progresso local, o que justifica o seu empenho na elaboração da inquirição de testemunhas que acabámos de analisar. Esta, por sua vez, recordando o patrocínio da obra realizada cerca de 60 anos antes por iniciativa da sua avó e a estabelecendo a associação ao panteão familiar dos Queimado, serviria ainda para justificar e para legitimar a intervenção que Vasco Queimado de Vilalobos pretendia realizar no espaço conventual, reedificando em 1477 a capela mor, o que ficou registado em epitáfio colocado atrás do altar mor<sup>70</sup>, consolidando também por essa via a memória linhagística e garantindo um reconhecimento social relativo à sua família. De facto, a construção do cenóbio franciscano de Setúbal, promovida por uma família oriunda da elite urbana local para seu panteão, assumia, como aconteceu em tantos outros espaços, um carácter propagandístico, contribuindo para celebrar a memória pessoal e familiar através da recitação de missas e de ofícios litúrgicos<sup>71</sup>, consolidando assim o seu percurso de ascensão social<sup>72</sup> ao exaltar publicamente o poderio e a generosidade da linhagem, que beneficiava ainda do reconhecimento público relativamente aos laços existentes entre a família e a comunidade monástica<sup>73</sup>.

No mesmo sentido, ao doar, em 1476, metade da verba necessária à construção do tabuleiro do hospital e confraria de Nossa Senhora da Anunciada, instituição localizada no arrabalde de Troino, estabeleceu a condição, aceite pelos confrades, de que nesse local não se permitissem enterros, alegando que estes poderiam danificar o tabuleiro<sup>74</sup>. A verdade é que, não se realizando enterros no hospital da Anunciada, o convento de São Francisco que lhe ficava próximo poderia sair beneficiado enquanto local de sepultura eleito por parte da elite local, o que constituía um factor importante enquanto estratégia de atracção de sufrágios e donativos para o cenóbio mendicante. De facto, no plano pastoral, a principal actividade das comunidades franciscanas parece ter sido o acolhimento dos mortos, o que por sua vez assumia uma dimensão económica fundamental para a subsistência dos seus conventos<sup>75</sup>.

Paralelamente, a permanência de Vasco Queimado de Vilalobos na Corte de Borgonha pode ter contribuído também para reforçar a sua devoção em relação aos Franciscanos, uma vez que é conhecido o apoio da Infante Isabel de Portugal em relação aos Frades Menores, em particular aos Observantes, seguindo de resto uma tradição familiar já patente no reinado de seu pai, João I (1385-1433). De facto, sabemos que a Duquesa esteve na origem da fundação de diversas comunidades mo-

<sup>70</sup> ANTT, OFM, *Convento de S. Francisco de Setúbal*, Livro 1, fls. 14-14v.

<sup>71</sup> CANNON, Joanna, – Sources for the Study of the Role of Art..., *cit.*, p. 232.

<sup>72</sup> MARTÍNEZ DE AGUIRRE, Javier – Espiritualidad franciscana y arquitectura..., *cit.*, pp. 127-131.

<sup>73</sup> CHIFFOLEAU, Jacques, – «Usus pauper»..., *cit.*, p. 141.

<sup>74</sup> AVELLAR, Ana Filipa Sá e Serpa Gomes de – *Compromisso de Confraria de Setúbal (1330). Edição paleográfica*. Lisboa: Dissertação de Mestrado em Paleografia e Diplomática apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1996, pp. 93-94.

<sup>75</sup> CHIFFOLEAU, Jacques, – «Usus pauper»..., *cit.*, p. 144.

násticas no ducado de Borgonha, tendo ainda apoiado diversos mosteiros instituídos em época anterior<sup>76</sup>.

Após a morte de Vasco Queimado de Vilalobos e de seu filho, também Vasco Queimado, escudeiro da Casa do Duque D. Diogo<sup>77</sup> e falecido por sua vez em 1497<sup>78</sup>, o padroado do mosteiro de São Francisco de Setúbal viria a ser assumido por Simão de Miranda Henriques, que em 1498 casou com a filha deste último Vasco Queimado, de seu nome Maria Queimada<sup>79</sup>. A documentação conservada no Arquivo da Família Gama Lobo Salema permite-nos reconstituir quer a composição patrimonial, quer as estratégias de investimento seguidas pelos descendentes de Vasco Queimado de Vilalobos, quer ainda a evolução e o percurso da própria família, que irá manter sempre uma relação privilegiada com o mosteiro franciscano, o que justifica a sua reedificação por outro membro da linhagem, Simão de Miranda Henriques<sup>80</sup>, que foi governador da Praça de Setúbal em meados do século XVII, responsável pela aposição de letreiro junto à sepultura, símbolo de reconhecimento social.

Esses laços entre os herdeiros da instituidora e o convento mantinham-se vivos ainda em 1695, conforme se constata pelo facto de Fernão de Miranda Henriques Salema, filho e sucessor de Simão de Miranda Henriques no padroado do convento, embora residindo em Lisboa, ter determinado no seu testamento que quando morresse levassem o seu corpo a Setúbal e o sepultassem na capela mor junto de seus pais e avós. Embora mais tarde revogasse essa disposição, fazendo-se sepultar em S. Francisco de Lisboa, ainda assim determinou que posteriormente depositassem os seus ossos no cenóbio de Setúbal<sup>81</sup>.

A transmissão do padroado do Convento a um neto de Fernão de Miranda Henriques Salema, de seu nome Fernando Xavier de Miranda Henriques, e o facto deste último ter recebido quer a administração dos morgados dos Salemas<sup>82</sup>, de quem descendia por via materna, quer as heranças de D. Pedro de Mascarenhas, primeiro conde de Sandomil, sucedendo-lhe igualmente no título<sup>83</sup>, explicam a conservação da documentação agora analisada no Arquivo da Família Gama Lobo Salema. De facto, a extinção da linha varonil dos Miranda Henriques com a morte do 3º conde de Sandomil, Luís José Xavier de Miranda Henriques, provocou um conflito entre

<sup>76</sup> LACERDA, Daniel – *Isabelle de Portugal... cit.*, pp. 118-121; SCHERB, Bertrand – Les ducs de Bourgogne de la Maison de Valois et les frères mendiants: une approche documentaire. In, BÉRIOU, Nicole; CHIFFOLEAU, Jacques, (dir.) – *Économie et religion...*, cit., pp. 271-306.

<sup>77</sup> *Arquivo da Família Gama Lobo Salema*, Caixa 12, doc. 430; ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 33, fl. 97v; ANTT, *Chancelaria de D. João II*, Livro 8, fl. 216; ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, Livro 29, fl. 91v.

<sup>78</sup> ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, Livro 31, fl. 94.

<sup>79</sup> *Arquivo da Família Gama Lobo Salema*, Caixa 12, doc. 431.

<sup>80</sup> ANTT, *OFM, Convento de S. Francisco de Setúbal*, Livro 1, fls. 19-20.

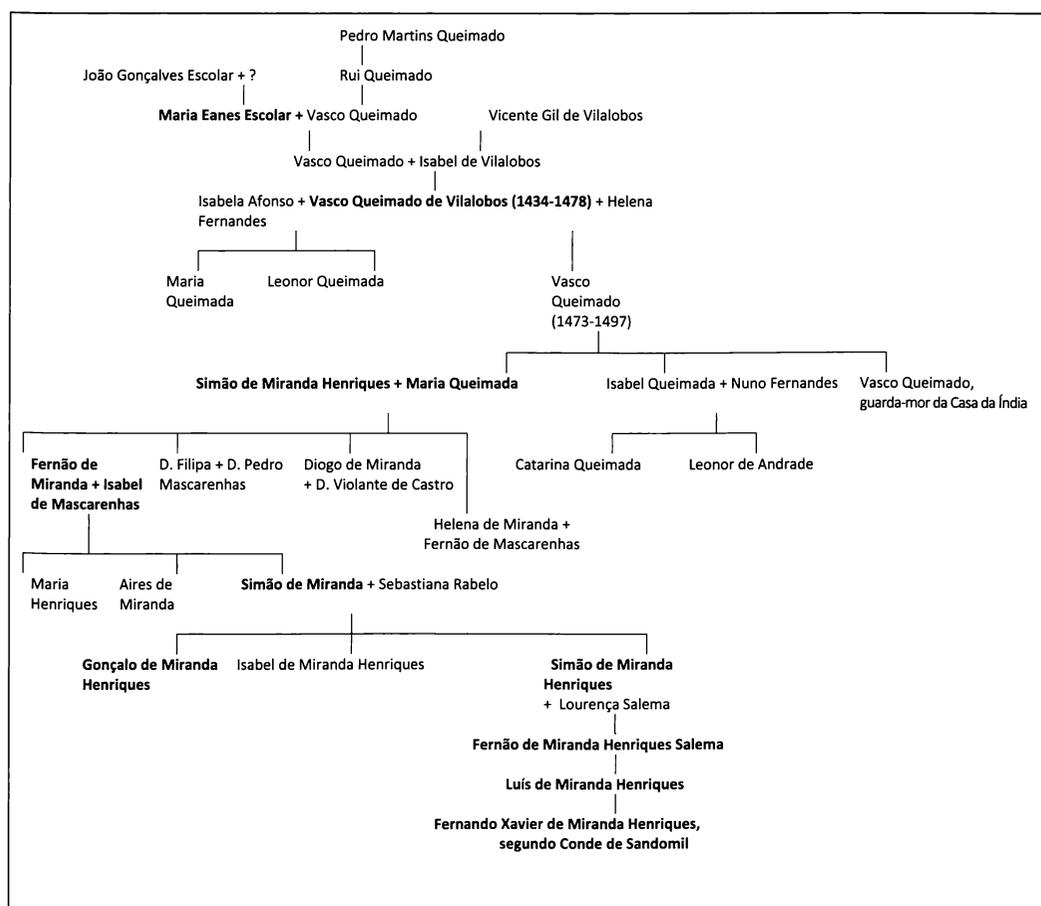
<sup>81</sup> *Arquivo da Casa de Palmela*, Caixa 11, fls. 413-460.

<sup>82</sup> *Arquivo da Casa de Palmela*, Caixa 11, fls. 581-583.

<sup>83</sup> *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 27. Lisboa e Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, pp. 51-52.

várias partes que foi decidido por um acórdão da Relação exarado a 23 de Julho de 1796, através do qual se atribuiu a sucessão aos representantes da linha feminina, ficando assim como administrador dos morgados dos Salemas e como padroeiro do convento de S. Francisco de Setúbal António Xavier da Gama Lobo Salema de Saldanha e Sousa Cabral, em detrimento de D. Alexandre de Sousa e Holstein, Duque de Palmela, que os reclamava invocando a sua ligação à família Mascarenhas<sup>84</sup>.

O Padroado do Convento de S. Francisco de Setúbal



<sup>84</sup> Arquivo da Casa de Palmela, Caixa 49, fl. 411.



# Os morgadios dos Nogueiras: entre a estratégia de poder e a lógica documental

*Mário Farelo*

O presente trabalho tem como objectivo principal a análise das lógicas de organização e de conservação dos documentos relativos aos morgadios estabelecidos pelo grupo familiar dos Nogueiras entre o final do século XIII e o final da centúria seguinte. Como prolegómenos à temática, tornou-se importante considerar o processo de constituição do grupo familiar em estudo, relacionando-o com a história da estratégia de concentração dos referidos morgadios que os chefes do respectivo grupo preconizaram nas centúrias de Trezentos e Quatrocentos. De facto, este processo revela-se como um importante elemento de afirmação de uma estratégia, tanto de natureza social e simbólica, quanto de carácter económico e cultural que importa considerar.

A importância dos morgadios para a afirmação de um determinado grupo social prendeu-se em grande medida com elementos de ordem económica e simbólica<sup>1</sup>. Em primeiro lugar, o morgadio pretendia combater a pulverização do património fundiário, permitindo que o mesmo se conservasse no seio da família. Sabendo que na altura a riqueza se consubstanciava, em grande medida, na posse de terras e de património edificado, o poder de gerir tais propriedades revelava-se um trunfo económico não-despiciente. Na verdade, esse património constituía-se como uma fonte de rendimentos pelo facto de os bens dos morgadios serem passíveis de constituírem objecto de contratos enfitêuticos ou, mesmo, pelo desvio de fundos que

---

<sup>1</sup> Sobre a instituição, resulta obrigatória a consulta do trabalho de ROSA, Maria de Lurdes – *O Morgadio em Portugal, séculos XIV-XV. Modelos e práticas de comportamento linhagístico*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

alguns administradores não se coibiram de efectuar e cujos ilícitos acabavam por reconhecer *a posteriori* no âmbito dos seus testamentos. Por outro lado, não convém esquecer que o morgadio adjuvava à manutenção económica das instituições vocacionadas para a perpetuação da memória funerária dos membros do grupo. Para o caso em apreço, todo este capital «simbólico» tornou-se ainda mais preponderante, a partir do momento em que o respectivo grupo familiar obteve do rei, em 1338, o padroado da igreja de S. Lourenço de Lisboa<sup>2</sup>.

É pois, no âmbito da gestão deste património documental, o qual é simultaneamente património físico e imaterial, que se situarão as nossas considerações. Em termos concretos, a nossa problemática de base será a seguinte: existirão diferenças de ordem tipológica entre a documentação conservada sobre os morgadios no fundo do arquivo linhagístico e aquela pertencente a outros fundos onde as acções da família puderam ser registadas?

### **A apresentação do grupo familiar dos Nogueiras e das etapas de criação dos seus morgadios**

Os primeiros dados documentais tangíveis sobre o conhecimento do grupo familiar, posteriormente conhecido como Nogueiras, remetem para os finais do século XIII, quando uma fratria formada por Mestre Pedro e Lourenço Peres *Senior/o Velho*, distingue-se no oficialato régio de D. Dinis e na governança da cidade de Lisboa<sup>3</sup>. O primeiro dos dois prosseguiu uma carreira eclesiástica enquanto cónego do Porto, da Guarda e reitor da colegiada de Santiago de Óbidos, provavelmente adjuvada pela sua condição de físico do rei D. Dinis<sup>4</sup>. Igualmente identificado com a cidade de Lisboa e a freguesia de S. Lourenço – justificando que este seja por vezes designado na documentação como Mestre Pedro de Lisboa ou de São Lourenço, nome da freguesia olisiponense de inserção<sup>5</sup> – interessa para o caso em apreço o facto de ele ter sido o

<sup>2</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo [doravante ANTT] – *Gaveta XIX*, maço 14, nº 5, fl. 26. Sobre o padroado das colegiadas de Lisboa no período medieval, veja-se FARELO, Mário – O direito de padroado na Lisboa medievá. *Promontoria*. Faro: Ano 4, 4 (2006) 267-289.

<sup>3</sup> A apresentação deste grupo foi um dos objectivos de um trabalho anterior, para o qual remetemos para maiores precisões. No entanto, não deixaremos de mencionar no presente trabalhos os dados inéditos recolhidos desde a sua publicação. FARELO, Mário – Ao serviço da Coroa no século XIV. O percurso de uma família de Lisboa, os “Nogueiras”. In, KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe e FONTES, João Luís – *Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007. pp. 145-168.

<sup>4</sup> ANTT – *Gaveta XIX*, maço 3, nº 47, fl. 3 e *Leitura Nova. Livro 2º dos Padroados*, fl. 5-5v. Um indicador desta realidade encontra-se no facto de a reitoria da colegiada obidense se encontrar *quasi* «reservada» em favor dos oficiais da confiança do monarca, como sublinhado em SILVA, Manuel Santos – Ensaio para uma monografia das colegiadas de Óbidos na Idade Média. *Clio – Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*. Nova Série. Lisboa, 3 (1998) 11.

<sup>5</sup> BRANDÃO, Fr. Francisco; – *Quinta Parte da Monarquia Lusitana*. 3ª edição. RÊGO, António da Silva (Introd.) Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1976, fl. 91v.

fundador do primeiro morgadio familiar. Este último, fundado em 1296 aquando da elaboração do seu testamento, é geralmente conhecido como o morgadio de Mestre Pedro ou de Santa Ana, lembrando o orago da capela que ele estabeleceu por essa mesma altura na colegiada de S. Lourenço de Lisboa<sup>6</sup>.

Relativamente a Lourenço Peres, designado com o epíteto de «o Velho, Sênior» ou «o Grande», para se destringir do seu filho homónimo, encontra-se aferido na documentação de finais de Duzentos na qualidade de oficial da Câmara de Lisboa, tendo ocupado por várias vezes o cargo de alvazil. No início do século seguinte, tornou-se num dos mais importantes oficiais régios de actuação local pelo desempenho do cargo de almoxarife em Lisboa durante quase uma década. Tendo optado pelo partido do infante D. Afonso aquando da guerra civil mantida com o rei, ele será uchão do referido infante aquando da sua morte, ocorrida por volta de 1323. Por essa altura, já teria passado a administração do morgadio de Mestre Pedro ao seu filho homónimo, uma vez que as regras de sucessão do morgadio só lhe permitiam manter a referida administração durante dezasseis anos<sup>7</sup>.

Caberá à sua descendência assegurar a futura projecção familiar. Esta última é composta pelos filhos legítimos, naturais e ilegítimos de Lourenço Peres Sênior. O seu filho homónimo, apodado de «Júnior» ou «o Novo», é o primogénito legítimo. Oficial do desembargo de D. Dinis, torna-se um importante privado de D. Afonso à semelhança do seu progenitor, tendo falecido como tesoureiro deste último por volta de 1325. Cabe no âmbito desta apresentação sublinhar que Lourenço Peres acabou por casar com Constança Eanes Palhavã, originária de uma família comprometida com o mundo da mercância de Lisboa<sup>8</sup>. Esta figura é importante, porquanto será ela a fundadora do segundo morgadio familiar, igualmente sediado na colegiada de S. Lourenço de Lisboa, mais precisamente na capela de Santa Catarina que ela manda ordenar pelo seu testamento, datado de 1327<sup>9</sup>. Nessa altura, já o seu marido tinha

<sup>6</sup> É importante referir para o enquadramento mental e legal dessa fundação, o facto de a sua cronologia ser praticamente coeva dos primeiros morgadios fundados por eminentes eclesiásticos e privados dionisinos como João Martins de Soalhães, Martinho Afonso de Oliveira ou mesmo Geraldo Domingues. Sobre a cronologia de instituição destes morgadios, veja-se ROSA – *O Morgadio...*, cit., p. 272.

<sup>7</sup> Os factos sobre o seu percurso funcional encontram-se em FARELO, Mário – *Ao serviço da Coroa...*, cit., pp. 146-147, aos quais se devem adicionar aqueles carreados em FARELO, Mário – *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*. Tese de Doutoramento em História Medieval. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008, p. 486. A menção dos dezasseis anos como tempo máximo para a administração do morgadio por Lourenço Peres consta textualmente no testamento de Mestre Pedro (FARELO, Mário – *La vocation scolaire de la chapelle de maître Pierre de Lisbonne au XIV<sup>e</sup> siècle*. *Medievalista* [Em linha], 7 (2009), pp. 27, 32 [Cons. 12 Set. 2011], Disponível em [www.<URL:http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA7/medievalista-farelo7.htm>](http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA7/medievalista-farelo7.htm).

<sup>8</sup> MARTINS, Miguel Gomes – *A família Palhavã (1253-1357)*. Elementos para o estudo das elites dirigentes da Lisboa medieval. *Revista Portuguesa de História*, t. XXXII (1997-1998) 35-93; SILVEIRA, Ana Cláudia – *Entre Lisboa e Setúbal: os Palhavã*. In, KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe e FONTES, João Luís – *Lisboa Medieval...*, cit., pp. 197-213; FARELO, Mário – *A oligarquia...*, cit., p. 486.

<sup>9</sup> Esta casou-se após a morte de Lourenço Peres com Álvaro Gonçalves de Moura, o qual fundou uma capela de S. Francisco de Lisboa e onde aparentemente a mesma encontrava-se sepultada em 1340. SARAIVA,

falecido, pelo que a administração do morgadio de Mestre Pedro tinha passado para outrém. Assim, como Lourenço Peres não dispunha de sucessão a quem transmitir o referido encargo, este último passa para o seu irmão Filipe Lourenço, igualmente filho *lídimo* de Lourenço Peres o Velho.

Detentor de uma carreira eclesiástica à semelhança do seu tio e de alguns dos seus meios-irmãos, Filipe Lourenço destaca-se pela sua presença nos cabidos de Lisboa e de Viseu, depois do seu primo Miguel Vivas ter sido provido na última destas cátedras em 1329. Chega igualmente ao arceidiagado viseense, benefício que ocupa até à sua morte, ocorrida certamente no decurso do segundo semestre de 1348, no momento em que ele é ainda o administrador da capela e morgadio de Mestre Pedro<sup>10</sup>.

Por outro lado, Lourenço Peres, o Velho, teve dois filhos naturais, frutos certamente de relações anteriores ao seu casamento, nas pessoas de Afonso Dinis e de Lourenço Dinis. Os seus nascimentos reportar-se-iam assim ao reinado dionisino, um facto que poderá ter levado à alteração dos seus patronímicos em função de uma eventual homenagem de Lourenço Peres ao seu rei de então. Como os percursos analisados anteriormente, esta nova fratria mantém a propensão da família em colocar os seus membros em percursos funcionais ligados aos meios eclesiásticos e leigos. Neste particular, destaca-se a carreira de Afonso Dinis. Clérigo com formação graduada em Artes, Medicina e Teologia na universidade de Paris, é um dos poucos Portugueses a atingir o episcopado luso durante o pontificado de Clemente VI, tornando-se sucessivamente bispo da Guarda e posteriormente de Évora. Pelo seu testamento de 1352, do qual não conhecemos o seu teor específico, estabelece um morgadio para o seu filho Afonso, o qual depois da morte deste foi transmitido aos Nogueiras<sup>11</sup>.

Sobre Lourenço Dinis, irmão do anterior, as informações são muito mais ténues. Membro da casa do seu primo Miguel Vivas, parece ter estado mais ligado ao

---

José Hermano – O Testamento de Álvaro Gonçalves de Moura. *Anais da Academia Portuguesa da História*, II Série, 35 (1995) 212-213.

<sup>10</sup> Sobre o percurso de Filipe Lourenço, veja-se FARELO, Mário – Ao serviço da Coroa..., *cit.*, pp. 150, 163, nota 84.

<sup>11</sup> O percurso intelectual e eclesiástico de Afonso Dinis é conhecido nos seus contornos gerais pelos importantes trabalhos de António Domingues de Sousa Costa e de José Francisco Meirinhos, sendo a partir dos documentos contidos no arquivo da Casa dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira que podemos afirmar a sua pertença ao grupo familiar dos Nogueiras e sobre a qual já nos debruçámos por diversas vezes. COSTA, António Domingues de Sousa – Mestre Afonso Dinis, médico e secretário de D. Afonso IV, Professor na Universidade de Paris. *Itinerarium*, ano 3, 15 (Maio-Junho 1957) 370-417 e 16-17 (Julho-Agosto 1957) 510-607; MEIRINHOS, José Francisco – O médico, teólogo e tradutor Afonso de Dinis de Lisboa († 1352). In, MEIRINHOS, José Francisco – *Estudos de filosofia medieval: autores e temas portugueses*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007, pp. 251-256; MEIRINHOS, José Francisco – Afonso de Dinis de Lisboa : percurso de um filósofo, médico, teólogo, tradutor e eclesiástico do século XIV. “Península. Revista de Estudos Ibéricos”, 4 (2007) 47-64; FARELO, Mário – Ao serviço da Coroa..., *cit.*, pp. 150-151; FARELO, Mário – La vocation..., *cit.*, pp. 13-14; FARELO, Mário – The Portuguese *peregrinatio medica* in Late Medieval Period. In GIOGLIONI, Guido – *Portuguese Physicians in the Early Modern Period: Geographical Expansion and Medical Prudence*, Londres: The Warburg Institute (no prelo).

infante D. Pedro do que ao próprio Afonso IV. Do seu testamento, o qual permanece por agora inacessível, salienta-se a sua ligação a Azeitão e à construção da igreja de S. Lourenço do referido logo<sup>12</sup>.

Entre os filhos ilegítimos de Lourenço Peres Sénior, o mais importante para a nossa história é seu dúbida João Peres, o benjamim da sua prole. Criado pelo seu irmão Lourenço Peres, adquire uma formação em Leis e torna-se um dos mais importantes privados d'O *Bravo*. Foi igualmente seu embaixador à cúria pontifícia em 1346. Após uma travessia do deserto com D. Pedro – que o levou à prisão<sup>13</sup> – ascende novamente à privança e ao conselho régio de D. Fernando, tendo falecido, certamente bastante idoso, em Março de 1383. Nessa altura estabelece com os bens da sua terça o morgadio apelidado de Mestre João das Leis<sup>14</sup>. Casado em primeiras núpcias com Maria Afonso Carregueira, a sua segunda mulher, Constança Afonso, nada tem a ver com os Azambuja, como pugna a historiografia. Ela é, sim, filha de Afonso Esteves, um importante desembargador afonsino e petrino<sup>15</sup>. Este casamento é importante, pois Mestre João das Leis acabará por gerir os morgadios criados por dois dos seus cunhados, irmãos de sua mulher. O primeiro destes chama-se João Afonso, clérigo do rei, prior de Guimarães, que irá suceder a Afonso Dinis no bispado de Évora. Será certamente para evitar a dispersão do seu património e assegurar a sobrevivência económica da sua descendência que ele funda em 1352 um morgadio em favor do seu filho Afonso, o qual transitará após a sua morte para a influência directa dos Nogueiras. Mais conhecida é a sua irmã Maria Afonso, casada com o desembargador régio Mestre Gonçalo das Leis. Esta estabelece pelo seu testamento dois morgadios, um pelos bens de Azeitão e outro na colegiada de Sta. Cruz do Castelo de Lisboa<sup>16</sup>, os quais serão administrados pelos filhos de Mestre João das Leis e da sua mulher Constança Afonso, irmã da fundadora<sup>17</sup>.

<sup>12</sup> FARELO, Mário – Ao serviço da Coroa..., *cit.*, pp. 150-151; FARELO, Mário – *A oligarquia...*, *cit.*, p. 341 e OLIVEIRA, José Augusto da Cunha Freitas de Oliveira – *Na Península de Setúbal, em finais da Idade Média: organização do espaço, aproveitamento dos recursos e exercício do poder*. Tese de Doutoramento em História Medieval. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2008, pp. 103-104, 403, 432 entre outras.

<sup>13</sup> Archivio Segreto Vaticano, *Collectoriae*, Livro 275, fl. 202.

<sup>14</sup> ANTT – *Arquivo do Hospital de S. José*, livro 62, fl. 52; FARELO, Mário – Ao serviço da Coroa..., *cit.*, pp. 151-152.

<sup>15</sup> FARELO, Mário – Ao serviço da Coroa..., *cit.*, p. 152. Sobre a carreira deste, veja-se: HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *O Desembargo Régio (1320-1433)*. Porto: INIC-Centro de História da Universidade do Porto, 1990, pp. 267-269.

<sup>16</sup> O testamento encontra-se em original do arquivo dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira e em traslado das cláusulas respeitantes à colegiada de Santa Cruz do Castelo de Lisboa, no fundo da referida instituição eclesial. ANTT – *Arquivos Particulares. Arquivo da Casa dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira*, [doravante ANTT - VNC] caixa 4, nº 7; *Colegiada Sta. Cruz do Castelo de Lisboa*, maço 8, nº 376 (em traslado de cláusulas de 1374 (E. 1412), Jan. 31, Lisboa em traslado de 1450, Dez. 12, Lisboa). O primeiro destes fundos conserva ainda um codicilo a este testamento datado de 1372, Abr. 4, Lisboa (ANTT - VNC – caixa 4, nº 5).

<sup>17</sup> ANTT - VNC – caixa 4, nº 7.

Estes exemplos levam-nos a considerar a problemática da concentração destes morgadios em torno dos Nogueiras [Quadro 1]. Parece claro que o processo em si mesmo inicia-se com Mestre João das Leis e com o sucesso da sua estratégia de reconhecimento junto dos poderes régios e pontifícios da sua habilitação para suceder ao seu meio-irmão na administração do morgadio de Mestre Pedro<sup>18</sup>. Sensivelmente pela mesma altura, o referido Mestre João acaba por conseguir a administração dos morgadios de Constança Eanes Palhavã e do bispo Afonso Dinis, ainda que por vias diferentes. Com efeito, o morgadio de Constança Eanes Palhavã foi após a sua morte administrado pelo seu segundo marido Álvaro Gonçalves de Moura. É este que determina, aquando do seu próprio testamento elaborado em Sevilha em 1340, que a respectiva administração passe para o seu primo Martinho Afonso de Brito ou para Afonso Dinis, ambos futuros bispos de Évora, dependendo daquele que mais tempo passasse no reino<sup>19</sup>. Sabemos que foi o segundo que acabou por se responsabilizar por este encargo, uma vez que é ele que o transmite a Mestre João das Leis. Pela mesma altura, o referido bispo deixa os filhos deste mesmo João das Leis como os administradores do seu próprio morgadio, após a morte do seu próprio filho<sup>20</sup>. Não obstante, não dispomos de evidência documental de que alguma vez Mestre João das Leis tivesse ocupado a administração deste último morgadio. Contudo, o facto de ele ordenar no seu testamento que o procurador dessa instituição fosse o procurador do morgadio de Mestre Pedro sugere um tal papel<sup>21</sup>. De igual modo, o mesmo acaba por controlar o morgadio fundado pelo seu cunhado João Afonso, senão *de iure* pelo menos de facto, a partir do momento em que ele age em nome do seu filho Afonso Esteves, o qual era o seu legítimo administrador<sup>22</sup>.

<sup>18</sup> Este processo iniciou-se com a autorização régia, após a inquirição e o *nihil obstat* dos descendentes directos de Mestre Pedro. Posteriormente, Mestre João das Leis conseguiu obter a autorização apostólica, aquando da sua visita a Avinhão em 1346 como embaixador do rei. Clemente VI nomeou o bispo de Coimbra como executor desse pedido, do qual subsiste no Arquivo familiar a respectiva carta de habilitação concedida pelo prelado conimbricense (ANTT - VNC - caixa 1, nº 15).

<sup>19</sup> SARAIVA, José Hermano - O Testamento de..., *cit.*, pp. 223-224.

<sup>20</sup> Esta forma de transmissão é referida no sumário do testamento do bispo D. Afonso Dinis que se encontra lançado no índice que temos vindo a seguir: «Testamento de D. Afonso, bispo de Évora, para que institui morgadio de bens que se comparem e deixa por administradores, depois de Afonso Peres, os filhos de Mestre João das Leis, ao qual mestre dá poder de nomear administrador no morgadio de Constança Eanes Palhavã e de Álvaro Gonçalves de Moura, seu marido e deixa por encargos em seu morgadio duas missas cada dia e 6 aniversários por ano». ANTT - VNC - caixa 7, nº 1. Estas disposições são lembradas no testamento de Mestre João das Leis quando este nomeia como sucessor do referido Afonso Peres no morgadio do bispo, o seu filho Gomes [Eanes] Nogueira. ANTT - *Arquivo do Hospital...*, *cit.*, - livro 62, fl. 55v.

<sup>21</sup> ANTT - *Arquivo do Hospital...*, *cit.*, - livro 62, fl. 60v.

<sup>22</sup> Provavelmente esta representação justificava-se pela tenra idade do referido administrador. Segundo o inventário que vimos seguindo, Afonso Esteves, «filho maior» de Mestre João das Leis aceitou a administração do morgadio do bispo de Évora D. João por morte do filho deste último por carta de 1362, Dez. 16. No ano seguinte, um aforamento de um casal pertencente a essa instituição foi dado por «Mestre João das Leis, como pai de Afonso, seu filho lídimo e administrador dos seus bens a que pertence o morgadio que o bispo D. João que Deus perdoe edificou em nome do dito seu filho e como seu administrador». ANTT - VNC - caixa 7, nº 1, fl. 23; cx. 9, nº 8b.

De termos gerais, o reconhecimento da mais-valia dessa concentração acabou por ser uma das pedras de toque da acção do filho mais velho do antigo privado afonsino, Afonso Eanes<sup>23</sup>, por sinal o primeiro a intitular-se na documentação como *das Leis* (lembrando o elemento distintivo da carreira de seu pai) ou como *Nogueira* (porventura consubstanciando uma ligação à descendência de Mestre Pedro)<sup>24</sup>. Este reconhecimento permitiu-lhe aceder à administração dos morgadios de Mestre Pedro e dos seus tios João Afonso e Maria Afonso, após a eventual «turbulência» criada pelo falecimento do chefe da linhagem<sup>25</sup>. Foi certamente a sua liderança da linhagem que viabilizou o seu acesso à direcção do próprio morgadio de Mestre João das Leis, quando este havia decidido que tal encargo iria para o seu filho segundogénito<sup>26</sup>. A geração subsequente veio consolidar este processo de concentração na pessoa do prelado Afonso [Afonso] Nogueira, futuro bispo de Coimbra e arcebispo de Lisboa<sup>27</sup>. É a partir da sua administração que os morgadios da família acabarão por se concentrar *de facto* nas mãos de uma só pessoa, o que pode justificar que o responsável seja muitas vezes designado como administrador dos morgadios de S. Lourenço<sup>28</sup>.

<sup>23</sup> Como vimos na nota precedente, o primogénito de Mestre João das Leis chamava-se Afonso Esteves em 1362-1363, uma personagem desconhecida da historiografia antes de termos sido acesso à documentação do arquivo familiar. Certamente pelo seu falecimento, as suas atribuições de primogénito teriam passado para Afonso Eanes. Torna-se assim difícil seguir Manuel Abranches de Soveral quando este afirma que Afonso Esteves e Afonso Eanes são uma só pessoa, tanto mais que Afonso Eanes nunca é designado com outro patronímico na documentação compulsada. SOVERAL, Manuel Abranches de – *Origem dos Avelar e dos Soveral* [http://www.soveral.info/mas/Soveral%20e%20Avelar.htm] (consultado a 12 Set. 2011) (sem indicação das referências documentais utilizadas).

<sup>24</sup> Não é certo que o nome *Nogueira* tenha a sua origem no topónimo existente em Azeitão onde o grupo familiar tem interesses patrimoniais por volta de 1348 (ANTT – *Convento de Santa Maria da Piedade de Azeitão*, Livro 18, fl. 8-9v e 12v-13v). Cremos ser importante referir que a origem do nome poderá estar ligada à designação de algum membro do grupo familiar. Com efeito, sabemos que um descendente de Mestre Pedro se intitulava Lourenço Nogueira, como se atesta do seu testamento datado de 1318 e conservado no arquivo familiar. ANTT - VNC – caixa 1, nº 30 (em traslado de 1333, Jun. 30, Lisboa).

<sup>25</sup> Essa eventual «turbulência» poderá ter justificado que os administradores de alguns dos morgadios entre 1383 e 1387 não fossem os descendentes directos de Mestre João das Leis. Assim, encontramos Fernão Gonçalves como administrador no morgadio de Mestre Pedro em 1383, enquanto que Estêvão Miguéis ocupa o mesmo cargo no de Afonso Dinis entre 1385 e 1385. Sobre estas duas figuras, veja-se respectivamente FARELO, Mário – *A oligarquia... cit.*, pp. 407-409 e 369.

<sup>26</sup> ANTT – *Arquivo do Hospital... cit.*, – livro 62, fl. 52v.

<sup>27</sup> GOMES, Rita Costa – *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média*. Lisboa: Difel, 1995, pp. 135-136; COSTA, António Domingues de Sousa – Bispos de Lamego e de Viseu no século XV (V). *Itinerarium*. Braga. Ano XXIX, 116 (Maio-Agosto 1983) 269-289; PINA, Isabel Castro – *Os Lóios em Portugal: origens e primórdios da Congregação dos Cônegos Seculares de S. João Evangelista*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011.

<sup>28</sup> Entretanto, a sua mulher Joana Vaz de Almada tinha fundado uma capela no convento do Salvador que era administrada pelo seu marido. ANTT – *Convento do Salvador de Lisboa*, maço 26, nº 521, 522. O cartório familiar dispunha do testamento de Joana Vasques de Almada, datado de 1427, Dez. 26, que refere o estabelecimento da sua capela no mosteiro do Salvador com a terça parte dos bens da sua terça e de uma outra capela com as mil coroas de rendimento do casal de Álvaro Nogueira a qual seria administrada por Afonso Nogueira. De igual modo, o mesmo continha o acto das partilhas por morte de Afonso Eanes Nogueira e da referida Joana Vasques de Almada, de 1435, Jan. 9. ANTT - VNC – caixa 7, nº 1, fl. 101v-102, 121v.

Ora, deve-se salientar que este domínio acabou por não se perenizar, na medida em que a capacidade do referido prelado a transmitir estes encargos à sua descendência acabou por inquinar o domínio dos Nogueiras sobre as referidas instituições. Da mesma forma que outrora Lourenço Peres Sénior e os seus acabaram por definir o futuro das mesmas até aos meados do século XV, coube a um sobrinho de Afonso Nogueira assegurar doravante as referidas administrações. Nessa perspectiva, Mem de Brito e os seus sucessores representam uma nova etapa nesta questão<sup>29</sup>. Ligados familiarmente aos Nogueiras, mantendo uma ocupação efectiva dos palcos tradicionais de actuação do referido grupo familiar, estes não se confundem no entanto com eles. A sua associação onomástica aos Britos e não os Nogueiras constituem a esse efeito um indício probante<sup>30</sup>.

### **A dispersão da documentação relativa aos morgadios dos Nogueiras**

O trabalho heurístico subjacente ao presente trabalho centrou-se primordialmente no levantamento documental de todos os documentos susceptíveis de pertencer aos referidos morgadios e datados até os meados do século XV. O resultado obtido permitiu evidenciar três núcleos documentais principais. O primeiro respeita o fundo do arquivo da família, hoje conservado no grande arquivo da Casa dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira (e Marqueses de Ponte de Lima). Propriedade da família Vasconcelos e Sousa, foi no decurso de um breve período de depósito na Torre do Tombo que tivemos o ensejo de o consultar<sup>31</sup>. Trata-se de um arquivo excepcional para o período medieval, uma vez que o número de documentos até ao reinado de D. João I é bastante significativo (sensivelmente cerca de cento e vinte documentos). Este facto é tanto mais surpreendente e contrastante, quanto sabemos que, de forma geral, a proporção de documentação emitida no decurso do período medieval e conservada na maior parte dos arquivos de família portugueses conhecidos é muito baixa. Com respeito à cronologia, esta segue a tendência geral ou seja, a da existência da pouca documentação ducentista e a «explosão documental» para os séculos XIV-XV. Neste caso concreto, é necessário ter em conta que esta última é concomitante da ascensão dos Nogueira, a qual tem lugar precisamente a partir de finais do século XIII, assim como do significativo aumento da visibilidade familiar em termos da

<sup>29</sup> MORENO, Humberto Baquero – *A Batalha da Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*. Lourenço Marques: Universidade de Lourenço Marques, 1973, pp. 746-747.

<sup>30</sup> Mem de Brito ligava-se aos Nogueiras por via materna, uma vez que a sua mãe Violante Nogueira, filha de Afonso Eanes Nogueira casou-se com João Afonso de Brito, administrador do morgadio de Santo Estêvão. O arquivo da Casa revelava essa dupla pertença, pois o inventário em estudo recenseava igualmente a documentação pertencente aos morgadios administrados pelo referido genro de Afonso Eanes Nogueira.

<sup>31</sup> Esta consulta só foi possível graças à autorização concedida pelo Eng. Luís Vasconcelos e Sousa a quem muito penhoradamente agradecemos.

privação dos monarcas portugueses a partir do reinado de D. Afonso IV. Esta cronologia corresponde assim ao período de intensa actividade patrimonial, acrescida da gestão do que vem de trás e da aquisição imobiliária que esta nova preeminência permite.

Em segundo lugar, recorreu-se aos fundos das instituições da cidade que nos legaram as suas memórias escritas. Pela sua pertinência, foram escolhidos para fazer parte desta análise os fundos das duas colegiadas de Lisboa onde os fundadores dos morgadios em estudo ostentaram interesses patrimoniais, a saber os fundos conservados na Torre do Tombo da colegiada de S. Lourenço e de Sta. Cruz do Castelo<sup>32</sup>.

Continuando a apresentação dos fundos compulsados, a nossa investigação incidiu de forma específica sobre vários fundos de arquivos «públicos» que, de uma forma ou de outra, acabaram por compilar dados sobre os trajectos multifuncionais de diversos membros da família. Neste ponto, cabe destacar o *Archivio Secreto Vaticano* no qual se conservam os elementos relacionados com os percursos benéficiais de alguns dos seus membros<sup>33</sup> e com o processo de habilitação de Mestre João das Leis à administração do morgadio de Mestre Pedro<sup>34</sup>. Um segundo arquivo digno de nota é o Arquivo das instituições reguladoras dos morgadios, corporizado no *Juízo das Capelas de Lisboa* que tinha por função dirimir as causas relacionadas com a administração dos hospitais, capelas e morgadios no espaço olisiponense. Fundado nos inícios do século XVI, uma grande parte do mesmo conserva-se hoje na Torre do Tombo no *Arquivo do Hospital de São José*. Para além dos tombos dos séculos XVI-XVIII que se encontram anexados aos vínculos aí recenseados, muitos dos respectivos processos transladam documentação medieval relativos aos mesmos,

<sup>32</sup> Não obstante, outros fundos documentais são importantes para a história do grupo familiar, como os pergaminhos conservados na Torre do Tombo no fundo do Mosteiro de Chelas e o cartório das Casas de Abrantes e dos Viscondes de Botelho (este último conservado na Biblioteca Nacional de Portugal), referentes a Martinho Afonso Valente, casado com uma filha de Mestre João das Leis. Sobre este último, veja-se FARELO, Mário – *A oligarquia...*, cit., pp. 348-349; SANTOS, Carlos Alfredo Rezende dos – Martim Afonso Valente, alcaide do castelo de Lisboa aquando da Revolução de 1383. In, *Congresso Luso-espanhol de Estudo Medievais: XI Centenário da Presúria de Portucale por Vimara Peres*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1968, pp. 128-129.

<sup>33</sup> Nomeadamente de Afonso Dinis, de Mestre João das Leis, e de João Afonso, entre outros. COSTA, António Domingues de Sousa – *Monumenta Portugaliae Vaticana*. Vol. I. Roma-Braga: Editorial Franciscana, 1968.

<sup>34</sup> Este facto depreende-se de um inventário da documentação conservada numa arca em Avinhão e realizado na década de 1340 (ASV, *Registra Avenionensia* 91, fl. 303-315). Trata-se, muito provavelmente, da arca da documentação que servia de apoio ao trabalho dos procuradores régios na Cúria apostólica. Este inventário é precioso para o caso em análise, pois refere a existência de cinco documentos ligados certamente com esta questão: a «ordenação que fez D. Miguel Vivas enleyto de Viseu nos bens que lhi ficaram de Lourenço Peres para a capela de Mestre Pedro seelado com três selos de chumbo do rei. Eu Fernão Martins/Item o traslado dessa mesma ordenação em latim escrita em róis de papel. Eu Fernão Martins/Item uma carta del rei de doação do padroado da Igreja de S. Lourenço de Lisboa feita a Miguel Vivas. Eu Fernão Martins/Item o traslado de uma carta do rei com um suplicatória para o papa João sobre a dita ordenação. Eu Fernão Martins/Item um instrumento feito por mão de Domingos Martins, tabelião de Lisboa em que se continha o traslado da dita ordenação. Eu Fernão Martins (ASV, *Registra Avenionensia* 91, fl. 312). Sobre este inventário, que se encontra em vias de publicação por Anísio Saraiva, veja-se FARELO, Mário – La représentation de la couronne portugaise à Avignon (1305-1377). *Anuario de Estudios Medievales*, 40/2 (julio-diciembre 2010), pp. 731-732.

nomeadamente os instrumentos de fundação<sup>35</sup>. Por último, regista-se a existência de cópias de testamentos de alguns membros da família no fundo da Torre do Tombo conhecido como *Arquivo do Arquivo. Registos da Torre do Tombo*, o qual funcionou como copiador da documentação pertencente a essa instituição<sup>36</sup>.

## A documentação recenseada

Deve-se sublinhar de entrada que o trabalho de análise tipológica da documentação e a avaliação do seu grau de perda limitou-se à documentação conservada no Arquivo da Casa dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira. Esta escolha metodológica deveu-se, não somente à sua representatividade demasiado limitada nos outros fundos, mas também à riqueza de inventários que o arquivo familiar contém<sup>37</sup>. Desta forma, foi possível aquilatar com precisão o grau de perda das espécies documentais, uma vez que viabilizou o cotejo da documentação actualmente existente com as espécies consignadas em um dos índices dos documentos da Casa, elabora no período moderno e intitulado *Tombo em que se contem todas as propriedades, rendas, foros, privilégios, bulas e alvarás dos morgados de Santa Ana e de São Lourenço de Lisboa, Gaião e Santo Estêvão de Beja*<sup>38</sup>. Os resultados obtidos, tanto sobre a tipologia documental como sobre os resultados das depredações sofridas pelo arquivo familiar, encontram-se consignados no Gráfico 1 (veja-se em anexo).

Em termos gerais, a documentação compulsada divide-se em dois grandes grupos, a saber a documentação «fundacional» que respeitam os documentos que fundam ou alteram o funcionamento dos referidos morgadios e a documentação «de gestão» que prova a administração corrente de tais vínculos.

A documentação «fundacional» declina-se, no caso vertente, em instrumentos de testamentos, de fundação de capelas e de concessão do direito de padroado sobre

<sup>35</sup> Sobre este fundo e as suas potencialidades documentais para o estudo das capelas, hospitais e morgadios olisiponenses, confronte-se ROSA, Maria de Lurdes – O Estado manuelino: a reforma de capelas, hospitais, albergarias e confrarias. In, CURTO, Diogo Ramada (Dir.) – *O tempo de Vasco da Gama*. Lisboa: Difel, 1998, pp. 205-210; ROSA, Maria de Lurdes – Contributos para o estudo da reforma dos «Corpos pios» no reinado de D. Manuel: a história institucional do *Juízo das Capelas de Lisboa*. In, *3º Congresso Histórico de Guimarães. Dom Manuel I e a sua época. Actas*, vol. 2: Igreja e Assistência, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2004, pp. 519-544.

<sup>36</sup> Caso do testamento de Constança Eanes Palhavá que se encontra nesse fundo em traslado de 1645, Mai. 31 (ANTT – *Registo do Arquivo. Arquivo do Arquivo*, Livro 7, fl. 95-96). O arquivo da família e a *Junta das Capelas* só o conservavam em traslados modernos (ANTT - VNC – caixa 7, nº 1, fl. 18, caixa 52, nº 40 e 41 (assentos de 1734-1735); *Arquivo do Hospital...*, cit., – liv. 62, fl. 96-97 (verbas).

<sup>37</sup> Veja-se *infra*. Este facto levou igualmente Maria de Lurdes Rosa a escolhê-lo como um dos arquivos em estudo para o seu projecto de pós-doutoramento intitulado *Em torno dos arquivos de família do Portugal Medieval e Moderno. Ciência arquivística*.

<sup>38</sup> ANTT - VNC – caixa 7, nº 1.

a colegiada de S. Lourenço de Lisboa. Sobre os dois primeiros, é surpreendente reconhecer que os instrumentos de testamento e de fundação que deram original aos vínculos e à fundação da capela, salvo raras exceções, só se conservam em traslado no arquivo familiar, após o desaparecimento dos originais. Desapareceram assim os originais dos documentos exprimindo as últimas vontades dos instituidores, a saber de Mestre Pedro, de Constança Eanes Palhavã, dos dois bispos Afonso Dinis e João Afonso, como do próprio Mestre João das Leis<sup>39</sup>. O carácter fundador destes documentos ditaria porventura o seu posterior desaparecimento do arquivo familiar, o qual acabaria por conservar em original e cópia outros testamentos dos membros da família, certamente menos «sensíveis» para a gestão patrimonial dos morgadios<sup>40</sup>. Neste particular, a comparação da existência desta tipologia documental no arquivo familiar e nos outros tipos de arquivos é igualmente significativo. Realiza-se assim que estes últimos conservam por vezes esse mesmo tipo de documento, seja por justificar os vínculos detidos (o que justifica os traslados dos testamentos de Mestre Pedro e de Mestre João das Leis no *Arquivo do Hospital de S. José*)<sup>41</sup>, as doações que lhe foram feitas pelos membros do grupo (como o testamento de Maria Afonso conservado em traslado parcial no fundo da colegiada de Santa Cruz do Castelo de

<sup>39</sup> Os testamentos de Mestre Pedro, dos bispos D. Afonso Dinis e de D. João Afonso, como de mestre João das Leis encontravam-se em original no arquivo familiar. ANTT - VNC - caixa 7, nº 1, pp. 175-176, 189 (sumário do testamento de Mestre Pedro); 23v (sumário do testamento do bispo D. Afonso Dinis); 6 (sumário do testamento do bispo D. João Afonso); 40v (sumários dos testamentos de Mestre João das Leis). A exceção é o testamento e codicilo de Maria Afonso que ainda aí se conservam em original. ANTT - VNC - caixa 4, nº 7 (1362, Out. 27, Lisboa (Dentro da Alcáçova no virgeu a par das casas da dita Maria Afonso) e nº 5 (1372, Abr. 4, Lisboa (Casas onde mora Maria Afonso)).

<sup>40</sup> Subsistem ainda no arquivo familiar os testamentos de: *Lourenço Peres Senior (primeira versão)* [1296]: ANTT - VNC - caixa 5, nº 30, fl. 1-4 (traslado autenticado em papel datado de 1711, Mai. 18, Lisboa) e nº 31 (traslado em cópia figurada de 1378[sic], Fev. 22); *Lourenço Nogueira* [1318]: ANTT - VNC - caixa 1, nº 30 (em traslado de 1333, Jun. 30, Lisboa); *Lourenço Peres Senior (segunda versão)* [1321]: ANTT - VNC - caixa 5, nº 30 (traslado de 1323, Jun. 24, Lisboa (Casas que foram de Lourenço Peres, uchão que foi do Infante D. Afonso) e caixa 1, nº 30 (cópia não-autenticada)); *Lourenço Peres Junior* [ant. 1325]: ANTT - VNC - caixa 1, nº 19 (traslado de 1335, Nov. 13, Lisboa); *Lourenço Peres Junior (codicilo ao testamento)* [1325]: ANTT - VNC - caixa 1, nº 19 (em traslado de 1335, Nov. 13, Lisboa); *Gonçalo Miguéis* [1391]: ANTT - VNC - caixa 4, nº 11 (1391, Abr. 10, Alhos Vedros (Casas do dito Gonçalo Miguéis) em traslado de 1426, Mar. 7, Lisboa (Paço do concelho); *Rui Nogueira* [ant. 1432]: ANTT - VNC - caixa 5, nº 37 (ant. 1432, Jun. 17, Lisboa (igreja de S. Lourenço) em traslado de 1432, Jun. 17, Lisboa (igreja de S. Lourenço) em traslado de 1432, Jul. 3, Lisboa (Dentro da câmara das casas de morada que foram de Rui Nogueira, já finado, e cuja alma Deus haja e de D. Aldonça, sua mulher). Desapareceram entretanto as mandas de Mestre João Coelho (ANTT - VNC - caixa 7, nº 1, fl. 97v, 128 - referência em inventário do arquivo); de Joana Vasques de Almada (IDEM - caixa 7, nº 1, fl. 101v-102 - referência em inventário do arquivo) e de Álvaro Gonçalves de Moura (ANTT - VNC - caixa 7, nº 1, fl. 18v). Este último acabou por ser comprado em leilão e doado pelo comprador à Academia Portuguesa da História. SARAIVA - O testamento..., cit., pp. 211-224.

<sup>41</sup> O testamento de Mestre Pedro encontra-se publicado em FARELO, Mário - *La vocation...*, cit., pp. 26-35, a partir de ANTT, *Arquivo do Hospital...*, cit., - livro 62, fl. 63v-67v (versão latina) e fl. 72-76v (versão portuguesa). Atente-se na existência de um outro exemplar do testamento de Mestre Pedro no Arquivo do Cabido da Sé de Lisboa (*Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apointamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos Reis e Rainhas. Documentos para a história da Cidade de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1954, p. 45). A cópia moderna do testamento de Mestre João das Leis encontra-se lançada em ANTT - *Arquivo do Hospital...*, cit., - livro 62, fl. 51-61v.

Lisboa)<sup>42</sup> ou os trâmites legais da sua administração, uma vez esta última passada para a Coroa, como aconteceu com o vínculo de Constança Eanes Palhavã<sup>43</sup>.

O caso específico da concessão à família do padroado da colegiada de São Lourenço ilustra igualmente as contingências associadas à não-conservação dos documentos «fundacionais». Assim, apesar de se conservarem vários documentos relativo à gestão do direito de padroado sobre a colegiada de São Lourenço, não restam traços no arquivo familiar da documentação constitutiva do domínio da família sobre a referida igreja, consubstanciada na concessão feita por D. Afonso IV a Miguel Vivas – ao que tudo indica em 1338<sup>44</sup>.

Assim sendo, a observação do referido gráfico mostra que, no essencial, a documentação conservada no arquivo familiar dos Nogueiras respeita a gestão do património dos morgadios. Nesta perspectiva, a mesma lógica encontra-se subjacente no arquivo da colegiada de Santa Cruz de Lisboa, visto que a documentação aí recenseada sobre Maria Afonso respeita efectivamente o seu legado à própria colegiada. Num caso como no outro, a documentação registada respeita na sua maioria cartas de transacções e contratos agrários (cartas de compra/venda, emprazamentos, entre outros).

Mais excepcional, por isso, são os documentos do arquivo familiar que consagram o exercício do direito de padroado sobre a colegiada de S. Lourenço. Estes documentos, muitos mais raros nos restantes arquivos medievais portugueses, respeitam a carta de postulação que o padroeiro endereçava ao Ordinário, com o propósito deste último confirmar a sua escolha do respectivo titular do benefício eclesiástico<sup>45</sup>. É possível perspectivar que a posse deste direito de padroado acabou por estar ligada à existência de cartas de préstamo no referido cartório. Na verdade, estas cartas constituíam uma originalidade, pois consubstanciavam o poder da família em nomear os detentores dos préstamos da colegiada de S. Lourenço, na sequência da divisão que

<sup>42</sup> ANTT – *Colegiada Sta. Cruz do Castelo de Lisboa*, maço 8, nº 376.

<sup>43</sup> A passagem desse morgadio para a Coroa consta de uma nota lançada em um documento conservado no arquivo familiar, apesar de o mesmo encontrar-se ainda sob administração do doutor André Pereira, morador na quinta de Telheira e de sua mulher D. Isabel Josefa de Oliveira em 1734-1735 e de Paulo José Cabral em 1761 (ANTT - VNC – caixa 52, nº 40, 41 e 60).

<sup>44</sup> Relativamente ao instrumento da concessão régia, é estranho que o arquivo familiar não tivesse qualquer registo do mesmo. Este encontrava-se na já referida arca de documentação inventariada em Avinhão, assim como na chancelaria régia afonsina (vejam-se as notas 3 e 35). Infelizmente, o referido documento não se encontra nos actuais livros de registo de D. Afonso IV *mis au net* elaborados no decurso da reforma de Zurara.

<sup>45</sup> A excepção respeita o próprio arquivo da Coroa, o qual contém, na gaveta XIX no fundo das *Gavetas da Torre do Tombo*, várias dezenas dessas cartas emitidas no início do século XIV pelo arcebispo de Braga e pelo bispo do Porto. Esta série «anómala» de documentação não foi ainda explicada nem contextualizada pela historiografia. No que respeita ao arquivo familiar dos Nogueiras que hoje permanece, nele existe uma destas cartas de nomeação, a qual foi aproveitada por D. Rodrigo da Cunha no seu catálogo dos prelados de Lisboa: ANTT - VNC – caixa 5, nº 29 (1349, Abr. 28, Lisboa (Casas de morada do dito Mestre João) em traslado de 1349, Abr. 29, Lisboa (Dentro da igreja catedral, no lugar onde os cônegos dessa igreja fazem de costume cabido); CUNHA, D. Rodrigo – *História Ecclesiastica da Igreja de Lisboa. Vida, e acçoens de sevs prelados e varões eminentes em santidade, que nella florecerão*. Lisboa: Manoel da Sylva, 1642, fl. 248v.

Miguel Vivas fez dos rendimentos desta última<sup>46</sup>. O facto destes documentos não se encontrarem no arquivo da colegial laurentina corrobora a ideia de que a gestão dos morgadios sediados em São Lourenço de Lisboa era independente da gestão do património da colegiada. E, de facto, quem verificar os nove maços com documentação medieval conservados do fundo dessa colegiada, só a muito custo encontrará referências a esses morgadios para o período aqui considerado<sup>47</sup>.

Uma das conclusões a retirar deste enquadramento documental prende-se com o facto de o morgadio funcionar como um elemento de organização arquivístico. Tal é o caso patente no remanescente do arquivo familiar hoje conservado na Casa Viscondes de Vila Nova de Cerveira. Neste caso em particular, a documentação conservada sobre os Nogueiras resulta, na sua maior parte, da referida família ter gerido vários morgadios, pelo que é relativamente «normal» que a documentação consagre a aquisição e a gestão do património familiar que se estruturava em grande medida em torno da formulação institucional do morgadio. Na verdade, esta evidência parece resultar de uma lógica de conservação utilitarista, no sentido de se guardar a documentação que pudesse fazer prova da titularidade dos respectivos bens, o que corresponde à prevalência detectada para os contratos agrários. Por outro lado, o arquivo familiar guardava tipologias inéditas ou bastante pouco frequentes, como as cartas de partilhas que sancionavam as divisões patrimoniais por morte de um membro do grupo. Das sete cartas desta índole que o cartório familiar dispunha no momento da elaboração do inventário que temos vindo a seguir, subsistem agora três. Este desaparecimento não é inócuo e deverá ser atribuído ao carácter «sensível» de tais documentos, o qual não deixaria de vir a tona em momentos de conflito durante os quais seria tentador dar o devido descaminho a uma prova que não fosse no

---

<sup>46</sup> Este dividiu os referidos rendimentos em quatro partes: uma para o pagamento das despesas da colegiada, uma outra em favor do prior da mesma, a terceira para os respectivos raçoeiros e a quarta e última para os referidos préstamos para auxiliar os estudantes universitários. Esta divisão é conhecida a partir da documentação pontifícia aquando da sua confirmação em 1346, sendo que a mesma encontrava-se no arquivo familiar com datação de 1332, Dez. 1. A referida divisão encontra-se publicada há várias décadas, a partir da versão contida no Arquivo do Vaticano, na *Revista Archeologica*. COSTA – *Monumenta Portugaliae Vaticana*. Vol. I. pp. 63-64, nº 105; s.a. – Fructos da egreja de S. Lourenço (Lisboa). *Revista Archeologica*. Lisboa. Vol. III (1889) 111-112; FARELO, Mário – La vocation..., *cit.*, pp. 18-19; ANTT - VNC – caixa 7, nº 1, fl. 180. Conhece-se pelo menos duas destas cartas de préstamos que os Nogueiras emitiram em favor dos membros do seu grupo familiar, as quais funcionaram como autênticas bolsas de estudo. ANTT - VNC – caixa 1, nº 21a (1342, Jun. 18, Lisboa (Dentro da Igreja catedral a par da capela de S. Gervásio); nº 24 (1356, Dez. 10, Lisboa (Casas em que morou João Fernandes o badino); nº 38 (1363, Nov. 5, Coimbra (Pousadas da morada de Mestre João Coelhoinho, leitor das Decretais no estudo da dita cidade).

<sup>47</sup> Após o levantamento documental que efectuámos do fundo dessa colegiada, pudemos confirmar os resultados obtidos com o levantamento muito mais exaustivo dessa mesma documentação levado a cabo por Gonçalo Silva. Agradecemos muito penhoradamente ao referido investigador a comunicação do referido levantamento, o qual foi executado no âmbito da preparação da sua dissertação de mestrado sobre a referida colegiada. Assim, somente um dos documentos para os séculos XIII e XIV respeitam directamente os Nogueiras, a saber a doação que Lourenço Peres Sénior, uchão do infante D. Afonso e a sua mulher Joana Filipe outorgam à igreja de S. Lourenço de Lisboa de todos os bens que tinham em Almada e seu termo e adquiridos a João Peres da Praça, carpinteiro. ANTT – *Colegiada de S. Lourenço de Lisboa*, m. 3, n. 41, m. 4, n. 67 (1318, Out. 5, Lisboa).

acordo com o pretendido por parte de quem se sentisse eventualmente prejudicado pela sua existência<sup>48</sup>.

Ainda que menos visível, a lógica da conservação dos títulos de propriedade e da sua gestão encontra-se igualmente presente nos pseudo-arquivos familiares formados nos arquivos das instituições eclesiásticas seculares e regulares medievais portuguesas. Não discutimos aqui da capacidade dessas instituições em funcionarem como arquivos auxiliares ou descentralizados de outras instituições, como se conhece nos casos da Coroa<sup>49</sup> e da Universidade<sup>50</sup> ou de servirem *de facto* de local de conservação de documentação pertencente a pessoas individuais ou a grupos familiares. Pensamos, aqui, sobretudo, no princípio da deslocação da documentação associada à propriedade. Seja a propriedade fundiária que entra numa instituição, seja os vínculos que são transmitidos entre casas senhoriais, todas estas movimentações dão lugar à circulação da documentação que lhe está associada. Particularmente evidentes no caso de transmissão patrimonial, estas transferências implicavam geralmente a entrada ou a saída de toda a documentação relativa ao bem transaccionado (título de compra ou doação/documentos de gestão, emprazamento, arrendamentos, pleitos). Assim se percebe que haja por vezes um número substancial de documentação pessoal conservada num determinado instituto eclesiástico, como bem se demonstra, por exemplo, no caso de um importante mercador escalabitano de Trezentos<sup>51</sup>.

## A importância da documentação medieval dos arquivos de família

Apesar de essencialmente constituídos por documentação medieval relacionada com a gestão patrimonial, arquivos como o da Casa dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira podem ser importantes para a história social, familiar e mesmo cultural, em virtude das espécies inéditas ou pouco frequentes que os mesmos podem conter. Um desses exemplos reporta-se aos recibos de empréstimos de livros contido no referido arquivo, dos quais se conserva um dos sete recenseados no inventário em

<sup>48</sup> Ao invés, conservam-se no arquivo familiar 16 procurações, das quais o inventário regista somente uma só. Esta desproporção deve-se, certamente, ao facto das mesmas se encontrarem na documentação em traslado, não suscitando por isso o interesse do amanuense na sua individualização no âmbito dos sumários dos documentos nos quais estas se encontram lançadas.

<sup>49</sup> GOMES, Saul António – O “Inventário das Escrituras” do Convento de S. Francisco de Santarém de [1411]. Observações breves acerca da *praxis* arquivística medieval portuguesa. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 3 (2003), p. 265 e ROLDÃO, Filipa – Para além da Chancelaria: registo e conservação de diplomas dionisinos na administração régia periférica. *Clio. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*. Lisboa, 16/17 (2008) 189-221.

<sup>50</sup> Parte do seu arquivo conservava-se no hospital de Sto Elói, na freguesia de São Bartolomeu de Lisboa (MADAHIL, António Gomes da Rocha – *Livro Verde da Universidade de Coimbra (Cartulário do século XV)*. Coimbra: Arquivo e Museu da Universidade de Coimbra, 1940, pp. XVI, XIX-XX).

<sup>51</sup> ANDRADE, Maria Filomena – João Viegas, cavaleiro de Santarém: um percurso patrimonial. In *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Porto: Faculdade de Letras, 2006, pp. 363-374.

estudo<sup>52</sup>. Estes documentos indicam simultaneamente a importância económica do livro, assim como testemunham a existência de um «mercado» de empréstimo associado à gestão dos bens dos morgadios, nos quais se compreendia justamente bens móveis como os livros<sup>53</sup>. O testamento de Mestre João das Leis é, desse ponto de vista, absolutamente paradigmático, pois revela como a circulação livresca faz parte dos processos de afirmação cultural de diversos membros da linhagem<sup>54</sup>.

Para além disso, os testamentos e as partilhas relativas a vários membros de uma família permitem estabelecer com maior detalhe a genealogia familiar e a respectiva circulação patrimonial. Pelo arrolamento do nome dos administradores dos morgadios – feito a partir das informações recolhidas nas cartas de emprazamento, arrendamento e aforamento desses morgadios e pela forma de sucessão consagrada nos instrumentos de fundação – pode chegar-se a perceber primogenituras e aprofundar o conhecimento da estrutura familiar. É importante assinalar, no entanto, que muitos destes e de outros documentos não respeitam o tronco principal da família. Assim, a possibilidade efectiva do investigador em recolher documentos sobre diversos ramos colaterais permite descobrir relações familiares que de outra forma passariam despercebidas ou comprovar a existência de relações que não se encontravam ainda plenamente documentadas. Muitas vezes, estas relações são avançadas no âmbito dos estudos genealógicos sobre a família elaborados pelos organizadores modernos do cartório. Devendo ser sempre submetidos à crítica, estes têm a virtude de elencar pistas de investigação que poderão ajudar o investigador a melhorar essa mesma genealogia, para além de ajuda a perceber a lógica de existência da documentação no fundo<sup>55</sup>.

Como exemplo, a existência de cartas no fundo familiar relativa a Miguel Vivas pode constituir um exemplo probante desta realidade. Com efeito, percebemos a partir do exame da mesma que Miguel Vivas era neto de um irmão do pai de Mestre Pedro

---

<sup>52</sup> ANTT - VNC – caixa 2, nº 2 (1368, Jan. 23, Coimbra (Casas de morada do dito Gonçalo Miguéis). Os outros assentos são os seguintes: fl. 5: «Obrigação que João de Guimarães fez a Aldonça Meneses, mulher de Rui Nogueira, por 4 livros que lhe emprestou scilicet tres do C Jnnos. ff velho ou lhe pagaria 100 coroas de bom ouro. Tab. Gomes Martins. 9 de Outubro 1429»; fl. 6v: «Conhecimento em público de Geraldo Martins onde confessa que recebeu de Mestre João das Leis umas *Decretais* emprestadas e se obriga a pagar por elas, não as dando, 300 libras. Tab. Simão Esteves. 20 de Outubro 1417»; fl. 7: «Conhecimento público de umas *Decretais* que Mestre João das Leis mandou emprestar a Domingos Rodrigues, escolar. Feito em Coimbra. 5 de Maio 1401»; fl. 7: «Conhecimento de muitos livros de Física que Constança Afonso, mulher de Mestre João, tinha emprestado e depois tornou a cobrar. 16 de Fevereiro 1433»; fl. 7: «Conhecimento de João Fernandes de uns livros de Lógica Velha que Mestre João das Leis lhe emprestou. 15 de Maio 1417»; fl. 16v: «Conhecimento publico de umas *Decretais* e de um *Sexto* que Mestre João das Leis emprestou a Afonso Eanes de Mafra. 23 de Outubro 1396»; fl. 26v: «Conhecimento de certos livros que Filipe Lourenço, administrador da capela Mestre Pedro, emprestou a Mestre João das Leis. 22 de Julho sem era».

<sup>53</sup> FARELO, Mário – *La vocation...*, cit., pp. 18-19.

<sup>54</sup> ANTT – *Arquivo do Hospital...*, cit., – livro 62, fl. 51-61v.

<sup>55</sup> Esta questão foi salientada, justamente para o acervo em questão, por ROSA, Maria de Lurdes – Problemáticas históricas e arquivísticas actuais para o estudo dos arquivos de família portugueses (Épocas Medieval e Moderna). *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 9 (2009), pp. 40-42.

e de Lourenço Peres<sup>56</sup>. Esta relação é basilar para explicar, por exemplo, a razão pela qual Lourenço Eanes, sepultado na Sé de Lisboa na capela de São Lourenço por volta de 1348, seja designado como sobrinho do eleito de Viseu e *homem do deão*<sup>57</sup>. De facto, um documento conservado nesse arquivo, anterior a 1342, atesta textualmente a qualidade de um João Vivas como irmão de D. Miguel Vivas, o qual por outros meios sabemos que foi um membro destacada da oligarquia camarária de Lisboa durante o primeiro terço do século XIV<sup>58</sup>. Face à relação familiar entre Lourenço Eanes e o Eleito, assim como o patronímico do primeiro, é difícil não ver neste João Vivas o pai de Lourenço Eanes. De igual modo, a colateralidade entre Miguel Vivas e os Nogueiras justifica que Lourenço Eanes acabe por ostentar na sua arca funerária a heráldica posteriormente associada aos Nogueiras<sup>59</sup>. Indubitavelmente, este caso prova que os colaterais de um mesmo grupo familiar podiam usar os mesmos símbolos heráldicos (neste caso a banda) e identificar-se com uma mesma simbologia (a onomástica e a figura do mártir S. Lourenço)<sup>60</sup>. Simultaneamente, esse mesmo documento permite identificar João Vivas com o progenitor de Maria Eanes, casada com Rui Fafes, vassalo do rei e seu alcaide em Lisboa<sup>61</sup>. Uma relação que acaba por consubstanciar a ligação familiar entre Miguel Vivas e Rui Fafes e justificar, porventura, que ambos tenham sido objecto das invectivas que Estêvão da Guarda lhes lançou em várias cantigas de escárnio e de mal-dizer<sup>62</sup>.

<sup>56</sup> ANTT - VNC – caixa 2, nº 4, fl. 12.

<sup>57</sup> A temática heráldica desta capela e do seu detentor foi objecto de estudo por diversas vezes, nomeadamente em LIMA, João Paulo de Abreu – Ensaio de um método para o estudo da heráldica medieval portuguesa. Dois túmulos armoriados da cidade de Beja e outro da Sé Patriarcal de Lisboa dos séculos XIII e XIV. s.l.: s.n., 2006 (*separata*), *Tabardo*, 3 (2006) 199-222; BARROCA, Mário – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. Vol. II/2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, pp. 1677-1682; BARROCA, Mário – A Peste Negra na Epigrafia Medieval Portuguesa. In, FONSECA, Luís Adão; AMARAL, Luís Carlos e SANTOS, Maria Fernanda Ferreira – *Os reinos ibéricos na Idade Média: livro de homenagem ao professor doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*. Vol. III. Porto: Editora Civilização, 2003, pp. 1162-116; FARELO, Mário – Ao serviço da Coroa..., *cit.*, p. 154, nota 72; FARELO, Mário – A oligarquia..., *cit.*, p. 533; FARELO, Mário – A heráldica das elites dirigentes de Lisboa, sécs. XIII-XV. In, SEIXAS, Miguel Metelo de. *Estudos de Heráldica Medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais (no prelo).

<sup>58</sup> FARELO, Mário – *A oligarquia...*, *cit.*, pp. 531-533.

<sup>59</sup> Cópia não-autenticada em papel dentro da capilha. ANTT - VNC – caixa 1, nº 42.

<sup>60</sup> Com efeito, a mesma heráldica era então utilizada pelos avós e pelo pai de Mestre João das Leis, como o próprio declara no seu testamento, ainda que este último salvaguarde a possibilidade do seu progenitor dispor de outros «sinais». ANTT, *Arquivo do Hospital...*, *cit.*, – livro 62, fl. 53v.

<sup>61</sup> Sobre este último, veja-se HOMEM, Armando Luís de Carvalho – O Desembargo..., *cit.*, p. 380; MARTINS, Miguel Gomes – *Alcaldaria e os alcaides de Lisboa durante a Idade Média (1147-1433)*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa – Divisão de Gestão de Arquivos, 2007, p. 27 e, sobretudo, OLIVEIRA, Luís Filipe – *A Coroa, os Mestres e os Comendadores: As Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*. Faro, Universidade do Algarve, 2009, pp. 495-500.

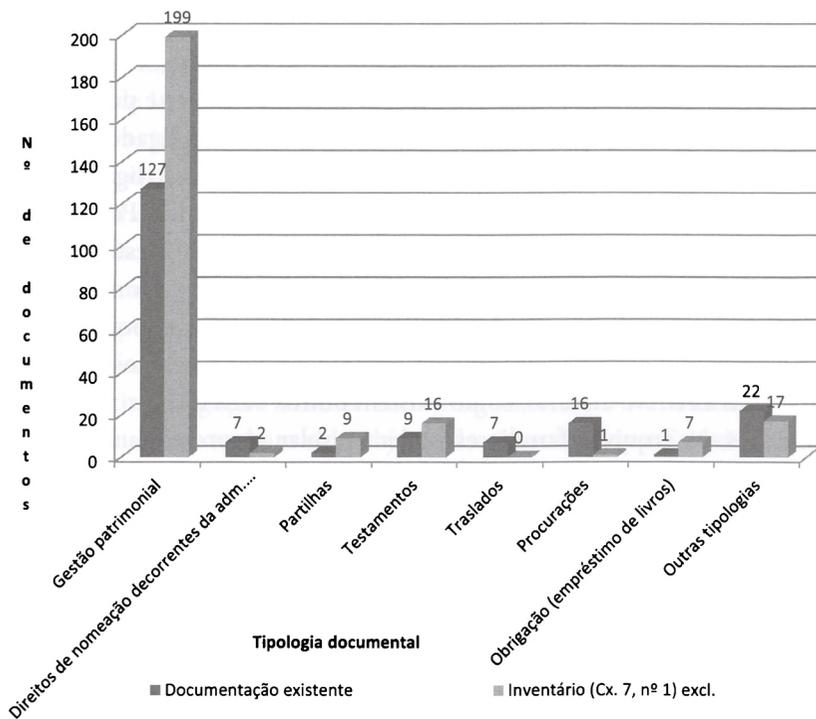
<sup>62</sup> LAPA, Manuel Rodrigues – *Cantigas de escárnio e de mal-dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses*. 4ª edição. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1988, pp. 86-87, 92-93; OLIVEIRA, António Resende de – *Depois do espectáculo trovadoresco. A estrutura dos cancioneiros peninsulares e as recolhas dos séculos XIII e XIV*. Lisboa: Edições Colibri, 1994, p. 274; MARTINS, Miguel Gomes – Da Esperança a S. Vicente de Fora: Um percurso em torno de Estêvão da Guarda. *Cadernos do Arquivo Municipal*, Lisboa: 3 (1999) 26.

Em resumo, a localização actual desta documentação permite evidenciar algumas lógicas da sua conservação. Por um lado, a documentação permanece sob a tutela de quem tem ou teve a responsabilidade pela gestão e administração do património (deste caso organizado sob a forma de morgadio, mas não exclusivamente): o arquivo dos Nogueiras para os morgadios administrados pela família, o arquivo da colegiada de Santa Cruz do Castelo de Lisboa para os vínculos estabelecidos por Maria Afonso. De uma forma geral, assiste-se nestes arquivos à primazia de documentos ligados à vocação patrimonial da linhagem ou das linhagens, o que poderá secundarizar o calibre das informações de natureza sociológica que se possam retirar. Assim, este determinismo para a conservação de documentos ligados à gestão patrimonial e à titulação de bens, inviabiliza o acesso à documentação ligada ao que poderíamos chamar «a actividade funcional» dos membros da família. Por exemplo a documentação diplomática produzida no âmbito da embaixada de Mestre João das Leis à Cúria avinhonense; a documentação produzida pelos bispos Afonso Dinis e João Afonso no seio da administração dos bispados que tutelavam; a documentação da actividade de privados e conselheiros régios assumidos pelos membros da família a partir de João das Leis. No entanto, como existem outros bens que são associados a estas instituições, os arquivos familiares podem revelar surpresas, uma vez que a gestão dos morgadios surge assim como uma actividade específica e autónoma das restantes actividades familiares. Os cartorários da época moderna acabaram por adjuvar o processo, tendo em conta que muitos deles preconizaram uma forma de arrumação da documentação de base toponímica. Privilegiando assim a facilidade do acesso à informação sobre a organização tipológica, permitiram que diversos tipos de documentos fossem perpetuados.

Na verdade, sejam estes arquivos constituídos por documentação já conhecida ou em grande parte inédita; exclusivamente de pendor patrimonial ou com tipologias documentais menos frequentes, é certo que a unicidade do acervo propiciado pela pertença a uma família ou a mais famílias relacionadas entre si, tornam esta documentação essencial para um estudo de natureza social. De facto, além de todas as virtudes já enunciadas, estes arquivos permitem uma visão dos indivíduos em estudo muito mais «familiar» do que aquela proporcionada pela documentação régia e eclesiástica utilizada geralmente pela medievalística. Nestas últimas impera, praticamente de forma omnipresente, uma mediação que refracta e subordina muitas das vezes o conhecimento das acções destes homens à dimensão do relacionamento com as demais instituições. A diferença é que a utilização de uma documentação proveniente de arquivos de família permite, não raras vezes, ir mais além desta mera mediação e atingir o âmago do funcionamento da estrutura familiar, patrimonial e mesmo simbólica de alguns grupos de poder nas sociedades políticas locais, regionais e mesmo centrais do nosso país em tempos idos.

## Anexos

Gráfico 1. A tipologia documental do fundo VNC referentes aos Nogueiras (até 1450)



Quadro 1. Os administradores dos morgadios geridos pelo grupo familiar dos Nogueiras

	Morgadio de Mestre Pedro (1296)	Morgadio de Constança Eanes Palhavã (1327)	Morgadio do bispo D. Afonso Dinis (1352)	Morgadio do bispo D. João Afonso (1356)	Morgadio de Maria Afonso (1362)	Morgadio de Mestre João das Leis (1383)
Lourenço Peres II	...1311-1317...					
Filipe Lourenço	...1326-1348...					
Bispo Afonso Dinis		1340-1352				
Mestre João das Leis	...1349-1382/3				...1373...	
Afonso Peres <i>Filho do bispo D. João</i>				1352-1362		
Afonso Esteves <i>Primogénito de Mestre João das Leis</i>				1362-1369...		
Afonso Peres <i>Filho do bispo D. Afonso Dinis</i>		...1383, Março				
Constança Afonso <i>Mulher de Mestre João das Leis</i>					...1386-1399...	
Fernão Gonçalves	...1383, Out...					
Estêvão Miguéis			...1385-1387...			
Afonso Eanes Nogueira <i>Filho de Mestre João das Leis</i>	...1383, Março; ...1386-1419... ...[1426]			...1425... [1426]	...1425	...1397...[1426]
Rui Nogueira <i>Filho de Afonso Eanes Nogueira</i>	[1426]... 1427-1432			[1426]... 1428-1432	1426-1431 ...[1432]	
Gomes Nogueira <i>Filho de Afonso Eanes Nogueira</i>						...1437...
Afonso Nogueira <i>Filho de Afonso Eanes Nogueira</i>	1432-1455	...1430-1432...	...1433-1453...	[1432]... 1433-1444 ...[1464]	[1432]... 1434-1440...	...1443-1464
Mem de Brito <i>Sobrinho de Afonso Nogueira</i>	1455-1474...		...1470...	...1467-1487...		1464...
Luis de Brito <i>Filho de Mem de Brito</i>				...1493-1498...		

NB: as reticências antes ou depois da data indicam a primeira data ou última data conhecidas da administração.



# The archive of the Lion's family of Padua (from XIII to XIX century): an archive of a noble family in the North East of Italy

*Ornella Tommasi*

## **The Lion's: a family in the history of Padua. (from XIII to XIX century)**

The Lion's family was one of the richest and powerful families in Padua. They were merchants in wool, bankers, treasurers of State, and officials in the Council of Padua. They had many estates especially in the surroundings of the city of Padua, with many houses, mills and other buildings. For six hundred years, from XIII to XIX century, the Lion's were able to maintain their upper class condition. Indeed, in their archive and in the public registers they are always called noble-men.

During this long period of time, the city of Padua had many political changes, as it passed, after the Communal period, from the government of the Da Carrara (about one century, from 1318 to 1405) to the government of the Republic of Venice (about 3 centuries, from 1405 to 1797) and then to the French and Austrian ones (about half of a century). Afterwards, the city of Padua entered in the Italian State.<sup>1</sup> The Lion's, being officials in the Council of Padua, had always important roles in the governmental affairs of Padua.

The constant presence of Lion's members in the Council of the city is to be seen as one of the most important proofs testing the high social status got and maintained by this family, along the centuries.<sup>2</sup>

In addition, the presence of the Lion's archive is itself a clear signal of the richness of this family. The documents readable in the Lion's archive are in a large part legal writings dealing with many properties of the Lion's. With them the

---

<sup>1</sup> For the political history of Padua: VENTURA, Angelo - *Padova*. Roma-Bari: Laterza, 1989.

<sup>2</sup> VENTURA, Angelo - *Nobiltà e Popolo nella società veneta del Quattrocento e Cinquecento*. Milano: Unicopli, 1993.

family could maintain alive, along the centuries, the written memory of the main important facts of the family.

The Lion's, right from the middle of XIV century onwards, lived in the centre of the city of Padua, in a very big house (i.e. *domus magna*), that was very next to the palace of the "Signore" of Padua<sup>3</sup> (the Reggia), but also it was very next to the buildings of the local government (Palazzo della Ragione). The Lion's palace is still present and it is an important building that reveals the high social position of the family in the city of Padua.

Owing to their political and economic activity, the Lion's family became one of the most powerful families in Padua.<sup>4</sup>

Officially, the history of the family starts in 1217. The 1217 chronology is readable in the back of the L 190 (1217-1408) volume, one of the eleven volumes collecting the private writings of the family, and ends in 1881, the year in which is signed up the legal annotation of the notary Antonio Lion's. His legal writing can be read in the Lb 189 volume of the Lion's archive.

Antonio Lion's was one of the members of the Lion's family and he was the notary of his family, too. With his legal annotation there was the passage of the Lion's archive in the ancient municipal Archive of Padua (now it is in the Archive of State of Padua) and was fixed the subdivision of his family.<sup>5</sup>

In brief, while the chronology of the 1217 year comes out directly from one volume of the archives of the Lion's family, being a codicological indication; at the same time it is the first signal dealing with the life of the Lion's family.

However, right the parchment dated 1217 does not exist anylonger,<sup>6</sup> having been cut, and for that it is not readable nowadays. Nonetheless the page numeration of the L 190 volume, in which the 1217 parchment was collected, can confirm the

<sup>3</sup> For the history of Padua in the Middle Ages and in Early Modern age: KOHL, Benjamin G. – *Padua under the Carrara, 1318-1405*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1998; KOHL, Benjamin G. – *Culture and politics in Early Renaissance Padua*, Aldershot: Ashgate variorum, 2001.

<sup>4</sup> You can read on the Lion's family: TOMMASI, Ornella – *I Lion. Ricerche prosopografiche su un gruppo familiare nel basso medioevo padovano (1296-1405)*. Padova: 2000-2001. Tesi di laurea, Università degli Studi di Padova, Facoltà di Lettere e Filosofia, relatore A. RIGON; TOMMASI, Ornella – *I Lion: tra moneta e credito a Padova dal 1405 al 1509*. Firenze: 2009. Tesi di Dottorato di ricerca in storia medievale, Università degli studi di Firenze, 2009, relatori prof. R. FUBINI-F. SZNURA.

BRESCIANI, Bruno – I conti Lion e la quadreria di famiglia nel castello di Sanguinetto, *Atti accademia agricoltura, Scienze e Lettere di Verona*, Verona. Vol. IX, serie VI, anno 1958-1959, pp. 1-13.

<sup>5</sup> It is possible to read a brief history of the Archive of State in Padua in: BONFIGLIO DOSIO, Giorgetta – *La politica archivistica del Comune di Padova dal XIII al XIX secolo*. Roma: Viella, 2002.

<sup>6</sup> On the other hand, the proof of the existence of the 1217 parchment comes out from the reading of another private archive of one of the most powerful family of Padua, who was linked to the Lion's family through family ties. It can be read in: BONFIGLIO DOSIO, Giorgetta – *Anticipazioni sull'archivio della famiglia Papafava Antonini Carraresi, Atti e Memorie dell'Accademia Galileana di Scienze, Lettere ed Arti*, Padova CXX (2007-2008), III: memorie della Classe di Scienze Morali, Lettere ed Arti, La Garangola 2008, pp. 209-246, especially p. 214; BONFIGLIO DOSIO, Giorgetta – *Il fondo miscellanea vecchia dell'archivio Papafava dei Carraresi, Atti e Memorie dell'Accademia Galileana di Scienze, Lettere ed Arti*, Padova CXXI (2008-2009), III: memorie della Classe di Scienze Morali, Lettere ed Arti, 2009, pp. 161-397, especially pp. 314-315.

ancient cataloguing action carried on it, pointing clearly the existence and the right place of this initial but disappeared 1217 parchment.

On the other hand, the year 1881 is the time of the end of the Lion's archive, and it is fixed with the Antonio Lion's legal annotation, in which was tested a subdivision of the Lion's family. An action that, as a consequence, carried out the deposit of the Archive of the family in the ancient municipal archive.

With no doubts, it is from these two chronologies: the 1217 and the 1881, that can be fixed the initial and the final chronologies of the Lion's archive, from XIII to XIX century.

After having fixed the chronology of the Lion's archive, from XIII to XIX century, it is possible to describe the packing and the contents of its writings.

### **The volumes of the Lion's archive: the packing and the contents of the family archive**

As far as the up-to-date location of the Lion's archive, it is in the Archive of State of Padua, put in the fund of the *Archivi privati diversi*.<sup>7</sup>

The Lion's archive is nowadays the collection of many writings, mostly in parchments (about 900), with maps picturing some land properties, from XIII to XIX century, gathered up in eleven volumes.

The eleven volumes are labelled: L 190 (1217-1408) with 92 items; L 191 (1407-1423), with 90 items; L 192(1423-1439), with 90 items; L 193 (1439-1459), with 87 items; L194 (1459-1474) with 96 items; L195 (1492-1521) with 70 items; L 196 (1378-1641) with 79 items; L197 (XV-XVII century) with 99 items; L 198 (XIV-XVIII century), with 72 items; L 199 (XV century), with 75 items.

The first volume is signed Lb189 (1333-1389) and it is well known as the "catastico" or the land property book of the Lion's family.<sup>8</sup> It gives a good image of the richness of the family in the XIV century.

By the way, the large part of the Lion's archive is composed with the parchments of the XV century. Indeed, it was in this century that the Lion's family got its apex.

<sup>7</sup> ASPd, (= Archivio di Stato di Padova), *Archivi privati diversi. Famiglia Lion*. On the family archives in Veneto: VARANINI, Gian Maria – Archivi di famiglie aristocratiche nel Veneto del Trecento e Quattrocento. Appunti. In, MARCADELLA Giovanni – *Un archivio per la città. Atti del Convegno della giornata di studio sugli archivi di famiglia*, (Vicenza, 4 Aprile 1998), Vicenza: Archivio di Stato di Vicenza, 1999, pp. 24-38.

<sup>8</sup> The importance of studying the "cartulary books" – as the catastico is a form of cartulary book- to be considered not only as a part of a private archive but rather as a source itself, which is interlinked with the large mass of cartularies written by many other families is underlined by: GAMBERINI, Andrea – *La memoria dei gentiluomini. I cartulari di lignaggio alla fine del medioevo. Reti Medievali Rivista*, Firenze, IX-2008/1, <http://www.retimedievali.it>, Firenze: Firenze University Press, pp. 1-15.

### *The packing of the Lion's archive.*

As far as the materials and the way of packing of the Lion's archive, it can be noticed that the cover of the eleven volumes gathering up the original unbounded parchment writings (about 900) is made up of the same hand-made white-grey rough paper, with leather belts in the back of the cover.

As a consequence, the packing chronology of the gathering up collection is to be fixed at the same period, from the end of the XVII century, being the last parchment written in 1658<sup>9</sup> and the first half of the XIX century, by the limit year 1881, owing to the legal annotation written by Antonio Lion's, the notary of his family, as it has been explained above.

It is a chronology that is in accordance with the chronology and the packing of many other parchments of the Lion's family, that nowadays, however, are not readable in the Lion's archive of Padua, but in the Archive of Leningrad (today it is the town of Saint Peterborough). These parchments are in large part original copies of the parchments readable in the Lion's archive of Padua. In other words, with no doubts the Lion's parchments readable in Russia are a part of the Lion's archive: they were a selection of it before the passage of the whole of the Lion's archive, in 1881, in the municipal archive of Padua. Nonetheless, it is possible to read this part of the Lion's archive, now in Russia, as it has been transcribed in the volume: SKRŽINSKAJA, Elena.Ā.- KONONENKO, A.M.- MAŽUGA, V.I.- *Atti di Padova della fine del XII e del XIV secolo*, Leningrad: Nauka, 1987.<sup>10</sup>

After having known the chronologies of the Lion's archive, it is the time to discover its contents.

### *The Lb 189 volume: the catastico or the land property book of the Lion's family*

Among the eleven volumes gathering up the parchments of the Lion's family there is the Lb 189 volume. It is the first volume (1333-1389) of the Lion's archive and it is well known as the "catastico" of the Lion's family. In other words, it is the official land property book of the Lion's family. For the particular features of the L b 189 volume, being very different from the other volumes of the Lion's archive, it is useful to give more information on it.

The Lb189 volume is a book, or better it is a register, with a coloured wood and leather cover: a very precious format. It can be considered as the register of the most

<sup>9</sup> ASPd, *Archivi Privati diversi*, Lion, L 198: 1658 giugno 2.

<sup>10</sup> For a brief analyses of the contents of the volume you can read: COLLODO, Silvana – recensione, SKRŽINSKAJA, E.Ā.- KONONENKO, A.M.-.MAŽUGA, V.I. – *Atti di Padova della fine del XII e del XIV secolo*, Leningrad: Nauka 1987, *Aevum. Rassegna di scienze storiche, linguistiche e filologiche*, Milano, LXIII (maggio-agosto 1989), pp. 391-392.

important legal documents (all in parchment) regarding the Lion's properties from 1333 to 1389.

The chronology of the composition of this book-register is to be fixed at the end of XIV century, as the last parchment is dated 1389. The main reason of the creation of this "catastico" is due to the fact that in 1388 the Da Carrara's government ended, with an important political change in the history of Padua. Indeed, from 1388 to 1390 the Da Carrara's government was substituted by the Visconti's governance.

The main point is that the Lion's were the most influent supporters of the Da Carrara's, who had been ruling over the city of Padua since 1318, and for that the Lion's family was linked strictly to the policy defined by the Da Carrara's.

As a consequence, with the starting of the new governance by the Visconti, in 1388, the Lion's were frightened of losing their land properties, with their rights. For that, the Lion's were pressed to the creation of their "catastico" in 1389. In this way the Lion's wanted to fix steadily their rights and properties immediately before the moment of the political change, in order to preserve them in front of the new rulers of the city.

Afterwards, the catastico was associated, from the end of XVII century to the first half of the XIX century – as it was supposed, just above –, to a cataloguing action, and it was put together with the rest of the Lion's parchments in the first of the eleven volumes, with the new hand-made white-grey rough paper cover. Then the following deposit in the ancient municipal archive of the city of Padua, in 1881, fixed its passage from the private hands into the spaces of a public structure of conservation.

### *The contents of the Lion's archive*

As it is well known, the main target of a private archive, especially when it is an archive of a noble family, is that of maintaining alive the memory of the family.

And in the life of a noble family the most important facts are those dealing with the biological development of the family, mainly fixed with the legal writings witnessing the weddings, (in particular with the payment of the dowry), and the death, (with the writing of the last wills or testament, in which are given the name of the heirs and the subdivision of the family is recorded), of the members of the family.

These typologies of documents are able to test the power and the social position of the family, too.

In addition, in the archive of a noble family belonging to this period of time, there are many other legal documents witnessing the economic situation of the family.

At this time the richness of a family was mainly based on land properties.

For that, in the Lion's archive there are many parchments on the buying and on the selling of many estates, especially those placed in the surroundings of Padua.

Furthermore, in the Lion's archive it is also possible to read many other documents dealing with, for example, the building of the chapel of the family or the right of "decima" from the bishop of Padua. Even the rent of many houses or lands or cattles can be read in the Lion's parchments.

As a consequence, the reading of the Lion's archive has enriched the historical research giving not only the chronologies of the archive, but also recording the names of the people, their geographies, and above all their relationships, giving a good description of the society.

### **The historical research: the reading of other family's archives for a comparative analyses of the contents of the Lion's archive.**

After having known the contents of the archive of the Lion's family, it is clear that it was possible to map the action of many Lion's in the society, or better to see the influence of the Lion's family, not only out of the geographical areas in which it was widespread (in particular from Padua, to Venice, and Verona, and from Ferrara to Florence), but also from the relationships developed with the people who entered day by day in contact with many members of the Lion's family.

For that, according to a comparative methodology of historical research, it was possible, at first, to compare the contents of the Paduan archive with the contents of some other family archives; in particular with the archives of the Papafava's (of Padua), of the Strozzi's (of Florence), of the Rapondi's (coming from Lucca, but in action in Burgundy), of the Rohrbach's (of Frankfurt), and of the Celys' (of London).

Indeed, having known that the Lion's were in kinship with the Papafava's of Padua, another very rich noble family in kinship with the Da Carrara's family too, it was just with the reading of the Papafava's parchments, that it was possible to establish and clarify the 1217 chronology belonging strictly to the Lion's archive, but impossible to explain by itself.<sup>11</sup>

The 1217 chronology was the year in which there was one of the subdivisions in the Papafava's family, with the partition of the patrimony among the heirs, in which entered the Lion's too. For that, the Lion's were frequently labelled as the "familiars" of the Da Carrara's, especially in the official registers of the Da Carrara's age.

In brief, the Lion's were often called by the Da Carrara's as their "familiars" not only for their faithful participation to the governamental affairs, from the first half of the XIV century to the falling of the Da Carrara's government, in 1405, but owing to the fact that the Lion's were themselves a branch of the Da Carrara's family,

---

<sup>11</sup> BONFIGLIO DOSIO, Giorgetta – Anticipazione sull'archivio della famiglia Papafava Antonini Carraresi. In, *Atti e Memorie dell'Accademia Galileiana di Scienze, Lettere ed Arti, Padova*, CXX (2007-2008), III: memorie della Classe di Scienze Morali, Lettere ed Arti, 2008, pp. 209-246, in particular p. 214.

and in kinship with the Papafava's, too, and for that they were to participate in the Papafava's and in the Da Carrara's inheritance, right from 1217 onwards.

Secondly, as the Lion's had many relationships both in the city of Florence and in Lucca, it was useful to read the Strozzi's archive, in the Archive of State of Florence. Indeed, the Strozzi's was a family deeply involved in the economic action, spreading its business in the Venetian area too. In particular, Palla of Nofri Strozzi's was the richest member of the Strozzi's, who had been exiled from Florence to Padua (from 1434 to 1462, the year of his death), for political reasons. Owing to his long presence in Padua, it was possible, in the research, to clarify the action of Palla Strozzi's in Padua.

In particular, it was possible to see that even if Palla was not at all interested to carry on the business of its family, he was able to arrange many important credit actions. Undoubtedly, he preferred to be an active humanist worshipper.

Owing to his active presence in the society, the Lion's were able to meet personally Palla Strozzi's more than once, especially at the University of Padua, that was the most important place of high culture in the city.<sup>12</sup>

Thirdly, passing to the reading of the Rapondi's family archive,<sup>13</sup> its analyses made possible a useful comparison between the financial actions carried out by the Rapondi's in Burgundy, at the service of the Duke of Burgundy, with the similar action carried on by the Lion's as treasurers of State in Padua, both under the Da Carrara's government and, afterwards, for the Republic of Venice.

In the end, with the reading of the Rohrbach's family archive, of Frankfurt,<sup>14</sup> and with the reading of the Celys' family archive, of London,<sup>15</sup> it was possible to see, in a comparative analyses, the extensive action of two rich merchant families involved deeply in business action and in political affairs in their cities, as the Lion's did in Padua.

## Conclusions

In conclusion, as far as the results of the historical research based on the reading of the Lion's archive, it is clear that it was possible to write many pages of the history of the Lion's family according to the information got from their archive, but on the other hand it was just possible to clarify many of their actions with the reading of

<sup>12</sup> TOGNETTI, Sergio – Gli affari di messer Palla Strozzi (e di suo padre Nofri). Imprenditoria e mecenatismo nella Firenze del primo Rinascimento. *Annali di Storia di Firenze*, IV (2009): <http://www.dsg.unifi.it/SDF/annali/annali2009.htm>, Firenze:Firenze University Press, 2009, pp. 7-88. For the difference in the composition among the Tuscan and the Venetian family archives: GRUBB, James- Memory and Identità: Why Venetians Didn't Keep Ricordanze. *Renaissance Studies*, VIII (1994), pp. 375-387.

<sup>13</sup> LAMBERT, Bart – *The city, the duke and their banker. The Rapondi family and the formation of the Burgundian State (1384-1430)*. Turnhout: Brepols, 2006.

<sup>14</sup> MONNET, Pierre *Les Rohrbach de Francfort. Pouvoirs, affaires et parenté à l'aube de la Renaissance allemande*. Genève: Librairie Droz, 1997.

<sup>15</sup> HANHAM, Alison – *The Celys and their world: an English merchant family of the fifteenth century*. Cambridge: Cambridge University press, 1985.

other family archives that for various reasons were linked to the Lion's family and to their economic, political and cultural action.

In particular, in this way, the genealogy of the family from XIII century onwards has been written, and it was possible to clarify their kinship.

Furthermore, it has been established which branch of the Lion's family built up the Lion's archive, and then who stored the Lion's archive in the ancient municipal archive of Padua.

In the end, it was possible to see in which activities the Lion's were mainly involved and how their economic action was carried on.

On the other hand, evaluating the general up-to-date-situation of the archives of historical families readable in the Archives of State in the North East of Italy; it can be said that even if the number of family archives in deposit in the Archive of State of the main cities of the Veneto region is still scanty, being the result of an ancient resistance of the owners of the family archives to store them in public structures;<sup>16</sup> by the way, especially in the last years, this unfavourable condition has been gradually modified.

Indeed, in order to recognize officially the existence of the family archives, and evaluating them of particular historical interest, from the public authority has been much more reinforced the legal defence of the "private" archives according, in particular, to their owners the possibility of an attentive, safety legal deposit almost in their hands (that is in their historical houses).

For that, the up-to-date Italian legislation of the private archives, especially those labelled family archives, is directed to recognize to the private owners much more value than in past time, according them a greater legal (and fiscal) collaboration, in order to preserve their archives as best as possible for the future generations.<sup>17</sup> Undoubtedly, the historical research rooted on family archives will be promoted by this public legal action, at least, in the next future.

---

<sup>16</sup> On the historical resistance of the deposit of private families' archives in public structures by their owners, especially in Padua, but in general in the Italian North East area: VARANINI, Gian Maria – Archivi di famiglie aristocratiche nel Veneto del Trecento e Quattrocento. Appunti, In, MARCADELLA Giovanni – *Un archivio per la città*. Atti del Convegno della giornata di studio sugli archivi di famiglia, (Vicenza, 4 Aprile 1998), Vicenza: Archivio di Stato di Vicenza, 1999, pp. 24-38.

<sup>17</sup> The laws dealing with the regulation of the public and private archives in Veneto can be read in: BONFIGLIO DOSIO, Giorgetta – *La Sovrintendenza archivistica per il Veneto*. Venezia: Nuova Helvetia, 1994, in particular for the legal regulation of the family archives in private hands: pp. 41-62.

# El Archivo familiar de los Barroeta de Marquina: aportaciones para la reconstrucción del conflicto social en la baja Edad Media

*Arsenio Dacosta,  
José Ramón Díaz de Durana,  
José Ángel Lema Pueyo,  
José Antonio Munita Loinaz*

## 1. Introducción<sup>1</sup>

A diferencia de lo que sucede en otras regiones circunvecinas, la documentación medieval en el País Vasco es relativamente escasa antes del siglo XV, multiplicándose de forma apreciable sólo en la época de los Reyes Católicos (1474-1516). En tales circunstancias cualquier aportación de fuentes inéditas siempre es de agradecer. Al margen de los grandes fondos archivísticos españoles, así como los archivos generales y notariales de las tres provincias vascas, suelen ser de ordinario los archivos municipales y, en menor medida también los familiares, los que concitan nuestro mayor interés.

En relación al objeto y al enclave geográfico que ocupa esta pequeña aportación, la documentación que analizamos alude al linaje de los Barroeta y a la villa vizcaína de Marquina, la misma que en 1355 fuera fundada con el nombre de Villaviciosa de Marquina por don Tello, señor de Vizcaya. El grueso de la documentación conocida

---

<sup>1</sup> Este trabajo forma parte de los resultados del Proyecto de investigación *De la Lucha de Bandos a la hidalguía universal: transformaciones sociales, políticas e ideológicas en el País Vasco (siglos XIV y XV)*. Ministerio de Ciencia e Innovación (HAR2010-15960) y del Grupo Consolidado de Investigación del Gobierno Vasco *Sociedad, poder y cultura en el País Vasco (siglos XIV y XV)* (IT-322-10).

para esta villa se concentraba en su archivo municipal, cuya colección diplomática fue publicada hace algunos años.

Las indagaciones realizadas nos han llevado a conocer y consultar el archivo familiar de los Barroeta y Gaitán de Ayala, que alberga algunos fondos bajomedievales de singular interés para el estudio de aspectos sociales y económicos de la merindad de Marquina y de uno de sus linajes principales. Tras una primera y completa revisión de sus fondos, hemos entresacado del mismo una treintena de documentos anteriores a 1525. En su mayoría se trata de insertos y traslados modernos, todos ellos de gran valor para conocer la estructura social, las relaciones de poder y los conflictos surgidos en el Señorío de Vizcaya a finales de la Edad Media. Dichos conflictos se conceptualizan como “lucha de bandos”, tanto por la historiografía moderna como por las fuentes diplomáticas y cronísticas, en particular por las dos obras conocidas del noble banderizo Lope García de Salazar (1399-1476), protagonista de no pocas de las luchas narradas por él mismo<sup>2</sup>.

El asunto de las luchas banderizas y de las particulares condiciones que rodean material e institucionalmente a la nobleza del Señorío de Vizcaya fueron excelentemente abordadas en el tercer cuarto del siglo XX por investigadores de la talla de Julio Caro Baroja, José Ángel García de Cortázar, Emiliano Fernández de Pinedo y Alfonso de Otazu<sup>3</sup>. Desde entonces se han publicado numerosos trabajos que han tratado de aproximarse a distintos aspectos de la cuestión<sup>4</sup>. De forma

<sup>2</sup> Nos referimos a su *Crónica de Vizcaya (circa 1454)* y a su más conocido *Libro de las buenas andanças e fortunas (circa 1476)*. La primera fue editada por AGUIRRE, Sabino – *Las dos primeras crónicas de Vizcaya. Estudio, textos críticos y apéndices*. Bilbao: Caja de Ahorros Vizcaína, 1987, pp. 13-106. La segunda cuenta con varias ediciones y prontamente con una definitiva a cargo de Consuelo Villacorta Macho. De momento, véase: GARCÍA DE SALAZAR, Lope – *Las bienandanzas y fortunas. Códice del siglo XV*. (A. Rodríguez Herrero, ed). Bilbao: Diputación Foral de Vizcaya, 1967. 4 vols. Para esta monumental obra también son accesibles la edición parcial de VILLARCORTA MACHO, Consuelo (ed.) – *Edición crítica del Libro de las buenas andanças e fortunas que fizo Lope García de Salazar (Títulos de los libros XIII, XVIII, XX, XXI, XXIV y XXV)*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2005; y la edición electrónica a cargo de: MARÍN SÁNCHEZ, Ana María – *Edición de las Bienandanzas e Fortunas de Lope García de Salazar*. [En línea]. Anexos de la revista *Lemir*. ISSN 1579-735X. Consultado el 10/03/2010. Disponible en: <http://parnaseo.uv.es/Lemir/Textos/bienandanzas/Menu.htm>.

<sup>3</sup> CARO BAROJA, Julio – *Linajes y bandos: A propósito de una nueva edición de las Bienandanzas e fortunas*. Bilbao: Diputación de Vizcaya, 1956; AROCENA, Ignacio – *Oñacinos y gamboinos: Introducción al estudio de la guerra de bandos*. Pamplona: Gómez, 1959; GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel – El fortalecimiento de la burguesía como grupo social dirigente de la sociedad vascongada a lo largo de los siglos XIV y XV. In, *La sociedad vasca rural y urbana en el marco de la crisis de los siglos XIV y XV*. Bilbao: Diputación Foral de Vizcaya, 1975. pp. 285-312; FERNÁNDEZ DE PINEDO, Emiliano – ¿Lucha de bandos o conflicto social? In *La sociedad vasca rural y urbana...cit.*, pp. 31-42; OTAZU, Alfonso de – *El “igualitarismo” vasco: mito y realidad*. San Sebastián: Txertoa, 1973; y del mismo autor – Los banderizos del Bidasoa (1350-1582). *Boletín de la Real Academia de la Historia*. N° 172 (1975), pp. 405-507.

<sup>4</sup> GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel; ARIZAGA, Beatriz; RÍOS, María Luz; VAL, Isabel del – *Vizcaya en la Edad Media, Evolución demográfica, económica, social y política de la comunidad vizcaína medieval*. San Sebastián: Haranburu, 1985, tomo III, pp. 337-391; DÍAZ DE DURANA, José Ramón – *Álava en la Baja Edad Media. Crisis, recuperación y transformaciones socioeconómicas (c. 1250-1525)*. Vitoria: Diputación Foral de Álava, 1986; AYERBE, María Rosa – *Historia del Condado de Oñate y Señorío de los Guevara (siglos XI a XVI). Aportación al estudio del Régimen señorial en Castilla*. San Sebastián: Diputación Foral de Guipúzcoa, 1986.; RAMÍREZ, Eloísa – *Solidaridades nobiliarias y conflictos políticos en Navarra (1387-1464)*. Pamplona: Gobierno de Navarra,

paralela distintas instituciones vascas han realizado una decidida labor de edición de fuentes medievales centrada hasta fecha reciente en la documentación de las instituciones públicas del País Vasco, con preferencia de sus archivos municipales. En paralelo, el acceso de los investigadores a la documentación de naturaleza judicial, como la depositada en el Archivo de la Real Chancillería de Valladolid, ha multiplicado nuestro conocimiento sobre las denominadas *luchas de bandos*<sup>5</sup>. Pese a todo, resta progresar en el conocimiento de la documentación de los archivos familiares, esencial para avanzar en el estudio de las elites del país que se disputaron el control del territorio y la influencia social, política y económica durante la Baja Edad Media<sup>6</sup>.

Con estos precedentes nuestro objetivo es presentar un primer avance de los fondos medievales de uno de esos archivos familiares inéditos, en concreto el de los Barroeta y Gaitán de Ayala, de la villa de Marquina (Vizcaya), tratando de evidenciar a partir del análisis de un episodio concreto, el interés de su documentación para el conocimiento de la sociedad vizcaína de la época<sup>7</sup>.

## 2. Fondos medievales del archivo familiar de los Barroeta de Marquina

Es sabido que la documentación medieval del País Vasco resulta ser un patrimonio relativamente escaso. A diferencia de lo que sucede en Burgos, La Rioja o Navarra, tierras que aparecen surcadas por la vía principal del Camino de Santiago, la carencia aquí de notables instituciones religiosas, ya sean los viejos monasterios

---

1990.; ACHÓN, José Ángel – “A voz de Concejo”. *Linaje y corporación urbana en la constitución de la provincia de Guipúzcoa: los Báñez y Mondragón, siglos XIII-XVI*. San Sebastián: Universidad de Deusto, 1995.; TENA, Soledad – *La sociedad urbana en la Guipúzcoa costera medieval: San Sebastián, Rentería y Fuenterrabía (1200-1500)*, San Sebastián: Instituto Dr. Camino, 1997; MARÍN, José Antonio – “Semejante Pariente Mayor”. *Parentesco, solar, comunidad y linaje en la institución de un Pariente Mayor en Guipúzcoa. “Los señores de Oñaz y Loyola, cuya es la casa de Loyola” (siglos XIV-XVI)*. San Sebastián: Diputación Foral de Guipúzcoa, 1998; DACOSTA, Arsenio – *Los linajes de Bizkaia en la Baja Edad Media: poder, parentesco y conflicto*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2004. Una revisión del tema puede consultarse en DÍAZ DE DURANA, José Ramón (ed.) – *La Lucha de Bandos en el País Vasco. De los Parientes Mayores a la Hidalguía universal. Guipúzcoa, de los Bandos a la Provincia*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 1998.

<sup>5</sup> Dentro de las tareas de nuestro grupo de investigación está, precisamente, la publicación de documentación inédita. El último volumen publicado está dedicado monográficamente a las elites vizcaínas a partir de documentación de este archivo. Véase: DACOSTA, Arsenio; LEMA PUEYO, José Ángel; MUNITA LOINAZ, José Antonio; DÍAZ DE DURANA, José Ramón – *Poder y privilegio. Nuevos textos para el estudio de la nobleza vizcaína al final de la Edad Media (1416-1527)*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2010.

<sup>6</sup> En el terreno documental son meritorios los esfuerzos de edición realizados por Eusko-Ikaskuntza / Sociedad de Estudios Vascos, así como el trabajo que realiza la Fundación Sancho el Sabio digitalizando varios archivos familiares que pueden consultarse en <http://www.fsancho-sabio.es/archinet>. Así mismo, los archivos provinciales han recuperado fondos privados, caso del Archivo Histórico Provincial de Álava, que conserva la documentación de los Ocio-Salazar (desde 1212), de los Gámiz (desde 1451) y de los Belestá-Elio.

<sup>7</sup> Deseamos agradecer a la familia Gaitán de Ayala su amabilidad al permitirnos acceder a los fondos de su archivo y, al mismo tiempo, reconocer las gestiones realizadas por Alfonso de Otazu.

benedictinos o las definitivas sedes episcopales, han propiciado este secular déficit documental para las centurias anteriores al siglo XIII. Por otra parte, las villas más antiguas, como es el caso de San Sebastián o Vitoria –fundadas por Sancho VI de Navarra– surgen a finales del siglo XII, no alcanzan un desarrollo notable hasta mediados del XIII y no forman una tupida red y manifiestan ya una cierta madurez institucional hasta el XIV. No obstante, pese a la constatación de esta floración urbana medieval, las provincias de Vizcaya y Guipúzcoa –en comparación con las tierras circunvecinas– siguen sin ofrecer abundantes testimonios escritos anteriores al siglo XV, cuya documentación se multiplica y se concentra fundamentalmente en la época de los Reyes Católicos (1474-1516). Pero ya para entonces, bien podemos afirmar que asistimos al declinar de la Edad Media, pues se avecinan tiempos nuevos en los que se anuncia la llegada de la Modernidad. Además de estas particularidades y retrasos, se ha de contar con importantes pérdidas documentales, algunas bien acreditadas<sup>8</sup>.

En tales circunstancias, la aportación de inéditas fuentes documentales resulta ser sumamente valiosa en lo referente al medievalismo. Como ya tuvimos oportunidad de exponer en ocasión precedente, los interesados por el pasado medieval de estas tierras nos vemos obligados a prospectar en todo tipo de archivos para indagar sobre los avatares de la denominada “lucha de bandos”<sup>9</sup>. Al margen de los grandes fondos archivísticos españoles, tales como el Histórico Nacional de Madrid, el General de Simancas o el de la Chancillería de Valladolid, así como los archivos generales y notariales de las tres provincias (los actuales «territorios históricos» vascos), suelen ser de ordinario los archivos municipales los que concitan nuestro mayor interés. A los anteriores se suma nuestro interés por los archivos familiares, algo que ya hemos

---

<sup>8</sup> En el caso específico de Vizcaya, sabemos además de la pérdida de importantes archivos institucionales y familiares como el de la Basílica-Catedral de Bilbao, el archivo de la importantísima familia Lezama-Leguizamón, o el del patronato de Begoña vinculado a una rama de la anterior familia. Se cree que estos archivos se perdieron casi en su totalidad en las últimas guerras carlistas, aunque algunos años después, a finales del siglo XIX, el Padre Labayru llegaría a consultar el de los Lezama-Leguizamón para su *Historia del Señorío* (véase MAÑARICÚA NUERE, Andrés Eliseo de – *Santa María de Begoña en la historia espiritual de Vizcaya*. Bilbao: La Editorial Vizcaína, 1950, p. 26). El Archivo Municipal de Bilbao es uno de los que más ha sufrido. Según Guiard se perdió completamente en la riada de 1393 (GUIARD Y LARRAURI, Teófilo – *Historia de la Noble Villa de Bilbao. Tomo I (1300-1600)*. Bilbao: La Gran Enciclopedia Vasca, 1971 [ed.orig. 1905], p. 88, notas). Más recientes, de finales del siglo XX, fueron los importantes daños operados en el mismo por causas naturales así como por la dejadez y el expolio. Afortunadamente la recuperación de sus materiales está hoy muy avanzada. Se creen perdidos casi por completo los archivos de las villas de Bermeo, Rigoitia, Lanestosa, Munguía y Ermua. También se perdió parte del de Durango en distintas fechas, algunas relativamente recientes, y no sólo a causa de la guerra. Hay noticias de que, por ejemplo, a principios del siglo XIX, en Durango se quemó parte de la documentación relativa a la famosa herejía de mediados del siglo XV (véase VILLAVASO Y ECHEVARRÍA, Camilo de – Apuntamiento para un compendio historial de la M.N. Villa de Tavira de Durango y memoria de sus hijos más ilustres. In, *Historia de Durango y de sus más ilustres hijos*. Bilbao: Villar, 1968 [ed.orig. 1888], pp. 47-144.

<sup>9</sup> LEMA PUEYO, José Ángel; MUNITA LOINAZ, José Antonio – Nuevos documentos y nuevo tratamiento de las fuentes para el estudio de la Lucha de Bandos. In, DÍAZ DE DURANA, José Ramón (ed). *La Lucha de Bandos...*, cit., pp. 47-96.

reclamado en ocasiones anteriores y que está en sintonía con las últimas tendencias al respecto en nuestro país<sup>10</sup>.

En relación al objeto y al enclave geográfico que ocupa esta pequeña aportación sobre la lucha banderiza, cabe identificar en primer lugar al linaje de Barroeta. Este linaje marquinés, emparentado con los Ugarte –sus oponentes según Lope García de Salazar<sup>11</sup>– y con enlaces acreditados con los Albiz y los Arancibia, linajes radicados en las anteiglesias próximas a las villas de Guernica y Ondárroa. El origen del linaje de Barroeta no está claro, pero su preeminencia claramente se relaciona con el sojuzgamiento al que someten a la villa de Marquina. En cualquier caso, en los mismos momentos de la fundación ya aparece un personaje con el apelativo de “alcalde de Berroeta”, que bien pudiera ser el merino de Marquina. A partir de 1450 les encontramos como procuradores, escribanos, alcaldes y miembros del concejo de Villaviciosa. También son diputados de la Tierra Llana y a fines del XV hay varios bachilleres en leyes entre sus miembros ejerciendo su profesión en la zona para particulares y concejos. En 1490 Martín Ruiz de Barroeta es nombrado alcalde de ferrerías a proposición de los dueños de las ferrerías de Marquina.

Hasta ahora no disponíamos de mucha información sobre los enfrentamientos con los Ugarte. Sabemos que tuvieron un choque hacia 1417, y un testimonio de 1508 señala que estas peleas fueron frecuentes antes de los Reyes Católicos y que tenían como escenario las cercanías del monasterio de Jemein, donde ambos linajes mantenían sendas casas de “acotados” o “atreguados” según la designación de las fuentes de la época. No parece difícil sospechar que este patronazgo compartido era objeto de fricciones entre ambos linajes. A mediados del XV por razón de la vacante de varones en el linaje y de una alianza matrimonial, el linaje será encabezado Rodrigo Martínez de Albiz o Arancibia, *alias* “Baltza” (“el Negro”). En los años 50 del siglo XV este personaje será uno de los parientes mayores más importantes del Señorío siendo desterrado como los otros principales de Guipúzcoa y Vizcaya

---

<sup>10</sup> Véanse, por ejemplo, las acotaciones teóricas de: BRAVO LLEDÓ, Pilar; PEDRERO PÉREZ, Almudena – Los Archivos Familiares, fuentes poco conocidas. In, *La investigación y las fuentes documentales en los archivos*. [I y II Jornadas sobre Investigación en Archivos]. Guadalajara: ANABAD, 1996, Vol. 2, pp. 1025-1033; y de BLASCO MARTÍNEZ, Rosa María – Los archivos familiares. Planteamiento general y cuestiones para el debate. In, SÁEZ SÁNCHEZ, Carlos (coord). – *Actas del VI Congreso Internacional de Historia de la Cultura Escrita. Vol. II. Libros y documentos en la Alta Edad Media. Los libros de derecho. Los archivos familiares*. Madrid: Calambur, 2002, pp. 391-403. La bibliografía es más abundante en España en relación a los archivos nobiliarios y la agrupación de muchos de ellos a partir de la creación de la Sección Nobleza del Archivo Histórico Nacional. Véanse: SÁNCHEZ GONZÁLEZ, Antonio – Los archivos de la nobleza, perspectivas para la investigación. In *Actas de las Jornadas Archivos e Investigación*. Murcia: Ministerio de Cultura / Universidad de Murcia, 1996, pp. 123-140; FRANCO SILVA, Alfonso – La Nobleza en sus archivos. In, *La nobleza peninsular en la Edad Media. VI Congreso de Estudios Medievales (1997, León)*. Ávila: Fundación Sánchez-Albornoz, 1999, pp. 121-134; y, más recientemente, ÁVILA SEOANE, Nicolás – Fuentes para el estudio de los señoríos castellanos en los archivos españoles. *Documenta & Instrumenta*. Nº 4 (2006), pp. 7-21.

<sup>11</sup> GARCÍA DE SALAZAR – *Libro de las buenas andanças e fortunas*, tomo IV, p. 195.

en 1457, y parece que morirá en la frontera andaluza<sup>12</sup>. Hacia 1457 el linaje parece descabezado y no parece alzarse de nuevo hasta que unos años más tarde lo retome Martín Ruiz de Barroeta. Éste será uno de los que apoye la entrada del conde de Haro en Vizcaya en 1471, por lo que será después juzgado. La competencia con los Ugarte de Marquina y la pugna por el patronazgo de Jemein con éstos y con el concejo de Villaviciosa ocupan la actividad conocida de este linaje a fines del XV<sup>13</sup>.

En cuanto a la villa vizcaína de Marquina, escenario y objeto de las ambiciones de los linajes referidos, es fundada el 6 de mayo de 1355 por don Tello de Trastámara. La villa –hoy llamada oficialmente “Markina-Xemein”–, se funda sobre el solar de Aspilza y designada durante la Edad Media con el nombre de “Villaviciosa de Marquina”. El grueso de la documentación conocida hasta ahora se limitaba a la colección diplomática publicada por la Sociedad de Estudios Vascos, compuesta por un conjunto de 58 escrituras anteriores a 1516, entre cuyas piezas más destacadas figura la propia carta fundacional de la villa<sup>14</sup>.

El acceso al archivo familiar de los Barroeta y Gaitán de Ayala nos permite ampliar notablemente nuestros conocimientos. No siendo desmesurado en sus dimensiones, este archivo alberga algunos fondos bajomedievales de singular interés para el estudio de aspectos sociales y económicos de la vieja merindad de Marquina. El archivo está bien dispuesto y conservado, aunque no ha sido organizado y clasificado con criterios modernos. Dispone de un total de 67 legajos (unos 7 metros lineales), 26 de los cuales vienen configurados a modo de libros y contienen la documentación más antigua, mientras que los 41 restantes se conservan en cajas y sus escrituras son las más recientes, pues datan de los siglos XVII al XIX. Dentro de cada legajo muchos de los documentos han sido reenumerados en repetidas ocasiones por lo que en la actualidad no guardan un orden preciso y, por lo tanto, no es posible ofrecer una signatura inequívoca fuera del propio número correspondiente al legajo. Tras una primera y completa revisión de sus fondos, hemos entresacado un total de 35 documentos anteriores a mediados del siglo XVI, fechados concretamente entre los años 1355 y 1547. El texto más antiguo corresponde al documento fundacional de Villaviciosa de Marquina, carta puebla que se inspira expresamente en el fuero de Bilbao, que no obstante se conserva en copia otorgada por los Reyes Católicos en 1497, conteniendo a su vez en forma de sucesivos insertos los privilegios de confirmación de los monarcas castellanos que les precedieron.

<sup>12</sup> Causada según algún autor por las “fiebres tercianas”. Véase AGUIRRE GANDARIAS, Sabino – *Lope García de Salazar. El primer historiador de Bizkaia (1399-1476)*. Bilbao: Diputación Foral de Bizkaia, 1994, p. 168.

<sup>13</sup> Véase DACOSTA – *Los linajes de Bizkaia...*, cit., pp. 314-315.

<sup>14</sup> ENRIQUEZ FERNÁNDEZ, Javier (ed) – *Colección documental del Archivo Municipal de Marquina (1355-1516)*. San Sebastián: Eusko-ikaskuntza / Sociedad de Estudios Vascos (Fuentes documentales medievales del País Vasco, 19), 1989.

Al margen del privilegio fundacional de Marquina, el resto de la documentación tiene un entronque directo con la casa y solar de los Barroeta, así como con otros linajes emparentados con el mismo, caso de los Ugarte y los Olasso, junto a las iglesias de Santa María de Jemein y San Andrés de Echevarría, ambas en la merindad de Marquina y gérmenes respectivos de las futuras “anteiglesias” homónimas<sup>15</sup>. La tipología documental que se nos ofrece es relativamente variada, si bien atienden en su mayoría a una conocida terna de negocios jurídicos: primero, los relativos a la administración del patrimonio familiar (cartas de permuta, arrendamiento, traspaso, etc.); segundo, la defensa de sus derechos ante instancias judiciales (cartas de poder, demandas, sentencias, etc.), y, tercero, el devenir personal de los miembros de su linaje (contratos matrimoniales y testamentos).

Para dar un mayor detalle de los fondos documentales más antiguos del archivo familiar de los Barroeta, aportamos una tabla resumen, de entre cuyas escrituras –al margen de la ya referida carta puebla de Marquina (doc. n.º 1)–, queremos resaltar la sentencia del corregidor de Vizcaya tras la quema de la casa-torre de los Barroeta llevada a cabo por los Ugarte el 15 de octubre de 1470 (doc. n.º 5), y un memorial que a modo de inventario se debió realizar hacia 1497, en el que este linaje llega a concentrar todas sus rentas y propiedades inmuebles en torno a dos núcleos principales: la casa-torre de Barroeta y la casa solar de Echebarría, asociadas ambas a sus propias iglesias de patronato: Santa María de Jemein y San Andrés de Echebarría. Los Barroeta disponían también de una treintena de casas y caserías, con sus tierras de labor y manzanales, más una veintena de seles en los montes comarcanos, el control de media docena de molinos y, entre otras rentas pecuniarias, 25.000 mrs. anuales de la Corona en gratificación por los servicios prestados por el linaje en San Sebastián (doc. n.º 17) [véase la tabla al final del artículo].

<sup>15</sup> La “anteiglesia” vizcaína es un tipo de distrito rural, con paralelismos con la parroquia gallega o asturiana, que se define por el hábitat disperso, por la centralidad de una iglesia parroquial de patronato laico y por su pertenencia institucional desde el siglo XV a la denominada “Tierra Llana”, bloque institucional separado del conjunto de las 21 villas del territorio. La anteiglesia, agrupada a otras vecinas, formaba parte del territorio de una merindad, de las 6 en que estaba dividido el Señorío, a las que habría que sumar el territorio de Las Encartaciones. A finales de la Edad Media las anteiglesias vizcaínas, incluyendo las del Duranguesado y los “concejos” no villanos de Las Encartaciones suman un centenar de entidades controladas en su inmensa mayoría por la pequeña nobleza local. Las anteiglesias, al menos en lo que se refiere a su estructura, oficiales y funciones durante el siglo XV, tomaron como modelo organizativo el de las villas, tal y como sugirió hace algunos años el profesor García de Cortázar (GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel – Sociedad y poder en la Bilbao medieval. In *Bilbao, arte e historia. Bilbao, arte e historia*. Bilbao: Diputación Foral de Bizkaia, 1990. Tomo I, p. 32). Véase una profundización de la hipótesis en DACOSTA, Arsenio. El desarrollo de las instituciones de gobierno (siglos VIII-XV). In *Historia del País Vasco. Edad Media (siglos V-XV)*. San Sebastián: Hiria, 2004, pp. 155-216; y, del mismo autor, “Porque los moradores en la dicha villa non podriades faser y vida syn término”. Villas sin alfoz en el Señorío de Vizcaya: ensayo a partir de tres hipótesis explicativas de José Ángel García de Cortázar. In *Homenaje al profesor García de Cortázar*. Santander: Universidad de Cantabria [en prensa]. Sobre la organización parroquial y los patronazgos laicos de Vizcaya, que afectan a la práctica totalidad de las iglesias rurales, véase: DACOSTA, Arsenio – Patronos y linajes en el señorío de Bizkaia: Materiales para una cartografía del poder en la baja Edad Media. *Vasconia: Cuadernos de historia – geografía*. Nº 29 (1999), pp. 21-46; y CURIEL, Iosu – *La parroquia en el País Vasco-cantábrico durante la Baja Edad Media (c. 1350-1530)*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2009.

Los fondos del archivo de los Barroeta y Gaitán de Ayala, al margen de las novedosas aportaciones documentales que contiene para la historia del país, sin ser demasiadas en número, nos presentan el interés archivístico de agrupar sus documentos según un particular orden temático. Es muy ilustrativo el hecho de que los legajos numerados en primer lugar contengan las escrituras más antiguas y de mayor enjundia, cuya información aparece vertebrada según series homogéneas, tales como los derechos de las iglesias de su patronato (legajos 1 y 2: *Patronatos*), los contratos matrimoniales de miembros de su linaje (legajos 4 y 8: *Contratos*), los testamentos de sus familiares (legajo 9: *Testamentos*), y los apeos e inventarios de bienes, con las rentas de sus propiedades (legajos 7 y 15: *Censos*).

En definitiva, una ordenación archivística que resulta ser un fiel reflejo de la alcornia social y de la entidad económica de la Casa de los Barroeta, viejo solar de la merindad de Marquina. Modesta en su patrimonio material si la comparamos a los grandes linajes castellanos de la época, pero que dentro de sus posibilidades pretendía hacer bueno el lema “tanto tienes, tanto vales”.

### 3. Barroeta *versus* Ugarte: un episodio inédito de las luchas banderizas

Villaviciosa de Marquina recibió fuero de don Tello, señor de Vizcaya, en 1355 (doc. nº 1)<sup>16</sup>. Como recordará un memorial redactado en torno a 1490 por un letrado anónimo del concejo, el contexto de la fundación y los primeros pasos de esta pequeña villa vizcaína, con un alfoz de apenas 1,5 hectáreas ubicado en la frontera con Guipúzcoa, estuvieron mediatizados por los ataques de los guipuzcoanos –pues “reçibian ynfinitos trabajos de los guipuçes”–, y por la estrecha relación que mantenían los linajes locales de Barroeta y Ugarte con uno de los cabezas del bando gamboíno –“estos dos escuderos se entendian con el señor de la casa d’Olaso”<sup>17</sup>–. Pero los privilegios que recibieron los vecinos –entre otros “los dos montes de Ygoz” y el patronato sobre “el monesterio de Xemengayn”–, muy pronto fueron usurpados por ambos linajes. Tanto el expolio de los términos comunes como el de los derechos asociados al patronato deben entenderse en el marco de un largo proceso; aunque finalmente, en el caso del patronato, se justificaría mediante un documento singular según el cual los vecinos cedían los derechos de Jemein a Lope Ibáñez de Marquina

<sup>16</sup> ENRÍQUEZ FERNÁNDEZ – *Colección documental...*, cit., doc. n.º 1, pp. 1-4.

<sup>17</sup> ENRÍQUEZ FERNÁNDEZ – *Colección documental...*, cit., doc. n.º 21, pp. 107-109. Este memorial ha sido estudiado *in extenso* por DACOSTA, Arsenio –Historiografía y Bandos. Reflexiones acerca de la crítica y justificación de la violencia banderiza en su contexto. In, DÍAZ DE DURANA, José Ramón (ed). – *La Lucha de Bandos...*, cit., pp. 121-148. También aluden al caso FERNÁNDEZ DE LARREA, Jon Andoni; DÍAZ DE DURANA, José Ramón – La construcción de la memoria: de los linajes a las corporaciones provinciales en Álava, Guipúzcoa y Vizcaya. In, *Memoria e Historia. Utilización política en la Corona de Castilla al final de la Edad Media*. Madrid: Sílex, 2010, pp. 151-152.

y a Pedro Galíndez de Marquina, ambos parientes mayores de los linajes de Barroeta y Ugarte,

“por razon de las muchas ayudas [que] nos fizistes lealmente en poblar la dicha Villaviciosa, e defendistes e anparastes a nos e a cada vno de nos de todos aquellos que nos quisieron enbargar e nos enbargaron de faser la dicha villa”<sup>18</sup>.

La historia de las gentes de Villaviciosa recogida en el memorial escrito en torno a 1490, constituye una excelente prueba de la complejidad de los enfrentamientos vividos en el lugar hasta esa fecha. Por un lado, el mantenido entre sí por los linajes de Barroeta y Ugarte en torno al control de la villa y de la merindad de Marquina; por otro, el que sostienen estos linajes con los vecinos de la villa, independientemente de su adscripción clientelar<sup>19</sup>. Finalmente, como telón de fondo a estas rivalidades, aparece dibujado el control del territorio y de los bienes públicos del concejo con los derechos de patronato sobre la iglesia de Jemein. En realidad, antes de la redacción del memorial, apenas solo una veintena de documentos del archivo municipal permiten reconstruir la historia de la villa. Otras fuentes, como el *Libro de las buenas andanzas e fortunas* y la *Crónica de Vizcaya*, ambos de Lope García de Salazar, o los *Annales Breves de Vizcaya*, tampoco ofrecen información relevante.

Antes del descubrimiento de los fondos de este archivo familiar, conocíamos la irreconciliable enemistad de los Barroeta y los Ugarte de Marquina, pero no contábamos con testimonios expresos de enfrentamientos violentos entre ambos<sup>20</sup>. De hecho apenas encontramos otro indicio que un testimonio incluido en un pleito de fines del siglo XV que afirma, no sin cierta intención, que:

“antes quel rey don Fernando, nuestro señor, reynase en Castilla y este condado de Byscaya le dio la hobediencia, que non sabe quanto tiempo puede aver, solía aver en esta merindad de Marquina entre los solares de Ugarte e Barroeta muchas guerra e ruido e muertes de honbres e que los dichos señores de Ugarte e Barroeta, en el dicho tiempo, heran patrones de la dicha yglesia”<sup>21</sup>.

<sup>18</sup> ENRÍQUEZ FERNÁNDEZ – *Colección documental...*, cit., doc. n.º 2, pgs. 4-10. Este documento, copia simple sin autenticar, ha sido considerado falso desde el propio Labayru, por razones que son igualmente asumidas por otros historiadores. Javier Enríquez lo justifica en la presentación de su edición.

<sup>19</sup> Como ya propuso Alfonso de OTAZU (*El “igualitarismo” vasco: mito y realidad*. San Sebastián: Txertoa, 1973, pp. 24-25) y lo aceptara Julio VALDEÓN (*Los conflictos sociales en el reino de Castilla en los siglos XIV y XV*. Madrid: Siglo XXI, 1975, p. 201), las querellas banderizas “encubren la lucha entre señores y campesinos”.

<sup>20</sup> El Padre Labayru explica causalmente la fundación de la villa de Marquina a causa de los enfrentamientos entre Barroetas y Ugartes (LABAYRU Y GOICOECHEA, Estanislao Jaime de – *Historia General del Señorío de Bizcaya. Tomo II*. Bilbao: La Propaganda, 1897, p. 371).

<sup>21</sup> ENRÍQUEZ, Javier; SARRIEGUI, M<sup>a</sup> José (eds.) – *Colección documental de Santa María de Cenarruza. El Pleito de Otaola (1507-1510)*. San Sebastián: Eusko-Ikaskuntza / Sociedad de Estudios Vascos (Fuentes documentales medievales del País Vasco, 24), 1989, doc. n.º 14, p. 87.

De ahí que sea tan importante la recuperación de esta documentación inédita, conservada en el archivo de los Barroeta y Gaitán de Ayala. De este archivo, para ocasión tan especial, hemos rescatado una pieza singular que ilustra la pugna vivida entre los linajes de Barroeta y Ugarte; en particular abordaremos un enfrentamiento violento del que sorprendentemente no teníamos noticia alguna. Se trata de una sentencia, dictada por el corregidor Juan García de Santo Domingo el 17 de noviembre de 1470, en la que se condena al pariente mayor del linaje de Ugarte, junto a sus hijos, escuderos y lacayos, como ejecutores materiales del incendio y destrucción de la casa-torre de Barroeta; y, asimismo, del asesinato de uno de los escuderos de este linaje, hechos acontecidos en la media noche del día 15 de octubre de ese mismo año (doc. n.º 5)<sup>22</sup>. Es uno de los últimos episodios violentos de cierta relevancia que tuvieron lugar al final de la llamada “lucha de bandos”, y constituye un excelente testimonio de la progresiva imposición de la justicia pública del rey frente a los expedientes de la justicia privada al uso, arbitrada por los parientes mayores. En este caso, la reacción del corregidor fue diligente y expeditiva, actuando con rigor frente a los causantes directos del desorden y contra las bases que cimentaban la impunidad de las tropelías de estos linajes.

La sentencia describe con precisión una situación muy conocida, pero que estaba ya en trance de desaparición para esas fechas en otras villas vizcaínas o guipuzcoanas: aquélla en la que la coacción y la violencia dirigida contra las personas y las actividades económicas que desarrollan es ejercida por un puñado de sicarios que encuentran amparo en los solares de los cabeza de linaje, alterando así el orden de la vida social de las gentes<sup>23</sup>. En Villaviciosa de Marquina, fue el pariente mayor del linaje de Ugarte, Gonzalo Ibáñez de Ugarte, quien utilizó la violencia contra sus adversarios los Barroeta. Lo hizo desde una posición de absoluta preeminencia, pues era alcalde y merino de la merindad de Marquina y también preboste de la villa. Semejante acumulación de oficios judiciales le aseguraba una amplia impunidad en su circunscripción, hasta el punto que “ninguno hera osado de se quejar del mal e dapno que recibia”.

<sup>22</sup> AF Barroeta, leg. 7. La sentencia nos ha llegado a través de la autorización de un traslado de la misma dictado en Guernica en 1474 por Juan Íñiguez de Ibarguen, alcalde del Fuero de Vizcaya.

<sup>23</sup> “[Es] fama pública de todo este condado cómo en la Villaiçiosa de Marquina e su merindad e tierra, continuamente se cometian e heran cometydos muchos delitos e robos, e fuerças e feridas e muertes de omes, e salteamientos de caminos por asechança e en otra manera, e pedires en ferrerías e caserías por omnes lacayos llebantados, que continuamente estaban e handaban en la dicha villa e su merindad e tierra, e por otras tierras comarcanas de este condado e hermandad, cometiendo e fasiendo los dichos delitos e dapno syn temor de Dios e del Rey nuestro sennor, e en menospreçio de la justicia e en dapno e destruçion de toda la tierra, e despues de cometydos e perpetrados los dichos delitos e crimines se retradian e acogian en esa dicha dicha villa e su merindad, e lo que hera e es más avominable e feo: que las personas e malhechores que fasian lo susodicho eran sostenidos e acogidos, e se sostenian e acogian, en las casas e tierras e comarcas de algunos parientes mayores” (Ibídem).

Los hechos se desarrollaron en torno a la referida media noche del quince de octubre de 1470, cuando:

“entraron en la casa de Martin Ruys de Barroeta, que es çerca d’esta dicha villa de Marquina e en su merindad, e robaron muchos bienes, e horo e plata e jaeses de casa que en ella estaban, e despues de fecho el dicho robo dieron fuego a la dicha casa e la quemaron, e mataron a Juan Martines de Arteaga que en ella estaba”<sup>24</sup>.

La pesquisa judicial se inició inmediatamente<sup>25</sup>. Sus resultados mostraron hasta qué punto eran notorias para los vecinos del lugar las ancestrales diferencias entre Barroeta y Ugarte<sup>26</sup>. La exacerbación de las desavenencias acaecida durante los meses anteriores –que ya habían provocado la intervención del Conde de Haro<sup>27</sup>–, así como la premeditada preparación y aprobación del ataque por los miembros de la cabeza del linaje<sup>28</sup> queda así manifiesta. Además, queda claro que quienes habían ejecutado la acción violenta habían sido principalmente los lacayos de los Ugarte dirigidos por Gonzalo, hijo del pariente mayor de ese linaje, quienes

“robaron e quemaron, e fueron en robar e en quemar, favoreçiendose los unos a los otros, la dicha casa e torre de Barroeta, [...] e mataron al dicho Juango

---

<sup>24</sup> *Ibidem*.

<sup>25</sup> “Por cabsa de lo qual nos, el dicho corregidor de Biscaya e alcaldes de la hermandad, queriendo remediar en lo susodicho venimos a esta dicha villa por administrar justiçia, e llamamos e fesimos llamamiento de alcaldes de fuero e deputados e personas prinçipales del dicho condado e hermandad, asy de billas como de tierra llana de nuestro ofiçio, siguiendo la forma de derecho e fuero de Biscaya e capitulado de la hermandad, ovimos nuestra ynformacion con los maestros curas de las dichas villas e de otras comarcas, por saber en qué personas podiamos faser la dicha pesquisa, e saber la verdad que fuesen onestas e dynas de fe, e tales que sobre juramento que fesiesen non dirian salvo la verdad de lo que sopiesen en aquellas cosas que fuesen preguntados” (*Ibidem*).

<sup>26</sup> “E como es público e notorio que de tiempo inmemorial aca, los escuderos e parientes mayores del solar e linaje de Ugarte avian seydo, segund que agora son, enemigos capitales de los escuderos e parientes mayores de Barroeta; e asy mismo, ellos de los otros, son cabsadas e se fallan muchos indiiços e presunçiones violentas, que por la dicha henemistad la dicha casa de Barroeta fue quemada e robada” (*Ibidem*).

<sup>27</sup> “E aun ansy mismo pareçe e se falla por la dicha pesquisa que despues que el sennor conde de Aro, por virtud de los poderes que del dicho sennor rey tyene con acuerdo de todo el condado, por su sentençia dio por acotados e encartados a los susodichos malfechores, e a cada uno d’ellos, e defendio e fiso defender que non fuesen acogidos nin sostenidos en el dicho condado por ninguna persona, e donde quier que los biesen les echasen el apellido e los corriesen” (*Ibidem*).

<sup>28</sup> “E los dichos Gonçalo Ybannes e su fijo Fernando de Ugarte, el mayor, fablaron e estuvieron con algunos de los dichos malhechores pocos dias antes de que la dicha casa de Barroeta fuese quemada e robada, e el dicho Juango muerto, [...] e asy pareçe e hera visto el dicho Gonçalo e sus parientes, e escuderos de su linaje, e aprobar e que aprobaban e avian por bien fecho los delitos cometidos por el dicho Gonçalo e los otros malfechores, por donde pareçe por la dicha pesquisa que el dicho Gonçalo de Ugarte, su fijo e ellos con él, handaban a faser e cometer lo susodicho, e lo fasian e cometian con esfuerço, e porque entendian e creian ser sostenidos por el dicho Gonçalo Ybannes, e porque los escuderos heran sostenidos, e aun por delito que cometiesen con el esfuerzo non se apartaban nin fuian de la dicha villa e tierra, antes andaban en compannia del dicho Gonçalo Ibannez de Ugarte e de Fernando de Ugarte, su fijo mayor, pública e notoriamente en menospreçio del rey nuestro sennor e de su justiçia” (*Ibidem*).

de Arteaga, [...] e despues que perpetraron e cometieron muchos delitos [...] e fuerças en esta dicha villa de Marquina e los rabales, e en su merindad e su jurisdicción d'ella, fueron sostenidos en el solar e linaje de Ugarte, [...] de quien es pariente mayor el dicho Gonçalo Ybannes de Ugarte, alcalde e justiçia de la dicha merindad de Marquina e su tierra, e preboste e alguacil de la dicha villa, e que sy el dicho Gonzalo Ybannes quisiera los podiera tomar presos, e prender e faser justiçia d'ellos, o entregarlos a nos, el dicho corregidor e alcaldes de la hermandad, [...] lo qual non fiso”<sup>29</sup>.

La sentencia recoge sin paliativos un fallo rotundo y ejemplarizante. Por supuesto, se identificó a los culpables, que terminaron huyendo ante la actuación del corregidor<sup>30</sup>; y se les condenó “a pena de muerte natural, la qual mandamos que les sea dada como alebosos conbictos, a saber: que los arrastren e enforquen como alebosos, porque a ellos sea castigo e a otros ensyemplo”. También se concretaron los términos en los que debía producirse la compensación por la destrucción de la casa y los bienes de los Barroeta<sup>31</sup>. Pero más allá de la condena a los autores directos de la destrucción de la casa-torre y el asesinato de uno de sus residentes, el corregidor también se ocupó de castigar a quienes fueron considerados partícipes indirectos, tanto por acción como por omisión en los hechos juzgados. En primer lugar, por haber amparado y sostenido a los malhechores, autores materiales del ataque, se encarceló y desterró al pariente mayor de los Ugarte y a sus hijos<sup>32</sup>. Además, removió

<sup>29</sup> *Ibidem*.

<sup>30</sup> “Gonçalo de Ugarte, fijo de Gonçalo Ybannes de Ugarte, e Ochoa de Urrexola, e Pero Gonçales de Arrastia, su hermano, e Sant Juanche de Echabarria, e Chartin Garro, e Lope de Andrino, fijo de Juan Lopes de Andrino, e Juan Çuri, el buon, e Bautista, natural de Çaldibar, e Peruste, fijo de Furtun Barras, e Sant Juan de Busturia, e Juan de Lamar, e Martin Arguina, e Oleagaxe de Aramayona, e Juan Surr, natural de Bergara, e Lascanoxe, fijo de Pedro de Lascano, e Pedro de Mastayo de Aramayona, e Herreguexe, [...] e damoslos por acotados e encartados, e henemigos del Rey nuestro sennor, e de la su justiçia, [...] e por virtud de las leyes del fuero de Viscaya e capitulado de la hermandad, mandamos e defendemos a todos los conçejos e anteiglesias e vesinos e moradores de la dicha hermandad e sus aderentes, asy villas como tierra llana, que los non acojan nin reçebten en las dichas villas e anteiglesias, nin en conçejos nin en sus casas fuertes nin llanas, nin les den probisiones nin biandas algunas, so las penas de la hermandad, antes les mandamos e damos facultad para que los puedan prender, ferir e matar, e correr e apellidar syn pena alguna” (*Ibidem*).

<sup>31</sup> “Fallamos que debemos condenar e condenamos al dicho Gonçalo Ibannez de Ugarte como Pariente Mayor del dicho linaje e bando de Ugarte, e a todos los escuderos e parientes del dicho linaje, en uno con los dichos malhechores, a que paguen a la dicha casa de Barroeta que fue quemada e al dicho Martin Ruys de Barroeta, enteramente segund que fue e estaba al tiempo que fue quemada, e todos los vienes que d'ella fueron robados e quemados por los dichos malhechores. E por quanto non pareçe probado synon tan solamente el robo en general e quema de la dicha casa, e non pareçe probado su cantidad e balor de la dicha casa, nin de los dichos bienes muebles que se robaron e quemaron en la dicha casa de Barroeta, fallamos que pues el dicho robo e quema de los dichos bienes está probado por las dichas pesquisas, que debemos diferir e diferimos juramento yn litem a donna Maria Ruys de Barroeta, muger de Fernando de Barroeta, que Dios aya, madre del dicho Martin Ruys de Barroeta, su fijo, para que so virtud del dicho juramento declare ante nos los vienes que le fueron robados e quemados, e su estimacion d'ellos” (*Ibidem*).

<sup>32</sup> “Ytem más, por el sostenimiento que el dicho Gonçalo Ybannes de Ugarte, e sus parientes e escuderos del solar de Ugarte, fesieron de los dichos malhechores, e en pena d'ello, demas de la dicha condenaçon susodicha, desterramos e banimos de todo el dicho condado de Biscaya e Encartaçiones, e de sus hermandades con dies

a Gonzalo Ibáñez de Ugarte de los oficios de alcalde y merino de la merindad de Marquina, así como del prebostazgo de Villaviciosa, condenándolo también a pagar las costas de la pesquisa judicial; para lo cual, con objeto de llevar a cabo eficazmente estas medidas, el propio corregidor mantuvo a buen recaudo a diez escuderos “de los principales del dicho solar de Ugarte” hasta saldar su cuenta con la justicia<sup>33</sup>. Finalmente, obligó a este pariente mayor a ofrecer garantías a los Barroeta por la carta de desafío que su hijo Gonzalo, quien actuó al frente del ataque, había realizado contra sus víctimas y adláteres<sup>34</sup>.

Pero el corregidor no sólo actuó contra los de Ugarte. También castigó a los del linaje de Barroeta por sus acciones cometidas en venganza por el asesinato y la destrucción de su casa-torre, por las cuales se dictó el destierro para uno de los bastardos de este linaje y a varios de sus escuderos, a lo que se sumó una pena pecuniaria de 20.000 maravedís por las costas generadas<sup>35</sup>. Finalmente, condenó también al concejo de Villaviciosa de Marquina:

---

legoas en derredor, al dicho Gonçalo Ybannes por tiempo de dos annos primeros siguientes, e a Fernando de Ugarte, su fijo, e a Sancho de Ugarte, fijo del dicho Gonçalo Ybannes de Ugarte, por tiempo del anno primero siguiente” (Ibidem).

<sup>33</sup> “Otrosy, por quanto por la dicha pesquisa se falla que por la negligencia, e remisyon e culpa e negligencia del dicho Gonçalo Ybannes, que ha cometido en los dichos sus ofiços de alcaldia, e merindad, e prebostad, son perpretados e cometidos muchos crimenes e delitos en esta dicha villa de Marquina e su merindad, por donde es dyno de pena e mereçe perder los dichos ofiços” (Ibidem).

<sup>34</sup> “Otrosy, por quanto el dicho Gonçalo de Ugarte, fijo del dicho Gonçalo Ybannes de Ugarte, non contento de los delitos e crimenes por él cometidos, antes continuando e perseverando en ellos, esforçandose en el dicho su padre e parientes de su linaje, puso una carta de desafío, e desafío a todos los del linaje e bando de Barroeta, e aun cavtelosa e maliciosamente desafío al dicho su padre, lo qual non finiera sy el dicho esfuerço non tubier; e que porque es público e notorio que continuamente se trata e se cartea con algunos de su linaje, e considerando la condición e malicia de la tierra, mandamos que los dichos Gonçalo Ybannes e Fernando, su fijo, esten presos engrillados con cadenas donde agora estan, en la villa de Vilvao, fasta tanto que trayan e fagan traer añaamiento e seguridad para los dichos de Barroeta, renada (sic) y como la hermandad mandare del dicho Gonçalo de Ugarte, su fijo, e los que por él han de pasar, todo por él, con tiempo de lo contenido en el dicho desafío, e queremos e mandamos que en el tiempo que asy estuvieren presos que non les sea descontado del dicho su destierro” (Ibidem).

<sup>35</sup> “Otrosy, por quanto por las dichas pesquisas se falla que los escuderos e parientes de Martin Ruys de Barroeta, e de su solar de Barroeta, han fecho e cometido, e fesieron e cometieron algunos ynultos, acometimientos, cometyendo perturban la justia de la tierra, e [queriendo] ferir e matar algunas personas contra rason, espeçialmente se fallan tanidos e alcançados en faser e cometer lo susodicho: Rodrigo de Barroeta, e Lope e Pedro de Ybarra, e Martin de Ybarra, e Pedro Miguel, vecino desta dicha villa, e Gonçalo de Barroeta con otros muchos del dicho linaje de Barroeta, lo qual todo fesieron e cometieron con fabor e esfuerço del linaje e bando de Barroeta, e creyendo e esforzando que seran defendidos e anparados por los parientes del dicho linaje de Barroeta, por lo qual fallamos que por lo cometido por ellos mereçen e deben aver pena, e en pena dello que debemos condenar e condenamos al dicho Rodrigo borte de Barroeta a destierro e banimiento de medio año cumplido, e al dicho Pedro de Ybarra e Martin de Ybarra por cada tres meses, e Pero Miguel por otros tres meses, e Gonzalo de Barroeta por dos meses, e mandamosles que non entren por los dichos tiempos en esta dicha villa de Marquina e su tierra e merindad, e con dos leguas en derredor, so pena que la primera ves que lo quebranten les sea doblado el dicho destierro, e por la segunda ves sean desterrados por toda su vida de todo el condado de Biscaya e Encartaçiones e sus hermandades, e por la terçera ves que lo quebrantaren que los maten por justia enposandolos con sendos cantos a los pescueços en un poço o rio de agua limpia, de guisa que mueran naturalmente” (Ibidem).

“asy por rezebir en ella algunos acotados e los dexar andar publicamente, como por non aver salido al repique de las campanas tras los malfechores, e otras culpas que han cometydo en veinte mill maravedies”<sup>36</sup>.

Circunstancialmente la condena afectó en persona a una parte del vecindario de Villaviciosa, pues incluso se extendió a un conjunto de mujeres, “por cabsa de las quales se rebuelben e han rebuelto en esta dicha villa e sus rabaes e merindad, muchos ruydos e escandalos entre los vesinos e vesinas d’ellas”. Su condena es colateral a los hechos capitales aquí juzgados, pero el corregidor no perdió oportunidad de poner orden en la villa. En muchos casos, se trataba de sancionar la conducta de mujeres amancebadas con los lacayos de ambos linajes:

“por quanto se fallan en esta dicha villa de Marquina muchas mugeres enbarraganadas e manzebadas con muchos lacayos e malfechores, e aun omes casados, las quales son algunas d’ellas alcahuetas, e otras fechasoras, e rechatoras, e testimonieras, e porasadas, e desporasadas, por cabsa de las quales se rebuelben e han rebuelto en esta dicha villa e sus rabaes e merindad, muchos ruydos e escandalos entre los vesinos e vesinas d’ellas, e aun lo que es más feo e abominable, que desfaman e han desfamado las tales alcahuetas, e rechatoras, e fechasoras, a muchas nobles damas casadas e por casar, e a muchas fijas de nobles omes, por lo qual merezen e deben aver pena, e en pena d’ello mandamos que sean desterradas e banidas, e por esta nuestra sentençia desterramos e banimos de la dicha villa e tierras con tres leguas en derredor”<sup>37</sup>.

La nómina de las mujeres encausadas por ello es prolija<sup>38</sup>.

---

<sup>36</sup> *Ibidem*.

<sup>37</sup> *Ibidem*.

<sup>38</sup> Se citan a las siguientes: a María Lasarte; a Teresa de Meabe, manceba de Peruste; a Sancha de Ybayguren, manceba de Lope de Andrino; a María Saracho, fija de Teresa de Orbe; a Ochando de Unda, manceba de Chachu Abad; a Ochoa de Errecalde, manceba de Peruste; a Marina de Arostegui; a Ochando, su fija; a Maryxe de Alegria, manceba de Martin Arguina; a Mary Beltran de Çarra, manceba de Juan de Arandia; a Sancha de Ansotegui, manceba de Martin, frances; a Joana de Çubilaga; a Catalina, manceba de Pedro Çamalloa; a Maria Çuasti, manceba de Fotricho; a Maria Ynnigues, manceba de Machico de Serrondo; a Maria Ferrandes de Ybarra; a Teresa, su hermana, de Sancho de Hubela; a Mayora de Yturarte; a María e a Maricho, fijas de Pedro de Çamalloa; a Mayora de Ytuarte, manceba de Pedro de Açoca; a Teresa de Maguregui de Pedro Ochoa de Castillo (*Ibidem*).

#### 4. Conclusiones

En nuestra breve aportación a este Coloquio Internacional hemos tratado de resaltar el interés de los archivos familiares para avanzar en el conocimiento de las elites castellanas y, particularmente, en la reconstrucción de los acontecimientos que rodearon las luchas banderizas.

En el caso aquí expuesto, los linajes enfrentados en Villaviciosa de Marquina fueron los Barroeta y los Ugarte, quienes protagonizaron un episodio violento, uno más en la larga cadena de “bolliços e ruidos” que asolaron lo que hoy es el País Vasco en el declinar de la Edad Media. Pero las pugnas entre esos linajes o, si se quiere, esa imagen impregnada con tintes de secular violencia, es a su vez compatible con las tensiones sociales que enfrentan a los banderizos con el común. Las noticias sobre la documentación del archivo familiar de los Barroeta y Gaitán de Ayala, junto con los fondos municipales ya publicados, muestran cómo un episodio violento como éste es simplemente el corolario de los enfrentamientos de los linajes en torno al control del territorio, de los bienes públicos del concejo de Marquina y de los derechos sobre el patronato de la iglesia de Jemein.

De hecho, nos encontramos ante uno de los ejemplos más acabados de dualidad competitiva del Señorío de Vizcaya<sup>39</sup>. Con sus pugnas, los linajes logran mantener el patronazgo de Santa María de Xemein como jurisdicción eclesiástica que rige para la anteiglesia de ese nombre y para la villa de Marquina, situada muy cerca del monasterio. Claro es que, a la larga, esta lógica de enfrentamiento irá perdiendo vigencia, y más si se enfrenta a la actitud beligerante de nuevos actores apoyados por la Corona. Aún así, estos dos linajes conservan a fines del siglo XV la mitad de un patronazgo, y mantienen secuestrados los derechos que poseía la villa al respecto. Aquí, además, podemos entender que el monasterio es una causa objetiva de enfrentamiento, sin olvidar el afán de poder que movía a ambos linajes. En juego estaba la primacía sobre un territorio quizá no muy extenso, pero con fuertes intereses económicos en la transformación y comercialización del hierro, pujante sector económico en Vizcaya en los siglos XIV y XV.

La sentencia dada por el corregidor en 1470 marca un punto de inflexión, pues a la justicia privada de los linajes se impondrá la justicia pública. También desde entonces, la estrella de los hidalgos irá declinando en favor de los cargos concejiles aunque el caso de Villaviciosa de Marquina muestre algunas particularidades compartidas con otras villas como Guerricáiz o Villaro, sometidas de facto al poder de los nobles, o incluso el caso de Bilbao, cuyo alfoz queda reducido a la nada al filo del año 1500. Aún así, de forma general para todo el Señorío de Vizcaya, los concejos irán delimitando su campo de actuación, controlando el ejercicio de esos derechos y ganando protagonismo en el gobierno de los asuntos públicos. Aún así,

<sup>39</sup> Véase DACOSTA – *Los linajes de Bizkaia...*, cit., p. 312 ss.

los linajes seguirán manteniendo gran parte de sus bienes y numerosos derechos sobre los distritos rurales y sobre el ámbito de influencia de los alfoques villanos. Se produce así, a principios del siglo XVI una verdadera desagregación política entre las veintiún villas y los distritos rurales agrupados bajo el concepto de “Tierra Llana”. Solo la lenta fusión de los linajes con las elites de las villas y el acceso de sus miembros a los oficios concejiles mitigaran estas desafecciones a favor de un mismo grupo dirigente. Pero esa será otra historia.

### *Tabla de documentos*

N.º	FECHA	ASUNTO DOCUMENTADO	LEG.
01	1355.05.06	Carta puebla otorgada por don Tello, señor de Vizcaya, para poblar Villaviciosa de Marquina a fuero de Bilbao, por causa de los continuos asaltos y violencias producidos por las gentes de Guipúzcoa. Concesión confirmada en 1497 por los Reyes Católicos.	15
02	1355.06.04	Carta de donación del patronato de la iglesia de Santa María de <i>Xemeingain</i> (Xemein o Jemein) hecha por los vecinos de Villaviciosa de Marquina a los señores de las casas de Ugarte y Barroeta.	01
03	1383.04.17	Pesquisa realizada por orden del rey Juan I de Castilla y León sobre lo que valen las ofrendas y diezmos de las iglesias de Vizcaya. Confirmada ese mismo año en Medina del Campo.	01
04	1455.09.20	Sentencia arbitral al pleito entre los de Villaviciosa de Marquina y las casas de Ugarte y Barroeta por las obras de la iglesia de San Pedro de Elejabarría y el patronato de Santa María de Jemein.	01
05	1470.11.17	Sentencia del corregidor Juan García de Santo Domingo contra el linaje de los Ugarte por el incendio y destrucción de la casa-torre de Barroeta, ocurrida el 15 de octubre de ese mismo año. Traslado autorizado por el Alcalde de Fuero de Vizcaya en 1474.	07
06	1477.06.01	Contrato matrimonial entre Martín Ruiz de Barroeta, natural de la casa y solar de Barroeta, y Leonor de Gamboa, hija de los señores del palacio de Olaso en Elgóibar (Guipúzcoa).	08
07	1489.03.12	Carta de arrendamiento de la casería de Arejillondo (o Arexillondo), en la merindad de Marquina, por la que la casa de Barroeta cobra anualmente 2 fanegas de trigo y 2 capones.	15
08	1489.03.12	Carta de arrendamiento de la casería de Aulestiarte, en San Andrés de Echebarría de la merindad de Marquina, por la que la casa de Barroeta cobra anualmente 3 fanegas de trigo y 2 capones, más una corona para la iglesia.	15
09	1489.10.19	Sentencia arbitral al pleito entre los de Villaviciosa de Marquina y las casas de Ugarte y Barroeta por el patronato de Santa María de Jemein. Confirmada en 1490 y 1497 por los Reyes Católicos.	01 15
10	(1489 c.)	Probanzas del proceso judicial que enfrenta a la casa de Ugarte y al preboste de la merindad de Marquina, a causa del patronato y de los diezmos de la iglesia de San Miguel de Mendata.	01
11	1492.02.03	Carta de permuta por la que los señores de Barroeta entregan el diezmo de Maguregui a los señores de Unzeta, reservando para sí una fanega de trigo anual y recibiendo a cambio la mitad de la renta de los molinos de Abesua.	15

12	1496.05.31	Renta de los seles de Imitola, en San Andrés de Echebarría de la merindad de Marquina, por los que la casa de Barroeta cobra al año 8 fanegas de trigo, 2 cabras, 6 requesones, 2 capones, 2 gallinas y usan ciertos robles para madera, más 100 mrs. para la iglesia.	15
13	1496.06.06	Renta de las caserías de Barusain, en la merindad de Marquina, por las que la casa de Barroeta cobra al año 16 fanegas de trigo, una cabra, 6 requesones, 4 capones y usan de ciertos recursos forestales.	15
14	1496.06.06	Carta de arrendamiento del sel mayor de Asorinarte (o de Elordi), en San Andrés de Echebarría de la merindad de Marquina, por la que la casa de Barroeta cobra anualmente 5 fanegas de trigo, una cabra, 3 capones y 6 requesones, más una corona para la iglesia.	15
15	1496.08.05	Renta del campo de Goitia, en la merindad de Marquina, por el que la casa de Barroeta cobra una fanega de trigo al año.	15
16	1497.11.25	Renta de las tierras de Orizarte, en San Andrés de Echebarría de la merindad de Marquina, por las que la casa de Barroeta cobra al año 4 fanegas de trigo y una cabra, más una corona para la iglesia.	15
17	(1497 c.)	Memorial de las rentas y bienes de la casa y solar de los Barroeta, junto a las casas de Echebarría, con sus montes y seles.	15
18	1498.09.04	Carta de arrendamiento del sel menor de Orizamo (junto al de Orizate), en San Andrés de Echebarría, por la que la casa de Barroeta cobra anualmente 3 fanegas de trigo, 2 capones y 4 requesones, más una corona para la iglesia. Se renueva la renta en 1517.	15
19	1503.09.03	Demanda presentada por Leonor de Gamboa, viuda de Martín Ruiz de Barroeta, a causa de la aplicación del testamento de su marido.	08
20	1506.10.30	Contrato matrimonial entre Juan de Utrilla, vecino de Motrico, y Juana de Barroeta, natural de la casa de Barroeta en Marquina.	08
21	1507.11.27	Carta de restitución del diezmo de Gambocorta, perteneciente al patronato de la iglesia de San Andrés de Echebarría, hecha por los señores de Olaso en favor de la casa de Barroeta.	07
22	1511.05.19	Testamento de Juana de Barroeta, esposa de Juan de Utrilla y vecina de Motrico.	08
23	1511.10.30	Acuerdo entre los patronos, cabildo y parroquianos de Santa María de Jemein sobre los beneficiados que han de oficiar en dicha iglesia, confirmado por el obispo de Calahorra.	01
24	1517.04.19	Carta de traspaso de la renta de nueve caserías de la casa y solar de los Barroeta, conocidas como: Aulestiarte, Mandiola, Asorinarte (o Elordi), Osolo, Vizcarra, Arexarexita (o Arejarejita), Garro, Unamuzaga y Urquidi, realizada en favor de Pedro Martínez de Elorriaga, vecino de la villa de Marquina, por un pago anual de 23 fanegas de trigo y 480 mrs., así como 6 coronas para San Andrés de Echebarría. En los días posteriores se informa del traspaso a las caserías.	15
25	1517.06.03	Carta de arrendamiento del sel mayor de Asorinarte (o Elordi), en San Andrés de Echebarría de la merindad de Marquina, por la que la casa de Barroeta cobra anualmente 4 fanegas de trigo, una cabra, 3 capones y 4 requesones, más una corona para la iglesia.	15
26	1518.03.22	Carta de arrendamiento de la casería de Arejillondo y la heredad de Cortagoitia, por la que la casa de Barroeta cobra anualmente una fanega y media de trigo.	15
27	1518.08.30	Carta de poder otorgada por los de la villa y merindad de Marquina en favor de sus representantes legales, para que actúen ante el obispo de Calahorra y el arzobispo de Zaragoza por causa de las cuentas de la fábrica de la parroquia de Jemein.	01

<b>28</b>	1519.03.15	Ordenanzas de Santa María de Jemein acordadas por los patronos y cabildo de dicha iglesia, confirmadas por un provisor del obispo de Calahorra.	01
<b>29</b>	1520.01.19	Contrato matrimonial entre Martín Ruiz de Barroeta, natural de la casa de Barroeta, y Jordana López de Unzueta, hija del prestamero mayor de Vizcaya y vecina de Mondragón.	08
<b>30</b>	1523.09.01	Carta de mandamiento del teniente general del corregidor de Vizcaya para que Fernando Ibáñez de Barroeta, señor de este solar, pueda edificar su casa en el sel y término de Amallogaray.	07
<b>31</b>	1528.08.07	Testamento de Martín Ruiz de Barroeta y Arteaga, señor de la casa solar de Barroeta y vecino de la merindad de Marquina, esposo de Jordana López de Unzueta.	09
<b>32</b>	1529.01.07	Testamento de María de Aguirre, esposa de Pedro López de Oronzue y vecina de la villa de Marquina	09
<b>33</b>	1533.03.03	Carta de arrendamiento de la casería de Orizate, en San Andrés de Echebarría de la merindad de Marquina, por la que la casa de Barroeta cobra anualmente 4 fanegas de trigo y una cabra de dos años, más una corona para la iglesia.	15
<b>34</b>	1545.11.04	Ordenanzas de Santa María de Jemein establecidas por el concejo de Marquina para dicha iglesia, confirmadas por el obispo de Calahorra.	01
<b>35</b>	1547.07.09	Testamento de María de Barroeta y Unzueta, natural de la casa y palacio de Arteaga en la merindad de Busturia.	09

# O cartório da Casa Senhorial de Vila Real: fragmentos diplomáticos (séculos XIV-XVII)

*Carlos Silva Moura*

O presente artigo encerra o objectivo de realizar um estudo de caso, a título subsidiário, que incide na colecção de pergaminhos, e demais papéis, relativos à família Meneses, sucessivamente nobilitada nos títulos de condes, marqueses e duques da vila transmontana de Vila Real durante as segunda e terceira dinastias reinantes em Portugal. A referida colecção, agrupada em dois maços, e composta por 39 espécies documentais, encontra-se albergada no Arquivo Nacional / Torre do Tombo, em situação que resultou da incorporação do acervo documental outrora depositado no antigo Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, extinto no ano de 1992<sup>1</sup>.

Uma leitura inicial sobre esta colectânea documental aporta-nos à conclusão de se tratarem de testemunhos que pertenceram, efectivamente, à administração da Casa Senhorial de Vila Real. No entanto, e apesar de absolutamente verdadeira e inequívoca, esta interpretação peca por escassa. Um estudo mais detalhado e atento sobre o conjunto total dos registos em causa induz-nos numa presunção de os mesmos terem pertencido à gestão subsequente de uma outra casa senhorial – a casa dos condes de Valadares –, a qual, somente fundada e declaradamente estabelecida nos inícios do século XVIII, se arrogou como legítima e natural sucessora da casa

---

<sup>1</sup> Conforme o artigo 25.º do DECRETO-LEI n.º 106-G/92. *Diário da República. I Série-A*. N.º 126 (01-06-92), p. 2648-(45). Toda a documentação de carácter histórico proveniente do extinto AHMF encontrava-se dividida em três secções, conforme a sua lei orgânica, expressa pelo DECRETO-LEI n.º 28:187. *Diário do Governo. I Série*. N.º 268 (17-11-37), p. 1217-1218. Na 1.ª Secção apresentavam-se três séries documentais: A) Arquivo dos Próprios Nacionais; B) Conventos Suprimidos e Extintos; e, C) Pergaminhos. Vale a pena referenciar que os documentos desta última série, onde se incluíam os alusivos à Casa de Vila Real, denotam um grande interesse para o estudo da história social, das famílias, e, muito particularmente, para o conhecimento da construção da marinha de guerra portuguesa do século XVII: veja-se o «Relatório dos Serviços do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, 1938-1945». 1946, p. 7-9; 45-54. Acessível no Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, Lisboa, Portugal.

vila-realense, pelo menos, em parte dos seus bens, nomeadamente após o ano de 1641, quando a Casa de Vila Real foi subitamente decapitada na sua estirpe, então, acusada e culpada de conjurar contra a vida de el-rei D. João IV. Por agora, interessamos focar a nossa atenção sobre aquele que consideramos ser o tema central desta colecção de pergaminhos, isto é, o morgadio da Casa de Vila Real, até porque pouco mais de metade dos diplomas lhe é obviamente respeitante.

A instituição do morgadio da Casa Senhorial de Vila Real assentou numa matriz sucessória de direitos patrimoniais, sobretudo da terra, e sem descurar o eixo memorial e recordativo que fora imposto pelo fundador, no caso, D. Pedro de Meneses, 1.º capitão de Ceuta, como se declara numa carta de 08-03-1431, pela qual o dito capitão firmou um contrato de dote com D. Fernando de Noronha, neto do rei Henrique II de Castela e sobrinho de D. João I, rei de Portugal, confiando-lhe em casamento a mão de D. Beatriz, sua filha primogénita e herdeira assumida da sua casa condal de Vila Real<sup>2</sup>. A notável ascensão da casa vila-realense durante a segunda metade do século XV ficou a dever-se, e muito, ao trajecto sociopolítico protagonizado por D. Pedro de Meneses, único filho gerado daquele matrimónio. Bem adestrado no comando militar, o distinto desempenho do 3.º conde de Vila Real nas campanhas do Norte de África, onde também deteve o governo e capitania da praça de Ceuta, e, posteriormente, nas lutas afonsinas em terras de Castela, valeram-lhe não só o reconhecimento régio como a natural compensação no escalonamento nobiliárquico e no incremento senhorial e patrimonial, tudo alcançado à custa das doações e mercês atestadas pelos reis D. Afonso V e D. João II<sup>3</sup>.

Entre os muitos benefícios recebidos, e para o que nos importa aqui salientarmos, conta-se a doação dos paços, e todo o casario anexo, incluindo os foros aí circunscritos, situados junto ao mosteiro de Santa Maria do Carmo, na cidade de Lisboa, que el-rei D. Afonso V fez ao 3.º conde de Vila Real. Esta doação, na sua forma pura e irrevogável, teve a faculdade de ser prorrogada a todos os sucessores que houvessem de herdar o morgado da casa vila-realense, sem nunca lobrigar a hipótese de alheamento do referido morgado, não obstante o pagamento de um foro anual traduzido numa onça de prata. De qualquer modo, a doação indicia a afectação directa dos paços do Carmo no património da casa senhorial. A doação denota ainda o pormenor de ter sido concedida na vila de Zamora, portanto, pouco antes da batalha de Toro, na qual o monarca português saíra vencido, malogrando as pretensões que

<sup>2</sup> Documento publicado por DORNELAS, Afonso – Documentos antigos: instituição do vínculo dos Condes de Villa Real, feita em Ceuta em 1431. *Elucidario Nobiliarchico*. Vol. I, n.º 10 (1928), p. 310-319.

<sup>3</sup> Para uma visão de síntese e de interpretação mais imediata sobre a geografia senhorial da Casa de Vila Real, vejam-se: WAGNER, Mafalda de Noronha – *A Casa de Vila Real e a Conspiração de 1641 contra D. João IV*. Lisboa: Edições Colibri, 2007, p. 30-37; e, POUSSÃO-SMITH, Selma – *Rodrigues Lobo, os Vila Real e a Estratégia da Dissimulatio*. Vol. 1. Lisboa: edição de autor, 2008, p. 36-51.

revelara para suceder na coroa castelhana. Por outro lado, somos ainda informados que a outorga decorreu da necessidade de confirmar um alvará régio que D. Pedro de Meneses recebera na altura da ocupação da praça de Tânger, em 1471, segundo o qual o rei *Africano* lhe doara os referidos paços, mais o seu bairro anexo, em função de uma doação anteriormente feita ao mesmo conde de Vila Real por D. Beatriz Pereira, viúva de Rui de Melo, almirante do reino<sup>4</sup>.

De facto, a dotação patrimonial do morgadio da Casa de Vila Real começara a ser pensada, construída, e diríamos, aumentada, na transição para o último quartel do século XV, após o matrimónio concertado entre D. Pedro de Meneses e D. Beatriz, filha de D. Fernando, 2.º duque de Bragança<sup>5</sup>. Ocorrido em 1462, este casamento permitiu ao 3.º conde de Vila Real um embolso financeiro bastante significativo, deduzido no dote da consorte, ao qual se juntaram mais 20 mil dobras, isto é, 2 contos e 400 mil reais, oferecidos por el-rei D. Afonso V. Desta mercê régia, 1 conto e 500 mil serviriam para empregar na compra de bens de raiz a incluir no património do morgado vila-realense, como se deduz num diploma de confirmação dado na cidade de Évora, em 23-04-1475<sup>6</sup>, portanto, pouco antes da incursão militar

<sup>4</sup> Para tudo, veja-se ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 7, fl. 10, e *Místicos*, livro 3, fls. 17-17 v.º, por carta de 20-10-1475. Associado à casa e serviço do Infante D. Henrique, na qualidade de cavaleiro, Rui de Melo foi titular efectivo do almirantado do reino entre 1453 e 1467, logrando tal ofício mediante o casamento contraído com D. Beatriz Pereira, filha do almirante *mice* Carlos Pessanha, da qual não obteve descendentes directos: veja-se a sua breve biografia feita por MORENO, Humberto Baquero – *A Batalha de Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico*. [Tese de Doutoramento] Lourenço Marques: Universidade de Lourenço Marques, 1973, p. 863-866. A viúva D. Beatriz Pereira, apelidada no qualificativo de “almiranta”, sobreviveu ainda mais alguns anos, gerindo os bens do defunto marido, como cabeça de casal, entre os quais se contavam os paços do Carmo, e seu bairro anexo. De facto, encontramos-la nesta colecção de pergaminhos a firmar um instrumento de empraçamento em 3 vidas com um oficial de tanoeiro, morador no então chamado “bairro do almirante”: ANTT, *Colecção de Pergaminhos do Ex-Arquivo Histórico do Ministério das Finanças: Casa de Vila Real*, maço 1, n.º 1 a), por diploma de 24-04-1476. Por outro lado, é justo recordar que, desde o reinado de D. Dinis, os paços do Carmo, ou da Pedreira, como se chamavam antes da edificação do mosteiro patrocinado pelo condestável D. Nuno Álvares Pereira, eram um imóvel tradicionalmente adstrito aos detentores do ofício do almirantado do reino, e que o 1.º capitão de Ceuta, nos últimos anos de vida, captara o dito ofício através do dote de casamento que o unira a D. Genebra Pessanha, outra filha do referido *mice* Carlos Pessanha, com a faculdade de o legar na descendência deste consórcio. Condição que nunca veio a suceder: veja-se MOURA, Carlos Manuel da Silva – *A Linhagem de D. Pedro de Meneses: percursos e estratégias de poder político, social e senhorial (séculos XIV-XV)*. [Tese de Mestrado] Lisboa: s. n., 2005, p. 128.

<sup>5</sup> Até à data deste consórcio, em 1462, o cotejo de algumas fontes permite-nos apurar, com certa verosimilhança, o cadastro de bens que, por via da dotação materna (DORNELAS, Afonso – *Documentos antigos...*, *cit.*, p. 312-313), por convenção de partilhas (ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 25, fls. 46 v.º-48 v.º, e *Místicos*, livro 3, fls. 140 v.º-145 v.º, por carta de 21-10-1444) e por confirmação régia (*idem*, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 11, fls. 77-77 v.º, e *Místicos*, livro 3, fls. 169 v.º-170, por carta de 04-06-1451), compunham o património inicial que tombou a favor do 3.º conde de Vila Real. É certo que alguns dos bens contemplados naquelas fontes não iriam perdurar no morgado da casa, como foram os casos da vila de Alcoentre, com a sua aldeia do Tagarro, que foram vendidas a el-rei D. João III por D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, pelo preço de 14 000 cruzados (5 contos e 600 000 reais), conforme instrumento de 17-11-1541, inserto na confirmação da venda que o mesmo rei fez a Martim Afonso de Sousa, capitão-mor e governador nas partes da Índia, em cuja família se instituiu morgado relativamente àquelas possessões: cf. ANTT, *Chancelaria de D. João III*, livro 38, fls. 57-58 v.º e SOUSA, D. António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Tomo XII, parte II – livro XIV. Coimbra: Atlântida – Livraria Editora, 1954, p. 241-243.

<sup>6</sup> ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 30, fls. 94-94 v.º, e *Místicos*, livro 2, fls. 66 v.º-68 v.º.

afonsina por terras de Castela. Importa, ainda, notar que a dotação régia daquele 1 conto e 500 mil reais destinada para a aquisição e afectação de bens patrimoniais em morgado só iria ser desembolsada por el-rei D. Manuel I, no decurso do ano de 1502, atendendo, então, a um requerimento formulado por D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real. Ora, a consequência dessa solicitação, aliás, inclusa nesta colecção de pergaminhos, é expressa por um instrumento de obrigação e seguro, pelo qual o marquês de Vila Real e D. Maria Freire, sua mulher, hipotecaram certos bens livres do seu património conjunto, especificamente localizados em Alcoutim, Tavira, Beja, Évora, Leiria e Lisboa, com valor equivalente à dita dotação, ressaltando-se a sua imediata incorporação como bens de morgado, caso o dinheiro creditado pelo monarca não fosse empregue na obtenção de bens de raiz<sup>7</sup>. De resto, é certo que a quantia entregue pelo rei *Venturoso* não foi seriamente aplicada pelo marquês na intenção de comprar outros bens<sup>8</sup>. Aliás, a leitura daquele diploma de 1502 faz-nos deduzir que o pedido de liquidez imediata alegado pelo marquês orientava-se mais na necessidade de cobrir as dívidas deixadas pelo seu pai e de compensar a soma vultuosa de 5 contos de reais despendidos no dote de D. Joana de Noronha, sua irmã, então, consorciada com o condestável D. Afonso, sobrinho de el-rei<sup>9</sup>, que propriamente no interesse de adquirir bens para afectar ao morgado da sua casa. Na verdade, D. Manuel I já tinha entregue ao marquês de Vila Real uma subvenção de mil cruzados, isto é, o equivalente a 4 contos de reais, precisamente, para a compra de bens a incluir no seu morgado, conforme se noticia num dos documentos desta colectânea, mas com a data de 1500<sup>10</sup>. Percebemos, aliás, pela mesma colectânea, que a tamanha necessidade de saldar passivos já seria um preceito bastante rotineiro que acercava os senhores da casa vila-realense, mesmo entre os indivíduos orientados para a sucessão titular no marquesado, como aconteceu com o próprio D. Fernando de Meneses, ainda sendo 1.º conde de Alcoutim, mais justamente quando resolveu solicitar a el-rei D. Manuel I que mandasse reter, pelo tempo de 8 anos, entre 1497 e 1504, todos os dinheiros que recebia em virtude dos seus assentamentos e tenças,

<sup>7</sup> ANTT, *Colecção de Pergaminhos...: Casa de Vila Real*, maço 2, n.º 9, datado em 10-03-1502. Vejam-se, também, os traslados deste diploma em ANTT, *Gavetas da Torre do Tombo (As)*, Gaveta 3, maço 10, n.º 9; *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 6, fls. 27-27 v.º; e, *Místicos*, livro 1, fls. 230-231 v.º.

<sup>8</sup> A comprovar tal facto, assinala-se o exemplo das moradas de casas que o marquês tinha na vila de Leiria, empenhadas no referido instrumento de obrigação e seguro, pois naquelas casas foram erigidos os paços senhoriais que serviram de residência aos marqueses e duques de Vila Real, desde os fins do século XVI até 1641. À época, eram designados por “paços da ponte”: veja-se a descrição detalhadíssima oferecida por POUSSÃO-SMITH, Selma – *Rodrigues Lobo... cit.*, Vol. 1, p. 51; 155-158.

<sup>9</sup> Conforme as informações dadas pelo documento citado na nota 7. Sobre o valor do dote de D. Joana de Noronha, veja-se a carta de confirmação do seu matrimónio, por carta de 08-10-1500: ANTT, *Místicos*, livro 4, fls. 166-170 v.º, publicada por SOUSA, D. António Caetano de – *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Tomo I – livro III. Coimbra: Atlântida – Livraria Editora, 1946, p. 298-309.

<sup>10</sup> ANTT, *Colecção de Pergaminhos...: Casa de Vila Real*, maço 1, n.º 4 a), no qual consta a data de 20-03-1500. Sobre a equivalência dos valores monetários entre cruzados e reais, veja-se o exposto por SOUSA, D. António Caetano de – *História Genealógica... cit.*, Tomo IV – livro V. Coimbra: Atlântida – Livraria Editora, 1947, p. 127.

dado ter o firme propósito de amortizar as dívidas que havia contraído, dispondo prontamente aqueles dinheiros para a finalidade de satisfazer quaisquer cobranças que fossem reivindicadas pelos seus credores<sup>11</sup>.

Não queremos ser maçadores ao mencionar estas informações, mas, na verdade, elas são importantes para compreender a grande quantidade de testemunhos verificados nesta colecção documental, com alusão directa a imóveis adstritos ao morgado da Casa de Vila Real, e neste caso, referentes aos paços do Carmo, e seu bairro anexo, ou “bairro do marquês”, como então passou a ser designado, à época. A aquisição de bens imóveis contíguos aos paços ou dispersos pelo bairro, com a finalidade de os anexar ao morgado vila-realense, começou a ser feita pelo 3.º conde e 1.º marquês D. Pedro de Meneses, embora os primeiros testemunhos da colectânea se refiram a concertações firmadas nos anos de 1499 e 1500 por D. Fernando de Meneses, seu filho primogénito, e herdeiro de todo o morgado, estado e casa senhorial<sup>12</sup>. O “bairro do marquês” assumia-se como uma verdadeira coutada instalada no centro da capital do reino. Numa altura em que Lisboa atravessava um fervor comercial, em cujo porto afluíam bastas riquezas provenientes do oriente asiático, não seria surpreendente que os marqueses de Vila Real se orgulhassem de ostentar, perante nacionais e estrangeiros, o lugar sociopolítico que ocupavam na nobreza portuguesa dos séculos XVI e XVII. O seu bairro representava um claro sinal distintivo da sua honra e estado<sup>13</sup>. Com uma casa forjada na ascendência linhagística de reis peninsulares, sendo a terceira na hierarquia nobiliárquica, posicionada atrás das casas de Bragança e de Aveiro; com uma dimensão senhorial e patrimonial regamente recompensada em satisfação dos feitos militares protagonizados aquém e além-mar, em África, sobretudo em Ceuta; e, com uma vocação inclinada na aprendizagem da cultura letrada do seu tempo, e respectivo mecenato, onde alguns representantes da linhagem se distinguiam..., compreende-se facilmente que os titulares do marquesado de Vila Real se proclamassem no qualificativo de ilustres príncipes e excelentes senhores. De facto, assim surgem designados na diplomática oficial produzida pelos tabeliães públicos de el-rei, na qual, constando como parte interessada, resolvem firmar escrituras

<sup>11</sup> ANTT, *Colecção de Pergaminhos...: Casa de Vila Real*, maço 2, n.º 5, por carta de seguro de 29-11-1496.

<sup>12</sup> ANTT, *Colecção de Pergaminhos...: Casa de Vila Real*, maço 1, n.ºs 1 b), 3 a) e 4 a); e, maço 2, n.ºs 6 a), 7 a) e 8 a). Os conteúdos informativos presentes no documento 6 a) do maço n.º 2 atestam-nos que o 1.º marquês de Vila Real já concertava escrituras de emprazamento e aforamento com os residentes do seu bairro. E se não começou a praticá-las desde 1476, amparado pela doação afonsina de 20-10-1475, decerto, já as firmaria desde 1487, depois de resolvidas as demandas que ainda trazia com o testamenteiro de D. Beatriz Pereira, quando lhe foi ajustada em definitivo a posse das casas e anexos edificadas junto aos paços do Carmo: idem, *ibidem*, maço 1, n.º 2, por instrumento de convenção de 30-01-1487.

<sup>13</sup> A este propósito, veja-se a planta topográfica datada dos fins do século XVI alusiva à cidade de Lisboa, publicada pelo alemão Georg Braun, *Civitates Orbis Terrarum*, vol. V, Colónia, c. 1598, n.º 2. Para uma visualização da referida planta, vejam-se as reproduções incluídas nos trabalhos de WAGNER, Mafalda de Noronha – *A Casa de Vila Real...*, cit., p. 65, e de POUSSÃO-SMITH, Selma – *Rodrigues Lobo...*, cit., Vol. 1, p. 538-539. Veja-se, ainda, em ambiente electrónico, o sítio [http://www.sanderusmaps.com/antique-maps/europe/lissabon\\_5910.cfm](http://www.sanderusmaps.com/antique-maps/europe/lissabon_5910.cfm).

particulares relativamente às propriedades situadas no seu bairro. Assim se vislumbra no caso desta colecção documental, onde achamos uma sucessão de instrumentos de novo aforamento enfiteuse, emprazamento e escambo, pelos quais os marqueses D. Fernando de Meneses e D. Pedro de Meneses, seu filho, estabelecem novas contrações ou actualização de foros que eram pagos pelos residentes no seu bairro<sup>14</sup>.

A leitura detalhada de todo o conjunto documental alusivo aos imóveis sítos no “bairro do marquês” oferece-nos indícios suficientes para apurar algumas das categorias socioprofissionais dos seus moradores, quase todos ligados aos ofícios mesterais. E aí encontramos barbeiros, ourives, atafoneiros, vinhateiros, pedreiros, picheiros, pilotos da marinha, talhantes, sirgueiras, indivíduos ligados à criação e serviço de outros nobres fidalgos, especificamente, o conde de Penela e o barão de Alvito, além de um número nada despidendo de mulheres viúvas. Por outro lado, no rol de testemunhas abonatórias destas escrituras públicas é possível identificar os nomes e atribuições oficiais de alguns dos indivíduos afectos ao clientelismo da casa senhorial vila-realense. Nestes, achamos cavaleiros, escudeiros, criados, escrivães da câmara, e mesmo um capelão, um ourives e um físico, entre outros<sup>15</sup>. E nesse quadro clientelar ao serviço da Casa de Vila Real cabe especificar o papel desempenhado pelo feitor, que mais não era senão o responsável pela gestão, administração e cobrança dos foros dos imóveis, mas, também, aquele que ficava mandatado em procuração pelo senhor da casa a fim de poder representá-lo, na sua ausência, em todos os assuntos que respeitassem ao firmamento de novas escrituras e autos de posse, como nos surge em alguns diplomas desta colecção<sup>16</sup>.

Sabendo-se que a Casa de Vila Real apresentava uma geografia patrimonial e senhorial descontínua no território do reino português, desde o alto Minho até à costa algarvia, a existência de vários sujeitos investidos em funções administrativas e gestoras seria uma situação perfeitamente compreensível. Não é de desprezar a ideia de todas as tarefas que exigissem o alcance de escrituração pública ou particular, através da venda, da compra, do escambo e da produção de alterações, mesmo que mínimas, quer nos tributos pagos, quer na designação dos arrendatários que fruía da posse e domínio útil das propriedades dos senhores da casa, determinassem, por sua vez, a necessidade de identificar, classificar e arrolar, *avant la lettre*, a natureza e a circunstância de toda a papelada referente aos bens patrimoniais da casa senhorial. Esta realidade não se aplicaria tão-somente aos haveres da fazenda, mas, também, naquilo que concernisse à correspondência pública e particular, fosse com as instituições, fosse com el-rei, ou à

<sup>14</sup> ANTT, *Colecção de Pergaminhos...: Casa de Vila Real*, maço 1, n.º 1 c), 3 c), 5 a), 5 b), 6 e 7; e, maço 2, n.º 7 c), 7 d) e 10. As datas documentais correspondem aos anos de 1523, 1524, 1530 e 1542.

<sup>15</sup> Sobre os residentes no “bairro do marquês” e indivíduos da clientela vila-realense, leiam-se os documentos da *Colecção de Pergaminhos* referenciados nas notas 12 e 14.

<sup>16</sup> ANTT, *Colecção de Pergaminhos...: Casa de Vila Real*, maço 1, n.º 1 b), 3 a-b), 4 b); e, maço 2, n.º 6 b), 7 b) e 8 b). Nestas escrituras e autos de posse identificamos o feitor Charles Cidreira e o vedor Nicolau de Matos.

remuneração de serviços prestados pelo seu oficialato clientelar<sup>17</sup>. No caso dos imóveis do “bairro do marquês”, essas tais características gerais de identificação, classificação e assentamento estão bem patentes nos versos de alguns dos diplomas desta colecção. Essencialmente, declaram a localização do imóvel (neste caso, Lisboa), um brevíssimo resumo da informação inscrita no seu anverso e a indicação do fólio do livro de registo onde estava averbado o seu traslado<sup>18</sup>. Além dos “copiadores” onde eram averbados os registos de documentos recebidos, por outro lado, também não deve merecer muitas dúvidas o facto da Casa de Vila Real exercitar o seu desempenho na qualidade de entidade produtora de testemunhos. De facto, os privilégios de ter chancelaria própria, gozar da isenção de correição régia, prover juizes e outros oficiais, conhecer os feitos crimes e cíveis através dos seus ouvidores e, ainda, lançar tributações extraordinárias aos moradores nas suas terras, foram tudo regalias alcançadas pelos senhores de Vila Real, e conferidas, pelo menos, desde o reinado de D. Afonso V, em diante<sup>19</sup>. Neste sentido, presume-se que o volume de documentação, tanto recebida como expedida, exigiria a existência de um cartório, ou de vários cartórios, em função da intermitência geográfica verificada no seu património senhorial. Arriscamo-nos a dizer que os paços do Carmo fossem o lugar do seu cartório lisboeta. E pese embora as pistas sobre a pluralidade de cartórios serem manifestamente nulas, também nos arriscamos a pensar, ou propor, que os haveria em sítios estratégicos como Vila Real, Caminha, Chão de Couce, Leiria, Santarém e Alcoutim, pois em todos estes lugares os senhores de Vila Real tinham paços edificadas, uns mais pomposos, outros mais modestos<sup>20</sup>.

<sup>17</sup> Neste último caso subscreve-se o exemplo da mercê do prestimónio na quantia de 80 000 reais concedidos por Sua Santidade, o papa, que D. Manuel de Meneses, 1.º duque de Vila Real, fez a António Botelho de Sampaio, fidalgo da sua casa e alcaide-mor na sua vila e ducado de Vila Real, em satisfação de serviços prestados e em recompensa pelo seu casamento com D. Isabel de Sequeira, dama da duquesa de Vila Real: ANTT, *Colecção de Pergaminhos...*: *Casa de Vila Real*, maço 1, n.º 1 d), por carta de 30-04-1585.

<sup>18</sup> Singularmente, um dos documentos apresenta um registo escrito tão lacónico quanto singelo feito pela mão de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, afirmando: “estas casas comprej eu e sam mjnas”; veja-se ANTT, *Colecção de Pergaminhos...*: *Casa de Vila Real*, maço 2, n.º 1 c), fl. 4.

<sup>19</sup> Para tudo, no geral, veja-se ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 41, fls. 96 v.º-97; e, *Místicos*, livro 4, fls. 74-75, por carta de 20-05-1499, confirmando, em última instância, uma carta de el-rei D. Afonso V, dada em 14-05-1462; assim como, idem, *Chancelaria de D. João III*, livro 14, fls. 131 v.º e 153, por cartas de 28-06-1528 e de 22-08-1528. Mais especificamente, no domínio dos provimentos de ofícios ligados ao juízo e escrivania dos órfãos, mas, também, aos tabelionados, à inquirição e à contadoria, e mesmo no tocante ao alargamento do raio de acção dos seus ouvidores, em outros lugares além dos seus domínios patrimoniais, tendo aí, ou não, interesses declarados, vejamos alguns diplomas averbados na *Chancelaria* do rei *Piedoso*: livro 14, fl. 123 (tabeliães, na vila de Ranhados, por carta de 17-06-1528); livro 14, fl. 131 v.º (ouvidor para conhecer e julgar feitos, salvo acção nova, em terras do marquês sitas na comarca da Estremadura, estando aquele oficial em Coimbra, Santarém, Tomar, Torres Novas ou Leiria, por carta de 14-07-1528); livro 48, 107 v.º (juiz dos órfãos, nas terras circunscritas a Chão de Couce, por carta de 03-11-1529); livro 43, fl. 115 v.º (ouvidor de Alcoutim para conhecer e julgar feitos na cidade de Tavira, por carta de 03-10-1530); livro 18, fl. 81 (juiz dos órfãos, na vila de Alcoutim, por carta de 03-08-1532); livro 50, fl. 24 (ouvidor de Almeida e Ranhados para conhecer e julgar feitos, salvo acção nova, na vila de Trancoso, por carta de 02-02-1540); livro 6, fl. 37 v.º (juiz dos órfãos, na vila de Lamas de Orelhão, por carta de 19-02-1543); e, livro 5, fl. 16 v.º (escrivão dos órfãos, inquiridor e contador na vila de Vila Real, por cartas de 01-12-1543).

<sup>20</sup> Sugere-se em Vila Real, os paços da Torre; em Caminha, a casa da Ínsua; em Chão de Couce, uns paços de veraneio, com a sua vastíssima quinta; em Leiria, os paços da Ponte; em Santarém, supõe-se, o solar do

Donde, acreditando-se na pluralidade de cartórios que acabavam por formar “o Cartório”, conforme é enunciado nas composições coevas de Gregório Pita Calheiros<sup>21</sup> e de Jerónimo de Mascarenhas<sup>22</sup>, podemos, então, supor que cada um deles albergasse toda a papelada referente ao senhorio e ao serviço clientelar da casa vila-realense, tendo em conta a sua própria área geográfica de intervenção e respectivo alcance jurisdicional. Decerto, esta situação implicaria a existência de uma organização mínima relativamente aos testemunhos, quer produzidos como recebidos. Não acreditamos na concentração dos registos num só núcleo ou sítio arquivístico, mas também não confiamos totalmente no rigor organizativo dos mesmos em cada um deles. É por isso que nesta colecção existe um ou outro exemplo testemunhal que nos sugere ou contradiz a virtude de uma feição mais arrumada. Afinal de contas, trata-se indubitavelmente de uma colecção de fragmentos diplomáticos. Se, para alguns deles, podemos fundamentar uma justificação teórica, através da existência de uma qualquer relação de parentela ou através de alguma substância particularmente incidente nos interesses

---

Requeixo; e, em Alcútem, a chamada “casa do conde”: veja-se POUSÃO-SMITH, Selma – *Rodrigues Lobo...*, cit., Vol. 1, p. 37-46; 155-158.

<sup>21</sup> Referimo-nos à chamada “Relação de bens”, mais propriamente designada por *Rellação das doações, priuilegios, sentenças, Bullas apostolicas, E mais papeis do cartoreo da casa de villa Real, em que se mostra sua ascendencia, nobresa, E antiguidade E os titulos que tem, com tudo o mais que ouue na dita casa, E possui de presente, E pode vir ha ter de futuro, por bem das ditas doações, E mais papeis*: ANTT, *Casa do Infantado*, livro 241. Sem dúvida, constitui um manancial informativo precioso para o conhecimento da realidade senhorial, patrimonial e hereditária da casa dos condes, marqueses e duques da vila transmontana de Vila Real. Composta no ano de 1630, esta relação foi destinada a D. Luís de Noronha, irmão de D. Miguel de Meneses, 6.º marquês de Vila Real e 1.º duque de Caminha, servindo como argumento para esclarecer o seu direito sucessório enquanto herdeiro presuntivo à Casa de Vila Real, em virtude da falta de descendência directa verificada nos dois casamentos legítimos do referido seu irmão, o duque-marquês. Falecido este em 1637, fruto de doença prolongada, D. Luís de Noronha teve de enfrentar uma oposição forte na sucessão da casa senhorial face às pretensões reveladas por D. Antónia de Meneses, filha natural do duque-marquês. Legitimada em 1634 e casada desde 1635 com D. Carlos de Noronha, para cujo matrimónio transportou um dote paterno parcialmente ocupado com bens afectos ao património do morgado, entre os quais se contava o “bairro do marquês”, usufruiu da elevada posição e influência sociojurídica do seu marido durante a fase final da monarquia dual para poder alcançar aquele desiderato sucessório. A sentença definitiva da demanda entre as duas partes só ficaria resolvida em 1643, volvidos dois anos sobre a execução sumária aplicada no patíbulo do Rossio às pessoas de D. Miguel de Noronha, 2.º duque de Caminha, e de D. Luís de Noronha, seu pai, acusados do crime de lesa-majestade contra el-rei D. João IV. Embora aquela sentença *post-mortem* tivesse reconhecido a herança presuntiva da Casa de Vila Real a favor de D. Luís de Noronha, declarando-o somente na qualidade de último possuidor dos bens da mesma casa, então confiscados, e sem lhe aferir o senhorio deles e o título do marquesado, na verdade, e mais que isso, amparou a Coroa para tomar o lugar do executado, não só para legalizar a captura forçosa dos referidos bens, como, igualmente, para limitar as acções e direitos que pudessem ser alegadas pela outra parte demandante dos mesmos, ou sejam, D. Antónia de Meneses e D. Carlos de Noronha. Uma descrição bastante pormenorizada de todas estas questões, e outras, podem ser verificadas na obra de Mafalda de Noronha Wagner, já citada em notas anteriores. Os bens da casa vila-realense foram incorporados na doação da vila e ducado de Beja proporcionada ao Infante D. Pedro, por carta régia de 11-08-1654, cuja administração ficou entregue à Junta da Casa de Vila Real e Ducado de Beja, assim designada pela incidência territorial dos bens alusivos à sua gestão. A agregação de novas terras acarretou a adopção de uma nova designação, depois de 1699: a Casa do Infantado.

<sup>22</sup> MASCARENHAS, D. Jerónimo de – *Historia de la Ciudad de Ceuta: sus sucessos militares, y politicos – memorias de sus santos y prelados, y elogios de sus capitanes generales*. Pref. Afonso de Dornelas. Ed. Academia das Ciências de Lisboa. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1918.

da Casa de Vila Real, porém, para outros, nem por isso, em função da escassez dos dados actualmente disponíveis<sup>23</sup>.

Referenciámos que grande parte dos diplomas é constituída por instrumentos de venda, aforamento e emprazamento de imóveis, alusivos a Lisboa, e sobretudo tocantes ao morgadio dos senhores de Vila Real, mas, nesta mesma colecção também é possível vislumbrar testemunhos da chancela régia relativos à outorga de ofícios e mercês, cartas expedidas pela cúria papal romana, e ainda outros documentos mais especificamente subordinados ao foro social e memorial da família Meneses. Entre as cartas régias, além daquelas que aprovaram os seguros feitos a D. Fernando de Meneses nos anos de 1496 e de 1502, já citadas anteriormente, cabe destacar aquela que se refere à doação do ofício de capitão, governador e alcaide-mor da cidade de Ceuta, dada por el-rei D. Afonso V a D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real<sup>24</sup>. No tocante à diplomática proveniente da cúria de Roma salientamos a Penitenciaria Apostólica dirigida a D. Miguel de Meneses, 4.º marquês de Vila Real, concedendo-lhe autorização para poder erigir uma capela no “campo de Leiria”, em título consagrado a São Miguel. Em virtude deste diploma ter sido outorgado no ano de 1550<sup>25</sup>, pode supor-se que a fundação desta capela estivesse prevista para ser construída no vasto e palúdico campo do Ulmar, numa época em que aquele marquês mandara novamente arroté-lo<sup>26</sup>. Apesar de tal concessão apostólica, a construção da capela não parece ter conhecido o seu efeito prático<sup>27</sup>. Relativamente aos documentos alusivos ao foro social e memorial da família Meneses, distinguimos o instrumento do contrato de casamento, dote e arras, no valor de 25 mil dobras, aferido para o enlace entre D. Aleixo de Meneses, filho de D. Pedro de Meneses, 1.º conde de Cantanhede, e D. Joana de Noronha, filha de D. Henrique de Noronha e sobrinha de D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, de quem se esperaria, segundo informa o diploma, algum auxílio para amealhar o dote<sup>28</sup>. Num sentido mais inclinado para a memória linhagística surge-nos um raríssimo testemunho assinado pelo

<sup>23</sup> Veja-se ANTT, *Colecção de Pergaminhos...: Casa de Vila Real*, maço 1, n.º 1 e), 3 [B], e 3 [C], e maço 2, n.ºs 1, 1 a), 11 a), 12, 13 e 14.

<sup>24</sup> ANTT, *Colecção de Pergaminhos...: Casa de Vila Real*, maço 2, n.º 4; e, *Místicos*, livro 3, fls. 57-57 v.º, por carta de 29-06-1460. Primeira referência publicada por SARAIVA, José Mendes da Cunha – *Alguns Diplomas Particulares dos Séculos XIV e XV*. Lisboa: Publicações do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, 1943, p. 9. (Arquivo Histórico de Portugal; 5).

<sup>25</sup> ANTT, *Colecção de Pergaminhos...: Casa de Vila Real*, maço 1, n.º 3, [A], datado pelo 10.º dia das Calendas de Agosto do primeiro ano do pontificado de Júlio III, ou seja, 23-07-1550.

<sup>26</sup> ANTT, *Casa do Infantado*, livro 241, p. 72, n.º 105: «O marquês D. Miguel, o primeiro, abriu um pedaço deste campo, e deu as terras dele, sendo paul, a quem o ajudasse a abrir e romper com lhe pagarem o terço; e ele abriu as valas e rompeu o rio, e os lavradores frutificaram as terras, rompendo-as e reduzindo-as à cultura, à sua custa (...)».

<sup>27</sup> Este argumento baseia-se em algumas informações gentilmente cedidas pelo Professor Saul António Gomes, segundo o qual, naquele “campo de Leiria”, existiu, de facto, a igreja e freguesia votada ao orago São Miguel – hoje, São Miguel do Coimbrão –, mas, instituída pela diocese de Leiria em 1636. É certo que havia outras ermidas dedicadas a São Miguel, mais medievais, porém, sem se lhes reconhecer uma fundação protagonizada pela Casa de Vila Real.

<sup>28</sup> ANTT, *Colecção de Pergaminhos...: Casa de Vila Real*, maço 2, n.º 1 b), por instrumento de 21-11-1522.

1.º capitão de Ceuta, rubricando-o, então, na qualidade de conde de Viana do Alentejo, pelo qual declarava ter mandado entregar certa quantia de coroas de ouro para dotar o casamento verificado entre dois elementos da sua parentela<sup>29</sup>. Um dos registos mais significativos desta colecção de pergaminhos, muito por culpa da sua antiguidade, refere-se à carta de arras e donadio que D. Afonso, conde de Gijón e Noroña, e filho do rei Henrique II de Castela, fez a D. Isabel, sua mulher, filha natural de el-rei D. Fernando, pela qual lhe outorgava o senhorio das suas vilas asturianas de Lena e Villaviciosa<sup>30</sup>. O diploma em causa não oferece grande história, mas permite-nos juntar mais um testemunho tendente a corroborar a restituição do condado asturiano que, nas vésperas da batalha de Toro, el-rei D. Afonso V fez a D. Pedro Meneses, reconhecendo no 3.º conde de Vila Real a sucessão hereditária e universal, enquanto neto legítimo do conde de Gijón e Noroña relativamente a todo o conjunto de vilas e lugares sujeitos àquela circunscrição condal.<sup>31</sup>

Declarámos no início que a gestão administrativa destes documentos terá sido assumida pela casa dos condes de Valadares. Ora, a prova desse facto sustenta-se na presença de dois diplomas directamente referentes à figura de D. Carlos de Noronha, progenitor directo da referida casa. Esses diplomas são a carta de mercê da comenda da vila alentejana de Mourão, própria à Ordem Militar de São Bento de Avis<sup>32</sup>, e a carta de mercê que o proveu no cargo de presidente da Mesa da Consciência e Ordens<sup>33</sup>. O consórcio que contraiu com D. Antónia de Meneses, filha legitimada do duque-marquês D. Miguel de Meneses<sup>34</sup>, permitiu-lhes a oportunidade de reivindicar, em conjunto, o direito sucessório sobre a Casa de Vila Real. Reivindicação que se baseou na ausência de uma descendência directa verificada nos dois matrimónios de D. Miguel de Meneses, sobretudo após a morte deste no ano de 1637, aliamentando, então, uma demanda muito acesa contra D. Luís de Noronha, irmão do

<sup>29</sup> ANTT, *Colecção de Pergaminhos...: Casa de Vila Real*, maço 2, n.º 3, por carta de 28-02-1434.

<sup>30</sup> ANTT, *Colecção de Pergaminhos...: Casa de Vila Real*, maço 2, n.º 2, por carta de 17-07-1382.

<sup>31</sup> Biblioteca da Ajuda, códice 46-IX-13, fls. 103-107, por carta de 18-02-1476, publicada por WAGNER, Mafalda de Noronha – *A Casa de Vila Real...*, cit., p. 397-398.

<sup>32</sup> ANTT, *Colecção de Pergaminhos...: Casa de Vila Real*, maço 1, n.º 1 f), apresentando a data de 18-03-1611, com traslado na *Chancelaria da Ordem de São Bento de Avis*, livro 10, fls. 340 v.º-341, segundo a numeração original do mesmo livro.

<sup>33</sup> ANTT, *Colecção de Pergaminhos...: Casa de Vila Real*, maço 1, n.º 1 g), apresentando a data de 07-01-1641, com traslados na *Chancelaria de D. João IV*, livro 12, fls. 8-8 v.º, e na *Chancelaria da Ordem de Cristo*, livro 34, fls. 323-323 v.º. Tem-se por óbvio que este documento e o anteriormente citado não entram na administração directa dos senhores de Vila Real, e só surgem nesta colectânea por força do consórcio que D. Carlos de Noronha alcançou com D. Antónia de Meneses, filha natural de D. Miguel de Meneses, 6.º marquês de Vila Real e 1.º duque de Caminha.

<sup>34</sup> ANTT, *Chancelaria de D. Filipe III: perdões e legitimações*, livro 9, fls. 201 v.º-202, por carta de 03-04-1634. Esta carta informa-nos que o duque de Caminha solicitou a el-rei que ratificasse a legitimação que ele próprio já dera à sua filha, então, recolhida no mosteiro de Santa Ana, na cidade de Leiria, em virtude de um escrito que lhe fizera em 08-01-1634, numa situação em que procurava colmatar a falta de descendentes legítimos. Uma breve menção no escatocolo deste registo refere-nos ainda que foi igualmente passada uma carta régia ao mesmo duque de Caminha, semelhante à achada nos fls. 5 v.º-6 do mesmo livro 9, pela qual D. Antónia de Meneses ficava habilitada na herança de quaisquer bens que lhe fossem doados, a título particular, contanto que não fossem próprios ao património da Coroa.

duque-marquês, que, na teoria, e de acordo com os preceitos do vínculo instituído pelo 1.º capitão de Ceuta, em 1431, seria o herdeiro presuntivo daquela casa senhorial<sup>35</sup>. Se a justeza da demanda evidenciava ser discutível no tocante à sucessão do título e estado da casa, porém, ela era incontestável no direito à manutenção da herança de alguns bens que o duque-marquês tinha dotado à referida D. Antónia, antes, durante e após o seu processo de legitimação, no qual, aliás, se previra e fundamentara a habilitação de herdar bens afectos ao morgado, mas, nunca nas doações antigamente feitas à Casa de Vila Real, cuja natureza radicasse originalmente no património régio<sup>36</sup>. E entre os bens de morgado dotados pelo duque-marquês, além de alguns que se situavam em redor de Leiria e das lezírias circunscritas a Santarém, contavam-se, efectivamente, os paços do Carmo, e seu bairro anexo<sup>37</sup>, nos quais paços o casal D. Carlos e D. Antónia montou residência. Por outro lado, o próprio D. Carlos de Noronha não saiu depreciado na generosidade do seu sogro, pois este nomeou-o para sucedê-lo no direito de cobrar os réditos das comendas da Granja de Alpriate e de São Julião de Montenegro, ambas próprias à Ordem Militar de Cristo<sup>38</sup>. O usufruto de tais rendimentos, mediante solicitação régia, foi liberalmente autorizado por uma dispensa papal que lhe permitiu acumulá-los com aqueles que ia recebendo da sua comenda de Mourão, pela qual já tinha, portanto, o hábito e a profissão da Ordem de Avis<sup>39</sup>. É pela razão de tais nomeações e confirmações feitas a D. Carlos de Noronha que achamos nesta colecção documental as cartas de mercê daquelas comendas da Ordem de Cristo originalmente concedidas ao duque-marquês D. Miguel de Meneses<sup>40</sup>. Por outro lado, achamos também dois breves apostólicos remetidos pela cúria papal romana alusivos à tença anual de 100 000 reais lucrada por Carlos de Noronha através dos rendimentos obtidos

<sup>35</sup> Neste sentido, foram produzidas algumas alegações em nome de ambas as partes demandantes que pretenderam fundamentar o seu direito sucessório, tanto no património senhorial da casa como nos bens que estavam afectos ao seu morgado: veja-se a secção de fontes impressas indicadas por WAGNER Mafalda de Noronha – *A Casa de Vila Real...*, cit., p. 450-456, *passim*. É bem possível que o duque-marquês tenha maturado a ideia de excluir o seu irmão na sucessão da casa senhorial. A razão para tal situação, fundamentada, ou não, é absolutamente insondável, embora se possa conjecturar a ocorrência de incompatibilidades ou de um qualquer conflito surdo surgido no seio do seu relacionamento pessoal: vejam-se as pistas dadas pela mesma Autora, acima citada, p. 50, e nota 58.

<sup>36</sup> ANTT, *Chancelaria de D. Filipe III: perdões e legitimações*, livro 9, fls. 5 v.º-6. Trata-se de uma carta régia de 25-05-1632 que faculta e habilita Bernardo Machado, neto de um certo Francisco de Góis Peixoto, para entrar legitimamente na sucessão de quaisquer bens e ofícios públicos ou privados que lhe fossem particularmente ou publicamente dotados, desde que a natureza original desses bens e ofícios não radicasse em património doado pela Coroa, ou não oferecesse prejuízo ao direito de outros herdeiros legítimos, se os houvesse. Foi na observância destes trâmites que terá sido passada uma carta similar ao duque de Caminha, conforme ficou sugerido, *supra*, nota 34.

<sup>37</sup> ANTT, *Arquivo da Casa dos Condes de Povolidade: Arquivo da Casa dos Condes de Valadares*, maço 40, n.º 15, onde, entre vários traslados, se apura uma provisão do duque-marquês datada de 08-11-1634. Vejam-se mais informações sobre outros bens e foros dotados em WAGNER, Mafalda de Noronha – *A Casa de Vila Real...*, cit., p. 63-66.

<sup>38</sup> ANTT, *Chancelaria da Ordem de Cristo*, livro 28, fl. 24, por alvará régio de 13-09-1635, que o confirma nessa nomeação, e no qual se vislumbra já estar consorciado com D. Antónia de Meneses.

<sup>39</sup> ANTT, *Chancelaria da Ordem de Cristo*, livro 23, fl. 87 v.º, por alvará régio de 19-01-1639.

<sup>40</sup> ANTT, *Colecção de Pergaminhos...*: *Casa de Vila Real*, maço 1, n.º 3 e), e maço 2, n.º 16, por cartas de 04-02-1611 e de 18-11-1622, respectivamente, com traslados na *Chancelaria da Ordem de Cristo*, livro 9, fls. 54-55 v.º, e livro 22, fls. 84-85, reciprocamente.

pela igreja paroquial de Santa Maria de Gontinhães, circunscrita ao termo da vila de Caminha. Porém, tais breves nada respeitam ao progenitor da Casa de Valadares, mas, sim, a um Carlos de Noronha, clérigo bracarense. A presença destes testemunhos nesta colectânea diplomática é justificada somente pelo direito de apresentação que os senhores da Casa de Vila Real tinham quanto à nomeação dos abades que exerciam o reitorado naquela igreja paroquial, própria ao padroado da Coroa<sup>41</sup>.

Até este momento, pouco se sabe sobre a trajectória custodial desta colecção de pergaminhos. Um exercício regressivo permite-nos apurar que ela surgiu em 1892 no antigo convento de Santa Joana, cujo edifício fora adaptado para arquivo, acompanhada de outros papéis, livros e pergaminhos originários de diversos serviços extintos em 1834, tendo sido tudo inicialmente recolhido no Tribunal do Tesouro Público, integrado na Fazenda Nacional. Sabe-se que toda a papelada proveniente da Junta da Casa do Infantado ficou assimilada no chamado “Arquivo dos Próprios Nacionais”. É provável que a colectânea documental alusiva ao antigo cartório vila-realense também estivesse incluída nesse “arquivo”, mas indutivamente “apartada” dele devido à sua especificidade fragmentária e informativa, aliás, conforme a organização posterior que foi levada a cabo no extinto Arquivo Histórico do Ministério das Finanças<sup>42</sup>. Sem dúvida, a gestão dos imóveis do “bairro do marquês”, não estando sob a alçada administrativa da Junta da Casa do Infantado, pelas vicissitudes que já subentendemos nas páginas anteriores, foi efectivamente exercida pelos indivíduos da futura casa dos condes de Valadares. No entanto, arriscamos a hipótese de presumir que a gestão de certa parte daqueles imóveis não tenha perdurado muito tempo na posse da descendência directa de D. Carlos de Noronha. A nossa suposição baseia-se num alvará régio de D. Afonso VI, no qual se concedeu à Irmandade do Santíssimo Sacramento, adstrita ao mosteiro da Santíssima Trindade, uma autorização para comprar propriedades no “bairro do marquês” que eram foreiras a D. Miguel Luís de Meneses, com o objecto de aí construir a sua igreja<sup>43</sup>. Em função desta nossa conjectura, apetece mesmo considerar que o património documental sobre o “bairro do marquês” tratado neste exercício tenha sido trespassado para a posse da referida irmandade, incluindo mesmo aqueles testemunhos alusivos à antiga casa dos senhores de Vila Real, então, tornados inúteis, por força da sua extinção. E, se assim o foi, então, em função do decreto liberal de 30-05-1834, que determinou a extinção das ordens religiosas, poder-se-á compreender o surgimento destes fragmentos diplomáticos nos serviços públicos da Fazenda Nacional oitocentista.

<sup>41</sup> ANTT, *Colecção de Pergaminhos...: Casa de Vila Real*, maço 1, n.º 3, [B], por breve papal de 12-07-1614, e n.º 3, [C], por breve papal de 19-09-1615. Sobre o direito de apresentação de abades na referida igreja paroquial de Santa Maria de Gontinhães, veja-se idem, *Casa do Infantado*, livro 241, p. 248-258.

<sup>42</sup> Veja-se o «Relatório dos Serviços...», p. 7-14, *passim*, confrontando as informações aludidas *supra*, nota 1.

<sup>43</sup> ANTT, *Chancelaria de D. Afonso VI*, livro 25, fls. 467 v.º-468, por alvará de 13-11-1664.

# Capela de Nossa Senhora da Ajuda e Morgadio dos Piornais em S. Martinho, Funchal, ilha da Madeira

*Maria Favila Vieira da Cunha Paredes<sup>1, 2</sup>*

## 1. Instituições vinculares: morgadios e capelas

Para o Integralista Lusitano Xavier Cordeiro, “uma intenção moralizadora e fecunda de vincular à Terra à Família”<sup>3</sup> inspirou o povoamento da Pátria portuguesa.

Em *O morgadio em Portugal nos séculos XIV-XV*, Maria de Lurdes Rosa distancia-se do preconceito de inspiração iluminista e liberal que envolveu a vinculação da propriedade. Destaca “a naturalidade da explicação das Ordenações Filipinas para as intenções do fundador de um morgadio, ou seja, conservar e aumentar o nome e a memória das suas casas através de um código de conduta imposto aos descendentes”<sup>4</sup>, e convida a investigar o o tema “na esfera interna das famílias (...) tentando alargar o dossier da vida de cada morgadio e personagens a ele ligados”<sup>5</sup>: alerta assim para

---

<sup>1</sup> Com a colaboração de Fernão Manuel Favila Vieira e de Maria João Pereira da Silva Favila Vieira

<sup>2</sup> Agradecemos à Diocese do Funchal, na pessoa do Reverendíssimo Bispo Senhor D. António Carrilho, e na do Reverendíssimo Bispo Emérito Senhor Dom Teodoro de Faria, a possibilidade de consultar os decretos prelatícios citados neste trabalho e a de transcrever os autos de fundação da capela, bem como agradecemos a colaboração do genealogista Luis de Sousa Melo, antigo director do Arquivo Regional da Madeira, e a de Maria de Lurdes Rosa, Directora do Instituto de Estudos Medievais – FCSH/UNL, cuja tese permitiu fundamentar uma interpretação da história da capela e seus administradores.

<sup>3</sup> CORDEIRO, Adriano Xavier – *O problema da vinculação e o casal de família*. 2.ª edição, Lisboa: [sem nome], 1933, p. 6.

<sup>4</sup> ROSA, Maria de Lurdes – *O morgadio em Portugal sécs. XIV-XV*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 20.

<sup>5</sup> Idem, p. 262.

a importância dos arquivos privados e para a necessidade de prestar maior atenção a estas fontes. Em resposta ao repto, trataremos de uma capela madeirense, na posse da mesma família desde a sua fundação no século XVI.

Na Madeira houve inúmeros vínculos, sobretudo capelas, cujos bens se destinavam a pagar os encargos pios determinados no testamento do instituidor, revertendo parte dos rendimentos para o administrador designado. Os rendimentos dos bens de morgado eram para o administrador, salvo a parte alocada aos legados pios: “se bem que não seja fácil estabelecer a diferença entre capelas e morgados sem a leitura atenta do documento que lhes deu origem – em geral um testamento”<sup>6</sup>. A fundação da capela de Nossa Senhora da Ajuda, em São Martinho, no Funchal, está associada à instituição do morgadio dos Piornais.

## 2. Ascendência e família próxima de António Favella, fundador da capela de Nossa Senhora da Ajuda e do morgadio dos Piornais

### 2.1. Ascendência de António Favella, “caualeiro da casa del rei”

Gaspar Frutuoso<sup>7</sup> e Henrique Henriques de Noronha<sup>8</sup> dizem que António Favella (forma antiga do nome), casado com D. Maria de Vasconcellos, bisneta de Zargo, procedia da nobreza da Escócia e das Astúrias<sup>9</sup>: aludem à tradição que liga os Favila da Madeira aos condes Favila e D. Pelágio, Asturianos.

<sup>6</sup> SILVA, Fernando Augusto P. da – Capelas e morgados da Madeira. In *Arquivo Histórico da Madeira*, 1934-1935, Volume IV, pp. 65-72.

<sup>7</sup> Historiador micalense notável pela cultura e virtudes, faleceu em 1591 (v. SILVA, P. Fernando Augusto da – Frutuoso (Doutor Gaspar). In *Elucidário Madeirense: fac-símile da edição de 1940-1946*. Funchal: Secretaria Regional de Turismo e Cultura Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1998. Vol. II, pp. 57-58.

<sup>8</sup> Membro da Academia Real da História Portuguesa, elogiado por Diogo Barbosa Machado na *Bibliotheca Lusitana* e Antonio Caetano de Sousa na *Historia Genealógica da Casa Real Portuguesa*, escreveu o *Nobiliário Genealógico de famílias madeirenses*, “tido como um dos mais autorizados escritos sobre o assunto” (SILVA, P. Fernando Augusto da – Henriques de Noronha (Henrique). In *Elucidário Madeirense*, edição citada, Vol. II, p. 117). O historiador Alberto Vieira assinala a sua cultura, perspicácia e “apurado sentido crítico”. (NORONHA, Henrique Henriques de – *Memórias seculares e eclesiásticas para a composição da historia da diocese do Funchal na ilha da Madeira/ transcrição e notas de Alberto Vieira*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1996, pp. 8-11). Sucedeu no riquíssimo morgado de Manuel Martins Brandão, fundador da igreja de Nossa Senhora do Carmo, no Funchal. Noronha não temia desafiar as autoridades e outros fidalgos igualmente fogosos, ou empregar meios violentos para alcançar os seus fins: em 1707 foi degredado por publicar sátiras difamatórias do desembargador Manuel Mexia Galvão (Carta de sentença crime contra Henrique Henriques de Noronha, 07-12-1707 – Arquivo Regional da Madeira [doravante ARM], Família Torre Bela [doravante FTB], caixa 16-30); em 1718 foi inculcado no crime de homicídio de dois filhos do governador do Porto Santo, Estêvão de Vasconcelos Perestrelo Bettencourt, um dos quais, José Freire de Noronha, pretendia a mão de sua sobrinha D. Mariana de Castelo Branco (v. Carta de sentença crime a favor de Estêvão de Vasconcelos Perestrelo Bettencourt, Governador Donatário da ilha do Porto Santo, contra Henrique Henriques de Noronha, 17-11-1718 – ARM, FTB, cx. 21-18).

<sup>9</sup> NORONHA, Henrique Henriques de – Drummonds Escocios. Favellas. Vasconcellos. In *Nobiliário Genealógico das Famílias que passaram a viver a esta Ilha da Madeira depois do seu descobrimento, que foi no ano de 1420*. S. Paulo: Revista Genealógica Brasileira, 1948, pp. 242-243, 272-273, 518 e 531.

Para validar a tradição comunicada por figuras autorizadas, haveria que estabelecer o elo entre João Favila, tronco da família em Portugal, e os Favila que um diplomata brasileiro menciona entre os nacionalistas espanhóis que se impuseram aos reis godos e iniciaram a reconquista cristã da Ibéria<sup>10</sup>. Vindo de Castela, João Favila casou a mando de D. Afonso V com Beatriz Coelho, dama da Casa Real. Tiveram, entre outros filhos, Fernão e João Favila, criados na Madeira<sup>11</sup>. Estes fidalgos, respectivamente pai e tio de António Favella, combateram em África, foram produtores de açúcar conforme registos de 1523<sup>12</sup> e 1530<sup>13</sup>. “Homens bons” do concelho, os Favella serviram diversos cargos de 1508 a 1547: tesoureiro, guarda-mor, almotacé, lealdador, procurador da cidade e recebedor do concelho<sup>14</sup>.

Fernão Favella sepultou-se em 1537 no convento de São Francisco do Funchal<sup>15</sup>.

## 2.2. Francisco Favella, comendador da Ordem de Cristo

O irmão mais velho de António Favella, Francisco Favella, instituiu capela a favor de suas filhas Beatriz Pires e Maria Favella por codicilo de 22 de Novembro de 1579<sup>16</sup>. Enterrou-se em São Francisco, na cova de seu pai, com honras de comendador da Ordem de Cristo<sup>17</sup>.

<sup>10</sup> V. LAVRADOR, José – *A velha Espanha Goda: lendas da sua História*. Lisboa: Portugália Editora, 1946. Não existe unanimidade quanto à paternidade de Pelágio, que alguns atribuem ao duque da Cantábria, Favila; mas a tradição e os documentos históricos que referem Favila, rei das Astúrias, concordam que este era filho de Pelágio. Morto prematuramente durante uma caçada e sepultado com sua mulher Froleba na igreja de Santa Cruz de Cangas, deixou dois filhos, nenhum dos quais chegou a reinar (V. Favila. In *Enciclopédia Universal Ilustrada Europeo-Americana*. Madrid: Espasa-Calpe, 1984. Tomo XXIII, pp. 412-413). Em torno de Favila, duque da Cantábria, e de seus filhos Hermengarda e Pelágio, se tece o romance de Herculano *Eurico o Presbítero*.

<sup>11</sup> NORONHA, Henrique Henriques de – *Nobiliário Genealógico ...*, op. cit., p. 271.

<sup>12</sup> Citado por CLODE, Luiza – *Museu de Arte Sacra do Funchal: Arte Flamenga*. Funchal: Edicarte Edições e Comércio de Arte Lda., 1997, p. 118.

<sup>13</sup> VIEIRA, Alberto – O regime de propriedade na Madeira: o caso do açúcar (1530-1537): Problemas, análises futuras. In *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira 1986*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração – DRAC, 1989. Vol. I, p. 577.

<sup>14</sup> Fernão Favella eleito tesoureiro na abertura do pelouro de 23-06-1508. COSTA, José Pereira da – *Vereações da Câmara Municipal do Funchal: primeira metade do século XVI II Volume e Apenso Vereações da Câmara Municipal de Santa Cruz 1515-1516*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura Centro de Estudos de História do Atlântico, 1998, Vol. II, p. 8; alvará régio de 10-01-1511 incluindo Fernão Favella entre as pessoas aptas para servirem os cargos da câmara, alvará régio de 28-04-1515 incluindo nos da câmara João Favella, cavaleiro, em reconhecimento de serviços prestados em Safim e Azamor, carta régia de 23-08-1515 para incluir João Favella no conto dos homens bons da câmara. (MELLO, Luís de Sousa – Tombo 1.º do Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal: 1.ª parte. In *Arquivo Histórico da Madeira*. Funchal: Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, 1974. Vol. XVIII, p. 530, 567, 573, respectivamente; Fernão Favella de Vasconcelos, vereador em 1597 e 1599; COSTA, José Pereira da – *Vereações da Câmara Municipal do Funchal: segunda metade do século XVI*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura Centro de Estudos de História do Atlântico, 2002. Vol. III, pp. 111-117, 120 a 147, 159 e 161).

<sup>15</sup> NORONHA, H. H. – *Nobiliário Genealógico...*, op. cit., p. 271.

<sup>16</sup> Comta que se tomou a Breitis Pires da capela de seu paj Francisco Fauella – ARM, Juízo do Residuo e Provedoria de Capelas [doravante JRC], Processos de tomada de contas de capelas, cx. 61-3, fl. 21verso.

<sup>17</sup> Comta que se tomou a Breitis Pires da capela de seu paj Francisco Fauella – ARM, JRC, Processos de tomada de contas de capelas, cx. 61-3, fl. 21v.º.

### 2.3. D. Inês Moniz: uma Favella feminista?

Filha de António Favella, D. Inês Moniz morreu “sem estado”<sup>18</sup>.

No seu testamento (29-08-1587)<sup>19</sup>, manda que não peçam contas a seu irmão Fernão Favella de Vasconcellos da administração que fizera da fazenda dela e de uma irmã de ambos<sup>20</sup>. Valoriza a mulher na família: instituindo morgadio com sucessão na linha feminina<sup>21</sup> a favor de suas sobrinhas, filhas do morgado, nomeando gestora do quinhão da pequena Isabel sua cunhada Beatriz<sup>22</sup>. Manda-se enterrar na cova de seu avô materno, Joane Mendes de Vasconcellos, em São Francisco.

Deixa duas rendas para livramento de um sobrinho, cativo em África<sup>23</sup>, bem como 15 000 reis aos Jesuítas para a primeira peça da igreja do seu colégio<sup>24</sup>, talvez a Virgem flamenga descoberta em 1993 sob o soalho da igreja do Colégio de São João Evangelista. Belíssima imagem de grandes dimensões e muito antiga, poderá ter pertencido à capela da Ajuda antes de ser objecto de devoção naquela igreja, conforme já referido em 1997 no catálogo da arte flamenga do Museu de Arte Sacra do Funchal<sup>25</sup>. Na Quaresma de 1570, os jesuítas vindos de Lisboa assolada pela peste, obrigados a quarentena, acolheram-se em casas de Fernão Favila junto à capela da Ajuda<sup>26</sup>. É de crer que daí brotasse uma particular estima entre os padres da Companhia e os Favila, que o legado de Inês Moniz parece confirmar.

Facto interessante, os jesuítas dedicaram à Senhora da Ajuda a primeira igreja que edificaram na Baía<sup>27</sup>, e outra, imponente, em Goa.

<sup>18</sup> NORONHA, H. H. – *Nobiliário Genealógico...*, *op. cit.*, p. 273.

<sup>19</sup> Certidão do testamento de Inês Moniz, extraída da Conta que se toma ao lecençado Simam Achiaioli de Vasconcellos da capela de Jgnes Moniz de que he administrador – ARM, FTB, cx. 14-6, fl. 6v.º-7.

<sup>20</sup> “o dito meu irnam Fernam Favila trouxe sempre minha fazenda que me a mim pertence de minhas legítimas e de huma minha irnam que também me deixou seu quinhem em minha vida e nam quero que disso se lhe pesa couza alguma porque de tudo o que diso me podia dever me dou por paga e de todo lhe dou quitação” (Certidão do testamento de Inês Moniz... –, ARM, FTB, cx. 14-6, fl. 5).

<sup>21</sup> “andara sempre por linha direita em femia e quem quer que herdar e suseder na dita minha fazenda de que faso morgado para sempre [sera] obrigado me mandar dizer a dita missa em cada hum anno por dia dAsensam” (Certidão do testamento de Inês Moniz... –, ARM, FTB, cx. 14-6, fl. 6-6v.º).

<sup>22</sup> “cumpridos todos meos legados e de todo o que a dita minha fazenda render se faram dois quinhoens e hum delles sera pera a dita minha sobrinha Dona Maria, e a outra metade sera pera Jzabel de Vasconcellos e se entregara a sua May se[m] seu pay nisso entrevir nem no poder gastar e a dita sua May sera obrigada a lhe ter sempre vivo o que assim lhe couber pera lhe todo haver de entregar quando for tempo pera isso” (Certidão do testamento de Inês Moniz... –, ARM, FTB, cx. 14-6, fl. 5-5v.º).

<sup>23</sup> “quanto ao que couber a dita Dona Maria minha sobrinha he minha vontade que a renda dos primeiros dois anos ella a de a seu irnam Diogo Vaz pera ajuda de seu livramento” (Certidão do testamento de Inês Moniz... –, ARM, FTB, cx. 14-6, fl. 5v.º).

<sup>24</sup> Certidão do testamento de Inês Moniz... *cit.* –, ARM, FTB, cx. 14-6, fl. 6v.º.

<sup>25</sup> CLODE, Luiza – *Museu de Arte Sacra do Funchal...*, *op. cit.*, p.116.

<sup>26</sup> CLODE, Luiza – *Museu de Arte Sacra do Funchal...*, *op. cit.*, p.116.

<sup>27</sup> DIAS, Carlos Malheiro (et alii) – *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Porto: Litografia Nacional, 1924, p. LII e LIII; ver também ALMEIDA, Fortunato de – *Missões do Brasil*. In *Curso de História de Portugal*. 10.ª edição actualizada, Coimbra: Fortunato de Almeida (Herdeiros), 1945, p. 198.

### 3. Fundação da capela de Nossa Senhora da Ajuda (1540-1541)

O testamento dos fundadores António Favella e Maria de Vasconcellos está resumido nos seus termos de óbito, e ainda na escritura de dote da capela<sup>28</sup>.

Primeiro morreu Maria (23-08-1544). Do testamento feito pelo notário João Martins<sup>29</sup>, constava que instituíam morgadio na linha varonil: “fazem morgado com capela de tres mysas cada somana/ seu marido he testamenteyro e de poys fica a capela ao filho”<sup>30</sup>.

No assento de óbito, o cura João Paiva registou apenas os legados pios, esmolos e missas, advertindo: “ho mays se vera no testamento que he grande”<sup>31</sup>.

#### 3.1. A fundação duma igreja particular: o padroado, serviço e responsabilidade dos fundadores

Dedicada à Virgem, a capela foi dotada com as terças dos fundadores<sup>32</sup>, autorizados pelo arcebispo D. Martinho de Portugal, a bem da expansão do culto católico: “como nos nenhuma cousa mais desejemos nem comvenha majs a nosso ofício que ho culto diujno ser acresentado pera que em toda a parte se pudese ser ouvese lugar dedicado homde hos catollicos se lembrem de louvar e dar graças ao Senhor”<sup>33</sup>.

Coração de uma propriedade agrícola, o novo templo proporcionava aos colonos o socorro da religião: a população crescia, disseminava-se e reclamava mais

<sup>28</sup> Escritura de dote da ermida de N.ª Sr.ª da Ajuda, 07-01-1541. In [A]utos que mandou fazer o Senhor Arcebispo Dom Martinho pelo seu Ouvidor Geral o Bacharel Diogo Dias de justificasam do valor das terças de Antonio Jozeph Fav[e]lla, e sua molher Maria de Vascomcellos instituidores da cappella de Nossa Senhora da Ajuda sita nos Piornaes, escriptura de dote que os dictos lhe fizerão pera seu ornato e reparo, com tres missas de pensão cada semana, e lice[n]ca que o dito senhor [l]he concedeu pera nella se celebrar et caetera – Arquivo Histórico da Diocese do Funchal [doravante AHDF], Capelas, cx. 14-4, fl. 7-9.

<sup>29</sup> V. teor do testamento contido na escritura de dote da ermida referida na nota anterior, fl. 7.

<sup>30</sup> Termo de óbito de Maria de Vasconcellos – ARM, Paroquiais [doravante PRQ], Sé, Lv.º 67, fl. 52.

<sup>31</sup> Termo de óbito de Maria de Vasconcellos – ARM, PRQ, Sé, Lv.º 67, fl. 52.

<sup>32</sup> “por sua devação ordenarão de fazer e fezerão huma ernityda a envocação de Nosa Senhora dAjuda no lymyte dos Pyornaes onde tem huma sua fazenda a qual dotaram com suas terças pera que sempre ate fim do mundo seu filho ou filha amenystr[e] sostenha e proveja a dyta jgreja e jrmyda e em cada huma somana pera sempre se dygão nela tres mysas a homra e louuor do culto devyno” ([Alvará de D. Martinho de Portugal] pera o seu ouuydor geral senformar do que Amtonio Fauella morador na ilha da Madeyra dota a capela que faz de Nosa Senhora dAjuda na sua fazenda dos Pyornaes [e] lhe mamdar por estormemto pera prover, 12-06-1540. In Autos que mandou fazer o Senhor Arcebispo Dom Martinho... – AHDF, Capelas, cx. 14-4, fl. 2).

<sup>33</sup> Carta de lyçemça a Amtonio Fauella e Maria de Vascomçellos sua molher moradores na jlha da Madejra pera que [n]a capella que tem feita em huma sua fazenda que [h]e cituada nos [P]ior[n]ai[s] cuja jnuo[c]ção e nome he de [N]osa Senhora dAjuda posão allevar huum soo allta[r] [com] huma campana pequena e nella se poder[em] diz[e]r mjsas cantadas e rezadas e [t]odos hos ofícios diujnos, 1541-03-02, Lisboa (treslado de 1541-04-04). In Autos que mandou fazer o Senhor Arcebispo Dom Martinho... – AHDF, Capelas, cx. 14-4, fl. 1.

padres e mais missas, motivando, em resposta, uns “apontamentos” do Infante D. Fernando em 1461<sup>34</sup> e 1466<sup>35</sup>.

Com as cautelas da praxe<sup>36</sup>, o ouvidor do bispado verificou as condições da capela da Ajuda, testemunhas fidedignas confirmaram o valor das terças destinadas a manter a capelania: mil cruzados de ouro<sup>37</sup>. Foi concedida a desejada licença de culto: “erigimos a casa que fez Amtonio Fauella e Maria de Vascomçellos sua molher que he cituada nos Piornais termo da çidade do Fumchall em capella da jmvocação (...) de Nosa Senhora cuja festa do orago sera por dia de Nosa Senhora que vem oyto dias amte Natall a qual tera hum soo alltar e hum campanario com huma campana pequena pera se tamger a oração do dia e oras ha mjssa (...) e nella se dirão mjsas camtadas e rezadas e outros ofiços diujnos (...)” e atribuido o padroado, sob condição de obediência: “sallvo sempre ho direito da matrix que he sua cabeça de que sera em todo ho mais subdita (...) comfirmamos o dito Amtonio Favella e depois de seu falleçimemto ho herdejro seu macho ou ho marido da erdeira emquãoto tiver admjnystração das ditas terças em padroeyro de fundação e dotação da dita capella e por tais queremos que sejam avidos e conhecidos por todos em juizo e fora delle (...) usarão frujrão e gozarão de todas as jmmunjdades preuylegyos exemçõis que tem hos padroejros de fundação e dotação comtamto que nom vão comtra nosas constituyçoins senão conforme a ellas fação tudo o que ouverem de fazer porque sendo ho contrajro os prjuamos despois damoestados do tall padroado e ficarão obrjgados a todo ho mais”<sup>38</sup>.

<sup>34</sup> “primeyramente a ho que requeres que hos proujea de capellães porque em esa parte da ylha ho Senhor Jmfamte meu padre que Deos aja nunca pos mays de hum capellam porque entam a gemte era pouca e agora he em mays multiplicaçam asy que hum soo capellam nom pode abranger a todollos logares onde convem serem ditas mjsas e dados hos sacramentos asy como em Câmara de Lobos e en a Ribeyra Brava e Pomta do Soll e do Arco nesto vos respondo que vos requeraees ao vigairo da ylha que vos proujea dos ditos capellães (...) e avee logo sua repostã (...) a quall me logo emviay pera eu veer e mamdar sobre ello o que vijr que he serujço de Deos e meo e proueyto e bem de vosoutros” (ver MELLO, Luís de Sousa – Tombo 1.º do Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal: 1.ª parte. In *Arquivo Histórico da Madeira*. Funchal: Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, 1974. Vol. XVIII, p. 11 e 12).

<sup>35</sup> “na parte em que dizem que hos proujea de mjsas porque ho vigayro lhe diz que lhes nam he obrigado a lhe dizeer mjssa senam aos Domjmgos e festas digo que em estes reygnos nom he costume nemhuns priores nem vigayros dizerem mays misas que has festas e domjmgos e que estas e as que ho dito vigayro he obrigado dizeer na capella do ymfamte (...) sam asaz e que se alguuns as qujserem mandar dizer faram muy bem lo poderam fazeer a sua custa” (v. MELLO, Luís de Sousa, – Tombo 1.º do Registo Geral da Câmara.... In *Arquivo Histórico da Madeira*. Funchal: Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, 1974, Vol. XVIII, p. 39).

<sup>36</sup> As Constituições diocesanas promulgadas em 1578 – v. SILVA, Fernando Augusto P. da – Barreto (D. Jerónimo). In *Elucidário Madeirense*, Vol. I, p. 129 –, confirmaram o uso antigo (Que se não aleuante nouamente altar, nem se faça hermidã de nouo sem ser dotada, e como ham de estar concertadas. In *Constituições synodales do Bispado do Funchal com as Extravagantes novamente impressas por mandado de Dom Luís Figueiredo de Lemos Bispo do dito Bispado*. Lisboa: impresso por Pedro Crasbeeck, 1601, Titulo 18, Constituição Quinta, pp. 130-131 – AHDF, Lv.º 44).

<sup>37</sup> Inquirição de testemunhas, 31-12-1541. In Autos que mandou fazer o Senhor Arcebispo Dom Martinho... – AHDF, Capelas, cx. 14-4, fl. 5-6.

<sup>38</sup> Carta de lyçemça a Amtonio Fauella... In Autos que mandou fazer o Senhor Arcebispo Dom Martinho... – AHDF, Capelas, cx. 14-4, fl. 1v.º-2.

### 3.2. A capela, factor e símbolo da unidade da família

#### 3.2.1 Natureza e significado do vínculo

O dever de lembrar e honrar os mortos justifica a concentração de património nas mãos do administrador, que herda as terças dotadas à capela sob condição de anexar por sua vez a sua ao morgadio instituído pelos fundadores a favor do dito administrador. Parte substancial da herança – concedida, tipicamente, ao filho primogénito<sup>39</sup> – destina-se a pagar missas<sup>40</sup> e a manter a capela<sup>41</sup>. O privilégio do morgado tem a sua contrapartida nos encargos que sobre ele recaem.

#### 3.2.2 O templo associado ao vínculo

Distante do Funchal “mea leguoa da çidade amtre Câmara de Lobos e a dita çidade em ho çitio dos Piornais e hum tiro de besta do mar”<sup>42</sup>, a ermida primitiva, de pedra e cal, tinha um campanário pequeno<sup>43</sup>, uma porta de cantaria protegida por um alpendre forrado de madeira de cedro, “vimte pees de comprido e catorze de larguo”<sup>44</sup>. Vestígios do alpendre, consumido por um incêndio em época indeterminada, são duas pedras de basalto escuro, uma de cada lado da porta principal.

Peças que a ornavam – “hum retauollo de olleo de Framdez [no]uo da jmvoção de Nosa Senhora dAjuda de desais (sic) pallmos aberto com as portas e dalltura que chega asjma ao foro com humas cortinas bramcas nouas com sua franja (...) e hum cruxifixo dourado de Framdez”<sup>45</sup> –, ilustrando a tese de Manuel Cayola Zagallo, que atribui a riqueza artística da Madeira nos séculos XV e XVI à cultura

<sup>39</sup> “deixam suas terças ambos (...) a seu filho mais velho e nom avemdo filho a sua filha mais velha e asi pera seus desendentes como mais larguamente em seu testamento se contem e jsto com encareguo de o filho ou filha ou herdeiro que for manjstrador sera hobrjguado de deixar por seu falleçimento as suas terças ao mor[g]uado que elles ditos Amtonjo Fau[e]lla e a dita sua molher dej[x]ão pera o her[d]eir[o] que for manjstrador e pera se conprjr a dita de[c]laraca[m] que elles tem feito e declarado em seu testamemto comvem [a] [s]aber hos emcareguos que eles deixam a dita hyrmjda per suas all[m]as depois que hos o Senhor Deus deste mundo leuar” (Escritura de dote da ermida de N.ª Sr.ª da Ajuda... In Autos que mandou fazer o Senhor Arcebispo Dom Martinho... – AHDF, Capelas, cx. 14-4, fl. 7v.º).

<sup>40</sup> três missas por semana e outra, cantada, “ao dia da emvocacam de Nosa Senhora dAjuda” (Escritura de dote da ermida de N.ª Sr.ª da Ajuda.. In Autos que mandou fazer o Senhor Arcebispo Dom Martinho... – AHDF, Capelas, cx. 14-4, fl. 7v.º).

<sup>41</sup> para que não fosse “nunqua em nenhum tempo do mundo deneficada e demenohyda” (Escritura de dote da ermida de N.ª Sr.ª da Ajuda. In Autos que mandou fazer o Senhor Arcebispo Dom Martinho... – AHDF, Capelas, cx. 14-4, fl. 7v.º).

<sup>42</sup> [Vistoria da ermida de Nossa Senhora da Ajuda], [1541]. In Autos que mandou fazer o Senhor Arcebispo Dom Martinho... – AHDF, Capelas, cx. 14-4, fl. 4v.º.

<sup>43</sup> Carta de lyçemça a Amtonio Fauella... In Autos que mandou fazer o Senhor Arcebispo Dom Martinho... – AHDF, Capelas, cx. 14-4, fl. 1.

<sup>44</sup> [Vistoria da ermida de Nossa Senhora da Ajuda]. In Autos que mandou fazer o Senhor Arcebispo Dom Martinho... – AHDF, Capelas, cx. 14-4, fl. 4.

<sup>45</sup> [Vistoria da ermida de Nossa Senhora da Ajuda]. In Autos que mandou fazer o Senhor Arcebispo Dom Martinho... – AHDF, Capelas, cx. 14-4, fl. 4.

sacarina promovida pelo Infante D. Henrique<sup>46</sup>, foram provavelmente arrebatadas por corsários em 1566<sup>47</sup>.

### 3.2.3 O panteão familiar

Os fundadores projectam na Eternidade a sua linhagem, celebrando a Fé no espaço de culto “ordenado em torno das possessões familiares (e por elas sustentado)”, onde “se perpetua e sacraliza, aos olhos de todos, a continuidade das gerações”<sup>48</sup>.

Jazem na capela da Ajuda os fundadores, seu filho Duarte Mendes de Vasconcellos, e ainda o 1.º e o 2.º morgados dos Piornais<sup>49</sup>. O testamento de Duarte, datado de 1556<sup>50</sup>, documenta a força unitiva dos rituais de sufrágio<sup>51</sup>: manda celebrar missas por sua alma e pelas de seus pais e avós, saindo os participantes “com responso e água benta” sobre a sua sepultura<sup>52</sup>.

## 4. Ampliação do vínculo: as capelas de Maria Favella e de Duarte Mendes de Vasconcellos

Os fundadores instituíram morgado com capela de três missas semanais. Seus filhos Maria e Duarte fizeram ambos capela própria, que agregaram à de seus pais.

<sup>46</sup>V. ZAGALLO, Manuel de Almeida Cayola – *A pintura dos séculos XV e XVI da ilha da Madeira: subsídios para o seu estudo e inventário*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1943, pp. 51-52.

<sup>47</sup>V. CARITA, Rui – *O Colégio dos Jesuítas no Funchal*. Funchal: DRAC, 1987, p. 87. Bertrand de Montluc e seus sequazes, entre os quais alguns traidores portugueses, saquearam a cidade do Funchal e carregaram onze embarcações com os despojos de casas ricas, conventos e igrejas (v. SILVA, P. Fernando Augusto da – Saque dos franceses. In *Elucidário Madeirense*, ed. cit., Vol. III, pp. 284-287).

<sup>48</sup>ROSA, Maria de Lurdes – *O morgadio em Portugal...*, *ob. cit.*, p. 143.

<sup>49</sup>NORONHA, H. H., *Nobiliário Genealógico...*, *op. cit.*, p. 273 e 274. Noronha afirma que “chamarão o Velho” ao povoador Fernão Favella, que casou com Beatriz Pires; documentos do processo de tomada de contas da capela (Capella que instituiu Antonio Favilla, Maria Favilla e Duarte Mendes de Vasconcelloz. ARM, JRC, Processos de tomada de contas de capelas, cx. 77-1) atestam que chamaram “o Velho” e “o Moço” respectivamente, ao 1.º e ao 2.º administradores do morgadio dos Piornais, instituído por António Favella, filho do primeiro Fernão, pois ambos se chamavam Fernão Favella de Vasconcellos.

<sup>50</sup>Como sua irmã Maria, Duarte morreu muito novo: ela, “baptizada na Sé em 1539-07-13, com António Gonçalves da Câmara, D. Isabel e Ana Ferreira filha de Lopo Dias por padrinhos” (ARM, PRQ, Sé, Lv.º 1, fl. 45), fez testamento em 23-01-1553; ele, baptizado “também na Sé em 1541-11-12, tendo sido compadres Lopo Dias e o bacharel Diogo Luis” (ARM, PRQ, Sé, Lv.º 1, fl. 150v.º) (v. MELLO, Luís de Sousa – *Memória Genealógica de Perestrellos Favillas Vieiras*, inédito), fez testamento em 23-12-1556. O testamento dela, muito deteriorado, não permite confirmar onde foi sepultada (v. correspondentes resumos no processo de tomada de contas da capela – Testamento de Maria Favella. In ARM, JRC, Processos de tomada de contas de capelas, cx. 77-1, fls. 3 e 189, respectivamente).

<sup>51</sup>ROSA, Maria de Lurdes, – *O morgadio em Portugal...*, *op. cit.*, p. 117; v.t. pp. 112, 113, 143.

<sup>52</sup>“pella sua alma e de seu pay e de sua mãy e da dita sua avó Beatriz Pires e de seu avo Fernão Fauella que Deos tem” (Testamento de Duarte Mendes de Vasconcellos, 06-12-1556 (treslado do séc. XVII). In Capella que instituiu António Favilla... ARM, JRC, Processos de tomada de contas de capelas, cx. 77-1, fl. 190-190v.º).

Maria Favella deixou o usufruto da sua fazenda a sua irmã Inês Moniz<sup>53</sup> e nomeou administrador, depois de sua avó Beatriz Pires, o capelão de seu pai<sup>54</sup>.

Duarte fundiu o pio das três capelas, impondo como encargo único do vínculo reformado uma missa quotidiana<sup>55</sup>; “todo o remanessente (...) de renda de minhaz fazendaz compridos estes legados deixa a di[ta] sua avo e administradora [p]era que ella o logre e possua (...) em sua vida somentez por boas obras muitas que della [tenho] recebido e obrigação que lhe devo de o assim fazer”, devendo suceder na administração seu irmão Fernão Favella de Vasconcellos<sup>56</sup>.

## 5. Luzes e sombras da administração da capela

### 5.1. Sacerdotes que nela celebraram

A João Rodrigues, “clérigo de Portugal”<sup>57</sup> sucederam seis capelães entre 1564 e 1615; entre 1558 e 1859 celebraram missas da capela, entre outros, Mateus Baracho, vigário do convento de São Francisco (1563) e o Dr. Gonçalo Gomes, mestre-escola e prêgado da Sé, provedor e vigário-geral (1586).

Em meados do século XX, prestou assistência à capela da Ajuda o pároco de São Martinho, Padre Eleutério Caldeira<sup>58</sup>, sacerdote de excepção cuja morte foi chorada em toda a ilha da Madeira<sup>59</sup>.

<sup>53</sup> “declaro que o dito meu irmam Fernão Favila trouce sempre minha fazenda (...) e de huma minha irmam que tambem me deixou seu quinham em minha vida” (Certidão do testamento de Inês Moniz..., ARM, FTB, cx. 14-6, fl. 5).

<sup>54</sup> Testamento de Maria Favella, 23-01-1553. In Capella que instituiu Antonio Favilla... ARM, JRC, Processos de tomada de contas de capelas, cx. 77-1, fl. 3v.º.

<sup>55</sup> “por não ter herdeyro forsozo que o seu haya de herdar por sua avo ser contente de dezistir da herança que delle devera haver (...) faz herdeira sua alma e dherda todos seus parentes (...) e deixa toda sua fazenda quanta elle tem em capella com encarrego de lhe dizerem na dita igreja (...) tres missas cada somana (...) e assim mais as mais missas que faltarem pera se dizer missa cotidianna (...) convem a saber, se dirão as que seu pay manda dizer na dita igreja e assim também as que manda dizer sua irmã e as que mais faltarem pera comprimento da misa cotidiana de todo o anno se dirão (...) por sua conta delle testador as quais missas cantara o mesmo que cantar as capellas de seu pay e irmã e se dirão na própria capela onde me mando enterrar” (Testamento de Duarte Mendes de Vasconcellos. In Capella que instituiu Antonio Favilla... ARM, JRC, Processos de tomada de contas de capelas, cx. 77-1, fl. 190).

<sup>56</sup> “todos os legados e encarregos que asima deixa e o remanessente depois de tudo comprido de suas rendas sera delle Fernam Fauella e fara delle o que quiser, e por seu fallessimento delle seu irmão Fernam Fauella ficara juntamente a capella de seu pay Antonio Fauella, e quem for administrador della sera administrador da sua e andara tudo junto e assim (...) juntamente pello proprio cappellão de seu pay (...) lhe sera cantada tambem sua cappella” (Testamento de Duarte Mendes de Vasconcellos. In Capella que instituiu Antonio Favilla... ARM, JRC, Processos de tomada de contas de capelas, cx. 77-1, fl. 190v.º-191).

<sup>57</sup> Embargos postos por Fernão Favella de Vasconcellos e depoimento das testemunhas, 27-07-1615. In Capella que instituiu Antonio Favilla... ARM, JRC, Processos de tomada de contas de capelas, cx. 77-1, fl. 63.

<sup>58</sup> Nomeado cura a 02-10-1937, pároco a 30-04-1954 (AHDF, Ordenações, Lv.º I, fl. 95).

<sup>59</sup> V. *O Jornal da Madeira*, 21-08-1964, p. 1 e 8.

## 5.2. Factores de crise do morgadio e vicissitudes da sua administração

O morgadio dos Piornais correspondeu inicialmente à “forma ideal do modelo” descrita por Maria de Lurdes Rosa, com “propriedades suficientemente importantes para todos os irmãos, reservando-se a primazia a um apenas, mas formando todos uma estrutura associada de poder”<sup>60</sup>.

Tal equilíbrio pouco durou. No processo de tomada de contas da capela, a defesa do 2.º morgado, Fernão Favella de Vasconcellos “o Moço”, confrontado pelo Juiz do Resíduo secular com treze anos de missas caídas em 1614, e condenado em 1615, descobre o início da decadência do morgadio.

### 5.2.1. Suspensão da linha de sucessão e tensões familiares após a morte do 1.º morgado

À primeira administradora das capelas de Maria Favella e Duarte Mendes de Vasconcellos, Beatriz Pires (1557-1566)<sup>61</sup>, sucedeu Fernão Favella de Vasconcellos (1536-1601), 1.º morgado dos Piornais por morte de seu pai António Favella, em 1545<sup>62</sup>.

Para celebração da missa diária instituída por Duarte, o morgado “Velho” manteve um capelão que vivia em casas junto à capela da Ajuda<sup>63</sup>; faltando capelão, pagava missas nos conventos de São Francisco e São Bernardino<sup>64</sup>.

Em 1590, perdeu seu filho primogénito, António Favella de Vasconcellos. Em 1598, casou sua filha Isabel de Vasconcellos com Simão Achioli de Vasconcellos, filho de Zenóbio: dotou os noivos com quatro serrados de canas e água da levada grande dos Piornais e da levada do Pico do Cardo<sup>65</sup>. Viveu na zona nobre do Funchal, em casas “abaixo do Colégio da Companhia de Jesus”<sup>66</sup>. Este morgado foi condenado por 260.000 reis de missas caídas em 1601, ano da sua morte<sup>67</sup>.

Diogo de Bettencourt Favella, seu filho segundo, encabeçou temporariamente o vínculo. Em 1605 acordou com sua cunhada Isabel Gramacho, tutora do

<sup>60</sup> ROSA, Maria de Lurdes, – *O morgadio em Portugal...*, op. cit., p. 170.

<sup>61</sup> Quitações de missas datadas de 1557, 1558, 1562 a 1566. In Capella que instituiu Antonio Favilla..., ARM, JRC, Processos de tomada de contas de capelas, cx. 77-1, fls. 10, 11 e 11v.º, 12, 13, 14v.º, 15, 16 a 19.

<sup>62</sup> ARM, PRQ, Sé, Lv.º 67, fl. 64v.º

<sup>63</sup> “teve continuamente hum cappellão que dizia missa todos os dias na igreja de Nossa Senhora dAjuda o qual vivia nas casas [que] estão peguadas a dita igreja aonde [se] dizem as missas para que com mais facilidade as disessem cada dia” (Sentença contra Fernão Favella de Vasconcellos e embargos postos pelo réo, 1615. In Capella que instituiu Antonio Favilla... ARM, JRC, Processos de tomada de contas de capelas, cx. 77-1, fl. 91v.º).

<sup>64</sup> Sentença contra Fernão Favella de Vasconcellos... In Capella que instituiu Antonio Favilla... ARM, JRC, Processos de tomada de contas de capelas, cx. 77-1, fls. 91v.º-92.

<sup>65</sup> Sentença contra Fernão Favella de Vasconcellos... In Capella que instituiu Antonio Favilla... ARM, JRC, Processos de tomada de contas de capelas, cx. 77-1, fls. 2 a 3v.º.

<sup>66</sup> Sentença contra Fernão Favella de Vasconcellos... In Capella que instituiu Antonio Favilla... ARM, JRC, Processos de tomada de contas de capelas, cx. 77-1, fl. 1.

<sup>67</sup> Sentença condenando o administrador, 02-03-1601. In, Capella que instituiu Antonio Favilla... ARM, JRC, Processos de tomada de contas de capelas, cx. 77-1, fl. 35v.º.

2.º morgado, partilhar bens e encargos das capelas de Maria Favella e Duarte Mendes de Vasconcellos<sup>68</sup>. Ainda pagou 48.000 reis de missas<sup>69</sup>, mas foi por decisão judicial que Fernão Favella de Vasconcellos o “Moço” tomou posse do morgadio em 1609<sup>70</sup>. A capela da Ajuda, muito procurada em 1599 pelos moradores dos Piornais<sup>71</sup>, estava em 1606 e em 1608<sup>72</sup> abandonada e degradada<sup>73</sup>.

Perante o Juiz, o 2.º morgado acusou seu tio Diogo<sup>74</sup>, e apontou como co-responsáveis pela dívida da capela os filhos do terceiro casamento<sup>75</sup> de seu avô.

<sup>68</sup> Declaração de Diogo de Bettencourt de como em 26 de Agosto de 1605 fizera escritura de transacção e amigável composição com a Senhora D. Isabel Gramaxa, ?-08-1615. In Capella que instituiu Antonio Favilla... ARM, JRC, Processos de tomada de contas de capelas, cx. 77-1, fl. 81.

<sup>69</sup> Quitação passada pelo padre Afonso de Faria, vigário de Santo António, por 732 missas, ditas “no tempo de Diogo Betancur Favella”, 08-1615. In Capella que instituiu Antonio Favilla... ARM, JRC, Processos de tomada de contas de capelas, cx. 77-1, fl. 83.

<sup>70</sup> Auto de posse tomada por Fernão Favella de Vasconcellos “o Moço” dos bens do morgadio que foi julgado pertencer-lhe, 19-10-1609. In Capella que instituiu Antonio Favilla... ARM, JRC, Processos de tomada de contas de capelas, cx. 77-1, fl. 75.

<sup>71</sup> “achej que [os moradores] dos Piornaes fregueses desta [igreja] não uem a ella aos domingos e santos, como são obrigados, e se escusão com dizerem que tem missa na ermida que lá está (...) pello que mando ao ditto vigairo com pena de mil reis pergunte aos domingos e santos pellos dittos moradores dos Piornaes, e os obrigue a uir a jgreia da freguesia ouuir missa condenando aos reueis, e não accejtando escusas, senão mujto iustas e [outro] si mando sob pena de hum m[arco] de prata pago do Aliube ao cappellão que canta da capella da ermida de Nossa Senhora da Aiuda não diga missa nella aos domingos e santos de guarda, senão a tempo que nesta freguesia p[ossam] estar a offerenda da missa do dia, e o uigairo assim lho notifique” (Livro de provimentos de 1587 the 1693 – ARM, PRQ, S. Martinho, Lv.º 9122, fls. 28v.º-29).

<sup>72</sup> Livro de provimentos de 1587 the 1693 – ARM, PRQ, S. Martinho, Lv.º 9122, fl. 47.

<sup>73</sup> “auia pouca guarda nas cousas do ministerio do altar porque se achou a pedra d’ara quebrada e os corporaes cortados pello meio e dizem que pera feitiços e offenças de Deus Nosso Senhor e que a hermidã não se fecha muitas uezes e dormem nella de noue e de dia, onde fazem algumas profanidades, e outras uezes está fechada de maneira no tempo da Coresma e Aduento quoando concorre gente em romaria que não ha chaues e se uão os sacerdotes sem dizer missa por causa de o capellão estar longe e ser nisto muito descuidado e negligente (...) mando ao padre uigairo aduirta aos administradores ou á quem compete e ao mesmo cappellão que dee e entregue as chaues á hum freguez mais perto da hermidã (...) pessoa de confiança pera que tenha cuidado de olhar pella hermidã” (Livro de provimentos de 1587 the 1693 – ARM, PRQ, S. Martinho, Lv.º 9122, fls. 41v.º-42).

<sup>74</sup> “ficou aposado de todos estes bens avinculados (...) Dioguo de Betencor Fauilla (...) ate o fim do anno de 1605 recebendo as novidades de todos os ditos annos e por elle embargante lhe por demanda vierão a comsertar que cada hum pesuise metade destes bems das duas capellas de Duarte Mendes e Maria Fauella e pagariam cada hum delles a metade dos encargos das missas de ambos os ditos testadores” (Embargos postos por Fernão Favella de Vasconcellos... In Capella que instituiu Antonio Favilla... ARM, JRC, Processos de tomada de contas de capelas, cx. 77-1, fl. 57v.º).

<sup>75</sup> Fernão Favella de Vasconcellos, 1.º morgado dos Piornais, casou três vezes: em 03-09-1561 com D. Francisca de Bettencourt, de quem teve António Favella de Vasconcellos, baptizado na Sé a 03-06-1560, e Diogo de Bettencourt Favella, baptizado na Sé a 04-09-1563; em 13-10-1568, com sua prima-irmã D. Maria da Câmara, de quem não teve geração; em 21-05-1579, com Beatriz de Andrade, de quem teve D. Isabel de Vasconcellos, baptizada na Sé a 05-03-1580 e mulher de Simão Acciaioli de Vasconcellos, Manuel Favilla de Vasconcellos, baptizado na Sé a 28-08-1581, João Baptista Favella, baptizado na Sé a 01-07-1586, e Francisco Favella, baptizado na Sé a 12-09-1591 (v. NORONHA, Henrique Henriques de Noronha, *Nobiliário Genealógico...*, op. cit., pp. 273-274, e MELLO, Luís de Sousa – *Memória Genealógica de Perestrellos Favillas Vieiras...*, op. cit.).

Possuindo só metade dos bens, argumentou que devia pagar só metade das missas<sup>76</sup>, a contar do ano em que tomara posse do morgadio (1610)<sup>77</sup>.

Uma medida régia destinada a sustentar o declínio da cultura sacarina na Madeira a partir de meados do século XVI<sup>78</sup> explica em parte os desentendimentos entre o 2.º morgado e seus tios: em 1562 D. Sebastião proibiu a partilha das terras de canas, que mandou encabeçar no filho mais velho, recebendo os demais herdeiros outras fazendas, se as houvesse, ou dinheiro<sup>79</sup>.

### 5.2.2. Sobreposição de competências do Juízo Eclesiástico e do Juízo do Resíduo e Capelas, destruição do cartório do escrivão eclesiástico

Quanto a quitações de missas em falta, o morgado “Moço” alegou que seu avô prestava contas da capela, instituída por autoridade do prelado, no Juízo Eclesiástico<sup>80</sup>: a execução dos testamentos dos defuntos era matéria de foro misto e o primeiro a citar ficava como juiz do caso<sup>81</sup>.

<sup>76</sup> “da outra ametade esta e esteve sempre de [posse] Dioguo de Betemcor Fauilla da morte do dito Fernam Fauella de Vasconcellos ate o prezente preceuera sempre os frutos dos ditos bens (...) pello que elle tem obriguasão de dar da metade das missas das ditas duas capellas que o dito Duarte Mendes mão[dara]” (Embargos postos por Fernão Favella de Vasconcellos... In Capella que instituiu Antonio Favilla... ARM, JRC, Processos de tomada de contas de capelas, cx. 77-1, fls. 57v.º-58).

<sup>77</sup> “e esto desde o anno que comesou a pesuir que he do anno de 1600 e des annos por diante” (Embargos postos por Fernão Favella de Vasconcellos... In Capella que instituiu Antonio Favilla... ARM, JRC, Processos de tomada de contas de capelas, cx. 77-1, fl. 59v.º).

<sup>78</sup> “A afluencia dos açúcares do Brasil e das colonias espanholas da America aos mercados europeus foi a causa principal da decadencia da industria sacarina na Madeira. Em 1612, ainda a Madeira exportava algum acucar, mas, em 1649, estavam já em ruínas muitos dos seus engenhos, poucos existindo em 1730. Em 1736, começou a Madeira a importar este género do estrangeiro, não deixando mais de o fazer (...) até o restabelecimento da cultura sacarina, após a destruição dos vinhedos pelo *Oidium Tuckery*” (v. SILVA, Fernando Augusto da – Açúcar. In *Elucidário Madeirense*, ed. cit., Vol. I, pp. 14-16).

<sup>79</sup> V. Alvara do reinado de El Rey D. Sebastiam pera que nas teras desta Ilha que se pramtão de asucarez, não podessem succeder senão huma so pesoa, 22-09-1562 – ARM, Documentos Avulsos, cx. 2-191. Este diploma régio documenta a concepção do morgadio como sustentáculo da prosperidade continuada das famílias e a “ligação entre a riqueza das famílias nobres e o poder da Coroa”: v. ROSA, Maria de Lurdes, – *O morgadio em Portugal...*, op. cit., pp. 52 e 257.

<sup>80</sup> “Embargos postos por Fernão Favella de Vasconcellos e depoimento das testemunhas”, 27-07-1615. In Capella que instituiu Antonio Favilla... ARM, JRC, Processos de tomada de contas de capelas, cx. 77-1, fl. 57.

<sup>81</sup> “Segundo forma do direito executar as ultimas vontades dos defunctos, assi pertence ao foro ecclesiastico como secular. E os que primeiro mandam citar ficam juizes dessas execuções per via de preuenção” (Dos Testamenteiros, & execução dos testamentos. In *Constituições synodaes do Bispado do Funchal...*, Tit.º 22, Constituição Quarta – AHDF, Lv.º 44, p. 145).

Mostrou estar cumprida boa parte das pensões da capela<sup>82</sup>, invocando a fama do 1.º morgado, “homem de bona conssiemscia riquo e abastado”<sup>83</sup>. Provou andar “estripado”<sup>84</sup> o cartório do escrivão eclesiástico Pero Lopes, razão da perda de muitos papéis<sup>85</sup>.

### 5.2.3. Encarecimento da esmola das missas e determinação do ónus da capela

O 2.º morgado lembra a vontade expressa por Duarte Mendes de Vasconcellos quanto a número de missas e valor da correspondente esmola, cita o respectivo testamento<sup>86</sup>, assinala a inflação do custo das missas: “Duarte Mendes declarou logo em seu testamento a esmola certa que se avia de pagar (...) que erão sete mil reis que nesse tempo se não daua mais que vintem de esmolla por missa e depois trinta reis e pello tempo adiante se ueo a dar de esmolla dois vimtenis e oie se paga meo tostão e tres vintenis pello que os administradores não tem obrigação de paguarem mais de esmolla que os ditos sete mil reis taixados”<sup>87</sup>. Alega que devia pagar apenas a esmola certa fixada por Duarte – sete mil reis, valor já excessivo para o rendimento da fazenda<sup>88</sup>.

Diogo de Bettencourt Favella foi condenado a pagar a sua parte da dívida<sup>89</sup>. Por sentença de 12 de Setembro de 1628<sup>90</sup>, Fernão Favella de Vasconcellos “o Moço” foi desobrigado de uma quantia avultada – cerca de 900 mil reis<sup>91</sup>.

<sup>82</sup> Quitação passada pelo Dr. Gonçalo Gomes, vigário-geral, a Fernão Favella, dos encargos de missas até 1585 inclusive, 09-08-1586, e quitações de missas de 10-02-1598, 08-02-1599, 29-02-1600, 17-03-1601. In Capella que instituiu Antonio Favilla... – ARM, JRC, Processos de tomada de contas de capelas, cx. 77-1, respectivamente a fls. 55 e 38, 39, 40, 41.

<sup>83</sup> Sentença contra Fernão Favella de Vasconcellos..., 1615. In Capella que instituiu Antonio Favilla... ARM, JRC, Processos de tomada de contas de capelas, cx. 77-1, fl. 91v.º

<sup>84</sup> Petição de Fernão Favella de Vasconcellos solicitando certidão do estado do cartório de Pero Lopes, e Sentença contra Fernão Favella de Vasconcellos... In Capella que instituiu Antonio Favilla... – ARM, JRC, Processos de tomada de contas de capelas, cx. 77-1, fls. 87v.º e 91-91v.º.

<sup>85</sup> Sentença contra Fernão Favella de Vasconcellos... In Capella que instituiu Antonio Favilla... – ARM, JRC, Processos de tomada de contas de capelas, cx. 77-1, fls. 91-91v.º.

<sup>86</sup> “Duarte Mendes mãodara em seu testamento seis misas cada somana e que a essas se juntassem as que [mandou] dizer seu pai e sua irmã Maria Fauilla (...) mandaua que se disessem todas as que faltassem para misa cotediana pello que na dita missa cotediana se (...) emsserrão todas as missas destas capellas” (Embargos postos por Fernão Favella de Vasconcellos e depoimento das testemunhas. In Capella que instituiu Antonio Favilla... – ARM, JRC, Processos de tomada de contas de capelas, cx. 77-1, fls. 58-59). V. ROSA, Maria de Lurdes, – *O morgadio em Portugal...*, op. cit., pp. 65, 83, 221-222, 235-236, 244, 248, 252-253.

<sup>87</sup> Embargos postos por Fernão Favella de Vasconcellos... In Capella que instituiu Antonio Favilla... – ARM, JRC, Processos de tomada de contas de capelas, cx. 77-1, fl. 58-59.

<sup>88</sup> Embargos postos por Fernão Favella de Vasconcellos... In Capella que instituiu Antonio Favilla... – ARM, JRC, Processos de tomada de contas de capelas, cx. 77-1, fl. 58-59.

<sup>89</sup> Quitação passada pelo padre João Lopes a Fernão Favella de Vasconcellos, por onde consta o cumprimento da obrigação quotidiana até 18-11-1601, ficando ainda em dívida 21.300 reis, de que Fernão Favella de Vasconcellos obteve sentença contra Diogo de Bettencourt que os pagou, 18-07-1615. In Capella que instituiu Antonio Favilla... – ARM, JRC, Processos de tomada de contas de capelas, cx. 77-1, fl. 82.

<sup>90</sup> “tudo visto ey o dito administrador Fernam Favella de Vasconcellos por desobrigado da contia em que por minha sentença o comdenej por ter comprido com estas obriguasones” (Sentença do Juiz do Residuo e Provedor das Capelas, 12-09-1628. In Capella que instituiu Antonio Favilla... – ARM, JRC, Processos de tomada de contas de capelas, cx. 77-1, fl. 94).

<sup>91</sup> Sentença do Juiz do Residuo e Provedor das Capelas, 12-09-1628. In Capella que instituiu Antonio Favilla... – ARM, JRC, Processos de tomada de contas de capelas, cx. 77-1, fl. 94.

#### 5.2.4. O perdido “Livro do Morgadio do capitão Pedro da Silva Favella e Vasconcellos”

O 2.º morgado morreu sem filhos (1639). Sucedeu-lhe seu sobrinho o capitão Pedro da Silva Favilla de Vasconcellos, filho segundo de Martim da Silva Favilla, cujo irmão mais velho, António Favilla, falecera a caminho da Índia, sem geração<sup>92</sup>, exemplificando pela segunda vez na história desta família como era relativa a primazia dos primogénitos no sistema de morgadio<sup>93</sup>.

O 3.º morgado dos Piornais nasceu em 1616<sup>94</sup>, casou com D. Maria de Aguiar em 29 de Junho de 1642<sup>95</sup> e faleceu a 10 de Agosto de 1704<sup>96</sup>. Foi provedor da Misericórdia do Funchal<sup>97</sup>; em 1690, sendo o vereador mais velho da Câmara, serviu de juiz de fora<sup>98</sup>. Em 1639 compareceu pela primeira vez perante o escrivão do Resíduo secular, como administrador da capela de Nossa Senhora da Ajuda<sup>99</sup>.

Já Maria Favella mandara que o testamento pelo qual instituía capela fosse “posto em tombo”<sup>100</sup>; ora, um libelo<sup>101</sup> do arquivo da Família Torre Bela refere o “Liuro donde esta tombada a instetuição do morgado do Capitam e Cabo Pedro da Sylua Fauella e Vasconcellos & tudo o mais pertencente a elle com variaç coriozidadez judicialmente authentico o anno de mil seizcentos sessenta e quatro”. Este tombo continha 200 folhas e uma petição de Pedro da Silva Favilla, requerendo certidão dos testamentos, inventários, partilhas e outros papéis da instituição do morgadio. A chefia da linhagem, a posse e a boa administração dos bens vinculados estavam necessariamente ligadas à existência deste autêntico arquivo do morgadio, que incluía os documentos de fundação e os títulos de posse dos bens vinculados<sup>102</sup>.

<sup>92</sup> NORONHA, Henrique Henriques de, *Nobiliário Genealógico...*, op. cit., p. 272.

<sup>93</sup> “Eram frequentes as quebras de linha, num sistema demográfico como o do Antigo Regime, e no seio de um estrato social ligado a actividades militares”. (V. ROSA, Maria de Lurdes, – *O morgadio em Portugal...*, op. cit., p. 64).

<sup>94</sup> MELLO, Luís de Sousa – *Memória Genealógica de Perestrellos Favillas Vieiras* (inédito)

<sup>95</sup> NORONHA, Henrique Henriques de, *Nobiliário Genealógico...*, op. cit., p. 272.

<sup>96</sup> NORONHA, Henrique Henriques de, *Nobiliário Genealógico...*, op. cit., p. 272.

<sup>97</sup> MELLO, Luís de Sousa – *Memória Genealógica de Perestrellos Favillas Vieiras* (inédito)

<sup>98</sup> Sentença cível de petição de força do capitão Inácio de Bitencurt e Camara contra D. João de Heredia sobre querer ter passagem pela fazenda da Banda d’Alem, 07-01-1690. In Titulos da fazenda da Banda d’Alem da Ribeira Brava que faz Manuel Mendez (ARM, FTB, cx. 11-15, fl. 88).

<sup>99</sup> Declaração do escrivão dos resíduos de como, por mandado do juiz, juntara aos autos da capela de N.ª Sr.ª da Ajuda as quitações que lhe haviam sido entregues por Pedro da Silva de Vasconcellos, 26-10-1639. In Capella que instituio Antonio Favilla... – ARM, JRC, Processos de tomada de contas de capelas, cx. 77-1, fl. 120v.º.

<sup>100</sup> Testamento de Maria Favella. In Capella que instituio Antonio Favilla... – ARM, JRC, Processos de tomada de contas de capelas, cx. 77-1, fl.3.

<sup>101</sup> Autos de libelo cível sobre a posse do serrado chamado “a courela” nos Piornais, sendo autores João de Bettencourt de Vasconcelos e sua mulher D. Vicência de Vasconcelos contra D. Madalena de Miranda e Moura, viúva de D. Gaspar de Bettencourt e Sá, 1683-1685 – ARM, FTB, cx. 9-23, fl. 6-6v.º.

<sup>102</sup> Acerca dos arquivos de família e dos tombos organizados no âmbito da reforma manuelina dos morgadios, capelas e hospitais, v. ROSA, Maria de Lurdes – *O morgadio em Portugal...*, op. cit., pp. 70, 209, 221-226, 228, 230, 231, 246-248, 262.

Administrador cumpridor de início<sup>103</sup>, o 3.º morgado foi condenado em 1682 por 179.000 reis de missas caídas<sup>104</sup>. De novo, adivinha-se uma relação entre a derrapagem das contas da capela e uma crise mais abrangente: significativamente, o visitador eclesiástico em S. Martinho constata apreensivo a diminuição das esmolas dos fregueses<sup>105</sup>. Manuel Cayola Zagallo cita um documento de 1646 em que governador do bispado e cabido da Sé descrevem o estado de pobreza da sua gente: “por ser esta ilha muito cara, e ter perdido muito da fertilidade primeira com que nella se uiuia, e o trato ter cessado de maneira que ia hoie não ha por comercio na terra os uiueres que antigamente a ella vinham (...) E pellas mesmas causas de falta de comercio e esterilidade da terra cresceram tanto as necessidades e com ellas o numero de pobres que a esmola que os Senhores Reys mandavam dar pera se repartir cada anno com elles he tam pouca que computados os pobres de calidade, e que não mendigam pellas portas, com a esmola que sam cento e secenta mil reis não se poderá dar a cada hum hum real de prata cada anno”<sup>106</sup>. Incitam o prelado, então residente em Lisboa, a interceder junto do Rei. Zagallo prova que estava extinta em 1686 a cultura da cana<sup>107</sup>, progressivamente substituída pela da vinha, que fez a fortuna sobretudo de comerciantes ingleses, principais produtores e exportadores do vinho licoroso da Madeira.

### 5.2.5. *Apertos de uma administração em défice crónico*

António da Silva Favilla de Vasconcellos, 4.º morgado dos Piornais, sucedeu a seu pai como capitão-cabo deste distrito, conforme registo do escrivão da Câmara e Fortificações João Baptista Machado<sup>108</sup>. Entre 1686 e 1714, foi coronel da praia, responsável por um arcabuz, trinta mosquetes, trinta e uma espingardas, dez forquilhas

<sup>103</sup> Declaração do escrivão do Resíduo ..., 26-10-1639, e diversas quitações de missas entre 1639 e 1654. In Capella que instituiu Antonio Favilla... – ARM, JRC, Processos de tomada de contas de capelas, cx. 77-1, fl. 120v.º, 128, 130-135, 139, 141.

<sup>104</sup> Conta tomada pelo Juiz do Resíduo Licenciado Belchior de Tavares e Sousa a Pedro da Silva Favilla de Vasconcellos, 12-06-1666 e Sentença à revelia contra Pedro da Silva Favilla de Vasconcellos, 12-12-1682. In Capella que instituiu Antonio Favilla... – ARM, JRC, Processos de tomada de contas de capelas, cx. 77-1, fl. 140 e 146v.º.

<sup>105</sup> “As esmolas desta freguesia vão sendo muito poucas (...) pello que conuem que essas poucas que dão se poupem e guardem pera o tempo em que possão valer muito mando aos moradores que (...) assim o facão e o vigairo vigiara pera que se cumpra este prouimento” (Livro de provimentos de 1587 the 1693 – ARM, PRQ, S. Martinho, Lv.º 9122, fl. 46v.º).

<sup>106</sup> Auto de conferencia e acordo, 07-08-1646. In Acórdãos e resoluções do cabido da Sé do Funchal, Lv.º 2.º, cit. por ZAGALLO, Manuel de Almeida Cayola – *A pintura...*, op. cit., p. 49.

<sup>107</sup> ZAGALLO, Manuel de Almeida Cayola, – *A pintura...*, op. cit., p. 51 (cita o Livro do Conselho da Fazenda de Decretos e Consultas, fl. 274).

<sup>108</sup> “carrego em reseita sobre o cappitam cabo Antonio da Silua Fauilla de Vasconcellos trinta e dous mosquetes e dezanoue arcabuzes de Sua Magestade que confessou ter em sy e repartido pellos soldados de sua companhia, que são as armas que estauão carregadas a seu paj o cappitam cabo Pedro da Silua Fauilla de Vasconcellos no liuro uelho a folhas trinta e duas como consta da dita carga, e se obrigou a dar conta dellas todas as uezes que pellos governadores desta ylha lhe for ordenado e por uerdade asinou aqui comigo no Funchal uinte e outo de março seiscentos e outenta e seis annos” (Titulo da companhia do cappitam cabo Pedro da Silua Fauilla, nos Piornais. In Livro que mandou fazer o governador e cappitam geral desta ilha da Madeira João da Costa de Brito, em Nouembro de 1683 annos pera nele se carregar em receita aos capitais as armas de fogo e picas que forem de sua magestade – ARM, Governo dos Capitães Gerais [doravante CGC], Lv.º 189, fl. 52).

e dez patronas<sup>109</sup>. Em 1727, em razão da mobilidade de soldados entre companhias, sobejavam-lhe armas que faltavam a outros capitães<sup>110</sup>.

Em 1705 foi condenado em 298.000 reis de missas caídas até 1704<sup>111</sup>; ele e os seus sucessores arrastaram por longos anos uma angustiada situação de insolvência. Em 1716 a dívida importava em 382.000 reis<sup>112</sup>. Entre 1720 e 1755, foram tomadas contas aos arrematantes das novidades e rendeiros das fazendas do morgadio<sup>113</sup>. Em 1765 António José Favilla de Vasconcellos provou ter pago os encargos da capela até 1736<sup>114</sup>, mas entre 1778 e 1797 foi apreendida a produção das fazendas “Vinha Velha”, “A Forja”, fazenda dos Piornais e quinta de Nossa Senhora da Ajuda na praia de S. Martinho<sup>115</sup>. Em 1792, o procurador do Juízo do Resíduo embargou a novidade de mel e trigo para que o morgado falido não a levantasse, impedindo o tribunal de cumprir as pensões caídas<sup>116</sup>.

<sup>109</sup> Título da companhia do cappitam cabo Pedro da Silua Fauilla, nos Piornais. In Livro que mandou fazer o governador e cappitam geral desta ilha da Madeira João da Costa de Brito, em Nouembro de 1683 annos pera nele se carregar em receita aos capitais as armas de fogo e picas que forem de sua magestade – ARM, GCG, Lv.º 189, fl. 52v.º.

<sup>110</sup> “porem como aos mais cappitainz que forão deste destritto faltam armas, e com a mudansa dos soldadoz, de humas pera outras companhias, seja de crer, se trespassacem daquellas pera esta, as armas e patronas que nella cressem, principalmente porque o pouco cuidado, abria o caminho pera mayores dezordens, se deve primeiramente com estas onze espingardaz, e vinte e sette patronas prefazer o restante dos outros cappitainz dividores” (Título da companhia do cappitam cabo Pedro da Silua Fauilla, nos Piornais. In Livro que mandou fazer o governador e cappitam geral desta ilha da Madeira João da Costa de Brito, em Nouembro de 1683 annos pera nele se carregar em receita aos capitais as armas de fogo e picas que forem de sua magestade – ARM, GCG, Lv.º 189, fl. 54).

<sup>111</sup> Sentença contra Antonio da Silva Favilla..., 23-05-1705. In Capella que instituiu Antonio Favilla... – ARM, JRC, Processos de tomada de contas de capelas, cx. 77-1, fl. 154.

<sup>112</sup> Conta tomada a António da Silva Favilla até o ano de 1716, em que se arrematou em praça a fazenda dos Ilhéus para pagamento da quantia de 382.000 reis do encargo da capela, 11-01-1720. In Capella que instituiu Antonio Favilla... – ARM, JRC, Processos de tomada de contas de capelas, cx. 77-1, fl. 155.

<sup>113</sup> V., por ex.: conta dada pelo Juiz do Resíduo cessante ao seu sucessor, 22-06-1733; conta tomada pelo Juiz do Resíduo ao Capitão Domingos Monteiro de Campos e a Francisco Xavier de Gouveia, 24-11-1733; conta tomada a António Gomes Jardim, 01-02-1735; conta tomada a Francisco Xavier de Gouveia, rendeiro dos bens da capela, 29-07-1736. In Capella que instituiu Antonio Favilla... – ARM, JRC, Processos de tomada de contas de capelas, cx. 77-1, fls. 175v.º, 186v.º, 201, 202.

<sup>114</sup> Conta tomada pelo Juiz do Resíduo, por onde se mostra estarem satisfeitos os encargos da capela até 1736, e em dívida até 1764 461.00 reis, 1765. In, Capella que instituiu Antonio Favilla..., fl. 223.

<sup>115</sup> Autos de sequestro da novidade das fazendas do morgadio, 19 a 25-08-1778, 12-08-1779, 19 a 23-04-1792. In Capella que instituiu Antonio Favilla... – ARM, JRC, Processos de tomada de contas de capelas, cx. 77-1, fls. 238-242, 248-253, 261-266v.º; rol de despesas feitas de 1792 a 1794 com os bens sequestrados ao morgado António José da Silva Favilla Bettencourt de Vasconcellos, 1794. In Capella que instituiu Antonio Favilla... – ARM, JRC, Processos de tomada de contas de capelas, cx. 77-1, fl. 324; conta que dá Diogo de Freitas Correia, depositário dos bens sequestrados ao morgado António José Bettencourt Favilla, 21-04-1796. In Capella que instituiu Antonio Favilla... – ARM, JRC, Processos de tomada de contas de capelas, cx. 77-1, fl. 311; auto de hasta pública do melado arrematado, 10-05-1797. In Capella que instituiu Antonio Favilla... – ARM, JRC, Processos de tomada de contas de capelas, cx. 77-1, fl. 339.

<sup>116</sup> Petição do procurador do Juízo do Resíduo, 18-04-1792. In Capella que instituiu Antonio Favilla... – ARM, JRC, Processos de tomada de contas de capelas, cx. 77-1, fl. 260.

### 5.2.6. *Primeira interdição da capela (1791)*

Em 1791 D. José da Costa Torres interditou a capela da Ajuda em ruínas<sup>117</sup>. Mostrando certidão do provimento, o morgado obteve parte dos rendimentos sequestrados para reparar o templo: um rol de despesas e uma petição de Nicolau Ferreira Duarte, autor da pintura da Sagrada Família existente na capela, elencam obras feitas em 1794<sup>118</sup>, a compra de um Cristo e de uma pedra de ara<sup>119</sup>.

### 5.2.7. *A capela, causa da penúria dos morgados?*

Os últimos morgados sobreviviam a duras penas. Em 1792<sup>120</sup> e 1793, o 6.º morgado, capitão António José da Silva Favilla Bettencourt de Vasconcellos, pediu metade das rendas do morgadio para alimentar a sua família<sup>121</sup>.

Em 1798, o morgado requer o perdão das dívidas de seu pai, que vivera da caridade de parentes; alega nada ter herdado por não existirem bens livres: “o dito seu pay tinha deixado cair as pençoens por não poder manter sua familia ainda muito parcamente por andarem impinhados os [mes]mos b[en]s, valendoce de alguns parentes para o ajudarem a manterce, e destes morgados agora se pede conta ao suplicante, e mesmo se achão seus bens sequestrados, isto não tendo o suplicante sido herdeiro do dito seo pay por [n]ão haverem bens livres”<sup>122</sup>.

A imposição de anexação da terça de cada morgado à capela dos fundadores beneficiou os descendentes (depois da abolição dos vínculos), mas à custa da herança livre dos morgados, cujos rendimentos minguavam enquanto crescia o ónus da capela. Vários morgados tentaram regularizar as contas da capela; algumas petições atestam que para os últimos morgados o incumprimento era inevitável.

<sup>117</sup> Petição do capitão António José da Silva Bettencourt e Vasconcelos, 10-07-1792. In Capella que instituiu Antonio Favilla... - ARM, JRC, Processos de tomada de contas de capelas, cx. 77-1, fl. 271.

<sup>118</sup> Rol de despesas feitas de 1792 a 1794 com os bens sequestrados ao morgado António João da Silva Favilla Bettencourt de Vasconcellos ..., 10-10-1794 e súplica de Nicolau Ferreira Duarte para que se lhe pague da pintura e do dourar da capela 35.000 reis, 03-09-1794. In Capella que instituiu Antonio Favilla... - ARM, JRC, Processos de tomada de contas de capelas, cx. 77-1, fl. 316 e 317.

<sup>119</sup> Petição de Antonio José da Silva Favilla Bettencourt de Vasconcellos para que o depositário satisfaça despesas feitas com a capela, 13-04-1796. In Capella que instituiu Antonio Favilla... - ARM, JRC, Processos de tomada de contas de capelas, cx. 77-1, fl. 328.

<sup>120</sup> Petição do capitão António José da Silva Bettencourt de Vasconcellos, 10-07-1792. In Capella que instituiu Antonio Favilla... - ARM, JRC, Processos de tomada de contas de capelas, cx. 77-1, fl. 271.

<sup>121</sup> Petição de António José da Silva Bettencourt de Vasconcellos ao Provedor do Resíduo e resposta deste, 04-09-1793. In Capella que instituiu Antonio Favilla... - ARM, JRC, Processos de tomada de contas de capelas, cx. 77-1, fl. 293.

<sup>122</sup> Petição de António José da Silva Bettencourt de Vasconcellos ao Provedor do Resíduo e resposta deste, 04-09-1793. In Capella que instituiu Antonio Favilla... - ARM, JRC, Processos de tomada de contas de capelas, cx. 77-1, fl. 293-294.

### 5.2.8. O breve de componenda de missas a favor de António José da Silva Favilla (12 de Junho de 1798)

O 6.º morgado obteve breve da Santa Sé absolvendo as missas em dívida: mais de trezentas, rezadas a trinta festas com sermões<sup>123</sup>. Em defesa dos seus antecessores, aponta a dificuldade de achar celebrantes para a capela dos Piornais, por ficar longe e a esmola ser pequena.

Reduzido o encargo da capela a uma missa anual com esmola de 2.700 reis<sup>124</sup>, entre 1816 e 1872 António João Favilla de Bettencourt, D. Ana Favilla de Castel-Branco e D. Maria Justiniana Esmeraldo Favilla cumpriram o pio. O processo de tomada de contas da capela encerra em 1872 com um mandado do administrador do concelho aplicando a favor do Hospital de São José e da Misericórdia do Funchal o valor das missas de 1859 e 1860<sup>125</sup>.

## 6. Sobrevivência da mentalidade subjacente às instituições vinculares, após a extinção legal dos morgados

A vinculação de bens vigorou em Portugal entre o século XIII e o século XIX. Se foi contestada como entrave ao progresso económico e à felicidade das famílias, a sua longevidade abona porém a favor da concepção subjacente ao sistema: valorização do mérito e dos serviços prestados, defesa das famílias nobilitadas, dotadas de uma base de sustentação perpétua e de um chefe. Isto mesmo demonstram as leis de 1769 e 1770<sup>126</sup>, ao permitir as anexações de morgados, ao extinguir os morgados de parques rendimentos ou de rendimentos inferiores aos respectivos encargos, mas permitindo a constituição de morgadios àqueles que o bem merecessem<sup>127</sup>.

<sup>123</sup> Certidão do breve de componenda de missas a favor de António José da Silva Favilla, 23-08-1798. In Capella que instituiu Antonio Favilla... – ARM, JRC, Processos de tomada de contas de capelas, cx. 77-1, fl. 379.

<sup>124</sup> Conta tomada ao novo administrador António João Favilla de Bettencourt, 21-12-1817. In Capella que instituiu Antonio Favilla... – ARM, JRC, Processos de tomada de contas de capelas, cx. 77-1, fl. 430.

<sup>125</sup> Conta tomada pelo Administrador do Concelho, Dr. João de Freitas da Silva, 28-11-1872. In Capella que instituiu Antonio Favilla... – ARM, JRC, Processos de tomada de contas de capelas, cx. 77-1, fl. 450.

<sup>126</sup> A de 09-09-1796 que suprimiu os pequenos morgadios e a de 03-08-1770 que remodelou os vínculos existentes e proibiu a instituição de novos morgadios (v. SILVA, Fernando Augusto da, – Instituições Vinculares. In *Elucidário Madeirense*, ed. cit., Vol. II, pp. 171-173).

<sup>127</sup> “estas medidas traduzem as modificações sobrevindas na própria estrutura da sociedade portuguesa, tendo por isso um interesse que até transcende a história isolada desta instituição, pois dá-nos a entender a existência de uma nobreza superior que o Estado (...) veio proteger, mas ao mesmo tempo a coexistência de uma burguesia que se procurava também proteger, fomentando-se ao mesmo tempo a sua actividade. Estas disposições vieram dar um golpe na proliferação dos morgados, extinguindo todos aqueles que não tivessem uma certa importância económica (...) Outra disposição que assume o maior interesse diz respeito às entidades às quais se atribuía a possibilidade de constituir morgados de acordo com estes princípios: indivíduos da distinta nobreza, os que tivessem prestado serviços ao Estado, os que se tivessem distinguido no comércio, agricultura e artes liberais (isto é, na indústria) e os que tivessem aberto paul ou cultivado terras incultas que excedessem o rendimento de 600 reis. Não é difícil observar a viragem que esta norma traz à estrutura do morgadio, abrindo-o à burguesia, ao mesmo tempo que se utilizava o sistema dos vínculos para fomentar a actividade produtiva, dando-se, do

A decadência do morgadio dos Piornais ilustra o miserabilismo da economia madeirense desde a crise iniciada no século XVI até às convulsões políticas e sociais do liberalismo, pouco propícias estas à concepção de soluções para rentabilizar a agricultura numa região de acentuado relevo e de reduzida área cultivável. Figuras destacadas no meio lideravam a contestação ao poder: o capitão António João Favilla foi um dos vinte e quatro pronunciados na devassa de 1823 como adversários do governo absoluto<sup>128</sup>.

O decreto de 19 de Maio de 1863 aboliu todos os morgadios, excepto a Casa de Bragança, cujos bens foram declarados apanágio do príncipe real e sucessor da coroa<sup>129</sup>. A questão agrícola madeirense, porém, perdurou: em 1883, o deputado Progressista Manuel José Vieira, herdeiro do último Morgado Favila, verberava um governo do Reino alheio ao desenvolvimento da ilha, a pressão fiscal indiferente à crise das culturas “ricas”, vinha e cana de açúcar: “um distrito que, através daquelas aflitíssimas crises agrícola e comercial, faz face a todas as despesas a seu cargo e ainda concorre para as despesas gerais do estado com uma média de 117.000 reis, (...) bem merece a atenção dos poderes públicos para não prosseguir, pelo menos em relação a ele, neste incessante e insaciável prurido de aumento de impostos, porque os resultados não podem ser outros senão a aniquilação completa das limitadas forças vivas que ainda restam àquele infeliz distrito”. Perguntava então: “Qual é a parte do país que, proporcionalmente, concorre como aquela para as despesas gerais do estado, prestando-lhe uma receita líquida tão importante?” E ainda: “Qual é o distrito, ou do continente ou insular, que concorrendo com uma receita líquida tão avultada, tenha como aquele sido abandonado em tudo o que sejam melhoramentos materiais?”<sup>130</sup>.

---

mesmo passo, um golpe na pequena fidalguia e defendendo a grande” (v. CASTRO, Armando de – Morgado. In *Dicionário de História de Portugal*. Iniciativas Editoriais, impr. Lisboa, 1968, Vol. III, p. 111).

<sup>128</sup> SILVA, Fernando Augusto da – Alçadas. In *Elucidário Madeirense*, ed. cit., Vol. I, pp. 31-34.

<sup>129</sup> Idem.

<sup>130</sup> *Discurso de 07-05-1883*, cit. por CALISTO, Luís – Já no século passado subsídios para o continente austeridade para a Madeira. In *Diário de Notícias* de 24-06-1996, p. 5. Calisto comenta: “conforme documentam as suas intervenções parlamentares, Vieira assumia-se como um político pouco cómodo para o poder central”, tendo obtido, no exercício de diversos cargos públicos, importantes benefícios para a Madeira: “a unificação da moeda, os estudos que levaram à abertura de uma estrada à volta da Madeira, legislação sobre as levadas, concessão de terrenos para construção do Teatro e do Jardim Municipal, isenção de tonelagem aos barcos que vinham ao Funchal, construção do primeiro troço da Pontinha, e outros”. Na sessão de 17 de Março de 1903 do Parlamento, o deputado João Augusto Pereira, genro de Manuel José Vieira, pronunciava um *Discurso acerca do estado anarchico em que se encontra o distrito do Funchal*; v. t. SILVA, Fernando Augusto da – Vieira (Conselheiro Manuel José). In *Elucidário Madeirense*, ed. cit., Vol. III, pp. 400-401; CLODE, Luis Peter – *Registo Bio-bibliográfico de Madeirenses*. Funchal: Caixa Económica do Funchal, pp. 494-495.

## 6.1. O testamento do último Morgado Favila

### 6.1.1. Legado a favor do Conselheiro Manuel José Vieira: re-fundação da linhagem

A 18 de Abril de 1876 faleceu António João da Silva Bettencourt Favilla. Filho do 7.º morgado, casou, mas não teve filhos. O seu segundo testamento (4 de Maio de 1874), assume extraordinário significado simbólico.

Contempla com legados generosos diversos parentes, a quem pede que usem o nome “Favila”, mas cria o inesperado: “instituo meu universal herdeiro (...) ao meu particular amigo Doutor Manoel José Vieira, em atenção à nossa amizade já há bastantes annos sem nunca ter sido interrompida, e aos muitos obséquios que tanto eu, como minha fallecida Mae e familia delle temos recebido, proprio da sua bela alma e sem o minimo interesse, porque nunca lhe paguei trabalho algum dos forenses ou outros quaisquer”<sup>131</sup>.

Não é o parentesco que motiva o testador, primo da mulher<sup>132</sup> do escolhido, antes a amizade desinteressada e a elevação da alma<sup>133</sup>. O último morgado transforma a sua morte em ressurgimento familiar, assegurando uma posteridade à linhagem de que ele era último representante directo: “No caso em que seja varão o filho que está para nascer do dito meu universal herdeiro e amigo, quero que toda a educação delle até se formar (...) não seja trazida à collação, mas sim que lhe seja dada por conta de todo o casal, como se fosse eu proprio que lha desse, devendo tanto elle como Dona Emma e seus Pais adicionar logo depois do meu fallecimento o meu nome de familia Favilla”<sup>134</sup>.

Os descendentes do Conselheiro Manuel José Vieira e de D. Filomena foram actualizando em diferentes gerações o uso do nome Favila e alguns prosseguiram a actividade política e de intervenção social do Conselheiro: o Dr. Fernão Henriques Perestrelo Favila Vieira, advogado, integrou e chefiou movimentos políticos e campanhas jornalísticas na senda dos ideais e esperanças da Revolução Nacional de 18 de Maio de 1926<sup>135</sup>; o Dr. Álvaro Henriques Perestrelo Favila Vieira, também advogado, traçou uma destacada carreira política como governador civil substituto do Funchal (1930-1934) e deputado à Assembleia Nacional na I, II, III e IV legislaturas<sup>136</sup>; D. Berta Luisa Perestrelo Vieira Pereira da Silva, fundou o “Abrigo de Nossa Senhora de Fátima”<sup>137</sup>.

<sup>131</sup> 2.º Testamento do Morgado António João da Silva Bettencourt Favilla, 04-05-1874 – ARM, Administração do Concelho do Funchal [doravante ACF], Testamentos, Lv.º 12, fl. 113.

<sup>132</sup> D. Filomena de Bianchi Perestrelo da Câmara era também descendente do 1.º morgado dos Piornais, Fernão Favila de Vasconcelos “o Velho” – v. MELLO, Luís de Sousa – *Memória Genealógica de Perestrellos Favillas Vieiras* (inédito).

<sup>133</sup> A virtude legitimava a liderança do grupo familiar: v. ROSA, Maria de Lurdes, – *O morgadio em Portugal...*, *op. cit.*, pp. 50, 52-53, 54, 108, 110, 191-192.

<sup>134</sup> 2.º Testamento do Morgado António João da Silva Bettencourt Favilla – ARM, ACF, Testamentos, Lv.º 12, fl. 114.

<sup>135</sup> CLODE, Luis Peter, – *Registo Bio-bibliográfico...*, *op. cit.*, pp. 170-171.

<sup>136</sup> *Idem*, pp. 169-170.

<sup>137</sup> Obra canonicamente instituída em 1951, o “Abrigo” foi fundado por trinta e três senhoras madeirenses para divulgar a Mensagem de Fátima e acolher raparigas desvalidas. A respectiva Comissão Instaladora (Berta

### 6.1.2. *A capela de família e a casa do testador, encargos perpétuos do herdeiro universal e seus filhos*

As disposições do morgado valorizam o simbolismo e o poder congregador em particular da capela, altar de boa parte das missas de sufrágio que destina<sup>138</sup>, e da sua casa: “declaro com mui especial recomendação ao meu herdeiro universal que não quero que a minha casa e quinta da Nazaré sejam vendidas ou alienadas por qualquer forma”<sup>139</sup>.

Entre 1876 e 1906, o Conselheiro Manuel José Vieira promoveu obras e melhoramentos na capela, benzida no mesmo ano<sup>140</sup>.

### 6.1.3. *Disposições pias e legados a parentes e testamentários*

O morgado quis um funeral simples, acompanhado pelo clero paroquial e trinta e três pobres. Os legados a familiares, a empregados, aos testamentários, ilustram o seu ideal de “pater familias”<sup>141</sup>.

## 6.2. *Segunda interdição da capela de Nossa Senhora da Ajuda (1916)*

Aquando da visita pastoral à freguesia de São Martinho, o proprietário Manuel José Perestrelo Favila Vieira negou acesso ao visitador, tendo o bispo D. António Manuel Pereira Ribeiro proibido o culto na capela<sup>142</sup>.

Inconformado com a oposição do vigário capitular à realização na igreja de São Martinho de exéquias solenes do Conselheiro Vieira, o visado publicou as razões da atitude tomada, entre elas divergências quanto ao provimento da capelania<sup>143</sup>. O seu depoimento revela a lógica que motivava o confronto: valorização

Luisa Perestrelo Vieira Pereira da Silva, Aliete Brazão, Dulce Homem de Gouveia Favila Vieira, Hortensia Fraga Gomes, Ilda Rodrigues Dória Monteiro, Marceliana Cardoso Jardim, Maria Albertina de Bianchi (Vale Paraíso), Maria Amélia de Bianchi (Vale Paraíso), Maria Anna Santa Clara Gomes Ribeiro, Maria Bela dos Anjos Cabral, Maria da Assunção Faria Tavares de Freitas, Maria das Mercês Bettencourt da Câmara de Brito Gomes, Maria do Carmo de Freitas Branco, Mathilde de Freitas Faria) foi vencendo todos os obstáculos à realização da iniciativa. Adquirida a Quinta do Tanque, organizaram-se “quermesses” para angariar verbas, e a instituição, dirigida pelas Irmãs Dominicanas, cedo desenvolveu uma crescente intervenção na área da recuperação moral e social. Em 1985, passou a Fundação com estatuto de IPSS, em virtude do Decreto-Lei n.º 119/83 e do Dec. Reg. Reg. n.º 3/84/M.

<sup>138</sup> 2.º Testamento do Morgado António João da Silva Bettencourt Favila – ARM, ACF, Testamentos, Lv.º 12, fl. 114.

<sup>139</sup> 2.º Testamento do Morgado António João da Silva Bettencourt Favila – ARM, ACF, Testamentos, Lv.º 12, fl. 114v.º

<sup>140</sup> Provisão para a bênção da capela de Nossa Senhora d’Ajuda, 14-08-1876 – AHDF, Registo Geral da Câmara Eclesiástica, Lv.º 182, fls. 183-183v.º; Bênção de Imagem. In *Diário de Notícias* n.º 9159, 26.08.1906, p. 1, coluna 4; Bom trabalho. In *Diário de Notícias* n.º 9163, 30.08.1906, p.1, col. 4; Trabalho Artístico. In *Diário de Notícias* n.º 9178, 14.09.1906, p. 1, col. 5.

<sup>141</sup> 2.º Testamento do Morgado António João da Silva Bettencourt Favila – ARM, ACF, Testamentos, Lv.º 12, fl. 112-114v.º

<sup>142</sup> SILVA, Fernando Augusto da – Nossa Senhora da Ajuda (capela de). In *Elucidário Madeirense*, Vol. II, pp. 448-449.

<sup>143</sup> VIEIRA, Manoel José Perestrelo Favila – *A Interdição da capela de N.S. da Ajuda na freguesia de S. Martinho: Antecedentes e Exposição de factos*. Funchal: Typ. Bazar do Povo, 1916 (Biblioteca Municipal do Funchal)

da relação entre a solenidade das cerimónias fúnebres, o prestígio e o mérito do morto a homenagear<sup>144</sup> (“os srs. Faria e Ramos, bem como outros hereos da Levada dos Peornaes, ponderando os serviços que o conselheiro Vieira prestára à Madeira, resolveram dar toda a solenidade às exequias”<sup>145</sup>), entre o espaço sacro familiar e a memória do pai (“a capela da Ajuda era de meu pae, cuja memoria foi gravemente ofendida”<sup>146</sup>). Ele assume-se como representante do clã cuja fortuna e cujo padroado herdara por vontade do último morgado Favila, por isso alienar a capela parece-lhe “solução inaceitável” para o conflito: “eu entendo que capelas não se devem vender, de mais a mais encontrando-se na de N<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. da Ajuda ossos dos fundadores e primeiros proprietários d’ela”<sup>147</sup>. Declina responsabilidade no prejuízo feito à população local<sup>148</sup>. Alguns meses depois, tendo cessado a causa que motivara o interdito, a capela foi devolvida ao culto<sup>149</sup>.

---

<sup>144</sup>V. Maria de Lurdes Rosa, op. cit., pp. 135, 146-147.

<sup>145</sup>Manuel José Perestrelo Favila Vieira, op. cit., p. 9.

<sup>146</sup>Idem, p. 13.

<sup>147</sup>VIEIRA, Manoel José Perestrelo Favila, op. cit., p. 14.

<sup>148</sup>VIEIRA, Manoel José Perestrelo Favila, op. cit., p. 13.

<sup>149</sup>SILVA, Fernando Augusto da – Nossa Senhora da Ajuda (capela de). In *Elucidário Madeirense*, ed.. cit., Vol. II, pp. 448-449.

# O Arquivo da Casa do Avelar (Braga) – da construção da memória familiar à (re)construção da história social

*Ana Maria Costa Macedo*

## **Uma família de elite da cidade de Braga: os Jácomes de Vasconcelos**

Iniciamos o nosso estudo sobre a família Jácome de Vasconcelos da Casa do Avelar quando nos propusemos elaborar a nossa tese de mestrado em História das Populações<sup>1</sup>. Na altura, com base nos dados recolhidos em várias fontes documentais das quais destacamos os *Livros de Ordenanças* (Arquivo Municipal de Braga, 1764), salientamos os sete agrupamentos familiares referenciados aí como sendo as “pessoas de conhecida nobreza” na freguesia de S. Tiago da Cividade (Braga): os Falcão Cotta, os Macedo Portugal, os Magalhães e Meneses, os Feyo de Azevedo, os Brito Leite, os Araújo e Vasconcelos e os Jácome de Vasconcelos. Identificada esta *elite nobre*, foi no reconhecimento que fizemos de cada uma destas famílias que deparamos com a singularidade desta última – estabelecida na actual Casa do Avelar (rua Monsenhor Airosa, frente ao Instituto do mesmo nome) desde os primórdios do século XVI e onde hoje se mantém. Acresce a este facto a feliz ocorrência de, nos contactos que então fomos estabelecendo com o representante da família, nos ter sido confiada a consulta ao arquivo de família acumulado e conservado intacto na Casa ao longo dos séculos. Mais do que uma porta aberta, tivemos a ventura de deparar com um valioso

---

<sup>1</sup> MACEDO, Ana Maria Costa – *Família, Sociedade e Estratégias de Poder (1750-1830) – A Família Jácome de Vasconcelos da Freguesia de S. Tiago da Cividade – Braga*. Braga: Edições APPACDM, 1996.

conjunto orgânico de documentos que, de quinhentos até hoje, nunca chegara a ser disperso ou desmembrado.

A família Jácome de Vasconcelos é hoje dignamente representada por Vasco Francisco Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos (pai de uma geração de 9 filhos, com descendência) a residir com a sua provecta idade na não menos digna quinhentista Casa do Avelar. Percorremos a família ao longo das suas 19 linhas geracionais, que começam em Vasco Jácome (cavaleiro de D. João I) e seu filho Diogo Jácome – que terá vindo para Braga a acompanhar o séquito do Arcebispo D. Martinho Afonso<sup>2</sup>, em finais séc. XIV e estabelecido com D. Guiomar Dias, presumível sua filha, nas Casas da Honra da Ramada (prazo da Mitra), que o Arcebispo mandara edificar junto ao seu Paço Arquiepiscopal. Mais tarde o Arcebispo D. Diogo de Sousa<sup>3</sup> terá feito com que a família renunciasse ao referido prazo (por considerar ser necessário aí fazer “um hospital acerca da nossa Sé para os pobres serem agasalhados”) e, em troca<sup>4</sup>, concedido o Prazo da Quinta do Avelar. Em memória deste facto, numa das obras de restauro da Casa, a família, ciente desse rasto, colocaria, na frontaria, uma pedra com a seguinte inscrição.

*“O praso da casa e quinta do Avelar foi cedido por escritura a 10 de Abril de 1509 pelo arcebispo D. Diogo de Sousa ao primeiro representante desta Família Duarte Jácome de Araújo que aqui se estabeleceu em troca da Honra da Ramada antigo solar desta Família”.*

A consciência do longo passado da relação entre a família e o Prazo do Avelar, consubstanciado na permanência ininterrupta de 500 anos na Casa que hoje ostenta, foi assinalada, recentemente (Julho 2009, 5º centenário), com a celebração solene de uma missa pelo Arcebispo Primaz Emérito de Braga D. Eurico Dias Nogueira, e de um jantar, nos jardins da Casa, onde se reuniu a ampla família alargada – sem pública expressão ostentatória – sob a égide do actual representante da Casa e de seu irmão, o Sr. Francisco de Assis (ambos octogenários). Estes foram desde início – e mantêm-se hoje – os únicos membros da sua geração, mas são ambos também ascendentes de um prolífero número de filhos e netos.

---

<sup>2</sup> Dom Martinho Afonso Pires de Charneca ou Martinho Afonso Pires de Miranda (1369-1416) foi Bispo de Coimbra e Arcebispo de Braga (1398-1416). Doutor pela Universidade de Bolonha, foi conselheiro de Dom João I de Portugal e seu embaixador na França.

<sup>3</sup> D. Diogo de Sousa, Arcebispo de Braga entre 1505 e 1532.

<sup>4</sup> “Certidão da escritura de troca da Casa da Honra da Ramada pelo Prazo da Quinta do Avelar”: ACA/225.

## O Arquivo da Casa do Avelar

No estudo que elaboramos em 1991/1992 no local da Casa onde os documentos foram arquivados/arrumados ao longo de séculos, sem nunca chegarem a ser dispersos ou repartidos, o Arquivo da Casa do Avelar revelou-se-nos logo de início como uma colecção orgânica e não apenas uma colecção documental. A existência de instrumentos de descrição documental e de recuperação da informação elaborados pelas próprias entidades produtoras (membros da família) dá a este fundo uma importância particular. Logo de início consideramos essencial o respeito pela ordem original dos documentos e a reconstituição, sempre que possível, da lógica subjacente à sua produção. Tivemos, por isso, o cuidado de proceder a uma análise *peça a peça* seguindo a sequência encontrada. A aplicação deste método analítico possibilitou-nos um diagnóstico rigoroso que pôs em relevo a prova irrefragável de um meticoloso trabalho de recuperação da informação documental através da produção de títulos e verbetes feitos, como viemos a concluir, em meados do século XIX por Vasco Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos (1840/1886), representante da Casa na 15ª geração, e, ainda, numa parte consideravelmente menor, pelo seu irmão Francisco (1830/1879). A existência destes títulos e verbetes mostrou-nos com clareza que a arrumação (arquivagem) dos documentos em arcas era uma das práticas comuns, sendo por isso o recurso à sumariação mais fácil para a busca e conhecimento do respectivo conteúdo.

Daí que possamos concluir que o Arquivo da Casa do Avelar tenha passado a dispor, grosso modo e desde o século XIX, de um dispositivo de busca de informação muito próximo da de um *Catálogo*. Este cumpre uma função compatível com os fundos arquivísticos de pequeno e médio porte e tem a vantagem de fornecer um máximo de densidade informativa por documento. Foi por isso que não hesitámos em desenvolvê-lo<sup>5</sup>, no respeito, sempre que possível absoluto, pelo trabalho anteriormente feito.

Tal como acontece na generalidade dos arquivos de família, a formação do Arquivo da Casa do Avelar terá partido da necessidade de gerir os negócios da Casa no seu todo, daí a predominância dos documentos de carácter patrimonial e genealógico. Há também, no entanto, todo um outro conjunto de fontes que dizem respeito ao domínio biográfico, social, familiar e pessoal. Referimo-nos aos pequenos livros de notas particulares, registos diários de receitas e despesas, registo de dívidas, ou ainda os cadernos pessoais de poesias, poemas de amor, livros de lembranças e diários, receitas de cozinha, formulários medicinais, uma variedade de correspondência privada, enfim, de uma maneira geral, factos íntimos da vida sentimental e afectiva,

<sup>5</sup> MACEDO, Ana Maria Costa – *Família, Sociedade e Estratégias... cit.*, 1996, pp. 247-390 (Estudo, Catálogo e Índices – de Séries Documentais, Cronológico e Antroponímico).

quer emanados do espaço doméstico, quer projectados no espaço mais alargado da vida social, política e religiosa.

### **Da Casa do Avelar ao Arquivo Distrital**

A recente cerimónia de doação, no Salão Nobre da Reitoria da Universidade do Minho, do acervo documental da Casa do Avelar, por iniciativa do actual representante da família – o Sr. Vasco Francisco Jácome de Vasconcelos – ao Arquivo Distrital de Braga / Universidade do Minho, no dia 1 de Outubro de 2008, constituiu, por um lado, uma merecida homenagem à sua filha Maria da Assunção, que sendo responsável durante mais de duas décadas pelo Arquivo Distrital de Braga, foi falecida recentemente, de forma inesperada; por outro, constitui um excelente exemplo de consciência e valorização da importância da preservação de um arquivo de família para a história social. Atitude a que não é alheia um sentimento de despreendimento e altruísmo, de alto valor cívico.

O Arquivo Distrital de Braga e o público viu assim enriquecido o seu espólio com a história de uma família construída ao longo de centenas de anos, a qual durante boa parte dos quais teve assento nos salões do poder local e regional. Efectivamente, ao longo da sua permanência na cidade de Braga, a família Jácome de Vasconcelos manteve sempre um estreito relacionamento com as principais instituições e o poder da cidade – o Paço Arcebispal, a Câmara e a Misericórdia – ocupando com continuidade cargos de grande prestígio e afirmando-se no corpo da elite político-social da urbe. O Arquivo da Casa do Avelar é um caso raro de preservação da memória de uma família da elite minhota que soube preservar não só a continuidade familiar – fazendo valer sempre que possível até hoje a linha principal da primogenitura – como a vasta documentação sempre conservada na Casa, sem nunca chegar a ser objecto de dispersões ou partilhas.

Mais recentemente, em 30 de Junho de 2010, teve lugar a apresentação do Catálogo da Casa do Avelar<sup>6</sup> tratado, a partir do trabalho anteriormente feito, pela técnica do Arquivo Distrital de Braga, Dr<sup>a</sup> Ana Sandra Meneses, em cerimónia pública presidida pelo Reitor no Salão Nobre da Universidade do Minho, com a entrega simbólica do primeiro exemplar ao representante da família. O Arquivo da Casa do Avelar, que passou então a estar disponível na internet aos investigadores e demais interessados, apresenta-se dividido em 3 partes: o estudo orgânico-funcional / a descrição arquivística dos 2291 documentos que compõem o arquivo / os índices de secções, temático, onomástico, de cotas e cronológico.

---

<sup>6</sup> ADB (2010) – *Arquivo da Casa do Avelar – Estudo Orgânico e Catálogo*. Braga: Universidade do Minho. Disponível em <http://www.adb.uminho.pt>

Como tópicos de referência diga-se que a mensagem principal que ficou deste acto e que a comunicação social salientou foi que “os bracarenses ficaram motivados a doar arquivos documentais” e que este exemplo “deve constituir um estímulo a que outras doações se sucedam”<sup>7</sup>.

Na verdade, hoje não temos dúvidas de que a produção documental directa das famílias traz-nos ao de cima não só documentos desconhecidos, porque não estão nas esferas públicas, como ainda novos protagonistas e novos temas de estudo. Daí a necessidade de se regulamentar e proteger os arquivos pessoais e os arquivos de família através de uma legislação própria que promova o equilíbrio entre os interesses públicos e os privados. Em Portugal esse esforço começa agora a fazer-se notar, dando-se conta que há muitas pessoas ainda com arquivos de família em casa, sem saber ao certo o que fazer com eles. Antigamente as famílias tinham necessidade de guardar os documentos que comprovavam a posse das suas propriedades. Agora cada vez mais escasseiam as grandes casas de família. A penúria das grandes casas leva, inevitavelmente, à dispersão e venda dos seus arquivos. Os proprietários, por motivos vários, vendem os seus arquivos ou, mais frequentemente, parcelas deles, a antiquários ou alfarrabistas, o que origina perdas dificilmente reparáveis. Hoje ganha-se também uma maior sensibilidade para a preservação das fontes primárias existentes nestes arquivos e a doação do Arquivo da Casa do Avelar ao Arquivo Distrital de Braga é um bom exemplo para levar outros proprietários a adoptar uma atitude de preservação e a divulgação dos seus acervos.

### **Do registo íntimo à história social**

A família enquanto instituição produtora de documentos privados e pessoais contribui de uma forma particularmente enriquecedora para a problemática das fontes historiográficas. A vivência pessoal e intimista dos acontecimentos não é acessível a partir da perspectiva ‘oficial’ dos arquivos públicos. Um documento privado – porque é produzido fora dos constrangimentos dos cargos que se ocupam e das regras estabelecidas pela organização das instituições oficiais – oferece-nos a possibilidade de informações mais espontâneas e livres, que nos permitem aceder ao lado exteriormente invisível dos acontecimentos. O cruzamento da informação registada nos arquivos públicos com a perspectiva ‘não oficial’ dos acontecimentos que a confidencialidade do espaço privado familiar permite, pode dar origem a verdadeiras descobertas, ou complementar, de forma inovadora, outros prismas do conhecimento histórico.

---

<sup>7</sup> *Diário do Minho*, 1 de Julho, p. 8.

Um arquivo de família, como o que estudámos, contém uma variedade de fontes documentais, que vão do domínio genealógico (inquirições, memórias, atestações de parentesco...) ou da gestão do património (prazos, arrendamentos, doações, heranças, inventários, dívidas, empréstimos...) à documentação de carácter mais subjectivo e individualizado de cariz autobiográfico como são os diários, os cadernos de notas pessoais ou a correspondência privada. Consideramos ‘autobiografia’ qualquer forma literária escrita em primeira pessoa e que verse sobre a experiência vivida pelo autor (AMELANG, 2000)<sup>8</sup>. Entre os diversos espécimes disponíveis um dos que mais nos entusiasmou foi o *Diário* de João Luís Jácome de Sousa Pereira Vasconcelos (1735/1810), representante da Casa e da Família na 12ª geração.

Como membro activo da elite político social da cidade, João Luís Jácome foi, entre outros cargos, Provedor da Misericórdia, Vereador da Câmara, Almotacé, Capitão de Ordenança, observando-se uma continuidade familiar que se enquadra naquilo que CAPELA (1991)<sup>9</sup> designa por *familiarquia* na gestão do município bracarense, entre 1750 e 1810. Tratando-se de uma família da elite social, com acesso à ilustração e à escrita, podemos tirar partido acrescido da sua produção de documentos pessoais e autobiográficos. Na verdade, principalmente até ao século XIX, a produção da escrita era necessariamente reservada aos membros das ordens sociais privilegiadas, as únicas que tinham a possibilidade de reproduzir, na forma de escrita directa, as suas memórias, os seus assentos ou a sua correspondência. Como nos dizem LISBOA & MIRANDA (2010) “entre indivíduos de melhor condição, a prática da correspondência tende a assumir um carácter relativamente directo e reservado (...) [já que] entre a ‘gente vulgar’ costuma existir a intervenção de um maior número de agentes em todo o processo, desde a escrita até à leitura”<sup>10</sup>. Por isso o *Diário* de que falamos tem as características de uma escrita directa, em primeira pessoa, sobre a experiência de vida do autor e vem a ser elaborada de forma mais livre, na esfera da intimidade, fora de constrangimentos formais. Deste modo consideramos este documento uma valiosa fonte autobiográfica, não tanto pelo que o autor revela de si mesmo, mas sobretudo pelo que nos esclarece sobre a época e os lugares em que a sua própria história de vida decorre e de que ele é parte activa.

<sup>8</sup> AMELANG, James (2000) – *Autobiografías, A Través Del Tiempo – Diccionario De Fuentes Para La Historia De La Familia*. Murcia: Universidad de Murcia, pp. 25-28.

<sup>9</sup> CAPELA, José Viriato (1991) – *O Município de Braga de 1750 a 1834 – O Governo e a Administração Económica e Financeira*. Braga, p. 210.

<sup>10</sup> LISBOA, João Luís & MIRANDA, Tiago – A cultura escrita nos espaços privados. In, *História da Vida Privada em Portugal – A Idade Moderna*. Círculo de Leitores, 2010, p. 375.

## O *Diário* de João Luís Jácome

Ao longo de 24 anos ininterruptos, entre 1787 e 1810, João Luís Jácome escreve no seu *Diário*, que inicialmente designamos de *Livro de Lembranças e outros Registos*<sup>11</sup>, testemunhos pessoais que constituem um valiosa fonte documental sobre a vida política e social da cidade de Braga (sobretudo) de então.

João Luís Jácome foi um bom gestor da família e do seu património, numa altura em que a sua continuidade familiar apontava sérios riscos, mas também foi um ‘cortesão’ e um ‘homem público’, participante activo na política e na sociedade do seu tempo. Os seus cuidados e qualidades de ‘memorialista’ permitem-nos conhecer hoje, de perto, através dos seus escritos diários, não só os ciclos de vida e o quotidiano de uma família da aristocracia de Braga, mas, sobretudo, o funcionamento político e social da cidade numa época de mudanças que se travam na transição de um modelo de gestão senhorial (poder dos Arcebispos) para uma nova época de influências liberais, marcada pela pretensão de novas famílias ao poder. Para além de Provedor da Misericórdia (1779 e 1880), João Luís Jácome foi ainda 6 vezes Vereador da Câmara, entre 1785 e 1802, período particularmente significativo no governo municipal pelas suas tensões políticas. Subscritor da Carta Dirigida à rainha D. Maria I, em 1793, pelos vereadores antigos, defensores da mesma causa, é também pela leitura do seu *diário* que nos apercebemos do verdadeiro jogo *partidário* e das intrincadas lutas interfamiliares da elite bracarense.

Num total de 178 páginas, não numeradas, as primeiras 52 são dedicadas ao registo das memórias genealógicas dos seus antepassados, os seus percursos de vida, os cargos desempenhados, os bens patrimoniais. Sob o título ‘*Varonia de João Luis Jácome de Sousa e seus antepassados da Casa do Avelar da Rua dos Pellames desta cidade de Braga*’, tudo é registado com a precisão própria de um verdadeiro investigador, onde constam as datas e respectivas referências documentais: prazos, escrituras, procurações, inventários, ofícios, certidões. João Luís Jácome pesquisa cartórios e fundos documentais e faz algumas anotações posteriores, nas margens ou nos espaços entre-linhas, ou mesmo no próprio corpo do texto, onde adopta a curiosa designação de ‘lembrança’, como forma de completar o mais possível o registo de informações úteis. A estas páginas iniciais dedicadas às memórias e informações genealógicas sucedem-se, numa sequência natural, as anotações organizadas no dia-a-dia, ininterruptamente entre 1787 e 1810, assumindo assim a sequencialidade de um *Diário*, ao longo de 24 anos.

Estaria João Luís Jácome pelos 50 anos de idade quando se dispôs a este género de escrita para só dela se desligar já muito perto do seu falecimento, aos 75 anos.

Para lá das Memórias e das Lembranças, de domínio eminentemente público, de que se revela protagonista, junta Luís Jácome, na forma e no dia-a-dia, o domínio

<sup>11</sup> MACEDO, Ana Maria Costa – *Família, Sociedade e Estratégias...*, cit., 1996.

da escrita íntima e privada: os espaços privados, a casa, as refeições, a família, os filhos, os casamentos, o nascimento dos netos, os estados de saúde, as dificuldades financeiras, os amigos, os afectos, as alegrias, os sentimentos de fé, as arrelias e os momentos difíceis. De tudo isto nos deixa o seu testemunho, o seu olhar individual, a sua verdade, sem propósito de impressionar ou obedecer a cânones. É esta veracidade que nos seduz e traz acréscimo aos conhecimentos que fomos acumulando sobre a cidade e a sua vida por finais de setecentos.

De uma análise formal à estrutura dos registos, torna-se de imediato evidente uma atitude de autodisciplina e sistematização que nos induzem a efectuar um tratamento estatístico dos mesmos. O espectro dos registos, que simplificadamente consideramos como ‘entradas’, e que contabilizamos a partir da utilização da expressão: “Hoje, (*dia*) de (*mês*) de (*ano*)”, apresenta-nos os dados balizados entre ‘6 de Setembro de 1787’ e ‘29 de Agosto de 1810’. Nem sempre as entradas são rigorosamente sequenciadas, apresentando alguns pequenos avanços ou recuos cronológicos, entrecortados com anotações que lembram acontecimentos e factos de índole objectiva que se pretende registar. Não obstante, são vinte e quatro anos de registos sequenciais, que espelham, pela observação da sua frequência [ver gráfico 1], os períodos mais prolixos e mais raros da relação quotidiana do autor com o seu documento.

Exceptuando os dois primeiros anos que se seguem ao relato genealógico e patrimonial da família das primeiras páginas, pode-se dizer que o *Diário* começa com um pico de entradas (1789 e 1790), a que se segue uma tendência estrutural de quebra de registos, somente interrompida pelos máximos de 1800/1802 e 1805/1807, já próximo do seu *terminus*.

Os anos de 1809 e 1810 são particularmente escassos na produção de registos, mas estes são suficientes para dar continuidade ao *Diário*, que só termina nos últimos meses de vida do seu autor. Sabemos que ano de 1809 corresponde *grosso modo* à troca da Casa do Avelar pela distante Casa da Torre da Lagariça, em Aregos do Douro (Resende), onde João Luís Jácome se encontra concentrado na redacção do seu *Testamento*, o qual, no conjunto das suas 41 páginas, nos descreve com pormenor uma parte particularmente interessante da sua história de família.

De forma diferente se nos apresenta o biénio de 1789 e 1790, ao longo do qual um maior número de vezes João Luís Jácome terá escrito no *diário* – respectivamente 40 e 47 – datas que coincidem com alguns dos episódios mais marcantes da sua vida: a prisão do filho primogénito na cidade de Braga, a propósito de tentativa de impedimento de contexto passional, em Abril de 1789, seguida da extradição para a cadeia do Limoeiro na cidade de Lisboa. O casamento deste, que se viria a efectuar nesta cidade em Outubro de 1790, enquanto corolário do sucesso das suas pretensões,

envolvendo a presença de altos dignatários da corte, teria, certamente também, reflexo nas razões que levaram João Luís Jácome a confidenciar mais intensamente no seu diário. O relato preciso da obtenção e envio de certidões, atestações, licenças, procurações e outros processos burocráticos necessários à defesa da causa familiar, são aí objecto das anotações e comentários pormenorizados. Os empréstimos para fazer face às avultadas despesas a que teve de acudir neste como noutros momentos difíceis, são criteriosamente registados, bem como a sua amortização.

O *diário* é igualmente uma fonte de informações sobre aspectos de índole espacial, como a área de influência dos interesses do autor, a sua vivência territorial, os itinerários que percorre (ele ou aqueles com quem convive e partilha o teor dos seus registos), a percepção dos lugares, as distâncias e o significado dos espaços. Desde logo, podemos ter uma ideia da amplitude geográfica objectiva, abrangida nos registos diários de Luís Jácome, se fizermos uma análise comparativa, por exemplo, do número de vezes que cada cidade e vila vem citada. Assim: [ver gráfico 2].

Lisboa e Braga aparecem destacadamente com maior número de citações (respectivamente 94 e 84)<sup>12</sup> em relação a todas as outras, ao longo dos anos em que decorre a escrita do *diário*. Braga, naturalmente, não nos surpreende, porque é a cidade onde vive o nosso relator. Lisboa também não, já que a capital, sendo o reduto de todos arbítrios e expressão do poder régio e das suas influências, aparece-nos ligada aos temas fortes do diário. Também é aí que o seu primogénito é conduzido para cumprir as ordens de prisão e se consuma o notável casamento, como é ainda o local onde Luís Jácome dirige as suas atenções e contacta banqueiros para a cobrança anual do rendimento do Juro Real sobre a Casa da Moeda em Lisboa, vínculo que adquire em herança pelo casamento com D. Maria Ribeiro da Silva Lopes, em 1755. Além disso, quando alude a acontecimentos políticos nacionais é também a cidade de Lisboa que cita. O Porto é a cidade referida em 3º lugar (14 vezes), muitas vezes em associação com o Douro e as suas deslocações à Casa da Torre da Lagariça (onde vai morar após o casamento, a sua filha mais nova), mas com uma frequência bastante menor, que a aproxima das menções a outras cidades minhotas, referenciadas, grande parte das vezes, a propósito dos seus regimentos militares.

Do mesmo modo contabilizamos e comparamos as referências às várias ruas e praças do espaço urbano e assim verificamos, por exemplo, que a central Rua Nova de Souza, sede de negociantes e banqueiros, com quem Luís Jácome se relaciona, é a que maior número de vezes é citada, logo seguida do Campo da Vinha, sede de diversas instituições e de várias casas de pessoas ilustres, como a do seu grande amigo Maciel Aranha.

<sup>12</sup> De referir que o número de citações é contabilizado a partir da designação concreta do nome da cidade, o que não inclui referências como “esta cidade” (normalmente relativa a Braga, mas ainda assim não muito frequente).

Ultrapassando o espaço citadino e passando a uma análise da dispersão geográfica por freguesias, verificamos que, curiosamente, não são as da cidade propriamente dita, como a Sé, S. Victor, S. João do Souto, S. Tiago da Cidade, S. José de S. Lázaro, as mais nomeadas. O que nos poderia parecer estranho, à primeira vista, por se tratar de uma família que vive e exerce as suas funções no coração da urbe. Dir-se-ia que são antes as freguesias de Nogueira, Esporões, S.ta Maria de Lamas, à saída da cidade para Guimarães, ou até Barbudo, no concelho de Vila Verde, as que mais vezes são enumeradas. E isto tem a ver, sobretudo, com as deslocações que Luís Jácome aí faz frequentemente nas suas actividades de vereação, com os seus companheiros de Câmara.

Outras análises e temas poderíamos ainda abordar, já que a natureza de um *Diário* implica sempre uma diversidade inexpectável de assuntos<sup>13</sup>, no entanto, no âmbito desta apresentação cabe-nos aqui apenas referir alguns exemplos.

Um outro aspectos dos mais interessantes do presente *Diário* prende-se com os registos que João Luís Jácome faz da sua actividade enquanto Vereador no Senado da Câmara. Ao longo dos vários meses dos anos de 1792, 1793, 1794, e depois 1801, 1802 e 1803, em que ocupa as funções de vereador, deixa-nos, com admirável sequencialidade e pormenor, nos seus escritos pessoais, relatos que nos permitem, a partir da análise de um caso como este, reconstruir o leque das funções quotidianas de um vereador de então e responder a perguntas como estas:

Quais as funções que competiam a um Vereador do Senado bracarense entre finais do século XVIII e princípios do século XIX? Como eram desempenhadas essas actividades? Como se processava o pagamento? Havia um ordenado fixo ou este variava, na proporção relativa de cada uma das principais fontes de proventos?

Considerando e analisando o conjunto sequencial dos registos entre 1792 e 1803, ficamos a saber que um vereador da Câmara de Braga, entre finais do século XVIII e princípios do século XIX, conta com um ordenado anual fixo de 50.000 reis, pago em 4 prestações trimestrais (normalmente em Abril, Julho, Outubro e Dezembro ou Janeiro) de 12.500 reis cada. Contudo, é importante notar, que este ordenado fixo representa apenas cerca de 47% do total das receitas [ver gráfico 3].

Para além do ordenado fixo, um vereador contava ainda com todo um outro conjunto de proventos ligados às várias actividades que a sua função implicava. São elas: o empreendimento de *vistorias*<sup>14</sup> (inspecções) às águas públicas ou a locais de domínio público ou privado, quase sempre na sequência de requerimentos feitos à Câmara pelos interessados; as *vedorias*<sup>15</sup> (actividades de fiscalização) a prazos, campos ou casas; e, finalmente a participação em actividades de índole religiosa e pública

<sup>13</sup> Encontra-se no prelo a edição da transcrição integral da obra com um estudo introdutório.

<sup>14</sup> Actividades de inspecção feita por elementos do corpo político camarário.

<sup>15</sup> Actividades ligadas à fiscalização e administração da fazenda pública.

da cidade, como as *procissões* e actos afins. Note-se que estas últimas representavam, na receita total de um vereador, cerca de 41%, ou seja, quase tanto como o ordenado fixo (47%). Uma percentagem mínima 0,2% – representada no gráfico por ‘outros’, diz respeito a pequenos tributos extraordinários sem expressão significativa.

Por norma, a participação nas *procissões*, por inerência ao cargo, era paga em acumulação de várias, no valor de 1000 reis cada uma, excepto quando se tratava de *procissões* com um estatuto especial. Tal era o caso da *Procissão do Corpo de Deus* e da *Ressureição da Páscoa*, em que João Luís participava, levando a vara do Pálio. Nestas, auferia como vereador, 4000 reis, valor correspondente às posições mais altas da hierarquia municipal.

As actividades de inspecção e fiscalização, correspondentes às *vistorias* e *vedorias*, eram feitas por uma equipa da Câmara que, para além do vereador, incluía vários magistrados superiores e oficiais. As deslocações por vezes eram alongadas e agrupavam-se os seus trajectos, frequentemente, num mesmo dia, para tirar partido do ónus da tarefa. O montante dos serviços era pago pelo próprio requerente à Câmara, e o vereador, por seu turno, recebia, normalmente no próprio dia ou no dia seguinte, 1000 reis de cada uma. No entanto, como nos podemos aperceber pelos registos que J. L. Jácome nos legou no seu *Diário*, quando se tratava de o requerente ser amigo ou conhecido, um ou outro membro da equipa podia não se fazer cobrar pelos seus serviços, procedendo assim à devolução do dinheiro ao dito requerente.

## Receitas d'outros tempos

De entre a variada gama de literatura autógrafa que possui o arquivo de família e como tópico de diversidade e de *pitoresco* da fonte em causa, distinguimos pela sua curiosidade e pelo que nos revela, relativamente a outros modos de viver o quotidiano, os *cadernos de notas* femininos, normalmente bem cuidados, de entre os quais ressaltamos os pertencentes a D. Ana José Carlina Jácome de Vasconcelos (1827/1905). Atentemos, a título de exemplo, nas seguintes receitas domésticas nele contidos (das culinárias às medicinais...) definidoras de outros recursos e outros estilos de vida compatíveis com uma época em que as farmácias eram caseiras, os produtos naturais abundantes e os frigoríficos inexistentes:

### Receita para fazer nacer o cabelo

Sebolla picada em um almofariz, cõa-se o succo por um paninho e poem-se uma noite a sserenar devendo guardar se antes de nacer o sol, depois unta-se a cabeça na parte aonde faltar o cabelo e assim se continua ate nacer

### Receita para serões – infalível

Toma-se uma chicara de caffè em jejum com sal botando-o como se fosse assucar

### Receita para tinta d'escrever

50 réis de anilina preta

deita-se em quartilho e meio de agua bem quente, junta-se-lhe um quarteirão de espirito de vinho do melhor, mexe-se tudo muito bem e deita-se a vidros ou potes.

### Receita para dores no pescosso

Uma papa de meolo de laranja azeda posta a ferver um bocadinho com algumas gotas de olio de amendoas doces, pôr bem quente no sitio da dor.

### Receita para a dôr sciatica

cera virgem .....	meia quarta
azeite.....	meio quartilho
vinho branco.....	um quartilho
ourina de menino de 4 a 5 annos.....	um quartilho

### Modo de a fazer

Serena-se a ourina por espaço de 9 dias findo os quaes se ferve juntamente com o azeite e com o vinho ate que, lançando uma gota d' este liquido no lume

elle arda, logo que veja que arde mistura-se-lhe a cera e meixe-se bem ao lume, depois do que se passa para hum vaso qualquer e deixa-se esfriar.

*Modo de aplicar o remedio*

À noite ao recolher, leva-se lume para o quarto, aquece-se a mão e torna-se n'ella um pouco do remedio e esfrega-se bem no sitio da dôr ate se sumir o remedio, embrulha-se depois a perna n'uma baeta bem quente e sefumada com alfasema; todas as noites se repete o mesmo ate se gastar o remedio e a dôr desaparecer. Durante todo esse tempo deve-se trazer sempre a pessoa bem agasalhada por causa do frio.

**Methodo de se conservar as vagens e outras hortaliças em estado fresco todo o anno**

Colhem-se a horas em que o sol esteja bem quente, e com dias secos, as vagens leguminosas, taes como as de feijões, ervilhas, favas, etc.

Escolhem-se as mais nutridas, sem macula alguma e bem verdes na côr, e vam-se introduzindo, bem concertadas, para dentro dos frascos de boca larga de sorte que fiquem bem unidas para que contenhão pouco ar.

Cheios os frascos ate duas polgadas de distancia das bocas, tapam-se com rolhas de cortiça e amarram-se com fios de arame.

Metem-se assim logo dentro de uma caldeira, com quanta agua fôr precisa para banhar os frascos ate à borda que os termina, de sorte que, situados verticalmente, fique entre elles meia pollegada de distancia, para que a agua os rodeie igualmente.

Leva-se este aparelho ao fogo, e faz-se aquecer a agua mui gradualmente ate ferver. Passado um quarto de hora de ebullição, tira-se-lhe o fogo, e deixa-se diminuir o calor da agua a ponto de se poderem tirar os frascos, os quais, á medida que se vão tirando da caldeira, devem ser rapidamente lacrados nas rolhas.

Guardão-se depois em caixas ou armarios retirados da luz.

Este mesmo methodo serve para guardar em estado de fresco os vegetais proprios para saladas e outras preparações comestiveis, como são cenouras, alcachofras, espargos, nêspas, couve-flôr, almeirões, chicorias, cenouras e outras mais especies deste genero.

## Nota Final

Um arquivo de família constitui um universo de conhecimentos, de saberes, de memórias, de afectos, enfim, de nós mesmos enquanto seres humanos que vivemos em comunidade e nos projectamos no tempo. Trata-se de um património de valor inestimável e que urge preservar.

A modificação estrutural da família como instituição social e económica autónoma que se vem verificando desde finais do Antigo Regime, tem levado à dispersão dos arquivos e à venda de muitos dos seus bens privados.

Em toda a Europa se têm feito avanços e promovido encontros entre várias entidades no sentido de unir esforços para a conservação e o estudo destes acervos. Também em Portugal em 2010 o Colóquio Internacional “Arquivos de família, séculos XIII-XIX: que presente, que futuro?”<sup>16</sup>, no âmbito do qual se apresentou uma primeira versão deste artigo, trouxe ao nosso país avanços no estudo desta temática quer pelo confronto directo com os exemplos e as ideias de investigadores de vários países quer pela sensibilização e apoio prestado aos proprietários e responsáveis por estes bens culturais.

Há todo um trabalho conjunto que tem de ser feito entre arquivistas, bibliotecários, historiadores e pessoas comuns no sentido de encontrar soluções para conservar em lugar seguro estes documentos. Um lugar onde possam envelhecer tranquilamente, à medida que se tornam mais valiosos.

---

<sup>16</sup> O Colóquio Internacional *Arquivos de Família, séculos XIII-XIX: que presente, que futuro?*, organizado pelo IEM, teve lugar em Lisboa nos dias 29 (Torre do Tombo) e 30 (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas) de Outubro de 2010.

## Anexos

Gráfico 1. Frequência anual dos registos no diário

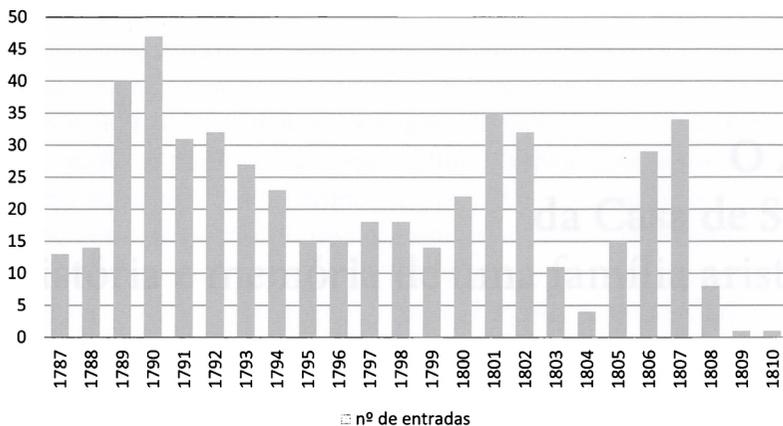


Gráfico 2. Cidades e Vilas citadas no diário

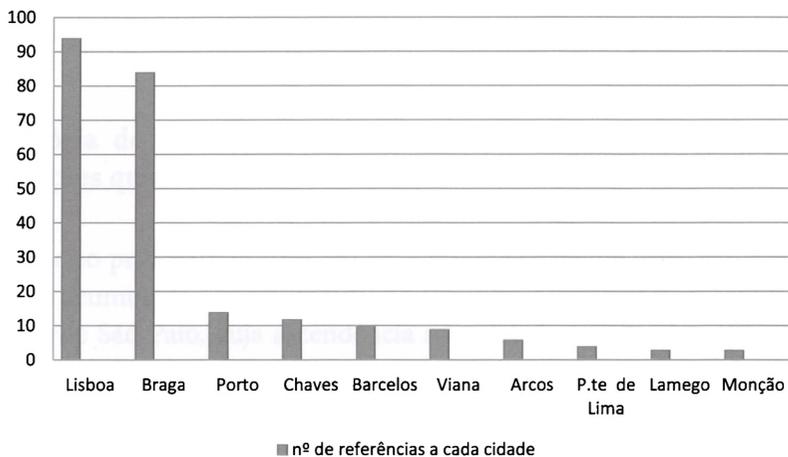
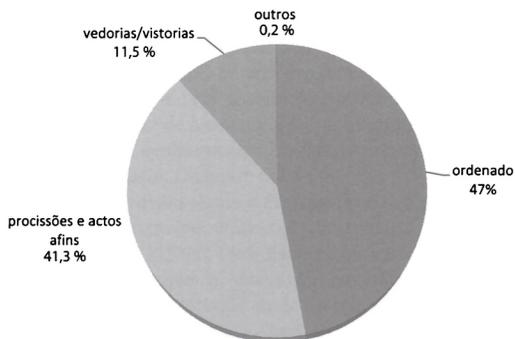


Gráfico 3. Receita Total de um Vereador do Senado Bracarense (1792-1803)





# O Arquivo da Casa de São Paio: história e memória de uma família aristocrática

*João Bernardo Galvão-Telles*

## **História de um acervo documental: um rápido olhar sobre as dezoito gerações que o formaram**

O núcleo principal do Arquivo da Casa de São Paio é constituído por documentação acumulada por esta família ao longo de dezoito gerações [Quadro 1]. Vasco Pires de São Paio, cuja ascendência não se encontra totalmente esclarecida mas que se pensa proceder, por via materna, da linhagem medieval dos Braganções<sup>1</sup>, é

---

<sup>1</sup> MACHADO, José Carlos L. Soares – *Os Braganções: História Genealógica de uma Linhagem Medieval (Séculos XI a XIII)*. Lisboa: Associação Portuguesa de Genealogia, 2004, p. 279. Joaquim José de Saldanha Albuquerque e Noronha, que escreveu em 1766 o manuscrito *Da susseção geneologia e ascendência de algumas famílias ilustres deste Reyno de Portugal e domínios*, apontou a origem da família São Paio para D. Pedro Álvares Osório, 1.º conde de Trastâmara e senhor da casa de Vila Lobos, de quem teria sido bisneto Vasco Pires de São Paio, “o qual passou a Portugal por Matar em um Desafio a um Fidalgo Poderoso daquele Reino da Galiza”. B.N.P. (Reservados), Manuscritos Genealógicos, Cod. 1046, fls. 260-260v. Na obra também manuscrita intitulada *Nobreza de Portugal e Espanha* refere-se, porém, que “em o Livro do Conde D. Pedro se não faz memória desta família, com que acerca de seu Princípio usaram de conjecturas os Genealogistas. O apelido, dizem se tomou do lugar de São Paio junto a Torre de Moncorvo; E é mui fundada no uso daqueles tempos esta conjectura. Em a varonia há maiores dúvidas, e nenhuma certeza: alguns quiseram dizer que Era dos de Sotomaio; outros que da casa de Astorga, Varonia Osório. Disseram outros que Era da Casa dos senhores de São Pelágio, em Astúrias, Varonia de Salazar, e que dela passou algum a Portugal, que deu princípio aos São Paio em este Reino. Porém, como estas coisas são divinatamente ditas sem fundamento, não há que fazer caso delas. Vamos ao certo”. Manuscritos Genealógicos, Cod. 1123, fl. 138v. Baquero Moreno, em artigo dedicado a esta estirpe e ao referir-se a Pedro Alvarez Osorio, concluiu que “os dados apresentados apenas abrem a hipótese de seu segundo filho Garcia Pérez Osorio ter vindo para Portugal ainda no reinado de D. Afonso IV e dado origem à linhagem dos Sampaio, questão que merece ser investigada e esclarecida. (...) Não deixa contudo de ser intrigante saber como é que o honrado escudeiro de Torre de Moncorvo, Vasco Fernandes [leia-se Pires] de Sampaio, entronca com a

comummente considerado o fundador da estirpe. Não sendo este o local apropriado para traçar a sua genealogia aprofundada, direi resumidamente que aquele varão emergiu por ocasião das contendas que se verificaram entre os reis D. Fernando de Portugal e D. João de Castela, a partir da primavera de 1381, quando os castelhanos invadiram o sudeste transmontano. Vasco Pires de São Paio colocou-se do lado do soberano português, participando na defesa de diversas localidades daquela região. No atribulado período que se seguiu à morte do rei *Formoso*, o progenitor dos *de São Paio* tomou o partido do mestre de Avis, depois aclamado D. João I, devendo-se a estes dois monarcas as mercês que formaram a base primitiva da casa de São Paio (ou de Vila Flor, como inicialmente foi designada, por se constituir esta localidade como cabeça de todo o património acumulado na região transmontana).

Nas gerações seguintes, a família foi granjeando novas doações régias que permitiram a consolidação do seu estatuto senhorial, embora na segunda metade do século XVI, fruto de uns *percalços genealógicos*, a casa tenha revertido à Coroa. O rei D. Sebastião, no entanto, dela fez nova mercê a Francisco de Melo, filho segundogénito, com a condição dele se passar a chamar Francisco de São Paio; inicialmente feita em três vidas, esta concessão foi depois reiterada com a natureza de juro e herdade, para sempre e na forma da Lei Mental.

A sucessão prosseguiu na descendência deste Francisco de Melo, ou de São Paio, até chegar a António de São Paio Melo e Castro Moniz Torres de Luzignano, seu 13.º senhor. O *estado* da respectiva casa incluía então os senhorios das vilas de Bemposta, Chacim, Frechas, Mós, Parada de Pinhão, Sampaio, Vila Flor e Vilas Boas, bem como de metade da Quintela de Lampaças; abrangia as terças das igrejas de Mós e Urros, a alcaidaria-mor de Torre de Moncorvo e o cargo de fronteiro-mor de Freixo de Espada à Cinta<sup>2</sup>. Genro do 1.º marquês de Pombal, António de São Paio foi elevado à grandeza com o título de conde no reinado de D. José, corria o ano de 1761<sup>3</sup>. Para além desta mercê, foi o fidalgo contemplado com a alcaidaria-mor de Miranda do Douro e com a comenda de São Domingos de Pereira, a que mais tarde se juntaria a de São Miguel de Lavradas. É de referir que o novo titular, fundado nos serviços prestados pelo avô enquanto vice-rei da

---

grande linhagem dos Osórios e Vilalobos, estes últimos pela via feminina”. MORENO, Humberto Baquero – Os Sampaio, fidalgos transmontanos de ascendência galega. *Revista Portuguesa da História*, tomo 31, vol. 1 (1996) pp. 276-277.

<sup>2</sup> A.N.T.T., Chancelarias Régias, D. João V, L.º 115, fls. 160, 160v e 161; L.º 116, fls. 143v e 144; L.º 117, fl. 54v; L.º 123, fl. 29. Registo Geral de Mercês, D. João V, L.º 37, fls. 246, 246v, 247 e 247v. A.D.Bragança, Arquivo da Casa de São Paio, Cx. 12, Maço 105.

<sup>3</sup> A.N.T.T., Ministério do Reino – Decretos, Maço 8, Docs. 3 e 9; Chancelarias Régias, D. José I, L.º 49, fl. 144v; L.º 74, fls. 194v e 196. Registo Geral de Mercês, D. José I, L.º 15, fls. 530 e 531. Vd. os originais em pergaminho das cartas de atribuição a António de São Paio dos títulos de conde de São Paio e de conselheiro em A.D.Bragança, Arquivo da Casa de São Paio, Pergaminhos 3, Maço 249.

Índia, aspirou e requereu por diversas vezes que lhe fosse dado também o título de marquês de Vila Flor, o que todavia nunca veio a acontecer<sup>4</sup>.

Foi na geração seguinte, quando era senhor da casa o 2.º conde de São Paio<sup>5</sup>, que ocorreram algumas das mudanças sociais mais profundas, iniciado que já estava o século XIX. Convirá recordar que este titular foi personagem activa nos acontecimentos políticos que marcaram a época. Exilado durante o reinado de D. Miguel<sup>6</sup>, a sua fidelidade à causa liberal teria como máxima expressão a nomeação no cargo de mordomo-mor de D. Maria II e a elevação ao título de marquês de São Paio<sup>7</sup>. Ironicamente, seria ele o último donatário dos importantes bens da Coroa que, nalguns casos, haviam permanecido na sua família cerca de quatrocentos e cinquenta anos.

Nos tempos subsequentes, a família viu-se confrontada com progressivas dificuldades: a partir das alterações legislativas operadas em matéria sucessória e vincular surgiram as partilhas de bens, diminuíram os rendimentos, agravaram-se os constrangimentos financeiros, recorreu-se à alienação dos imóveis que, para lá da sua dimensão económica, constituíam lugares de memória da estirpe.

É, pois, este pulsar dos séculos que podemos encontrar registado nesse vasto conjunto de documentos. O que aconteceu, então, ao Arquivo da Casa de São Paio?

## História de um acervo documental: doação ao Estado e situação actual

As vicissitudes políticas e sociais vividas no século XIX implicaram profundas mudanças nas famílias aristocráticas do Antigo Regime. A extinção dos senhorios e das comendas, depois a abolição dos morgados, fizeram diminuir significativamente o carácter utilitário da documentação, desde logo preservada com o intuito de fazer prova do direito à sucessão naqueles bens ou para demonstrar as obrigações (e o respectivo cumprimento) a que tais vínculos estavam adstritos. Por outro lado, a

<sup>4</sup> A.N.T.T., Desembargo do Paço – Corte, Maço 1693, Doc. 68. Ministério do Reino – Decretos, Maço 1097, 14 de Novembro de 1802.

<sup>5</sup> Manuel António de São Paio Melo e Castro Moniz Torres de Luzignano recebeu a mercê do título de conde a 15 de Maio de 1777. A.N.T.T., Chancelarias Régias, D. Maria I, L.º 83, fls. 48 e 48v. Registo Geral de Mercês, D. Maria I, L.º 1, fl. 95. Vd. o original da carta em A.D.Bragança, Arquivo da Casa de São Paio, Pergaminhos 3, Maço 249.

<sup>6</sup> A.N.T.T., Ministério do Reino – Requerimentos, Maço 705. BARRETO, D. José Trazimundo Mascarenhas – *Memórias do Marquês de Fronteira e d' Alorna, D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto, ditadas por ele próprio em 1861*. 2.ª ed. (revista e coordenada por Ernesto de Campos de Andrada). Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928, vol. 2, pp. 167 e 172.

<sup>7</sup> A.D.Bragança, Arquivo da Casa de São Paio, Cx. 4, Maço 27. Vd. também BORREGO, Nuno Gonçalo Pereira – *Mordomia-Mor da Casa Real. Foros e Offícios: 1755-1910*. Lisboa: Tribuna da História, 2007, tomo 1, p. 50, onde, todavia, se indica que o exercício do cargo de mordomo-mor por parte de Manuel António de São Paio teve início em 1831, o que se nos afigura incorrecto à vista da respectiva carta régia, datada de 6 de Junho de 1833. A.N.T.T., Ministério do Reino – Decretos, Maço 1162, 1 de Dezembro de 1834.

partilha do património pelos diversos descendentes e a profunda alteração nos modelos de financiamento das famílias levaram a uma crescente incapacidade para manter as habitações às quais se encontravam historicamente ligadas; e daqui resultou a deslocalização e a dispersão dos acervos documentais, tantas vezes submetidos a condições físicas inadequadas à sua preservação. O surgimento – com especial incidência a partir do século XX – de um mercado apeteçível onde alfarrabistas e coleccionadores se mostraram disponíveis para a aquisição dos espólios documentais contribuiu ainda mais para essa pulverização.

À luz destas circunstâncias, tenho de considerar que a preservação de um arquivo familiar com a dimensão e coerência do da casa de São Paio constituiu um caso excepcional. Tal conservação deveu-se, desde logo, às sucessivas gerações da família, em particular daquelas que atravessaram os conturbados tempos da centúria de oitocentos; mas resultou, também, do cuidado que o 3.º marquês de São Paio (1902-1981) soube dedicar a esta herança dos seus maiores, revelada em especial na utilização que fez da abundante informação nela contida para a produção de diversos estudos históricos e que lhe permitiu também a elaboração de uma monumental *História e Genealogia da Casa de São Payo*<sup>8</sup>.

Hoje, porém, seria certamente difícil falar do Arquivo da Casa de São Paio se os herdeiros deste titular não tivessem tomado uma decisão a todos os níveis extraordinária: a doação do acervo ao Estado. Como assinalou Teresa Gouveia, então secretária de Estado da Cultura,

“A sua família, com esta oferta, teve a generosidade de entregar a todos os historiadores portugueses elementos preciosos de que passam a dispor para a sua investigação. Esta doação constitui um gesto exemplar. Revela, por parte da família do Marquês de São Payo, a consciência da importância dos arquivos históricos particulares para o estudo da História, e desta, por sua vez, para o conhecimento daquilo que somos, sem o que não é possível avançarmos seriamente para aquilo que queremos ser. Põe, portanto, à disposição dos investigadores uma documentação do maior valor. Em vez de pretenderem guardá-la ciosamente, os seus detentores manifestam assim o seu sentido de responsabilidade numa tarefa que é de todos nós”<sup>9</sup>.

Esta oferta serviu de ensejo à realização de uma exposição organizada pelo Instituto Português do Património Cultural, que esteve patente na galeria Almada Negreiros, em Lisboa, de 7 de Junho a 10 de Julho de 1988. O tratamento arquivístico do espólio e a selecção dos documentos que deveriam figurar na mostra coube ao investigador Nuno Daupias d’Alcochete, incidindo a escolha em particular naqueles

<sup>8</sup> Conserva-se esta obra, manuscrita e iluminada, na posse da sua descendência.

<sup>9</sup> *O Arquivo da Casa de São Payo: doação ao Estado da Casa de São Payo*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, 1988, p. 3.

“que representam os momentos mais notáveis da vida da Casa de Vila Flor-São Paio”. Para além de tais espécimes, a exposição foi completada com a presença de diversas outras peças (retratos, gravuras, porcelanas brasonadas e ainda a mencionada *História e Genealogia da Casa de São Payo*), totalizando – documentos e objectos – a quantia de 149 entradas, discriminadas no catálogo então editado.

Conforme desde logo previsto, o acervo documental da Casa de São Paio foi depositado no Arquivo Distrital de Bragança. Esta opção – salientou Teresa Gouveia – enquadrou-se no “exacto propósito de valorizar os Arquivos regionais”, coincidindo “com a constituição do novo Instituto Português de Arquivos, a qual demonstra a especial vontade da Secretaria de Estado da Cultura de reformular completamente a rede nacional de arquivos” – como também evidenciou António Lamas, presidente daquele organismo.

### **Organização do Arquivo da Casa de São Paio**

É na capital do nordeste transmontano que, ainda hoje, encontramos o Arquivo da Casa de São Paio. Tive oportunidade de o consultar em 2007, no mês de Agosto, durante duas quentes e intensas semanas. Este tempo foi naturalmente pouco para a imensidão de documentos que o espólio encerra, mas foi o possível dentro das contingências profissionais, familiares e também financeiras, que a permanência numa cidade distante sempre implica. Esta deslocação a Bragança e a consulta do Arquivo da Casa de São Paio tiveram um contexto específico: o projecto de investigação que tenho vindo a desenvolver há vários anos, intitulado *Geração Pombalina: Descendência de Sebastião José de Carvalho e Melo*, cujo segundo volume, em preparação, abarca a casa de São Paio a partir do casamento de D. Teresa Violante de Daun, filha mais velha do estadista, com o 1.º conde de São Paio. Por isso, os critérios de escolha da documentação que consultei e o estabelecimento de prioridades face ao tempo disponível foram determinados em vista de tal objectivo. Ainda assim, e apesar das diversas caixas de documentos que ficaram por examinar, foi possível ter uma visão suficientemente abrangente do acervo.

Existe um catálogo do Arquivo da Casa de São Paio, que me foi disponibilizado em fotocópia. No respectivo cabeçalho, pode ler-se “Instituto Português de Arquivos – Divisão de Informática”, mas ignoro se a respectiva elaboração se deve integralmente a este serviço ou se, pelo contrário, a organização e descrição do espólio correspondem à que foi efectuada por Nuno Daupiás d’Alcochete, cabendo àquele organismo apenas a sua transcrição informática e difusão sob a forma policopiada.

Através deste instrumento de descrição documental, podemos verificar que o Arquivo da Casa de São Paio se compõe de 260 maços, distribuídos por 40 caixas e

9 pastas, tudo numerado sequencialmente<sup>10</sup>. Para cada maço, encontra-se referido o âmbito cronológico dos documentos que o integram e apresenta-se uma breve descrição do respectivo conteúdo [Quadro 2].

### **Amplitude do manancial informativo: famílias e personagens, património e lugares**

O manancial informativo do Arquivo da Casa de São Paio é deveras significativo. Cumpre evidenciar, desde logo, o seu vasto âmbito cronológico, que percorre os séculos VII a XX. Nele se conserva, ao que julgo saber, o documento mais antigo existente em arquivos portugueses: trata-se de um fragmento em pergaminho iluminado dos decretos promulgados pelo Concílio de Toledo de 683<sup>11</sup>.

Mas a mera consulta do respectivo catálogo permite verificar, também, que essa extensão se manifesta noutros aspectos. Nele são referenciadas 119 pessoas, que podemos reunir em 10 núcleos familiares, aos quais acresce um grupo de “Diversas” famílias [Quadro 3]. Encontram-se também 35 menções de propriedades, sob designações tão distintas como capela, casal, couto, morgado, palácio, prazo, quinta ou simplesmente vínculo [Quadro 4]. Regista-se, por fim, a alusão a 36 lugares dispersos por todo o país e ultramar [Quadro 5].

### **Fazer História com o Arquivo da Casa de São Paio**

Concluída, assim, esta aproximação ao Arquivo da Casa de São Paio, evidenciado o modo como o mesmo chegou aos nossos dias, observada a sua organização e elencados os seus conteúdos gerais, é tempo de olhar o futuro, procurando responder a uma das questões subjacentes a este colóquio: que História podemos fazer a partir deste acervo documental?

<sup>10</sup> As 40 caixas estão numeradas de 2 a 41 (não existe, por conseguinte, a caixa n.º 1) e as pastas de 1 a 9, sendo que as duas primeiras integram a secção de Inventários do Cartório e as restantes sete a Colecção de Pergaminhos. Quando efectuei a consulta do Arquivo em 2007, verifiquei que o conteúdo de algumas caixas havia sido desdobrado por outras, mantendo-se em cada caso uma caixa com o número de origem seguido de outra à qual foi acrescentada a letra A (por exemplo: os maços da primitiva caixa 34 foram distribuídos pelas caixas 34 e 34-A); esta circunstância faz com que o número efectivo de caixas seja hoje superior ao que resulta da leitura do catálogo.

<sup>11</sup> *O Arquivo da Casa de São Payo...*, cit., p. 12.

## Um contributo para a biografia e para a genealogia

O espólio do Arquivo da Casa de São Paio revelou-se, desde logo, extremamente interessante por conter uma secção de documentos pessoais, com caixas individuais organizadas para vários membros, não apenas da linhagem principal, mas também das diversas famílias que com ela se consorciaram. Os diplomas aí constantes – designadamente certidões de baptismo, casamento ou óbito, cartas de nomeação em diferentes cargos, correspondência, etc. – constituem, por conseguinte, um contributo primordial para estabelecer a genealogia da estirpe e para traçar a biografia dos seus indivíduos. Deste modo, os dados que recolhi para as personagens que tenho em estudo possibilitaram não só confirmar e completar o que anteriormente obtivera em fontes de proveniência institucional, mas também suprir lacunas destas mesmas fontes, seja por inexistência ou por dificuldade no respectivo acesso.

O rascunho de um requerimento existente no Arquivo da Casa de São Paio permitiu, por exemplo, contextualizar a nomeação do 1.º conde nos postos de marechal de campo e depois de tenente-general:

“(…) voltou o suplicante com o seu Regimento para o campo que se fez em olhos d’água, em o qual se persuade o suplicante, por todos assim o dizerem, que o seu Regimento se distinguiu de todos os outros, como assim o atestou o mesmo Marechal General Conde de Lipe [sic] ao dito Augusto Senhor Rei D. José; e na chegada à corte foi o suplicante nomeado Marechal de Campo, em o qual Posto continuou a exercitar o seu Regimento com o maior cuidado, decorrendo todo este tempo até à feliz Inauguração da Estátua Equestre do Senhor Rei D. José, que para esta função foi o mesmo Senhor Servido nomear alguns Tenentes-Generais, entre os quais o suplicante foi um deles, merecendo-lhe a honra de lhe dizer publicamente quando o suplicante lhe beijou a mão por esta honra (...)”<sup>12</sup>.

Numa carta datada de 28 de Julho de 1812, Sebastião José de São Paio, irmão do 2.º conde de São Paio e então exilado em Londres, mencionou ter visto nas gazetas do Rio de Janeiro

“a Lista dos Despachos do dia do feliz aniversário de Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor e entre estes, que são bastantes, devo anunciar-lhe que o Tio Pombal foi feito Presidente do Desembargo do Paço e da Mesa da

<sup>12</sup> A. D. Bragança, Arquivo da Casa de São Paio, Cx. 4, Maço 21. Recebera António de São Paio a promoção a marechal de campo do exército por decreto de 23 de Dezembro de 1767 e carta patente de 8 de Fevereiro do ano seguinte. Com este posto passou a receber o soldo mensal de 50 mil réis, “e se lhe dará dinheiro para os cavalos na forma que dispõe o regimento”. Por carta patente de 1 de Junho de 1775, passou a tenente-general, com o soldo de 100 mil réis e a mesma prerrogativa de receber o dinheiro necessário aos cavalos.

Consciência e Ordens, e passou de Grão-Cruz honorário a efectivo da Ordem da Torre e Espada”<sup>13</sup>.

Esta condecoração do 2.º marquês de Pombal já era do meu conhecimento, embora não a tivesse associado ao dia do nascimento do príncipe D. João, admitindo que a circunstância da resolução ter sido tomada no dia 13 de Maio se prendera antes com o facto de ser também esta a data de aniversário do falecido 1.º marquês<sup>14</sup>. Quanto à nomeação naqueles dois cargos, devo assinalar que se trata de um elemento biográfico sobre Henrique José de Carvalho e Melo que julgo ter-se mantido desconhecido dos autores, certamente pelo facto do titular ter morrido perto de quinze dias depois da designação, não chegando presumivelmente a tomar posse dos referidos lugares.

### **A relevância da documentação epistolar para a história social e do quotidiano**

A correspondência constitui, a meu ver, uma das fontes mais relevantes que os arquivos de família podem encerrar, na medida em que através das cartas se revelam hábitos do quotidiano, formas de tratamento e de relacionamento, entre tantos outros aspectos do lado mais íntimo e familiar das pessoas.

O 2.º conde de São Paio era o neto mais velho de Sebastião José de Carvalho e Melo e quando assentou praça no exército, em 1778, o avô – já exilado em Pombal – dirigiu-lhe uma missiva extremamente interessante, transmitindo-lhe diversos conselhos que aquele deveria seguir na sua futura conduta militar. A carta é por isso denunciadora não apenas da relação existente entre ambos, mas evidencia também o modelo comportamental que o marquês de Pombal aspirava para o neto:

“Meu Neto do Meu Coração (...). Por isso desejo e espero que na Profissão Militar, em que entraste com tão grandes vantagens, tragas sempre diante dos Olhos os respeitáveis exemplos daqueles Ascendentes que te autorizam com as Memórias das suas Ilustres Acções; de nenhuma sorte para te desvaneceres com jactâncias; mas sim para os imitares com Obras. Sobretudo te aconselho que ponderes por uma parte que todo o Homem de bem é obrigado a aspirar com as suas aplicações e exercícios a ser pelo menos um dos mais distintos na Arte que Professa; E que, pela outra parte, te não ouça alguém jamais ostentar o que souberes nas conversações, muito menos dar nelas quinas aos que Ouvires errar; e ainda muito menos quereses falar como General, enquanto

<sup>13</sup> A. D. Bragança, Arquivo da Casa de São Paio, Maço 27. Foi a missiva dirigida ao seu referido irmão, o 2.º conde de São Paio, que se encontrava em Portugal.

<sup>14</sup> GALVÃO-TELLES, João Bernardo – *Geração Pombalina: Descendência de Sebastião José de Carvalho e Melo (Livro Primeiro)*. Lisboa: Dislivro Histórica, 2007, p. 490.

fores Capitão e ocupares os mais postos sucessivos até o de Brigadeiro. Tudo isto Ridiculiza em vez de Exaltar. Também te aconselho que te não passe pelo pensamento fazer rir com chistes e com galanterias. Foge deles e delas como de dois perigosos inimigos; porque nunca é Homem deveras o que se habitua a divertir a terceiros com graças. Fico-te esperando nesta Casa com o maior gosto. Entretanto abraçarás Tuas Manas e Mano em Meu Nome. E a Deus, Meu Neto do Meu Coração, que Te Guarde e felicite como cordialmente deseja Teu Avô que muito te ama. Sebastião José<sup>15</sup>.

Uma outra carta do 1.º marquês de Pombal, datada de 1777, destinada ao genro António de São Paio, incidindo sobre o morgado do Paul do Boquilobo, mostra-nos o sentido utilitário que a genealogia então tinha no âmbito do direito sucessório e revela-nos um curioso comentário do estadista, cujo pai – não podemos esquecer – se dedicara a tais matérias, alcançando porém a fama de ser escassa a credibilidade dos seus trabalhos<sup>16</sup>. Afirmou, pois, Sebastião José:

“(…) não posso deixar de lhe dizer que fui inteiramente surpreendido pela maior mágoa quando vi a Carta de João Carlos Mourão, e o Discurso e Árvore Genealógica que a acompanharam. Eu nunca me apliquei a Genealogias. É profissão a que sempre tive grande aborrecimento, porque poucas vezes [vi] fazer bem, e o mais Ordinário é fazer muito mal<sup>17</sup>.”

A correspondência permite-nos, por conseguinte, alcançar um olhar na primeira pessoa sobre a realidade da respectiva época; a História torna-se viva, direi mesmo que o passado como que se transforma num tempo presente, animado por personagens que interagem e que partilham entre si os mais diversos sentimentos. Através das cartas trocadas, dizia o já citado Sebastião José de São Paio,

<sup>15</sup> A.D.Bragança, Arquivo da Casa de São Paio, Cx. 4, Maço 27. A carta é datada de 22 de Fevereiro de 1778 e encontra-se já transcrita em SÃO PAIO, Marquês de – *O Tenente-General 1.º Marquês de São Paio (1762-1841)*, Lisboa: [Academia Portuguesa da História], 1958 (separata), *Anais da Academia Portuguesa da História*, 2.ª série, vol. 8 (1958), pp. 14-15.

<sup>16</sup> Vd. AMARAL, Augusto Ferreira do – *Fontes da Genealogia em Portugal*. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família / Universidade Moderna do Porto, 2000, p. 58.

<sup>17</sup> Ainda assim, parecia o velho marquês estar bem dentro do assunto, tanto do ponto de vista jurídico como genealógico: “Esta segunda Casa [de Cascais] é certo que foi excluída pela sentença de El Rei Dom Manuel. Vejo porém agora que de Dom Garcia de Castro, que excluiu sua sobrinha a Condessa de Monsanto, se achavam ao tempo da vacatura pela morte de Dom João de Castro Teles, em Graus muito mais próximos do que seu Avô, o Porteiro-Mor José de Melo, Dom Miguel Luís de Meneses, Pedro de Albuquerque. Vejo que nesta certeza de pouco importaria que Você vencesse o dito Marquês se havia de ser necessariamente vencido ou pelo Porteiro-Mor, ou pelo Conde de Valadares, ou por António de Saldanha”. A presente carta data de 30 de Outubro de 1777. A.D.Bragança, Arquivo da Casa de São Paio, Cx. 4, Maço 21.

“mostra-se amizade e dá-se uma prova, que não tem réplica, que há saudades e lembrança de quem os adora, e não tem consolação maior do que estar seguro de que é também amado”<sup>18</sup>.

O ditado que hoje tantas vezes proferimos já era invocado pelo mesmo varão há quase dois séculos:

“(…) há um ano por certo que não tenho uma só carta das Manas, nem por isso deixo de continuar a amá-las ternamente; devem-me ambas muitas saudades e tenho sido menos preguiçoso do que elas. (...) Longe da vista, longe do coração. Oh, quão verdadeiro é este nosso provérbio para quem tem conhecimento do mundo e da natureza humana!”<sup>19</sup>.

## Um contributo para a história política

Se é certo que a documentação epistolar nos possibilita um conhecimento do lado mais privado das personagens que estudamos, não é menos verdade que, quando tais figuras se destacaram na vida do país, ela pode igualmente ajudar-nos a compreender melhor os factos e acontecimentos de que foram participantes, revelando muitas vezes aquilo que ficou de fora ou nas entrelinhas das fontes de natureza oficial.

Para melhor ilustrar esta aceção, darei um curioso exemplo. A 27 de Setembro de 1777, poucos meses após a aclamação de D. Maria I, foi o 1.º conde de São Paio encarregado do governo das armas da província de Trás-os-Montes<sup>20</sup>. Ora, considerando o contexto da *Viradeira* política que então se vivia e apesar de se afirmar que os familiares mais directos do 1.º marquês de Pombal não sofreram especiais contrariedades na ocasião<sup>21</sup>, a verdade é que em 2003, quando publiquei uma breve memória sobre António de São Paio, questionei se a sua nomeação para aquele governo não seria o resultado de uma hábil manobra para o manter afastado da corte e do próprio sogro, pois ficando aquartelado na região transmontana dificilmente se deslocaria quer a Lisboa, quer a Pombal, onde Sebastião José de Carvalho e Melo já se achava exilado. Assumi na altura que não conseguia dar uma resposta definitiva a esta interrogação, embora me tenha inclinado para entender esses factos como uma mera coincidência<sup>22</sup>. Tendo a questão, por conseguinte, permanecido neste ponto,

<sup>18</sup> A.D.Bragança, Arquivo da Casa de São Paio, Maço 27. Carta de 28 de Janeiro de 1812.

<sup>19</sup> A.D.Bragança, Arquivo da Casa de São Paio, Maço 22. Carta de 13 de Maio de 1812.

<sup>20</sup> De notar que este cargo, desde a Restauração, fora várias vezes desempenhado pelos senhores da casa de Távora e Alvor, a principal *concorrente* da casa de São Paio na província transmontana. Vd. A.N.T.T., Conselho de Guerra – Decretos, Maço 136, Doc. 113. A.D.Bragança, Arquivo da Casa de São Paio, Cx. 4, Maço 21.

<sup>21</sup> GALVÃO-TELLES, *Geração... cit.*, pp. 451-453.

<sup>22</sup> GALVÃO-TELLES, João Bernardo – Memória Genealógica de António de São Paio Melo e Castro Moniz Torres de Luzignano, 1.º conde de São Paio (1720-1803). *Tabardo*, n.º 2 (2003), pp. 22-23.

foi muito interessante o teor da carta do 1.º marquês de Pombal, datada de 31 de Outubro daquele ano, que mais tarde encontrei no Arquivo da Casa de São Paio. Escreveu Sebastião José ao genro:

“Quanto ao Primeiro Ponto do seu despacho, para ir Governar as Armas de Trás-os-Montes: Ainda que as Intenções dos que o inculcaram na presente conjuntura para o dito Governo fossem tais e tão sinistras como Você me diz na sua Carta; não pude deixar de dar muitas Graças a Deus de que este conhecimento lhe não perturbasse o Louvável acordo com que obrigou ao dito respeito na Presença de Nossos Augustíssimos Amos e Clementísimos Senhores”<sup>23</sup>.

Este documento veio demonstrar que a minha suspeita não era infundada, pois o próprio conde sentiu que os intuitos com que o haviam indicado para aquele cargo não haviam sido os mais transparentes. A carta revela-se ainda singular num outro aspecto: o da atitude de Sebastião José para com a rainha. Seria natural e até compreensível que o antigo estadista revelasse algum ressentimento para com D. Maria I, já que a nomeação do genro vinha agudizar as circunstâncias adversas em que o próprio marquês de encontrava. O titular, porém, procurou antes amenizar as desconfianças de António de São Paio, destacando que

“(…) nas honrosas palavras que Você Ouviu de ambas as Majestades se contém as suas Verdadeiras Intenções. Fizeram-lhe crer que Você perdia o Paúl; Que a sua Casa se achava gravada com as muitas dívidas que são públicas; Que a mesma Casa tinha o seu principal fundo naquela Província; Que nela é Senhor de Sete Vilas: E que ali pode viver com grande comodidade pela barateza dos frutos; e com grande Autoridade, porque aos referidos Estados que tem na dita Província lhe acresce agora o Governo das Armas dela”.

Carvalho e Melo não afastou o facto da decisão de nomeação do genro ter efectivamente resultado de algumas manobras capciosas, mas ainda assim acreditava na bondade da decisão da rainha, embora reconhecendo que a soberana não possuía a suficiente experiência de governação para distinguir os conselhos sinceros daqueles que tinham por detrás segundos propósitos:

“Tudo isto contém verdades e utilidades sólidas na sua mesma Essência, independentes das boas ou más intenções e dos fins com que foram ponderadas na Real Presença dos ditos Senhores. Eles creram que o despacharam bem. E os que fizeram as referidas ponderações entenderam que também ficavam despachados. Uma e Outra coisa é certa no Estado presente das Coisas. No

<sup>23</sup> A.D.Bragança, Arquivo da Casa de São Paio, Cx. 4, Maço 21. A esta documentação se reportam também as citações seguintes.

qual Suas Majestades não têm ainda o tempo de Governo que baste para que a experiência lhes faça conhecer Quais são os Vassallos que os servem com zelosa e honrada sinceridade; E quais os que caminham aos fins dos Seus interesses particulares por outras desviadas veredas. Sobre o que só o tempo futuro poderá decidir”.

Encontramos no Arquivo da Casa de São Paio outros documentos com especial interesse para a história política. Vejam-se, por exemplo, dois livros de registo de correspondência e ordens expedidas durante o vice-reinado de Francisco José de São Paio na Índia<sup>24</sup> e uma planta com as manobras do exército que Lippe comandou nos Montes Claros, junto a Vila Viçosa, em 1763, onde o 1.º conde de São Paio participou.

### **Um contributo para o conhecimento dos cerimoniais da corte e da relação dos monarcas com os seus donatários**

Alguma documentação existente no Arquivo da Casa de São Paio ilustra os diversos níveis de poder em que se organizava a sociedade e a forma como os mesmos se articulavam entre si. Na ocasião do casamento da futura rainha D. Maria I com seu tio, por exemplo, recebeu o 1.º conde de São Paio uma ordem do rei D. José, datada de 6 de Junho de 1760, em que este lhe determinava:

“Eu El-Rei vos envio muito Saudar. Hoje tive o grande prazer da celebração do Matrimónio da Princesa do Brasil, minha sobre todas muito amada e prezada Filha, com o Infante Dom Pedro, meu muito amado e prezado Irmão. E Porque tenho por certo que esta felicidade será de grande contentamento para todos os meus Vassallos: Houve por bem, que logo se vos participe a notícia dela para que a mandeis festejar nas Terras de que sois Donatário, com a demonstração de alegria a que espero não faltareis pela experiência que tenho da vossa fidelidade e zelo em tudo o que é do meu Real Serviço e do bem comum dos meus Reinos”<sup>25</sup>.

Através desta prática, a monarquia evidenciava, por um lado, a natureza subordinada dos seus donatários, mas reconhecia, por outro, a condição destes como intermediários entre a Coroa e o comum dos súbditos. Funcionava, pois, este tipo de recurso à primeira nobreza como um instrumento mediante o qual a dinastia, perante a população anónima dispersa pelo país, procurava legitimar-se e transmitir a sua capacidade de perpetuação.

<sup>24</sup> A.D.Bragança, Arquivo da Casa de São Paio, Cx. 3, Maço 13.

<sup>25</sup> A.D.Bragança, Arquivo da Casa de São Paio, Cx. 14, Maço 114.

Outro momento crucial para este fim prendia-se com as cerimónias de aclamação de um novo monarca, nas quais as principais dignidades do país eram chamadas a participar. À carta régia endereçada ao 1.º conde de São Paio para estar presente na aclamação de D. Maria I, assinada pelo punho da própria soberana, seguiu-se um interessante aviso que nos revela os contornos protocolares desse acto:

“Tendo Sua Majestade participado a Vossa Excelência, pela Carta Régia de dez do corrente mês, assinada pela Real Mão da mesma Senhora, o dia da sua feliz Aclamação: Manda agora prevenir a Vossa Excelência que no mesmo dia pelas três horas da tarde se ache Vossa Excelência na Sala do Docel para a acompanhar. Tendo entendido que deve assistir de Capa e Volta e de Gala. Que na saída do acompanhamento, nele, no mesmo Acto, e na retirada, depois de acabado, há-de Vossa Excelência estar descoberto. Que na mesma Varanda em que ele se há-de celebrar deve Vossa Excelência tomar lugar no Estrado grande da parte esquerda. E que assim no referido Acto, como no de dar Juramento, e beijar a Mão a Sua Majestade, não há-de haver precedências”<sup>26</sup>.

### **Um contributo para o conhecimento das relações entre os donatários e as populações dos respectivos senhorios**

Um dos aspectos mais interessantes que ressaltaram da consulta ao Arquivo da Casa de São Paio residiu na circunstância de muitos documentos nos permitirem alcançar uma melhor percepção da relação estabelecida entre os donatários e as populações dos respectivos senhorios. Veja-se o interessante caso da igreja de Santiago de Lodões, anexa à antiga vila de Sampaio, que passou a constituir padroado da casa de São Paio por força da escritura de doação que o respectivo povo, a 11 de Março de 1565, fez a Manuel de São Paio, para este e todos os seus descendentes:

“(…) confiando na bondade, virtudes e Fidalguia e grande descrição do muito magnífico e Ilustre Senhor Manuel de São Paio, Senhor do dito lugar, que sua mercê, na eleição dos ditos Abades, fará o que deve como seja serviço de Deus nosso Senhor e descargo de sua consciência, que a eles lhes aprazia, a todos juntamente e cada um por si, como de facto aprouve, de lhe fazer livremente sem nenhuma pena, medo nem receio, senão de sua pura e livre vontade, pura e irrevogável Doação de hoje para sempre do dito Padroado da dita Igreja Matriz de Santiago do dito lugar de Lodões, para ele e todos seus descendentes e sucessores nela apresentarem e poderem apresentar na dita Igreja os Abades que lhes aprouver”<sup>27</sup>.

<sup>26</sup> A.D.Bragança, Arquivo da Casa de São Paio, Cx. 4, Maço 21.

<sup>27</sup> A.D.Bragança, Arquivo da Casa de São Paio, Cx. 19, Maço 133.

Uma queixa apresentada em 1624 por um outro Manuel de São Paio, bisneto do antecedente, revela-nos uma saborosíssima história, através da qual podemos descortinar um pouco da mentalidade subjacente a essa vivência entre os senhores e os habitantes das suas terras. Acompanhemos o fidalgo na sua própria exposição dirigida ao rei:

“Diz Manuel de São Paio, Senhor da Casa de Vila Flor e Alcaide-mor da Vila da Torre de Moncorvo, que ele se queixa a Vossa Majestade dos moradores da dita Vila, e causa é porque indo ele Suplicante por algumas vezes à dita vila da torre de Moncorvo como Alcaide-mor e Capitão-mor que é dela, passando pela praça e ruas da dita vila, faz ele suplicante a todos em usar muita cortesia tirando a todos o seu chapéu; e, porém, se ele suplicante primeiro lhes não tira o chapéu, se deixam eles ficar com os chapéus na cabeça aguardando que ele suplicante lhes tire primeiro o seu chapéu, no que causam em geral grande escândalo os que isto fazem; e porque parece isto que havia diferença nas pessoas assim por ele suplicante ser um fidalgo muito Ilustre e Senhor de oito vilas com jurisdição Cível e Crime, como também por ser Alcaide-mor e Capitão-mor na mesma Vila de torre de Moncorvo, onde os que lhe fazem estas descortesias são em tudo muito diferentes e inferiores a ele suplicante; (...) pelo que Pede a Vossa Majestade que, havendo respeito ao que alega, lhe faça Vossa Majestade mercê mandar tomar informação deste caso pelo Juiz de fora da dita Vila da Torre de Moncorvo ou pelo Provedor da Comarca e com ela lhe mande Vossa Majestade passar provisão para que um deles tire devassa contra os culpados nesta matéria para serem castigados como parecer a Vossa Majestade e servir de Exemplo para os mais da dita Vila e para se lhe guardar o Respeito devido quando lá for”<sup>28</sup>.

O rei Filipe III de Portugal mandou o provedor da comarca de Moncorvo informar sobre a petição de Manuel de São Paio, determinando também ao respectivo corregedor

“(…) que vos informeis das pessoas dessa Vila da torre de que Manuel de São Paio, Alcaide-mor dela, se queixa pela sua petição aqui junta que lhe não fazem a cortesia devida quando por elas passa, e os notificareis que quando encontrarem o dito Manuel de São Paio lhe falem primeiro, porque se o não fizerem mandarei proceder contra eles como me parecer justiça”.

No cumprimento desta provisão, tratou então o corregedor Pedro Mouzinho de mandar vir a sua casa vários moradores da Torre de Moncorvo, a quem estipulou

---

<sup>28</sup> A.D.Bragança, Arquivo da Casa de São Paio, Cx. 25, Maço 164. A este documento se reportam também as citações seguintes.

“(…) que quando Passassem ou se encontrassem com o dito Manuel de São Paio, Alcaide-mor desta vila e senhor de vila flor e da Casa dos São Paio, lhe falem Primeiro fazendo-lhe a cortesia devida, e que não o fazendo o dito senhor [D. Filipe III] mandará proceder contra eles como lhe Parecer justiça. E eles se deram por notificados”.

A importância dada a um assunto que poderia parecer banal aos nossos olhos manifesta-se não apenas na tramitação legal que o mesmo mereceu, mas também no cuidado posto na certidão que do processo foi extraída: trata-se de um documento lavrado numa esmerada caligrafia com elementos decorativos pintados a envolver o texto, aspectos reveladores de um especial significado atribuído à decisão régia.

Era norma que depois de alcançado o encarte nas doações régias se seguisse o respectivo registo junto das Câmaras Municipais das localidades que encabeçavam os senhorios, a cujos oficiais cabia exarar os competentes autos de preito e menagem ao novo senhor. Assim aconteceu, por exemplo, no caso do 2.º conde de São Paio, com os titulares dos órgãos municipais da vila de Sampaio, que em 1807, juntamente com os dignitários das igrejas locais, lavraram os termos de reconhecimento daquele titular como seu donatário:

“Nós, Juiz, Vereadores, Procurador desta Vila de Sampaio, por nós e em nome do Povo a que presidimos e representamos, o Pároco da mesma Vila e o Pároco de Lodões deste Distrito, cada qual de *per si* e em nome de seus fregueses, penetrados Unanimemente dos mesmos Sentimentos de regozijo e de comprazimento, nos damos mutuamente os parabéns da nossa Ventura, por nos vermos debaixo da Jurisdição de um Donatário e Senhor tão poderoso, como Sábio, Prudente e Virtuoso, o Excelentíssimo Conde de São Paio, ao abrigo dos males que afligem a muitos miseráveis. Nós todos lhe tributamos com sincera e cândida Vontade e devida Vassalagem e Esperamos portanto o seu Amparo, o seu Patrocínio, a sua Ternura, a sua Compaixão e o seu Amor; e Queremos que esta seja remetida ao Excelentíssimo Senhor Conde de São Paio, nosso Meritíssimo Donatário, ficando lançada no Livro da Câmara como penhor do nosso pacto de Submissão e Reconhecimento que fazemos ao dito Excelentíssimo Senhor”<sup>29</sup>.

Não obstante os termos elogiosos e até mesmo adaladores do auto de reconhecimento, a verdade é que no final desse ano de 1807, com a primeira invasão francesa e a saída da família real para o Brasil, se registaram graves incidentes na cobrança dos direitos que cabiam ao 2.º conde de São Paio em vários dos seus senhorios trans-

<sup>29</sup> A.D.Bragança, Arquivo da Casa de São Paio, Cx. 14, Maço 113.

montanos. Ao discurso formal das entidades oficiais contrapunha-se muitas vezes o verdadeiro sentimento das populações!

### **Um contributo para a história local, designadamente para a olisipografia**

Quando atrás evidenciei a abrangência do manancial informativo que o Arquivo da Casa de São Paio encerra, destaquei o facto de nele serem referenciadas diversas localidades. E, na verdade, o seu espólio representa uma importante fonte para a construção da história local. No conteúdo da sua documentação encontramos dados extraordinariamente relevantes que tantas vezes permitem reconstituir o aspecto físico de igrejas, de capelas, de quintas e solares, por vezes mesmo das próprias localidades, determinar datas de acontecimentos, identificar personagens, etc..

Ao abranger várias propriedades situadas em Lisboa, o Arquivo da Casa de São Paio também se mostrou interessante no domínio específico da olisipografia. Um tombo do palácio da Boavista, datado da segunda metade do século XVIII, informou que o mesmo se situava

“(...) defronte do Boqueirão das Melancias, que hoje serve de Aveia. Parte do Sul com a Rua direita da Boavista e do nascente com um Beco que vem desta Rua para a entrada principal deste Palácio e rua que lhe serve de serventia; do Norte com o Convento dos Religiosos de São João Nepomuceno, e do Poente com Casas de João de Sousa Campos, Oficial da Secretaria de Estado; tem dois andares e águas furtadas com suas sacadas sobre a Rua direita, praia e mar, de cuja vista recreação logra; e para a Rua tem lojas que se alugam e servem de Armazéns com suas portas por onde se servem; na esquina da parte do Beco, na frontaria da Rua direita, [tem] uma pedra de Armas com as do Ilustríssimo e Excelentíssimo Conde de São Paio, e para a Rua que serve de entrada a este Palácio ficam Cozinhas e Cocheiras e Cavalariças, como também os quartos para os Criados”<sup>30</sup>.

Para além dos elementos de carácter económico, como o fim a que se destinava o boqueirão fronteiro ou a referência às fracções afectas ao arrendamento, o documento revela ainda aspectos arquitectónicos entretanto desaparecidos, como é o caso da pedra de armas que chegou a ornar o edifício.

Um outro palácio da família, a São Vicente de Fora, tinha sofrido avultadas obras de reparação e ampliação no período pós-terramoto. A descrição desses trabalhos e a indicação dos respectivos custos – que encontramos no Arquivo – são, por isso, elementos relevantes não apenas para a história económica, mas também para

<sup>30</sup> A.D.Bragança, Arquivo da Casa de São Paio, Cx. 30, Maço 191.

o conhecimento dos processos construtivos, com nítido interesse para a história da arquitetura e do urbanismo.

## O Arquivo da Casa de São Paio como lugar de memória

O Arquivo da Casa de São Paio – tal como a generalidade dos arquivos das famílias da primeira nobreza, segundo creio – foi, antes de mais, um arquivo vivo, dotado de uma função instrumental intimamente relacionada com o próprio modelo de organização e de vida do estrato social a que a família São Paio pertencia. Daí a sua natureza primordialmente utilitária, como repositório de documentos que atestavam as mercês alcançadas, que estipulavam as prerrogativas delas decorrentes, que afirmavam o direito à sucessão de determinados vínculos, que identificavam as correspondentes obrigações, que regulavam os arrendamentos e os demais aspectos relacionados com a gestão e conservação do património.

Ainda no âmbito deste carácter utilitarista, ou melhor dizendo, dele decorrente, o Arquivo da Casa de São Paio conserva diversos documentos que sistematizam a informação sobre o percurso histórico de determinados bens ou direitos. É sugestivo, por exemplo, o título de umas *Notas importantes para se poderem achar as Instituições dos Bens em Trás-os-Montes* – manuscrito possivelmente elaborado pelo 2.º conde de São Paio<sup>31</sup>. Como é interessante a circunstância de Manuel António de São Paio, pai do 1.º conde, ter evidenciado que

“(…) por se não achar Memória nem Livros por onde conste se as missas das ditas Capelas estão ditas ou não, e querer que a todo o tempo conste das diligências que faço por satisfazer as almas de meus Pais e Avós e a minha consciência como administrador desta Casa”<sup>32</sup>.

Resolveu, por isso, o fidalgo organizar um volume para se proceder a esse registo, apelando a que

“(…) tanto os sucessores da minha Casa, como meus procuradores, terão grande cuidado em que todos os anos os Capelães das Capelas de Nossa Senhora da Piedade, do Espírito Santo e São João de Roios, termo desta Vila, passem neste Livro a certidão de terem dito as missas de cada um ano, pois de outro modo se experimentará a confusão que eu por este desejo evitar, satisfazendo as almas de meus Avós”<sup>33</sup>.

<sup>31</sup> A.D.Bragança, Arquivo da Casa de São Paio, Cx. 25, Maço 163.

<sup>32</sup> A.D.Bragança, Arquivo da Casa de São Paio, Cx. 25, Maço 163.

<sup>33</sup> A.D.Bragança, Arquivo da Casa de São Paio, Cx. 25, Maço 163

Desta forma, o Arquivo da Casa de São Paio foi-se também constituindo como um lugar de memória, no qual se perpetuava o conhecimento da vida das gerações antecedentes. Assim se compreende o aparecimento das *memórias*, documentos certamente elaborados a partir de fontes primárias existentes no próprio Arquivo, cuja finalidade já não se resumia ao carácter utilitário da informação nelas contida, antes passava por servirem de veículo de transmissão de um legado moral e cultural, que por sua vez funcionava como referencial identitário e agregador dos sucessivos membros da família. O caso mais paradigmático recai porventura sobre uma memória da vida e feitos de Vasco Pires de São Paio, o fundador da linhagem, lavrada em 1605, cerca de duzentos anos após a sua morte.

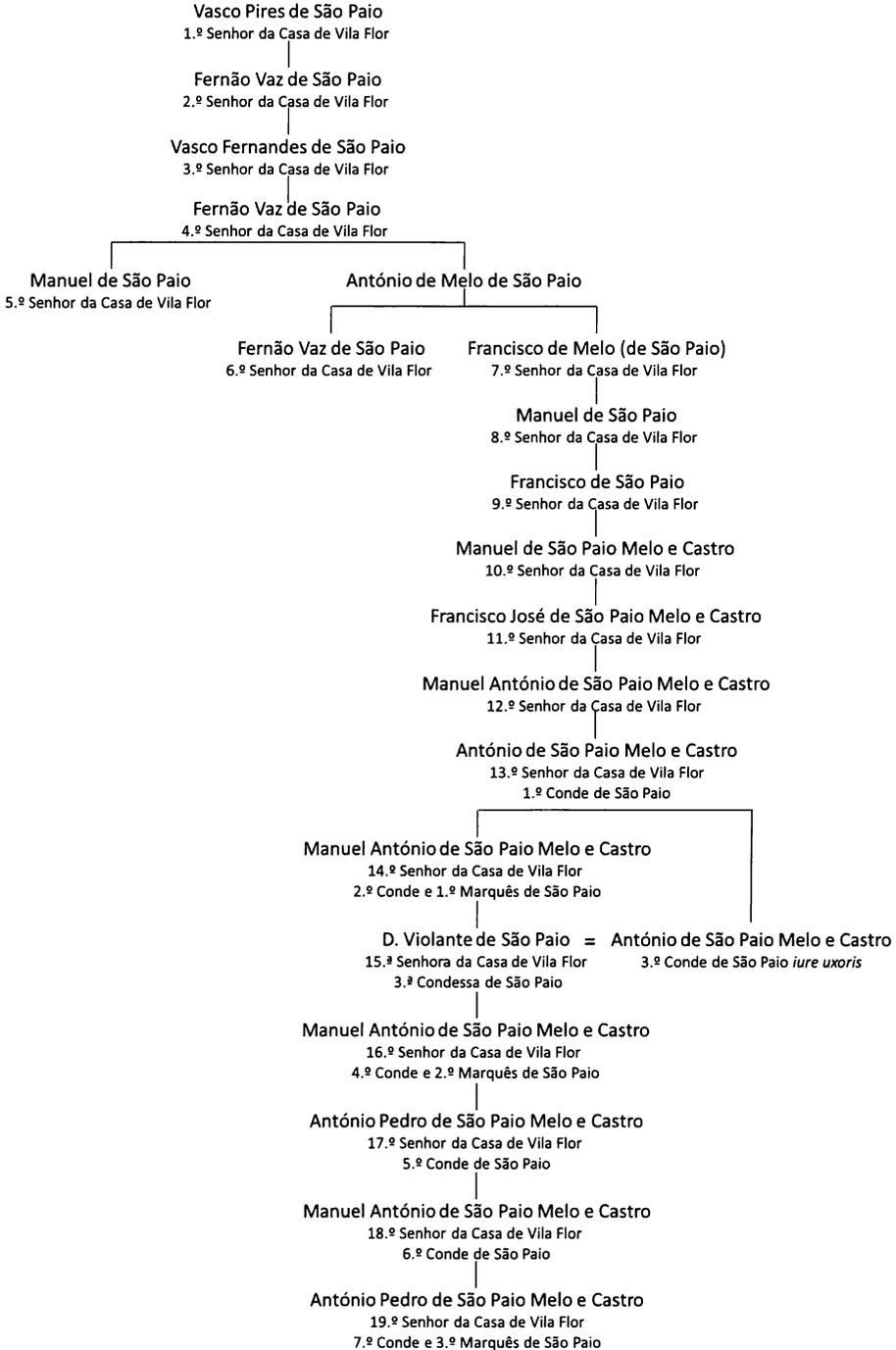
## Conclusão

Em conclusão, direi que o Arquivo da Casa de São Paio reúne um conjunto de especificidades que o revestem de muito interesse. Desde logo, a sua dimensão e coerência. Em segundo lugar, como já assinalei, a amplitude da informação nele contida, abrangendo diversas personalidades, famílias e regiões do país, que extravasam em muito a *espinha dorsal* da família São Paio e a região transmontana de onde esta era proveniente. Depois, a circunstância de ter sido doado ao Estado, num gesto de louvável altruísmo e compreensão, por parte dos seus anteriores proprietários, do verdadeiro valor de um manancial informativo que assim ficou à disposição dos investigadores. Por último, a particularidade de se encontrar depositado num Arquivo Distrital, contribuindo deste modo para o enriquecimento de uma instituição cultural de âmbito regional. Naturalmente que o espólio ganharia com uma descrição arquivística mais aprofundada e com a digitalização dos seus documentos, tornando-os assim mais acessíveis à generalidade da comunidade científica.

De qualquer modo, com este breve testemunho sobre o Arquivo da Casa de São Paio, espero ter contribuído para a sua divulgação, levando a que mais investigadores a ele possam recorrer para a realização dos seus trabalhos.

**Anexos**

Quadro 1. Genealogia da família São Paio, dezoito gerações entre os séculos XIV e XX



Quadro 2. Organização do Arquivo da Casa de São Paio.

Designação	Quantidade de maços	Âmbito cronológico
SC: Administração Geral da Casa	20	1611-1901
SC: Bens Vários	2	1543-1896
SC: Casa e Estado de Vila Flor	61	1385-1843
SC: Colecção de Pergaminhos	12	683-1920
SC: Comendas	2	1543-1819
SC: Documentos Pessoais		
SR: Mendonça Furtado. Casa da Cova	24	1536-1823
SSR: Linhas femininas, colaterais e transversais	5	1541-1760 <sup>1</sup>
SSR: Outros ramos. Famílias aliadas	7	1596-1714
SR: São Payo. Casa de Vila Flor	45	1522-1945
SR: São Payo. Casa de Vila Flor.		
Linhas femininas e colaterais		
SSR: Albuquerque de Ribafria	11	1523-1744 <sup>2</sup>
SSR: Condes de Avintes	1	1696
SSR: Condes de Samodães	2	1833-1906
SSR: Moniz de Luzignano	6	1509-1621
SSR: Silva Pessanha	1	1819-1893
SSR: Távora	1	1716
SSR: Torres	1	1604-1611
SC: Instituições Vinculares	42	1342-1880
SC: Inventários do Cartório	8	1700-1900
SC: Vária	9	985-1901

<sup>1</sup> É possível que este âmbito seja mais alargado, pois para a Cx. 11, Maço 99, com documentação respeitante a Jorge Machado de Mendonça, alcaide-mor de Mourão, não se encontram definidos no catálogo os respectivos limites cronológicos.

<sup>2</sup> Também neste caso, o âmbito cronológico poderá ser eventualmente mais largo, dado que na Cx. 8, Maço 60, se encontra um documento referente a Pedro de Saldanha que no catálogo não se encontra datado.

Quadro 3. Famílias e personagens referenciadas no catálogo do Arquivo da Casa de São Paio.

Famílias	Pessoas
Albuquerque de Ribafria	André de Albuquerque de Ribafria, alcaide-mor de Sintra, general da Restauração, filho de Gaspar Gonçalves de Ribafria André Gonçalves de Ribafria, alcaide-mor de Sintra e copeiro-mor de D. Sebastião, filho e sucessor de Gaspar (I) Gonçalves de Ribafria André de Saldanha de Albuquerque e Castro Ribafria Gaspar Gonçalves de Ribafria, alcaide-mor de Sintra Gaspar Gonçalves de Ribafria, alcaide-mor de Sintra, filho de André Gonçalves de Ribafria Jerónimo de Sá de Ribafria, filho de Gaspar (I) Gonçalves de Ribafria Luísa (D.) de Albuquerque, mulher de André (I) Gonçalves de Ribafria Maria (D.) Luís de Sá, mulher de Gaspar (I) Gonçalves de Ribafria Pedro de Albuquerque de Ribafria, filho segundo de Gaspar Gonçalves de Ribafria Pedro de Saldanha
Condes de Avintes	Joana (D.) de Lima, condessa de Avintes, mãe de D. Jerónima de Bourbon, mulher de Francisco José de São Paio e Castro, 11.º senhor de Vila Flor e vice-rei da Índia
Condes de Samodães	Francisco de Azeredo Teixeira de Aguilar, 1.º conde de Samodães Henriqueta (D.) Adelaide Vieira de Magalhães, mulher do 1.º conde de Samodães

Quadro 3. *Continuação*

Cunhas, senhores de Farelães	[a mulher de Febo Moniz]
Mendonça Furtado	<p>António de Albuquerque de Mendonça Furtado, filho de Tristão de Albuquerque de Mendonça Furtado, morto em vida do pai</p> <p>António de Mendonça Furtado, 4.º senhor da casa da Cova, filho de Tristão de Mendonça Furtado</p> <p>Diogo de Albuquerque de Mendonça Furtado, presidente da Mesa da Consciência e Ordens, filho de Tristão de Mendonça Furtado</p> <p>Filipa (D.) de Távora, mulher de António de Mendonça Furtado</p> <p>Francisco de Mendonça Furtado</p> <p>Helena (D.) Manoel de Mendonça, mulher de Tristão de Mendonça Furtado</p> <p>Helena (D.) de Mendonça, filha de Pedro de Mendonça Furtado</p> <p>Inês (D.) Joana de Cárcome, mulher de Luís de Albuquerque de Mendonça Furtado</p> <p>João de Mendonça, filho de Tristão de Mendonça de Lima</p> <p>José (D.) Pedro de Albuquerque de Mendonça Furtado, 6.º senhor da casa da Cova, filho de Tristão de Albuquerque de Mendonça Furtado</p> <p>Leonor (D.) Maria Henriqueta de Mendonça, filha do 8.º senhor da casa da Cova</p> <p>Luís de Albuquerque de Mendonça Furtado, marechal de campo, 8.º senhor da casa da Cova em sucessão a seu sobrinho Tristão Pedro</p> <p>Maior (D.) Manoel de Mendonça, dama da princesa, 1.ª mulher de Tristão de Albuquerque de Mendonça Furtado</p> <p>Maria (D.) de Albuquerque, mulher de Tristão de Mendonça de Lima</p> <p>Maria (D.) Teresa de Jesus, 3.ª mulher de Tristão de Albuquerque de Mendonça Furtado</p> <p>Pedro de Mendonça Furtado, 2.º senhor da casa da Cova, capitão de Chaúl, filho de Tristão de Mendonça de Lima</p> <p>Teresa (D.) de Mendonça, filha de José Pedro de Albuquerque de Mendonça Furtado</p> <p>Tristão de Albuquerque de Mendonça Furtado, 5.º senhor da casa da Cova, tenente-general dos reais exércitos</p> <p>Tristão de Mendonça de Lima, filho de Pedro de Mendonça Furtado e instituidor do morgado da Cova</p> <p>Tristão Pedro de Albuquerque de Mendonça Furtado, 7.º senhor da casa da Cova, filho de José Pedro de Albuquerque de Mendonça Furtado</p> <p>Violante (D.) Francisca Henriques, 2.ª mulher de Tristão de Albuquerque de Mendonça Furtado</p> <p>Violante (D.) Joaquina de Mendonça, filha de Tristão de Albuquerque de Mendonça Furtado</p> <p>Violante (D.) Maria Catarina de Albuquerque de Mendonça Furtado, filha mais velha do 8.º senhor da casa da Cova, morta em vida do pai [mulher de João de São Paio Melo e Castro, depois porteiro-mor do reino]</p>
Moniz de Lusignano	<p>Febo Moniz, reposteiro-mor de D. Manuel</p> <p>Febo Moniz de Lusignano, camareiro de D. Sebastião</p> <p>Febo Moniz de Torres, filho de Jerónimo Moniz [de Lusignano]</p> <p>Jerónimo Moniz de Lusignano, filho de Febo Moniz [de Lusignano]</p> <p>João Moniz de Lusignano, filho de Febo Moniz [de Lusignano]</p>

São Paio	<p>Antónia (D.) da Silva, 1.ª mulher de Francisco de São Paio, 7.º senhor de Vila Flor</p> <p>António José de São Paio Melo e Castro, 13.º senhor de Vila Flor e 1.º conde de São Paio</p> <p>António Luís de São Paio Melo e Castro, 3.º conde de São Paio, marido e tio da 3.ª condessa</p> <p>António Pedro de São Paio Melo e Castro, 5.º conde de São Paio</p> <p>Bernardo de São Paio e Castro, cónego, filho natural de Francisco José de São Paio e Castro, 11.º senhor de Vila Flor</p> <p>Filipa (D.) de Castro, mulher de Manuel de São Paio, 8.º senhor de Vila Flor</p> <p>Filipa (D.) de Meneses, 2.ª mulher de Francisco de São Paio, 7.º senhor de Vila Flor</p> <p>Francisca (D.) Bernarda da Silva Pessanha, mulher do 5.º conde de São Paio</p> <p>Francisca (D.) Maria Joana de São Paio Melo e Castro, filha dos 5.ºs condes de São Paio</p> <p>Francisco José de São Paio, filho dos 1.ºs condes de São Paio</p> <p>Francisco José de São Paio e Castro, 11.º senhor de Vila Flor e vice-rei da Índia</p> <p>Francisco de São Paio, 7.º senhor de Vila Flor</p> <p>Francisco de São Paio, 9.º senhor de Vila Flor</p> <p>Jerónima (D.) de Bourbon, mulher de Francisco José de São Paio e Castro, 11.º senhor de Vila Flor</p> <p>Jerónimo Moniz de São Paio, filho natural de Febo Moniz de São Paio, irmão de Manuel de São Paio e Melo, 10.º senhor de Vila Flor</p> <p>João de São Paio Melo e Castro, depois porteiro-mor do reino, marido de D. Violante Maria Catarina de Albuquerque de Mendonça Furtado</p> <p>José Joaquim de São Paio Melo e Castro Daun, filho dos 1.ºs condes de São Paio</p> <p>Leonor (D.) de São Paio Melo e Castro, filha dos 2.ºs condes de São Paio</p> <p>Leonor (D.) de Távora, mulher de Fernão Vaz de São Paio, 4.º senhor de Vila Flor</p> <p>Luís Maria de São Paio Melo e Castro, filho dos 1.ºs condes de São Paio</p> <p>Manuel António de Santa Rita de São Paio Melo e Castro, 6.º conde de São Paio</p> <p>Manuel António de São Paio Melo e Castro, 12.º senhor de Vila Flor</p> <p>Manuel António de São Paio Melo e Castro, 14.º senhor de Vila Flor, 2.º conde e 1.º marquês de São Paio</p> <p>Manuel António de São Paio Melo e Castro, 4.º conde e 2.º marquês de São Paio</p> <p>Manuel Maria de São Paio Melo e Castro, filho dos 4.ºs condes de São Paio</p> <p>Manuel de São Paio, 8.º senhor de Vila Flor</p> <p>Manuel de São Paio e Melo, 10.º senhor de Vila Flor</p> <p>Manuel de São Paio de Melo e Castro</p> <p>Manuel de São Paio de Melo e Castro, coronel, filho legitimado do brigadeiro João de São Paio Melo e Castro (porteiro-mor)</p> <p>Maria (D.) Alexandrina de Portugal da Silveira de Barros e Vasconcelos, 2.ª mulher do 4.º conde e 2.º marquês de São Paio</p> <p>Maria (D.) Amália da Piedade e São Paio, filha legitimada do coronel Manuel de São Paio Melo e Castro</p> <p>Maria (D.) Eustáquia de Melo, filha do conde de São Lourenço, depois 1.º marquês de Sabugosa, 1.ª mulher do 2.º conde de São Paio</p> <p>Maria (D.) Inês de Mendonça, 2.ª mulher do 2.º conde de São Paio</p> <p>Maria (D.) Inês de São Paio Melo e Castro, filha dos 3.ºs condes de São Paio</p> <p>Maria (D.) Rosa de Portugal e Castro, filha do 1.º conde de Avintes, 1.ª mulher de Manuel de São Paio, 10.º senhor de Vila Flor</p> <p>Maria (D.) de São Paio Melo e Castro, filha dos 2.ºs condes de São Paio</p> <p>Maria (D.) Teresa de Noronha, mulher de António de Melo, irmão de Manuel de São Paio, 5.º senhor de Vila Flor</p> <p>Maria (D.) Vitória de São Paio Melo e Castro, filha dos 2.ºs condes de São Paio</p> <p>Sebastião José de São Paio Melo e Castro, desembargador, filho dos 1.ºs condes de São Paio</p> <p>Sebastião Maria da Luz de São Paio Melo e Castro, filho dos 3.ºs condes de São Paio</p> <p>Teresa (D.) Violante Eva Judite de Daun, mulher do 1.º conde de São Paio</p> <p>Vasco Pires de São Paio, 1.º senhor de Vila Flor</p> <p>Violante (D.) Maria Rita de São Paio Melo e Castro, 3.ª condessa de São Paio (herdeira da casa)</p> <p>Vitória (D.) Josefa de Bourbon, marquesa aia, mulher de Manuel António de São Paio Melo e Castro, 12.º senhor de Vila Flor</p>
----------	---

Quadro 3. *Continuação*

Silva Pessanha	Rita (D.) de Cássia Isabel de Noronha, condessa viúva das Alcáçovas, mulher de D. António da Silva Pessanha
Távora	Antónia (D.) de Távora, mãe de D. Joana Luísa de Távora, mulher de Manuel de São Paio e Melo, 10.º senhor de Vila Flor
Torres	Francisco de Torres, filho de Afonso de Torres, instituidores do morgado dos Torres
Diversas	Ana (D.) de Mendonça, mulher de António Moniz Barreto, governador da Índia António de Miranda Henriques Constantino José Marques de Sampaio e Melo, o “rei dos floristas” Diogo Pereira da Cruz Domingos Fernandes Feliciano Ramires Mota Inácia (D.) Maria de Vilhena, viúva de Jorge Pessanha Pereira, senhor do couto de Mazarefes Isabel Luís Isabel (D.) da Silva Joana (D.) Manoel João de Mendonça João de Saldanha Jorge Machado de Mendonça, alcaide-mor de Mourão Jorge (D.) Pessanha Leonor (D.) Josefa de Vilhena, viúva de Pedro [Martins de] Mascarenhas Lopo de Albuquerque Luís (Dr.) Afonso Manuel (D.), [rei de Portugal] Manuel de Albuquerque Manuel Quaresma Maria Antunes Maria Dias Maria (D.) da Silva Maria (D.) da Silva e Mendonça, viúva de Francisco Cabral Mateus de Araújo Matias de Albuquerque, vice-rei da Índia Papa Leão X Pedro (D.) Martins de Mascarenhas Pero da Silva de Meneses Sebastião (D.), [rei de Portugal]

Quadro 4. Propriedades e vínculos mencionados no catálogo do Arquivo da Casa de São Paio

Natureza	Designação
Capela	Domingos Fernandes e Maria Dias, sua mulher, no convento do Carmo (Lisboa)
	Espírito Santo (Vila Flor)
	Filipa (D.) de Castro, no convento do Carmo (Lisboa)
	João Moniz de Lusignano, no convento do Carmo (Lisboa)
	Manuel Quaresma
	Maria Antunes, em São Domingos de Benfica (Lisboa)
	Mateus de Araújo e Isabel Luís, sua mulher, no convento do Carmo (Lisboa)
	Nossa Senhora da Piedade (Vila Flor)
Casal	Almeirim
	Paradela, Crasto e Mazarefes (Barcelos e Viana do Castelo)
Morgado	Alhos Vedros (Moita)
	Cova (Lisboa)
	Manuel de Albuquerque, incorporado na casa da Cova
	Matias de Albuquerque, incorporado na casa da Cova
	Paul de Boquilobo (Golegã e Torres Novas)
	Ribafria (Sintra)
	São Paio
Torres (Lisboa)	
Palácio	Boavista (Lisboa)
	São Vicente (Lisboa)
Prazo	Caniços (Torres Novas)
	Coutada (Frechas, Mirandela)
	São Gil de Perre (Viana do Castelo)
Quinta	Malapados, em Chelas (Olivais, Lisboa)
	Pinheiro (Sesimbra)
	São Pedro de Palhais (Barreiro)
	Torre do Lumiar (Lisboa)
Vínculo	Ana (D.) de Mendonça (Alhos Vedros)
	Casa de D. João da Silva Pessanha
	Francisco de Mendonça Furtado
	Isabel (D.) da Silva
	Maria (D.) da Silva
	Pero da Silva de Meneses [morgado de Fontalva, dos Pessanhas?]

Quadro 5. Lugares referenciados no catálogo do Arquivo da Casa de São Paio

Região	Localidade
Alentejo	Alcáçovas
Beira	Avanca Cambres Samodães
Entre Douro e Minho	Avintes Craсто Mazarefes Paradela São João de Ribeira
Estremadura e Corte	Alhos Vedros Almeirim Casa Velha Lisboa Paleão Palhais Paul de Boquilobo (Golegã e Torres Novas) Sesimbra Sintra Torres Novas Vila de Rei
Trás-os-Montes	Bragança Carviçais Chacim Frechas Freixo-de-Espada-à-Cinta Ilgares Lodões Miranda do Douro Mós Sampaio São Salvador (Mirandela) Torre de Moncorvo Vila Flor Vilas Boas
Ultramar	Chaul Índia



# O Arquivo da Família Almada Lencastre Basto (Casa de Souto de El-Rei e Casa da Feira) na Biblioteca Nacional: propostas de exploração no âmbito da elaboração de um catálogo

*Pedro Pinto*

Pretende-se divulgar, de forma sumária, e no âmbito da sua catalogação, alguma abrangência temática e cronológica do Fundo Almada Lencastre Basto, depositado na Biblioteca Nacional desde 1974, e que é praticamente desconhecido dos investigadores.

Em Janeiro de 1974, deu entrada na Biblioteca Nacional, por compra, a instâncias do então director, Dr. Manuel Estevens (1951-1974), um volumoso conjunto documental correspondendo a algumas centenas de caixas e maços, hoje formando cerca de 370 unidades de instalação, pertencentes às casas e títulos de Visconde de Vila Nova de Souto de El-Rei e Conde da Feira, cuja representante era, na época, D. Maria José Almada e Lencastre de Sousa Teles<sup>1</sup>.

No âmbito de um acordo estabelecido com o Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, a documentação está a ser acondicionada e organizada pela Biblioteca Nacional por forma a poder ser consultada de forma mais eficaz pela comunidade de investigadores, dado o instrumento de descrição existente ser muito limitado, correspondendo grosso modo à guia de remessa de entrada da documentação na Biblioteca Nacional. Os maços e pacotes eram sumariamente

---

<sup>1</sup> Há também 16 livros desta Casa de Souto de El-Rei no Arquivo Distrital de Viseu (VISEU, Arquivo Distrital de – Casa de Souto de El-Rei. *Boletim Informativo do Arquivo Distrital de Viseu* [Em linha], n.º 29 (2007), pp. 2-3. [Consult. 1 Out. 2010] Disponível na internet: <[http://www.ad-viseu.com/pdf/boletim\\_29.pdf](http://www.ad-viseu.com/pdf/boletim_29.pdf)>.

descritos em termos de tipologia da documentação, âmbito cronológico e toponímico, contendo diversas lacunas e imprecisões. Com o objectivo de suprir essas lacunas, está a ser preparado um catálogo da documentação que a descreve por maço, documento a documento, conferindo maior detalhe à documentação mais antiga, pré-quincentista. Foram já catalogadas sete unidades de instalação e, à medida que o trabalho de descrição avançar, será disponibilizado no sítio da Internet do Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, na sua secção de Ferramentas de Trabalho relacionadas com a investigação em arquivos ([http://www2.fcsh.unl.pt/ceh/ferramentas\\_instrumentos.html](http://www2.fcsh.unl.pt/ceh/ferramentas_instrumentos.html)), estimando-se que a primeira versão do catálogo esteja disponível em Janeiro de 2011, sendo sucessivamente actualizada em base semestral, com excepção do período de encerramento da Biblioteca Nacional no próximo ano. Estará também disponível na Sala de Reservados da Biblioteca Nacional. O Fundo divide-se em três espécies de “secções”, que correspondem aos locais onde parte da documentação esteve guardada antes de dar entrada na Biblioteca Nacional, a saber, Avenida de Roma, Encarnação e Torre do Tombo.

A maioria da documentação está relacionada com a gestão patrimonial das propriedades que os Viscondes de Vila Nova de Souto de El-Rei possuíam, existindo também vasta documentação relacionada com as diversas famílias com as quais esta Casa se cruzou por meio de alianças matrimoniais.

A documentação mais rica está associada ao exercício de cargos administrativos e políticos, bem como outras peças que ingressaram no Arquivo por outras razões. Cronologicamente, a documentação abarca o período que medeia entre o século XIV e o XIX, com maior prevalência para o período moderno, embora seja um dado passível de rectificação, havendo umas largas dezenas de pergaminhos medievais, alguns deles régios<sup>2</sup>. Como a informação constante na Guia de Remessa não se verificou ser fiável em algumas instâncias, preferimos não avançar ainda com grandes conclusões no que toca à dimensão temática e geográfica de todo o Fundo, mas podemos avançar com algumas informações respeitantes à documentação que

<sup>2</sup> Alguns exemplos de documentos medievais: caderno de rendas do morgado de Guimarães (BNP/ALB/ANTT/PASTA 32/CX. 2, doc. 718); carta de D. João I de doação a Álvaro Pereira, marechal, de todas as terras que Gil Martins de Outel havia e lhe tinham sido dadas por si e pelo rei D. Fernando, porquanto estando na batalha que houvera com o rei de Castela o dito Gil Martins fugira dela. Santarém, 1385-08-20. (BNP, *Almada Lencastre Basto*, Av. Roma, Pacote 69, Maço 46, N.º 124 – D. 7.ª M. 12 N.º 3) escambo realizado pela Câmara do Porto com João Geraldês, contador do rei, de um cerrado à porta do olival. Porto, 1401-12-17 (BNP, *Almada Lencastre Basto*, Encarnação, Pacote 42, Macete 6); certidão do corregedor Afonso Gil da inspecção do livro de receitas e despesas de 1443-1444 da Câmara do Porto (BNP, *Almada Lencastre Basto*, Encarnação, Pacote 114, Maço 187); carta de D. Afonso V a Gil de Castro, fidalgo da casa do rei, contador no almoxarifado de Viseu e Lamego, sobre as interferências feitas por João de Lamego, almoxarife em Lamego, e Gil de Resende, juiz na dita cidade, nos feitos do souto de Midões, que da Coroa trazia emprazado Branca Lourenço, mulher que foi de Rui Lopes, que fora contador nessa comarca. Lisboa, 1471-09-10 (*Idem*); alvará de Martim Vasques da Cunha ao concelho de Lousada nomeando Lourenço Afonso como escrivão do concelho. Mosteiro de Ferreira, 1389-07-11 (BNP, *Almada Lencastre Basto*, Av. Roma, Pacote 67, Maço 38). As cotas que se iniciam com BNP/ALB correspondem a documentação já tratada.

já trabalhámos nos últimos anos, bem como aquela que inventariámos detalhadamente no âmbito da descrição documental de que falámos.

Foi 1.º Visconde de Vila Nova de Souto de El-Rei, por carta de 17 de Maio de 1774, em duas vidas, Francisco de Almada e Mendonça, ministro plenipotenciário em Roma, filho de António José de Almada e Melo, alcaide-mor de Palmela, senhor de Souto de El-Rei, do Morgado dos Olivais, e de Josefa de Lima da Cunha Velho<sup>3</sup>. Do seu percurso diplomático, existe neste Fundo da Biblioteca Nacional mais de uma dezena de códices contendo correspondência trocada entre si e outros diplomatas, portugueses e estrangeiros, para as décadas de 1760 e 1770, como, por exemplo, as cartas recebidas do núncio apostólico em Lisboa de 1772 a 1774, com diversas notícias da corte e do Reino<sup>4</sup>.

Mas gostaríamos de mencionar também um documento cuja presença neste Fundo constitui uma inegável surpresa, a saber, um inventário detalhado do Arquivo da Casa de Bragança, constituído por vários cadernos onde estão registados e numericamente dispostos os resumos dos papéis e pergaminhos existentes no Arquivo pouco antes do final do século XVII. Intitulam-se estes cadernos de “Índice dos papéis que estão no Armário das doações da Sereníssima Casa de Bragança” e “Índice dos pergaminhos que estão no Armário das doações da Sereníssima Casa de Bragança”<sup>5</sup>, no total de cerca de 140 folhas, contendo mais de mil entradas, sendo que algumas destas dizem respeito a mais do que um documento original, no caso de cadernos medievais contendo traslados de documentação. Uma rápida análise dos resumos, generosos em alguns casos, mais resumidos em outros, contendo de três ou quatro linhas até vinte a trinta linhas, permite identificar documentação produzida desde o século XII até 1694, sendo a maioria da documentação do século XV e XVI e de proveniência régia. Uma comparação cuidada com a listagem de documentação medieval conhecida para a Casa de Bragança, elaborada por Mafalda Soares da Cunha<sup>6</sup>, permitiria identificar a documentação desconhecida até hoje, que desapareceu na voragem dos tempos. Além disso, de maior relevo, é a documentação produzida pelos Condes de Ourém, de Arraiolos, de Barcelos, ou pelos Duques de Guimarães e de Bragança, suas famílias e redes de parentesco, e até mesmo pelos seus oficiais espalhados pelo País, cujas cópias nunca foram registadas no Arquivo Real

<sup>3</sup> Vila Nova de Souto de El-Rei. In, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa – Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Vol. XXXV, s.d., pp. 716-720; SILVA, José Martins da – Villa Nova do Souto de Elrey (Francisco de Almada e Mendonça, Visconde de), *Revista de Ex-Libris Portugueses*, n.º 10 (1917), pp. 146-152; ANDRADE, António Alberto de – *Vernei e a cultura do seu tempo*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1966, p. 431; FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*. 3.ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Tomo II, 1996, p. 182.

<sup>4</sup> BNP, *Almada Lencastre Basto*, Av. Roma, Cx. 61, 62, 62A.

<sup>5</sup> BNP, *Almada Lencastre Basto*, Av. Roma, Pacote 76, Maço 73.

<sup>6</sup> CUNHA, Mafalda Soares da – *A Casa de Bragança 1384-1483. Linhagem, parentesco e poder*. Évora: Universidade de Évora, Departamento de História e Arqueologia, 1988, trabalho de síntese destinado às provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, Anexos.

nem se encontram na pouca documentação sobrevivente hoje no Arquivo da Casa de Bragança no Paço Ducal de Vila Viçosa. Encontramos assim o registo de pergaminhos do Mosteiro de Castro de Avelãs para o século XII; documentação concelhia e relacionada com os judeus de Bragança para o século XIV; salvos-condutos a favor de D. Afonso, conde de Ourém e 1.º duque de Bragança, para visitar Jerusalém, emitidos pelo Conde Palatino, pelo Duque de Florença, pelo Rei de França ou pelo Rei dos Romanos, entre outros; correspondência de D. Teodósio I, 5.º duque de Bragança, com D. João III, a propósito do processo de confirmação de seus privilégios, e muitas procurações, contratos, assentamentos, petições, cartas missivas, padrões de juro e bulas, para o período medieval e moderno. Naturalmente, que neste género de inventários há sempre o risco de erros na datação dos documentos arrolados, mas comparando este índice do Arquivo da Casa de Bragança com a tabela produzida por Mafalda Soares da Cunha em diversas entradas, a maioria das datações estava correcta. Não obstante, apenas a publicação integral deste valioso documento e sua correspondente anotação, permitirá obter uma real dimensão da informação nova que traz bem como do seu aproveitamento histórico, esperando nós que alguém se interesse em tal projecto.

De dimensão apreciável neste Fundo é a documentação pertencente à Casa da Feira, da sua segunda titulação. Pertencia a D. Miguel Pereira Forjaz Coutinho, Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, a quem o título de Conde da Feira foi concedido por mercê nova de D. João VI, a 13 de Maio de 1820. Recordamos que a extinção do título ocorrera em 15 de Janeiro de 1700, por falecimento do 8.º Conde da Feira, sem geração, sendo seus bens integrados na Casa do Infantado<sup>7</sup>. Também D. Miguel Pereira Forjaz Coutinho, o novo Conde da Feira, morreu sem geração, passando para sua irmã, D. Maria Joana, a sua representação, tendo esta casado com o 3.º Visconde de Vila Nova de Souto de El-Rei, D. João José Francisco de Almada Velho e Lencastre, o que explica a existência da documentação do seu irmão neste Fundo.

Entre a documentação que regista o percurso político e militar de D. Miguel Pereira Forjaz Coutinho no agitado reinado de D. João VI, encontramos cerca de 400 cartas remetidas pelo Marechal Beresford de 1810 a 1814, redigidas na Beira e Estremadura<sup>8</sup>, relatórios sobre o pronunciamento militar de 1820 e outros sobre a política e diplomacia europeia dos inícios da década de 1820, mas ainda também documentação que pertenceu ao General Junot, do período inicial da ocupação francesa de 1807-1808, incluindo copiadoreiros, relatórios preparatórios da invasão francesa, em francês e espanhol, outros sobre questões militares e económicas, e até mesmo

<sup>7</sup> D. Fernando Forjaz Pereira Pimentel de Meneses e Silva, casado com D. Vicência Henriques. Cf. TÁVORA, Luiz de Gonzaga de Lancastre e – *Pereiras Titulares e Titulares Pereiras*. Lisboa: Edições da S. A. A., 1971, pp. 93-95.

<sup>8</sup> BNP, *Almada Lencastre Basto, Av. Roma*, Pac. 66.

um processo original, em francês, de um julgamento militar ocorrido nas Caldas da Rainha contra um conjunto de portugueses que participou numa revolta em 27 de Janeiro de 1808, a maioria condenados à morte, ou ainda documentação do processo do General Gomes Freire de Andrade, executado em 1817 por crime de traição<sup>9</sup>.

Referimos como o condado da Feira vagara em 1700, tendo D. João V feito doação da Casa a seu irmão, o infante D. Francisco, em 1708, após uma batalha judicial com D. Álvaro Pereira Forjaz Coutinho, descendente de um filho bastardo do 1.º Conde da Feira, que pretendia suceder na Casa da Feira<sup>10</sup>. Nos *Brasões da Sala de Sintra*, Anselmo Braancamp Freire dedicou alguma atenção a uma invulgar e inusitada fraude forjada no contexto dessa demanda judicial. Na obra intitulada *Allegaçam Practica, & Juridica sobre a Posse, e Successam do Titulo, e Casa da Feyra, contra os Senhores Procuradores da Coroa, & Infantado, a favor de D. Alvaro Pereira Forjaz Coutinho*<sup>11</sup>, o seu autor, o padre Pedro da Conceição, irmão do pretendente D. Álvaro Pereira Forjaz Coutinho, falsificou dezenas de documentos medievais e quinhentistas com o objectivo de favorecer seu irmão na demanda judicial. Neste Fundo Almada Lencastre Basto, encontrámos um maço relacionado com esta disputa judicial, que entre outras peças, contém precisamente um conjunto desses documentos falsificados, em pergaminho e papel, e inclusivamente alguns que não chegaram a ser publicados na dita obra. Há, de facto, traços comuns na grafia de quem os falsificou, desde testamentos do período inicial de D. João I a certidões quinhentistas: conferem também com a mesma letra de outro documento falsificado pela mesma mão que sobrevive na colecção das *Gavetas da Torre do Tombo*<sup>12</sup>; talvez em outros maços deste Fundo possam surgir mais indícios sobre o desenvolvimento desta falsificação<sup>13</sup>. O autor deste processo judicial era bisavô de D. Miguel Pereira Forjaz Coutinho, a quem foi concedido o título de Conde da Feira, em 1820, o que poderá explicar a presença destes documentos no Fundo<sup>14</sup>.

Documentação sobre os territórios ultramarinos em que os Portugueses estiveram também existe em quantidade assinalável. De D. António de Lencastre, governador e capitão-geral de Angola, chega-nos um copiador do expediente da Secretaria de Estado, elaborado em Luanda, contendo 120 folhas de correspondência expedida

<sup>9</sup> BNP, *Almada Lencastre Basto*, Av. Roma, Pac. 105, Mç. 163; Pac. 112, Mç. 181 e Pac. 115, Mç. 190; BNP/ALB/ANTT/PASTA 29/CX. 1.

<sup>10</sup> FREIRE, Anselmo Braancamp, – *Brasões da Sala de Sintra*, Tomo I, 1996, p. 312.

<sup>11</sup> CONCEIÇÃO, Pedro da – *Allegaçam Practica, & Juridica sobre a Posse, e Successam do Titulo, e Casa da Feyra, contra os Senhores Procuradores da Coroa, & Infantado, a favor de D. Alvaro Pereira Forjaz Coutinho, Ordenada pelos Doutores Joseph Correa Barreto, & Francisco Vaz Tagarro, Com huma Summaria Recupilação do conteúdo neste volume, que servirá de Indice aos documentos delle*. Lisboa Ocidental: Na Oficina de Matias Pereira da Silva e João Antunes Pedroso, 1720.

<sup>12</sup> ANTT, *Gavetas*, II, Maço 9, N.º 5.

<sup>13</sup> FREIRE, Anselmo Braancamp – *Brasões... cit.*, Tomo I, 1996, pp. 322-327.

<sup>14</sup> FREIRE, Anselmo Braancamp – *Brasões... cit.*, Tomo I, 1996, p. 315.

entre 29 de Novembro de 1772 e 23 de Outubro de 1779<sup>15</sup>. Casou D. António de Lencastre com Guiomar Anacleta de Carvalho Fonseca e Camões, de cujo morgado Camões existe abundante documentação no Fundo Almada Lencastre Basto, tendo uma de suas filhas, D. Francisca, casado com o 2.º visconde de Vila Nova de Souto de El-Rei, D. António José de Almada de Melo. A maioria da correspondência neste copiador do Governador de Angola é dirigida ao Secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, e ao Marquês de Pombal, cuja mãe, refira-se, era filha de João de Almada e Melo, Senhor de Souto de El-Rei<sup>16</sup>. Mas muitos outros destinatários se sucedem, dando o Governador notícia da sua chegada a Benguela e Luanda, de como achara a fortificação e o progresso das obras públicas. Dados estatísticos sobre minas de ouro, ferro e cobre, contratação de escravos, o estado dos presídios, a conquista de Novo Redondo, o conhecido mapa dos habitantes de Luanda, contrabando de navios estrangeiros, a chegada de José Seabra da Silva para cumprir o seu desterro e o destino que se lhe deu, e muito se encontra neste repositório de dados precioso sobre este governo. Mas há também inúmera correspondência original do Governo de Lisboa para Luanda, e petições e relatórios produzidos em Angola, como um relatório de António José da Costa acerca de uma campanha militar decorrida de Maio a Agosto de 1775, no âmbito da guerra conduzida no sertão de Benguela (1774-1776) contra os sobas bailundos. Tudo isto requer uma comparação com a documentação existente no Arquivo Histórico Ultramarino, dado não existir no Arquivo Nacional de Angola a documentação para este período<sup>17</sup>.

Ainda em África, há documentação para São Tomé e Príncipe, desde o século XVII à primeira metade do século XIX, sobre a administração de fazendas de açúcar relacionadas com um morgado instituído em 1588 por Gaspar de Araújo e Sousa<sup>18</sup>.

Já para o Norte de África a documentação ganha ainda mais relevo, na medida em que inclui correspondência original de D. Manuel I para o conhecido Duarte Pacheco Pereira para um período em que se pouco conhece da sua biografia. São dezenas de cartas e regimentos subscritos por D. Manuel I entre 1509 e 1511, período

<sup>15</sup> BNP, *Almada Lencastre Basto, Av. Roma*, Pac. 66, N.º 35; e BNP, *Almada Lencastre Basto, Torre do Tombo*, CX. 7-7A.

<sup>16</sup> D. Teresa Luísa de Mendonça, natural da freguesia dos Olivais (Lisboa), que casou com Manuel de Carvalho e Ataíde, era filha de João de Almada e Melo, também natural dos Olivais, comissário da cavalaria da Beira, alcaide-mor de Palmela e senhor dos morgados de Olivais e do Souto de El-Rei, e de D. Maior Luísa de Mendonça, natural de São Julião (Lisboa) (SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *O Marquês de Pombal. O homem, o diplomata e o estadista*. 2.ª ed. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1987, p. 10). João de Almada e Melo era filho de António de Almada e Melo, natural da freguesia dos Olivais (Lisboa) e de D. Úrsula de Vilhena, natural de São Pedro de Palmela. D. Maior Luísa de Mendonça era filha de Francisco de Mendonça Furtado, alcaide-mor de Mourão, e de D. Maria de Melo (ANTT, *Tribunal do Santo Ofício, Habilitações Incompletas*, Doc. 5313).

<sup>17</sup> COIMBRA, Carlos Dias – *Livro de “Ofícios para o Reino” do Arquivo Histórico de Angola. 1726-1801*. Luanda: Museu de Angola, 1959, p. 28. Cf. COUTO, Carlos – *Os capitães-mores em Angola no século XVIII. Subsídios para o estudo da sua actuação*. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1972, pp. 110-111, 145-146.

<sup>18</sup> BNP, *Almada Lencastre Basto, Torre do Tombo*, CX. 7-7A; BNP, *Almada Lencastre Basto, Av. Roma*, Pac. 96, Mç. 140.

em que Duarte Pacheco Pereira capitaneou diversas armadas que patrulhavam as águas junto à costa do Norte de África, colaborando também no aprovisionamento de mantimentos para as praças portuguesas ali existentes, bem como indo em perseguição de corsários franceses que atacavam algumas regiões da costa portuguesa, como o francês Mondragon, referido por Damião de Góis na sua crónica do reinado manuelino como tendo sido capturado por Duarte Pacheco Pereira junto do Cabo Finisterra, na Galiza, existindo agora o regimento original outorgado pelo Venturoso para a sua captura, contendo inclusivamente alguns apontamentos autógrafos do navegador português Duarte Pacheco Pereira. Mas há também neste mesmo maço uma certidão emitida em Taná, na Índia, de uma inquirição de 1497 realizada em Lisboa sobre os antepassados de Duarte Pacheco Pereira, que será aparentemente igual à que Manuel Severim de Faria terá consultado para obter dados sobre a ascendência de Duarte Pacheco Pereira. Este e muitos outros documentos, dos quais iniciámos a transcrição para divulgação do seu conteúdo a breve trecho, encontravam-se na posse de um seu bisneto, com o mesmo nome do bisavô, que os tencionava apresentar à Coroa com o intuito de reclamar uma mercê régia mais condizente com os serviços que seus antepassados tinham realizado na Ásia e África. Era este outro Duarte Pacheco Pereira filho de Luís Ferreira de Mendonça e D. Guiomar de Meneses<sup>19</sup>.

Toda esta documentação faz parte de um códice factício contendo dezenas de documentos relativos à Índia e Marrocos, entre cartas, certidões e mercês. Um destes documentos é também assaz invulgar. Trata-se de uma certidão assinada por D. Estêvão da Gama, governador da Índia, em 1541, dos serviços realizados por João Fernandes Pacheco, filho de Duarte Pacheco Pereira, no decurso de uma expedição comandada pelo Governador, na qual os Portugueses avançaram pelo Mar Vermelho adentro até Suez, tomando várias cidades, em particular Tor, que foi poupada graças à intervenção de dois religiosos do Mosteiro de Santa Catarina do Monte Sinai, e onde o Governador armou muitos cavaleiros, incluindo este João Fernandes Pacheco. Este género de certidão tornou-se comum no século XVI, tendo em vista a futura remuneração de serviços prestados à Coroa no âmbito da expansão ultramarina. Na Torre do Tombo, nos livros de *Privilégios da Chancelaria de D. João III*, bem como de seus sucessores, há centenas de cartas confirmando alvarás de vice-reis e governadores da Índia, capitães no Norte de África e governadores no Brasil, através dos quais estes conferiam o privilégio de cavaleiro àqueles que se destacavam em combate. Contudo, o elo comum entre todas estas cartas é que resumem a poucas linhas o

<sup>19</sup> GÓIS, Damião de – *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*. Lisboa: Miguel Manescal da Costa, 1749, Segunda Parte, Capítulo XLII, p. 242. Para a mais recente análise do seu percurso conhecido, veja-se o artigo de André Murteira onde se poderá encontrar a demais bibliografia sobre o tema (MURTEIRA, André – A carreira de Duarte Pacheco Pereira. In, COSTA, João Paulo Oliveira e – *Descobridores do Brasil. Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia*. Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Lisboa, 2000, pp. 299-329).

conteúdo desses alvarás e, assim, um registo oficial e detalhado de inúmeras batalhas, combates, cercos, etc. se perdeu. Mas esta certidão que sobreviveu às vicissitudes do tempo é a primeira que conhecemos para este período, e talvez apenas tenha sobrevivido porque o agraciado nunca terá chegado a pedir a confirmação régia, pois o seu nome não consta dos livros de Chancelaria, quer de D. João III quer de D. Sebastião. Contamos em breve publicar a sua transcrição, comparando a informação nela contida com a das crónicas remanescentes impressas<sup>20</sup>.

Cada caixa aberta traz novas surpresas e raridades. Em jeito de conclusão, eis mais alguns exemplos da riqueza documental do Fundo:

- documentos medievais da câmara do Porto, como uma certidão da verificação das contas concelhias de 1443-1444;
- documentos régios sobre o cerco à fortificação portuguesa da Graciosa no Norte de África pelo Rei de Fez em 1489;
- uma crónica manuscrita quinhentista dos Reis de Portugal;
- um relato coevo do Governo de D. João de Castro na Índia;
- um inventário das jóias da Duquesa de Bragança, em 1572;
- documentos para o estudo do governo do vice-rei da Índia Matias de Albuquerque, em finais do século XVI;
- documentos relacionados com a Inquisição de Coimbra, em 1625;
- um códice de correspondência autógrafa do Duque de Bragança D. João, futuro Rei de Portugal, para D. Francisco Pereira a partir de 1638;
- um relato da aclamação de D. João IV no Porto;
- Memórias Paroquiais de Abrantes para meados do séc. XVIII;
- Registos da Casa da Índia e Alfândega de 1815;
- Correspondência do General Jorge de Avilez, na colónia de Sacramento, entre 1817 e 1819;
- Cartas entre o último Conde da Feira e diversas personalidades no Brasil, no período de 1808 a 1820.

Esperamos que esta breve notícia do Fundo Almada Lencastre Basto permita, em conjunto com o catálogo em curso, que mais e mais investigadores se debrucem sobre o manancial de informação doravante tornado disponível.

<sup>20</sup> BNP, *Almada Lencastre Basto*, Av. Roma, Pacote 58, Livro 1, fol. 479-480. Cf. COUTO, Diogo do – *Da Ásia. Década Quinta. Parte Segunda*, Lisboa: Na Régia Oficina Tipográfica, 1780, Liv. VII, Caps. V-IX, pp. 113-150; MONTEIRO, Armando da Silva Saturnino – *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*. Vol. III, 1539-1579. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, pp. 36-44. Encontrámos apenas uma para 1551, respeitante aos serviços de Álvaro Carrilho nas Molucas, datada de 13 de Junho de 1551 (*As Gavetas da Torre do Tombo*), Vol. I, Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960, pp. 784-786.

## Catálogo do Fundo Almada Lencastre Basto

BNP/ALB/ANTT/PASTA 29/CX. 1 [ant. Maço G, Pasta 29]

*121 doc. numerados de 1131 a 1252*

Âmbito Cronológico – 1516-1862

- 1131 – Livro de registo da secretaria militar (Nov. 1815 – Nov. 1816). 52f.
- 1132 – Carta de D. António Soares de Noronha ao Visconde de Vila Nova de Souto de El-Rei sobre a existência de cadete no regimento de milícias de que era coronel o Visconde. Quartel-General das Janelas Verdes, 1809-11-06. 2f.
- 1133 – Carta de D. Miguel Pereira Forjaz ao Visconde de Vila Nova de Souto de El-Rei sobre uma pretensão de Francisco Fernando de Figueiredo. Palácio do Governo. 1810-07-11. 2f.
- 1134 – Carta de Joaquim António Chardon ao Visconde de Vila Nova de Souto de El-Rei sobre a detenção de um capitão no castelo de São Filipe. Setúbal, 1810-03-31. 2f.
- 1135 – Carta de D. António Soares de Noronha ao Visconde de Vila Nova de Souto de El-Rei sobre a reunião da tropa que comandava de acordo com as ordens do Marechal Beresford. Quartel-General das Janelas Verdes, 1809-07-29. 2f.
- 1136 – Carta de D. António Soares de Noronha ao Visconde de Vila Nova de Souto de El-Rei sobre os destacamentos de Aldeia Galega e Sesimbra. Quartel-General das Janelas Verdes, 1809-05-30. 2f.
- 1137 – Carta da Viscondessa de Balsemão à Viscondessa de Vila Nova de Souto de El-Rei sobre uma petição do padre João António Ferreira Maciel com o objectivo de ser apresentado na abadia de Santa Maria de Freiriz. Porto, 1830-08-07. Contém a petição do padre. 4f.
- 1138 – Extracto de carta remetida por José Joaquim Talaia a Ricardo Luís António Raposo. (Campo Maior, a. 1810-06-20). 2f.
- 1139 – Carta de Lourenço António de Araújo a D. Miguel Pereira Forjaz, enviando cópia de uma carta remetida por José Joaquim Talaia a Ricardo Luís António Raposo. Lisboa, 1810-06-25. 4f.
- 1140 – Extracto de carta remetida por Ricardo Luís António Raposo a José Joaquim Talaia (Campo Maior, 1810-06-23). 2f.
- 1141 – Extracto de carta remetida por Dubois a Joaquim Guilherme da Costa Posser. (Paris, 1810-05-03). 2f.
- 1142 – Extracto de cartas remetidas por Francisco Ezequiel de Las Barcenas a Evaristo Peres de Castro (Badajoz, 1810-06-27) e por J. B. a José Borges Pinheiro (Almeida, 1810-06-24). 2f.

- 1143 – Extracto de carta remetida por Manuel José Lourenço a Francisco de Sá (Almeida, a. 1810-07-04). 4f.
- 1144 – Extracto de carta remetida por Evaristo Peres de Castro a Manuel Salomão (Badajoz, 1810-07-07). 2f.
- 1145 – Extracto de cartas remetidas por José Joaquim Talaia a Ricardo Luís António Raposo (Lisboa, 1810-07-05); por desconhecido a Evaristo Peres de Castro (Londres, 1810-07-27); e por Evaristo Peres de Castro a Manuel Salomão (1810-07-09). 2f.
- 1146 – Carta de Lourenço António de Araújo a D. Miguel Pereira Forjaz, enviando cópia de uma carta remetida por Frei Pantaleão a desconhecido. Lisboa, 1810-07-11. 4f.
- 1147 – Extracto de carta remetida por Francisco Ezequiel de Las Barcenas a Evaristo Peres de Castro (Badajoz, 1810-07-11). 2f.
- 1148 – Extracto de carta remetida por Francisco Ezequiel de Las Barcenas a Evaristo Peres de Castro (Badajoz, 1810-07-14). 2f.
- 1149 – Carta de Lourenço António de Araújo a D. Miguel Pereira Forjaz, enviando cópia de uma carta remetida por Frei Pantaleão a Bernardo Lopes de Pinho (1810-07-14), e de outra remetida por Pedro de Melo a Bernardo Lopes Pinho (1810-07-11). Lisboa, 1810-07-14. 4f.
- 1150 – Extracto de ofícios remetidos pela Secretaria do Conselho da Regência de Cadiz a D. João de Castillo y Carroz (1810-07-03). 2f.
- 1151 – Extracto de carta remetida por José Joaquim Talaia a Ricardo Luís António Raposo (Campo Maior, 1810-07-18). 2f.
- 1152 – Extracto de carta remetida por D. Evaristo Peres de Castro a Francisco Ezequiel de Las Barcenas (Lisboa, 1810-07-18). 2f.
- 1153 – Extracto de cartas remetidas por Francisco Ezequiel de Las Barcenas a D. Evaristo Peres de Castro (Badajoz, 1810-07-20); pelo Marquês de La Romana a D. Evaristo Peres de Castro (Badajoz, 1810-07-20); por Francisco José de Car[...]to a Vicente Crespo de Magos (Porto, 1810-07-19); por desconhecido a António Tavares Maggessi e Carvalho (Almeida, 1810-07-18); e por Debónio a sua mãe (Almeida, 1810-07-18). 2f.
- 1154 – Extracto de carta remetida por João Ruiz Apodaca a D. João de Castillo y Carroz (Londres, 1810-07-10). 2f.
- 1155 – Extracto de cartas remetidas por Francisco Ezequiel de Las Barcenas a D. Evaristo Peres de Castro (Badajoz, 1810-07-23); por desconhecido a Diogo António Guterres (Almeida, 1810-07-20); por Debónio a sua mãe (Almeida, 1810-07-20); por Francisco Xavier Borges Pereira Ferraz a Baltasar António Sinel de Cordes (Portalegre, 1810-07-22); por Felix Joaquim dos Santos Cação

- a José Joaquim dos Santos Cação (Vila Real de Santo António, 1810-07-19); e por Miguel de Alava para D. Evaristo Peres de Castro. 3f.
- 1156 – Extracto de cartas remetidas por Fortunato José Barreiros a José Acúrcio das Neves (Almeida, 1810-07-21); e por Francisco Gomes a António Tavares Maggessi e Carvalho (Almeida, 1810-07-22). 2f.
- 1157 – Extracto de carta remetida por D. João de Castillo y Carroz a D. Eusébio de Bardaxi e Azzara (1810-07-28). 2f.
- 1158 – Extracto de cartas remetidas pelo Conde de Penneville ao Duque de Orleans (Badajoz, 1810-07-20); e por Folck a D. Evaristo Peres de Castro (Estremoz, 1810-07-30). 2f.
- 1159 – Extracto de cartas remetidas por José Joaquim Talaia a Ricardo Luís António Raposo (Campo Maior, 1810-07-29); por Meneses a João Teodorico (Viseu, 1810-07-30); a José Feliciano de Castilho (Coimbra, 1810-07-30); a Bento Pais do Amaral Meneses (Coimbra, 1810-07-30); a Diogo José de Bettencourt (Viseu, 1810-07-29). 5f.
- 1160 – Carta de Lourenço António de Araújo a D. Miguel Pereira Forjaz, sobre as cartas examinadas que provinham de França, enviando extracto de uma carta remetida por José a Daniel Nunes (Viseu, 1810-08-03). Lisboa, 1810-08-03. 3f.
- 1161 – Extracto de ofício remetido por D. João de Castillo y Carroz a D. Eusébio de Bardaxi e Azzara (1810-08-04). 2f.
- 1162 – Extracto de carta remetida por Francisco Martins de Galimoga ao Marquês de Espesa (Badajoz, 1810-08-03). 2f.
- 1163 – Extracto de cartas remetidas por José Alves a D. João Campos (Badajoz, 1810-08-04); por Estêvão Moreno a D. Joaquim Robles y Cuesta (Badajoz, 1810-08-04); e por Benito a D. José Bernardo (Badajoz, 1810-08-06). 2f.
- 1164 – Extracto de carta remetida por M. F. a D. Evaristo Peres de Castro (Lisboa, 1810-08-08). 2f.
- 1165 – Extracto de cartas remetidas por anónimo a Frei José do Rosário (Amarante, 1810-08-30); por anónimo a Bento Pais do Amaral (Coimbra, 1810-09-01); e por José Joaquim Talaia a Ricardo Luís António Raposo (Campo Maior, 1810-08-29). 2f.
- 1166 – Extracto de cartas remetidas por D. Pedro a Pedro José da Silva (1810-08-21); e à Marquesa do Lourical (Paris, 1810-06-23). 2f.
- 1167 – Carta de Lourenço António de Araújo a D. Miguel Pereira Forjaz, sobre as cartas examinadas que provinham de França, enviando extracto de várias cartas remetidas de França em 1808. 5f.
- 1168 – Extracto de carta remetida por D. Bento Peres de Castro a D. Evaristo Peres de Castro (Lisboa, 1810-08-15). 1f.
- 1169 – Em falta.

- 1170 – Extracto de carta remetida por Cologan Barry, & Cia. a D. José Lugo (Londres, 1810-09-11). 1f.
- 1171 – Extracto de carta remetida por José Joaquim Talaia a Ricardo Luís António Raposo (Campo Maior, 1810-09-10). 2f.
- 1172 – Notícia de carta apreendida a D. Sebastião de Jesus Maria (a. 1810-09-28). 1f.
- 1173 – Extracto de carta remetida por José Joaquim Talaia a Ricardo Luís António Raposo (Campo Maior, 1810-10-16). 2f.
- 1174 – Notícia de carta apreendida remetida por Idaciano António Nogueira a D. Pedro de Sousa de Holstein (Nantes, 1809-03-25), contendo em apenso a referida carta. 1810-09-14. 4f.
- 1175 – Extracto de várias cartas examinadas remetidas de França. 1810-10-02. 2f.
- 1176 – Extracto de cartas remetidas por Pedro de Melo Breyner a D. Francisco da Anunciação (1810-09-09); por anónimo a Frei António da Encarnação (1810-09-02); por anónimo a José Ferreira (Palácio da Junqueira, 1810-08-31); e por Toronda a D. Luís de Salazar (1810-09-03). 4f.
- 1177 – Notícia de carta apreendida à Família Ratton. 1810-11-28. 2f.
- 1178 – Extracto de carta remetida por José Sebastião ao Conde de Sampaio (Londres, 1810-11-20). 2f.
- 1179 – Extracto de carta remetida pelo Marquês de Abrantes à Marquesa de Abrantes (Paris, 1811-07-29). 2f.
- 1180 – Extracto de carta remetida por Diogo António Ruquez dos Rios a Francisco Vieira de Abreu (Alter do Chão, 1811-09-15). 2f.
- 1181 – Notícia de carta apreendida a Marcelino Malafaia. 1811-11-08). 1f.
- 1182 – Carta de Manuel Vieira a sua mãe. Saint-Malo, 1809-01-26. 1f.
- 1183 – Extracto de ofícios do Governo Espanhol (1810-07-31). 2f.
- 1184 – Extracto de cartas remetidas por Joaquim Firmo de Penaguião a Firmo António de Penaguião (Trancoso, 1810-08-18); e a João José Barreto de França (Vila Real, 1810-08-18); por anónimo a José Ferreira (Palácio da Junqueira, 1810-08-31); e por Toronda a D. Luís de Salazar (1810-09-03). 4f.
- 1185 – Notícia de cartas examinadas procedentes de Londres, incluindo o original de uma carta de W. Denis Das a J. Bittiot (Paris, 1810-05-04). 3f.
- 1186 – Extracto de várias cartas examinadas remetidas de França, em particular do Marquês de Abrantes. Inclui cópias de cartas escritas a vários cónegos regrantes da Ordem de Santo Agostinho. 1810-08-31. 4f.
- 1187 – Extracto de cartas remetidas por D. António de Nossa Senhora a D. Miguel da Encarnação (Coimbra, 1810-09-08); por António de Sousa Freira a D. Teótonio da Anunciação (Braga, 1810-09-06); e por José Joaquim Talaia a Ricardo Luís António Raposo (Campo Maior, 1810-09-07). 2f.

- 1188 – Extracto de carta remetida pelo Marquês de La Romana a D. João de Castillo y Carroz (Montijo, 1810-10-08). 2f.
- 1189 – Extracto de carta remetida por Silva Leitão à Marquesa de Penalva (Bordéus, 1810-07). 2f.
- 1190 – Extracto de várias cartas examinadas remetidas de França. Inclui cópia de carta remetida pelo Secretário de Estado Urquejo ao Duque de Santa Fé (Madrid, 1810-07-08). 4f.
- 1191 – Notícia de carta apreendida a João José Bernardes remetida por Luís Cândido de Oliveira e Silva contendo o original da referida carta (a. 1810-09-14). 5f.
- 1192 – Notícia de várias cartas examinadas contendo breves extractos de correspondência de França e Inglaterra, incluindo uma remetida a Carové por Fred. Carové (Paris, 1810-07-04) e outra remetida a José Midon (Londres, 1810-08-19). 5f.
- 1193 – Contém 3 documentos: 1. Carta de D. José Luís de Sousa a Tomás António de Vila Nova Portugal sobre as negociações conduzidas pelo conde de Palmela em Paris com a Espanha. Madrid, 1818-08-23; 2. Carta de D. José Luís de Sousa sobre o mesmo assunto. Paris, 1818-07-22; 3. Carta de D. José Luís de Sousa ao conde de Palmela sobre o mesmo assunto. Madrid, 1818-08-20. 11f.
- 1194 – Procuração de Augusto César da Costa Barbosa, bacharel em Direito, constituindo como procurador a António Severo Coelho, para concluir uma escritura com o Visconde de Vila Nova de Souto de El-Rei. Porto, 1862-03-21. 1f.
- 1195 – Carta de Thomas a desconhecida. Grenoble, 1808-09-15. 1f.
- 1196 – Carta de José Agostinho ao Visconde de Alverca. Nápoles, 1808-07-08. 1f.
- 1197 – Carta de D. António Soares de Noronha ao Visconde de Vila Nova de Souto de El-Rei sobre a demora na execução de ordens. Quartel-General das Janelas Verdes, 1810-06-27. 2f.
- 1198 – Carta de Santos a Domingos Mendes Ribeiro. Grenoble, 1808-09-12. 2f.
- 1199 – Carta de condolências de Luís Augusto de Nápoles a seu primo pela morte de sua esposa. Viseu, 1823-04-25. 1f.
- 1200 – Carta de Nicola Paglianni, livreiro de Roma, a [...]. Refere o conde de Oeiras; D. Luís da Câmara; o embaixador de Espanha; Roma; e Mazagão. Lisboa, 1769-05-23. 2f.
- 1201 – Carta de Lourenço António de Araújo a D. Miguel Pereira Forjaz, sobre os procedimentos seguidos no exame da correspondência. Correio-Geral, 1810-12-13. 4f.
- 1202 – Carta de quitação de D. Manuel de Seabra, bispo eleito de Miranda, do conselho do rei, e deão de sua capela, comissário apostólico geral da Bula da Santa Cruzada para resgate de cativos da batalha de Alcácer-Quibir,

- comprovando ter tomado conta a Roque Tavares do tempo que serviu de tesoureiro da fazenda da cabeça do bispado de Coimbra. Lisboa, 1592-06-09. 2f.
- 1203 – Carta de uma desconhecida a sua irmã. Setúbal, 1808-08-17. 1f.
- 1204 – Carta de António José de Sá Carneiro a Manuel Paulino Ferreira. Grenoble, 1809-01-20. 2f.
- 1205 – Obrigação de Luís Carlos de Mendonça Furtado que lhe fizeram as freiras do mosteiro de Vairão, de 2.000 cruzados que o dito fidalgo lhes emprestava para remissão de dívidas do mosteiro, com juro de 5%. Vairão, 1667-11-08. 3f.
- 1206 – Copiador de correspondência dirigida ao General Junot, em francês, por Cesar de Figanière, Conde de Goltz, Francisco Bartolozzi, Aires Pinto de Sousa, Marie de Barreto, Alexandre José Picaluga, oficiais portugueses da marinha, Jacinto Fernandes da Costa Bandeira, Diogo José da Cunha, concelho de Abrantes, João José Mascarenhas de Azevedo e Silva, padre António Teles [1807-1808]. Em francês. 10f.
- 1207 – Carta de desconhecido a uma Viscondessa em Bayonne. Nápoles, 1808-07-06. 1f.
- 1208 – *Note sur le Revenue du Tresor Public de Portugal*. [1807-1808?] 10f.
- 1209 – *Memoire sur l'Etablissement du Trésor Royal – son Organisation & son état actuel*. [1807-1808?] 5f.
- 1210 – Relatório sobre finanças submetido ao General Junot. Lisboa, 1808-05-28. Em francês. 4f.
- 1211 – Relatório sobre finanças submetido ao General Junot. Lisboa, 1808-05-27. Em francês. Incompleto. 6f.
- 1212 – *Memoire sur l'Etablissement de la Tres Illustre Commission Administrative de la Compagnie Generale des Vins du Douro Superieur, et son avantageux resultat* [1807-1808?]. 7f.
- 1213 – *Memoire Economique sur les moyens de prevoir á la disette des grains*, de Jerome François Lobo. Lisboa, 1808-01-29, 3f.
- 1214 – *Indagations faites l'an 1796 pour le projet de la grande route d'Aldea Galega jusques à Elvas*, de José Diogo Mascarenhas Neto. Lisboa, 1808-02-17, 16f.
- 1215 – Resposta apresentada por diversos portugueses a questões de natureza fiscal. Lisboa, 1807-12-18. Em francês. 2f.
- 1216 – Relatório sobre questões financeiras. Bayonne, 1807-10-22. Em francês. 4f.
- 1217 – Exposição sobre as vantagens da implementação de moinhos de trigo em território português, por Simon Huguenin. S.d. Em francês. 2f.
- 1218 – Relatório sobre extracção de potássio do solo, pelo General Luviel. Lisboa, 1808-01-07. Em francês. 2f.

- 1219 – Copiador de correspondência dirigida ao General Junot, em francês, por Simon Huguenin, M. R. Descoudrées, C. D. Chaffois, Manuel Joaquim Henriques de Paiva, Sauveur Fondle, Henrique Teixeira Sampaio, Vicente Ferreira Duarte, Benjamin Comte, e o Conde da Ega [1807-1808]. Em francês. 8f.
- 1220 – Carta do Major Dundas sobre a conservação das pipas de água nos fortes. Torres Vedras, 1810-10-21. 1f.
- 1221 – Relação das praças que desertaram do regimento de milícias da 5.<sup>a</sup> Companhia. 1811. 1f.
- 1222 – Ordem do Distrito do Major Dundas. Torres Vedras, 1810-10-30. Em francês. 1f.
- 1223 – Certidão dos serviços de Louis Dalincourt. Peniche, 1808-02-20. Em francês. 2f.
- 1224 – Certidão dos serviços de Charles Amedée Auffdiener. Peniche, 1808-02-20. Em francês. 2f.
- 1225 – Cópia de carta remetida pelo General Josef Galluzo ao General em Teles. Badajoz, 1808-06-28. Em espanhol. 2f.
- 1226 – Cópia de carta remetida pelo Conde de La Torre del Fresno ao General Kellerman. Badajoz, 1808-05-08. Em espanhol. 2f.
- 1227 – Carta do Conde de La Torre del Fresno ao General Kellerman. Badajoz, 1808-05-14. Em espanhol. 1f.
- 1228 – Carta do General Josef Galluzo ao General Kellerman. Badajoz, 1808-06-06. Em espanhol. 1f.
- 1229 – Carta do General Josef Galluzo ao General Kellerman. Badajoz, 1808-06-08. Em espanhol. 1f.
- 1230 – Carta do General Josef Galluzo ao General Kellerman. Badajoz, 1808-06-03. Em espanhol. 2f.
- 1231 – Carta ao General Junot. Bayonne, 1807-11-02. Em francês. 2f.
- 1232 – Carta do Médico do Exército Francês, Maillard, ao Marquês de Abrantes. Lisboa, 1808-08-10. Em francês. 2f.
- 1233 – Carta ao General Junot. Salamanca, 1807-11-09. Em francês. 2f.
- 1234 – Carta ao General Junot. Lisboa, 1808-07-13. Em francês. 2f.
- 1235 – Carta ao General Junot sobre a execução de um português. Lisboa, 1808-01-23. Em francês. 1f.
- 1236 – Processo original de um julgamento militar nas Caldas da Rainha contra um conjunto de portugueses que participou numa revolta, a maioria condenados à morte. Caldas da Rainha, 1808-01-27. Em francês. 6f.
- 1237 – Carta ao General Junot. Lisboa, 1808-05-01. Em francês. 1f.

- 1238 – Carta régia testemunhável de D. Manuel I, a pedido do Dr. Diogo Lopes de Carvalho, do Desembargo e Ouvidor na Corte, pela qual confirma uma carta anterior sua (Lisboa, 1516-01-08) concedida ao dito Dr. Diogo Lopes de Carvalho, contendo um registo da Torre do Tombo relativo a uma inquirição de D. Dinis no couto de Abadim. Lisboa, 1516-07-23. Com selo de cera.
- 1239 – Processo original de um julgamento militar em Lisboa da Rainha contra um conjunto de portugueses que participou numa revolta. Lisboa, 1807-12-14. Em francês. 2f.
- 1240 – Carta ao General Junot. S.d. Em francês. 1f.
- 1241 – Carta ao General Junot. Lisboa, 1808-03-31. Em francês. 1f.
- 1242 – Carta ao General Junot. Lisboa, 1808-04-14. Em francês. 1f.
- 1243 – Carta do General Charlot ao General Junot. Torres Vedras, 1808-04-20. Em francês. 2f.
- 1244 – Copiador de correspondência dirigida ao General Junot, em francês, por J. P. Huintela, François Xavier F., D. Bivar, Loison, D. de G e DAndrade, João de Sampaio de Andrade e Vicente Paulo de Araújo [1807-1808]. Em francês e português. 6f.
- 1245 – Copiador de correspondência dirigida ao General Junot, em francês, por Grandsaigne. [1808-1809]. Em francês. 2f.
- 1246 – Carta ao General Junot [?]. 1808-02-11. Em francês. 2f.
- 1247 – Carta do Coronel Mazantin ao General Ciarot. Le Navarreux, 1807-09-16. Em francês. 2f.
- 1248 – Conhecimento de Catarina do Paraíso, abadessa do mosteiro de Santa Clara do Porto, em como recebera de Álvaro de Valadares 54.000 reais em dinheiro e 4 arrobas de cera para gastos em propinas das profissões de suas filhas, Beatriz de São Jerónimo e Bernarda do Presépio. Porto, 1587-11-08. 1f.
- 1249 – Procuração de Duarte Peixoto da Silva, comendador de Lagares, passada a Álvaro de Valadares, fidalgo da casa real, estante na sua Quinta da Póvoa, para, em seu nome, fazer um prazo a Manuel Álvares da Vinha Quebrada. Quinta da Varziela, 1590-12-27. 1f.
- 1250 – Quitação de esmola concedida por Baltasar Delgado à confraria da Santa Casa da Misericórdia da Praia (?). 1584-09-02. 1f.
- 1251 – Carta de Manuel Carneiro a Pantaleão Carneiro, seu irmão, estante no Porto, sobre questões financeiras. Refere Diu, a nau de Francisco Cristóvão, Gaspar Borges, Paulo Vieira, Filipa Moreira, Fernão Soares, que estava em Ormuz, doente da doença de Bahrein, e a morte de Catarina Carneira. Goa, 1560-12-20. 2f. Incompleta.
- 1252 – Certidão passada por Luís Garcês, tabelião, em como Baltasar Delgado, cidadão, entregara em depósito 40.000 reais em dinheiro, duas taças de prata

e uma cadeia de ouro, que depositava Francisco Correia em nome de Maria Afonso Correia, sua mãe, para pagamento de uma condenação de Isabel Correia, sua filha. Porto, 1558-06-02. 1f.

**BNP/ALB/ANTT/PASTA 32/CX. 2 [ant. Maço J, Pasta 32]**

*12 doc. numerados de 718 a 728*

Âmbito Cronológico – (Séc. XV-1772)

- 718 – Tombo medieval das rendas do morgado de Guimarães. Refere o Casal do Telhado, Devesa, Gontim, Quintã de Cem; Cadeado; Casal de Outeiro; Casadela; Fofe, etc. [Séc. XV]. 6f.
- 719 – Rol dos caseiros de Abadim. 1683-1685. 41f.
- 720 – Dois documentos:
- a) Rol dos caseiros da Aldeia de Santo António – Casal da Casa Nova, Casal do Eiró, etc. 1704-1707. 16f.
  - b) Rol de rendas cobradas no couto de Abadim em 1693-1700. 14f.
- 720bis – Livro dos foreiros do couto de Abadim. 1658-1685. Entre a folha 15 e 16 está uma folha solta com quitações de ganhos do senhor, 1623-1627. Entre a folha 21 e 22 está um recibo de entrega de pão meado, 1674. 114f.
- 721 – Livro de recibo do morgado de Carvalhos. Títulos: São Clemente de Silvares, São Martinho de Silvares, São Pedro de Freitas, São Bartolomeu de Vila Cova, São Tomé de Travassos, São Cosmo e Damião de Garfe, São Martinho de Conde, Santo Estêvão de Urgezes, Santiago de Sendim, São Vicente de Mascotelos, São Miguel de Vilela, Santa Eulália de Gontim, São Veríssimo de Lagares, Santa Marinha da Costa, Braga (Rua da Água), Serzedelo 1660-1682. 125f.
- 722 – Livro de cobrança das rendas da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães. 1753. 27f.
- 723 – Livro dos foreiros do morgado de Carvalhos. 1680-1685. 85f.
- 724 – Livro dos foreiros de Sande e Mourilhe. 1701-1756. 53f.
- 725 – Livro das herdades da capela instituída por Vasco Lourenço (Guimarães). 1658-1665. 38f.
- 726 – Rol dos caseiros de uma capela da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães. 1772. 13f.
- 727 – Certidão da inscrição do Casal de Leiras (Riba de Selho) no tombo do morgado de Diogo Lopes de Carvalho. Guimarães, 1618-05-26. 1f.
- 728 – Livro de recibo do morgado de Carvalhos. Com títulos similares ao N.º 721 acima. 43f. Incompleto.

## BNP/ALB/ANTT/PASTA 34/CX. 3 [ant. Maço I, Pasta 34]

48 doc. numerados de 626 a 673

Âmbito Cronológico – (1567-1847)

- 626 – Certidão de um empraçamento que fez o Hospital de São Lázaro a D. Maria Corte Real de um chão junto à Ermida de São Lourenço. Coimbra, 1701-01-13. 12f.
- 627 – Consentimento de Diogo Maria de Almada outorgado a seu irmão, o Visconde de Vila Nova de Souto de El-Rei, no que requeria sua mãe, Viscondessa do mesmo título, respeitante a um negócio a efectuar com Bento Guilherme Klingelhofer. Cernache do Bom Jardim, 1825-11-27. 2f.
- 628 – Certidão do contrato de empréstimo estabelecido entre a Viscondessa de Vila Nova de Souto de El-Rei, D. Maria Joana do Monte Forjaz da Câmara e Meneses, tutora e administradora da pessoa e bens de seu filho, António José de Almeida Melo Velho e Lencastre Fonseca Carvalho e Camões, com Bento Guilherme Klingelhofer, negociante da praça de Lisboa. Lisboa, 1825-12-23. 16f.
- 629 – Carta de Henrique José a sua prima, sobre uma dívida. Rua Escura, 1791-05-09. 2f.
- 630 – Carta de Henrique José a sua prima, pedindo-lhe 20 moedas de ouro. Rua Escura, 1791-03-09. 2f.
- 631 – Carta de Henrique José a sua prima, agradecendo-lhe o empréstimo de 20 moedas de ouro. Rua Escura, 1791-03-30. 2f.
- 632 – Contas de vários caseiros de casais em Benfica. [d.] 1799-07-19. 2f.
- 633 – Certidão da escritura de dote de freira e obrigação que D. António de Lencastre, do Conselho do Rei, e Comendador da Ordem de Cristo, celebrou com as religiosas do Convento da Senhora da Conceição da Penha de França para a entrada de D. Maria Madalena de Carvalho, de Guimarães, sua cunhada, nesse convento. Braga, 1764-04-17. 10f.
- 634 – Contrato e obrigação de mesadas que fez António José de Almada e Melo, alcaide-mor de Palmela, Senhor do Souto de El-Rei, com Francisco Fernandes Duarte, homem de negócios, morador em Lisboa, para que este lhe desse mensalmente 74\$626 réis de mesada, consignando-lhe vários foros na vila de Povos e outros do Morgado dos Olivais. Braga, 1739-10-07. 7f.
- 635 – Certidão do inventário que fez D. Paula Maria Cardoso de Alarcão por morte de seu marido, Gonçalo Peixoto da Silva. 1742-12-03 2f.
- 636 – Escritura de venda que fez a Câmara de Coimbra a João de Resende de umas casas térreas na dita cidade onde se recolhia a charola no Dia de Corpus Christi. Coimbra, 1626-10-24. 9f.

- 637 – Certidão da instituição de capela de Fernão Correia, filho de Duarte de Sá, e Beatriz Gonçalves de Aguiar, fidalgos, moradores em Évora, na igreja de Santa Justa de Coimbra. Coimbra, 1567-12-28 (certidão de 1730-03-18). 9f.
- 638 – Escritura de cessão, desistência e abstenção de herança que fazem os herdeiros do Visconde de Vila Nova de Souto de El-Rei, António José de Almada e Melo, a benefício de seus sobrinhos, filhos de seu irmão, João José Francisco de Sales, Visconde do mesmo título, ao presente falecido. Setúbal, 1818-04-24. 2f.
- 639 – Escritura de declaração e obrigação que faz D. Maria Joana do Monte Forjaz da Câmara e Meneses, tutora e administradora da pessoa e bens de seu filho, António José de Almeida Melo Velho e Lencastre Fonseca Carvalho e Camões, de um prazo em Lisboa. Lisboa, 1816-11-23. 4f.
- 640 – Sentença de D. Jerónima Corte Real contra as freiras do Mosteiro de Semide sobre as casas de São Cristóvão. Coimbra, 1652-04-29. 15f.
- 641 – Quitações dos foros que pagam ao Mosteiro de Semide as casas de São Cristóvão, em Coimbra. 1682-1697. 13f.
- 642 – Certidão da verba do testamento de Manuel de Sá da Silveira, em que nomeia em Manuel da Costa, casado com sua irmã, D. Maria de Sá, o prazo de Almoinha, foreiro ao Hospital de São Lázaro, em Coimbra. Coimbra, 1623-01-22. 4f.
- 643 – Escritura de ajuste, convenção e desistência que faz Gertrudes Angélica à Viscondessa de Vila Nova de Souto de El-Rei, D. Maria Joana do Monte Forjaz da Câmara e Meneses. Lisboa, 1816-10-14. 2 cópias. 6f. + 8f. A segunda cópia contém uma procuração.
- 644 – Escritura de nomeação, permissão, consentimento e obrigação que faz a Viscondessa de Vila Nova de Souto de El-Rei, D. Maria Joana do Monte Forjaz da Câmara e Meneses, de um prazo situado em Cervais (Prado), foreiro ao Cabido da Sé de Braga, a Gertrudes Angélica, moradora em Lisboa. Lisboa, 1812-06-06. 1f.
- 645 – Conta corrente do Visconde de Vila Nova de Souto de El-Rei com os herdeiros de Bento Guilherme Klingelhofer. Lisboa, 1847-04-30. 2f.
- 646 – Escritura de emprazamento em três vidas que fez o Hospital de São Lázaro de Coimbra a D. Maria Corte Real, filha de Sebastião de Sá de Miranda, de um chão junto à Ermida de São Lourenço. Coimbra, 1701-01-13. 12f.
- 647 – Certidão do inventário dos bens de D. João Luís de Meneses. Lisboa, 1777-10-09. 93f.
- 648 – Sentença de fiança a favor de António José de Almada e Melo para ser curador dos bens de seu pai, João de Almada e Melo, Senhor de Souto de El-Rei, considerado demente. 1790-09-23. 30f.

- 649 – Sentença cível de acção de juramento de alma a favor do Padre João António da Costa, procurador da Viscondessa de Vila Nova de Souto de El-Rei contra Manuel Ferreira da Costa. Setúbal, 1805-05-21. 15f.
- 650 – Carta precatória cível geral executória de autora passada a requerimento da Viscondessa de Vila Nova de Souto de El-Rei, como tutora de seu filho, contra Francisco Duarte. Setúbal, 1816-09-30. 31f.
- 651 – Obrigação de dívida de Luís de Sousa Machado [...] a António José de Almada e Melo, de Monção, de 100.000 réis. Lisboa Ocidental, 1720-05-02. 2f.
- 652 – Mapa das dívidas e demandas pertencentes à Casa de Souto de El-Rei, de João de Almada e Melo. Lisboa, 1785-02-26. 6f.
- 653 – Carta de penhora a favor da Viscondessa de Vila Nova de Souto de El-Rei, como tutora de seu filho, para ser penhorado José Luís Pinto Guimarães, dirigida às justiças da vila de Setúbal. Lisboa, 1820-08-04. 9f.
- 654 – Contas de José António Henriques respeitantes a certa lenha e cal devida pelo Convento de Nossa Senhora de Nazaré, em Setúbal. [d. 1777-06-22] 2f.
- 655 – Sentença a favor de Constantino da Cunha de Azevedo, abade de São Pedro de Arões, sobre o pagamento de 220.000 reis que lhe pagou seu irmão Alexandre de Sousa de Azevedo. Monção, 1702-03-15. 14f.
- 656 – Certidão de contas de próprio e custas feitas na execução que a Viscondessa de Vila Nova de Souto de El-Rei fez a Francisco António Pereira, de Barcelos. Larim, 1824-09-28. 4f.
- 657 – Sentença a favor de João de Resende contra Bernardo Francisco, morador em Vilela (Coimbra), sobre a posse de um olival. Porto, 1638-08-30. 22f.
- 658 – Contas da dívida de Francisco de Almeida Pereira a João de Almada e Melo, que se ajustaram até ao final de 1767. [1767] 8f.
- 659 – Contas do dinheiro que recebeu o Padre D. Abade do Desterro das contas antes do terramoto. [d. 1755] 1f.
- 660 – Vários papéis de contas de João de Almada e Melo [1768] 3f.
- 661 – Rol de papéis que levava João de Almada e Melo para o Porto [d. 1767] 2f.
- 662 – Registo da dívida das freiras do Convento das Bernardas. [d. 1785] 1f.
- 663 – Registo de dívidas do procurador do Visconde de Vila Nova de Souto de El-Rei. [1779] 1f.
- 664 – Resumo dos devedores e credores de João de Almada e Melo [1779] 2f.
- 665 – Registo de contas do Couto de Nogueira, Monção e Valadares [17--] 1f.
- 666 – Lembrança de dívidas [d. 1786] 1f.
- 667 – Protesto de letra do Visconde de Vila Nova de Souto de El-Rei. Lisboa, 1808-09-17. 1f.
- 668 – Lembrança de vários papéis que recebeu Pero de Castro que lhe dera Frei Constantino. [d. 1721] 1f.

- 669 – Recibo de dívida de Pero Álvares de Amares a António José de Almada de uma moeda de ouro. [17--] 1f.
- 670 – Recibo de contas do Capitão António Riadoro Álvares [d. 1802] 1f.
- 671 – Recibo de dívida de Manuel de Passos. Agrelo, 1620-07-24. 1f.
- 672 – Carta de Manuel da Rocha Peixoto sobre uma dívida por pagar, invocando ter ido acompanhar o Duque de Bragança a beijar a mão do Rei de Portugal, D. Filipe III. Vila Viçosa, 1629-05-28. 2f.
- 673 – Livro de contas de dívidas no concelho de Monção, em Mazedo, Bela, Merufe, São João de Longos Vales, Riba de Mouro, Abedim, São Martinho de Parada. [1704-1730] 30f.

**BNP/ALB/ANTT/PASTA 35/CX. 4 [ant. Maço I, Pasta 35]**

*45 doc. numerados de 674 a 718*

Âmbito Cronológico – (1428-1822)

- 674 – Escritura de venda que fez Simão Fernandes e sua mulher, Maria Simões, a Manuel da Costa e sua mulher, Maria de Sá, de um paul em Sebal (Condeixa-a-Nova), foreiro ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Coimbra, 1617-10-21. 4f.
- 675 – Escritura de empraçamento que fez o Conde da Feira, D. Miguel Pereira Forjaz Coutinho Barreto de Sá e Resende, a Custódio Alves Ferreira e Maria Josefa, do Casal de Antepaço, freguesia de Canidelo. Porto, 1822-06-22. 12ff. Contém auto de vedoria e medição do Casal. 1821-08-26. 8f.
- 676 – Mapa dos bens de São Martinho de Alvito (Barcelos) e São Pedro de Canidelo (Vila do Conde). [18--] 6f.
- 677 – Mapa dos bens do Morgado de Alvito (Barcelos) de acordo com o Tombo de 1650 [1411-1820] 8f. + 4f.
- 677-A – Traslado da instituição do morgado de Canidelo e suas pertenças, por Inês Vasques, mulher de Álvaro Afonso Dinis, e posteriormente, de Gonçalo de Sá, feita no Mosteiro de São Domingos do Porto, a favor de João Álvares Ribeiro, cavaleiro fidalgo da Casa Real. Porto, 1498-02-17. Contém testamento de Inês Vasques, Porto, 1428-09-20; e instrumento de aprovação de cédula e testamento. Porto, 1459-01-11; e Decreto régio sobre processo entre D. Tristão de Meneses e D. Diogo Pereira Forjaz Coutinho sobre partilhas de herança. Lisboa, 1781-03-10; bem como outros documentos posteriores. 47f.
- 678 – Traslado da instituição do morgado de Canidelo e suas pertenças, por Inês Vasques, mulher de Álvaro Afonso Dinis, e posteriormente, de Gonçalo de Sá, feita no Mosteiro de São Domingos do Porto, a favor de João Álvares

- Ribeiro, cavaleiro fidalgo da Casa Real. Porto, 1498-02-17. Contém testamento de Inês Vasques, Porto, 1428-09-20; e instrumento de aprovação de cédula e testamento. Porto, 1459-01-11. Caderno quinhentista, que foi trasladado no doc. 677-A atrás referido. 39f.
- 678-A – Documento similar ao 677-A, descrito acima, em traslado de 1682-04-18, copiado em 1820-03-14. 27f.
- 679 – Mapa dos bens do Morgado de Alvito (Barcelos) de acordo com o Tombo de 1650 [1554-1820] 10f.
- 680 – Doação de Gonçalo de Sá, cavaleiro, das rendas e direitos da quintã que possuía na freguesia de Santa Maria de Galegos, Terra de Prado, a João Gonçalves, seu escudeiro e criado, pelos serviços que lhe prestara. Testemunhas: Gonçalo Vasques, alfaiate; João Vasques, tosador; e João Afonso. Tabelaio: Álvaro Eanes de Landim. Porto, 1460-04-08. Pergaminho.
- 681 – *Noticias sobre alguns dos Bens dos Morgados em que succedeo, que podem ser mais precisas ao Senhor Joze Antonio Teixeira.* [d. 1812] 4f.
- 682 – Escritura de empraçamento que fez António Peixoto dos Guimarães e Miranda de umas casas na Rua de Cima de Vila, pertencentes ao Morgado de Canidelo, a José de Sousa e Maria de Jesus. Porto, 1710-01-17. Traslado (Porto, 1737-01-14). 14f.
- 683 – Caderno contendo os bens de que se compõe o Morgado do Canidelo. [iní. séc. XIX] 22f.
- 684 – Escritura de empraçamento que fez Francisco Ferreira Furtado de Mendonça, fidalgo da Casa Real, e D. Maria de Mendonça, de umas terras no Casal da Corredoura, a Pedro Gonçalves e Maria Domingues, e a João Carneiro e Maria Domingues. Barcelos, 1649-04-08. 12f.
- 685 – Em falta.
- 686 – Escritura de empraçamento e renovação de prazo que fez Francisco Furtado de Mendonça de um assento e casas em Antepaço, a Maria Francisca. Porto, 1738-04-18. Traslado (Porto, 1823-03-22) 19f.
- 687 – Dois documentos:
- a) Escritura de empraçamento que fez D. Francisco Furtado de Mendonça e Meneses do Casal da Corredoura, a Nicolau de Sousa e Águeda Francisca, e a João Moreira e Esperança Francisca. Porto, 1739-04-29. Traslado (Porto, 1823-04-03) 16f.
  - b) Escritura de empraçamento que fez D. Francisco Furtado de Mendonça e Meneses do Casal da Corredoura, a Nicolau de Sousa e Águeda Francisca, e a João Moreira e Esperança Francisca. Porto, 1739-04-29. Traslado (Porto, 1823-04-30) 11f.

- 688 – Autos de execução que fez António Marques Moreira, da freguesia de Fajoses, a Joaquim José Lobo de Almeida, da freguesia de Santa Cristina da Mata. 1820-08-08. Certidão pedida pelo Conde da Feira (Maia, 1824-04-06) 6f.
- 689 – Escritura de venda que faz José António da Silva e Joaquina Maria de Jesus, a Custódio Alves Ferreira, do Campo da Barroca (São Pedro de Canidelo). Maia, 1822-01-19. 5f. + 2f. + 1f.
- 690 – Dois documentos:  
 Assento da compra que fez Manuel Francisco de Sousa a José António da Silva, em Canidelo. 1822-01-10. Certidão pedida pelo Conde da Feira (Maia, 1823-03-20) 3f.  
 Escritura da venda que fez José António da Silva e Joaquina Maria de Jesus, a Manuel Francisco de Sousa, do Campo da Portela, em Canidelo. 1822-01-19. Certidão pedida pelo Conde da Feira (Maia, 1823-03-20) 3f. + 2f.
- 691 – Escritura da venda que fez José António da Silva e Joaquina Maria de Jesus, a José Francisco Monteiro, de umas leiras sitas em Canidelo. Azurara, 1822-04-02. 4f.
- 692 – Escritura de empraçamento que fez Francisco Ferreira Furtado de Mendonça, fidalgo da Casa Real, e D. Maria de Mendonça, a Cosmo Francisco e Maria Francisca, do Casal de Antepaço. Canidelo, 1639-01-05. 4f.
- 693 – Dois documentos:  
 Escritura de venda que fez José António da Silva e Joaquina Maria, a José Francisco e Maria Joaquina da Cunha, de Farilhe, de José António da Silva duas leiras sitas em Eirado (Canidelo). 1822-04-06. 3f.  
 Escritura de venda que fez José António da Silva e Joaquina Maria, a José Francisco e Maria Joaquina da Cunha, de Farilhe, de duas leiras sitas em Eirado (Canidelo). 1822-04-02. 4f.
- 694 – Instrumento de ajuste de compra e venda do Campo da Portela, entre José António da Silva e Manuel Francisco de Sousa, e do Campo da Barroca, entre José António da Silva e Custódio Alves Ferreira. Canidelo, 1822-01-14. 1f.
- 695 – Índice oitocentista de propriedades em Poiares, Alvito, Canidelo, etc. 7f.
- 696 – Registo da compra e venda de propriedades [1822] 1f.
- 697 – Mandado de citação a pedido do Conde da Feira a José António da Silva, e outros, para responderem a um libelo de raiz. Porto, 1823-05-12. 3f.
- 698 – Escritura de empraçamento que fez D. Francisco Furtado de Mendonça e Meneses, a Manuel Domingues e Mariana Francisca, do Casal de Antepaço. Porto, 1738-04-08. 11f.
- 699 – Escritura de empraçamento que fez D. Francisco Furtado de Mendonça e Meneses, a Marquesa Francisca, do Casal de Antepaço. Porto, 1738-05-17. 17f.

- 700 – Escritura de empraçamento e renovação de prazo que fez D. Francisco Furtado de Mendonça e Meneses, a Nicolau de Sousa e Águeda Francisca, e a João Moreira e Esperança Francisca, do Casal da Corredoura. Porto, 1739-04-29. 16f.
- 701 – Escritura de empraçamento e renovação de prazo que fez D. João Manuel de Meneses, moço fidalgo da Casa Real, e D. Maria Rosa de Meneses, a João Moreira e Luzia Moreira, do Casal de Real, em Vilar de Pinheiro. Porto, 1744-05-28. 16f.
- 702 – Testamento do Dr. Jorge da Cunha, Desembargador dos Agravos na Casa da Suplicação e Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda, natural de Monção, casado com Ana Pereira, e em segundas núpcias com Ana Camacha. Lisboa, 1579-08-27. Original. Seguem-se vários documentos relacionados com instrumento de aprovação, abertura do testamento, posse de bens, e traslados modernos do testamento. 35f. + 10f. + 6f.
- 703 – Escritura de empraçamento que fez Francisco Ferreira Furtado de Mendonça, fidalgo da Casa Real, e D. Maria de Mendonça, a Luís André e Isabel Domingues, do Casal do Paço, em Canidelo. Argemil, 1649-04-07. 12f.
- 704 – Contém vários documentos: testamentos de Alexandre de Sousa e Azevedo, natural de Monção. O primeiro é de 1701-01-15 e o segundo é de 1711-10-31. Originais. Seguem-se vários documentos relacionados com instrumentos de aprovação, abertura dos testamentos, e traslados modernos do testamento, etc. 22f. + 11f.
- 705 – Escritura de renovação de prazo que fez D. João Manuel de Meneses, moço fidalgo da Casa Real, e D. Maria Rosa de Meneses, a João Ferreira e Maria da Silva, do Casal do Paço, em Canidelo. Porto, 1744-11-22. 22f.
- 706 – Escritura de empraçamento que fez D. Miguel Pereira Forjaz Coutinho Barreto de Sá e Resende, Conde da Feira, a João Baptista de Lima, procurador de Joaquina, órfã de António da Silva, e de seu tutor, António Francisco, de Canidelo, do Casal de Farilhe, em Canidelo. Porto, 1822-05-08. 15f. Contém ainda auto de vedoria e medição do dito casal. 1821-10-04. 13f.
- 707 – Escritura de empraçamento que fez Francisco Ferreira Furtado de Mendonça, fidalgo da Casa Real, e D. Maria de Mendonça, a Baltasar António e Domingas Diogo, do Casal de Vilar de Pinheiro, em Canidelo. Maia, 1652-05-20. 10f.
- 708 – Escritura de renúncia de prazo que aceitou Fernão Ribeiro, Fidalgo da Casa Real, de Maria Gonçalves, terceira vida do prazo, e de empraçamento em seu filho, Pero Martins, do Casal de Real, em Vilar de Pinheiros. Porto, 1563-08-21. 6f.
- 709 – Certidão de duas escrituras de empraçamento, referidas no n.º 707 e 708, requeridas por D. João Manuel de Meneses. Ponte de Lima, 1686-10-10. 14f.

- 710 – Registo setecentista dos prazos da Milhorada e Requeixada [d. 1735] 1f.
- 711 – Escritura de emprazamento que fez Dinis Vieira, administrador da capela de São Domingos do Porto pertencente a Fernando Eanes, cavaleiro, de umas casas na Rua da Fonte da Ourinha, a Francisco Vaz, pichaleiro, e Filipa Afonso. Presentes: Frei Luís Homem, prior; Frei Francisco das Neves, vigário; Frei Rodrigo de Gaia, todos procuradores do Mosteiro. Porto, 1545-05-02. Contém o instrumento de posse. Porto, 1545-05-04. Pergaminho. 4f.
- 712 – Em falta.
- 713 – Escritura de venda que fez Diogo Barbosa, Escudeiro, Fidalgo da Casa do Marquês de Vila Real, morador em Gaia, e Guiomar da Cunha, Pedro Eanes Alexandre, ourives, e Maria Dias, sua mulher, moradores na Rua da Fonte da Ourina, no Porto, de um meio casal em Vilar de Porcos, do julgado da Maia, por 9.000 reais brancos, sendo pagos com duas taças de prata e dinheiro. Testemunhas: João Álvares, sapateiro, morador no Porto; Afonso Lopes e Fernão Eanes, moradores em Gaia. Tabelaio: Pero Fernandes. Porto, 1503-06-09. Pergaminho.
- 714 – Anexação de vínculo, e documentos conexos, que fizeram Constantino da Cunha e Azevedo, Martim Velho de Azevedo, e Alexandre de Sousa de Azevedo, pela qual formaram novo vínculo de seus bens, e o anexaram ao de Pedro Vaz da Praça, nomeando D. Maria Josefa da Cunha para sua administradora. 1701-01-02. 22f. Em mau estado.
- 715 – Carta testemunhável de justificação de Francisco Ferreira Furtado e sua mulher, D. Antónia de Sousa, filha de Fernão Ribeiro de Sousa, administradora do Morgado instituído por Inês Vasques no Mosteiro de São Domingos do Porto. Porto, 1569-09-05. 18f. Contém ainda Escritura de fiança que deu Simão Jorge da renda da Quinta de João Fernandes Pacheco. Santo André (Muge), 1579-08-27. 3f.
- 716 – Assento de prazo de casas de Antepaço a Maria Francisco. [1823] 1f.
- 717 – Escritura de partilhas dos bens de Inês Vasques, mulher de Gonçalo de Sá. Refere: Vasco Fernandes, bacharel, irmão de João Álvares; João Álvares; Pero Dias; Afonso Fernandes de Antanol; João Gonçalves, escudeiro de Gonçalo de Sá; João Gonçalves, mercador; Aires Gomes, juiz; Fernão Vicente, tabelaio público no Porto; João Gonçalves de Eiras; Álvaro Afonso, tabelaio; João de Arruda; João Gonçalves de Tentúgal; Inês Vasques; Luís Coutinho, prior de São Cristóvão de Lafões; D. Fradique; João Lourenço, lavrador; Fernando Álvares; João Álvares, escudeiro de El-Rei; Soeiro de Morais, escudeiro de D. Pedro, Afonso Eanes, homem do bacharel Vasco Fernandes, Álvaro Gil, lavrador. Topónimos referidos: Porto; Coimbra; Rua da Moeda (Porto), Vale do Cântaro (termo de Coimbra); Sé; Adémia; Tentúgal; Ílhavo; Aveiro; Campo de Bulhão; Silval. [1459-08-18?] Pergaminho incompleto.

718 – Escritura de empraçamento que fez João Álvares Ribeiro, Senhor da Quinta de Canidelo, a Maria Gonçalves, filha de Gonçalo Gonçalves de Canidelo, do Casal de Antepaço. Refere: Afonso Gonçalves de Canidelo, o velho, João Fernandes, criado de João Álvares Ribeiro, Pero Gonçalves de Canidelo, irmão de Gonçalo Gonçalves de Canidelo. Tabelaio: Lopo Camelo, escudeiro no juglado da Maia. Canidelo, 1513-04-15. Pergaminho.

**BNP/ALB/ANTT/PASTA 39/CX. 5 [ant. Maço I, Pasta 39]**

*97 doc. numerados de 782 a 878*

Âmbito Cronológico – (1614-1839)

- 782 – Ofício de Joaquim Pedro Gomes de Oliveira ao Conde da Feira, convocando-o, em nome do regente D. João VI, para tomar o seu lugar na procissão do Corpo de Deus. Palácio da Regência, 1821-06-12 2f. Contém minuta da recusa redigida pelo Conde da Feira. 2f.
- 783 – Ofício de Inácio da Costa Quintela ao Conde da Feira, convocando-o, em nome de Sua Majestade, para os três dias de gala na Corte que assinalam a sua chegada a Lisboa. Palácio de Queluz, 1821-07-07. 2f.
- 784 – Ofício de Cândido José Xavier ao Conde da Feira, participando-lhe, em nome de Sua Majestade, do falecimento do deputado em Cortes José Carlos Coelho Carneiro Pacheco. Palácio de Queluz, 1821-10-24. 2f.
- 785 – Ofício de Filipe Ferreira de Araújo e Castro ao Conde da Feira, convocando-o, em nome do regente D. João VI, para tomar o seu lugar na festividade de Nossa Senhora da Conceição. Palácio de Queluz, 1821-12-01. 2f.
- 786 – Carta de António José Teixeira Veiga para a Viscondessa de Vila Nova de Souto de El-Rei sobre suas propriedades. Braga, 1839-08-22. 2f.
- 787 – Carta do Marquês, Estrebeiro-mor a D. Miguel Pereira Forjaz sobre o Tratado da Santa Aliança. Paris, 1820-03-05. 2f.
- 788 – Carta do Marquês, Estrebeiro-mor a D. Miguel Pereira Forjaz sobre o Tratado da Santa Aliança. Paris, 1820-03-27. 4f.
- 789 – Carta de António José Teixeira Veiga para a Viscondessa de Vila Nova de Souto de El-Rei sobre suas propriedades. Braga, 1839-10-10. 2f.
- 790 – Carta de António José Teixeira Veiga para a Viscondessa de Vila Nova de Souto de El-Rei sobre suas propriedades. Braga, 1839-08-22. 2f.
- 791 – Cópia de carta de D. José Luís de Sousa para Tomás António de Vila Nova Portugal sobre os acontecimentos políticos em Espanha. Madrid, 1820-03-16. 16f. Contém cópia de dois ofícios.

- 792 – Cópia de carta de D. José Luís de Sousa para Tomás António de Vila Nova Portugal sobre os acontecimentos políticos em Espanha. Madrid, 1820-02-01. 8f. Contém cópia de dois éditos.
- 793 – Cópia de carta de D. José Luís de Sousa para Tomás António de Vila Nova Portugal sobre os acontecimentos políticos em Espanha. Madrid, 1820-02-18. 14f. Contém cópia de vários documentos espanhóis.
- 794 – Cópia de carta de D. José Luís de Sousa para Tomás António de Vila Nova Portugal sobre os acontecimentos políticos em Espanha. Madrid, 1820-03-08. 4f.
- 795 – Cópia de carta de D. José Luís de Sousa para Tomás António de Vila Nova Portugal sobre os acontecimentos políticos em Espanha. Madrid, 1820-03-05. 08f.
- 796 – Recibo passado por António Pereira certificando ter recebido de D. João Manuel de Meneses quatro alqueires de pão meado que tinha de pensão num campo. Ponte de Lima, 1690-11-26. 1f.
- 797 – Registo de documentos pertencentes ao Morgado dos Olivais S.l., [Séc. XVIII]. 2f.
- 798 – Carta de Agostinho Gomes Pereira a Francisco José Rodrigues Viana sobre certos negócios do Visconde de Vila Nova de Souto de El-Rei. Monção, 1788-09-17. 1f.
- 799 – Carta de Agostinho Gomes Pereira a Francisco José Rodrigues Viana sobre certos negócios do Visconde de Vila Nova de Souto de El-Rei. Monção, 1788-09-10. 2f.
- 800 – Carta de Agostinho Gomes Pereira a Francisco José Rodrigues Viana sobre certos negócios do Visconde de Vila Nova de Souto de El-Rei. Monção, 1788-08-20. 1f.
- 801 – Carta de Agostinho Gomes Pereira a Francisco José Rodrigues Viana sobre certos negócios do Visconde de Vila Nova de Souto de El-Rei. Monção, 1788-09-23. 1f.
- 802 – Carta de Francisco António de Sequeira Castro a António José Teixeira Veiga sobre os foros pertencentes à Viscondessa de Vila Nova de Souto de El-Rei. Monção, 1839-04-23. 1f.
- 803 – Carta de António José Teixeira Veiga à Viscondessa de Vila Nova de Souto de El-Rei sobre suas propriedades. Braga, 1839-02-18. 1f.
- 804 – Ofício de Manuel Fernandes Tomás ao Visconde de Vila Nova de Souto de El-Rei, convocando-o, em nome da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, para vir jurar a o Governo. Palácio do Governo, 1820-10-06. 1f.
- 805 – Carta de Bento José de Macedo a António José Teixeira Veiga sobre a Quinta da Freiria. Freiria, 1839-06-15. 1f.

- 806 – Registo de vários legados do Morgado da Barca. S.l. [d. 1836] 1f.
- 807 – Carta de António José Teixeira Veiga a Salvador Marques da Costa sobre o prazo das Figueiras. Braga, 1839-06-05. 2f.
- 808 – Carta de António José Teixeira Veiga à Viscondessa de Vila Nova de Souto de El-Rei sobre o Conde de Arganil. Braga, 1839-05-06. 1f.
- 809 – Carta de António José Teixeira Veiga à Viscondessa de Vila Nova de Souto de El-Rei sobre as obras na Quinta da Freiria. Braga, 1839-06-17. 2f.
- 810 – Carta de António José Teixeira Veiga à Viscondessa de Vila Nova de Souto de El-Rei. Braga, 1839-07-16. 2f.
- 811 – Carta de António José Teixeira Veiga à Viscondessa de Vila Nova de Souto de El-Rei sobre o provedor do Hospital. Braga, 1839-09-19. 1f.
- 812 – Rol das fazendas situadas em Serpa e Beja constantes no testamento de Pedro Gomes de Brito. S.l. [d. 1742-08-21] 1f.
- 813 – Carta de António José Teixeira Veiga à Viscondessa de Vila Nova de Souto de El-Rei. Braga, 1839-11-23. 1f.
- 814 – Carta de António José Teixeira Veiga à Viscondessa de Vila Nova de Souto de El-Rei. Braga, 1839-09-19. 1f.
- 815 – Carta de António José Teixeira Veiga à Viscondessa de Vila Nova de Souto de El-Rei. Braga, 1839-11-07. 1f.
- 816 – Carta de António José Teixeira Veiga à Viscondessa de Vila Nova de Souto de El-Rei sobre a cobrança de rendas. Braga, 1839-05-16. 2f.
- 817 – Carta de António José Teixeira Veiga à Viscondessa de Vila Nova de Souto de El-Rei. Braga, 1839-07-25. 2f.
- 818 – Ofício da 2.ª Repartição do Ministério do Reino sobre o averbamento dos diplomas concernentes a títulos. Lisboa, 1823-03-26. 2f.
- 819 – Carta de José Narciso Álvares de Magalhães ao Padre Jose Jerónimo da Silva sobre o prazo de Pontes. S.l. [Séc. XIX] 2f.
- 820 – Carta de António José Teixeira Veiga à Viscondessa de Vila Nova de Souto de El-Rei sobre as obras da Freiria. Braga, 1839-07-29. 3f.
- 821 – Carta de António José Teixeira Veiga à Viscondessa de Vila Nova de Souto de El-Rei sobre as rendas de Canidelo. Braga, 1839-09-03. 2f.
- 822 – Carta de António José Teixeira Veiga à Viscondessa de Vila Nova de Souto de El-Rei. Braga, 1839-04-21. 1f.
- 823 – Carta de António José Teixeira Veiga à Viscondessa de Vila Nova de Souto de El-Rei. Braga, 1839-04-25. 1f.
- 824 – Carta de Francisco António de Freitas à Viscondessa de Vila Nova de Souto de El-Rei sobre certas terras em Barca. Barcarena, 1839-04-13. 1f.
- 825 – Carta de António José Teixeira Veiga à Viscondessa de Vila Nova de Souto de El-Rei sobre as obras da Freiria. Braga, 1839-06-27. 1f.

- 826 – Carta de António José Teixeira Veiga à Viscondessa de Vila Nova de Souto de El-Rei sobre os foros da Barca. Braga, 1839-04-15. 2f.
- 827 – Carta de António José Teixeira Veiga à Viscondessa de Vila Nova de Souto de El-Rei. Braga, 1839-06-10. 2f.
- 828 – Carta de António José Teixeira Veiga à Viscondessa de Vila Nova de Souto de El-Rei. Porto, 1839-12-19. 1f.
- 829 – Carta de António José Teixeira Veiga à Viscondessa de Vila Nova de Souto de El-Rei. Braga, 1839-01-28. 1f.
- 830 – Carta de Silvestre Pinheiro Ferreira ao Conde da Feira sobre a patente de cônsul-geral da Suécia. S.l. [d. 1819]. 2f.
- 831 – Carta de Duarte [...] a [...] sobre a comissão de Lamego. S.l. 1824.05-22. 2f.
- 832 – Carta do Marquês, Estribeiro-mor, a D. Miguel Pereira Forjaz sobre o Tratado da Santa Aliança. Paris, 1820-04-01. 4f.
- 833 – Carta de João Lobo Brandão, Governador de Elvas, a Francisco de Paula Leite, sobre notícias recebidas de Badajoz. Elvas, 1820-08-26. 2f.
- 834 – Carta de Manuel Pamplona a Francisco de Paula Leite, sobre manobras militares. Coimbra, 1820-08-28. 2f.
- 835 – Atestação do juramento realizado pelos oficiais do Regimento de Infantaria N.º 5 a D. João VI, contendo as assinaturas dos mesmos oficiais. Estremoz, 1820-09-02. 2f.
- 836 – Atestação do juramento realizado pelos oficiais do Regimento de Infantaria N.º 17 a D. João VI, contendo as assinaturas dos mesmos oficiais. Elvas, 1820-08-31. 2f.
- 837 – Atestação do juramento realizado pelos oficiais do Batalhão de Caçadores N.º 1 a D. João VI, contendo as assinaturas dos mesmos oficiais. Campo Maior, 1820-09-01. 2f.
- 838 – Apontamento com notícias de Espanha. S.l., 1820-08-26. 1f.
- 839 – Apontamento com notícias de Espanha assinado por José Atanásio de Miranda, ajudante-de-ordens. Elvas, 1820-08-26. 1f.
- 840 – Apontamento com notícias de Espanha. S.l., 1820-08-25. 1f.
- 841 – Carta de António Marcelino de Victoria a Francisco de Paula Leite, sobre manobras militares. Viseu, 1820-08-25. 2f.
- 842 – Carta do Conde de Amarante a Francisco de Paula Leite sobre a insurreição militar no Porto. Vila Real, 1820-08-24. 2f. Contém cópia de duas outras cartas do Conde de Amarante.
- 843 – Carta de Francisco de Paula Leite ao Conde da Feira. Lisboa, 1820-08-28. 2f.
- 844 – Ofício de Pedro Teles de Melo ao Conde da Feira sobre as sessões do Conselho de Guerra. Lisboa, 1820-04-05. 2f.

- 845 – Ofício do Marquês de Palmela ao Conde da Feira participando-lhe o luto real por morte da Duquesa de Württemberg. Paço da Bemposta, 1824-05-22. 2f.
- 846 – Petição de Maria Teresa, viúva de Manuel Antunes, soldado do Regimento de Infantaria N.º1, solicitando ao [Conde da Feira?] os seus préstimos para recolher dois de seus filhos ao Recolhimento do Desterro. S.l., [Séc. XIX] 2f.
- 847 – Ofício de Pedro Teles de Melo ao Conde da Feira notificando-o da decisão governamental em anexo concernente a uma procissão que se realizaria na Igreja de São Domingos. Lisboa, 1826-05-27. 4f.
- 848 – Carta de José Henrique Teixeira ao [Conde da Feira?] pedindo-lhe intervisse na causa do Coronel Francisco de Paula Porquer (?). S.l., 1823-10-23. 2f.
- 849 – Carta do Conde da Feira a Silvestre Pinheiro Ferreira sobre o posto de cônsul-geral da Suécia. S.l., [d. 1819-05-04] 2f.
- 850 – Petição de Inácio Pedro da Costa Quintela, Comandante do Regimento de Cavalaria N.º1, ao Conde da Feira sobre a comissão de exame em curso. S.l., [1823] 2f.
- 851 – Bilhete de António José Teixeira Veiga à Viscondessa de Vila Nova de Souto de El-Rei. S.l., [1839?] 1f.
- 852 – Carta de padrão de D. Pedro II outorgada a D. Fradique António de Magalhães de Meneses, referindo a comenda de Santa Maria de Izeda, da Ordem de Cristo, despachada a seu pai, D. Afonso de Meneses, em 1614, antes de se embarcar para a Baía. Lisboa, 1674-03-08 1f. Pergaminho.
- 853 – Carta de José Maria de Lima Barreto a [...] sobre contratos de rendeiros em Monção. Porto, 1855-12-10. 2f.
- 854 – Carta de George Elder, Brigadeiro-Comandante da 5.ª Brigada, ao Visconde de Sousel, remetendo-lhe os juramentos efectuados pelos oficiais da 5.ª Brigada de Infantaria. Estremoz, 1820-09-02. 2f.
- 855 – Carta de Francisco de Paula Leite ao Conde da Feira, remetendo-lhe, em anexo, uma comunicação de Pamplona. Rua da Cruz do Vale, 1820-08-29. 3f.
- 856 – Carta de Manuel José Álvares a [...] sobre um desfalque de rendas em Arcos de Valdevez. Ranhados, 1839-01-21. 1f.
- 857 – Cópia de carta de [...] a [...] sobre a Quinta de Canidelo. S.l. [Séc. XIX] 2f.
- 858 – Carta da Infante D. Maria para o Conde da Feira, convocando-o para a sessão de abertura das Cortes. Palácio da Ajuda, 1826-10-04. 2f.
- 859 – Lista das licenças concedidas por Sua Majestade a oficiais. 1825-08-02. Impresso 1f.
- 860 – Carta de Inácio Pedro da Costa Quintela ao Conde da Feira, lamentando não poder ir ter com ele em virtude de doença, anexando uma memória de seus serviços. Lisboa, 1823-10-12. 4f.

- 861 – Petição de Francisco Elguério de Carvalho, Coronel do Regimento de Cavalaria N.º5, ao Conde da Feira, para que ateste os seus serviços durante a Revolução de 1820. Lisboa, 1823-11-02 4f.
- 862 – Carta do Marquês, Estribeiro-mor a D. Miguel Pereira Forjaz sobre o Tratado da Santa Aliança. Paris, 1820-04-27. 4f. Contém exemplar do *Journal de Paris*, 1820-04-15.
- 863 – Carta de Agostinho Gomes Pereira a Francisco José Rodrigues Viana. Monção, 1788-08-06. 1f.
- 864 – Carta de Agostinho Gomes Pereira a Francisco José Rodrigues Viana. Monção, 1788-10-01. 1f.
- 865 – Recibo de José Rodrigues em como recebera de Francisco Peixoto da Silva, feitor da Quinta de Argemil, de D. Francisco Furtado de Mendonça e Meneses, 6.320 reis. Barcelos, 1731-09-28. 1f.
- 866 – *Razões em que me fundo para esperar de Sua Magestade a continuação da Graça concedida a meu Filho o Visconde de Villa Nova de Souto d'ElRey, d'Alcaidaria Mór de Palmella, que administro pela sua menoridade.* S.l., [Séc. XVIII-XIX?] 1f.
- 867 – Cópia de carta de D. José Luís de Sousa para Tomás António de Vila Nova Portugal sobre os acontecimentos políticos em Espanha. Madrid, 1820-02-19. 2f.
- 868 – Carta do Marquês, Estribeiro-mor a D. Miguel Pereira Forjaz sobre o Tratado da Santa Aliança. Paris, 1820-04-13. 4f.
- 869 – Carta de Agostinho Gomes Pereira a Francisco José Rodrigues Viana. Quinta da Pedra, 1788. 2f.
- 870 – Apontamentos sobre oficiais do Exército, com dados sobre posto, consultas ou devassas em curso, etc. S.l. [Séc. XIX]. 3f.
- 871 – Requerimento em nome da Viscondessa de Vila Nova de Souto de El-Rei sobre o arrendamento feito a Manuel Cristóvão da Quinta da Graça, em Setúbal. 1802-08-28. 2f.
- 872 – Carta do Marquês, Estribeiro-mor a D. Miguel Pereira Forjaz sobre o Tratado da Santa Aliança. Paris, 1820-05-11. 12f. Remete cópia de ofício enviado a Tomás António de Vila Nova Portugal, 1820-05-01.
- 873 – Cópia de carta de D. José Luís de Sousa para Tomás António de Vila Nova Portugal sobre os acontecimentos políticos em Espanha. Madrid, 1820-01-19. 5f. Inclui dois éditos.

- 874 – Cópia de carta de D. José Luís de Sousa para Tomás António de Vila Nova Portugal sobre os acontecimentos políticos em Espanha. Madrid, 1820-01-07. 5f.
- 875 – Cópia de carta de D. José Luís de Sousa para Tomás António de Vila Nova Portugal sobre os acontecimentos políticos em Espanha. Madrid, 1820-01-11. 5f. Inclui dois ofícios.
- 876 – Cópia de carta de D. José Luís de Sousa para Tomás António de Vila Nova Portugal sobre os acontecimentos políticos em Espanha. Madrid, 1818-07-31. 2f.
- 877 – Cópia de carta de D. José Luís de Sousa para o Conde da Barca sobre os acontecimentos políticos em Espanha. Madrid, 1817-04-13. 2f.
- 878 – Informação régia para que a Viscondessa de Vila Nova de Souto de El-Rei, como tutora de seu filho, apresente o título da anexação dos lagares de azeite de Alcácer do Sal à alcaidaria-mor de Palmela, junto do Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens. Lisboa, 1822-10-10. 1f.

**BNP/ALB/ANTT/Liv. 1 [ant. Maço F, Livro 1 (n.º de ordem 194)]**

*Parafrase De todos os Direitos Regalias, e Propriedades pertencentes ao Ex.<sup>mo</sup> Morgado de Freyriz e Penegate D. O. C. Ao Jll.<sup>mo</sup> Senhor D. Miguel Pereira Forjaz, Coutinho Barreto de Sá, e Rezende; Senhor Donatario dos Coutos de Freyriz, e Penegate; Graô Cruz na Ordem de S. Thiago; Commendador na Ordem de Christo; Tenente General dos Reais Exercitos; do Conselho de Sua Magestade, e seu ministro Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra, Estrangeiros, e da Marinha, Pelo Juiz do Tombo, e Cauzas do Mesmo Ex.<sup>mo</sup> Morgado João Jeronymo do Coutto de Castro, e Souza. Freiriz, 1816-06-24, 193ff + 1 mapa colorido*

**BNP/ALB/ANTT/PASTA 40/CX. 6 [ant. Maço F, Pasta 40]***31 doc. numerados de 594 a 624***Âmbito Cronológico – (1373-1875)**

594 – Dois documentos:

Índice de 86 documentos pertencentes ao Morgado de Argemil datados entre 1373 e 1734. [18--]. 11f.

Índice de 158 documentos pertencentes ao Morgado de Argemil e Fajozes datados entre 1373 e 1826. [d. 1826]. 20f.

595 – Relação da Quinta e foros do Morgado de Argemil, em Barcelos. [18--]. 4f.

596 – Certidão da avaliação dos bens do Visconde de Vila Nova de Souto de El-Rei, existentes no Porto, e que não foram postos em praça, a pedido de Nuno José de Almada, seu filho. Lisboa, 1864-09-22. 33f.

597 – Autos cíveis de petição e notificação sendo autor Manuel da Cunha e réus a viúva e filhos de Matias Gomes Parrela, sobre a posse de uma quinta em Santos. Setúbal, [1734-03-30 a 1749-11-28]. 48f.

598 – Autos de examinação de sentença sendo autor Matias Gomes Parrela e réu João Baptista de Sousa sobre uma dívida de que era credor. Setúbal, [1724-05-10 a 1725-06-01]. 64f.

599 – Autos de vedoria e medição do Casal de Santos em Brejos na posse de João de Almada e Melo, foreiro à Mesa Mestral da Ordem de Santiago. Setúbal, 1764-09-30]. Contém em apenso uma escritura de venda da quinta de Santos por Manuel dos Santos Parrela ao Capitão José dos Santos (Setúbal, 1761-10-31), e uma carta de arrematação dos brejos e quinta de Santos (Setúbal, 1727-12-18). 96f.

600 – Cópia novecentista de execução de sentença sendo autor D. Miguel Pereira Forjaz Coutinho e sua irmã, a Viscondessa de Vila Nova de Souto de El-Rei, e réu o Conde de Lumiares. [1758-1825]. 31f.

601 – Relação do valor dos bens do Morgado de Canidelo. [18--] 6f.

602 – Caderno da conta dos preços dos domínios directos do Morgado dos Carvalhos e Capela de Vasco Lourenço, autorizada a ser vendida por D. Nuno José de Almada, e liquidação de capitais e juros compensados os recebimentos obtidos pelas vendas de domínios directos. [c. 1875] 40f. + 4f.

603 – Recibo de D. Maria da Glória Azevedo de como recebera do Visconde de Vila Nova de Souto de El-Rei um foro anual que pagava pelo seu carneiro da capela-mor do Mosteiro de Santa Clara do Porto. Porto e Mosteiro de Santa Clara, 1862-12-19. 1f.

604 – Dois documentos:

- Escritura de aforamento que faz o Conde da Feira a Francisco da Silva Falcão de uma herdade em Alpiarça chamada de Chavanco de França ou o Casal Branco. Lisboa, 1825-02-26. 4f.
- Escritura de aforamento que faz o Conde da Feira a Francisco da Silva Falcão de uma herdade em Alpiarça chamada de Chavanco de França ou o Casal Branco. Lisboa, 1825-02-26. 9f.
- 605 – Relação dos bens dos Morgados da Casa de Vila Nova de Souto de El-Rei situados no Montijo. [18--] 2f.
- 606 – Certidão das inscrições de foros pertencentes ao vínculo dos Carvalhos. Lisboa, 1863-08-20. 2f.
- 607 – Mapa dos encargos pios dos morgados e capelas administradas pelo Visconde de Vila Nova de Souto de El-Rei.<sup>21</sup> [18--] 1f.
- 608 – Relação dos foros cuja venda é encarregada a José Joaquim de Oliveira e Silva em São Jorge de Abadim (Cabeceiras de Basto). Lisboa, 1868-03-02. 4f.
- 609 – Mapa das dívidas dos herdeiros do Visconde de Vila Nova de Souto de El-Rei a José Joaquim de Oliveira e Silva. [c. 1868]. 1f.
- 610 – Relação de bens livres da Casa de Vila Nova de Souto de El-Rei na cidade do Porto. [18--] 3f.
- 611 – Mapas da conta-corrente de dívida do Visconde de Vila Nova de Souto de El-Rei com o Visconde de Horta. [1861-1863] 3f.
- 612 – Relação dos rendimentos dos bens de Coimbra e conforme se deram na consignação que dos mesmos tem André Avelino dos Reis, assistente na corte de Lisboa. 1851. 2f.
- 613 – Certidão do valor de décimas em dívida pertencente ao Visconde de Vila Nova de Souto de El-Rei, pedida por seu filho, Nuno José de Almada. Olivais, 1864-11-21. 11f.
- 614 – Certidão da autorização concedida em Conselho de Família para que Nuno José de Almada possa proceder ao inventário dos bens de seu pai, o Visconde de Vila Nova de Souto de El-Rei. Lisboa, 1865-04-27. 7f.
- 615 – Relação de foros em São Jorge de Abadim (Cabeceiras de Basto). [18--]. 6f.
- 616 – Cópia coeva de carta de D. José I a João de Almada e Melo fazendo-lhe mercê da união de vários vínculos que administrava. Lisboa, 1771-10-24. 4f.
- 617 – Índice alfabético das principais matérias do índice geral. 18[--]. 8f.
- 618 – Minuta de petição de Nuno José de Almada a D. Luís I solicitando a suspensão da cobrança de dívidas respeitantes a décimas, invocando severas dificuldades financeiras. Lisboa, 1865-05. 1f.

---

<sup>21</sup> Instituidores: Catarina Lopes, D. Maria Lobo, D. Bracaida de Melo, D. Brites de Melo, Luís Gonçalves de Camões, Pedro Vaz da Praça, Paio Rodrigues, André Velho, Martinho Velho e outros, D. Maria Josefa da Cunha, Vasco Lourenço, Diogo Lopes de Carvalho, Tadeu Luís António Lopes, Fernão Barbosa de Lima, Gaspar de Araújo de Sousa e João de Almada e Melo. Somam 1618 missas anuais.

- 619 – Relação de cartas redigidas e relacionadas com a administração da Casa de Vila Nova de Souto de El-Rei. 1865. [18--] 1f.
- 620 – Relação das propriedades que ficaram livres do morgado de Monção pela sub-rogação que se fez pelas terras de Setúbal. [17--] 1f.
- 621 – Minuta de procuração de Nuno José de Almada em favor de Bernardo José Pereira Bastos, negociante de Fafe, para negociar três domínios ao melhor preço que conseguisse. 1875-12-21. 1f.
- 622 – Mapa de despesas. 1865-12-1. 4f.
- 623 – Mapa de prazos. [18--] 1f.
- 624 – Recibo da entrega do prisioneiro Manuel Joaquim, tambor da 3.<sup>a</sup> Companhia, no Hospital de Torres Vedras. Torres Vedras, 1810-12-30. 1f.



# Storie di famiglie e memoria storica: l'Archivio Boncompagni Ludovisi

*Luigi Alonzi*

L'Archivio Boncompagni Ludovisi è il prodotto di una lunga evoluzione storica di cui sono protagoniste due famiglie che devono gran parte della loro fortuna all'elezione, fra XVI e XVII secolo, di due pontefici, Gregorio XIII (Ugo Boncompagni) e Gregorio XV (Alessandro Ludovisi); il loro patrimonio feudale viene formato dapprima grazie alla politica nepotistica e poi attraverso le vicende delle strategie matrimoniali, ed è proprio la documentazione prodotta per la gestione di tale patrimonio a costituire la parte di gran lunga maggiore dell'Archivio.

Con l'elevazione al soglio pontificio di Gregorio XIII, avvenuta il 13 maggio 1572, si apriva anche per la famiglia Boncompagni la possibilità di acquisire un grande patrimonio; beneficiario diretto fu Giacomo Boncompagni, il figlio avuto dal Papa quando era ancora semplice chierico, da una tale Maddalena de' Fulchinis. Il 1° marzo 1576 Giacomo Boncompagni fu unito in matrimonio con Costanza Sforza, dei duchi di Santa Fiora; in tale occasione, oltre alla cospicua dote della moglie, ammontante a circa 50.000 scudi, egli ricevette dal padre le terre e le case, situate nella città e contado di Bologna, che facevano parte del patrimonio immobiliare avuto. Sin da subito, la nuova famiglia pontificia si inserì nel fiorente mercato della compravendita dei feudi, con l'ausilio determinante del cardinal Ferdinando de' Medici, che durante il suo lungo soggiorno romano promosse la formazione di una fazione alternativa a quella del potente cardinale Alessandro Farnese.

Nel 1577 Giacomo ricevette l'atto d'investitura del marchesato di Vignola da parte di Alfonso d'Este, che prevedeva il versamento in due rate di 70.000 scudi d'oro in oro ferraresi e la consegna ogni anno di uno sparviero, segno del vassallaggio feudale. Il 12 settembre 1579 si conclusero anche le trattative che portarono all'acquisto del ducato di Sora, posto al confine tra il Regno di Napoli e lo Stato Pontificio, con il versamento di 100.000 scudi d'oro. Dopo essersi interessati all'acquisto del ducato di Alvito, i Boncompagni entrarono in possesso anche della contea di Aquino, adiacente al ducato di Sora, feudo fino ad allora appartenuto alla famiglia d'Avalos d'Aquino, dei marchesi di Pescara; l'atto di vendita, sottoscritto il 18 marzo 1583, contemplava l'esborso da parte di Giacomo Boncompagni della considerevole cifra di 243.000 ducati napoletani.

Per effettuare tale ultimo acquisto Giacomo Boncompagni andò incontro alle prime difficoltà finanziarie, acuite poi dalla morte del padre. Dopo avere peregrinato in varie dimore romane, Giacomo riuscì comunque ad acquisire il palazzo al vicolo Savelli, che divenne la dimora romana della famiglia Boncompagni. Mancava ancora una di quelle ville di campagna che caratterizzarono la vita socio – culturale della nobiltà romana e pontificia tra XVI e XVII secolo; così il 19 maggio 1600 Giacomo Boncompagni ottenne per 9.000 scudi, dagli indebitati fratelli Moroni, la villa “Torricella” di Frascati.

A questa data il patrimonio dei Boncompagni aveva assunto un forma pressoché definitiva, che rimase sostanzialmente inalterata, per quanto riguarda gli acquisti, fino alla prima metà del Settecento, quando grazie ad una serie di eventi fortuiti la famiglia riuscì ad entrare in possesso del rilevante patrimonio dei Ludovisi, che pure negli anni precedenti aveva dovuto subire non poche perdite.

I Ludovisi fecero il loro ingresso ufficiale nel “gotha” della grande nobiltà il 9 febbraio 1621, con l'elevazione al soglio pontificio dell'ormai sessantasettenne cardinale Alessandro, che prese il nome di Gregorio XV in onore del papa Boncompagni, suo concittadino. Durante il breve pontificato di Gregorio XV<sup>1</sup>, morto l'8 luglio 1623, la famiglia Ludovisi riuscì ad accumulare un patrimonio di proporzioni ragguardevoli; il 7 giugno 1621 Orazio Ludovisi, fratello del pontefice, acquistò per 220.000 scudi dal card. Francesco Sforza, cognato di Giacomo Boncompagni, il ducato di Fiano. Il rilevante acquisto del ducato di Zagarolo per 860.000 scudi, effettuato dal card. Ludovico Ludovisi il 27 settembre 1622, andò a sanare la critica situazione finanziaria di Pier Francesco Colonna. Al cardinal nepote

---

<sup>1</sup> Per alcuni significativi aspetti politici di tale breve pontificato si vedano ROSA, Mario – Per “tenere alla futura mutatione volto il pensiero”. Corte di Roma e cultura politica nella prima metà del Seicento. In, SIGNOROTTO Giuseppe; VISCEGLIA Maria Antonietta (a cura di) – *La Corte di Roma tra Cinque e Seicento “Teatro” della politica europea*. Roma: Bulzoni editore, 1998, pp. 13-36; e WASSILOWSKY, Günther – Dall’adorazione allo scrutinio segreto. Teologia e micropolitica nel cerimoniale del conclave riformato da Gregorio XV (1621-1622). *Dimensioni e Problemi della Ricerca Storica*, XIX, 1: (2007), pp. 25-56.

si devono anche l'acquisto e soprattutto l'abbellimento della villa di Giovanni Antonio Orsini, che con successive integrazioni divenne la celebre e purtroppo scomparsa Villa Ludovisi in Roma, e la villa del duca di Altemps in Frascati, precedentemente appartenuta al card. Tolomeo Gallio, anche questa magnificamente adornata. In seguito, i Ludovisi fecero edificare vicino al Collegio Romano la nuova Chiesa di S. Ignazio, affidata ai gesuiti, che ospitò la decorosa cappella familiare<sup>2</sup>.

Subito dopo l'elezione di Gregorio XV vennero avviate le pratiche per la collocazione in matrimonio di Niccolò Ludovisi, nelle quali ebbe un ruolo fondamentale il cardinal nepote Ludovico, suo fratello maggiore. Le attenzioni di questi si rivolsero ad Isabella Gesualdo, che in seguito alla morte prematura del padre Emanuele, era divenuta erede del principato di Venosa e della contea di Conza, due frastagliati e cospicui corpi feudali del Regno di Napoli. I risvolti di questa vicenda matrimoniale si rivelarono pienamente quando nel 1629 venne a mancare Isabella Gesualdo, che lasciò una sola figlia di nome Lavinia. Insieme a quest'ultima, rimaneva inoltre Eleonora Gesualdo, sorella minore di Isabella, che pertanto avrebbe avuto diritto ad ereditare il principato di Venosa e la contea di Conza.

Il card. Ippolito Aldobrandini, prestigioso esponente della fazione ludovisiana nel Sacro Collegio, con una lettera al cognato card. Ludovico Ludovisi del 27 giugno 1629, segnalò prontamente i pericoli della nuova situazione, confidando comunque in un nuovo matrimonio di Niccolò con la cognata, introdotta nel monastero di S. Maria della Sapienza in Napoli, e soprattutto nella sete di denaro del governo spagnolo. Nella lettera non venivano nemmeno prese in considerazione le rivendicazioni dei parenti della Geusaldo, verso i quali si era espresso favorevolmente nel suo testamento il principe Carlo, che già si erano opposti al matrimonio di Isabella con Niccolò Ludovisi e che ora vedevano riaperta la questione della successione al principato di Venosa ed alla contea di Conza. Ad ogni modo, il matrimonio prospettato dall'Aldobrandini non fu mai celebrato poiché, il 6 novembre 1630, Eleonora Gesualdo pronunciò i voti monastici ed, in seguito, lasciò in eredità la parte di beni a lei spettanti ad alcuni enti ecclesiastici<sup>3</sup>.

Nel frattempo i Ludovisi, che avevano sotto tutela Lavinia alla quale sarebbe spettato il patrimonio dei Gesualdo, si inserirono in una delle trattative

<sup>2</sup> Le importanti vicende seicentesche della famiglia Ludovisi sono ancora in gran parte ignote; per un primo profilo si veda BROGGIO, Paolo – L'itinerario politico di Niccolò Ludovisi tra Roma e la Monarchia spagnola (1621-1664). *Dimensioni e Problemi della Ricerca Storica*, XIX, 1: (2007), pp. 57-76. Per quanto riguarda le trasformazioni del patrimonio dei Boncompagni Ludovisi nella seconda metà del XIX secolo, ed in particolare i beni prima appartenenti ai Ludovisi in Roma, si rinvia a PALERMO, Stefano – *Terra, città, finanza. I Boncompagni Ludovisi di Roma (1841-1896)*, Milano: Franco Angeli, 2009.

<sup>3</sup> Per le vicende matrimoniali Ludovisi – Gesualdo si rinvia al lavoro di FELICI, Giuseppe – *Il Principato di Venosa e la Contea di Conza: dai Gesualdo ai Boncompagni Ludovisi*. a cura di Antonio Capano, Venosa: Editrice Appia 2, 1992.

matrimoniali sicuramente più attraenti di quel periodo, la cui posta in gioco era addirittura il principato di Piombino, fondamentale crocevia per il controllo navale del Mediterraneo oltre che ricco feudo imperiale. Il card. Ludovico Ludovisi puntava ad impadronirsi del principato di Piombino attraverso un nuovo matrimonio tra il nipote Niccolò, rimasto vedovo, e Polissena Mendoza Appiani d'Aragona, figlia unigenita del defunto conte di Binasco, Giorgio Mendoza, e di Isabella Appiani d'Aragona. Il 30 marzo 1632 furono sottoscritti i capitoli matrimoniali tra Niccolò Ludovisi e Polissena Mendoza Appiani d'Aragona: si apriva quindi per i Ludovisi la strada che avrebbe portato all'investitura del principato di Piombino<sup>4</sup>.

Il 24 marzo 1634 venne concessa l'investitura imperiale e l'anno successivo i due novelli sposi poterono fare il loro ingresso trionfale nel principato di Piombino. Peraltro, dopo la morte della figlia Lavinia, avvenuta nel dicembre successivo, Niccolò Ludovisi riuscì ad acquisire anche il patrimonio dei Gesualdo, versando ratealmente 450.000 ducati all'erario regio; grazie ad una spregiudicata politica matrimoniale, egli era divenuto principe di Piombino e Venosa ed era dunque entrato in possesso di un cospicuo patrimonio. Il ramo collaterale degli Appiani aveva dovuto cedere, come precedentemente il ramo collaterale dei Gesualdo, alle forze combinate della fazione imperiale olivaresiana e della fazione pontificia ludovisiana legate a quanto pare soprattutto dall'azione politica del Conte di Monterrey y Fuentes, che il 14 maggio 1631 era stato nominato viceré di Napoli<sup>5</sup>.

Il 27 agosto 1642 a Capoliveri (Isola d'Elba), in seguito ad un matrimonio durato dieci anni, Polissena Mendoza Appiani d'Aragona morì senza lasciare eredi. Niccolò Ludovisi, rimasto solo, doveva urgentemente trovare una moglie che desse un discendente diretto al quale lasciare il ricco patrimonio tanto laboriosamente accumulato. Poco più di due anni dopo la morte della seconda moglie, il principe di Piombino e Venosa sposò Costanza Pamphili, figlia di Pamphilio, nipote di Innocenzo X, e di Olimpia Mairaldchini<sup>6</sup>.

La vicenda matrimoniale di Niccolò Ludovisi, se fu straordinariamente proficua sotto il profilo politico ed economico, non altrettanto lo fu da un punto di vista strettamente familiare. In seguito ai due matrimoni con Isabella Gesualdo

<sup>4</sup> Per ricostruire le vicende del principato di Piombino rimane fondamentale la monografia di CAPPELLETTI, Licugo – *Storia della città e stato di Piombino dalle origini fino all'anno 1814*. Livorno: Tip. di Raff. Giusti, 1897. Per quanto riguarda la politica spagnola sul principato di Piombino vedi ROMERO GARCIA, Eladi – *El señorío de Piombino. Un ejemplo de influencia institucional hispanica en la Italia del siglo XVI*. *Hispania*, XLVI, 164: (1986), pp. 503-518 e GARCIA GARCIA, Bernardo José (a cura di) – *Una relazione vicereale sul governo del regno di Napoli agli inizi del '600*. Napoli: Bibliopolis, 1993.

<sup>5</sup> Per il ruolo politico di questi si veda DANDELET, Thomas – *Spanish Conquest and Colonization at the Center of the Old World: The Spanish Nation in Rome 1555-1625*. *The Journal of the Modern History*, LXIX, (1997), pp. 479-511.

<sup>6</sup> Per lo strumento dotale vedi PECCHIAI, Pio – *La dote di donna Costanza Pamphili Ludovisi principessa di Piombino*. Roma: Casa editrice Fratelli Palombi, 1940. Su Olimpia Mairaldchini vedi D'AMELIA, Marina – *Nepotismo al femminile. Il caso di Olimpia Mairaldchini Pamphili*. In, VISCEGLIA, M. A. (a cura di) – *La nobiltà romana in età moderna. Profili istituzionali e pratiche sociali*. Roma: Carocci editore, 2001, pp. 353-399.

e Polissena Mendoza Appiani d'Aragona, che non lasciarono eredi, dal terzo matrimonio con Costanza Pamphili nacquero sei figli, tre maschi e tre femmine. Tuttavia, Niccolò Ludovisi venne a mancare nel Natale del 1664, seguito subito dopo dalla moglie Costanza Pamphili e dall'omonimo figlio ultimogenito. Un altro figlio, Filippo Gregorio, era già morto in età infantile. L'unico maschio a poter perpetuare il lignaggio familiare era dunque il primogenito Giambattista, che nel 1669 sposò Maria Antioca Alarcon y Pimentel, marchesa di Villasor, dalla quale però non ebbe figli. In questa situazione, Gregorio II Boncompagni impalmò Ippolita Ludovisi, che era significativamente l'ultima figlia di Niccolò e Costanza Pamphili, segno evidente del sostanziale squilibrio allora intercorrente tra le due famiglie di origine bolognese. Questo apparentemente strano matrimonio, stranezza dovuta al fatto inusuale che l'ultima figlia fu la prima ad essere unita in nozze, si inserisce nella scia dei favori che i Ludovisi ricambiarono ai Boncompagni nel corso del Seicento e deve essere, dunque, interpretato come un ulteriore soccorso prestato dai primi ai secondi.

La scelta coniugale di Ippolita Ludovisi, ormai da tempo orfana di padre e di madre, dovette essere favorita dal suo stravagante fratello maggiore Giambattista, che stava mettendo a repentaglio l'integrità del patrimonio familiare. La situazione finanziaria dei Ludovisi dopo la morte del principe Niccolò divenne subito drammatica, nonostante la ricchezza veramente considerevole delle rendite di cui la famiglia pontificia poteva disporre. Il 19 luglio 1670 Giambattista Ludovisi vendette per 876.000 scudi, ai nipoti di Clemente IX Rospigliosi, l'importante ducato di Zagarolo. A partire dal 1676 dovettero essere alienati a prezzo molto ribassato, o ipotecati, vari feudi e diritti, ricadenti nel principato di Venosa e nella contea di Conza. Inoltre, piuttosto dispendioso fu il matrimonio celebrato nel gennaio del 1682, in un cornice politica schiettamente filo-spagnola, tra Lavinia Ludovisi, morta alla fine dello stesso anno, ed il quindicesimo duca d'Atri Giovan Girolamo Acquaviva d'Aragona.

Nel frattempo, Olimpia ed Ippolita Ludovisi, coadiuvate anche dal cugino card. Niccolò Albergati Ludovisi, cercarono di tutelare i loro diritti sulle terre del principato di Venosa e della contea di Conza rivolgendosi al viceré di Napoli ed al re di Spagna, affinché fermasse in qualche modo la disgregazione del patrimonio familiare che stava operando il fratello maggiore. Dopo la morte della sorella Lavinia (1682), fino all'anno del secondo matrimonio con Anna Arduino principessa di Palizzo (1696), Giambattista riprese invece più vigorosamente le vendite. Nel 1690 il vortice debitorio in cui era precipitato Giambattista Ludovisi finì con l'ingoiare anche il ducato di Fiano, venduto per 170.000 scudi a Marco Ottoboni, nipote del pontefice regnante Alessandro VIII.

Anche per il secondo principe di Piombino, come per il padre Niccolò, la vita familiare non fu molto fortunata. In più di venticinque anni di matrimonio egli non riuscì ad avere alcun figlio dalla marchesa di Villasor. Con travolgente rapidità si consumò invece il matrimonio tra Giambattista Ludovisi e Anna Arduino: l'unico figlio, Niccolò Maria Domenico Placido, morì ad un anno e mezzo dalla nascita, nemmeno cinque mesi dopo del padre, mentre la madre spirò poco meno di un anno dopo. Olimpia Ludovisi, in religione suor Anna Maria, succeduta al fratello Giambattista nei principati di Piombino e Venosa, era morta precedendo di circa un mese la principessa di Palizzo. Solo in seguito a queste fortunate vicende, ma anche in conseguenza della rigida selezione demografica iniziata nel secolo precedente, i Boncompagni riuscirono ad ereditare il cospicuo patrimonio dei Ludovisi.

Nel 1681, dunque, al momento del suo secondo matrimonio, Gregorio II Boncompagni difficilmente avrebbe immaginato di poter ereditare il ricchissimo patrimonio dei Ludovisi. Peraltro, una congiuntura successoria abbastanza pericolosa si venne a creare anche per i Boncompagni, poiché Gregorio II, al momento della successione di Ippolita Ludovisi al principato di Piombino, nel 1701, aveva potuto ormai constatare la sua sopravvenuta infertilità; l'ultima delle sue sei figlie femmine era nata il 22 dicembre 1697.

Pertanto, acclarata l'impossibilità di avere un maschio da parte di Gregorio II, si presentava la necessità imperiosa di non rischiare l'estinzione e di non lasciarsi sfuggire un'eredità che avrebbe potuto risollevarlo il patrimonio e le finanze familiari. In particolare, le vicende successorie della famiglia Ludovisi rimettevano in gioco il fratello ultimogenito di Gregorio II, dodicesimo figlio di Ugo Boncompagni, che per più di quarant'anni aveva condotto un'oscura vita celibare. Gregorio II Boncompagni, pensò subito al fratello Antonio per un matrimonio con la propria primogenita Maria Eleonora, sulla quale, come figlia di Ippolita, sarebbe ricaduto l'intero patrimonio dei Ludovisi, adottando una strategia matrimoniale classica per la nobiltà moderna e soprattutto praticata nella prima metà del XVIII secolo. Il 29 marzo 1702, nella chiesa dei padri teatini di Frascati, venne pertanto celebrato il matrimonio tra Antonio Boncompagni e la nipote Maria Eleonora; si pensi che il 10 aprile 1686, lo sposo aveva inusitatamente tenuto a battesimo la sua futura sposa<sup>7</sup>!

La successione a Gregorio II si rivelò estremamente delicata, anche per la mancanza di un testamento che stava a testimoniare le difficoltà in cui si era venuto a trovare il primogenito dei Boncompagni, ed accese una lite familiare molto complessa che si concluse circa trentacinque anni dopo, non senza recriminazioni fra le parti. Questa difficile situazione ebbe evidentemente delle notevoli ripercussioni sulla sistemazione degli archivi conservati dai Boncompagni e dai Ludovisi;

<sup>7</sup> Per le vicende familiari dei Boncompagni sia consentito rinviare al mio *Famiglia, patrimonio e finanze nobiliari. I Boncompagni (secoli XVI-XVIII)*. Manduria – Bari – Roma: Piero Lacaita Editore, 2003.

l'aggregazione di tali giacimenti archivistici presentò inoltre qualche difficoltà suppletiva, poiché gli archivisti delle due famiglie avevano seguito metodi diversi per la schedatura dei documenti.

Per tentare di risolvere questi problemi nel 1708 si diede incarico a Domenico Mandelli di compilare una rubricella dell'Archivio Ludovisi, ma già nel 1718 se ne doveva comporre un'altra per il nuovo Archivio Boncompagni Ludovisi, con esito peraltro non molto felice<sup>8</sup>. Alcuni anni dopo, infatti, Carlo Rosa (ovvero Carlo Somasca)<sup>9</sup> dovette redigere i cataloghi completi dell'Archivio e della Biblioteca Boncompagni Ludovisi, tutt'oggi messi a disposizione degli studiosi; in particolare, la *Rubricella Generale dell'Archivio dell'Eccellentissima Casa Boncompagni. Accresciuto e riordinato l'Anno MDCCLXXXII* è un esempio importante dell'ideologia nobiliare settecentesca e, nel caso specifico, della preponderanza dei Boncompagni rispetto alla linea estinta dei Ludovisi<sup>10</sup>. In seguito la documentazione ha ricevuto schedature e sistemazioni diverse, che comunque hanno privilegiato sempre il nome ed il ruolo dei Boncompagni; fino a pochi anni fa, lo strumento principale di ricerca per l'Archivio Boncompagni Ludovisi era rappresentato dallo schedario messo a disposizione degli studiosi in diciannove volumi di fotocopie rilegate, dovuto a Filippo Cancani Montani, archivista della famiglia tra Ottocento e Novecento<sup>11</sup>.

Lo scenario nobiliare che pur tanto ampiamente la recente storiografia va delineando non restituisce in pieno, per necessità di cose, la realtà aristocratica dell'età moderna. Spesso infatti gli archivi di importanti famiglie nobiliari estinte

<sup>8</sup> Per quanto riguarda i problemi posti dall'aggregazione degli archivi Boncompagni e Ludovisi vedi PAGANO, Sergio – Archivi di famiglie romane e non romane nell'Archivio Segreto Vaticano: un'indagine sull'azienda famiglia. *Roma moderna e contemporanea*, I, 3 (1993), pp. 189-231.

<sup>9</sup> Sull'identità dell'archivista di Casa Boncompagni Ludovisi vedi ODIER BIGNAMI, Jeanne – *La Bibliothèque Vaticane de Sixte IV à Pie VI. Recherches sur l'histoire des collections de manuscrits*, Città del Vaticano: Biblioteca Apostolica Vaticana, 1973, p. 53.

<sup>10</sup> La rubricella del 1782, conservata presso la sala indici dell'Archivio Segreto Vaticano, consente di delineare significativamente i criteri seguiti dall'archivista (ascrizione ai patriziati, concessione di titoli onorifici, capitoli matrimoniali, testamenti, amministrazione dei feudi e distribuzione del patrimonio). Il catalogo del Fondo Boncompagni Ludovisi stilato da Carlo Rosa (Somasca) è conservato presso la Biblioteca Apostolica Vaticana, ove confluiscono i codici manoscritti ritenuti di interesse storico-politico più che burocratico-amministrativo; circa la vischiosità dei criteri adottati nell'operare questa divisione, vedi VOLPINI, Raffaello – Diplomi sconosciuti dei principi longobardi di Salerno e dei re normanni in Sicilia. In, *Contributi di Storia Medioevale. Raccolta di studi in memoria di Giovanni Soranzo*, Milano: Vita e Pensiero, 1968, p. 483. Nella Biblioteca Apostolica Vaticana si conservano peraltro anche parti degli archivi Barberini e Chigi, per i quali vedi CACCIAGLIA, Luigi – Note sugli archivi di famiglie nella Biblioteca Apostolica Vaticana. In, *Archivi e archivistica a Roma dopo l'Unità. Genesi storica, ordinamenti, interrelazioni*, Roma: 1994, pp. 380-403; nello stesso volume utili indicazioni sugli archivi gentilizi romani sono fornite da PICCIALUTI, Maura – Gli archivi gentilizi romani e la Soprintendenza archivistica per il Lazio, *Ivi*, pp. 332-359, che lamenta la mancanza di una loro mappatura.

<sup>11</sup> CANCANI MONTANI, Filippo è autore, peraltro, del profilo genealogico su *I Boncompagni duchi di Sora. Serie cronologica desunta da documenti e notizie esistenti nell'Archivio della famiglia Boncompagni Ludovisi da F. C. M.*. Roma: Forzani & Comp., 1908 e, soprattutto, è curatore dell'edizione del corposo manoscritto settecentesco dell'archivista SOMASCA, Carlo – *I Boncompagni e Boncompagni Ludovisi dal MDLVIII al MDMXXXV*. Roma: Artigrafiche Sansaini, 1935; per una recente sintesi sui Boncompagni e Boncompagni Ludovisi vedi POLVERINI FOSI, Irene. In REINHARDT, Volker (a cura di) – *Le grandi famiglie italiane. Le Elites che hanno condizionato la storia d'Italia*. Vicenza: Neri Pozza, 1996, pp. 104-110.

non sono disponibili, o perché dispersi o per il loro precario stato di conservazione, per cui è stato naturale concentrare l'attenzione sulle fonti più facilmente reperibili e di migliore qualità, conservate dai Casati che hanno avuto la fortuna di poter perpetuare la loro memoria. Bisogna aggiungere, inoltre, che accanto ai documenti cartacei vi sono altre memorie relative alle famiglie nobiliari, destinate specificamente ad innalzare ed a perpetuare nel tempo il lustro del Casato; in questo ambito una posizione particolare è occupata dalle sepolture<sup>12</sup>.

La simbologia del sepolcro nell'ottica cristiana assolve una funzione cruciale e, d'altra parte, il cuore stesso della Chiesa cattolica è costituito dal sepolcro di S. Pietro<sup>13</sup>. Anche in questo caso la vicenda dei Boncompagni Ludovisi si rivela emblematica, per quanto riguarda la differente evoluzione dei lignaggi che resistono all'usura biologica rispetto a quelli destinati all'estinzione. Il deposito sepolcrale di Gregorio XIII Boncompagni ha sempre trovato posto vicino ai precordi di S. Pietro, nella navata destra della basilica vaticana. Una prima sistemazione del corpo di Ugo Boncompagni, immediatamente successiva alla sua morte, era stata data nei pressi della cappella gregoriana, fatta costruire dallo stesso pontefice che vi aveva voluto collocate le reliquie di S. Gregorio Nazianziano. Il monumento era opera di Prospero Antichi e mostrava, ai lati della figura del pontefice seduto, due nicchie con la Religione e la Giustizia, mentre nel sarcofago sottostante erano rappresentate la Carità e la Fede. Nel 1591 la tomba di Gregorio XIII fu trasferita di fronte al suo precedente sito, nella sede attuale in cui si può ammirare il monumento voluto dal card. Giacomo Boncompagni agli inizi del Settecento<sup>14</sup>.

Quest'ultimo affidò il compito di far costruire il nuovo mausoleo di Gregorio XIII al chierico regolare teatino Alessandro Salaroli ed al procuratore Pier Ubaldo Dionigi, i quali stipularono dapprima un accordo con lo scultore e mercante Paolo Morelli, tramite il notaio Gianvincenzo Cesari, per acquistare e far trasportare i marmi da "Massa di Carrara" alla "Ripa Grande di Roma", e poi regolarono i rapporti con Bernardino Cametti, per alcuni modelli e bozzetti del bassorilievo,

<sup>12</sup> Alla scelta della sepoltura i nobili dedicavano specifiche clausole testamentarie, che potevano essere anche molto elaborate e nelle quali erano frequenti i riferimenti a particolari istituzioni ecclesiastiche, agli abiti da indossare, alle modalità del funerale, a precedenti alleanze familiari e così via: sul tema vedi *Il bisogno di eternità. I comportamenti aristocratici a Napoli in età moderna*. Napoli: Guida editori, 1988, pp. 107-139.

<sup>13</sup> Non a caso il noto archeologo tedesco Gregorovius, in uno dei suoi primi lavori, ha tentato di ricostruire la storia della Chiesa cattolica attraverso le tombe dei papi: vedi GREGOROVIVUS, Ferdinando - *Le tombe dei papi*. Roma: Edizioni del Centauro, 1931.

<sup>14</sup> Tra le memorie fatte raccogliere da Giacomo Boncompagni per la glorificazione di Gregorio XIII si conserva un disegno di ignoto autore relativo al deposito pontificio e varie relazioni che ne spiegano la iconologia. In particolare, uno dei fogli contenuti nel codice 162 del Fondo Boncompagni Ludovisi, conservato presso la Biblioteca Apostolica Vaticana, specifica che lo stemma dei Boncompagni raffigura il "Drago Aquilino, che così vien chiamato questo di due piedi, è di buon augurio e di buonissimo significato" e non il drago "Leonino, di quattro piedi, e di forma da questo diversissima", condannato dalle Sacre Scritture; altre notizie tese ad illustrare il prestigio della famiglia Boncompagni, mentre si apprestava ad inquartare nel suo stemma anche gli emblemi della famiglia Ludovisi, si trovano nel codice D8.

e con Francesco Mellone, per l'esecuzione dei relativi lavori<sup>15</sup>. L'artefice principale dell'opera fu l'architetto e scultore Camillo Rusconi, che completò nel 1723 il nuovo deposito sepolcrale di Gregorio XIII. Un'interessante guida della basilica vaticana, redatta per il giubileo del 1750, ne dava la seguente succinta descrizione: "Il Cardinal Giacomo Boncompagni ha fatto innalzare alla gloriosa memoria del pontefice suo Zio il presente Deposito, del quale il Cavalier Camillo Rusconi è stato l'Architetto e insieme lo Scultore. Vi si rappresentano incise in marmo, oltre il simulacro del Pontefice, le due statue che sono il simbolo della Religione, e della Fortezza; e nella parte anteriore dell'Urna si esprime nel bassorilievo la correzione del Calendario, che sotto il pontefice Gregorio XIII fu una delle opere degne di perpetua ricordanza"<sup>16</sup>.

Ben altra attenzione fu riservata al Papa progenitore di Ippolita Ludovisi, ultima rappresentante del Casato ludovisiano innestato nella Casa Boncompagni, le cui spoglie nel 1634 erano uscite per sempre dalla Basilica Vaticana ed erano state collocate provvisoriamente nella Chiesa dell'Annunziata al Collegio Romano, per essere poi trasferite nella vicina Chiesa di S. Ignazio. Il corpo di Gregorio XV riposava, dunque, nella propria chiesa familiare e, precisamente, nel mausoleo disegnato dal padre gesuita Orazio Grassi e scolpito da Pietro Le Gros il giovane e da Pietro Stefano Monnot, al di sopra della tomba del card. Ludovico Ludovisi recante la seguente epigrafe "alter ignatium / aris / alter aras ignatio / gregorius XV / pont. max. / ludovicus card. / ludovisius", nella quale si ricorda che il primo aveva innalzato Ignazio di Loyola agli altari ed il secondo aveva eretto altari allo stesso santo, per significare il profondo legame della famiglia Ludovisi con l'ordine dei gesuiti. Al momento della fusione dei Ludovisi con la famiglia Boncompagni, il ricordato architetto Camillo Rusconi aggiunse a questo sepolcro solo alcune statue nelle nicchie laterali, rappresentanti le virtù cardinali<sup>17</sup>.

In realtà, Ippolita Ludovisi era sufficientemente consapevole di essere rimasta sola nella difesa del lustro del proprio Casato ed il suo comportamento fu costantemente caratterizzato da un indignato rifiuto di partecipare in qualunque modo all'innalzamento dei Boncompagni. Queste idiosincrasie nutrono anche le scelte matrimoniali e le clausole testamentarie della principessa di Piombino e non mancarono di riflettersi sull'indole delle persone più direttamente coinvolte. Ippolita Ludovisi morì il 29 dicembre 1733 e fu sepolta tra i familiari, nella Chiesa

<sup>15</sup> L'acquisto e il trasporto dei marmi da Massa Carrara a Roma costarono all'incirca 2.500 scudi; per le convenzioni stabilite da Giacomo Boncompagni con Camillo Rusconi e Paolo Morelli vedi Archivio Boncompagni Ludovisi, prot. 568, n. 2.

<sup>16</sup> La guida della basilica vaticana per il giubileo del 1750 fu scritta da SINDONE, Raphael; MARTINETTI, Antonio - *Della sacrosanta basilica di S. Pietro in Vaticano libri due, nel primo dei quali trattasi delle di lei Prerogative: Nel secondo ragionasi della nuova struttura della medesima*. Roma: Presso Giovanni Maria Salvioni, L'Anno del Giubileo 1750; la citazione è nel secondo libro alle pp. 137-138.

<sup>17</sup> Per quanto riguarda il sepolcro di Gregorio XV, nella Chiesa di Sant'Ignazio, in Roma, vedi MONTINI Renzo, U. - *Le tombe dei papi*. Roma: Angelo Belardetti editore, 1957, p. 360.

di Sant'Ignazio. Nel 1737 una delle statue più importanti della celebre collezione di marmi ludovisiani, il *Gladiatore morente*, recuperata nel 1715 da Ippolita Ludovisi dopo un lungo abbandono, fu venduta da Gaetano Boncompagni Ludovisi al papa Clemente XII per i Musei Capitolini, colpendo peraltro il ricordo del card. Ludovico Ludovisi che si era adoperato per la costituzione della collezione. La morte di Ippolita relegò definitivamente il cognome dei Ludovisi in una posizione di subalternità rispetto alla famiglia Boncompagni, che perpetuò il proprio primato nella memoria del nuovo lignaggio Boncompagni Ludovisi.

In una relazione della polizia austriaca in Italia, del novembre 1822, si affermava, a proposito della nobiltà presente a Roma<sup>18</sup>:

Molti sono li principi romani. Il più ricco in Roma è quello di Piombino, soggetto avaro, ma giusto; pende peraltro come gli altri all'alterigia e al dispotismo. Il secondo è Borghese; questi sen vive a Firenze. V'è Chigi; ma per avere una moglie giuocatrice, la famiglia è in sommo disordine. La casa Altieri è ben regolata, ancorché avaro sia molto il capo. Il Barberini vive con lustro, ma è un po' sbilanciato. Ve ne sono poi tanti altri, che non serve nominarli.

Al di là dell'attendibilità degli aspetti particolari individuati nella relazione redatta dalla attenta polizia austriaca, non vi è dubbio che tra Settecento ed Ottocento le famiglie Boncompagni Ludovisi, titolare del principato di Piombino, e Borghese, fossero quelle in possesso dei più vasti patrimoni nell'ambito della nobiltà romana e pontificia. Piuttosto evidenti sono, peraltro, le similitudini tra i due patrimoni di origine nepotistica, caratterizzati allora da un'ampia estensione dei possedimenti terrieri nell'agro romano. Tuttavia, mentre negli anni Settanta – Ottanta la documentazione relativa al patrimonio dei Borghese è stata proficuamente utilizzata, con risultati anche eccellenti, al patrimonio dei Boncompagni Ludovisi non sono state dedicate ricerche storiografiche di ampio respiro<sup>19</sup>.

<sup>18</sup> La relazione è riportata da GIULIANO, Antonio – Introduzione. In IDEM (a cura di) – *La collezione Boncompagni Ludovisi: Algardi, Bernini e la fortuna dell'antico*, Venezia: Marsilio, 1992, pp.3-6; per la fortuna dei marmi ludovisiani nel Settecento ed Ottocento, in particolare per la vendita della statua del *Gladiatore morente* ai Musei Capitolini, vedi PIRZIO BIROLI STEFANELLI, Lucia – *La fortuna dei marmi Ludovisi nel Settecento e Ottocento*. Ivi, p. 45. La collezione d'arte antica dei Ludovisi, nota come Boncompagni Ludovisi ma i Boncompagni vi apportarono ben poco, è stata in gran parte venduta; alcune delle opere più importanti si trovano ora presso il Museo Nazionale Romano.

<sup>19</sup> Al patrimonio dei Borghese, in particolare ai meccanismi di gestione economica ed ai criteri di sfruttamento della terra, è stata dedicata la fondamentale monografia di PESCOLIDO, Guido – *Terra e nobiltà. I Borghese (secoli XVIII e XIX)*. Roma: Jouvence, 1979; per le origini nepotistiche del patrimonio dei Borghese vedi REINHARD, Wolfgang – *Papstfinanz und Nepotismus unter Paul V (1605-1621). Studien und Quellen zur Struktur und zu quantitativen Aspekten des päpstlichen Herrschaftssystems*, II, Stuttgart: A. Hiersemann, 1974 e REINHARDT, V. – *Kardinal Scipione Borghese 1605-1633: Vermögen, Finanzen und Sozialer Aufstieg eines Papstnepoten*. Tübingen: M. Niemeyer, 1984. Sulla nobiltà romana e pontificia, oltre ai testi già citati, si vedano SILVAGNI, David – *La corte e la società romana nei secoli XVIII e XIX*, III, Roma: Forzani & C., 1883-1885; PIETRAMELLARA, Giacomo – *Il Libro d'oro del Campidoglio*. Roma: Tipografia della Vera Roma, 1893-1897

Tale mancanza di studi potrebbe apparire tanto più sorprendente se si considera la qualità e la quantità delle fonti disponibili presso l'Archivio Segreto Vaticano, ove fin dal 1953 è stato versato l'Archivio Boncompagni Ludovisi<sup>20</sup>.

Fino a poco tempo fa non avevamo ancora una ricostruzione organica della reale composizione e della complessa genesi di questo importante giacimento archivistico che ha risentito fortemente, come molti altri archivi nobiliari, del processo di fusione dei patrimoni realizzatosi nella prima metà del XVIII secolo. Lo dimostra molto bene il caso della prestigiosa famiglia Ludovisi, per la quale non è stata scritta nemmeno una delle pur tanto diffuse storie genealogiche. Tra i motivi di tale ritardo c'è sicuramente anche il fatto che i documenti relativi alla famiglia di Gregorio XV non avevano ricevuto una completa schedatura nell'ambito dell'Archivio Boncompagni Ludovisi, nel quale si trovavano inseriti. Poco sapevamo, in conseguenza, anche delle carte di Casa Gesualdo ed Appiani, che a loro volta dovevano essere conservate dall'archivista della famiglia Ludovisi a partire dall'estinzione dell'ultimo rappresentante del relativo lignaggio.

Dall'inizio del 2008 l'Archivio Boncompagni Ludovisi dispone di uno degli inventari più completi ed esaustivi finora elaborati per archivi di famiglie di tale valore e risonanza; di certo non vi sono descrizioni analitiche paragonabili a questa per altre famiglie pontificie (sarebbe auspicabile un lavoro del genere per il grande archivio della famiglia Borghese, anch'esso versato nelle stanze dell'Archivio Segreto Vaticano).

Il curatore dell'opera, Gianni Venditti, tratteggia per grandi linee le vicende dell'Archivio Boncompagni Ludovisi dopo la seconda guerra mondiale e si sofferma anche sui motivi politici che avrebbero spinto il nono principe di Piombino ad optare per una donazione all'Archivio Segreto Vaticano piuttosto che per un semplice deposito, grazie alla mediazione di padre Tacchi Venturi.

Un lavoro imponente (5 tomi di complessive pagine 2.870, corredate infine dagli alberi genealogici delle famiglie Boncompagni, Ludovisi e Boncompagni Ludovisi), per un archivio imponente (formato da ben 2.217 buste di documenti). Il curatore presenta nell'Introduzione la situazione attuale dell'Archivio che risulta così composto:

---

(ristampa anastatica A. Forni, Sala Bolognese 1973; BANDINI, Carlo – *Roma e la nobiltà romana nel tramonto del secolo XVIII: aspetti e figure*. Città di Castello: S. Lapi, 1914; PERICOLI, Francesco – *Titoli nobiliari pontifici riconosciuti in Italia*. Roma: Tip. La Galluzza (Siena), 1963; MISTRUZZI DI FRISINGA, Carlo – *La nobiltà nello Stato Pontificio. Rassegna degli Archivi di Stato*, XXIII, (1963), pp. 206-244; TOSI, Mario – *La società romana dalla feudalità al patriziato (1816-1853)*. Roma: Abete, 1968; BIZZOCCHI, Roberto – *Familiae romanae antiche e moderne. Rivista Storica Italiana*, CIII, 2: (1991), pp. 335-397.

<sup>20</sup> MASETTI ZANNINI, Gian Luigi – *L'Archivio privato del card. Ignazio Boncompagni Ludovisi*. Bologna: Vighi & Rizzoli, 1965, a p. 199, nt. 1, ha riportato una lettera del dott. Ottavio Cavalleri, datata 21 marzo 1964, sul versamento dell'Archivio Boncompagni Ludovisi presso l'Archivio Segreto Vaticano, che si dice completato nel 1953.

1. **Archivio Boncompagni**, con 264 buste contenenti:
  - a) Costituzione delle prerogative, dei diritti e del patrimonio della Casata;
  - b) Carteggio amministrativo.
2. **Fondo Venosa**, con 18 buste così suddivise:
  - a) Acquisizione e mantenimento di diritti diversi, derivanti dall'autorità laica ed ecclesiastica, ovvero bolle, brevi pontifici, assensi regi;
  - b) Materia contenziosa, riferita sia alla famiglia Gesualdo che alla Ludovisi;
  - c) Esercizio del mero e misto impero e delle prerogative feudali;
  - d) Acquisizione e amministrazione del patrimonio e del Principato.

Annesse a questo fondo vi sono le antiche carte (le più antiche conservate nell'Archivio Boncompagni Ludovisi) del monastero benedettino di Santa Maria in Elce, nei pressi di Conza, in buona parte risalenti al XIII-XIV secolo.
3. **Archivio Ludovisi**, con 15 buste e 30 registri, che però non avevano avuto in precedenza una sistemazione adeguata, per cui il curatore si è sentito costretto a fornire "una descrizione un po' più analitica di queste carte" (p. XXXII) relative spesso al ruolo avuto da papa Gregorio XV e dal cardinal nepote Ludovico Ludovisi.
4. **Fondo Piombino**, con 213 buste per le quali il curatore propone la seguente ripartizione:
  - a) Investiture e prese di possesso del Principato;
  - b) Governo del Principato;
  - c) Famiglia Ludovisi e contenzioso ludovisiano.
5. **Archivio Boncompagni Ludovisi**, consistente di 161 unità tra buste e registri, che si configura come un vero e proprio archivio "corrente" per cui "la quasi totalità delle carte superstiti attiene alla trasmissione e amministrazione del patrimonio, sia ereditario che di nuova acquisizione" (p. XLIII).
6. **Fondo Vignola**, comprendente parte della documentazione proveniente dalla famiglia Contrari, precedenti signori di Vignola, oltre naturalmente a quella prodotta durante la gestione della famiglia Boncompagni, e poi dei Boncompagni Ludovisi.
7. **Miscellanea di corrispondenze, cause, amministrazione in genere**, composta di 155 protocolli riferibili in gran parte a corrispondenza amministrativa o privata fra i vari membri della famiglia.
8. **Miscellanea Vignola**, con 52 registri provenienti dall'Archivio della Rocca di Vignola e giunti presumibilmente alla famiglia sul finire del XIX secolo.
9. **Miscellanea di corrispondenza familiare**, rappresenta una integrazione del materiale contenuto nel raggruppamento 7.
10. **Corrispondenza amministrativa e diversa**, contenente 97 unità tra buste e registri, con materiale generalmente dei secoli XIX e XX.

11. **Archivio del Contenzioso:** 102 buste di cui molte riguardanti il contenzioso giurisdizionale con il monastero di Montecassino e la lunga causa giudiziaria con l'ospedale della Vita e Morte di Bologna.
12. **Archivio dell'Amministrazione,** con le sue 814 buste rappresenta più di un terzo del complesso documentario e costituisce l'aspetto di maggiore novità, provenendo da un corpo separato rispetto alla parte strutturata in protocolli.
13. **Archivio delle mappe,** formato da 11 cartelle con planimetrie, documentazione cartografica, schizzi e disegni, relazioni.
14. **Strumenti di Corredo,** con 6 buste ed 8 rubricelle di grande formato. Superfluo sottolineare l'importanza di queste rubricelle per la storia dell'archivistica, in particolare con riferimento agli archivi di famiglie nobiliari, a partire dal repertorio più antico, il *Rubricellone dell'Archivio dell'eccellentissima signora donna Ippolita Ludovisi Boncompagni, principessa di Piombino e Venosa*, redatto da Domenico Mandelli nel 1709.

Il primo tomo dell'opera contiene delle accurate tavole di concordanza fra le odierne segnature e le precedenti sistemazioni archivistiche, nonché alcuni cenni storici relativi ai feudi di cui si ha notizia nell'Archivio; l'ultimo tomo è invece composto dagli utilissimi indici di nome, di luogo e per soggetti. Come sottolinea il prefetto dell'Archivio Segreto Vaticano, padre Sergio Pagano, ispiratore dell'opera (patrocinata dalla Fondazione di Vignola), d'intesa con il curatore "si è scelta una via spesso analitica e comunque quasi sempre semi-analitica" (p. VII).

Al di là delle varie questioni sollevate dal tipo di documentazione in rapporto al ruolo ed alla qualità della famiglia che la produceva o che la raccoglieva e dei molteplici usi che si possono fare di un giacimento archivistico di tale portata, mi limiterò qui ad alcune osservazioni sulla composizione e la struttura dell'archivio in relazione alle storie di famiglie. Naturalmente, le domande che uno storico si pone davanti ad un archivio di famiglia sono diverse dalle problematiche affrontate dall'archivista, anche se non possono prescindere dal lavoro dell'archivista ed interagire con esso.

Parto da una questione che potrebbe sembrare meramente nominalistica, ma racchiude in realtà il nocciolo del discorso qui affrontato: non sarebbe più giusto qualificare l'Archivio Boncompagni Ludovisi come *Aggregato archivistico Boncompagni Ludovisi*? (o altrimenti, quello che conta è il concetto che si intende esprimere, tenendo peraltro presente la nozione invalsa di "Archivi aggregati"). Ritengo, infatti, che l'inventariazione e la sistemazione degli archivi gentilizi richieda un ulteriore sforzo teorico di elaborazione di criteri, diversi da quelli generalmente usati nella definizione degli ordinamenti archivistici pubblici, in virtù anche delle funzioni semi-pubbliche svolte da tali famiglie.

Queste ambiguità si riflettono ad esempio anche nell'uso dei termini "fondo" e "archivio"; in genere viene impiegata la dicitura "fondo" dal momento in cui l'archivio è collocato all'interno di un altro archivio (l'attuale Archivio Boncompagni Ludovisi era denominato Fondo Boncompagni Ludovisi; credo che il cambiamento sia stato operato dall'odierno prefetto dell'Archivio Segreto Vaticano, padre Sergio Pagano). Ma anche il concetto di "soggetto produttore" si rivela inadeguato per cogliere la complessità degli archivi di famiglia, ed in particolare nel caso di famiglie feudali, almeno per un duplice ordine di motivi: da un lato si potrebbe dire che i soggetti produttori a volte sono molteplici, dal momento che non mancano casi in cui gli archivi dei feudi si sviluppano in maniera sostanzialmente autonoma rispetto al vero e proprio archivio di famiglia; dall'altro occorre rilevare che molto spesso i nuclei nobiliari non sono solo soggetti produttori dei loro archivi ma anche "raccoltori" degli archivi di altre famiglie, che ne sono state dunque produttrici.

Nel caso di importanti archivi gentilizi la procedura si potrebbe ripetere più di una volta, poiché in genere essi raccolgono anche archivi o fondi di altre famiglie estinte. Il passaggio dalla denominazione di archivio a quella di fondo implica, in maniera implicita o esplicita, il passaggio della documentazione in un contesto più ampio che finisce per influenzare la sua connotazione e, alle volte, anche la sua strutturazione interna.

Si potrebbe dire che il fondo è di fatto un archivio, ma dietro le due denominazioni affiorano in realtà problematiche non sempre chiarite, che rimandano alla elaborazione del concetto di archivio di famiglia e consentono di affrontare il tema della qualità e delle caratteristiche della documentazione ivi conservata attraverso l'evoluzione di lungo periodo delle storie di famiglie nobiliari. La storiografia degli ultimi anni ha dimostrato che nel corso dell'età moderna, a partire dal XVI secolo, si realizzò un vero e proprio "olocausto" delle famiglie nobiliari che adottarono il sistema della primogenitura. Dopo quattro o cinque generazioni si perveniva alla scomparsa quasi completa dei rami collaterali, per cui nella prima metà del Settecento molte famiglie si estinsero e furono costrette a lasciare il loro patrimonio alle famiglie sopravvissute, e con il patrimonio anche i loro archivi.

Bisogna tenere ben presente questa situazione, perché la famiglia sopravvissuta mantiene il proprio archivio "vivo", non solo perché continua a produrre e a raccogliere documentazione, ma anche perché ne cura la conservazione per fini immediati e come "monumento" delle memorie e dell'onore della famiglia; si tratta insomma di un archivio ancora aperto e vegeto.

L'archivio della famiglia estinta, invece, per molti versi muore con essa e rischia di essere definitivamente chiuso (di diventare un fondo), se non per quelle parti che sono di utilità per la famiglia sopravvissuta; ad ogni modo, esso conserverà una

posizione assolutamente subalterna nella nuova sistemazione archivistica. Com'è accaduto all'Archivio Ludovisi, "chiuso" nella prima metà del XVIII secolo, con la morte di Ippolita Ludovisi, e rimasto a svolgere un ruolo subalterno rispetto agli archivi Boncompagni e Boncompagni Ludovisi.

L'attuale nomenclatura archivistica risente fortemente di questa situazione ed in particolare delle sistemazioni che sono state date all'Archivio fra XVIII e XIX secolo. La dicitura *Aggregato archivistico Boncompagni Ludovisi* potrebbe servire a rendere ragione della pari dignità dei singoli archivi ivi conservati, di cui il vero e proprio Archivio Boncompagni Ludovisi costituisce solo una parte: come si è visto il curatore dell'attuale inventariazione ha identificato un Archivio Boncompagni Ludovisi all'interno dell'Archivio Boncompagni Ludovisi. Siamo dunque in presenza di un insieme di archivi raccolti ad un certo punto dalla famiglia Boncompagni Ludovisi: cioè, oltre l'Archivio "corrente" dei Boncompagni Ludovisi, l'Archivio Boncompagni, l'Archivio Ludovisi, ma forse anche l'Archivio Gesualdo, denominato sintomaticamente Fondo Venosa.

La famiglia Gesualdo, come si è detto, era stata innestata nella famiglia Ludovisi dopo varie contrastate vicende a seguito del matrimonio fra Niccolò Ludovisi ed Isabella Gesualdo, morta l'8 maggio 1629; probabilmente in questo caso i Ludovisi ricevettero non solo il fondo relativo al principato di Venosa, ma anche parte dell'archivio della famiglia Gesualdo, tant'è che nell'attuale Archivio Boncompagni Ludovisi si trovano documenti non solo relativi all'amministrazione feudale, ma anche capitoli matrimoniali, testamenti, fedecommissi, donazioni della famiglia Gesualdo<sup>21</sup>.

Beninteso, quando vi erano delle transazioni fra grandi famiglie feudali non era infrequente che testamenti, capitoli matrimoniali e tutto ciò che potesse concorrere a dimostrare i titoli del possesso finissero, in originale o in copia, nell'archivio della famiglia acquirente o ereditiera; ciò che interessa rilevare è che le famiglie sopravvissute spesso non si preoccupavano di mantenere l'unità e la struttura dell'archivio o fondo ricevuto, trascurando di conservarne la memoria, per cui questi comportamenti hanno reso più complicata e difficile la ricostruzione delle vicende delle famiglie estinte, che ci ritornano con colori molto più sbiaditi e sfumati di quelli che ebbero effettivamente.

Non a caso, l'archivista della famiglia Ludovisi agli inizi del XVIII secolo, Domenico Mandelli, aveva diviso l'archivio di famiglia in tre parti, l'ultima delle quali recava il titolo *Indice dell'Archivio Gesualdo dei Principi di Venosa*. Ed è forse un caso che le famiglie Gesualdo e Ludovisi, la cui importanza nel loro tempo non

<sup>21</sup> Vedi anche COGLIANO, Annibale (a cura di) – *Inventario*. Salerno: Elio Sellino Editore, 2004, p. 11; dello stesso Autore si segnala *Carlo Gesualdo. Il Principe, l'amante, la strega*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 2004.

fu certamente minore rispetto a quella dei Boncompagni, abbiano ricevuto scarsa attenzione da parte degli studiosi?

Naturalmente, le aggregazione e gli smembramenti avvenuti nel corso del XVIII e del XIX secolo rendono impossibile la ricostituzione delle unità archivistiche originarie e delle diverse relazioni fra le varie sezioni dell'archivio, ma lo storico deve necessariamente tenere presente questa evoluzione per non lasciarsi fuorviare dalla storia dei "vincitori".

Le vicende delle storie di famiglie influenzano la struttura degli archivi anche per quanto riguarda la collocazione e la qualità delle fonti relative ai feudi posseduti; in tal caso, è di grande rilevanza il fatto che la famiglia in questione abbia tenuto il feudo fino all'eversione della feudalità o, invece, lo abbia venduto prima. In quest'ultima ipotesi, come si è detto, venivano trasferiti molto spesso anche tutti i documenti che riguardavano la gestione del feudo. Da ciò potrebbe dipendere l'esiguità delle fonti relative ai ducati di Fiano e Zagarolo e la mancanza di un fondo apposito per questi feudi.

La vastissima ed eterogenea documentazione del *Fondo Piombino*, che si configura per molti versi come un vero e proprio archivio del principato, è dovuta non solo all'importanza di questo feudo imperiale ed al lungo contenzioso con gli Appiani per la sua acquisizione, ma anche al fatto che esso fu conservato fino al Congresso di Vienna (tra l'altro, la famiglia fece del tutto in tale occasione per non perderne il possesso); si noti che mentre nell'Introduzione viene impiegata la dicitura *Fondo Piombino*, nel tomo II dell'Inventario (p. 361) è usata la dicitura *Archivio del Principato di Piombino*, il quale occupa 213 buste rispetto alle 15 buste e 30 registri dell'Archivio Ludovisi.

Ancora diverso è il caso del *Fondo Vignola*, che conserva un'ottima e abbondante documentazione relativa al territorio ed alla gestione feudale del marchesato, alla quale sul finire del XIX secolo si è aggiunta altra documentazione proveniente dall'Archivio della Rocca di Vignola. Anche se vi sono documenti scaturenti dall'amministrazione della famiglia Contrari, signori di Vignola prima dei Boncompagni, in questo caso però non vi è stato di certo il trasferimento in Casa Boncompagni dell'archivio di questa famiglia, che finì invece nell'archivio della famiglia Pepoli<sup>22</sup>.

Infine, la mancanza di un *Fondo Feudi di Regno* per quanto riguarda i possedimenti feudali dei Boncompagni risulta piuttosto sorprendente. Una tale partizione era presente nella struttura dell'importante rubricella del 1782, messa fino a qualche anno fa a disposizione degli studiosi nella Sala indici dell'Archivio Segreto Vaticano, così come per i *Feudi di Lombardia. Marchesato di Vignola e suo*

<sup>22</sup> Anche in questo caso, come spesso accadeva, si trattò di un passaggio contrastato: vedi DAMERI, Debora; LODOVISI, Achille; TRENTI, Giuseppe - *Il Conte, l'Architetto e il Palazzo. Il Palazzo di Ercole il vecchio. Secolo XVI*. Vignola: Centro di documentazione - Fondazione Vignola, 2002.

*Contado*, contemplati nel tomo IV dell'Inventario; forse sarebbe stato più opportuno seguire questa partizione e disaggregare eventualmente il *Fondo feudi di Regno* dall'Archivio Boncompagni, oppure collocare anche l'inventario del *Fondo Vignola* all'interno di quello relativo all'Archivio Boncompagni.

Esigenze di sistemazione materiale dei depositi documentari, scelte di catalogazione ed inventariazione da parte degli archivisti, richieste e indicazioni degli storici non possono spesso concretamente convergere. Tuttavia, il rinnovamento scientifico degli ultimi anni impone allo storico di ricollocare idealmente per quanto possibile i documenti nel loro contesto storico ed ambientale, nei loro cassetti e negli armadi appositamente intagliati con gli stemmi e le iniziali della famiglia, fra i quadri e gli arazzi, le sedie ed i tavoli del loro tempo; occorre che lo storico cerchi di comprendere la percezione che avevano i produttori ed i fruitori dei documenti, come fosse valutato e classificato un capitolo matrimoniale, un'investitura feudale, un contratto di compravendita.

Così la storia dell'archivio diventa parte integrante ed imprescindibile della storia delle famiglie, della loro contrastata memoria, fatta di vincitori e vinti, di personaggi e territori che emergono in primo piano schiacciando spesso il ricordo di altri personaggi e di altri territori. La mancanza di una partizione archivistica relativa ai "feudi di Regno" si spiega con il fatto che i Boncompagni identificarono l'immagine e la memoria della loro famiglia con quella di un determinato territorio, ovvero con il ducato di Sora, e ciò permette di comprendere perché i documenti riguardanti i "feudi di Regno" siano parte integrante dell'Archivio Boncompagni (e non quelli, ad esempio, del Marchesato di Vignola o, tantomeno, quelli dei Principati di Venosa e di Piombino).

Non è un caso, ed è molto importante sul piano simbolico, che il palazzo al vicolo Savelli, in Roma, e la villa di Frascati furono denominati rispettivamente Palazzo Sora e Villa Sora; ancora più significativo è il fatto che il primo rappresentante della nuova linea genealogica Boncompagni Ludovisi, nonostante l'acquisizione del più prestigioso titolo di Principe di Piombino e Venosa, fosse ancora indicato a metà Settecento come duca di Sora o *tout court* Sora, cioè a dire che nella sua persona veniva perpetuata soprattutto l'identità e la memoria della famiglia Boncompagni, e così nel suo archivio.

## Genealogie

Albero genealogico dei Boncompagni, dopo Gregorio XIII  
**Ugo Boncompagni (Gregorio XIII) – Maddalena de' Fulchinis da Carpi**

1 marzo 1576

**Giacomo Boncompagni (1548 - 1612)**

**Costanza Sforza, dei duchi di Santa Fiora (1560 -1617)**

figli

1. Scolastica (1577 - 1647);
2. Camilla (1579 - 1588);
3. Giovanna (morta in età infantile);
4. Veronica (1584 - 1609);
5. Giulia (1586 - 1622);
6. Ugo (1587 - 1602);
7. Sforza (1588 - 1589);
8. Gregorio (1590 - 1628);
9. Camilla (1591 - 1631);
10. Sforza (1592 - 1669);
11. Giovanni (1594 - 1634);
12. Francesco (1596 - 1641);

9 dicembre 1607

**Gregorio Boncompagni (1590 - 1628)**

**Eleonora Zapata (1593 - 1679)**

figli

1. Giacomo (1613 - 1636);
2. Ugo (1614 - 1676);
3. Costanza, (1616 - ?);
4. Giovanni Battista (1615 - 1615);
5. Giovanni Battista Michele (1618 - 1639);
6. Caterina (1619 - 1699);
7. Maria (1620 - 1706);
8. Girolamo (1622 - 1684);
9. Cecilia (1624 - 1706);

11 febbraio 1641

**Ugo Boncompagni (1614 - 1676)**

**Maria Ruffo (1620 - 5 o 6 maggio 1705)**

figli

1. Gregorio (1642 - 1707);
2. Eleonora (1642 - 1695);
3. Francesco (1634 - 1696);
4. Iumara (1644 - 1716);
5. Costanza Maria (1644 - 1718);
6. Agnese (1646 - 1648);
7. Giulia (1647 - 1715);
8. Giovanna (1649 - 1688);
9. Anna (1651 - 1707);
10. Giacomo (1653 - 1731);
11. Antonia (1654 - 1714);
12. Antonio (1658 - 1731);
13. Filippo (1658 - 1679);

7 dicembre 1665

**Gregorio II Boncompagni (1642 - 1707)**

**Giustina Gallio (1644 - 1679)**

figli

1. Boncompagno Tolomeo (1667 - 1668);

19 ottobre 1681

**Gregorio II Boncompagni (1642 - 1707)**

**Ippolita Ludovisi (1663 - 1733)**

figli

1. Ugo (1684 - 1686);
2. Maria Eleonora (1686 - 1745);
3. Maria Costanza (1687 - 1768);
4. Maria Teresa (1692 - 1744);
5. Maria Giulia (1695 - 1751);
6. Anna Maria (1696 - 1751);
7. Maria Lavinia (1697 - 1773);

29 marzo 1702

**Antonio Boncompagni (1658 - 1731)**  
**Maria Eleonora Boncompagni (1686 - 1745)**

figli

1. Maria Olimpia Nicolina (1703 - 1705);
2. Nicolò (1704 - 1709);
3. Maria Francesca (1705 - 1755);
4. Gaetano (1706 - 1777);
5. Pier Gregorio (1709 - 1747);

7 novembre 1726

**Gaetano Boncompagni Ludovisi (1706 - 1777)**  
**Laura Chigi (1707 - 1792)**

figli

1. Maria Teresa (1728 - 1729);
2. Maria Anna (1730 - 1812);
3. Maria Maddalena (1733 - 1735);
4. Antonio Maria (1735 - 1805);
5. Giacomo (1739 - morto bambino);
6. Francesco (1741 - morto bambino);
7. Ignazio (1743 - 1790);
8. Maria Eleonora (1745 - 1745);
9. Ippolita (1751 - 1813).

Albero genealogico dei Ludovisi, dopo Gregorio XV (Alessandro Ludovisi)

**Orazio Ludovisi (1561-1640), fratello di Gregorio XV**  
**Lavinia Albergati (?)**

figli

1. Camilla (1593 - ?);
2. Ludovico (1595 - 1632), cardinale;
3. Virginia (1596 - ?);
4. Niccolò (1603 - 1664);
5. Ippolita (? - ?);

1 maggio 1622

**Niccolò Ludovisi (ante 1603 - 1664)**

**Isabella Gesualdo (1606 - 1629)**

figli

1. Lavinia (1627-1634)

30 marzo 1632 (capitoli matrimoniali)

**Niccolò Ludovisi (ante 1603 - 1664)**

**Polissena Mendoza (? - 1642)**

21 dicembre 1644

**Niccolò Ludovisi (ante 1603 - 1664)**

**Costanza Pamphili (1628? - 1665)**

figli

1. Giambattista (1647 - 1698);
2. Filippo Gregorio (? - morto bambino);
3. Olimpia (1656 - 1700);
4. Lavinia (1659 - 1682);
5. Ippolita (1663 - 1733);
6. Niccolò, (1665 - morto bambino);

11 gennaio 1669

**Giambattista (1647 - 1699)**

**Maria Antioca Alarcon y Pimentel (? - 1695)**

dicembre 1696

**Giambattista (1647 - 1699)**

**Anna Arduino di Messina (1676 - 1700)**

figli

1. Niccolò Maria Domenico Placido (1698 - 1700).



# O Arquivo dos Canto e Castro: documentos, informação e história de uma família açoriana dos séculos XVI a XIX

*Rute Dias Gregório*

Os arquivos também têm história e a sua história é a da entidade/pessoa/família que os produziu e a das vicissitudes, como no caso presente, que o fim da entidade produtora significou.

O principal objectivo deste trabalho é dar a conhecer um antigo arquivo de família<sup>1</sup>, na sua composição e riqueza, ao mesmo tempo que contribuir para a reflexão e iniciativas no âmbito do seu estudo. Este não é ainda um trabalho que se dá por findo, mas que se pensa útil para o respectivo enquadramento e compreensão.

O arquivo da família Canto e Castro / Provedores das Armadas foi criado pelo fundador da Casa, Pero Anes, escudeiro, vimaranense que no cargo de escrivão da Visitação do Mestrado de Cristo já se encontrava nas ilhas dos Açores em 1505<sup>2</sup>.

Desconhece-se se a respectiva fixação no arquipélago, mais concretamente na ilha Terceira, nasceu de projecto antecipado ou se decorreu da percepção das potencialidades e de oportunidade que a Visita às ilhas configurou. Sabido é sim que em 1505 Pero Anes está a comprar terra na área dos atuais Biscoitos (ilha Terceira),

---

<sup>1</sup> Sobre a importância e a revalorização do estudo dos sistemas de informação *Arquivo de Família*, com os diversos contributos pluridisciplinares, nomeadamente da História e da Arquivística, consulte-se ROSA, Maria de Lurdes – Problemáticas históricas e arquivísticas actuais para o estudo dos arquivos de família portugueses (Épocas Medieval e Moderna). *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 9 (2009) 4-42. Para a definição do conceito e questões em torno do recenseamento e acesso veja-se também: PEIXOTO, Pedro de Abreu – Perspectivas para o futuro dos arquivos de família em Portugal. *Cadernos BAD. 1 – Informação: um Direito de Cidadania*. Nº 1 (2002) 76-90. Disponíveis em linha.

<sup>2</sup> GREGÓRIO, Rute Dias – *Pero Anes do Canto: um homem e um património (1473-1556)*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2001, pp. 22-29.

localidade que acabaria por ser fundada no seio da sua propriedade do Porto da Cruz (ainda em sua vida designada por Quinta de São Pedro<sup>3</sup>), e que documento mais antigo (1523) do arquivo designa por *pouoraçom dos byscoytos do porto da cruz que he de pero anes do quamto*<sup>4</sup>.

Esta quinta, com muitas outras propriedades na ilha Terceira, rivalizou inicialmente com a área de Nossa Senhora dos Remédios em Angra – onde o filho construiu ermida e o neto edificou o solar de família –, no papel de centro, um rural e outro urbano, do vínculo instituído na linha do primogénito António Pires do Canto<sup>5</sup>.

É pois esta linhagem e administração de bens, associada a outros provenientes por herança de diferentes linhas familiares sem descendentes diretos, à incorporação e gestão de bens trazidos pelos casamentos nas diversas gerações e particularmente ligada ao exercício da função de provedor das armadas das ilhas dos Açores, que determinam o nascimento e a organicidade do arquivo Canto e Castro. Primogenitura, instituição vincular, ofício, linhagem e património são, assim, os principais vetores de estruturação/sustentação desta Casa nobiliárquica (como de outras), os quais são reflectidos nos múltiplos registos escritos que compõem este sistema de informação.

Na criação do arquivo estiveram, sem dúvida, propósitos de acumulação e boa gestão (hoje dir-se-ia “boas práticas” de gestão) dos bens, como é prova o designado por *Tombo de Pero Anes do Canto*, feito pelo próprio fundador da Casa em 1515 e com o título, atualmente muito truncado, de *jm[uent]ayro das seprituradas da [...] nas jlhas dos açores arroladas [...] a [...] per mjm pero anes do c[an]to no mês de Janeiro da era de m[ill]*<sup>6</sup>.

Já a continuidade e conservação do arquivo acabou por ser determinada no e pelo que a terminologia jurídica mais tardia veio a designar por *morgadio*. Na instituição deste, entre os mais princípios e condições obrigatórios aplicáveis aos administradores/sucessores (varonia, primogenitura, legitimidade, indivisibilidade, inalienabilidade, memória)<sup>7</sup>, o instituidor estabelece muito claramente a obrigação

<sup>3</sup> GREGÓRIO, Rute Dias – Uma exploração agro-pecuária terceirense (1482-1550). (Separata) *Arquipélago – História*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2001, 2ª série, vol. V (2001) pp. 13-50. Particularmente da p. 15 em diante. Disponível em linha.

<sup>4</sup> Em 1506 já existe um *loguo que se chama o porto da cruz*, em 1523 emerge a designação de *prouoraçom dos byscoytos do porto da cruz*. Cf. GREGÓRIO, Rute Dias – Uma exploração agro-pecuária..., cit., p. 15.

<sup>5</sup> Jorge Pamplona Forjaz – O Solar de Nossa Senhora dos Remédios: Canto e Castro (História e Genealogia) (Separata). *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, XXVI (1978) p. 11 e seguintes.

<sup>6</sup> GREGÓRIO, Rute Dias – Documentos do Fundo Ernesto do Canto: o Tombo de Pero Anes do Canto. *Ernesto do Canto: retratos do homem e do tempo – Actas do colóquio*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2003, p. 318.

<sup>7</sup> Sobre estas questões e respectiva fundamentação teórica confira-se, entre outros, ROSA, Maria de Lurdes – *O morgadio em Portugal, séculos XIV-XVI*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995; CLAVERO, Bartolomé – *Mayorazgo: propiedad feudal en Castilla, 1369-1836*. 2ª ed. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editora, 1989; BECEIRO PITA, Isabel; CORDOBA DE LA LLAVE, Ricardo – *Parentesco, poder y mentalidad: la nobleza castellana, siglos XII-XV*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1990; MOLÉNAT, Jean-Pierre – *La volonté de durer: majorats et chapellanies dans la pratique tolédane des XIIIe-XVe siècles*. *La España Medieval*, V, II, nº 9 (1986) pp. 683-696.

de manter o designado por *cartório*. Ou seja, manutenção e vigilância do arquivo surgem como condição *sine qua non* da preservação do vínculo instituído por Pero Anes do Canto<sup>8</sup>. Como se sabe, dentro de um todo complexo composto por várias partes, este costuma ser um dos quesitos habituais das instituições vinculares. E tal faz o arquivo constituir-se, também ele, num elemento essencial da função que se reconhece às instituições vinculares e que se designa por “reprodução material e simbólica das famílias” (garantia da perenidade da família, da estrutura linhagística e da preservação material)<sup>9</sup>.

No caso particular, aqui objeto de estudo, a condição perentória de organização e conservação do arquivo familiar estende-se aos três descendentes de Pero Anes do Canto, para os quais foram instituídos outros tantos vínculos. Mas esta Casa, a do primogénito, também dita dos provedores das armadas, em finais do século XVI ainda incorporava a do filho secundogénito do fundador. De seu nome João da Silva do Canto, a respetiva linha terminava sem herdeiro direto por morte da célebre Violante do Canto, símbolo da resistência (quem sabe se sem alternativa!<sup>10</sup>) insular, terceirense em particular, ao domínio filipino<sup>11</sup>.

Por tal razão está-se também, e a partir de Novembro 1599, no âmbito da construção de uma Casa que funde os morgadios da 1ª e 2ª linhas de Pero Anes do Canto, tendo-se formado a partir daí a por vezes designada *maior casa das ilhas*. Na sucessão direta de várias gerações acabar-se-ia por extinguir em finais do século XIX, com a morte, em 14 de Outubro de 1888, de Miguel Luís do Canto e Castro da Silva Ataíde e, 15 meses depois, de sua irmã e herdeira, Maria Luísa do Canto e Castro da Silva Ataíde (1890.01.09)<sup>12</sup>.

Quanto ao arquivo, registam os documentos que dias depois da morte de Miguel do Canto e Castro da Silva Ataíde (1888) se levou a efeito o que carta de 1893 descreve como “*limpeza na adega e lojas da [sua] casa*” da Foz do Douro, no Porto. Esta *limpeza*, em termos concretos, configurou-se num processo sumário de eliminação pelo fogo. Pelo menos parte da ação foi impedida por Eduardo Abreu, primo da Casa por afinidade, depois testamenteiro e um dos herdeiros universais de Maria Luísa, médico e político terceirense de renome e deputado republicano por

<sup>8</sup> BPARPD. FEC. CPPAC, nº 9, fl. 24v-25. Ver, também, GREGÓRIO, Rute Dias – *Pero Anes do Canto...*, cit., p. 288.

<sup>9</sup> MATTOSO, José (Prefácio), ROSA, Maria de Lurdes – *O morgadio em Portugal...*, cit., p. 14.

<sup>10</sup> GREGÓRIO, Rute Dias – Violante do Canto: vislumbres da mulher e do seu património. In, *Violante: 450 anos do nascimento de D. Violante do Canto – Comunicações do Colóquio*. Angra do Heroísmo: Presidência do Governo Regional dos Açores / Direcção Regional da Cultura / Centro de Conhecimento dos Açores, 2007, pp. 47-64.

<sup>11</sup> Morre em Lisboa, a 17 de Novembro de 1599. Cf. GREGÓRIO, Rute Dias – Violante do Canto: vislumbres..., cit., pp. 47-64.

<sup>12</sup> GREGÓRIO, Rute Dias – Documentos do Fundo Ernesto do Canto..., cit., p. 319.

Lisboa eleito em 1892<sup>13</sup>. É ele que acaba por ficar de posse do arquivo da Casa e que o oferece<sup>14</sup>, e envia faseadamente, a Ernesto do Canto.

Este novo e último personagem, fundamental para a história custodial, e não só, do arquivo, nascido em 1831.12.12 e falecido em 1900.08.21, ele próprio também descendente do fundador da família Canto e Castro por via de uma terceira linha de sucessão<sup>15</sup>, é figura ilustre da cultura açoriana do século XIX, com ação destacável na vida política e social do arquipélago e da ilha de S. Miguel em particular, bem como nos estudos da história, genealogia e publicitação de fontes de conhecimento relativas aos Açores<sup>16</sup>. Em 1900, e por sua morte, todo o seu arquivo e biblioteca passaram à então Biblioteca Pública de Ponta Delgada<sup>17</sup>, hoje Biblioteca Pública e Arquivo Regional, o qual legou por disposição testamentária. Integrava-se, deste modo, no quadro de um arquivo especializado – centro de arquivos<sup>18</sup>, aquele que hoje se designa por Fundo Ernesto do Canto.

A atividade e funções exercidas por Ernesto do Canto, particularmente nas já referidas áreas da história, genealogia e da publicitação de fontes<sup>19</sup>, explicam uma boa parte dos fluxos informacionais/documentais de entrada no respetivo arquivo pessoal ao longo dos anos. Entre muitos outros, concretizam-se em unidades produzidas por pessoas coletivas e organismos públicos como a Alfândega de Ponta Delgada, a Capitania Geral dos Açores, a Provedoria dos Resíduos da Ilha de São Miguel, a Corregedoria da Comarca de Ponta Delgada, o Convento de Jesus da Ribeira Grande, os conventos de São Francisco e São João Evangelista de Ponta Delgada, as Misericórdia de Angra e de Ponta Delgada e, ainda, 3 conjuntos orgânicos (arquivos)

<sup>13</sup> FORJAZ, Jorge; MENDES, António Maria – Abreu, Eduardo. In, *Enciclopédia Açoriana*. Centro do Conhecimento dos Açores, 1977. Disponível em: <http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopedia/ver.aspx?id=325>. (Acesso: Outubro de 2010); FORJAZ, Jorge – *Correspondência para o Dr. Eduardo Abreu: do Ultimato à Assembleia Nacional Constituinte (1890-1911)*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2002, particularmente à p. 96 e seguintes.

<sup>14</sup> Cf. GREGÓRIO, Rute Dias – *Documentos do Fundo Ernesto do Canto...*, cit., pp. 320-321; FORJAZ, Jorge Pamplona – *O Solar de Nossa Senhora dos Remédios – Canto e Castro (História e genealogia)...*, cit., que sobre esta herança incidiu às pp. 95-150.

<sup>15</sup> Segundo MAIA, Martim Machado de Faria e – *A vida operosa e meritória de Ernesto do Canto, 1831-1900*. *Insulana*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, vol. 35/36, 1979/80, pp. 5-123.

<sup>16</sup> Já é extensa a bibliografia produzida sobre Ernesto do Canto. Neste contexto destacuemos, entre outros, os vários estudos constantes de *Ernesto do Canto: retratos do homem e do tempo – Actas do colóquio*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2003; TOMÉ, Maria Teresa – *Ernesto do Canto: os Açores na problemática da cultura do século XIX*. Ponta Delgada: Signo, 1989; MAIA, Martim Machado de Faria e – *A vida operosa e meritória de Ernesto do Canto...*, cit., pp. 5-123. Refira-se, também, a sua “Notícia auto-biográfica” publicada no *Arquivo dos Açores*. Edição em fac-símile. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, vol. XIII, 1983, pp. 6-8. Edição original de 1920.

<sup>17</sup> MEDEIROS, Pedro Pacheco de – *Os manuscritos do acervo de Ernesto do Canto*. In, *Ernesto do Canto: retratos...*, cit., p. 302 e ss.

<sup>18</sup> Sobre o conceito, cfr. SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel Luís – *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. 2ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 2002, pp. 216-217.

<sup>19</sup> Nesta função destaque-se, em particular, o conhecido *Arquivo dos Açores*, cujos primeiros 12 volumes, publicados entre 1878 e 1892 tiveram a supervisão em vida de Ernesto do Canto. Ver também nota 22.

familiares: dos Borges Bicudo, dos Costa Chaves e Melo e, naturalmente, dos Canto e Castro (Provedores das Armadas)<sup>20</sup>.

Em termos arquivísticos, o problema que esta composição diversa, e aparentemente ao sabor das circunstâncias, que o Fundo Ernesto do Canto coloca é sempre o de se decidir se se está perante uma reunião avulsa e fracionada de partes de sistemas de informação, aparentemente na forma de uma *coleção*, ou, e seguindo as orientações conceptuais e metodológicas de Armando Malheiro da Silva, se houve interação de Ernesto do Canto com a documentação/informação coligida, produzindo-se “a partir daí informação própria e nova”<sup>21</sup>. Isto, porque tal conceção determina a organização do fundo documental e, consequência disso, a elaboração de qualquer instrumento de acesso. Esta é uma questão que por via da presente pesquisa acabou por ser colocada, pelo que não se pretende fugir ao repto lançado.

Pesem embora as dúvidas que possam continuar a persistir na forma de entender os conjuntos documentais referidos no âmbito da articulação orgânica e/ou inorgânica com a demais documentação pessoal e familiar de Ernesto do Canto, considera-se que as notas e intróitos às edições documentais que o seu espírito publicista perpetrou<sup>22</sup>, os estudos biográficos, genealógicos e históricos realizados, inéditos e/ou publicados, demonstram uma interação viva com os documentos/informação em causa, pese embora o volume e a projeção destes trabalhos (ou informação construída) tenham ficado aquém da amplitude informacional integrada no seu arquivo.

Aliás, o próprio processo que leva à inclusão do cartório dos Canto e Castro no arquivo de Ernesto do Canto é, neste concernente, bastante ilustrativo.

Na correspondência trocada entre aquele e Eduardo Abreu, destaca-se carta do último, datada de 1893. Por esta Eduardo Abreu, considerando *ser uma falta grave [...] inutilizar os papeis [...] ou conservar sem o menor proveito para a história Açoriana*, oferece-os a Ernesto do Canto para os colocar ao serviço daqueles que qualifica como *seus [de Ernesto do Canto] maravilhosos estudos*<sup>23</sup>.

Podemos, pois, dizer que o *projeto* de História (mas também de Genealogia) dos Açores, a ação/produção de Ernesto do Canto nesse âmbito (que longe ficou de

<sup>20</sup> MEDEIROS, Pedro Pacheco de – Os manuscritos do acervo de Ernesto do Canto..., *cit.*, pp. 306-307.

<sup>21</sup> SILVA, Armando Malheiro da, – Arquivos de família e pessoais. Bases teórico-metodológicas para uma abordagem científica. In, *Seminário sobre arquivos de família e pessoais*. Vila Real: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas: Grupo de Trabalho para os Arquivos de Família e Pessoais, 1997, pp. 80-81. Do mesmo autor, e ainda para uma reflexão profunda sobre esta complexa questão, veja-se: Arquivos familiares e pessoais: bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo. *Revista da faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património*, I série, vol. III (2004) 55-84, particularmente da página 68 em diante. Disponível em linha.

<sup>22</sup> A propósito do papel de publicista de Ernesto do Canto, no âmbito da edição do 13 primeiros volumes de *Arquivo dos Açores*, cf. SILVA, Armando Malheiro da – *O Arquivo dos Açores (1878-1892)* de Ernesto do Canto: um modelo de ‘erudição’ histórico-arquivística: análise e superação. *Ernesto do Canto: retratos do homem e do tempo...*, *cit.*, pp. 219-277.

<sup>23</sup> Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada [BPARPDL]. Fundo Ernesto do Canto [FEC]: “Carta de Eduardo Abreu a Ernesto do Canto, Terceira”.

concretizar mas para o qual muito contribuiu), explica a integração de informação de origem diversa no arquivo do estudioso micaelense, entre a qual está o cartório da família Canto e Castro. Gerido e mantido pela família ao longo de 4 séculos (XVI-XIX), este arquivo, pelas vicissitudes descritas e pela lógica que pode estabelecer com a mais documentação tradutora/sustentadora da actividade de Ernesto do Canto, assume hoje a forma de um dos subsistemas informacionais do complexo e rico arquivo pessoal em causa.

Não obstante, e apesar do formato de organização que aqui se sustém, integrado no arquivo pessoal de Ernesto do Canto, considera-se que ainda muito se pode fazer para uma melhor organização e recuperação da informação. Teçam-se breves considerações a propósito.

O instrumento global de acesso ao Fundo Ernesto do Canto [FEC], e por isso também de acesso ao arquivo dos Canto e Castro, disponibilizado aos investigadores na Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada [BPARPDL], constitui-se pelo *Inventário dos livros, jornaes, manuscriptos e mappas do Dr. Ernesto do Canto legados à Bibliotheca Publica de Ponta Delgada (Ilha de São Miguel) e entregues por sua viúva D. Margarida Leite do Canto*, inventário elaborado por Eugénio do Canto e publicado em 1905<sup>24</sup>. Parcialmente também se pode contar com uma *Relação dos livros de escrituração da alfândega*, de 1901, manuscrita e da autoria do mesmo Eugénio do Canto e do então director da BPPDL Alexandre Sousa Alvim, a partir da qual em 1977/1978 foi elaborada uma *Lista sumária dos livros das Alfândegas*<sup>25</sup>. A documentação manuscrita, em particular, conta principalmente com uma dita *Listagem dos manuscritos*, de 1978, e da autoria de Jorge Paulus Bruno<sup>26</sup> (actual Director Regional da Cultura).

Esta última (*Listagem dos manuscritos*) constitui o principal instrumento de acesso disponível na sala de leitura e cumpre um arrolamento/ordenação por cotas atribuídas, ditas *antigas*. É aqui que se detectam dispersas as várias unidades documentais pertencentes ao arquivo dos Canto e Castro, algumas intuitivamente associáveis pelos respetivos títulos ou pela sequência numérica, outras nem tanto porque a carência de organização e de um instrumento de acesso mais elaborado inviabiliza a tradução automática ou evidente da relação orgânica e funcional entre as mesmas. Confesso que a primeira vez que associei estas unidades o fiz um pouco por acaso e por resultado da busca exaustiva de fontes de informação para tema de dissertação sobre o fundador desta Casa<sup>27</sup>. Hoje pode-se detectar a sigla ACC [Arquivo Canto e Castro] a lápis feita em frente às unidades listadas, entretanto associadas pelos

<sup>24</sup> Revisto por A. F. Barata, impresso em Évora.

<sup>25</sup> Da autoria de Silvestre Rodrigues de Medeiros com base na dita *Relação dos livros de escrituração da alfândega de Ponta delgada entregues ao bibliotecário da Biblioteca Pública de Ponta Delgada pelo cabeça de casal do falecido Dr. Ernesto do Canto (manuscrito)*. Cf. MEDEIROS, Pedro Pacheco de – Os manuscritos do acervo Ernesto do Canto..., *cit.*, pp. 302-303.

<sup>26</sup> Cf. MEDEIROS, Pedro Pacheco de – Os manuscritos do acervo Ernesto do Canto..., *cit.*, pp. 302-303.

<sup>27</sup> Cf. GREGÓRIO, Rute Dias – *Pero Anes do Canto: um homem e um património (1473-1556)*..., *cit.*

arquivistas da BPARPDL, embora apenas um conhecedor do assunto alcance que ACC significa Arquivo Canto e Castro e qual o intuito/utilidade da dita anotação<sup>28</sup>.

Fica-se assim, e por esta via “intuitiva”, em presença de um conjunto documental/informativo composto por 6 grandes unidades, por sua vez compostas no total por 51 unidades de instalação (livros e/ou maços) cujo volume, abrangências temáticas e amplitudes cronológicas divergem bastante entre si.

Percorra-se então a referida *Listagem dos manuscritos* e identifiquem-se as unidades documentais pertencentes ao arquivo dos Canto e Castro.

1. Com os números de cota *antiga* 3 a 19 da *listagem* atrás referida, emergem os chamados *Documentos da Casa de Miguel Canto e Castro*, compostos por 13 grossas encadernações e mais 4 maços. Os volumes apresentam o que se designam por índices e, ainda, sumários das unidades documentais criadas por Ernesto do Canto. Esta documentação apresenta uma “arrumação” cronológica balizada entre 1427 e 1841. A forma com ela se organiza foi assim determinada pelo estudioso e pelas suas preocupações intelectuais. De qualquer modo, são visíveis na documentação as notas, registos e até numeração identificativa de múltiplos e anteriores modos de organização dos documentos, ou seja, aqueles que a família forjou e usou ao longo do tempo. Neste conjunto documental está também compreendida uma grande variedade de documentos como cartas de sesmaria, escrituras de compra e venda, contratos, testamentos, inventários, autos de partilha, sentenças, cartas de mercê e privilégio, atestados brasões de armas, bem como outros documentos gráficos. De referir que os documentos mais antigos são relativos a propriedades em Portugal continental, não do fundador da Casa, naturalmente integradas no património por casamento ou outros nas diversas gerações da família<sup>29</sup>. Claro que estes ditos *Documentos da Casa de Miguel de Canto e Castro* pertenceram tanto à referida Casa como os que se referem a seguir. No entanto, apenas este conjunto documental está assim designado, identificando-se claramente a proveniência.

2. No número 20 surge o *Tombo das escrituras de compras e de cartas de sesmaria por Pedro Anes do Canto*, datado de 1515 e composto por

<sup>28</sup> A utilidade é óbvia, porque ajuda a estabelecer a relação entre os conjuntos documentais dispersos na *Listagem* e outros instrumentos de acesso, permitindo reconstituir a unidade do antigo arquivo. O intuito poder também fazer adivinhar a intenção de organização futura que o extraia do Arquivo Ernesto do Canto, o que me parece, por tudo o que se disse atrás, motivo para criteriosa reflexão.

<sup>29</sup> De referir que o critério de organização cronológico, adotado por Ernesto do Canto, dificulta ou até acabou por destruir eventuais ligações processuais entre os documentos. Com isto a própria articulação / compreensão da informação fica impedida ou coartada.

documentação correspondente ao lapso cronológico entre 1482 e 1515<sup>30</sup>. A antiguidade destes documentos relativos aos Açores não passou despercebida a Ernesto do Canto, tanto mais que a grande maioria dos originais ou mesmo as cópias oficiais dos mesmos não chegaram aos nossos dias. Para o período do povoamento dos Açores, para o processo de distribuição inicial das terras, para os conflitos pela posse da terra de Quinhentos, para os modelos de exploração da propriedade recém-adquirida e recém-ocupada, este volume, a par dos cotados com o nº 20-A e o 22, é essencial à história açoriana face à escassez de informação – insistentemente apregoada – para os tempos do povoamento. Para além disso, oferece como mais nenhum a imagem de um gestor fundiário (e informacional!) empenhado, mas também a imagem de uma lógica organizativa original dos documentos que são copiados pelo próprio Pero Anes do Canto, segundo um critério geográfico, do mais recente para o mais antigo, de molde a se constituírem autênticos processos das primeiras aquisições de propriedades perpetradas pelo fundador da Casa. Esta anterior organização geográfica também se infere, em certas circunstâncias, de anotações marginais e em outros documentos da unidade referida em 1 e criada/organizada, como se disse, por Ernesto do Canto. Não obstante, nem sempre os administradores e gestores desta informação – os Canto e Castro – seguiram tal critério no “arranjo” documental.

3. A cota 20 A, ou o designado por *Colecção de papeis originais por Pedro Anes do Canto e António Pires do Canto*, tanto quanto se apura nasce de arrumação feita por Ernesto do Canto e compõe-se por cópias de autos de conflito, sentenças, pelos testamentos dos dois primeiros Canto da família, por atestados de ascendência e outros. Para além dos informes pessoais, familiares e patrimoniais aí colhidos sobre os primeiros Canto das ilhas, ressaltam as informações sobre o povoamento da área norte para noroeste da Ilha Terceira (Quatro Ribeiras, Biscoitos, Altares) e o paroxismo dos litígios de propriedade já nas 1<sup>as</sup> décadas de Quinhentos, aqui sendo de destacar o processo exemplar envolvendo vários povoadores ilustres e fundadores de outras tantas Casas como Gonçalo Álvares Pamplona, João Ornelas da Câmara, Vasco de Borba, Pedro de Barcelos ou mesmo João Valadão.

4. Com a cota 57 encontra-se um documento composto encadernado, designado por *Processo-crime, em que foi autor o procurador da fazenda e réu o Sr. João do Canto e Castro provedor das armadas e naus da Índia, em 1646*.

<sup>30</sup> Publicado em Rute Dias Gregório – O Tombo de Pero Anes do Canto (Separata). *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. LX (2002) 9-240.

5. Outro documento composto emerge, na dita *Listagem*, o designado por *Demanda sobre o vínculo instituído por Manuel Pacheco de Lima em 1557*. A demanda data de 1727-1734, quando a instituição era já administrada pelo descendente na linha do primogénito de Pero Anes do Canto. A mais documentação respeitante a Manuel Pacheco de Lima e seus descendentes está dispersa por vários livros por virtude da ordem cronológica documental que lhe foi conferida. A sua análise e correlação torna-se essencial, tanto mais que é a integração na Casa Canto e Castro que permite a conservação do pouco que se conhece do arquivo de família Pacheco de Lima, cujo fundador, Manuel Pacheco de Lima, faleceu em São Tomé no desempenho das funções de Embaixador do Congo. Entre a mais documentação desta família que se poderá vir a descortinar, realcem-se dispersos, pelos Documentos da Casa de Miguel do Canto e Castro, o testamento do fundador, mas também o dote de casamento da filha, Catarina Pacheco de Lima (vol. VII, nº 191), a título de exemplo. Por outro lado, entre outra mais documentação, como a relativa aos Dias de Sampaio<sup>31</sup> e outros, esta documentação comprova e estabelece a rede de relações familiares dos Canto e Castro e explica uma boa parte do processo de acumulação de riqueza e de prestígio da família ao longo dos séculos. Só para se fazer uma ideia, em 1754 o sucessor do primogénito de Pero Anes do Canto, Francisco de Canto de Castro Pacheco de Sampaio, administrava vários morgadios instituídos por Pero Anes do Canto (2), Maria de Ornelas, Gonçalo Ferreira, Joana Neta, Manuel Pacheco de Lima, Pero Cota de Malha e 2ª mulher de Rui Dias de Sampaio, Isabel Rodrigues Carneira<sup>32</sup>, ente outros. Geograficamente está-se perante bens distribuídos pelas ilhas da Terceira, São Jorge e Graciosa, mas também por Coruche, Lisboa, Tomar, Leiria e que se alargam até ao Porto. Ao tempo estava-se já claramente perante uma Casa insular que se estendia ao Reino.

6. Segue-se o designado por *Tombo da correspondência oficial dirigida aos provedores das armadas na ilha Terceira*, composto por 2 volumes (1º vol. 1531-56; 2º vol. 1575-1767 – cotas 78 e 78 A), no qual apenas o 1º volume configura o formato de tombo, do século XVII. O 2º livro, encadernado por Ernesto do Canto, é composto por um conjunto de documentos do século XVI ao século XIX, entre os quais se encontram, provisões, atestados, correspondência e outros. Aqui também se podem detetar missivas particulares (a partir do nº 33), por exemplo entre Pedro do Canto e Castro a sua mãe, viúva de Manuel do Canto de Castro, com missivas de Mazagão e Lisboa datadas de 1525 e 1527

<sup>31</sup> Sobre esta figura, cfr. GREGÓRIO, Rute Dias – *Terra e fortuna: os primórdios da humanização da ilha Terceira (1450?-1550)*. Ponta Delgada: CHAM, 2007, pp. 70-71.

<sup>32</sup> Sobre as figuras aqui referidas, cfr. GREGÓRIO, Rute Dias – *Terra e fortuna...*, cit., pp. 64-72 e *passim*.

(34), entre outras. Por outro lado, as demais encadernações de documentos ainda trazem documentos relativos a este ofício de família (DCMCC, IV volume, 105; vol. V, 158-159; VI, 165; VIII, nº 228). Tal função, prestigiante para a família, é criada em 1527 com Pero Anes do Canto como primeiro provedor e extingue-se em 1818 com a morte de José Francisco do Canto e Castro Pacheco<sup>33</sup>. No contexto da importância geoestratégica dos Açores nos primeiros séculos, no quadro da navegação atlântica e do comércio nas paragens de além-mar, esta é uma função que permite o contacto direto e quase permanente com a Coroa e os serviços da Fazenda Régia, o que coloca os Canto e Castro numa estrutura privilegiada, paralela, quantas vezes concorrente e em conflito, com outros poderes nas ilhas (basta relembrar o já referido *Processo-crime* contra o provedor das armadas e naus da Índia de 1646, já referido no ponto 4. e promovido pelo Procurador da Fazenda).

7. Segue-se um outro volume encadernado contendo o Inventário da fazenda de D. Maria Caixa, viúva de João do Canto Castro Pacheco, Angra, 1666, com a cota 80.

8. E, para finalizar, das cotas 84 a 109, constituindo 26 maços com cerca de 1,20 m l, ainda se deteta a designada por *Colecção de Documentos Originais*, com fontes de informação que vão do século XVI ao século XIX. Este vastíssimo conjunto documental mantém a multiplicidade tipológica e a riqueza informativa que já se encontra nos designados *Documentos da Casa de Miguel do Canto e Castro*.

Para terminar a breve apresentação que aqui se tentou encetar do arquivo Canto e Castro, é de registar que para a História este é um sistema de informação fundamental, pela riqueza e longevidade informativa, para a construção e estudo de uma linhagem portuguesa enraizada em espaços de além-mar, cujo património e impacto económico e social extravasa a realidade insular. Por outro lado, na densa teia das relações e dos modelos de sociedade que revela e traduz, é um arquivo que espelha a organização, funções e vicissitudes de uma família ao longo do tempo e, em simultâneo, também reflecte com exemplaridade os contextos mais amplos da história social, económica e política do país.

Por outro lado, enquanto arquivo é também um sistema que melhor precisa ser traduzido na organicidade/funcionalidade da respetiva informação/documentação,

<sup>33</sup> FORJAZ, Jorge Pamplona – O Solar de Nossa Senhora dos Remédios..., *cit.*, p. 196.

tanto mais que está integrado no arquivo pessoal de Ernesto do Canto, constituindo por isso um desafio teórico e técnico estimulante para os profissionais da BPARPDL.

Conjugando-se esforços, História e Arquivística saem a ganhar, e o papel deste conjunto documental/informativo na construção do conhecimento poderá continuar a ser potencializado. No fim de um longo percurso, porque *verba valent, scripta manent* = “as palavras voam, a escrita permanece” (divisa de Ernesto do Canto), é ele que continua a criar condições para a concretização das palavras do fundador da Casa: tudo faço *por minha memória e de minha geração*. O antigo arquivo dos Canto e Castro assegurará tal permanência, se essa for a vontade dos presentes e dos vindouros.



# O Arquivo Histórico da Casa do Revogato: propostas de intervenção

*Nuno Resende*

A casa do Revogato localiza-se na freguesia de Oliveira do Douro (concelho de Cinfães) e integra, actualmente, o património da Diocese de Lamego. Foi legada nos anos 40 do século XX ao Seminário lamecense, pelas últimas proprietárias, D. Corina da Conceição e D. Marcília Cândida Pinto Abreu.

Desabitada após a doação, esta habitação senhorial, construída e ampliada entre os séculos XVII-XIX, ficou entregue a zeladores mas à mercê da deterioração e da depredação. Esbulhada de grande parte do seu recheio, resistiu (embora, julgamos, truncado) o arquivo desta casa que, em Agosto de 2003, e a pedido da Diocese, tomamos a nosso cargo com o intuito de inventariar, proceder aos primeiros cuidados de salvaguarda e, paralelamente, estudar parte do espólio resgatado<sup>1</sup>.

Este artigo sistematiza o percurso acima descrito, sumarizando o processo de recolha, catalogação e estudo do acervo e acrescenta uma perspectiva de análise, só possível mediante o conhecimento profundo das tipologias documentais existentes, do seu conteúdo e dos produtores/actores nelas citados<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Foi assinado um protocolo entre a Diocese e o autor, que estipula, entre outros aspectos, a catalogação, acomodação, estudo e custódia do Arquivo até à sua incorporação no novo espaço arquivístico diocesano, a Casa do Poço.

<sup>2</sup> A relação do arquivista e da arquivística com a organicidade é alvo de dissertação a propósito dos arquivos familiares, por SILVA, Armando Malheiro da – Arquivos de família e pessoais: bases teórico-metodológicas para uma abordagem científica. In, *Arquivos de Família e Pessoais: seminário*. Vila Real: APBAD, 1997, pp. 51-106.

## O Arquivo:

Como referimos, o remanescente do arquivo foi resgatado em Agosto de 2003. O espólio documental encontrava-se depositado no sótão da casa, sem qualquer organização, havendo documentação distribuída pelo edifício, possivelmente devido a actos de vandalismo ou furto.

Após a limpeza, acomodação e contagem das unidades documentais procedeu-se à criação de uma cota provisória, constituída pelo acrónimo AHCR (*Arquivo Histórico da Casa do Revogado*) e uma sequência numérica de quatro algarismos. A designação atribuída ao arquivo (AHCR) deriva do facto de se tratar de um arquivo fechado, morto, tendo finalizado a produção de documentação pela família e pelos indivíduos que a integravam. Trata-se, portanto, de um conjunto documental que não poderá ser avolumado com produção ulterior. O “valor” do espólio, considerando a subjectividade da palavra, revela-se na atribuição do qualitativo “Histórico” que assinala a importância da sua descoberta no contexto da História local, regional e mesmo nacional.

Uma vez que não foi possível identificar lógicas originais de organização arquivística (embora alguns documentos revelassem estratégias nesse sentido, que respeitámos), procedemos à catalogação aleatória das unidades respeitando maços e atados que reúnem fólios de dimensões e cronologias diversas, mas que foram constituídos como unidades temáticas pelos proprietários/redactores/administradores do arquivo<sup>3</sup>.

Criámos uma ficha de inventário em ambiente *Access* com os seguintes campos:

**Cota:** numérica, de 0001 a 9999;

**Cx.** (caixa): indica o número de caixa para armazenamento da unidade;

**Data:** onde se indica a data ou datas indicadas no(s) documento(s) ou a cronologia atribuída para a sua produção;

**Local:** regista o topónimo ou topónimos indicados explícita ou implicitamente pelos redactores do documento;

**Tipologia:** indica o tipo de documento, segundo a sua forma diplomática;

**Autor:** refere o autor ou autores, autógrafos, ou cuja atribuição é devidamente registada ou sugerida pelo conteúdo do documento;

**Fólios;**

**Matéria *scriptoria*:** refere-se ao tipo de suporte utilizado;

**Medidas:** onde se regista (em centímetros) a altura e a largura do suporte documental;

<sup>3</sup> Por não integrarmos o corpo de especialistas em ciências documentais, optámos por uma inventariação simples, sem recurso a uma repartição em planos de classificação ou esquemas temático-funcionais que poderão ser implementados aquando da incorporação do arquivo aos fundos diocesanos.

**Número genealógico:** anexo ao inventário do arquivo, procedemos à criação de diagramas genealógicos das famílias relacionadas com o AHCR. A cada indivíduo atribuímos um número, depois associado ao item documental que se lhe refere. Desta forma conseguimos alcançar uma compreensão alargada sobre a constituição do Arquivo, os seus “usos” (familiares e individuais) e a uma cronologia de produção.

**Estado** (de conservação): campo que permite avaliar, num primeiro momento, sobre o estado da documentação recolhida e monitorizar o mesmo estado à medida que se efectuem trabalhos de conservação ou restauro;

**Rel. Doc.** (Relação com outro documento): este campo permite reconstituir e relacionar documentação desagregada ou que, pela similitude do suporte, da grafia, do assunto e da cronologia, possa constituir um conjunto temático. Ao incluirmos este campo foi nossa intenção manter o arquivo tal qual foi reconstituído, sem que tal implicasse a união “forçada” dos documentos que considerámos relacionados. Ou seja, observámos a disposição dos fólios tal qual foram resgatados, sem tentar a reconstituição, integral ou parcial, de processos, maços ou atados, desintegrados devido a ações de vandalismo ou deterioração química/mecânica.

Esta ficha de catalogação, ainda que provisória, permite (como se pode verificar pela descrição dos campos), a inclusão de um número considerável de tipologias documentais (em que o AHCR é bastante rico) e a associação de um pertinente número de dados que interessam a arquivistas e historiadores.

Foram contabilizadas 929 unidades documentais (cerca de 5714 fólios) repartidas por 18 caixas, tendo em conta a sua tipologia, cronologia e dimensão<sup>4</sup>.

Em termos cronológicos a documentação reparte-se entre as datas extremas de 1550 e 1944, distribuindo-se da seguinte forma [ver quadro 1, no final do artigo].

A predominância (59 por cento) de documentação setecentista e oitocentista no AHCR poderá assentar em dois aspectos. Um, generalista e exógeno, o espelhar a crescente burocratização da sociedade desde o século XVII; e, outro, endógeno, o facto de resultar de um período particularmente activo na gestão do património da casa. Embora nos escasseiem dados que permitam validar tais asserções através da comparação com documentação de outros arquivos semelhantes (ou até estudos de conjunto a nível nacional), não podemos deixar de assinalar que, nos levantamentos por nós realizados para o estudo monográfico da casa, constatámos que a segunda metade do século XVIII se pautou por um aumento exponencial na produção de

<sup>4</sup> A título meramente indicativo considerámos que 56 por cento da documentação se encontra em *Bom estado*, 22 por cento em estado *Razoável* e a restante (26 por cento) em *Mau estado*, valores que devem ser revistos posteriormente, segundo a possibilidade de restauro e posterior armazenamento e acesso público.

documentação do tipo “assinados de compra/venda”<sup>5</sup>, o que revela um investimento considerável em bens fundiários.

Em finais do século XVIII a casa transita, por via do casamento, para mãos de comerciantes e negociantes com ligações à cidade do Porto e a outros locais no vale do Douro, nomeadamente ourives e torcedores de seda. A documentação oitocentista passa então a revelar um cunho administrativo que alia a gestão do património adquirido durante o século anterior, com os negócios dos “novos” proprietários. Devemos assinalar que tal gestão inclui a manutenção, resolução ou prolongamento de litígios iniciados em setecentos. Como veremos, certas demandas constituem um investimento e, ao mesmo tempo, um “bem” que é necessário alimentar até ao último recurso.

O *Arquivo Histórico da Casa do Revogato* é, em termos geográficos, um arquivo regional, nele existindo documentação referente maioritariamente ao actual município de Cinfães (e, neste, em particular, à freguesia de Oliveira do Douro), mas integrando um considerável número de documentos concernentes à cidade do Porto e aos municípios de Mesão Frio, Lamego, Resende e Baião. A significativa existência de documentação assinada de Lisboa (18 unidades) aponta o diálogo dos familiares da casa com os poderes e as instituições (maioritariamente jurídicas) do poder central [cf. quadro 2, no final do artigo].

No respeitante às tipologias documentais, adaptámos uma grelha previamente definida por Guimarães (1997: 118)<sup>6</sup> para o Arquivo da Família dos Condes de Amarante, obtendo, no caso do AHCR, a seguinte distribuição [ver quadro 3, no final do artigo].

Encontramo-nos na presença de um arquivo que custodiava um notável conjunto de documentação de teor económico e jurídico (158 unidades, 17%). Devemos assinalar, aliás, que dentro do avultado número de missivas (78 unidades) uma parcela considerável assinala o diálogo entre os senhores do Revogato e vários advogados, como forma de defesa e gestão jurídica dos espaços e bens associados à casa e aos seus familiares. É, portanto, um arquivo profundamente marcado pelo litígio geracional e inter-geracional, intra e extra-familiar, como testemunham os vários processos inventariados e cujo percurso é possível seguir<sup>7</sup>.

Por outro lado, o AHCR demonstra ser um arquivo de “casas”, no seu sentido físico e para-jurídico do termo, onde se cruzam várias famílias e linhagens,

<sup>5</sup> Os *assinados*, modelo de escritura de transacção não ratificada por notário, constitui uma forma de garantir a viabilidade de certos negócios (compra/venda de bens móveis e imóveis, quitação de empréstimos, etc.) recorrendo apenas a um redactor e a certas testemunhas.

<sup>6</sup> GUIMARÃES, Paulo Mesquita – Organização de arquivos de família: particularidades técnicas subjacentes. In, *Arquivos de Família e Pessoais: seminário*. Vila Real: APBAD, 1997, pp. 107-115.

<sup>7</sup> Fora dos arquivos familiares é, por vezes, seguir o percurso dos litígios porquanto o seu avanço pelas várias instâncias judiciais nem sempre permite uma investigação.

constituindo-se como o espelho do percurso da administração de uma nobreza rural, ao mesmo tempo proprietária e enfiteuta, que assimila vários interesses, consoante o novo “sangue” que incorpora.

São em grande número os testamentos, as escrituras de dote e as genealogias (67 unidades). Estes documentos manifestam a preocupação dos senhores da casa com a transmissão sanguínea ou afinitiva dos bens materiais e simbólicos. Tal implicava compreender e dominar os complexos parentescos, que actuavam ao mesmo tempo como arma de ataque e de defesa nos inúmeros processos judiciais movidos interna e externamente à casa. Para sucessão nos prazos geracionais e nas alegações a proferir frente aos proprietários era necessário possuir as ferramentas necessárias destinadas a assegurar a manutenção do território afecto à família, impedindo-o de cair noutros parentes ou pessoas estranhas à casa. Em suma, de um vasto tipo de documentação, desde testamentos a escrituras de dote, dependia a manutenção do estatuto, a sobrevivência dos elementos da casa senhorial e a sua própria continuação.

Nesse sentido, e à medida que analisávamos o teor da documentação em catalogação, verificámos que, não obstante serem os prazos geracionais a maior preocupação dos familiares de Revogato, o acesso à posse do vínculo de Boassas, instituído no Porto em 1580<sup>8</sup>, parecia constituir um desígnio maior para alguns dos proprietários do Revogato, ao longo do século XVIII. Mesmo apesar de a sucessão do morgadio recair em elementos distantes, consanguínea e geograficamente, desde o primeiro administrador.

Porém, a circunstância de, em 1795 vagar a administração legítima do vínculo e dois anos antes ocorrer em Revogato o matrimónio de dois parentes (ambos descendentes do 3.º morgado), parece ter suscitado nos familiares daquela casa a vontade de concorrer para a obtenção do prestígio e do vasto património associado ao morgadio de Boassas. Foi esta contenda e todo o processo associado que nos levou a observar mais de perto as estratégias e os comportamentos, colectivos e individuais, que os familiares da casa de Revogato encetaram no sentido de se apossarem do *título*<sup>9</sup> e do património daquela instituição vincular.

---

<sup>8</sup> O seu instituidor, o Padre Jorge Vaz Campelo, encontrava-se no Porto (talvez ao serviço da igreja diocesana) quando, em 1580, nas notas do tabelião Rui de Couros, designou para sucessor, o seu filho Anselmo Vaz Campelo, morador em Boassas, então uma povoação do concelho de Ferreiros de Tendais. O vínculo foi refundado em 1655 pelo segundo morgado, Timóteo Campelo, que faleceu solteiro. A administração legítima do vínculo (segundo as cláusulas da instituição) cessou cinco gerações depois, na pessoa de Francisco Campelo da Cunha, que faleceu na cidade do Porto, sem geração, em 1795.

<sup>9</sup> Título, não no sentido nobiliárquico, mas associado ao papel social do morgado ou administrador do vínculo que constituía, certamente, uma forma nominal de afirmação.

## II.

**“Vínculos quebrantáveis”:****O morgadio de Boassas e as suas relações (séculos XVI a XVIII)**

O tema em epígrafe constituiu, entre 2003 e 2005, a base de investigação que culminou com a apresentação da nossa dissertação em Estudos Locais e Regionais, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto<sup>10</sup>. Ao extrairmos do Arquivo Histórico da Casa do Revogato, a documentação respeitante ao vínculo de Boassas, iniciámos um processo de questionamento que pretendíamos explicar no final do nosso percurso de investigação. As principais questões que inicialmente colocámos foram as seguintes:

– O vínculo de Boassas correspondeu ao modelo idealizado por uma historiografia literária e jurídica, que definiu os morgadios como estruturas estanques e, de certo modo limitadas pela escritura de instituição?

– Que linguagens e canais de comunicação utilizavam os seus descendentes para dialogar entre si, ou seja, cumpriram estes “actores”, escrupulosamente, o papel que lhes fora imposto institucionalmente, sem contestação ou desvio às normas vinculares?

– E, finalmente, que universos partilhavam – espacial, linhagístico e simbólico – e como neles se inter-relacionavam os vários descendentes e parentes do dito morgadio?

Através da análise das relações inter-pessoais ou individuais e inter-familiares (aos níveis linhagístico e de “casa”), procurámos aferir do estatuto, papéis e estratégias de indivíduos à partida excluídos do acesso à administração do vínculo (secundogénitos, mulheres, ilegítimos) e contribuir para a discussão, importância e âmbito do conflito senhorial (apontando as suas causas e consequências).

A persecução de tais objectivos conduziu-nos à aplicação de métodos relativamente recentes na historiografia portuguesa, nomeadamente a constituição de matrizes sociométricas que permitissem compreender e representar graficamente a dimensão e intensidade das referidas relações. Referimo-nos ao conjunto de metodologias de SNA – *social network analysis*. Lançando mão de vários programas informáticos, aplicados ao tipo de fonte disponível no período cronológico em análise (1580-1792) observámos, aproximando ou distanciando o nosso olhar, a constituição do morgadio e a sua evolução até à refundação de 1655, o percurso dos

<sup>10</sup> RESENDE, Nuno – *Vínculos quebrantáveis: o morgadio de Boassas e as suas relações (sécs. XVI-XVIII)*. Porto: edição do autor, 2005. Dissertação para obtenção do grau de mestre em Estudos Locais e Regionais apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto (no prelo).

seus descendentes legítimos e ilegítimos, até à vacância e a subsequente contenda entre 3 opositores.

Nesse sentido, numa primeira fase, aplicámos o *método Amorim*<sup>11</sup> de reconstituição de comunidades para compreender a dinâmica familiar e social na povoação de Boassas, sede do morgadio e residência dos primeiros administradores.

Em seguida formámos uma base de dados genealógica e prosopográfica (utilizado os programas informáticos PAF<sup>12</sup> e ACCESS) contemplando o maior número parentes, consanguíneos ou afinitivos, ascendentes e descendentes do instituidor do vínculo.

E, finalmente, procedemos à avaliação da densidade de relações entre casas, através do levantamento e contagem de matrimónios e do compadrio, utilizando, para tal, os programas UCINET e NETDRAWER<sup>13</sup>.

As nossas conclusões parecem constituir elementos de discussão e aplicação para futuros modelos de análise, nomeadamente através da aplicação de suportes teórico-metodológicos semelhantes.

Nesse sentido, averiguámos que o morgadio, embora ratificado por um acto jurídico que obrigava os descendentes do instituidor ao cumprimento de obrigações muito específicas, não é uma estrutura estanque. Um dos administradores manteve-se celibatário, outros contraíram matrimónio tardiamente (colocando em risco a sucessão) e outros deixaram descendência natural que, ou legitimaram, ou consentiram na atribuição de paternidade. Serão estes descendentes que, mesmo contrariando as cláusulas proibitivas da sucessão ilegítima, irão em finais do século XVIII reivindicar o acesso à administração do morgadio. Também uma mulher o fará, ignorando a mais elementar das estipulações: a sucessão devia ser agnática.

<sup>11</sup> A bibliografia produzida pela autora, sobre o método proposto e o seu percurso, é extensíssima, como tal apenas faremos referência a alguns títulos que nos parecem mais pertinentes: AMORIM, Maria Norberta – *Rebordãos e a sua População nos séculos XVII e XVIII. Estudo Demográfico* Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1973; AMORIM, Maria Norberta; LIMA, Luís – *Demografia Histórica e Micro-Informática uma experiência sobre uma paróquia açoreana. Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, XLIV (1986); AMORIM, Maria Norberta – *Uma metodologia de reconstituição de paróquias*. Braga: Universidade do Minho, 1991. O processo metodológico que agora descrevemos e que utilizámos na reconstituição de família em Boassas (1589-1663) foi alvo de uma descrição bastante concisa por David Reher, que abordou a problemática da demografia em contexto de micro-análise, pelo que remetemos para a leitura do seu artigo, bem como de outros que se seguem na mesma publicação, cf. REHER, David – *Microanalysis y demografía histórica: algunas claves para un debate necesario*. In, REHER, David (coord.), *Reconstituição de famílias e outros métodos microanalíticos para a História das Populações. Estado Actual e perspectivas para o futuro*. Actas do III Congresso da ADEH, vol. I. Porto: Edições Afrontamento, 1995. pp. 12-20.

<sup>12</sup> O PAF (Personal Ancestral File) é um programa informático gratuito desenvolvido pela The Church of Jesus Christ of Latter-day Saints que permite a construção gráfica de árvores e bases de dados familiares. Pode ser obtido em < <http://www.familysearch.org/eng/paf/> >.

<sup>13</sup> UCINET é um programa de construção de matrizes sociométricas que, em conjunto com o NETDRAWER permite a visualização e análise de redes sociais: BORGATTI, S.P., Everett, M.G. and Freeman L.C.2002. *Ucinet for Windows: Software for Social Network Analysis*. Harvard, MA: Analytic Technologies. Ambos os programas podem ser obtidos em < <http://www.analytictech.com/ucinet/> >.

As alegações dos contendentes são, aliás, reveladoras de como é possível quebrar as normas institucionais do instituidor e mesmo as que regem a qualidade dos morgadios. O sangue e o nome representam factores extremamente importantes nas alegações e só um domínio escrito da genealogia pode munir os pretendentes de uma convincente razão.

Enquanto linhagem, construída a partir de um ascendente comum, o morgadio de Boassas parece desenvolver-se de forma homogénea. No entanto, os seus elementos actuam e dialogam numa linguagem que ultrapassa as barreiras de um modelo jurídico e cultural imposto.

Por outro lado, as casas de Oliveira do Douro, onde se movem os indivíduos associados ao vínculo de Boassas (fosse por casamento, compadrio ou vizinhança), enquanto espaço físico e familiar, constituem axiomas de relacionamento interno e externo à linhagem. A importância da casa senhorial, rural, revela-se nas orientações dos seus proprietários que a engrandecem por actos simbólicos ou físicos, orientando os matrimónios dos seus filhos no sentido de uniões proveitosas, ou na gestão de um capital agrário, onde se cruzam a manutenção de prazos geracionais, a compra de propriedades e mesmo a gestão de um património pecuário.

Em suma, a instituição vincular não pode ser reduzida à mimetização das rígidas cláusulas, que se reproduzem geracionalmente. A acção individual ou conjunta dos seus elementos – mesmo os excluídos – tem um papel determinante que contradiz, por vezes, a forma como o “corpo vincular” evolui. Verificamo-lo no caso dos filhos ilegítimos que, ou por casamento, ou através de uma florescente carreira no oficialato mecânico recuperaram o estatuto que não lhes havia sido corroborado legitimamente.

## Conclusões

A descoberta de um arquivo familiar é, para o historiador, uma excelente notícia. Desejoso de participar nos actos mais íntimos da sociedade, seguindo as premissas da Nova História, o investigador perspectiva-se ante um arquivo de família, como um escrutinador, observador obsessivo de aspectos particulares de uma documentação que nem sempre “admite” ser lida parcelarmente. Mas a sua leitura globalizante, permite conclusões sobre universos meramente pressentidos ao nível dos arquivos públicos.

Nesse aspecto o Historiador deve assumir, por vezes, as funções de um arquivista, e vice-versa. A ambos cabe o papel de zelar pela sistémica e pelo conhecimento dessa orgânica, onde reside, ao mesmo tempo, o carácter circunscrito e abrangente dos arquivos particulares.

Um caso muito específico, o do conflito. Este pode ser mais facilmente compreendido no contexto de um arquivo privado. Ao longo de várias gerações, o litígio assumiu um papel frequentemente descurado no âmbito dos estudos genealógicos e nas investigações sociais e culturais, mas os aspectos decorrentes da sua eclosão e existência constituem um factor de incontornável importância.

Contudo, pelo próprio teor da documentação, ignorada pela especificidade da sua linguagem jurídica (e acrescentaríamos por um preconceito que se votou ao conflito nos estudos sociais) e, ainda, pelo percurso entre instâncias, os processos judiciais relativos a casos de partilhas, posse de prazos e outras alegações de teor económico ou meramente simbólico, são frequentemente excluídos da investigação histórica, que assim empobrece sob a imagem de um quadro de serenas relações entre indivíduos e grupos.

Outrossim, a possibilidade de reabilitar a memória local, preservada num arquivo particular que se abre ao público, é outra vantagem que não pode ser descurada num contexto pedagógico de salvaguarda e resgate do património – aspectos tantas vezes descurados dos trabalhos académicos.

Este é, cremos, num período particularmente frágil e de crise no espaço global, um dos principais aspectos do nosso trabalho, ou seja, o de participar na construção pedagógica de um futuro mais benevolente, generoso e conhecedor do seu Passado.

## Anexos

Quadro 1. Distribuição cronológica (por século) da documentação do AHCR.

Século XVI	2
Século XVII	40
Século XVIII	275
Século XIX	544
Século XX	51
Docs. não datados	17

Quadro 2. Distribuição geográfica (por município actual) da documentação do AHCR, séculos XVI-XX

Cinfães	269
Porto	95
<b>Outros</b>	47
Mesão Frio	30
Lamego	26
Resende	19
Lisboa	18
Baião	9
<b>S.l.</b>	416

Quadro 3. Distribuição da documentação do AHCR por tipologias

Documentos de Compra e Venda	164
Notas	101
Autos e sentenças	79
Correspondência	78
Contas, facturas e recibos	70
Requerimento e petições	62
Certidões e Atestados	59
Testamentos	44
Prazos	41
Registo e copiadores	40
Inventário e róis	34
Contratos de Empréstimo	31
Cartas Precatórias, Citatórias e Executórias	17
Procurações	15
Genealogias	13
Documentos de partilhas	13
Documentos de conciliação	11
Declarações	10
Escrituras de Dote e Doação	10
Autos e sentenças de arrematação	7
Cartas de Mercês	5
Contratos de Arrendamento	5
Impressos	5
Provisões	4
Documentos de identificação	4
Ordens de Pagamento	3
Mapas e desenhos	2
Cartas de examinação de ofício	1
Escritura de Bens Vinculados	1

# “Lonely Hearts in Macao”: a utilização de arquivos familiares norte-americanos para o estudo da história de Macau (século XIX)

*Rogério Miguel Puga*

Como é sabido, as tradições norte-americanas de doação e de manutenção de arquivos são bem diferentes das portuguesas. Um pouco por todos os Estados Unidos da América (EUA), são doados a instituições públicas, como as Sociedades Históricas, espólios de três ou quatro gerações de uma mesma família e de outros núcleos familiares próximos, material que fica disponível para consulta e fácil reprodução, o que se explica não apenas através de razões económicas (o mecenato generalizado), mas também pelo facto de se tratar de um país relativamente jovem (1776) e de ter, até certo ponto, uma relação diferente com as suas fontes históricas, também essas mais jovens que, por exemplo, as portuguesas. Basta recordar a fundação de bibliotecas, de centros de investigação e de fundações por cada presidente cessante, instituições dedicadas ao estudo dos mandatos desses mesmos ex-chefes de Estado. As referidas doações de acervos familiares servem também o propósito de enriquecer a comunidade através da história (local), bem como o papel e a imagem pública das famílias em questão, nos casos de que nos ocupamos, a Butler-Laing (Nova Iorque), a Kinsman (Salem) e a Sword (Filadélfia). Os três espólios familiares encontram-se depositados em instituições nas zonas de residência e de influência dessas famílias, bem como na Library of Congress.

As Historical Societies americanas funcionam simultaneamente como bibliotecas, arquivos documentais, centros de investigação/publicação e como museus, dedicando-se ao estudo da história local e regional, pois recebem, desde a sua instituição, espólios e arquivos familiares por razões que se tornam óbvias face ao que já afirmámos. A Massachusetts Historical Society, fundada em 1791, é a primeira dos EUA e surge com o objectivo de preservar a herança histórica nacional, sobretudo fontes documentais. Essas instituições têm aliás um papel activo na transformação da historiografia norte-americana<sup>1</sup> através quer da manutenção, catalogação de documentos e de artefactos, quer do estudo da história local e nacional e da atribuição de bolsas, ente outras iniciativas. A Sociedade Histórica de Nova Iorque<sup>2</sup> é fundada em 1804, e a da Pensilvânia vinte anos depois<sup>3</sup>, ainda com enfoques muito locais ou regionais. Aliás, a primeira história de cariz nacional(ista) norte-americana, em dez volumes, surge apenas em 1834, quando a *History of the United States of America from Discovery of the Continent*, de George Bancroft, se torna a primeira tentativa de apresentar o passado como um esforço nacional e não apenas do ponto de vista de um estado ou de uma região<sup>4</sup>. Já as origens do Peabody Essex Museum remontam a 1799, ano da fundação da East India Marine Society de Salem, que surge para albergar as inúmeras curiosidades que os comerciantes da cidade trazem de viagens a paragens longínquas<sup>5</sup>.

Se antes da segunda década do século XIX a Mulher raramente viaja sem ser por motivos de saúde, para acompanhar familiares do sexo masculino em negócios ou em viagens de lazer, esse mesmo século é conhecido como o século em que as mulheres começam a fazê-lo também sozinhas, sobretudo depois do aparecimento do barco a vapor<sup>6</sup>. Os arquivos familiares norte-americanos reflectem essa realidade, como podemos ver ao estudar os diários íntimos e as missivas de duas viajantes norte-americanas, acompanhando a sua viagem desde os EUA até ao Sul da China, mais propriamente a Macau. Entre essas viajantes pioneiras que se deslocam para a

<sup>1</sup> Sobre o aparecimento das Historical Societies norte-americanas, veja-se TRENT, William Peterfield [et al.] – *The Cambridge History of American Literature*. vol. 3. Nova Iorque: G. P. Putnam's Sons, 1917, pp. 172-176.

<sup>2</sup> A colecção da New York Historical Society contém mais de 2 milhões de manuscritos, 500 mil fotos, 400 mil documentos impressos, 350 mil livros e panfletos, 150 mil desenhos arquitectónicos, 15 mil mapas, 10 mil jornais e 10 mil menus de restaurantes.

<sup>3</sup> Situada em Filadélfia, a Historical Society of Pennsylvania foi fundada em 1824 e é uma das mais antigas dos EUA, contendo cerca de 600 mil itens impressos e 19 milhões manuscritos. É uma das maiores bibliotecas dedicadas à história familiar (“family history library”) nos EUA.

<sup>4</sup> KYVIG, David E.; MARTY, Myron A. – *Nearby History: Exploring the Past Around You*. Lanham: Altamira Press, 2000, p. 218.

<sup>5</sup> Cf. GRIMES, John R. – *An Enlightened Society. Peabody Museum of Salem Register*. Salem: Peabody Essex Museum, 1990-1991, pp. 4-5, GRIMES, John R. – *Introduction. Curiosity, Cabinets and Knowledge: A Perspective on the Native American Collections of the Peabody Essex Museum*. In: GRIMES, John R., FEEST, Christian F. e CURRAN, Mary Lou – *Uncommon Legacies: Native American Art from the Peabody Essex Museum*. Seattle: American Federation of Arts-University of Washington Press, 2005, pp. 17-27.

<sup>6</sup> Sobre a Escrita de Viagens da mulher norte-americana no século XIX, veja-se: SCHRIBER, Mary Suzanne – *Writing Home: American Women Abroad, 1830-1920*. Charlottesville: The University of Virginia Press, 1997.

China na senda do pioneiro Major Samuel Shaw<sup>7</sup>, encontram-se algumas diaristas cujas obras literárias e artísticas temos vindo a estudar, nomeadamente Harriet Low (1829-1833),<sup>8</sup> Rebecca Kinsman (1843-1847)<sup>9</sup>, Caroline Hyde Butler Laing (1837)<sup>10</sup>, Lucy Cleveland (1929)<sup>11</sup> e Mary Parry Sword (1841-1845)<sup>12</sup>, que visitaram Macau e aí residiram umas temporariamente outras durante anos, enquanto os maridos e tios subiam até às feitorias estrangeiras de Cantão, espaço interdito às mulheres ocidentais onde os comerciantes passavam o Outono e o Inverno a tratar dos negócios que os haviam trazido à China.

Impossibilitadas de entrar na China continental, as viajantes norte-americanas permanecem em Macau, enclave com características coloniais que se torna assim um espaço feminino quase por excelência, como sugere a expressão “lonely hearts [in Macao]”<sup>13</sup> que dá título ao nosso estudo e que é da autoria de Rebecca Chase Kinsman, residente na urbe entre 1843 e 1847. A autora-viajante utiliza a expressão nas suas cartas para se referir à solidão que as mulheres de língua inglesa sentem no território, sobretudo quando os maridos partem para Cantão. É aliás uma parte do espólio da família Kinsman, nomeadamente o diário de Rebecca, depositado na Phillips Library, do Peabody Essex Museum (Salem, Massachusetts), que nos revela uma realidade interessante no que diz respeito às relações de género e à divisão do trabalho na comunidade de língua inglesa no Sul da China oitocentista. Para além dos momentos recreativos e de descanso solitário quando o enclave luso-chinês fica ‘deserto’ devido à viagem da comunidade masculina para as feitorias, Rebecca vê-se forçada a escrever para Cantão quase diariamente devido a assuntos comerciais<sup>14</sup>. Aliás, a autora afirma que passa a ser a única representante da firma Wetmore & Co. em Macau, tratando de todos os assuntos comerciais, actividade que, a par do

<sup>7</sup> Acerca da primeira viagem norte-americana a Macau, veja-se: PUGA, Rogério Miguel – O Primeiro Olhar Norte-Americano sobre Macau: Os Diários de Samuel Shaw (1754-1794). In, MACEDO, Ana Gabriela [et al.] (org.) – *Intertextual Dialogues, Travel & Routes*, *Actas do “XXVI Encontro da APEAA*. Braga: Universidade do Minho, 2007, pp. 227-251.

<sup>8</sup> PUGA, Rogério Miguel – A Vivência Social do Género na Macau Oitocentista: O Diário de Harriet Low (Hillard). *Administração: Revista de Administração Pública de Macau*. Macau. Nº 15:56 (2002), pp. 605-664.

<sup>9</sup> PUGA, Rogério Miguel – Interpreting Macau through the Journals of Harriett Low and Rebecca Chase Kinsman. *Journal of Sino-Western Cultural Studies*. Macau. Nº 6:1 (Junho 2008), pp. 156-167.

<sup>10</sup> PUGA, Rogério Miguel – Macau nos Anos (18)30: O Diário de Caroline Hyde Butler Laing (1837). *Revista Portuguesa de Estudos Chineses (Zhongguo Yanjiu)*. Lisboa. Nº 1:2 (2007), pp. 71-112; PUGA, Rogério Miguel – Representing Macao in 1837: The Unpublished Peripatetic Diary of Caroline Hyde Butler (Laing). In JOHNSON, Kendall, (ed.) – *Narratives of Trade: The Commercial Cultures of Early US-Chinese Relations*. Hong Kong: Hong Kong University Press, 2011, pp. 117-130.

<sup>11</sup> PUGA, Rogério Miguel – Macau and Timor in 1929: The Journal and the Unpublished Drawings of Lucy Cleveland. *Oriente*. Lisboa. Nº 18 (Outono 2007), pp. 3-33.

<sup>12</sup> PUGA, Rogério Miguel – Macau in the (18)40’s: Representation of the Enclave in the Diary and Letters of Mary P. Sword. Comunicação apresentada no Congresso Internacional “Americans, Macau and China, 1784-1950: Historical Relations, Interactions, Connections”, Universidade de Macau. 08-12-2008, no prelo.

<sup>13</sup> KINSMAN Rebecca Chase – The Daily Life of Mrs. Nathaniel Kinsman in Macao, China. Excerpts from Letters of 1846. *The Essex Institute Historical Collection (HC)*. Salem. Nº 87 (Abril 1951 [1846]), p. 406.

<sup>14</sup> HC. Nº 86, p. 324.

trabalho doméstico, a faz esquecer a solidão<sup>15</sup>. As lides diárias de Kinsman vão sendo enumeradas, e as missivas descrevem o quotidiano feminino na cidade administrada pelos portugueses, enquanto Nathaniel se encontra em Cantão, provando que a divisão sexual do trabalho no seio da comunidade estrangeira de Macau não é tão tradicional quanto poderíamos pensar:

“I sometimes think it never could have been intended that such a variety of occupation should devolve upon one person, – nursing a baby, mantua making, reading, writing letters [...], *entertaining visitors, opening the treasury, (the key of which is confided to my charge, as I am now virtually “Wetmore & Co. in Macao) receiving & paying out money, with other & divers matters too numerous to particularize”*<sup>16</sup>.

A representação do género adquire, portanto, ao longo da(s) narrativa(s) uma presença constante, levando-nos a reinterpretar o estatuto passivo do sexo feminino no ambiente ‘colonial’ do enclave periférico oitocentista, oferecendo as missivas de Rebecca Kinsman uma imagem diferente da estereotipada visão da simples dona de casa, ocupada com as lides domésticas e com a educação dos filhos. Aliás, Rebecca, que regressa aos EUA viúva, envia à irmã uma cópia da elaborada contabilidade mensal das despesas que tem com a manutenção do seu lar, dinheiro esse sempre entregue ao Comprador, intermediário entre os residentes estrangeiros e os trabalhadores nativos<sup>17</sup>.

Longe dos familiares masculinos e da sua terra natal, as mulheres de mercados norte-americanos residem em Macau, onde registam, nos seus diários e missivas, inúmeros pormenores do quotidiano macaense de forma detalhada; daí que esses textos de carácter pessoal enviados para os EUA em forma de carta sejam actualmente fontes históricas indispensáveis para a o estudo da história de Macau. Os diários encontram-se espalhados um pouco por todos os EUA, sobretudo em espólios e arquivos pessoais doados a sociedades históricas e a instituições locais por vezes com ligações às famílias. A maioria dessas mulheres é oriunda da costa leste dos EUA, onde a escrita de diários faz, desde cedo, parte da vivência religiosa dos protestantes, que, não se confessando, utilizam a escrita (devocional) como exame de consciência, ou auto-exame, e como forma de se sentirem mais próximos de Deus<sup>18</sup>. Autores

<sup>15</sup> HC. Nº 86, p. 324. As actividades diárias da autora são por ela enumeradas, descrevendo o seu quotidiano na solitária cidade, enquanto o marido se encontra em Cantão.

<sup>16</sup> HC. Nº 86, p. 324, itálico nosso. Se Rebecca leva a cabo tarefas tipicamente masculinas, o seu marido desempenha actividades associadas à esfera feminina como coser roupa, e que a autora aconselha o seu filho a aprender (HC. Nº 86, p. 326).

<sup>17</sup> HC. Nº 88, pp. 76-75.

<sup>18</sup> HALLER, William – *The Rise of Protestantism*, Nova Iorque: Columbia University Press, 1957 [1938], p. 96, vê o diário como “the Puritan substitute for the confessional”, o lar e a solidão substituem assim a partilha

como Roy Porter afirmam ainda que o diário surge, sobretudo ente os Puritanos, a par da maior auto-consciência do indivíduo e com o individualismo renascentistas, através da ideia da responsabilidade individual para a salvação pessoal<sup>19</sup>. Os diaristas influenciam amigos e amigas a começar ou a continuar a (d)escrever as suas vidas; aliás essa prática cresce gradualmente com o número de pessoas letradas, com o desenvolvimento da educação e com a gradual redução dos preços dos materiais de escrita. Como é sabido, um dos grandes impulsionadores desta prática entre os Protestantes foi o inglês John Beadle, ministro de Barnston, ao redigir o seu *Journal or Diary of a Thankful Christian* (publicado em 1656). O crente deve manter registos diários, pois terá de prestar contas a Deus pela sua conduta na terra:

"We have our state diurnals, relating to national affairs. Tradesmen keep their shop books. Merchants their account books. Lawyers have their books of precedents. Physicians have their experiments. Some wary husbands have kept a diary of daily disbursements. Travellers a Journal of all that they have seen and had befallen them in their way. A Christian that would be more exact hath more need and may reap much more good by such a journal as this. We are all but stewards, factors here, and must give a strict account in that great day to the high Lord of all our ways, and of all his ways towards us"<sup>20</sup>.

Também o puritano Richard Rogers afirma, no final do século XVI, que para ele ler o seu diário é importante "that I may so observe my heart that I may see my life in frame from time to time", ou seja, o diarista reconhece, desde cedo, a dimensão retrospectiva da auto-análise e da auto-compreensão<sup>21</sup>.

Esses textos são também uma forma de registar novas experiências em terras longínquas e exóticas como Macau, preservando assim factos e episódios que a memória humana facilmente esquece durante viagens em que o volume da informação a apreender (e plasmar) é amplo e diversificado. No caso dos diários epistolares de que nos ocupamos, a ideia é também partilhar com os familiares o dia-a-dia durante a viagem e a estada. A própria escrita auxilia a reflectir sobre o dia que acaba e que a diarista revê ao passar à escrita, seleccionando os episódios e pensamentos que são

---

a dois dos pecados no confessionalário. A propósito da escrita devocional e diarística na costa leste dos EUA, vejam-se: SHIELDS, David Sanford – *A History of Personal Diary Writing in New England, 1620-1745*, Tese de Doutoramento, Chicago: Universidade de Chicago, 1982; BREKUS, Catherine A. – *Writing as a Protestant Practice: Devotional Diaries in Early New England*. In, MAFFLY-KIPP, Laurie F., SCHMIDT, Leigh E. e VALERI, Mark (eds.) – *Practicing Protestants: Histories of Christian Life in America 1630-1965*. Baltimore: John Hopkins University Press, 2006, pp. 19-34.

<sup>19</sup> PORTER, Roy, (ed.) – *Rewriting the Self: Histories from the Renaissance to the Present*. Londres: Routledge, 1997, p. 3.

<sup>20</sup> Apud JACOBS, Alan – *Looking Before and After: Testimony and the Christian Life*. Cambridge: Wm. B. Eerdmans, 2008, p. 5.

<sup>21</sup> JACOBS, Alan – *Looking Before and After...*, cit., p. 6.

dignos de ser registados e os que devem ser esquecidos, por vezes num processo algo terapêutico. A escrita tem ainda lugar quando a autora sente que está num momento importante ou dramático da sua vida, servindo os diários como registos espirituais individuais. Esta breve introdução sobre a prática da diarística nos EUA e no mundo anglófono em geral permite-nos entender a motivação das autoras e o contexto de produção desses textos que hoje utilizamos como fontes históricas, no caso para estudar a história do império português. Tal como a historiadora Margaret Willy afirma, os diários são úteis para “recriar o passado, [pois] os diaristas são talvez a nossa mais rica fonte de detalhes”<sup>22</sup> não apenas no que diz respeito aos grandes acontecimentos e a personagens históricas, mas também relativamente aos valores, aos costumes, ao *back-ground* social das autoras e sobretudo aos gostos, gestos e pequenos detalhes relegados para segundo plano ou esquecidos nas fontes consideradas mais ‘oficiais’, pois o diário é, como sabemos, um texto de cariz autobiográfico, embora difira da autobiografia, pois esta funciona como retrospectiva de toda uma vida e o primeiro é redigido ao longo desse percurso, contendo apenas o que o autor decide registar, de uma forma relativamente espontânea sobre o seu quotidiano e os seus pensamentos, normalmente sem grandes comentários retrospectivos<sup>23</sup>, ou seja, o diarista selecciona, nem que inconscientemente, a informação que grafa ou plasma na sua narrativa íntima<sup>24</sup>.

Os diários de que nos ocupamos, quer os totalmente íntimos, quer os que se destinavam a ser lidos pelos familiares das diaristas<sup>25</sup>, são doados pelos descendentes principalmente a sociedades históricas e a museus relacionados com o Old China Trade, como o Peabody Essex Museum, onde, muitas vezes, já se encontram documentos ou espólios de outros familiares, ficando assim a história e a genealogia da família associadas a uma instituição específica, que vai enriquecendo a sua colecção gradualmente. Não nos detemos assim apenas nos arquivos familiares em si, mas sobretudo por dois géneros de textos que normalmente fazem parte do seu conteúdo, os diários e as missivas. Essas fontes são, como recordam Suzannah L. Bunkers e Cynthia A. Huff<sup>26</sup>, repositórios de informação essencial para o historiador, instrumentos terapêuticos para psicólogos, fonte de dados sobre estruturas sociais e sobre interacção social para sociólogos, e textos literários para críticos literários,

<sup>22</sup> WILLY, Margaret, *English Diarists: Evelyn and Pepys*. Londres: National Book League, 1963, p. 9, nossa tradução.

<sup>23</sup> EBNER, Dean – *Autobiography in Seventeenth Century England*. Haia: Mouton, 1971, p. 20 e BOURCIER, Elisabeth – *Les Journaux Privés en Angleterre de 1600-1669*. Paris: Sorbonne, 1976, p. 6.

<sup>24</sup> Sobre o diário que se torna um documento público, veja-se BLOOM, Lynn Z. – *I Write for Myself and Strangers: Private Diaries as Public Documents*. In: BUNKERS, Suzannah L. e HUFF, Cynthia A., (eds.) – *Inscribing the Diary: Critical Essays on Women’s Diaries*. Amherst: The University of Massachusetts Press, 1996, pp. 23-37.

<sup>25</sup> POLLOCK, Linda A. – *Forgotten Children: Parent-Child Relations from 1500-1900*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983, p. 78.

<sup>26</sup> BUNKERS, Suzannah L. e HUFF, Cynthia A. – *Issues in Studying Women’s Diaries: A Theoretical and Critical Introduction*. In: BUNKERS, Suzannah L. e HUFF, Cynthia A., (eds.) – *Inscribing the Diary: Critical Essays on Women’s Diaries*. Amherst: The University of Massachusetts Press, 1996, p. 1.

assumindo-se, portanto, como um território privilegiado para os estudos interdisciplinares. Como conclui William H. Gass, se o autor de um documento privado pensa que este vai ser lido após a sua morte revê e trabalha esse texto para construir e veicular a (auto-)imagem que lhe convém e adapta a obra a uma determinada audiência, o grupo alvo implicado: “like Shakespearean soliloquies, they are spoken to the world”<sup>27</sup>. Tal facto explica por que razão o diário (mais pessoal) de Caroline Butler Laing tem alguns erros e imprecisões, não sendo a linguagem tão cuidada como, por exemplo, a do diário epistolar de Harriet Low, que é enviado à irmã da autora. O nível de cuidado com a escrita, bem como a preocupação com a criação da imagem da diarista, a forma e a dimensão estética e literária do texto, as revisões e estratégias como as explicações elaboradas sobre pensamentos, atitudes, costumes e práticas sociais observadas (contextualização) podem denunciar a intenção da escritora de partilhar o diário, nem que seja com a família alargada.

O texto íntimo veicula valores coevos e trivialidades que são hoje dados importantes para o historiador, por exemplo a forma de educar crianças, os divertimentos sociais como as danças, o quotidiano de mercadores e das suas mulheres e filhas, a alimentação, os passeios, e as relações multiculturais em espaços de fronteira como Macau, entre outros elementos e pormenores culturais ausentes noutros tipos de fontes.

Comparar conteúdos de diferentes arquivos, nomeadamente diários e cartas, possibilita-nos fazer leituras diferentes de uma mesma realidade. Referimos ainda os desenhos da viajante Lucy Cleveland que nada escreve em Macau no ano de 1829, no entanto o investigador interessado poderá recolher informação sobre a sua estada no diário de Harriet Low, a sua anfitriã, complementando-se assim os diferentes registos do passado<sup>28</sup>. Essas fontes dão-nos a percepção de como a imagem do Outro e o estatuto dos norte-americanos e da mulher vai mudando ao longo dos tempos, também à medida que o exotismo se esbate. O olhar feminino que esses arquivos familiares escondem dá-nos ainda a conhecer as vivências quotidianas da Macau oitocentista, nas suas mais variadas dimensões: a religiosa, a artística, a doméstica, a política, a comercial e a recreativa.

Em 1837 Caroline Hyde Butler Laing (CB)<sup>29</sup>, autora de inúmeros contos infantis, visita Macau durante algumas semanas na companhia do marido. Três anos

<sup>27</sup> GASS, William H. – *The Art of Self: Autobiography in an Age of Narcissism*. *Harper's* (Maio 1994), p. 49.

<sup>28</sup> Tarefa que levámos a cabo no estudo PUGA, Rogério Miguel – *Macau and Timor in 1929: The Journal and the Unpublished Drawings of Lucy Cleveland*. *Oriente*. Nº 18, (Outono 2007), pp. 3-33.

<sup>29</sup> Caroline Hyde Butler (23/07/1804-24/07/1892), filha de Thomas Butler (1769-1822) de Sarah Denison Butler (1774-1839), e natural de Oxford (Nova Iorque), casa, em 1822, com um seu primo em quarto grau, Edward Butler (1797-1849), em Plainfield, Connecticut, para onde o seu pai se mudara, fixando então residência em Northampton, Massachusetts, terra natal do marido. Entre 1824 e 1844, o casal tem dez filhos e, em 1836, Edward é empregado por uma casa comercial de Boston envolvida no China Trade, fazendo quatro viagens à China meridional. Em 1836, Caroline adoece, demonstrando sintomas associados à tuberculose, e é aconselhada a viajar com o marido, na esperança de que uns meses no mar melhorem o seu estado de saúde. Em Outubro

depois, Mary Parry Sword (MS)<sup>30</sup>, acompanhada pelo marido e pelos seus três filhos, deixa Filadélfia rumo a Macau, onde vem a falecer em 1845, redigindo ambas as viajantes diários e dezenas de missivas que revelam alguns temas e problemáticas associadas à Escrita de Viagens, a saber: a alteridade e o encontro/confronto com o Outro, a viagem e o festim dos sentidos, o Outro longínquo e o Outro europeu, no caso os portugueses católicos em Macau, quase tão exóticos e incompreensíveis para os protestantes norte-americanos como os chineses nas suas procissões. Não nos ocupamos neste estudo das cartas de Mary Parry Sword, apenas do diário, que, em traços largos, nos fornece informações várias sobre a presença anglófona na Macau do século XIX e sobre o quotidiano da cidade, pois, como já afirmámos, o nosso principal interesse é a utilização dos espólios de arquivos familiares em si e não tanto a história de Macau, da qual nos ocupámos já em estudos anteriores a partir das fontes em questão.

Embora Macau seja referida amiúde como uma cidade cosmopolita e multicultural, os diários norte-americanos existentes nos referidos arquivos regionais revelam que não eram apenas as comunidades lusa e chinesa que não interagem entre si, mas também as comunidades anglófonas se isolavam em Macau das comunidades portuguesa e chinesa, por motivos religiosos, culturais e devido à barreira linguística; os portugueses de Macau não falam inglês, os anglófonos não dominam a língua portuguesa e contactam com os empregados e parceiros comerciais chineses através do Chinese Pidgin English (CPE) através de expressões e termos como “long time no see”, “no can do” e “savvy” (CB: 108-109, 111, MS: 19, 21), entre outros que entram na língua inglesa, mas que surgem no eixo Macau-Cantão a partir do século XVIII. Os autores de relatos de viagem oitocentistas e as diaristas de que nos ocupamos utilizam termos em CPE nos seus escritos e ao conversar entre si, e é dessa forma que tais termos e expressões entram mais tarde na língua inglesa, pois os mercadores abastados e influentes nos meios sociais das cidades de onde são oriundos continuam

---

desse ano deixa Elm Street, em Northampton, rumo a Nova Iorque, de onde parte, no décimo primeiro dia desse mesmo mês, a bordo do *Roman*, um barco de 492 toneladas da Oliphant & Company, para o Império do Meio, numa viagem que dura quatro meses e cuja primeira fase termina em Macau, em 5 de Fevereiro de 1837. Após o regresso do casal, Edward é forçado, por razões profissionais, a permanecer longos períodos em Nova Iorque, comunicando o casal por carta. Depois da morte do seu primeiro marido, vítima de cólera (12-07-1849), Caroline casa com Hugh Laing (1783-1869), um velho amigo da família, em Abril de 1851, e muda-se para Brooklyn. Hugh Laing falece em Janeiro de 1869 e a diarista protestante desloca-se, no final desse ano, a Roma, para uma visita prolongada à sua filha Harriet, casada, desde 1856, com o poeta e pintor Thomas Buchanan Read (1822-1872). Indicaremos a paginação da versão dactilografada do diário de Caroline Butler [BUTLER LAING, Caroline – Journal of Caroline Hyde Butler (Laing) on Trip to China 1836-1837. Nova Iorque: New York Historical Society (“Papers of the Butler-Laing Family 1804-1892, bulk 1865-1871”)] no corpo do texto, entre parêntesis.

<sup>30</sup> Mary Parry Sword, a terceira filha de John J. Parry, nasceu em Filadélfia em 1 de Outubro de 1812 e faleceu em Julho de 1845, em Macau, para onde se mudara com o seu marido, o mercador John Dorsey Sword (1805-1850), e os seus filhos. Citaremos a versão dactilografada do seu diário existente na Pennsylvania Historical Society no corpo do nosso texto, entre parêntesis [SWORD, Mary Parry (Mrs. J. D. Sword) – The Chinese Diary. Filadélfia: Pennsylvania Historical Society, cota: PHI 1878, 1841-1842].

a utilizar essas expressões quando regressam a casa e são imitados por *social climbers* e pela restante população nos EUA e na Grã-Bretanha.

Os temas, as observações e até as preocupações de mães de família e donas de casa num mesmo espaço ao longo da primeira metade do século XIX repetem-se nos sucessivos diários e missivas, desde os de Harriet Low e Caroline Butler, aos de Mary Sword. Temos assim descrições pormenorizadas dos lares e dos empregados como o comprador (CB: 127; MS: 21, 43), dos longos passeios até à Igreja da Penha ou às Portas do Cerco (CB: 128-129, 138-139, 176-180; MS: 45, 20-21, 35, 44-45), dos portugueses e dos chineses que as autoras quase só observam na rua, e com quem pouco privam, bem como da má-língua que caracteriza a reduzida comunidade anglófona pautada pelo *ethos* protestante. São ainda descritos o início da colónia britânica de Hong Kong (MS: 45), as especificidades e as manobras dos negócios masculinos (MS: 24-25), os edifícios e as embarcações de Macau (CB: 115; MS: 19), as mulheres chinesas de pés enfaixados (CB: 118, 139), as festividades lusas e sínicas, ambas difíceis de descodificar pelas autoras protestantes (CB: 109-111; MS: 21, 27, 39, 44), os lares luso-chineses (CB: 117; MS: 24-27, 29-30), as ruas, os edifícios de prestígio e os espaços públicos (CB: 120-122, 124-128, 131-132, 171-175; MS: 18, 20, 22, 24, 30-32, 35), os encontros sociais e festas (MS: 39), as práticas religiosas das três comunidades, ou seja, o catolicismo lusófono, o protestantismo e a religião tradicional chinesa (CB: 120, 144-145, 148-149, 181; MS: 21-22, 40, 48), bem como, de uma forma minuciosa, o quotidiano das mulheres anglófonas (CB: 116, 132, 137, 151-153, 186-189; MS: 19, 21, 33-38, 43, 45, 47). Torna-se também claro que inúmeros viajantes ocidentais utilizam Macau como 'câmara de descompressão' antes de entrarem na China e para se familiarizarem com a cultura e a língua chinesas (CB: 119, 123).

A maioria das diaristas norte-americanas, senão todas, nunca imaginaram que os seus textos privados ou familiares seriam utilizados para estudar a história do quotidiano de Macau, mas estes são efectivamente fontes tão ou mais ricas que as portuguesas, chinesas e britânicas no que diz respeito ao quotidiano de Macau na primeira metade do século XIX, e são muito mais do que documentos de cariz local ou regional. Se tais fontes não existissem actualmente, seria impossível 'recuperarmos' muitos dos cenários e práticas do dia-a-dia macaense do século XIX. Podemos assim concluir sobre a importância dessas fontes para a história de Macau através de uma citação da autora norte-americana Bell Hooks: "In the past I have often scoffed at those folks who cannot go anywhere without a camera, a recording device, video, without some instrument to document for the future. Now that I have witnessed the deep pain and grief that can be caused by loss of memory [...], I can acknowledge the value of documentation for a future time. I know firsthand what a blessing it is to have a record – a way to remember that goes beyond the mind"<sup>31</sup>.

<sup>31</sup> HOOKS, Bell – *Belonging: A Culture of Place*. Nova Iorque: Routledge, 2009, pp. 185-186.

A informação disponível nesses arquivos familiares e registada pelas diaristas *flâneurs* complementa assim os dados que o investigador português encontra, por exemplo, no Arquivo Histórico Ultramarino e é mais rica em termos de detalhes e de práticas quotidianas do que as fontes diarísticas europeias em termos de quantidade e qualidade de informação no que diz, portanto, respeito à história cultural de Macau. Sendo o enclave um local relativamente ‘cosmopolita’ desde a sua fundação portuguesa por volta de 1557, a sua caleidoscópica história só poderá ser feita a partir de arquivos em vários países, da Suécia aos EUA, e através dessas fontes estrangeiras o investigador português encontra e revela (razões para certos) silêncios e mistérios na documentação portuguesa. A *flânerie* feminina revela assim uma Macau diferente da das fontes masculinas, quase sempre redigidas por homens de negócios. Essas mulheres norte-americanas tecem os seus textos nas fraldas do Mar da China, na periferia do mundo chinês e do império luso, e, como pudemos verificar ao longo deste estudo, os dois espólios de que nos ocupámos remetem quer para a história nacional americana, quer para a história e para os arquivos familiares, formando assim um rede palimpséstica de intertextos e narrativas em torno do chamado Old China Trade.

### **Breve descrição dos Espólios das Famílias Butler-Laing (Nova Iorque) e Sword (Filadélfia)**

#### **1. Butler-Laing Papers (New York Historical Society)**

Os 18 volumes divididos em duas caixas que constituem o espólio da família Butler-Laing são compostos por documentos datados de entre 1804 e 1892, a maioria entre 1865 e 1871. O material doado por Amy Ward Bier em 1985 está dividido em seis secções dedicadas aos diferentes membros da família. O arquivo foi reunido ao longo de três gerações da família oriunda do nordeste americano e ocupa-se sobretudo do quotidiano dos membros femininos da segunda geração, nomeadamente Caroline Hyde Butler Laing (1804-1892), através dos 10 volumes do diário da estada de Caroline em Roma, na casa da filha Harriet Denison Butler Read (1837-1935), casada com o pintor Thomas Buchanan Read (1822-1872), e das cerca de 70 cartas para a sua outra filha Mary Hunt Butler Reeves (1841-1922), bem como do diário da viagem à China (1836-1837), de que nos ocupámos. O espólio contém ainda um diário e cartas de uma das várias viagens do seu marido Edward Butler (1797-1849) à Ásia entre 1846-1847, e correspondência trocada entre Edward Butler e os filhos,

e entre Caroline e o seu pai, Thomas Butler. As missivas trocadas entre as mulheres da família revelam o quotidiano feminino norte-americano do século XIX e referem acontecimentos quer familiares (casamentos, mortes), quer históricos, como a morte do presidente Abraham Lincoln em 1865. Os *Finding Aids* (online) da New York Historical Society informam o investigador sobre o conteúdo de cada caixa e de cada documento do espólio:

**Series I: Caroline H. Butler Laing**

1. Correspondence, 1823-1892 (bulk 1869-1871). Approximately 100 items (Box 1, folders 1-4).

Letters packed with details of her day to day life, from Northampton, Mass., to Brooklyn, N.Y., to Europe and back. The vast majority are letters sent by her. The early ones are mostly to her first husband; the later ones are mostly to her daughter Mary Hunt Butler Reeves, with several to her daughter Harriet in Rome. They are observant of much detail of surroundings and events.

2. Diaries, 1836-1837, 1869-1871 (bulk 1869-1871), 13 vs.

The earliest diary is from her voyage to and from China with her first husband. The 1869-1871 diaries consist of 12 v., beginning in the days before her departure for Europe (1 v.), continuing through her time in Rome (10 v.), and ending with a diary of her travels in Europe before returning to the United States. In this last diary she also lists "Expenses from Rome." In each Rome diary, Mrs. Laing has listed the "Contents" in the back. These are generally lists of sites described, rather than of all topics covered. There are occasional pasted-in illustrations and dried plant inserts.

3. Butler Family Genealogies, undated, 1 v.

"Genealogy of Thomas Butler and of his descendants from the year 1739" and "Genealogy of Richard Butler and of his descendants from the year 1631." The former is an extensive genealogy of her paternal family, extending down to her own grandchildren. The latter, describing her husband's paternal family, stops after one generation, but an inserted letter provides further information.

4. Receipts [Recipes], undated, 1 v.

A collection of about 100 recipes from family and friends in Mrs. Laing's handwriting and then in the handwriting of her daughter Mary.

5. Writings, c. 1850, 2 v. and 1 folder (folder is in Box 2, folder 5).

Late drafts or fair copies of several of Mrs. Laing's works of fiction for children. One of the volumes appears to have been used previously by Edward Butler in 1848 for mercantile business records.

**Series II: Edward Butler**

1. Letters Sent, 1828-1846. 5 items (Box 1, folder 5).

Three to his wife, Caroline, and two to his daughter Mary. One to his wife includes excerpts from a shipboard diary not otherwise in the collection.

2. Diary, 1846-1847, 1 v.

Kept while voyaging from the Java Sea back to New York City. Short entries describe the weather and relations between him and the crew. He appears to have had some difficulty with the captain.

**Series III: Mary Hunt Butler Reeves**

1. Correspondence, 1865-1871 (bulk 1869-1870). Approx. 30 items (Box 1, folder 6).

The majority are letters sent by her to her mother, detailing her daily life. Also included is a heartfelt reaction to President Lincoln's assassination. Letters received by her include five from a cousin, Frank Butler, in the Army of the Confederacy. He was apparently courting Mary. The earliest letter in the series consists of a group of dessert recipes in Mary's hand.

2. James J. Reeves. Letters Sent, 1866. 3 items (Box 1, folder 7).

To Mrs. Laing, his mother-in-law.

**Series IV: Harriet Denison Butler Read**

1. Letters Sent, c.1855, 1868-1871, 1889-1890 (bulk 1889-1890). Approx. 25 items (Box 2, folder 1).

To Mary and Mrs. Laing, the majority written while traveling, around Europe. Harriet and Mary appear to have been close, although their distinct personalities are evident in their letters.

**Series V: Thomas Butler**

1. Correspondence 1804, 1818-1819. 6 items (Box 2, folder 2).

Letter received from his sister, Jerusha, congratulating him on the birth of his daughter, Caroline H. Butler, 1804. Letters sent are to Caroline, offering advice on behavior and education.

**Series VI: Robert Morris Butler**

1. Letters Sent, 1845, 1889. 2 items (Box 2, folder 3).

Both letters are to his sister Mary Hunt Butler, the first from his school days and the second a letter of condolence to her on hearing of the death of her daughter Sallie.

### Series VII: Printed Material

A small 1871 calendar card, a bill from a French hotel, a business card from a London shop selling mourning clothes, an engraving of an angel

(*Finding Aids*: [http://dlib.nyu.edu/findingaids/html/nyhs/butlerlaing\\_content.html](http://dlib.nyu.edu/findingaids/html/nyhs/butlerlaing_content.html))

### 2. Sword Family Papers (The Historical Society of Pennsylvania, Filadélfia)

Colecção n. 1878. As nove caixas de material foram oferecidas à Sociedade Histórica da Pensilvânia em 1962 por Mary Parry Farr e cobrem um período que vai de 1751 até cerca de 1940, datando a maioria dos documentos de entre 1836 e 1845. O espólio contém cerca de 1000 itens, sobretudo correspondência trocada entre os membros da família, diários e 'papéis de negócios'.

Os Sword eram uma família de mercadores de Filadélfia e de New Castle (Delaware) envolvida no comércio com a China (China Trade) no século XIX. Interessam-nos sobretudo os documentos de John Dorsey Sword (1805-1850), comerciante na América do Sul e na China, e da sua mulher Mary Parry Sword (1812-1845), filha de John J. Parry, que acompanha o primeiro à América do Sul (Brasil e Chile: 1837-1838) e à China (1841-1845), residindo em Macau, onde vem a falecer em 1845. A documentação relativa ao casal data de entre 1836 e 1850 e é o grosso da colecção. As fontes de interesse para o estudo da história de Macau descrevem o quotidiano da urbe do século XIX, sobretudo das duas comunidades anglófonas, e referem, por exemplo, os bisavós do presidente Franklin Delano Roosevelt, a família Delano, que também faz fortuna no eixo Macau-Cantão. Há ainda cartas do irmão de Mary que lhe envia novidades de Filadélfia, e correspondência das duas primeiras gerações da família nos EUA (1751-1790), sobretudo capitães de navios, e de outros parentes das famílias Brade e Ash. O conteúdo das caixas é o seguinte (caixa, identificação do documento, data e número de capas):

**Caixa 1:** Letters of John Dorsey Sword, 1819-1842, 6 folders

**Caixa 2:** Letters of John Dorsey Sword, 1843-1850, 8 folders  
Business letters of John Dorsey Sword, 1825-1838, 2 folders

**Caixa 3:** Letters of Capt. John Ewer Sword, 1782-1790, 1 folder  
Miscellaneous printed material c., 1805-ca. 1891, 1 folder

Miscellaneous poems, scraps, will of S. D. Sword, notes, and genealogy, 1842-c. 1940, 2 folders

Letters of John B. Trott to John Dorsey Sword, 1837-1942, 2 folders

Letters of Walter Ewer Jr., William Sword, Penelope [Haley] Sword, and John Haley, 1751-1790, 1 folder

Miscellaneous papers of Mary P. Sword and Eleanor Walsh Sword, c. 1810-1816, n. d., 1 folder

**Caixa 4:** Letter of William James Barclay to Sarah Dunn Sword, 1822, 1 folder

Letters of James B. Sword, 1818-1839, 2 folders

Letters to James B. Sword, 1824-1839, 1 folder

Letters of Sarah Dunn Sword, 1824-1849, 2 folders

Daybook of Sarah Dunn Sword, 1868-1873, 1 folder

**Caixa 5:** Journal of Thomas Parry, books 1-7, 1841-1844, 4 folders

Extract from journals of Thomas Parry, n. d., 1 folder

Journal of John Sword [son of John D. Sword] and letter, 1863, 1875, 1 folder

**Caixa 6:** Letters of Mary Parry Sword, 1837-1845, 7 folders

**Caixa 7:** Letters of Mary Parry Sword, 1842-1845, 3 folders

Extracts from Mary P. Sword's letters (references to Delano family), 1843-1845, 1935, 1 folder

Journals of Mary Parry Sword, 1837-1842, 2 folders

**Caixa 8:** Letters of William Sword Ash, 1841-1848, 2 folders

Journal of William Sword Ash [Barque "Candace", NYC to Canton], 1846, 1 folder

Letters to William Sword Ash, 1847-1848, 2 folders

Letters of Catherine [Sword] Ash, 1824, 1831, 1838, 1847, 1 folder

Letters of Rachel Ash, 1846-1849, 1 folder

Letters of Eleanor Ash, 1845-1846, n. d., 1 folder

Story by William Sword Ash, n. d., 1 folder

**Caixa 9:** Social letters to Mary Parry Sword, 1837-1845, 2 folders

Letters of Sarah, Agnes, and Mary.

(Finding Aids: <http://www.hsp.org/files/findingaid1878sword.pdf>).

# Arquivo Tavares Proença – Um Cacique político da Monarquia Constitucional

*Nuno Pousinho*

## Nota prévia

O período da monarquia constitucional caracterizou-se por uma intensa atividade política, onde as personalidades desempenhavam um papel ativo na tomada de decisões, sobrepondo-se à ação dos partidos, ainda incipientes e muito dependentes dos notáveis locais para alcançarem os seus objetivos políticos, nomeadamente os eleitorais. Estes indivíduos, normalmente grandes proprietários ou influentes na máquina administrativa do Estado, tinham um papel crucial e decisivo na organização das várias fações políticas.

Maria de Fátima Bonifácio colocou, recentemente, em causa a existência em Portugal de verdadeiros caciques, já que o partido que estava no governo ganhava sempre as eleições, defendendo que há poucos caciques proprietários conhecidos, esbarrando-se sempre nos mesmos nomes quando se procuram exemplos, os grandes caciques do distrito de Castelo Branco, Manuel Vaz Preto e Tavares Proença<sup>1</sup>. Quando Rui Ramos pretende exemplificar a vida partidária na província vai mais uma vez socorre-se do exemplo beirão<sup>2</sup>. Na realidade, a segunda metade

---

<sup>1</sup> BONIFÁCIO, Maria de Fátima – O Maior Patrono de Portugal – Problemas em Torno das Eleições Oitocentistas, 1852-1884. In, *Estudos de História Contemporânea de Portugal*, Lisboa, ICS, 2007, p. 191.

<sup>2</sup> RAMOS, Rui – *A Segunda Fundação (1890-1926)*. In, MATTOSO, José (Dir.) – *História de Portugal*, Vol. VI, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p. 116.

do século XIX ficou marcada, em Castelo Branco, por estas duas personalidades incontornáveis.

Vaz Preto e Tavares Proença comandavam todo o processo político no distrito de Castelo Branco. A sua ação extravasava largamente os limites concelhios e mesmo distritais. A normal luta partidária, essencialmente entre progressistas e regeneradores, aqui era trocada pela disputa entre *pretos* e *brancos*, sendo os pretos associados, naturalmente, a Vaz Preto e os brancos a Tavares Proença.

Com uma atividade política tão intensa, estes notáveis locais trocaram uma assinalável quantidade de correspondência, meio mais expedito e prático na época. Na maior parte dos casos, essa correspondência desapareceu, foi destruída ou está na posse dos descendentes que, por um motivo ou por outro, não permitem consultar a documentação, nem a doam a arquivos públicos.

Se no caso de Manuel Vaz Preto Geraldês não se conhece espólio pessoal, a não ser uma ou outra carta guardada em outros arquivos pessoais, como é o caso do de José Luciano de Castro, ou mesmo o de Tavares Proença, como veremos, em relação a este último a correspondência da sua atividade política foi preservada, graças à publicação de uma parte significativa do seu espólio, numa revista editada em Castelo Branco nos anos 60 e 70 do século passado, Revista Estudos de Castelo Branco<sup>3</sup>. O espólio está datado entre o último quartel do século XIX e o período republicano, e inclui a troca de correspondência com as mais variadas personalidades, indo desde ministros e deputados a personalidades locais.

O que este trabalho procura salientar é a importância dos espólios pessoais para o estudo do século XIX português, nomeadamente as lutas políticas e os complexos processos eleitorais da Monarquia Constitucional. A exposição será orientada, em primeiro lugar, para o enquadramento de Tavares Proença na sua época, indo buscar as suas origens familiares e o seu ingresso na política, para depois analisarmos o espólio e a sua importância para o estudo dos processos eleitorais, nomeadamente do caciquismo eleitoral.

## **I- Francisco Tavares de Almeida Proença; o Homem e a época.**

Francisco Tavares de Almeida Proença nasceu em 30 de Março de 1853 e morreu em Castelo Branco a 14 de Novembro de 1932. Herdou de seu pai exatamente o mesmo nome, tendo sido o seu progenitor uma figura importante no distrito de Castelo Branco no período conturbado de implantação do Liberalismo, pós guerra civil. Francisco Tavares de Almeida Proença, pai, nasceu no Tortosendo, concelho da

<sup>3</sup> DIAS, Jaime Lopes – Arquivo Tavares Proença. *Revista Estudos de Castelo Branco*, (Separata), Castelo Branco, 1970.

Covilhã, em 1798 e morreu em 1872. Casou com Maria da Piedade Fevereiro, herdeira de um grande negociante albicastrense de nome Joaquim José Mendes Fevereiro. Com o casamento instalou-se em Castelo Branco onde cuidou do engrandecimento da sua casa agrícola, não sem antes se aventurar na conturbada vida política da primeira metade de oitocentos. Foi eleito deputado nas primeiras legislaturas após a guerra civil e senador entre 1838 e 1840. Lutou contra o Setembrismo, envolvendo-se, em 1837, na revolta dos marechais, sendo mesmo nomeado governador civil do distrito de Castelo Branco em nome dos revoltosos<sup>4</sup>. Em 1842 é nomeado par do Reino, por carta régia de 03 de Maio, associando-se ao cabralismo. Foi ministro do Reino entre Abril e Dezembro de 1847, sendo visto como um elemento cabralista no governo de Lisboa em plena guerra civil da Patuleia.

Após a guerra civil afastou-se progressivamente da política, radicando-se em Castelo Branco cuidando das suas propriedades e negócios familiares.

Francisco Tavares de Almeida Proença, filho, prosseguirá os passos do pai na política. À data da morte do seu progenitor, em 1872, tinha a idade de 19 anos, ficou encarregue da gestão do vasto património herdado. Foi convidado a participar no Pacto da Granja em 1876, e com a ascensão de José Luciano de Castro à chefia do Partido Progressista transformou-se no chefe incontestado dos progressistas no distrito de Castelo Branco. Homem de grande influência, fruto da sua avultada fortuna, foi um benemérito do distrito de Castelo Branco, contando-se na sua ação a doação de propriedades para a passagem do caminho-de-ferro da Beira, aquando da sua construção. Íntimo da família real, participava em caçadas em Vila Viçosa, chegando mesmo a receber o rei D. Carlos, para o mesmo fim, em Malpica do Tejo e Monforte da Beira e a acomodar os príncipes reais, D. Luís Filipe e D. Manuel, na sua casa, numa passagem por Castelo Branco em 1906.

A sua grande influência política fez dele um homem muito importante em todos os processos eleitorais. Nada se decidia no distrito de Castelo Branco, no que dizia respeito ao Partido Progressista, sem a sua consulta. No entanto, recusou sempre ser eleito deputado e só aceitou o lugar de par do Reino após insistência de D. Carlos, tendo sido nomeado por carta régia de 4 de Abril de 1905. Será sempre visto como um homem da província.

Contudo, nesta sua ação política tinha um rival de peso, Manuel Vaz Preto Geraldes. Lutavam em campos opostos na política, mas tinham algo em comum, eram grandes proprietários e possuíam muito poder político.

Manuel Vaz Preto, alcançou uma dimensão nacional com a sua longa vida parlamentar onde granjeou respeito. Foi deputado entre 1861 e 1864 e par do Reino desde 1864 até à data da sua morte, em 1902. À semelhança do rival político, também ele era filho de uma personalidade ilustre do distrito de Castelo Branco e contemporâneo de

<sup>4</sup> POUSSINHO, Nuno - *Castelo Branco, Governo, Poder e Elites (1792-1878)*. Lisboa, Edições Colibri, 2004.

Francisco Tavares de Almeida Proença pai, com quem compartilhou algumas lutas políticas, João José Vaz Preto Geraldês, deputado, senador, par do Reino, governador civil do distrito de Castelo Branco e presidente da câmara desta cidade<sup>5</sup>.

Manuel Vaz Preto Geraldês foi sem dúvida uma das grandes figuras políticas da Beira Baixa e um dos mais notáveis parlamentares de oitocentos. A sua influência era enorme, chegando ao ponto de certos autores lhe atribuírem, pela sua ação, grande parte dos melhoramentos materiais da região<sup>6</sup>. Dele dizia o jornal *Novidades* em Setembro de 1889, “Aquele distrito de Castelo Branco entregue sempre a um regime excepcional tem desconhecido sempre os cambiantes das situações políticas. Estejam no poder regeneradores, ou progressistas, o Preto e só o Preto é quem ali governa”<sup>7</sup>. Foi próximo dos regeneradores de quem se separou devido a divergências com Fontes Pereira de Melo, sobre o traçado do caminho-de-ferro. Continuou a ser influente com o seu próprio grupo denominado de *pretos*, fundando mais tarde com Dias Ferreira o Partido Constituinte. A sua ação política era visível em vários domínios, em especial nos momentos dos atos eleitorais, já que nos círculos eleitorais de Castelo Branco e Idanha-a-Nova, pelo menos até 1892, as eleições decidiram-se de acordo com a sua vontade. Nunca até àquela data os progressistas ganharam eleições nos referidos círculos.

Consigo acompanhavam várias personalidades locais, visconde de Castelo Novo, Pedro Ordaz, Trigueiros Martel, Henrique Caldeira Pedroso, João António Franco Frazão, Ruivo Godinho, João Pinto dos Santos, entre outros. Alguns deles presidiram a Câmara Municipal de Castelo Branco, casos de Trigueiros Martel e Ruivo Godinho. No final da vida aproximou-se dos progressistas e após a sua morte alguns correligionários passaram mesmo para este partido, caso de Pinto dos Santos.

À volta de Francisco Tavares de Almeida Proença giravam figuras como o marquês da Graciosa, conde de Penha Garcia, Aurélio Pinto, Francisco de Albuquerque Mesquita e Castro, visconde de Oleiros ou Pedro da Silva Martins, os dois últimos foram presidentes da câmara de Castelo Branco. Em 1906, com a subida de João Franco à presidência do Ministério, os franquistas tornaram-se aliados dos progressistas, algo que aconteceu mais cedo em alguns círculos eleitorais do distrito de Castelo Branco, nomeadamente no Fundão, com a aliança entre Franco e Tavares Proença. Vieram ainda aumentar esse poderio eleitoral os viscondes de Tinalhas e Castelo Novo, o lente José Tavares, de Vila de Rei, Pedro Correia, Magalhães Taborda, do Fundão, Sena Belo, António Manzarra e Manuel da Silva Cordeiro,

<sup>5</sup> Ver POUSINHO, Nuno – “João José Vaz Preto Geraldês. O Notável Rebelde”. *História*, nº 50 (III série), Novembro de 2002, pp. 58-63.

<sup>6</sup> DIAS, José Lopes – “A Política do Partido Progressista no Distrito de Castelo Branco”, segundo as cartas de José Luciano de Castro a Tavares Proença. *Revista Estudos de Castelo Branco*, (Separata), 1965, p. 24.

<sup>7</sup> Citado por PEREIRA, António dos Santos – *O Parlamento e a Imprensa Periódica Beirã em Tempos de Crise (1851-1926)*. Edições Afrontamento, Coleção Parlamento, 2002, p. 49.

de Idanha-a-Nova, António Vaz de Macedo, Domingos Megre e o padre Passos, de Penamacor, em Castelo Branco o médico Dr. Alfredo da Mota e o reitor do liceu Dr. Fernandes Tavares.

A composição das câmaras municipais e os governadores civis nomeados tinham, por regra, a mão destes dois homens, fazendo mesmo acordos de listas únicas, as chamadas listas de concentração, tal como sucedeu em 1892.

O poderio de Vaz Preto foi-se diluindo, principalmente na última década do século XIX quando se dá uma aproximação entre Vaz Preto e Luciano de Castro. Após a sua morte em 1902 os chamados *pretos* juntaram-se uns ao Partido Progressista e outros ligaram-se aos regeneradores. Até ao final da Monarquia Constitucional, Tavares Proença tornou-se o líder incontestado em termos políticos no distrito, sendo consultado desde a nomeação do médico ou de um professor, passando mesmo pela colocação de padres nas freguesias. Conhecido como Chico Rombo, os seus adversários tratavam-no por o Soba da Rua de S. Sebastião<sup>8</sup>. Vários governadores civis foram nomeados graças à sua influência, são os casos de Visconde de Oleiros (1897-1900), Gonçalo Garrett (1904-1905), Aurélio Pinto (1905), Pedro Martins (1905-1906), Sena Belo, franquista (1906-08) e de novo Pedro Martins (30-4 a 25-6-1910)<sup>9</sup>.

Após a queda da Monarquia afastou-se, aparentemente, da política. No entanto, continuou a ter alguma atividade nos anos que se seguiram à implantação da República. De facto, em Castelo Branco viviam ainda muitos indivíduos ligados à Monarquia e com as incursões monárquicas de 1911 e 1912 várias personalidades beirãs foram implicadas nos movimentos. Em 1911 a lista de conspiradores é extensa e muitos foram presos. O jornal *Notícias da Beira* considerava mesmo que Castelo Branco era o distrito mais reacionário do país<sup>10</sup>. Na realidade, a correspondência privada mostra que D. Manuel II se dirigiu a Tavares Proença a solicitar donativos para a restauração monárquica, tendo este respondido que não o podia fazer devido aos avultados custos que então tinha a auxiliar emigrados e amigos com problemas, devido às suas ligações à Monarquia<sup>11</sup>.

A presença de Tavares Proença ainda se sentirá nas eleições para a câmara municipal de Castelo Branco no período republicano. Os atos eleitorais de 1919 e 1922, foram marcados por uma ampla coligação de todas as forças opositoras ao Partido Democrático, bem sentida na imprensa afeta a este partido, que só via inimigos à sua volta e apelidava de monárquicos todos aqueles que não seguissem os seus ideais. O

<sup>8</sup> DIAS, Jaime Lopes - *O Rei D. Carlos e a Beira Baixa* (Subsídios para a História dos últimos anos da monarquia), Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1962, p. 6. Tavares Proença tinha uma casa na rua de São Sebastião.

<sup>9</sup> DIAS, Jaime Lopes - *O Rei D. Carlos...*, cit., p. 34.

<sup>10</sup> PEREIRA, António dos Santos - *O Parlamento e a Imprensa...*, cit., pp. 154-155.

<sup>11</sup> DIAS, José Lopes - *Arquivo Tavares Proença...*, cit., pp. 18-21.

Partido Democrático perdeu estas duas eleições e atacou fortemente os dissidentes do Partido Republicano Português, acusando-os de se deixarem liderar pelos monárquicos. O editorial do jornal *Notícias da Beira* de 12 de Novembro de 1922 apelava, de uma forma dramática, ao voto na lista genuinamente republicana, a democrática, acusando a lista contrária de ser composta por monárquicos independentes e por reconstituintes, referindo mesmo que a miscelândia era tanta que nem padres faltavam, três na lista. Realçavam a crítica aos republicanos reconstituintes que se aliavam ao inimigo, algo que verdadeiramente não compreendiam<sup>12</sup>.

De facto, a presidência da Câmara de 1923-25, esteve nas mãos de um monárquico, Alexandre de Proença de Almeida Garrett, familiar de Tavares Proença, e apresentava outros elementos mais conservadores.

Alexandre Garrett, exerceu as funções de deputado na Monarquia e foi exonerado em 1911 da direção de obras públicas do distrito de Castelo Branco por se encontrar em parte incerta, presumivelmente por estar comprometido com as incursões monárquicas<sup>13</sup>.

Em Castelo Branco os democráticos atacaram os monárquicos como seus grandes inimigos, esqueceram nesse ataque os dissidentes republicanos, o que faz pressupor que a verdadeira luta era entre democráticos e monárquicos, atacando mesmo o grande rosto da monarquia em Castelo Branco, Francisco Tavares de Almeida Proença, “o ódio vesgo e mesquinho aos democráticos que são a sombra negra do caluniador e dos rosas encostoados em cortiça que giram em volta desse satélite monárquico em que o planeta é o velho soba da rua de São Sebastião”, escrevia o *Notícias da Beira* em Dezembro de 1925 após as eleições<sup>14</sup>.

Francisco Tavares de Almeida Proença acabou por morrer em Novembro de 1932, mantendo-se fiel às pretensões monárquicas.

<sup>12</sup> Jornal *Notícias da Beira*, nº 868, 12 de Novembro de 1922.

<sup>13</sup> LUZIO, Luísa França – “Garrett, Alexandre Proença de Almeida”. In, MÓNICA, Maria Filomena (Dir.) – *Dicionário Biográfico Parlamentar*, Lisboa, I.C.S., Colecção Parlamento, Volume II, p. 304.

<sup>14</sup> Jornal *Notícias da Beira*, nº 810, 6 de Dezembro de 1925.

## II. O Espólio

Como já atrás foi referido, o espólio de Francisco Tavares de Almeida Proença está em parte publicado. A Revista de Estudos de Castelo Branco publicou entre 1961 e 1972, na sua primeira série, em vários números, uma parte significativa da correspondência política recebida por Tavares Proença de várias personalidades. A par destas publicações periódicas foi publicada uma separata em 1970, da autoria de Jaime Lopes Dias<sup>15</sup>, com uma enorme quantidade de cartas, que pretendia condensar a documentação já publicada em números anteriores.

O espólio é de enorme riqueza, pois nalgumas cartas Tavares Proença anotava as suas respostas o que enriquece profundamente o espólio.

Podemos dividir o seu espólio entre a correspondência trocada com personalidades da vida política local e a correspondência com personalidades nacionais.

Em relação aos primeiros, podemos facilmente perceber a geografia dos contactos de Tavares Proença, que percorria todo o distrito, desde os concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova ou Penamacor, passando pelos concelhos da chamada zona do pinhal, como é o caso de Vila de Rei, ou concelhos mais a norte do distrito como é o caso do Fundão e Covilhã. Em todas elas se tratam de assuntos eleitorais dos vários círculos, demonstrando claramente que a influência de Tavares Proença extravasava largamente o concelho de Castelo Branco. Desta correspondência destacamos a trocada com João Pinto dos Santos, um homem ligado a Vaz Preto mas que aderirá aos progressistas após a morte do seu *chefe*, com o marquês da Graciosa, com Aurélio Pinto dos Santos ou mesmo Manuel Vaz Preto, onde é tratada a política local. No entanto, estas cartas poderão ter pouca informação para quem não se interessa pela história local, embora seja preciosa para se perceber as razões de determinadas posições políticas.

Para os investigadores interessados na política nacional ganham natural importância a correspondência trocada com as grandes figuras nacionais. Em primeiro lugar, as longas missivas enviadas por Luciano de Castro, onde podemos estudar a política do Partido Progressista no distrito, e perceber qual o modelo de negociações políticas seguido para a escolha dos deputados que integrariam as listas finais. Nestas missivas nota-se a grande deferência e consideração com que Luciano de Castro tratava Tavares Proença, prova da sua grande influência no Partido Progressista.

As cartas de João Franco são outra pérola deste espólio, aliás a família Franco é próxima de Tavares Proença, havendo relações familiares muito chegadas, existindo também correspondência de Frederico Franco, pai de João Franco. Estas, mostram a proximidade política e pessoal com João Franco que se manteve até ao fim da vida deste. Todas estas cartas são riquíssimas e já foram utilizadas em vários trabalhos<sup>16</sup>.

<sup>15</sup> DIAS, Jaime Lopes – Arquivo Tavares Proença..., *cit.*.

<sup>16</sup> GRAVE, Fernando José – *José Luciano de Castro, Itinerário, Pensamento e Ação Política*. Lisboa, FCSH-UNL, policopiado, 1992; RAMOS, Rui – *João Franco e o fracasso do Reformismo Liberal (1884-1908)*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2001.

Podemos ainda citar as cartas de Hintze Ribeiro, do conde de Penha Garcia, homem muito próximo do círculo de Proença e que chegou a ministro da Fazenda, de Mariano de Carvalho ou mesmo de José de Alpoim.

As cartas dos Reis e do Paço mostram a importância desta personagem ao longo da sua vida, que se mantém mesmo após a queda da Monarquia, como prova a correspondência com D. Manuel II no exílio.

Resumindo, esta correspondência revela-se de extrema importância, pois todas as práticas políticas do século XIX estão aqui espelhadas, permitindo visualizar várias cenas do quotidiano político desde as crises ministeriais, dos passos que antecediam a elaboração das listas de deputados, o aparecimento do franquismo e a sua evolução, a forma como o regicídio foi sentido na Beira e o definhamento da Monarquia. Após a instauração da República temos notícias também das incursões monárquicas e das movimentações políticas de alguns fiéis do rei deposto.

### **Notas finais**

Pelo exposto, fica claro a importância deste espólio para o estudo da vida política e social do século XIX português, principalmente no final da Monarquia Constitucional.

Os espólios pessoais são uma fonte preciosa para os historiadores, eles revelam informação que de outra forma seria impossível obter, já que a documentação oficial e os jornais da época escondem os bastidores da política, algo que documentação como esta nos permite revelar. Em Portugal tem sido difícil ter acesso a este tipo de documentação, ao contrário do que acontece em muitos países, nomeadamente em Espanha, onde muitas famílias depositam os espólios familiares em arquivos públicos. Por um motivo ou por outro os descendentes não dão acesso aos documentos ou muitas vezes procedem à sua destruição, desconhecendo o que tinham em mãos.

Neste caso, mão previdente, conhecedora da importância do espólio, o publicou em boa hora. É imperioso que a preservação da memória ganhe consciência, não só nas famílias que possuem esta documentação, como nos arquivos públicos que devem desenvolver políticas de sensibilização, junto dos proprietários, para que possibilitem o seu acesso aos investigadores.

Concluindo, estamos perante uma documentação riquíssima para estudar o século XIX português e os primórdios do século XX.

# The everyday life on the Royal Household

*Pedro Urbano*

At a symposium about family archives organized by the Instituto de Estudos Medievais of Universidade Nova de Lisboa in 2010, we presented a communication which sought to demonstrate the importance of Sabugosa / S. Lourenço Archive in the context of my research for the study of the Royal Household during the reign of King D. Carlos. In that sense, we demonstrated how this archive could help answer some of the questions that arose during our investigation, including the lack of protocol rules and the absence of an expert service concerning the officers of the palace.

The family archives are privileged sources with regard to epistolary and autobiographical documentation, at least in relation to that produced in the nineteenth century. Thus, it is a natural source that is essential for the study of the everyday life of the Royal Household. Not wanting to dwell on considerations about the new direction that historiography has taken mainly from the late 20th decade of last century, particularly with the advent of the French journal *Annales d'histoire économique et sociale* and later with the *Nouvelle Histoire*, which gave more importance to the history of mentalities to seek explanations for political events, economic and social, it is necessary to briefly understand the importance of knowledge of the quotidian.

Indeed, and just to mention an example of the national historiography, the study of Maria Paula Marçal Lourenço concerning the house of the Queen illustrates how the proximity of the royal household staff to the Queen allowed a greater enjoyment of its blessings.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> LOURENÇO, Maria Paula Marçal – *Casa Corte e património das rainhas de Portugal, 1640-1754. Poderes, Instituições e Relações sociais*. Lisboa: Universidade de Lisboa dissertação de doutoramento em Historia Moderna, 1999. 4 v. Tese de Doutoramento, p. 465.

Obviously, there are two questions which have to be answered at this point. Firstly, recall that the period in question represented the final years of constitutional monarchy. At that time, the Crown Assets, which usufruct was donated to the aristocracy as a reward for services rendered to the monarch was abolished, which means that the rewards for services rendered to the Crown would be different. Moreover, another question arises, particularly with the extinction of the Queens' Household and the Infantado Household. During the constitutional monarchy there was just one Royal household. This means that all the staff employed in those different houses was integrated in a single royal household, providing services to different members of the royal family.

To talk about the everyday life of the royal family we have to point out several conditions that would further affect it, despite being well known by everyone.

First, we must refer the people who were part of the Royal Household. At the head, the royal family itself composed by six members. While the King, the Queen, the Crown Prince and the Infante D. Manuel initially resided at the Belém Palace and later the Necessidades Palace, the Queen Mother, D. Maria Pia and the Infante D. Afonso usually inhabited the Ajuda Palace. We can not properly speak of two courts serving two different spaces as these settings were multiplying, as we shall see. Nevertheless, we can identify two different groups of people working in each of these households. However, this perception is not very linear. For instance, some of the ladies appointed to be in-waiting to the Princess D. Amélia were also ladies of the Queen Maria Pia and the Mordomo-mor<sup>2</sup> of Queen Maria Pia, the Duke of Loulé, was Estribeiro-mor<sup>3</sup> of the royal house too.

In this communication we will focus our attention almost exclusively on the superior officials of the Household, mainly because it becomes much more difficult to find documentation about the employees on categories below.

In addition to the usual residences, there were various locations where, throughout the year, the royal family and the staff detached to her service lived with. Also the entire court lived there. If between late autumn and late spring the days were spent in Lisbon, the summer was usually spent in Sintra. The Palace of Pena was preferably occupied by Queen D. Amélia and the Village Palace by Queen D. Maria Pia. In the autumn the Queen occupied an old fortress, the Cascais Palace, and the Queen Mother a chalet in Estoril. Occasionally, especially during hunting season, the King D. Carlos spent a few days or in Mafra, or in Vila Viçosa.

---

<sup>2</sup> A literal translation should be Lord Steward but attending to his functions, we think more correct to use the Lord Chamberlain designation.

<sup>3</sup> Equerry chief.

Further than the human agents and the space settings it is necessary to add the temporal component. Although the calendar was more or less flexible concerning time it was broken by specific events, resulting from the practice of sovereignty which dictated the daily rhythms of the Royal House. In this communication we will not pay attention on the great court ceremonies, such as gala days, official visits of heads of state or religious ceremonies, because we pretend to focus merely on everyday life of these people.

According to the study of Maria Paula Marçal Lourenço about the Queen's Household,<sup>4</sup> during the Ancient Regime and despite the co-habitation in the Palace of a vast entourage the access to the Queen's Chamber was very limited, unlike what happened in European courts, including the French. Already by the end of the constitutional monarchy is a Palace almost without people that we would find.

Indeed, it was only a very restricted group of people which held the top offices of the royal house that we may find daily in the service of the sovereign. The service was done weekly and rotating. This means a daily contact with the royal family. During one week, cyclically, from Saturday to Saturday, these people left their homes and their families to go live during that time the palace where the kings were. This palace does not always coincide, as we saw, but also because it has not always existed a simultaneous cohabitation by the spouses. Either because the King or the Queen were traveling abroad, either because the hunting and sea incursions on board the yacht *Amélia*, they were not in the kingdom's capital.

It's mainly about these people who made weekly service we focused our attention because they were those who shared their everyday life with the royal family, although the service was rotating, which means a few weeks off from direct contact with the rulers. Obviously there are other positions, such as the private secretary of the King, played by Count Arnoso, or the positions of chief steward of either the King or the Queen who would be in daily contact with them, but not necessarily permanent, despite they did not cohabit the same space. It is therefore this cohabitation, with all the mentioned conditions; this exhibition will define the daily lives of the royal house.

If we pay attention only to the superior officials at the service of the sovereign and his royal consort, we usually found in the service to the king a *camarista* or *gentil-homem*<sup>5</sup>, recruited from the aristocracy, an *ajudante-de-campo*,<sup>6</sup> and an *oficial às ordens*, both recruited from the military household of the king and so with military training. The service to the Queen was made by a *dama camarista* or *dama de honor*<sup>7</sup> and a *vedor*, both recruited from the aristocracy. They may have a

<sup>4</sup> LOURENÇO Maria Paula Marçal, – *Casa Corte e património...*, cit., p. 428.

<sup>5</sup> Two different designations used on the sources which mean *Chamberlain*.

<sup>6</sup> *Aide de camp*.

<sup>7</sup> Two different designations used on the sources which mean *lady-in-waiting*.

title or being the second sons of a aristocrat. Furthermore, there was a lady who, while serving the Queen, is deployed in the service of the Crown Prince and Infante D. Manuel. It is the only person who occupies a superior function on the Royal Household who always resided in the Palace, where the princes were.

Although not necessarily belonging to the upper staff of the Royal Household, there is another group that did the weekly service, dwelling in that space of time the royal palace. These are the *médicos da Real Câmara*.<sup>8</sup>

There was a multitude of categories concerning to the lower status employees. We may have those who attend directly to the monarchs, as the *moços do quarto*,<sup>9</sup> *particulares*,<sup>10</sup> *criadas*,<sup>11</sup> *bonnes*, but also all the staff that allowed the proper functioning of the royal palaces, from the kitchen, passing through the halls and stables. It is probable that those who were referred on first place were in direct service to the monarchs dwell with the royal family. The other staff was likely that only was in the palace during the work day.

The service was usually rendered on Saturdays at noon, just before lunch time. The doctors, at least in the case of Tomás Mello Breyner, usually came later, around five o'clock, because until then he divided his professional activity between hospital and office.

At lunch, the *camarista*, *ajudante de campo*, *oficial às ordens*, *dama* and *vedor* were on service. The Prince and the Infante D. Manuel did not sit down at the dinning-table, because they were too young for it.<sup>12</sup>

Despite the cooks of the royal household being Portuguese during this period,<sup>13</sup> we are lead to believe that were presented to the royal dinning-table French specialties, as it happened on the great receptions, which followed the international cuisine. Accordingly, shortly after the rival of D. Amélia in Portugal, the Countess of Sabugosa sent her some Portuguese specialties: *bacalhau com batatas*, *bifes de cebolada*, *sardinhas fritas*, *feijoada*, *arroz com grão-de-bico*.<sup>14</sup>

<sup>8</sup> Royal Household doctors.

<sup>9</sup> Groom.

<sup>10</sup> Steward.

<sup>11</sup> Maid.

<sup>12</sup> When the Princes ate at dinning-table it was an exception. MELO, D. Mariana das Dores de – [*Diário*] 1897, Jan. 29. *Lisboa* [Manuscript] 1897. (Arquivo Sabugosa / S. Lourenço, Lisbon, Portugal. No call nr.).

<sup>13</sup> Casimiro Maurício and Salvador Mourinho on December' 1889. CASA REAL, – [*Lista de Ordenados*] 1889, Dez. *Lisboa* [Manuscript] 1889. (ANTT, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Casa Real, Caixa 6365). José Maria da Conceição Baptista, Honorato José Gonçalves and Casimiro Maurício on January' 1906. CASA REAL – [*Lista de Ordenados*] 1906, Jan. *Lisboa* [Manuscript] 1906, (ANTT, Lisbon, Portugal. Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Casa Real, Caixa 6157).

<sup>14</sup> Codfish with potatoes, steak with onions, fried sardines, pork with beans and rice with chickpeas. MELO, D. Mariana das Dores de – [*Carta*] s.d. S.l. [a] D. Amélia de Orléães. [Manuscript] s.d. (ANTT. Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Casa Real, Caixa 7378).

The Duchess of Bragança then thank her, replying: “Je viens d’apprendre qu’un de nos cuisiniers Portugais savait faire ces plats, mais que les autres avaient toujours jugé celle cuisine indigne de nous être servi; Je les ai persuadés de contraire”.<sup>15</sup>

After lunch, the Queen had the habit to have some people in on one or two days a week, previously scheduled and the duration of those meetings depended on the number of people.

The Countess of Sabugosa and Murça tells us of one of these days: “After receiving, the Queen was drawing up to 5 hours with Casanova. She was always with him, and with António a bit; we took tea at six, then came Mariquita at 6 ½. I came to rest to the room. (...) We spent the night in the room with Queen, António and Tomás. Then I went to Isabel [Ponte] with the Queen and stayed with her until the arrival of Carlota at 11 ½”.<sup>16</sup>

Daytime activities were not varied. In the morning the Queen went with the lady-in-waiting to the dispensaries, which took about an hour: “(...) At ten o’clock I went with the Queen to the dispensaries; many children. There was Silva Carvalho. There are nearly 2000 admissions since Christmas last year. At 11 o’clock we come home. Blessing, Mass and Te Deum. (...)”.<sup>17</sup>

At times, after tea, the royal family played law-tennis.<sup>18</sup> Or walked up on the Avenida: “(...) I took tea with the Queen and went to 4 hours to the Avenida with Their Majesties and Princes. We gave 3 laps. Few people. Pepita walked with Ficalho, João and husband, O’Neill’s wife, walking with his son and A. Avilez. (...)”.<sup>19</sup>

Horseback riding was another activity chosen mainly by the Queen who regularly picked the Tapada das Necessidades for her tours, which could last up to three hours.<sup>20</sup> Another rout was up to Benfica, Carnaxide and Belém.<sup>21</sup> The descriptions of these trips, made by Count Sabugosa were described during the weeks which we has attending to the Queen as vedor, and not as her mordomo-mor.<sup>22</sup>

<sup>15</sup> ORLEÃES, D. Amélia de – [Carta] s.d. S.l. [a] D. Mariana das Dores de Melo, [Manuscript] s.d. (Arquivo Sabugosa / S. Lourenço, Lisbon, Portugal., MOR I, Gaveta M4, Caixa 3, Maço 11, 20).

<sup>16</sup> MELO, D. Mariana das Dores de – [Diário] 1895, Fev. 2. Lisboa [Manuscript] 1895. (Arquivo Sabugosa / S. Lourenço, Lisbon, Portugal. No call nr.).

<sup>17</sup> MELO, D. Mariana das Dores de – [Diário] 1895, Mar. 19. Lisboa [Manuscript] 1895. (Arquivo Sabugosa / S. Lourenço, Lisbon, Portugal. No call nr.).

<sup>18</sup> MELO, D. Mariana das Dores de – [Diário] 1902, Mar. 1902. Lisboa [Manuscript] 1902. (Arquivo Sabugosa / S. Lourenço, Lisbon, Portugal. No call nr.).

<sup>19</sup> MELO, D. Mariana das Dores de – [Diário] 1896, Nov. 29. Lisboa [Manuscript] 1896. (Arquivo Sabugosa / S. Lourenço, Lisbon, Portugal. No call nr.).

<sup>20</sup> MENESES, António Maria de Melo Silva César e – [Diário] 1890, Jan. 22. Lisboa [Manuscript] 1890. (Arquivo Sabugosa / S. Lourenço, Lisbon, Portugal. No call nr.).

<sup>21</sup> MENESES, António Maria de Melo Silva César e – [Diário] 1890, Jan. 18. Lisboa [Manuscript] 1890. (Arquivo Sabugosa / S. Lourenço, Lisbon, Portugal. No call nr.).

<sup>22</sup> MENESES, António Maria de Melo Silva César e – [Diário] 1890, Jan. 17. Lisboa [Manuscript] 1890. (Arquivo Sabugosa / S. Lourenço, Lisbon, Portugal. No call nr.).

The evenings presented more entertainment. The dinners were usually at home or at the Ajuda Palace, though more rarely. They were served at half past seven or eight o'clock. The Countess of Sabugosa and Murça describes one of these dinners: "At 7 o'clock we went to dinner to Ajuda Palace. Only Queen D. Maria Pia, Infante [D. Afonso], Marquise de Belas, Serpa and officers of the guard and Their Majesties with the service. Conversation with little interest in the Marble Hall by half past ten, when Queen D. Maria Pia asked the Queen whether she would go to the theater, which she accepted with joy. Twenty minutes later we were in S. Carlos Theater".<sup>23</sup>

Going to S. Carlos Theater, D. Amélia Theater,<sup>24</sup> to the Zarzuela or even attending to D. concerts at the Conservatory were some of the usual distractions.<sup>25</sup> However, many evenings were spent at home. Sometimes the King played the organ<sup>26</sup> and Isabel Ponte sang,<sup>27</sup> but these artistic performances were rare. The first references to the phonograph are at the end of the nineties. However, this modern equipment did not please everyone.<sup>28</sup>

Nevertheless, the usual hobby was the card game and in almost all evenings it was practised. King D. Carlos wrote thus to the Count of Arnoso: "I am here alone and quite bored. I'll be very happy if I had a bridge game tonight! Would you like to come here to play? And would you be able to figure out a partner? Here I have only the Costa, even Niko, who plays so bad, was called to Belas (...)"<sup>29</sup> By contrast, the evenings spent at Queen's apartments were playing the bluff, which would not satisfy everyone, mainly if it was to be played for money. This is what the Countess of Sabugosa, told to her children in a letter: "At night we played the bluff and, as usual, Dad and I lost a lot, which is never pleasant".<sup>30</sup> Just to have an idea of the sums that which person could win or lose, in January 1903 Isabel Ponte had an accumulated playing debt to the Queen of nearly 200 thousands réis.<sup>31</sup>

<sup>23</sup> MELO, D. Mariana das Dores de – [Diário] 1897, Jan. 23. Lisboa [Manuscript] 1897. (Arquivo Sabugosa / S. Lourenço, Lisbon, Portugal. No call nr.).

<sup>24</sup> MELO, D. Mariana das Dores de – [Diário] 1896, Dez. 1896. Lisboa [Manuscript] 1896. (Arquivo Sabugosa / S. Lourenço, Lisbon, Portugal. No call nr.).

<sup>25</sup> BREYNER, Tomás de Mello – *Diário de um Monárquico, (1905-1907)*, s.l.: s.n., 1994, p. 169.

<sup>26</sup> MELO, D. Mariana das Dores de – [Diário] 1899, Nov. 25. Lisboa [Manuscript] 1899. (Arquivo Sabugosa / S. Lourenço, Lisbon, Portugal. No call nr.).

<sup>27</sup> MELO, D. Mariana das Dores de – [Diário] 1896, Nov. 1896. Lisboa [Manuscript] 1896. (Arquivo Sabugosa / S. Lourenço, Lisbon, Portugal. No call nr.).

<sup>28</sup> The Countess of Sabugosa wrote on her diary: "at evening, phonograph until eleven o'clock. What a bore!". MELO, D. Mariana das Dores de – [Diário] 1899, Jun. 1899. Lisboa [Manuscript] 1902. (Arquivo Sabugosa / S. Lourenço, Lisbon, Portugal. No call nr.).

<sup>29</sup> BRAGANÇA, D. Carlos de – [Carta], s.d. s.l. [a] MELO, Bernardo Pinheiro Correia de, [Manuscript] s.d. BNP, Lisbon, Portugal, Espólio do Conde de Arnoso, Cartas do Rei D. Carlos, 3098).

<sup>30</sup> MELO, D. Mariana das Dores de – [Carta] 1894, Nov. 1899. Lisboa [a] MENESES, António Vasco de Melo César e, [Manuscript] 1894. (Arquivo Sabugosa / S. Lourenço, Lisbon, Portugal, MORI, Gaveta LI, Caixa 3, Maço 18, 109).

<sup>31</sup> GAMA, Isabel Saldanha da – [Carta] 1903, Jan. 23 Lisboa. [a] D. Amélia de Orleães. [Manuscript] 1903. (ANTT, Lisbon, Portugal. Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Casa Real, Caixa 7377).

The card game, however, was played by all the aristocracy, as reported in this letter to the Queen, from Isabel Ponte: “Surely your Majesty will be pleased to know that I spent last night (...) at Eugenia Niza home. (...) It’s ridiculous I’ve being invited to play the bluff and do not even remember at the beginning how to distribute the cards; I’ve messed it up, and João d’Alarcão said that it was visible that I didn’t have the habit of playing cards. Ribeirinho (...) lent me money and I after the first moments I felt in my element: incorrigible as ever, went to the flush buying two cards (and so did one !!!). I was groping, sometimes paid, sometimes asked for more, at the end lost 2950 réis! And being dirt-cheap the game”.<sup>32</sup>

This daily life was cut by the seasons in Mafra, where the distractions were composed mainly by hunting, if time permitted, as recorded the Count of Sabugosa: “Arrival at Mafra with showers. Little game. Lunch at the shed. (...) After lunch the rain continued. The Queen, the Duke of Orleans and we both came to the Palace and went to the terraces, to shoot pigeons”.<sup>33</sup>

In Cascais, sea bathing<sup>34</sup> and yachting along the coast, day by day at the end of summer season, being preceded by a period in Sintra. The king, however, avoided Pena Palace. He wrote in August 1901 to the Marquis of Soveral: “I do not offer you anything from Sintra because I do not wish you to suicide of spleen”.<sup>35</sup> Count of Ficalho made the best description of the environment that was going on in Pena’s Palace, in a letter to the Count of Arnoso, on June 15th, 1902, which meant that no one would like to do the service at Pena: “Here everyone is shivering and shaking with the wind. It’s horrible. And in the morning a hermitage, a monastery! Light up stoves, lamps and candles, but the cold is like January and a severe January Even Kerausch himself freezes in his room, remembering the tepid ice from the north, the snow from his land, relatively temperate in comparison to this marsh. Yesterday in the evening we had the narration of love performances of Alvito and the old cares of Botas. Today, while I’m writing, they are playing the bluff. The spectrum of the Isabel Ponte plaintively wails on these corridors, where the wind howls, while Alvito makes a card sequence”.<sup>36</sup> Thus one can understand why the Countess of Sabugosa

<sup>32</sup> GAMA, Isabel Saldanha da – [Carta] s.a, Jan. 23 Lisboa. [a] D. Amélia de Orleães. [Manuscript] s.a.. (ANTT, Lisbon, Portugal. Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Casa Real, Caixa 7377).

<sup>33</sup> MENESES, António Maria de Melo Silva César e – [Diário] 1890, Jan. 21. Lisboa [Manuscript] 1890. (Arquivo Sabugosa / S. Lourenço, Lisbon, Portugal. No call nr.).

<sup>34</sup> MELO, D. Mariana das Dores de – [Diário] 1896, Set. 27. Lisboa [Manuscript] 1896. (Arquivo Sabugosa / S. Lourenço, Lisbon, Portugal. No call nr.).

<sup>35</sup> BRAGANÇA, D. Carlos de – [Carta] 1901, Ago. 6 s.l., [a] SOVERAL, Luís Maria Augusto Pinto de, [Manuscript] 1901. (Arquivo da Casa de Bragança, Vila Viçosa, Portugal. Arquivo Soveral, Cartas do Rei D. Carlos, P. 22, 14).

<sup>36</sup> BREYNER, Francisco Manuel de Melo – [Carta], 1902, Jun. 15, Pena [a] MELO, Bernardo Pinheiro Correia de, [Manuscript] 1902. (BNP, Lisbon, Portugal. Espólio do Conde de Arnoso, Cartas do Conde de Ficalho, 3527).

did not like to do service in the Pena Palace: “(...) The queen goes tomorrow to Pena and thankfully we are no longer in service”.<sup>37</sup>

However, it was in Sintra where they would go to picnics, usually on the Maçãs<sup>38</sup> or Adraga beaches “(...) Yesterday we went with the Queen and Princes to the Adraga beach, [Countess wrote to her son Sabugosa Jorge, on August 30th, 1901] were 31 people in cars, carriages and donkeys. We left at noon and returned at eleven o'clock at night. The Infante [D. Manuel] was not happy of riding a donkey in the evening and did everything to come on the carriage, and got into your father's one which much displeased the Queen. The prince had an indigestion tonight, because he ate a lot and also of the jingling donkey after. The food was made by Isabel Ponte, Pepita and Maria de Menezes. Ovos moles and arroz doce from Maria de Menezes, who say they were great. The servants played guitar during dinner”.<sup>39</sup>

The Alfeite, another real property on the south bank, was another trip destination. The Countess of Sabugosa tells us about one of these: “At ten o'clock we went to the Alfeite, I have already heard mass. (...) We arrived and the King went hunting with the Prince, Charters<sup>40</sup> and Moreira de Sá.<sup>41</sup> We stayed with the Queen (...) At noon, lunch at Antelmo.<sup>42</sup> (...) After lunch, great game, shooting oranges, between Their Majesties and Highnesses, Isabel Ponte, kids, Maria de Sá, Pedro d'Argos. All very funny. The dresses were not in such good condition. Then, we come to the pine forest by carriage, to the left side of the house, where the Queen was painting. I started reading *Amitié Amoureuse*.<sup>43</sup> Kids and Infante played. The King, the Prince and the service continued to hunt. At 5 o'clock we returned to Lisbon”.<sup>44</sup>

In vain the fun ambiance of these trips was not necessarily usual. The separation, even temporarily, of the family, caused quite homesick: “It's unnecessary to say how much I miss you. [wrote the Count of Sabugosa to his wife] and how I wish to have you here with me, and also to have the kids”.<sup>45</sup> Also, the Countess of

<sup>37</sup> MELO, D. Mariana das Dores de – [Carta] 1894, Maio, 4, Lisboa [a] MENESES, António Vasco de Melo César e, [Manuscript] 1894. (Arquivo Sabugosa / S. Lourenço, Lisbon, Portugal, MOR1, Gaveta LI, Caixa 3, Maço 18, 57).

<sup>38</sup> MENESES, António Maria de Melo Silva César e – [Carta] 1896, Julho, 30, s.l. [a] MELO, D. Mariana das Dores de, [Manuscript] 1896. (Arquivo Sabugosa / S. Lourenço, Lisbon, Portugal, MOR1, Gaveta LI, Caixa 2).

<sup>39</sup> MELO, D. Mariana das Dores de – [Carta] 1901, Agosto, 1, Lisboa [a] MELO, Jorge Maria de, [Manuscript] 1901. (Arquivo Sabugosa / S. Lourenço, Lisbon, Portugal, MOR1, Gaveta LI, Caixa 3, Maço 20, 18).

<sup>40</sup> Guilherme Charters Henriques de Azevedo was General Staff of the Army's major in 1900 and effective Aide de camp. *Anuário Diplomático e consular Portugues relativo ao anno de 1901 e como appendice ao publicado em 1900*: Lisboa, Imprensa Nacional, 1902.

<sup>41</sup> João Jorge Moreira de Sá, captain lieutenant and effective officier on duty. *Anuário Diplomático e consular Portugues relativo ao anno de 1901 e como appendice ao publicado em 1900*: Lisboa, Imprensa Nacional, 1902.

<sup>42</sup> Quinta do Antelmo belonged to the Real Quinta do Alfeite. They were old properties of Casa do Infanteado.

<sup>43</sup> It was a great success at the time (207<sup>th</sup> edition in 1920) written by Hélène Lecomte Du Nouy.

<sup>44</sup> MELO, D. Mariana das Dores de – [Diário] 1897, Fev. 15. Lisboa [Manuscript] 1897. (Arquivo Sabugosa / S. Lourenço, Lisbon, Portugal. No call nr.).

<sup>45</sup> MENESES, António Maria de Melo Silva César e – [Carta] 1888, Dez, 26, Vila Viçosa [a] MELO, D. Mariana das Dores de, [Manuscript] 1888. (Arquivo Sabugosa / S. Lourenço, Lisbon, Portugal, MOR1, Gaveta LI, Caixa 2).

Sabugosa did not like to enter the service without being with her husband: “(...) naturally I enter in service on 28, when the queen arrives. I’m bored when I get on service with António de Vasconcelos without Daddy”.<sup>46</sup>

Besides that, the relations between courtiers and those between them and the sovereign were not always the best. So, it was natural that there are some displeasures: “Behind the court scenes there has not been (so far) no greater unpleasant experiences, in addition to those already provided (...)”<sup>47</sup> wrote the Count of Sabugosa when he visited the Port in 1894.

The monarch himself was aware that the court environment was not always the friendliest and intrigues in the corridors were common, as he writes to the Marquis de Soveral: “(...) I do not need to recommend but you should be very careful with what you write and who you write to. There are here very long tongues and people who want to always show they know the latest news”.<sup>48</sup>

Beyond the intrigues, conflicts also succeeded, sometimes as a result of those. The Countess of Sabugosa confides to us: “(...) Antonio told me that on the eve Tomás had come to do the service instead Rosas. Before dinner he was going to talk to Isabel Ponte, which she refused, saying that she knew what he was speaking ill about her, about the King, and it was her who told him about the dispensary. Thomas was quite disturbed and embarrassed. He did not answer her and after dinner seems to António that she beg his pardon. Unpleasant scene and placed both in bad position. The Queen thinks that Isabel had not done well saying those things”.<sup>49</sup>

Despite these aspects, which can be dissuaders of the ambition to belong to the royal house, belonging to this institution remains a matter of great honor and happiness: “(...) The Tarouca is here doing his first week and is the happiest man in the world”<sup>50</sup> wrote the Count of Ficalho to Count of Arnoso. Besides, that meant being close to the royal favors and beneficence. Not only the Christmas presents, as that one bought on Leitão & Irmãos, the suppliers of the Royal Household<sup>51</sup> as well as decorations and grand crosses, usually given during the visit of foreign monarchs. The visit of King Alfonso XIII of Spain, in 1903, originated this comment of Fernando de

<sup>46</sup> MELO, D. Mariana das Dores de [Carta] 1894, Junho, 16, Lisboa [a] MENESES, António Vasco de Melo César e, [Manuscript] 1894. (Arquivo Sabugosa / S. Lourenço, Lisbon, Portugal, MOR1, Gaveta LI, Caixa 3, Maço 18, 80).

<sup>47</sup> MENESES, António Maria de Melo Silva César e - [Carta] 1894, Mar, 2, Porto [a] MELO, D. Mariana das Dores de, [Manuscript] 1894 (Arquivo Sabugosa / S. Lourenço, Lisbon, Portugal, MOR1, Gaveta LI, Caixa 2).

<sup>48</sup> BRAGANÇA, D. Carlos de - [Carta] 1904, Mar, 14 s.l., [a] SOVERAL, Luís Maria Augusto Pinto de, [Manuscript] 1904. (Arquivo da Casa de Bragança, Vila Viçosa, Portugal. Arquivo Soveral, Cartas do Rei D. Carlos, P. 24, 11).

<sup>49</sup> MELO, D. Mariana das Dores de - [Diário] 1896, Jan. 14. Lisboa [Manuscript] 1896. (Arquivo Sabugosa / S. Lourenço, Lisbon, Portugal. No call nr.).

<sup>50</sup> MELO, Bernardo Pinheiro Correia de - [Carta] 1901, Mar. 19 s.l., [a] SOVERAL, Luís Maria Augusto Pinto de, [Manuscript] 1901. (Arquivo da Casa de Bragança, Vila Viçosa, Portugal. Arquivo Soveral, Cartas do Conde de Arnoso, P. 12, 2).

<sup>51</sup> MELO, D. Mariana das Dores de - [Diário] 1896, Dez. 4. Lisboa [Manuscript] 1896. (Arquivo Sabugosa / S. Lourenço, Lisbon, Portugal. No call nr.).

Serpa Pimentel to the Marquis de Soveral “(...) They did a great hunt for decorations and especially the Grand Cross. It happened very hilarious scenes and resentments”.<sup>52</sup>

Such favors could also be applied for the benefit of third persons. Not infrequently, Isabel Ponte asked the intercession, in most cases by money, to the Queen, on behalf of needy. Because of this, the Queen gave her the nickname of Pedinchona-mor.<sup>53</sup>

The attempt was, therefore, the maintenance of royal good graces for the preservation of their status. And the officers were aware of that. That’s what tells us the Count of Ficalho, in a letter to the Count of Arnoso, when he refuses to enter service, because he was in Serpa: “(...) I was told to go to Lisbon and enter on King’s service but I do not go because it’s absolutely impossible to leave here all the people and I have the physical impossibility to get them here on Friday. I wrote to the King to Vila Nova Count. I think the thing is thus arranged, and I hope you to come Sunday. Explain it if they talk about it, we would neither abandon the family in Alentejo, nor take ladies to Lisbon from one day to another, when we must find places, transport, etc. I will not because I can not go, and if they will not understand this, I submit myself to the consequences (...)”.<sup>54</sup>

These consequences would be the definitive removal of the service to the Royal Household and the benefits arising therefrom, as happened with the Count of S. Mamede, Director of Finances of the Royal House. “The Queen”, writes the Earl of Sabugosa, “spoke to me about the story of the [Count of] S. Mamede. She told me he was hopelessly lost in their esteem. Besides being a bad administrator, She can not forgive him for having reduced the M. C °. It is true that these are very strong reasons not to forgive him. But I remember that four months ago he was still the King’s favorite. I told the Queen that I felt sorry about it all mostly because they did give him so much and so many assignments which his weak head couldn’t stand. The power has gone to his head, stupefied and now had a great fall”.<sup>55</sup>

In conclusion, it seems ungracious to say that despite the favours and honours that might accrue to the service in the palace were not comparable to those assigned during the absolute monarchy, yet they were attractive enough, even if for this was necessary to bear the intrigues and conflicts of the palace. Indeed, it was precisely on the everyday activities that relations were strengthened with the monarchs consolidating the confidence that allowed the royal gratitude.

<sup>52</sup> PIMENTEL, Fernando de Serpa – [Carta] 1903, Dez, 24 s.l., [a] SOVERAL, Luis Maria Augusto Pinto de, [Manuscript] 1902. (Arquivo da Casa de Bragança, Vila Viçosa, Portugal. Arquivo Soveral, Cartas de Fernando Serpa Pimentel, P. 39, 130).

<sup>53</sup> GAMA, Isabel Saldanha da – [Carta] 1903, Jun. 9 Lisboa. [a] D. Amélia de Orleães. [Manuscript] 1903. (ANTT, Lisbon, Portugal. Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Casa Real, Caixa 7377). Pedinchona means beggar.

<sup>54</sup> BREYNER, Francisco Manuel de Melo – [Carta], s.d., Serpa [a] MELO, Bernardo Pinheiro Correia de, [Manuscript] s.d.. (BNP, Lisbon, Portugal. Espólio do Conde de Arnoso, Cartas do Conde de Ficalho, 1224).

<sup>55</sup> MENESES, António Maria de Melo Silva César e [Diário] 1890, Jan. 18. Lisboa [Manuscript] 1890. (Arquivo Sabugosa / S. Lourenço, Lisbon, Portugal. No call nr.).

# Le cas Léon Bourgeois.

## Gestion de la mémoire d'un homme politique majeur de la fin du XIX<sup>ème</sup> et du début du XX<sup>ème</sup> siècles par l'intermédiaire des archives familiales

*Alexandre Niess*

Bien que méconnu, Léon Bourgeois, né le 21 mai 1851 à Paris et décédé à Oger (commune de la Marne, située non loin d'Épernay) le 29 septembre 1925, n'en est pas moins un personnage fondamental du radicalisme français et du juripacisme (pacifisme juridique) européen de la fin du dix-neuvième siècle et du début du vingtième siècle.

Sa carrière dans la haute administration et en politique témoigne largement de cette place prépondérante qui se mesure largement à l'énumération des postes jalonnant sa carrière: secrétaire général de la préfecture de la Marne à Châlons-sur-Marne entre décembre 1877 et le 17 novembre 1880, date à laquelle il est nommé sous-préfet de la Marne à Reims; fonction qu'il occupe jusqu'à sa nomination en 1882 comme préfet du Tarn, avant de devenir l'année suivante secrétaire général de la préfecture de la Seine et principal collaborateur du préfet Eugène Poubelle. Le 7 décembre 1885, il quitte la capitale pour rejoindre Toulouse en qualité de préfet de Haute-Garonne, poste qu'il occupe jusqu'au mois de novembre de l'année suivante, date à laquelle il est appelé comme directeur au ministère de l'Intérieur. C'est en 1887 qu'il quitte les arcanes de l'hôtel de Beauvau pour s'installer dans le fauteuil de préfet de police de Paris, à deux pas du parvis de Notre-Dame. En février 1888, il libère cette fonction très honorifique et quitte la haute administration pour s'engager en politique. Cette période initiale de la vie de Léon Bourgeois correspond à 13,73% de sa vie (3 730

jours), tandis que sa carrière de parlementaire occupe tout le reste de son existence (jusqu'en septembre 1925) et correspond finalement à 50,55% de sa vie (13 730 jours).

En février 1888, il remporte, en effet, les élections législatives partielles organisées dans le département de la Marne qui doivent pourvoir au remplacement de Camille Margaine, élu sénateur, et auxquelles se présente le général Georges Boulanger. Léon Bourgeois occupe ce siège de député jusqu'en 1905, année où il entre à son tour au Sénat. La mort de Léon Bourgeois libère ce fauteuil. Néanmoins, Léon Bourgeois n'est pas un parlementaire tout à fait comme les autres, puisque dès le 19 mai 1888, quelques semaines après son élection en qualité de député, il devient sous-secrétaire d'État à la Présidence du Conseil et à l'Intérieur dans le gouvernement Floquet. Sa présence au Conseil des ministres ne s'arrête pas avec la chute de ce gouvernement puisque Léon Bourgeois participe aux gouvernements Tirard 2, Freycinet 4, Loubet, Ribot 1 et Ribot 2. Léon Bourgeois cumule ainsi 1378 jours de ministériat sur les 1781 jours compris entre la prise de fonction par Floquet et la démission d'Alexandre Ribot le 4 avril 1893, soit 77,37 % du temps. Dans cette phase initiale de sa carrière politique et ministérielle, Léon Bourgeois est amené à s'occuper de l'Intérieur (271 jours comme sous-secrétaire d'État dans le gouvernement Floquet, 12 jours comme ministre dans le gouvernement Tirard 2), de l'Instruction publique et des Beaux-arts (703 jours dans le gouvernement Freycinet 4 et 275 jours dans le gouvernement Loubet), de la Justice (35 jours dans le gouvernement Ribot 1, 60 jours puis 22 jours [interrompus par la journée du 13 mars 1893 au cours de laquelle a été nommé Jules Develle] dans le gouvernement Ribot 2). S'ensuit quelques mois passés sur les bancs de la Chambre.

Le retour aux affaires ministérielles de Léon Bourgeois est tonitruant, nommé Président du Conseil le 1<sup>er</sup> novembre 1895 par le Président Edgar Faure, il occupe cette fonction durant 174 jours (jusqu'au 23 avril 1896). Au cours de sa présidence du Conseil, Léon Bourgeois s'occupe également du ministère de l'Intérieur (148 jours jusqu'au 28 mars) puis des Affaires étrangères (les 26 derniers jours). Deux ans après son éviction de la présidence du Conseil, il retrouve un poste ministériel dans le gouvernement Brisson 2 avec la charge de l'Instruction publique et des Beaux-arts (120 jours). Il faut attendre 1906 et la nomination du gouvernement Sarrien pour observer un retour de Léon Bourgeois au sein du conseil des ministres (220 jours aux Affaires étrangères); il faut dire qu'entre temps, Léon Bourgeois n'est pas resté dans l'ombre puisqu'il occupe le perchoir du président de la Chambre des députés pendant 581 jours, du 10 juin 1902 au 12 janvier 1904.

Lors de la constitution de son premier gouvernement, le 14 janvier 1912, Raymond Poincaré fait appel à Léon Bourgeois pour gérer le portefeuille du ministère du Travail (373 jours) et si, à la suite, quatre gouvernements (Briand 3, Briand 4, Barthou et Doumergue) se succèdent sans présence de Léon Bourgeois, ce dernier

est appelé par Alexandre Ribot (Ribot 4) au ministère des Affaires étrangères pour l'un des gouvernements les plus courts de l'histoire de France du 9 au 12 juin 1914 (passation faite le 13 juin avec René Viviani). Lors des premiers temps de la Grande Guerre, Léon Bourgeois ne participe pas aux gouvernements d'Union sacrée, mais lors de la création des Ministères d'État par Aristide Briand pour son cinquième gouvernement, le 29 octobre 1916, alors âgé de 65 ans et représentant du courant de la Paix par le Droit au sein du parti radical, il est choisi par le président du Conseil aux côtés de Charles de Freycinet (âgé de 88 ans et 4 fois Président du Conseil), d'Émile Combes (81 ans, 1 fois Président du Conseil), de Jules Guesde (71 ans, chef de file du Parti Ouvrier français puis d'une branche active et très radicale de la SFIO) et de Denys Cochin (65 ans, député parisien de l'Action libérale, figure de proue des catholiques ralliés à l'Union sacrée).

De mars à septembre 1917, Alexandre Ribot lui confie le ministère du Travail et de la Prévoyance sociale. Léon Bourgeois achève sa carrière ministérielle dans le premier gouvernement Painlevé avec le titre de Ministre d'État et membre du comité de guerre le 16 novembre 1917.

Néanmoins, et ce n'est pas parce que Léon Bourgeois n'occupe plus de fonction ministérielle qu'il s'efface du paysage politique français et international. D'abord, il occupe les fonctions de président du Sénat durant 1135 jours du 14 janvier 1920 au 22 février 1923. Ensuite, dans son combat de la Paix par le Droit, il est un membre éminent des conférences internationales pour la Paix organisées à La Haye en 1899 et en 1907 au point qu'on lui doit expressément la création du tribunal d'arbitrage de La Haye, qu'il pose les principes de la Société des Nations dès 1917 dans le cadre de la CIESDN (Commission interministérielle d'Études pour la Société des Nations)<sup>1</sup> et qu'il devient en 1920, un membre éminent de cette institution internationale créée par le traité de Versailles, avant de recevoir en décembre de cette même année 1920, le prix Nobel de la Paix pour l'ensemble de son œuvre. Cette dernière étant marquée par la publication dès 1896 d'un ouvrage fondamental et fondateur de la théorie du solidarisme.<sup>2</sup> Dans les années 1920, cela vaut à Léon Bourgeois le surnom d' "Ange de la Paix".

<sup>1</sup> BLAIR, Scott G. – *La CIESDN: le rôle du gouvernement français dans l'élaboration du pacte de la Société des Nations, 1914-1919*. Paris: thèse soutenue à l'Université Panthéon-Sorbonne, 1992; BLAIR Scott G. – Les origines en France de la SDN. Léon Bourgeois et la Commission interministérielle pour la Société des Nations (1917-1919), In NIESS, Alexandre; VAÏSSE, Maurice – *Léon Bourgeois. Du solidarisme à la Société des Nations*. Langres: D. Guéniot, 2006, pp. 73-102.

<sup>2</sup> Sur ces questions lire: BERSTEIN, Serge – Léon Bourgeois et le solidarisme. In NIESS, Alexandre; VAÏSSE Maurice, *Léon Bourgeois. Du solidarisme...*, cit., pp. 7-16; AUDIER, Serge – *Léon Bourgeois. Fonder la solidarité*. Paris: Éditions Michalon, "Le Bien commun", 2007, 126 p.; MIÉVRE, Jacques – Le solidarisme de Léon Bourgeois. *Cahiers de la Méditerranée* [Em linha]. Vol. 63 (2001). [Consult. 19/12/2010] Disponible na internet: <<http://cdlm.revues.org/index17.html>>; ZEYER, Marie-Adélaïde – *Léon Bourgeois, père spirituel de la Société des Nations. Solidarité internationale et service de la France (1899-1919)*. Paris: thèse soutenue à l'Université Panthéon-Sorbonne/École des Chartes, 2006; DEMKO, Denis – *Léon Bourgeois. Philosophe de la solidarité*. Paris: Edimaf, 2001, 159 p.

Malgré tout, lors d'une conférence prononcée le 12 mars 1958 devant la société d'Histoire de la Troisième République, Paul Loppin s'écrit: "Les morts vont vite, a-t-on coutume de dire. On ne le sait hélas! que trop. Mais de là à supposer qu'un homme d'État, ancien prix Nobel de la Paix, qui a tenu, dans le premier quart de ce siècle, une place prépondérante en France et au dehors, puisse être oublié du plus grand nombre, moins de trente-cinq ans après sa mort, il y a un abîme"<sup>3</sup>. Comment expliquer cet oubli de la mémoire collective? Et même si aujourd'hui de nombreuses études permettent de redécouvrir l'œuvre de Léon Bourgeois, pourquoi connaissons-nous si peu l'homme? La réponse se trouve principalement dans la gestion familiale des archives privées de Léon Bourgeois, dispersées entre la famille et diverses institutions publiques et qui donnent une image relativement conventionnelle de Léon Bourgeois, même si des éléments permettent de percer quelque peu la personnalité de ce dernier.

## 1. Une grande dispersion des archives familiales

Si le sous-titre de cet article insiste sur la gestion de la mémoire de Léon Bourgeois, il s'avère très rapidement que de gestion il n'y en eut pas réellement; tant et si bien que nous devons aujourd'hui nous demander (un peu en vrac): qui transmet? quoi? à qui? quand? et comment?

Cette logique de questionnement est assez peu éclairante au demeurant puisque parmi les verseurs nous trouvons Léon Bourgeois lui-même, son fils Georges, sa belle-fille, etc.; pour les éléments déposés, il est possible de trouver des ouvrages, des notes manuscrites, des lettres, des outils administratifs, des diplômes, des médailles, du mobilier, des œuvres picturales ou sculpturales, etc.; au registre des receveurs, la bibliothèque municipale de Châlons-sur-Marne, le musée des Beaux-arts de cette ville, les archives municipales et départementales, etc. Sans suivre cette logique donc, nous répondrons à ces questions, à la fois simples, dans leur formulation, et complexes, dans leur résolution, en analysant les versements dans l'ordre chronologique dans lesquels ils ont été effectués.

### a) 1926: le legs Léon Bourgeois

Première étape, fondamentale et sans doute l'une des plus lourdes de sens dans la gestion de ces archives privées et familiales de Léon Bourgeois, le legs de 1926 est le reflet de la volonté du député et sénateur de la circonscription de Châlons-sur-Marne de 1888 à 1925 de laisser trace de son œuvre au service municipal du musée et de la bibliothèque du chef-lieu, alors constitué d'une seule entité sous la

<sup>3</sup> LOPPIN, Paul – *Les Grandes figures champenoises. Léon Bourgeois*. Paris: Béarn, 1964, p. 6.

responsabilité unique d'Henri Vendel. Ce legs est constitué de cent-cinquante pièces aujourd'hui récolées dans les collections du Musée des Beaux-arts et d'Archéologie de Châlons-en-Champagne et de plusieurs milliers de volumes<sup>4</sup> qui constituent une grande partie du fonds Léon Bourgeois de la Médiathèque de cette ville.

Les cent-cinquante objets du Musée des Beaux-arts se ventilent, selon les anciens récolements du musée, dans six sections: la section peinture (cinq objets), la section sculpture (quinze objets), la section photographique (deux objets), la section numismatique (quatre-vingt-dix huit objets), la section des décorations (vingt-sept objets) et la section des objets du quotidien (trois objets).

Plus précisément, ce legs de Léon Bourgeois est constitué de douze portraits du parlementaire français et de sa famille. Quatre ont été réalisés entre 1854 et 1855 par le peintre d'histoire et portraitiste d'origine polonaise Victor Casimir Zier qui expose au Salon à compter de 1844. Ces portraits représentent Léon Bourgeois enfant (il a quatre ou cinq ans)<sup>5</sup>, Marie Victor Bourgeois (père de Léon, alors âgé d'une cinquantaine d'années)<sup>6</sup>, Augustine Euphrasie Élise Hinoult (mère de Léon, âgée de 47 ans environ)<sup>7</sup> et Louis Prosper Hinoult (oncle maternel de Léon, âgé d'environ 44 ans)<sup>8</sup>. Léon Bourgeois a également légué au service d'Henri Vendel une photographie<sup>9</sup> d'Eugène Pirou (1841-1909) prise en 1891, une toile non datée (probablement de la fin du XIX<sup>ème</sup> siècle) de Charles Jakob August Benziger (1867-1955)<sup>10</sup>, célèbre portraitiste américain d'origine suisse très recherché par la bonne société européenne et américaine, et six sculptures le représentant: une fonte d'André Paul Arthur Massoule (1851-1901)<sup>11</sup>, sculpteur né à Epernay dans la Marne qui expose au Salon en 1878, 1879, 1881, datée de 1887; deux médaillons datés de 1897, l'un circulaire (mesurant dix centimètres de diamètre)<sup>12</sup>, l'autre rectangulaire (dix-neuf centimètres de haut et treize centimètres de large)<sup>13</sup> de Louis Eugène Mouchon (1843-1914), graveur et médailliste français plus connu pour son activité philatélique et auteur de quelques sculptures; une plaque commémorative en métal, œuvre d'Alphonse Eugène Lechevrel (1848-1924)<sup>14</sup>, datée de 1901; un buste en bronze daté de 1903 et signé par Léopold Bernhard Bernstamm (1859-1939)<sup>15</sup>, sculpteur letton installé en France à partir de 1885; et un plâtre de Palma d'Annunzio Daillion

<sup>4</sup> Aujourd'hui le fonds Léon Bourgeois de la Médiathèque de Châlons-en-Champagne est constitué d'environ cinq-mille-trois-cent cotes différentes pour autant d'ouvrages.

<sup>5</sup> Musée des Beaux-arts et d'archéologie de Châlons-en-Champagne (MBA), n° d'inventaire: 926-7-1.

<sup>6</sup> MBA, n° d'inventaire: 926-7-2.

<sup>7</sup> MBA, n° d'inventaire: 926-7-3.

<sup>8</sup> MBA, n° d'inventaire: 926-7-5.

<sup>9</sup> MBA, n° d'inventaire: 926-7-4.

<sup>10</sup> MBA, n° d'inventaire: 926-7-6.

<sup>11</sup> MBA, n° d'inventaire: 926-7-98.

<sup>12</sup> MBA, n° d'inventaire: 926-7-104.

<sup>13</sup> MBA, n° d'inventaire: 926-7-105.

<sup>14</sup> MBA, n° d'inventaire: 926-7-108.

<sup>15</sup> MBA, n° d'inventaire: 926-7-99.

(1863-1943)<sup>16</sup> de 66 centimètres de hauteur, 80 centimètres de largeur et huit centimètres d'épaisseur probablement réalisé entre 1920 et 1923 puisqu'il représente Léon Bourgeois dans ses fonctions de président du Sénat.

En dehors de ces sculptures le représentant, Léon Bourgeois donne quatre biscuits (l'un sort de la Manufacture de Sèvres en 1888 et est signé Levillain<sup>17</sup>, le second commémore la fête des sociétés gymniques de 1891<sup>18</sup>, le troisième daté de 1896 représente Nicolas II et la tsarine<sup>19</sup>, le dernier est une représentation allégorique de la République datée de 1900 et est l'œuvre du graveur-médailleur Jules Clément Chaplain (1839-1909)<sup>20</sup> devenu directeur de la Manufacture de Sèvres en 1895) et quatre sculptures de sa main, un marbre représentant sa fille Hélène<sup>21</sup>, un plâtre peint qui lui donne l'allure d'une terre cuite et intitulé *Étude de femme*<sup>22</sup> et deux terres cuites: une *Femme allongée*<sup>23</sup> et une jeune femme en pleurs intitulée *Tristesse*<sup>24</sup>.

Dans ce legs, on trouve également vingt-et-une décorations honorifiques françaises<sup>25</sup> (médaille de 1870-1871<sup>26</sup>, palmes académiques<sup>27</sup>, etc.) ou internationales (ordre de Saint-Olaf de Norvège<sup>28</sup>, ordre du Dragon vert d'Annam<sup>29</sup>, etc.), mais surtout quatre-vingt-seize médailles commémoratives<sup>30</sup> dont de nombreuses sont des commandes publiques réalisées par les plus grands graveurs et médailleurs de leur temps tels Louis-Oscar Roty (1846-1911 – sept médailles)<sup>31</sup>, Jules Clément Chaplain (1839-1909 – sept médailles)<sup>32</sup>, Louis Alexandre Bottée (1852-1940 – cinq médailles)<sup>33</sup>, Alphée Dubois (1831-1905 – cinq médailles)<sup>34</sup>, Jean-Baptiste Daniel Dupuis (1849-1899 – cinq médailles)<sup>35</sup>, Frédéric Charles Victor de Vernon (1858-1912

<sup>16</sup> MBA, n° d'inventaire: 926-7-107.

<sup>17</sup> MBA, n° d'inventaire: 926-7-110.

<sup>18</sup> MBA, n° d'inventaire: 926-7-147.

<sup>19</sup> MBA, n° d'inventaire: 926-7-109.

<sup>20</sup> MBA, n° d'inventaire: 926-7-149.

<sup>21</sup> MBA, n° d'inventaire: 926-7-100.

<sup>22</sup> MBA, n° d'inventaire: 926-7-103.

<sup>23</sup> MBA, n° d'inventaire: 926-7-101.

<sup>24</sup> MBA, n° d'inventaire: 926-7-102.

<sup>25</sup> MBA, n° d'inventaire: 926-7-118 à 123, 125 à 137, 145 et 150.

<sup>26</sup> MBA, n° d'inventaire: 926-7-150.

<sup>27</sup> MBA, n° d'inventaire: 926-7-134.

<sup>28</sup> MBA, n° d'inventaire: 926-7-122.

<sup>29</sup> MBA, n° d'inventaire: 926-7-125.

<sup>30</sup> MBA, n° d'inventaire: 926-7-7 à 97, 115 à 117, 124, 140, 146 et 148.

<sup>31</sup> MBA, n° d'inventaire: 926-7-23, 32, 48, 81, 87, 97 et 146.

<sup>32</sup> MBA, n° d'inventaire: 926-7-17, 21, 36, 43, 45, 56 et 149.

<sup>33</sup> MBA, n° d'inventaire: 926-7-34, 35, 52, 79 et 95.

<sup>34</sup> MBA, n° d'inventaire: 926-7-13, 27, 29, 42 et 88.

<sup>35</sup> MBA, n° d'inventaire: 926-7-16, 25, 47, 89 et 94.

– quatre médailles)<sup>36</sup>, etc.; quatre-vingt-dix d'entre elles sont en bronze, une en cuivre et argent<sup>37</sup>, deux en argent<sup>38</sup>, trois en cuivre<sup>39</sup>.

Léon Bourgeois lègue également trois insignes de parlementaires<sup>40</sup>, deux de députés et un de sénateur, un étui en cuir<sup>41</sup>, un marteau en bois<sup>42</sup>, un plâtre réalisé en l'honneur du conseiller d'État Louis Herbette (1848-1922)<sup>43</sup>, deux sous-main<sup>44</sup>, un album photographique de la ville de Tours<sup>45</sup>, un exemplaire de sa thèse de licence<sup>46</sup>, son diplôme de prix Nobel de la Paix 1920<sup>47</sup> et deux coupures de presse<sup>48</sup> relatant cet épisode particulier.

Ce catalogue de biens transmis par Léon Bourgeois aux services municipaux châlonnais chargés de conserver la mémoire de l'histoire locale est assez explicite et montre que Léon Bourgeois, lui-même, avait une idée assez précise de l'image qu'il souhaitait donner de lui au lendemain de son décès puisque les donations faites aux services municipaux de Châlons-sur-Marne insistent largement sur son rôle politique et international, peu d'objets d'ordre strictement privés sont légués.

#### *b) 1940: le don Georges Bourgeois*

Le don effectué par le fils de Léon Bourgeois, le docteur Georges Bourgeois, est bien plus faible en quantité mais n'a pas d'égal quant à la qualité des objets donnés au Musée des beaux-arts de Châlons-sur-Marne. Trois œuvres majeures viennent ainsi compléter les collections de ce musée, trois œuvres signées de la main de François "Auguste" René Rodin (1840-1917). La première est un marbre blanc intitulé *Tête de saint Jean-Baptiste*<sup>49</sup> exécutée en 1887. La seconde est un bronze portant le titre de *Je suis belle*<sup>50</sup> qui prend place dans *La Porte de l'Enfer* et élaboré à partir d'une strophe d'un poème de Charles Baudelaire (1821-1867) intitulé *La Beauté*, issu du recueil *Les Fleurs du Mal*, dont la première strophe est gravée sur le socle:

<sup>36</sup> MBA, n° d'inventaire: 926-7-44, 50, 65 et 66.

<sup>37</sup> MBA, n° d'inventaire: 926-7-95, médaille offerte aux membres du Jury de l'Exposition universelle de 1900 à Paris, réalisée par Louis Alexandre Bottée.

<sup>38</sup> MBA, n° d'inventaire: 926-7-94, médaille offerte à Léon Bourgeois lors de l'Exposition universelle de 1900 à Paris, réalisée par Daniel Dupuis et MBA, n° d'inventaire: 926-7-146, médaille de l'Assistance publique créée par Louis Oscar Roty (modèle 1891).

<sup>39</sup> MBA, n° d'inventaire: 926-7-97, 115 et 140.

<sup>40</sup> MBA, n° d'inventaire: 926-7-115 à 117.

<sup>41</sup> MBA, n° d'inventaire: 926-7-141.

<sup>42</sup> MBA, n° d'inventaire: 926-7-138.

<sup>43</sup> MBA, n° d'inventaire: 926-7-106.

<sup>44</sup> MBA, n° d'inventaire: 926-7-143 et 144.

<sup>45</sup> MBA, n° d'inventaire: 926-7-114.

<sup>46</sup> MBA, n° d'inventaire: 926-7-111.

<sup>47</sup> MBA, n° d'inventaire: 926-7-139.

<sup>48</sup> MBA, n° d'inventaire: 926-7-112 et 113.

<sup>49</sup> MBA, n° d'inventaire: 940-1-2.

<sup>50</sup> MBA, n° d'inventaire: 940-1-3.

“Je suis belle, ô mortels! comme un rêve de pierre, / Et mon sein, où chacun s’est meurtri tour à tour, / Est fait pour inspirer au poète un amour / Eternel et muet ainsi que la matière. (...)”<sup>51</sup>

La troisième est une réduction en bronze de *L’âge d’airain* (1877), pièce unique qui prend alors le nom d’*Éveil de l’Humanité*<sup>52</sup>, spécialement créée par l’artiste selon les prescriptions de l’inscription portée sur le socle, à savoir qu’il s’agit en fait d’un “hommage du Groupe parlementaire français de l’arbitrage international à Léon Bourgeois premier délégué de la France à la Conférence de La Haye 1899-1907.”

### c) 1954: l’achat Michaud et le complément de la bibliothèque

Cette année 1954 constitue la deuxième étape la plus importante pour comprendre et connaître Léon Bourgeois. D’abord parce que la bibliothèque privée de Georges Bourgeois, constituée encore de nombreux volumes ayant appartenu à son père, vient grossir les étagères de la bibliothèque municipale de Châlons-sur-Marne sous la même série que les précédents (à savoir la cote LB) intégrant ainsi ce que les bibliothécaires appellent donc assez improprement le fonds Léon Bourgeois. Sur les cinq-mille-trois-cent volumes que compte aujourd’hui ce fonds Léon Bourgeois, mille six cent quatre-vingt neuf titres représentant trois-mille-cent-quatre-vingt-un volumes ont assurément appartenu à Léon Bourgeois, le reste constituant des acquisitions de son fils Georges.

La même année, les Archives départementales de la Marne achètent auprès de la librairie rémoise Léon Michaud quelques papiers, mais surtout des médailles et des diplômes ayant appartenu à Léon Bourgeois. Entrées de manière exceptionnelle et intégrant pleinement la catégorie des fonds privés, ces archives sont alors classées dans la série J, sous les cotes J 1109 à 1120. Les Archives départementales acquièrent ainsi vingt-huit diplômes<sup>53</sup> remis à Léon Bourgeois entre 1891 et 1924, une liste autographe des discours prononcés par Léon Bourgeois entre 1882 et 1911<sup>54</sup>, une

<sup>51</sup> “(...) Je trône dans l’azur comme un sphinx incompris; J’unis un cœur de neige à la blancheur des cygnes; Je hais le mouvement qui déplace les lignes, Et jamais je ne pleure et jamais je ne ris. / Les poètes, devant mes grandes attitudes, Que j’ai l’air d’emprunter aux plus fiers monuments, Consumeront leurs jours en d’austères études; / Car j’ai, pour fasciner ces dociles amants, De purs miroirs qui font toutes choses plus belles: Mes yeux, mes larges yeux aux clartés éternelles! »

<sup>52</sup> MBA, n° d’inventaire: 940-1-1.

<sup>53</sup> Archives départementales de la Marne (ADM), J 1109.

<sup>54</sup> ADM, J 1110. Pour une analyse de cette archive particulière on peut se référer à NIESS, Alexandre – Discours politique, discours social: quand l’instantané et l’éphémère tendent vers la pérennité. Les discours de Léon Bourgeois (1851-1925), la théorie du solidarisme exprimée dans *Solidarité* (1896) et l’envie de synthèse. Analyse d’une source manuscrite inédite conservée aux Archives départementales de la Marne (France). Intervention effectuée le 26 octobre 2006 à l’université de Montréal dans le cadre du *Colloque des jeunes chercheurs en sociocritique et en analyse du discours* adossé au colloque *De la pioche à la plume. Travail, littérature et discours social*, organisé par l’université de Montréal les 27 et 28 octobre 2006.

lettre du Président Gaston Doumergue et une du secrétaire perpétuel de l'Académie des sciences morales et politiques<sup>55</sup>, des notes relatives aux questions d'arbitrage international écrites entre 1901 et 1904<sup>56</sup>, une affiche reproduisant le discours prononcé par Léon Bourgeois pour l'approbation du traité de Versailles<sup>57</sup>, de notes autographes préparatoires à un travail sur la Hongrie<sup>58</sup>, de diverses lettres (souvent autographes) adressées à Léon Bourgeois<sup>59</sup>, treize menus des Dîners de la Marmite datant de 1886 à 1890<sup>60</sup>, de trente-cinq médailles reçues par Léon Bourgeois entre 1891 et 1920<sup>61</sup> (et notamment la médaille de son Prix Nobel de la Paix<sup>62</sup>). On peut se demander comment Léon Michaud a pu se retrouver en possession de tels objets ou papiers personnels ayant appartenu à Léon Bourgeois. Mais surtout, cette acquisition montre dès 1954, toutes les difficultés pour regrouper ces objets bourgeois. Ainsi, quatre-vingt-seize médailles se trouvent dans les collections du musée et trente-cinq dans les réserves des archives départementales. Plus curieux encore, le musée possède le diplôme du Prix Nobel, les archives départementales la médaille. Aucune logique dans cette répartition, fruit du simple hasard des legs et politiques d'achats des dites institutions.

#### *d) 1956: l'achat Bourgeois*

Cet achat effectué auprès de la veuve de Georges Bourgeois au cours de l'année 1956 constitue la troisième étape importante pour cerner au mieux la personne de Léon Bourgeois, même si cet achat est principalement constitué de pièces mineures rassemblées sous les cotes J 1451 à J 1461. Cet achat comprend deux photographies: l'une du roi d'Italie Victor Emmanuel III datant de 1917<sup>63</sup>, l'autre, dédiée à Léon Bourgeois, du roi d'Espagne Alphonse XIII d'août 1920<sup>64</sup>; un brassard tricolore (bleu-blanc-rouge) offert à Léon Bourgeois par les habitants de Bozen (Tyrol)<sup>65</sup>; deux listes de maires, adjoints et membres de conseils municipaux du département de la Marne<sup>66</sup>; deux cahiers de leçon: le premier est un cahier de corrigés de thèmes et de versions latines données par M. Goffaux en 1811<sup>67</sup>, le second comporte les leçons de philosophie de l'histoire professées au Palais cardinal par Auguste Comte en 1850<sup>68</sup>;

<sup>55</sup> ADM, J 1111.

<sup>56</sup> ADM, J 1112.

<sup>57</sup> ADM, J 1113.

<sup>58</sup> ADM, J 1114.

<sup>59</sup> ADM, J 1115 à 1117 et 1119.

<sup>60</sup> ADM, J 1118.

<sup>61</sup> ADM, J 1120.

<sup>62</sup> ADM, J 1120/33.

<sup>63</sup> ADM, J 1451.

<sup>64</sup> ADM, J 1452.

<sup>65</sup> ADM, J 1453.

<sup>66</sup> ADM, J 1454 et 1455.

<sup>67</sup> ADM, J 1456.

<sup>68</sup> ADM, J 1457.

une copie de l'*Essai sur l'horlogerie* de Ferdinand Berthaud écrit en 1763<sup>69</sup>; et de trois tomes manuscrits de *Philosophia data à R.P. Fratebas, Or. D.J. Scripta et propagnata à Joanne Larolo Vallienne, in philosophia audiente*, thèse de philosophie écrite entre 1750 et 1751<sup>70</sup>.

*e) Achats ponctuels et dons aléatoires*

En dehors de ces moments très précis où des archives essentielles intègrent les fonds locaux de la volonté de Léon Bourgeois lui-même ou de ses proches, les achats ponctuels et les dons aléatoires sont les plus nombreux, avec des apports très variés. Le Musée des Beaux-arts de Châlons-sur-Marne intègre ainsi en 1942 dans ses collections un portrait de Léon Bourgeois de la main d'Alfred Roll (1846-1919)<sup>71</sup>, tableau présenté au Salon de 1913. En 1986, le même musée acquiert une estampe de William Julian-Damazzy (1865-1910) représentant *Une séance à la conférence de La Haye*<sup>72</sup>, dont une version a été exposée au Salon des artistes français en 1905 et acquise par l'État la même année pour un montant de 200 francs<sup>73</sup>.

De leur côté, les Archives départementales de la Marne font grossir singulièrement leur fonds consacré à Léon Bourgeois grâce à des dons ou des achats en 1955, 1994, 1996 et 2002. En 1957, les correspondances, poésies, cartes de visites trouvées dans les ouvrages de la bibliothèque Léon Bourgeois sont regroupées et archivées<sup>74</sup>.

En 1955, le don Charpentier permet de créer deux dossiers, le premier contenant une profession de foi et des discours de Léon Bourgeois datant de la période 1894-1897<sup>75</sup>, le second étant constitué de coupures de presses relatives à la politique générale de Léon Bourgeois entre 1895 et 1898<sup>76</sup>. Si ce don concerne bien Léon Bourgeois, rien ne stipule que ces éléments, issus de publications officielles comme le *Barodet*<sup>77</sup> ou d'organes de presse locaux comme *L'Union républicaine de la Marne*, aient été regroupés de son vivant par Léon Bourgeois et aient appartenu à cet homme, il convient donc d'écarter ces deux cotes des analyses à faire sur la gestion des archives privées de Léon Bourgeois.

<sup>69</sup> ADM, J 1458.

<sup>70</sup> ADM J 1459 à 17461.

<sup>71</sup> MBA, n° d'inventaire 942-1-1.

<sup>72</sup> MBA, n° d'inventaire 986-10-1.

<sup>73</sup> Archives nationales F<sup>21</sup> 4193/70

<sup>74</sup> ADM, J 1746.

<sup>75</sup> ADM, J 1244.

<sup>76</sup> ADM, J 1245.

<sup>77</sup> Dans le langage parlementaire, on appelle *Barodet* le document établi depuis les débuts de la Troisième République à chaque législature pour recueillir les programmes et engagements électoraux des candidats élus députés, constituant un tableau d'ensemble des engagements pris devant les électeurs par les députés. Le recueil doit son nom à Désiré Barodet (1823-1906), maire de Lyon en 1872, député de la Seine de 1873 à 1906, qui en fit adopter le principe par la Chambre en novembre 1881.

En 1994, les Archives achètent aux enchères auprès de Drouot, cent-trois lettres datées de 1895 à 1922 écrites par Léon Bourgeois à Valentine, sa sœur, Louis, son beau-frère, et Madame Ricard<sup>78</sup>.

En 1996, l'acquisition de huit lettres dactylographiées<sup>79</sup> portant signature autographe et pour l'une d'elle une souscription d'une dizaine de lignes autographes de Léon Bourgeois à son ami Arthur Fontaine complète la collection des Archives départementales de la Marne, avant l'achat en 2002 d'une lettre du 11 décembre 1890<sup>80</sup> dans laquelle Léon Bourgeois félicite Charles de Freycinet pour son élection à l'Académie française.

L'absence réelle de gestion, comme nous le montre pertinemment la multitude des versements sous forme de legs, de dons, d'achats divers par des verseurs différents et à des institutions variées, explique grandement la dispersion des pièces privées, personnelles et familiales qui pourraient nous permettre aujourd'hui de mieux connaître l'homme qu'était Léon Bourgeois au-delà de sa stature d'homme politique, pratiquement incontournable sur la scène des relations internationales du premier quart du vingtième siècle.

## 2. Qui est Léon Bourgeois?

Quelle image nous donne ces archives dispersées de Léon Bourgeois? D'abord, et ce n'est en rien une surprise, que c'est un homme politique, un homme d'État assez exceptionnel, ensuite qu'il est avant tout un bourgeois de son temps qui se distingue assez peu de ses contemporains et de ses semblables, ce qui conduit à apercevoir l'homme privé qui demeure très largement méconnu, même si ces archives familiales et privées donnent quelques indications et quelques pistes de réflexion.

### *a) un homme d'État*

Nous ne nous appesantirons pas sur la figure de Léon Bourgeois en sa qualité d'homme d'État car c'est l'aspect le mieux connu et le plus étudié. Ce rôle politique majeur est perceptible par l'intermédiaire de sa bibliothèque, de sa correspondance, de ses décorations et cadeaux.

Dans sa bibliothèque, pour laquelle nous estimons que 1762 titres ont appartenu à Léon Bourgeois, 397 (soit 22,53%) concernent la politique, mais surtout, 293 (16,63% de l'ensemble et 73,8% des ouvrages politiques) évoquent l'activité parlementaire. En dehors de ce thème central, toute la bibliothèque léguée s'articule autour des aspects qui caractérisent Léon Bourgeois et sa carrière. D'abord, Léon Bourgeois

<sup>78</sup> ADM, J 5346.

<sup>79</sup> ADM, J 5369.

<sup>80</sup> ADM, J 5672.

est un juriste (349 titres, soit 19,81% de l'ensemble) qui s'intéresse prioritairement à la diplomatie (182 titres) mais aussi à l'éducation et à l'assistance publique (103 livres) et aux sciences humaines pour ce qu'elles peuvent apporter dans le domaine politique de ce début de Troisième République: l'histoire, la géographie, la religion et les arts (396 livres, soit 22,5% de l'ensemble).

Léon Bourgeois développe par ailleurs une correspondance avec des hommes politiques importants de son temps et tout particulièrement avec Raymond Poincaré, son ami. Dans sa correspondance privée, la carrière exceptionnelle de Léon Bourgeois transparait. Ainsi, dans les cent-trois lettres qu'il envoie à sa sœur Valentine, son beau-frère Louis Legendre et à madame Ricard, soixante-quinze utilisent comme support un papier ou une enveloppe portant une mention institutionnelle (Sénat, Chambre des Députés, Délégation de la République Française à la Conférence de la Paix, Cabinet du Ministre de l'Instruction publique, etc.), dont quarante-six sur papier officiel du Sénat; pourtant toutes ces lettres ne sont pas écrites ou envoyées du palais de Luxembourg, vingt ont certes été envoyées de Paris, mais le reste est écrit et expédié de Cannes (neuf), Oger (quatre), Nice (trois), Genève (une dans une enveloppe de la Société des Nations), etc.

Enfin, de nombreuses décorations nationales et internationales et des cadeaux, plus ou moins prestigieux, montrent cette carrière exceptionnelle. Le prix Nobel de la Paix arrive au premier plan de ces témoignages, mais il est possible de trouver une multitude d'autres exemples: plâtre de Palma d'Annunzio Daillion<sup>81</sup>, l'ordre royal du Cambodge<sup>82</sup>, etc.

Les autres éléments de ces différents fonds Léon Bourgeois nous montrent clairement l'image d'un bourgeois partagé entre Paris et sa province d'adoption, qui développe des loisirs, des réseaux de sociabilité comparable à ceux de ses contemporains.

### *b) un bourgeois de son temps*

Ce que l'on peut apprendre du train de vie de Léon Bourgeois à travers ces documents d'archives est assez caractéristique de ce qu'était la vie bourgeoise de la fin du XIX<sup>ème</sup> et du début du XX<sup>ème</sup> siècles, et tout particulièrement du profil assez caractéristique du haut fonctionnaire qui s'inscrit en politique au sein du parti radical et radical-socialiste. Même si "on ne dispose guère de renseignements sur la famille et la jeunesse de Léon Bourgeois"<sup>83</sup>, Adolphe Brisson écrit que "Léon Bourgeois est un enfant des classes moyennes"<sup>84</sup>. Cette appartenance sociale est néanmoins à mettre en doute et plusieurs éléments présents dans les archives

<sup>81</sup> MBA, n° d'inventaire: 926-7-107.

<sup>82</sup> MBA, n° d'inventaire: 926.7.119 (pour la médaille) et ADM, J 1109/3 (pour le diplôme).

<sup>83</sup> SORLOT, Marc – *Léon Bourgeois. Un moraliste en politique*. Paris: Bruno Leprince, 2005, p. 13.

<sup>84</sup> BRISSON, Adolphe – *Les Prophètes*. Paris: Tallandier, 1903, p. 272.

peuvent nous y conduire, avant de s'appuyer sur d'autres éléments encore plus démonstratifs et flagrants. Premièrement, la pratique du portrait de famille est un aspect qui démontre que Léon Bourgeois naît assurément dans une famille relativement aisée. Toutes les classes moyennes n'ont ni les moyens, ni le goût de faire exécuter par un peintre un portrait de plusieurs des membres de la famille, ni même de passer cette commande auprès d'un artiste qui commence à se faire un nom dans l'art du portrait: Victor Casimir Zier. Deuxièmement, Léon Bourgeois fréquente au milieu des années 1860 l'institution Massin puis le lycée Charlemagne auquel cette institution est attachée. Or, cette "institution Massin était pourtant réputée pour être une des meilleures de Paris; elle avait une clientèle fort riche et qui payait bien"<sup>85</sup> et Francisque Sarcey "ne conna[ît] rien qui ressemble moins aux Cosaques que les Massin: on peut les comparer à de braves et honnêtes bourgeois, mais non à des Cosaques"<sup>86</sup>. Ces institutions privées et "spécialisées de Paris ont beau être chères, au moins 1500 francs de frais de pension, (...) elles attirent une vaste clientèle, venue de partout"<sup>87</sup> et, selon Christophe Charle, nombreuses sont les "luttres pour le prestige que se livrent les pensions privées (associées à un grand lycée) par boursiers interposer pour recueillir, avec les palmes de leurs élèves au Concours général, des arguments publicitaires pour attirer les enfants des familles bourgeoises"<sup>88</sup>.

Outre cette appartenance initiale à la bourgeoisie parisienne, Léon Bourgeois développe tout au long de sa vie une sociabilité très largement bourgeoise. Un extrait de lettre prouve ainsi qu'à Oger, il possède et se déplace en automobile et propose même à ses amis le loisir de pouvoir se servir d'elle et de son chauffeur: "Viendrez vous donc avec votre auto jusqu'à Oger? Mais à quoi bon, puisque j'en ai une, moins grande mais suffisante pour quatre – et avec le siège – cinq personnes. Que ferez-vous de l'auto à Chantilly une fois ici? À la fin de votre séjour la mienne vous reconduira toujours toutes les fois où vous voudrez. Demandez à Valentine de me fixer à cet égard. Mais montrez-lui bien l'inutilité de deux voitures à Oger"<sup>89</sup>. Léon Bourgeois pratique encore un mode de vie typiquement bourgeois, quant au début du vingtième siècle, lors de ses repos estivaux, il ne boude aucun des plaisirs des séjours dans les stations balnéaires ou thermales les plus réputées: Nice, Cannes, Evian-les-Bains, etc., comme le suggèrent de nombreuses lettres envoyées à sa sœur

<sup>85</sup> SARCEY, Francisque – *Gare à vos yeux ! Sages conseils donnés par un myope à ses confrères*. Paris: P. Ollendorff, 1884, p. 23.

<sup>86</sup> SARCEY, Francisque; BRISSON, Adolphe – *Journal de jeunesse de Francisque Sarcey (1839-1857)*. Paris: Bibliothèque des Annales politiques et littéraire, 1890, p. 33.

<sup>87</sup> BELHOSTE, Bruno – La préparation aux grandes écoles scientifiques au XIX<sup>ème</sup> siècle: établissements publics et institutions privées. *Histoire de l'éducation* [Em linha]. Vol. 90 (2001). [Consult. 20/12/2010]. Disponível na internet <<http://histoire-education.revues.org/index834.html>>.

<sup>88</sup> CHARLE, Christophe – Le champ universitaire parisien à la fin du XIX<sup>ème</sup> siècle. *Actes de la recherche en sciences sociales*, n°47, 1983, p. 83.

<sup>89</sup> ADM, J 5346, extrait d'une lettre destinée à Madame Ricard, écrite à Oger et postée à Avize le 4 septembre 1908.

ou son beau-frère<sup>90</sup>. Il en est de même alors qu'il organise des réceptions mondaines dans son hôtel particulier situé au 5 de la rue Palatine à Paris, et notamment celle du 30 juin 1892<sup>91</sup> à laquelle il convie le gratin mondain parisien, constitué d'hommes politiques, bien sûr, (Jules Ferry, Charles Floquet, Édouard Lockroy, Émile Loubet, etc.), des princes étrangers en représentation en France ou non (l'ambassadeur de Turquie, la comtesse Korgos, l'ambassadeur d'Allemagne et son épouse), des artistes (Puvis de Chavannes), etc.

Cette sociabilité parisienne est renforcée par la fréquente participation de Léon Bourgeois aux dîners de la Marmite. Selon Jules Claretie, "une république encore, c'est le Dîner de la Marmite; la Marmite, pour parler par abréviation. La politique y montre son esprit. M. Paul Bert a longtemps tenu le couvercle du président maintenant c'est le colonel Riu. La Marmite vient précisément de publier un Album curieux, *L'Album de la Marmite*, où sculpteurs, poètes et politiciens ont également collaboré. Il y a là des croquis de Bartholdi, de Guillemet, de Feyen-Perrin, à côté de spirituelles pages de M. Laurent-Pichat et de M. Ch. Lefebvre, et des vers de MM. Paul Bert, Charles Lepère, Silvestre ou Vallery-Radot, côte à côte avec des dessins du colonel Riu ou des vers du général Pittié"<sup>92</sup>. Ce dîner de la Marmite est, en effet, le lieu de sociabilité par excellence des hommes politiques de la Belle Époque, où ces derniers rencontrent des artistes, des gens de lettres, etc. D'ailleurs, ce dîner n'est pas l'apanage d'un groupe politique particulier<sup>93</sup> puisque Paul Doumer explique qu' "au lendemain même de la chute du Cabinet dont je faisais partie, je me trouvais avec MM. Poincaré, André Lebon et Barthou au dîner de la Marmite, et nous avons gardé un souvenir si peu cuisant des coups échangés dans le Parlement, que nous nous adressions les uns aux autres des paroles amicales et buvions à notre foi commune en la grandeur de la Patrie et la pérennité du gouvernement républicain. Cette cordialité de rapports nous permettait, – que nous fussions au pouvoir, dans la majorité ou dans l'opposition, – de nous entretenir ensemble des affaires de la France. S'il est vrai, comme on le prétend, que les relations des hommes politiques ne soient plus les mêmes aujourd'hui, ce changement de mœurs n'a rien qui ressemble à un progrès"<sup>94</sup>.

Par ailleurs, l'inscription de Léon Bourgeois dans la franc-maçonnerie fait de lui un membre assez typique du parti radical et radical-socialiste et il participe ainsi à la sociabilité bourgeoise associée à ce parti qui domine très largement le paysage politique français au tournant des deux siècles. Cette sociabilité maçonnique est

<sup>90</sup> ADM, J 5346.

<sup>91</sup> ADM, J 1117.

<sup>92</sup> CLARETIE, Jules – *La vie à Paris: 1880-1885*. Vol. 2 (1881). Paris: V. Havard, p.38.

<sup>93</sup> Léon Bourgeois et Paul Doumer sont inscrits au groupe radical-socialiste (gauche modérée), Louis Barthou est républicain modéré (centre gauche), Raymond Poincaré représente l'Alliance démocratique (centre droit), André Lebon est républicain progressiste (droite républicaine libérale et conservatrice).

<sup>94</sup> DOUMER, Paul – *Indo-Chine française (souvenirs)*. Paris: Vuibert et Nony, 1905, p. XIII.

locale, nationale et internationale. Léon Bourgeois est ainsi affilié à la loge *La Bienfaisance* de Châlons-sur-Marne (son fief électoral) de 1894 à 1925, alors qu'il a été initié à la loge rémoise *La sincérité* en 1882 dont il restera membre toute sa vie. Il participe aussi aux réunions de la loge centrale du Grand Orient de France, participe aux réunions de la loge *Cosmos* à Paris<sup>95</sup>. Pour sa grande implication dans la franc-maçonnerie française, il est reconnu par ses pairs à l'échelle internationale, comme le souligne le diplôme que Léon Bourgeois reçoit d'une loge transalpine en 1897<sup>96</sup>.

Enfin, la bibliothèque transmise à la ville de Châlons-sur-Marne diffère assez peu de celle de ses contemporains et participe largement du mode de vie bourgeois de l'époque. Parmi les titres de cette bibliothèque, il est possible de trouver la *Revue des deux Mondes* (revue littéraire et politique qui s'inscrit à droite sur l'échiquier politique), le *Figaro-Salon* (revue d'actualité artistique), *Le Mercure de France* (revue littéraire), etc. autant de titres qui prennent bonne place dans toutes les bibliothèques de la bourgeoisie parisienne ou provinciale.

Malgré tout, s'il est possible de concevoir l'appartenance de Léon Bourgeois aux canons de la bourgeoisie française et européenne de son temps, aucun de ces éléments ne permet de mettre le doigt sur la personnalité de Léon Bourgeois, sur l'homme privé. Que nous apprennent les archives de Léon Bourgeois sur l'homme qu'il était?

### *c) un homme privé méconnu*

En dehors de l'exercice public et politique, nous savons assez peu de choses de l'homme privé qu'était Léon Bourgeois. Les archives familiales précédemment évoquées peuvent nous donner quelques indications mais ne permettent pas de percer totalement la personnalité de cet illustre homme d'État.

D'abord, le portrait de Léon Bourgeois enfant peint par Victor Zier en 1854<sup>97</sup> nous donne à voir un jeune garçon, au regard expressif, en robe bleu clair ornementée de passementerie végétale bleu foncé portée sur chemisier blanc avec encolure et emmanchure de dentelles blanches. Deux éléments prouvent qu'il s'agit d'un garçon: le ballon qu'il tient sous sa main gauche, coincé contre sa hanche, et la longueur des cheveux. En effet, au XIX<sup>e</sup> siècle, la différence entre l'habillement des garçons et des filles importe peu jusqu'à l'âge de la première socialisation, c'est-à-dire vers cinq ou six ans et les enfants des deux sexes peuvent être habillés de la même façon. Le vêtement porté par Léon Bourgeois dans ce tableau confirme son appartenance à une famille parisienne bourgeoise.

Ensuite, sa bibliothèque peut nous renvoyer un reflet des goûts éclectiques de cet homme cultivé. Il est évident bien sûr que les ouvrages ayant trait à la politique et aux thématiques des portefeuilles ministériels dont il a eu la charge prennent une

<sup>95</sup> ADM, J 1109/ ?.

<sup>96</sup> ADM, J 1109/7.

<sup>97</sup> MBA, n° d'inventaire: 926.7.1

place non négligeables comme nous l'avons déjà évoqué. Mais, il n'est pas anodin de voir à travers cette bibliothèque des intérêts hétéroclites. La littérature concerne 126 ouvrages (7,15% de la bibliothèque) et Léon Bourgeois semble principalement s'intéresser à la poésie (27% de ces ouvrages) en français, en anglais ou en suédois, mais aussi au théâtre (15,87%) et aux langues. Léon Bourgeois s'est essayé pendant des années à l'apprentissage des langues étrangères et tout particulièrement à l'annamite, langue indochinoise, et le sanskrit, langue indienne. Les sciences sont aussi appréciées par Léon Bourgeois qui y consacre 12,37% de sa bibliothèque. Parmi les livres scientifiques, les livres médicaux sont les plus nombreux (57,80%) suivis par les livres concernant les sciences et techniques (25,22%) puis les sciences naturelles et botaniques (11%). Parmi les 126 ouvrages médicaux, 22 concernent explicitement la tuberculose.<sup>98</sup> Il faut dire que ce sujet de la tuberculose touche douloureusement Léon Bourgeois de très près puisque le 9 juin 1903, sa fille Jeanne Marguerite Hélène décède de ce mal à l'âge de 24 ans. L'année suivante (30 mai 1904), son épouse Virginie Marguerite Sellier décède également à cause de la tuberculose à l'âge de 52 ans. Cette double perte dans un intervalle de temps si court transforme Léon Bourgeois en un homme très mélancolique.

Cette mélancolie se mesure largement dans la correspondance privée qu'il entretient avec sa sœur, son beau-frère Louis Legendre et son amie Madame Ricard comme le montre ces deux extraits choisis: "Le vrai, c'est non pas comme te l'a dit Georges (dont je n'ai toujours que des nouvelles rares) parce que je *m'ennuie d'être seul*<sup>99</sup>. Tu as raison de penser que ce n'est pas là mon mal coutumier, mais parce que je ne puis peu travailler, parler, agir, que je m'énerve de ma faiblesse persistante. Si j'étais seul, mais en bon état, je travaillerais ferme – et je pourrais être triste, mais non pas découragé. Or, est-ce un accès de grippe qui m'a pris il y a huit jours et ne me lâche pas, est-ce le sentiment que je ne progresse plus [3 mots] au moins aussi fragile et aussi faible, est-ce, au moral, [1 mot], qui me veut tous les jours plus évidente, que je n'ai vraiment plus une raison sérieuse de vivre...? Je ne sais pas trop, mais je crois que c'est un peu de tout cela qui me fait désirer rentrer chez moi, comme la bête lasse revient se terrer au gîte"<sup>100</sup>. "Schweringen, 18 août (c'était, autrefois, le jour de fête d'Hélène). Mon pauvre Louis, tu dois bien m'en vouloir, (...). Mais je suis à plaindre, et non pas à blâmer"<sup>101</sup>.

La correspondance de Léon Bourgeois nous apprend surtout l'importance que Léon Bourgeois accorde aux liens familiaux et amicaux. Souvent cette correspondance fait référence à la sociabilité de Léon Bourgeois et au fait qu'il reçoive à dîner, qu'il

<sup>98</sup> Dont un intitulé *Assistance nationale aux tuberculeux dans la lutte contre la tuberculose en Portugal*. Lisboa: Imprimerie nationale, 1905; qui revient en partie sur l'œuvre instaurée par Marie Amélie d'Orléans, reine du Portugal. Médiathèque Municipale de Châlons-en-Champagne, LB 334.

<sup>99</sup> Souligné par Léon Bourgeois dans sa lettre manuscrite.

<sup>100</sup> ADM, J 5346/f. 70-71. Lettre à Louis Legendre écrite de Cannes, le 12 avril (s.d.).

<sup>101</sup> ADM, J 5346/f. 126-127. Lettre à Louis Legendre écrite de Schweringen, le 18 août (s.d.).

accueille et héberge des amis, qu'il partage avec eux des moments privilégiés. Ces amitiés sont politiques, comme le montre la facétieuse lettre de Raymond Poincaré à son oncle, accompagné d'un dessin original de Ferdinand Bac réalisé à Versailles le 17 janvier 1913, dans laquelle il écrit: "Palais des champs paradisiaques 25 février 1913 / Mon cher ami / Je t'ai rendu un service sur l'énormité duquel je ne veux pas insister... Je ne t'ai jamais rien demandé jusqu'ici mais puisque tu te reposes dans les Mimosas et que je te sais un artiste méconnu, je te demande de faire mon portrait et de l'envoyer au Cannet, Cottage des Néfliers où mon courrier spécial attend mon arrivée. / Je te serre la main très cordialement. / Raymond. / P.S. Veinard va ! Moi je suis collé pour sept ans!"<sup>102</sup> Cette courte lettre accompagnée du dessin de Ferdinand Bac est d'une analyse assez simple. Raymond Poincaré écrit cette lettre le 25 février 1913 du Palais de l'Élysée, trois semaines après son élection à la Présidence de la République, ce qui explique la date, le lieu et le dessin de Ferdinand Bac qui représente Poincaré en costume présidentiel. C'est d'ailleurs à cette élection présidentielle que font référence le début de la lettre et le post-scriptum. En effet, Léon Bourgeois "homme politique de premier plan (...) refusa la Présidence de la République à laquelle une immense majorité parlementaire voulait le porter"<sup>103</sup> et incita Raymond Poincaré à le remplacer dans cette tâche qui lui interdisait toute intervention politique pendant sept ans. La facétie de Raymond Poincaré est de demander à son ami, "artiste méconnu" de faire son portrait, en s'inspirant sans doute de celui effectué par Ferdinand Bac trois semaines avant mais surtout d'envoyer le tout à la villa des Néfliers au Cannet, résidence de Ferdinand Bac lui-même<sup>104</sup>.

Raymond Poincaré sait que Léon Bourgeois est un artiste, méconnu certes, mais un artiste néanmoins. Si Raymond Poincaré demande à Léon Bourgeois de faire de lui un portrait dessiné, telle n'est pas sa spécialité. En effet, Léon Bourgeois est un proche de Rodin avec qui il dîne fréquemment et dont il a, semble-t-il, été l'élève un court moment. Léon Bourgeois apprend également, à partir de 1893, les techniques de base de la sculpture dans les ateliers d'André Paul Arthur Massoule, un sparnacien né la même année que Léon Bourgeois. Cette proximité explique la présence dans le fonds du Musée des Beaux-Arts et d'Archéologie de Châlons-en-Champagne de plusieurs œuvres de ces deux artistes. Quant à l'implication même de Léon Bourgeois dans cet art, elle est prouvée par les quatre œuvres<sup>105</sup> de la main

<sup>102</sup> ADM, J 1115.

<sup>103</sup> BAC, Ferdinand – *Souvenirs de la Côte-d'Azur de 1874 à 1939*. 2<sup>ème</sup> cahier, p. 15.

<sup>104</sup> GANDILHON, René – *Souvenirs de la 3<sup>e</sup> République*. Léon Bourgeois, Raymond Poincaré. *Mémoires de la Société d'Agriculture, Commerce, Sciences et arts de la Marne*. Châlons-sur-Marne: SACSAM, 1964, p. 142.

<sup>105</sup> BOURGEOIS, Léon – *Hélène Bourgeois*. [Documento icónico], marbre blanc, MBA, n° d'inventaire n° 926.7.102; BOURGEOIS, Léon – *Femme allongée*. [Documento icónico], terre cuite, MBA, n° d'inventaire n° 926.7.101; BOURGEOIS, Léon – *La Tristesse*. [Documento icónico], terre cuite, MBA, n° d'inventaire n° 926.7.102; BOURGEOIS, Léon – *Étude de femme*. [Documento icónico], plâtre, MBA, n° d'inventaire n° 926.7.103.

de Léon Bourgeois lui-même, léguées en 1926, et d'après lesquelles il est possible de dire que "Léon Bourgeois avait une grande sensibilité artistique. Il fut même un artiste amateur non dénué de talent"<sup>106</sup>.

Si Léon Bourgeois demeure très largement méconnu malgré une action politique nationale et internationale d'envergure, nous le devons en grande partie à la gestion des archives privées et familiales de cet homme qui n'ont pas grand-chose à nous montrer en dehors de ce que l'on connaît déjà bien par ailleurs, à savoir son action politique. Pourtant, ces archives nous montrent quelques aspects, ces derniers n'étant qu'assez peu révolutionnaires puisqu'à travers ces archives privées nous voyons surtout un bourgeois de son temps assez peu différents des autres par sa sociabilité, qui se distinguait peut-être par sa curiosité intellectuelle, l'éclectisme de sa bibliothèque nous le prouve, et surtout par son goût prononcé pour l'art, de la poésie à la sculpture en passant par le théâtre ou la peinture, au point d'être lui-même un sculpteur amateur.

Le problème de l'absence de gestion des archives familiales par les proches de Léon Bourgeois fait que nous trouvons encore aujourd'hui, au hasard de découvertes fortuites, des correspondances privées inédites et jusque-là inconnues des chercheurs parce que conservées dans des greniers familiaux. Tel est le cas de cette correspondance entre Léon Bourgeois, Georges Bourgeois et la nourrice châlonnaise de ce dernier, mise officiellement au jour par leur propriétaire au mois de septembre 2010. En existe-t-il encore beaucoup d'autres? Que vont-elles nous apprendre de neuf sur l'homme privé qu'était Léon Bourgeois?

---

<sup>106</sup> RAVAUX, Jean-Pierre – Léon Bourgeois, sculpteur et ami des arts. In NIESS, Alexandre; VAÏSSE, Maurice – *Léon Bourgeois. Du solidarisme...*, cit., p. 135.

# Arquivo Pessoal do Conselheiro Camelo Lampreia

*Isabel Corrêa da Silva*

As nomenclaturas e as fronteiras entre os conceitos de *arquivos de família*, *espólios privados*, *acervos particulares*, *arquivos pessoais* eram para mim pouco distintas, até recentemente. Tendo durante algum tempo explorado um *arquivo de família(?) / pessoal(?)* para fins de investigação histórica, tornou-se a certa altura importante poder reflectir sobre o assunto<sup>1</sup>. A hipótese de me debruçar mais detidamente sobre a questão pareceu-me tanto mais sedutora quanto era débil o meu conhecimento axiológico e orgânico sobre um dos principais objectos do meu trabalho quotidiano: as fontes arquivísticas.

Ao primeiro contacto com a literatura da arquivística detive-me no espanto de me descobrir diante de um gigantesco novo mundo que me era até então desconhecido. Uma espécie de universo paralelo, qual serena e profunda cripta a subsistir por debaixo do universo frenético e muitas vezes superficial em que se movimentam os historiadores e os cientistas sociais. Essa ignorância que me auto-reconheci, e que suspeitei ser partilhada por alguns dos meus camaradas de investigação, não dizia

---

<sup>1</sup> Abordagens sintéticas e esclarecedoras sobre o assunto encontram-se, por exemplo, em: SILVA, Armando Malheiro – Arquivos Familiares e Pessoais. Bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo. *Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Património*. I Série. Vol. III (2004) pp. 55-84; PEIXOTO, Pedro de Abreu – Perspectivas para o futuro dos arquivos de Família em Portugal. *Cadernos de Biblioteconomia Arquivística e Documentação Cadernos BAD*. (2000) disponível em <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/385/38505207.pdf> [consultado em Agosto de 2011]; DUCROT, Ariane – A Classificação dos Arquivos Pessoais e Familiares. *Estudos Históricos*. Vol. 11, nº. 21 (1998) pp. 151-168.

respeito à exigência do patamar da pesquisa arquivística (sair da dimensão bibliográfica e ir ao documento) nem ao mandamento essencial da “críticas das fontes” que todo o investigador consciencioso tem naturalmente incorporado como um preceito ético do seu ofício. Era algo de mais profundo e complexo, mas ao mesmo tempo subtil.

A profundidade da ignorância pareceu-me ser a esfera mais fácil de identificar pois que era essencialmente do foro da erudição. Do desconhecimento que me pareceu que os historiadores e os cientistas sociais, em geral, têm da teorização sobre as fontes desenvolvida por aqueles que têm as próprias como objecto de reflexão e trabalho: os arquivistas. Apercebi-me que, ao invés de qualquer tipo de desprezo pelo documento, substancial parte dessa ignorância era, na verdade, devida a uma espécie de embrutecimento causado pela sofreguidão insaciável do investigador pelas fontes: muitas, inéditas, de acesso rápido mas de preferência difícil (para os outros), e que acima de tudo sirvam para corroborar a tese almejada. Perante este cenário, pareceu-me ser legítimo perguntar se a atitude do investigador face à documentação não se aproximava, muitas vezes, à de um psicopata: a de pura instrumentalização impassível. Quando digo “instrumentalização” não quero dizer desonestidade, porque não é disso que se trata. Trata-se essencialmente de uma questão de insensibilidade. De uma incapacidade ou desinteresse em estar atento e ser conhecedor do Outro (neste caso das fontes) para lá daquilo em que ele nos é útil. E nesse sentido, pouco importa ao historiador o infinito leque de teorizações metodológicas, organizativas, conceptuais, taxionómicas feitas por arquivistas ou outros manejaadores profissionais do documento sobre os fundos que ele precisa “consumir” para sustento do seu argumento.

No limite, poder-se-ia dizer que, em certa medida, esta advertência também é aplicável a todos os subdomínios temáticos com que o investigador se depara no decurso da sua pesquisa e de cujo aprofundamento prudentemente se desvia a bem da exequibilidade do seu trabalho. O investigador tem inevitavelmente de ignorar. Mas acima de tudo tem de ter a sensibilidade necessária para saber ignorar e, ao mesmo tempo, para saber gerir a sua ignorância.

Sintetizando: ao primeiro levantar do pano do mundo da arquivística, a erudição revelou-se-me como o primeiro problema. Como adquirir a erudição necessária para abarcar a produção académica sobre a própria epistemologia do documento e que poderia ser da maior utilidade ao trabalho de investigação do historiador?

Se a primeira constatação de ignorância se deteve no âmbito da extensão deste universo epistemológico, a segunda prendeu-se essencialmente com o reconhecimento da complexidade da já referida insensibilidade do investigador face ao documento. Para além de um desinteresse teórico (em relação ao historial e a todo o universo de produção teórica sobre a natureza e origem do documento) muitas vezes o investigador revela também uma insensibilidade empírica na relação íntima e directa – no

*tête-à-tête* – que desenvolve com o documento. Muitas vezes a própria automatização dos procedimentos crítico-metodológicos funciona no sentido inverso do que era desejável. Levando a que a crítica das fontes seja, amiúde, pouco mais que o cumprimento de um pró-forma desprovido de uma reflexão verdadeiramente séria. E neste ponto, para além de todos os dispositivos de desconfiança e verificação de que o investigador se possa valer, a sensibilidade e a vontade podem ter um papel fundamental. Ambos os requisitos implicando, naturalmente, disponibilidade. Disponibilidade para ver, para ouvir, para conhecer a fonte para além da mera recolção de dados e, consequentemente, para tentar compreendê-la na sua essência. Neste patamar cognoscitivo, e em particular no que respeita às fontes arquivísticas, para além das informações passíveis de retirar de um determinado conjunto de documentos, o arquivo é em si mesmo uma fonte – ontologicamente: não no que ele tem, mas no que ele é.

No caso dos arquivos privados essa questão é flagrante e tradicionalmente consensual<sup>2</sup>. Ao contrário dos arquivos institucionais, que estão sujeitos a regras mais rígidas e supostamente mais neutras de acumulação, os arquivos privados têm na liberdade de critério de acumulação de que dispõem o veneno que os perverte e os transforma em objectos necessariamente interpretáveis<sup>3</sup>. Os pessoais em particular resultam de tal forma de critérios incontrolláveis – de arbitrariedade ou de intencionalidade – que faz todo o sentido que, mesmo antes do seu conteúdo, seja na compreensão da sua natureza que o investigador deva deter-se.

Tudo isto são questões batidas e debatidas há muito tempo por muita gente, e o tom de descoberta e maravilhamento que perpassa das páginas precedentes deve ser entendido com a clemência devida a quem desde início fez um acto de contrição da

---

<sup>2</sup> Sigo a este respeito a classificação utilizada por Terry Cook entre arquivos institucionais (públicos ou privados) e arquivos pessoais. Classificação que diverge, por exemplo, do tipo de distinção que se faz no Brasil entre arquivos públicos e privados. Ambos os modelos têm os seus defensores e os seus pontos fortes. Pelo que não é de ânimo leve que se opta por um deles, tanto mais que os arquivos de família se encontram precisamente num limbo que pode encontrar bons pontos de equilíbrio tanto num como noutra modelo. São várias as questões que se colocam: os arquivos de família são pessoais (uma acumulação de arquivos pessoais)? Ou são institucionais (pode a família ser entendida como uma instituição)? Não se coloca tanto a dúvida de que sejam privados, mas recuando a espaços societários do tipo de Antigo Regime, a distinção entre público e privado vai-se esboroando, ainda mais flagrantemente no caso de pessoas que exerceram funções políticas ou de representação. Cfr. por exemplo COOK, Terry – Arquivos Pessoais e Arquivos Institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Estudos Históricos*. Vol. 11, n.º 21 (1998) pp. 129-149; e CAMARGO, Ana Maria de Almeida – Arquivos Pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano XLV, n.º 2 (2009) pp. 26-39.

<sup>3</sup> Esta tem sido tradicionalmente uma distinção axiológica que separa arquivos institucionais (supostamente mais fiáveis) de arquivos pessoais (mais construídos, e por isso mais artificiais). Terry Cook tem-se empenhado em desfazer esta ideia, chamando a atenção para o imperativo de se ter em conta a historicidade dos critérios de acumulação e dos agentes que os põem em acção também ao nível institucional. E como esta consciencialização deve ser suficiente para fazer cair por terra essa tendência maniqueizante entre arquivos fiáveis e arquivos traiçoeiros... porque, no limite, toda a acumulação a que o historiador tem acesso é resultante de um processo selectivo para o qual concorrem agentes que não são em si mesmo indefectíveis. E por isso, todo o arquivo é traiçoeiro e ao mesmo tempo fiável, porque a memória (materializada ou não) é tudo o que se dispõe para a escrita da História. Cfr. COOK, Terry – Arquivos Pessoais e Arquivos Institucionais..., *cit.*

sua ignorância sobre o assunto. No presente momento é para mim bastante claro que o meu objecto de estudo não é um arquivo de família, mas sim um arquivo pessoal (dividido entre 2 famílias). Este esforço de reflexão concedeu-me a oportunidade de ver a *interdisciplinaridade* para além do académico. Para lá das *disciplinas* e das infinitas possibilidade de *interacção* entre elas, revelou-se-me clara a utilidade do diálogo com a arquivística para ascender a níveis de maior intimidade com os instrumentos de escrita da História. Havendo disponibilidade para mútua interpelação, o contacto com o arquivo pode, e deve, ser bem mais do que a simples *consulta das fontes*.

### a) Arquivo pessoal do conselheiro Camelo Lampreia: a pessoa<sup>4</sup>.

João de Oliveira de Sá Camelo Lampreia nasceu na cidade do Funchal, ilha da Madeira, a 16 de Setembro de 1863, filho de D. Sindina d'Oliveira Lampreia e de Francisco Joaquim de Sá Camelo Lampreia (formado em medicina, figura de algum destaque no seio do partido Histórico, amigo do duque de Loulé, foi deputado entre 1864 e 1874).

João Camelo Lampreia ingressou na carreira diplomática aos 19 anos, sendo nomeado adido à legação de Portugal na Suécia, cargo de que nunca chegou a tomar posse. Serviu, a seguir, na secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, na embaixada junto da Santa Sé, na legação de Espanha e na legação de Itália. Em 1896 foi enviado como encarregado de negócios para a legação do Rio de Janeiro, com a incumbência de mediar a questão da Ilha da Trindade em disputa entre o Brasil e a Inglaterra<sup>5</sup>. Em 1900 foi elevado a chefe da representação brasileira, como ministro

<sup>4</sup> Os dados biográficos sobre o conselheiro João Camelo Lampreia resultam de uma síntese de recolhas de diferentes proveniências. Material publicado: nota biográfica em *O Livro de Ouro, Comemorativo da visita de Sua Magestade El-Rei D. Carlos I aos Estados Unidos do Brazil e da Abertura dos Portos ao Comercio Mundial* (1908); um pequeno opúsculo intitulado *Homenagem ao senhor conselheiro Camelo Lampreia director da "Previsora Rio Grandense", por ocasião da data do seu aniversário natalício, a 16 de Setembro de 1921* (1921); *Anuário Diplomático e Consular Portuguez*, anos de 1896-1897 e 1898. Sobre o pai do conselheiro: MOREIRA, Fernando – Francisco de Sá Camelo Lampreia. In, MÓNICA, Maria Filomena – *Dicionário Biográfico Parlamentar*; Lisboa: Assembleia da República, 2004, Vol. II, pp. 487-489. Sobre os descendentes do conselheiro em LAMPREIA, Luiz Felipe – *O Brasil e os Ventos do Mundo. Memórias de cinco décadas na cena internacional*, Rio de Janeiro: Objectiva, 2010; e alguma informação dispersa de imprensa tal como: Conselheiro Camelo Lampreia. *O Mundo Elegante, Revista quinzenal ilustrada*. Paris, Ano VIII, n.º 6 (20 Março 1905) pp. 82-83. ou Exc. M. le Conseiller J. de Sá Camelo Lampreia. *La Revue Diplomatique*. Paris, Ano 32, n.º 42 (17 Outubro 1909) pp. 1-2. Outros recursos não públicos: notas biográfico-genealógicas sobre João Camelo Lampreia que se encontram guardadas com a restante documentação do espólio e que devem resultar de pesquisas feitas por Eugénio da Cunha Freitas; de informação recolhida pessoalmente junto do bisneto; de uma comunicação apresentada pelo embaixador Dário de Castro Alves à Academia Portuguesa da História intitulada: *Os últimos tempos de vida do conselheiro Lampreia no Rio de Janeiro*, em sessão evocativa do cinquentenário da sua morte, a 20 Outubro de 1993; e dos *Apontamentos sobre a minha carreira* (1932) da autoria do próprio conselheiro Camelo Lampreia.

<sup>5</sup> A Ilha da Trindade é uma pequena ilha deserta, com uma área de menos de 10 km<sup>2</sup>, situada a cerca de 1200km da costa brasileira do Espírito Santo. Em finais de 1894 a Inglaterra ocupou a dita ilha com o propósito de aí instalar uma estação de carvão e de servir de base de apoio para o lançamento de cabo submarino até ao sul do

de 1ª classe. Foi-lhe conferido o título de conselheiro em Fevereiro de 1902 e em 1906 foi-lhe concedida a mercê da Grã-Cruz da Ordem de Cristo<sup>6</sup>. Durante a sua estadia no Brasil, Lampreia foi uma figura de extraordinária influência na colónia, não só pelas fortes redes de contactos que tinha com a metrópole, por via do partido Regenerador, como pela extensa teia de relações que também dispunha no seio da política brasileira. Mas, a partir de 1906, o que passou a ser um activo de peso no currículo de Lampreia foi a sua amizade com João Franco e com o conde de Arnos, secretário particular do rei D. Carlos.

Desde cedo que Lampreia integrou, com Arnos, o rol de apoiantes de João Franco, por isso, quando em 1906 se formou um governo franquista, a propaganda favorável ao franquismo junto dos portugueses no Brasil foi algo natural. É muito possível que Lampreia tenha sido um dos indirectos promotores da célebre mensagem *talassa* que a elite da colónia portuguesa no Rio de Janeiro enviou ao chefe do governo português em finais de 1907<sup>7</sup>.

Em 1908, na sequência da limpeza aos baluartes franquistas que se fez durante o governo de *acalmção* de D. Manuel II, Lampreia foi enviado para Haia onde, apesar dos vários manejos e esforços para regressar ao Rio, acabou por ficar até 1910. Com a implantação da república em Portugal, Lampreia abandonou a carreira diplomática e fixou-se com toda a família no Rio de Janeiro, onde sobreviveu inicialmente graças

---

continente americano. O governo brasileiro só se apercebeu desta ocupação alguns meses depois, pela imprensa, e foi, portanto, só a partir de Julho de 1895 que se encetou a disputa entre o Brasil e a Inglaterra pela posse da ilha. A Inglaterra propôs o recurso a arbitragem internacional, mas o Brasil recusou esse instituto. A questão acabou por ser resolvida, em detrimento das pretensões britânicas, por mediação portuguesa, em particular de João Camelo Lampreia, enquanto encarregado de negócios da legação portuguesa no Rio de Janeiro. Sobre o assunto veja-se ARRAES, Virgílio Caixeta – A república insegura: disputa entre o Brasil e a Grã-Bretanha pela posse da ilha da Trindade (1895-1896). *Cena Internacional*, Ano 2, n.º 1 (Junho 2000) pp. 5-29.

<sup>6</sup> Título de conselho por mercê de 6 de Fevereiro de 1902, Mercês de D. Carlos. Próprios. Lv. 16, p. 239v. Mercês de comendador e grã-cruz da Ordem de Cristo de 4 de Janeiro de 1906, Mercês de D. Carlos. Próprios. Lv. 22, p. 145 e Lv. 23, p. 67.

<sup>7</sup> A mensagem, firmada por 30 mil subscritores, depois de alongados elogios à obra redentora do presidente do conselho terminava nos seguintes termos: «Talassa! Talassa! O mar! O mar! Eis o grito de entusiasmo com que os de Xenofonte saudaram, no ponto Euxino, a redenção. Um governo! Um governo! Eis o brado unísono com que Portugal [...] saúda, felicitando-se com V. Exa. a redenção no governo de Franco Castelo Branco», apud MARTINS, Rocha – *João Franco e o seu tempo*. Lisboa: Ed. Autor, 1925, p. 392. Quando a missiva foi enviada, Camelo Lampreia estava em Portugal a tratar dos preparativos para a viagem que o rei D. Carlos faria ao Brasil em Junho do ano seguinte, daí tenha dito que ele terá sido um dos “promotores indirectos”. Se a *mensagem talassa* não foi ideia sua, o terreno que a tornou possível e toda a onda de entusiasmo e devoção da colónia portuguesa no Brasil ao projecto político de João Franco, foram sem dúvida fruto do seu labor. A mensagem causou furor entre a opinião pública portuguesa, a imprensa das várias oposições notou, apregoou e explorou o seu tom grandiloquente e daí em diante nunca mais se escusou de se referir aos apoiantes de João Franco como os *talassas*. Depois de 1910 todos os monárquicos ou opositores da república foram cunhados de *talassas*, por conseguinte a expressão atravessou um século como sinónimo de conservador ou reacçãoário. Cfr. SILVA, Isabel Corrêa da – A génese dos *talassas*: a colónia portuguesa do Brasil e o franquismo. In, *Actas do XIX Colóquio de História Militar 100 anos de regime republicano. Políticas, rupturas e continuidades*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2011 [no prelo]; e SILVA, Isabel Corrêa da – *Talassas em trânsito: a colónia portuguesa no Brasil e a reacção monárquica em Portugal*. In, *Actas do Colloque International Ecrire le Passé et Construire l'avenir: Intellectuels, penseurs, écrivains, regards croisés Portugal-Brésil (1910-2010)*. Paris/Nanterre: 2012 [no prelo].

ao apoio dos amigos e contactos que havia feito durante os seus mais dez anos ao serviço da Legação portuguesa. Foi presidente da companhia de seguros “Urania” e das “Loterias Esperança” e director-secretário da “Previsora Rio Grandense”. Depois de uma passagem de breves anos por Lisboa, em inícios da década de 30, durante a qual conseguiu obter a reintegração na carreira diplomática, morreu no dia em que completava 80 anos, a 16 de Setembro 1943.

A sua descendência continuou no Brasil. O diplomata português foi matriz de uma estirpe de diplomatas brasileiros: seu filho, seu neto e seu bisneto fizeram todos carreira no Itamaraty, chegando o seu bisneto, Luiz Felipe Lampreia, a ministro das Relações Exteriores (1995-2001) durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso.

### **b) Arquivo pessoal do conselheiro Camelo Lampreia: o arquivo.**

O meu encontro com o arquivo pessoal do conselheiro Camelo Lampreia deu-se pela via bibliográfica: quando há uns anos atrás, ao dar início à pesquisa para a minha dissertação de doutoramento deparei, nas actas do colóquio da Académica Portuguesa da História *A Diplomacia na História de Portugal* (1980), com um artigo de Eugénio da Cunha Freitas<sup>8</sup> intitulado «O conselheiro Camelo Lampreia, diplomata, um espólio valioso»<sup>9</sup>.

Eugénio da Cunha Freitas não esclarece como o espólio lhe foi parar às mãos, explica apenas que foi «por um simples e feliz acaso» que foi possível salvá-lo da inteira destruição. Diz ainda saber que o espólio não está completo, mas conclui que «com certeza Camelo Lampreia levou a parte principal quando definitivamente retirou para o Rio», onde terá redigido as suas memórias – que Cunha Freitas diz nunca ter chegado a consultar por estarem na posse dos descendentes do conselheiro no Brasil.

<sup>8</sup> Eugénio Andrea da Cunha Freitas, Lisboa (1912-2000). Formado em Direito, foi secretário da Câmara dos Administradores de Falências do Porto. Estudioso da História e da Genealogia, tem uma vasta obra publicada nessas áreas. Foi membro da Academia Portuguesa da História e, desde 1992, sócio de Mérito dessa instituição.

<sup>9</sup> FREITAS, Eugénio da Cunha – O conselheiro Camelo Lampreia, diplomata. Um espólio valioso. In, *A diplomacia na História de Portugal – Actas de Colóquio*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1990, pp. 311-332.

Nesse artigo, Cunha Freitas enumera as assinaturas sonantes (portuguesas e brasileiras<sup>10</sup>) que constam no conjunto epistolar do espólio, bem como os principais grandes temas que dele ressaltam<sup>11</sup>:

- conflito entre a Inglaterra e o Brasil sobre a Ilha da Trindade, decidido por mediação portuguesa, negociada por Camelo Lampreia (1896).
- viagem de D. Carlos a Inglaterra (1904).
- viagem da canhoneira *Pátria* ao Brasil (1905), em agradecimento à colónia portuguesa que a oferecera a Portugal depois do Ultimato.
- projecto da viagem de D. Carlos ao Brasil (1908).
- sucessos políticos de vária ordem (1892-1913).
- minudências da vida diplomática.

Mas ainda antes da publicação deste artigo, algures na década de cinquenta do século XX, Rodrigues Cavalheiro<sup>12</sup> já tinha tido acesso ao arquivo e às memórias (ou cópia delas?) de onde retirou informações que utilizou para a escrita de alguns dos seus trabalhos: *D. Carlos I e o Brasil* (1957), *A evolução espiritual de Ramalho* (1962) e *O regicídio de 1908 e a “rigorosa e implacável” lógica das suas consequências* (1965). Neste último, Rodrigues Cavalheiro diz estar a preparar um ensaio documentado sobre a viagem de D. Carlos ao Brasil com base no referido espólio epistolar<sup>13</sup>. Infelizmente esse trabalho nunca veio a lume.

<sup>10</sup> Eugénio da Cunha Freitas enumera as seguintes assinaturas de exemplares epistolares presentes no arquivo: «rainhas D. Amélia e D. Maria Pia, reis D. Carlos e D. Manuel II, príncipe Real D. Luís Filipe, João Franco, Tomás Ribeiro, Eduardo Vilaça, Venceslau Lima, Condes de Arnos, de Sabugosa, de Paço Vieira, de Tarouca, de Paraty, de Bertandos, da Ribeira Grande, dos Marqueses de Castelo Melhor, do Faial, de Lavradio, dos Duques de Palmela, Condes de Arnos (João e Vicente), Viscondes de Pindela, de Santo Tirso, Conselheiros Martins de Carvalho, Matoso dos Santos, Rodrigo Pequito, José Luciano de Castro, Júlio Vilhena, António de Azevedo Castelo Branco, António Cândido, João Arroio, Jacinto Cândido, Hintze Ribeiro, Ferreira do Amaral, Gomes Teixeira, Barros Gomes, Carlos du Bocage, Alberto de Oliveira, Júlio de Castilho, José Dias Ferreira, Emídio Navarro, José Maria de Alpoim, João de Azevedo Coutinho, Comandante António Pinto Basto, António Sérgio, Sousa Monteiro, Aquile Machado, Antero de Figueiredo, Agostinho de Campos, Carlos Malheiro dias, Óscar da Silva, Artur Napoleão, Viana da Mota, Rui Ulrich, Virgínia de Castro Almeida, Manuel da Silva Gai, António Feijó, Columbano, Jorge Colaço, Luciano Cordeiro, Campos Henriques, D. António Barroso José Malhoa, Veloso Salgado, Teixeira Lopes, José de Azevedo Castelo Branco, Espírito Santo Lima, Ramalho Ortigão, Costa Mota, Sousa Lopes, Aníbal Soares, Tomás Costa, Visconde de Alte, Luís Teixeira de Sampaio. Dos Brasileiros, Afonso Pena, Campos Sales, Oliveira Lima, Rui Barbosa, Rio Branco, Machado de Assis, Max Fleuiss, Ouro Preto, Olavo Bilac, Coelho Neto, Conde de Adonso Celso, Joaquim Nabuco, Ramiz Galvão, Rodrigues Alves e tantos outros» FREITAS, Eugénio da Cunha Freitas – O conselheiro Camelo Lampreia..., *cit.*, pp. 311-312.

<sup>11</sup> FREITAS, Eugénio da Cunha Freitas – O conselheiro Camelo Lampreia ..., *cit.*, pp. 312-314.

<sup>12</sup> António Rodrigues Cavalheiro, Lisboa (1902-1984). Formado em História e Geografia pela Universidade de Lisboa, foi professor do ensino secundário. Foi deputado à Assembleia Nacional e exerceu vários cargos político-administrativos: procurador à Câmara Corporativa, pelos homens de letras; director do Serviço Cultural da Mocidade Portuguesa. Estudioso da História portuguesa, em particular da época contemporânea, publicou vasta obra sobre o assunto. Foi também sócio da Academia Portuguesa da História.

<sup>13</sup> No referido artigo, Eugénio da Cunha Freitas confirma esta informação, dizendo que algumas cartas do arquivo (do conselheiro Luís de Magalhães, do conde de Figueiró e de Luciano Monteiro) foram emprestadas a Rodrigues Cavalheiro que nunca as chegou a devolver.

Tudo isto me pareceu aliciante o suficiente para me pôr em campo em busca do dito arquivo. Numa primeira fase cheguei ao contacto com os descendentes de Eugénio da Cunha Freitas e actuais proprietários da componente portuguesa (Vila Nova de Gaia) do arquivo. Numa segunda, contactando directamente com os descendentes do conselheiro Lampreia no Brasil, tive acesso à componente brasileira (Rio de Janeiro) do arquivo que, surpreendentemente, é apenas composta pelas ditas memórias<sup>14</sup>.

Uma sintética caracterização do arquivo poderia ser a seguinte:

- É composto por 14 caixas (organizadas cronologicamente, apenas por anos) com uma média de 300 documentos cada, o que faz um cômputo total de mais de 4000 documentos (na sua grande maioria manuscritos) e umas *memórias* inéditas com cerca de 200 páginas dactilografadas.
- O seu âmbito cronológico espraia-se, nos seus limites mínimo e máximo, entre 1883 e 1922, mas concentra-se preponderantemente entre os anos de 1898 a 1908; que correspondem à parte central da missão do conselheiro no Brasil (10 caixas e cerca de 80% das *memórias*).
- O acervo que se encontra em Portugal é maioritariamente epistolar (correspondência recebida), mas contém também telegramas; bilhetes; cópias e esboços de relatórios de função ou outro tipo de documentação diplomática; recortes de jornais; fotografias etc. Contém ainda alguns raros rascunhos de correspondência expedida.
- Se o que está em Portugal é essencialmente espólio passivo (ou seja material recebido), o que está no Rio de Janeiro é precisamente o contrário: uma versão de 200 páginas dactilografadas memórias pessoais do conselheiro (intituladas: *Apontamentos sobre a minha carreira*), com correcções à mão, aparentemente feitas pelo próprio (assim o sugere a caligrafia). Sugerindo também que ele as escreveu em primeira versão manuscrita, depois foi passada à máquina por outra pessoa.

Entre Vila Nova de Gaia e o Rio de Janeiro, a documentação das 14 caixas do espólio organizado por Cunha Freitas e a versão dactilografada das memórias do conselheiro constituem uma unidade separada pelas vicissitudes do tempo. Devem ser necessariamente consideradas como um todo orgânico, como partes distintas do que poderia tratar-se de um projecto auto-biográfico. A dispersão e a própria

---

<sup>14</sup> Para ambos os proprietários (que curiosamente não se conhecem) só tenho palavras do mais profundo agradecimento. Ao major Brito e Faro a cujo contacto cheguei em primeiro lugar e que desde o primeiro ao último momento se revelou sempre dotado de inesgotáveis paciência e simpatia: deve-se à sua generosidade ter sido possível criar condições para que, intermitentemente e ao longo de mais de um ano, eu conseguisse fazer uma consulta exaustiva das 14 caixas do arquivo que se encontrava em Vila Nova de Gaia. Ao embaixador Luiz Felipe Lampreia, palavras de igual gratidão pela confiança com que me disponibilizou os *Apontamentos* e outros materiais sobre o seu bisavô e uma nota particular de boa lembrança pelos gostos históricos partilhados.

morfologia do arquivo apontam nesse sentido. Vejamos: das 14 caixas de que é composto o acervo documental, duas são de documentação sem data ou documentação avulsa; uma corresponde aos anos de 1888 a 1898; uma outra ao período entre 1911 e 1922. O grosso do arquivo, portanto, (10 caixas, cerca de 70%) concentra-se nos anos entre 1898 e 1910. O que, fazendo umas simples contas, quer dizer que, na verdade, o arquivo corresponde essencialmente a cerca 1/6 do tempo de vida do conselheiro, que viveu 80 anos. O que pensar disto?

O arquivo de Vila Nova de Gaia corresponde (em termos temáticos e cronológicos), em grande medida, aos *Apontamentos* que estão no Rio. O arquivo é pois a massa documental das memórias e partilha, por isso, do mesmo sentido programático. Nos referidos *Apontamentos*, começados a escrever a 26 de Outubro de 1932, o conselheiro refere-se a Lisboa como «aqui», o que coincide com as informações biográficas que temos de que no início da década de 30 ele viveu alguns anos em Lisboa, na casa da família de sua mulher à Rua Saraiva de Carvalho. Quando regressou a Portugal para resolver as questões que tinha pendentes com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, decidido a obter reparação pela sua demissão sem justa causa decretada em 1911 por Bernardino Machado, trouxe consigo o material documental para suportar a sua demanda. Depois de várias negociações com o chefe de Governo, general Domingos de Oliveira, e com o então ministro das Finanças, António de Oliveira Salazar, em Janeiro de 1932 Lampreia foi finalmente reintegrado na carreira diplomática como ministro plenipotenciário de 1ª. Classe, para de seguida se aposentar<sup>15</sup>.

Faz sentido que tenha sido neste ímpeto de desagravo que Lampreia tenha escrito as suas memórias, a que significativamente chamou *Apontamentos sobre a minha carreira*. Lampreia deve tê-los iniciado e terminado em Lisboa. E, regressando ao Brasil com a missão cumprida, deixou para trás a prova, ou seja as 14 caixas de documentação que ficaram em Portugal, na casa da família da sua mulher de onde fizeram o seu percurso até Eugénio da Cunha Freitas<sup>16</sup>.

Acredito que estamos precisamente perante um exemplar daqueles arquivos «traçoeiros», diante de um efectivo acto autobiográfico, na expressão de Elisabeth Bruss<sup>17</sup>.

A ideia de acto-autobiográfico, na linha do conceito de *act of speech* do *linguistic turn*, pode ser um precioso auxiliar interpretativo da produção memorialística, no sentido em que nos ajuda a fazer uma leitura da obra autobiográfica para lá da

<sup>15</sup> João Camelo Lampreia foi reintegrado na carreira diplomática por decreto de lei nº 20388 publicado em *Diário da República* – nº. 23, Série I de 28 de Janeiro de 1932.

<sup>16</sup> Ver árvore genealógica em anexo: Anexo 1.

<sup>17</sup> BRUSS, Elisabeth- *Autobiographical acts: the changing situations of literary genre*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1976. Sobre o aspecto «traçoeiro» dos arquivos pessoais é particularmente esclarecedora a reflexão de GOMES, Ângela de Castro – Nas malhas do feitiço. *Estudos Históricos*. Vol. 11, nº. 21 (1998) pp. 121-127.

representação ou da projecção<sup>18</sup>. À partida, não é difícil negar os dois extremos. Ou seja, que o discurso produzido por alguém sobre si próprio não corresponde a uma representação directa de um conteúdo intrínseco, nem tão pouco que não exista uma entidade prévia ao discurso do sujeito sobre si mesmo. Articuladamente posicionada entre tradicionalistas e desconstrutivistas, a noção de que «o repertório literário produzido por nós mesmos veio ocupar a mesma função orientadora que pertencia à tradição e às cosmologias perdidas» é, no mínimo, convidativa<sup>19</sup>. Convida, pelo menos, a tentar perceber como é que o autobiógrafo, como todo o homem moderno convencido do potencial infinito da sua acção individual, acredita poder criar-se (recriar-se) escrevendo sobre si próprio. Nesse sentido, a ideia de acto autobiográfico não se detém na natureza ontológica da memorialística, mas sim nas virtualidades da sua produção. Ou seja, na narrativa como dispositivo de significância e consistência do sujeito e consequentemente de identidade. Esta interpretação da produção autobiográfica como um performativo está longe ser um conceito desconstrutivista. Bem pelo contrário, é fruto de um voluntarismo bem concreto, que por sua vez também não deve ser confundido com desonestidade ou com revisionismo auto-direccionado. Ao indivíduo que recusa qualquer tipo de providência, não restam muitas alternativas senão tentar assumir o leme do seu próprio percurso. A partir de um determinado ponto da vida, pode fazer mais sentido que essa acção seja retrospectiva.

Os *Apontamentos* que Lampreia escreve aos 70 anos de idade concentram-se essencialmente no período da sua permanência no Brasil. Mesmo que se considere que a proposta – *sobre a minha carreira* – se refira exclusivamente à sua carreira diplomática, o espaço ocupado pelos doze anos no Brasil (cerca de 80% tanto nas memórias como no arquivo) não é proporcionalmente representativo do total de vinte e oito anos de serviço no Ministério dos Negócios Estrangeiros, nem do restante tempo de vida activa em que ocupou vários cargos administrativos em empresas. Pelo que, tão pouco, é possível caracterizar este acervo como um arquivo de função.

Este parece ter todos os atributos para ser visto como um arquivo subjogado a um sentido, a uma memória futura. A um futuro que, naturalmente, não era imune ao presente. A uma carreira diplomática frustrada pelas contingências políticas, Lampreia quis fazer ressalvar o tom da grandeza condicional com uns acordes de fatalidade. Autoproclamando-se como o condutor do percurso de resgate da fraternidade luso-brasileira, que poderia ter tido o seu clímax na viagem de D. Carlos ao Brasil em 1908. Tudo se frustrou com o regicídio de 1 de Fevereiro de 1908 e, como disse Agostinho de Campos, «ninguém sabe quando morre um rei o que é que morre

<sup>18</sup> Cf. SKINNER, Quentin – Meaning and Understanding in the History of Ideas. *History and Theory*. Vol. 8, nº. 1 (1969), pp. 3-5.

<sup>19</sup> CALLIGARIS, Contardo – Verdades de Autobiografias e Diários Íntimos. *Estudos Históricos*. Vol. 11, nº. 21 (1998), p. 48.

com ele»<sup>20</sup>. Depois de 1908, muita gente procurou consolo nessa aura de virtualidade perdida, calcando o sempre reconfortante trilho do contra-factual.

Essa espécie de sebastianismo invertido é claramente vislumbrável nos *Apontamentos* de Lampreia, mas no fundo, parece-me, que eles não são só um esforço de *editing* da sua vida. Estas memórias também se inserem numa concepção de certo modo tradicionalista da ideia de linhagem. Lampreia sentira-se traído e abandonado pela sua pátria. Em 1932 tinha toda a sua vida e descendência no Brasil, com um filho já integrado na carreira diplomática e um neto já funcionário do Itamaraty. O seu acto autobiográfico conferia sentido retro e prospectivo a esta seqüência. Toda a sua dedicação à causa luso-brasileira, que ingratamente não lhe havia sido reconhecida em casa, podia no futuro vir a sê-lo no Brasil. Onde, quem sabe, a sua descendência poderia conseguir, como ele não conseguiu, alcançar a glória.

Esta reflexão vale tanto para os *Apontamentos* como para o arquivo. Porque um e outro são parte do mesmo projecto pessoal. E nesse sentido deixa de ser importante perceber o que terá acontecido à restante documentação, aos outros quase quarenta anos de vida adulta praticamente ausentes deste espólio. Arquivo pessoal e pessoa são objectos de estudo distintos, mesmo que comuniquem connosco, e entre si, de forma cooperante. E, no entanto, julgo que a natureza performativa deste arquivo vale mais para a sua dimensão ontológica do que para o seu teor. Ou seja, não obstante estar ciente de que o arquivo corresponde à selecção – a uma fatia – de um determinado capítulo de uma narrativa de vida, isso não interfere com a «veracidade» dessa fatia, com a espontaneidade com que, dentro desse capítulo, a informação se revela. Isto é, parece-me que as doze caixas que constituem este dito capítulo têm demasiada documentação caótica, pessoal e irrelevante para terem sido, no seu próprio conteúdo, alvo de uma censura por parte de Lampreia. Para além da triagem natural a que toda a acumulação de papéis na vida de cada um é sujeita, a selecção do material actualmente constante no arquivo parece ter obedecido meramente a um critério temporal, correspondendo a uma *idade de ouro* que interessava destacar<sup>21</sup>.

O conselheiro português que falhou em ser o protagonista do resgate da fraternidade luso-brasileira, seguiu construindo-se: amarrando o devir à virtualidade de um passado com sentido. Quase um século depois, o seu bisneto – brasileiro, embaixador e ministro – escreve as suas memórias políticas e edita-as no Brasil e em Portugal. Renovam-se os fios da mesma subjectividade luso-brasileira que continua a manter este acto autobiográfico suspenso entre Vila Nova de Gaia e o Rio de Janeiro.

<sup>20</sup> CAMPOS, Agostinho de – *O homem, a ladeira e o calhau. Breviário de desencanto político*. Lisboa: 1924.

<sup>21</sup> Sobre a «veracidade» do documento em função da sua orgânica de proveniência veja-se CAMARGO, Ana Maria de Almeida – Os arquivos pessoais são arquivos..., *cit.*, pp. 35-36.

## Anexos

### Árvore genealógica

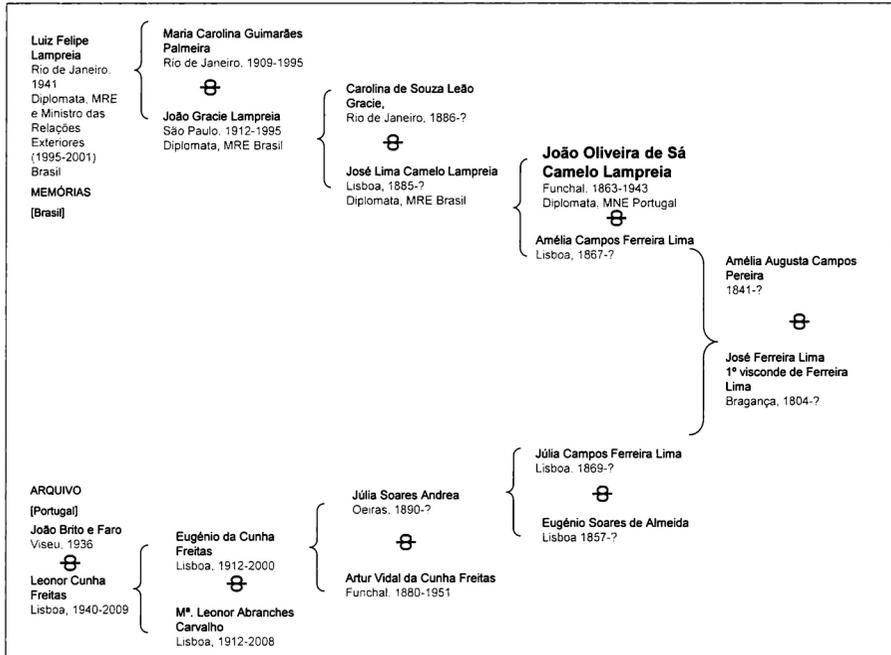


Figura 1. Os quatro Lampreias: o ancião é o conselheiro, ao seu lado direito José Lampreia, à direita deste João Lampreia, o bebe é Luiz Felipe Lampreia [LAMPREIA, Luiz Felipe, *O Brasil e os Ventos do Mundo. Memórias de cinco décadas na cena internacional*. Rio de Janeiro: Objectiva, 2010, p. 18. Gentileza do embaixador Luiz Felipe Lampreia]

# A heráldica e os arquivos de família: formas de conservação e gestão da memória

*Miguel Metelo de Seixas*

A heráldica costuma formar parte integrante dos arquivos de família. E constitui também, em geral, parte esquecida deles. Talvez por se tratar de um tipo de presença difícil de classificar, a cavallo entre as dimensões documental, patrimonial, artística; ou então porque arquivistas e historiadores se deixarem amiúde intimidar pelos aspectos técnicos e rebarbativos da *ciência da armaria*, bem como pelas suas conotações genealógicas e nobiliárquicas, acabando por repelir a heráldica como mero aspecto complementar, quando não despiciendo, dos seus objectos de estudo. Como se fosse uma curiosidade garrida, vistosa, mas, ao fim e ao cabo, desprovida de interesse maior e de contributo significativo para a caracterização do arquivo ou para a escrita da história realizável a partir dele.

Em parte, as razões de ser deste preconceito nascem da imagem do saber heráldico tal como foi construída até há pouco tempo atrás pelo conjunto de especialistas nesta matéria, os heraldistas. E que alguns deles perpetuam ainda nos dias de hoje. Essa imagem é a de um saber de natureza abstracta e normativa, baseado num léxico e numa gramática próprios, dirigido para intuídos classificativos, identificativos e de ordem simbólica. Tal entendimento radica na visão que os tratadistas foram

erguendo desde o final da Idade Média e ao longo do Antigo Regime<sup>1</sup>; visão que, no século XIX, acabou por transitar, à sua maneira, para a classificação e o uso da heráldica enquanto *ciência auxiliar* da história. É certo que, a partir de meados do século XX, se operou uma profunda renovação epistemológica, condensada na obra de Michel Pastoureau e por ela difundida, em resultado da qual a heráldica passou a ser encarada como um ramo do saber historiográfico<sup>2</sup>. Contudo, mesmo depois de ultrapassadas assim as limitações da heráldica considerada enquanto saber normativo, manteve-se uma acentuada propensão para estudar as armas como se elas tivessem apenas ou sobretudo uma natureza abstracta, condensada no respectivo brasão: ao heraldista cabia pois, na melhor das hipóteses, entender a génese e o significado dos emblemas na sua constituição e variações e integrá-los no seu enquadramento histórico. Nesse contexto, as manifestações plásticas dos emblemas serviam principalmente para exemplificar, caracterizar e datar as armas consideradas nesta sua existência abstracta.

Ora, como indicou Faustino Menéndez Pidal, tal entendimento do emblema heráldico enquanto entidade de natureza abstracta corresponde ele próprio a uma criação histórica, devendo ser compreendido como uma construção cultural destinada a determinados fins de afirmação social e política, inserida nos quadros mentais das sociedades que a geraram, acolheram ou perpetuaram<sup>3</sup>. Mas, antes de corresponderem a qualquer tipo de abstracção, as armas preenchem sempre (e desde sempre) uma função primordial como emblemas visuais de identificação e, por conseguinte, funcionam como fenómeno comunicacional. As armas têm, assim, os seus emissores, os seus receptores, as suas formas, os seus materiais, as suas localizações, os seus significados tendencialmente variáveis, sobreponíveis, intercambiáveis. Essa é a sua essência. E como tal devem ser estudadas.

Daí deriva a indispensabilidade da renovação epistemológica do saber heráldico, para além do seu enquadramento no campo da historiografia e dos respectivos métodos críticos, passar também, necessariamente, pelo questionamento heurístico. As manifestações plásticas das armas não constituem somente instrumentos para comprovar, datar ou matizar o ordenamento abstracto dos brasões: elas formam, em si próprias, o objecto de estudo da heráldica.

Essa perspectiva poderá abrir um caminho porventura frutuoso para o entendimento das manifestações heráldicas existentes nos arquivos de família, na medida em que permitirá abandonar a sua tradicional abordagem como simples elementos

<sup>1</sup> BOUDREAU, Claire – *L'Héritage symbolique des héralds d'armes. Dictionnaire encyclopédique de l'enseignement du blason ancien (XIV<sup>e</sup>-XVI<sup>e</sup> siècles)*. Paris: Le Léopard d'Or, 2006.

<sup>2</sup> PASTOUREAU, Michel – *Traité d'Héraldique*. Paris: Bordas, 1993.

<sup>3</sup> MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, Faustino – *Los emblemas heráldicos. Una interpretación histórica*. Madrid: Real Academia de la Historia, 1993.

forneedores de indicações válidas apenas para a caracterização abstracta das armas, propondo ao invés uma visão integrada. Deste modo, as manifestações heráldicas passam a ser entendidas como instrumento concreto de construção da identidade e da memória dos detentores dos arquivos e, por conseguinte, como parte integrante da orgânica dos mesmos.

Por via da análise circunstanciada e comparada das suas manifestações plásticas, torna-se assim possível estudar a operacionalidade da heráldica enquanto instrumento de criação, manutenção e gestão da identidade e da memória familiar. É sob esse ponto de vista que o presente texto propõe uma reflexão genérica, que procurará abranger duas realidades: em primeiro lugar, a relação entre heráldica e memória da família; em segundo, uma tipologia da presença da heráldica nos arquivos de família e por fim algumas indicações sobre o potencial interesse e formas possíveis para o seu estudo.

## 1. Heráldica e memória da família

A problemática do surgimento da heráldica tem sido alvo de atenção assídua por parte dos heraldistas, tendo gozado de alguma renovação sobretudo desde o colóquio que a Académie Internationale d'Héraldique dedicou especificamente a tal tema em 1983<sup>4</sup>. Segundo se depreende dos ensaios bibliográficos de Michel Pastoureau, evidenciam-se quatro tipologias básicas para as origens medievais da heráldica: como emblemas individuais; como emblemas de família; como emblemas territoriais ou feudais; ou como resultado da fusão, num único sistema, de diferentes hábitos emblemáticos pré-existentes, tese de que o autor se revela apologista.

Para a Península Ibérica, a abordagem inicial do problema das origens da heráldica deve-se a Faustino Menéndez Pidal<sup>5</sup>, que abriu caminho para toda uma senda de estudos sobre o tema, depois retomado e ampliado<sup>6</sup>, conforme se pode ver no estado

<sup>4</sup> Vejam-se os sucessivos estados da questão redigidos por PASTOUREAU, Michel – *L'origine des armoiries: un problème en voie de solution?* In *Genealogica & Heraldica: report of the 14th International congress of genealogical and heraldic sciences in Copenhagen, 25-29. August 1980*. Copenhagen: Académie Internationale d'Héraldique / G. E. C. Gad, 1982, pp. 241-254.; PASTOUREAU, Michel – *Origine, apparition et diffusion des armoiries: essai de bibliographie*. In *Les origines des armoiries*. Paris: Le Léopard d'or, 1983, pp. 97-104.; e por fim PASTOUREAU, Michel – *Traité d'Héraldique...*, cit., pp. 298-310.

<sup>5</sup> MENÉNDEZ PIDAL, Faustino – *Los comienzos de la heráldica en España*. In, BRIÈRE, Pierre (Dir.) – *Mélanges offerts à Szabolcs de Vajay*. Braga: Livraria Cruz, 1971, pp. 415-424.

<sup>6</sup> MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, Faustino – *Le début des emblèmes héraldiques en Espagne. Armas e Troféus*. V série, tomos III e IV (1982-1983) pp. 7-48.

da questão traçado por Eduardo Pardo de Guevara<sup>7</sup>. Infelizmente, porém, o estudo de Menéndez Pidal não abarca o caso português.

As razões dessa exclusão, para além das que derivam de opções historiográficas de teor nacionalista, prendem-se porventura com a ausência de um levantamento sistemático das fontes da heráldica medieval portuguesa, quer no que toca às sigilográficas, quer às monumentais e documentais. Sem tal levantamento, afigura-se difícil traçar um panorama da heráldica portuguesa nos seus primeiros três séculos.

Não obstante essa limitação, devem salientar-se os esforços envidados desde meados do século XX para a formulação de novos pontos de vista acerca dessa temática, partindo do artigo inovador em que António Machado de Faria lançou um amplo repertório de questões para debate<sup>8</sup>. Embora não tivessem eco imediato, as hipóteses e desafios deste autor acabaram por germinar numa série de estudos que desde então tratam de analisar casos específicos, a partir dos quais se situam em relação às teses de Machado de Faria. Não seria decerto apropriado realizar nestas páginas um estado da questão de tais estudos, mas pode salientar-se que eles se afiguram numerosos, contando nomeadamente com os contributos de Armando de Mattos, Marquês de São Payo, Francisco de Simas Alves de Azevedo, Marquês de Abrantes, Manuel Artur Norton, Sérgio Sodré de Castro, José Guilherme Calvão Borges, Miguel Metelo de Seixas e João Bernardo Galvão-Telles, João Paulo de Abreu e Lima, António Castro Henriques e Tiago de Sousa Mendes<sup>9</sup>. Destes autores, o marquês de Abrantes, Calvão Borges e Manuel Artur Norton foram os únicos a propor visões de conjunto, naturalmente limitadas pela falta do sobredito levantamento. Na verdade, quer esta falha, quer a profusão e dispersão destes estudos tornam desejável a publicação de um ensaio bibliográfico e a criação de um inventário em linha, ambas em fase de preparação. As ideias que se seguem devem pois ser entendidas como hipóteses de trabalho, sujeitas a alterações decorrentes dos dados aduzidos pela pesquisa em curso.

Com base quer nas fundamentadas tipologias e análises de Faustino Menéndez Pidal, quer nos estudos pontuais existentes para a realidade portuguesa, não será ousado afirmar que o surgimento da heráldica no século XII e a sua difusão e transformação nos séculos XIII e XIV acompanharam as alterações da sociedade medieval, em particular no que se prendia com dois aspectos: a crescente necessidade de identificação individualizada (devido ao aumento brutal dos contactos inter-comunitários

<sup>7</sup> PARDO DE GUEVARA Y VALDÉS, Eduardo – El Estudio de las Armerías en España. Comentarios y bibliografía. *Armas e Troféus*. IX série (2000/2001) pp. 263-314.

<sup>8</sup> CABRAL, António Machado de Faria de Pina – *Origens da Heráldica Medieval Portuguesa*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1944.

<sup>9</sup> Veja-se um estado da questão incipiente, com referências à série de autores citados *supra*, em SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo – Em redor das armas dos Ataídes: a problemática da família heráldica das bandas. *Armas e Troféus*. IX série (2008) pp. 53-96.

e ao gradual abandono da autarcia) e a modificação das estruturas de parentesco<sup>10</sup>. Assim, o carácter hereditário das armas, num primeiro momento trazidas sem diferença significativa por todos os membros que clamavam pertencer a determinada estirpe, reflectia a importância da inserção do indivíduo no seio de uma rede familiar horizontal (cognática). À medida que o modelo cognático foi sendo abandonado em favor da linhagem vertical, agnática, as armas tenderam a diferenciar-se, formando signos identificativos dessas linhagens (porventura próximos e derivados dos sinais proto-heráldicos das estirpes anteriormente existentes) ou até mesmo de indivíduos e ramos delas<sup>11</sup>. Mas tal fenómeno de modificação da estrutura básica da linhagem e da correspondente alteração estrutural da heráldica de família não só revelou um carácter fortemente diferido quando comparado com outras áreas europeias, como, na verdade, nunca se afigurou completo, acabado, para o caso português. Será limitativo, para não dizer errado, falar de atraso: trata-se antes de uma peculiaridade do Ocidente peninsular, em que a perpetuação do uso de armas semelhantes espelha uma realidade diferente da que se implantou na área “clássica”, como a denomina Faustino Menéndez Pidal, ou seja, o núcleo anglo-franco-germânico, com as suas extensões do Norte de Itália e Oriente da Península Ibérica.

Quando se verificaram as circunstâncias históricas da transição da Idade Média para a Moderna, em particular as que envolveram a centralização do poder régio e a redefinição da função e da auto-representação da nobreza, o antigo sistema heráldico, com a natureza assumida e igualitária das armas ostentadas por todos quantos se reviam em determinada linhagem, não foi abandonado: antes passou a coexistir com outro sistema, em que as armas começaram a ser diferenciadas e submetidas à autoridade da Coroa<sup>12</sup>.

Deste modo, ao longo dos séculos XIII e XIV, começou a desenhar-se em Portugal a ligação entre determinada insígnia e o respectivo apelido, ambos entendidos como forma de representação das linhagens então em fase de afirmação, segundo o modelo agnático. Na construção da identidade linhagística, tendeu pois a fixar-se uma relação entre a consciência da perpetuação genealógica vertical de uma família e os dois principais elementos abstractos que permitiam a sua identificação: a onomástica e a heráldica. A chave para o sucesso dessa relação passava pelo seu carácter estável, permanente. Só assim os diversos membros da família podiam rever-se em tal perenidade genealógica: o uso do apelido e das armas, ambos continuamente

<sup>10</sup> MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, Faustino – *Le début des emblèmes... cit.*, pp. 7-48.

<sup>11</sup> SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo – *Em redor das armas dos Ataíde, cit.*

<sup>12</sup> Cfr. SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo – «E tragam as armas dos Costas em todos os lugares, e peças». O património armoriado de D. Álvaro da Costa e de sua descendência: uma estratégia de comunicação? In, *Dom Álvaro da Costa e a sua descendência, séculos XV-XVII. Poder, arte e devoção*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais / Centro de História de Além-Mar (no prelo).

mantidos ao longo de gerações e associados um ao outro, constituía sinal de pertença à linhagem. Mais ainda, era entendido como penhor dessa mesma pertença.

Ao contrário porém do que acontecia com o nome, que se inseria no sistema semântico da linguagem e teria, em tempos de analfabetismo predominante, uma aplicação primordialmente fonética, as armas, também pela sua natureza, impuseram-se como cultura visual. O que significa que, antes de constituírem qualquer tipo de registo escrito (como mais tarde aconteceu), elas foram aplicadas e transmitidas por via das suas manifestações plásticas. O entendimento da heráldica como cultura visual revela-se, portanto, como um passo essencial para compreender a natureza e as funções dos sinais que formam o seu léxico.

Por esta sua natureza de sistema visual de identificação das linhagens, a heráldica estabeleceu desde logo uma relação preferencial, quando não intrínseca, com determinados registos materiais. Naturalmente, ela tendeu a carregar os objectos que desempenhavam uma função identificativa do indivíduo ou da linhagem, como os selos, as bandeiras, o equipamento bélico ou de torneio. Alguns desses objectos, como o anel sigilar, podiam ser transmitidos de geração em geração e, assim, condensar as duas identificações: tanto serviam de demonstração de identidade individual como de evidência de perpetuação da família. Além da sua presença em objectos, as insígnias heráldicas foram apostas em determinados lugares, que poderão ser caracterizados como *lugares de memória*, isto é, dotados de carga simbólica como referência para a construção da memória de cada linhagem. Tais lugares podiam estar relacionados, de formas variáveis, com o exercício ou a invocação do poder militar ou jurídico-administrativo, ou com a posse efectiva de um conjunto de bens dotados de relevância efectiva e simbólica.

Sobressaíam os casos de presença das insígnias heráldicas no património de natureza vincular, quer nas pedras de armas identificativas da edificação entendida como cabeça ou sede do morgado, quer nos marcos que serviam para definição visual das suas delimitações territoriais<sup>13</sup>. Não menos importante era a apropriação de alguns espaços de natureza sagrada, por via do sepultamento geralmente em capela própria: primeiro, por presença heráldica em monumentos funerários, fossem lajes ou sarcófagos; depois, em acumulação com as modalidades anteriores, por inserção das insígnias na própria estrutura do templo, quer em lápide evocativa encastrada, quer em pedra de armas colocada no arco de entrada da capela ou no fecho da sua abóbada. Tais expedientes de profusão heráldica nas igrejas foram-se difundindo de forma notória, até se tornarem num estratagema comum de afirmação linhagística

<sup>13</sup> Cfr. ROSA, Maria de Lurdes – *O morgadio em Portugal sécs. XIV-XV. Modelos e práticas de comportamento linhagístico*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

e levarem ao que Laurent Hablot designa como uma progressiva heraldização do espaço sagrado<sup>14</sup>.

Note-se que a formação e definição dos emblemas heráldicos se verificou em associação às famílias mas também às instituições que por via deles não apenas vinculavam a sua identidade como demonstravam visualmente a sua permanência e estabilidade. Ou a sua almejada perenidade. Nesse sentido, a heráldica era entendida e utilizada como instrumento de perpetuação das famílias e das instituições, e bem assim como instrumento de construção desse esforço e entendimento de continuidade. A própria noção abstracta das armas reforçava e actuava como agente de construção e de solidificação da existência histórica das entidades que elas representavam. Por vezes, o ónus da prova chegava a inverter-se: as armas passavam a constituir e a ser invocadas como demonstração (porventura a única) da antiguidade, legitimidade e continuidade de uma estirpe ou de uma instituição.

O código visual heráldico funcionava em conjugação com outras formas de identificação pessoal, familiar ou institucional. Na Península Ibérica, a heráldica parece ter surgido, como tal, antes do nome de família fixo, ou seja, do sobrenome ou apelido. As armas recorriam a um código abstracto, de natureza visual, com dois níveis de abstracção (tal como acontecia com o nome)<sup>15</sup>: primeiro, o escudo foi entendido como campo abstracto das armas, que podiam portanto ser figuradas numa representação do escudo e não somente no próprio escudo/objecto; depois, foi definido um ordenamento heráldico, composto mediante um vocabulário, uma sintaxe e uma gramática específicas, que vieram a constituir o brasão.

A construção da noção das famílias enquanto linhagens pressupunha a sua continuidade ao longo do tempo e a conservação de uma memória própria: as armas condensavam, exprimiam, representavam e provavam, precisamente, estes dois conceitos. Neste sentido, a partir do século XIV, começaram a ser atribuídos às armas – e às figuras heráldicas em geral – significados de natureza simbólica. Deve ter-se em conta, ao avaliar tal fenómeno e ao tentar interpretar o significado de certas armas, que pode haver a sobreposição de diversas estruturas significadas num mesmo significante: a heráldica, justamente porque passou a ter como principal objectivo traduzir a perpetuação de uma determinada estrutura social (outro objectivo, não menos importante, era o de identificá-la), funcionava por sobreposição, ou melhor, por aglutinação.

Assim, pelo seu carácter fixo, hereditário e universalmente reconhecível, ainda que não forçosamente identificável de imediato, as armas tornaram-se na forma por

<sup>14</sup> HABLOT, Laurent – L'héraldisation du sacré aux XII<sup>e</sup>-XIII<sup>e</sup> siècles. Une mise en scène de la religiosité chevaleresque? In AURELL, M. (dir.), *Chevalerie et christianisme. aux XII<sup>e</sup> et XIII<sup>e</sup> siècles*, Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2011, pp. 211-233.

<sup>15</sup> MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, Faustino – *Los emblemas heráldicos...*, cit.

excelência de manutenção da memória da linhagem. Será interessante, nesse sentido, estabelecer uma comparação com a escrita: ambas funcionavam como código visual cujos signos não possuíam leitura óbvia, mas faziam sentido quando se conhecia a respectiva sintaxe e gramática: o signo heráldico definia-se não apenas por si, isto é, pelo seu conteúdo específico, mas também em relação com o conjunto dos demais signos heráldicos. É por isso que as leituras puramente simbólicas raramente resultam: um escudo com um leão não vale apenas (e poderá não valer mesmo) pelos aspectos simbólicos associados a esse animal (como nobreza, força, coragem, realeza, etc.) mas sobretudo pela forma como se insere e relaciona com os outros emblemas em circulação no passado e na mesma época, quer os que ostentam figuras semelhantes, quer os que carregam figuras diferentes ou mesmo oponíveis. E se tal inter-relação se verificava no que toca às componentes internas do escudo de armas – esmaltes, partições, figuras – não obstante a sua função primordialmente identificativa, mais ainda valeria para o conjunto dos elementos exteriores, cuja função era essencialmente a de transmitir ao observador uma caracterização hierárquica do detentor das armas, recorrendo a diversas escalas de recursos codificados (elmos, coroas, insígnias de dignidade, ordens religiosas ou honoríficas, etc.)<sup>16</sup>.

Por este conjunto de características, a heráldica encontrou-se ligada de forma intrínseca e contínua à construção da memória das famílias. Nutriu por isso, também, uma relação especial com os arquivos que, a seu modo, constituíram outro instrumento de definição e manutenção da identidade linhagística.

## 2. Presença da heráldica nos arquivos de família; potencial interesse do seu estudo

Tanto os emblemas heráldicos como os arquivos serviram pois, cada qual a seu modo, como instrumentos de construção, renovação, confirmação e manutenção da identidade e da memória pessoal e familiar. No caso da heráldica, é importante compreender que tal contributo extravasava largamente uma dimensão abstracta e porventura simbólica das armas, pois para além dessa natureza, os emblemas heráldicos dependiam de manifestações concretas, de natureza plástica. Era por via dessas manifestações que a heráldica actuava efectivamente como código visual com impacto na sociedade. Mais do que meros agentes de activação de emblemas abstrac-

<sup>16</sup> SEIXAS, Miguel Metelo de – Reflexos ultramarinos na heráldica da nobreza de Portugal. In *Pequena Nobreza e Impérios Ibéricos de Antigo Regime*. Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical / Centro de História de Além-Mar, no prelo.

tos, as manifestações concretas das armas são pois o cerne do fenómeno heráldico, que é na sua essência um processo comunicacional.

Parece portanto natural que os emblemas heráldicos tenham desde cedo vindo carregar – para usar uma expressão da armaria – o património considerado como fundamental pela própria família e com o qual esta pretendia vincar uma relação de posse ou de ostentação, que passava preferencialmente pela exibição de sinais de identificação e reconhecimento. A aposição de emblemas heráldicos num bem imóvel ou num objecto prestigioso vinha, de certo modo, alterar a natureza destes, na medida em que, para além da sua utilidade e morfologia, tais bens passavam a incorporar um elemento identitário da família. Até ser eventualmente removido, tal elemento passava a *fazer parte* do bem, o que implicava que este adquiria, por sua vez, por via da presença das armas, o carácter de sinal identitário da linhagem.

Daí a importância da presença da pedra de armas no edifício considerado como solar de uma família: não como simples ornamentação ou ostentação (embora estes efeitos pudessem ser também desejados e alcançados), mas sim com um certo carácter de epifania. Mais do que para identificar, a pedra de armas servia para transformar a construção em sede simbólica da linhagem. O edifício, quaisquer que fossem as suas dimensões, a sua história, o seu enquadramento, ficava assim nobilitado e tornava-se lugar de memória. Por isso o hábito, tão arreigado em Portugal, de retirar a pedra de armas de uma casa quando esta saía da posse da família; e, bem assim, de voltar a colocá-la naquela que serviria de novo centro material da linhagem. Daí também o costume de assinalar um período de luto tapando a pedra de armas com um pano preto, como ainda hoje se vê fazer: manifestação mais eficaz que qualquer iniciativa individual, na medida em que assinala que o emblema e o edifício, representando o conceito e o conjunto da família, presente e passada, comungam da perda e exprimem-na aos olhos de todos.

Deste modo, o património armoriado tende, por natureza, ou poderá dizer-se por vocação, a constituir-se em *objecto de memória*. E, nessa medida, tal património estabelecerá uma relação intrínseca com o arquivo de família, *lugar de memória* por excelência. Sem pretender apresentar uma listagem exaustiva do património armoriado que pode estar presente nos arquivos de família, propõem-se de seguida algumas tipologias à partida consideradas significativas:

– Bens de essência heráldica:

- Documentos relativos à concessão ou confirmação de armas, nomeadamente cartas de brasão de armas;
- Armoriais, tratados de armaria ou outro tipo de obras manuscritas ou impressas referentes a matéria heráldica;

- Matrizes sigilares, incluindo anéis;
  - Anéis armoriados não-sigilares;
  - Selos, colocados em documentos por eles autenticados ou reunidos em colecções;
  - Objectos de natureza variada (pintura, escultura, tecido bordado ou estampado, etc.) e que constituem, em exclusivo, representações de armas.
- Bens de essência genealógico-nobiliárquica:
    - Resenhas e árvores genealógicas ilustradas com armas ou contendo descrições heráldicas das famílias abrangidas;
    - Nobiliários e tratados nobiliárquicos com ilustrações ou descrições de armas, ou ainda com capítulos dedicados a matéria de armaria.
- Bens de essência utilitária ou decorativa, dotados de representações heráldicas:
    - Retratos;
    - Serviços e peças de porcelana, faiança ou vidro;
    - Prataria e ourivesaria;
    - Mobiliário;
    - Tecidos de aparato ou de uso diário;
    - Peças de vestuário;
    - Armamento;
    - Livros com ex-líbris ou super-libros;
    - Papel timbrado.

Desta listagem, não obstante o seu carácter assistemático, infere-se a possível diversidade e riqueza da presença heráldica nos arquivos de família. Saliente-se ainda que as categorias apontadas são cumulativas e não excludentes, isto é, por exemplo, uma carta de armas é essencialmente um bem de natureza heráldica, mas pode ser igualmente usada como objecto decorativo ou como objecto utilitário num processo de obtenção de reconhecimento de direito heráldico. Notar-se-á também que a heráldica presente nos arquivos diz respeito em primeiro lugar, naturalmente, às armas próprias da linhagem; mas podem existir documentos e objectos marcados com insígnias alheias, por se tratar de indivíduos, famílias ou instituições com as quais se manteve correspondência; ou ainda, nos casos dos bens de essência heráldica ou genealógico-nobiliárquica, por poderem constituir compilações de armas ou textos de armaria, ambos portanto de aplicação mais vasta ou mesmo genérica.

De uma forma geral, os bens armoriados são valorizados na medida em que, pela presença dos emblemas heráldicos, tal património ganha foros de representação da estrutura familiar. A sua permanência nas mãos das gerações sucessivas funciona, portanto, como penhor da continuidade e permanência da família. Por conseguinte, esse género de património tende a adquirir, para a linhagem, um valor sentimental que pode chegar a ser muito elevado; o que significa também que a sua posse, conservação e transmissão são objecto de atenção particular, daí derivando a associação costumeira ao arquivo de família. Acresce que, em certos casos, a posse de alguns destes bens se encontra administrativa ou simbolicamente ligada ao exercício ou à reivindicação da chefia da linhagem: caso evidente dos instrumentos de definição do património vinculado, mas também das cartas de armas ou de certos objectos, como anéis ou matrizes sigilares.

A ligação deste género de património armoriado aos arquivos de família prende-se pois não apenas com o seu carácter comum de manifestação e repositório da identidade linhagística, mas também com a necessidade de assegurar a sua transmissão e conservação de maneira segura e, na maior parte das vezes, concentrada nas mãos de um único herdeiro. Deste modo, sendo certo que a chefia de uma linhagem não se comunica por via da posse do arquivo ou dos bens armoriados, não é menos verdade que esta funciona como instrumento de comprovação ou mesmo de legitimação da referida primazia. Quando, a partir do século XIX, a chefia da linhagem deixou de estar relacionada com a detenção de património vinculado ou de cargos e benesses de valor efectivo, a transmissão quer dos arquivos de família, quer dos bens armoriados, sofreu uma tendência acentuada para a dispersão. Contudo, mesmo após a extinção das formas de vinculação próprias do Antigo Regime, muitas famílias mantiveram o carácter unívoco da transmissão dos bens que, aos seus olhos, continuavam a dever conservar-se nas mãos do chefe da linhagem. O que significa que os mecanismos legais para a concentração do património simbólico, típicos da organização social pré-liberal, foram amiúde continuados, de forma consuetudinária, até aos nossos dias. Naturalmente, esta situação nem sempre se verificou, uma vez que o enquadramento legal tinha passado a ser-lhe desfavorável. Por vezes, a natureza dos bens heráldicos permitia, sem problemas de maior, a sua repartição por vários ramos, casos evidentes dos serviços de louça ou dos retratos armoriados, ou ainda das resenhas ou compilações genealógicas, como das bibliotecas de forma geral; mas essa não foi certamente a situação dos bens mais identificados com a chefia da linhagem, nomeadamente as cartas de armas, as matrizes ou anéis sigilares, ou outros objectos simbólicos.

Merece especial atenção o tópico dos bens de essência heráldica. Alguns têm interesse singular para a história da linhagem que os detinha, como no caso dos

documentos de concessão ou alteração de armas, ou das matrizes sigilares. Nestas ocorrências, é importante analisar as formas como a heráldica intervém na elaboração do discurso sobre a própria linhagem, para tentar perceber que construções simbólicas se elaboram e como é que a interpretação dos elementos heráldicos se articula com as narrativas familiares, genealógicas, míticas ou históricas. Outros bens armoriados conservados nos arquivos de família beneficiam de um alcance mais vasto, na medida em que fornecem dados referentes não apenas à linhagem que os detém, mas a um conjunto mais alargado de estirpes, que pode até tentar abranger, com os armoriais ditos universais, a totalidade da heráldica da nobreza de Portugal. Mas, para além das informações mais ou menos originais e inéditas que possam constar de tal documentação, importa considerá-la como possível objecto de estudo como conjunto, independentemente, por assim dizer, do seu teor específico.

Na verdade, desde o final da Idade Média que a matéria heráldica fazia parte integrante e indispensável da cultura nobiliárquica. Por isso, as obras de natureza heráldica, sobretudo armoriais e tratados de armaria, tornaram-se em objectos que era imprescindível deter a partir do momento que se alcançava (e queria manter) certa posição social. Assim, a posse e a exibição de tais livros passou a ser encarada, como assinala Michel Pastoureau, como um elemento de definição cultural do estatuto de nobreza<sup>17</sup>. Deste modo, a matéria heráldica fazia parte integrante da educação nobiliárquica, dir-se-ia de qualquer grau, naturalmente com variações de vastidão e de profundidade. O saber heráldico representava um dos alicerces da cultura da nobreza, do mesmo modo que as manifestações plásticas das armas constituíam um dos seus principais instrumentos de afirmação visual. Importa, por isso, perceber qual a parte (estatística e simbólica) ocupada por este saber nas bibliotecas e nos arquivos das famílias nobres.

Assim caracterizada, de forma geral, a presença heráldica nos arquivos de família, convirá formular outra pergunta concreta: qual o interesse e quais as formas de estudo de tal presença?

Antes de mais, e embora possa parecer uma afirmação tautológica, o patri-mónio armoriado serve para a compreensão das insígnias em si próprias. Convém reiterar, neste sentido, a importância de ir além do ponto de vista costumeiro no estudo das armas, o qual consiste na análise da composição heráldica, do seu enquadramento normativo e, eventualmente, do seu significado simbólico. Como se

<sup>17</sup> PASTOUREAU, Michel – L'historien et les traités du blason (XIV<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> siècles). In HARMIGNIES, Roger (Ed.) – *Sources de l'Héraldique en Europe Occidentale. Bronnen Voor de Heraldiek in West-Europa. Actes du 4.<sup>e</sup> colloque international d'héraldique. Handeligen van het 4<sup>de</sup> internationale colloquium voor heraldiek*. Bruxelles – Brussel 6-10. V. 1985. Bruxelles – Brussel: Académie Internationale d'Héraldique / Archives Générales du Royaume – Algemeen Rijksarchief, 1985, pp. 129-131.

assinalou, para ultrapassar a visão tradicional, a heráldica ganha em ser entendida como cultura visual. O trabalho do heraldista consistirá então em analisar as formas de expressão das armas e deduzir os mecanismos de afirmação de uma identidade, de uma auto-representação e de uma actuação sobre a sociedade. Daí a utilidade de compreender e estudar as manifestações plásticas das armas como essência do fenómeno heráldico, ao arrepio da imagem por assim dizer transcendental das armas, tal como se construiu no Antigo Regime e perpassou no entendimento comum até aos nossos dias.

A análise da presença heráldica nos arquivos de família fornece, assim, elementos potencialmente significativos para entender as estratégias de afirmação identitária e de construção da memória das famílias. Para o conhecimento particular da história de uma linhagem, o levantamento da tipologia e da cronologia do património heráldico que foi sendo associado ao respectivo arquivo pode proporcionar dados interessantes. Não se trata apenas de fazer um levantamento deste género de presença, mas também de procurar escalonar a sua criação, o seu registo e a sua conservação em consonância com a imagem que a linhagem quis e logrou construir de si própria, tanto para efeitos de consolidação interna como de afirmação externa.

Mas o interesse do património heráldico nos arquivos de família pode ultrapassar o conhecimento individual. Na medida em que forem sendo realizados diversos estudos para casos particulares, eles poderão vir a ser comparados entre si, de modo a procurar extrair uma informação acerca do comportamento geral das linhagens em relação à valorização e conservação do seu património heráldico. O ideal seria, ao cabo, a prossecução de um estudo comparativo que permitisse traçar tais linhas de força, assinalando quer as similitudes, quer as divergências do comportamento das linhagens a esse respeito. Naturalmente, esse esforço seria indispensável sem um trabalho conjunto da heráldica com a arquivística, em primeiro lugar, e em seguida com outros ramos do conhecimento histórico, com destaque para a genealogia, mas também para a história social, cultural e das mentalidades.

Por fim, de forma mais abrangente, a análise do património armoriado dos arquivos de família reveste-se de interesse para a compreensão da cultura heráldica portuguesa. Na verdade, encontra-se amplamente por conhecer a produção de armoriais e tratados de armaria em Portugal durante a Idade Moderna; as primeiras aproximações a um conhecimento alargado, baseadas apenas em consultas de arquivos e bibliotecas públicos, revelaram um universo tão vasto quanto diversificado<sup>18</sup>. É de crer que a extensão desta análise aos arquivos de família contribua para o seu enriquecimento, principalmente em dois sentidos. Em primeiro lugar, para avaliar

<sup>18</sup> SEIXAS, Miguel Metelo de – Qual pedra iman: a matéria heráldica na cultura portuguesa do Antigo Regime. *Lusiada*. Série II, n.º 7 (2010) pp. 359-413.

a difusão e a circulação das fontes heráldicas, permitindo ajuizar o peso que elas tiveram na formação da cultura da nobreza. Em segundo lugar, para fixar um *corpus* da produção heráldica portuguesa durante o Antigo Regime. Saliente-se, neste âmbito, a prossecução do projecto “A heráldica portuguesa (séculos XV-XVIII): uma cultura visual de representação social e política”<sup>19</sup>, cujo escopo principal consiste na elaboração de um roteiro das fontes heráldicas portuguesas, para o qual os arquivos de família podem vir a ter um contributo importante. Aqui fica, pois, um apelo de sensibilização para que os possuidores de tais arquivos dêem a conhecer e permitam estudar as fontes heráldicas aí conservadas. Para melhor compreensão do próprio arquivo, da história da respectiva família e, por fim, do fenómeno heráldico em Portugal.

---

<sup>19</sup> Projecto de pós-doutoramento conduzido pelo signatário no âmbito da bolsa FCT SFRH/BPD/69540/2010 e orientado por José Damião Rodrigues (CHAM-FCSH/UNL-UAç) e Maria de Lurdes Rosa (IEM/FCSH/UNL).

PARTE IV  
*Fazer História  
dos Arquivos de Família*



# Els Milà de Sitges (Barcelona, Catalunya): un ejemplo de pequeño archivo familiar en el seno de una comunidad rural<sup>1</sup>

*Carme Muntaner i Alsina*

Es bien conocida la preocupación que desde bien temprano hubo en los condados catalanes, y posteriormente en toda la Corona de Aragón, para dejar los pactos concretados de modo oral también por escrito. Del mismo modo, la introducción de la práctica notarial, importada de la península itálica, desde el siglo XIII de un modo generalizado, estableció definitivamente la costumbre de dejar por escrito los pactos y contratos establecidos entre privados, no confiando sólo en la palabra.<sup>2</sup> todo ello ha permitido de conservar un destacado patrimonio documental, la cronología del cual, en algunos casos, retrocede hasta el siglo IX.<sup>3</sup>

Este gran volumen documental se ha conservado no sólo en los archivos públicos y privados, de instituciones religiosas o laicas, sino también en un conjunto de archivos al que cada vez se da más importancia: los archivos patrimoniales

---

<sup>1</sup> Este trabajo se ha desarrollado dentro del marco del proyecto “La memoria escrita en el ámbito privado catalán: recuperación y estudio de archivos y documentos”, cuyo investigador principal es el Dr. Daniel Piñol Alabart (HAR2008-01748/HIST del Ministerio de Educación y Cultura).

<sup>2</sup> El protocolo notarial más antiguo conocido para Cataluña es un fragmento de libro notarial datado del 1221 y conservado en el Arxiu de la Cúria Fumada de Vic (GINEBRA, Rafael – Un fragment de llibre notarial de 1221 a l'Arxiu de la Cúria Fumada de Vic. In, *Estudis Històrics i Documents dels Arxius de Protocols*. Barcelona: Fundació Noguera, 2001. XIX, pp. 7-22). La intensa actividad notarial en época medieval se puede percibir por los fondos de archivos como, por ejemplo, el *Arxiu Històric de Protocols de Barcelona* (CASES, Lluïsa – *Inventari de l'Arxiu Històric de Protocols de Barcelona: segles XIII-XV*. Barcelona: Fundació Noguera; Lleida: Pagès, 2001) y otros muchos archivos de la Corona de Aragón. Para una completa retrospectiva de la historia del notariado en Cataluña, *vid.*: BAIGES, Ignasi – El notariat català: origen i evolució. In, *Actes del I Congrés d'Història del Notariat Català*. Barcelona: Fundació Noguera, 1994. pp. 131-166.

<sup>3</sup> La documentación de estos primeros siglos se conserva en archivos públicos y privados. La mayor parte de ellos han sido publicados, pero para tomar algunos ejemplos clásicos citar sólo UDINA, Frederic – *El Archivo Condal de Barcelona en los siglos IX-X: estudio crítico de sus fondos*. Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1951; el *Cartulario de “Sant Cugat” del Vallés*. Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1945-1947; o algunos de los documentos contenidos en el *Libri antiquitatum ecclesiae cathedralis*, de la catedral de Barcelona, regestados en MAS, Josep – *Notes històriques del bisbat de Barcelona*. vols. IX-XII, Barcelona: Establiment tipogràfic de Jaume Vives, 1914-1915.

y familiares. Algunos de ellos, poco a poco, han sido depositados en archivos públicos, mientras que otros continúan en manos de las propias familias que los gestaron, hicieron crecer y conservaron durante siglos en casas particulares, de las que no siempre se abren las puertas a los investigadores, cada vez más interesados en estos ricos fondos. Algunos de éstos continúan siendo archivos vivos, es decir, sus propietarios los continúan utilizando para gestionar el patrimonio familiar.

Estos archivos, formados en muchas ocasiones a raíz de siglos y siglos de tradición familiar, suponen una parte muy importante de nuestro patrimonio documental. Su abasto cuantitativo real es prácticamente incalculable. Un valiosísimo esfuerzo hecho al respecto es el censo de archivos patrimoniales conservados en la provincia de Girona que se llevó a cabo desde la *Associació d'Història Rural de les Comarques Gironines*.<sup>4</sup> Algunos de estos archivos, especialmente aquellos pertenecientes a grandes familias nobiliarias o de grandes masías, han sido consultados por investigadores con el objetivo de analizar la historia de sus familias, sea desde un punto de vista genealógico como de un punto de vista patrimonial, destacando su importancia como señores de un territorio.<sup>5</sup> O bien han sido analizados de modo archivísticos, para proceder a su clasificación y conocer exactamente cuál es su contenido.<sup>6</sup>

Más allá de los archivos patrimoniales de grandes familias, en muchas masías y casas del territorio catalán existen pequeños archivos patrimoniales y familiares,<sup>7</sup> que pueden llegar a conservar documentación de cronologías que no tienen nada que envidiar a los grandes archivos reales y eclesiásticos. Se trata habitualmente de un conjunto de documentos, en cualquier tipo de soporte, generados o recibidos como resultado de la formación y administración de un patrimonio familiar, generalmente de base agraria, que se transmite de generación en generación en el interno del linaje familiar.<sup>8</sup> Algunos de ellos se han perdido, por distintas situaciones, a lo largo de la

<sup>4</sup> GIFRE, Pere; MATAS, Josep; SOLER, Santi – Cens d'arxius patrimonials de les comarques gironines (una primera aproximació). In, *Els Arxius Patrimonials*. Girona: Associació d'Història Rural de les Comarques Gironines. Universitat de Girona, Centre de Recerca d'Història Rural, 2002.

<sup>5</sup> Un ejemplo de ello en: GARÍ, Blanca – *El señorío de Ventalló: historia de las familias Requesens, Caramany y Perramón, que lo poseyeron*. Ventalló: Nauta, 1989, en el que utiliza el fondo Perramon del archivo de la familia Fontcuberta para su trabajo.

<sup>6</sup> Algunos ejemplos publicados son el estudio del archivo de la masía de Can Prat, en Castellfollit del Boix (SABATÉ, Flocel – *Larxiu d'una masia: Can Prat*. Igualada: Centre d'Estudis Comarcals d'Igualada-Secció d'Història Medieval, 1991). Este trabajo de catalogación también se ha llevado a cabo después de que estos archivos fueran depositados en manos públicas: GRAU, Josep M. T.; PERIS, Sabí – *Inventari del fons patrimonial Homededéu de Riudecanyes: segles XV-XIX*. Reus: Arxiu Històric Comarcal/Ajuntament de Riudecanyes, 2004; SANMARTÍ, Montserrat – La documentació en pergami del fons patrimonial dels Martí d'Ardenya. *Acta Historica et Archaeologica Mediaevalia*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2005, núm. 26; o el estudio del archivo del mas d'en Lluc, en el Priorat: GRAU, Josep M. T. – Els arxius patrimonials de la Catalunya Nova: l'exemple del mas d'en Lluc (Albarca, Priorat). *Arxius. Butlletí del Servei d'Arxius*, tardor 1998, núm. 19.

<sup>7</sup> La designación archivo patrimonial y familiar atañe a un mismo tipo de fondo documental. En Cataluña el término patrimonial está más arraigado, mientras que en Castilla, Euskadi o Mallorca es más usado el término familiar (GIFRE, Pere; MATAS, Josep; SOLER, Santi – *Els arxius patrimonials...*, cit., p. 11).

<sup>8</sup> GIFRE, Pere; MATAS, Josep; SOLER, Santi – *Els arxius patrimonials...*, cit., p. 6.

historia.<sup>9</sup> En la mayoría de casos, estos *papers vells* han sido transmitidos a los actuales propietarios no de la mejor manera: dentro de un cajón de cómoda, en el desván, en el interior de una caja de novia, etc., por lo que su conservación puede estar en riesgo. Además, a veces, sus propietarios no son conscientes del bien que tienen entre sus manos. En estos casos, una tarea importante de los investigadores es concienciarlos de la necesidad de su correcta conservación.<sup>10</sup> En otras ocasiones, afortunadamente, y este es el caso en el que nos encontramos, sus propietarios son conscientes de su valor y procuran para la conservación de su patrimonio documental.

Muchas veces, estos pequeños archivos familiares conservan pequeñas joyas documentales que dan agradables sorpresas al investigador que los consulta. Las características de sus documentos permiten ir más allá de la clásica historia institucional y oficialista.<sup>11</sup> Habitualmente, la mayor parte de la documentación que contienen es de carácter notarial, relacionada con la gestión del patrimonio y la organización familiar, que en ocasiones puede complementar o cubrir vacíos de la documentación notarial conservada en los archivos públicos. Por distintos motivos, normalmente por la participación de un miembro de la familia en la vida política municipal, pueden conservar también documentación pública, sobretodo municipal, lo que es muy interesante, especialmente en los casos en que el archivo municipal de la localidad se ha perdido. Y también pueden contener documentación privada, producidos por y para uso de la propia familia: libros de cuentas, libros de memorias, etc.<sup>12</sup>

## El archivo Milà de Sitges

El archivo que presentamos a continuación pertenece a este grupo de pequeños archivos patrimoniales. Su volumen documental es muy reducido y hemos podido consultarlo sólo en parte (un conjunto de once documentos). Perteneció a una familia campesina del Penedès, los Milà, que actualmente ha desplazado su vivienda a Barcelona, conservando la casa solariega en Torrelles de Foix (Alt Penedès). La cronología de este archivo se inicia en el siglo XIV y finaliza en el XIX, pudiéndose distinguir dos ramas familiares: el fondo Milà de Sitges y el fondo Canyelles de

<sup>9</sup> Para muchos de estos pequeños archivos, la Guerra Civil española (1936-39) fue un duro golpe. Para poner un ejemplo cercano geográficamente al que tratamos, una descendiente de masaderos de Miralpeix (Sitges) nos contaba en una ocasión que su abuela, a raíz de esta guerra, había hecho desaparecer todos los “papeles viejos” que tenía guardados en su masía, en un cajón, por miedo a que comprometieran a ella y a su familia.

<sup>10</sup> En Cataluña, la legislación al respecto se concreta en la Ley 9/1993 de Patrimonio cultural catalán y la Ley 10/2001 de archivos y documentos, inspirada en gran parte en la legislación de los países con más experiencia en este ámbito GIFRE, Pere; MATAS, Josep; SOLER, Santi – *Els Arxius Patrimoniales...*, cit., pp. 22-25.

<sup>11</sup> ALBERCH, Ramon – *Els arxius, entre la memòria històrica i la societat del coneixement*. Barcelona: Pòrtic, 2001, p. 64.

<sup>12</sup> Un ejemplo interesante de “memòries de pagès” lo tenemos en: CASANOVAS, Sebastià – *Memòries d'un pagès del segle XVIII*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1978. Sobre este tipo de literatura, vid.: TORRES, Xavier – *Memòries de pagès, memòries de mas*. In, *Història Agrària dels Països Catalans. III Edat Moderna*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2008, pp. 615-630.

Torrelles de Foix. Ambas familias habrían enlazado en el siglo XIX, cuando los Milà habrían emigrado hasta esta localidad del interior. A través del propietario hemos podido saber que hay otra documentación, fundamentalmente económica y fechada de los siglos XVIII y XIX. Otras referencias a la historia del archivo presentado han sido recogidas oralmente a través de su testimonio. El origen territorial de este archivo le añade valor. El lugar del que procedían las dos ramas familiares, el Penedès, es un territorio en el que, como pasa con el resto de la llamada *Catalunya nova*, los ejemplos de archivos patrimoniales son bastante escasos.<sup>13</sup>

Este archivo nunca ha sido ordenado conscientemente. No tenemos libros maestros<sup>14</sup> ni se procedió en ningún momento a su clasificación. Como sucede en muchas ocasiones, el propietario encontró en la casa solariega un baúl o *caixa de núvia* llena de *papers vells*, documentación acumulada durante siglos relativa a la familia y a su patrimonio. Consciente de la necesidad de conservar “unos papeles que habían sobrevivido durante tantos años”, el heredero de los documentos decidió mejorar su conservación: fueron colocados de modo individual, en pliegos de papel neutro y los conservó en un armario, lejos de las inclemencias del tiempo, de los cambios de temperatura bruscos o de humedades excesivas.

La documentación analizada es mayoritariamente de carácter notarial, aunque también conserva documentación municipal, hecho poco habitual, y documentación privada: concretamente un memorial de censales del siglo XIV. La documentación notarial, fundamentalmente relacionadas con la herencia y el patrimonio, y privada, relacionada con las rentas patrimoniales, formaban parte natural de la documentación familiar, mientras que la documentación municipal, como hemos dicho, lo habría hecho a través de uno de los miembros de la familia, que habría tenido un cargo municipal y, por algún motivo, habría conservado la documentación en su casa.

En las siguientes páginas, pues, presentaremos las características de este archivo, y el tratamiento al que hemos procedido para su análisis y clasificación, así como las posibilidades que tiene su estudio.

<sup>13</sup> Especialmente si comparamos el caso de la *Catalunya vella* con la *Catalunya nova*. Estas denominaciones se remontan a la distinción hecha por los compiladores de derecho consuetudinario de los siglos XIII al XV que designaron *Catalunya vella* el territorio llamado *Catalunya* desde antiguo y *Catalunya nova* el que se conquistó a partir del gobierno de Ramon Berenguer IV. La *Catalunya vella* comprendía el obispado de Girona, la mitad del de Barcelona, al norte y este del río Llobregat, y una gran parte del de Vic. El resto, la parte oeste y sur, era la *Catalunya nova*. Para algunos ejemplos de archivos patrimoniales de la *Catalunya Nova* estudiados, ver la nota 6. Para la *Catalunya Vella*, además del citado censo de archivos patrimoniales en la provincia de Girona, otros trabajos hechos son: para el territorio de l'Empordà, ADROER, Ma Àngels; GIFRE, Pere – Arxius patrimonials. Propostes de treball, *Annals de l'Institut d'Estudis Empordanesos*. 1988, vol. 21; o para el estudio de casos particulares, ROIG, Marisa – Inventari d'un arxiu patrimonial: els Delhom-Gibert de Castelló d'Empúries. *Annals de l'Institut d'Estudis Empordanesos*, 1996, vol. 29; GIFRE, Pere – *Patrimoni i arxiu: inventari del fons patrimonial Caramany de Corçà, s. XIII-XX*. Ajuntament de la Bisbal d'Empordà, 1996, entre otros trabajos.

<sup>14</sup> En los grandes archivos patrimoniales a menudo encontramos libros maestros, escritos en un momento determinado de la vida del archivo, que son de gran ayuda para captar sintéticamente la composición del archivo. BOSCH, Mònica; GIFRE, Pere – Els llibres mestres dels arxius patrimonials. Una font per a l'estudi de les estratègies patrimonials. *Estudis d'Història Agrària*, 1998, núm. 12.

## Conservación y tratamiento archivístico del fondo

Además de las tareas de conservación que había hecho su propietario, hemos procedido en primer lugar a la digitalización de la documentación a la que hemos podido acceder. Esta digitalización permite un apoyo más en su conservación, en caso de degradación o pérdida de la documentación original. Contemporánea a esta tarea se procedió a la medición y anotación de los datos externos referentes a la documentación (medidas, número de folios, daños en su conservación, etc.). El siguiente paso fue un primer análisis interno de la documentación para conocer sus datos principales (tipología documental, fecha, cronológica y tópica, y actores principales). Así, pudimos dividir la documentación en los dos fondos en que hemos organizado el archivo, el nombre de los cuales, Milà de Sitges y Canyelles de Torrelles de Foix, hemos establecido nosotros mismos. A continuación, la hemos ordenado cronológicamente dentro de cada fondo. El último paso de esta fase ha sido la creación de un cuadro de clasificación, que hemos incluido en el anexo. Para diferenciar los documentos, creamos una sigla identificadora de cada documento, que nos permitiría identificar cada uno de ellos dentro de la base de datos.<sup>15</sup>

Después procedimos a la transcripción íntegra de cada uno de los documentos y la redacción de los pertinentes registros. El último paso a realizar fue la introducción de todos los datos relativos a los documentos estudiados en la base de datos *Arquibanc*,<sup>16</sup> junto con las imágenes de la documentación, previo permiso del propietario. Esta base de datos está disponible en red y fue creada para sistematizar los archivos estudiados dentro del proyecto de la Universitat de Barcelona dirigido por el Dr. Daniel Piñol. Este proyecto tiene el objetivo de reunir archivos familiares y documentación privada del ámbito catalán, facilitando su acceso a través de la red por parte de la comunidad investigadora.

Una vez descrito el tratamiento que hemos dado a esta documentación, podemos pasar a ver su contenido. Como hemos dicho anteriormente, este archivo se puede repartir en dos ramas familiares o fondos distintos, los Milà de Sitges y los Canyelles de Torrelles.

## El fondo Milà de Sitges

Este fondo es, de los dos, el más antiguo, remontándose su documentación a inicios del siglo XIV. A parte de un único documento medieval, el resto de documentación, formado por siete unidades, se puede repartir en tres períodos cronológicos: segunda mitad del siglo XVII (un documento), la primera mitad del siglo XVIII (tres

<sup>15</sup> El identificador está dividido en tres partes: el nombre del archivo, que hemos llamado *Milà*; un número identificador del fondo: 01 para el fondo Milà y 02 para el fondo Canyelles; y un número de documento, empezando por el 001.

<sup>16</sup> La URL de la base de datos *Arquibanc* es <http://www.ub.edu/crai/mes/quedocf.php?col=memoria>

documentos) y primera mitad del siglo XIX (dos documentos). La documentación de XVII consiste en una venta de censales, mientras la del XVIII se trata sobre todo de documentación relacionada con testamentos. La documentación del XIX hace referencia a la venta de la casa solariega en Sitges, indicándonos el momento de desplazamiento de la familia Milà de Sitges a Torrelles de Foix.

La documentación más antigua, consistente en una libreta o memorial de censos, de una cronología entre 1323 y 1334,<sup>17</sup> pertenece de hecho a otra familia, los Ferrer, que precedieron la familia Milà en la posesión del mas dels Ferrers, situado en el término del castillo de Sitges (Garraf). Los Ferrer fue en origen una familia de herreros, poseedores del monopolio de la herrería en los castillos de Sitges y Campdàsens. De esta familia Ferrer se puede seguir el rastro en la documentación señorial y notarial de Sitges, conservada en el Archivo de la Catedral de Barcelona (ACB). Sabemos que varios miembros de la familia tuvieron cargos en la universidad de la villa y uno de ellos, Pere Ferrer, fue baile representante del señor del castillo a mediados del siglo XIV. Podemos decir que formaban parte de la élite rural, aunque no gracias a sus propiedades inmuebles, que eran más bien pocas, sino a sus ingresos derivados de una importante actividad rentista, como se puede observar en la libreta de censos conservada: a través de la compra de censos creados sobre bienes inmuebles, prestaban habitualmente dineros a otros miembros de su comunidad.

La libreta de censos conservada, fechada entre 1323 y 1334, es muy interesante para entender esta actividad.<sup>18</sup> En ella, el notario de la villa anotó, imaginamos por orden de uno de los Ferrer, los registros de los documentos (con el nombre del vendedor, valor de la pensión anual, día del pago, etc.) conservados en sus libros notariales y que tenían como protagonista Guillem Ferrer y después su hijo Pere.<sup>19</sup> Estos documentos hacían sobre todo referencia a compras que los Ferrer habían hecho de censos: en total, más de cuarenta compras de este tipo sobre un total de 69 documentos. Lo que querían seguramente los Ferrer con esta libreta era conservar memoria escrita de todas las rentas, que recibía mayoritariamente en cantidades

<sup>17</sup> Documento I del anexo, con identificador en la base de datos *Arquibanc* 'Milà 01 001'.

<sup>18</sup> La libreta nos muestra la actividad de dos miembros de la familia Ferrer: la intensa actividad ejercida por Guillem Ferrer entre 1323 y 1329, momento en el que es sucedido por su hijo Pere. El cuaderno conservado parece tener un vacío cronológico entre 1329 y 1332, y acaba finalmente en 1334. Aun así, sabemos que el hijo, Pere, continuó la actividad de la familia como prestamista. Constan en los registros notariales varias comandas y declaraciones de deudoritos hechos a favor de Pere Ferrer dels Ferrers, entre 1342 y 1347. Parece que la familia fue perdiendo esta importante tarea como prestadores desarrollada la primera mitad del siglo XIV. La línea masculina se extinguió y fue un hijo de una hija de Pere Ferrer, Pericó Gibert, quien heredó la casa de los Ferrers. En el año 1366 el tutor de Pericó Gibert, su abuelo paterno Ramon Gibert dels Ferrers, dejaba en depósito en la corte del baile la cantidad de 7.200 sueldos en compensación para la viuda de Pere Ferrer dels Ferrers, Francesca, por derechos que tenía sobre los bienes de Pere Ferrer (ACB, *Pia Almoína, Sitges, Documentació notarial*, caixa s. XIV-manual notarial, quadern 3, f.10r).

<sup>19</sup> En la libreta consta el número del libro notarial en el que se encuentra el documento original y la indicación del folio exacto.

de cereales y que debía cobrar anualmente a varios vecinos de Sitges y de otras localidades de los alrededores.

No es hasta finales del siglo XV que la familia Milà entrará en la casa dels Ferrers de Sitges, tomando la familia el nombre de Milà dels Ferrers.<sup>20</sup> Lamentablemente, no sabemos si se estableció un vínculo matrimonial entre los Ferrer y los Milà, o si bien el traspaso de la propiedad se hizo a través de una compra-venta, como sucedería en el siglo XIX.

A parte de este documento, el resto es de época moderna y contemporánea. Aunque, como hemos dicho, sabemos de su existencia desde finales del XV, en nuestra documentación, los Milà entran en escena a mediados del siglo XVII, con la venta de un *censal mort*.<sup>21</sup> En 1660 Gaspar Milà dels Ferrers, que se describe como campesino, vende a Sebastià Cot, mercader de Barcelona y su mujer Isabel Cot y Nin, un *censal mort* de 360 libras, que comportará una pensión anual de 18 libras. Esto puede indicar ciertas necesidades económicas de los Milà, que se obligan a pagar una pensión anual a cambio de la entrega inmediata de una cantidad de dinero. Este *censal mort* no será redimido hasta el 1727 por el nieto de Gaspar Milà, de nombre también Gaspar, quién pagará la cantidad pertinente al administrador de la causa pía fundad por Isabel Cot, financiada por dicho censal. Conservamos esta redención en forma de época hecha por el administrador de la causa pía.<sup>22</sup> Su padre hará testamento poco después, en 1732, instituyéndolo como heredero universal.<sup>23</sup>

La preocupación de la familia por el mantenimiento de la línea hereditaria de los Milà queda plasmada en un documento posterior a 1732.<sup>24</sup> Consiste en un cuaderno de 6 folios, un memorial de cláusulas de testamentos fechados entre 1669 y 1732, en el que se contienen las cláusulas de cuatro miembros pertenecientes a la familia. El objetivo del memorial era dejar constancia de la línea hereditaria, de aquello que fue establecido por los distintos miembros de la familia, para marcar la línea de herederos. Las cláusulas de estos testamentos dejaban establecidas que la figura del heredero universal, tan fundamental en Cataluña, se mantuviera tanto si el heredero era hombre como mujer, dando la habitual preferencia a los primeros enfrente a las segundas; y exigiendo concretamente que, en el caso de las mujeres, tomasen *emperò aquellas lo nom y armas de ma casa*.<sup>25</sup>

La venta de la casa solariega, en 1825, nos indica el momento de abandono de Sitges por parte de la familia Milà. La casa Milà dels Ferrers fue vendida a Joan

<sup>20</sup> Una anotación marginal del cabreo conservado en el ACB de 1418, datable de 1474, así lo indica (ACB, *Pia Almoina, Sitges, Capbreus*, 1418).

<sup>21</sup> Documento II del anexo, identificador *Arquibanc* 'Milà 01 002'. Conocido en Castilla y Portugal como *censo consignativo*.

<sup>22</sup> Documento III del anexo, identificador *Arquibanc* 'Milà 01 003'.

<sup>23</sup> Documento IV del anexo, identificador *Arquibanc* 'Milà 01 004'.

<sup>24</sup> Documento V del anexo, identificador *Arquibanc* 'Milà 01 005'.

<sup>25</sup> Testamento de Gaspar Milà (1675, septiembre, 11), cláusula contenida en el documento V del anexo.

Pintó, caballero de la Real Orden Americana de Isabel la Católica,<sup>26</sup> junto una pieza de tierra que era en parte bosque, de cuatro yugadas aproximadamente, y el derecho de redimir la venta de otra viña que había sido del mas Milà, todo por valor de 20.500 libras.<sup>27</sup> La casa Milà tenía en ese momento un corral, bodega y otros espacios de trabajo, y estaba edificada en una pieza de tierra de ocho yugadas, parte campo y parte viña. A cambio, Sebastià y Francesc Milà, padre e hijo, compraban por valor de 15.600 libras la heredad *d'en Roig*, que se encontraba en Torrelles de Foix, y había sido de Mariano Lladó y Marianna Lladó y Ferrer, cónyuges de Vilafranca del Penedés. Se ha conservado una de las épocas hechas por Mariano Lladó por la venta de la heredad *d'en Roig*, por valor de 6.225 libras, a través de la cual conocemos los detalles de la citada venta,<sup>28</sup> así como las cuentas de los gastos y honorarios del notario que escribió el contrato, que ascendían a 179 libras, 13 sueldos y 6 dineros.<sup>29</sup>

No sabemos el motivo de este cambio de domicilio. A lo mejor causas familiares empujaron a los Milà, como los tratos matrimoniales de un hijo o hija con una o un joven de Torrelles, o bien motivaciones económicas. El contexto histórico de Sitges a inicios del siglo XIX viene marcado por la migración de muchos de sus habitantes hacia América y su retorno con grandes fortunas. El comprador de can Milà dels Ferrers, de hecho, fue uno de esos comerciantes que hicieron fortuna en tierras americanas. Una buena oferta de uno de estos vecinos enriquecidos, junto a una necesidad de dinero por deudas, habría podido motivar los Milà a cambiar de residencia. El hecho, al fin y al cabo, es que, con la venta de la casa dels Ferrers se acabaron más de 400 años de historia de la familia Milà en el término del castillo de Sitges.

## El fondo Canyelles de Torrelles de Foix

No podemos establecer un relación directa entre esta familia y la de los Milà, que llegaron a Torrelles de Foix en el siglo XIX. A la espera de la consulta del total de la documentación se mantiene la duda de si realmente las dos familias se cruzaron o los Milà heredaron una documentación que los Canyelles habrían dejado en Torrelles. La documentación que incluimos en este fondo está formada por un grupo de cuatro documentos, de los cuales sólo uno hace referencia directa a los Canyelles.

<sup>26</sup> Joan Pintó i Arabitg (Sitges, 1769-1852) fue comerciante y propietario de un fragata, la *Sacra Familia*. Formó parte de la junta del hospital de Sitges y fue propietario de numerosas fincas urbanas y agrícolas. En su testamento (1840) repartió sus bienes entre sus sobrinos Bofill y Pintó. Murió soltero en 1852. (JOU, David – *Els sitgetans a Amèrica i diccionari d'americanos. Aportació a l'estudi de la migració catalana a Amèrica. 1778-1936*. Sitges: Grup d'Estudis Sitgetans, 1994, p. 315).

<sup>27</sup> Esta casa aún existe actualmente, encontrándose en el término de Sitges, junto a la carretera que comunica el núcleo de Sitges con el de Sant Pere de Ribes. Consiste en una casa de planta baja y piso, con puerta adovelada y, en el primer piso, ventana de doble arco de estilo gótico.

<sup>28</sup> Documento VI del anexo, identificador *Arquibanc* 'Milà 01 006'.

<sup>29</sup> Documento VII del anexo, identificador *Arquibanc* 'Milà 01 007'.

La cronología de este fondo es más reciente, del siglo XVI al XVIII. El primer documento cronológicamente conservado consiste en un fragmento de pergamino, un establecimiento hecho a Simó Soler por parte de Bernardina de Peguera y su hijo Guerau de Peguera.<sup>30</sup> El documento fecha del 13 de febrero de 1542 y no sabemos cuál es el objeto del establecimiento.<sup>31</sup> Este documento nos da pocas informaciones de la familia –no conocemos la posible vinculación entre Simó Soler y los Canyelles– pero hace mención de Bernardina de Peguera y su hijo Guerau de Peguera, el linaje de los cuales fueron señores de Foix y de la cuadra de Torrelles de Foix des de finales del siglo XV y durante más de tres siglos. Los encontraremos en varias ocasiones en la documentación conservada.<sup>32</sup>

El único documento que nos hace referencia directa a la familia Canyelles es el testamento de Antoni Canyelles, fechado del 8 de marzo de 1581.<sup>33</sup> Antoni elegía sepultura en el sepulcro familiar, ubicado en la iglesia de Sant Genís de Torrelles. Hacía varios legados a muchos familiares y amigos, con una cláusula final importante: en el caso que Francesca, *charíssima muller* suya, estuviera embarazada antes de morir él o en su vida pariera un hijo o hija, todos los legados anteriores se anularían y pasaría todo al neonato, instituyéndolo como heredero universal.

El testamento es una tipología documental que nos permite ver muy de cerca las características de la familia a la que describe. A través de éste, por ejemplo, sabemos las de la familia Canyelles: Antoni había tenido un hermano, Joan, difunto en el momento de redacción del testamento, y tenía cinco hermanas, todas ellas casadas. En caso de no tener hijos, la mayor beneficiaria de su testamento sería una de sus hermanas, Joana Arbosa, mujer de Joan Arbós. Además tenía otros cuñados, de la familia de su mujer Francesca, y hacía legados a primos, ahijados y muchachas que habían hecho de sirvientas en la casa.

Sin duda, pero, lo más destacado de este fondo de Torrelles de Foix es la conservación de cierta documentación municipal. Se trata de dos libretas de entre finales del siglo XVII e inicios del XVIII, en los cuales se contienen diferentes datos relativos a la organización del municipio. El primer de los libros está fechado entre 1670 y 1697.<sup>34</sup> Su ordenación es más cronológica que temática, aunque a grandes rasgos se puede dividir entre una primera parte dedicada a la elección de cargos municipales y otro al pago de censales por parte de la universidad. En la primera

<sup>30</sup> Documento VIII del anexo, identificador *Arquibanc* 'Milà 02 001'.

<sup>31</sup> Este pergamino fue recortado posteriormente y reutilizado como cubiertas de libro (aún se distinguen los pliegues del lomo), por lo que dudamos si este documento pertenecía efectivamente a este archivo o llegó posteriormente a él.

<sup>32</sup> Del notario que autentifica el documento, Francesc Tarrassa, se conservan un gran número de manuales notariales en el Arxiu Comarcal de l'Alt Penedès (ACAP), localizado en Vilafranca del Penedès. (JORDÀ, Antoni – *Catàleg de l'Arxiu Notarial de Vilafranca del Penedès*, Barcelona: Fundació Noguera, 1983, pp. 46-50 i 178).

<sup>33</sup> Documento IX del anexo, identificador *Arquibanc* 'Milà 02 002'.

<sup>34</sup> Documento X del anexo, identificador *Arquibanc* 'Milà 02 003'.

parte, se detalla la elección de los jurados de la villa de Torrelles de Foix de los años 1670 a 1676 así como el pase de cuentas del municipio de los jurados salientes con los jurados entrantes. La segunda parte de la libreta está compuesta por los albaranes de pago por parte de los consejeros municipales (*jurats de la vila*) de la pensión anual de 5 libras de dos censales muertos vendidos por la universidad de la villa a dos vecinos: Antoni Seriol y Joan Morgades de Grau. Estos pagos se prolongan entre 1674 y 1697, en el caso de Seriol, y entre 1675 y 1691, en el caso de Morgades.

El segundo libro contiene exclusivamente informaciones relativas a cuentas del municipio.<sup>35</sup> Además del pase puntual de cuentas de unos jurados a otros, de los años 1679, 1707, 1708, 1716 y 1717, observamos, como en el anterior libro, albaranes de pago de pensiones de censales a Francesc Seriol (hijo y sucesor de Antoni Seriol), por el valor de 5 libras (años 1705 a 1708); y a Josep Mata, por valor de 15 libras (años 1720 y 1722). Además, el municipio hacía pagos anuales de 5 libras a la sacristía del pueblo (de los años 1713 y 1717). Destaca el pago de la universidad a Guerau de Peguera, señor de Torrelles de Foix,<sup>36</sup> de la *quèstia*,<sup>37</sup> y de censos del señor.<sup>38</sup>

### Temas que se pueden analizar a través de esta documentación

Como hemos indicado en el principio de este trabajo, las utilidades históricas de este archivo son muy variadas. Un factor global común de estos pequeños archivos familiares es que permiten presentar un **estudio de caso**, permiten analizar como si fuera con un microscopio una familia, su evolución al largo de los siglos, trabajo que se hace mucho más complejo en las investigaciones en los archivos públicos. En este sentido, especialmente por lo que se refiere a información relativa al último siglo, es muy importante el contacto con el propietario del archivo, que muy a menudo es un “archivo viviente” de informaciones sobre matrimonios, nacimientos, muertes, de sus ancestros más cercanos. En esta línea, estos archivos son muy útiles para el trabajo de los **genealogistas**. La documentación testamentaria nos permite hacer en detalle árboles genealógicos, y nos ayudan a comprender las estructuras de las

<sup>35</sup> Documento XI del anexo, identificador *Arquibanc* ‘Milà 02 004’.

<sup>36</sup> Guerau de Peguera fue político, hijo de Lluís de Peguera i de Llaudes, señor de Foix y de Torrelles. En 1684 era capitán de la Coronela de Barcelona. Tomó una postura contraria a Felipe V en las cortes de Barcelona de 1701-02 y pasó al bando austracista al empezar la guerra de Sucesión. El 1711 el archiduque Carlos III le concedió el título de marqués de Foix. Participó en la resistencia de Barcelona contra Felipe V (1713-14), el gobierno del cual le confiscó los bienes y le quemó el título (*Enciclopèdia Catalana* [en línea]. Barcelona: Enciclopèdia Catalana [consult. 15 sept. 2010]. Disponible en [www: <URL:http://www.enciclopedia.cat/>](http://www.enciclopedia.cat/)).

<sup>37</sup> El valor de la *quèstia* que la universidad tenían que pagar al señor era de 41 libras, y así se mantuvo entre 1694 y 1712. En el final de la Guerra de Sucesión Española (1702-1714), las cuentas se truncaron y fueron reprimidas en 1716, cuando la *quèstia* se redujo a 40 libras. Sobre los orígenes de la imposición de la *quaestia* en Cataluña, véase SÁNCHEZ, Manuel – Tributos negociados: las *questie*/subsidios de las villas catalanas en la primera mitad del siglo XIV. *Anuario de Estudios Medievales*, nº 38/1, enero-julio 2008, pp. 65-99.

<sup>38</sup> En el año 1694 el recaudador de censos era Felip Mata, mientras que a partir de 1696 pasó a ser el procurador de Guerau de Peguera, Pere Morgades.

familias, en este caso campesinas, coetáneas y de un mismo territorio. Es ésta una herramienta imprescindible para el archivero-historiador, ya que le ayuda en gran manera a entender las relaciones generacionales y los nexos de propiedad y sucesión, y en definitiva para clasificar adecuadamente la documentación.<sup>39</sup> Hemos podido establecer la genealogía de la familia Milà a lo largo de 6 generaciones, así como la de la familia Canyelles de manera más reducida.

Otro tema apto de estudio a través de estos archivos es el conocimiento de la **historia local**, así como del **funcionamiento del municipio**, en el caso de contar con documentación municipal.<sup>40</sup> En este caso, los dos documentos conservados nos permiten analizar, no sólo las vicisitudes económicas por las que pasaba la universidad de la villa (con el endeudamiento endémico de las arcas municipales a través de la creación de *censals morts*) sino también para saber quién estaba al otro lado, es decir, qué vecinos enriquecidos actuaban como prestamistas de la universidad. O quién formaba parte del consejo municipal, a través de las elecciones de los *jurats*. La posible existencia de más documentación como esta en otros pequeños archivos de Torrelles nos podría dar mucha información al respecto.

Y en último lugar, estos archivos son de gran valor para el estudio de la **historia rural**. El ejemplo que hemos presentado no ha sido, puede ser, el más claro, pero muchos de estos archivos contienen fundamentalmente documentación relativa al patrimonio, a la compra-venta de tierras, establecimientos, ventas de censales, y también documentación relativa a la familia, especialmente al matrimonio (capítulos matrimoniales, heretamientos), que nos permiten ver qué pactos y, sobre todo, con quién se establecían los vínculos familiares, que repercutían directamente sobre la propiedad de la tierra, a través de dotes, herencias o donaciones.

## Conclusiones

El que hemos presentado es un pequeño archivo familiar conservado durante casi 700 años y trasladado entre las diferentes casas y localidades donde se ha domiciliado la familia Milà. Hemos podido describir sólo parte del archivo, aquélla a la que hemos tenido acceso, lo que nos recuerda las dificultades que a veces se plantean para acceder a algunos archivos de carácter privado y familiar. Esperamos poder, en un futuro, analizar la totalidad de la documentación del archivo Milà. Su interés recae también en el territorio en el que se origina y se conserva, el Penedès, el cual, integrado en la *Catalunya nova*, carece aún de estudios que analicen el verdadero abasto de estos archivos.

<sup>39</sup> GIFRE, Pere; MATAS, Josep; SOLER, Santi – *Els Arxius Patrimonials...*, cit., p. 79.

<sup>40</sup> En muchas ocasiones los archivos señoriales, municipales o parroquiales han tenido graves pérdidas a nivel documental, y la conservación y estudio de estos archivos particulares nos permite recuperar parte de esa historia común.

Con su presentación hemos querido reivindicar la existencia de estos pequeños archivos, dándoles un lugar en un ámbito dónde destacan por encima de todo – sin duda, por sus cualidades y su valor – los grandes archivos patrimoniales de familias nobiliarias y casas solariegas. Estos archivos pretenden ser un complemento a estos grandes fondos documentales, representar esas pequeñas familias que no llegaron nunca a crear fuertes linajes y que, seguramente, nunca pasaran a la historia por su peso en la sociedad en la que vivieron. Pero hemos visto también en este ejemplo como algunas veces estos archivos pueden llenar los vacíos que deja una documentación perdida o la documentación que no se encuentra, al menos habitualmente, en los archivos públicos. Nos referimos a los cuadernos de cuentas municipales de Torrelles de Foix de los siglos XVII y XVIII y a la libreta de censales del siglo XIV de la familia Ferrer de Sitges. Los primeros, posiblemente, fueron recogidos por un Canyelles, seguramente con un cargo municipal, en un momento de conflicto en el que el archivo municipal podía estar en peligro. Y la segunda, se conservó “en su sitio”, entre los documentos privados de la familia y que eran útiles para ésta, como se han conservado en otras muchas masías y casas de pueblo libros de cuentas o *memorials de pagès*.

Por todo, creemos en la importancia de esta documentación. Aunque se trate de un pequeño archivo y su conservación no responda a la de la memoria de un gran patrimonio, es igualmente importante por su valor histórico y el arco cronológico que abarca. Son muchas veces estas pequeñas piezas las que, todas juntas, ayudan en mayor medida a reproducir una historia global.

## Anexos

### Cuadro de clasificación

#### Fondo Milà de Sitges

1.	Familia y patrimonio		
<b>1.1</b>	<b>Documentación familiar</b>		
1.1.1	Testamentos	1732	1
1.1.2	Cláusulas hereditarias	post. 1732	1
<b>1.2</b>	<b>Documentación patrimonial</b>		
1.2.1	Crédito y endeudamiento		
1.2.1.1	Censal	16601	
1.2.1.2	Luición de censal	17271	
1.2.1.3	Administración de censales	1323-1334	1
1.2.2	Contabilidad		
1.2.2.1	Ápocas	18251	
1.2.2.2	Suma de gastos	18251	

#### Fondo Canyelles de Torrelles de Foix

1.	Familia y patrimonio		
<b>1.1</b>	<b>Documentación familiar</b>		
1.1.1	Testamentos	15811	

<b>1.2</b>	<b>Documentación patrimonial</b>		
1.2.1	<i>Establecimiento</i>	15421	
2.	<u>Documentación municipal</u>		
<b>2.1</b>	<b>Administración municipal</b>		
2.1.2	<i>Cuentas municipales</i>	1670-1719	2

## Descripción de los documentos consultados

### Fondo Milà de Sitges

Documento I (Milà 01 001)

1323, septiembre, 12 – 1334, febrero, 18

**Libreta de censos.** *Regestos de 69 documentos, en su mayoría ventas de censos, con la anotación de los datos principales: vendedor del censo, censo a recibir, fecha anual de recepción, etc. Los datos están extraídos de los protocolos notariales en los que se anotó originalmente (consta el número del libro y la página de ubicación).*

Papel, folio doblado, 18 f.

Documento II (Milà 01 002)

1660, diciembre, 4

**Creación y venta de censal muerto.** *Gaspar Milà dels Ferrers, campesino de la villa de Sitges, obispado de Barcelona, vende a Sebastià Cot, mercader ciudadano de Barcelona, y su mujer Isabel Cot y Nin, un censal muerto de 360 libras de moneda de Barcelona y 18 libras de moneda de Barcelona de pensión anual, cantidad que reconoce recibir mediante el época correspondiente.*

Papel, folio, 4 f.

Documento III (Milà 01 003)

1726, febrero, 8

**Ápoca.** *Josep Romanyà, tejedor de lino, ciudadano de Barcelona, como administrador de la causa pía instituida por Elisabet Cot y Nin, viuda de Sebastià Cot, mercader y ciudadano de Barcelona, reconoce haber recibido de Gaspar Milà, campesino del término de la villa de Sitges, diócesis de Barcelona, 360 libras de moneda de Barcelona, en concepto de luición de un censal muerto que cada 4 de diciembre Joan Milà dels Ferrers, campesino y padre de Gaspar, prestaba.*

Papel, folio, 6 f.

Documento IV (Milà 01 004)

1732, noviembre, 10

**Testamento.** *Joan Milà dels Ferrers, campesino, del término de la villa de Sitges, obispado de Barcelona, hijo de Gaspar Milà dels Ferrers, campesino de dicho término, y Magdalena, mujer suya, otorga testamento, en el que hace varios legados a amigos y familiares. Nombra heredero universal Gaspar Milà, hijo y albacea suya, y establece las substituciones acostumbradas.*

Papel, folio, 6 f.

Documento V (Milà 01 005)

[después de 1732, noviembre, 10]

**Memorial de cláusulas hereditarias.** *Anotación de los fragmentos relativos a la institución del heredero universal en un conjunto de testamentos de personas pertenecientes a la familia Milà dels Ferrers: Joan Gaspar Milà dels Ferrers (8 de septiembre de 1669); Gaspar Milà (27 de marzo de 1670); Gaspar Milà dels Ferrers (11 de septiembre de 1675); Joan Milà dels Ferrers (10 de noviembre de 1732).*

Papel, folio, 6 f.

Documento VI (Milà 01 006)

1825, mayo, 24

**Apoca.** *Mariano Lladó, droguero, y Marianna Lladó y Ferrer, cónyuges, de la villa de Vilafranca del Penedés, reconocen haber recibido de Joan Pintó, caballero de la Real Orden Americana de Isabel la Católica, de la vila de Sitges, 6.225 libras de moneda de Barcelona, en concepto de parte del precio de la heredad d'en Roig, que Sebastià Milà y Francesc Milà y Puig, padre e hijo, compraron a Mariano y Marianna Lladó.*

Papel, folio, 4 f.

Documento VII (Milà 01 007)

[1825, mayo, 24]

**Cuentas.** *Francesc Ferret i Sidós, notari, anota las cuentas de varios salarios y otros adelantos realizados en favor de Sebastià Milà dels Ferrers, campesino del término de la villa de Sitges. La suma total es de 179 libras, 13 sueldos y 6 dineros.*

Papel, cuarto, 1 f.

#### Fondo Canyelles de Torrelles de Foix

Documento VIII (Milà 02 001)

1542, febrero, 13

Establecimiento. *Bernardina de Peguera y su hijo Guerau de Peguera, establecen a Simó Soler [el documento está cortado].*

Pergamino, 210x310 mm

Documento IX (Milà 02 002)

1581, marzo, 8

**Testamento.** *Antoni Canyelles, campesino, de la villa de Torrelles, parroquia de Santa Maria de Foix, deanato del Penedés, obispado de Barcelona, hijo de Jaume Canyelles, campesino de dicho término, y Constança, mujer suya, otorga testamento, en el que hace varios legados a amigos y familiares. Nombra heredera universal su hermana Joana Arbosa. En el caso que su mujer Francesca esté embarazada antes de su muerte o dé a luz un hijo o hija antes de su muerte, será éste su heredero universal.*

Papel, folio, 4 f.

Documento X (Milà 02 003)

1670-1697

**Cuentas municipales.** *Cuentas relativas a la actividad de los jurats de la vila salientes, de los años 1670 a 1676, que incluyen la elección de los nuevos jurats en cada año. La segunda parte del cuaderno recoge los pagos de pensiones de censals morts por parte de la universidad a favor de Antoni Seriol (1674-1697) y Joan Morgades de Grau (1675-1691).*

Papel, cuarto, 12 f.

Documento XI (Milà 02 004)

1679-1722

**Cuentas municipales.** *Cuentas relativas al pago de pensiones de censals morts por parte de la universidad a favor de Francesc Seriol (1705-1708), Josep Mata (1720 y 1722) y la sacristía del pueblo (1713 y 1717), así como el pago de la quèstia a Guerau de Peguera, señor de Torrelles de Foix.*

Papel, cuarto, 14 f.

# O Arquivo Costa no Arquivo Óbidos-Palma-Sabugal

*Margarida Leme*

## O Arquivo Óbidos-Palma-Sabugal

Referindo-se ao “arquivo privado familiar plurigeracional”, Francisco de Borja Aguinagalde considera-o como “*o reflexo documental da história de uma família durante uma série de gerações*”<sup>1</sup>, nele se recolhendo os testemunhos documentais das actividades e funções desenvolvidas pela família nos mais diversos campos, constituindo-se assim num dos elementos-chave da sua própria identidade e projecção social. A antiguidade e o estatuto adquiridos pela mesma estão em relação directa com a variedade e riqueza dos tipos documentais que constituem o arquivo, sendo em si “*mais um integrante da estrutura socio-económica da família*”<sup>2</sup>.

Sobre os arquivos de família actuaram ao longo do tempo diversos factores que eventualmente modificaram a sua integridade e o normal processo de acumulação de documentos. Com efeito, um arquivo de família não pode entender-se à margem da evolução histórica da família que o gerou, das suas alianças matrimoniais, da sua actividade económica, das suas épocas de glória ou de miséria. Inicialmente

---

<sup>1</sup> AGUINAGALDE OLAIZOLA, Francisco de Borja – El Archivo de la Casa de Zavala. *Cuadernos de Sección-Historia-Geografía-Eusko Ikaskuntza*. 6 (1985), p. 211.

<sup>2</sup> AGUINAGALDE OLAIZOLA, Francisco de Borja – El Archivo de la Casa de Zavala. Método de organización e historia de la formación del Archivo. *Inventario del Archivo de la Casa de Zavala. Volumen I. Introducción*. San Sebastián: [s.n.], 2000, p. 25.

conservado com uma finalidade prática de salvaguarda de direitos e propriedades, consolida-se ao longo do tempo como memória escrita da história da própria família<sup>3</sup>. O arquivo de família torna-se parte do próprio património e transmite-se conjuntamente com os bens e rendas cujo referente documental contém<sup>4</sup>.

Na perspectiva de que o arquivo pode ser considerado não só como fonte de informação, mas essencialmente como objecto de estudo em si, iremos analisar o sistema de informação familiar a que poderemos chamar Arquivo da Casa de Óbidos-Palma-Sabugal, concretamente através dos seus próprios “instrumentos de descrição”.

Este arquivo familiar, adquirido pelo ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo – em 1995<sup>5</sup>, exemplifica bem a situação quanto ao destino deste tipo de acervos a partir das transformações políticas, económicas e sociais verificadas desde inícios do século XIX e que culminaram com a extinção dos morgadios em 1863, ao deixarem de cumprir a função primordial de prova de bens e mercês que lhes deu origem e garantiu a sua integridade durante cerca de cinco séculos. Por morte do último conde de Óbidos, em meados do século XX, o arquivo, que desde finais do século XIX deixara de ser activo, entrou na posse de um parente, o marquês de Santa Iria, e terá sido já no último quartel do século XX que começou a ser alienado (não de uma só vez, pois há registos de vendas em alturas diferentes<sup>6</sup>), tendo a maioria do seu acervo dado entrada no ANTT na data referida.

Está actualmente disponível à consulta e tem como instrumento de descrição (IDD) um inventário temático-funcional<sup>7</sup> que pretendeu organizar a documentação para permitir um acesso eficaz à informação, mas que de modo algum atingiu

<sup>3</sup> Cf. GARCIA ASER, Rosario; LAFUENTE URIÉN, Aránzazu – *Archivos nobiliários: quadro de clasificación: Sección Nobleza del Archivo Histórico Nacional*. Madrid: Ministério de Educación, Cultura y Deporte, d.l. 2000, p. 16.

<sup>4</sup> Cf. IRANZO MUÑO, Maria Teresa – *Arqueologia del Archivo: inventarios de los condes de Aranda in CASAUS BALLESTER, Maria José (coord.) – Jornadas sobre el señorío ducado de Híjar: sete siglos de história nobiliária*. Híjar: [s. n.], 2007, p. 88.

<sup>5</sup> Conforme informação da ficha Fundo do ANTT, o Arquivo foi comprado em leilão do Palácio do Correio Velho, SA, em 1995. <http://digitarq.dgarq.gov.pt/default.aspx?page=regShow&ID=4164750&searchMode=as> O lote 300 é assim referido no catálogo realizado em 8 de Maio: “Notável acervo de manuscritos, constituído por cerca de 1570 documentos, abrangendo desde o século XV, aos séculos XVIII e XIX que se encontra dividido por maços cronologicamente datados, compreendendo aforamentos, alvarás, arrendamentos, breves e bulas papais, cartas executórias, de mercê e patentes, certidões reais e apostólicas, confirmações de títulos e propriedades, doações, dotes, inventários de bens, petições, quitações, tenças, tombos de bens e propriedades, etc. quer sobre papel, quer sobre pergaminho, preservados na sua maioria os selos de origem, em impecável estado de conservação e referentes a numerosas cidades, vilas e povoações do território continental português e ultramarino (Açores, Madeira, Brasil e Índia), territórios por onde se estendiam as propriedades desta nobre e influente família portuguesa, testemunhando o importante papel de destaque que desempenhou ao longo da nossa história política e social. De realçar também que grande parte da documentação apresenta, anexa, uma ficha explicativa do seu teor, o que muito a valoriza, facilitando a sua leitura.[...]”. Termina, dizendo que “Este conjunto compõe-se por doze (12) maços de escritos divididos cronologicamente [...]” e descreve em seguida sumariamente cada maço.

<sup>6</sup> Pelo menos em dois distintos leilões do Palácio do Correio Velho, SA, em 1995 (Leilão de 8 de Maio) e em 2004 (Leilão nº 167, sessão de 25 de Setembro).

<sup>7</sup> Este IDD, que se encontra na sala de referência do ANTT, tem a cota L-681.

os objectivos. Não só não foi conservada a organização original (que teria que ser reconstituída, uma vez que, citando o IDD, “À data da aquisição, a documentação não estava organizada e encontrava-se numa sequência cronológica pouco uniforme. Uma parte dos documentos tinha uma numeração atribuída, embora não se encontrassem ordenados de acordo com a mesma. Por outro lado, verificou-se que muitos processos foram totalmente desmembrados, tendo cada parte sido descrita isoladamente, tornando-se difícil a sua reintegração. Apesar disso, alguns processos puderam ser reconstituídos.”<sup>8</sup>), como a organização que lhe foi dada é um misto de temática e tipológica, tendo, mesmo assim, documentos da mesma tipologia espalhados por séries diversas, não respeitando sequer a estrita ordem cronológica.

Da consulta inicial feita à documentação existente no ANTT, percebemos que esta, conservada em vinte e quatro caixas de arquivo, teve pelo menos duas organizações anteriores, que correspondem, a primeira, a uma numeração de “nº de maço” e “nº de documento” que se encontra inscrita no verso da quase totalidade dos documentos e, a segunda, a uma nova numeração, posta nas capilhas que acondicionam os mesmos documentos e que data certamente de meados, senão de finais do século XIX<sup>9</sup>.

Apesar de o arquivo ter continuado a crescer até pelo menos 1908 (segundo o IDD do ANTT), a partir de 1870 a documentação existente é esparsa, como pudemos verificar por esta primeira análise feita ao fundo. Tendo como referência o IDD já mencionado, contabilizámos 2.420 documentos de diversas tipologias, cronologicamente situados entre 1346 e 1908.

Considerando apenas a documentação actualmente acessível, uma primeira conclusão a que se chega é que, tal como no caso do Arquivo dos viscondes de Vila Nova de Cerveira, analisado por Maria de Lurdes Rosa<sup>10</sup>, também no que respeita ao Arquivo dos condes de Óbidos-Palma-Sabugal, há mais documentos avulsos do que livros, notando-se a ausência total de registos, o que se prende certamente com a forma como ele foi sendo disperso. É igualmente um conjunto documental complexo, pertencente a uma casa titular que foi um sistema agregador de alianças e patrimónios, e que teve que resolver problemas sucessórios de diversa índole, pelo que a relação com a informação produzida era fundamental nas suas vertentes de conservação e organização.

<sup>8</sup> Informação prestada no campo “Organização e ordenação” da ficha de Fundo do ANTT.

<sup>9</sup> Numa dessas capilhas (ANTT – cx. 16, doc. 6) refere-se um tal de “Carvalho” como o autor do resumo em 1870.

<sup>10</sup> ROSA, Maria de Lurdes – Problemáticas históricas e arquivísticas actuais para o estudo dos arquivos de família portugueses (Épocas Medieval e Moderna). *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 9 (2009), p. 40.

Se bem que actualmente na Torre do Tombo não se conservem inventários anteriores deste Arquivo, tivemos conhecimento de pelo menos dois, na mão de particulares, que se prontificaram a autorizar a sua consulta e reprodução digital<sup>11</sup>.

Trata-se, no primeiro caso, de um inventário exaustivo (catálogo, chamar-se-ia hoje) da documentação conservada no Arquivo da Casa dos condes de Óbidos em 1836 e, no segundo, do inventário da fazenda do conde de Sabugal, datado de 1588 e aditado até 1609, contendo a descrição dos rendimentos e da respectiva documentação comprovativa<sup>12</sup>. Por eles, sobretudo pelo primeiro que aqui analisaremos, se percebe de forma clara como este era efectivamente “um arquivo de arquivos”, constituído ao longo de gerações pelas alianças matrimoniais realizadas e respectivas agregações de património e identidade, pois que os arquivos nobiliárquicos funcionam como depósitos de crédito genealógico e de legitimação histórica da família<sup>13</sup>.

O *Summario alfabetico dos documentos existentes no Cartorio da Illma. e Exma. Casa dos Senhores Condes de Palma, Obidos e Sabugal*, manuscrito in 4º, encadernado em pele, com 366 fólhos numerados e índice no final, contém 3.143 entradas<sup>14</sup> descrevendo sumariamente os documentos que integravam em 1836 o arquivo, dito cartório, dos condes de Óbidos, de Palma e de Sabugal. *Principiado pelo P. João Fillipe da Cruz*<sup>15</sup> redigio e concluiu *Joze Joaquim Mattoso Gago da Camara*<sup>16</sup> *Perito Paleografico no anno de 1836. Com hum Supplemento*. Também o rosto nos informa que foi feito por ordem de D. Manuel d’ Assis Mascarenhas, 5º conde de Óbidos, de Palma e de Sabugal<sup>17</sup>. [Ver figura 1 em anexos]

Talvez as recentes leis de desamortização de Mouzinho da Silveira tenham contribuído para a elaboração deste instrumento de descrição, mas sobre a razão explícita da sua redacção nada é revelado. A descrição da documentação está distri-

<sup>11</sup> Agradeço as facilidades de consulta e reprodução que me foram concedidas por D. Tiago Henriques e pelo Arqº Jorge de Brito e Abreu.

<sup>12</sup> Já vem referido no *Summario* de 1836, fl. 207v, sob a rubrica “Livros”, como *Livro das fazendas do Conde D. Duarte de Castello Branco, Meirinho Mor...* e tem a seguinte nota: “Este livro he hum indece dos papeis que continha o cartório naquelle tempo, e se não extrata por estar extratado por miúdo o dito cartório neste Indece geral”. Estava então conservado no maço 79 como livro A.

<sup>13</sup> Cf. IRANZO MUÑO, Maria Teresa – *Arqueologia del Archivo: inventarios de los condes de Aranda...*, cit., p. 88.

<sup>14</sup> Estas 3.143 entradas não correspondem necessariamente ao mesmo número de documentos, pois que alguns registos aparecem repetidos com a mesma tipologia ou tipologias distintas, o que se percebe pela cota (mç., n.º).

<sup>15</sup> O Padre João Filipe da Cruz foi um “perito paleógrafo”, autor de um dos primeiros manuais de Diplomática portuguesa, *Elementos de Diplomática Portuguesa* (1805), que se conserva inédito no ANTT – Manuscritos da Livraria, nº 2193-A. Cf. GOMES, Saul António – *Anotações de Diplomática eclesiástica portuguesa, Humanitas*, vol. L (1988).

<sup>16</sup> Era em 1823 “oficial diplomático” no Arquivo da Torre do Tombo.

<sup>17</sup> Herdou a Casa de seu pai, D. José de Mascarenhas, 4º conde de Óbidos, de Palma e de Sabugal por morte deste em 1806. Nascido em 1778 veio a falecer em 1839, deixando como herdeira da Casa sua filha D. Eugénia Maria d’ Assis Mascarenhas, 6ª condessa de Óbidos, de Palma e de Sabugal, que nesse ano de 1839 casa com D. Pedro Maria Bruno de Sousa Coutinho Monteiro Paim, quarto filho do primeiro marquês de Santa Iria, D. Luís Roque de Sousa Coutinho Monteiro Paim.

buída por 123 tipologias, organizadas alfabeticamente, e as entradas dentro de cada tipologia ordenadas de forma cronológica<sup>18</sup>. Além da data e da classificação tipológica, faz o resumo do documento mais ou menos desenvolvido, indicando no final o nº do maço e o nº do documento dentro do maço. Curiosamente, feita a ordenação das entradas pelo nº do maço e respectivo nº de documento, não se consegue desvendar o critério de arrumação nesses maços. Não é tipológico, nem cronológico, nem geográfico, não é por morgadios, nem por famílias. Os documentos parecem estar arrumados dentro dos maços aleatoriamente, e à primeira vista só o recurso ao *Summario* permitiria recuperá-los<sup>19</sup>.

Pela análise deste *Summario alfabetico*, verifica-se que a documentação se distribui desde o início do século XIV<sup>20</sup> até 1816<sup>21</sup> da seguinte forma: 10 documentos pertencem ao séc. XIV, 209 ao séc. XV, 1.122 ao século XVI, 1.031 ao século XVII, 607 ao século XVIII, e 19 ao século XIX, existindo 154 sem data, num total de 3.152 documentos, conservados em 82 maços. Quanto às 123 tipologias identificadas, destacam-se, além das de carácter judicial, as que se relacionam com a aquisição e gestão do património. Assim, contabilizaram-se 302 sentenças (10%), 275 certidões (9%), 244 compras (8%), 173 alvarás (6%), 134 arrendamentos (4%), 114 posses (4%), 105 mercês (3%), 100 doações (3%) e 100 recibos (3%)., num total de 49% dos documentos existentes no arquivo em 1836.

Mas para além da documentação de carácter judicial ou patrimonial, conservava-se neste, como na maioria dos arquivos de família, documentos de carácter pessoal e de função, que fornecem informação imprescindível para o conhecimento da constituição e evolução não só da família como do próprio arquivo. Refiram-se os testamentos (53), inventários (8), cartas de partilha (25), de dote (33), contratos (22), instituição de morgadios ou de capelas (17), bem como apontamentos e árvores genealógicas, assim como correspondência familiar ou não.

Apenas pela análise da informação contida no *Summario* ficamos elucidados sobre a génese e evolução da Casa, ao longo de cinco séculos e quinze gerações. De um tronco comum de apelido Mascarenhas, que se identifica a partir de meados do

<sup>18</sup> Cf. Anexo 1.

<sup>19</sup> Só a completa introdução dos dados referentes a cada documento numa base de dados permitirá tirar conclusões definitivas acerca desta hipótese. Os documentos actualmente conservados na Torre do Tombo encontram-se envoltos numa capilha de papel tipo almaço, onde consta a mesma data e o resumo do *Summario*, se bem que no canto superior direito tenham um outro nº o qual não é referido no *Summario*. Nessa capilha não está o nº do maço e do documento que se encontra, porém, no verso da grande maioria dos documentos originais. Poderá ser que essas capilhas, se bem que aproveitando na sua maioria os resumos do *Summario*, tenham sido postas posteriormente e então numeradas. V. tb. nota 10.

<sup>20</sup> Existe um único documento atribuído ao século XIII (1299) mas trata-se da cópia de uma carta de brasão concedida aos condes de Palma: "Brazão d' Armas dado pelo Conde de Artois etc. a Arimberto de Palma seu parente em remuneração de serviços progenitos dos Duques de St<sup>a</sup> Elia em Itália na Sicilia". Efectivamente, percebe-se por outra documentação descrita neste *Summario* que os condes de Palma se reclamavam parentes destes outros Palmas.

<sup>21</sup> Se bem que o *Summario* esteja datado de 1836 o documento com a data mais tardia nele registado é de 1816.

século XV, sairão no início do século XVI os dois ramos que darão origem às Casas de Palma (título de conde datado de 1624) e de Óbidos (título de conde datado de 1636). Quando em 1669 as Casas se unem pelo casamento do 2º conde de Óbidos com a 3ª condessa de Palma (e 5ª condessa de Sabugal, cujo título fora concedido pela 1ª vez a D. Duarte de Castelo Branco em 1582), já a Casa de Palma estava aliada à de Sabugal pelo casamento em 1638 de D. Nuno Mascarenhas com a 3ª condessa de Sabugal, D. Beatriz de Meneses<sup>22</sup>.

## O Arquivo Costa

Neste arquivo destaca-se um conjunto documental pertencente ao morgadio instituído por D. Gil Eanes da Costa, incorporado na Casa de Palma por casamento, no final do século XVI, de sua neta D. Maria da Costa com D. João Mascarenhas, pais do 1º Conde de Palma. Constituído por duas centenas de documentos cronologicamente situados entre o princípio do século XV e o final do século XVI, é particularmente importante para o estudo da propriedade na região de Santarém e dos primórdios da colonização dos Açores.

D. Gil Eanes da Costa foi filho de D. Álvaro da Costa, figura importante mas ainda mal conhecida da Corte de D. Manuel. Ignora-se onde e quando nasceu e é controversa a sua origem familiar<sup>23</sup>. Na documentação, Álvaro da Costa apareceu na corte de D. Manuel I, já adulto, em 1499, como “moço da guarda-roupa” e desde então não deixa de subir na confiança do rei que o faz sucessivamente seu guarda-roupa (1507), armeiro-mor (1512) e camareiro (1513) e lhe confia importantes missões diplomáticas, a Roma (1506) e a Espanha (1517-1518), onde irá tratar do casamento do rei com a irmã do imperador Carlos V, D. Leonor, da qual virá a ser vedor da Fazenda. Em 1518 é Cavaleiro do Conselho e quando testemunha o codicilo ao testamento de D. Manuel, em 11 de Dezembro de 1521, já tem o tratamento de

<sup>22</sup> Cf. Anexo 2.

<sup>23</sup> Parece no entanto credível a ascendência que nos transmite o bispo da Guarda e de Pinhel, D. José António Pinto de Mendonça Arrais, na sua *Genealogia dos Costas* (Lisboa, 1954, p. 54), que o faz natural de São Vicente da Beira, filho de Martim Rodrigues de Lemos e de Isabel Gonçalves da Costa. A mãe seria filha de outro Álvaro da Costa, estabelecido na Covilhã; do pai não dá a filiação, mas di-lo senhor do Ninho de Açor e comendador de São Vicente da Beira. A favor desta tese está o facto de um cunhado seu aí viver (ANTT, Ch. D. Man. I, lv. 22, fl. 21v), dessa comenda ter estado na família (ANTT, *Ordem de Santiago, Tombo da Comenda de São Vicente da Beira*, nº 84) e de ele aí auferir uma tença de 100.000 rs, para cujo recebimento passou procuração a Gaspar da Costa, seu sobrinho, pouco antes de morrer em 1540 (ANTT, *Corpo Cronológico*, pt. 1, mç. 58, doc. 56). Sabe-se também que o pai, que vivia em São Vicente da Beira, e que foi seu feitor numa propriedade em Idanha-a-Velha. A família seria, pois, de pequena nobreza de província. Outros genealogistas, no entanto, dão-lhe diversa filiação e até agora não foi possível estabelecer com segurança a sua ascendência. Sem dúvida que no final do século XV existiam nas Beiras numerosos indivíduos de apelido Costa, assim como no Alentejo e Algarve. Também o apelido Lemos que é dado a seu pai se encontra espalhado pela região, mas o elo de ligação aos Lemos da Trofa está por determinar, se é que realmente existiu. Ignora-se também a razão porque Álvaro terá adoptado o apelido da mãe.

Dom. À sua morte, em 1540, deixará os filhos casados na alta nobreza do País e, tudo leva a crer, uma fortuna considerável.

D. Gil Eanes da Costa, primogénito de D. Álvaro, casou duas vezes. A primeira (1521) “na fortuna”, com Maria do Outeiro, filha de João do Outeiro, rico proprietário na ilha de S. Miguel, nos Açores, e a segunda (1526) “na nobreza”, com D. Joana da Silva, neta do 1º Barão de Alvito. Antes da sua morte em 1568, instituiu um rico morgado (1560)<sup>24</sup> que deixou a seu filho D. António da Costa, pai de D. Maria da Costa que, como referido, no final do século XVI virá a casar (1586) com D. João de Mascarenhas, senhor de Palma.

Por morte de D. António da Costa em Alcácer Quibir, D. Maria da Costa foi herdeira do morgado instituído pelo avô que assim entra na Casa de Palma. Este morgado incluía propriedades nos Açores (dote e herança de sua primeira mulher), em Santarém (adquiridas pelo próprio D. Gil Eanes), na cidade de Lisboa e no seu termo, nos Olivais.

Toda a documentação referente a esta vivência integra o Arquivo da Casa de Óbidos-Palma-Sabugal cuja maioria está actualmente acessível na Torre do Tombo. Compreende tipologias diversas, muitas tendo a ver com a aquisição e gestão das propriedades, como já foi dito, mas também documentos de índole privada – cartas de dote e arras, testamentos, partilhas, instituição de capela e morgado, documentos de grande riqueza informativa que com dificuldade se encontram noutros fundos documentais.

A título de exemplo cito o contrato celebrado entre Álvaro da Costa e João do Outeiro, em 1512, para casarem, no futuro, os seus filhos Gil Eanes, então com 10 anos, e Maria, que pouco mais velha seria. Se tivermos em conta que entre as muitas “lendas” que a historiografia posterior criou, está a de que à sua morte D. Álvaro teria “deserdado” o filho por ter ficado descontente com o seu primeiro casamento, percebemos quão importantes são estas fontes para a reposição da verdade dos factos.

Também o primeiro testamento de D. Álvaro da Costa, datado de 1532 e até agora totalmente desconhecido, se encontra no referido Arquivo. É um documento importante para fazer luz sobre esta figura cujas fontes oficiais ou mesmo publicadas primam pelo laconismo.

Um núcleo importante da documentação que se conserva no Arquivo diz respeito ao povoamento e colonização dos Açores, ainda no século XV. Os primeiros documentos remontam a 1474 e referem-se a propriedades (muitas em “mato maninho”) doadas (cartas de dada) ou compradas, a partir de 1480 por Rui Vaz Gago ou do Trato, que na ilha de S. Miguel foi feito, primeiro de Fernão Gomes

<sup>24</sup> Cf. *Tombo do morgado instituído por D. Gil Eanes da Costa, vedor da Fazenda, e por sua mulher D. Joana da Silva* (ANTT – Morgados e Capelas, Núcleo Antigo, 190); também *Contrato e obrigação entre D. Gil Eanes da Costa e sua mulher D. Joana da Silva com a abadessa e religiosas do convento de Almoester...* 1542 (ANTT- Casa de Santa Iria, cx. 11, doc. 59).

da Mina, depois de sua mulher Catarina Leme e por fim de João Rodrigues Pais, contador-mor, casado com a viúva de Fernão Gomes. Este património foi sendo acrescentado, a partir de 1496, por João do Outeiro que, por sua vez vem a casar com a viúva de Rui Vaz do Trato, Catarina Gomes Raposa. Pelo casamento da filha de ambos, Maria do Outeiro, as propriedades açorianas acabam por chegar à posse de D. Gil Eanes que mais tarde as integra no morgado que institui com a sua 2ª mulher, D. Joana da Silva, como já referi.

Também neste morgado foram incluídas as propriedades adquiridas em Santarém, cidade e termo, por D. Gil Eanes, a partir de 1526. Casas na cidade, quintas em Perofilho e Pernes, casais nas Abitureiras, o moinho do Cubo, etc. Com estes bens vieram os antigos títulos de propriedade, pelo que os primeiros documentos que se lhes referem, datam de 1319.

No Convento de Almoester, onde tinha duas filhas freiras, instituiu também com a 2ª mulher uma capela funerária (1560) que dotou de bens e propriedades.

Já em Lisboa, para apoiar D. Sebastião em grande necessidade de dinheiro, não só aplicou uma grande quantia num padrão de juro na Casa da Índia (1568), como adquiriu ao rei as Alfândegas Velhas e a Casa dos Contos (1562), onde fez uma rua de casas para habitação e rendimento (autêntico “condomínio fechado”) que se passou a chamar Rua de D. Gil Eanes (à data do Terramoto designava-se Rua de D. Julianes). Comprou igualmente uma grande quinta nos Olivais, para além de outros bens de menor importância.

Se bem que o acervo documental que podemos considerar constituir o “Arquivo Costa”, incluído no Arquivo Óbidos-Palma-Sabugal actualmente na Torre do Tombo, atinja os quase 200 documentos, muitos mais existiriam ou talvez ainda existam (quer ainda em posse dos seus herdeiros, quer noutras mãos), pois que o *Summario Alfabetico dos Documentos Existentes no Cartorio* elenca perto de 400<sup>25</sup>.

---

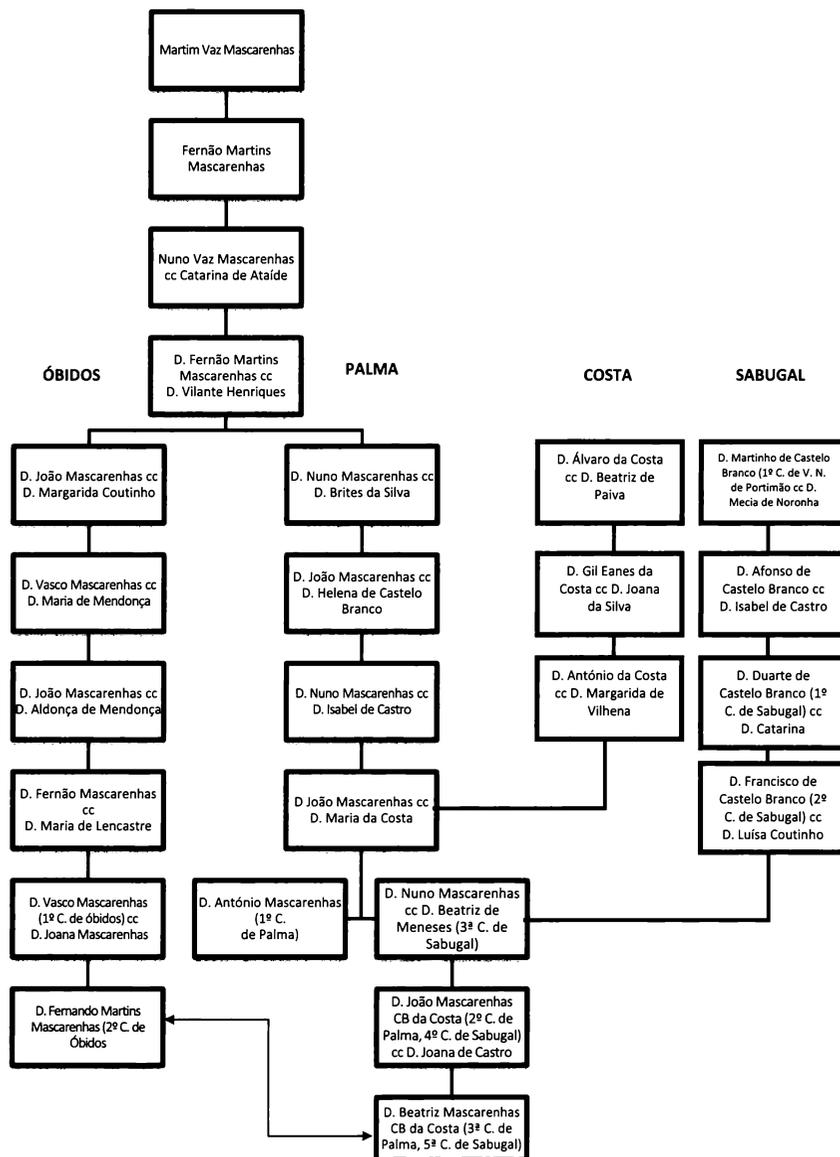
<sup>25</sup> No ANTT foram já identificados 196 documentos pertencentes ao aqui designado por “Arquivo Costa” (8% num total de 2.420), dos quais 156 (80% do total dos documentos Costa) datados dos séculos XIV a XVI. Com base no *Summario* de 1836, identificou-se um total de 389 documentos integrantes do Arquivo Costa, correspondendo a 12% de um total de 3.153 documentos. Cf. Anexo 3.

## Anexos

Anexo 1. Tipologias documentais segundo o *Summario*... 1836

Tipologias	Docs.	Datas	Tipologias	Docs.	Datas	Tipologias	Docs.	Datas	Tipologias	Docs.	Datas
Aforamento	82	1312-1772	Confirmação	39	1437-1740	Inventário	8	1556-1768	Promessa	1	1598
Agravo	8	1529-1635	Conhecimento	1	1804	Justificação	42	1545-1807	Protesto	4	1429-1624
Alegação	2	1795	Consentimento	10	1494-1710	Lembrança	82	1407-1805	Provimto	3	1634-1635
<b>Alvará</b>	<b>173</b>	1498-1781	Conserto	4	1512-1571	Libelo	6	1622-1781	Provisão	54	1446-1776
Anexação	4	1562-1600	Consignação	5	1679-1768	Licença	17	1467-1744	Quitação	91	1496-1786
Apont. genealóg.	1	sd	Consulta	1	1752	Livro	6	1586-1756	Ratificação	3	1536-1594
Apresentação	12	1473-1652	Contas	18	1637-1816	Mandado	37	1584-1795	Razões	4	1587-16??
Arrematação	7	1547-1786	Contrariedade	3	sd	Mapa	2	sd	<b>Recibo</b>	<b>100</b>	1500-1808
<b>Arrendamento</b>	<b>134</b>	1491-1807	Contrato	22	1380-1716	Medição	3	1588-1712	Reclamação	1	1606
Artigo	1	sd	Convenção	6	1526-1615	Memória	1	sd	Reconhecimento	8	1551-1771
Árvore genealóg.	5	sd	Cópia	1	sd	<b>Mercê</b>	<b>106</b>	1407-1791	Regimento	3	1517-1652
Assento	2	1654-1772	Declaração	3	1565-1789	Nomeação	5	1554-1726	Relação	1	1529
Atestação	9	1587-1783	Decreto	15	1560-1798	Notícias	1	sd	Renúnciação	14	1545-1781
Autênticas	2	1532-1533	Demarcação	18	1486-1682	Notificação	5	1531-1795	Réplica	1	sd
Auto e autos	27	1526-1789	Desistência	13	1393-1730	Obrigaçao	27	1496-1799	Requerimento	99	1453-1801
Avaliação	5	1539-1621	Dispensa	1	1711	Ordem	8	1584-1767	Resposta	1	1576
Aviso	16	1613-1797	Distrate	3	1593-1621	Padrão	15	1515-1759	Rol	2	1634-????
Bilhete	5	1745-1781	Dívida	1	1746	Papéis	3	sd	<b>Sentença</b>	<b>302</b>	1315-1804
Brasão	1	1299	<b>Doação</b>	<b>103</b>	1423-1741	Parecer	3	1633	Sequestro	4	1756-1781
Breve	19	1530-1696	Dote	33	1469-1772	Partilha	26	1450-1783	Serviços	1	1618
Bula	15	1513-1683	Emancipação	2	1543-1619	Patente	6	1563-1756	Sesmaria	12	1476-1589
Capitulação	1	1643	Embargos	24	1525-1797	Peculium juris	1	sd	Subrogação	6	1587-1783
Carta	16	1518-1750	Emprazamento	75	1437-1768	Penhora	5	1682-1719	Termo	12	1557-1765
Carta missiva	93	1533-1803	Epitáfio	1	1437	Petição	3	1583-1663	Testamento	53	1476-1697
<b>Certidão</b>	<b>275</b>	1478-1803	Fé de ofício	1	1744	Planta	3	sd	Tombo	15	1570-1714
Citação	5	1590-1776	Foral	12	1512-1762	Portaria	4	1609-1788	Transacção	7	1496-1584
Codicilo	1	1651	Índice	1	sd	<b>Posse</b>	<b>113</b>	1440-1786	Trespasação	1	1560
Colaço	11	1478-1634	Informação	15	1559-1795	Precatório	14	1564-1793	Troca	24	1429-1640
Composição	18	1493-1771	Inquirição	25	1536-1784	Privilégios	7	1566-1794	Venda	17	1454-1786
<b>Compra</b>	<b>245</b>	1384-1785	Instituição	17	1499-1606	Processo	37	1432-1762	Verba	5	1576-1790
Compromisso	1	1628	Instrução	1	1640	Procuração	38	1479-1807	<b>TOTAL</b>	<b>3153</b>	

Anexo 2. Organograma sobre a génese e evolução da Casa



## Anexo 3. Summario 1836

Tipologias	Docs. Costa	Datas	%
<b>Aforamentos</b>	<b>17</b>	1319-1680	4,37
Alvarás	7	1517-1594	1,80
Anexação	2	1562-1565	0,51
Arrematação	2	1547-1568	0,51
<b>Arrendamentos</b>	<b>13</b>	1653-1808	3,34
Atestações	1	1783	0,26
Breves	2	1560-1598	0,51
Carta do Conselho	1	1518	0,26
Cartas	2	1794-1803	0,51
Certidões	9	1480-1786	2,31
Composição	2	1496-1771	0,51
<b>Compras</b>	<b>75</b>	1486-1771	19,28
Confirmação	1	1540	0,26
Consentimento	2	1494-1560	0,51
Conserto	2	1537-1571	0,51
Contrato	3	1512-1523	0,77
Convenção	1	1542	0,26
Declaração	1	1565	0,26
Demarcação	7	1487-1541	1,80
Desistência	2	1503-157?	0,51
<b>Doação</b>	<b>27</b>	1457-1556	6,94
Dote	4	1541-1558	1,02
Emancipação	2	1543-1619	0,51
Embargos	1	1560	0,26
<b>Empramento</b>	<b>20</b>	1499-1768	5,14
Informação	1	1795	0,26
Instituição	4	1560	1,02
Inventário	1	1671	0,26
Justificação	1	1658	0,26
Lembrança	8	1500-1781	2,06
Libelo	1	1781	0,26
Licença	2	1573-1642	0,51
Mandado	7	1659-1768	1,80
Medição	1	sd	0,26
Mercês	5	1511-1555	1,29
Obrigação	9	1496-1709	2,31
Ordens	2	1623-1708	0,51
Padrão	2	1568-1569	0,51
Partilha	5	1564-1583	1,29
<b>Posse</b>	<b>20</b>	1496-1718	5,14
Processo	2	1669-1762	0,51
Procuração	2	1495-1504	0,51
Provisão	6	1505-1776	1,54
<b>Quitação</b>	<b>13</b>	1496-1772	3,34
Ratificação	1	1536	0,26
<b>Recibos</b>	<b>21</b>	1562-1650	5,42
Reconhecimento	3	1761-1771	0,77
Requerimento	7	1673-1786	1,80
<b>Sentenças</b>	<b>33</b>	1348-1779	8,48
Sesmaria	2	1476-1480	0,51
Testamento	5	1520-1558	1,29
Tombo	3	1570-1714	0,77
Transacção	5	1496-1552	1,29
<b>Troca</b>	<b>11</b>	1491-1562	2,83
<b>TOTAL</b>	<b>389</b>	<b>1319-1808</b>	<b>100 %</b>

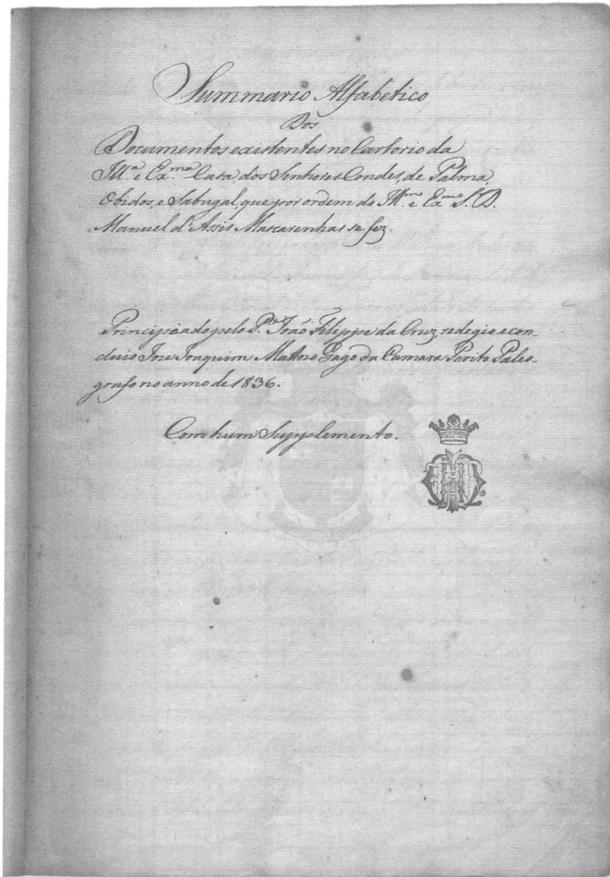


Figura 1.

# O Arquivo da Casa de Belmonte: o que tempo (ainda) não apagou

*Maria João da Câmara Andrade e Sousa*

O Arquivo da Casa de Belmonte<sup>1</sup> é um sistema de informação integrado, aberto e activo<sup>2</sup>. Permanece na posse da mesma família desde o século XVI<sup>3</sup>, tem cerca de quarenta metros lineares de documentação e encontra-se depositado num dos locais de produção.

Neste sistema de informação estão incluídos, para além dos documentos em papel, imagens (pintura) e alguns objectos que atravessaram as gerações e que, por vezes, se conjugam. Nesta comunicação apresentar-se-ão resumidamente o arquivo e a história da família que o produziu, alguns objectos e sua relação com os documentos, bem como algumas vicissitudes que deixaram marca na documentação. Pretende-se também chamar a atenção dos proprietários de arquivos familiares para a fragilidade e riqueza destes acervos e, por outro lado para a importância que estes têm para o estudo da História, independentemente das suas dimensões. De facto, os arquivos familiares permitem preservar para o futuro, para além das tipologias do-

---

<sup>1</sup> Esta denominação segue a designação dada a este arquivo em: S. PAYO, Luís de Mello Vaz de – Subsídios para uma biografia de Pedro Álvares Cabral, (Separata), *Revista da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1971.

<sup>2</sup> SILVA, Armando Malheiro da, RIBEIRO, Fernanda, RAMOS, Júlio, REAL, Manuel Luís - *Arquivística, Teoria e prática de uma ciência da informação*, vol. I, Porto: Edições Afrontamento, 2002, p. 40-41; p. 215.

<sup>3</sup> SOUSA, Maria João da Câmara de Andrade e – *Da linhagem à Casa: estratégias de mobilidade social num grupo familiar no Portugal moderno (séculos XVI-XVII)*, Tese de dissertação de Mestrado em História Moderna, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa: 2007, pp. 66 e seguintes.

cumentais comuns a arquivos públicos, aquele tipo de “registos de cultura humana”<sup>4</sup> que raramente se encontram fora deles.

E bem vistas as coisas, estes registo de nada servem se se mantiverem fechados entre quatro paredes . Importa, pois, divulgar o seu conteúdo. A questão é: como fazê-lo?

Para dar a conhecer este Arquivo importa expôr, ainda que resumidamente, o percurso familiar que lhe está na origem, na medida em que este percurso se reflecte, obviamente, na documentação que descreveremos.

O grupo familiar dos Figueiredos [ver figura 1] fez parte de uma linhagem da fidalguia que, à semelhança de muitas outras linhagens portuguesas, os genealogistas fazem remontar à Reconquista Cristã da Península Ibérica e cujos membros desempenharam, ao longo dos séculos, cargos militares, ofícios administrativos e palatinos de vária ordem<sup>5</sup>. A história deste ramo familiar dos Figueiredos e deste arquivo tem início no final do século XV, com Rui de Figueiredo, escrivão da Fazenda de D. Manuel I. Rui era filho de Henrique de Figueiredo, também ele escrivão da Fazenda de D. João II e do Venturoso.

Rui de Figueiredo foi casado com Maria Correia, filha de Brás Afonso Correia, corregedor e homem de D. Manuel desde o tempo em que este era duque de Beja<sup>6</sup>. Brás Afonso fundou uma capela e um morgado<sup>7</sup> – chamado do Castelo – em que inclui todas as suas propriedades<sup>8</sup> e o documento mais antigo que existe no Arquivo da Casa de Belmonte, datado de 1499, é precisamente o pergaminho que atesta a compra do chamado Pátio de D. Fradique Manoel (hoje conhecido por Palácio Belmonte), por Brás Afonso Correia a Aires da Silva, referenciado como camareiro mor de D. Manuel I<sup>9</sup>.

Este documento foi coetâneo de um outro pergaminho (hoje inexistente) relacionado com a compra feita por Rui de Figueiredo de uma quinta foreira ao convento de Odivelas, a Quinta de Ota, «(...)por preço certo de 50\$000 réis, para

<sup>4</sup> SILVA, Armando Malheiro da, RIBEIRO, Fernanda – *Das ciências documentais à ciência da informação*, Porto: Ed. Afrontamento, 2008, p. 30.

<sup>5</sup> SOUSA, Maria João da Câmara de Andrade e – *Da linhagem à Casa:..., cit.*, p. 36 e seguintes.

<sup>6</sup> COSTA, José Pereira da (ed.) – *Vereações da Câmara Municipal do Funchal, Século XV*, Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1995, pp. 106-107; 159.

<sup>7</sup> Para informação sobre este morgado, numa análise mais aprofundada do tema religioso, ver: ROSA, Maria de Lurdes Pereira – “*As almas herdeiras*”: *fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal, 1400-1521)*. Tese de Doutoramento em História Medieval apresentada à École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, e à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa: 2005, p. 291e seguintes.

<sup>8</sup> Este morgado seria composto composto por “vários assentos de casas” e ainda por propriedade rústica, que incluía vinhas, olivais e várias courelas de terra, em que estava também incluída a quinta do Lagar das Quatro Portas, no termo da cidade de Lisboa. Ver: SOUSA, Maria João da Câmara de Andrade e – *Da linhagem à Casa:..., cit.*, pp. 72-73.

<sup>9</sup> Arquivo Da Casa De Belmonte (doravante designado pela sigla ACBL), *Index de todos os papeis do Archivo da Caza*, fl. 277.

o que precedeu licença das Religiozas do Convento de Odivelas, a quem pagou o comprador quarentena de Laudemio, do preço por que comprou o tal Prazo(...)»<sup>10</sup>. Nesta Quinta de Ota, em Abril de 1517, Rui de Figueiredo e Maria Correia fazem um testamento conjunto através do qual é fundada uma outra capela e um morgado, chamado da Lobagueira (hoje Encarnação, Mafra), de que apenas existe a cópia<sup>11</sup>.

Portanto, podemos afirmar que o morgado do Castelo, a Quinta de Ota e o morgado da Lobagueira, são a base a partir da qual tem início a acumulação patrimonial da linhagem dos Figueiredos, a qual, como sabemos, está muitas vezes associada à produção e acumulação de documentação.

Estes Figueiredos desempenham, até ao último quartel do século XVI, funções no oficialato régio como escrivães da Fazenda. Neste período, a mercê régia mais importante, terá sido a doação da capitania dos Ilhéus da Baía ao filho de Rui de Figueiredo, chamado Jorge de Figueiredo Correia<sup>12</sup>. Já na segunda metade da centúria seu filho, Rui de Figueiredo Correia, abdica do ofício de escrivão da Fazenda (que troca por uma vida mais na donataria dos Maninhos da vila da Covilhã) e participa na batalha de Alcácer Quibir onde vem a morrer<sup>13</sup>.

Quando olhamos para o século XVII podemos verificar que o serviço à Coroa passou a ser sobretudo de cariz militar e constatamos que vários netos varões de Rui de Figueiredo Correia participam na Jornada dos Vassalos, nas guerras de Pernambuco e no Mediterrâneo, na luta contra o turco. O primogénito, Rui de Figueiredo de Alarcão, faz parte do grupo dos conjurados de 1640 e é Governador de Armas da província de Trás os Montes, sendo ainda camarista do infante D. Pedro: Rui de Figueiredo de Alarcão casa com D. Margarida de Meneses, filha de Pedro Álvares Cabral, herdeiro da Casa de Belmonte e descendente de Fernão Cabral, Alcaide mor de Belmonte e irmão do descobridor do Brasil<sup>14</sup>. Este casamento vai ser muito importante na centúria seguinte, como adiante explicaremos. Já na segunda metade do século XVII o filho de Rui, Pedro de Figueiredo de Alarcão, desempenhou vários cargos diplomáticos e participou na Guerra de Sucessão de Espanha como governador da praça de Portalegre<sup>15</sup>.

No século XVIII assistimos a uma crescente curialização da linhagem com o desempenho de cargos palatinos pela maioria dos seus membros: Rodrigo António

<sup>10</sup> ACBL, *Index de todos os papeis do Archivo da Caza*, fl. 277.

<sup>11</sup> SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e – *Da Linhagem à Casa... cit.*, p. 70. ACBL, doc. 1, Cx. 12.

<sup>12</sup> SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e – *Da Linhagem à Casa... cit.*, pp. 46-47.

<sup>13</sup> SEVERIM, Gaspar de Faria, «Rol de Todos os fidalgos assi vivos como mortos assi na batalha como fora dela se doença os octenta que se resgatarão como reféns (...)», *P. e da Nobreza de Portugal*, (Manuscrito), B. N., Cod. 13177, fl. 288 vº. RESENDE, André de, *Apontamentos e trechos de obras sobre Historia de Portugal dos reinados de Dom Manuel, Dom João III, Dom Sebastião e período filipino*. (Manuscrito), Cod. 398, fl. 15. Inclui a lista com o título «Mortos na batalha d'Alcacer», na qual figura, com o nº 109, Rui de Figueiredo.

<sup>14</sup> Veja-se: [http://www.geneall.net/P/per\\_page.php?id=23408](http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=23408).

<sup>15</sup> Ver: SOUSA, Maria João da Câmara de Andrade e – *Pedro de Figueiredo (1657-1722) – Uma biografia*. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família, Universidade Moderna do Porto, 1999.

de Figueiredo, herdeiro de Pedro de Figueiredo de Alarcão, é camarista do infante D. Manuel<sup>16</sup>. Suas irmãs, Madalena Luísa e Margarida, foram damas da rainha D. Mariana Vitória. E estes serviços, na esfera mais íntima da família real (e que supunham uma forte relação de confiança com a própria pessoa régia), eram de grande importância na medida em que podiam proporcionar um aumento substancial de bens, além de serem garantia de renovação de nomeações e confirmações nos bens da Coroa<sup>17</sup>. Com efeito, grande parte dos documentos de renovação ou de nomeação em bens da Coroa, ficaram registados no arquivo da Casa nas sucessivas gerações.

Não será por acaso que, logo no início Setecentos, Rodrigo António de Figueiredo manda fazer um primeiro inventário ou tombo de todos os papéis existentes na Casa e incorpora nesse tombo a descrição detalhada da origem, nome e encargos de cada propriedade, de cada capela, vínculo e foro<sup>18</sup>. Ele é o primeiro (de que tenhamos notícia) a sentir a necessidade de tombar, quer a origem das propriedades e suas rendas, quer os documentos existentes. Segundo esse tombo, o arquivo constaria de documentos suficientes para ocuparem 16 gavetas de dois contadores.

Quando chegamos à segunda metade de Setecentos, a linha varonil dos Figueiredos extingue-se, uma vez que Rodrigo António morre sem geração. Assim, todo o património acumulado pelas várias gerações de Figueiredos acaba por ser transmitido por via feminina através da irmã deste, Madalena Luísa de Lencastre (casada com Vasco da Câmara), que no desejo em perpetuar a memória da linhagem de seu pai afirma na instituição do seu próprio morgado: «Que neste Morgado sucederá o Filho Varão mais velho, e em sua falta, a Filha mais velha, tudo na forma das ordenações, e sendo Legítimos, e na falta de todos, aquella pessoa no Morgado mais antigo da melhor Linha dos Figueiredos, dos mesmo tronco que a dita Senhora vem»<sup>19</sup>.

E porque, como dissemos acima, o casamento de Rui de Figueiredo de Alarcão com D. Margarida de Meneses, filha de Pedro Álvares Cabral, ligara por via legítima a linhagem dos Figueiredos à linhagem Cabral, a mesma Madalena Luísa de Lencastre vem a herdar a «Caza, Castello e Alcaldaria mor de Belmonte» que tinha «sette Morgados, alem dos Direitos e rendas que lhe competião da sua Alcaldaria Môr, apprezentando Igrejas, e gozando de outros infinitos privilegios que acabarão por morte do Snr. Caetano Francisco Cabral, último Snr. que foi daquella caza»<sup>20</sup>, uma vez que Caetano Francisco Cabral tinha apenas uma filha natural. Assim, Madalena Luísa verá a incorporação no seu património da chamada Casa de Belmonte embora

<sup>16</sup> LIMA, Manso – *Famílias de Portugal*, Lisboa: Edição dactilografada, Biblioteca Nacional, 1925, p. 502.

<sup>17</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *O Crepúsculo dos Grandes: A Casa e o Património da Aristocracia em Portugal (1750-1832)*, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1996, p. 507.

<sup>18</sup> ACBL, Tombo de 1722.

<sup>19</sup> ACBL, *Tombo do Cartório da Casa*, p. 105.

<sup>20</sup> ACBL, *Tombo do Cartório da Casa*, p. 63.

haja uma disputa pela sua posse que se arrasta de 1763 a 1777. A razão desta disputa foi o facto de Caetano Francisco Cabral<sup>21</sup> ter designado como herdeira universal a sua única filha ilegítima acima referida, de seu nome Catarina Avertana. Esta acaba por ser afastada da herança devido à “Lei Mental” (para além de uma disposição régia, datada de 1754, que dava preferência aos parentes mais próximos por via legítima), só podendo herdar os bens livres de seu pais. Os os bens da Coroa reverteriam a favor do parente mais próximo por via legítima, neste caso Madalena Luísa de Lencastre<sup>22</sup>.

São relativamente poucos os documentos existentes no arquivo respeitantes à linhagem Cabral antes desta herança. A explicação poderá estar no facto de Catarina Avertana ter ocultado propositadamente os papéis mais importantes, tal como é descrito no *Tombo do Cartório da Casa*: «O referido Snr. Caetano Francisco Cabral pelo seu testamento que fez em Lisboa em 26 de Agosto de 1762, que se conserva no Arquivo da Caza no Masso nº 16, declara Ter huma filha natural chamada D. Catherina Avertana de Meneses a quem constituio sua herdeira, e testamenteira, por cujo motivo houve letigio entre esta e a dita minha Avó, como se pode ver no masso 33 do referido Archivo N. 39, athé que ultimamente houve repartição de bens (...). Como a dita senhora D. Catherina se achava em caza do Senhor Caetano Francisco Cabral ao tempo que falleceo sonegou os papéis de maior consequência, e entregou só os que erão de menor importância(...)»<sup>23</sup>. E perante este pequeno trecho, compreendemos como um Arquivo de Família se liga à gestão patrimonial mas também à gestão do poder e do controle da memória. Catarina Avertana consegue, apesar de ter perdido a causa, ficar com a parte mais importante do arquivo. Os “papéis” são aqui percebidos como receptáculos de informação preciosa, são os de “maior consequência”. Compreendemos também, por exemplo, a importância do local onde os papéis estão acondicionados que é, neste caso, a casa de habitação, onde se reúne toda a informação e a memória familiar e patrimonial. Por aí residir, Catarina Avertana pode escolher os papéis que entrega. Está nas suas mãos a totalidade da informação sobre património muito valioso e por isso ela pode sonegar os papéis mais relevantes, detendo o poder sobre estes. O arquivo é sem dúvida, e neste sentido, um importante objecto de poder<sup>24</sup>.

<sup>21</sup> Caetano Francisco era filho de Fernão Cabral, descendente do homónimo senhor da Casa de Belmonte no século XVI, Fernão Cabral, pai do descobridor do Brasil, Pedro Alvares Cabral. Ver: GAYO, Manuel José Felgueiras, *Nobiliário das Famílias de Portugal*, 3ª ed., vol. VI, Braga: Edições Carvalhos de Basto, 1992, p. 17.

<sup>22</sup> Segundo o *Tombo do Cartório da Casa*, Madalena Luísa herdou os morgados instituídos pelo Bispo da Guarda D. Gil, Maria Gil e sua filha, por Fernão Cabral e sua mulher D. Izabel de Gouvêa, D. Maria de Mendonça, Francisco Cabral, D. Felipa de Menezes, Diogo Francisco o Seródio, e sua mulher Izabel Nunes. ACBL, *Tombo do Cartório da Casa*, fl. 63. Para este assunto, e para consulta sobre todos os dados deste parágrafo, ver também o estudo feito por: S. PAYO, Luís de Mello Vaz de – Subsídios... *cit.*, p. CXXI e seguintes.

<sup>23</sup> ACBL, *Tombo do Cartório da Casa*, p. 61.

<sup>24</sup> Ver por exemplo: MILLIGAN, Jenifer S., – “What is an archive?” in the history of modern France, In: BURTON, Antoinette (ed.) – *Archive Stories. Facts Fictions and the writing of history*, Durham & London: Duke

Retomando a sucessão de gerações, Pedro da Câmara de Figueiredo Cabral, estribeiro mor de D. Pedro III, filho primogénito de Madalena Luisa e de Vasco da Câmara, herda a Casa de seus pais, incluindo já a Casa de Belmonte (o que se reflete, aliás na sua onomástica). Pedro da Câmara de Figueiredo Cabral era casado com Mariana de Meneses, dama da rainha D. Maria, e seu filho primogénito, Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara é amigo de infância de D. João VI<sup>25</sup>. Vasco Manuel recebe, em 1805, o título de conde de Belmonte<sup>26</sup> e pela proximidade que inferimos da relação entre este e o Príncipe Regente<sup>27</sup>, não é de estranhar o facto de o ter acompanhado (com a sua família) na partida para o Brasil em 1807, juntamente com uma grande parte da nobreza do reino.

Interessante, quer do ponto de vista arquivístico quer do ponto de vista histórico, é o facto de Vasco Manuel ter mandado fazer nesse ano, um novo inventário do arquivo, “Índex de Todos os Papéis do Archivo da Casa”, bem como um tomo de todas as suas propriedades, terras, foros e rendas “Tomo do Cartório da Casa”. Ambos se encontram no arquivo da Casa de Belmonte. A ocasião, a possível partida para o Brasil – que acabou por se confirmar –, confere a este documento um carácter de importância fulcral na gestão do património e herança simbólica familiar: Vasco Manuel tratava assim de assegurar-se, através da organização do seu arquivo e da elaboração destes dois documentos – um índice da documentação e um tomo com a origem, localização foros e obrigações de cada propriedade –, de que o seu património e herança estavam identificados e seriam perfeitamente reconhecidos<sup>28</sup>.

Nascido em 1800, José Maria, o 2º conde de Belmonte, regressa com seu pai do Brasil (e possivelmente com a corte) nos anos vinte. Apesar de ambos terem alinhado pelo partido de D. Miguel<sup>29</sup>, a (re)aproximação efectiva à Casa Real dá-se com o casamento do herdeiro de José Maria, de seu nome Vasco António, com D. Maria do Carmo de Mendoça Rolim de Moura Barreto, filha do duque de Loulé e da Infanta D. Ana de Jesus Maria<sup>30</sup>. José Maria, seu herdeiro, vai residir em Ota e para ali terá levado a documentação que restou depois da divisão da mesma entre os irmãos, incontornável após a extinção dos morgadios com a consequente repartição

---

University Press, 2005, pp. 159-183.

<sup>25</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira – D. João VI, In, *D. João VI e seu tempo*, Catálogo de exposição, Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa, 1999, p. 29.

<sup>26</sup> SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e – *Da Linhagem à Casa... cit.*, p. 199.

<sup>27</sup> PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores – *D. João VI, o Clemente*, Círculo de Leitores, 2006, p. 116.

<sup>28</sup> Entre 1807 e o final do século XX, todos os papeis e documentos produzidos pela família são guardados sem ordem aparente. O *Tomo do Cartório da Casa* e o *Índex de Todos os Papéis do Archivo da Casa*, serão a última organização sistemática do arquivo até finais do século XX (1997), altura em que eu mesma intervencionei o acervo no sentido de ordenar os documentos referenciados neste *Index*, utilizando-o preferencialmente como guia para essa arrumação.

<sup>29</sup> LOUSADA, Maria Alexandre – D. Pedro ou D. Miguel? As opções políticas da nobreza titulada portuguesa, *Penélope, Fazer e Desfazer História*, nº 4, Nov. Lisboa, UNL, 1989, pp. 82-117, (Ver anexo).

<sup>30</sup> A aliança é, aliás, dupla já que Constança Maria de Figueiredo Cabral da Câmara, irmã de Vasco António, casa com o próprio duque de Loulé.

patrimonial entre herdeiros. Terá sido também provavelmente, nesta época, que o núcleo mais antigo do arquivo começou a ser considerado como um objecto histórico, um reduto da memória, uma espécie de “tesouro familiar” a preservar<sup>31</sup>. Sabe-se também que a documentação produzida pela família nas duas gerações seguintes – cujos representantes são José Maria<sup>32</sup> e Vasco Maria (4º conde de Belmonte) –, foi guardada noutro tipo de capas e dossiers, em locais diversos e sem preocupação das gerações posteriores no que respeita à sua conservação ou organização. Esta documentação foi arrumada separadamente do núcleo mais antigo, uma vez que estaria a uso corrente. Deixando de ter utilidade, este conjunto foi sendo remetido para um local mais recôndito da casa.

Este núcleo permaneceu na quinta de Ota durante boa parte do século XX, mas ainda foi trasladado duas vezes. No final dos anos 60 do século XX, Vasco Maria, o 5º conde de Belmonte, recolhe o conjunto documental mais antigo e finalmente, depois de um processo de partilhas (decorrido entre os anos de 1980 e 1988<sup>33</sup>), coube-lhe a casa da Quinta de Ota, para onde a documentação foi levada novamente, no ano de 1988 e foi colocada na biblioteca onde permanece até hoje. A crescer a este núcleo, no final do século XX, com a herança da casa de família do Pátio de D. Fradique, recuperaram-se em primeiro lugar todos os documentos que originalmente faziam parte do Arquivo da Casa de Belmonte entre eles o pergaminho respeitante à compra do Pátio de D. Fradique de que Brás Afonso instituiu o morgado e que, curiosamente, é o único que subsiste do conjunto dos setenta e oito pergaminhos referenciados no *Index de todos os papeis do Archivo da Casa*. Encontraram-se ainda nesta casa muitos outros papéis de família que tinham sido deixados ao acaso em gavetas de cómodas, armários e arcas. Esta documentação foi recolhida<sup>34</sup> e levada para a casa da Quinta de Ota, onde já foi acondicionada.

A este conjunto documental juntou-se uma nova “descoberta” na própria casa da Quinta de Ota: foi encontrado num celeiro, votado a um total abandono e em muito mau estado, com marcas de roedores e de humidade excessiva, com lama, vestígios de insectos e palha, um conjunto apreciável de dossiers e livros de contas mas também alguns documentos pertencentes ao núcleo anterior a 1807.

Nem sempre se teve a consciência do valor da documentação, possivelmente considerada muito recente para se integrar no resto do arquivo. Terá sido provavelmente por essa razão que alguns dos livros de contas (alguns deles datando do início

<sup>31</sup> KETELAAR, Eric – The genealogical gaze: Family identities and family archives in the fourteen to seventeenth centuries, *Libraries & cultural record*, vol. 44, nº 1, 2009, pp. 9-28; KETELAAR, Eric – Muniments and Monuments: the Dawn of archives as cultural patrimony, *Archival Science*, 7, 4, 2007, pp. 343-357.

<sup>32</sup> José Maria teria sido o 4º Conde de Belmonte. Por ser Miguelista convicto, não se encartou no título. Esta informação foi recolhida no âmbito familiar.

<sup>33</sup> Este processo foi presenciado por mim própria.

<sup>34</sup> Embora tenhamos conhecimento de descobertas posteriores, que atualmente estão na posse do comprador.

do século XIX) foram usados pelas crianças da família para colagens de recortes e desenhos... [Ver figura 2]

Mas o que importa frisar é que, felizmente, a família tomou consciência de que a documentação ia para além daquele núcleo mais antigo referenciado no tombo de 1807. Do conjunto documental que se salvou, e numa sequência genealógica sem interrupções, a linhagem Figueiredo Cabral da Câmara acumulou um volume considerável de documentação até aos dias de hoje. São cerca de 40 metros de documentação (cerca de 200 caixas), dos quais cerca de metade respeita ao século XX.

Temos vindo a trabalhar no arquivo desde o ano de 1996/7, altura em que o acervo se encontrava totalmente desorganizado. Elaborámos um índice tentando colocar a documentação segundo a organização de 1807. Hoje apercebemo-nos das lacunas deste trabalho, mas este instrumento foi extremamente importante na época, na medida em que nos permitiu consultar facilmente a documentação e mantê-la arrumada. E a crescer a todo trabalho que tem vindo a ser feito ao longo de mais de uma década, vários achados nos últimos anos em locais diferentes da casa têm implicado um esforço novo e continuado de arrumação e reorganização, limpeza (ainda que sumária) e acondicionamento.

No caso do Arquivo da Casa de Belmonte, o conjunto mais antigo e completo diz respeito à linhagem dos Figueiredos. As tipologias documentais são na generalidade bastante diversificadas<sup>35</sup> e como exemplos poderemos apontar: sentenças de tribunais, testamentos e escrituras de dote, escrituras de compra e venda, de doações, de aforamentos e empraçamentos, mercês da Coroa ou títulos de posse. Mas também róis de contas, inventários de bens, folhas de despesa, certidões de baptismo, avaliações... O século XIX é o mais rico em papéis pessoais (facturas e recibos variados, recibos de consumos domésticos, correspondência, beneficência). Encontramos também recortes, amostras de tecidos, cartões de visita, diários dispersos, cadernos escolares ou de receitas, chapas fotográficas (e no caso deste arquivo existe ainda a própria máquina de fotografias), facturas de todo o tipo e um volume considerável de correspondência. Quanto à documentação do século XX, esta constitui o maior volume de documentação do arquivo e relaciona-se particularmente com a administração da Quinta de Ota (que permaneceu ativa enquanto propriedade agrícola até ao início dos anos 80), neste caso ligada maioritariamente à produção de vinho e azeite e será também por esta razão que existe, por exemplo, uma coleção de impressos de propaganda de produtos agrícolas. Apesar de tudo, a documentação não

---

<sup>35</sup> Por exemplo : VIALLET, Hélène – Panorama des fonds d'archives privées familiales conservés aux archives départementales de l'Isère, In, FAVIER, René (org.), *Archives Familiales et noblesse provinciale*, Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble, 2006, pp. 47-52 ; SORIA MESA, Enrique – La nobleza en la España Moderna. Presente y futuro de la investigación, In, CASAUS BALLESTER, Maria José, (ed.) – *El Condado de Aranda y la nobleza española en el Antiguo Régimen*, pp. 213-241.

se esgota na gestão da propriedade pois existem papéis pessoais, correspondências, fotografias, entre outros.

Tal como no Arquivo da Casa de Belmonte, podemos afirmar que, em grande medida, a propriedade enforma este tipo de arquivos, embora o uso da documentação não se restrinja à gestão patrimonial<sup>36</sup> porque estes acervos não podem entender-se à margem da instituição vincular<sup>37</sup>. Uma das características dos arquivos de família é o facto de a sua documentação ser utilizada – na prática – por várias gerações, em muitos casos como prova (de posse, de parentesco, de morgadio, entre outros). A sua importância prende-se quer com o cumprimento das obrigações pias estipuladas pelos antepassados quer com a administração dos bens, quer, ainda, com a conservação de objetos simbólicos, de memória e de poder. Importa, pois, salientar que ao usarmos o conceito de “sistema de informação aberto”, onde abundam os documentos escritos e impressos, estas não são as únicas tipologias que devemos abordar já que há que proceder, no esclarecimento total do processo de produção de informação à sua valorização cultural e ao estabelecimento de relações entre documentos de vários tipos. Se essa informação foi produzida no contexto da história familiar, então há elos que deveremos recuperar, uma vez que ignorá-los seria perder uma parte importante da informação. Assim, elucidando a realidade ampla que constitui um arquivo deste tipo e seguindo a tese do «Arquivo total/sistema»<sup>38</sup>, deveremos encarar o Arquivo da Casa de Belmonte num sentido integrador, reunindo, relacionando e expondo outros documentos e não apenas os de suporte de papel mas também os outros, chamados patrimoniais a que acrescentaríamos, neste caso, a tradição oral<sup>39</sup>.

Concretizando, e no que diz respeito à relação entre objetos e documentos existentes neste arquivo, e para além dos sinetes, selo branco, loiça armoriada, pedras de armas ou marcos de pedra, podemos referir por exemplo, um documento de instituição de um morgado instituído por D. Luisa Joana Coutinho, que casou com Rodrigo António de Figueiredo e que instituiu um morgado com a importância do seu dote “e tudo o mais que lhe poder pertencer, e tocar do Casal de seu marido” e deixou também em morgado “a sancta Imagem do Senhor Jezus Reformador, que se conserva na Capella da mesma Caza, com obrigação de o alumiar»<sup>40</sup> [figura 3].

<sup>36</sup> Ver por exemplo: IRANZO MUÑO, Maria Teresa – *Arqueologia del Archivo: Inventarios de los Condes de Aranda*. In, CASAUS BALLESTER, Maria José, (ed.) – *El condado de Aranda y la nobleza española en el Antiguo Régimen*, Zaragoza: Institución Fernando el Católico (C.S.I.C.), 2009, p. 88.; Ver também as definições e história do percurso dos arquivos de família na introdução de: BORJA DE AGUINAGALDE, Francisco – *Inventario del Archivo de la Casa de Zavala (intro.)*, vol. I, San Sebastián, 2000.

<sup>37</sup> URIÉN, Aránzazu Lafuente, ASER, Rosario García – *Archivos Nobiliarios: cuadro de clasificación, Sección Nobleza del Archivo Histórico Nacional*, Dirección General del Libro, Archivos y Bibliotecas, 2000, p. 22.

<sup>38</sup> SILVA, Armando Malheiro (et al.) – *Arquivística, Teoria... cit.*, p. 213.

<sup>39</sup> SILVA, Armando Malheiro (et al.) – *Arquivística, Teoria... cit.*, pp. 40-41. Aplicar-se-á aqui a definição de Arquivo como «sistema (semi-)fechado de informação social materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois factores essenciais – a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) – a que se associa um terceira – a memória –imbricado nos anteriores», p. 214.

<sup>40</sup> ACBL, *Tombo do Cartório da Caza*.

Um outro exemplo é um altar portátil, [figura 4] que tem no arquivo o documento da respectiva autorização de nele ser dita missa: trata-se de um breve do Papa Pio VI pelo qual este concede autorização a Pedro da Câmara de Figueiredo Cabral e sua mulher para poderem, «em occasião de jornadas ter e eregir altar portatil, para si e seus Filhos, familiares, e mais pessoas da sua cometiva ouvirem missa»<sup>41</sup>. Este documento data de 28 de Agosto de 1785 e tem um «Rescripto» pelo qual se concede a mesma graça aos filhos de Pedro da Câmara de Figueiredo Cabral.

Finalmente, e seguindo uma das tendências mais recentes de pesquisa em história da cultura, que defende o olhar sob novas perspectivas para tudo o que nos chega do passado<sup>42</sup>, poderemos referir o retrato de Pedro de Figueiredo, uma vez que a tela fixou uma representação deste fidalgo, mas os documentos e a oralidade também.

Com efeito, este retrato tem como cúmplice um episódio da sua vida que se transmitiu na família, de geração em geração e que passamos a relatar: Pedro de Figueiredo era coevo de D. Pedro II e «seu rival nos amores». Numa corrida realizada já em finais de Seiscentos, o rei convidou Pedro de Figueiredo para tourear. Pedro de Figueiredo terá ficado apreensivo com a proposta régia, pelo que terá ido falar com sua irmã, freira capuchinha, pretendendo que ela intercedesse por ele no momento da corrida, pois a última coisa que queria era «fazer má figura». A irmã ter-lhe-á então dito que não se preocupasse e no dia da corrida, antes de Pedro de Figueiredo entrar para o terreiro, um criado ter-lhe-á entregue um bilhete da parte da irmã, no qual dizia que tivesse confiança, que iria tourear bem. De seguida Pedro de Figueiredo terá atado o bilhete na casaca com um laço. No final da corrida, ao ver a forma galharda como este fidalgo toureou, o rei terá dado murros no balcão, dizendo «Isto não é o Pedro de Figueiredo que está a tourear! É a Capuchinha !!». Embora a tradição tenha fixado o papel como o recado da irmã de Pedro de Figueiredo, é possível que esta lhe tenha entregue apenas o lenço (elemento feminino por excelência) já que o laço com o rolo de papel representa uma comenda da Ordem de Cristo<sup>43</sup>. Para além da prova pictórica, e da existência da sua irmã chamada «a capuchinha»<sup>44</sup>, existe ainda uma referência documental num tombo datado de 1722 em que se pode ler: «Contas varias Jornadas que fez o Sr. Pedro de Figueyredo a Saboya como do gasto quando touriou no terreiro do Passo»<sup>45</sup>. Apesar das reservas com que devemos encarar esta descrição, o que para nós deve ser significativo é a possibilidade de Pedro de Figueiredo ter desejado fixar este momento no seu retrato. Porque foi, muito possivelmente, o seu momento de glória, aquele em que a própria pessoa real reconheceu a sua galhardia

<sup>41</sup> ACBL, *Index de Todos os Papeis do Archivo da Caza*, fl 211.

<sup>42</sup> Ver por exemplo: BURKE, Peter – *Overture: The New History, its past and its Future*. In, BURKE, Peter – *New Perspectives on Historical Writing*, Cambridge: Polity Press, 1995, pp. 1-24.

<sup>43</sup> Segundo o professor João Alves Dias.

<sup>44</sup> Henrique de Figueiredo, irmão de Pedro de Figueiredo envia algumas peças de Goa para Lisboa, mencionando especificamente a sua irmã como «a capuchinha». ACBL, Caixa 42, doc. N.º 13.

<sup>45</sup> ACBL, *Tombo de 1722*, fl. 55v.º.

e nobreza. A ostentação desse reconhecimento real prevaleceu e foi fixado definitivamente na tela para memória dos vindouros.

\*\*\*

Chegados a este ponto, parece-nos importante refletir um pouco sobre a situação dos arquivos familiares em posse de privados em Portugal. Se o facto de o arquivo se encontrar na posse da mesma família que o produziu pode facilitar a identificação de documentação e informação própria e particularmente interessante (que de na maioria dos casos se perde quando o arquivo é destacado do resto dos objetos), importa no entanto questionarmo-nos sobre o tipo de problemas que implica a manutenção dos arquivos de família em posse dos proprietários. Este é, de facto, um problema complexo, na medida em que o acesso a este manancial informativo fica bastante condicionado. O direito de reserva, a falta de condições para acolher investigadores, os riscos de roubo, incêndio, inundação, são alguns óbices que poderemos apontar, para além da dispersão, da negligência, ou do simples abandono e desinteresse por parte dos proprietários. No entanto, e quando o arquivo é tratado com cuidado, a manutenção no quadro histórico em que foi produzido pode ser benéfico<sup>46</sup>. E apontamos algumas razões para que assim seja: primeiramente porque, em grande parte, os proprietários poderão mais facilmente fornecer respostas às questões colocadas quer por arquivistas, quer por historiadores. Referimo-nos, por exemplo, à localização e dimensão de terras e propriedades (geralmente conhecidos pelos membros mais velhos das famílias ou os seus representantes), à denominação de pessoas e locais (muitas vezes denominações rústicas, de difícil identificação/localização por não se encontrarem em registos ou em cadernetas prediais), às relações da população local (e identificação das várias gerações de criados, trabalhadores, colaboradores) com as famílias de proprietários ou à relação entre as histórias familiares e a documentação, as quais nem sempre se resumem à simples anedota ou historieta.

Quando os arquivos estão em posse dos proprietários, geralmente não existem condições de conservação e acomodação como as que se encontram em muitos arquivos públicos, cuja atmosfera, temperatura, humidade são totalmente controlados. Na maioria dos casos a documentação não está acondicionada nos materiais mais indicados e pode até estar dividida por vários locais (dentro da mesma casa) por falta de espaço. No caso do Arquivo que aqui apresentamos, os principais problemas que enfrentamos relacionam-se com os seguintes pontos: o espaço adequado à acomodação dos documentos; a conservação; a inventariação e descrição do arquivo. Apesar de tudo, consideramos que as condições de conservação

---

<sup>46</sup> SAVASSE, Jacques de Monts de – Le manuscrit Revol: son invention et sa transcription. In, FAVIER, René (org.) – *Archives Familiales et noblesse provinciale*, Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 2006, p. 56.

melhoraram significativamente, uma vez que conseguimos um espaço de trabalho bastante razoável e que a maioria dos documentos se encontra acondicionada e limpa, em caixas e em capilhas de papel almaço, sendo que uma grande parte já está descrita sumariamente. Quanto à inventariação e descrição do arquivo, pretendemos que seja feita ao longo da dissertação em que estamos a trabalhar, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, com a orientação da professora Maria de Lurdes Rosa, sob o título «O Arquivo da Casa de Belmonte: entre a História e a Memória (séculos XV-XIX)», e que prevemos terminar entre 2014 e 2015.

Relacionado diretamente com este último ponto, é essencial frisar a importância da divulgação dos conteúdos, para que mais investigadores possam usufruir da informação nele contida. Por estas razões deve pensar-se muito seriamente no destino a dar a arquivos como este, procurando todas as hipóteses e soluções no sentido de os preservar. A ideia que preside à nossa reflexão é, antes de mais, a preservação da informação na medida em que estes arquivos são, de facto, um património em risco. Somos totalmente a favor da divulgação de conteúdos. Impondo-se alguma reserva, que nos parece importante no caso dos sistemas de informação ainda abertos, parece-nos fundamental a cedência de informação aos historiadores. Isto implica meios e, não os havendo, dever-se-á ceder, pelo menos, a transcrição e publicação de inventários. A questão é: de que forma? Responderíamos: procurando hipóteses e soluções novas, atuais e diferentes. Assim, os depósitos em instituições públicas são a primeira solução, que deve ser adoptada, sem dúvida, no caso dos proprietários não poderem manter a integridade dos acervos<sup>47</sup>. As parcerias com universidades parecem ser igualmente um meio excelente de dar início à investigação sobre e nestes arquivos: professores e alunos trabalhariam no sentido de preservar, digitalizar, inventariar, descrever os documentos e proceder à divulgação dos seus conteúdos. Quanto à digitalização, talvez seja a solução ideal, no caso do proprietário pretender manter a sua posse. E em Portugal já existem exemplos disso como o Arquivo da Casa Palmela, digitalizado na totalidade pela Torre do Tombo e devolvido aos proprietários<sup>48</sup>. Embora seja um caso de excepção, podem considerar-se outras hipóteses como por exemplo estabelecer parcerias com empresas que, através da lei do mecenato, contribuiriam para este tipo de acções.

<sup>47</sup> E atrevemo-nos a sugerir antes de mais a Torre do Tombo – instituição de referência, sem dúvida – mas também os arquivos Municipais e Distritais de que existem excelentes exemplos de recolha de arquivos pessoais e familiares. Ver: SOUSA, Maria João, da Câmara Andrade e; ROSA, Maria de Lurdes – Panorama recente sobre Archivos familiares en Portugal. Posesión de privados e integración en instituciones públicas. *Quintas Jornadas de Archivo y Memoria. Extraordinarios y fuera de serie: formación, conservación y gestión de archivos personales*. Madrid: 17-18 febrero, 2011. <<http://www.archivoy memoria.com>> [Consulta: 01/03/2011].

<sup>48</sup> SOUSA, Maria João, da Câmara Andrade e; ROSA, Maria de Lurdes – Panorama reciente sobre Archivos familiares... *cit.*

No caso de não ser possível a digitalização, seja por falta de meios económicos seja por quaisquer outras razões, dever-se-ia considerar a hipótese da publicação dos inventários de arquivos na internet e uma possibilidade relativamente simples é fazê-lo através de blogues ou de páginas em português dedicadas exclusivamente a esta temática. Seria importante construir uma espécie de plataforma virtual, especializada em arquivos de família que difundiria na rede, para além deste tipo de informação relacionada com cada arquivo, os projectos em curso, os trabalhos feitos, colóquios e reuniões, para além de se divulgarem exemplos que nos chegam de outros países. E essa seria uma boa proposta da Associação de Proprietários de Arquivos Históricos Privados. Esta associação, criada recentemente (2010), que tem por objecto o estudo, promoção e desenvolvimento de iniciativas que ajudem os associados a preservar, proteger, tratar divulgar os arquivos privados, e pretende ainda sensibilizar os proprietários para a importância da proteção e preservação dos seus arquivos e para o reconhecido interesse do conhecimento dos respectivos fundos, bem como facilitar e encorajar a sua conservação e manutenção<sup>49</sup>.

Finalmente, é extremamente importante que os proprietários destes acervos – grandes e pequenos, pessoais ou familiares – tenham consciência da precariedade do objecto que têm em mãos. No caso do arquivo da Casa de Belmonte, possivelmente esta será a última geração em que este sistema de informação – documentos em papel, imagens, objectos com história e casa de família – se mantém no mesmo local. Por esta razão é fundamental pensarmos no que podemos e devemos fazer para proteger este património, uma vez que haverá em Portugal muitos casos como este.

O arquivo é a construção de uma memória e não apenas de uma memória familiar, uma vez que a informação que contém ultrapassa, muitas vezes, o âmbito da família.

Hoje somos os construtores dessa memória para as gerações futuras.

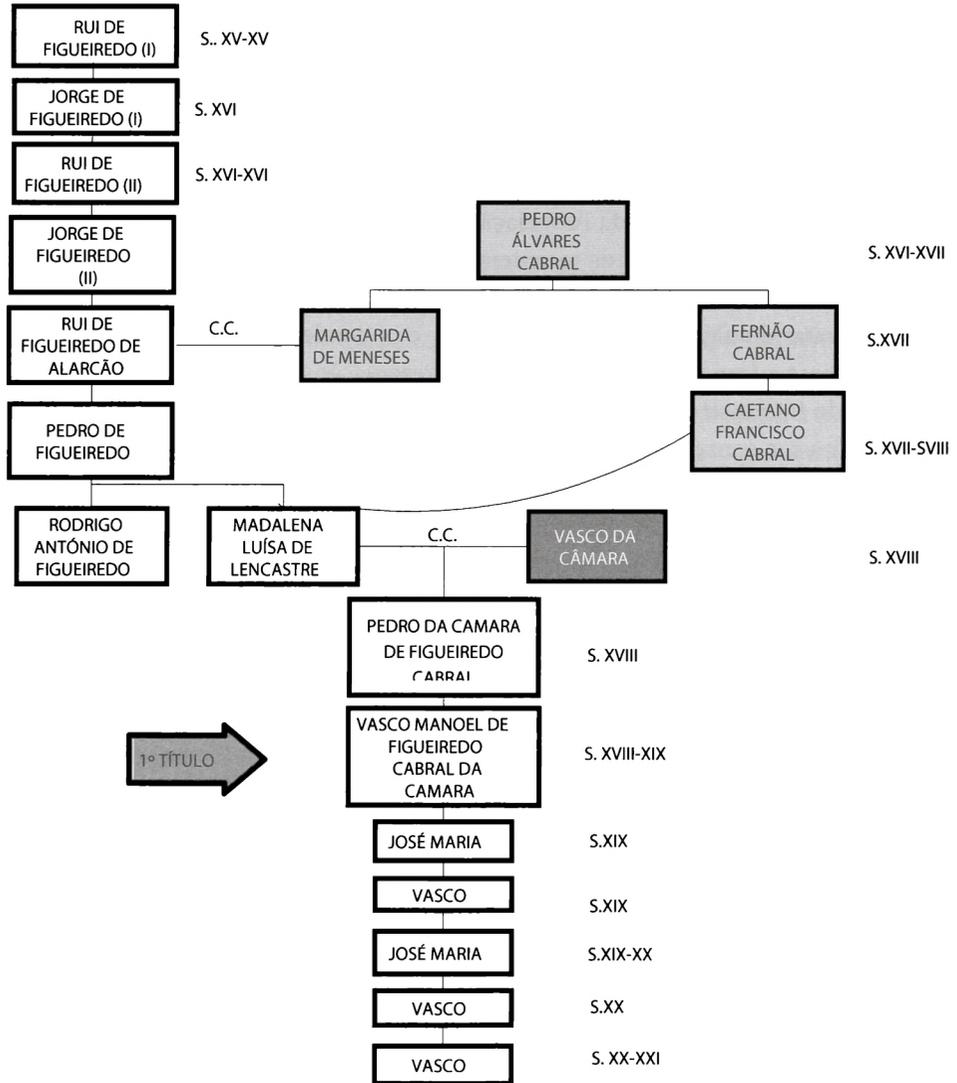
Estamos conscientes de que o trabalho que fizermos hoje terá implicações (positivas e/ou negativas) no futuro. E por esta razão, parece-nos que, relativamente aos arquivos familiares em Portugal, as palavras chave são: abertura à investigação e divulgação.

Será possível a muitos proprietários do nosso país afirmar: «Tenho documentos valiosos, pergaminhos excepcionais que mudariam a História de Portugal se fossem conhecidos...!». A esta afirmação responderíamos com uma pergunta: de que serve ter documentos importantes para a História de Portugal se esta lhes permanece alheia?!

---

<sup>49</sup> Para quaisquer informações contactar: [arquivoshistoricosprivados@gmail.com](mailto:arquivoshistoricosprivados@gmail.com)

Figura 1. Árvore Genealógica Figueiredo Cabral da Câmara



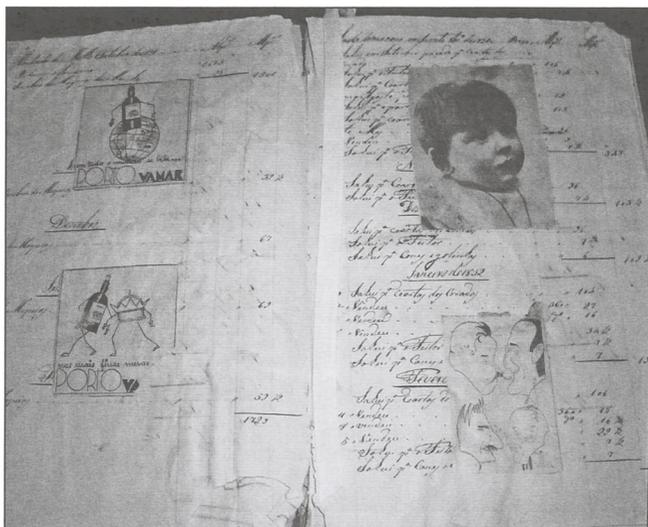


Figura 2. Livro de contas com colagens infantis



Figura 3. Imagem do "Senhor Reformador"



Figura 4. Altar portátil



Figura 5. Retrato de Pedro de Figueiredo

# O Arquivo Gama Lobo Salema: perspectivas de estudo

*Rita Luís Sampaio da Nóvoa*

## Introdução\*

As últimas décadas trouxeram uma profunda e fértil transformação no campo científico da Arquivística, transformação essa que veio romper definitivamente com os “resíduos tóxicos”<sup>1</sup> deixados pelo positivismo Oitocentista e abrir novas perspectivas sob a influência pós-modernista. Já longe das concepções que aquela primeira corrente fez perpetuar acerca dos arquivos, do arquivo<sup>2</sup> e dos arquivistas, a renovada postura epistemológica, metodológica e teórica daquilo que podemos designar «Nova Arquivística» desvendou um universo bastante mais rico e, ao mesmo tempo, bastante mais problemático do que aquele que a tradição arquivística cria prevalecer.

Desencadeando diferentes processos de reequacionamento de pressupostos tidos como óbvios e estruturais, esta «Nova Arquivística» implantou metamorfoses

---

\* A realização deste trabalho deveu grandemente à enorme amabilidade e hospitalidade com que tenho vindo a ser recebida pelo Sr. Embaixador António Pinto da França, actual proprietário do Arquivo Gama Lobo Salema. Agradeço também à Prof. Dr.ª Maria de Lurdes Rosa a disponibilidade constante, as correcções e as sugestões.

<sup>1</sup> GEARY, Patrick - Uma paisagem envenenada: etnicidade e nacionalismo no século XIX. In, *O Mito das Nações. A Invenção do Nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 2008. Cap. 1, pp. 23-47.

<sup>2</sup> A distinção entre arquivos (plural) e arquivo (singular) é utilizada por Terry Cook para discernir as instituições (arquivos) dos conjuntos documentais (arquivo). COOK, Terry - The Archive(s) is a Foreign Country: Historians, Archivists and the Changing Archival Landscape. *The Canadian Historical Review*. Vol. 90, n.º 3 (2009), p. 498.

significativas, desde logo ao nível mais básico da concepção dos seus objectos de estudo: o(s) arquivo(s), tradicionalmente interpretados como “place of study”, como repositórios *neutros*, *naturais* e *orgânicos* ao serviço dos inquéritos historiográficos, transmutaram-se em “object of study”<sup>3</sup>, em destinatários de um esforço problematizante necessário e imprescindível.

Deste modo, contestaram-se as premissas de cientificidade e objectividade promovidas pelo século XIX, ancoradas na ideia de que não só os conjuntos documentais se constituíam de forma neutra, natural e orgânica como essas mesmas características eram transponíveis para a preservação da documentação dentro dos arquivos.

Assim, o(s) arquivo(s) deixaram de ser interpretados como um “value-free site of document collection and historical inquiry”<sup>4</sup> para se revelarem como complexos e heterogêneos testemunhos tanto das realidades que presidiram aos contextos de produção dos documentos como dos processos racionais e intencionais que guiaram as diferentes etapas de conservação que vieram culminar com a transformação do arquivo em arquivos.

Por entre essa complexidade e heterogeneidade emergiram diferentes problemas que condensam hoje as atenções da «Nova Arquivística», problemas esses que, em essência, acabaram por abalar a enraizada e inquestionada capacidade e autoridade do(s) arquivo(s) enquanto autenticadores da produção historiográfica e do próprio passado<sup>5</sup>. Aqui, o arquivo e os arquivos, na qualidade de *construções* sociais, culturais e políticas, foram despidos da sua suposta neutralidade e naturalidade e passaram a assumir valores, significados e funções que contestam a possibilidade de um acesso simples, directo e pouco problemático aos vestígios deixados por sociedades passadas.

Exemplo ilustrativo reside no trabalho desenvolvido pelos arquivistas dentro dos arquivos. Encarados pela tradição arquivística como guardiães neutros da documentação, os arquivistas assemelhavam-se a “passive keepers” cuja intervenção não devia comprometer a «objectividade» oferecida pelos acervos. Interrogada essa mesma «objectividade», também o papel dos guardiães foi reavaliado e sua pretensa passividade foi substituída pela noção de que os arquivistas são, na realidade, “active mediators”<sup>6</sup> que (re)criam a forma como o passado nos é dado a conhecer na qualidade de “editores”<sup>7</sup> desse mesmo passado.

<sup>3</sup> BLOUIN, Francis X. Jr. - History and Memory: The Problem of the Archive. *PMLA*. Vol. 119, n.º 2 (2004), p. 297.

<sup>4</sup> COOK, Terry - The Archive(s) is a Foreign Country..., *cit.*, p. 517.

<sup>5</sup> Part II: Archives in the Production of Knowledge. Introduction. In BLOUIN, Francis X. Jr.; ROSENBERG, William G., (eds.) - *Archives, Documentation and Institutions of Social Memory. Essays from the Sawyer Seminar*. EUA: Michigan University Press, 2007, pp. 85-88.

<sup>6</sup> COOK, Terry - The Archive(s) is a Foreign Country..., *cit.*, p. 533.

<sup>7</sup> Part II: Archives in the Production..., *cit.*, p. 87.

Tal processo de (re)criação e edição consta claramente na tarefa de selecção (“appraisal”) desempenhada pelos arquivistas, a qual passa pela determinação de quantos e quais documentos devem ser preservados pelos arquivos e de quantos e quais devem ser destruídos. Patrick Geary denomina-os, por isso, “destroyers of the past”<sup>8</sup> evocando precisamente o (por vezes desconfortável e polémico) papel afecto ao apuramento daquilo que será lembrado e daquilo que será esquecido.

Daí que Terry Cook afirme que a investigação histórica começa não quando o historiador abre as caixas de documentação na sala de leitura dos arquivos mas sim quando o arquivista enche as ditas caixas<sup>9</sup>. Isto porque a consulta das potenciais «fontes» historiográficas traz consigo diversos processos de filtragem e “edição” implicados nos critérios que fundamentaram não só a referida selecção e transformação dos documentos mas também os próprios instrumentos e ferramentas que guiam o investigador até à informação.

Todos estes pressupostos visam, no fundo, chamar a atenção para as profundas camadas de significados que mediam a configuração actual de qualquer arquivo histórico e o seu contexto de produção e, conseqüentemente, para a inevitabilidade dessas mesmas camadas influenciarem a apreensão do dito arquivo e a própria inteligibilidade do passado por ele espelhado.

Os chamados «arquivos de família» não constituem, portanto, uma excepção. De facto, autores como o já citado Terry Cook ou como Armando Malheiro da Silva, precursor, em Portugal, da mudança de “paradigmas” arquivísticos, levaram a cabo uma fértil combinação entre estes esforços problematizantes e o estudo daquela tipologia de arquivo, contribuindo para uma vaga recente de (re)valorização e (re)descoberta dos arquivos familiares<sup>10</sup>.

Tal vaga veio contradizer a tendência impressa nas práticas arquivísticas tradicionais de secundarizar os conjuntos documentais gerados e preservados fora da esfera das instituições e organismos de Estado, sublinhando precisamente a sua capacidade de questionar “versões do processo histórico construídas, sobretudo ou apenas, a partir dos acervos dos corpos sociais mais «administratizados» e/ou mais representados nos arquivos do Estado nação”<sup>11</sup>.

<sup>8</sup> GEARY, Patrick – Medieval Archivists as Authors: Social Memory and Archival Memory. In, BLOUIN, Francis X. Jr.; ROSENBERG, William G., (eds.) – *Archives, Documentation and Institutions of Social Memory. Essays from the Sawyer Seminar*. EUA: Michigan University Press, 2007, p. 106.

<sup>9</sup> COOK, Terry – The Archive(s) is a Foreign Country..., *cit.*, pp. 511-512.

<sup>10</sup> COOK, Terry – Arquivos Pessoais e Arquivos Institucionais: Para um Entendimento Arquivístico Comum da Formação da Memória em um Mundo Pós-Moderno. *Revista Estudos Históricos*. Vol. 11, n.º 21 (1998), pp. 129-149; SILVA, Armando Malheiro da – Arquivos Familiares e Pessoais. Bases Científicas para Aplicação do Modelo Sistemático e Interactivo. *Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património*, I série, Vol. III (2004), pp. 55-84; SILVA, Armando Malheiro da – Arquivos de Família e Pessoais. Bases Teóricas – Metodológicas para uma Abordagem Científica. In, *Arquivos de Família e Pessoais. Seminário*. Vila Real: Associação Portuguesa Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas, 1997, pp. 51-106.

<sup>11</sup> ROSA, Maria de Lurdes – Problemáticas Históricas e Arquivísticas Actuais para o Estudo dos Arquivos de Família Portugueses (Épocas Medieval e Moderna). *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. Vol. 9

Dentro do campo da Arquivística, esta capacidade de questionamento conduziu à necessidade de reflectir, por um lado, acerca do lugar dos arquivos de família dentro de estruturas teóricas e técnicas originalmente traçadas para servir os acervos institucionais e estatais e, por outro, sobre as eventuais especificidades e problemas afectos à concepção e ao tratamento daqueles conjuntos documentais familiares. Surgiram, então, questões maiores como: o que é exactamente um *arquivo de família*? É possível ou desejável tecer uma definição universal ou as especificidades de cada “área cultural”<sup>12</sup> minam as tentativas de uniformização? Podem ou devem os arquivos de família ser equiparados aos restantes arquivos históricos ou as características que lhes são próprias exigem suportes teóricos e linhas metodológicas específicas?

Sem pretender oferecer respostas a todas estas interrogações, abordaremos adiante alguns tópicos a elas inerentes através da apresentação de um conjunto (exemplificativo e não exaustivo) de perspectivas de estudo sugeridas pela análise de um arquivo de família específico, o designado “Arquivo Gama Lobo Salema” (AGLS).

Longe de esgotar a plena riqueza oferecida por este acervo – que conta hoje com cerca de 2000 documentos produzidos e conservados durante os séculos XV a XX por diversos grupos familiares enquadrados no universo da média nobreza local com ligações estreitas à Coroa –, o propósito último das páginas que se seguem passa por acompanhar algumas das questões centrais implicadas no estudo da maioria dos arquivos de família tal como eles se apresentam num contexto que agrega exemplares Portugueses, Espanhóis, Italianos e Franceses.

Assim, interessar-nos-á focar, primeiro, um conjunto de desafios que se ergueu perante a investigação desenvolvida acerca do Arquivo Gama Lobo Salema e que trouxe consigo diversas das condicionantes que, por norma, atravessam o estudo dos acervos de índole familiar. Tais condicionantes afectam não só o lugar actualmente ocupado pelos arquivos de família na Historiografia e na Arquivística mas também o modo como o passado por eles conservado pode ser compreendido, pelo que devem estar no centro das atenções do historiador/arquivista que se dedique àquela tipologia de conjuntos documentais.

Daqui avançaremos, de seguida, para a análise dos eixos centrais ou, se quisermos, das principais características que marcam os arquivos de família e que os distinguem dos restantes arquivos históricos. Como veremos, o Arquivo Gama Lobo Salema é um exemplar ilustrativo de muitos dos elementos que se consideram ser estruturais nas práticas documentais e nas atitudes que, no Antigo Regime, levaram à constituição e à conservação dos acervos familiares. Conhecer o funcionamento, o modo de organização e inventariação e os usos, funções, valores e significados

---

(2009), pp. 36-37.

<sup>12</sup> BORJA DE AGUINAGALDE, F. – *Archivo de Familia: Materiales para un manual*. Victoria: IRARGI, 1991. Cit. por PEIXOTO, Pedro de Abreu – *Perspectivas para o Futuro dos Arquivos de Família em Portugal*. Caderno BAD, n.º. 001 (2002), p. 81.

atribuídos aos arquivos equivale, portanto, a conhecer facetas dos grupos familiares que, na maioria dos casos, dificilmente se deixariam vislumbrar através dos acervos produzidos e conservados por entidades públicas. Aí reside precisamente grande parte da riqueza do uso destes arquivos para a escrita da História. Mas, como afirmámos, a recuperação dessa riqueza não se faz sem se superarem alguns desafios.

## Desafios

Um dos primeiros, que surge como resultado da já enunciada tendência para manter os arquivos de família fora da tutela dos arquivos públicos, está relacionado com questões eminentemente práticas plasmadas, desde logo, no recenseamento e no acesso à documentação. Excepção feita a países, como o Canadá, que seguem a metodologia dos chamados “arquivos totais”, a maioria dos casos caracteriza-se, por norma, não só pela ausência de dados sobre o número total de arquivos de família existentes e sobre a sua localização<sup>13</sup> mas também pela quase completa dependência em relação aos proprietários particulares no que ao acesso diz respeito<sup>14</sup>.

O Arquivo Gama Lobo Salema constitui um exemplo ilustrativo deste cenário tendo em conta que, apesar de a sua doação a um arquivo público ter sido já formalizada, permanece ainda dentro do espaço privado com usufruto de reserva em vida. Daqui resulta que o estudo que temos vindo a desenvolver acerca do acervo se encontre estreitamente ligado tanto ao interesse como à disponibilidade do seu detentor.

Se este aspecto pode efectivamente condicionar o conhecimento sobre os arquivos de família, traz também, quanto a nós, alguns benefícios que não se encontram na investigação desenvolvida dentro dos arquivos públicos. Entre eles conta-se uma perspectiva privilegiada sobre algo que comumente se dilui com a passagem dos conjuntos documentais para a custódia pública: os significados, valores e funções que lhes são atribuídos pelas famílias que herdaram os acervos.

De facto, o contacto com a esfera privada exigido pelas condições de conservação do arquivo acaba por oferecer ao historiador/arquivista a possibilidade de pensar o arquivo de um ponto de vista que normalmente não é evidenciado por não ser historiográfico nem arquivístico ao encontrar-se antes ligado a uma concepção

<sup>13</sup> PEIXOTO, Pedro Abreu – *Perspectivas para o Futuro...*, *cit.*, p. 83-84.

<sup>14</sup> GONZÁLEZ, Carlos Mas – *Cuadros de Clasificación de Archivos Nobiliarios. La Iniciativa de la Sección Nobleza del Archivo Histórico Nacional*. In, SÁEZ, Carlos (ed.) – *Actas del VI Congreso Internacional de Historia de la Cultura Escrita*. Calambur, 2002. Vol. II, p. 493.

“afectiva”<sup>15</sup> dos registos escritos, onde se articulam memórias, «narrativas» e tradições orais ao nível individual e familiar.

Como mostrou Claude-Isabelle Brelot, são múltiplos os benefícios que podem sobrevir à investigação conduzida pelo historiador/arquivista que, à laia de etnógrafo, atente às ditas memórias, «narrativas» e tradições, as quais podem conter informações que não são disponibilizadas pelos registos escritos ou que completam as lacunas deixadas por estes últimos<sup>16</sup>.

Apesar de sujeitos a confirmações posteriores com recurso à documentação, estes outros repositórios de «fontes», cruzados com o próprio arquivo, podem então ajudar aquele historiador/arquivista/etnógrafo a compreender a história (real ou imaginada) do acervo, do seu percurso recente ou mesmo dos diferentes factores que condicionaram a sua actual organização e disposição, como veremos de seguida.

Não obstante estas potenciais vantagens do desafio lançado pela ligação dos arquivos de família à esfera privada, tal ligação não deixa de acarretar alguns outros problemas, desta feita relacionados com o trajecto organizacional da documentação.

Como sublinham vários autores, uma das dificuldades que caracteriza o estudo da maioria dos acervos familiares passa pelo estado de desordem com que geralmente se apresentam perante os investigadores<sup>17</sup> o qual resulta, em parte, da forma como os arquivos são conservados no universo privado e dos mecanismos disponíveis para garantir essa conservação em espaços que não estão preparados para o efeito.

Mais uma vez, o Arquivo Gama Lobo Salema revela-se um cenário ilustrativo. Como atestou a «narrativa» articulada pelo actual depositário do acervo, o resgate do conjunto documental – na iminência de ser vendido por falta de espaço – implicou diversas viagens durante as últimas décadas, viagens essas que levaram mesmo ao transporte de parte do arquivo para fora do País e ao seu desmembramento temporário. Desconhecemos ainda as implicações exactas deste percurso custodial atribulado (será que se traduziu na destruição ou perda acidental de alguma documentação?) mas parece seguro que trouxeram consequências significativas ao nível da organização do arquivo, consequências essas que procuraremos iluminar precisamente com recurso à já referida Etno-História.

No entanto, podemos afirmar que o dito percurso não foi o único elemento que contribuiu para a complexificação dos actuais moldes organizacionais do acervo. Num sentido semelhante, há ainda que equacionar outros potenciais factores de desordem que atravessam grande parte dos arquivos de família, a saber, as diferentes

<sup>15</sup> BRELOT, Claude-Isabelle – Archives Privées, Archives Publiques, Mémoire Familiale: Questions de Méthode et de Déontologie. In *Archives Familiales et Noblesse Provinciale. Hommage à Yves Soulinges*. Grenoble: Presses universitaires de Grenoble, 2006, p. 78.

<sup>16</sup> BRELOT, Claude-Isabelle – Archives Privées ..., *cit.*, p. 83.

<sup>17</sup> BRELOT, Claude-Isabelle – Archives Privées ..., *cit.*, p. 495; LAFUENTE ÚRIEN, Aránzazu – Archivos Nobiliarios. In *Archivos Nobiliarios: Cuadro de Clasificación. Sección Nobleza del Archivo Histórico Nacional*. Madrid: Ministerio de Educación, Cultural y Deporte, 2000, p. 29.

camadas de manipulação da documentação sucedidas após a desactivação do arquivo dentro da esfera privada. Referimo-nos, por exemplo, à intervenção de membros da família que detém o acervo ou de “investigadores não profissionais” que, cultivando um determinado interesse pelos registos escritos, interferem na sua organização<sup>18</sup>.

Com a excepção de alguns apontamentos genealógicos produzidos no século XX<sup>19</sup>, o AGLS parece não ter sido alvo deste tipo de interferência no que ao ordenamento dos documentos diz respeito. Em tendo sido, os seus vestígios são hoje difíceis de identificar já que o arquivo sofreu uma extensa reformulação afecta ao processo de tratamento arquivístico encomendado pelos proprietários a dois arquivistas profissionais, Nuno Daupias d’Alcochete e Manuel de Almeida Pereira, e executado ao longo da segunda metade de Novecentos.

O que nos traz a um outro desafio. De facto, se o tratamento a que a documentação foi submetida veio, em princípio, contrariar o cenário de desordem que enunciámos (facilitando, assim, alguns aspectos das investigações desenvolvidas após o dito tratamento como, por exemplo, o acesso à informação ou a caracterização geral dos registos contidos no arquivo) trouxe, todavia, alguns problemas. Um deles, denunciado pela «Nova Arquivística», reside não na referida desordem mas naquilo que podemos designar como «ilusão de ordem».

Tal «ilusão» foi apontada por Terry Cook como consequência das tendências arquivísticas tradicionais para esconder o “caos” que muitas vezes define a organização dos conjuntos documentais e das entidades responsáveis pela sua produção e conservação<sup>20</sup>. Deste modo, tanto os primeiros como as segundas, co-(re)criados pelos arquivistas, acabam por se afastar da sua operacionalidade e organicidade originais para dar lugar à execução de pressupostos “normativistas”<sup>21</sup> e funcionais que acentuam sobretudo o factor «recuperação da informação».

Como escreve Armando Malheiro da Silva, a heterogeneidade, complexidade e aparente desordem que caracterizam os arquivos de família colocam “graves e insolúveis questões” a esta Arquivística dita “descritiva” precisamente por oferecem “máxima resistência” a «edições» ou co-(re)criações “artificiais” arquitectadas e aplicadas “à margem do contexto originário de produção”<sup>22</sup>.

Diversos estudos dedicados aos acervos familiares exploram com detalhe uma dessas «edições», a saber, os chamados «quadros de classificação», elementos onde é facilmente reconhecível a mencionada «ilusão de ordem». Observemos o esquema de classificação elaborado para o Arquivo Gama Lobo Salema na sequência do tratamento arquivístico a que o conjunto documental foi sujeito:

<sup>18</sup> GONZÁLEZ, Carlos Mas – Cuadros de Clasificación ..., *cit.*, p. 495.

<sup>19</sup> *Arquivo Gama Lobo Salema, Documentos de Família*, cx. 1, pp. 1-2.

<sup>20</sup> COOK – The Archive(s) is a Foreign Country..., *cit.*, p. 528.

<sup>21</sup> SILVA Armando Malheiro da, – Arquivos de Família e Pessoais..., *cit.*, p. 51.

<sup>22</sup> SILVA Armando Malheiro da, – Arquivos de Família e Pessoais..., *cit.* p. 51.

- I – Documentos de Família*
- II – Documentos Pessoais Gama Lobo*
- III – Documentos Pessoais Gama Lobo Salema*
- IV – Instituições Vinculares*
- V – Juízo das Capelas*
- VI – Títulos de Bens de Vínculo*
- VII – Títulos de Bens Livres*
- VIII – Administração da Casa*
- IX – Anexos*

Sem pretender analisar pormenorizadamente todos os aspectos que mereciam ser tidos em consideração no que a esta matéria diz respeito, focamos apenas um exemplo ilustrativo que está relacionado com a existência de apenas duas secções dedicadas aos chamados “documentos pessoais”, uma consagrada à família Gama Lobo e outra aos Salemas. Tal deve-se à opção tomada pelos arquivistas de conceber os Gama Lobo e os Salema como os “ramos principais” em torno dos quais a totalidade da documentação foi articulada – sendo que a maioria das outras secções do quadro de classificação encontra-se também subdividida pelas duas famílias –, o que oblitera da ferramenta de mediação da informação a presença dos restantes grupos familiares, que ascendem aproximadamente às três dezenas.

Como resultado, dilui-se uma das características centrais dos acervos familiares, corporizada precisamente na existência de arquivos dentro do arquivo<sup>23</sup>, isto é, de múltiplos e «caóticos» conjuntos documentais de proveniências distintas que foram sendo agregados por intermédio das alianças matrimoniais ou na sequência da extinção das Casas. Nesse sentido, perante a «ilusão de ordem» criada pelo quadro de classificação, torna-se necessário percorrer a própria documentação para que se possa compreender quantos acervos existem dentro do Arquivo Gama Lobo Salema, como se processou a sua anexação e que tipo de relação orgânica se estabeleceu entre as diferentes entidades produtoras e conservadoras dos registos escritos.

## Eixos

O que nos traz aos eixos que caracterizam um arquivo de família tal como ele é entendido num cenário maior que reúne exemplares oriundos de Portugal, Espanha, França e Itália. Como definir, então, o conceito de *arquivo de família*?<sup>24</sup>. Aranzazu

<sup>23</sup> LAFUENTE ÚRIEN, Aranzazu, – Archivos Nobiliarios..., *cit.*, p. 19.

<sup>24</sup> Esta questão constitui, na realidade, um outro desafio que se ergue perante o estudo dos arquivos de família ligado à diversidade de propostas avançadas acerca do conceito de *arquivo de família* e, conseqüentemente,

Úrien, autora cuja proposta de definição parece gozar de uma aceitação algo transversal, descreve o conceito da seguinte forma:

“Los archivos familiares – y en especial los archivos nobiliarios – son el complejo resultado de las actividades de una familia a lo largo de diversas generaciones, resultado de las actividades personales y públicas de sus miembros, de la administración de sus bienes y propiedades o del ejercicio de potestades jurisdiccionales y de patronato eclesiástico. En ellos además han actuado diversos factores a lo largo del tiempo que han podido modificar la integridad y el normal proceso de acumulación de documentos del fondo de archivo. Un archivo familiar no puede entenderse al margen de la evolución histórica de la familia que lo ha creado, la política de sus alianzas matrimoniales, la actividad económica, las épocas de gloria o sus bancarrotas. Si en un principio se conservaron por una finalidad práctica de salvaguarda de derechos y propiedades, a lo largo del tiempo se han consolidado como memoria escrita de la historia de la propia familia”<sup>25</sup>

No seguimento desta noção, podemos afirmar que os traços distintivos inerentes aos arquivos de família se encontram interligados, por um lado, aos reflexos das entidades responsáveis pela sua produção/conservação que neles transparecem e, por outro, às funções e significados que aquelas lhes atribuíram.

Assim, é possível identificar nos acervos familiares algumas das feições que definiram as sociedades de Antigo Regime como, por exemplo, a diluição entre a esfera privada e a esfera pública. Ao contrário das dinâmicas trazidas pelo século XIX, as quais vieram demarcar com rigor os limites que separam a actividade pública ou profissional de um indivíduo da sua existência privada e que trouxeram também uma clara divisão de poderes, no período de vigência dos arquivos de família aqueles dois universos fundiam-se<sup>26</sup>.

Daí que se encontrem conservados no Arquivo Gama Lobo Salema 42 documentos<sup>27</sup> (cartas, alvarás, decretos e portarias régias, consultas, avisos e requerimentos) e um livro de registos produzidos pelo Conselho da Fazenda<sup>28</sup> entre 1646 e 1831. A sua integração no acervo dos Gama Lobo – e depois no dos Gama Lobo

---

à ausência de uma definição universal. Devido à complexidade inerente a este problema – a qual exigiria espaço para a articulação de outras noções como *arquivo*, *coleção*, *arquivo privado* ou *arquivo pessoal* e nos afastaria, assim, do objecto central deste artigo – optámos por não o desenvolver. Remetemos para as seguintes referências bibliográficas: LAFUENTE ÚRIEN, Aranzazu, – *Archivos Nobiliarios...*, *cit.*, pp. 13-15; SILVA, Armando Malheiro da, – *Arquivos de Família e Pessoais...*, *cit.*, pp. 81-82; PEIXOTO, Pedro Abreu, – *Perspectivas para o Futuro...*, *cit.*, pp. 79-80.

<sup>25</sup> LAFUENTE ÚRIEN Aranzazu, – *Archivos Nobiliarios...*, *cit.*, p. 16.

<sup>26</sup> LAFUENTE ÚRIEN Aranzazu, – *Archivos Nobiliarios...*, *cit.*, p. 17.

<sup>27</sup> *Arquivo Gama Lobo Salema, Anexos*, cx. 57, p. 268 (1646-1831).

<sup>28</sup> *Arquivo Gama Lobo Salema, Anexos*, cx. 58, p. 270 (1694-1715).

Salema com a fusão das duas Casas em 1833<sup>29</sup> – deveu-se à acção de uma «linhagem» de escrivães iniciada em meados do século XVI por Estêvão da Gama. Tanto este como o seu filho, Fernão Gomes da Gama (I), e o seu neto, Fernão Gomes da Gama (II), ocuparam o cargo de escrivão da Casa da Índia e Mina. Na segunda metade do século XVII, Fernão Gomes da Gama (II) acumulou o ofício de escrivão da Fazenda por desistência do seu cunhado, Sebastião Perestrelo, ofício esse que, a partir daí, foi sendo legado aos seus sucessores até à morte do último escrivão, António Xavier da Gama Lobo Salema de Saldanha e Sousa Cabral e Paiva, em 1834<sup>30</sup>.

O mesmo princípio é detectável noutro conjunto documental, desta feita emanado da Casa do Infantado entre 1707-1711 e 1728-1735<sup>31</sup>. A sua presença no AGLS explica-se em moldes análogos ao anterior ao estar afecta a uma das actividades «públicas» desempenhadas por Francisco Nunes Cardeal, procurador da Fazenda do Estado e Casa do Infantado desde 1704 e segundo marido de Catarina Teresa de Sousa Mexia, esta última mãe de Antónia Maria de Sousa Mexia que casou com Fernão José da Gama Lobo em 1714.

Num sentido semelhante, da dinâmica público/privado emerge ainda um outro reflexo do contexto de produção e conservação dos arquivos de família ligado à prevalência do direito privado e à inexistência de um aparelho estatal que garantisse o funcionamento de registos públicos. Perante este cenário, cabia às famílias assegurar, dentro da esfera privada, a capacidade de provar a posse e titularidade dos seus bens, propriedades e privilégios, capacidade essa que, por seu turno, se corporizou nos próprios arquivos<sup>32</sup>.

Assim, a função primordial da maioria dos documentos preservados residiu precisamente na sua qualidade de instrumentos de poder, de “muniments” como escreve Eric Ketelaar<sup>33</sup>, facto que explica a predominância no interior dos acervos familiares de documentação relativa ao património e aos processos implicados na sua aquisição e transmissão. Daí que 42 das 59 caixas que encerram os registos

<sup>29</sup> Em 1760 Sebastião Xavier da Gama Lobo († 1770) desposou Ana Leonor Salema de Saldanha Cabral e Paiva († 1829). Por morte sem geração dos dois irmãos desta última, António José Salema Lobo de Saldanha e Sousa († 1821) e José Maria Salema Lobo de Saldanha e Sousa Cabral e Paiva († 1833), a sucessão das duas Casas passou para o filho mais velho do casal, António Xavier da Gama Lobo Salema de Saldanha e Sousa Cabral e Paiva († 1834).

<sup>30</sup> Sucessão da «linhagem» de escrivães: Estêvão da Gama († 1567) – Escrivão da Casa de Índia e Mina; Fernão Gomes da Gama (I) († depois de 1596) – Escrivão da Casa da Índia e Mina; Fernão Gomes da Gama (II) († 1676) – Escrivão da Casa da Índia e Mina e Escrivão da Fazenda; Sebastião da Gama Lobo (1629 – 1720) – Escrivão da Fazenda; Fernão José da Gama Lobo (1697-1753) – Escrivão da Fazenda; Sebastião Xavier da Gama Lobo († 1770) – Escrivão da Fazenda; António Xavier da Gama Lobo Salema de Saldanha e Sousa Cabral e Paiva († 1834) – Escrivão da Fazenda.

<sup>31</sup> *Arquivo Gama Lobo Salema, Anexos*, cx. 57, p. 269. Trata-se de uma relação das rendas da Casa e Estado do Infantado e de um registo da receita e despesa do almoxarifado da Vila de Ponte de Lima.

<sup>32</sup> LAFUENTE ÚRIEN, Aranzazu, – *Archivos Nobiliarios...*, *cit.*, pp. 17-18.

<sup>33</sup> KETELAAR, Eric – *Muniments and Monuments: the Dawn of Archives as Cultural Patrimony*. *Arch Sci*. Vol. 7 (2007), pp. 345-346.

contidos no Arquivo Gama Lobo Salema se reportem sobretudo a esta utilidade administrativista dos documentos.

E qual é a extensão ou, se quisermos, qual é a «validade» desta utilidade administrativista, destes “muniments”?

Em primeira instância poderíamos ser levados a julgar que o uso dos registos como provas da detenção de propriedades permaneceria válido apenas enquanto essa mesma detenção se verificasse, isto é, apenas enquanto as ditas propriedades fizessem parte do património familiar. Deste modo, quando tais propriedades deixassem de integrar o espólio das famílias, os documentos a elas relativos perderiam, portanto, a sua pertinência probatória.

No entanto, os dados fornecidos pelo AGLS mostram-nos uma realidade bastante distinta. De facto, é possível verificar que esta função administrativista dos registos parece revelar-se independente da posse efectiva das propriedades e bens sendo que o seu propósito de provar que se *possui* (presente) se transforma, com o avançar dos séculos, em provar que se *deve possuir* (futuro).

De forma a compreendemos esta metamorfose devemos atender a outro dos reflexos das sociedades de Antigo Regime, caracterizadas por Aránzazu Úrien como “litigiosas” e “litigantes”<sup>34</sup>. Esta faceta, ligada ao desejo de promoção social e à necessidade de garantir a sustentabilidade dos grupos familiares, propiciou o desencadeamento de inúmeros (e volumosos) processos de conflitos jurídicos relacionados precisamente com a posse de determinadas propriedades consideradas relevantes pelas famílias.

Como nos demonstra o Arquivo Gama Lobo Salema, muitos desses processos foram despoletados pela reivindicação da titularidade de certos bens que os representantes das Casas acreditavam pertencer-lhes e que julgavam encontrar-se, por isso, injustamente detidos por outras entidades. Com o intuito de sustentar tal acusação de injustiça e de provar adequadamente que se *devia possuir* tais bens, diversos “muniments” produzidos e/ou conservados com o intento de provar a posse foram recuperados e transformados para servir estas novas demandas reivindicativas.

De facto, do conjunto total de reflexos espelhados pelo AGLS este é, sem dúvida, aquele que se revela com maior notoriedade. Na realidade, não seria possível compreender a globalidade do arquivo sem explorar este cenário de conflito, o qual tem como palco central a segunda metade do século XVIII e a primeira da centúria seguinte e como principais personagens três membros da família Salema, Miguel José Salema Lobo de Saldanha e Paiva (1717–1785) e os seus dois filhos, António José Salema Lobo de Saldanha e Sousa († 1821) e José Maria Salema Lobo de Saldanha e Sousa Cabral e Paiva († 1833).

<sup>34</sup> LAFUENTE ÚRIEN, Aranzazu, – Archivos Nobiliarios..., *cit.*, p. 18.

Estando ainda por completar, a lista de reivindicações ocorridas entre cerca de 1760 e a década de 20 do século XIX conta já com 8 processos distintos, uns com resultados favoráveis aos instigadores dos pleitos, outros ficando aquém das suas aspirações.

O mais impressionante e significativo desses pleitos desencadeou-se na última década de Oitocentos com a morte sem geração do 3º Conde de Sandomil, Luís José Xavier de Miranda Henriques, agraciado com o título por D. Maria I ainda em vida de seu pai, Fernando Xavier de Miranda Henriques, 2º Conde de Sandomil. Este último acabou por sobreviver ao seu filho e veio a falecer em 1794 levantando-se, assim, a complexa questão da sucessão do título e dos bens e propriedades da Casa de Sandomil.

Os Salema, encabeçados por António José, avançaram, então, com um demorado pleito de reivindicação tanto do título como do património afecto aos principais morgadios detidos pelos Condes (com especial ênfase para o morgadio instituído por Diogo Salema em 1586), processo esse que se arrastou ao longo de quase 3 décadas e gerou pelo menos 8 extensos volumes actualmente conservados no Arquivo Gama Lobo Salema<sup>35</sup>.

Envolvendo outras famílias e outras personalidades que partilhavam as mesma aspirações dos Salema, o conflito chegou finalmente a uma conclusão entre finais da década de 10 do século XIX e 1821 (ano da morte de António José). Ainda em vida deste último, a sua Casa foi reconhecida como legítima sucessora das propriedades reivindicadas mas, apesar dos esforços<sup>36</sup> do seu irmão e sucessor, José Maria, a Coroa não permitiu a continuação do uso do título.

Como consequência, a família que prevaleceu anexou ao seu património não só uma quantidade assinalável de bens como absorveu também os documentos que lhes diziam respeito, aumentando, assim, significativamente o cartório da Casa. De facto, através da consulta do inventário do arquivo dos Condes de Sandomil, composto em 1815 e actualmente conservado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo<sup>37</sup>, foi-nos possível determinar que uma parte substancial dos documentos que actualmente compõem o Arquivo Gama Lobo Salema, que corresponde também à fracção dos registos mais antigos, foi integrada no acervo precisamente na sequência desta contenda (o que nos traz de volta aos «arquivos dentro do arquivo»).

Em simultâneo, este conflito jurídico, à semelhança de outros e independentemente do desfecho, resultou também no acréscimo de estratos de valores e

<sup>35</sup> *Arquivo Gama Lobo Salema, Instituições Vinculares*, cx. 18, pp. 139-140; cx. 19, p. 141; cx. 20, p. 142; cx. 21, pp. 143-144; cx. 22, p. 145.

<sup>36</sup> Conservou-se no Arquivo Gama Lobo Salema um rascunho de uma missiva enviada à Coroa por José Maria onde se elencam diversos argumentos (legitimidade da sucessão nos bens do condado de Sandomil, feitos dos antepassados, serviço prestados à Monarquia na carreira das armas) utilizados na tentativa de obter a permissão real para usar o título: *Arquivo Gama Lobo Salema, Documentos Pessoais Salema*, cx. 14, p. 113.

<sup>37</sup> ANTT, *Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos*, lv. 246.

significados atribuídos aos documentos, acrescento esse que se materializou, de forma mais ou menos notória consoante os casos, na transformação dos documentos directamente relacionados com os pleitos e, por vezes, na reformulação da organização e inventariação do próprio arquivo.

O microcosmos documental composto pelos testamentos fornece-nos um exemplo particularmente rico já que a sua capacidade de elucidar o percurso de transmissão dos bens (tanto ao longo das gerações que antecederam o testador como durante aquelas que lhe sucederam) parece ter transformado estes registos numa «fonte» privilegiada de potenciais recursos reivindicativos.

E são diversas as marcas deixadas por esta nova valorização. Encontramo-las, desde logo, nas camadas de numeração e identificação dos testamentos, encarados como repositórios de informação de significativa importância que, portanto, devia ser facilmente recuperável e reconhecível. Por razão do mencionado pleito relativo ao condado, vários documentos que foram considerados relevantes para o processo receberam como etiqueta identificativa – inscrita na frente ou no verso do registo – “Morgado de Diogo Salema”, seguida do número do documento e do maço onde foi integrado<sup>38</sup>.

Mas não são estes os testemunhos mais claros das novas funções concedidas aos legados testamentários. Na realidade, tais testemunhos são-nos dados a conhecer de forma bastante explícita através dos resumos/comentários redigidos sobre os documentos pelos próprios autores das reivindicações. É nesses resumos/comentários que muitas vezes identificamos as razões pelas quais os documentos foram valorizados, como sucede, por exemplo, no caso do testamento de Isidro de Almeida, datado de 1572. Na capilha que guarda um treslado do dito testamento pode ler-se:

*“Testamento de Isidro de Almeida com capela no dito convento de Campolide da invocação de S. Gregório e nela seu jazigo /*

*Tem direito a esta capela a casa de Salemas a qual está na Coroa e a mesma Coroa fez mercê dela a umas castelhanas de que ainda hoje toma o nome de Castelhanas a dita quinta de que foi caseiro pelo ano de 1825 José Francisco o que tudo mostra bem claramente este maço que constitui esta capela não só pelas informações como também pelas suas confrontações e localidade da referida Quinta /*

*Bem vistos e examinados que se deve pôr em acção /  
Para exame”<sup>39</sup>*

<sup>38</sup> A maioria dos números de documento e maço não foi, no entanto, preenchida, estando ainda por estabelecer a data e a razão da interrupção deste esforço de reorganização do arquivo. Ver, por exemplo, testamento de Vasco Queimado Vilalobos (*Arquivo Gama Lobo Salema, Documentos pessoais Salema*, cx. 12, p. 88) ou testamento de Leonor Gil (*Arquivo Gama Lobo Salema, Documentos pessoais Salema*, cx. 9, p. 57).

<sup>39</sup> *Arquivo Gama Lobo Salema, Instituições Vinculares*, cx. 129, p. 16.

Algo de semelhante verifica-se nas inscrições redigidas acerca do testamento de Diogo Fernandes Salema, elaborado em 1642. Sublinhe-se a exortação à “acção” e à utilização dos testamentos, também notória no legado de Isidro de Almeida:

*“Telheiras. Morgado instituído por André Bogalho Sobrinho e sua mulher Damiana Pereira em 1575 da sua quinta de Telheiras e suas anexas / Tem todo o direito a este morgado este casa de Salemas e que deve ter vida à vista dos documentos juntos que constituem este maço; que se não deve ter mais em esquecimento como até hoje se tem praticado /*

*Para exame /*

*É muito importante”<sup>40</sup>*

Contudo, apesar da predominância desta faceta administrativa dos registos escritos, os usos, funções, valores e significados que lhes foram atribuídos pelas famílias não se esgotam aí. Na realidade, há que considerar também uma segunda faceta que complementa a primeira e que transforma os documentos, nas palavras de Eric Ketelaar, em “monumentos” (“*monuments*”<sup>41</sup>). Nesta perspectiva, os registos e o próprio arquivo surgem como um “património cultural” legado de geração em geração enquanto repositório de uma memória colectiva, de uma “consciência familiar” e de uma identidade social partilhadas que albergam também os símbolos do estatuto e do valor da linhagem<sup>42</sup>. Verificamos isso mesmo na continuação dos comentários ao referido testamento de Diogo Fernandes Salema, onde se escreveu: “*Desate-se o maço e leiam-se as excelentes memórias e documentos*”<sup>43</sup>.

<sup>40</sup> Arquivo Gama Lobo Salema, *Documentos Pessoais Salema*, cx. 13, p. 98. Sublinhado nosso.

<sup>41</sup> KETELAAR, Eric – *Muniments and Monuments...*, cit., pp. 345-346.

<sup>42</sup> SAVY, Pierre – Un aspect méconnu du «paysage documentaire» italien à la fin du Moyen Age: la production de registres en milieu seigneurial. In, *Défendre ses Droits, Construire sa Mémoire. Les Chartriers Seigneuriaux XIIIe-XXIe siècle. Actes du Colloque International de Thouars (8-10 Juin 2006)*. Paris: Société de l’Histoire de France, 2010, pp. 141-142.

<sup>43</sup> Arquivo Gama Lobo Salema, *Documentos Pessoais Salema*, cx. 13, p. 98.

## Conclusões

Esta atitude dupla perante os acervos, que faz deles, simultaneamente, instrumentos de trabalho e “lugares de memória”<sup>44</sup>, atesta, em sintonia com as restantes características enumeradas, o potencial assinalável oferecido pelos arquivos de família não só à Historiografia mas também à Arquivística. Apesar dos desafios afectos ao acesso à documentação e à desconstrução de formatos arquivísticos que, por vezes, revelam um acentuado grau de complexidade, os benefícios inerentes ao estudo daquela tipologia de arquivos são notórios: por um lado, os obstáculos que erguem aos pressupostos tradicionalmente veiculados pelas práticas arquivísticas lançam novas questões e reflexões que, por seu turno, possibilitam o avançar do conhecimento acerca do tratamento tanto destes acervos como dos arquivos históricos em geral; e, por outro, a sua longa ausência do rol de fontes utilizadas para a escrita da História transforma-os em repositórios de informação pouco conhecida ou mesmo desconhecida, capazes de oferecer novas perspectivas sobre diferentes objectos de estudo ou mesmo de dar a conhecer temáticas ainda por explorar.

Os breves apontamentos que deixámos acerca do Arquivo Gama Lobo Salema, ilustrando alguns destes benefícios, constituem apenas uma pequena parte da plena riqueza do arquivo, a qual esperamos desvendar em profundidade no futuro. No entanto, sabemos já que, por intermédio deste acervo, a história passível de ser escrita é larga e abrangente, incluindo, por exemplo, os percursos de um número alargado de famílias e de diversos indivíduos que ocuparam cargos de destaque próximos da Coroa; os aparelhos necessários para manter o funcionamento das Casas a administração dos bens e do património; os trâmites da sucessão de gerações e de administradores; as contendas e conflitos que afectaram significativamente o destino dos grupos familiares e, conseqüentemente, dos seus arquivos; ou as atitudes perante a conservação e gestão documental e as relações estabelecidas entre as famílias e os documentos.

Neste cenário, o arquivo deve ocupar o centro das atenções do historiador/arquivista que, adoptando uma postura interdisciplinar, reflecte também sobre o modo como a organização dos conjuntos documentais e o seu percurso de conservação afectam a inteligibilidade das realidades em estudo e do próprio passado<sup>45</sup>. Como escrevem Étienne Anheim e Olivier Poncet, “l’archivistique, comme «science de la fabrique des archives», peut donner à l’historien les moyens de mieux comprendre comment lui-même «fabrique de l’histoire»”<sup>46</sup>.

<sup>44</sup> BOURQUIN, Laurent – *Mémoire familiale, mémoire seigneuriale: le chartrier de Chalancey (XVe-XIXe siècle)*. In, *Défendre ses Droits...*, cit., p. 211.

<sup>45</sup> MORSEL, Joseph – En guise d’introduction: les chartiers entre «retour aux sources» et déconstruction des objets historien. In, *Défendre ses Droits...*, cit., pp. 9-34.

<sup>46</sup> ANHEIM, Étienne; PONCET, Olivier - Fabrique des archives, fabrique de l’histoire. *Revue de Synthèse*. Vol. 125 (2004), p. 3.



# O Arquivo Pombal no âmbito dos arquivos de família da Biblioteca Nacional de Portugal: modelo arquivístico para o conhecimento de uma grande Casa nobiliárquica

*Lígia de Azevedo Martins,  
Ana Cristina de Santana Silva,  
Teresa Duarte Ferreira*

Do conjunto de fundos de arquivo histórico descritos no *Guia Preliminar*<sup>1</sup>, assinala-se a existência de 42 arquivos de família na Divisão de Reservados da Biblioteca Nacional de Portugal. Há que salientar, no entanto, que parte significativa dos mesmos revela um carácter heterogéneo e fragmentário, com documentação bastante parcelar e descontextualizada; por vezes trata-se apenas de um documento, uma caixa ou um maço – os «escassos papéis» nas palavras de Nuno Monteiro<sup>2</sup> –, sobrantes de dispersões atribuíveis a causas variadas (vendas realizadas ao longo do tempo, acervos artificialmente constituídos ou mesmo as vicissitudes resultantes da incúria). Na realidade, esta circunstância afectou a generalidade dos acervos depositados em instituições públicas, sem que, no entanto, essa dimensão signifique um menor interesse para a investigação ou que tais arquivos não constituam em si preciosos repositórios de conhecimento histórico.

---

<sup>1</sup> MARTINS, Lígia de Azevedo, (intro. e org.) – *Guia preliminar dos Fundos de Arquivo da Biblioteca Nacional*. Lisboa: Inst. da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993. Este trabalho veio divulgar os fundos de arquivo que se encontravam insuficientemente descritos nos catálogos existentes na Divisão de Reservados (quer manuais quer impressos), ou mesmo sem qualquer tipo de identificação que possibilitasse a sua consulta.

<sup>2</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas – *O crepúsculo dos grandes: a casa e o património da aristocracia em Portugal: 1750-1832*. Lisboa: INCM, imp. 1998.

Assim sendo, poderemos neste caso nomear alguns arquivos de famílias titulares tal como o dos Condes e Viscondes da Lapa, Marqueses de Minas e Condes de Resende, entre outros, pela sua expressão significativa em termos de antiguidade e reconhecida relevância documental.

Sobressaem, evidentemente, os arquivos de maior «valor»<sup>3</sup>: o Arquivo Tarouca (reúne documentação dos séculos XVI a XIX), que foi adquirido em 1971, juntamente com a livraria aos herdeiros do 12.º Conde de Tarouca, Sebastião José Eduardo Pereira da Silva de Sousa e Meneses (1855-1934), e se reveste de grande importância para a história política e diplomática portuguesa dos séculos XVII e XVIII; o «Cartório Almada e Lencastre Basto» o qual reúne documentação patrimonial relativa às Casas de Souto de El-Rei e Casa da Feira, e de função respeitante a vários membros da família, compreendida entre os séculos XVI e XIX, e o Arquivo dos Condes e Viscondes do Botelho, que abrange documentos dos séculos XIV a XX.

A incorporação dos arquivos de família na Biblioteca resultou, em primeiro lugar, de processos de aquisição por compra, quase sempre directamente aos proprietários, geralmente descendentes. Caso diferente foi o depósito, efectuado pela família, do Arquivo dos Condes-Viscondes do Botelho, em 1974, estipulado por testamento do 3º Visconde (José Honorato Gago da Câmara de Medeiros, 1906-1979), repartido por tipologias várias, e descrito em inventário; vigorariam neste caso as condições de acessibilidade estabelecidas até 20 anos após a morte do testamentário, mediante autorização de seus herdeiros.

Carácter excepcional teve também a doação do Arquivo Pombal, tratando-se, de resto, da incorporação mais «recente» e, sem dúvida, a de maior expressão, pelo que nos iremos ocupar neste texto da sua análise.

Acrescente-se ainda que sobre dezenas de arquivos de família não dispomos de elementos sobre a sua forma de incorporação, estando omissos os registos de entrada, condicionante que de resto ocorre em «secções» consideráveis das colecções de Códices e Manuscritos Avulsos dos Reservados da Biblioteca Nacional.

Por outro lado, é também uma realidade marcante a existência de enorme permeabilidade entre a documentação das colecções de manuscritos e os arquivos em termos de política de aquisição<sup>4</sup>.

Apesar disso, evitaremos ceder à tentação de corrigir alegadas inconsistências – do ponto de vista das competências próprias e institucionalmente aceites –,

<sup>3</sup> «Valor» aqui na acepção utilizada por: PEIXOTO, Pedro Abreu – *Arquivos de família: organização e descrição*. Vila Real: UTAD, 1996, pp. 17-28.

<sup>4</sup> Referimos a este respeito o caso específico em que, por razões de falta de relacionamento institucional entre a Biblioteca e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, durante a direcção de Manuel Esteves (1951-1974), se concretizou a aquisição do Arquivo Almada Lencastre Basto, resultado de um esforço de negociação e do empenho pessoal do director da Biblioteca, em detrimento do Arquivo Nacional.

produzindo separações artificialmente desenhadas para colocar os fundos de arquivo em seu «devido lugar», diluindo assim o carácter heterogéneo da sua história. A compreensão deste fenómeno de diversidade está também patente nas doações, depósitos e alienações que as famílias levam a cabo, elegendo as bibliotecas patrimoniais para custodiar os seus arquivos.

É igualmente de referir o caso de arquivos de família, de estrutura complexa e plurisseculares, que se interligam profundamente com a livraria da Casa, a qual era por princípio mais valorizada e cuidada: prova dessa ligação é o facto de os herdeiros alienarem a livraria manuscrita, juntamente com o arquivo, fazendo-o equivaler a um bem patrimonial que se conservara também pela sua importância intrínseca; nestes casos, a organização dos arquivos e a elaboração de instrumentos de descrição próprios indiciam essa preocupação e apreço; observem-se a este respeito as encadernações como forma de preservação, reunindo-se em códice os documentos mais importantes do arquivo. Uma dimensão diferente caberia à livraria impressa, que geralmente se disseminava por livreiros e particulares.

O destino dos papéis dos Condes de Tarouca, Marqueses de Alegrete, constitui um bom exemplo: só a livraria manuscrita – que contava notáveis preciosidades – acompanharia o arquivo da Casa, (ambos interligados, e com uniformidade exterior), apesar de sabermos ter existido a «livraria impressa»<sup>5</sup>, repleta de obras raras e de diferentes temáticas, na sua globalidade classificada como uma «livraria classica completa»<sup>6</sup>.

Sendo um fenómeno de ocorrência regular em outras bibliotecas patrimoniais, a dispersão implicou, concretamente na Biblioteca Nacional, a existência de documentação de arquivo nas colecções de Códices e de Manuscritos Avulsos, da qual, no caso dos arquivos de família, é exemplo o acervo dos Marqueses de Castelo Melhor<sup>7</sup>. Não nos propusemos contrariar essa característica por considerarmos que nem sempre a transferência de documentos – significando a sua reunião física – representará uma solução benéfica. Desta forma, ter em conta as razões e a história dos respectivos trajectos, o significado que acarretam na instituição tutelar, assim como as novas conexões que os documentos adquiriram ao longo do tempo e que poderão fornecer múltiplas pistas e interpretações, resultou em vantagens mútuas. Consideramos pois que os trabalhos de levantamento e inventariação, e a publicação de instrumentos de pesquisa, constituem o rumo adequado, no sentido de evitar inconsistências de toda a ordem.

<sup>5</sup> *Catalogo dos Manuscritos da Antiga Livraria dos Marquezes de Alegrete, dos Condes de Tarouca e dos Marquezes de Penalva e pertencente á sua actual representante a Condessa de Tarouca*. Lisboa, Imprensa de João Romano Torres, 1898.

<sup>6</sup> *Ibidem*, p. VIII, e ainda sobre essa separação: «Os manuscritos retiraram-se da livraria. Existem actualmente na residencia do seu actual possuidor.» (p. IX).

<sup>7</sup> Cfr. a este respeito, BNP, Res., COD. 9666 – [Livro das contas e recibos dos rendimentos do Conde de Castelo Melhor].

No que respeita aos fundos que foram sendo incorporados na Biblioteca por circunstâncias históricas variadas, tem havido inegáveis desenvolvimentos<sup>8</sup> no seu tratamento de acordo com as normas arquivísticas internacionais, utilizando conceitos como a descrição multinível, e tendo igualmente em conta as actualizações normativas desenvolvidas pelo Arquivo Nacional. Em concreto, também no caso dos arquivos pessoais e de família, em relação aos quais se direccionou, estrategicamente, um maior investimento (embora, como veremos, não isento de alguns recuos), foi possível publicar instrumentos de descrição já de acordo com estes pressupostos técnicos<sup>9</sup>.

No entanto, o objectivo mais ambicioso de disponibilizar a informação *on line* e assim promover a divulgação a nível global – todo o universo de investigadores – não se viria afinal a concretizar, pois alguns factores concorreram decisivamente para inviabilizar este passo que, até determinada altura, parecia ter sido considerado como uma prioridade.

\*\*\*

Em traços largos, e após as permutas e transferências operadas com o Arquivo Nacional, que incidiram sobre arquivos institucionais, sobressaem três grandes Arquivos de Família: Tarouca, Almada Lencastre Basto e muito expressivamente, o Arquivo Pombal. Ora em relação à esperada política sistemática de inventariação, que incluiria a publicação de inventários e outros instrumentos de descrição, alguns progressos ocorreram pontualmente, mas na verdade depois desinvestiu-se, em parte, a favor do Arquivo Histórico da própria instituição.

Neste contexto, a situação não se torna mais problemática, porque sobre o primeiro dispomos de instrumentos de descrição muito válidos – o catálogo antigo e o «inventário» (aqui entendido em sentido lato e não no seu sentido arquivístico) –, a que se veio muito mais tarde juntar o estudo de Isabel Cluny<sup>10</sup> sobre João Gomes da

<sup>8</sup> Desde a criação do Grupo de Trabalho de Arquivos, com actividade desenvolvida entre 1985 e 1989, e que teve como objectivo o levantamento sistemático dos fundos de arquivo da Biblioteca.

<sup>9</sup> Há que reconhecer, contudo, como Armando Malheiro da Silva bem observou, que subsistem alguns desvios numa «linha “exótica” e confusa» no que toca à abordagem dos arquivos pessoais que o Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea da BNP tem a seu cargo desde há vinte anos. Cfr. SILVA, Armando B. Malheiro da – Arquivos familiares e pessoais: bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo. [S.l.: s.n.]. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. Porto: S. 1, 3, (2002), p. 55-84.

<sup>10</sup> CLUNY, Isabel – *O Conde de Tarouca e a Diplomacia na Época Moderna*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006. Para uma parte da obra, «A Diplomacia Moderna», que relata a história do Congresso de Utreque, no qual o Conde de Tarouca foi um dos principais representantes da diplomacia portuguesa, e para a parte centrada na acção diplomática de João Gomes da Silva em Madrid, Londres, Haia e Viena, a autora recorre em larga medida à documentação do Arquivo Tarouca. Da análise às fontes manuscritas utilizadas, verifica-se que a grande maioria é correspondência de função e particular, e documentos referentes a negociações diplomáticas (Arquivo Tarouca, I Série).

Silva, 4.º Conde de Tarouca (1671-1738). Aliás, já os trabalhos de Eduardo Brazão<sup>11</sup> se haviam centrado nesta figura proeminente, divulgando fontes fundamentais para a compreensão da história diplomática e política da época.

Todavia, pouca atenção da historiografia tem sido dada à documentação de índole patrimonial do Arquivo Tarouca: esta enquadra-se entre os séculos XVI e XIX, estando repartida por várias tipologias, designadamente «tombos», «livros das fazendas», «rol de propriedades», «prazos e registo de foros», etc. e respeitam a diversas propriedades, de que se destacam a de Reguengo de Torres Vedras e Reguengo da Tojosa, e as Comendas de S. João de Alegrete, Albufeira, de «São João da Vila de Moura», Vila Cova da Lixa, S. Pedro Fins de Conlelas e S. Quintino.

Para o conhecimento da organização inicial deste arquivo contribuiu o «*Index dos Cartorios das Casas dos Ex.mos Snr.os Marquezes de Penalva e Alegrete. 1790*»<sup>12</sup>, com ordenação alfanumérica correspondendo a uma localização topográfica no cartório (ou seja, letra-maço-armário); tem entradas por título das comendas administradas pela Casa de Penalva e Alegrete, seguindo uma ordenação alfabética das diferentes tipologias documentais para cada uma das propriedades.

Igualmente sobre o Arquivo Almada Lencastre Basto existe um «inventário», fundamental na medida em que sempre permitiu a acessibilidade destas fontes aos investigadores<sup>13</sup>.

Pelo contrário, verificava-se um maior desconhecimento sobre o Arquivo Pombal, apesar de se tratar de um conjunto de inegável valor histórico, ainda não aferido completamente. Privilegiou-se por isso o seu tratamento, mas tal prioridade foi secundarizada por novas directivas que deram prioridade à descrição do Arquivo Histórico, concretamente a elaboração do *Inventário*, e a catalogação da *Correspondência dos Directores*<sup>14</sup>.

<sup>11</sup> BRAZÃO, Eduardo – *O Conde de Tarouca em Londres: 1709-1710*. Lisboa: [s.n.], 1935. Trata da missão diplomática à corte de Londres do enviado de D. João V, o 4.º Conde de Tarouca, ocorrida entre 1709 e 1710, no âmbito da guerra da sucessão de Espanha. A investigação implicou, em larga medida, o estudo e análise da documentação do Arquivo Tarouca: a prová-lo está o facto de não só remeter para documentação do arquivo, mas também transcrever excertos (ou a totalidade) dos mesmos, nomeadamente «correspondência diplomática», ofícios, instruções, avisos, etc. Na sua outra obra fundamental, *Portugal no Congresso de Utrecht (1712-1715)*, refere «Cartas de ofício do Conde de Tarouca, João Gomes da Silva, para o Secretário de Estado, Diogo de Mendonça Corte Real», «Cartas particulares do Conde de Tarouca para diversos», «Cartas particulares do Conde de Tarouca para seu irmão o Marquês de Alegrete», «Cartas particulares do Marquês de Alegrete para o Conde de Tarouca». Sobre o Conde de Tarouca salientamos ainda a existência de outras fontes na Coleção de Códices da BNP, sinal, mais uma vez, de grande dispersão.

<sup>12</sup> Com a cota: BNP, Res., A.T. 105 a.

<sup>13</sup> Conforme está bem patente na comunicação de Pedro Pinto intitulada «O Arquivo da Família Almada Lencastre Basto (Casa de Souto de El-Rei e Casa da Feira) na Biblioteca Nacional: propostas de exploração no âmbito da elaboração de um guia».

<sup>14</sup> *Inventário do Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional: 1795-1950*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1996; MARTINS, Lígia de Azevedo; BARATA, Paulo – *Catálogo da Correspondência dos Directores da Biblioteca Nacional: 1795-1834* [no prelo].

Constituído essencialmente por documentação patrimonial e financeira, o Arquivo Pombal reflecte, em primeira instância, a instituição e administração dos bens das Casas de Oeiras e Pombal, sendo aqui que, na verdade, radica o seu carácter mais excepcional relativamente ao panorama dos arquivos económicos das «casas dos Grandes», verificado por Nuno Monteiro: «O estudo das grandes casas senhoriais defronta-se em Portugal com dificuldades específicas, a maior das quais resultará, provavelmente, da inexistência de arquivos acessíveis onde se possam encontrar contabilidades organizadas abrangendo longos períodos temporais [...]»<sup>15</sup>.

No que se refere à sua história custodial, e entre as múltiplas consequências da incorporação tardia na Biblioteca Nacional, importa realçar, apesar da visível desorganização, o carácter relativamente constante das séries deste Arquivo, decorrente, sem dúvida, da estabilidade física em que se manteve, ao permanecer no Palácio dos Marqueses de Pombal em Oeiras até à década de sessenta do século XX<sup>16</sup>. A doação à Biblioteca Nacional (denominada na época Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro) aconteceria finalmente em Fevereiro de 1993. O gesto da Fundação Calouste Gulbenkian reconhecia que era compreensivelmente a Biblioteca quem deveria tutelar esta documentação, que um século depois se juntava à Coleção Pombalina<sup>17</sup>.

O Arquivo não dispunha, na altura, de qualquer instrumento de descrição<sup>18</sup> e, como atrás referimos, não se encontrava organizado. De acordo com a Guia de Remessa produzida para a doação, sumariando o conteúdo de maços e livros, contam-se no total 400 unidades, correspondentes a cerca de 100 metros lineares. Integra os tombos das propriedades, documentação avulsa e livros relativos aos rendimentos das mesmas, livros de contas e outra documentação de natureza financeira, «sendo caracterizado pela constância das séries contabilísticas,

<sup>15</sup> MONTEIRO, Nuno, *O crepúsculo dos grandes...*, cit., p. 237.

<sup>16</sup> De facto, o Arquivo Pombal permaneceu no Palácio dos Marqueses de Pombal (Oeiras) até à década de sessenta do século XX. A propriedade ainda estava na posse dos descendentes dos Marqueses em 1939, data em que é adquirida por Artur Brandão, dispersando-se mobiliário e peças decorativas. É então, a partir de 1960 que parte do palácio, seu recheio e jardins passam para a posse da Fundação Calouste Gulbenkian, que aí instala provisoriamente as obras de arte da coleção do seu instituidor, enquanto se edificava a sede na Avenida de Berna. O Arquivo só sairia, portanto, pela primeira vez do Palácio Pombal quando este se esvaziou por completo, tanto assim que algumas pinturas que decoravam a residência dos Marqueses de Pombal foram também transferidas para Lisboa. Estas permanecem à parte das coleções, na Av. de Berna, segundo informação da Sra. Dra. Manuela Fidalgo, conservadora do Museu Gulbenkian.

<sup>17</sup> Confirmando que nada se pode dar como absolutamente definitivo no que toca aos arquivos históricos e suas vicissitudes, resta ainda hoje, na Fundação Calouste Gulbenkian, uma ínfima parte do Arquivo constituída por documentação avulsa.

<sup>18</sup> Há que referir obrigatoriamente o trabalho de Maria Tereza Sena Lopes sobre este Arquivo, atribuído pela Fundação Calouste Gulbenkian, cujos resultados foram divulgados em 1985 no artigo denominado «O arquivo de uma casa senhorial: sua possível utilização historiográfica; critérios de classificação e de organização dos documentos». In, LEAL, Maria José; PEREIRA, Miriam Halpern (coord.) – *Arquivo e Historiografia: Colóquio sobre as Fontes de História Contemporânea Portuguesa*. Lisboa: INMC, 1987. Aqui descreve pela primeira vez o Arquivo, revela a verificada constância das séries, especialmente contínuas no século XIX e informa ter estabelecido um esquema classificativo para organização dos documentos.

especialmente contínuas no século XIX»<sup>19</sup>. Abrange um período cronológico de cerca de dois séculos (da segunda metade do século XVIII à segunda década do século XX).

Quanto à organização dos documentos, em concreto, não eram suficientemente visíveis os resultados do trabalho levado a cabo por Maria Teresa Sena Lopes, facto talvez explicável pela forma como decorreu a transferência das espécies para a Biblioteca Nacional, muitas delas em acentuado mau estado de conservação, algumas mesmo irrecuperáveis e de difícil leitura<sup>20</sup>. Também a ausência de qualquer instrumento de descrição ou listagem que ditasse a arrumação física, ou que permitisse sequer estabelecer a ordem que tinham na Fundação Gulbenkian, complicou a tarefa, assim como o elevado número de maços existentes, sem que as relações destes últimos com os livros de contabilidade e tomos das propriedades fossem de imediato perceptíveis. Mas, de facto, apesar do estado aparentemente caótico em que a documentação chegou – sem que os maços apresentassem a sua ordem original, nem sequência cronológica – a identificação fez-se rapidamente, sobretudo no que se refere aos Livros; constatou-se ainda a prevalência de uma organização interna original (dentro dos maços), consistente, inclusivamente com indicação do número de ordem, conteúdo e limites cronológicos.

Depois de analisado o acervo na sua totalidade, o quadro de classificação estabelecido obedeceu a um critério orgânico-funcional atendendo à constância da documentação, direccionada sobretudo para duas vertentes – a patrimonial e financeira –, e das respectivas tipologias documentais; reflecte portanto esta realidade, destacando-se duas grandes secções: a gestão patrimonial e a gestão financeira.

Distinguimos quanto à gestão patrimonial as séries *Livros de Tombo* das seguintes propriedades: Morgado da «Rua Fermoza», instituído em 1639 por Sebastião de Carvalho, trisavô do Marquês, Morgados dos Melo Magalhães, vínculos confirmados em 1727, herdados por via da avó paterna de Carvalho e Melo, Morgado de Oeiras<sup>21</sup>, instituído em 1737, por testamento de Paulo de Carvalho e Ataíde, tio de Sebastião José de Carvalho e Melo (este último, como sabemos, seria efectivamente o seu primeiro administrador), Morgado das «Vilas de Carvalho e Cercoza» (administrado desde 1759 por Carvalho e Melo, com confirmação régia em 1769), Morgado de Pombal (1759), Título do Tombo da Quinta da Gramela e Morgado dos Lucenas; *Livros de Foros e Rendas* das propriedades situadas em

<sup>19</sup> LOPES, Maria Tereza Fernandes Pereira de Sena Sales – *A Casa de Oeiras e Pombal: estado, senhorio e património*. Lisboa: [s.n.], 1987, p. 74. Tese de mestrado em História, apresentada à Universidade Nova de Lisboa.

<sup>20</sup> Foi inclusivamente necessário proceder ao acondicionamento e ao restauro de algumas espécies.

<sup>21</sup> Este Morgado seria objecto de alargamento, com a anexação de propriedades localizadas em Lisboa, Oeiras, Sintra e Alentejo.

Lisboa (1757-1879), Oeiras (1759-1909), Azeitão (1837-1844) e Comenda de São Miguel das Três Minas (1824-1825).

No que respeita à gestão financeira, observamos séries contínuas de Livros de Receita e Despesa da «Casa de Pombal» (1770-1796), Livros de Contas Correntes (1796-1876), Livros-Caixa (1796-1885), Razão (1868-1871), e Diário de Receita e Despesa (1851-1881), cujos limites cronológicos se situam entre 1770 e 1885, correspondendo desta forma à administração do 2º Marquês de Pombal<sup>22</sup>.

Nesta categoria incluem-se também Livros de Contas das Propriedades, a saber: «Despesas das Quintas e Caza de Oeiras» e «Obras em Oeyras» para os anos de 1762-1768, série quase completa, faltam os anos de 1764 e 1765. De época mais recuada, tem interesse realçar o «Livro em que se lanção as contas dos officiaes que tem feito obras nas propriedades [...] desde o fim do anno de 1737 em diante», contendo numerosos sumários e anotações autógrafas de Sebastião José de Carvalho e Melo.

A documentação de gestão financeira completa-se com a análise dos «Maços»<sup>23</sup>, que integram despesas de outra natureza, mais relacionadas com a vida doméstica, como são exemplo as «Despesas Diárias da Cozinha, Copa, e outras da Caza [...] dos Marquezes de Pombal» (1794), e outras «Contas diversas», estas de carácter pessoal, incluindo a conta corrente para vestuário com a Real Fábrica das Sedas (1764-1777), e ainda a conta do funeral do Marquês de Pombal e discurso do seu filho «feito a sua Ex.<sup>ma</sup> Mai». Constituem preciosos indicadores que documentam de forma expressiva muitos aspectos da «vida privada» da nobreza de Antigo Regime.

Com efeito, todo este conjunto encerra em si testemunhos documentais muito completos sobre o património de uma grande Casa nobiliárquica, de formação tardia, assente no processo de notabilização e na nobilitação de Sebastião José de Carvalho e Melo; sendo administrador, como primogénito, da Casa de Oeiras e Pombal, a sua carreira pública iniciada em 1738, foi acompanhada de um esforço bem sucedido na obtenção de títulos e ascensão social.

No entanto, o Arquivo não se esgota nos documentos sobre os bens e rendimentos da Casa, pois inclui outros, de índole pessoal, nomeadamente correspondência relacionada com o exercício dos cargos desempenhados por Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782) como Enviado Extraordinário na corte de Londres (1738-1744) e de Ministro Plenipotenciário na corte de Viena de Áustria (1744-1749).

<sup>22</sup> Henrique José Maria Adão João Crisóstomo de Carvalho e Melo (1742-1812), elevado a 2º Conde de Oeiras ainda em vida do pai, e 2º Marquês de Pombal.

<sup>23</sup> Verifica-se a mesma letra nos títulos, a ordenação cronológica interna tal como um número de ordem original, e um segundo a lápis, não coincidentes.

Considerámos por isso a constituição de outra Secção, incluindo séries de correspondência expedida de Londres e de Viena ao Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Marco António de Azevedo Coutinho, e de contas pessoais de «receita e despesa» (enquanto embaixador em Viena), de sua Casa e do «Serviço Real».

Precisamente neste âmbito encontra-se o «Livro das Contas da minha Casa desde 7 de Julho de 1745, em que cheguei a Viena de Austria em diante. E nelle se conthem a minha particular economia», autógrafo, sobre as despesas do Serviço Real e sobre os rendimentos da Casa e tendo como data limite 1749.

Devemos pois fazer as devidas conexões com a Colecção Pombalina, sendo aqui (e não no Arquivo) que se encontram realmente os documentos produzidos durante a actividade diplomática de Carvalho e Melo nas várias cortes europeias. Ressaltam as «cartas de officio» e a «correspondência diplomática», por vezes coligadas pelo próprio, tendo sumariado e anotado os «papéis» em «collecção».<sup>24</sup>

Há que assinalar também a documentação de carácter privado de outros membros da família Pombal, designadamente o *Diário* pessoal do 5º Marquês, Manuel José de Carvalho e Melo Daun de Albuquerque Sousa e Lorena (1867-1876), e um *Caderno de escrita de Antonio de Carvalho Daun e Lorena* – caderno escolar – cujas datas limite correspondem a 1860-1924, incluindo igualmente o registo de despesas da Casa.

Em suma, o acervo representa um enorme contributo para a investigação, pois conforme refere Teresa Sena Lopes<sup>25</sup>: «ao permitir uma incursão no universo senhorial, possibilitará abordagens de vertentes sociológicas, administrativas, institucionais e, mesmo mentais, culturais ou meramente relacionadas com o quotidiano dos seus titulares, família e apaniguados».

Entendendo que este universo não deixa de ser uma parcela do que seria na sua origem o Arquivo Pombal, procurou-se reconstituir algumas lacunas com documentação dispersa, que se sabia complementar o Arquivo na sua vertente patrimonial, referimo-nos, em concreto, ao caso dos Tombos do Morgado da «Rua Fermoza» cuja maioria se encontra, inesperadamente, na Colecção de Códices dos Reservados<sup>26</sup>, tendo restado apenas no Arquivo Pombal o Tomo VIII, 2.ª parte

<sup>24</sup> Cfr. BNP, Res., PBA. 654-663, integram officios e cartas de officio de Sebastião José de Carvalho e Melo enviados da Corte de Londres, e «Relações» escritas de Viena, 1738-1742.

<sup>25</sup> LOPES, Maria Tereza Fernandes Pereira de Sena Sales – *A Casa de Oeiras e Pombal...*, cit., p. 77.

<sup>26</sup> Julgamos ter sido com a intenção de não quebrar a integridade física de uma colecção fechada e descrita num inventário impresso (datado de 1889) que não se procedeu à reunião destes «Tombos» junto da Colecção Pombalina, embora devessem ter sido acauteladas as devidas conexões entre materiais que tinham a mesma origem. Com efeito, devido a uma visão sectorial sobre os fundos, agravada por opções técnicas controversas (baseadas em pressupostos e metodologias falhas dos princípios da Arquivística), criaram-se sérias dificuldades à investigação.

(1776-1857). Com mais estes 11 livros<sup>27</sup>, ultrapassava-se assim o que havia sido doado pela Fundação Calouste Gulbenkian.

Da totalidade do Arquivo produziu-se o inventário preliminar, sem contudo se concretizar, como esperado, a devida divulgação junto dos investigadores. Todavia, a presente análise dará azo, porventura, a um maior interesse em prosseguir a política de inventariação sistemática dos arquivos da BNP.

Temos a percepção clara de que a reconstituição da integridade e unidade do Arquivo radica na compreensão do seu entrosamento com a «Colecção Pombalina»<sup>28</sup>, conjunto de 758 códices, que inclui, para além da livraria manuscrita que pertenceu ao Marquês, parte do seu arquivo pessoal e de família. A dificuldade em individualizar totalmente os núcleos de arquivo e a livraria deve-se à forma como os documentos avulsos foram acondicionados, constituindo miscelâneas, sendo os assuntos abrangidos muito diversos.

De imediato, podemos afirmar que a «parte documental»<sup>29</sup> reflecte a vida pública do Marquês de Pombal (cargos diplomáticos e acção governativa), mas também, naturalmente, a sua vida privada: correspondência com sua mulher e filhos, a «Colecção de certidões de baptismos e recebimentos de meus sogros e de minha mulher e filhos [...]». E tudo foi colligido em Vienna d'Austria por Mim Sebastião José de Carvalho e Mello em benefício de meus filhos» (1745 a 1746)<sup>30</sup>, e ainda as «Árvores genealógicas da família dos Marquezes de Pombal desde 1385», bem como certidões autênticas da genealogia de D. Leonor Maria de Athaide e de D. Thereza Luiza de Mendonça, avó e mãe de Carvalho e Melo (1701).

No que respeita à sua localização, estes documentos não se encontram reunidos numa única unidade de instalação, e tampouco organizados sequencialmente; pelo contrário, verifica-se estarem separados em várias miscelâneas, juntando-se a documentos de tipologia e temas absolutamente distintos.

<sup>27</sup> Oferta da Condessa de S. Tiago, em 1956, com o n.º de registo 173626. A descrição feita na BN data do início dos anos 80. Anteriormente já figurava na Colecção de Códices o «Tombo de alguns predios urbanos e rusticos que possui nos termos de Cabrella, Palmella e Vendas Novas...o Marquez de Pombal. 1772» (BNP, Res., COD. 8812, adquirido por compra).

<sup>28</sup> A «Colecção Pombalina» foi adquirida em leilão aos herdeiros do 1º Marquês de Pombal em 1887 por 9 contos de réis e deu entrada na BN em 27 de Julho de 1888. Menos de um ano após a compra estava terminado o seu *Inventário*, com as descrições detalhadas de José António Moniz (1849-1917), funcionário da Biblioteca que dedicou grande parte da sua carreira à elaboração de catálogos e inventários de secções do acervo da instituição, ainda hoje imprescindíveis instrumentos de trabalho. Conforme o próprio refere «Começou a elaboração do Inventario em 14 de Outubro de 1888, e terminou em 17 de Fevereiro de 1889». In, *Inventario dos Manuscriptos (Secção XIII). Colecção Pombalina*. Lisboa: BNL, 1891 (na p. anterior ao índice alfabético de assuntos, não numerada).

<sup>29</sup> Segundo a denominação usada por Ataíde e Melo: «Esta aquisição foi feita mediante o parecer duma comissão nomeada para tal fim [...]. É muito interessante sob o ponto de vista histórico, separando-se em parte documental e códices». Cfr. MELO, Arnaldo Faria de Ataíde e – *Monografia dos Manuscritos e Reservados (5.ª Divisão)*. Lisboa, 1929.

<sup>30</sup> BNP, Res., PBA. 640.

Por fim, interessa ainda referir o catálogo da livraria impressa do Palácio da Rua Formosa, «perdido» desde 1982 em instalações menos apropriadas da Biblioteca Nacional e encontrado recentemente; intitula-se *Relação alfabética das obras existentes na livraria do Palacio da Rua Formosa pertencente à Ex.ma Casa de Pombal*, datável depois de 1848. Enuncia obras impressas dos séculos XVI a XIX, ordenadas alfabeticamente por autor/título, dentro de cada formato<sup>31</sup>.

\*\*\*

Como temos vindo a observar, o conhecimento pleno do Arquivo de Família advirá da interligação entre fontes dispersas: as do designado Arquivo Pombal devidamente relacionadas com as da Coleção Pombalina, e, acima de tudo, da sua reposição como uma unidade íntegra recriando a sua forma de origem.

Com efeito, o nosso trabalho residiu precisamente, em termos metodológicos, na inventariação do Cartório da Casa de Oeiras e Pombal, e terá continuidade na identificação, organização e descrição dos documentos de arquivo da Coleção Pombalina, meta ambiciosa, suprimida que foi a sua organicidade consequência da predominância de miscelâneas, quase todas temáticas, e por vezes constituídas de modo aleatório.

Esta articulação, tão essencial como complexa, será a única forma de reconstituir o Arquivo da Casa Pombal, suscitando uma multiplicidade de abordagens para o aprofundamento da história da nobreza de Antigo Regime.

Há ainda que lembrar que resta hoje na Fundação Gulbenkian uma ínfima parte deste Arquivo de Família, composta por documentação avulsa, sinal de que nada se pode dar como absolutamente definitivo no que toca aos arquivos históricos e suas vicissitudes.

Devemos compreender, e para conclusão, que não deixaremos de vislumbrar apenas a redutora e fragmentária realidade das partes se não fizermos o esforço de enquadrar a documentação dispersa por coleções e organismos, e mesmo ainda na posse de particulares, num modelo agregador, ainda que esse processo se mantenha virtual.

---

<sup>31</sup> BNP, Res., COD. 13440.



# Public or private records? The family archives of the Venetian ruling elite in fifteenth-eighteenth centuries

*Dorit Raines*

The archives of the Venetian patrician families represent quite a challenge to scholars and archivists. In today's terms we are talking about around 30-40,000 volumes (with miscellaneous volumes containing sometimes up to 100-150 documents), of both public and private nature, whose dispersal after the fall of the Republic in 1797 between libraries and archives generated a confused policy of recordkeeping and record description. To date, although this large volume of records has been organized in line with archival criteria in the repositories in which they are held, they have not been subject to systematic top-down historical analysis<sup>1</sup>.

The Venetian patrician family archives contained a mass of documents kept for the use of the Republic's officeholders in Venetian "studioli" inside private palaces. They were composed at the start of three different nuclei: 1. private documents (letters, testaments, marriage contracts, and dowry's restitutions); 2. household records (contracts, legal disputes, lawsuits, amphyteusis, insurance payments, power of attorney to administer the *commissarie*, etc.); 3. political records.

The genres of political documents stored in the family archives for the use of the Republic's officeholders can be divided into two categories: those which have to do with the social aspect of Venetian political life, meaning the story of patrician families, wedding lists (naturally each matrimonial arrangement was carefully weighed in its political context), genealogical trees or records which had to do with the election procedure, such as: previous election results that may shed light on

---

<sup>1</sup> For an overlook of the Venetian family archives see RAINES, Dorit – The Private Political Archives of the Venetian Patriciate – Storing, Retrieving and Recordkeeping in the Fifteenth-Eighteenth Centuries. *Journal of the Society of Archivists*. Vol. 32, n°. 1 (April 2011) pp. 131-142.

lobbies inside the ruling elite, lists of members of the Great Council in order to identify the candidates and their branch of family, or a combination of the two, and a list of government offices that could tell which office was due for replacement<sup>2</sup>. The second genre are the official documents in the family archives which can be divided into three different groups: firstly official documents such as commissions to city governors or military generals, capitularies (administrative or legislative ordinances), or *Promissioni* (oaths of allegiance) of high-ranking magistrates such as the Procurator of St Mark's or the Doge; secondly copies of documents from the Ducal Chancery such as ambassadorial or governors' *Relazioni* (reports) and various decrees; and thirdly documents produced by the magistrate himself during the course of duty: dispatches, letters, reports, etc.

Initially all documents (except for solemn nominations) were kept in separate sheets, folded in 16° (sextodecimo) with the docket inscribed on the outer surface of the folded sheet (as was the Ducal Chancery practice)<sup>3</sup>. The documents, which served a number of family generations, were sometimes used by family members in the course of their office. If the Venetian officeholder was appointed to an office outside Venice, he would sometime transport documents judged to be useful from the family archive. In that case, he would probably number them and, on his return, deposit them, along with others, amassed during his office, back in the family archive<sup>4</sup>. Soon enough, toward mid-seventeenth century a mass of documents had accumulated on the study's shelves without any apparent rational retrieval system. It was at this point that patricians began looking for storage and retrieval systems: sorting the documents, drawing up inventories, and using different systems of recordkeeping (alphabetical or according to subject matter), thus treating documents according to their relevance. Those frequently used remained in separate sheets; the ones less relevant were placed in "buste" or containers, and those of historical importance were bound into miscellaneous volumes.

At the end of the Republic in 1797, a large number of patrician family archives have accumulated a large quantity of records that they had to store them in different places in the palace. Many of the archives were successively donated or sold to public libraries and archives. Today's challenge, then, is not only of a quantitative nature. In fact, several questions arise even before an archivist or an historian gets to arrange these family archives. I would like then to briefly illustrate three themes

---

<sup>2</sup> On these consulting tools and their role in Venetian politics, see RAINES, Dorit – Office Seeking, *Broglio*, and the Pocket Political Guidebooks in *Cinquecento* and *Seicento* Venice. *Studi Veneziani*. Vol. 22 (1991) pp. 137-194.

<sup>3</sup> On the docket system used in Venice see RAINES, Dorit – The Private Political Archives of the Venetian..., *cit.* p. 134.

<sup>4</sup> RAINES, Dorit – L'archivio familiare strumento di formazione politica del patriziato veneziano. *Accademie e biblioteche d'Italia*. N° 4 (1996) pp. 5-38.

which, I think, may contribute to a better understanding of the issue and enhance a new methodological approach to Venetian (and maybe other) family archives:

1. Archives within archives;
2. Respect of the archives' timeline;
3. New approach to public/private documents.

As a case study I would like to use the Lippomano family archive, at present part of the Querini Stampalia Foundation library in Venice. In 1869 the last Querini, count Giovanni, decided to start a foundation to which he bequeathed his palace, collections, books and archives. The documentary part included 370 containers (buste) and 1300 manuscripts of various type: literature, philosophy, law, history, politics, etc.<sup>5</sup> In 1880, the scholar Leonardo Perosa rearranged the material distributing it into nine thematic classes and reducing the number of buste to 200, yet he did not include in this reordering the administrative part (or what was thought to be of administrative nature), which was arranged in 1987 in 119 separate buste<sup>6</sup>.

Perosa followed a nineteenth-century bibliographical practice: the collection had sense only if thematically arranged. He was not concerned about the original order of the material, nor of the fact that part of the manuscripts was of archival type. The outcome was a partial destruction of leads that could have helped us understand the context of each record – from its generation through different uses made of it up to its final inclusion in a bundle or fascicule.

To complicate matters further was the fact that the Querini Stampalia family archives included other family archives, which we would call 'a complex family archives'. Following the extinction of a family branch, its papers and documents passed to another parental family or to a different branch (and in the course of time, a family could have inherited several other family archives). Usually each branch or family had its own system of ordering the family material. The passage, then, of family documents to the archive of another one usually followed a full or partial integration of those papers into the new archive, with the consequent loss of its original order. If we take into account that during the course of four hundred years (the fifteenth to eighteenth centuries), a huge number of documents and volumes

<sup>5</sup> *Fondazione Querini Stampalia ONLUS. Statuto*. Venezia: Fondazione Scientifica Querini Stampalia, 1999; Busetto, Giorgio and Gambier, Madile (eds.) – *I Querini Stampalia. Un ritratto di famiglia nel Settecento veneziano*, Venezia: Fondazione Scientifica Querini Stampalia, 1987.

<sup>6</sup> CARINI VENTURINI, Domenica Viola and ZAGO, Roberto (eds.) – *Archivio privato della famiglia Querini Stampalia*. Inventario, Venezia: Fondazione Scientifica Querini Stampalia, 1987, in particular the presentation of Bianca Lanfranchi Strina and the introduction of the editors. See also: PEROSA, Leonardo – *Dei codici manoscritti della Biblioteca recentemente ordinati e registrati: relazione presentata al Consiglio dei curatori della pia Fondazione*. In *Relazione economico-morale della pia Fondazione Querini Stampalia: dal 1. gennaio 1878 a tutto l'anno 1882*. Venezia: M. Visentini, 1883; *Fondazione Querini Stampalia. Relazione generale del bibliotecario: 20 luglio 1901*. Venezia: Sorteni e Vidotti, 1901.

was piling up in the patrician family's archive, it is logical to expect that some sort of a retrieval system or recordkeeping practice should have been in use. Depending on the quantity of records it seems that some families divided the documents into family and political documents keeping the two in separate places<sup>7</sup>, while others, as the Lippomano family, kept them together without distinguishing between family, political or administrative records<sup>8</sup>. In both cases, the former family archives, fully or partially integrated into the existing one, were not kept as autonomous documentary block with its own identity.

Before we discuss the Lippomano archive, it would be useful to describe their exact location inside the intricate archives of the Querini Stampalia family – their final destination. One can detect two main bulks in the Querini Stampalia Foundation manuscript collection: the Querini Stampalia collection, probably arranged toward the end of the eighteenth century by Gerolamo Lodovico, son of Zuane Antonio Querini (1762-1829)<sup>9</sup>, which includes archives of the following families: Valier, Sanudo, Badoer, Querini Dalle Papozze of San Leonardo, Garzoni, and of course the Querini Stampalia family documents<sup>10</sup>. The Querini family in fact,

<sup>7</sup> See for example the Manin archives, divided into family papers, now in the Udine State Archives, and political records currently in the "Vincenzo Joppi" Communal Library; or the division made between the political papers of the Procurator of Saint Mark, Angelo Morosini (1639–1693) (Archivio di Stato, Venezia (ASVe), Procuratori di Ultra, Commissarie, b. 203, fasc. 1, 1r n.n.: "Manuscritti di materie Pubbliche et altre"), and his other papers (ibid., pacco n. 1: "Inventario delle scritture di ragione del q.m N.H. m. Anzolo Moresini Cav.r e Proc.r esistenti in un Casson bislongo, tre Casse, et due Forzieri pñtate nell'Off.o Ecc.mo..."). Another example is the Querini archive itself, where in the course of the eighteenth century, someone decided to draw an exact list of records and archival material, described in three registers. See Biblioteca Querini Stampalia (BQS), Archivio Querini, busta 22: "Alfabetto del cattedastico Ka' Quirini Stampalia... e disegno dell'Archivio". See also ibid., buste 23-26, which demonstrate the continuous "work in progress" of the family on its archive: some documents are defined "inutili" and are therefore discarded (ibid., busta 24, fasc. 2); the new ones are constantly integrated and meticulously described (busta 24, fasc. 3); others still are described in a special volume and defined as "di prima importanza" (ibid., busta 26, fasc. 3).

<sup>8</sup> The editors of the Querini archive's inventory explicitly refer to this problem: "Come in tutti gli archivi privati, non si potevano fare divisioni nette fra archivio e biblioteca, o fra archivio di amministrazione e archivio di interesse storico". See: *Archivio privato della famiglia Querini Stampalia. Inventario...*, cit., Introduzione.

<sup>9</sup> Loc. cit. See also: Busetto, Giorgio – Andrea Querini e la formazione della biblioteca familiare nel Settecento. In Busetto, Giorgio; Gambier, Madile (eds.) – *I Querini Stampalia. Un ritratto di famiglia nel Settecento veneziano*, Venezia: Fondazione Scientifica Querini Stampalia, 1987, pp. 155-157.

<sup>10</sup> The following is the structure of the Querini Stampalia archives:

- parchments without apparent connection to the Querini Stampalia family – busta 1
- Valier family documents – busta 2, fasc. 1-3; busta 74, fasc. 6
- Sanudo family documents – busta 2, fasc. 4-19
- Badoer family documents – busta 2, fasc. 20; busta 74, fasc. 5
- Querini Dalle Papozze of San Leonardo family documents – busta 3, fasc. 1-3
- Querini Stampalia family documents – busta 3, fasc. 4-6; buste 4-70
- Moro family documents – buste 71-72
- Longo family documents – busta 73
- Bragadin family documents – busta 74, fasc. 8-18
- Fragment of the Zane family archives – busta 73, fasc. 4
- Fragment of the Garzoni family archives – busta 74, fasc. 7, busta 75, fasc. 1-5; busta 76, fasc. 16-22, 24-26
- Lippomano family documents – buste 75, fasc. 6; busta 76, fasc. 1-16, 23, 27-28; buste 77-98
- Dolfin Valier family documents – buste 99-108

due to marriages with branches soon to be extinct, had inherited along with land property, palaces and other financial means, their relatives' archives<sup>11</sup>.

The other documentary bulk is that of the Lippomano di San Basegio family, which is under examination here. Before describing this family archive, a brief history of the Lippomano family which might enable us to understand the records they produced or conserved in their archive.

The family, according to the ancient chronicles, arrived to Venice from the island of Euboea (Negroponte)<sup>12</sup>. We know that Thomas Lippomano was present in the 1340' in Negroponte<sup>13</sup>, and that in 1372, Pietro Lippomano, son of Nicolò, was referred to by the Venetian Senate as "habitor Negropontis, civis et fidelis noster", a curious situation of a Venetian citizenship conceded to a subject living elsewhere, a privilege obtained, as Reinhold C. Mueller hypothesizes, due to the 1353 law which had encouraged immigration from all the Greek islands under Venetian rule<sup>14</sup>. Pietro was extremely rich, as he could afford donating money to the Republic during the 1379-80 war of Chioggia against the Genoese fleet. As a sign of gratitude, the family was aggregated, along with other twenty-nine, into the Venetian patriciate<sup>15</sup>. Living first at Santa Fosca area in the Venetian sestiere of Cannaregio, a part of the family moved already in the late fifteenth century to San Basegio in the Dorsoduro area, where it continued to be present until its extinction. The major branch, founded by Tomà, remained in Santa Fosca until 1527<sup>16</sup> and became famous for its bank. In fact,

---

- Gerolamo Polcastro documents – buste 109-110.

<sup>11</sup> This is the Querini archives' succession by inheritance following marriages of the Lippomano family (the arrow illustrates a birth of a son who appears in the following line; the family names in bold type are those who had left their archives to the Querini family):

1622 Gasparo Lippomano marries Elena **Bragadin** →  
 1660 Sebastiano Lippomano marries Chiara Malipiero →  
 1682 Gasparo Lippomano marries Marietta **Lando** →  
 1704 Sebastiano Lippomano marries Chiara **Longo** →  
 1726 Gasparo Lippomano marries Maria **Zorzi** →  
 1769 Francesco Lippomano marries Cecilia **Dolfin** →

1790 Maria Teresa Lippomano marries Alvise **Querini**. See: Biblioteca del Museo Civico Correr, Venice (BMC), Cod. Cicogna 2501, BARBARO, Marco – *Genealogie delle famiglie patrizie*, Lippomano family tree.

<sup>12</sup> Biblioteca Nazionale Marciana, Venice (BNM), Cod. Marc. It. VII, 105 (=7732), c. 33v.

<sup>13</sup> See for the presence in 1345 of Thomas Lippomano in Negroponte as agent for the Republic of Venice and in 1349 for the Republic's concession to him and to Giovanni Sanudo, the management of Caristo da Bonifacio Fadrique of Aragon's castle: *Venezia-Senato. Deliberazioni miste. Vol. 10: Registro XXIII (1345-1347)*, ed. Francesca Girardi. Venezia: Istituto Veneto di Scienze, Lettere ed Arti, 2004, p. 147, 197; *Vol. 12: Registro XXV (1349-1350)*, ed. Francesca Girardi, pp. 200-201.

<sup>14</sup> MUELLER, Reinhold C. – *Immigrazione e cittadinanza nella Venezia medievale*. Roma: Viella, 2010, pp. 48, 114-115.

<sup>15</sup> See: RAINES, Dorit – Cooptazione, aggregazione e presenza al Maggior Consiglio: le casate del patriziato veneziano, 1297-1797. *Storia di Venezia, rivista elettronica*. N° 1 (2003), pp. 1-64 (<http://www.storiadivenezia.net/sito/rivista/SdV%20-%20Numero%20I.pdf>) and republished in: DEGLI UBERTI, Pier Felice; PINOTTI, Maria Loredana (eds.) – *Storia del diritto nobiliare italiano*, Bologna: Istituto Araldico Genealogico Italiano, 2004. Vol. I, pp. 305-354.

<sup>16</sup> In 1527 the palace in Santa Fosca was devastated by fire. GULLINO, Giuseppe – Girolamo Lippomano. In *Dizionario biografico degli Italiani*. Roma: Istituto della Enciclopedia italiana. Vol. 65 (2005), pp. 235-238.

Tomà founded in mid-fifteenth century, along with his wife's family, the Capello, a bank, of which he became the sole owner in 1480<sup>17</sup>. His son, Girolamo went further and extended his financial influence to the Roman Curia, where his brother Nicolò became Protonotary apostolic. Girolamo acquired also a substantial political influence through family ties with ducal families such as the Vendramin and Foscari<sup>18</sup>.

In 1499, a number of Venetian banks went bankrupt, among which that of the Lippomano family, exposed with the Venetian government and other 1248 creditors for the sum of 120.000 ducats<sup>19</sup>. The diarist Marino Sanudo testified that: "Adì 16 mazo [1499]. In Colegio. In questa matina el banco di Lipomani falite, el qual fo levato dil 1480. [...] Et gran brigata era reducti al banco, et fo gran mormoration [...], siché fo gran vergogna a questa terra"<sup>20</sup>. Imprisoned for more than a year, then helped by the government with his debts, Girolamo departed for Rome where he decided to found an "ecclesiastical dynasty": his son Pietro, five years old, was granted in 1509 by the pope a *canonicato* in Padua – a rich ecclesiastical benefice; his brother Nicolò became in 1512 bishop of Bergamo (bishopric passed in 1517 to his nephew Pietro)<sup>21</sup>; and another son of his, Andrea, secured the office of Prior of the church and abbey of Ss. Trinità in Venice<sup>22</sup>. The Lippomano hence managed in the course of the sixteenth century a policy of continuity in holding ecclesiastical benefices in Bergamo and Verona by passing them each time to another member of the family through a renouncement in his favor<sup>23</sup>. But the benefices did not include only bishoprics: the Lippomano put their hands on small yet rich benefices: such

<sup>17</sup> Other members of the Lippomano family, Antonio and Andrea, Girolamo's second cousins, were quite active on their own, already in 1471, when they received a large sum of money from their brothers in law, Alvise and Andrea Barbarigo, which they invested in cotton. See: LANE, Frederic C. – *I mercanti di Venezia*. Torino: Einaudi, 1982, p. 31.

<sup>18</sup> See: GULLINO, Giuseppe – Girolamo Lippomano..., *cit.*, pp. 235-238.; See also the dispatch dated 13 July 1496, of Francesco Foscari, sent as ambassador to emperor Maximilian I, who asks the Senate to deposit with Girolamo Lippomano del Banco a sum of 400 florins to be sent to him for his expenses: Dispacchi al Senato Veneto di Francesco Foscari e di altri oratori presso l'imperatore Massimiliano I nel 1496. *Archivio storico italiano*. Vol. VII, pt. 2 (1844), p. 752. In fact, the two families were on friendly terms, especially between Marco Foscari (1477-1551), Francesco's cousin and Girolamo Lippomano. See their correspondance in: GULLINO, Giuseppe – *Marco Foscari (1477-1551). Lattività politica e diplomatica tra Venezia, Roma e Firenze*. Milano: Franco Angeli, 2000, pp. 40-41, 43. As for the intensification of the family's participation in the Venetian political life, see: CROUZET-PAVAN, Elisabeth – "Sopra le acque salse". *Espaces, pouvoir et société à Venise à la fin du Moyen Age*. Roma: Istituto storico italiano per il Medio Evo, 1992. Vol. I, p. 280: from 1466 to 1502, the archives of the Signori di Notte (the Venetian police), demonstrate that some families, among which the Lippomano, were very active on the political scene.

<sup>19</sup> LANE, Frederic C. – *I mercanti di Venezia...*, *cit.*, pp. 221-223.

<sup>20</sup> SANUTO, Marino – *I diarii*. Venezia: Tipografia del commercio di Marco Visentini, 1879. Vol. II, col. 723.

<sup>21</sup> DEL TORRE, Giuseppe – *Patrizi e cardinali*. Venezia e le istituzioni ecclesiastiche nella prima età moderna. Milano: Franco Angeli, 2010, p. 192. On Pietro's involvement with Girolamo Miani, founder of the order of Somaschi, TRAMONTIN, Silvio – Le nuove congregazioni religiose. In *Contributi alla storia della chiesa veneziana*. Vol. 4: *La chiesa di Venezia tra riforma protestante e riforma cattolica*, ed. GULLINO, Giuseppe, Venezia: Edizioni Studium cattolico veneziano, 1990, pp. 89-91.

<sup>22</sup> GULLINO, Giuseppe – Lippomano Girolamo, in *Dizionario biografico...*, *cit.*, vol. 65, pp. 235-238.

<sup>23</sup> DEL TORRE, Giuseppe – *Patrizi e cardinali*. Venezia e le istituzioni..., *cit.*, p. 84.

is the case of Giovanni whose rich benefices in the Brescian area surprised the bishop Domenico Bollani during his visit in 1565-67<sup>24</sup> or Pietro, son of Girolamo, who renounced the bishopric of Verona for that of Bergamo, because the latter was considered of larger income, and that moreover, obtained in 1524 the Brescian abbey of Ss. Gervasio e Protasio, in 1525 the giuspatronato of the abbey of S. Cipriano in Murano, and a year later the benefice of Asola in the Brescian area, which afterwards passed to Andrea, his brother<sup>25</sup>.

Beside the interest of certain members of the family toward ecclesiastical benefices as a part of a family strategy to have alternative political references as well as an independent source of income, other members invested their energies in political careers in Venice. Such is the case of Girolamo, son of Giovanni (1538-1610), who became ambassador to the courts of Savoy, Poland, Naples, France, Habsburg Vienna, Spain and Constantinople<sup>26</sup>. Yet, the strategy of maintaining relationship with other rulers proved disastrous for the Lippomano: in 1567 Andrea, who had the Asola benefice, was accused by Venice of passing information to the Roman curia and condemned to exile; in 1591 the same sort befell the ambassador Girolamo and his brother Pietro, Prior of the Ss. Trinità in Venice, accused both by the Republic of passing secrets to Philip II's ministers. While Pietro was condemned to exile, Girolamo could not stand the shame and committed suicide before reaching Venice<sup>27</sup>.

This part of the family (the descendants of Girolamo, son of Tomà) was extinct in 1610 with the death of Giovanni, son of Paolo, who married Elena, his only heir, to the merchant Achille Tasca in 1591<sup>28</sup>. The family documents, it seems, remained with their cousins, also living in the San Basegio palace, some of which were also bishops (for instance, Alvisè, illegitimate son of Bartolomeo, 1496-1559, bishop of Verona, then Bergamo and finally nuncio to Poland<sup>29</sup>; Agostin, 1530-1560, his nephew, bishop of Verona; and Giovanni, 1554-1611, Agostin's nephew, who became bishop of Parenzo), or knights of the order of Malta (Alvisè, 1538-1607, son of Tomà and his homonym, 1592-1643). The other members' contribution to the archives is mainly political – due to their careers – or economic, the administration of real estate and property of different sort, dowries and testaments.

<sup>24</sup> DEL TORRE, Giuseppe – *Patrizi e cardinali. Venezia e le istituzioni...*, cit., p. 93.

<sup>25</sup> GULLINO, Giuseppe – Girolamo Lippomano. In *Dizionario biografico...*, cit., pp. 238-243, and GULLINO, Giuseppe – Pietro Lippomano. In *Dizionario biografico...*, cit., pp. 246-249.

<sup>26</sup> GULLINO, Giuseppe – Girolamo Lippomano. In *Dizionario biografico...* cit.

<sup>27</sup> *Ibidem*.

<sup>28</sup> BELLAVITIS, Anna – *Identité, mariage, mobilité sociale. Citoyennes et citoyens à Venise au XVI<sup>e</sup> siècle*. Roma: Ecole française de Rome, 2001, p. 192.

<sup>29</sup> GULLINO, Giuseppe – Luigi Lippomano. In *Dizionario biografico...*, cit., pp. 243-246.

These archives passed in 1854 to Giovanni Querini after the death of his uncle Gasparo Lippomano (1772-1854), son of Francesco Gasparo<sup>30</sup>, along with other documents of Daniele I Dolfin Valier, as well as the archives of the Bragadin and the Longo families (the latter containing the Moro family<sup>31</sup> archive)<sup>32</sup>. The inheritance of financial means and archives was the result of a policy of marriages to soon-to-be-extinct branches (the same practice used by the Querini Stampalia family). It seems that the Lippomano integrated a part of the other families' documents into their archives, while other records were stored elsewhere. The original complex archives system was structured as follows: the highest level contained the family's records; the secondary level, the Dolfin Valier, Bragadin and Longo records; and the third level: the Moro family records integrated into the Longo archive. This structure no longer exists due to Perosa's extraction of documents from their original fascicules, depriving us of any reference to a timeline and to a proper context of the record's generation and subsequent use. Only the documents themselves, which bear some benchmarks, can serve as a clue that could help the archivist identify their provenance.

Reordering archives may be a hazardous task. Should we consider the provenance as a point of reference or order the documents thematically? In other words: if I find different documents relating to the sixteenth-seventeenth century administration of lands in Godego near Treviso, should I take for granted the fact that they arrive from the same source (owner or generator of the record), or should I distinguish between them following the timeline of the complex archives, hoping to identify the succession of administrating families and the records' relevance to each family's history?

In order to answer this question, the first task of either the archivist or the historian would be to trace the structure of the "archives within archives" and their relationship, as well as the time of the record integration into the present archives (the final format). This task naturally presumes a careful historical preparation which goes beyond the single archive and its structure. In order to respect the identity of each archive and create a sort of a map which illustrates the relationship between

---

<sup>30</sup> These archives are not mentioned in the survey in *Venezia e le sue lagune*. Vol. 2, pt. 2: appendici, II, Archivi privati. Venezia: Nell'I. R. privil. Stabilimento Antonelli, 1847, pp. 39-74.

<sup>31</sup> The link to the Moro family is made through the Longo family: in 1590 Niccolò Longo (1554-1620) marries Lucrezia Moro, daughter of Santo (see Santo's testament dated 1595 in chart I, Library 2, shelf 10). Niccolò is the grandfather of another Niccolò (1623-1701), who marries Marietta Lippomano, daughter of Gasparo and whose daughter is Chiara Longo, married in 1704 to Sebastiano Lippomano (see previous note). The genealogical information is based on BMC, Cod. Cicogna 2501, BARBARO, Marco – *Genealogie delle famiglie patrizie*. Lippomano and Longo family trees.

<sup>32</sup> The structure of today's administrative part of the Lippomano archive is as follows:

Lippomano family documents – buste 75, fasc. 6; busta 76, fasc. 1-16, 23, 27-28; buste 77-98

Dolfin Valier family documents – buste 99-108

Bragadin family documents – busta 74, fasc. 8-18

Longo family documents – busta 73

Moro family documents – buste 71-72

the different provenances and consequently, between records, we have inevitably to choose the provenance as a point of reference, meaning the single archive.

The complex family archives is a kaleidoscope. Move it slightly back or forth on the timeline, and the document position may completely change (although its meaning, or relationship to other documents may remain unchanged): either because incorporated in a new archive, or due to a change of location. Living archives is always a work in progress. The owner incorporates a document in a fascicule at a certain point of time, but due to circumstances, he might sometimes extract it and change its location (either momentarily or definitely). This situation complicates our efforts to single out each and every archive in a complex of archives. The Lippomano family archives can constitute an interesting case study.

What I tried to do is search for any sign of recordkeeping in the Lippomano archives. Part of the documents are numbered by different hands in the course of the seventeenth century, but one can retrieve a number of series which seem to point out to papers belonging each time to a different member of the family<sup>33</sup>. This habit is easily explained by the practice, previously referred to, of numbering documents before extracting them from the family archive and transporting them momentarily elsewhere. Furthermore, some of the sixteenth-seventeenth-century records which concern the Lippomano family were subject toward the end of the seventeenth century to another sort of numbering: each folio's recto was marked in red ink on the top right angle with a progressive number. This may be the evidence that the documents were kept together in some sort of a chest or cupboard<sup>34</sup>. But, with the arrival of archival records that belonged to other families, the system had changed. A different cupboard was used and likewise the retrieving system had to be revised and respect the new topographical location of the records to be included in the new arrangement. Fortunately, the person who arranged these archives noted on a number of fascicules, following the docquet system, the title along with its topographical location. Unfortunately, as the fascicules were rearranged in 1880 by Perosa, their present order does not match the original one, and moreover, many of them bear no benchmark because in many cases the cover was removed<sup>35</sup>. [See Chart I].

<sup>33</sup> See, for example, documents belonging to Alvise Lippomano, son of Tommaso (1538-1607): n. 1 – commenda, 1471-1599 (today in BQS, Archivio Querini, busta 77, fasc. 14); n. 4 (afterwards placed in Library 3, shelf 3) – rent by Alvise's brother, Bartolomeo (*ibid.*, busta 76, fasc. 28); n. 9 – papers regarding the Order of Malta, 1604 (*ibid.*, busta 78, fasc. 10); n. 10 – Alvise's birth certificate, 1568 (*ibid.*, busta 76, n. 23); n. 28 – Commenda, 1593 (*ibid.*, busta 77, fasc. 8). Another series is that of Alvise, son of Tommaso (1592-1643): n. 9 – Tommaso's letter of attorney, 1609 (*ibid.*, busta 78, fasc. 15); n. 15 – lawsuit of Alvise for his uncle Giovanni's inheritance, 1639 (*ibid.*, busta 80, fasc. 4); n. 20 (afterwards placed in Library 6, shelf 5) – inventory of the property of Alvise, son of Tommaso (1538-1607), after his death (*ibid.*, busta 78, fasc. 12); n. 35 – Commenda, 1622 (*ibid.*, busta 79, fasc. 5); n. 86 – Alvise's property, 1628 (*ibid.*, busta 79, n. 9).

<sup>34</sup> See for example: BQS, Ms. Cl. IX, 3-9 (=56-62), parchments; Ms. Cl. II, 22 (=903), Commende Lippomano 1612-1766.

<sup>35</sup> Such is the case, for example, of: BQS, Ms. Cl. II, 15 (=142), Lippomano, Scritti economici (1799-1830); Ms. Cl. IV, 192 (=152), Lettere ducali al N.U. S. Andrea Lippomano Provveditore a Cefalonia e ad altri 1605-174;

The chart shows a virtual (and partial) rearrangement of the Lippomano archives (I use the plural form here, because it includes also other archives: Bragadin, Longo and Moro), with the number of existing fascicules on each shelf and the documents' range of years<sup>36</sup>. If we examine Library 2, shelf 8, which gathers 23 fascicules (each shelf contained registries, single sheets, maps and charts), we may note that this is the highest number of fascicules found, and calculating the numbers of leaves of these 23 fascicules, we arrive to the total number of 297 leaves. This enables us to reconstruct the cupboard the fascicules were stored in: six libraries with each 16 shelves. If we calculate the height of a single shelf, following the 23 fascicules measure, by 15 cm, then the total height is 2.40 meters, while the length of each shelf, approximately 35 cm, multiplied by 16 gives us the sum of 2.10 meters<sup>37</sup>.

As for the fascicule original order, it is clear that the chronological timeline does not give us any clue to the logic of the documents' arrangement. If we examine the contents and try to detect a rational recordkeeping system, we would be unable to establish any logic to their arrangement, although it is legitimate to conclude that shelves 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11 and 16 clearly demonstrate that by mid-eighteenth century, the Longo, Bragadin and Moro documents had already been integrated into the Lippomano archives. That means that the archives were arranged after 1704, year of marriage between Chiara Longo and Sebastiano Lippomano and before 1769, year of the marriage of Francesco Lippomano to Cecilia Dolfin<sup>38</sup> (the Dolfin documents are not included in the rearrangement).

Moreover, the chart shows the difference between today's record arrangement and the recordkeeping system of the Lippomano family. It is difficult to understand the logic that led the Lippomano family members to arrange the records on the shelves: one cannot detect neither a chronological nor a thematic order and, furthermore, records which seem to belong to the same issue, are arranged on different shelves. This is the case, for example, of the Longo family's different emphyteusis, meaning the right, susceptible of assignment and of descent, to enjoy an estate on condition of taking care of it and paying taxes. The chart shows that the records which regard various aspects of this business are located in different

---

Ms. Cl. II, 22 (=212-214), Commenda Lippomano (1643?); Ms. Cl. IV, 78-80 (=219-221), Sebastiano Molin, *Lettere da Costantinopoli di Sebastiano Molin prigioniero di Turchi ad Andrea e Tommaso Lippomano e ai suoi congiunti ecc.* (1649-1673).

<sup>36</sup> The parts underlined and in bold type are those existing today in the manuscript section at the Querini-Stampalia Foundation; those in normal type are inserted in the archival section of the same foundation. The ones in capital letters are political and public documents.

<sup>37</sup> Another example of a cupboard which stores family documents is that of Andrea Morosini, son of Girolamo in the 1674 inventory: thirty six "pigeon-hole messageboxes" with other four signed A, B, C, and D.: "Seguono le scritture ritrovate nella detta habitatione, et prima Nell'archivio Casselle trenta sei, e di più quattro segnate A B C D in tutto n. 40 Nelle quali vi si atrovano scritture diverse, et nella Cassella n. 35 un catastico non corrispondente in tutto alle sudette scritture". ASVe, Giudici di Petizion, Inventari, b. 380/45 n. 3, March 4, 1676.

<sup>38</sup> BMC, Cod. Cicogna 2501, BARBARO, Marco - *Genealogie delle famiglie patrizie*, Lippomano family tree.

places: Library 1, shelf 16, for the year 1672; Library 2, shelf 8 for the years 1760-1801; Library 5, shelf 7, for the year 1703. Naturally, each regards different place and period of time, but the scattering of these documents among others of quite another nature (confraternities, commenda, giuspatronato, testaments), makes one wonder according to which criteria these documents were handled and by whom.

The answer to this question lies in the retrieving practices of the Venetian patriciate, especially in the course of the eighteenth century. With the accumulation of different records and the inheritance of other family archives, the Venetian ruling elite was more inclined to use library practices than archival retrieving systems. As I have already shown elsewhere, stacking documents on the “studiolo’s” shelves was followed by the preparation of a sort of a catalogue that indicated the record’s location on the shelves<sup>39</sup>. One of the promoters of this practice was Giuseppe Maria Foppa, a register clerk, who in the second half of the eighteenth century organized at least eight family archives<sup>40</sup>. The Foppa system did not physically sort the documents, or remove them from their bindings, instead allowing them to remain as they were found: as registers, notebooks, containers, booklets, paper fascicules and undisturbed bundles of documents<sup>41</sup>. The Foppa’s catalogue (along with others of the same sort) shows to what extent the Venetians distinguished between private archival production and an official one, stored in the Doge’s palace, and handled according to bureaucratic logic. Such a Lippomano archive’s catalogue, even if not retrieved to date, might have existed. Otherwise, one cannot explain why the person who noted the benchmark on the records, would have bothered to do so in the first place.

What furthermore strikes us in the Lippomano record arrangement is the promiscuity between types: political and public documents were put beside family and private documents. In fact, the original order of the archive continues to supply us with clues. If one takes a look at Library 4, shelf 2, he will notice that it partially stores political documents<sup>42</sup>:

<sup>39</sup> RAINES, Dorit – The Private Political Archives of the Venetian Patriciate..., *cit.*, pp. 136-138.

<sup>40</sup> FOPPA, Giuseppe Maria – *Memorie storiche della vita di Giuseppe M.a Foppa viniziano, già primo protocollista di Consigli di questo I.R. Tribunale criminale*. Venezia: Giuseppe Molinari, 1840.

<sup>41</sup> See the Contarini archives which present a similar case: it is difficult to understand the logic used to place records on the shelves, unless one has a catalogue which describes in detail the contents of each shelf. SCHIAVON, Margherita – *L'archivio politico della famiglia Contarini 'de' Scrigini' di San Trovaso*. Tesi di laurea, a.a. 2007-2008, Università di Ca' Foscari, Venezia. Relatore: Prof. Dorit Raines.

<sup>42</sup> This fascicule n. 6 is inserted in the Busta 80, which contains:

Fasc. 1 – Carte relative ai catastici in Friuli 1546, 1631-2

Fasc. 2 – Bolla di iuspatronato di Francesco Lippomano di Tommaso, 1637 *Quarto Secretorum zoè primo. 10. A*

Fasc. 3 – Carte relative a beni della commenda Lippomano, 1499-1638

Fasc. 4 – Divisione dei beni Lippomano, e Lite per eredità Lippomano, 1639 *Armaro 6°. Colto V-5.to.*

Fasc. 5 – Contratti di affitto dei beni della commenda Lippomano, 1557

Fasc. 6 – *A. Curiosità e divotioni. Armario 4 colto 2. Secreti e curiosità.*

Fasc. 7 – Causa Lippomano-Gabriel per beni della commenda, 1583-1643 e tre bolle papali ad Alvise Lippomano, 1643 [but these were transferred to the manuscript part with benchmark Ms. Cl. II, 22 (=212-214)].

Fasc. 8 – Lite Lippomano-Brugnera, 1643 *Arm. 4. Colto 1.*

1. Proposte di ingegneria militare di Giacinto Barozzi di Iacopo, detto il Vignola, Roma, 2 agosto 1580 [Girolamo, son of Giovanni (1538-1610)]<sup>43</sup>
2. Repertorio di famiglie nobili, con note storiche (fino alla D), s.d.
3. Due sonnetti in stampa, s.d. [but 1660<sup>o</sup>-1670<sup>o</sup>]
4. Epitalamio per nozze Lippomano-Lando, 1683 [Gasparo (1663-1739), son of Sebastiano]
5. Ode in onore del predicatore Lodovico Antenori, 1645
6. Cronaca della chiesa di S. Leonardo di Conegliano, 1389-1587
7. Copia dell'editto di Sigismondo Augusto re di Polonia, 1557 [Alvise, illegitimate son of Bartolomeo, 1496-1559, bishop of Verona, then Bergamo and nuncio to Poland]
8. Discorso sopra la fabbrica della città di Valletta, 1568 [Alvise, son of Tomà (1538-1607)]
9. Relazione di Cristoforo da Canal, Provveditore in Armata, s.d.
10. Carte relative a cariche politiche di Gasparo Lippomano e Lunardo Contarini, Provveditori alla Sanità, 1630-1640 [Gasparo, son of Tommaso (1594-1659)]
11. Lettere a Tommaso e Giovanni Lippomano di Bartolomeo, s.d. [but end of the 16th century] [Tommaso (1559-1621) and Giovanni (1554-1613) Lippomano, sons of Bartolomeo]
12. Copia di lettera di Antonio Donà per essere stato eletto ambasciatore in Inghilterra, 1616
13. Ricette mediche, s.d.
14. Documenti relativi a chiericati della commenda Lippomano nel Veronese, s.d.
15. Memoria: *Le quattro incursioni dei Turchi nel Friuli*, s.d.
16. Composizioni poetiche e satire in dialetto, s.d.

What I tried to do is to identify who could have brought these documents into the family archive (names in square brackets). It is clear that most of them belonged to members of the Lippomano family: the Polish edict's copy (n. 7), clearly belonged to the nuncio in Poland in 1555-57, Alvise, illegitimate son of Bartolomeo, 1496-1559, but could have been used by the ambassador to Poland in 1574, Girolamo, son of Giovanni (1538-1610), who also possessed the document written by Barozzi (n. 1); Gasparo, son of Tommaso added his political papers to the archive (n. 10), and so did the others (n. 11). On the whole, one can conclude that the documents were placed on the shelf without any intent to bring order, perhaps because they were already considered irrelevant. In fact, the title on the cover sheet says: A. "Curiosità e divotioni".

Let us see the exact location of the political documents retrieved in the Lippomano archive. The busta 80's contents is of administrative nature, except for fascicule n. 6, which is clearly of political or public nature: military engineering projects, edict of the Polish king, a memoir on the Turkish incursions in Friuli, career documents, but also poems, odes and medical recipes. Moreover, as I have already

---

Fasc. 9 – Documenti relativi alla successione ad Alvise Lippomano nella commenda Lippomano, 1595-1643

<sup>43</sup> Girolamo was Savio di Terraferma, when Barozzi sent his proposal. See GULLINO, Giuseppe – Girolamo Lippomano. In *Dizionario biografico... cit.*, pp. 238-243, and ROSSI, G.M. – Giacinto Barozzi, detto il Vignola. In *Dizionario biografico... cit.*, Vol. VI (1964), pp. 499-502.

explained, the absence of many documents on our virtual shelves is to be explained in the fact that the 1880 rearrangement extracted them from their original buste and removed part of the covers on which the benchmark was inscribed.

Political, family, household documents – in rich and influent families each genre was managed by a different person and had its own repository location in the palace. Yet, during the seventeenth-eighteenth centuries, the growing quantity of documents and their expiring relevance imposed a more central management, joining public and private records into a unique archival repository.

And here we arrive to the question of public and private. Some scholars have already pointed out that the private and the public sphere were intensely intertwined in the case of the Venetian ruling class. For instance, the Venetian patrician family members were expected to serve the Republic as officeholders, yet their education and preparation for public life was left to the family's care. Likewise, every marriage became a "public" affair as it directly affected future careers. We can now add the family archive to this consideration. This mingling of genres, as demonstrated by the busta 80 might surprise us, but it was quite natural to contemporaries. Their lives were not inflicted by modern canons imposing the right to privacy on family lives. Indeed, public and private were not seen as a dichotomy, in the same way that no clear-cut distinction was made by public and private interests. Nor can we expect every family archive to have been meticulously ordered following some sort of logic or be influenced by State bureaucratic practices. Perhaps the correct way to treat these records is to consider them documents of private nature but of public relevance. This of course imposes a new rethinking of their rearrangement. Today, if a family archive ends up in public archives, it is treated according to archival rules, whereas another family archive bequeathed to a library, will be treated in codicological terms. Both systems do not take into account the dynamic evolution of the family archives and the promiscuity of genres, condemning the documents to be mute figures instead of historical windows able to tell us the use or uses made of them at each point of time.

The Venetian family archives contribute to our knowledge of the ways private and public were considered two sides of the same coin: copies of public documents turned into private use, whereas new consulting tools, prepared on the patrician family's orders have eventually become of public use. Technology enables us today to virtually arrange archives and go back in time, following previous provenance clues, without having to materially "rearrange" them according to archival or bibliographical logic. A clear-cut separation between public (State record production) and private (family record production) can no longer serve as a basis for our comprehension of the role family archives played in the overall early modern European archival production.

Chart I. Thematic and chronological order of the fascicules in the Lippomano family archive

	Library 1	Library 2	Library 3	Library 4	Library 5	Library 6
Shelf 16	1 fasc. Amphyteusis Longo 1672					
Shelf 15						
Shelf 14						
Shelf 13						
Shelf 12						
Shelf 11		<b>2 parchments</b> <b>Real estate</b> <b>Moro-Longo</b> <b>1575</b>				
Shelf 10	2 fasc. Legal dispute - Conegliano 1548-1658	<b>1 parchment</b> <b>Testament</b> <b>Santo Moro</b> <b>1595</b>	4 fasc. Churches Jus patronato 1588-1783  <b>1 parchment</b> <b>Real estate</b> <b>Longo-Moro 1557</b>	1 fasc. Inventory Pesaro-Bragadin 1664	<b>4 FASC.</b> <b>DOCUMENTS</b> <b>AND LETTERS OF</b> <b>THE LIPPOMANO</b> <b>MEMBERS AS</b> <b>GOVERNORS OF</b> <b>CITIES,</b> <b>1562-1651</b>	
Shelf 9		1 fasc. Testament Orsetta Moro, 1652				
Shelf 8	2 fasc. Budget & land survey- commenda 1629-1820	23 fasc. amphyteusis 1760-1801		2 fasc. Real estate & Commenda 1688-1757  <b>1 parchment</b> <b>Real Estate Moro-</b> <b>Longo 1635</b>		
Shelf 7		2 fasc. Amphyteusis & legal dispute - Padua 1562-1622	<b>1 FASC.</b> <b>"RELAZIONE"</b> <b>OF GIROLAMO</b> <b>LIPPOMANO,</b> <b>AMBASSADOR TO</b> <b>POLAND, 1574</b>		2 fasc. Amphyteusis Chiara Longo 1703	
Shelf 6	<b>1 parchment</b> <b>Real estate</b> <b>Moro-Longo</b> <b>1645</b>  <b>3 fasc.</b> <b>Commenda</b> <b>Lippomano</b> <b>family</b> <b>1691-1766</b>					
Shelf 5	2 fasc. Commenda Verona Udine 1622-1753  <b>1 fasc.</b> <b>Commenda</b> <b>Tommaso</b> <b>Lippomano,</b> <b>17th Cent.</b>					1 fasc. Inheritance bishop Giovanni Lippomano 1639
Shelf 4	<b>2 parchments</b> <b>Real estate</b> <b>Moro-Longo</b> <b>1560-1561</b>					
Shelf 3			1 fasc. Rent 1570			
Shelf 2	1 fasc. Legal controversy/ Amphyteusis 1724			<b>1 FASC.</b> <b>POLITICAL</b> <b>DOCUMENTS</b> <b>1580-1683</b>		
Shelf 1	8 fasc confraternities 1727-1781			1 fasc. Legal controversy/ amphyteusis 1635-1643		

# Identità civica e strategie conservative negli archivi del patriziato toscano (secoli XVII-XIX)

*Elisabetta Insabato*

## **Premessa**

Nel tentativo di fare una sintesi dei caratteri e della struttura degli archivi gentilizi toscani, tema del quale mi sono in più occasioni occupata, due sono gli elementi che possono renderla possibile. Essi hanno a che fare, da una parte, con gli sviluppi della storiografia più recente e, dall'altra, con il moltiplicarsi delle conoscenze e delle possibilità di accesso al patrimonio archivistico privato rappresentato dagli archivi della nobiltà.

Innanzitutto appaiono particolarmente sviluppati gli studi sulla storia istituzionale, a partire da quelli sulla Repubblica fiorentina fino al Granducato di Toscana. Per comprendere infatti la storia dei ceti dirigenti toscani occorre partire dalla formazione dello stato fiorentino nelle sue varie aggregazioni e componenti<sup>1</sup> fino allo strutturarsi di uno stato assoluto<sup>2</sup>, sorto in un contesto di forti tradizioni repubblicane; a queste ultime si vennero sovrapponendo elementi di una cultura

---

<sup>1</sup> Si vedano gli studi sulla formazione dello stato territoriale fiorentino in ZORZI, Andrea; CONNELL, William J. (cur.) - *Lo stato territoriale fiorentino (secoli XIV-XV). Ricerche, linguaggi, confronti: atti del Seminario internazionale di studi, San Miniato di Pisa, 7-8 giugno 1996*. Pisa: Pacini/Centro di studi sulla civiltà del tardo Medioevo di San Miniato, 2002.

<sup>2</sup> Testi classici sono ormai FASANO GUARINI, Elena - *Lo Stato mediceo di Cosimo I*. Firenze: Sansoni, 1973; e FASANO GUARINI, Elena - *Principe ed oligarchie nella Toscana del '500*. In, *Forme e tecniche del potere nella città (secoli XIV-XVII)*. Perugia: Facoltà di Scienze Politiche, 1979-1980. Vol. 1, pp. 105-126.

nobiliare di stampo europeo<sup>3</sup>, come la nascita della corte, che si venne organizzando intorno alla dinastia ereditaria medicea solo a partire dalla metà del Cinquecento<sup>4</sup>. Si hanno a disposizione ricerche su altri aspetti della mobilità sociale della nobiltà toscana tra i quali spicca l'istituzione dell'Ordine di Santo Stefano, caratterizzato da elementi di analogia con il più esclusivo Ordine di Malta, ed infine si è sviluppata una riflessione approfondita sulla nobiltà toscana nel quadro delle riforme del granduca Leopoldo, appartenente alla dinastia degli Asburgo – Lorena.

Negli ultimi decenni si è inoltre assistito allo sviluppo di una storiografia sui ceti dirigenti nel loro complesso, sui modelli e stili di vita delle famiglie aristocratiche cui si è affiancata un'ampia e ricca letteratura costituita da medaglioni sui singoli casati o su singoli personaggi. Ho in mente ad esempio studi di tipo prosopografico inerenti alla ricostruzione delle vicende di singoli casati appartenenti alle principali città “nobili” (Siena, Pisa, Volterra, Pescia, Pistoia, Pontremoli, Cortona...), frutto di due filoni storiografici: le ricerche sui cavalieri dell'Ordine di Santo Stefano<sup>5</sup>, istituzione risalente al 1562 che Cosimo I volle insediare a Pisa, che trovano posto soprattutto nella collana di studi rappresentata dalla rivista pisana “Quaderni stefaniani”, fondata nel 1982, e gli atti di numerosi convegni organizzati negli ultimi venti anni dall'Ordine stesso, in collaborazione con le tre università toscane. Né possono essere trascurati i numerosi studi di storia dell'architettura e dell'arte legati alla costruzione e alle decorazioni delle dimore storiche private, che tuttora connotano i centri storici e i contadi di numerose città toscane<sup>6</sup>.

Una maggiore conoscenza degli archivi gentilizi toscani è inoltre emersa negli ultimi anni, sia attraverso nuovi e più aggiornati strumenti di corredo, consistenti

<sup>3</sup> Sull'ideologia nobiliare in Italia si rimanda a DONATI, Claudio – *L'idea di nobiltà in Italia. Secoli XIV-XVIII*. Bari-Roma: Laterza, 1988; più recentemente un'analisi storiografica sull'argomento è stata condotta da VISCEGLIA, Maria Antonietta – Introduzione. In, VISCEGLIA, Maria Antonietta (cur.) – *Signori, patrizi, cavalieri in Italia centro-meridionale nell'Età moderna*. Roma-Bari: Laterza, 1992, pp. V-XXXIII. Una rassegna puntuale della bibliografia specifica per l'area toscana in CONTINI, Alessandra – *Le nobiltà toscane e il potere mediceo tra Cinquecento e Seicento*. A proposito di una recente discussione. *Archivio storico italiano*. Firenze, Vol. 155, n.° 4 (1997) pp. 735-754.

<sup>4</sup> Sulla genesi e lo sviluppo della corte medicea si veda FANTONI, Marcello – *La corte del Granduca. Forme e simboli del potere mediceo fra Cinque e Seicento*. Roma: Bulzoni editore, 1994.

<sup>5</sup> Molto ampia è la bibliografia sull'Ordine di Santo Stefano istituito da Cosimo I nel 1562; in particolare a Franco Angiolini dell'Università di Pisa si devono studi approfonditi raccolti in volume: ANGIOLINI, Franco – *I cavalieri e il principe. L'Ordine di Santo Stefano e la società toscana in Età moderna*. Firenze: Edifir, 1996. Sull'Ordine in età lorenese cfr. *L'Ordine di Santo Stefano nella Toscana dei Lorena: atti del convegno di studi, Università di Pisa, 19-20 maggio 1989*. Roma: Ministero per i beni culturali e ambientali, 1992.

<sup>6</sup> Un esempio è rappresentato dai quattro volumi pubblicati da ADSI – Associazione Dimore Storiche Italiane Sezione Toscana: *Le dimore di Siena. L'arte dell'abitare nei territori dell'antica Repubblica dal Medioevo all'Unità d'Italia: atti del convegno di studi, Siena e Montepulciano, 27-30 settembre 2000*. Firenze: Alinea Editrice, 2002; *Le dimore di Pistoia e della Valdinievole. L'arte dell'abitare tra ville e residenze urbane: atti del convegno di studi, Pistoia, 26-29 marzo 2003*. Firenze: Alinea Editrice, 2004; *Le dimore di Lucca. L'arte di abitare i palazzi di una capitale dal Medioevo allo Stato Unitario: atti del convegno di studi, Lucca, 26-29 ottobre 2005*. Firenze: Alinea Editrice, 2007; l'ultimo in ordine di tempo *Le dimore di Pisa. L'arte di abitare i palazzi di una antica Repubblica marinara: atti del convegno di studi, Pisa, 6-9 ottobre 2009*. Firenze: Alinea Editrice, 2010.

non solo in inventari, ma anche in banche dati disponibili sul web<sup>7</sup>, sia attraverso una più incisiva azione di tutela sul territorio, segno di una maggiore attenzione da parte della Amministrazione archivistica statale che in Italia afferisce al Ministero per i beni e le attività culturali. Questi fondi infatti sono, sì, in gran parte custoditi negli archivi di stato nazionali, organizzati in una rete provinciale piuttosto fitta, ma sono ancora in buona parte conservati presso istituzioni ed enti eredi degli antichi casati o presso i diretti discendenti di questi ultimi, e sono sottoposti al controllo e alla tutela dello Stato. Quest'ultima viene esercitata da particolari uffici con competenza territoriale regionale, le soprintendenze archivistiche, che si occupano degli archivi degli enti pubblici e degli archivi di natura privata che siano riconosciuti di interesse storico particolarmente importante<sup>8</sup>.

Infine, negli ultimi tempi gli storici dell'età moderna si sono venuti confrontando con questa massa di documentazione rappresentata dagli "archivi di famiglia" e, oltre ad utilizzarla per i loro studi, hanno cominciato a riflettere sul significato e la natura di questa "memoria storica"<sup>9</sup>. Il problema della formazione e trasmissione degli archivi familiari è infatti tutto interno alla cultura nobiliare e si manifesta nella sua complessità nei secoli centrali dell'età moderna; è cioè tutto dentro la società di Antico regime, e come tale va inquadrato all'interno del modello nobiliare prevalente in quella determinata area.

1. L'ipotesi è che negli archivi dei grandi casati toscani che dalla seconda metà del Settecento confluirono nel patriziato, sulla base della Legge sopra la nobiltà e cittadinanza, del 1° ottobre 1750<sup>10</sup>, emanata dalla dinastia Asburgo-Lorena che si era sostituita ai Medici nel 1737, le strategie di conservazione e di ordinamento presentino caratteri comuni, principalmente per due motivi: innanzitutto l'origine mercantile

<sup>7</sup> Una importante realizzazione in questo senso è rappresentata dal SIUSA-Sistema informativo unificato delle Soprintendenze archivistiche, nel quale si stanno riversando i dati relativi agli archivi vigilati dallo Stato come gli archivi degli enti pubblici e quelli dei privati dichiarati di interesse storico particolarmente importante, secondo il *Codice dei beni culturali e del paesaggio* (Decreto legislativo n. 42, 22 gennaio 2004, pubblicato in Suppl. Ordinario n. 28 alla Gazzetta Ufficiale, 24 febbraio 2004, n. 45). Per una presentazione di SIUSA si veda in questo volume BONGARZONE, Antonella – La recente esperienza italiana del sistema Siusa.

<sup>8</sup> La legislazione italiana in materia di archivi è maturata subito dopo l'Unità nel corso di un processo di elaborazione molto complesso, all'interno del quale si pose ben presto il problema della salvaguardia degli archivi privati che rivestivano interesse storico. Per un breve profilo vedi BUCCI, Oddo – Il profilo storico della legislazione italiana in materia di archivi privati. In, CASELLA, Laura; NAVARRINI, Roberto (cur.) – *Archivi nobiliari e domestici. Conservazione, metodologie di riordino e prospettive di ricerca storica: atti del convegno, Università di Udine, 14-15 maggio 1998*. Udine: Forum, 2000, pp. 33-48.

<sup>9</sup> Un esempio è rappresentato dal saggio di BIZZOCCHI, Roberto – Un archivio primogenitoriale: Bracci Cambini, Pisa, secoli XVII-XIX. In, CASELLA, Laura; NAVARRINI, Roberto (cur.) – *Archivi nobiliari e domestici...*, cit., pp. 241-254. Questo articolo precede il suo libro BIZZOCCHI, Roberto – *In famiglia. Storie di interessi e affetti nell'Italia moderna*. Roma-Bari: Editori Laterza, 2001.

<sup>10</sup> Il testo è in *Bandi e Ordini da osservarsi nel Granducato di Toscana*. Vol. III, n. XVII. Firenze: Gaetano Cambiagi, 1750. Pubblicato in CANTINI, Luigi – *Legislazione toscana pubblicata e illustrata*. Vol. XXVI. Firenze: Fantasini, 1806, pp. 231-280.

dei patrimoni della maggior parte della nobiltà toscana, che si consolidarono nel tempo con pratiche mercantili e finanziarie che essa non abbandonò mai se non tardivamente, investendo contemporaneamente ed in modo massiccio nella “terra”<sup>11</sup>; ed in secondo luogo il carattere di ceto di governo che molte di queste famiglie avevano rivestito e continuarono a rivestire nelle rispettive città d’origine. Alla fine di questo processo che corrisponde alla estinzione della dinastia medicea, l’aristocrazia del granducato si trovò ad essere condizionata e limitata da una serie di leggi a partire dal 1747 con le quali i Lorena regolamentavano materie come i feudi<sup>12</sup>, i fedecommissi<sup>13</sup> e la definizione giuridica della nobiltà, che la costrinsero a ridimensionare il suo ruolo amministrativo e politico.

Nella Toscana, area fortemente urbanizzata fin dall’età medioevale, i vari centri urbani che si trovarono a dover fare i conti, in momenti diversi, con la formazione dello stato territoriale fiorentino (sotto la Repubblica prima e sotto il Ducato e Granducato mediceo dopo), avevano alle spalle una forte tradizione di autonomia di governo e di controllo del proprio contado, tipico delle città-stato. E sul monopolio dell’esercizio politico e sull’accesso esclusivo alle maggiori magistrature cittadine aveva costruito la propria identità la nobiltà di più antica origine, un ruolo pubblico spesso affiancato da una inclinazione per le attività mercantili e finanziarie, come era già stato affermato dai principali storici della prima età medicea<sup>14</sup>. Con il mutato quadro istituzionale, rappresentato dalla dinastia medicea, che mise in atto con diversi strumenti una politica di omogeneizzazione dei vari ceti dirigenti, il recupero della memoria familiare si aggancia o meglio utilizza strumenti e percorsi che accompagnarono la creazione delle “memorie civiche” dell’ambiente urbano d’origine.

La legge del 1750<sup>15</sup> istituiva il registro della nobiltà nelle città classificate come “patrie nobili” e, all’interno di queste, individuava le “sette antiche città nobili”

<sup>11</sup> ANGIOLINI, Franco – Le basi economiche del potere aristocratico nell’Italia centro-settentrionale tra i secoli XVI e XVIII. *Società e storia*. Vol. 2, (1978) pp. 317-332; MALANIMA, Paolo – L’economia dei nobili a Firenze nei secoli XVII e XVIII. *Società e Storia*. Vol. 54, (1991) pp. 829-848; ANGIOLINI, Franco; MALANIMA, Paolo – Problemi di mobilità sociale a Firenze tra la metà del Cinquecento e i primi decenni del Seicento. *Società e storia*. Vol. 4, (1979) pp. 17-47. Sulla economia di alcune famiglie nobili toscane si vedano MORONI, Andrea – Le ricchezze dei Corsini. Struttura patrimoniale e vicende familiari tra sette e ottocento. *Società e Storia*. Vol. 32, (1986) pp. 255-292; PINCHERA, Valeria – L’archivio Salviati. La storia degli affari attraverso un archivio familiare. *Società e Storia*. Vol. 50, (1990) pp. 979-986.

<sup>12</sup> Sui feudi nel Granducato PANSINI, Giuseppe – Per uno studio del feudalesimo nel Granducato di Toscana durante il periodo mediceo. *Quaderni storici*. Vol. 19, n°1 (1972) pp. 131-186.

<sup>13</sup> Cf. CALONACI, Stefano – *Dietro lo scudo incantato. I fedecommissi di famiglia e il trionfo della borghesia fiorentina (1400 ca.- 1750)*. Firenze: Le Monnier Università, 2005, pp. 68-76.

<sup>14</sup> AGLIETTI, Marcella – *Le tre nobiltà. La legislazione nobiliare del Granducato di Toscana (1750) tra Magistrature civiche, Ordine di Santo Stefano e Diplomi del Principe*. Pisa: Edizioni ETS, 2000, pp. 17-18.

<sup>15</sup> Essa è stata oggetto di studi approfonditi che ne hanno reso evidenti la logica ispiratrice e il significato politico, e dimostrato come fosse il punto di partenza dell’intero progetto di riforme lorenese, a fondamento della successiva riorganizzazione delle leggi e magistrature granducali. Cf. VERGA, Marcello – *Da “cittadini” a “nobili”. Lotta politica e riforma delle istituzioni nella Toscana di Francesco Stefano*. Milano: Giuffrè, 1990.

(Firenze, Siena, Pisa, Pistoia, Arezzo, Volterra e Cortona) nelle quali l'aristocrazia si poteva distinguere in due ranghi: la "nobiltà semplice" e il "patriziato", una distinzione basata sulla antichità del possesso della condizione nobiliare. Al patriziato, secondo un ordine gerarchico suggerito dal testo della legge, erano ammessi: i titolari dei feudi, gli ammessi agli ordini cavallereschi e i nobilitati per diploma e "quei che hanno goduto e sono habili a godere presentemente il primo e più distinto onore delle città nobili loro patrie". Nonostante la legge fosse stata concepita come una riforma "costituzionale", destinata a disgregare le basi giuridiche e istituzionali del principio di "cittadinanza" su cui si era retto per oltre due secoli l'equilibrio del principato mediceo, l'origine cittadina della nobiltà toscana trovava ancora posto nel testo della legge<sup>16</sup>. Il radicato carattere "municipale" dei ceti dirigenti toscani tendeva a riemergere, in una sorta di resistenza "passiva", ad ogni tentativo di riforma che vi si contrapponesse<sup>17</sup>.

2. A partire dalla metà del Cinquecento e connessa con la necessità di rileggere le storie cittadine nel quadro della nuova dinastia medicea, si sviluppò in Toscana una tradizione storiografica che ha tra i suoi punti di forza le ricostruzioni genealogiche delle grandi famiglie. Basti qui ricordare per l'area fiorentina gli studi di Vincenzo Borghini (1515-1580)<sup>18</sup> nella cui opera trovarono una sistematizzazione gli elementi fondanti dell'ideologia nobiliare fiorentina e insieme i principi metodologici della disciplina genealogica. Al Borghini, che fu uno dei principali portavoce della politica culturale di Cosimo I, si deve una trattazione sulle famiglie 'grandi' della città, che si inseriva nel quadro di un lavoro più vasto sulla storia di Firenze dalle origini, ma del quale egli riuscì a compiere solo il capitolo "Dell' arme delle famiglie fiorentine", pubblicato dopo la sua morte. La sua lettera a Baccio Valori, intitolata *della casa sua e del modo di ritrovare e distinguere le famiglie*, pubblicata anch'essa postuma con il titolo *Discorso intorno al modo di fare gli alberi delle famiglie nobili fiorentine*, costituisce inoltre uno dei primi momenti di definizione metodologica della disciplina genealogica.

Un ruolo importante in questo senso ebbe più tardi l'opera di Scipione Ammirato il Vecchio, che fu l'ultimo storiografo ufficiale di Cosimo I. Un recente

<sup>16</sup> PAZZAGLI, Riccardo – Il patriziato volterrano alla metà del Settecento. *Rassegna volterrana*. Volterra, vol. 70 (1994) pp. 333-345.

<sup>17</sup> AGLIETTI, Marcella – *Le tre nobiltà...*, cit., p. 63.

<sup>18</sup> Per un quadro sintetico sul personaggio cf. FOLENA, Gianfranco – Borghini Vincenzo. In, *Dizionario biografico degli Italiani*, vol. 12. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 1970, pp. 680-689, e relativa bibliografia; cf. anche WOODHOUSE, John R. – Introduzione. In, BORGHINI, Vincenzo – *Storia della nobiltà fiorentina. Discorsi inediti o rari*. Pisa: Edizioni Marlin, 1974, pp. 13-53; GORI SAVELLINI, Paolo – Introduzione. In, BORGHINI, Vincenzo – *Dell'arme delle famiglie fiorentine, con le annotazioni di Domenico Maria Manni*, rist. an. dai *Discorsi di Vincenzo Borghini, 1585*, Milano -1809. Firenze: Festina Lente, 1990, pp. IX-XXII.

studio di Caroline Callard<sup>19</sup> ha dimostrato che all'avvento di Cosimo II sul trono di Toscana il potere politico sembra aver rinunciato a farsi promotore di alcuna storia che lo riguardi, contestualmente allo strutturarsi di un apparato di controllo della produzione a stampa. Scipione Ammirato moriva nel 1601 ma la maggior parte delle sue opere che gli erano state commissionate restò manoscritta e solo nel 1647 fu pubblicata la seconda parte delle sue Storie fiorentine<sup>20</sup>. A fronte di questo silenzio della storiografia ufficiale – fino all'estinzione della dinastia la carica di storiografo non sarà mai più attribuita – si svilupparono delle “pratiche” storiche erudite da parte di praticanti della storia, volte non tanto alla scrittura di una storia, ma alla sua sola conoscenza. Preoccupate di conservare il loro dominio, le élites fiorentine utilizzarono il loro prestigioso passato per fondare la legittimità ad esercitare tale dominio; la loro coesione si gioca attraverso la trasmissione di una storia urbana, fortemente riappropriata, a misura che tale passato si allontanava<sup>21</sup>. L'abilità con la quale esse riuscirono a preservare e a fare riconoscere la loro identità storica repubblicana si esprime nella condivisione di pratiche culturali e sociali, come le “conversazioni” che si svolgevano a casa di Francesco Segaloni, ministro delle Riformagioni, che radunavano nei primi decenni del Seicento gruppi di patrizi interessati alle ricerche genealogiche condotte intorno alla elaborazione dei “prioristi”<sup>22</sup>.

Per tutto il periodo precedente all'instaurazione del principato, il ceto dirigente fiorentino si era identificato con il gruppo di famiglie che, a partire dal 1282, anno di istituzione del priorato e fino al 1532, si erano avvicendate in questa carica, di durata bimestrale, o in quella di gonfaloniere di giustizia. Di questi priori e gonfalonieri venivano compilate due liste ufficiali, una delle quali, il “Priorista di palazzo” o “Priorista fiorentino”, veniva tenuto a disposizione del pubblico<sup>23</sup>. Ed è proprio da quest'ultima lista che trassero origine numerosi prioristi privati, compilati dagli stessi membri della classe dirigente, che a questi documenti affidavano la memoria della propria partecipazione al governo cittadino. Si trattava di liste ordinate cronologicamente, riportanti per ciascun bimestre, divisi per quartiere, i nomi degli otto priori e del gonfaloniere di giustizia, che insieme costituivano la cosiddetta

<sup>19</sup> CALLARD, Caroline – *Le Prince et la République. Histoire, pouvoir et société dans la Florence des Médicis au XVIIe siècle*. Paris: Presses de l'Université Paris-Sorbonne/PUPS, 2007.

<sup>20</sup> AMMIRATO, Scipione – *Istorie Fiorentine di Scipione Ammirato. Parte Prima, Tomo Primo con l'aggiunte di Scipione Ammirato il Giovane contrassegnate fuori con* “. Firenze: Stamperia di Amador Massi, 1647. Cf. DE MATTEI, Rodolfo – Scipione Ammirato «il vecchio» e Scipione Ammirato «il giovane». *Archivio storico italiano*. Firenze, vol. CXIX, n° 429, I (1961) pp. 63-76. Cf. anche DE MATTEI, Rodolfo – Scipione Ammirato. In, *Dizionario biografico degli Italiani*, Vol. 3. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 1961, pp. 1-4.

<sup>21</sup> CALLARD, Caroline – *Le Prince et la République...*, cit., pp. 13-14, 329-331.

<sup>22</sup> *Ibidem*, pp. 332-338.

<sup>23</sup> Cf. KLEIN, Francesca – Elementi di propaganda politica nei documenti della cancelleria delle Riformagioni: il “priorista”. In, *Consorterie politiche e mutamenti istituzionali in età laurenziana: Catalogo della mostra, Archivio di Stato di Firenze, 4 maggio-30 luglio 1992*. Milano: Silvana Editoriale, 1992, pp. 82-84.

“Signoria”. I “prioristi a famiglie”, contenenti i nomi dei priori e gonfalonieri, divisi per famiglie, si affermarono in epoca più tarda, quando con l’instaurarsi del principato, il ciclo istituzionale del priorato era ormai concluso e la loro compilazione divenne compito di genealogisti e ‘antiquari’ di professione<sup>24</sup>.

Essi testimoniano il rafforzarsi nel corso del Seicento di una cultura nobiliare in cui la coesione delle élites fiorentine si gioca mediante la trasmissione di una storia urbana, fortemente riappropriata via via che essa si allontana: fino alla produzione di un “Priorista “ufficiale, quello di Lorenzo M. Mariani, di committenza granducale medicea<sup>25</sup>.

Così sintetizzava questo comune sentire all’interno delle principali famiglie dell’aristocrazia fiorentina Scipione Ammirato il Giovane che riusciva a far uscire, postuma, nel 1615, l’opera dell’Ammirato, *Delle famiglie nobili fiorentine*<sup>26</sup>. Nelle “Avvertenze a lettori” così scriveva:

“Quanto s’ingannino coloro che assolutamente antepongono la nobiltà d’un gentilhuomo nato in un Regno o in altro Principato a quello d’ una Republica facilmente in leggendo questo libro se ne accorgeranno. Perché consistendo la nobiltà in Antichità e splendore, ..., si vede in Effetto ch’è più facile a questi di Republica, che à quelli, mostrare per molte età la sua continuata successione, essendo aiutato maggiormente dalle scritture pubbliche, com’è qui in Firenze il Priorista...Se si riguarderà più adentro nelle Republiche grandi, com’è stata questa di Firenze, si vedrà che una famiglia nobile di essa non ha niente cagione di cedere all’altra, perché se non hauerà hauuto Signorie..., haverà hauuto de Gonfalonieri di giustizia, de Priori, de Commessari, de Dieci della Guerra, di quei della Balia, et simili offizij i quali non son forse punto inferiori a quelli...”

All’epoca circolavano inoltre, sotto forma manoscritta, e con un certo successo opere di tipo compilativo, come l’Istoria delle famiglie della città di Firenze di Piero Monaldi, che questi dedicava nel 1607 al granduca Ferdinando; un testo in seguito

<sup>24</sup> Tra i primi esempi il Priorista “della Stufa”, dal nome del committente Sigismondo della Stufa, poi passato in mano dei marchesi Torrigiani, la cui redazione si colloca nel periodo immediatamente successivo alla caduta della repubblica (1532). Per la descrizione del Codice, di proprietà privata, cf. BORGIA, Luigi – I Torrigiani. In, *Archivi dell’aristocrazia fiorentina. Mostra di documenti privati restaurati a cura della Sovrintendenza Archivistica per la Toscana tra il 1977 e il 1989, Firenze, Biblioteca Medicea Laurenziana, 19 ottobre-9 dicembre 1989*. Firenze: ACTA-Attività Culturali a Tecnologie Avanzate, 1989, pp. 205-212.

<sup>25</sup> Si tratta del “Priorista” in 7 tomi, completato nei primi del Settecento dall’abate Lorenzo Maria Mariani, antiquario granducale. (Archivio di Stato, Firenze, Italia. *Fondo Manoscritti*. Mss. 248-254). Per il contesto in cui venne compilato vedi BAGGIO, Silvia; MARCHI, Piero – L’archivio della memoria delle famiglie fiorentine. In, *Istituzioni e società in Toscana nell’Età moderna: atti delle Giornate di studio dedicate a Giuseppe Pansini, Firenze, 4-5 dicembre 1992*. Vol. 2. Roma: Ministero per i Beni Culturali e Ambientali, 1994, pp. 862-877.

<sup>26</sup> AMMIRATO, Scipione – *Delle famiglie nobili fiorentine, Parte Prima. Le quali per levare ogni gara di precedenza sono state poste in confuso*. Firenze: Gio. Donato e Bernardino Giunti e Compagni, 1615.

considerato dagli eruditi settecenteschi con una certa severità di giudizio. Si trattava di una sorta di repertorio di oltre 400 famiglie fiorentine nel quale comparivano famiglie feudali, famiglie di origine repubblicana e famiglie “nuove” la cui ascesa sociale era più recente e collegata ai favori goduti presso la corte medicea. In esso prevaleva la visione di una esperienza collettiva che aveva saldato il gruppo, creato le sue tradizioni e rappresentazioni, quella del *governo delle Arti* dopo l’istaurarsi del priorato nel 1282; anche se nell’opera del Monaldi erano acriticamente inserite le famiglie “nuove” emerse dopo il 1532, anno della abolizione del Priorato, simbolo della repubblica. Qui la storia della città è quella che dà la legittimazione per eccellenza del suo corpo nobiliare ed è la fonte della sua coesione<sup>27</sup>.

3. Quello della costruzione genealogica è un aspetto particolare del più ampio tema della trasmissione della memoria e della auto-rappresentazione nobiliare che si realizzava per vie di solito ripercorribili attraverso l’archivio familiare<sup>28</sup>. Il problema delle origini della casa è al centro delle preoccupazioni familiari e compito affidato a quelle figure di eruditi e storici che popolano la società nobiliare d’antico regime. Si tratta di un processo di recupero e di rielaborazione delle memorie familiari ad opera di veri e propri professionisti della materia, esperti nella creazione di genealogie, nella costruzione di registri, compendi e riordini commissionati da una nobiltà sempre più attenta alla tutela del proprio lignaggio.

Gli archivi delle principali famiglie dell’oligarchia cittadina, facenti parte cioè di un gruppo più ristretto all’interno del ceto nobiliare, che oltre all’esercizio del potere politico, aveva preminenza nel mondo economico degli affari e della proprietà fondiaria e immobiliare, come nelle più alte gerarchie ecclesiastiche, sono arrivati fino a noi quasi intatti. Si tratta di casati, le cui origini affondano in un passato remoto, che nel corso dei secoli hanno dato luogo a più rami, gruppi familiari che si riconoscono in un comune capostipite che risale molto indietro nel tempo, ma che per la lontananza dei gradi di parentela non possono più essere considerati tali, cioè parenti. Si ricorda che lo sviluppo demografico delle famiglie nobili toscane raggiunse il suo massimo alla fine del Seicento, per conoscere nei decenni successivi una forte contrazione determinata da politiche matrimoniali ed ereditarie particolari<sup>29</sup>. Questo fece sì che alcuni casati dessero luogo in età moderna

<sup>27</sup> Cf. BOUTIER, Jean – Un «Who’s Who» de la noblesse florentine au XVIIe siècle: *L’istoria delle famiglie della città di Firenze* de Piero Monaldi. In, FOUILLERON, Joël; MICHEL, Enri (cur.) – *Sociétés et idéologies des Temps modernes. Hommage à Arlette Jouanna*. Tom. 1. Montpellier: Presses de l’Université de Montpellier, 1996, pp. 79-100.

<sup>28</sup> Cf. VISCEGLIA, Maria Antonietta – Archivisti e storici di fronte agli archivi di famiglia. Note conclusive. In, *Archivi nobiliari e domestici...*, cit., pp. 331-347, pp. 342-343.

<sup>29</sup> LITCHFIELD, Robert Burr – Demographic characteristics of Florentine Patrician Families, 16<sup>th</sup>-19<sup>th</sup> centuries. *Journal of Economic History*. Vol. 29 (1969) pp. 191-205.

a più famiglie: così è per gli Strozzi, gli Albizi, i Guadagni, i Guicciardini, i Capponi, i Pucci. Altri casati invece ebbero un albero genealogico più lineare, senza cioè rami collaterali che si siano sviluppati in contemporanea, come i Corsini e i Niccolini.

In ogni caso, e solo per fare alcuni esempi, casati come gli Strozzi, gli Albizi, gli Antinori, gli Alessandri, i Bardi, i Capponi, i Corsi, i Corsini, i Covoni Girolami, i Frescobaldi, i Ginori, i Gondi, i Guadagni, i Guicciardini, i Niccolini, i Panciatichi, i Pucci, i Riccardi, i Rinuccini, i Rucellai, i Salviati, i Serristori, i Venturi, ecc., hanno prodotto nel corso di più generazioni e accumulato documentazione, mettendo in atto strategie di conservazione e ordinamento con la mediazione di figure di eruditi, dotati dei più raffinati strumenti di conoscenza, in parte provenienti dalle stesse file dei casati aristocratici (molti, ad esempio, i laureati in *utroque iure*) e in parte dal mondo ecclesiastico, ai quali le famiglie commissionarono le loro ricerche di storia familiare e cittadina.

Un esempio è rappresentato dall'incarico affidato dal nobiluomo Niccolò di Iacopo Panciatichi (1679-1740) di compilare la storia genealogica della sua famiglia al canonico Anton Maria Biscioni, erudito e appassionato bibliofilo che in seguito avrebbe ricoperto la carica di bibliotecario della Biblioteca Medicea Laurenziana. Il Biscioni era entrato in casa Panciatichi in qualità di segretario, bibliotecario, archivista e maestro dei figli di Niccolò, dopo il 1718, quando Niccolò era entrato in possesso della cospicua eredità dello zio, il cardinale Bandino, che comprendeva anche una importante biblioteca. Presupposto dell'opera fu il riordino dell'archivio familiare che il Biscioni, come dichiara nella lettera dedicatoria, aveva concluso nel 1732. I frutti della revisione dei documenti costituenti l'archivio, il lavoro di spoglio di numerosi altri archivi pubblici e privati e le trascrizioni degli atti più antichi e «dall'antichità consumati» confluirono in quest'opera di grande mole, composta da 3 volumi *in-folio* e uno che serviva da indice alfabetico<sup>30</sup>.

Intorno alla stessa epoca i conti Guicciardini incaricarono il già ricordato abate Lorenzo Mariani di ordinare le carte familiari, compito da lui concluso nel 1715. Quello del Mariani fu la prima di una serie di sistemazioni che l'archivio Guicciardini – famiglia alla quale apparteneva lo storico Francesco (1483-1540) – conobbe nel Sette e Ottocento, sempre collegate alla elaborazione di una storia familiare ed anche alla “catalogazione” dei manoscritti dello storico<sup>31</sup>. Nella dedica al Conte Guicciardini, che precede tale spoglio<sup>32</sup>, egli elogia il pensiero del

<sup>30</sup> Per la ricostruzione di tale vicenda e la descrizione dei codici contenenti la *Storia genealogica della famiglia Panciatichi nobile pistoiese e fiorentina*, cf. PIERI, Sandra – I Panciatichi Ximenes d'Aragona. L'archivio, la famiglia. In, *Archivi dell'aristocrazia fiorentina...*, cit., pp. 41-46, 52-54.

<sup>31</sup> Cf. RIDOLFI, Roberto – *Gli archivi dell'aristocrazia fiorentina. L'archivio della famiglia Guicciardini*. Firenze: Olschki, 1934, pp. 95-215.

<sup>32</sup> Cf. MARIANI, Lorenzo M. – *Scritture de'Guicciardini disposte, spogliate e inventariate... da me P. Lorenzo Mariani, Antiquario di S.A.R. l'Anno MDCCXV* [Manoscritto].1715 (Archivio privato Guicciardini, Firenze, Italia).

suo committente per aver voluto “disporre un regolare archivio delle domestiche scritture, e di quelle farne uno spoglio, e un buon indice”, e intende completare il suo incarico degnamente con il “formare l’albero genealogico di tutta la nobilissima prosapia de’Guicciardini, il quale può chiamarsi lo Specchio delle scritture, mentre al lume di esso meglio quelle si capacitano e si comprendono, corredando questo Libro con un copioso indice delle cose più notabili acciocché, quando ne venga il bisogno, si trovino più facilmente le scritture che ne ragionano”<sup>33</sup>.

Il tema della memoria storica del passato cittadino e della sua consapevolezza a livello familiare e individuale si ritrova anche presso quelle famiglie di grandi mercanti fiorentini trasferite a Roma nel corso del Cinquecento. Come è noto, la colonia fiorentina si era da tempo radicata a Roma, favorita dalla presenza di due papi di Casa Medici, e si era solidamente attestata nella gestione finanziaria e amministrativa di settori importanti dello stato pontificio. Ad esempio, rimasero in mano fiorentina fino a metà del secolo le posizioni di monopolio come le tesorerie provinciali; le stesse necessità belliche del Papato furono finanziate dal denaro dei mercanti fiorentini<sup>34</sup>. Si vennero inoltre rafforzando e consolidando le istituzioni della “nazione” fiorentina, come il consolato e le due arciconfraternite, quella di San Giovanni dei Fiorentini, detta della Pietà, e quella di San Giovanni Decollato, detta della Misericordia.<sup>35</sup>

Per la maggior parte delle famiglie fiorentine stabilitesi a Roma nel Cinquecento e che dominarono la scena politica e la società della Roma barocca, come gli Aldobrandini, i Barberini, gli Altoviti, Corsini, Salviati, Falconieri, Ruspoli, Sacchetti, i Soderini, l’origine fiorentina fu sempre motivo di orgoglioso legame con il passato, di occasione per tessere a Roma una intensa rete di relazioni in cui proprio la comune origine rappresentava un fattore di coesione di indubbio rilievo. Alla metà del Seicento l’eredità e la memoria storica di Firenze servivano ancora a ricostruire il lontano passato familiare per conquistare onori cavallereschi, titoli nobiliari e privilegi feudali<sup>36</sup>.

Ricapitolando, le pratiche conservative messe in atto dalla aristocrazia fiorentina nei confronti delle carte familiari non consistevano solo in una riorganizzazione della documentazione stratificatasi per secoli nei palazzi nobiliari, ma erano anche il frutto di ricerche, nei pubblici archivi, di atti e contratti riguardanti la famiglia.

<sup>33</sup> Cf. MARIANI, Lorenzo M. – *Scritture de’Guicciardini disposte, spogliate e inventariate... da me...*, c. 1-3.

<sup>34</sup> Cf. FOSI POLVERINI, Irene – I Fiorentini a Roma nel Cinquecento: Storia di una presenza. In: GENSINI, Sergio (cur.) – *Roma capitale (1447-1527)*. Pisa: Pacini Editore, Comune di San Miniato, 1994, pp. 389-414. Un caso specifico è analizzato in HURTUBISE, Pierre – *L’implantation d’une famille florentine à Rome au début du XVI<sup>e</sup> siècle: Les Salviati*. Ivi, pp. 253-271.

<sup>35</sup> Cf. FOSI POLVERINI, Irene – I Fiorentini a Roma..., *cit.*, pp. 399-405 e la bibliografia indicata in nota.

<sup>36</sup> Sul caso controverso del passato fiorentino della famiglia Ruspoli, giunta a Roma con Bartolomeo intorno al 1524, vedi FOSI POLVERINI, Irene – *Genealogie e storie di famiglie fiorentine nella Roma del Seicento*. In: *Istituzioni e società in Toscana nell’Età moderna...*, *cit.*, Vol. 1, pp. 179-195.

Questa incaricava gli eruditi di estrarre (“cavare”) memorie dai vari archivi delle più antiche istituzioni locali, laiche ed ecclesiastiche, come gli archivi delle diocesi e dei Capitoli cittadini, degli ospedali ed enti assistenziali, nonché quelli delle magistrature cittadine, e sovrintendere alla copia ed autentica degli atti e memorie più importanti. Queste ricerche non erano effettuate solo a scopo patrimoniale, ma servivano anche per le ricostruzioni genealogiche, che sembrano essere il “passatempo” preferito di gruppi di gentiluomini. Questi, in tal modo, come ha dimostrato Caroline Callard, misero in atto a partire dai primi anni del Seicento delle strategie per rivendicare al proprio gruppo il diritto di definirsi nobili, mancando all’epoca una definizione giuridica della nobiltà.

Vale la pena di osservare più da vicino questo “modello fiorentino” che, sia pure con modalità diverse, ritroveremo nella organizzazione della memoria delle altre élites cittadine toscane.

Nell’ambito della documentazione cartacea, scritture e atti sciolti di carattere giuridico, attestanti diritti patrimoniali, come contratti, testamenti, fedi, donazioni, doti, divise di parentado, fondazioni, benefici, commende, decreti, costituivano il cuore dell’archivio e erano in genere i più consultati nel corso del tempo. Ciò spiega perché tale documentazione fosse oggetto di un’attenta sistemazione che consisteva innanzitutto nel raccogliere in buste o *filze* atti e documenti – non a caso, sono attestate per quest’epoca non solo spese per la fattura di armadi e palchetti, ma anche per la legatura degli atti in filze. Le singole unità erano spesso dotate di indici e repertori iniziali con il rimando alla posizione dei singoli affari al loro interno. In un volume a parte (*compendio, repertorio*) era indicizzata l’intera serie, con l’indicazione dell’oggetto e della data per ogni inserto. All’interno delle filze, poi, l’organizzazione degli atti poteva rispondere ad uno dei seguenti criteri: unicamente cronologico o in base alla tipologia di atti. In tal caso si dava luogo a sottoserie, come quella dei contratti, dei testamenti, dei processi, dei giuspatronati, delle “onorificenze” (termine con cui si intendevano patenti, privilegi e ‘onori’), nelle quali a loro volta i singoli atti o affari erano in cronologico o, più raramente, in ordine alfabetico<sup>37</sup>. Laddove, poi, erano individuate lacune tra questi atti, era cura degli archivisti di casa cercare di colmarle mediante l’acquisizione di estratti o copie tratte dai pubblici archivi. La serie, frequentemente denominata *Patrimonio* o *Scritture del Patrimonio*, appariva, nelle sistemazioni più organiche, distinta per famiglie, quella principale e quelle aggregate; all’interno dei singoli patrimoni, i contenitori erano progressivamente numerati (con numeri romani o con lettere dell’alfabeto) e, all’interno di ciascuno di essi, disposti gli atti in ordine cronologico e numerati<sup>38</sup>.

<sup>37</sup> Questo poteva avvenire nel caso dei *Processi*, termine con il quale si indicavano l’insieme degli atti processuali prodotti nelle numerose cause civili in cui le famiglie aristocratiche erano coinvolte.

<sup>38</sup> A proposito della consuetudine degli archivisti dell’epoca di utilizzare come numero di corda delle buste e filze le lettere dell’alfabeto, è chiaro che in presenza di un numero di pezzi superiore a 21 – tante sono le lettere

Oltre alla presenza, frequentissima, di atti relativi a cause civili, vi si conservava la parte relativa alle fedi (certificazioni) di nascite, matrimoni e morti, le iscrizioni dei beni alla Decima (fedi di decima); scritte matrimoniali e assegnazioni di doti (apoche); inventari di beni mobili e immobili, in occasione di eredità beneficate e tutele di minori; donazioni e vitalizi, istituzioni di fidecommessi, accettazioni di legati, divise di parentado, testamenti. Vi compaiono anche documenti di natura economica e commerciale, come scritte di società di mercatura, partite di banco, scritte di cambio, e ancora obbligazioni in favore di creditori, recognizioni e composizioni di debiti, iscrizioni ipotecarie (che si fanno frequenti in pieno Ottocento quale segnale di profonda crisi del patrimonio nobiliare).

L'altra importante e immancabile sezione di documenti all'interno degli archivi domestici toscani è rappresentata dai libri di amministrazione. Con questo termine generico si possono intendere tutte le registrazioni di carattere contabile come i giornali, entrate e uscite, debitori e creditori, quaderni di cassa, spogli di debitori, e, più tardi, i bilanci. Piuttosto complessa è la loro tipologia in quanto essi si riferivano all'amministrazione generale del patrimonio familiare, alla gestione specifica di aziende legate ad attività economiche esercitate dai vari membri della famiglia (come attività strettamente mercantili, di cambio, di battilori, dell'Arte della lana o della seta, o più particolari, come lo sfruttamento di miniere ) e alla amministrazione familiare giornaliera (tenuta delle spese correnti: conti di casa, quaderni di spese di vitto e salari delle persone a servizio, spese di villeggiatura ecc.) ed infine alla gestione del patrimonio fondiario. Questi documenti, prodotti a suo tempo con finalità meramente pratiche, sebbene con il passare degli anni perdessero di interesse immediato agli occhi dei discendenti, di fatto però venivano tramandati da una generazione all'altra, anche se non con altrettanta cura e attenzione delle cosiddette scritte patrimoniali.

Ciò risulta particolarmente evidente se ci rifacciamo proprio alla tipologia degli archivi gentilizi toscani, all'interno dei quali emergono, tra le varie serie, le scritture contabili, ed in particolare i 'libri di commercio'. La loro presenza, pressoché costante, è legata alle origini e alla formazione delle famiglie nobili toscane, origine tipicamente mercantile. Nel corso del secolo XVI, in relazione all'evoluzione delle tecniche di contabilità aziendale e familiare, ma anche alle caratteristiche che assumono i patrimoni familiari in termini di grandezza, così come di complessità, che impongono per una loro migliore gestione personale specializzato, come ragionieri, computisti, maestri di casa, ebbene, non vengono meno quelle circostanze, anzi si moltiplicano le occasioni per la produzione massiccia di documenti, connessi alla gestione di vasti patrimoni. I libri di commercio rimarranno una presenza costante

---

dell'alfabeto – per evitare equivoci nella sequenza, i gruppi di filze designati da più serie alfabetiche erano indicati come: serie prima (a-z), serie seconda (a-z), serie terza, ecc.

in questi archivi fino a tutto il Seicento, dimostrando indirettamente quanto recenti studi di carattere economico hanno definitivamente accertato in merito al persistere delle attività mercantili nella nobiltà toscana di fine Seicento. Da questo periodo, invece, si assiste all'affermarsi della documentazione relativa alla gestione della terra, che diventerà prevalente tra Sette e Ottocento, dando luogo a nuclei documentari molto consistenti (archivi di fattoria).

Un esempio è rappresentato dalla famiglia Corsini nella quale le fortune mercantili si definiscono a partire dal secondo Cinquecento (nel Quattrocento l'alleanza con i Medici apre ai Corsini una stagione legata a incarichi pubblici). Artefici della svolta furono i fratelli Filippo e Bartolomeo che con i loro traffici accumularono oltre 800.000 scudi fiorentini. L'uno in Sicilia e l'altro in Inghilterra (Filippo vi muore nel 1601) crearono una compagnia mercantile che scambiava frumento e seta verso l'Inghilterra e aringhe verso l'Italia, con un raggio d'azione che riguardava anche Francia, Olanda, Spagna. Resta a testimonianza di questa attività internazionale una ricca documentazione composta da libri mercantili, copialettere e migliaia di lettere commerciali, parte della quale rimasta in Inghilterra. Alla morte di Filippo, insieme al corpo, furono recapitati, a Firenze, dopo due mesi di viaggio via mare, "scritture, armatura e casse di vestiti"<sup>39</sup>.

Per consuetudine i registri contabili erano, comunque, conservati a parte e non sempre furono oggetto di quell'opera di sistemazione degli archivi gentilizi cui si assiste nel corso del secolo XVIII. Ma, quando ciò accadeva, venivano generalmente ordinati in cronologico e numerati progressivamente e, nell'elenco che li descriveva, di ciascuno erano indicati sommariamente il titolo e gli estremi cronologici, elementi sufficienti a identificarli. I *libri di scrittura* relativi allo stato generale del patrimonio familiare si strutturano definitivamente dal sedicesimo secolo e sono da tenere distinti dai libri di commercio, per i quali occorre fare un discorso a parte. L'ambiente mercantile toscano ed in particolare quello fiorentino con il tempo assunse l'abitudine di tenere distinti i conti d'azienda da quelli familiari. Nella inevitabile traslazione che avvenne delle tecniche di contabilità aziendale all'ambiente familiare ne derivò un modo più preciso di tenere i conti familiari<sup>40</sup>. Pertanto si distinguevano nella contabilità familiare dei grandi patrimoni: il *Giornale*, nel quale compare la trascrizione cronologica, giornaliera così come si verificavano le entrate e uscite del patrimonio, una sorta di prima nota, di scrittura preparatoria i cui dati erano periodicamente riportati nel registro di "debitori e creditori", con il

<sup>39</sup> Cf. MORONI, Andrea - I Corsini. L'archivio, la famiglia. In, *Archivi dell'aristocrazia fiorentina...*, cit., pp. 104-105 (doc. 45). Recentemente BEALE, Philip; ALMOND, Adrian; ARCHER, Mike S. - *The Corsini Letters*. Chalford: Amberley Publishing, 2011 (che utilizzano un *corpus* di oltre tremila lettere della compagnia commerciale dei Corsini degli anni 1585-1611 ca. rimaste in Inghilterra che, prima di essere messe in vendita a lotti tra il 1984 e il 1986, sono state microfilmate per la Guildhall Library di Londra).

<sup>40</sup> Cf. GOLDTHWAITE, Richard A. - *Private Wealth in Renaissance Florence. A Study of four Families*. Princeton: Princeton University Press, 1968, pp. 3-13, 26-27.

riferimento al giornale corrispondente (es. giornale di lettera A, B, C) e alla carta in cui compariva la voce (riferimenti incrociati); le *Entrate e uscite*, sotto forma di registro distinto in due parti: nella prima erano registrate tutte le entrate annuali (ma la registrazione poteva essere anche pluriennale su di un unico registro) e nella seconda parte erano registrate, sempre in cronologico, le uscite; *Debitori e creditori* o *mastro* che si presentava come un registro di grandi dimensioni, non solo per il formato della carta, ma anche per lo spessore, in quanto aveva generalmente un uso pluriennale. Scritto in bella copia o comunque con una scrittura calligrafica, aveva le caratteristiche di un libro fondamentale, contenente i conti aperti, ai crediti e ai debiti, intestati ai vari enti e persone, nel quale si intravede una organizzazione dei conti in *categorie*<sup>41</sup>; ed infine il *quaderno di cassa*, cioè il registro nel quale era riportata la situazione di cassa (*Entrate e uscite di denari contanti*).

I due tipi di scritture fondamentali (debitori e creditori e giornale) erano compilati separatamente, anche per periodi di tempo piuttosto lunghi, quando i conti si riferivano all'eredità di qualcuno. Ciò avveniva in quanto si riferivano alla amministrazione di un nucleo di beni ereditati, che erano tenuti in indiviso tra più persone, o erano oggetto di contese tra gli eredi oppure si era in presenza di una tutela di minori, eredi del patrimonio<sup>42</sup>.

4. Il tema della riscrittura della storia cittadina e della sua oligarchia, collocata nel quadro dinastico mediceo, si ritrova in altri centri urbani: così a Pisa (precocemente conquistata dai Fiorentini nel 1406), a Siena, dove si porrà dopo il 1555, data della conquista medicea, ma anche nei centri minori. Emerge una geografia storica dove la capitale Firenze non si impone in modo netto o appare solo sullo sfondo e dove invece dominano i centri divenuti secondari: Arezzo, Pisa, Cortona, Volterra. La costruzione di questo nuovo immaginario geo-storico si nutre della storia delle città soggette. A partire dai primi del Seicento il passato dei comuni conobbe un nuovo fervore: Volterra, San Gimignano, Pisa, Pistoia, Montepulciano, Cortona, in virtù di un passato prestigioso, si dotano di storie redatte da eruditi locali e pubblicate

<sup>41</sup> La registrazione del dare e dell'avere era fatta, il dare, sul verso di una carta e, l'avere, sul recto della carta immediatamente seguente, per avere l'intera partita sotto gli occhi. I conti, accessi a singoli individui ("conti personali") e a Enti, erano organizzati in doppia serie antitetica e ogni variazione in "dare" produceva una variazione di segno opposto in "avere", fino al pareggio della partita o posta. La cartulazione del registro seguiva questa impostazione bilaterale dei conti ed era detta alla veneziana. Fino ai primi decenni del Cinquecento le ultime carte erano spesso destinate a riportare alcune "ricordanze" quasi sempre riferite a eventi patrimoniali ed economici della famiglia.

<sup>42</sup> Cf. nell'archivio della famiglia fiorentina Pucci marchesi di Barsento la serie detta del *Patrimonio pupillare* relativa alla gestione del patrimonio dei due eredi del Cavaliere Bali Emilio Orazio Pucci, i figli Roberto e Giulia rimasti orfani nella minore età nel 1824, che comprende registri di entrate e uscite e un gruppo di relazioni estimative del patrimonio, dal 1824 al 1843 (Archivio privato Pucci, Firenze, Italia, nn. 592-599).

presso stampatori delle rispettive città<sup>43</sup>. Anche per queste città esiste tra l'altro un ricco patrimonio archivistico legato alle principali famiglie di "reggimento", noto e ampiamente utilizzato dalla storiografia degli ultimi venti anni.

A Siena l'arrivo di una dinastia ereditaria in sostituzione della "orgogliosa Repubblica" non comportò una rottura traumatica degli istituti e delle magistrature cittadine che, sia pure svuotate del loro significato politico, furono mantenute e rispettate. Tuttavia la storiografia più recente ha individuato una cesura nella coscienza dei cittadini, soprattutto di quei gruppi di potere che, con la loro rivalità e conflitti interni, avevano facilitato la conquista fiorentina. Qui si sviluppa a partire dalla fine del Cinquecento un filone di erudizione storica locale che si esprime con l'opera di Orlando Malevolti, Celso Cittadini e quella di Giugurta Tommasi, per citare le figure di maggior rilievo a cavallo tra Cinque e Seicento cui fecero costante riferimento gli eruditi di epoca successiva. Risalgono a questa storiografia erudita innanzitutto gli interessi rivolti alla storia municipale, soprattutto del periodo medievale, e a quella delle famiglie che costituirono le fondamenta della città-stato senese (temi entrambi ricorrenti anche nella storiografia pisana), nonché quelli per lo studio degli antichi testi in lingua volgare, in un rapporto dialettico con la vicina e contemporanea cultura fiorentina, anch'essa incentrata sullo studio e la ricerca dei "testi di lingua".

Nell'epoca dell'apogeo del sistema nobiliare senese, la seconda metà del Seicento, a dedicarsi, senza affanni materiali, agli studi genealogici e araldici furono studiosi appartenenti alla più antica nobiltà senese; si assiste così, a partire dal 1699, ad una operazione culturale e di recupero della memoria cittadina e familiare, unica nel suo genere, promossa dall'abate Galgano di Rutilio Bichi (la cui famiglia vantava tra l'altro due cardinali, Alessandro e Antonio) e dalla sua cerchia di amici tra i quali si annoveravano non solo rappresentanti di quella «ristretta oligarchia di venti famiglie che monopolizzava le più importanti e remunerative cariche pubbliche disponibili», come i Malavolti, i della Ciaia, i de'Vecchi, i Piccolomini, ma anche intellettuali di alto profilo come Uberto Benvoglianti e Pirro Maria Gabbrielli. Essa consistette nel "compendiare pergamene" in parte acquistate e in parte donate da nobiluomini, "compilare estratti dai libri dei battezzati e matrimoni", liste dei "risieduti" nelle magistrature civiche, ricercando negli archivi pubblici e privati, per ricostruire la storia della repubblica e delle sue famiglie nobili. Tra l'altro il Bichi si era accollato la spesa della carta utilizzata per gli spogli e della rilegatura dei volumi; anche per questo a conclusione di questo lavoro i cavalieri che avevano concorso alla spesa vollero che i volumi di spogli si conservassero presso di lui<sup>44</sup>.

<sup>43</sup> CALLARD, Caroline – *Le prince et la République...*, cit., pp. 256-258, in particolare nota 65.

<sup>44</sup> Per questi aspetti della tradizione archivistica delle famiglie nobili senesi e per i relativi riferimenti bibliografici e archivistici mi permetto di rimandare a INSABATO, Elisabetta – *Vincoli di sangue e vincoli archivistici*. Alcune considerazioni sugli archivi di famiglia. In, *DE GRAMATICA*, M. Raffaella; MECACCI,

Questa passione erudita naturalmente si estendeva alle vicende del proprio casato; a lui si deve infatti in gran parte la raccolta e sistemazione del Diplomatico della famiglia Bichi Borghesi, eredi del ramo dei conti di Scorgiano cui egli apparteneva. Non deve essere sottovalutato in questo suo crescente interesse per la storia e le antichità patrie e familiari il suo apprendistato spirituale e culturale, fin dal 1686, presso lo zio, il cardinale Antonio Bichi, all'epoca vescovo di Osimo. Galgano, che nel periodo osimano si era dedicato a stendere una genealogia della famiglia, rientrato a Siena nel 1692, dopo la morte del suo potente protettore avvenuta nel febbraio 1691, incaricava un gruppo di collaboratori di "fare un ristretto" del contenuto di altre cartapecore che erano presso i Bichi conti di Scorgiano, in prosecuzione di quelle che erano già state "ridotte in compendio" e di «copiare dai libri delle denunce fatte agli Alliratori deputati della repubblica», per avere notizie dei beni goduti dai Bichi. Da parte sua, intento a raccogliere qualunque notizia sulle persone di casa Bichi, ne ricercava sia in luoghi pubblici che presso privati e infine lasciava nelle mani dei Bichi marchesi di Roccalbegna, in nome di un comune capostipite, la sua collezione di manoscritti contenenti notizie dei vari membri dei due rami familiari. È da notare come vi fosse un interesse condiviso dai due rami del casato ad innalzare un vero e proprio "monumentum" alla gloria familiare, fondato su prove documentali; è accertato che Galgano ricostruì in collaborazione con il coetaneo Alessandro, figlio di Metello secondo marchese di Roccalbegna, l'albero genealogico dell'intero casato<sup>45</sup>.

Va anche detto che i Senesi avevano a loro disposizione gli archivi delle antiche magistrature del Comune e di altre importanti istituzioni cittadine come lo Spedale di Santa Maria della Scala, l'Opera Metropolitana, ecc.; e a tale proposito gli studi sulla tradizione archivistica cittadina hanno sottolineato la grande cura ed attenzione manifestata dalle magistrature civiche per gli archivi della repubblica, quella attenzione ribadita in piena epoca medicea dal peraltro notissimo provvedimento del Collegio di balia del 1601, ispirato da Celso Cittadini, uno di quegli "antiquari" che godevano della fiducia del Granduca Ferdinando I e da lui nominato "archivista perpetuo" del magistrato della Biccherna, che aveva tra i suoi scopi anche quello di porre un freno alla consuetudine di dare al macero le antiche carte, sia pubbliche che private.

---

Enzo; ZARRILLI, Carla (cur.) – *Archivi Carriere Committenze. Contributi per la storia del Patriziato senese in Età moderna: atti del Convegno, Siena, 8-9 giugno 2006. Siena: Accademia senese degli Intronati, 2007, pp. 3-28, in particolare pp.12-16.* La maggior parte dei manoscritti Bichi è conservata presso l'Archivio di Stato di Siena nel Fondo *Manoscritti*, di cui è in corso da alcuni anni un lavoro di catalogazione.

<sup>45</sup> *Repertorio o vero indice di tutti quelli della famiglia Bichi opera fatta dal Cav. Alessandro... insieme con l'Abbate Galgano... con molta fatica dell'uno e dell'altro per ridurre in buona parte l'albero della famiglia... Tomo I.* (Archivio di Stato, Siena, Italia, *Fondo Bichi Ruspoli*. Manoscritto. N. 24); e *Raccolta di memorie dell'origine, antichità e d'altre cose attinenti alla famiglia Bichi con l'arme gentilizie delle famiglie dove sono entrate e di dove sono escite le donne... Tomo secondo.* (Archivio di Stato, Siena, Ivi. Manoscritto. N. 246).

La documentazione prodotta, frutto di questa ricerche nei pubblici archivi di atti e contratti riguardanti la famiglia, era per la maggior parte costituita da trascrizioni in bella copia. Quello della produzione di copie è una delle modalità di formazione degli archivi familiari, o meglio di alcune settori di essi, che si diffonde in età moderna. A Siena essa dà luogo a raccolte peculiari di “*Copie di contratti e memorie familiari*”, dotate di opportuni indici per materie e per nomi di persone e connotate da caratteri estrinseci che ne sottolineano l’importanza e la necessità che durino nel tempo: volumi, in qualche caso su supporto pergameneo, e rilegati in pergamena o con assi e cuoio, talvolta con il piatto anteriore decorato con lo stemma familiare<sup>46</sup>.

A Pisa, città che non si era data per consenso e che subì una dura politica di dominazione ed assimilazione forzata, si era assistito all’abbandono della patria da parte di vari elementi del ceto dominante, sia volontariamente sia sotto i colpi di sentenze di bando. Dopo il ritorno della città sotto la dominazione fiorentina nel 1509, a partire dal 1530, con la trasformazione irreversibile della Repubblica in un regime monarchico, i notabili locali, accettando l’ambiguo ‘statuto’ di élite sottomessa, si piegano ai nuovi rapporti di potere instaurati dal principato mediceo e ricostruiscono a poco a poco la propria identità di nobiltà cittadina. Anche i Pisani si impegnano sulla strada che li conduce a riappropriarsi del loro passato e a raccogliere le informazioni sui loro antenati<sup>47</sup>.

In materia di genealogia erudita si assiste ad un trasferimento di modelli tra la capitale e la seconda città del Granducato; la pubblicazione dell’albero genealogico della famiglia pisana dei Gambacorta ad opera dell’Ammirato forniva un modello pressoché perfetto per i nobili di provincia appassionati della materia. Infatti coloro che si interessavano di genealogia o di storia ebbero, prima o dopo, contatti epistolari con Carlo di Tommaso Strozzi, una delle grandi figure dell’erudizione fiorentina del Seicento. Tra questi i nobili Alessandro Lanfreducci e suo fratello Francesco, cavaliere dell’Ordine di Malta i quali moltiplicarono tra il 1616 e il 1649 le ricerche erudite consacrate alle genealogie dei loro antenati proponendo schemi genealogici mutuati dall’Ammirato<sup>48</sup>.

<sup>46</sup> Per i numerosi riferimenti a vari archivi familiari senesi e agli eruditi ed archivisti dell’epoca che ne condizionarono con la loro opera quel delicato meccanismo della trasmissione documentaria cf. INSABATO, Elisabetta – *Vincoli di sangue...*, cit., pp. 21-26.

<sup>47</sup> Cf. ROUCHON, Olivier – *Lenquete généalogique et ses usages dans la Toscane des Médicis. Un exemple pisan de 1558*. In, *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, Vol. 54, n.° 3 (1999) pp. 705-738, in particolare p. 709. Nel saggio Rouchon studia i modelli e le modalità di elaborazione dell’inchiesta genealogica portata avanti dal pisano Gherardo Upezzinghi che riporta gli abbozzi della genealogia familiare nel suo libro di ricordi – conservato insieme al resto degli archivi Upezzinghi nell’Archivio di Stato di Pisa.

<sup>48</sup> Cf. ROUCHON, Olivier – *Lenquete généalogique et ses usages...*, cit., p. 712. Su questo tema cf. ora BIZZOCCHI, Roberto – *La famiglia Lanfreducci. Storia e memoria*. In, TONGIORGI TOMASI, Lucia (cur.) – *Il Palazzo alla Giornata. Storia e memorie della sede del rettorato dell’Università di Pisa*. Pisa: Plus, 2005, pp. 9-12.

A Pisa alla fine del Cinquecento era emersa la figura di Raffaello Roncioni, di antica famiglia magnatizia, autore di ricerche e studi volti al recupero della memoria repubblicana e della tradizione cittadina, caratterizzati dall'uso delle scritture "pubbliche", oltre che di quelle private, nonché autore di una storia delle famiglie pisane<sup>49</sup>. Questa attenzione si esprime nei secoli successivi anche nei suoi discendenti, tanto che all'inizio dell'Ottocento troviamo il conte Francesco Roncioni proseguire nell'opera di collezionare pergamene in parte provenienti da altri archivi familiari pisani. Il Diplomatico "Roncioni" composto da oltre 1770 pergamene tra cui diversi diplomi imperiali a partire dal sec. XI fu poi venduto, insieme alla maggior parte dell'archivio cartaceo, alla fine dell'Ottocento all'Archivio di Stato di Pisa<sup>50</sup>.

Nell'Italia delle "piccole patrie" la ricerca storica locale, a partire dalla fine del Cinquecento e per tutto il Seicento, esprime il senso di una tradizione cittadina gloriosa ma passata e di una ostentata ricerca di una identità storica molto attenuata attraverso la voce di esponenti dei patriziati locali oppure quella di dotti ecclesiastici come Paolo Tronci (1585-1648), chierico e funzionario della Chiesa pisana. Autore de *Le memorie storiche di Pisa*, tardivamente pubblicate e malamente sunteggiate dal manoscritto originale nel 1682 in una edizione livornese<sup>51</sup>, uno dei più noti storici pisani della prima metà del Seicento, si era anch'egli impegnato a scrivere una storia *Delle famiglie pisane antiche e moderne*, manoscritto in due tomi andato perduto<sup>52</sup>.

Al fine di verificare anche per l'area pisana questo rapporto tra modalità di produzione e conservazione delle scritture e recupero della memoria familiare e memoria cittadina, l'esempio scelto si riferisce alla fase storica successiva al Seicento, collegata alla ridefinizione del potere nobiliare in concomitanza con l'abolizione della feudalità, dei vincoli fidecommissari e dei governi patrizi. Si tratta dell'archivio dei Vaglianti, famiglia di origine fiorentina che si era trasferita a Pisa nel corso del Cinquecento<sup>53</sup>, e che ottenne nella persona del conte Alessandro di Pier Maria Vaglianti Campiglia l'iscrizione al patriziato pisano il 10 giugno 1754<sup>54</sup>, dal momento che la famiglia poteva dimostrare la sua presenza nelle magistrature

<sup>49</sup> CRISTIANI, Emilio - I manoscritti delle "Famiglie pisane" di Raffaello Roncioni. *Bollettino storico pisano*. Vol. 49 (1980) pp. 137-141.

<sup>50</sup> Cf. NUTI, Francesca - L'acquisto dell'archivio Roncioni da parte dell'Archivio di Stato di Pisa (1912). *Bollettino storico pisano*, Vol. 78 (2009) pp. 141-153.

<sup>51</sup> CRISTIANI, Emilio - Paolo Tronci e le «Memorie storiche di Pisa» (1682). In, CRISTIANI, Emilio et alii - *Paolo Tronci storico e erudito pisano*. Pisa: Pacini editore, 1985, pp. 91-97. Per una biografia cf. GRECO, Gaetano - Paolo Tronci, chierico e funzionario della Chiesa pisana nella prima metà del Seicento. In, CRISTIANI, Emilio et alii - *Paolo Tronci ...*, cit., pp. 21-54.

<sup>52</sup> Cf. CRISTIANI, Emilio - Paolo Tronci..., cit..

<sup>53</sup> Un fascicolo con notizie sulla famiglia è nella Collezione Genealogico araldica Ceramelli Papiani, (Archivio di Stato, Firenze, Italia. *Ceramelli Papiani*, Ins. n. 4772).

<sup>54</sup> AGLIETTI, Marcella - *Le tre nobiltà...*, cit., p. 288.

pisane degli Anziani e dei Priori, nell'Ordine di Santo Stefano per via di giustizia e il possesso del titolo di conti<sup>55</sup>.

Questi fin dal 1751 incaricava l'abate pisano Antonio Lorenzo Magrini, "antiquario" presso l'archivio segreto dell'arcivescovato pisano, di raccogliere o copiare memorie e documenti che attestassero antichità delle origini e titolarità del patrimonio. L'incarico si svolse fino al 1755, giusto negli anni cruciali in cui il Vaglianti preparava la documentazione da presentare alla Deputazione per l'iscrizione al patriziato. Il frutto del lavoro del Magrini è rappresentato da 14 unità archivistiche, composte da originali e copie di documenti *fatti registrare e ordinare* dal conte Alessandro *con qualche di lui fatica e spesa per mezzo di me A. L. Magrini pisano*.

Le *Memorie e documenti* raccolti e copiati riguardavano innanzitutto compravendite e permutate di beni stabili e poderi, copie di estimi e decime, documenti relativi alla commenda di padronato della famiglia Ciampoli, imparentata con i Vaglianti, note di patronati e benefici, cappellanie, ecc. e testamenti<sup>56</sup>. In particolare una delle filze predisposte dal Magrini si riferiva al *cursus honorum* di un antenato che aveva rivestito nel Cinquecento importanti cariche ecclesiastiche<sup>57</sup>: si trattava del canonico Pietro Vaglianti, rappresentante eminente della famiglia: teologo al tempo di Pio IV, Visitatore apostolico di Corsica e Sardegna (1550) citato da Paolo Tronci, nel 1548 nominato sostituto del Commissario apostolico e Commissario generale del Duca di Firenze nell'arcivescovato di Pisa e nel vescovato di Lucca fino al 1557. Le fonti utilizzate per la raccolta di queste memorie erano, in particolare, i libri della Mensa arcivescovile di Pisa, l'archivio del Capitolo dei canonici del Duomo, quello dello Spedale nuovo e l'archivio segreto dell'arcivescovato.

All'uso dei documenti in senso stretto si affiancava una raccolta di disegni che rappresentavano simboli e oggetti religiosi legati al canonico, come lo stemma (tratto dalla raccolta degli stemmi dei vicari dell'arcivescovato), disegni di reliquiari a lui collegati, e di un busto che lo raffigurava<sup>58</sup>.

Nella stessa ottica va considerata una *Raccolta delle più ragguardevoli Inscrizioni che si ritrovano nella città di Pisa colla dichiarazione ove sono situate...*<sup>59</sup>,

<sup>55</sup> Gli atti del processo per l'iscrizione alla nobiltà pisana sono conservati in Archivio di Stato, Firenze, Italia. *Fondo Deputazione sopra la Nobiltà e cittadinanza. Patrizi di Pisa*. N. 28, ins. 13. Copia delle "Provanze di nobiltà della famiglia". Manoscritto. 1750-1760 è in Archivio di Stato, Pisa, Italia. *Archivio Alliata*. Fondo Vaglianti. Manoscritto, n. provvisorio 59.

<sup>56</sup> Archivio di Stato, Pisa, Italia. *Archivio Alliata*. Fondo Vaglianti. Manoscritti. NN. provvisori 24, 44, 50, 51, 91, 93, 108, 609 682, 887-890, 907.

<sup>57</sup> *Memorie e documenti concernenti più e diversi privilegi della Santa Sede apostolica, lettere di familiarità di arcivescovi pisani e cardinali concessi al signor canonico Pietro Vaglianti...* Manoscritto. Archivio di Stato di Pisa. Archivio Alliata. *Fondo Vaglianti*. N. provv. 44.

<sup>58</sup> Manoscritto cit. nota 57, Il parte del Manoscritto N. 44, documento n. 31, c. 42 e c. 62.

<sup>59</sup> Archivio di Stato di Pisa. Archivio Alliata. *Fondo Vaglianti*. Manoscritto. N. provv. 108.

sempre di mano del Magrini; a dimostrazione che a Pisa l'antica e gloriosa stagione dell'autonomia medievale non era scritta solo nel "Diplomatico", nelle pergamene e nelle carte dell'antico Comune ma anche per le sue strade. Come veniva riconosciuto nelle strutture materiali di epoca medievale, come le torri e le logge, uno *status symbol* in grado di garantire e riaffermare i privilegi di un passato in cui le città erano liberi Comuni, così anche le iscrizioni conservavano e testimoniavano la memoria della nobiltà delle famiglie pisane<sup>60</sup>. Così le fonti epigrafiche sulle sepolture come le iscrizioni "civili" sui muri della città resteranno a lungo importanti referenze agli occhi dei nobili pisani così come dell'erudizione storica dei secoli XVII e XVIII. Questa attenzione non era casuale nella misura in cui le iscrizioni nei luoghi aperti facevano parte del paesaggio urbano fin dall'XI secolo. Gli altri reperti materiali e simbolici sui quali si fissa la memoria familiare sono rappresentati dagli stemmi scolpiti sul fronte delle antiche dimore, prova tangibile dell'antichità e rispettabilità delle famiglie che le hanno costruite. Coscienti dell'importanza e della fragilità di questa memoria figurata delle più antiche élites cittadine, i Granduchi nel 1571 imponevano una legislazione a tutela di stemmi, emblemi e iscrizioni presenti sugli edifici pubblici e privati<sup>61</sup>.

5. Due parole infine sull'uso delle scritture pubbliche delle città nobili a partire dalla Repubblica fiorentina. Il continuo ricorso alle scritture pubbliche per dimostrare l'antichità del proprio casato e trovare presenze familiari in un passato di ceto di governo risaliva molto più indietro dell'epoca in cui furono emanate le leggi lorenese sui feudi, i fedecommissi e la nobiltà, e precisamente questa pratica è collegata alla necessità di raccogliere le prove per l'ingresso all'Ordine di Malta e soprattutto all'Ordine di S. Stefano. Ma non sempre le scritture dei pubblici archivi risultavano funzionali allo scopo e, anzi, talvolta dimostravano il contrario di quello che si sarebbe voluto dimostrare con il loro uso. Ciò è vero soprattutto quando erano in corso i processi per accedere al prestigioso Ordine di Malta, ben noto per la severità con la quale le prove venivano sottoposte ad indagine e verifica. In particolare pare che fosse noto per la sua severità il Priorato di Firenze.

Nel caso della famiglia Pasquali di Firenze l'interesse a "ritoccare" la documentazione probatoria della loro discendenza nacque in occasione del mancato riconoscimento, da parte dell'Ordine di Malta, della nobiltà per il quarto

<sup>60</sup> Cf. BENASSI, Laura - La costruzione del decoro urbano a Pisa tra Cinquecento e Seicento [in linea]. 2009, pp. 1-22, in particolare p. 14 [Consult. 11 giu. 2011]. Disponibile in internet: <URL:<http://municipalia.sns.it/assets/files/contributi/contributocaricati/benassi%20decoro%2009.pdf>>

<sup>61</sup> Ibidem, pp. 5-6.

materno Pasquali di Giovanni Angelo Ginori<sup>62</sup>. Questi infatti nel 1671 aveva richiesto l'ingresso nel prestigioso Ordine, per il quale era tassativo requisito la partecipazione da almeno duecento anni agli uffici pubblici della città di origine, da parte tanto della famiglia paterna che materna, ma l'istanza era stata respinta. Al ricorso presentato nello stesso anno dall'interessato si associò il cavaliere Cosimo Pasquali, che si sentiva gravemente leso nei suoi interessi da questo provvedimento; egli, d'altra parte, aveva ottenuto l'anno prima e senza difficoltà il cavalierato dell'Ordine di Santo Stefano per il figlio Girolamo Maria. Da questa contraddizione ebbe inizio una lunga serie di ricorsi e controricorsi terminati soltanto nel 1678 e sostenuti finanziariamente dal Pasquali. Uno degli espedienti utilizzati fu quello di dimostrare, ricorrendo alla manomissione di pubblici documenti, l'inserimento di un membro della famiglia nelle liste elettorali per gli uffici maggiori di Firenze del 1433. A fronte di ciò i commissari fiorentini dell'Ordine mostrarono grande rigore nella verifica delle prove documentarie, tutte collazionate sugli originali, conservati nei pubblici depositi, o su copie in possesso di privati. Tale rigore e severità erano una costante nell'operato dei commissari, in particolare di quelli del priorato di Firenze: a quanto pare, il metro di giudizio usato nell'approvare i quarti di nobiltà da parte di quest'ultimo era diverso da quello di Roma, tanto è vero che Cosimo Pasquali era stato consigliato di inoltrare le prove a Roma, dove era notoriamente sufficiente dimostrare la nobiltà di soli cento anni; d'altra parte, il suo non fu un caso isolato, in quanto negli stessi anni le medesime difficoltà incontrarono in un'analogica vicenda i Ruspoli, di origine fiorentina, ma da tempo trasferiti a Roma<sup>63</sup>.

Nello stesso tempo il caso dei Pasquali denota, sia da parte dei contraffattori che da parte dei giudici, il possesso di una notevole capacità critica e di raffinati strumenti culturali atti a contestualizzare storicamente i documenti prodotti in giudizio. Ciò vale soprattutto per i falsificatori, che solo raramente ricorsero a manipolazioni grossolane, come macchie d'inchiostro, strappi o raschiature, mentre più spesso alterarono o interpolarono i testi in pochi dettagli, capaci però di travisarne sostanzialmente il significato. Nel caso dei Pasquali, tra le carte che documentano questa complessa vicenda, assieme a lettere, relazioni, fedeli e certificazioni della più varia natura, sono rimasti appunti e precise istruzioni sulle modifiche da apportare ai documenti originali. Questa visione critica delle

<sup>62</sup> Su questo episodio cf. ARRIGHI, Vanna; INSABATO, Elisabetta – Tra storia e mito: la ricostruzione del passato familiare nella nobiltà toscana dei secoli XVI-XVIII. In, *L'identità genealogica e araldica. Fonti, metodologie, interdisciplinarietà, prospettive: atti del Convegno internazionale di scienze genealogica e araldica*. Roma: Ministero per i beni e le attività culturali, 2000, Vol. 2, pp. 1099-1121.

<sup>63</sup> Cf. POLVERINI FOSI, Irene – *Genealogie e storie di famiglie...*, cit., dedicato alla famiglia Ruspoli di origine fiorentina ma trasferita a Roma, alle prese, nel 1654, con la ricostruzione del passato familiare in vista della ammissione al cavalierato di Malta di Alessandro, figlio del conte Sforza Marescotti e di Vittoria Ruspoli (in particolare pp. 185-191).

fonti e la conoscenza degli strumenti da adottare per soddisfare le ambizioni dei loro committenti costituivano un patrimonio culturale comune anche a eruditi e genealogisti contemporanei, come Carlo di Tommaso Strozzi, Cosimo Della Rena, Gabriello Fantoni, la cui opera fu caratterizzata invece da grande scrupolosità e fedeltà alle fonti<sup>64</sup>.

---

<sup>64</sup> Scrive ad esempio il Fantoni ad un suo committente, la cui famiglia era stata ascritta alle Arti minori: «Quel che non v'è non lo troverà mai nessuno...perchè quanto ha goduto questa casa ha sempre goduto per la minore... » (POLVERINI FOSI, Irene – *Genealogie e storie di famiglie...*, cit., pp. 190-191).

# Os espelhos e os seus outros lados. Inventários e gestão da informação documental do Viscondado de Vila Nova de Cerveira/ Marquesado de Ponte de Lima e família Brito-Nogueira, séculos XV-XIX

*Maria de Lurdes Rosa*

“L’inventaire est beaucoup plus: comme le cartulaire, dont il est le substitut plutôt que le complément, l’inventaire offre d’avantage que l’addition des données de base. Comme le cartulaire, même si c’est avec moins de chatoiement et plus de sécheresse, il répond à un projet bien précis et toujours tu, il organise, il classe et reclasse (et ne suit pas toujours le classement matériel du chartrier, dès avant les grandes inventions des feudistes), il sélectionne et réorganise, il dissimule des pièces, laisse échapper des sacs, ou masque l’incapacité de son auteur à tous les embrasser ou tous les réunir. Il porte dont témoignage.”

Olivier Guyotjeannin, *Le miroir des inventaires*, p. 40

## **1. Problemáticas: breve apresentação**

O conjunto documental que esteve depositado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, entre 2000 e 2011, tendo então sido denominado como “Arquivo dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira”, é, em toda a sua riqueza, complexidade e (des) organização, um verdadeiro desafio tanto para a História como para a arquivística. Retirado do ANTT pelo seu proprietário, em função do contrato de depósito, a descrição disponível no *Digitalarq* e as imagens digitalizadas, apesar de tudo, permitem alguns estudos sobre ele, ainda que limitados – sendo quanto a isto imperioso exprimir o voto de que em breve volte a ser tornado acessível aos estudiosos, em condições da ampla consulta e estudo que merece e necessita.

O acervo, de facto, possibilita abordar um conjunto de questões que adquiram relevo nos últimos anos, em função da renovação de questionários em História e no que chamaremos, por comodidade “ciência arquivística”<sup>1</sup>: história da informação, história dos arquivos, abordagem à organização arquivística enquanto discurso/construção, revalorização da história das instituições e das organizações na análise da produção documental, interesse na “gestão por escrito” e nas práticas de conservação documental das elites da Europa de Antigo Regime<sup>2</sup>, etc. Para além disto, e sem descuidar uma riqueza informativa também de monta<sup>3</sup>, será ainda possível levantar a partir deste caso um conjunto de problemas de natureza mais lata, no âmbito de uma interrogação sobre as formas de construção do saber histórico. Em primeiro lugar, quanto à forma como a constituição dos arquivos nacionais influenciou a construção do discurso da História científica, que pela exacta altura daquela e com esses arquivos tecendo uma relação específica, alcança configuração institucional pública e é definida como a forma correcta de organizar um particular passado da Nação, relegando os “outros passados” para o esquecimento ou para uma marginalidade de compósita natureza<sup>4</sup>. Na sequência disto, quanto à interrogação da paleta heurística do historiador – incluindo nela os silêncios<sup>5</sup> – e

<sup>1</sup> Para a caracterização deste campo do saber e discussão de denominações – RUMSCHÖTTEL, H. – The development of archival science as a scholarly discipline. *Archival Science*, vol. 1, nº 2 (2001), pp. 143-155; KETELAAR, E. – Ten years of archival science. *Archival Science*, vol. 10, nº 4 (2011), pp. 345-352; RIDENER, J. – *From polders to postmodernism. A concise history of archival theory*. Duluth: Litwin Books, 2009 SILVA, Armando Malheiro, RIBEIRO, Fernanda, RAMOS, Júlio, REAL, Manuel Real – *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*, vol. 1. Porto: Ed. Afrontamento, 1998.

<sup>2</sup> Temas localizáveis numa vasta bibliografia, da qual citaremos, por ex.: HEAD, R. – Preface: Historical research on archives and knowledge cultures: an interdisciplinary wave. *Archival Science*, vol. 10, nº 3 (2010), pp. 191-194; GILLIAND, Anne – Afterword: in and out of the archives. *Archival Science*, vol. 10, nº 3 (2010), pp. 333-343; NESMITH, T. – What’s History Got to Do With It?: Reconsidering the Place of Historical Knowledge in Archival Work. *Archivaria*, 57 (2004), pp. 1-27; MORSEL, Joseph, “En guise d’introduction: les chartiers entre «retour aux sources» et déconstruction des objets historiques”, in *Défendre ses Droits, Construire sa Mémoire. Les Chartiers Seigneuriaux XIIIe – XXIe siècle. Actes du Colloque International de Thouars (8-10 Juin 2006)*, Paris, Société de l’Histoire de France, 2010, pp. 9-34; ANHEIM, E., CHASTANG, P. – Les pratiques de l’écrit dans les sociétés médiévales (Vie.-XIIIe siècles). *Médiévales*, 56 (printemps 2009), pp. 5-10; em Itália, na sequência de uma longa tradição de atenção à história dos arquivos, destaca-se por exemplo o seminário « L’archivio come fonte », com três edições, entre 2002 e 2006, na Fondazione Centro Studi Storici sulla Civiltà del Tardo Medioevo; para estudos históricos de carácter mais monográfico nestes assuntos, cfr. nt. 7 e 31.

<sup>3</sup> Os trabalhos de Mário Farelo, o historiador que mais tem usado este arquivo documentam bem essa riqueza: cfr. neste volume o artigo do Autor e os estudos nele citados como tendo recorrido ao arquivo em apreço.

<sup>4</sup> Sobre os arquivos nacionais cfr. *Archives et nations dans l’Europe du XIXe siècle*. ed. B. DELMAS, Ch. NOUGARET. Paris: École Nationale des Chartes, 2004; *Archivi e storia nell’Europa del XIX secolo*. 2 vols. Roma: Ministero per i Beni Culturali, 2006; são indispensáveis os estudos de Fernanda Ribeiro, remetendo-se aqui para o constante neste volume; sobre a definição da História como saber do passado europeu civilizacionalmente valorizado, com a etnografia a ocupar-se dos “arcaísmos internos” e a antropologia a constituir-se como saber dos “arcaísmos externos”, mais uma vez existe uma extensa bibliografia. Cfr. por ex. SCHMITT, J.-CL. – Anthropologie historique. *Bulletin du Centre d’Études médiévales d’Auxerre* [En ligne], Hors série nº 2 (2008). <http://cem.revues.org/index8862.html>; BERGER, S. , LORENZ, C. (ed.) – *Nationalizing the Past. Historians as Nation Builders in Modern Europe*. Londres: Palgrave Macmillan , 2010.

<sup>5</sup> ESCH, A. – Chance et hasard de transmission. Le problème de la représentativité et de la déformation de la transmission historique. in SCHMITT, J.-CL., OEXLE, O. G. (dir) – *Les Tendances actuelles de l’histoire du Moyen Âge en France et en Allemagne*. Paris: Publ. de la Sorbonne, 2003, pp. 15-29

quanto aos problemas de um processo de transformação da informação em “fonte histórica” que não interrogue a forma como aquela, desde o primeiro momento em que se conserva, é construída e reconstruída, sofrendo no neutro (?) serviço público de arquivo, por vezes, não uma das menores construções<sup>6</sup>.

Deste vasto programa – demasiado vasto não só para este artigo como para uma investigação individual... – abordaremos nas linhas que se seguem um tema que consideramos situar-se no cruzamento de várias das problemáticas enunciadas. Partindo da análise dos inventários sobreviventes, tentaremos 1) perceber como se inventariava, 2) apurar o que revela a inventariação quanto a práticas de gestão, organização e conservação documental das famílias de Antigo Regime e, 3) provar como o estudo dos arquivos destas organizações é central para a sua compreensão.

---

<sup>6</sup> Algumas das quais levantadas neste volume por Terry Cook e Fernanda Ribeiro. Veja-se sobre MORSEL, Joseph – *Le médiéviste, le lignage et l'effet de réel. La construction du Geschlecht par l'archive en Haute-Allemagne. Revue de Synthèse*. 125 (2004) 83-110; id. «En guise d'introduction. Cit.; id. – La production circulaire d'un concept: le *Geschlecht* (lignage). Contribution à l'approche critique de la *Begriffsgeschichte* in Bernard LACROIX, Xavier LANDRIN (dir.), *L'histoire sociale des concepts. Signifier, classer, représenter (XVIIe-XXe siècle)*, Paris, PUF, no prelo (2012), sobre as distorções presentes no uso do conceito de «linhagem» pelos historiadores em função de insuficientes interrogações da base documental; sobre os excluídos da História pela distorção arquivística, existe numerosa bibliografia, em especial oriunda da aplicação dos estudos pós-coloniais e dos estudos feministas ao arquivo (estudo clássico é o de STOLER, Ann – *Along the Archival Grain. Epistemic Anxieties and Colonial Common Sense*. Princeton: P. University Press, 2009; vejam-se também DUNBAR, Anthony – *Introducing critical race theory to archival discourse: getting the conversation started. Archival Science*, vol. 6, nº 1 (2006), pp. 109-129; SASSOON, Joanna; BURROWS, Toby – *Minority reports: indigenous and community voices in archives. Papers from the 4th International Conference on the History of Records and Archives (ICHORA4)*, Perth, Western Australia, August 2008. *Archival Science*, vol. 9, nºs 1-2 (2009), pp. 1-5; uma visão crítica mas apreciando as interrogações positivas pode ver-se em POUCHEPADASS, Jacques – *A proposito della critica postcoloniale sul "discorso" dell'archivio*». *Quaderni storici*, n. 3/2008 (2008), p.675-690. A interrogação do papel do arquivista como mediador neutro possui também já uma vasta literatura. Vejam-se dois estudos, um mais teórico e outro de aplicação empírica – COOK, Terry – *Remembering the future: appraisal of records and the role of archives in constructing social memory*. In BLOUIN, Francis X. Jr.; ROSENBERG, William G (eds.) – *Archives, Documentation and Institutions of Social Memory. Essays from the Sawyer Seminar*. Michigan University Press, 2007, pp. 169-181; HOLMES, Donna – *Passive keepers or active shapers: a comparative case study of four archival practitioners at the end of the nineteenth century. Archival Science*, vol. 6, nºs 3-4 (2006), pp. 285-298. Sobre as distorções na História de Portugal causadas pelo não –recurso da arquivos de família, que é particularmente gravoso para percebermos de forma completa as elites tardo-medievais, mas q se estende a todo o Antigo Regime, veja-se ROSA, M. L. – *Problemáticas históricas e arquivísticas actuais para o estudo dos arquivos de família portuguesas (Épocas medieval e moderna)*. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 9 (2009), pp. 9-42; e uma aplicação empírica em idem- *Em torno de Álvaro Vaz, cavaleiro de Santiago (m. 1513): um estudo das formas de estruturação das elites sociais "intermédias. As Ordens militares e as ordens de cavalaria entre o Ocidente e o Oriente. Actas do V Encontro sobre a Ordem de Santiago*, pp. 187-245. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 2009. Numa brevíssima síntese no que a este arquivo diz respeito – ele permite-nos verificar por exemplo que os Brito, Nogueira e Brito Nogueira eram gestores activos e peritos – decerto em função da sua história de família, de eclesiásticos a juristas e funcionários camarários e régios – mas não perdendo nem descurando esse *know-how* quando se senhorializam, e fazendo dele um motor da sua prosperidade; por seu lado, os Viscondes Limas também geriam o cartório desde cedo, o que contraria uma leitura do seu poder baseado exclusivamente na força e na proximidade política ao rei; os Viscondes Lima Brito Nogueira serão personagens de grande capacidade gestonária e política, não apenas guerreiros, e são aquelas capacidades, bem como a manutenção de laços e afectos familiares, que lhes permitem ultrapassar turbulências como a Restauração – que dividiu a linhagem – de forma não totalmente facturante para a Casa, e no longo prazo reforçando-a. Estes traços impressionantes carecem de comprovação aprofundada, mas pode-se sem incerteza alguma afirmar que o arquivo de família nos revela elites totalmente diferentes das que se conhecem “pela chancelaria”.

Procuraremos assim alcançar, através do estudo dos inventários – espelhos sim, mas “de Alice”, revelando um “outro lado” que não reflecte limpidamente o de fora – alguns meandros da forma como os produtores e possuidores deste arquivo se foram relacionando com esse «centro de informações da organização» de que eram senhores, parte central do corpo familiar, estrutura organizacional ainda muito por conhecer, na sua real complexidade<sup>7</sup>.

O título escolhido para este artigo pretende reflectir a simultaneidade e indissolubilidade destas duas práticas – inventariar e gerir a informação, gerir a informação e inventariar –, bem como o seu carácter dinâmico. Um inventário é, desde logo, fruto de uma construção da informação, e, depois, do arquivo, e por sua vez passará a construir uma e outro. E, no âmbito de organizações vivas em que nos encontramos, até extinção das Casas ou, de um modo mais geral, até à reformulação do marco jurídico da família com o Código Civil, a inventariação não era um acto técnico nem muito menos tinha o objectivo de dar acesso a historiadores<sup>8</sup>. Nascia de propósitos contingentes, muitas vezes, e com o escopo, antes de mais, da utilização interna, da recuperação da informação para benefício próprio dos proprietários. É imprescindível ter tudo isto em conta na análise e uso dos inventários antigos, sob pena de anacronismo. A este respeito, permita-se uma última explicação quanto ao uso da expressão “gestão da informação documental”, que pode à primeira vista parecer incorrer nesse pecado do historiador. Pelo contrário, ele é usado deliberadamente para permitir um olhar não retrospectivo

<sup>7</sup> Os estudos disponíveis sobre o uso dos arquivos de família comprovam à saciedade como eles eram utilizados para defesa e gestão da organização. Cfr. p.ex. BROWN, W. – When documents are destroyed or lost: lay people and archives in the early Middle Ages. *Early Medieval Europe*, vol. 11, nº 4 (Janeiro 2002), pp. 337-366; ERHART, P. – «Carta ista amalfitana est et nescitur legere». The charters of Cava dei Tirreni and their evidence for early medieval archival practice. *Gazette du livre médiévale*, nº 50 (2007) (em <http://www.palaeographia.org/glm/glm.htm>); GUYARD, Patricia – La gestion de l'écrit dans une famille de serviteurs du roi. Le cartulaire et le chartrier des Mignons. *Bibliothèque de l'École des chartes*, 157 (1999), 523-563; VON KAENEL, Vivianne. *Histoire patrimoniale et mémoire familiale: l'inventaire des archives de la famille Bouvier:1445*. Lausanne: Univ Lausanne, 2003; CASAUS BALLESTER, Maria José – La Casa de Híjar (Teruel) y el uso de algunos archivos. *Boletín de la Sociedad Española de Ciencias y Técnicas historiográficas*. 2 (2006), pp. 103-222; ROMERO TALLAFIGO, M. – Los documentos del archivo como armas defensivas del linaje: el caso del Archivo Ducal de Medicinaceli. In CASAUS BALLESTER, Maria José (coord.) – *Jornadas sobre el señorío ducado de Híjar: sete siglos de história nobiliária*. Híjar: [s. n.], 2007, pp. 111-142; SARRAZIN, Jean-Luc, “Compter, gérer, surveiller: les registres de comptes des seigneuries du Bas-Poitou dépendant de la vicomté de Thouars (XVe-début XVe siècle)”, in *Défendre ses Droits, Construire sa Mémoire*. pp. 103-130; BOURQUIN, L. – Mémoire familiale, mémoire seigneuriale: le chartrier de Chalancey (XVe – XIXe siècle). In idem, pp. 209-222; DION, I. – Le chartrier d'Uzès. In idem, pp. 85-92; FAVREAU, R. – Le chartrier de Saint-Loup. In idem, pp. 75-84; HÉLARY, X. – Un seigneur face a ses archives: le cartulaire de Jean, seigneur de Nesle (Bourgogne, vers 1270). In idem, pp. 51-74; COVINI, Maria – Scrivere al principio. Il carteggio interno sforzesco e la storia documentaria delle istituzioni. In *Reti Medievali Rivista*, vol. 9/1 (2008) (<http://www.retimedievali.it>); GAMBERINI, A. – La memoria dei gentiluomini. I cartulari di lignaggio alla fine del Medioevo. In idem; LEVEROTTI, F. – «L'archivio dei Visconti signori di Milano». In idem; VELASCO DE LA PEÑA, E. – Una visión del archivo del Condado de Aranda a finales del siglo XVIII. In CASAUS BALLESTER, M.ª José (ed.) – *El Condado de Aranda y la nobleza española en el Antiguo Régimen*, Saragoça: Institución «Fernando el Católico» (C.S.I.C.), Diputación de Zaragoza, 2009, pp. 115-138

<sup>8</sup> Cfr. infra, pp. 583 ss.

sobre os arquivos organizacionais que foram tornados históricos por processos de ruptura com os modelos societários de base. Ou seja, para nos permitir olhá-los enquanto arquivos organizacionais, nos quais o que se fazia era, de facto, gerir a informação<sup>9</sup>.

Esta análise será precedida de uma breve história do “arquivo” que foi depositado na Torre do Tombo, para tentar apurar qual a sua relação com o arquivo organizacional dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira. O estado fragmentado e dificilmente avaliável, em termos de completitude da informação produzida, em que se encontra o arquivo actual, impõe uma abordagem deste tipo antes de se poder proceder a análises mais profundas.

## 2. De arquivo vivo a ruína e à entrada no circuito custodial

Na senda do tipo de preocupações acima enunciadas, impõe-se começar por uma interrogação sobre a origem e a genealogia deste arquivo. De facto, é mal conhecida a sua história, e o pouco que sabemos desta aponta para perdas, reconstituições, reagrupamento e mesmo “invenções” de um arquivo de família, que se prolongam até à sua entrada na esfera de um serviço de arquivo público e ao tratamento arquivístico que aí lhe foi dado (a começar pela a denominação que lhe foi atribuída na Torre do Tombo – “Arquivo dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira” – e na “História administrativa/ biográfica/ familiar” presente na ficha descritiva do programa *Digitarq* a ele relativa<sup>10</sup>).

O Arquivo dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira é, antes de mais, e segundo o relato do representante da família<sup>11</sup>, o que se pode chamar um conjunto documental recuperado. Foi reunido por um grupo familiar actual (constituído, à data do depósito na Torre do Tombo, em 27 de Dezembro de 2000, pelo progenitor e seus quatro filhos) a partir da compra em leilões, no ano anterior ao depósito<sup>12</sup>,

<sup>9</sup> A aplicação do conceito de “arquivo organizacional” aos arquivos do passado permite evitar uma historicização simplista dos mesmos, que os veja como “fontes” ou “arquivos históricos”. O conceito de «memória organizacional» pode com proveito ser usado para criticar o estatuto de “memória da Nação” que passa a ser conferida aos arquivos de organizações que são incorporados (em geral forçadamente) no “arquivo nacional” do século XIX, e que dificilmente poderiam ser considerados como pretendendo ou gerando autonomamente tal, sofrendo ademais, não poucas vezes, transformações e mutilações nesse processo de transformação memorialística (cfr. as obras sobre a relação entre arquivos nacionais e Estado-nação cit. supra, nt 4).

<sup>10</sup> <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4343878>. O arquivo será doravante referido por VNC.

<sup>11</sup> Luís Vasconcelos e Sousa, em apresentação pública na “Jornada sobre arquivos de família. Épocas medieval e moderna”, a 20 de Maio de 2009, na FCSH.

<sup>12</sup> Francisco da Silveira de Vasconcelos e Sousa, e filhos, Maria Francisca de Azevedo Vasconcelos e Sousa, Bernardo Luís de Azevedo Vasconcelos e Sousa, Luís de Azevedo Vasconcelos e Sousa, Maria da Luz de Azevedo Coutinho Vasconcelos e Sousa (cfr. SOUSA, B. Vasconcelos e, SOUSA, L. Vasconcelos e, “O arquivo dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira”, *Casa Nobre. Um património para o futuro. Actas do 2º Congresso Internacional*. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2011, pp. 75-79, p. 75, nt. 1.

de documentação que dizia respeito a uma parte da sua ascendência familiar e da qual tinham perdido o rasto após a venda da casa familiar que albergou, até 1970, o referido progenitor e os seus irmãos. O testemunho do representante deste grupo indica que mesmo aquando da ubiquação na casa familiar, o “arquivo” era pouco ou nada conhecido, ajudando a tal a sua localização em sótãos. Na mesma casa existia uma biblioteca, onde se guardavam, a par dos livros de colecção, um conjunto (indeterminado) de livros do “arquivo de família” (o conjunto que esteve depositado na Torre do Tombo pautava-se, de facto, por uma estranha quase completa ausência de livros). Alguns destes livros foram adquiridos pelo progenitor do grupo familiar referido, aquando da venda da casa de família, mas não estão descritos nem acessíveis. Os caixotes do sótão teriam ficado no local após a venda, e as circunstâncias do surgimento de diferentes partes à venda, em diversos leilões, décadas depois, são desconhecidas.

Este atribulado percurso é um primeiro de muitos escolhos na tarefa de compreender do que se trata e de tomar decisões sobre a organização. O que estava nos sótãos da casa familiar é desconhecido; o que foi deixado de fora do circuito leiloeiro, inavaliável; seria preciso averiguar completamente a relação entre o que foi colocado em leilão e o que foi adquirido; por fim, seria necessário apurar profissionalmente o que foi entregue para descrição na Torre do Tombo e o que ficou na mão da família contratante. Todos estes aspectos são muito importantes aferir da genuinidade da coesão do conjunto documental. Este “termina”, com efeito, em 1877 (data do documento mais recente), o que coincide com o ano da morte do último descendente masculino dos Marqueses de Ponte de Lima e Viscondes de Vila Nova de Cerveira, José Maria Xavier de Lima de Vasconcelos Brito Nogueira, 3º marquês de Ponte de Lima e 16º visconde de Vila Nova de Cerveira<sup>13</sup>. Porém, os documentos da centúria de ‘800 são escassíssimos em relação aos dos séculos anteriores, e é impossível que a Casa apenas tivesse produzido esta quantidade de documentação durante o século XIX. E, se dispomos de algo que poderia ser considerado como um “espelho” do Arquivo enquanto entidade ainda viva, o inventário de 1819, mandado fazer pelo 2º Marquês de Ponte de Lima e 15º Visconde de Vila Nova de Cerveira, Tomás Xavier de Lima Brito Nogueira Vasconcelos Teles da Silva<sup>14</sup>, a verdade é que este documento não indica quantidades de documentos, o que torna difícil a comparação, e mais certo ainda é que um seu estatuto especular deve ser interrogado,

<sup>13</sup>Em EURICO, Pedro – O último Marquês de Ponte de Lima (esboço biográfico e histórico. In IDEM-*Figuras do passado*. Lisboa: sn, 1915, podem encontrar-se alguns elementos biográficos, a utilizar com os devidos cuidados.

<sup>14</sup>Sobre ele ver “Ponte de Lima, 2º marquês de”, *Portugal – Dicionário Histórico*, ed. João Romano Torres, 1904-1915 (agora disponível na internet em <http://www.arqnet.pt/dicionario/00002n.html>) [<http://www.arqnet.pt/dicionario/pontelima2m.html>]; GOMES, José A. M. – A nobreza titulada de Ponte de Lima. (<http://nobreza-pontelima.blogspot.com/9> p. 3; sobre o inventário, cfr. *infra*, p. 583.

como mediação que é<sup>15</sup>. Por fim, a organização híbrida e sem distinção de famílias produtoras, que foi dada ao acervo, na Torre do Tombo, complica uma análise qualitativa<sup>16</sup>.

Se o arquivo entregue à Torre do Tombo estava originalmente separado em função do marco acima referido, temos que reconhecer por um lado que está extremamente desfalcado (como, quando e porquê, apenas o estabelecimentos dos parâmetros supra indicados permitirá definir) mas que, por outro, tem uma unidade documental que acompanha a história da família produtora e, também, mesmo nas desgraças, a da sua habitação mãe. Com efeito, o último Marquês de Ponte de Lima morreu solteiro e sem descendentes directos, tal como, pouco depois, o irmão e irmã que com ele habitavam o Palácio da Rosa, então em acentuado estado de deterioração<sup>17</sup>. Herdará as propriedades a sobrinha, filha de uma irmã, mais nova, mas que morrera muito antes dos restantes irmãos, em 1848. Esta irmã casara em 1835 com António de Vasconcelos e Sousa Caminha Faro e Veiga, 4º marquês de Castelo Melhor<sup>18</sup>, e dele tivera quatro filhos. Para além de um falecido em criança e de uma filha que morre solteira em 1883, ao casal nascera o herdeiro do título e uma outra filha, a mais velha, que casara em 1870 com Manuel Maria Duarte Ximenes de Azevedo. O referido herdeiro, que virá a ser o 5º marquês de Castelo Melhor, de seu nome João de Vasconcelos e Sousa Câmara de Caminha de Faro e Veiga, morre solteiro em 1878. Tendo uma única filha ilegítima, os bens serão herdados pela irmã. Helena do Santíssimo Sacramento Maria Josefa Francisca de Assis Ana de Vasconcelos e Sousa herda assim, em 1877, os bens do tio materno, Marquês de Ponte de Lima e Visconde de Vila Nova de Cerveira; em 1878, os do irmão; e fica viúva neste mesmo ano<sup>19</sup>.

Esta sucessão de acontecimentos teve seguramente consequências no destino do arquivo dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira /Marqueses de Ponte de Lima. A agora Marquesa venderá em 1889 o Palácio Castelo Melhor, onde residia

<sup>15</sup> Cfr. infra, p. 580.

<sup>16</sup> Cfr. o campo “sistema de organização” em <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4343878>. Optou-se por uma solução totalmente híbrida, que junta por um lado três documentos do arquivo que proporcionariam a “organização original” (mas que, como veremos, têm estatutos, natureza e âmbitos completamente diferentes – cfr. infra, p. 583 ss.) e, por outro, uma “organização atribuída”, que consiste em seis secções ora temáticas ora territoriais/ orgánicas (?) (Secção A: Organização e constituição do arquivo; Secção B: Administração da casa; Secção R: Marqueses de Ponte de Lima; Secção S: Deado de Évora; Secção T: Contencioso; Secção U: Colecção de documentos). Sem querer avançar na crítica deste “sistema de organização”, diremos apenas que ele foi feito sem ter em conta toda a bibliografia disponível sobre o assunto.

<sup>17</sup> EURICO, Pedro – O ultimo marquez; GONÇALVES, A. M. – Rosa (Palácio da). In SANTANA, Francisco – SUCENA, Eduardo, (dir. de) – *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Pontes & Associados – Consultores, Lda, 1994, pp. 783-784.

<sup>18</sup> Para as genealogias da segunda metade do século XIX e século XX, seguimos GOMES, José Aníbal Marinho – A nobreza titulada; recorreremos também, até onde foi possível, a FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*. Vols. I-III. Lisboa: IN-CM, 1996; e a artigos do *Portugal Dicionario*, cit., que serão referidos de per se.

<sup>19</sup> GOMES, José Aníbal Marinho – A nobreza titulada, p. 3.

o irmão<sup>20</sup>; já anos antes, logo após a morte do irmão, em 1878, fora leiloada a riquíssima livraria<sup>21</sup>. Regressa à Rosa, onde virá a falecer, em 1900<sup>22</sup>. O retorno à casa dos Limas Brito Nogueiras [Teles da Silva] fazia-se agora com a presença de uma estirpe de igual ou maior importância histórica e social<sup>23</sup>, que terá com certeza trazido o seu arquivo, mesmo se vendera a livraria; o Palácio conhecera uma grande decadência nos anos anteriores; por fim, decorrera durante a vida do último Marquês de Ponte de Lima e Visconde de Vila Nova de Cerveira o processo de extinção dos vínculos. Os “papéis” próprios desta era tinham perdido importância prática e talvez tenham perdido a partir de então, muito da sua aura simbólica. Como dissemos, o arquivo estaria no sótão da casa. É certo que a identificação com os antepassados se poderia ter feito por outras vias, como seja o local de residência – teria certamente relevo o facto de viverem no Palácio da Rosa, com origem na casa ancestral dos Nogueiras, e residência dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira em Lisboa a partir da aliança com esta família, já então Brito-Nogueira, em meados do século XVI, que estava situado por acréscimo na Rua Marquês de Ponte de Lima; e teriam também importância parâmetros como os símbolos heráldicos ou as efemérides religiosas secularmente realizadas em S. Lourenço de Lisboa, continuado panteão familiar<sup>24</sup>. Porém, apenas um inquérito de antropologia arquivística permitiria apurar ao certo como tudo isto (não) interferiu na conservação do arquivo, face tanto à “concorrência” de outros ramos familiares também dotados de história, como quanto às vicissitudes do tempo.

Retomemos a tentativa de história do acervo. A única filha sobrevivente da Marquesa em quem se reúnem as duas casas, nascida em 1871, irá também viver no mesmo palácio, que será beneficiado por uma grande campanha de obras, entre 1904 e 1906, custeada pelo marido, João da Silveira Pinto da Fonseca<sup>25</sup>, 3º visconde da Várzea de Abrunhais, com quem casara em 1888<sup>26</sup>. Aí falecerá em 1932, e aí residirá o filho mais velho, Bernardo Manuel Vasconcelos e Sousa<sup>27</sup>. Na sequência

<sup>20</sup> ATAÍDE, Carlos Schneeberger de – *Palácio Foz*. Lisboa: GMCS, 1984 (consultado em linha em [http://www.gmcs.pt/palaciofoz/P\\_Foz/p\\_f.pdf](http://www.gmcs.pt/palaciofoz/P_Foz/p_f.pdf)). Fora inaugurado em 1858, após quase cem anos de obras.

<sup>21</sup> *Catálogo dos preciosos manuscritos da bibliotheca da Casa dos Marquizes de Castello Melhor. Documentos officiaes, grande número de autographos, obras originaes e ineditas*, Lisboa, 1878.

<sup>22</sup> GOMES, José Aníbal Marinho – A nobreza titulada p. 4.

<sup>23</sup> Ou seja, “Vasconcelos e Sousa”, Marqueses de Castelo Melhor, apelido e título que a partir daí irão predominar, mesmo em caso de sucessão feminina, que rapidamente se verifica e duplica (casamento com Manuel Maria Duarte Ximenes de Azevedo) e, na geração seguinte, João da Silveira Pinto da Fonseca Correia de Lacerda de Eça e Altro de Figueiredo de Sousa e Alvim) (GOMES, José Aníbal Marinho – A nobreza titulada p. 4).

<sup>24</sup> As festas em S. Lourenço, com participação popular, são referidas pela viscondessa Joana de Vasconcelos, mulher de D. Diogo Lima Brito Nogueira, nas cartas ao marido, então em campanha (OLIVEIRA, Ana L. P. – *Cartas de amor: correspondência de D. Joana de Vasconcellos e Meneses para seu marido D. Diogo de Lima, 1642-1644*. 2 vols. Porto: dissert. mestrado Univers. Porto, 1983, vol. 1, pp. 32-33, 53; vol. 2, pp. 25-27).

<sup>25</sup> Informação da ficha “Palácio da Rosa”, do SIPA: [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=14192](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=14192) [consultado em Agosto 2011].

<sup>26</sup> GOMES, José Aníbal Marinho – A nobreza titulada p. 4.

<sup>27</sup> GOMES, José Aníbal Marinho – A nobreza titulada p. 4; ficha “Palácio da Rosa”.

da morte deste, em 1964, deixando oito filhos sobreviventes e vários netos, o Palácio será vendido à Câmara Municipal de 1970<sup>28</sup>. Ao que parece, terá sido o silêncio a que estavam há muito votados os documentos mais antigos a provocar que o arquivo ficasse no palácio, sem que ninguém tivesse grande consciência de tal<sup>29</sup>.

Para além das vicissitudes específicas à história familiar, devem assinalar-se como factores de turbulência um conjunto de modificações sócio-políticas de base, ocorridas durante todo o século XIX: a extinção dos vínculos, a promulgação do Código Civil, as alterações ao estatuto da família como instituição, obrigatoriedade de partilha igualitária, etc. Como é sabido, a família como instituição de direito de Antigo Regime, submetida às regras da sucessão masculina dos bens vinculados e dos títulos ou beneficiando de excepções a ela, podendo ainda acumular vários títulos, sofreu modificações profundas ao longo da centúria de Oitocentos, sendo que alguns dos seus elementos essenciais foram de facto abolidos pelo Código Civil e, a persistir, revestiam formas para-legais<sup>30</sup>. As últimas configurações antigas desta estrutura sócio-económico-política foram abolidas pela instauração de República em 1910. Um “arquivo” que permaneceu no que terá sido um dos seus principais locais de produção até aos anos ’70 do século XX reflectiria portanto todas estas transformações e os conjuntos documentais foram, sem qualquer espécie de dúvida, modificados em função delas. Quais as modificações, e qual a profundidade da mesma, é algo que só o estudo detalhado do acervo existente, e a determinação o mais possível exacta, do lugar deste no conjunto realmente produzido, permitirá apurar. Vejamos algumas vias desse longo caminho a percorrer.

<sup>28</sup> Ficha “Palácio da Rosa”, cit.

<sup>29</sup> Luís Vasconcelos e Sousa, intervenção cit. nt. 11.

<sup>30</sup> ESTEVES, Judite – *Do morgadio à divisão igualitária dos bens: extinção do morgadio e estratégias de perpetuação do poder familiar: entre o fim do século XIX e o século XX*. Lisboa: dissert. doutoramento FCSH/UNL, 2008.

### 3. Por detrás dos “espelhos”: géneses dos inventários e usos do arquivo

Uma das formas primeiras de estudar a conservação documental e a sua organização é o exame de “instrumentos de descrição” coevos dos acervos. Esta abordagem tem sido seguida nos trabalhos sobre arquivos históricos nas últimas décadas, tanto de família como de outras organizações, e tem incluído com frequência a edição daqueles documentos<sup>31</sup>. Eles proporcionam, de certo modo, um “espelho” do que seria o arquivo, para além de conterem por vezes descrições generosas de documentos de outro modo desconhecidos. É preciso porém aprofundar o estudo dos inventários, índices, etc., pois qualquer teoria especular simples é no mínimo ingénuo e estes documentos constroem o arquivo mais do que o descrevem, numa acepção técnica do termo. E “constroem-no” seja de uma forma simples – porque são parciais, genéricos, ou inacabados – seja de modos mais complexos: tendo subjacentes organizações documentais inspiradas por teorizações e perspectivas ou resultando de intenções de uso do arquivo para determinados fins, nomeadamente o jurídico, em casos de conflitos sucessórios, patrimoniais, com a Coroa, etc. A conservação organizacional não era antiquarizante nem historicista. Construía e destruía a

<sup>31</sup> MOURIER, Jq.- Les inventaires d'archives du Moyen Âge à la Révolution Quelques exemples dans les terres du sud. In DIOT, M.-F., BROUZENG, P. (dir.)- *Transmission et diffusion des savoirs dans le sud de la France*. Paris: CTHS, 2007, pp. 150-160; CONDE Y DELGADO DE MOLINA, Rafael – *Reyes e archivos en la Corona de Aragón. Sete siglos de reglamentación y praxis archivística (siglos XII-XIX)*, Zaragoza: Institución «Fernando el Católico» (C.S.I.C.), 2008; NAVARRO BONILLA, Diego – *Escritura, Poder y Archivo. La Organización Documental de la Diputación del Reino de Aragón (siglos XV-XVIII)*, Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2004; GUYOTJEANNIN, Olivier – Les chartiers seigneuriaux au miroir de leurs inventaires (France, XVe-XVIIIe siècle): in *Défendre ses Droits, Construire sa Mémoire*, pp. 35-50; SAVY, Pierre – Un aspect méconnu du «paysage documentaire» italien à la fin du Moyen Age: la production de registres en milieu seigneurial. In *Défendre ses Droits, Construire sa Mémoire*, pp. 131-148; IRANZO MUÑO, Maria T. – Arqueologia del archivo: inventários de los condes de Aranda. In CASAUS BALLESTER, M.ª José (ed.) – *El Condado de Aranda y la nobleza española en el Antiguo Régimen*, Saragoça: Institución Fernando El Católico (CSIC), 2009, pp. 85-114; DEHOVE, Pierre, NIEUS, Jean-François – Aux origines de la science princière des archives: le premier chartier des comtes de Namur et son inventaire de 1263. *Bibliothèque de l'École des Chartes*, t. 168, fasc. 1 (2010), pp. 95-149. Em Portugal há já também um pequeno mas excelente conjunto de estudos nesta área: RIBEIRO, F. – Como seria a estrutura primitiva do Arquivo da Casa da Coroa (Torre do Tombo). In FONSECA, L.A. da (et al.) (coord.) – *Os reinos ibéricos na Idade Média. Livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto/ Liv. Civilização Ed. 2003, vol. III, pp. 1401-1414; GOMES, Saul – O “Inventário das Escrituras” do Convento de S. Francisco de Santarém de [1411]. Observações breves acerca da praxis arquivística medieval portuguesa. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 3 (2003) [2004], pp. 263-292; idem “Donationes Cvstodiantvr: Donationes Serventvr”. Da memória e praxis arquivística do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaca em tempos medievais. *Humanitas*, 57 (2005), Coimbra, pp. 245-269; ROLDÃO, Filipa – *A memória da cidade. Administração urbana e práticas de escrita em Évora (1415-1536)*, Lisboa: dissert. doutoramento apes. FL-UL, 2011, ver contribuição Abel Rodrigues/Armando Malheiro neste volume. Uma perspectiva inovadora tem surgido ainda em estudos que podemos referir a uma história cultural e política da classificação em arquivos – DE VIVO, F. – Ordering the archive in early modern Venice (1400-1650). *Archival Science* 10, n. 3 (2010), pp. 231-248; HEAD, Randolph C. – Mirroring governance: archives, inventories and political knowledge in early modern Switzerland and Europe. *Archival Science* 7, n. 4 (2008), pp. 317-329; GROSSE, Christian – Techniques de l'écrit et contrôle social à l'époque moderne: les pratiques d'enregistrement des institutions genevoises, XVIe siècle. In CERUTTI, Mauro (et al.) (dir.) – *Penser l'archive: histoire d'archives, archives d'histoire*. Lausanne: Éditions Antipodes, 2006, p. 21.34.

documentação em função dos seus interesses, gradualmente de uma memória do passado, e em função da sua recuperação e uso.

Os arquivos podem assim com proveito ser considerados construções discursivas e não resultados puramente orgânicos da actividade das organizações<sup>32</sup>. É através das mediações de recuperação dos documentos que estas “construções” melhor nos chegam. Chamemos-lhes “inventários” para simplificar, mas na verdade eles são instrumentos multiformes, selectivos, parciais. Na sua génese esteve o pensamento classificativo escolástico, as formas de apropriação do texto, as listas, e outras formas de organização e de recuperação da informação<sup>33</sup>; obedeceram depois a objectivos vários, desde a resposta a um problema legal (e compilando portanto apenas os documentos que a ele obviavam), até à glorificação da linhagem, neste caso constituindo um género híbrido de genealogia, história, inventário de arquivo (seleccionando apenas o que glorificava, obviamente), transcrição de documentos de arquivos régios, municipais ou eclesiásticos), passando pela gestão dos domínios e jurisdições, e sendo portanto organizados em função da geografia destes. Depois, a partir do século XVIII, as mutações sócio culturais vieram trazer os inventários de carácter histórico, os de rápida recuperação com fins utilitários, baseados portanto numa reorganização racionalistas que obedecem ao princípio da “ordem para o bom uso”<sup>34</sup>, ou os inventários resultantes da transformação da

<sup>32</sup> Sob esta perspectiva, cfr. por ex. DUFF, Wendy; HARRIS, Verne – Stories and names: Archival description as narrating records and constructing meanings. *Archival Science*, vol. 2, nºs 3-4 (2002), pp. 263-285; COOK, Terry – Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts. *Archival Science*, vol. 1, nº1 (2001), pp. 3-24; COOK, Terry – The Archive(s) is a Foreign Country: Historians, Archivists and the Changing Archival Landscape. *The Canadian Historical Review*, 90, 3 (Setembro 2009), pp. 497-534; Dirks, Nicholas B. – Annals of the archive: ethnographic notes on the sources of history. In AXEL, Brian K. (ed.) – *From the margins: historical anthropology and its futures*. Durham: Duke University Press, 2002, pp. 47-65; POUCHEPADASS, Jacques – Sur la critique.

<sup>33</sup> HEAD, Randolph C. – Making information in Early modern European archives. Comunicação apresentada no 126th Annual Meeting of the American Historical Association (06.01.2012), dedicado ao tema “A History of Information” (sessão plenária – “How to Write a History of Information: A Session in Honor of Peter Burke”). Agradeço ao autor a autorização para o citar aqui. TEUSCHER, Simon – Document collections, mobilized regulations, and the making of customary law at the end of the Middle Ages. *Archival Science* vol. 10, n. 3 (2010), pp. 211-229.

<sup>34</sup> Cfr. a contribuição de Abel Rodrigues e Armando Malheiro neste volume e biblio. citada. Outros estudos sobre as reorganizações de cartórios senhoriais por “feudistes”, administradores, arquivistas e paleógrafos ou mesmo os próprios senhores: INSABATO, Elisabeta – Le “nostre care scritte”: la trasmissione delle carte di famiglia nei grandi casati toscani dal XV al XVIII secolo in LAMIONI, Claudio (ed.) – *Istituzioni e società in Toscana nell'età moderna. Atti delle giornate di studio dedicate a Giuseppe Pansini*. Roma: Ministero per Beni e le attività culturali; Ufficio Centrale per i beni archivistici, 1994, vol. II, pp. 878-911; INSABATO, Elisabeta – Un momento fondamentale nell'organizzazione degli archivi di famiglia in Italia: il Settecento. In *Il futuro della memoria. Atti del convegno internazionale di studi sugli archivi di famiglie e di persone (Capri, 9-13 settembre 1991)*. Roma: Ministero per i beni culturali e ambientali Ufficio centrale per i beni archivistici, 1997, vol. 1, pp. 289-310; VALDÈS, Marina, “Ordinamenti ottocenteschi negli archivi feudali sardi: gli archivi Amat di San Filippo e Amat di Villarios”, in idem, pp. 816-827; BRELOT, Claude-Isabelle – *Des chartriers aux papiers de famille et à l'organisation de la conservation (XIXe-XXe siècles)*, in *Défendre ses Droits*, pp. 299-316; GOUJON, Bertrand – *Entre lieux de la mémoire familiale et fonds oubliés: les archives privées de la Maison d'Arenberg*, in Idem, pp. 317-332; CONTAMINE, Philippe – Louis-Charles, duc de La Trémoille (1838-1911), ordonnateur, conservateur, restaurateur et dispensateur des archives de sa Maison, in Idem, pp. 333-360; PONCET, Olivier – *Lusage des*

propriedade de Antigo Regime na propriedade das sociedades liberais. Um dos exemplos mais claros, falando a partir das tipologias arquivísticas, é de facto a inutilização de todos os títulos de propriedade vinculada durante o longo processo de abolição dos vínculos, que se estendeu de Pombal a 1863. Se num primeiro momento implicou em muitos casos arrumações e renovações, em função da obrigatoriedade de apresentar títulos originais, documentos de comprovação da sucessão, etc (que numa segunda fase causou amiúde, de resto, desaparecimento daqueles, entregues a procuradores ou aos serviços régios e não mais devolvidos), às abolições vinculares correspondeu em geral a inutilização dos documentos antigos ou a transferência dos que ainda serviam de prova, para os compradores da propriedade então tornada livre. É preciso ainda ter em conta outros factores de reorganização, mais ou menos típicos deste tipo de arquivos<sup>35</sup>: o maior prestígio histórico, em determinadas fases, de certos ramos da família, mesmo se integrados por via feminina; as colecções históricas devidas a membros da família eruditos ou a tendências/modas historiográficas e/ou genealógicas, muito frequentes a partir de meados do século XVIII; as mudanças de residências; os leilões das livrarias, correntíssimos no século XIX, e onde seguiam unidades arquivísticas, em geral os livros guardados na Livraria, ou documentos com maior “valor histórico” e já inúteis do ponto de vista administrativo. Inventariar títulos de propriedade livre e transmissível era completamente diferente de inventariar documentos de propriedades constrangidas pelo sistema vincular... É portanto imprescindível reconstituir os contextos de produção dos inventários para conseguirmos avaliar a importância, representatividade, função, etc, de qualquer documento inventariado e do conjunto.

Nesta perspectiva, os “instrumentos de descrição documental” (passe o anacronismo e para usar uma designação genérica, como dissemos) do Arquivo dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira, como os de quaisquer outros arquivos, têm que ser estudados em si. A reorganização feita na Torre do Tombo coloca na secção “A – Organização e constituição do arquivo” um vasto conjunto de documentos que dificilmente podem ser considerados índices do(s) Arquivo(s) (e sobretudo nunca “do Arquivo”)<sup>36</sup>. A circunstância de muitos de encontrarem truncados, não datados,

---

*charriers seigneuriaux par les érudits et généalogistes en France dans la première moitié du XVIIe siècle*, in Idem, pp. 247-272; AGUINAGALDE OLAIZOLA, Francisco de Borja – Erudición y organización de archivos privados en la monarquía absoluta: de la función común a la configuración de una profesión específica in GIMENO BLAY, Francisco M. (ed.) – *Erudición y Discurso Histórico: las instituciones europeas (s. XVIII-XIX)*. Valencia: Universitat, 1993, pp. 129-156; MIGUÉS, Victor Manuel – *Os arquivos privados e a nobreza: un apuntamento histórico-arquivístico: o caso galego a través do fondo do Marquesado de “San Martín” de Ombreiro*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia 2002.

<sup>35</sup>Cfr. bib. cit. nota supra.

<sup>36</sup> Deixando depois de fora dela, espalhadas pelas outras secções topográficas ou temáticas, documentos claramente afins aos colocados aqui. Exemplos de tal – VNC, cx. 12, doc. 20; VNC, cx. 12, doc. 18 – ambos na

e re-copiados uns dos outros, dificulta o trabalho de identificação da natureza e objectivo de cada um deles; apenas um trabalho aprofundado de investigação permitiria discernir, tanto quanto possível, aqueles elementos. Um dos exemplos mais claros é o conjunto documental intitulado “Relação de todos os papéis, instituições, mercês e títulos de fazendas e outras mais notícias que se acham no arquivo do excelentíssimo senhor D. Tomás de Lima, Visconde de Vila Nova de Cerveira”<sup>37</sup> – a que voltaremos<sup>38</sup> –, que contém um misto de genealogia e história das várias linhagens, com “índice do cartório” e listas de documentos existentes no Arquivo Real relativos à família. Este tipo híbrido de história, genealogia, e escrito de defesa de interesses, é comum nos arquivos de família e corresponde a épocas ou de interesse erudito pelo passado familiar, ou de defesa de interesses<sup>39</sup>.

De resto, o que encontramos no “Arquivo dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira” são inventários, de múltiplas origens e naturezas, dos diversos arquivos que compõem aquele universo de informação. Como referimos, o mais próximo de um inventário geral da Casa de que dispomos data de 1819 e não parece compreender os documentos do Viscondado do Minho, que assim nunca terão estado em Lisboa, a não ser em parcelas acidentais<sup>40</sup>. Começamos por ele para, fazendo um caminho inverso, irmos ao encontro dos inventários de núcleos de informação anteriores e de outros testemunhos do que parece terem sido importantes gestões do(s) arquivo(s) e uma sua contínua reconstrução. Deixamos a nota de que uma completa percepção do que significaram todos estes inventários só poderá ser alcançada pela sua contextualização na história das famílias envolvidas e, em especial, dos senhores que foram seus chefes, nas sucessivas gerações. Sempre que possível avançaremos alguns dados sobre isto, nos limites de um pequeno escrito como este.

### 3.1. O último inventário: o índice de 1819

Em 1819 – portanto cerca de setenta anos antes do termo do arquivo tal como o conhecemos, e em provável função do que acima narrámos acima –, o “Cartório do Senhor Marquês de Ponte de Lima” é dotado de um “índice”, que se apresenta como instrumento orientador das buscas documentais do que nele existe<sup>41</sup>. Numa

---

Secção C (Viscondado do Minho, 1345-1830); VNC, cx. 1, doc. 61; VNC, cx. 19, doc. 15, ambos na Secção D (Morgado de Santa Ana, 1267-1877); VNC, cx. 30, doc. 66, na Secção B (Administração da Casa, 1392-1842).

<sup>37</sup> VNC, cx. 2, docs. 9 e 10.

<sup>38</sup> *Infra*, p. 586.

<sup>39</sup> Cfr. bibliografia cit. *supra*, nt. 34.

<sup>40</sup> Cfr. *infra*, p. 589.

<sup>41</sup> *Livro Geral do cartório de D. Tomás José Xavier de Lima, 2º Marquês de Ponte de Lima*, no qual se contém todos os títulos e padrões, morgados, senhorios, propriedades, quintas, fazendas, foros, casais e mais rendas, privilégios, bulas apostólicas, testamentos e outros bens que pertencem à dita casa. Tudo extraído dos originais, títulos e mais documentos que no dito cartório se acham mando (sic) por ordem do dito senhor em Julho de 1819 – VNC, A, 0001 (disponível em CD na sala de leitura da Torre do Tombo).

primeira parte descreve sumariamente os trinta e oito maços do cartório, que vemos estarem organizados de forma miscelânea: tipologias documentais, assuntos e zonas geográficas. Até ao maço nº 12 inclusive e, depois, nos maços 17, 21, 22 e 25, são descritos um a um os documentos, através de títulos tipológicos e/ou temáticos e uma cota numérica; de seguida, recomeçando a numeração dos maços, aprofunda-se a descrição dos documentos, que em alguns dos maços acima referidos comporta a data e sumários bastante completos, embora em muitos o trabalho não tenha chegado a ser feito. Os maços com descrição detalhada (maços 1, 2, 3 e 23) são, não por acaso, os de documentos dos morgados oriundos dos Brito-Nogueiras, que como veremos entram na Casa bem descritos<sup>42</sup>, e um outro, com documentos de grande importância prática, ou seja, “bens da Coroa, padrões e tenças” (maço 25). O “índice” não parece indiciar um trabalho muito profundo de reorganização ou este, a ter sido pensado, não foi terminado. Os maços já tinham uma numeração sequencial que não foi alterada, embora se tenham fundido três deles<sup>43</sup>. Por outro lado, os maços cuja descrição é feita em maior profundidade correspondem quase totalmente ao acervo relativo aos morgadios e capelas dos Nogueiras, Britos e Brito-Nogueiras<sup>44</sup>. Por fim, embora não seja possível afirmá-lo com toda a segurança, pois muitos maços são descritos de forma sumária, não parecem estar no Cartório os documentos relativos aos bens do Norte de Portugal e muita outra documentação de posse, partilhas, testamentaria, cartas régias e nomeações, etc. Sabemos que no século XVII existia um cartório em Ponte de Lima<sup>45</sup>, que terá continuado a existir, com toda a probabilidade, pois o Paço de residência manteve-se na família até 1876<sup>46</sup>. Isso explicará em princípio porque os documentos não estão arrolados no índice do Cartório de Lisboa, se bem que não totalmente, pois sabemos que documentos das propriedades do Norte foram por vezes trazidos para a capital<sup>47</sup>. Mas as restantes lacunas, bem como a total ausência de livros, levam-nos a ter que supor que ou o índice é parcial ou o cartório estava já muito desfalcado à data da sua elaboração. Não dispomos infelizmente de quaisquer dados sobre o seu autor, ao contrário de um conjunto de listas afins feitas pela mesma altura, em diversos arquivos de família<sup>48</sup>. Importa sobretudo, quanto a um

<sup>42</sup> Cfr. análise infra, p. 591.

<sup>43</sup> Nos. 16, 19 e 23.

<sup>44</sup> Mçs 1, 2, 3 e 22. Possui também um sumário semelhante o mç. 25, mas tal poderá explicar-se, quanto a nós, pela importância da documentação e maior facilidade de inventariação (“bens da Coroa, padrões e tenças”). Mas o mç. 26, que teria características afins – “ajustes do Marquês de Tenório, da Condessa de Mesquitela, testamentos, inventários, partilhas e dotes do Visconde D. Lourenço e seus filhos”, não está inventariado, e isso leva-nos a crer que o trabalho não foi terminado

<sup>45</sup> Cfr. infra, p. 589.

<sup>46</sup> PAIVA, Maria A. – A casa nobre no concelho de Ponte de Lima. D. Leonel de Lima: rupturas e evolução do espaço urbano quatrocentista. in *Casa Nobre. Um património para o futuro. Actas do 2º Congresso Internacional*, pp. 565-581 (p. 581).

<sup>47</sup> Cfr. infra, pp. 589-590.

<sup>48</sup> Cfr. a contribuição de Abel Rodrigues e Armando Malheiro neste volume.

uso informativo, realçar que o seu valor deve ser ponderado em função do acima exposto; e quanto a um uso essencial, que se poderá supor uma fraca utilização do Cartório e/ou uma sua reorganização sumária, não vocacionada, em primeira instância, para a recuperação rápida da informação que nascesse da necessidade de utilização diária.

### 3.2. *Gestão da informação documental dos Limas [Britos-Nogueiras-Vasconcelos-Teles da Silva]*

Para as gerações imediatamente anteriores, temos poucos mas importantes testemunhos relativos ao cartório. O avô do Marquês que mandara fazer o inventário de 1819, de seu nome Tomás Xavier de Lima Brito Nogueira Vasconcelos Teles da Silva (1º marquês de Ponte de Lima e 13º Visconde de Vila Nova de Cerveira), manda copiar documentos do cartório em 1774 e pede na Torre do Tombo cópias de documentos relativos à sua casa, em 1769. Em ambos os casos a finalidade terá sido a de reclamação de direitos de propriedade e padroado, pelo que conseguimos saber<sup>49</sup>. Datará também do seu viscondado uma verificação do cartório bastante exaustiva, que aponta maço a maço os documentos em falta<sup>50</sup>. A realização desta empreitada poderá relacionar-se com o pendor administrativo e com a veia erudita de D. Tomás Xavier, que desempenhou elevados cargos na administração do Reino (entre outras, presidência do Erário régio e do Conselho da Fazenda) e que era membro da Academia das Ciências, além de ter sido o director do Real Colégio dos Nobres e inspector da Real Biblioteca Pública<sup>51</sup>. Promoveu ainda importantes obras de ampliação e dignificação do Palácio em Ponte de Lima, no qual em 1779 foi fundada, seguramente sob seu patrocínio, a “primeira academia rural do país”<sup>52</sup>.

Recuando no tempo, sabemos que o seu pai, Tomás da Silva Teles<sup>53</sup>, por seu lado, “retirou títulos para os mostrar a D. Carlos de Meneses”, deixando deles uma relação, que nos elucida serem títulos de uma propriedade em Alenquer<sup>54</sup>, vinda

<sup>49</sup> Em 1769, Outubro 27, são pedidos documentos sobre propriedades de Ponte de Lima (VNC, cx. 14, doc 28); em 1774, Julho 13, são tresladados documentos sobre as Igrejas de S. Cosme e de S. Martinho de Cabana Maior, concelho de Arcos de Valdevez (VNC, cx. 55, doc. 44).

<sup>50</sup> “Apontamentos e informações sobre os documentos existentes no arquivo da Casa”, VNC, cx. 2, doc. 4. O documento não está datado, mas uma menção no mç. 4, quanto à falta do documento 525, refere a existência de uma “memória do excelentíssimo senhor visconde pai que os tirara e se devem procurar”; e sabemos que essa documentação tinha sido retirada pelo Visconde Tomás da Silva Teles, pai deste (cfr.nt seguinte).

<sup>51</sup> GOMES, José A. Marinho – A nobreza titulada, p. 1; FREIRE, A. Braamcamp – *Brasões*, vol. III, p. 92; vol. II, pp. 111-112. No verbete relativo ao Visconde em *Portugal – Dicionário Histórico*, encontram-se as informações sobre os cargos, devendo porém descontar-se o tom de redacção do artigo (<http://www.arqnet.pt/dicionario/pontelima1m.html>).

<sup>52</sup> PAIVA, Maria A. – A casa nobre, pp. 578-79.

<sup>53</sup> Verbetes Vila Nova de Cerveira (D. Tomás da Silva Teles, 13º visconde de). In *Portugal – Dicionário Histórico*. (<http://www.arqnet.pt/dicionario/vilanovac13v.html>); FREIRE, A. Braamcamp – *Brasões*, vol. III, p. 92.

<sup>54</sup> “Papel que informa que o Visconde de Vila Nova de Cerveira, Tomás da Silva Teles, retirou estes títulos para os mostrar a D. Carlos de Meneses”. O documento não tem data, podendo ser atribuído aos anos entre 1721,

dos Vasconcelos, família a que pertencia a bisavó da Viscondessa sua mulher, com outros oriundos da administração do bem dentro da família, uma geração depois da entrada. Este registo aponta para práticas de gestão documental em diferentes gerações, mas o facto de se ter registado a saída não impediu o desaparecimento dos documentos, como elucida a verificação do Cartório que acima referimos, na qual encontramos a menção “Terra na Silveira da Machoa, termo de Alenquer. Faltam os títulos e possuem os herdeiros de D. Carlos de Meneses e há uma memória do excelentíssimo senhor visconde pai que os tirara e se devem procurar”<sup>55</sup>.

Não sabemos se correspondeu a uma reorganização do Cartório a elaboração de um documento híbrido de verificação/ sumariação de documentos internos e externos (da Torre do Tombo, na sua maioria), história genealógica e reclamação de direitos<sup>56</sup>, cuja elaboração podemos situar no viscondado de Tomás de Lima, 11º do título e sogro do anterior (n. 1671, visconde em 1694 e falecido em 1720)<sup>57</sup>. Se tal não chegou a ocorrer, seguramente corresponde à existência – criação? – de um tipo de narrativa a partir do arquivo que passa à organização da informação da genealogia e dos morgadios detidos, mas principia pela identificação dos documentos que sustentam aquela. O “prólogo” refere uma preocupação concreta com a recuperação da informação que apontaria para um inventário simples<sup>58</sup>, mas a partir dos resumos aos maços 2 e 3 são inseridas notícias genealógicas e

---

data da concessão do título de Visconde a Tomás da Silva Teles e 1762, data da sua morte (FREIRE, A Braamcamp – *Brasões*, III, 82). Encontra-se em (VNC, cx. 23, doc 27).

<sup>55</sup> *Apointamentos e informações sobre os documentos existentes no arquivo da Casa*. s.d., (VNC, cx. 2, doc., 4).

<sup>56</sup> “Relação de todos os papéis, instituições, mercês e títulos de fazendas e outras mais noticias que se acham no arquivo do excelentíssimo senhor D. Tomás de Lima, Visconde de Vila Nova de Cerveira” (VNC, cx. 2, doc. 9). O documento não está datado, e a partir deste há quatro viscondes chamados “Tomás”, mas refere-se que o Visconde em causa tem uma única filha e o seu casamento com Tomás da Silva Teles (fls. finais). Este documento trata dos mçs. 1 a 3 e é continuado pelo doc. 10 da mesma caixa, que trata dos mçs. 4 e 5. O doc. 11 da mesma caixa parece-nos ser uma versão limpa do doc. 9; nos docs. 12 e 13 estão outros inventários da mesma empreitada, que se sobrepõem parcialmente aos primeiros. Apenas uma investigação muito aprofundada nos permitiria eventualmente conseguir deslindar – eventualmente, dada a forma desorganizada e misturada da documentação- todas as ligações.

<sup>57</sup> SOUSA, António C. de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. ALMEIDA, M. L. de, PEGADO, César. Coimbra: Atlântida, 1946, vol. 12, p. 1, p. 70; FREIRE, A. Braamcamp – *Brasões*, vol. III, p. 92.; Verbete “Vila Nova de Cerveira (D. Tomás da Silva Teles, 12º visconde de)” de *Portugal – Dicionário Histórico*, cit. (<http://www.arqnet.pt/dicionario/vilanovac12v.html>).

<sup>58</sup> “o intento com a presente diligência é ver e separar os mesmos papéis, ver o que contem e fazer separação dos que pertencem a qualquer dos morgados que se acham nesta casa; porém não basta só a diligência referida, é também precisa a presente relação para que nela se declare em suma o que contêm os mesmos papéis e conforme a isso sem trabalho grande se possa facilmente saber tudo o que eles contêm. Para o que se irá seguindo esta relação com números, condizendo estes aos que levam os mesmos papéis, porque sendo necessário algum se busque conforme ao número no maço em que forem. Nesta casa se acham diversos morgados e papéis de algumas fazendas, que a alguns deles pertencem. E porque o intento, como se disse é fazer separação dos mesmos morgados, se tratará de cada um per si, enquanto se puderem acomodar os papéis que a cada um toca e quando depois apareça mais algum também deles se fará razão ainda que não seja no lugar, aonde deve ir e porque não se achando neste lugar não pareça que o não há se fará no fim um reportório de tudo que servirá para se acharem esses papéis, ainda que fora do seu lugar”. (VNC, cx. 2, doc. 9, fls. 1r/v).

apontamentos de carácter histórico e cópias de documentos, relativos aos Britos e aos Limas.

Não menos interessante é o facto de se ter realizado muito pouco tempo antes da ascensão ao título de Tomás de Lima, e pela mão do seu pai, João Fernandes de Lima e Brito Nogueira, que morreria pouco depois da empresa<sup>59</sup>, um amplo cadastro das propriedades, rendas e foros, intitulado “Livro que contém o rendimento das minhas casas e morgados a elas anexos”<sup>60</sup>. Datado de 1693, e continuamente anotado até ao último quartel do século XIX, o livro teve a particularidade de funcionar com livro de contas e instrumento de recuperação dos fundamentos documentais da posse e da gestão dos bens. Remete, a este nível, para um tríptico conjunto de repositórios de informação – os maços de documentos, um “tombo” e livros de notas. Voltamos a verificar, porém, que apesar de estarem elencadas todas as propriedades dos Viscondes, a gestão documental assim alicerçada parece dizer apenas respeito apenas às propriedades de Lisboa e arredores provenientes dos morgados Britos-Nogueiras e de Vasconcelos: apenas nestas se remete para os repositórios referidos<sup>61</sup>. Mais uma vez parece estarmos na presença de arquivos melhor organizados do que outros, sobretudo os Britos-Nogueiras, tema a que voltaremos mais tarde. Também é provável que a gestão feita directamente pelos Viscondes, em Lisboa, incidisse no conhecimento dos documentos deste local, ficando a do Minho numa outra esfera, de cujos sinais trataremos em breve. Deste universo de três repositórios, nada nos resta intacto, e desapareceu mesmo o “tombo”, denominado “livro grande que se chama tombo”<sup>62</sup> ou “livro negro”<sup>63</sup>. Sobre ele apenas podemos saber, pela data da primeira escritura nele transcrita, segundo o índice<sup>64</sup>, que não era anterior a 1588 e que foi indexado depois de 5 de Maio de 1696 (último documento listado no índice)<sup>65</sup>. Data pois dessa turbulenta centúria, na qual se sucedem, após o momento traumático de Alcácer-Quibir, à quebra de varonia dele resultante e consequente reconstrução da Casa, três viscondes com perfil reformador, cada um a seu modo<sup>66</sup>. Restam dois índices do tombo, infelizmente ambos

<sup>59</sup> SOUSA, António C. de – *História Genealógica*, vol. 12, p. 1, p. 70.

<sup>60</sup> VNC, cx. 20, doc. 1.

<sup>61</sup> VNC, cx. 20, doc. 1, a partir do fl. 17, em que “Título do morgado de Santa Ana”.

<sup>62</sup> É referido assim num índice do mesmo, em VNC, cx. 20, doc. 1, caderno de 11 fls em papel cozidos no final dos 323 fls do livro.

<sup>63</sup> Versão posterior e abreviada do mesmo índice cit. na nt anterior, em VNC, cx. 2, doc. 6.

<sup>64</sup> VNC, cx. 2, doc. 6, fl. [1].

<sup>65</sup> VNC, cx. 2, doc. 6, fl. [5v].

<sup>66</sup> Referimo-nos a Lourenço de Lima Brito Nogueira, Diogo de Lima Brito Nogueira e João Fernandes de Lima Brito Nogueira, três gerações sucessivas (sendo Diogo não o primogénito, mas um dos filhos mais novos de Lourenço). Como dissemos, apenas um estudo aprofundado da Casa e dos seus líderes poderá trazer uma imagem mais correcta mas, no que nos permite alcançar o estudo do arquivo tal como o fizemos é, para o primeiro, a assunção da junção das duas casas (Limas e Britos Nogueiras), a custódia dos netos filhos do herdeiro prematuramente desaparecido, e a gestão do primeiro impacto da Restauração; no segundo, a mudança total de vida de um doutor em Teologia da Universidade de Coimbra, que se junta ao exército de D. João IV durante largos anos, assume a chefia da Casa após a permanência em Espanha dos irmãos mais velhos ou seus descendentes,

não datados, sendo que um deles é uma simplificação do outro, com registos mais sucintos<sup>67</sup>. Pelo que se pode concluir do exame da sua organização interna, o índice mais completo obedece, quanto à forma de compor os resumos dos documentos e de os identificar à margem, ao modelo seguido num dos mais antigos e acabados índices vindos dos Britos-Nogueiras e que terá sido feito c. 1542 e reorganizado após a entrada dos bens no Viscondado, pelo casamento de Luís de Brito Nogueira (c.1570)<sup>68</sup>. Pela letra, será atribuível ao século XVIII, não podendo de resto ser anterior a 1696, data do último do último documento indexado (a homogeneidade da caligrafia exclui uma composição sucessiva). É portanto possível que ele surja de algum modo na sequência do “Livro das minhas fazendas”, de 1693, atestando pois uma continuidade de práticas de gestão do arquivo – e, através dele, das propriedades – entre os Viscondes João Fernandes de Lima Brito Nogueira e Tomás de Lima Brito Nogueira.

Os restantes inventários que encontramos dos arquivos da Casa pertencem aos dois ramos distintos que nela se reúnem na segunda metade do século XVI – os Limas e os Britos-Nogueiras – e estão ainda completamente separados, em termos de conteúdo, embora, naquele que se refere às propriedades dos Britos-Nogueiras, a forma tenha sido modificada em função da entrada dos documentos no sistema Lima. Vejamos as principais características da relação com o arquivo, nos dois casos.

---

constitui família e tenta, com algum sucesso, nos anos após os maiores conflitos, chegar a acordos de partilhas e sucessões, e mesmo ao restabelecimento de relações afectivas, com os familiares radicados no reino vizinho; no terceiro, por fim, uma gestão mais dedicada dos bens. Alguns dados biográficos sobre eles em SOUSA, António C. de – *História Genealógica*, vol. 12, p. 1, pp. 69-70 e FREIRE, A. Braamcamp – *Brasões*, vol III, 89-92.

<sup>67</sup> Cfr. nts. 62 e 63.

<sup>68</sup> Cfr. infra, p. 592.

### 3.2.1. O cartório de Ponte de Lima

O cartório de Ponte de Lima é inventariado de forma exaustiva em 1675, aquando da passagem do cargo de cobrador das rendas do Visconde para um certo António Moreira, cessando funções o Padre Manuel da Guia. O novo funcionário solicita, em nome do Visconde, um inventário formal dos documentos entregues, que é feito por um escrivão local<sup>69</sup>. A 22 de Novembro de 1675 principia a inventariação, nos paços do visconde, para só terminar c. ano e meio depois, em Abril de 1677<sup>70</sup>. O inventário permite-nos ver que se tratava de um cartório considerável: dezanove maços gerais, 10 maços de “documentos relativos às igrejas”, um “maço de papéis extraordinários, que importam” e uma lista de bens móveis. Os maços têm em média vinte documentos. Os sumários são sucintos e não indicam data, apesar de vários incluírem elementos facilitando datações. A lógica subjacente parece ser meramente territorial, nos dezanove maços e no “extraordinário”, que não se diferencia dos outros em termos de conteúdos mas sim em número de documentos, incluindo outros maços mais pequenos, dando ideia que resultará de uma última arrumação do arquivo. A única separação clara que existe diz respeito aos documentos relativos a padroados, apresentações, etc., das igrejas de que os Viscondes eram padroeiros – a que não será alheio o facto desta informação, como veremos, ter detido, desde a sua entrada no sistema de informação do Viscondado, formas de gestão próprias<sup>71</sup>. Também de relevar é que o inventário pode ter sido feito, pelo menos em parte, sobre listas feitas por um dos Viscondes. No inventário do maço 13 encontra-se esta referência: “auto da provisão por que meu pai tomou posse do viscondado por morte de meu avo, o visconde D. Francisco, em papel”<sup>72</sup>. Se o grau de parentesco for exacto, a indicação terá sido feita por D. Lourenço de Lima e Brito Nogueira, o que quadra de resto com a forma de referência, pois o pai deste visconde não era titular, mas sim marido da herdeira<sup>73</sup>. Terá sido ele, ou o filho D. Diogo, o mesmo que solicitara o inventário, o autor de um outro interessante documento referido neste, o livro “que de huma parte tem por titulo «Este he o foral da renda da minha terra de Val de Vez do que Rende em cada hum anno», o qual tresladou o bisconde por sua Mão”<sup>74</sup>. Além desta particularidade, o livro tinha no final “inventários dos papeis do Cartorio”, e no mesmo maço se encontram “sinco memorias de papeis do Cartorio”<sup>75</sup>. A lista de bens móveis, por fim, proporciona-nos mais uma importante informação: a da existência de “um escriptorio, em que esta fechado o

<sup>69</sup> VNC, cx. 14, doc. 9, fls. 1 r/v.

<sup>70</sup> VNC, cx. 14, doc. 9, fl. 31

<sup>71</sup> Cfr. *infra*.

<sup>72</sup> VNC, cx. 14, doc. 9, fl. 13v. (VNC. cx. 14, doc. 36, terá fólhos extraviados deste).

<sup>73</sup> FREIRE, A. Braamcamp – *Brasões*, vol. III, 89-90.

<sup>74</sup> VNC, cx. 14, doc. 9, fl. 30v (aspas nossas no título para melhorar a compreensão do trecho).

<sup>75</sup> VNC, cx. 14, doc. 9, fl. 30v.

Cartório”<sup>76</sup>. O índice contém evidências de uso continuado, pelo menos até 1689: arrumação de documentos em maços pelo cartorário e retirada de documentos pelo “Visconde”, que os leva para Lisboa, ficando de tal memória e “relação do que foi levado”<sup>77</sup>. Sabemos de resto que o(s) visconde(s) levou outras vezes papéis, deixando listas que por vezes explicitam a sua razão de ser, como a “Memória dos papéis que vão para Lisboa com os embargos”, atribuível a meados do século XVII<sup>78</sup> e ligada porventura às diversas contendas que D. Diogo de Lima teve que sustentar para reorganizar a Casa após o turbilhão de 1640<sup>79</sup>. Os inventários evidenciam assim claramente processos de uso, torna-se clara a sua natureza prática e contingente. Alguns incluem no fim as próprias listas de documentos levados, como é o caso do documento truncado e não datado, atribuível pela letra a inícios do século XVII, que na parte que chegou até nós elenca maços de “prazos” e de “documentos relativos a igrejas” de uma forma muito sintética<sup>80</sup>. Poderá ser talvez parte dos “inventários” ou das “memórias” referidas na inventariação de 1675-1677. A lista de documentos retirados é seguramente posterior ao reinado de D. Filipe I, e tem também a intervenção directa de um visconde como redactor<sup>81</sup>, o que mais uma vez demonstra pelo menos um uso corrente, se não mesmo uma prolongada atenção, à gestão e ao papel central do arquivo.

Terminemos com os mais antigos documentos de registo e de recuperação da informação do vasto sistema familiar que estamos a analisar e a que já nos referimos acima, ao mencionar a separação dos documentos relativos a Igrejas nos dois inventários do cartório de Ponte de Lima que chegaram até nós em melhor condição. Dizem respeito aos padroados detidos pelos Visconde de igrejas no arcebispado de Braga, formando um conjunto de registo dos documentos<sup>82</sup> e de “índice” para a recuperação rápida dos mesmos<sup>83</sup>. O registo é contemporâneo aos actos de entrega do padroado de um vasto conjunto de igrejas aos Viscondes, de 1520 a 1535. Do ponto de vista dos conteúdos ele testemunha do poder dos Viscondes em constranger os pa-

<sup>76</sup> VNC, cx. 14, doc. 9, fl. 30v.

<sup>77</sup> VNC, cx. 14, doc. 9, fls. 27, 30.

<sup>78</sup> VNC, cx. 60, doc. 57.

<sup>79</sup> Como acima acenámos, D. Diogo de Lima Brito Nogueira teve uma vida aventureira, começando por uma significativa mudança ao abandonar o ensino em Coimbra e a tornar-se um militar das campanhas da Restauração, casar com a viúva de um dos conspiradores executados em 1641, enfrentar e resolver de forma positiva os conflitos familiares, incluindo os relativos à grande fortuna da mulher (que incluía o célebre morgado de Soalhões) superar a morte precoce daquela mulher, a de vários filhos, gerir a Casa, etc. A biografia de D. Diogo seria um fascinante trabalho, podendo encontrar-se elementos, além deste riquíssimo acervo, na Biblioteca da Ajuda, em Lisboa (de onde provêm os documentos editados em OLIVEIRA, Ana L. – *Cartas de amor*, mas onde existem muitos mais, nomeadamente quanto à acção militar do Visconde) e nos arquivos nortenhos.

<sup>80</sup> VNC, cx. 37, doc. 9. A lista principia no fl.10v e intitula-se “Título dos papéis que tirei do cartório e levo para Lisboa”.

<sup>81</sup> VNC, cx. 37, doc. 9, fl.10v: “doação de juro e erdade de todas as minhas terras, do mesmo Rey”.

<sup>82</sup> “Livro das confirmações dos padroados do Viscondado” (VNC, cx. 15, doc. 1).

<sup>83</sup> “Pecúlio do livro grande em que estão as doações e confirmações das igrejas pertencentes ao viscondado” (VNC, cx. 12, doc. 20).

droeiros mais antigos a transmitir-lhes o direito de apresentação dos párocos e, claro, dos bens disponíveis para sustentar a cura de almas; e de obter o acordo do Arcebispo para tal. É sem dúvida um comprovativo do poderio dos Limas na Arquidiocese, que tantas vezes desafiara, mesmo pela força, os seus dirigentes eclesiásticos. Do ponto de vista da produção de registos e conservação da memória e dos direitos, é também um livro impressionante, com centenas de fólios em pergaminho, contendo cópia autenticada dos documentos, com a confirmação dos arcebispos ou seus representantes. O “pecúlio”, livrinho índice, reúne a informação dispersa pelo Registo em função da unidade “igreja”, tendo portanto uma evidente função administrativa. A documentação relativa a padroados tinha portanto uma matriz de conservação e recuperação antiga, segura e fechada, o que explica certamente a continuidade das práticas arquivísticas sobre os documentos do mesmo tipo.

### 3.2.2. *Os documentos Brito-Nogueiras e a sua entrada no sistema Viscondes de Vila Nova de Cerveira*

Vejam agora os inventários disponíveis<sup>84</sup> para o conjunto documental entrado no sistema Viscondes de Vila Nova de Cerveira na sequência da transmissão da Casa para Inês de Lima, herdeira do 5º visconde<sup>85</sup>, que casara com Luís de Brito Nogueira, herdeiro de uma antiga e rica família lisboeta, senhor dos morgadios de S. Lourenço de Lisboa e Sto. Estêvão de Beja<sup>86</sup>. Para além de toda a sua riqueza informativa, interessam-nos aqui sobremaneira pois testemunham de práticas arquivísticas em contextos de alterações institucionais de monta, como a que era, no caso das famílias, a ocorrência de uma herdeira feminina na linhagem mais importante (neste caso era além disso titulada).

Uma análise baseada na genealogia das famílias envolvidas demonstra que os documentos elencados nos inventários dizem respeito a três conjuntos de produtos. Um primeiro provém dos Britos, antes da ligação desta família aos Nogueiras por via do casamento de João Afonso de Brito “o Moço”, com Violante Nogueira. Dizem respeito a propriedades em Beja, pertencentes ao morgadio de Santo Estêvão ou “dos Mafaldos”, que aquele herdara<sup>87</sup>. Um segundo conjunto é formado pelos

<sup>84</sup> Os dois inventários estão truncados nas páginas iniciais e não têm data. O que reputamos mais antigo tem a cota VNC, cx. 7, doc. 1 e encontra-se digitalizado na TT como “Catálogo do cartório da casa”. O outro pode consultar-se através da requisição, na sala de leitura da TT, do CD com a digitalização (VNC, doc.2); foi-lhe dado o nome de “Tombo em que se contem todas as propriedades, rendas, foros, privilégios, bulas e alvarás dos morgados de Santa Ana e de São Lourenço de Lisboa, Gaião e Santo Estêvão de Beja”, pelo que julgamos por ser referido assim, num dos “inventário-genealogia” a que acima nos referimos, um documento que parece de facto ser este (VNC, cx. 2, doc. 11, fl.1).

<sup>85</sup> GAYO, Manuel Felgueiras – *Nobiliário das famílias de Portugal*. Braga: Of. Tip. da “Pax”, 1938, t. XVII, 122 (Limas), refere que o pai e o único irmão de Inês morreram na batalha de Alcácer Quibir, mas sabemos que o pai morreu antes (FREIRE, A. Braamcamp – *Brasões*, vol. III, 89).

<sup>86</sup> Ver nts seguintes.

<sup>87</sup> COSTA, Marcus de Noronha da – *O morgadio de santo Estêvão de Beja*. Ponta Delgada: s.n., 2005.

documentos dos Nogueiras que são trazidos por Violante, herdeira do morgadio/capela de Santa Ana na igreja de S. Lourenço de Lisboa e de outros vínculos instituídos pelos seus antepassados paternos<sup>88</sup>. Os bens situavam-se em Lisboa, Almada, Sintra, Mafra e Santarém. Por fim, temos o conjunto resultante do casamento, que diz respeito à administração destes dois conjuntos de bens e dos posteriormente adquiridos, desde o casamento de João Afonso de Brito “o moço” com Violante Nogueira, até à entrada em maioridade do seu trineto Lourenço de Brito Nogueira.

O mais antigo inventário dos documentos lista-os sem uma organização perceptível, seja ela territorial, por origens institucionais, ou por tipologias documentais. Os sumários são muito completos, incluindo a data, o local de elaboração e o tabelião. Indicam quase sempre qual o representante da família responsável pela acção. Nas margens dos fólhos estão as cotas, constituídas por um elemento territorial (o local onde estão situados os bens) ou tipológico (no caso de documentos que não diziam respeito a transacções de propriedade, como bulas, de resto em muito menor número), e um número. A numeração é sequencial dentro de cada localidade mas a ordem destas não o é, no conjunto do documento. Este inventário é já referido num dos “inventários-genealogias” a que acima nos referimos como o “mais antigo”: “Nelle se achão as memorias dos bens dos morgados destas casa, descritas com distinções dos sitis e anos em que se fizeram as escrituras e documentos que há dos mesmos bens e ainda se referem algumas coisas que só servem de memorias”<sup>89</sup>. A fiabilidade do documento é de seguida ressaltada: “Havendo duvida sobre alguma cousa que nesta relação não vá apontada se pode recorrer ao mesmo livro que na verdade esta feito com clareza e trabalho”<sup>90</sup>. O inventário é seguramente posterior a 1542, data do último documento sumariado<sup>91</sup>. Sendo este documento a quitação dos pagamentos ao até então aio de Lourenço de Brito Nogueira, pela mãe deste, e sabendo nós que Lourenço andaria pelos dezassete anos, e geria com a mãe os bens desde os quinze, idade com o contrato de casamento realizado em 1529, estipulava que, sendo já morto Estevão de Brito, o pai, a administração dos morgados passaria para ele<sup>92</sup>, podemos com alguma segurança supor que o inventário terá sido ocasionado por uma transferência daquela administração. O cartório estaria, ou passaria a estar, organizado territorialmente, mas

<sup>88</sup> FARELO, Mário – Ao serviço da Coroa no século XIV: o percurso de uma família de Lisboa. In KRUS, L., OLIVEIRA, L. F., FONTES, J.L. (coords.) – *Lisboa medieval. Os rostos da cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, pp. 145-168, e a contribuição do A. para este volume.

<sup>89</sup> VNC, cx. 2, doc. 9, fls. 1r/v.

<sup>90</sup> VNC, cx. 2, doc. 11, fl.1.

<sup>91</sup> VNC, doc. 2, fl. 215 – Quitação que Fernão Vieira deu a D. Isabel do tempo q tinha servido como aio o seu filho Lourenço de Brito. Tabelião de Lisboa Henrique Nunes, 23-07-1542.

<sup>92</sup> VNC, doc. 2, fls. 211v-212 – Sumário do “instrumento de dote”, que não subsiste no arquivo como documento original. O contrato de casamento data de 17 de Abril de 1529, tinha o noivo três anos e a noiva quatro. Estipulava ainda que o casamento devia ocorrer quando os contraentes tivessem vinte anos, mas pelos sumários dos documentos em 1540, portanto c. 14-15 anos, já poderiam estar casados.

talvez numa certa desordem, pela não sequencialidade dos locais no inventário. Quanto ao cartorário, ou pessoa que teria procedido ao trabalho, quase nada sabemos sobre ele, excepto que uma observação final de carácter pessoal num dos sumários parece apontar para um eclesiástico, talvez mestre dos jovens da casa, pelo tom empregue: ao referir o testamento de Mestre Pedro, fundador de um dos morgadios da casa, e antepassado de prestígio, principia por uma expressão de admiração pelo mesmo – “Testamento por certo assaz bem ordenado” – e termina com um louvor ao testador, em latim talvez com marcas de humanismo, evidenciando a sua piedade e expressando votos pelo seu descanso eterno – “*requiescat foelicissime optimus et pius senex*”<sup>93</sup>.

Este inventário vai ser posteriormente “vertido” num molde que corresponde à integração das propriedades no sistema Viscondes de Vila Nova de Cerveira-Lima Brito Nogueira. Mais uma vez trabalhamos com um documento truncado, pois faltalhe o rosto, que conteria o título, referido num documento posterior, de “Tombo em que se contem todas as propriedades, rendas, foros, privilégios, bulas e alvarás dos morgados de Santa Ana e de São Lourenço de Lisboa, Gaião e Santo Estêvão de Beja”<sup>94</sup>. Sugerimos que ele tenha sido elaborado nas décadas entre o casamento de Inês de Lima e Luís de Brito Nogueira (pela década de 70 do século XVI)<sup>95</sup> e a saída do morgadio de Sto. Estêvão de Beja num dote de casamento feminino da Casa, em 1646<sup>96</sup>.

<sup>93</sup> “Testamento por certo assaz bem ordenado de mestre João das Leis, do qual não pude ler as primeiras seis regras, no qual entre outras muitas cousas se declara que haja de ser adm.or da capella de Sta. Cna do Bispo de Évora Dom Afonso Denis, e a dá a seu fº secundogénito. Desta capella he fundadora (sic) Constança Anes palhavão mulher que foi de Lourenço Pirez irmão de M.e João das Leis e depois de Alvº Glz de moura. E toma a sua terça, e faz della morgado com encargo de missa quotidiana, E mantenha dous estudantes no estudo, obrigada aos administradores que deixem a este seu morgado a terça de suas terças com gravíssimas penas civeis; obriga os estudantes que jurem não irem contra a capella, nem contra o admnistrador nunca; da della por administrador seu filho secundogénito com discreta substituição, E / (fl. 19v) outras muitas cousas por muito singular ordem; requiescat foelicissime optimus et pius senex, feito por Pº Esteves t.am de Strem, 27 de Março de 1395 annos” (VNC, doc. 2, fls. 19 r/v).

<sup>94</sup> VNC, cx. 2, doc. 11.

<sup>95</sup> Não conseguimos encontrar a data de casamento com maior rigor. Sabemos que em 1578, quando o Pai morre, ela já tinha um filho, Lourenço, e que o marido ficara preso em Marrocos, depois de Alcácer Quibir. Loureço deveria ser então bastante jovem, pois só casa em 1591 e irá viver longos anos, morrendo depois de 1646 (FREIRE, A. Braamcamp – *Brasões*, vol. III, 89- 91).

<sup>96</sup> Para o termo *a quo*, foi estabelecido em função da constatação que o inventário inclui entre os títulos pelos quais distribui a documentação, o de “Gaião”, morgadio que vinha dos Limas (ROSA, Maria de Lurdes – *O morgadio em Portugal, sécs. XIV-XV*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 90); quanto ao termo *ad quem*, é a data em que o morgadio de Sto. Estêvão de Beja passa para a posse de D. Tomás de Noronha, 3º Conde dos Arcos em função do seu casamento com Madalena de Bourbon, herdeira do título pela morte sem herdeiros do seu irmão Lourenço de Lima e Brito, 2º conde dos Arcos (COSTA, Marcus de Noronha da – *O morgadio da Quinta da Torre, freguesia do Monte da Caparica, termo de Almada*. In FONSECA, L.A. da (et al.) (coord.) – *Os reinos ibéricos na Idade Média*, vol. II, pp. 917-923). A retirada dos documentos pelo Conde dos Arcos é assinalado no inventário com uma nota explicativa da ausência das páginas que inventariavam os documentos de Beja, que são então também retiradas. (VNC, doc. 2, fl. 184, a seguir ao sumário do documento nº 725 “Os papeis q se seguem athe o nº 73[...] e os mais q faltam levou-os o senhor conde dos Arcos”; faltam depois fls. 185 a 208.

As particularidades deste inventário são várias, apesar nele se copiarem fielmente todos os sumários do inventário mais antigo. Atentar nelas ajuda desde logo a que não se use de modo erróneo – em função de algumas das epígrafes que os enquadram que, como veremos, estão “erradas” – a informação objectiva dos sumários dos documentos, muito apetecível para o medievalista<sup>97</sup>. E ajuda também, num segundo nível de análise, a perceber como os mesmos conteúdos podem adquirir significados diferentes, ao ser-lhes conferida uma outra organicidade.

Em primeiro lugar, há um hiato na documentação em relação ao momento em que foi feito – nele não são acrescentados os documentos que entretanto teria certamente produzido a gestão em maioridade de Lourenço de Brito, desde 1542, assim como as de seu filho Luís e o seu neto Lourenço, 7º Visconde, que renuncia ao título no filho Diogo precisamente em 1646<sup>98</sup>. Porque se teriam mantido à parte documentos relativos a um mesmo conjunto de propriedades? Se tal se compreende de algum modo a partir da entrada nos Viscondes de Vila Nova de Cerveira, não se percebe para o tempo de maioridade de Lourenço de Brito. O “inventário” de 1542 pode de facto ser um documento de entrega de documentos ao herdeiro maior e não um “inventário” de arquivo; ou a entrada na administração do novo senhor resultou numa gestão do arquivo diversa, tendo-se porventura perdido o inventário dos seus documentos. Mas sendo assim, já estaria perdido à altura da elaboração do segundo inventário ou o facto de este não incluir documentos do hiato significa que eles não foram bem conservados / foram conservados de modo diverso, ou noutra local? A verdade é que no conjunto dos documentos restantes no acervo depositado na Torre do Tombo os documentos relativos às mesmas propriedades pelo senhores das casas do hiato considerado, são em muito menor número do que para os Britos-Nogueiras anteriores. De novo este elemento aponta para uma coesão de gestão do arquivo existente nos Britos-Nogueiras e depois perdida, gestão essa que poderíamos atribuir à formação eclesiástica e/ou jurídica de muitos membros do grupo familiar, a par do desempenho de cargos régios e camarários<sup>99</sup>, mas que não se perdeu nas gerações da primeira curialização, seguramente não naquelas que o inventário nos dá a conhecer (Mem de Brito e Luís de Brito)<sup>100</sup>.

<sup>97</sup> Seria mesmo indispensável realizar o trabalho para todas as outras referências, embora não haja outro caso de inclusão em morgadios posteriores. Para tal é uma preciosa primeira ajuda o artigo de Mário Farelo neste livro.

<sup>98</sup>FREIRE, A. Braamcamp – *Brasões*, vol III, 92.

<sup>99</sup> FARELO, Mário – Ao serviço da Coroa., e artigo neste livro. Sobre as práticas de gestão a partir do arquivo de famílias de perfil semelhante, ver VON KAENEL, V., *Histoire patrimoniale* e GUIARD, P. «La gestion de l'écrit dans une famille de serviteurs du roi. A importância das competências adquiridas no estudo da lei e na prática da administração, quando postas ao serviço da organização, classificação e uso do arquivo, é salientada especialmente por TEUSCHER, S. – Document collections.

<sup>100</sup> Sobre Mem de Brito e o seu filho Luís de Brito, apresentámos uma comunicação que incluía o estudo das suas práticas de gestão por escrito, ao VI Encontro sobre Ordens Militares, Palmela, 10-14 Março de 2010, que esperamos poder terminar se o arquivo voltar a estar disponível; sobre a curialização quatrocentista das famílias chegadas à cena política na sequência de 1383-1385, GOMES, Rita C. – *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. Lisboa: Difel, 1995.

Em segundo lugar, verificamos que os sumários são dispostos segundo uma organização muito diversa da original. Esta é agora a dos “morgadios da Casa”, que na explicação do “alfabeto” final são três – Santa Ana e S. Lourenço em Lisboa, Gaião e Beja<sup>101</sup>. Na verdade, as epígrafes do interior do inventário são muito mais complexas, pois o morgado de Lisboa está subdividido em todos os vínculos agregados à família Nogueira e Brito-Nogueira<sup>102</sup>, que constituíam esse complexo “universo vincular” que servia de base, em boa parte, ao funcionamento conjunto dos vários ramos da linhagem descendente do enlace Brito-Nogueira, como já antes servira, como foi demonstrando, no caso dos Nogueiras (e muito provavelmente serviria também no dos Britos)<sup>103</sup>.

Por fim, esta organização inclui erros, que revelam, no mínimo, um desconhecimento da história dos vínculos da Casa e, no máximo, uma intenção de agregar a um vínculo bens que não lhe pertenciam e que não eram, mesmo, vinculados. As propriedades de Aveiras e Santarém são colocadas sob a epígrafe “Gayão/Santarém”. A palavra “Gayão” não consta do primeiro inventário, e os bens de Aveiras e Santarém elencados nada têm a ver com o morgadio de Gaião<sup>104</sup>, sendo originários dos Britos e Nogueiras; no primeiro caso, nem sequer eram vinculadas, mas sim doações régias sujeitas à Lei Mental.

Como explicar estas modificações? Elas testemunham, desde logo, de um uso dos documentos. Se não fossem necessários não se reorganizavam, e muito menos de uma forma utilitária. Atestam, depois, quanto à forma escolhida, de um reconhecimento da importância da instância produtora sobre uma instância de simples gestão de bens – a localidade é subordinada ao vínculo ao qual pertencem os bens. De facto, os parâmetros da administração e da sucessão dos vínculos, bem como da gestão dos bens, eram definidos nos documentos de instituição, “lei dos morgadios”<sup>105</sup> e era portanto fundamental saber a qual deles pertenciam os bens para os poder gerir sem incorrer em erro. Por fim, a inclusão de bens “livres” ou sujeitos à Lei

<sup>101</sup> “governa-se pelos títulos que estão á margem das adições. No alfabeto vão postos todos os nomes dos Santos na letra S. De Nossa Senhora na letra N e os de qualquer rua na letra R. Santa Ana e São Lourenço de Lisboa. Estes morgados compreendem em si, Lisboa, Sintra, Mafra, Alenquer, Cascais, Almada, Colares, Tojal, Alverca, Arruda, Aldeia Galega, Setúbal, e Vila Franca e, nesta conformidade, vão os mais morgados conteúdos neste tombo. Tem mais o Morgado de Gaião em Santarém e o Morgado de Beja” (VCN. doc. 2, fl. 221).

<sup>102</sup> Da Capela de Mestre Pedro / Morgado de Mestre Pedro / Morgado do Bispo D. Afonso / Capela de D. Afonso Dinis, bispo de Évora. Purgaminhos / Morgado de Maria Afonso / Morgado do bispo D. João / Morgado da terça de Mestre João das Leis / Capela do bispo de Évora D. Afonso Dinis / Morgado de Mestre João das Leis / Morgado de Constança Eanes Palhavã / Morgado de Maria Afonso de Santa Cruz / Capela de Santa Ana. As epígrafes repetem-se. Existem ainda no final apartados tipológicos (“Bulas”, “alvarás...”) e, várias vezes repetido, um que elenca propriedades de origem externa ou duvidosa (“Alheio”, “Alheio?”).

<sup>103</sup> Cfr. as obras de Mário Farello cit. supra, nt. 88 e 99. O sistema de morgadios da linhagem merce bem estudos aprofundados, pois a documentação do arquivo permite alcançar a dimensão gestonária dos “eixos horizontais” das linhagens, o que é raríssimo (sobre o tema cfr. ROSA, Maria de Lurdes – *O morgadio em Portugal*, p. 161 ss.).

<sup>104</sup> Sobre este ver ROSA, Maria de Lurdes – *O morgadio em Portugal*, pp. 86-90.

<sup>105</sup> ROSA, Maria de Lurdes – *O morgadio em Portugal*, p. 38 ss, p. 249 ss.

Mental, como eram os de Santarém e Aveiras, no morgadio de Gaião, a ser deliberada e não fruto de um engano (difícil de aceitar pois a fusão das famílias não era antiga), podia ter tido como razão uma tentativa de os tornar vinculados – logo, muito mais difíceis de serem subtraídos à esfera familiar. A explicação cabal desta operação não é possível no âmbito deste artigo, pois passa, antes de mais, por um estudo aprofundado do uso da documentação Brito Nogueira pelos Limas. Assinale-se no entanto que a reorganização de arquivos familiares, em momentos precisos de afirmação de formas juridicamente protegidas de reorganização e de blindagem da sucessão e das propriedades da família, “criou realidades” no passado dessas mesmas famílias, conferindo uma antiguidade muito maior que a real, aquelas formas<sup>106</sup>. A posse do arquivo dos morgadios conferia um grande poder aos herdeiros, dada a força legal e moral do documento de instituição e de toda a produção documental que ele originava<sup>107</sup>.

---

<sup>106</sup> MORSEL, J. – Le médiéviste, le lignage et l'effet de réel.

<sup>107</sup> ROSA, Maria de Lurdes – *O morgadio em Portugal*, passim.

# A criação das Gavetas na Casa de Mateus: um modelo iluminista de gestão da informação

*Abel Rodrigues,  
Armando Malheiro da Silva*

## **Introdução**

O Arquivo da Casa de Mateus conserva a memória de treze gerações consecutivas desde 1577. A produção informacional é visível na existência da documentação produzida pelo ramo principal da Família na gestão administrativa da Casa, bem como pela integração dos arquivos de outros ramos familiares e ainda pela informação produzida por vários membros da Família no exercício das suas actividades públicas e privadas. A complexidade das relações estabelecidas exige uma abordagem inovadora, distante das visões redutoras da Arquivística Clássica, subsidiária da História, no intuito de fazer emergir, na representação da informação, a organicidade familiar e pessoal, nomeadamente os contextos genésicos da informação, para modernizar e facilitar o acesso. Assim, entre 2001 e 2005, o Arquivo da Casa de Mateus foi alvo de um projecto de tratamento e de digitalização global, com o apoio do POC<sup>1</sup>, no qual foi aplicado o modelo teórico-prático com enquadramento na Ciência da

---

<sup>1</sup> Sobre o projecto ver: SILVA, Armando Malheiro da, GONÇALVES, Maria Fernanda Silva – Da memória ao acesso: as bases e objectivos de um projecto sistémico, *Revista de Letras*, n.º 6, Série II, Vila Real: Departamento de Letras, Centro de Estudos em Letras, UTAD, Dezembro de 2007, pp. 305-317.

Informação<sup>2</sup>, tendo resultado a edição do catálogo parcial<sup>3</sup> e de um CD-ROM com uma perspectiva global do acervo<sup>4</sup>. Daqui emergiu o Sistema de Informação Casa de Mateus, que se mantém activo e que se relaciona com os diversos ramos familiares através do conceito de subsistema de informação [ver quadro 1 em anexo].

Uma das conquistas do referido projecto foi a reconstituição física das “Gavetas”, segundo o modelo concebido no século XVIII, tendo a sua descrição sido incluída como série funcional na secção 06, responsável pela sua organização<sup>5</sup>. As “Gavetas” contêm documentos simples e compostos produzidos por dez gerações, abarcando os séculos XVI e XIX. Criadas para efeitos de ordenação e uso ou de uma melhor e maior funcionalidade na gestão, abarcam “não só as sequências de documentos unidos entre si no momento de produção por características orgânicas e tipológicas, mas também reordenações temáticas constituindo sequências (séries) menos orgânicas, mas mais funcionais, marcadas pela necessidade de uso”<sup>6</sup>. Hoje, são compostas por 1120 maços e 6508 títulos, complementadas por 3 volumes de índices concebidos no final do século XVIII, agregando toda a documentação produzida, recebida e acumulada referente à administração da Casa. As “Gavetas” foram por isso um elemento dinâmico, nunca estático, na gestão das propriedades familiares.

Segundo Fernanda Ribeiro os instrumentos de acesso à informação dos Arquivos de Família e de Pessoas, quer estejam na posse das entidades produtoras ou em Instituições públicas vocacionadas para o efeito<sup>7</sup>, incidem no valor informativo dos acervos, possuindo quase exclusivamente uma

“classificação temática ou temático-funcional, concebida pelo técnico de arquivos, mas sem qualquer justificação do ponto de vista metodológico. A preocupação tem sido a de facilitar o acesso à informação, agrupando documentos afins, descrevendo e indexando, mas não a de fornecer uma

<sup>2</sup> Ver: SILVA, Armando Malheiro da, RIBEIRO, Fernanda, RAMOS, Júlio, REAL, Manuel Luís – *Arquivística 1. Teoria e prática de uma Ciência da Informação*, Porto: Edições Afrontamento, 1999; SILVA, Armando Malheiro da, RIBEIRO, Fernanda – *Das “ciências” documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Edições Afrontamento, 2002; SILVA, Armando Malheiro da – *Arquivos familiares e pessoais: bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo*. *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património*. 1. Série, vol. III, 2004, pp. 55-84; SILVA, Armando Malheiro da, – *Abordagem aos arquivos familiares e pessoais como sistemas de informação*. *Arquivo & Administração*, vol. 3, n.1/2, Rio de Janeiro: AAB, Jan./Dez. 2004, pp. 22-50.

<sup>3</sup> Ver: CASA DE MATEUS. *Catálogo do Arquivo*. Vila Real: Fundação da Casa de Mateus, 2005.

<sup>4</sup> Ver: CASA DE MATEUS. *Arquivo*. [Recurso electrónico]. 1.ª ed. [Vila Real]: Fundação da Casa de Mateus, 2005. 1 CD-ROM.

<sup>5</sup> Ver: CASA DE MATEUS. *Catálogo do Arquivo*. Vila Real: Fundação da Casa de Mateus, 2005. Ver a definição de série funcional em SILVA, Armando Malheiro da – *A informação. Da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico*. Porto: Edições Afrontamento/ Cetac.com. 2006. pp. 160-161.

<sup>6</sup> Ver: SILVA, Armando Malheiro da, GONÇALVES, Maria Fernanda Silva – *A informação...*, cit., p. 314.

<sup>7</sup> Sobre a incorporação de Arquivos Pessoais e Familiares em Instituições Públicas e procedimentos classificativos seguidos, ver: RODRIGUES, Abel – *Os Arquivos Pessoais e Familiares do Arquivo Distrital de Braga/ Universidade do Minho. Abordagem sistémica*. In, *Actas do II Congresso Internacional da Casa Nobre*, Arcos de Valdevez, Município de Arcos de Valdevez, 2011, pp. 223-273.

representação da informação que corresponda ao seu contexto genésico. Por isso, os poucos arquivos de família que foram objecto de trabalho, com vista à produção de instrumentos de pesquisa, não nos permitem concluir nada a respeito das respectivas estruturas orgânico-funcionais ou da forma como era processado o acesso à informação.”<sup>8</sup>

Como tal, propomo-nos a analisar a importância das “Gavetas”, o seu contexto de produção e aquilatar a sua importância na gestão da informação da Casa durante os séculos XVIII e XIX. Não pretendemos avaliar o valor secundário dos documentos e do acervo, mas sim compreender a produção, a acumulação, a recuperação informacional e a organização empreendida nesses dois séculos.

## 1. As reclassificações setecentistas: teoria e terminologia associada

As tentativas de teorização sobre a ordenação e descrição dos cartórios são relativamente tardias face às práticas que se foram desenvolvendo durante todo o século XVIII. Tratam-se, por isso, de exercícios realizados *a posteriori*, assentes numa prática fortemente condicionada pela tradição. Os casos mais conhecidos são o do beneditino Frei Francisco de São Luís, futuro Cardeal Saraiva, e o do erudito historiador João Pedro Ribeiro, ambos concebidos no final do século.

Segundo Luís de Oliveira Ramos, na Congregação de São Bento cuidou-se da instalação, arrumo e seriação de impressos e manuscritos, pressentindo-se uma meditação sobre biblioteca e arquivologia. Na verdade, existia uma divisão funcional entre biblioteca e arquivo, que se explica em parte pela natureza e função da informação, mas é certo que ambos sofrerão, praticamente em simultâneo, influências determinantes para a organização e representação da informação, tendo em vista a recuperação e uso. Trata-se naturalmente da sistematização do saber e da concepção de pontos de acesso à informação. Relativamente às Bibliotecas, Frei Joaquim de Santa Clara Brandão, lente da Universidade de Coimbra e depois Arcebispo de Évora, delineou, seguindo os princípios da pedagogia pombalina, um “Plano e Regulamentos dos Estudos para a Congregação de S. Bento” (1789), no qual preceituou que as bibliotecas e os bibliotecários eram elementos de apoio ao trabalho intelectual<sup>9</sup>. De

<sup>8</sup> Ver: RIBEIRO, Fernanda – *O acesso à informação nos Arquivos*. I volume, [s.l.] Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003, pp. 370-371.; Ver, por exemplo, a sinopse crítica dos arquivos pessoais e familiares, em SILVA, Armando Malheiro da – *Arquivos de Família e Pessoais*. Bases teórico-metodológicas para uma abordagem científica. In, *Arquivos de Família e Pessoais: Seminário*. Vila Real: APBAD, 1997.

<sup>9</sup> Ver: RAMOS, Luís A. de Oliveira – Os monges e os livros no século XVIII: o exemplo da Biblioteca de Tibães. *Bracara Augusta*, (separata), vol. XXXV, Janeiro-Dezembro de 1981, n.º 79 (92).

feição mais prática foi o “Índice da Biblioteca de Tibães” (1797-1798)<sup>10</sup> elaborado por Frei Francisco de São Luís.

Entrando pela segunda metade do século XVIII, verifica-se o surgimento de índices de matriz racionalista com seis classes gerais, como categorias de classificação, e o abandono do “rol” de sabor barroco<sup>11</sup>. Se antes uma biblioteca, para render, precisava de um bom rol (ou uma lista de obras), agora, precisa mais do que isso: de um índice ou tábua de matérias, que preceda o catálogo propriamente dito, que sistematize as obras consoante a sua natureza, facultando orientações a quantos o consultassem. Parece-nos ser indiscutível que essas classes gerais reflectem a árvore do saber à moda da “Encyclopedie ou Dictionaire raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers” (1751-1772), dirigida por Diderot em estreita colaboração com D’Alembert, que dentro do espírito dos “philosophes” pretende reunir numa só obra as luzes de todas as nações, realizando o inventário de todo o Saber adquirido pelo Homem. Nesta espécie de cruzada contra o obscurantismo clericalista e, principalmente, contra o “ratio studiorum” jesuítico, o objectivo era ordenar racionalmente o Saber para o uso.

No caso do “arrançamento” de cartórios, um dos seus teorizadores foi Frei Francisco São Luís. O monge beneditino revelou, desde cedo, uma notável dedicação aos arquivos e bibliotecas da sua Ordem. No início, o seu interesse residiu na reorganização e preservação do património documental da Ordem de São Bento, para fins de gestão, sendo o responsável pela inspecção dos arquivos e pela emissão de recomendações tendentes à inventariação e à preservação da documentação cenobítica. Mas, paulatinamente foi emergindo o seu interesse na investigação histórica, na publicação e na utilização crítica dos documentos. As suas considerações teóricas sobre o *arrançamento* dos cartórios sofrem influências dessas duas dimensões pois se reflectem a sua preocupação com a preservação e bom tratamento dos documentos, reconhecendo implicitamente o valor informativo para a gestão e evolução estrutural da entidade produtora, revelam também a tendência metodológica que serviu de base teórica aos trabalhos que empreendeu na reforma dos cartórios beneditinos e, mais tarde, na Torre do Tombo, de que foi guarda-mor entre Junho de 1834 e Setembro de 1836.

Segundo o manuscrito da sua autoria, que veio a lume posteriormente em meados da década de cinquenta do século passado, a abordagem operacional junto dos cartórios devia ter como vectores fundamentais a preservação e a ordenação, ou seja, a escolha do local do cartório, as condições de acondicionamento dos documentos

<sup>10</sup> Ver: RAMOS, Luís A. de Oliveira – *O cardeal Saraiva*. Volume I, Porto: Faculdade de Letras, 1972, pp. 311-321.

<sup>11</sup> Ver: CARDOSO, António M. de Barros – *Ler na livraria de Frei Francisco de São Luís*. Ponte de Lima: Câmara Municipal, 1985.

e, depois, a ordem e o *arrançamento* dos títulos<sup>12</sup>. E essa sistematização carecia de método, ou melhor de um “arranjo methodico”, de “cousa que se faz com arte, & com boa ordem [...] & arte de obrar, discursar, ou ensinar com mais brevidade, & facilidade”<sup>13</sup> como diria Raphael Bluteau. Em relação ao primeiro item, São Luís advogava que o cartório deveria ser colocado num local em que estivesse a salvo dos “tres inimigos fataes da conservação dos documentos”: os incêndios, a humidade e os insectos. A boa conservação das espécies exigia que as mesmas estivessem desdobradas, desenrugadas e comodamente estendidas dentro de pastas em pergaminho, em forma de caixa, mais eficazes do que as caixas de papelão. As mesmas caixas deveriam ser colocadas ao alto em armários fechados “com grade de arame, que dê entrada ao ar e não deixe meter a mão”. E em relação ao segundo tópico, sugeria quatro metodologias distintas:

1. *por ordem de matérias* segundo a qual os documentos devem ser agrupados em séries temáticas, ou seja, testamentos, prazos, doações, compras, etc.;
2. o *cronológico*, que segue unicamente as datas dos títulos;
3. o *geográfico* segundo o qual os documentos devem estar agrupados consoante a localização geográfica dos bens referidos nos documentos, identificada pela delimitação jurídica de “termo”; e,
4. o método *misto*, o mais vantajoso na óptica do beneditino, pois sendo uma mescla dos anteriores, permitia constituir grupos temáticos, dispondo os documentos pela ordem cronológica e esboçando, quando fosse necessário, uma ligeira separação entre cada um relativamente à localização geográfica dos bens.

Do que se induz da teoria, o beneditino sugere adequação da metodologia aos fins com que se leva a cabo a tarefa e/ ou às características da documentação, podendo coexistir, no mesmo cartório, dois ou mais métodos ou até mesmo os quatro métodos propostos. Não sabemos se a nota manuscrita foi divulgada no seu tempo, mas é certo que as considerações teóricas foram aplicadas nos extensos trabalhos desenvolvidos no seio da sua Ordem na viragem do século XVIII para o século XIX.

<sup>12</sup> Ver: SÃO LUÍS, Frei Francisco de – Dois objectos se devem ter presentes, quando se trata de qualquer Cartório. In, *Arquivo de bibliografia portuguesa*, Ano III, Outubro-Dezembro, n.º 12, Coimbra: Atlântida, 1957, pp. 219-221; Ver também, RODRIGUES, Abel – *Entre o Público e o Privado: a génese do Arquivo do Conde da Barca, (1754-1817)*, Dissertação de Mestrado em História das Instituições e Cultura Moderna e Contemporânea, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Outubro de 2007, pp. 127-130.

<sup>13</sup> Ver: BLUTEAU, Raphael – *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatómico, architectonico [...]*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1718, vol. 4, vol. 5, p. 467.

Outra metodologia foi sugerida pelo erudito e historiador João Pedro Ribeiro nas suas *Observações históricas e críticas*, publicadas em 1798<sup>14</sup>, por ordem da Academia Real das Ciências. São consideradas como as mais completas para a organização de arquivos, no período compreendido entre a Idade Média e o Antigo Regime, não obstante as sucessivas disposições relativas ao Arquivo da Torre do Tombo<sup>15</sup>. Resultado das suas visitas aos Arquivos Municipais, as *Observações* são inteiramente válidas para aplicação nos cartórios em geral, independentemente das suas especificidades. João Pedro Ribeiro alerta para a “necessidade de acautelar pelos meios oportunos a total ruína dos Cartórios”, analisa as “causas de deterioração”, “os meios de remediar estes abusos” e apresenta, finalmente, “o plano de arrumação”.

Para o historiador as causas de deterioração são as seguintes:

- 1.<sup>a</sup> A sahida dos Documentos dos Cartorios sem necessidade urgente; e ainda neste caso, sem se acautelar, que esses se recolhaõ logo que cessa a mesma causa.
- 2.<sup>a</sup> Todo, e qualquer meio de facilitar a sua leitura, que não seja as lentes de vidro, que augmentaõ o volume das letras; sendo todas as dissoluções, que se conhecem, só próprias para avivar as letras para aquella occasião, mas deixando, para o futuro, o Documento em peor estado.
- 3.<sup>a</sup> A conservação dos mesmos Documentos com dobraduras, que pelo decurso do tempo, ao menos em parte, os chega a destruir
- 4.<sup>a</sup> A falta de huma casa oportuna para Archivo, qual não pode ser húmida, mal arejada, ou de madeira, pelo perigo de se lhe communicar qualquer incendio.
- 5.<sup>a</sup> A falta de se reduzir a Livros todos os Documentos soltos, que commodamente se poderem encadernar.
- 6.<sup>a</sup> A falta de buscar os remédios oportunos de livrar os mesmos Titulos de animaes e insectos, que todos sabem quanto os podem destruir.
- 7.<sup>a</sup> A falta de hum Inventario exacto e circunstanciado dos mesmos Titulos e de se verificar por este em certos períodos, se com effeito não tem havido distracção.
- 8.<sup>a</sup> A má escolha de Pessoas, a que se encarrega o cuidado dos mesmos Cartorios.
- 9.<sup>a</sup> O interesse pessoal em supprimir certos Documentos.

<sup>14</sup> Ver: *Observações históricas e criticas para servirem de memorias aos Systema da Diplomatica Portugueza offercidas ao Serenissimo Principe do Brazil Nosso Senhor publicadas por ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Pelo seu sócio João Pedro Ribeiro, Lente de Diplomatica na Universidade de Coimbra. Parte I, Lisboa: Na Typographia da mesma Academia, Anno MDCCXCVIII, pp. 42-50.*

<sup>15</sup> Ver: RIBEIRO, Fernanda – *O acesso à informação...*, cit., p. 231 e segs.

10.<sup>a</sup> A falta de huma pena proporcionada conta a malícia, descuido, em deixar perder, ou damnificar os mesmo Titulos.

A estas causas mais ordinárias ajuntarei outras menos frequentes 1.<sup>a</sup> a licenciidade da Guerra. 2.<sup>a</sup> Os Terremotos, Raios, alluviões, e outras semelhantes catastrophes.”

O remedeio destes “abusos” começa pela preparação de um espaço para acondicionamento do arquivo, conforme sugere:

“Os Archivos de abobeda, e em que não entre parte alguma de madeira que não sejaõ as portas, janelas, e armários (os quais devem com tudo ficar afastados das mesmas portas e janellas) não só deixaõ os Documentos perservados da chuva, e dos incêndios, mas ainda os expõem menos aos animaes, que os costumaõ destruir. Deve procurar-se, quanto o permittir a construção, que fiquem livres de humidade, e bem arejados pela correspondência de janellas de competente dimensaõ. Os Armarios, ou Estantes são preferíveis a Gavetas, por isso mesmo que podem admittir o ar tendo grades de arame em lugar de portas; e fazendo-se-lhes repartições com os respectivos títulos, nas quaes possaõ estar os Livros, e os Pergaminhos, e ainda Papeis soltos, dentro de pastas de papelão com as respectivas epigraphes, que fação a subdivisaõ das repartições de cada Armario. A providencia das duas ou mais chaves, póde praticar-se na porta do Archivo, e nunca em Armario, ou Arca, pelo prejuízo, que dahi se pode seguir [...]”.

A par do asseio e limpeza dos espaços e dos procedimentos descritivos/ organizativos:

“A boa escolha do mesmo cartorario se deve ter principalmente em vista; sem o que pouco se conseguirá. A boa fé, e rectidão, o zelo discreto e racionável, a paciência, e amor da antiguidade, a instrucção competente, formaõ o quadro ao revez do que se tem visto em muitos, que tem occupado este emprego.”

A utilização de unidades de instalação como armários, gavetas, etc., está intimamente ligada à preservação, mas é certo que as mesmas se configuram como elementos estruturantes de todos os procedimentos organizativos/ classificativos do cartório, pois permitem a distribuição das espécies pelas divisões pois é possível fazer-se:

“repartições com os respectivos titulos, nas quaes possaõ estar os Livros, e os Pergaminhos, e ainda Papeis soltos, dentro de pastas de papelão com as respectivas epigraphes, que fação a subdivisão das repartições de cada Armário”.

Concernente à preservação, refere ainda a encadernação como uma das soluções, mas aí também o acto de encadernar condiciona a organização dos documentos:

“A experiencia de cada dia mostra, quanto os Papeis soltos estão sujeitos a distrahir-se, e a mais facilmente macerar-se; pede por tanto a boa economia do Cartório, que elles se reduzaõ a Livros, e que nestes se ordenem chronologicamente os Documentos, acompanhados de hum Índice, que mostre os que em cada hum dos Tomos se contém, com as datas respectivas para se facilitar o seu uso; e ainda de segundo Indice Geographico, ou systematico, segundo a natureza dos mesmos Documentos, e fins para que se conservaõ; no caso que não haja um geral Alphabetico do Cartorio que pelas datas, ou pelas folhas de cada Livro remetta ao lugar competente.”

Nalguns casos, a encadernação não deve ser feita devido às características dos suportes, pois

“Os Pergaminhos, pelos seus diversos tamanhos, e até pela falta de margens, são improprios para se reduzir a Livros, sem que nisso soffraõ prejuízo, ou incommodo quem os consulta; como mostra a experiencia nos Cartórios da Camara, e Cabido do Porto; e por tanto mais opportunamente se conservaõ volantes, dentro das respectivas pastas”.

Para além do já referido, João Pedro Ribeiro define, ainda, os procedimentos organizativos na rubrica “Sobre o plano de arrumação dos Archivos”, considerando que

“Se os Documentos se conservassem nos Cartórios, com hum fim meramente litterario, seria a Ordem Chronologica a mais simples, natural e opportuna. Porém se elles tem sido em todo o tempo, donde a Historia tem tirado a maior parte das suas luzes, elle teria sido frustrada, se o interesse não tivesse junto, e conservado os mesmos Documentos nos Archivos. Doações, Escambos, Cartas de compra, Sentenças, e outros semelhantes Títulos, que para conservação de bens e regalias se guardáraõ nos mesmo Cartórios tem só secundariamente utilizado a Literatura; e aquele he o primeiro fim da sua conservação, e a que

por tanto, sem prejuízo do segundo, se deve dirigir o arrançamento de hum Cartório qualquer. Para aquelle fim por tanto he a ordem Geographica a mais opportuna, segundo o plano de divisaõ Civil, ou Ecclesiastica dos territórios: não podendo de modo algum encher a verdadeira indicação o methodo de separar os Documentos pela sua diversa natureza de Escambos, Doações, &c. inútil tanto ao fim litterario, como ao económico.”

Neste particular sobressai, indiscutivelmente, a dimensão de historiador e não a de arquivista, cujas abordagens incidem no valor secundário dos documentos e que, por sua vez, corporizaram em toda a extensão os desvios na utilização dos cartórios ao longo do século XVIII. A sugestão de que os fins de utilização dos documentos (literários e económicos) devem condicionar os procedimentos organizativos e descritivos constitui, sem sombra de dúvida, um dos primeiros casos conhecidos de reversão do conceito de utilização do documento. Ao sugerir a submissão dos arquivos à História, João Pedro Ribeiro vai mais longe do que Frei Francisco São Luís que apenas fala na necessidade do acesso e da recuperação, sem contudo indicar qual o fim a que se destina a reutilização da informação.

Voltando aos procedimentos descritivos sugeridos por João Pedro Ribeiro, devemos analisar mais pormenorizadamente a justificação para a utilização do critério geográfico, no qual é recomendada uma divisão hierárquica seguindo:

“a divisaõ geral pelos Bispados, ou Comarcas, subdivididas estas em freguezias, e estas ainda quando he necessário nos Lugares das mesmas ainda admite huma nova subdivisaõ dos differentes Casaes de cada hum dos mesmos Lugares, quando o numero delles assim o pedir. Cada hum destes menores artigos deve ter huma pasta com epigraphe, que o designe; e dentro della os títulos numerados, que podem ainda seguir certa ordem, v.g. Titulo de aquisição originaria, litígios acerca dos mesmos, prazo primitivo, e os mais, ou seus reconhecimentos pela ordem Chronologica. Julgo desnecessário encher o reverso do Documento com o seu resumo, bastará que tenha o N.º ou titulo de Armario, ou Estante 1.ª ou do Bispado, ou Comarca de Coimbra; Repartição 2.ª ou freguezia de Pereira; Divizaõ 1.ª ou Lugar do Outeiro; Subdivizaõ 3.ª ou Prazo das Povoas; Pergaminho ou Documento N.º 7.

Como porem succeda, que hum mesmo Documento pertença a diversas repartições, conservado elle em qualquer dellas, deve ficar nas outras Divisões, ou Subdivisões, a que pertence, huma lembrança: v.g. A este Casal, Lugar, ou Freguezia pertence também o Documento N.º 7 da Subdivisão 8.ª 3.ª Repartição 3.ª da Estante 4.ª ou do Bispado de Lamego.”

Para além disso, sugere outros critérios em articulação com o geográfico, sobressaindo aqui também o critério misto:

“Aquelles Documentos a que se fizer mais commodo outro arranjo, que não seja o Geographico, ainda admittem ordem, que com a mesma Geographica se póde combinar: v.g. Armário, ou Estante de Privilegios, Repartição 1.<sup>a</sup> Da isenção de portagem: 2.<sup>a</sup> Privilegio de cobrar as dividas executivamente &c. Podendo mesmo destinar-se além disso huma Estante com o Titulo de Documentos vários, para a qual se recolhaõ com a ordem possível todos os Documentos, que nunca interessaraõ aquella Corporação, e que para alli se recolhêraõ por algum acaso; ou que tendo já sido úteis, agora o não são.”

Julgamos que a clara preferência pelo critério geográfico está intimamente ligada à optimização da gestão, nomeadamente à eventualidade de dirimir argumentos em demandas judiciais.

Há uma separação entre metodologias de descrição nos documentos soltos e nos encadernados, ou a encadernar, sendo nestes últimos menos flexível, nomeadamente naqueles que são destinados às séries:

“Passando dos documentos soltos aos encadernados, a natureza de cada Livro lhe deve dar o arranjo, pondo a cada parte os que tem a mesma natureza, e seguindo os números segundo a sua antiguidade. Nas Câmaras v.g. se devem Chronologicamente juntar os Alvarás Originaes, Cartas Regias, Decretos, e todos os quaesquer papeis, que tenhaõ a Real assignatura, com o Titulo respectivo, e a declaração dos annos que comprehende no frontespicio (...). Em outra serie se podem juntar os Avizos expedidos pelas diversas Secretarias, que podem ter também lugar entre os Decretos e Alvarás, não se querendo fazer serie separada. Em outra as Provisões Originaes dos Tribunaes. Em outra as Cartas de Officio de Officiaes Militares, e Magistrados, &c. Os Livros de Vereações, e os mais em que actualmente se escreve, devem seguir-se em Ordem de Tomos; e com a declaração por fora dos annos que comprehendem”.

A concepção de livros auxiliares é uma necessidade imperativa, porque

“Onde há Prazos, se precisa hum Mostrador, que debaixo da ordem Geographica siga secundando a Chronologica, mostrando em que divizaõ, ou subdivizaõ, a que folhas de que Livro se acha o Prazo daquelle Casal, ou o seu reconhecimento mais antigo, e assim os seguintes ate ao mais moderno.”

A etapa final do processo descritivo, deve ser a concepção do índice que é simultaneamente o instrumento de acesso e de controlo de informação:

“Huma vez arrumado o Cartório, deve o Índice seguir a mesma ordem, omitindo declaração quando o Documento estiver em bom estado; mas não esquecendo a especificação v.g. de se achar truncado, falto de sello, apagado em parte, ou macerado. Por este Índice se deve verificar em certos períodos o estado dos Cartórios, huns ordinarios, e outros extraordinarios.”

Em suma, confrontando perspectiva de Frei Francisco de São Luís com a de João Pedro Ribeiro, verifica-se a convergência de alguns aspectos, desde logo a necessidade absoluta de se zelar pela conservação do acervo, mas sobretudo a adequação dos procedimentos descritivos e organizativos à natureza dos documentos e às necessidades do uso, sendo aventados, para o efeito, os critérios geográfico, cronológico, temático e misto. A preferência dos arquivistas do século XVIII vai claramente para a combinação de dois ou mais critérios, podendo ser entre o temático e o cronológico, entre o geográfico e o temático, ou entre o geográfico e o cronológico. E, efectivamente, como veremos, só muito raramente foi utilizado apenas um critério. Para além disso, estando a classificação subjacente à organização física dos documentos, é necessário distinguir entre documentos encadernados e soltos, sendo estes últimos frequentemente reunidos fisicamente em maços e títulos, e aqueles apenas em títulos.

No entanto, a evolução terminológica que se fez sentir desde o século XVIII, obsta a que se compreenda, na sua totalidade, as considerações metodológicas sugeridas pelo beneditino e por João Pedro Ribeiro, o que acrescentado à aplicação de quadros de classificação concebidos *a posteriori*<sup>16</sup>, produziu efeitos nefastos na reconstituição dos cartórios familiares setecentistas e não só. Quando referimos maços, títulos e instituições, devemos obrigatoriamente compreender o significado desses termos no século XVIII. O conceito de maço (forma actual do “masso” setecentista) não oferece grandes dúvidas pois é geralmente definido como um conjunto de objectos dispostos em forma de montículo ou reunidos num atado<sup>17</sup> ou como “uma porção de peças juntas debaixo do mesmo liame: v.g. um maço de papeis, de cartas remissivas”, conforme referia António de Moraes e Silva<sup>18</sup>. Hoje, maço documental

<sup>16</sup> Ver: PEIXOTO, Pedro de Abreu – *Arquivos de família: orientações para a organização e descrição dos arquivos de família*. Lisboa: Instituto Português de Arquivos, 1991.; GONÇALVES, Manuel da Silva; GUIMARÃES, Paulo Mesquita; PEIXOTO, Pedro de Abreu, – *Arquivos de família: organização e descrição*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Vila Real., 1996.

<sup>17</sup> Ver: HOUAISS Antônio; SALLES VILLAR, Mauro de (dir.) *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002, Tomo IV, p. 2338.

<sup>18</sup> Ver: SILVA, António de Moraes – *Dicionário da língua portuguesa – recopilado dos vocabulários impressos ate agora, e nesta segunda edição bastante emendado e muito acrescentado*. 2.ª Ed., Vol. 2, Lisboa: Typographia Lacerdina, 1789, p. 245.

pode ser associado a “dossier” ou definido como uma “unidade material de arquivo que contém vários documentos atados ou embrulhados; pode também ter assumido essa forma após um arranjo no arquivo; é original se a sua forma e ordem provêm do organismo que o produziu.”<sup>19</sup>. A constituição de maços não é apenas uma forma de arrumação e de acondicionamento da documentação e é neste aspecto reside a sua complexidade, impondo uma análise caso a caso para identificar o critério utilizado na sua constituição. O maço possui sempre um critério pré-determinado e uma função específica e objectiva, sendo certo que a sua constituição reflecte a necessidade objectiva de se recuperar a parte e não o todo da unidade informacional, bem como a de acumular posteriormente mais documentação. Assim, o maço absorve, ou melhor, é composto por títulos e por documentos, os quais não correspondem necessariamente à mesma unidade informacional.

Importa revisitar também a definição de “título”, um conceito verdadeiramente estruturante na organização dos cartórios. “Título” é uma palavra polissémica a que, na maior parte das vezes, associamos o significado de “denominação”, “designação”, “nome” ou “expressão que se coloca no começo de um livro, nos seus capítulos etc. para indicar o assunto tratado ou simplesmente para identificar, distinguir, individualizar a obra ou trabalho em questão”<sup>20</sup>. No entanto, o *Novo dicionário do Livro* apresenta uma outra significância que importa trazer à colação: a de que o título se reveste de um dimensão jurídica e que através dele se podem “fazer valer os efeitos legais de herança, propriedade, débito ou outros”<sup>21</sup>. Recuando ao século XVIII, e a Raphael Bluteau, a palavra encerra essa mesma dimensão e o conceito jurídico que revela posse ou prova, conforme se pode verificar no extenso verbete:

---

<sup>19</sup> Ver: FÁRIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça – *Novo Dicionário do Livro. Da escrita ao multi-média*. [s.l.] Círculo de Leitores, 1999, p. 387.

<sup>20</sup> Ver: HOUAISS Antônio; SALLES VILLAR, Mauro de (dir.) – *Dicionário...*, cit., Tomo VI, p. 3531.

<sup>21</sup> Ver: FÁRIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça – *Novo Dicionário do Livro...*, cit., p. 589.

[...] Este nome Título, à cerca dos juristas tem diversos significados, por ser hum nome commum, que lhe serve de género, debayxo do qual estão muytas espécies de cousas, porque às vezes significa preminencia de honra a que chamão “Dignidade”, como he a de Duque, Marquez, Conde, &c. & outras vezes significa “Senhorio de propriedade”, donde as mesmas escrituras que cada hu tem a sua fazenda, se chamão Títulos. Porém fallando propriamente, “Título” não he outra cousa, senão hum sinal, & denotação do direito, & justiça, que cada hum tem no que possui, ora seja por razão de dignidade, ora por causa de propriedade. O uso dos quaes Títulos à cerca dos Reys he hum, & toda a outra pessoa, que vive súbdita a elles tem nisso outro modo. Cá o titulo dos Reys não requiere mais escritura do ditado, com que elles se intitulão, que suas próprias, que suas próprias cartas, quando no principio dellas se nomeão, & os homens, para se lhe guardar o titulo de sua dignidade (se a tem) hão de ter escritura dos Reys, de cuja mão receberão a tal honra; & se forem propriedades, appresentarão escrituras, donde as houverão. [...] Papeis, concernentes ao direito de posse, ou pertençaõ de alguma terra, casa, Beneficio, &c. [...]”<sup>22</sup>.

O mesmo sentido lhe dará, anos mais tarde, António de Moraes Silva:

“[o título é] em direito, o principio, ou causa, por que se adquire; v. g. adquirido a título de compra, de venda, de doação, de mutuo; adquire-se a titulo; i. é, dando, ou fazendo alguma coisa por aquilo que se dá ao adquiridor; a titulo gravoso, quando quem, adquire não se obriga a prestar, ou a fazer nada ao que lhe dá. § fig. As escrituras dos contratos em que se funda o direito das partes, e que o atestão.”<sup>23</sup>

Neste sentido, em termos de descrição arquivística, não podemos, nem devemos confundir o título com o documento, seja este simples ou composto. Segundo o significado e as práticas setecentistas e oitocentistas, o título tanto pode reunir um documento (p. ex. uma escritura de compra) como dois ou mais documentos relativos a um único acto de negócio (ganhando aqui uma dimensão de processo), como pode também reunir diversos documentos de semelhante tipologia, ganhando assim a condição de série.

Para Bluteau, “Instituição” é um “Estabelecimento de cousas, que não são naturais, mas inventadas, & dispostas por homens, v.g. a instituição dos feudos; instituição de herdeiro, &c. [...] Na lingua Latina *Instituto* se toma por criação, instrução,

<sup>22</sup> Ver: BLUTEAU, Raphael – *Vocabulario portuguez ..., cit.*, vol. 8, pp. 179-180. (Sublinhado nosso).

<sup>23</sup> Ver: SILVA, António de Moraes – *Diccionario da lingua portugueza..., cit.*, vol. 2, p. 779.

direcção, &c. (...) <sup>24</sup>. Assim, significa acto ou efeito de instituir, coisa instituída ou também leis fundamentais, normas e preceitos porque se rege uma organização e que estão cristalizados num documento.

As designações de maço, título e instituições são termos omnipresentes nas reclassificações setecentistas e oitocentistas dos cartórios.

### 1. 1. *A prática: dos conventos às casas nobres*

O racionalismo emergente no século XVIII motivou o surgimento de um ímpeto reclassificador da documentação no sentido de providenciar um acesso célere à informação, reconhecendo assim a sua inegável importância para uma gestão administrativa otimizada. Todavia, também se assistiu gradualmente à maior procura dos arquivos em virtude do denominado valor secundário dos documentos, para o qual contribuiu o interesse nos estudos histórico-literários que “forçaram” os arquivos a abrirem-se a outras finalidades que não apenas as jurídicas e as administrativas.

A reorganização dos cartórios surgiu em Portugal, primeiramente, no seio das instituições religiosas e daí dimanou progressivamente para instituições públicas e privadas, nas quais se incluem as casas nobres. As instituições religiosas eram os guardiães de uma prática secular motivada pela imperiosa necessidade de gestão da imensa propriedade fundiária e demais privilégios que lhe estavam adstritos. Podemos encontrar motivações de vária ordem, quer intrínsecas quer extrínsecas às próprias entidades produtoras da informação, que importa analisar caso a caso.

Um exemplo clássico é o da Ordem de São Bento, conforme já fizemos referência. Ainda que se vislumbre várias operações de “indexação” no século XVII, essas de iniciativa isolada <sup>25</sup>, o certo é que a(s) reforma(s) dos cartórios dos conventos e mosteiros beneditinos terão decorrido em grande escala no último quartel do século XVIII. Nessa altura, os cenóbios da Ordem renderam-se aos “arranjos” metódicos preconizados por Frei Francisco de São Luís durante o desempenho de funções de Visitador-geral da Ordem. Mas se as suas motivações estavam relacionadas com o estado de degradação de alguns cartórios e bibliotecas, estavam também relacionadas com o seu projecto de investigação sobre a história dos frades Bentos, denotando-se aqui o manuseio dos cartórios numa perspectiva instrumental e não administrativa. Assim sabemos que o beneditino, emitiu recomendações para a organização de arquivos e livrarias, dissertando sobre a instalação de cartórios <sup>26</sup> e que

<sup>24</sup> BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário portuguez ... cit.*, vol. 4, pp. 152-153.

<sup>25</sup> São os casos do “Index do Cartório” complementado pelo traslado de documentos antigos, de 1682, e o “Index e mostrador dos caseiros em 1604”, ambos do Convento de Salvador em Braga. Ver: ARAÚJO, António de Sousa; SILVA, Armando Malheiro B. da – *Inventário do fundo monástico-conventual*. Braga: ADB/UM, 1985.

<sup>26</sup> Ver: RAMOS, Luís A. de Oliveira – *O cardeal Saraiva*. Vol. I, Porto: Faculdade de Letras, 1972, p. 314.

por todos os mosteiros se assiste à vulgarização da concepção de índices, à organização de séries temáticas, cronológicas e geográficas; e ao surgimento de armários e gavetas como elementos de preservação e de estruturação da documentação avulsa e encadernada. O recurso às gavetas parece ter sido uma prática corrente, existindo notícia da sua existência em Tibães, Casa-mãe da Ordem, em São João Baptista de Arnoia (Celorico de Basto), em São Romão do Neiva (Viana do Castelo) e em Santo André de Rendufe (Amares)<sup>27</sup>.

Não há memória precisa de quando é que os documentos começam a ser guardados em gavetas. Frei Francisco Brandão, na “Monarquia Lusitana”, fala em várias gavetas: a “das Cortes”, a “dos próprios das villas”, a “segunda das bullas”, a “do Ecclesiastico”, a “dos testamentos” e a “dos contractos”<sup>28</sup>. Também D. António Caetano de Sousa, nas “Provas da História Genealógica”, “cita documentos das gavetas da Casa da Coroa, com o número destas e dos maços”<sup>29</sup>. O uso de gavetas substituiu o uso secular de arcas ou cofres, que se verificava desde a Idade Média, devido ao carácter nómada dos cartórios e ao facto de o arquivo se constituir como um valor a proteger<sup>30</sup>. Mas mesmo depois da concentração dos arquivos em unidades centrais, os cofres e caixas continuam a servir de unidades de instalação ou de referência para os funcionários encarregados de organizar os documentos. É certo que armários, gavetas, baús e cofres coexistiram até muito tarde, possivelmente, até ao século XIX. Mas é certo também que a passagem para os armários e gavetas surge tanto por ordem pragmática, de optimização do espaço para acondicionamento, como para a separação dos documentos, proporcionando assim numa estrutura classificativa mais profunda.

Outro exemplo incontornável na reorganização do cartório foi o do Cabido da Sé de Braga que, no segundo quartel do século XVIII, empreendeu uma profunda reforma da administração fundiária. O Cabido, apesar de coexistir com a Mitra “Primaz das Hespanhas”, é o principal proprietário urbano de Braga no século XVIII, possuindo um fundo documental rico e detalhado. É por esse motivo uma verdadeira autoridade política e o grande potentado económico, o que se revela no seu vastíssimo cartório. A vacância originada com a morte do Arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles (1704-1728), prolongou-se por treze anos e deu origem a demandas entre o Cabido e o futuro arcebispo D. José de Bragança (1741-1756), meio-irmão de

<sup>27</sup> Ver: ARAÚJO, António de Sousa; SILVA, Armando Malheiro B. da – *Inventário do fundo monástico-conventual*. Braga: ADB/UM, 1985. MATTOSO, José – *Inventário dos Fundos de Antigos Mosteiros Beneditinos existentes no Arquivo Distrital de Braga*. (Separata), 1967, *Bracara Augusta*, Braga, 20, (1966), pp. 358-412.

<sup>28</sup> Ver: BRANDÃO, Frei Francisco – *Monarquia Lusitana*. VI, 1672, p. 578 *apud* AZEVEDO, Pedro de – *As Gavetas da Torre do Tombo: maço I, da I Gaveta*. In, *Arquivo Historico Portuguez*. vol. IV, (1906), p. 2.

<sup>29</sup> *apud* AZEVEDO, Pedro de – *As Gavetas da Torre do Tombo: maço I, da I Gaveta*. In, *Arquivo Historico Portuguez*. vol. IV, (1906), p. 2.

<sup>30</sup> Ver: SILVA, Armando Malheiro da [et al.] – *Arquivística 1. Teoria e prática de uma Ciência da Informação*. Porto: Edições Afrontamento, 1999, p. 72 e segs.

D. João V. Assim, em 22 de Dezembro de 1740, a Mesa Capitular deliberou, proceder à reorganização do seu cartório que se achava “em grande confusão”, nomeando, para o efeito, uma comissão composta pelos capitulares Dr. Constantino da Cunha Sotto Mayor (tesoureiro), Francisco Pacheco Pereira (paleógrafo) e Rafael Álvares da Costa. As preocupações eram simples: reorganizar o inventário de bens e proventos da Mesa Capitular e criar instrumentos de gestão de utilidade imediata com capacidade prospectiva. Desta iniciativa resultou uma obra gigantesca composta por 14 livros de índices e o “Mappa das Ruas de Braga”, “que de acordo com o que está expresso na folha de rosto integra a mesma empreitada”<sup>31</sup>. Por um lado, o “Índice de Prazos” reunia o espectro diacrónico dos prazos urbanos do cabido, segundo uma ordenação geográfica (ou melhor topográfica, por ruas) que permitia reconstruir o fio condutor dos processos de aforamento; por outro lado, o “Mappa”, surgido dez anos depois e desenhado pelo Padre Ricardo da Rocha (1702-1767) sob tutela directa do cônego Francisco Pacheco Pereira (1697-1763), descrevia uma imagem sincrónica muito aproximada da configuração da cidade no ano de 1750. Ambas são instrumentos de recuperação de informação que se complementam dada a convergência ao nível da numeração dos prazos. E o “Mappa” ao lançar o utilizador na imagética, lança-o também na recuperação iconográfica da informação, numa tentativa de alargar os pontos de acesso e de obter maior precisão. Da mesma empreitada, seguindo das recomendações do Estatuto do Cabido, resulta a construção dos dois móveis - o “Arcaz” (2.º quartel do século XVIII) e o “Armário dos Livros de Notas” (este, construído em 1824) - para acautelarem os livros de notas de empraçamentos que se encontravam em “armário aberto expostos a extravios e falsificações sem cautela e resguardo recomendados no Estatuto”. O Arcaz era composto por 32 gavetas temáticas, “cuja estrutura e distribuição funcional consagram o princípio da hierarquia da documentação”<sup>32</sup>. Nos finais do século XVIII e durante todo o século XIX, o Índice de Prazos, o Arcaz, e o “Mappa” eram indissociáveis e indispensáveis para uma correcta administração da propriedade capitular, pois garantiam a inteligibilidade do Cartório.

Este ímpeto reclassificador dimanou progressivamente para as instituições do Estado, nomeadamente para a Administração Central e Local, em virtude de uma maior complexificação das práticas burocráticas e jurídicas.

Na cúpula político-administrativa do aparelho de Estado, o caso mais conhecido foi o da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. Em 1808, o porteiro e

<sup>31</sup> Ver: BANDEIRA, Miguel Sopas de Melo – O espaço urbano em Braga em meados do séc. XVIII. A cidade reconstituída a partir do “Mappa das Ruas de Braga” e dos “índices dos Prazos das Casas” do Cabido. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, I Série, Vol. IX, Porto, 1993, pp. 101-223.

<sup>32</sup> Ver: VASCONCELOS, Maria da Assunção J. de – Registo de dois móveis do Cartório Capitular de Braga. *Forum*, Braga: Conselho Cultural da Universidade do Minho, n.º 9/ 10, Jan.-Jul 1991, pp. 101-108; VASCONCELOS, Maria da Assunção Jácome de (coord. e introd.) – *Mapa das Ruas de Braga*, Braga: Universidade do Minho, 1989-1991, 2 vols.

guarda-livros Pedro de Alcântara Pereira Rolim concebeu um complexo “Sistêma que regula a divizão e colocação dos papéis do Archivo da Secretaria [...] organizado na Época da Restauração da Monarquia”. Com um “arranjo methodico” e com uma clara dimensão prospectiva, o índice apresenta 18 categorias temáticas, complementadas com a caracterização dos documentos, respectivas cotas e sistema de circulação dos mesmos e ainda referências legislativas a cargos e instituições<sup>33</sup>.

Veja-se, também, o exemplo do Desembargo do Paço que adoptou uma estrutura orgânica segundo o critério geográfico e em que cada Repartição possuía uma certa autonomia ao nível do arrumo da documentação, oscilando entre as séries temáticas e cronológicas adequadas à natureza da própria informação e às necessidades de acesso e de uso<sup>34</sup>.

No próprio Arquivo da Torre do Tombo, as reformas de Manuel da Maia, empreendidas logo após o terramoto, resultaram na criação do “Corpo Cronológico”, numa aplicação “bastante precoce do método iluminista”<sup>35</sup> – mas que fez escola durante todo o século XIX e XX em diversos arquivos e bibliotecas – e, também, na elaboração do índice dos maços e gavetas do núcleo documental primitivo, o qual proporcionou, entre 1817 e 1818, o ensejo de concluir a “Leitura Nova” de inspiração quinhentista<sup>36</sup>.

Também o Cartório da Nobreza foi alvo de reorganização, ainda antes do terramoto, pela mão dos frades da Ordem de S. Paulo, Frei José da Cruz e depois Frei Manuel de Santo António e Silva, os quais receberam inclusivamente o epíteto de “Reformadores” devido ao melhoramento do Livro Mestre, à indexação alfabética dos nomes dos brasonados e à criação da série de sentenças<sup>37</sup>.

Importa, também, realçar o caso das instituições públicas vocacionadas para a assistência social, nomeadamente das Misericórdias que, ao longo dos séculos XVIII e XIX, apresentam 18 casos de concepção de índices, integrais ou parciais (séries), certamente motivados pela arrumação dos respectivos cartórios<sup>38</sup>; e do Hospital de

<sup>33</sup> Ver: SUBTIL, José – A formulação das hipóteses e a observação em história: o caso da história política e institucional moderna. In: *Anais: Série História*, vol. III-IV, Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 1994, pp. 155-188; MARTINS, Ana Canas Delgado – *Governança e Arquivos: D. João VI no Brasil*, [s.l.] Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, Ministério da Cultura, 2007.

<sup>34</sup> Ver: SUBTIL, José Manuel Louzada Lopes – *O Desembargo do Paço (1750-1833)*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 1996.

<sup>35</sup> Ver: SILVA, Armando Malheiro da [et alli] – *Arquivística 1...*, cit., pp. 95-100.

<sup>36</sup> AZEVEDO, Pedro de – As Gavetas da Torre do Tombo: maço I, da I Gaveta. In: *Archivo Historico Portuguez*, vol. IV, (1906), pp. 1-9.

<sup>37</sup> Ver: CABRAL, Gonçalo de Aguiar de Vasconcelos – *O Cartório da Nobreza no período de 1700-1755*. Coleção Registos da História, n.º8, Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, [2001]; Ver também ABRANTES, Marquês de – *Introdução ao estudo da Heráldica*. Biblioteca breve – Série História, pp. 80-84; FERROS, Luís – Breve panorama da heráldica de Família em Portugal (séculos XII-XIX), In: *Comunicaciones al XV Congreso Internacionla del as Ciencias genealógica e Heraldica*, Tomo II, Madrid, 1983, pp. 67-74.

<sup>38</sup> Ver: RIBEIRO, Fernanda – *O acesso à informação ... cit.*, pp. 387-391.

São José que viu ser-lhe nomeado um “cartorário paleógrafo” por alvará de 14 de Dezembro de 1825, para organização do seu arquivo<sup>39</sup>.

Também nas casas nobres o ímpeto reorganizativo dos cartórios se fez sentir, com maior frequência a partir da segunda metade do século XVIII e durante todo o século XIX. Em todos os casos verificados, existiram motivações subjacentes às reformas, sendo também notório que tal acto de gestão se constituiu como uma fase de um processo mais amplo. Podemos referir, sem prejuízo, que a organização dos cartórios familiares é uma etapa fundamental na estruturação das famílias nobres - iniciada no século XVI com a criação dos institutos vinculares e sobretudo no contexto político e social saído da Restauração -, e que contribui de forma determinante para a consolidação do conceito de Casa que começou a emergir em Setecentos.

Em 1800, chegou mesmo a ser publicado um aviso na “Gazeta de Lisboa” que é deveras sintomático da importância de tal acto de gestão:

“Deseja-se hum sujeito, que tenha intelligencia, e as mais qualidades precisas, para se lhe confiar o arranjo do Cartorio da Casa de hum Fidalgo desta Corte. Quem se julgar nas expressas circumstancias, falle na loja da Gazeta”<sup>40</sup>.

Apesar de possuírem uma complexidade funcional reduzida, quando comparado com outras instituições públicas e privadas, as casas nobres careciam também de ordem para a optimização da gestão económica. A reforma mais conhecida é, sem dúvida, a do cartório da Casa de Bragança, ordenada por provisão régia de 13 de Março de 1756, logo após o terramoto. Empreendida pelo cartorário Manuel António Ataíde e validada por Manuel da Maia, a reforma consistiu no traslado fiel dos originais, existentes na Torre do Tombo, devido à “necessidade urgente de confirmar obrigações, direitos, regalias, posse de terras, mercês” e restante matéria jurídica indispensável à reconstituição e garantia dos direitos do seu Administrador, o Rei D. José I<sup>41</sup>. Manuel Inácio Pestana refere que a apresentação dos documentos é feita “pela descrição dos respectivos títulos, estabelecendo um critério de sequência cronológica, dentro de cada volume, que não existia nos sumários organizados pelos arquivistas anteriores”<sup>42</sup>. Mas mais, esta reforma consistiu numa “leitura nova” que faz convergir para uma estrutura temática - expressa nos códices de “Contratos”,

<sup>39</sup> Ver: RIBEIRO, Fernanda – *O acesso à informação ... cit.*, pp. 383-385.

<sup>40</sup> *Supplemento á Gazeta de Lisboa*, Numero V, Sexta-feira, 7 de Fevereiro de 1800, Lisboa, na Régia Officina Typographica.

<sup>41</sup> Ver: PESTANA, Manuel Inácio – *A Reforma Setecentista do Cartório da Casa de Bragança, Documentos apógrafos e originais do séc. XIII ao séc. XVIII*, Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1985; ID. *O Arquivo Histórico da Casa de Bragança: história de um notável acervo documental*, Lisboa: APH, 1996.

<sup>42</sup> Ver: PESTANA, Manuel Inácio – *A Reforma Setecentista do Cartório da Casa de Bragança: Documentos apógrafos e originais do séc. XIII ao séc. XVIII*, Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1985, p. 31.

Sentenças”, Doações”, “Forais”, etc. – documentos existentes noutras instituições, ou melhor promulgados por diversas entidades, revelando assim um sincretismo organizativo<sup>43</sup>.

Da Casa de Lafões<sup>44</sup> (apesar de não se conhecerem índices, inventários ou catálogos) restam séries de documentos contabilísticos, produzidos no último quartel do século XVIII e primeiro do seguinte, cuja feitura só seria possível estando o cartório ordenado, como são os casos das “Relações de pagamentos efectuados pela Casa de Lafões”, os “Livros de Caixa” (em folhas avulsas e códices), “Livros de receitas”, “Livros de contas correntes”, “Recibos de pagamento de foros”, “Recibos de rendas de Casas”, entre outros<sup>45</sup>.

Também a Casa dos condes de Povolide terá procedido à reorganização do seu cartório, muito provavelmente no início da segunda metade do século XVIII<sup>46</sup>, conforme se depreende do desenho esquemático dos contadores em que surgem reproduzidas as gavetas etiquetadas para uma precisa separação dos papéis, conforme sugere a seguinte legenda:

“Archivo ou Cartório, forma e numero das gavetas delle, e apontados os apellidos por onde tenho as fazendas que peso, e em que gavetas, para que em nada possa aver equivoçaçoens e nas gavetas em que não está apontado nada tem vários papeis que servem e documentos”<sup>47</sup>.

Neste caso, verificou-se o recurso aos critérios temático (“dotes, testamentos e quitações”) e geográfico (“Fazenda de Lisboa e seu termo”), entre outras dez gavetas não identificadas que estariam destinadas aos “papéis que servem”, constituindo estes uma miscelânea de papéis que não as anteriores gavetas não comportavam.

A Casa Melo, cujo arquivo integra e se dilui no Arquivo da Casa de Mateus a partir da segunda metade do século XIX<sup>48</sup>, terá recorrido em diversos momentos

<sup>43</sup> Veja-se o modelo utilizado nos finais do século XIX por Ernesto do Canto em SILVA, Armando Malheiro da – O “Archivo dos Açores (1878-1892) de Ernesto do Canto: um modelo de “erudição” histórico-arquivística: análise e superação. In, *Ernesto do Canto: retratos do homem e do tempo: Actas do colóquio*. Universidade dos Açores, 25-27 de Outubro de 2000, Ponta Delgada: Centro de Estudos Gaspar Frutuoso – Universidade dos Açores/Câmara Municipal de Ponta Delgada, 2003, pp. 219-277.

<sup>44</sup> Ver: MONTEIRO, Nuno Gonçalo; COSTA, Fernando Dores – *D. João Carlos de Bragança, Duque de Lafões. Uma vida singular no Século das Luzes*. Lisboa: Edições INAPA – Jogos Santa Casa, 2006.

<sup>45</sup> Ver: *Arquivo de História Social/ ICS – Coleção Pessoal Nuno Gonçalo Monteiro*, acessível em <<http://www.ics.ul.pt/ahsocial>> (consultado em 07.06.2011).

<sup>46</sup> Certamente por José da Cunha Grã Ataíde e Melo, 3.º Conde de Povolide (1734-1792) ou, quando muito, por seu filho Luís José da Cunha Grã Ataíde e Melo, 4.º Conde (1778-1833). Ver: ZÚQUETE Afonso Eduardo Martins (dir.) – *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. III, Lisboa: Editorial Enciclopédia, Lda., 1960, p. 175.

<sup>47</sup> Ver: IANTT – Arquivo dos Condes de Povolide, Cód. 19 A – reproduzido em: LISBOA, João Luís; MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis – A cultura escrita nos espaços privados. In, MONTEIRO, Nuno Gonçalo (coord.) – *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Moderna*, [s.l.], Círculo de Leitores/ Temas e Debates, p. 362.

<sup>48</sup> Devido ao casamento do 3.º conde de Vila Real, D. José Luís de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos, com a 2.ª condessa de Melo, D: Teresa Francisca de Melo da Silva Breyner Sousa Tavares e Moura, realizado em

aos serviços do Padre João Filipe da Cruz, presbítero secular, perito em paleografia<sup>49</sup>. João Filipe da Cruz tinha organizado, em Julho de 1815, os maços de papéis do Principal Miranda, Patriarca eleito de Lisboa, por ordem do testamenteiro monsenhor Lourenço Baharem e do desembargador João Baptista Esteves, conforme indica a nota introdutória:

“como este catálogo serve unicamente para se fazer separação de documentos e se entregarem a quem pertencerem, pareceu-me supérfluo o trabalho de reduzi-los à ordem cronológica e mesmo fazer uma análise mais circunstanciada mais necessária ao arrançamento particular de cada um dos interessados, quando os unirem ao seu cartório, parecendo-me suficiente a descrição de pessoas, prédios, de hortas e lugares, atendendo não somente à brevidade que este negócio exige, à pouca utilidade que resultaria de aumentar com muito trabalho este volume e muito principalmente porque as pessoas a quem esta obra se dirige pela exacta notícia que já tem suprem à falta de explicação que só serviria de matéria à curiosidade aos que daqui pretendem notícias talvez alheias do fim a que este resumo se encaminha sendo porém necessária qualquer notícia ou explicação ou cópia de quaisquer documentos com ordem do Excelentíssimo testamenteiro ou do ilustríssimo desembargador juiz deste inventário com toda a prontidão me prestarei aos seus mandados”<sup>50</sup>.

Em Agosto de 1816, trabalhava já na Casa Melo e daí resultou a apresentação a Pedro de Melo Breyner e Menezes (1757-1830)<sup>51</sup> do “Catálogo dos papéis pertencentes a Barros Machado e Cardoso e que tenho encontrado entre os que até agora tenho sumariado do cartório da Exma. Casa de Melo”, seguindo um critério cronológico na arrumação e descrição dos títulos. Em 1827, empreende também uma organização parcial do cartório da Casa a qual se encontra espelhada num “catálogo” complementado com a arrumação física dos documentos por maços e títulos, dispostos alfabeticamente e com um complexo sistema de cotas alfanumérico. Aliás, terão sido

1867. Temos presentemente em preparação os trabalhos de descrição do “Subsistema de Informação Família Melo”, que contempla uma análise circunstanciada da metodologia utilizada pelo Padre João Filipe da Cruz.

<sup>49</sup> Escreveu *Dissertação sobre os deveres dos Juizes, com hum compendioso tratado das violências públicas e particulares*: T. do F. por João Filipe da Cruz, Presbytero da Ordem de S. Pedro, Lisboa, na Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, MDCCXLVIII; Ver: SILVA, Inocêncio Francisco da – *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Tomo IV, p. 20; PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme – *Portugal: Diccionario histórico, chorographico, heráldico, biographico [...]*, Lisboa: João Romano Torres, 1904, vol. 2, p. 1240.

<sup>50</sup> IANTT – Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 246. Acessível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/?ID=3883094> (consultado em 17.06.2011).

<sup>51</sup> Ver: CANEDO, Fernando de Castro da Silva – *A descendência de El-rei D. João II*. 2.ª ed., Braga: Fernando Santos e Rodrigo Faria de Castro, 1993, vol. III, p. 378.

fabricadas, nessa altura, as quatro caixas de cartão e lombada de carneira, que hoje pertencem à Fundação da Casa de Mateus<sup>52</sup>.

A Casa de Sá, em Ponte de Lima, pertencente ao 1.º conde da Barca, recorreu aos préstimos de um eclesiástico, neste caso o próprio Frei Francisco de São Luís. A organização do cartório terá ocorrido, por volta de 1811, logo após as Invasões Francesas, com o administrador dos vínculos ausente no Brasil. Aí, o beneditino recorreu também a um método misto constituindo maços temáticos, envolvidos em capilhas e costurados, tudo complementado por um índice, entretanto perdido<sup>53</sup>.

Ainda nos séculos XVIII e XIX, sabemos da existência de (re)organizações nos arquivos dos condes da Lapa e dos condes da Galveias, bem como nos condes de Ficalho<sup>54</sup> e na Casa do Terreiro de Leiria<sup>55</sup>, mas desconhecemos as metodologias aplicadas.

Já no século XIX, verificamos a organização do Arquivo da Família Jácome de Vasconcelos, da Casa do Avelar, estabelecida em Braga desde os finais do século XIV<sup>56</sup>. A Casa passou, então, a dispor de um “dispositivo” de busca de informação, cuja estrutura foi identificada pelo laborioso trabalho desenvolvido por Ana Maria Macedo e que:

“pôs em relevo a existência quer de folhas sobrepostas a documentos com várias designações (noutro tipo de letra), tais como “Masso n.º...” ou “Títulos e papéis avulsos” quer de pequenos pedaços de papel, presos ou não aos documentos, contendo o respectivo “sumário”. Prova irrefragável de um metucioso trabalho de recuperação da informação documental, esses títulos e “verbetes” foram feitos, muito provavelmente, por Vasco Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos (1840-1886) e, uma parte consideravelmente menor, por seu irmão Francisco (1830-1879).”

## 2. As Gavetas da Casa de Mateus

No final do século XVIII, emergiu na Casa de Mateus um modelo de organização da documentação administrativa e contabilística conhecido como as “Gavetas”. Para se

<sup>52</sup> Ver a reprodução fotográfica das Caixas em: *A Casa de Mateus. Roteiro*, [s.l.] Fundação da Casa de Mateus, 2011.

<sup>53</sup> Ver: RODRIGUES, Abel Leandro Freitas – *Entre o Público e o Privado...*, cit.

<sup>54</sup> Ver a contribuição de António de Assis e Matilde de Mello Gago da Silva neste volume.

<sup>55</sup> Ver a contribuição de Ana Margarida Portela e Francisco Queiroz neste volume.

<sup>56</sup> Ver: MACEDO, Ana Maria da Costa – O Arquivo da Casa do Avelar – uma fonte preciosa para a história da família e para a história de Braga, *Bracara Augusta*, vol. XLIV, n.º 96 (109), 1993, pp. 307-416; RODRIGUES, Abel – Os Arquivos Pessoais e Familiares do Arquivo Distrital de Braga/ Universidade do Minho. Abordagem sistémica, In, *Actas do II Congresso Internacional da Casa Nobre*, [no prelo]; ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA – *Catálogo do Arquivo da Casa do Avelar. Estudo orgânico e catálogo*, Braga: Universidade do Minho, 2000.

compreender as motivações desta organização é imperioso conhecer os contextos associados. Mateus era nessa altura uma “Casa de boa linhagem em ascensão”<sup>57</sup> e os seus proprietários “dos poucos fidalgos provinciais destacados que conseguiram aceder no século XVIII aos círculos da nobreza de corte”<sup>58</sup>. Na realidade, há muito que os morgados de Mateus tinham encetado uma estratégia de mobilidade social ascendente, assente na aquisição e vinculação de propriedades – na Cumieira primeiro e em Mateus depois – e no desempenho de cargos ligados à Magistratura, à Igreja e ao Exército, um pouco por todo o reino e império<sup>59</sup>. A vastíssima propriedade, vinculada e livre, deu origem a uma imensa produção documental que foi sendo arquivada, recuperada e reutilizada pelas sucessivas gerações. Neste processo evolutivo, é possível destrinçar quatro momentos: a produção documental e os primeiros instrumentos de acesso à informação; o uso das Gavetas e a emergência do sincretismo classificativo; a cristalização da estrutura classificativa; e a perenidade do modelo.

### 2.1. *A produção documental e os primeiros instrumentos de acesso à informação*

Durante a 1.<sup>a</sup> metade do século XVII, assiste-se a uma fase de grande produção documental decorrente da aquisição de inúmeras propriedades por toda a Terra Transmontana pelo Licenciado António Álvares Coelho, que aliás viria a instituir o vínculo de Mateus em 1643. Segundo D. José Maria de Sousa:

“elle só comprou immensos bems em Mateus e suas vizinhanças, na serra, e em Ribalonga e Terra Quente, de maneira que admira pois não há gaveta no Archivo que não tinha infinitas escrituras de aquisição suas e merece a maior gratidão dos successores da Casa a quem elle enriqueceu. Tanto vale a bem entendida economia pois com poucas rendas fez tanto que hoje mesmo com maiores seria difficil<sup>60</sup>.

Pelo Licenciado António Álvares Coelho são produzidas centenas de documentos referentes à compra de propriedades, emprazamentos, subemprazamentos, etc. Em toda esta documentação é usual encontrarem-se sumários cujo objectivo

<sup>57</sup> Ver: MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *O Crepúsculo dos Grandes: A Casa e o património da Aristocracia em Portugal (1750-1832)*, Lisboa: INCM, p. 45.

<sup>58</sup> Ver: CUNHA, Mafalda Soares; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *As Grandes Casas*. In, *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Moderna*. Coord. de Nuno Gonçalo Monteiro. [s.l.], Círculo de Leitores/ Temas e Debates, p. 203.

<sup>59</sup> Ver: MOURA, Vasco Graça – *Figuras em Mateus*. Fotografias de Nicolas Sapiéha. Lisboa: Quetzal Editores, 2002.

<sup>60</sup> Ver: *Breve História ou Notícia desta Casa de Mateus que serve de introdução à lição dos Titulos para introdução de meu filho*. [1800], fls. 3-3v. (SICM/ SSC 07.01/ BREVE HISTÓRIA).

principal é o de agilizar o acesso à informação. No momento da produção do documento é realizado o sumário simples no verso do último fólio, no qual é identificado, de forma objectiva, o conteúdo do documento, a data, a tipologia do acto de negócio, os intervenientes, a localidade a que diz respeito e muitas vezes as obrigações enfitêuticas. Estes sumários constituem-se, assim, como um *corpus* informativo que alimentará a documentação “contabilística” referente à percepção de foros, aos direitos e deveres do Senhor da terra, e assim serão transmitidos à geração seguinte. Constituem-se, também, como pontos de acesso à informação, assemelhando-se a um pré-catalogo, muito embora não exista ainda um “rol” ou índice que os elenque sucessivamente.

Desconhecemos quais os procedimentos de arquivagem utilizados, nesta altura. Mas verificamos que aqueles sumários eram realizados no centro do fólio, na horizontal, de maneira a não interferir com as dobras do suporte, o que nos leva a crer que os documentos eram dobrados e guardados numa unidade de instalação que seria com toda a probabilidade um armário e/ou um baú-cofre. Na verdade, o recurso aos armários será uma prática constante na Casa de Mateus até ao século XX<sup>61</sup>, seja em simultâneo com os baús-cofres usados por membros obrigados a grande mobilidade geográfica por força do desempenho de funções públicas e privadas - como por exemplo Francisco Botelho e Faria, Abade de São João da Balança, que possuía um baú-cofre armoriado - seja com as gavetas dos contadores em vinhático<sup>62</sup> que ao longo dos séculos XVIII e XIX, permitiram o estabelecimento de uma maior complexidade classificativa, conforme veremos.

A geração seguinte, composta pelo casal D. Maria Coelho, *a Velha*, e Dr. Matias Álvares Mourão, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Fidalgo da Casa Real, foi considerado, por D. José Maria como “hum dos melhores administradores da Casa: fizerão muitas acquiziçoens, renovarão os Prazos e fizerão o Tombo velho”<sup>63</sup>. É com este casal que se verifica a estratégia de concentração patrimonial, através de um conjunto de rígidas disposições testamentárias bem reveladoras do carácter e forma com que administraram a propriedade familiar. Primeiros administradores da Capela de Nossa Senhora dos Prazeres, em Mateus, e segundos administradores da Capela de Nossa Senhora da Cumieira, é para este casal que convergem diversas propriedades não vinculadas e dispersas como a quinta da Torre (foreira ao bailio de Leça), as Casas de Lago Bom, de Vila Pouca de Aguiar e de Bornes devido a doações e heranças, e com elas vasta documentação<sup>64</sup>.

<sup>61</sup> Ver: CASA DE MATEUS. *Catálogo do Arquivo*.

<sup>62</sup> Ver: CASA DE MATEUS, Base de dados do Museu, inv. 31.

<sup>63</sup> Ver: *Breve História ou Notícia desta Casa de Mateus que serve de introdução à lição dos Titulos para introdução de meu filho*. [1800], fl. 3v.. (SICM/ SSC 07.01/ BREVE HISTÓRIA).

<sup>64</sup> Ver: CASA DE MATEUS. *Catálogo do Arquivo*, pp. 37-39.

D. Maria Coelho sobreviveu ao Dr. Matias e administrou a Casa por durante 21 anos, tendo obtido o alvará régio de 30 de Julho de 1685 para tombar as propriedades, o qual, no entanto, só será cumprido no dealbar da centúria seguinte pelos seus herdeiros. Sem descendência, o casal nomeia para sucessor o primo Matias Álvares Mourão, “Morgado da Prata”, filho de Domingos Botelho Ribeiro Álvares e de D. Joana Mourão, da Casa de Sabrosa, sob condição de casar com D. Maria Coelho de Barros e Faria, da Casa de Arroios, obrigando a

“que estes vínculos, a saber o desta Casa de Mateus e o da Casa da Cumieira, andarem juntos em um só possuidor e ele se chamar dos apelidos Alvares Coelho Mourão, e andando separados por falta de descendentes de meus herdeiros se chamará o possuidor do vínculo desta Casa dos apelidos Álvares Coelho e do da Cumieira Alvares Mourão.”<sup>65</sup>

Foi de facto o “Morgado da Prata” quem empreendeu a primeira organização do cartório da Casa, na sequência do atombamento das terras de Vila Real (1703)<sup>66</sup>, de Lagares, Lamares e Justes (1703-1711)<sup>67</sup> e o do Casal de Nogueira (1710)<sup>68</sup>. É a imperativa necessidade de proceder o inventário autêntico de bens de raiz, com todas as demarcações e confrontações, que faz emergir o critério geográfico que marcará para sempre a estrutura classificativa do cartório da Casa de Mateus.

Nesta altura, os sumários dos documentos realizados pela geração anterior foram completados com uma numeração que é totalmente coincidente com os conhecimentos e as escrituras constantes nos tombos, passando a existir uma clara convergência e complementaridade entre a disposição dos documentos avulso e a sequência dos documentos constantes nos tombos. Por outro lado, verifica-se também a concepção de índices parcelares, como a “Descrição das terras de Ribalonga” (1716)<sup>69</sup>, contendo verbetes muito minuciosos com a localização geográfica da propriedade, a identificação do subenfititeuta e uma descrição pormenorizada da proprie-

<sup>65</sup> Ver: Testamento de D. Maria Coelho (resumo). *Apud CASA DE MATEUS - Catálogo do Arquivo... cit.*, p. 38.

<sup>66</sup> Inclui os lugares de Abambres, Poço Romão, Samardã, Vilalva, Silvela, São Mamede, Vila Marim, Parada de Cunhos, Granja, Mondrões. Ver: *Vila Real. Tombo do Casal de Vila Real feito pelo Doutor Francisco Aranha Barbosa Juiz delle, Em o anno de 1703. Recopilado por D. Luís Antonio de Sousa, Morgado de Mateus. Anno de 1792.* SICM/ SSC 06.01/ TOMBO (G. 872.09).

<sup>67</sup> Ver: *Tombo dos Lugares de Lagares, Lamares e Justes feito por Ordem do Illmo Snr. Matias Alvares Mourão, Morgado de Mateus, Sendo Juizes deste tomo o Doutor Ouvidor Francisco Alvares Sanhudo, e o Doutor Francisco Aranha Barbosa. Anno de 1711 e 1703. Dirigido e encadernado por D. Luís António de Sousa Botelho.* SICM/ SSC 06.01/ TOMBO (G. 780.01).

<sup>68</sup> Ver: *Tombo ou prazo de Matias Alvares, Morgado de Mateus, feito no anno de mil e setecentos e des.* SICM/ SSC 04.01/ TOMBO (G. 874.01).

<sup>69</sup> Ver: *Descrição das terras de Ribalonga. 1715-1716.* SICM/ SSC 06.02/ SR FUNCIONAL GAVETAS/ SSSR GAVETA N.º 20 - Ribalonga, maço 32, tit. 11.

dade (nomeadamente, as suas dimensões, confrontações e produções agrícolas)<sup>70</sup>. São de salientar, também, a “Relação das rendas pagas à Casa de Mateus” (1726-1727) e o “Livro dos foros que se paguã à Caza de Mateus no Concelho de Aguiar”<sup>71</sup>.

Paralelamente aos índices e tombos foram produzidos livros contabilísticos como o “Caderno de cobrança de foros da Casa de Mateus” referentes aos anos de 1701-1712, em que vem assinalada, no fim do livro, a “soma de todo o livro da terra quente de centeio de foro e renda”<sup>72</sup>. Analisando o conteúdo dos instrumentos contabilísticos verificamos que os mesmos contêm verbetes organizados segundo um critério geográfico e, dentro deste, a identificação do subenfitentea, o valor do foro e, finalmente, os averbamentos anuais de pagamento desse valor<sup>73</sup>. Escrituras avulsas, assinados de venda, tombos, documentos contabilísticos, tudo é integrado numa única estrutura classificativa e assim permanecerá até à geração do seu neto D. Luís António de Sousa Botelho Mourão, 4.º morgado de Mateus. Com o “Morgado da Prata” verifica-se, ainda, o alargamento da classificação à documentação proveniente de outros ramos familiares, nomeadamente à dos Coelho de Figueiredo<sup>74</sup>.

Com uma vida profundamente marcada pelo exercício de cargos militares, que motivaram ausências prolongadas, e sobretudo com a obra de edificação da actual Casa de Mateus, o 3.º morgado de Mateus, António José Botelho Mourão, filho de Matias Álvares Mourão, não terá tocado na estrutura do cartório. A Casa foi concluída em 1744<sup>75</sup> e constitui-se como o corolário lógico da concentração patrimonial e o símbolo do seu casamento com D. Joana Maria de Sousa Mascarenhas, herdeira da Casa de Moroleiros, em Amarante. O casamento proporcionou uma efectiva ascensão nobiliárquica, simbolizada no uso das armas dos Sousas (ramo do Prado) e na aposição do Dom antes do nome próprio que será regra nos descendentes da família a partir de então<sup>76</sup>. O brasão de António José Botelho Mourão, colocado no tímpano da fachada principal, revela bem a importância dessa ligação aos Sousas se notarmos que o escudo esquartelado com os apelidos Álvares, Botelho e Mourão surge ladeado por dois leões rampantes que sendo símbolo de poder, são também símbolo da protecção dos Sousa do Prado, marqueses das Minas.

<sup>70</sup> Ver por exemplo: “Vale de Contido/ António Fernandes/ Hua serra a Vale de Contido sementeira 1, tem de comprido de norte a sul 61 e de largo de nas a p. 23 parte do nascente com Lameiro de Antonio Fernandes reverendo foreiro ao Senhorio, e do poente com terra labradia do dito Antonio Fernandes também foreira ao mesmo do norte com vinha do dito Antonio Fernandes do Sul com terra do mesmo foreira ao dito senhorio”. *Caderno das Terras de Caza de Ribalonga*, (SICM/ SSC 06.02/ SR FUNCIONAL GAVETAS/ SSSR GAVETA 20 – Ribalonga, maço 32, tit. 11, fls. 430-431 v.).

<sup>71</sup> Ver: *Papeis avulsos e arrendamentos findos*. SICM/ SSC 06.02/ SR FUNCIONAL GAVETAS/ SSSR GAVETA 27.

<sup>72</sup> Referente aos termos de Avidagos, Navalho, Pereira Rego da Vide, Vale do Conde, Fonte da Urze, Lamas de Orilhão, Carrapata, Passos, Vila Boa, Suçais, Mirandela, Franco.

<sup>73</sup> Ver: SICM/ SSC 06.02/ SR FUNCIONAL GAVETAS/ SSSR GAVETA 25, Maço 14, tit. 16.

<sup>74</sup> Ver: SICM/ SSC 06.02/ SR FUNCIONAL GAVETAS/ SSSR GAVETA 14-Ordonho, maço 17.

<sup>75</sup> *Apud* GUERRA, Luís de Bivar – *O brasão dos Morgados de Mateus. Sua interpretação*, Braga, 1963, p. 23.

<sup>76</sup> Ver: *CASA DE MATEUS. Catálogo do Arquivo, ...cit.*, p. 42.

## 2.2. O uso das Gavetas e a emergência do sincretismo classificativo

Foi, sem dúvida, D. Luís António de Sousa Botelho Mourão quem operou uma efectiva transfiguração da estrutura organizativa do cartório da Casa de Mateus.

Nascido em Moroleiros (hoje Morleiros), em Amarante, D. Luís António foi filho único e o único neto varão<sup>77</sup>. Quando tinha apenas um ano, faleceu a sua mãe, com 28 anos, e o seu pai desempenhava o cargo de tenente-coronel do regimento de cavalaria de Chaves<sup>78</sup>. A educação de D. Luís António foi, então, providenciada pelo seu avô materno, D. Luís António de Sousa, Governador do Castelo de São Tiago da Barra da Vila de Viana.

D. Luís António era um espírito do seu tempo, um iluminista, senhor de um saber eminentemente pragmático. A maneira de agir não se desvinculava da sua formação e da sua posição social, agora reforçada pelo uso do Dom que lhe provinha da Família materna. Carácter forte, “com um sentido de autoridade e hierarquia levado às raias do exagero, no qual a tenacidade em relação aos desafios caracterizar-se-á por uma coerência a toda a prova”<sup>79</sup>. Sendo militar, tinha também uma dimensão de burocrata, de rotina administrativa, que é bem evidente quando no exercício das funções de Governador e Capitão-general de São Paulo, considera como absolutamente necessário o uso da “Nova Escola para Ler, Aprender e Contar”, de Manuel de Figueiredo, destinada à preparação e imitação caligráfica e que estará presente de forma evidente na elaboração de livros de compromissos de irmandades mineiras ao longo do século XVIII e inícios do seguinte<sup>80</sup>. Acrescia à disciplina e ao autoritarismo da formação militar, o moralismo e o ritual quotidiano da piedade, da religiosidade, o qual se revelou também no empenho colocado na conclusão da capela da Casa, em 1759, e na fábrica dos monumentais paramentos<sup>81</sup>.

A sua administração da Casa de Mateus decorre entre 1750 e 1798, podendo no entanto dividir-se em dois momentos: de 1750 a 1772, quando toma posse da Casa e garante os instrumentos jurídicos essenciais para a sua gestão; e de 1772 até 1798, quando reorganiza o cartório.

Em 1750, D. Luís António era, por sucessão directa, 4.º administrador do morgadio de Mateus, 5.º do da Cumieira e pertenças, 4.º do de Moroleiros e pertenças, e ainda, dos prazos de Sabrosa, Lago Bom, Bornes, Vila Real, Vila Pouca de Aguiar, Viana do Castelo e de outra propriedade dispersa em todo o reino. Virá, ainda, a ser 5.º administrador do vínculo de Arroios, 10.º do de Fontelas, 9.º do de Outeiro, os

<sup>77</sup> Ver: TEIXEIRA, Júlio A. – *Fidalgos e morgados de Vila Real e seu termo [genealogias brazões vínculos]*. Vol. I, [Lisboa]: J.A. Telles da Sylva, 1990, p. 92.

<sup>78</sup> Ver: CASA DE MATEUS. *Catálogo do Arquivo...cit.*, p. 43.

<sup>79</sup> Ver: BELLOTTO, Heloísa Liberalli – *Autoridade e conflito... cit.*, p. 47.

<sup>80</sup> Ver: MONTEIRO, Nuno Gonçalo (coord.) – *História da Vida Privada... cit.*, pp. 300-332.

<sup>81</sup> Ver: BELLOTTO, Heloísa Liberalli – *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o Governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*, 2.ª edição revista, São Paulo: Alameda, [2007], pp. 53-55.

quais foram reivindicados por demandas<sup>82</sup>. D. Luís António inicia então um processo de reorganização da propriedade, garantindo os instrumentos jurídicos que lhe permitem segurar a Casa. Executou os legados e legalizou em nota os testamentos de D. Maria Coelho, *a Velha*, de D. Luís António de Sousa e de António José Botelho Mourão; vinculou os móveis e os prazos, pela escritura de 1752; vinculou “as casas ricas que tinha feito para a Senhora com quem cazasse”, pela escritura de 1754; obteve o despacho dos serviços de seu pai e avô materno, sendo nomeado Mestre de Campo; e iniciou o ajuste do seu casamento na Casa dos condes de Redondo, com o auxílio dos marqueses das Minas.

O casamento com D. Leonor Ana Luísa José de Portugal, nascida em 1722, filha de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, marca definitivamente a entrada da Família na Corte e constitui-se como o passo fundamental na estratégia de mobilidade social ascendente. O acto matrimonial fora também o pretexto para segurar uma parte importante da Casa, vinculando as legítimas de seus tios, evitando o risco de dispersão e de pretensões futuras.

O rigor colocado por D. Luís António na organização e reivindicação dos vínculos, prazos, propriedade dispersa e demais bens móveis, bem como a complexificação crescente da prática jurídica (que obrigava a que os papéis andassem organizados), têm consequências profundas na estruturação do cartório. A arrumação dos papéis não era, nem é, uma prática estéril. Segundo Heloísa Bellotto

“o cuidado e interesse de D. Luís por todo o seu “cartório” é enorme e quase obsessivo [...] e, mesmo de longe, nunca deixou de recomendar com veemência e insistência que não desorganizassem nem fizesse desorganizar os seus papéis.”<sup>83</sup>

A acção directa no cartório terá sido interrompida pela sua nomeação para Governador e Capitão-general de São Paulo, em 1765<sup>84</sup>. Mas esta mesma nomeação cria condições para o surgimento de um dos períodos mais importantes da Casa: a administração de D. Leonor que se inicia com a procuração passada no dia 1 de Março de 1765 no Tabelião de Notas de Lisboa, João Varela da Fonseca.

<sup>82</sup> Ver: CASA DE MATEUS. *Catálogo do Arquivo*, pp. 46-50.

<sup>83</sup> Ver: BELLOTTO, Heloísa Liberalli – *Nem o Tempo nem a Distância: Correspondência entre o Morgado de Mateus e sua Mulher D. Leonor de Portugal (1757-1798)*, Lisboa: Aletheia Editores, 2007, pp. 34-35.

<sup>84</sup> Sobre a acção de D. Luís António como Governador e Capitão-general de São Paulo, ver também: BELLOTTO, Heloísa Liberalli – *O Morgado de Mateus Governador de São Paulo. Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*, vol. XXXIV, 2.ª parte, Coimbra, 1979; Sobre o estatuto e vida privada dos Governadores, ver: CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. – *Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII*, In, MONTEIRO, Nuno G. F.; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da, (org.) – *Optima Pars. Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 191-252; SOUZA, Laura de Mello e – *A vida privada dos governadores na América portuguesa no século XVIII*. In, MONTEIRO, Nuno Gonçalo (coord.), – *História da Vida Privada...*, cit., pp. 300-332.

Segundo seu filho D. José Maria, D. Leonor foi a melhor administradora da Casa, sendo que o seu “juízo he superiôr ao seu século”: extinguiu todas as dívidas, regularizou tombos, acertou emprazamentos irregulares, reformou e mobilou todo o palácio – e com mobiliário que define públicos que lêem e que escrevem, como as escrivatinhas, os contadores, as cómodas-papeleiras, etc. -, compôs a capela para o culto, fez canalizar água para a casa e comprou terras contíguas ao Palácio. A tudo isto se junta uma acção esmerada na educação dos filhos e as acções desenvolvidas na corte para fazer recair na Casa a atenção régia e as inevitáveis mercês propiciadoras de *status* e de poder económico<sup>85</sup>.

É sabido que D. Leonor contratou um homem para organizar o arquivo, muito embora não tenhamos um exacto conhecimento de quem terá sido. Em 1772, era administrador (ou procurador) da Casa o Padre Manuel Caetano, de Fregim, e terá sido nessa altura que se principiou a utilizar os contadores. Nos lenços das 22 gavetas dos contadores de vinhático, encontramos descritores, já esbatidos pelos séculos, que evidenciam uma estrutura classificativa baseada em critérios geográficos e temáticos, subsidiária da organização do “Morgado da Prata”<sup>86</sup>. A arrumação dos papéis dentro das gavetas passa a ser feita em maços (“masso da freguesia [ilegível]”), o que traduz um crescimento da produção informacional relacionada com um mesmo assunto.

No início da década de 70 do século XVIII, D. Leonor obtém dois instrumentos legais que serão da maior importância para a evolução estrutural da Família. Logo após as leis pombalinas que fixam o limiar inferior dos rendimentos dos morgadios<sup>87</sup>, ocorre uma fatalidade no cartório familiar com o descaminho das escrituras dos vínculos, conforme narra D. José Maria:

“Em 1772 tendo sahido a lei das confirmaçoens dos Morgados, o Marquez de Pombal disse a minha Mai que se achava nesse tempo em Lisboa que mandasse vir as instituiçoens da Casa para serem confirmados os vínculos. Ordena-o assim ao Padre Manuel Caetano, de Fregim, então administrador que lhas mandasse; o que este incautamente fez pelo correio em cuja bolça tendo-se igualmente segurado trez mil cruzados de outros particulares, roubando-se estes, desencaminharão-se os nossos títulos, sem mais apparecerem, nem poderem reformar-se os antigos pela falta de notas.”<sup>88</sup>

<sup>85</sup> Ver: *Breve História ou Notícia desta Casa de Mateus que serve de introdução à lição dos Títulos para introdução de meu filho*. [1800], fl. 10 (SICM/ SSC 07.01/ BREVE HISTÓRIA).

<sup>86</sup> Verifica-se a existência de um descritor por gaveta, sendo em maior percentagem o geográfico (Cumieira, S. Pedro de Vale de Nogueiras, São Lourenço, Lamesas, Paradela, etc.) e depois o temático de matriz tipológica (“testamentos”, “pagas e rol do que paga esta casa”, “sentenças”, etc.) e “Papeis de D. João de Sousa”, esta certamente composta por papéis passíveis de remuneração régia.

<sup>87</sup> Ver: CASTRO, Armando de – Morgado, In, SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, pp. 109-112.

<sup>88</sup> Ver: *Breve História ou Notícia desta Casa de Mateus que serve de introdução à lição dos Títulos para introdução de meu filho*. [1800], fl. 12 v. (SICM/ SSC 07.01/ BREVE HISTÓRIA).

Graças à acção de D. Leonor junto do marquês de Pombal, a Casa obtém o alvará de 10 de Março de 1772 que preceituava que:

“[...] compondo-se a Caza de Matheus junto a Vila Real de diferentes vincullos estabelecidos por vários instituidores asendentes e collaterais do actual administrador Dom Luis Antonio de Souza Botelho Mourão que ora me está servindo de Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo no Estado do Brasil; Pretendendo Donna Leonor Ana Luísa José de Portugal, mulher do sobredito, fazer a respeito dos referidos víncullos alguns requerimentos de unioins, e comfirmaçoins na conformidade das minhas Leys fizera remeter seguros para esta corte pello correio de Vila Real todos os títulos e instituiçoins dos ditos Morgados; e que tendo-se-lhe todos desemcaminhado, sem que athe o presente haja noticia alguma dellas por mais delligencias que se tenham feito se acha a dita Caza de Mateus em imitante [sic] ruína por não aver nem Tombos, nem Livros de Notas pellos quais se poção reformar os titullos, e Instituiçoens desemcaminhados; E havendo respeito a tudo o referido, e à Nobreza e representação da dita Caza de Mateus que não poderia subsistir nem continuarem no rial serviço os Administradores sem a conservação dos Morgados; Hey por bem que todos os bains que actualmente pesue o dito Dom Luis Antonio de Souza Botelho Mourão exceptuando somente os abaixo declarados, sejam tidos, e havidos por de morgado regullar na forma prescrita nas minhas leis; servindo lhe de titullo e instituição este alvará, contra o qual não poderão ser alegados documentos alguns quaisquer que elles sejam pellos quais se pertenda provar que ou todos os ditos bens, ou alguns delles herão livres e não vincullados; porque todos hey por nullos e de nenhum effeito em defença em beneficio do dito administrador da Caza de Mateus e de seus sucessores; devendo-se entender que contra esses documentos havia outros legítimos que lhe foram injusta, e violentamente desemcaminhados e subtrahidos [...]”<sup>89</sup>.

Este alvará é o instrumento legal que, ao reduzir todos os vínculos a um único, anulando a possibilidade de reivindicação por outros ramos familiares, favorece decisivamente o sincretismo colocado na arrumação dos papéis ocorrida na geração seguinte. E em 25 de Novembro de 1773, como consequência lógica do alvará, é apresentado um requerimento pelo procurador Dr. António Freire de Andrade e pelo Juiz do Tombo, dos bens e das rendas da Casa de Mateus, Dr. Manuel Caetano de Macedo, para proceder à feitura do tombo “como de

<sup>89</sup> Ver. *Alvará de D. José I em que ordena que todos os bens de D. Luís António de Sousa Botelho Mourão sejam tidos e havidos por Morgado Regular*. 1772.03.12. (SICM/ SSC 06.01/ G. 2018).

vinculo regullar todos os bens que actualmente pessue o dito D. Luís António de Sousa Botelho Mourão”<sup>90</sup>.

O segundo momento importante na administração de D. Luís António, ocorre depois do seu regresso do Brasil. Retoma, então, a administração da Casa, ainda que de forma partilhada com D. Leonor, e lança a reorganização efectiva das propriedades e do cartório, segundo a matriz racionalista do “princípio da ordem para o bom uso”.

Nesta altura, a documentação cresce exponencialmente e diversifica-se também ao nível das tipologias, sendo de salientar os testamentos, as escrituras de dote, escrituras de compra e venda, de doações, de renúncia, de posse, assinados de arrendamento, sentenças, demandas, inventários, livros de contas e despesas, breves, bulas, legitimações régias e pontifícias, requerimentos, foros de fidalgo, alvará de ordens, cartas de padrão, cartas patentes, etc. Para além disso, importa salientar também a documentação proveniente de vários ramos familiares e o regime sucessório dos terços, quintos, legítimas, etc. num emaranhado de normas e de regras que importa avaliar cada um de *per si*. A juntar a esta documentação, surgia agora a correspondência recebida e expedida, pública e privada, nomeadamente os papéis produzidos durante o desempenho de serviços prestados à Coroa, ou seja, os documentos que conheceram tramitação efectiva no expediente desses serviços e que hoje se configuram como subsistemas de informação de função.

A partir deste processo de complexificação organizativa e burocrática, tanto familiar como pessoal, verifica-se uma divisão funcional, mas em coexistência pacífica, entre cartório (família) e os “meus papéis” (indivíduo), a qual marcará a produção informacional familiar nas duas centúrias seguintes. O cartório emerge, assim, como o repositório da documentação de gestão patrimonial, como um dispositivo da informação, que se destina a passar em bloco de geração em geração, sofrendo acumulação, reutilização, produção, etc. numa perspectiva de continuidade familiar; e os “meus papéis”, segundo uma expressão que utilizada por D. José Maria, reúne os documentos produzidos pelos indivíduos no desempenho de funções públicas e privadas e cujo contributo para a evolução estrutural da família se encontra sintetizada na gaveta dos “Papéis Honoríficos”.

Centremo-nos apenas no cartório. Ao contrário do que afirmou Heloísa Bellotto a acção de D. Luís António não abrangeu toda a documentação existente até ao seu tempo. Isto mesmo é uma das causas que leva seu filho D. José Maria à reforma do mesmo em 1799-1800, como o próprio dirá na “Breve História”. Mas é indiscutível que a sua acção abrange a grande parte da documentação. Terá sido D. Luís António de Sousa quem, efectivamente, mesclou os documentos produzidos

<sup>90</sup> Ver: SICM/ SSC 06.02/ TOMBO, tomo I, fls. I-VI.

pela varonia com os de outros ramos familiares, propiciando assim um sincretismo que fez convergir para uma mesma estrutura classificativa documentação de proveniência distinta (ver quadro 2 em anexo).

D. Luís António recopilou e encadernou os tombos mandados fazer por Matias Álvares Mourão e, ao mesmo tempo, lançou e concluiu o tombo das localidades de Pinhão Cel, Torre de Pinhão, Souto de Escarão, Fundões, Parada de Pinhão, Vilarinho de Pinhão, Paredes de Pinhão, o qual possui o resumo dos foros pagos pelos caseiros daquelas localidades<sup>91</sup>.

Ao nível do procedimento arquivístico, observamos o aproveitamento dos sumários já existentes no verso dos documentos, os quais são determinantes para o seu agrupamento físico. Ou seja, D. Luís António aproveitou os sumários dos títulos já existentes<sup>92</sup> e agrupou-os em maços, nos quais o critério geográfico será sempre predominante, conforme se depreende da seguinte inscrição:

“Aqui se acham os titulos de Nogueira, Azinheira, Tanha, Alvações de Tanha, Seara, e Vila Seca de Poiares que foram vistos, e examinados no Tombo Novo aonde vai reconhecido o que se pode apurar etc.<sup>a</sup> e também os das Escavedas, etc.<sup>a</sup>”.

O passo seguinte, foi o da concepção de capilhas de nível maço, recorrendo a caligrafia cuidada. As capilhas eram invariavelmente encabeçadas pela designação da localidade, seguindo-se a numeração, informações sobre o notário em que tinha sido lavrada a escritura, os intervenientes e sobretudo a obrigação enfiteutica<sup>93</sup>, contendo também numerosas remissivas<sup>94</sup>. De facto, verifica-se que a numeração dos maços não faz qualquer referência às Gavetas, remetendo, isso sim, para o número de documento no Tombo [ver quadro 3 em anexos].

### 2.3. A cristalização da estrutura classificativa

Depois do falecimento de D. Luís António, ocorrido em 3 de Dezembro de 1798, D. José Maria desloca-se a Mateus para tomar posse da Casa. Ali permanecerá

<sup>91</sup> Ver: *Tombo das freguesias e lugares de Pinhão Cel, Torre de Pinhão, Souto de Escarão, Fundões, Parada de Pinhão, Vilarinho de Pinhão, Paredes de Pinhão. Por D. Luís António de Sousa Botelho Mourão Morgado de Mateus. Neste anno de 1792. SICM/SSC 06.01/ TOMBO (G. 780.02).*

<sup>92</sup> Exemplo disso são os maços de Linhares e de Leirós, cujos títulos no verso dos documentos são aproveitados para a elaboração das capilhas dos maços. Ver: SICM/ SSC 06.02/ SR FUNCIONAL GAVETAS/ SSSR GAVETA 10 – Linhares.

<sup>93</sup> Ver: por exemplo, SICM/ SSC 06.02/ SR FUNCIONAL GAVETAS/ SSSR GAVETA 14 – Vilarinho de Tanha.

<sup>94</sup> Ver: SICM/ SSC 06.02/ SR FUNCIONAL GAVETAS/ SSSR GAVETA 9 – Sigarrosa, maço 1, tit. 1 – “N.B. Pertence ao prazo n.º 1 do T[ombo] a fl. 1”; e à margem “Não combina com o reconhecimento de 1775 a fl. 1 do T[ombo]”.

durante um ano e empreenderá um conjunto de medidas de gestão da Casa, sendo a mais significativa a reordenação do cartório.

D. José Maria de Sousa era um Homem de Letras, cosmopolita, que não pode ser considerado como um mero curioso dedicado a uma erudita e estéril acumulação do Saber. E sendo Homem de Letras é também de Ciência, senhor de um espírito que alimenta com as leituras correntes, os prazeres da conversa. Podemos mesmo defini-lo como um diletante da República das Letras, cujo movimento se constrói a partir dos primeiros momentos da *Encyclopedie* e que se consolida na viragem do século XVIII, ganhando novo fôlego após a Restauração de França a partir dos despojos napoleónicos. Pela sua formação, baseada no espírito das Luzes, pertencia ao grupo dos que participavam na redefinição do papel do Homem no mundo, que baseavam o seu discurso num conhecimento empírico, eminentemente pragmático, com uma intenção pedagógica e moral. Ou seja, preconizava a aplicação da Razão forte a todos os domínios do conhecimento humano. E esta condição de homem de estudo e de leitura está intrinsecamente ligada a todas as acções que empreendeu ao longo da vida. Formado em Matemática na recém-reformada Universidade de Coimbra, D. José Maria frequentou um ensino experimental num tempo em que as labaredas do fogo iluminista tinham destruído por completo os ditames seculares da peripatética jesuítica. O próprio intitulava-se *le premier gentilhomme licencié en Mathematichs*<sup>95</sup>. Depois da conclusão do curso, seguiu a carreira militar, como os seus Maiores, tendo sido de imediato destacado para a 1.ª Companhia dos Dragões de Cavalaria de Chaves, onde permaneceu até 1791, data em que entrou na carreira diplomática. A diplomacia corresponde a um passo significativo na mobilidade social, levando-o ao topo da hierarquia institucional da Monarquia<sup>96</sup>.

É o próprio D. José Maria que apresenta as suas motivações para empreender a reorganização do cartório, num documento íntimo, de índole familiar, extenso e pormenorizado, dirigido ao seu filho, com o sugestivo título de “Breve Historia ou Noticias desta Casa de Mateus que serve de introdução à lição dos títulos para instrução do meu filho”. Mais do que um documento normativo ou um conjunto de sugestões/ regras para serem aplicadas na gestão da Casa, a “Breve História” é uma passagem de testemunho, um código de conduta. Na verdade, D. José Maria jamais regressaria a Mateus. Durante o ano de 1801, desempenhou as funções de Secretário do conde de Goltz e, no ano seguinte, partiu para Paris como Ministro Plenipotenciário do Príncipe Regente, funções que desempenhou até 1804. Ali, permaneceu até ao fim da vida, atravessando o tormento do expansionismo napoleónico

<sup>95</sup> GALLUT, Anne – *Le Morgado de Mateus, editeur des Lusíadas*. Paris: Librairie Klincksieck; Lisbonne: Livraria Bertrand, 1970.

<sup>96</sup> Ver: CARDIM, Pedro, MONTEIRO, Nuno Gonçalo F., FELISMINO, David – A diplomacia portuguesa no Antigo Regime, perfil sociológico e trajectórias, In, MONTEIRO, Nuno G. F.; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da, *Optima Pars...*, cit., pp. 277-337.

e sofrendo as agruras que todos os portugueses sofreram até 1814. Depois disso, iniciou a imensa empresa da edição ilustrada d'Os *Lusíadas* que veria a luz do dia em 1817, tendo ainda esboçado a tentativa de dar à estampa umas obras completas de José Anastácio da Cunha, seu Mestre dos tempos de Coimbra e o responsável pelo seu amor desvelado a Camões<sup>97</sup>. Viveu no n.º 6, da rue Verte, onde a sua esposa, de segundas núpcias, D. Adelaide Filleul, condessa de Flahaut, agora Madame de Souza, animava um salão literário tão característico do tempo das Luzes<sup>98</sup>.

D. José Maria dizia a seu filho que uma das

“obrigaçõens de hum Pai, [é] deixar-te na melhor ordem os bens da Fortuna, que te segurassem huma honesta independência, e a suprema felicidade de poder fazer bem; de gozar *the luxury of doing good*. [...]”

Por esta cauza, e com este objecto diante dos olhos, voltando a Portugal tomar posse da Casa por morte de meu Pai, determinei com gosto o passar este inverno na Província, e sacrificar-me a todo o trabalho para ordenar esta casa, e melhora-la, e segura-la, quanto me fosse possível.”<sup>99</sup>

O Diplomata<sup>100</sup> terá dedicado cinco meses à organização da Casa entre os finais de 1799 e princípios de 1800, data que surge aposta nas capilhas de nível gaveta existentes. Segundo o mesmo, a medida encerra uma dimensão profilática:

“Principiei em Lisboa, e aqui, por liquidar contas com meu cunhado, de maneira a não deixar-te embaraços para o futuro, e segurar-te a tua propriedade. A escritura de transação em Lisboa, e o Inventário que se seguiu a ella, com a quitação do resto que se lhe devia de legitima, consolidou o Vinculo, que já era o mais seguro, e determinou os Bens livres com huma clareza, qual não se achará facilmente em Casa alguma. Estes títulos são o monumento deste breve beneficio. A propriedade em todo o Paiz, sobretudo em Portugal, depende dos títulos que a segurão e dão este direito assim o Archivo de huma casa he o objecto da maior importância, muito particularmente para a nossa,

<sup>97</sup> A Fundação da Casa de Mateus tem presentemente em desenvolvimento, em parceria com o Departamento de Matemática da Universidade do Minho, um projecto de investigação que reúne cerca de 22 investigadores nacionais e estrangeiros sobre a História das Matemáticas Setecentistas com base nos documentos originais de José Anastácio da Cunha que hoje pertencem ao Arquivo da Fundação. Ver: <<http://w3.math.uminho.pt/~Mat2/>>.

<sup>98</sup> Sobre o Salão de Madame de Souza ver: NEVES, José Cassiano – Madame de Souza e os Salões Literários de Paris. In, *Occidente*, volume LVII, 1959, pp. 251-256; Sobre os Salões mais importantes da sociedade francesa ver: CHARTIER, Roger, – L'homme de lettres. In, *L'Homme des Lumières*, dir. de Michel Vovelle, Paris: Éditions du Seuil, 1992, pp. 159-209.

<sup>99</sup> Breve História ou Notícia desta Casa de Mateus que serve de introdução à lição dos Titulos para introdução de meu filho. [1800], fl. 1. (SICM/ SSC 07.01/ BREVE HISTÓRIA).

<sup>100</sup> Sobre os arquivos das embaixadas portuguesas ver: RODRIGUES, Abel – *Entre o Público e o Privado...* cit., pp. 177-213.

que formada de pequenas peças, que se forão reunindo, e de muitos pequenos foros, exige a revisão continua, e conhecimento dos títulos de cada hum para defendêr e sustentar os seus direitos. Os Tonbos mesmo não são sufficientes a suppri-los. À mania forense do nosso Paiz, à inexecução das Leis, à corrupção das Justiças só se pode oppôr, e ainda às vezes de balde, a validade e clareza dos Documentos.

Por estes motivos o meu segundo cuidado foi pôr na melhor ordem os papeis immensos da casa. Devemos um tributo de graças aos nossos Miores de os terem conservado cautelozamente, e a meus Pais de principiarem a pôr alguns com clareza. Mas a confusão ainda era extrema, e não obstante as noticias que eu tinha dos negócios e dos títulos não podia atinar por muitas horas o papel que procurava. Este embaraço equivale à falta de papeis<sup>101</sup>.

Dos seus actos de gestão mais significativos, podemos referir a renovação<sup>102</sup> e remissão de foros<sup>103</sup>, a compra e venda de propriedades, as demandas judiciais<sup>104</sup>, o tombo de propriedades, os livros de contas, os inventários<sup>105</sup> e, naturalmente, a organização do cartório que serviu de base a tudo o resto. A organização do cartório é, efectivamente, uma medida de gestão que aqui importa analisar.

Toda a documentação é submetida a novos procedimentos descritivos e classificativos, seguindo uma lógica do particular para o geral, ou seja: do documento à constituição do título, deste ao maço e do maço à Gaveta. Assim, podemos considerar que a classificação está submetida à ordenação física dos documentos. Por outro lado, o acesso à informação far-se-ia por ordem inversa, ou seja, da gaveta ao maço e, em seguida, ao título, numa lógica hierárquica espelhada em três volumes de índices em que os níveis inferiores são subsidiários dos imediatamente anteriores.

Comparando a classificação de D. Luís António com a de D. José Maria, verificamos a existência de grandes diferenças no que diz respeito à numeração dos documentos e consequente disposição física. A descrição dos títulos empreendida por D. José Maria é mais refinada, mais pormenorizada do que a de seu Pai e isso reflecte-se na organização física do cartório. Ainda que a nova organização seja

<sup>101</sup> *Breve História ou Notícia desta Casa de Mateus que serve de introdução à lição dos Títulos para introdução de meu filho*. [1800], fls. 3-3v. (SICM/ SSC 07.01/ BREVE HISTÓRIA).

<sup>102</sup> Ver: SICM/ SSC 06.02/ SR FUNCIONAL GAVETAS/ SSSR GAVETA n.º 8 – Varge, Maço 2, tit. 1; SSSR GAVETA n.º 10 – Águas Santas, maço 7, tit 1; SSSR GAVETA n.º 11 – Justes, maço 12, n.º1; SSSR GAVETA n.º 14 – Vila Seca de Poiares, maço 3, tit 9.

<sup>103</sup> Ver: SICM/ SSC 06.02/ SR FUNCIONAL GAVETAS/ SSSR GAVETA n.º 19 – Sabrosa e pertenças, maço 10, tits. 2-3: “Remirão-se no anno de 1800”; Sabrosa e pertenças, Maço 15 – “Quatro escripturas de prazo remidas”; SSSR GAVETA n.º 27: Outeiro, maço 1, tit. 2: “Remi-lhe estes dez mil reis e entreguei ao Senhor Padre Bernardo José Ferreira a Sentença e escrito de obrigação em 5 de Maio de 1800”.

<sup>104</sup> Ver: SICM/ SSC 06.02/ SR FUNCIONAL GAVETAS/ SSSR GAVETA n.º 11 – Torre de Pinhão, maço 1, tit 2.

<sup>105</sup> *Inventário dos bens moveis existentes na Casa de Mateus por morte de D. Luís António Botelho Mourão*, realizado em 1800. SICM/ SSC 07.01/ INVENTÁRIO (G. 1926.07).

subsidiária da de D. Luís António, é certo que esbate os critérios de organização e descrição, ao introduzir uma numeração das gavetas, dos maços e, sobretudo, dos títulos. Mas, D. José Maria ao aprofundar o sincretismo, fez tábua rasa do conceito de organicidade dos vários ramos familiares e submeteu toda a massa documental acumulada às necessidades do tempo presente. Sendo certo que o trabalho encerrou uma dimensão prospectiva, é também certo que o plano de classificação tornou-se irreversível pelo volume de documentação abrangida.

A justificação do procedimento e da metodologia seguida é narrada da seguinte forma:

“Necessitava-se ordem e este foi o trabalho que empreendi o que foi muito grande. Li todos os títulos, valendo-me para alguns a habilidade que adquirira com alguma lição de meu Pai anteriormente, de ler letras antigas, e principiei por extrair-lhe os sinais característicos pelos quais pudessem arranjar-se e conhecer-se. A massa dos Papeis ainda depois de ordenados te dará huma idéa da dificuldade que o Amor me fez vencer no espaço de cinco mezes, no meio da confusão de Cazeiros que me era forçoso ouvir, de demandar a seguir, de hum Inventario a fazer, e de satisfazer a immensos Correios e a gente sem numero. Esta ordem por Províncias, Casas, Tulhas, Povos e géneros de rendas não me parecem ainda sufficiente para teres huma exacta idéa da Casa e seus negócios nas suas pertençaens e no modo de defendê-la das pertençaens dos outros.

Supposto os dous vínculos existentes de meu Pai nas Escrituras de 1752 e 1754, e a que restou de 1695 dos Moreleiros confirmadas pelo Alvará de 1772, e pela presente Sentença de Inventário te dêem a maior segurança para a defeza; contudo nas aquisiçãoens e nas pertençaens e ainda em mil outras circunstancias fouse necessário o conhecimento dos Ascendentes e collaterais que fundarão este Morgados, e das aquisiçãoens que pertencem a cada hum, e da maneira porque se reunirão estes Bens. O descaminho que em 1771 tiverão muitas das Instituiçãoens obrigava a maior clareza e indicava a necessidade. Meu Pai deixou felizmente as dos títulos perdidos e mostrou-me por isso quanto te seria util deixar-te eu as outras noçoens. Eis aqui o motivo de fazer-te este papel o qual principia por huma genealogia da nossa família e por mostrar-te o que a Casa adquirio por este ou aquelle individuo della, e os embaraços que teve em outros tempos. Daqui vivas a conhecê-la no seu estado e nos seus direitos. Estes são os fins porque este estudo genealógico he util ao Administrador de Casa, porque aliaz he sempre ridículo.”<sup>106</sup>

<sup>106</sup> Ver: *Breve História ou Notícia desta Casa de Mateus que serve de introdução à lição dos Títulos para introdução de meu filho*. [1800], fl. 1v. (SICM/ SSC 07.01/ BREVE HISTÓRIA).

A composição dos títulos principiou pela leitura dos sumários no verso do documento ou pela leitura do próprio documento, seguindo-se o agrupamento físico dos títulos segundo um mesmo critério (temático, geográfico, etc.). Os respectivos sumários aproximam-se muito do título formal dos documentos, quando o há originalmente, e verifica-se, também, a numeração sequencial no canto superior direito do primeiro fólio. Convém referir, uma vez mais, que os títulos não dizem respeito a documentos simples e documentos compostos. Por vezes podem ser processos referentes a uma causa, incluindo diversos documentos, ou ainda uma “série” de documentos com a mesma característica tipológicas (ex: “11 reconhecimentos de foros”<sup>107</sup>; “vinte assignados de dívida”<sup>108</sup>; “hum masso de arrendamentos”<sup>109</sup>; “trinta e sete assignados de compra de oliveiras numerados do n.º 1 athe n.º 37”<sup>110</sup>; “Livro das escrituras e declarações”<sup>111</sup>; “Assignados que vencem juro a 5 por cento”<sup>112</sup>). [Ver quadro 4 e 5 em anexo].

Assim sendo, a constituição de maços possui um critério pré-determinado e com uma função específica e objectiva. A opção pelos maços e não pela encadernação dos documentos, prende-se com a necessidade de recuperar a parte e não o todo e, também, de acrescentar subsequentemente informação a essas mesmas unidades informacionais. Cada maço está envolto numa capilha na qual vêm referidos a designação da gaveta, a designação do maço, seguindo-se listagem completa dos títulos por ordem sequencial. Verifica-se a primazia dada ao critério geográfico [ver tabela 3 em anexo], mas também a utilização do critério misto relacionando-se o geográfico com o temático, como por exemplo nos maços de Ribalonga [ver tabela 1 em anexo] e Moroleiros; mas também, o critério geográfico e o tipológico, como por exemplo em Cumieira, Paradela, Rapadoura, Pópulo e Porcos, Vila Chã, Chã, Cadaval, Carvalho, Freixo, Moroleiros<sup>113</sup>. Verifica-se, ainda, a partilha de maços por localizações com pouca expressão informacional, como por exemplo Vale de Cunho, Sanfins e Vale de Mil<sup>114</sup>.

<sup>107</sup> Ver: SICM/ SSC 06.02/ SR FUNCIONAL GAVETAS/ SSSR GAVETA n.º 26 – Vila Meã, Maço 11, tit. 22-32.

<sup>108</sup> Ver: SICM/ SSC 06.02/ SR FUNCIONAL GAVETAS/ SSSR GAVETA n.º 28, Maço 10, tit 1.

<sup>109</sup> Ver: SICM/ SSC 06.02/ SR FUNCIONAL GAVETAS/ SSSR GAVETA n.º 15 – Cumieira e Pertenças, maço 83, tit. 33.

<sup>110</sup> Ver: SICM/ SSC 06.02/ SR FUNCIONAL GAVETAS/ SSSR GAVETA 13 – Paradela – Maço 78.

<sup>111</sup> Ver: SICM/ SSC 06.02/ SR FUNCIONAL GAVETAS/ SSSR GAVETA 28, Maço 11, tit 1.

<sup>112</sup> Ver: SICM/ SSC 06.02/ SR FUNCIONAL GAVETAS/ SSSR GAVETA 21 – Vila Chã, maço 2.

<sup>113</sup> Ver: SICM/ SSC 06.02/ SR FUNCIONAL GAVETAS/ SSSR GAVETA N.º 21 – Rapadoura – Pertenças de Ribalonga, Maços 1 – 20; SSSR GAVETA N.º 21 Populo e Porcos [...] Pertenças de Ribalonga, Maço 1 – 9; SSSR GAVETA N.º 21 – Vila Chã, Maços 1 – 17., SSSR GAVETA N.º 21 – Chã, maços 1-2, SSSR GAVETA N.º 22 – Cadaval, Pertença de Ribalonga, Maços 1-8, SSSR GAVETA N.º 23 – Carvalho, Maço 1 – Maço 5, SSSR GAVETA N.º 23 – Freixo, Maço 1 a maço 9, SSSR GAVETA N.º 27 e 28 – Minho, Moroleiros e Pertenças; SSSR GAVETA N.º 13 – Paradela, maço n.º 78.

<sup>114</sup> Ver: SICM/ SSC 06.02/ SR FUNCIONAL GAVETAS/ SSSR GAVETA N.º 23 – Vale de Cunho, Sanfins, Vale de Mil.

Todos os maços referentes à mesma circunscrição geográfica eram reunidos fisicamente e depois envolvidos em capas de cartão cinza, com a identificação do ano de conclusão da tarefa, o número da gaveta, a localização geográfica simples e o número de maços existentes [ver tabela 1].

No que diz respeito às gavetas, observamos a não existência de um critério uniforme na sua identificação. Intrinsecamente ligadas às designações estão as necessidades de recuperação, uso e acumulação da informação, podendo os mesmos procedimentos serem executados segundo uma lógica qualitativa e topográfica. Assim, encontramos gavetas de designação:

- a) **Exclusivamente qualitativa:** com recurso ao descritor principal, não numeradas, como por exemplo: “Papeis Honoríficos”, “Arroios Instituições”, “Mateus Instituições”, “Moroleiros Instituições” e “Fontelas Instituições”;
- b) **Exclusivamente numérica:** Gavetas n.º 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 21, 22, 23, 24, 25, 26); e
- c) **Simultaneamente numérica e qualitativa:** “Gaveta n.º 1 – Vila Real”, “Gaveta n.º 2 – Vila Real”, “Gaveta n.º 3 – Mateus”, “Gaveta n.º 4 – Mateus”, “Gaveta n.º 5 – Mateus”, “Gaveta n.º 6 – Mateus”, “Gaveta n.º 15 – Cumieira e Pertenças”, “Gaveta n.º 16 – Cumieira e Pertenças”, “Gaveta n.º 17 – Cumieira e Pertenças”, “Gaveta n.º 18 – Cumieira e Pertenças”, “Gaveta n.º 19 – Sabrosa e Pertenças”, “Gaveta n.º 20 – Ribalonga e Pertenças”).

Esta diferenciação é mais visível nas capas cartonadas de nível gaveta, e não tanto no índice, onde praticamente são imperceptíveis. No índice é o critério geográfico, por excelência, que sobressai.

A ordem física das gavetas também não é aleatória: em primeiro lugar, os “Papéis Honoríficos”; depois, as instituições, ou seja, os vínculos; e, seguindo-se a propriedade urbana de Vila Real, Mateus, e a partir daqui (ou seja, as gavetas 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14) a propriedade disposta por um critério de proximidade face ao *locus* de gestão. Por outras palavras, primeiro, vemos a importância da remuneração régia e só depois a dos vínculos e restante propriedade.

As “Instituições” (Casas) carecem de análise mais circunstanciada. Neste sentido, as gavetas de “Arroios Instituições”, “Mateus Instituições”, “Moroleiros Instituições” e “Fontelas Instituições”, reúnem a documentação resultante dos actos fundadores dos respectivos institutos vinculares e têm funções específicas: o cumprimento dos legados pios e a defesa da posse da propriedade. Estas gavetas funcionam como antecâmara das subsequentes em que se encontram os actos de gestão das

propriedades provenientes dos diversos ramos familiares. Cada título corresponde a um acto jurídico que funda ou altera as normas de sucessórias.

Importa analisar outros dois casos específicos: os “Papéis honoríficos” e a gaveta de “Balança”. A gaveta de “Papéis honoríficos” constitui-se a partir da reunião física dos comprovativos dos serviços prestados à Coroa por vários membros da Família e passíveis de serem remunerados, conforme prática na monarquia patrimonialista do Antigo Regime<sup>115</sup>. A gaveta, constituída segundo um critério temático, é composta por 26 maços, com balizas cronológicas marcadas pelos anos de 1626 e de 1825. Representa uma amálgama de documentos produzidos por vários membros da Família, de diversos ramos, que reúne alvarás régios, padrões de tença, cartas do Conselho de S. M., dispensas de parentesco, certidões de baptismo e justificação. Junta os comprovativos dos serviços prestados às mercês hereditárias (foros de fidalgo, etc.) à comenda de Santa Maria de Vermiosa, relevante distinção nobiliárquica<sup>116</sup>, que tem um papel fundamental na consolidação social da Família. A gaveta foi organizada por D. Luís António sendo, depois, completada pelos seus sucessores: D. José Maria e D. José Luís dão-lhe corpo, integrando os seus documentos, e usufruem dos comprovativos para verem a graça régia recair sobre si [ver quadro 6 em anexo].

Por outro lado, a gaveta “Balança” reúne o arquivo pessoal do Abade de São João da Balança, Francisco Botelho Mourão de Faria (f. d. 1767), tio de D. Luís António, revelando a utilização de um critério temático (decorrente do “indivíduo produtor”). E dentro da gaveta os maços foram dispostos segundo um critério geográfico referente à localização dos bens (Souto, Guimarães; e nas freguesia de Balança e de Moimenta, ambas no concelho de Terras de Bouro).

A última etapa do trabalho de D. José Maria foi a concepção do índice geral, o primeiro que o cartório teve. Os seus três volumes registam com caligrafia cuidada, perceptível e actual ao tempo, a designação de todas as gavetas, maços e títulos no sentido de agilizar o acesso à informação. O primeiro volume do índice contém:

1. A discriminação dos Papéis Honoríficos;
2. O traslado simples, sem validade jurídica, de vários testamentos, dispostos por ordem cronológica, que se constituem como os elementos estruturantes dos institutos vinculares para cumprimento das obrigações e legados pios a que estava obrigado o morgado. Na verdade, estas cópias assemelham-se muito a uma Leitura Nova e estão resumidas em:
  - 2.1. “Obrigações da Capela de Nossa Senhora da Esperança da Caza da Cumieira”;

<sup>115</sup> Ver: MONTEIRO, Nuno Gonçalo – O *ethos* da aristocracia portuguesa sob a dinastia de Bragança. Algumas notas sobre a Casa e Serviço do Rei. In, *Elites e Poder: Entre o antigo regime e o liberalismo*. 2.ª ed., Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, p. 100.

<sup>116</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *O Crepúsculo dos Grandes...*, cit., pp. 49-50.

- 2.2. “Obrigações da Capela de Nossa Senhora dos Prazeres da Caza de Mateus”;
- 2.3. “Lembrança das obrigações que tem o Morgado de Matteus segundo os Titulos e Apontamentos que meu Pai deixou”;
- 2.4. “Resumo destas obrigações e calculo da sua despeza em 1800”.
3. O índice dos documentos matriciais de Arroios Instituições; Mateus Instituições; Moroleiros Instituições; Fontelas Instituições;
4. A “Noticia dos foros que tem obrigação de pagar esta Caza de Mateus segundo as melhores clarezas que pude averiguar”.

Os restantes dois volumes identificam sucessivamente a composição das Gavetas, a designação dos maços e, dentro destes, a designação dos títulos. Para além disso, todos os volumes do índice estão peçados de remissivas e até advertências dos actos efectuados por D. José Maria.

Em suma, podemos sintetizar as várias etapas do procedimento adoptado por D. José Maria da seguinte forma:

- 1.º **Leitura e identificação de documentos** – elaboração de um novo sumário dos documentos após a confrontação dos sumários existentes no verso e nas capilhas elaboradas por D. Luís António;
- 2.º **Constituição de títulos** – agrupamento físico de documentos segundo um mesmo critério (temático, geográfico ou cronológico) e concepção de nova capilha ao nível do título, com o competente sumário e numeração;
- 3.º **Constituição de maços** – Agrupamento físico dos títulos segundo o mesmo critério e concepção das capilhas do nível maço, descrevendo sequencialmente os títulos;
- 4.º **Constituição de gavetas** – Agrupamento físico dos maços, segundo o mesmo critério e concepção de capas cartonadas com a identificação da gaveta e respectivo conteúdo.
- 5.º **Concepção do índice geral em convergência com a estrutura das gavetas.**

Da tarefa de organização do cartório resulta que, dentro de cada gaveta há um sistema de referenciação, ou se preferir de organização, com quatro níveis hierárquicos, que parte do geral para o particular, em que os níveis inferiores são subsidiários do nível imediatamente anterior, e cuja estrutura foi mantida na descrição da informação em articulação com as ISAD(G) durante o projecto de 2001-2005, como já referimos [ver tabela 2 em anexo].

## 2.4. A perenidade do modelo

D. José Luís de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos, 1.º conde de Vila Real, observando o prescrito pelo Pai, garantirá a continuidade das Gavetas como elemento estruturante do cartório da Casa de Mateus<sup>117</sup>. Demonstrando um respeito absoluto pela estrutura e pelos procedimentos descritivos existentes, realiza averbamentos e remissivas nos títulos, maços e índices, pelo seu próprio punho ou através do administrador António José Ferreira<sup>118</sup>. Incluiu nas Gavetas e índices todos os títulos produzidos durante a ausência de seu pai<sup>119</sup> e assinalou a recuperação da informação para a feitura de tombo de propriedades<sup>120</sup>, conciliação judicial por foros em atraso<sup>121</sup>, renovação de prazos<sup>122</sup>, realização de treslados em pública-forma<sup>123</sup>, troca<sup>124</sup> e venda de propriedades<sup>125</sup>.

É também de registar que a partir da administração do 1.º conde de Vila Real deixa de haver integração de documentação dos subsistemas familiares no sistema de informação. Ou seja, a documentação proveniente de outros ramos familiares é mantida autonomamente da documentação produzida pelo ramo principal da Família, como se verifica hoje em dia com os arquivos da Famílias Melo e Mangualde.

Num gesto muito semelhante ao de D. José Maria, o 1.º conde de Vila Real deixa umas *Instruções* para seu filho<sup>126</sup>. Em virtude das constantes ausência de D. José Luís, e por sua vontade expressa, D. Fernando de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos, 2.º conde de Vila Real, assumiu desde muito cedo a administração da Casa de Mateus<sup>127</sup>. Manteve a estrutura do cartório e o critério de acumulação de maços e de títulos, bem como os procedimentos de actualização de índices. Isso é visível na

<sup>117</sup> Ver: CASA DE MATEUS. *Arquivo.. cit.*, [Recurso electrónico], 1 CD-ROM.

<sup>118</sup> Ver: apontamento Ver: SICM/ SSC 06.02/ SR FUNCIONAL GAVETAS/ SSSR GAVETA N.º 28, Casas do Porto, Maço 1, tit. 3.

<sup>119</sup> Ver, por exemplo, o maço de Alvites que era composta por 8 títulos, tendo sido acrescentado o tit. 9 relativo à sentença de repartição do foro (produzido em 1800.12.04-1801.02.04); e o maço de Jorjais que era composto, em 1800, por 12 títulos ao qual foi acrescentado o 13.º, tendo sido indexado na capilha do maço.

<sup>120</sup> “Os reconhecimentos n.º 3 e n.º 4 se meterão em tombo em 6 de Junho de 1838” (SICM/ SSC 06.02/ SR FUNCIONAL GAVETAS/ SSSR GAVETA N.º 14 – Gouvinhas, Maço 4; e, SSSR GAVETA N.º 14, Ordonho, Maço 18; SSSR GAVETA N.º 14, Abrecovo, Maço 1, capilha).

<sup>121</sup> Ver: SICM/ SSC 06.02/ SR FUNCIONAL GAVETAS/ SSSR GAVETA N.º 19- Sabrosa e pertenças, maço 19, tit. 4 – “Conciliação das filhas de Gregório Lopes de São Martinho d’Anta pelos foros de ½ alqueire de centeio e ½ de trigo por pagar desde 1833 a 1845”; Tit. 5 – “Conciliação de Domingos de Carvalho, barbeiro, feita aos 12 de Janeiro 1846 pelos foros em dividida até 1845.”; Gaveta 21 – Vila Chã da montanha, maço 15 – tit 4 “Conciliação do 9 de Novembro de 1853 desestindo das terras do prazo de 18 ½ alqueires de que trata o titulo acima n.º 1, e de metade de cinco cazas”.

<sup>122</sup> Ver: SICM/ SSC 06.02/ SR FUNCIONAL GAVETAS/ SSSR GAVETA N.º 27 – Gralheira, maço 1, tit. 5.

<sup>123</sup> Ver: SICM/ SSC 06.02/ SR FUNCIONAL GAVETAS/ SSSR GAVETA N.º 14 – Quinta da Possa, maço 1, tit. 1.

<sup>124</sup> Ver: SICM/ SSC 06.02/ SR FUNCIONAL GAVETAS/ SSSR GAVETA N.º 14 – Gouvinhas, maço 4, tit.6.

<sup>125</sup> Ver: SICM/ SSC 06.02/ SR FUNCIONAL GAVETAS/ SSSR GAVETA N.º 14 – Gouvinhas, maço 4, titts. 7-12.

<sup>126</sup> Ver: *Instruções do 1.º Conde de Vila Real*. 1846.05.23. SICM/SSC 09.01/ INSTRUÇÕES (G. 426.25).

<sup>127</sup> Ver: CASA DE MATEUS. *Arquivo*. [Recurso electrónico]. 1.ª ed. [Vila Real]: Fundação da Casa de Mateus, 2005. 1 CD-ROM.

acumulação de públicas formas de actos de compra e venda, trocas de propriedade realizadas são solicitadas nas décadas de 50 para efeitos de pagamento de Siza, cujo recibo emitido da Fazenda do Distrito Administrativo de Vila real, consta em anexo<sup>128</sup>. Na maior parte das vezes, a acumulação de títulos na estrutura já existente segue o critério cronológico, conforme se verifica no maço 4 de Gouvinhas:

“N.º 6 Escripura de troca feita com Bernardim Rebello, de Vila Real, aos 23 de Outubro de 1845, nas notas do tabeliam Luis Bernardino, de Vila Real, da Casa principal da Quinta da Costa;

N.º 7 Escripura de venda de um ribeiro do Castanheiro em 10 de Dezembro de 1850;

N.º 8 Escripura de venda de um monte ao pardieiro em 1851 por 16\$800;

N.º 9 Escripura de venda de 26 de março de [18]51 de um bocado de campo na Ciderna (?) a Manuel Teixeira Cabral;

N.º 10 Monte junto à margem direita do rio Caira comprado em 23 de Dezembro de 1850 a José Vieira”;

N.º 12 Escripto de troca de 18 de Janeiro de 1855 de um bocado de vinhas monte na Ribeira feito por Manuel Correia e sua mulher;

N.º 13 Escripura de troca de 31 de Março de 1873 feita nas notas do tabeliam Manuel Carlos de Magalhães, de Sabrosa em virtude do qual esta Casa cedeo a Casa que possuía no povo de Gouvinhas por uma vinha chamada do Leirão a partir com a quinta da Costa”<sup>129</sup>.

Nas suas ausências temporárias e sobretudo depois da sua morte, em 1858, a 2.ª condessa de Vila Real, D. Júlia Adelaide Braancamp, administrou a Casa de Mateus com o auxílio do administrador Frias de Vasconcelos, sendo exemplo as renovações de prazos<sup>130</sup>.

A administração do 3.º conde de Vila Real é marcada pela acção intensa do administrador Frias de Vasconcelos<sup>131</sup> e pelas alterações profundas ao nível do

<sup>128</sup> Ver SICM/ SSC 06.02/ SR FUNCIONAL GAVETAS/ SSSR GAVETA N.º 28 [depois dos maços de Vila Meã].

<sup>129</sup> Ver: “Escripura de troca feita com Bernardim Rebello, de Vila Real, aos 23 de Outubro de 1845, nas notas do tabeliam Luis Bernardino, de Vila Real, da Casa principal da Quinta da Costa”. Ver: SICM/ SSC 06.02/ SR FUNCIONAL GAVETAS/ SSSR GAVETA N.º 14 – Gouvinhas, Maço 4, tit. 6

<sup>130</sup> Ver: Renovação do 1.º de Maio de 1860 nas notas do Tabeliam Agarez por 5 az (?) a António Lourenço de Azevedo Marques, de Balsa”. Ver: SICM/ SSC 06.02/ SR FUNCIONAL GAVETAS/ SSSR GAVETA N.º 19 – Sabrosa e Pertenças, Maço 4, tit. 10; Renovação de 2 alqueires parte do foro de 5 alqueires de que trata o tit. N.º 2 deste maço – escripura de 20 de Dezembro de 1859 nas notas do Tabeliam Agarez de Vila Real. SSSR GAVETA N.º 19 – Jorjais de Perafita, maço 10 – tit. 5; SSSR GAVETA N.º 21 – Populo e Porcos, Maço 1, tit. 8.

<sup>131</sup> O zelo de Frias de Vasconcelos pode ser aquilatado no seguinte apontamento da sua autoria: “Quando tomei conta da administração desta Casa reconheci, que o titulo d’aquisição da vinha da Mouca, em Sabrosa, datado do 16 de Novembro de 1854, nenhum valor podia ter em juízo, e dizendo-me o meu antecessor que nunca procura obter outro algum documento durante aos dez annos da sua gerência, convenci-me da importância deste negocio e da necessidade de remediar o incomprehenhivel desleixo do meu Antecessor. Não querendo eu porem

enquadramento legal da administração das propriedades, as quais repercutem-se enormemente na documentação das Gavetas<sup>132</sup>.

D. José Luís e D. Teresa Francisca de Melo da Silva Breyner Sousa Tavares e Moura, 2.<sup>a</sup> condessa de Melo, foram os oitavos e últimos morgados de Mateus. Foi durante a sua administração que se verificou a abolição dos morgadios, pelo decreto de 19 de Maio de 1863 (e que permitiu a venda de propriedades nomeadamente todas as propriedades da Terra Quente e de Vila Nova de Famalicão em 1871, perdendo daí em diante valor a informação depositada nas Gavetas<sup>133</sup>) e que a Casa de Mateus foi classificada como Monumento Nacional, em 16 de Junho de 1910<sup>134</sup>.

Pelo 3.<sup>o</sup> conde e por sua mãe, enquanto tutora, verifica-se a inclusão de novas escrituras em maços, como por exemplo de Vila Meã, especialmente os registos de escrituras lavradas no Tabelião Agarez, de Vila Real, tanto por D. Júlia Adelaide Braancamp, como pelo 3.<sup>o</sup> conde de Vila Real<sup>135</sup>.

Frias de Vasconcelos compulsou todos os documentos das gavetas realizando averbamentos nos índices sobre a remissão de foros, apontamentos mais desenvolvidos nas capilhas dos títulos; assinalando a falta de títulos<sup>136</sup> ou maços<sup>137</sup> que consta-

---

ouvir os advogados da localidade para não despertar suspeitas e aprehensões, recorri a Lisboa como se vê nas consultas juntas respondidas por dois distintos Advogados. Elles são ambos unânimes quanto à nullidade do titulo, mas divergem pelo que respeita aos meios mais proficuos para consolidar a propriedade. Considerando eu porem como mais lógica e racional a opinião do Dr. A. Gil, um dos primeiros ornamentos do foro portuguez e à muito esclarecido [?] nas lides da jurisprudência, tomei a resolução de accordo com o Exmo Sr. Conde de Vila Real, em deixar correr o tempo, aproveitando-se depois a Casa da prescripção como titulo legal de posse. A minha consciência fica assim descansada, e os que me succederem não terão que sensurar em mim o que eu sensuro a meu Antecessor. Casa de Mateus 20 de Maio de 1871. (as.) O ADMINISTRADOR A. C. DE FRIAS VASCONCELOS". Ver: SICM/ SSC 06.02/ SR FUNCIONAL GAVETAS/ SSSR GAVETA N.º 19 – Sabrosa e Pertenças, Maço 11, tit. 11.

<sup>132</sup> Ver: *CASA DE MATEUS. Arquivo., cit.,* . [Recurso electrónico], 1 CD-ROM.

<sup>133</sup> "Observação: Todas as propriedades da Terra Quente incluindo os dominios directos, foram vendidas pelo Sr. Conde de Villa Real, em 1871"; Apontamento de Frias de Vasconcelos, Administrador da Casa de Mateus. (Ver: SICM/ SSC 06.02/ SR FUNCIONAL GAVETAS/ SSSR GAVETA N.º 25, Mirandela, Maço 1, título 1); "N.B. Esta e todas as mais propriedades em Vila Nova de Famalicão foram vendidas em 1871 pelo Sr. Conde de Vila Real". (Ver: SICM/ SSC 06.02/ SR FUNCIONAL GAVETAS/ SSSR GAVETA N.º 28, Minho – Quinta de Crespos e Requião, Maço 1).

<sup>134</sup> Ver: *Diário de Governo*, n.º 136, 23 de Junho de 1910.

<sup>135</sup> Ver: "Escritura de renovação do 1.º de Junho de 1861, feita nas notas do Tabeliam Agarez, de Vila Real, a favor de António Carneiro do Souto [...]" (SICM/ SSC 06.02/ SR FUNCIONAL GAVETAS/ SSSR GAVETA N.º 26 – Vila Meã, Maço 1, tit. 3); "Escritura de renovação de 4 de Junho de 1861, nas notas do Tabeliam Agarez, de Vila real, a favor de José de Freitas Martins [...]" (SSSR GAVETA N.º 26 – Vila Meã, Maço 1, tit. 4); SICM/ SSC 06.02/ SR FUNCIONAL GAVETAS/ SSSR GAVETA N.º 15 – Cumieira e Pertenças, Maço 45, tit.1.; SSSR GAVETA N.º 15 – Cumieira e Pertenças, Maço 71, tit 1.

<sup>136</sup> Ver averbamentos de Frias de Vasconcelos em SICM/ SSC 06.02/ SR FUNCIONAL GAVETAS/ SSSR GAVETA N.º 1- Vila Real – Rua Direita, maço 1, tit. 2; SSSR GAVETA N.º 1: Vila Real – Jazigo, maço 1, tit. 3 e 4; SSSR GAVETA N.º 2 – Vila Real – Rua Poço; SSSR GAVETA N.º 8 – Magarelos, maço 1, tit. 15 – em falta. SSSR GAVETA N.º 13 – Constantim, maço 12, tits. 6, 17, 18. SSSR GAVETA N.º 14 – Vila Seca de Poiares, maço 3, tits. 10 e 11. SSSR GAVETA N.º 27: Sabroso, maço 1, tit 5; SSSR GAVETA N.º 27, Sabroso, maço 1.

<sup>137</sup> Apontamento de Frias: "N.B. Os 2 titulos acima [n.º 10 e 11] não os encontrei. Mateus. 1868. (as.) FRIAS".

vam nos índices<sup>138</sup>. A compra de propriedades dá origem a novos maços: Por exemplo referentes a Andrães, organizado em 31 de Maio de 1871, referente aos títulos das propriedade compradas a António Alvares da Ribeira o Regalão, desmembradas do prazo n.º 7 do Caderno de Tojaes, cujo procedimento não foi lançado no índice. Neste caso, Frias Vasconcelos anexa uma observação deveras elucidativa:

“Observação

Exigindo-se desta Casa o pagamento de decimas atrasadas correspondentes a estes bens e lançadas em nome do vendedor, fiquei surprehendido que taes propriedades não houvessem sido incluídas pelo meu antecessor na respectiva matriz, e que eu me apressei a fazer neste mesmo ano.

Casa de Mateus, 31 de Maio de 1871

(as.) FRIAS<sup>29139</sup>

A acumulação verifica-se em vários níveis e por vários motivos: primeiro a integração de documentos em títulos pré-existentis<sup>140</sup>; depois pelo acrescentamento de títulos a maços pré-existentis, principalmente a partir do final da década de 50 até meados da de setenta, devido à renovação de prazos<sup>141</sup>, ao registo de foros<sup>142</sup>; retoma de propriedades por sentença judicial<sup>143</sup>; confrontações<sup>144</sup>, atualização de sub-benfiteuta<sup>145</sup> e compras de propriedades<sup>146</sup>; e finalmente, o acrescentamento de novos maços integrais, autónomos dos já existentes, que não são lançados em índice, mas

<sup>138</sup> “Não encontrei os titulos n.º 3 e 4 deste maço em 1868.” Ver: SICM/ SSC 06.02/ SR FUNCIONAL GAVETAS/ SSSR GAVETA Vila Real – Maço 4.

<sup>139</sup> Ver: SICM/ SSC 06.02/ SR FUNCIONAL GAVETAS/ SSSR GAVETA N.º 12, Andrães, Maço 1ª.

<sup>140</sup> Ver: SICM/ SSC 06.02/ SR FUNCIONAL GAVETAS/ SSSR GAVETA Cumieira e Pertenças, maço 45, tit. 1 – era composto pelo original de 1505, a que foi junta uma certidão de sentença de peçoaria de 1713, e mais tarde o registo de 1868 (por D. Júlia Adelaide Braancamp); SSSR GAVETA N.º 26 – Bornes, Maço 35 – acrescentamento dos titulos 2 e 3 ao já existente.

<sup>141</sup> Ver Ver: SICM/ SSC 06.02/ SR FUNCIONAL GAVETAS/ SSSR GAVETA N.º 26: Vila Meã, maço 1, tit. 3, tit. 4; SSSR GAVETA N.º 25: Avidagos, maço 12, tit. 2; SSSR GAVETA N.º 27 – Sanguinhedo, maço 6, tit 0; SSSR GAVETA N.º 11: Justes, maço 12, tít. n.º 3; n.º 4, n.º 5; SSSR GAVETA N.º 19 – Jorjais de Perafita, maço 7; Gaveta n.º 19: Vila Verde – maço 10, tit. 5; SSSR GAVETA N.º 19: Sabrosa e pertenças – maço 4, tit 10; SSSR GAVETA N.º 19: Sabrosa e pertenças, maço 25 – tít. 3 – 4; SSSR GAVETA N.º 20: Ribalonga, maço 57, tit. 57; SSSR GAVETA N.º 21 – Pópulo e Porcos, Maço 1: compras de propriedades”, tit. 8; SSSR GAVETA N.º 20 – Ribalonga, Maço 57, n.º 3; SSSR GAVETA N.º 26 Bornes, Maço 19.

<sup>142</sup> Ver a certidão do reconhecimento, datada de 1703, do foro dos moinhos acima indicados apenas registada em 1873. Ver: SICM/ SSC 06.02/ SR FUNCIONAL GAVETAS/ SSSR GAVETA N.º 11 – Justes, Maço 9, tit. 4.

<sup>143</sup> Ver: SICM/ SSC 06.02/ SR FUNCIONAL GAVETAS/ SSSR GAVETA N.º 14, Gouvinhas, Maço 3, n.º 12; SSSR GAVETA N.º 27 – Sanguinhedo, maço 6, tit. 16.

<sup>144</sup> Ver: [Apontamentos] sobre confrontações das propriedades de Seara, freguesia de S. Miguel de Poiares, concelho do Peso da Régua, arrendadas a Margarida Fernandes pela quantia de 30.000 reis, pelo administrador Frias Vasconcelos. SICM/ SSC 06.02/ SR FUNCIONAL GAVETAS/ SSSR GAVETA N.º 14 – Seara, Capilha.

<sup>145</sup> “Este cantaro d’azeite desde 1850 pertence pagal-o Francisco Pereira Cardoso, de Vila Real, por comprar neste anno o olival em que está emposto o foro”. Ver: SICM/ SSC 06.02/ SR FUNCIONAL GAVETAS/ SSSR GAVETA N.º 23 – Vila de Maçada, Maço 1, tit. 4.

<sup>146</sup> Ver: SICM/ SSC 06.02/ SR FUNCIONAL GAVETAS/ SSSR GAVETA N.º 19 – Sabrosa e Pertenças, maço 11, tit. 9 a 12; SSSR GAVETA N.º 14 -: Gouvinhas, maço 4, tit. 5; SSSR GAVETA N.º 20: Ribalonga, maço 33, tit 16- 17. SSSR GAVETA N.º 8 – Alfárves.

que seguem todo o procedimento descritivo<sup>147</sup>. Também se verifica a composição de novos maços a partir de títulos que se encontravam avulso<sup>148</sup>. A recuperação ocorre também por vários motivos: para a concepção e integração de treslados simples em títulos pré-existent<sup>149</sup>; recuperação de títulos para análise<sup>150</sup> e para empréstimo<sup>151</sup>, mas, principalmente, para a remissão de foros nas décadas de 60 e de 70<sup>152</sup>. Verifica-se a concepção de índices complementares aos existentes, como por exemplo o índice geográfico da Gaveta de Ribalonga<sup>153</sup>.

A elaboração de capilhas de maços segue sempre a “norma” preconizada por D. José Maria, mas já com outro aparato descritivo que em muito se deve à evolução terminológica da designação das tipologias documentais<sup>154</sup>.

## Conclusão

Em conclusão, podemos considerar que a reforma dos cartórios familiares é motivada por necessidades intrínsecas e extrínsecas à entidade produtora, não se constituindo como um acto estéril.

Em Mateus, concretamente, verifica-se que a emergência deste modelo de gestão do património, proporciona a emergência de dois contextos distintos mas que se interpenetram: o *locus* de gestão e o *locus* de produção informacional. No primeiro, verifica-se a dialética constante entre Índices, Gavetas e os livros de contas; no segundo, opera-se o acto propriamente dito de cobrança dos foros. Mas, mais:

1. O modelo classificativo implementado por D. José Maria recebe claras influências do modelo preconizado por João Pedro Ribeiro;
2. A organização foi aperfeiçoada durante várias gerações. Em certa medida, falamos de um processo de sedimentação, com várias camadas ao nível

<sup>147</sup> Ver: “Diversas leiras, registadas a fl. 38 do Livro 1.º do Registo de propriedade. Em 1868.” (SICM/ SSC 06.02/ SR FUNCIONAL GAVETAS/ SSSR GAVETA N.º 28, Maço 5).

<sup>148</sup> Ver: “Relação de alguns arrendamentos e relações de propriedades em Bornes e Lago Bom tirados dos maços de Bornes e Lago bom a que me refiro no Índice Geral das propriedades”; (SICM/ SSC 06.02/ SR FUNCIONAL GAVETAS/ SSSR GAVETA N.º 26, Bornes e Lago Bom, Maço 1); “Títulos avulsos tirados do seu lugar pelo meu antecessor. 1868. (as.) Frias” (SSSR GAVETA N.º 15, Cumieira e Pertenças, Maço 97).

<sup>149</sup> Gaveta n.º 9 – São Tomé, maço 1, tit. 1 – cópias simples da segunda metade do século XIX.

<sup>150</sup> Gaveta n.º 10: Sanguinhedo, maço 5, tit. 18: À margem a lápis: “Não serve para o registo”.

<sup>151</sup> “Em 19 de Abril de 1866 emprestado para o interessado mandar copiar”. Nota de Frias Vasconcelos à margem. Ver: SICM/ SSC 06.02/ SR FUNCIONAL GAVETAS/ SSSR GAVETA N.º 15 – Cumieira e Pertenças, capilha do maço 33.

<sup>152</sup> Ver, por exemplo, “Remido em 26 de Dezembro de 1865. Foi entregue ao foreiro José Fernandes em 7 de Fevereiro de 1866” (SICM/ SSC 06.02/ SR FUNCIONAL GAVETAS/ SSSR GAVETA N.º 10 – Águas Santas, Maço 7); “Remido em 25/12/[18]66” (SSSR GAVETA N.º 8 – Sequeiros e Santa Ovaia, tit. 6 e 7 – ); “Foi remida a quantia de 33.305 em 9 de Março de 1858, que era resto de maior quantia, como consta da escriptura de venda a retro de 1696” (SSSR GAVETA N.º 27-Nozedo, Maço 1, tit. 1); “Foi remido em 3 de Fevereiro de 1867” (Gavetan.º 25: Avidagos, Maço 12, tit. 2).

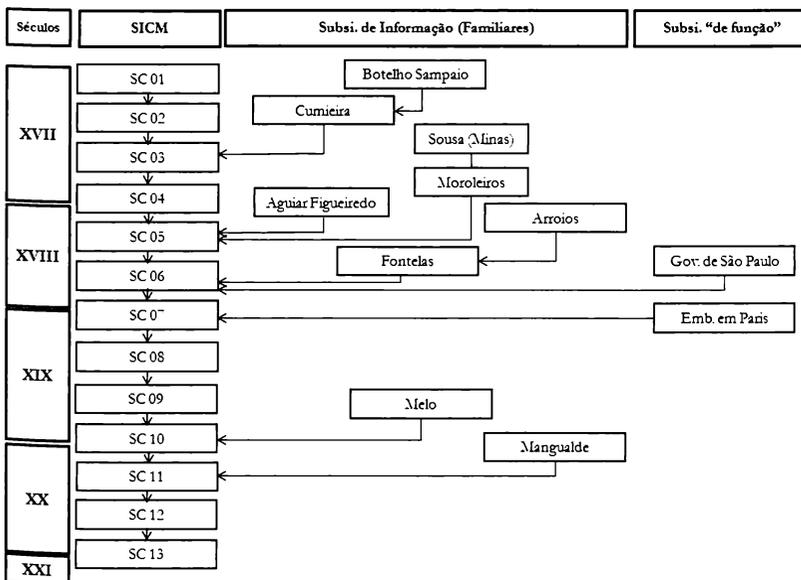
<sup>153</sup> Ver: SICM/ SSC 06.02/ SR FUNCIONAL GAVETAS/ SSSR GAVETA N.º 20 – Ribalonga, maço 1.

<sup>154</sup> Ver: SICM/ SSC 06.02/ SR FUNCIONAL GAVETAS/ SSSR GAVETA N.º 19 – Jorjais de Perafita, maço 7.

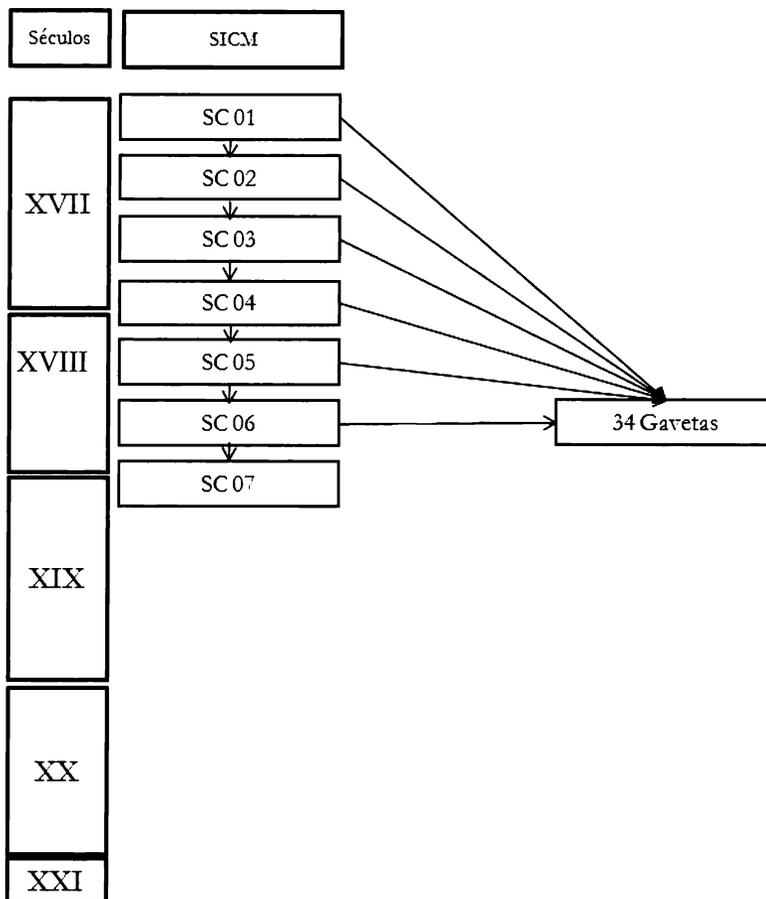
- dos procedimentos organizativos, em que as sucessivas intervenções são subsidiárias da imediatamente anterior;
3. A adequação do critério de organização às características da documentação, estando intimamente ligada à necessidade de recuperação da informação;
  4. A estrutura classificativa é rígida até ao nível do maço, enquanto a constituição de os títulos possui critérios múltiplos e imensamente subjectivos;
  5. A concepção de índices encerra sempre uma dimensão prospectiva de recuperação da informação;
  6. A organização do cartório configura-se como um modelo de gestão da informação, onde se integra e dilui a contabilidade familiar.

## Anexos

Quadro 1. Quadro orgânico-funcional do Sistema de Informação Casa de Mateus (Adaptado de *Casa de Mateus. Catálogo do Arquivo*. 2005)



Quadro 2. Reorganização do Cartório por D. Luís António de Sousa Botelho Mourão



Quadro 3. Exemplo de capilha de nível maço elaborada por D. Luís António (1800)

<b>Leirós</b>	
<b>N.º 106</b>	
<i>Compra que faz o Licenciado António Alvares Coelho de Mateus a Pedro Martins de Leirós, pello Tabeliam Francisco Carvalho de Vila Real em 12 de Março de 1620.</i>	
<i>Foro Senteio</i>	4
<i>Assinado do dito Pedro Martins em 10 de Março de 1620</i>	
<i>Foro Senteio</i>	2
<i>Prazo que faz o mesmo Licenciado António Alvares Coelho ao dito Pedro Martins em Galegos a 23 de Março de 1622</i>	
<i>Foro Senteio</i>	3 ½
<i>Está tombado e paga hoje foro</i>	
<i>Senteio</i>	7 ½
<i>Trigo dous</i>	2

Quadro 4. Exemplo de capa cartonada de nível Gaveta (1800)

<b>Gaveta n.º 15</b>
<b>Anno de 1800</b>
<b>Cumieira e pertenças</b>
<b>Masso de n.º 1 a 56</b>

Quadro 5. Exemplo de capilha de nível maço (1800)

<b>Cumieira</b>
<b>N.º 1</b>
<i>N.1 – Prazo que faz Diogo Alvares da Cumieira, a Antonio Correia e huma Cham à ponte de Relvas, he de vidas com licença do Abade do Mosteiro de Pombeiro, pela penção de dinheiro.</i>
<i>He feito nas Notas de João de Queirós Tabelião em Vila Real no anno de 1610</i>
<i>2 – Prazo de hum terra de Pousada feito a Gonçalo Dinis de que se paga 10 alqueires de Trigo e 1 Marram de de 60 arrateis e 1 galinha, feito no anno de 1566 e por ser muito antigo se não pode conhecer o nome do Tabelião.</i>
<i>3 – Prazo de humas leiras à ponte de Relvas que emprazou huma molher de Vila Real a huns homens de Pomarelhos.</i>

Quadro 6. Recuperação da Informação a partir da Gaveta “Papéis Honoríficos”

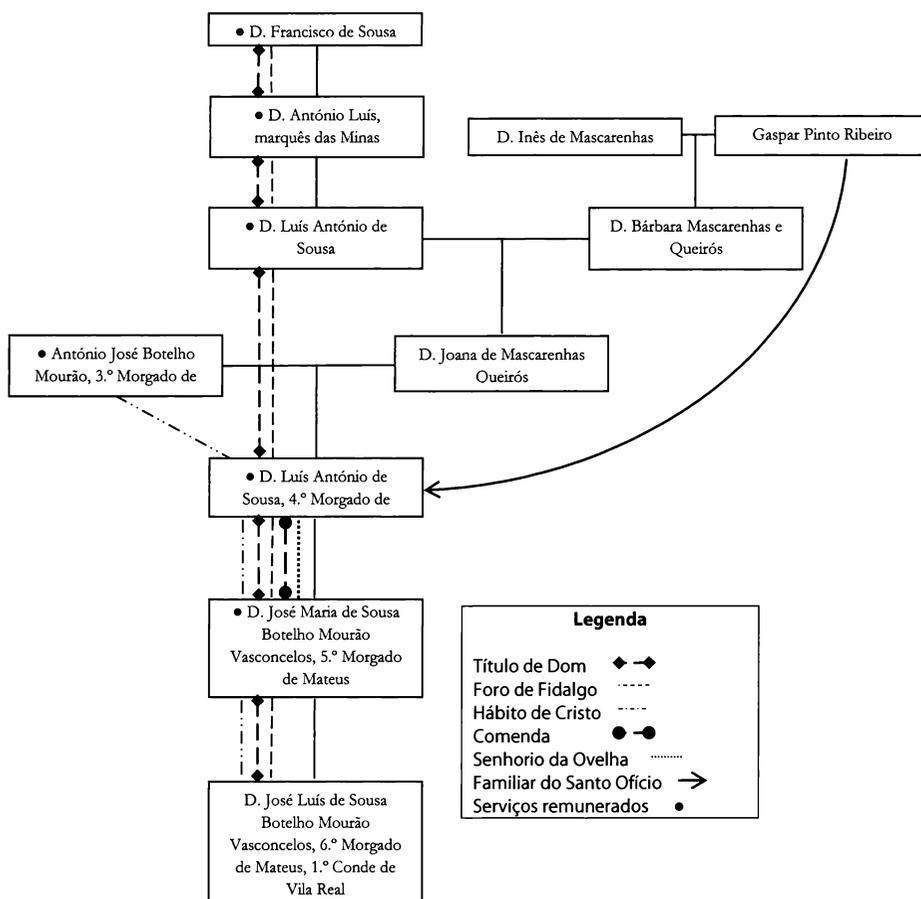


Tabela 1. Critérios de organização dos maços de Ribalonga

Gaveta	Maços	Designação do maço
N.º 20 Ribalonga	1-26	Ribalonga
	27	Ribalonga – Foros
	28	Ribalonga
	29	Ribalonga e Perafita. Assinados de dividas, trespa-se [sic] de medidas, e escriptura de medida de foro
	30	Ribalonga – Dezanove assignados de dividas muito antigas
	31-32	Ribalonga
	33-39	Ribalonga foros
	40	Ribalonga
	41-46	Ribalonga Prazos
	47	Ribalonga
	48-49	Ribalonga - Sentenças
	50-56	Ribalonga Arrendamentos
	57-59	Ribalonga

Tabela 2. Estrutura hierárquica das gavetas

Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4
Série funcional	Subsérie	Subsubsérie	DC
Gavetas			
	Designação da Gaveta (N.º, localização geográfica mais abrangente: termo, localidade)		
		Designação do Maço (localização geográfica: lugar) + N.º do Maço	
			N.º de Título + designação

**Tabela 3.** Síntese das Gavetas

Designação da Gaveta		
N.º	Título	Designação dos maços
	Papeis Honoríficos	
	Arroios Instituições	
	Mateus – Instituições	
	Moroleiro - Instituições	
	Fontelas – Instituições	
1	Vila Real	Rua direita
		Jazigo, Fonte Nova, Fonte do Chão, Tabulado, e Rua do Carvalho
		Rua de Santa Margarida, Posso Romão, Rua dos Vazes e Cabo da Vila
		Praça, Cadeia e Travessa
2	Vila Real	Rua do Posso, e Ferraria
		Rua de S. Francisco, Jogo da Bola, Rua de S. Pedro e Caminho de Baixo
		Portela, Rocio da Misericórdia, Rua Nova, Praça Velha
		S. Mamede, Vila Marim, Silvela, Fonte Rainha, Parada de Cunhos e Gravelos, [Picarrel]
		Vila Real, e pertenças
		Vila Real – Títulos de Vila Real que servem só para clareza, ou que estão por averiguar
		Vilalva
3	Mateus	
4	Mateus	
5	Mateus	
6	Mateus	
		Sever
7		Abambres
		Arroios
8		Tojais
		Bouça
		Feitais
		Varge
		Lage [de Mouçós]
		Magarelos
		Sequeiros, e Santa Ovaia
		Vila Meã
9		Pena de Amigo
		Alvites
		S. Tomé
		Jorjais
		Felgueiras
		Sigarrosa
		S. Cosmado (S. Cosme)
10		Leirós

Designação da Gaveta		
N.º	Título	Designação dos maços
		Linhares
		Águas Santas
		Galegos
		Sanguinhedo
		Lamares
11		Justes
		Parada de Pinhão
		Paredes de Pinhão
		Pinhão Cel
		Laqares
		Gache, que vai incluído no masso n.º 2 de Laqares
		Torre de Pinhão
		Souto de Escarão
12		Portela
		Vale de Noqueiras
		Andrães
13		Constantim
		S. Cibrão, e Fonteita
		Carvas
		Carro Queimado
		Garganta
		Ludares
		Vilar de Celas
		Paradela
14	Pertenças de Paradela	
		Guiães
		Donelo
		Ordonho
		Seixo
		Gouvinhas
		Vilela
		Abrecovo
		Quinta da Possa
		Sobrados
		Maçalhã
		Nogueira
		Seara [d'Ordens]
		Vila Seca de Poiares
		Azinheira
		Alvações de Tanha, Tanha, e Vilarinho de Tanha
15	Cumieira e Pertenças	
16	Cumieira e Pertenças	
17	Cumieira e Pertenças	

Designação da Gaveta		
N.º	Título	Designação dos maços
18	Cumieira e Pertenças	
19	Sabrosa e Pertenças	
		Vila Verde
		Jorjais de Perafita
20	Ribalonga	
21		Rapadura
		Pópulo e Porcos
		Vila Chã [da Montanha]
		Chã
22		Fiolhoso
		Cadaval
23		Carvalho
		Freixo
		Perafita [Jorjais de]
		Pegarinhos
		Vilar de Maçada
		Vale de Cunho
		Sanfins [do Douro]
		Vale de Mir
		Quintã [de Jales]
		Candedo
		Caldebois
		Francelos, e Castorigo
		Vila Verde e Carlão
		Presandães
24		Terra Quente – Pereira
		Terra Quente – Navalho
		Terra Quente – Rego da Vide
		Terra Quente – Carrapata de Lamas
		Terra Quente – Lamas de Orelhão
		Terra Quente – Milhais
		Terra Quente – S. Pedro de Val do Conde
		Terra Quente – Fonte da Urze
		Terra Quente – Passos
25		Terra Quente – Avidagos
		Franco
26	Vila Pouca de Aquiar	
		Bornes [de Aquiar]
		Vila Meã
		Lago Bom
		Vila Chã
27		Guilhado
		Nozedo
		Zimão
		Gralheira
		Sabroso
		Montenegrolo

Designação da Gaveta		
N.º	Título	Designação dos maços
		Tourecinho
		Outeiro
		Freixeda
		[Ponte dos] Avelanes
		Cidadelha [de Jales]
		Arcoço
		Monteiros
		Eiriz
		Soutelinho do Meio
		Soutelinho do Amezio
		Soutelinho do Monte
		Soutelinho
		Soutelo do Mato
		Cabanas
		Rebordochão
		Rebordondo
		Vila do Conde
		Anelhe
		Ussa
		Afonsim
		Ovilhão
		Penouçal
		Dorna
		Valoura
		Castelo
		Reguengo
		Tulões
		Parada do Corgo
		Pontido
		Vilela
		Ardãos
		Carrazedo
		Barbadães de Cima
		Barbadães de Baixo
		Papeis avulsos, e arrendamentos findos
		Montalegre – Sapelos
		Montalegre – Granja
		Montalegre – Sapiãos
		Montalegre – Vidagos
		Montalegre – Pinho
		Montalegre – Souto velho
		Montalegre – Eiró
		Montalegre – Calvão
		Montalegre – Sanguinhedo
		Montalegre – Vilarinho
		Montalegre – Argeris
		Montalegre – Ventozelos

Designação da Gaveta		
N.º	Título	Designação dos maços
		Montalegre – Sobreiro
		Minho – Moreiros e pertenças
		Minho – Lomba
		Minho – Castanhal [Quinta do]
28		Souto [Quinta do]
		Balança
		Rio [Quinta do]
		Negrelos [Quinta do Olival de]
		Caíde
		Requião e Crespos
		Figueiredo
		Ribeira da Lomba
		Moire
		Bífra
		Casas do Porto
		Viana

# Pasiones escritas: coleccionar archivos privados: dimensiones de estudio, uso y explotación

*Diego Navarro Bonilla*

## Introducción

Lorenzo Ortiz, autor de unas *Empresas que enseñan y persuaden su buen uso en lo moral y en lo poli[ti]co*, uno de los muchos tratados orientados hacia el recto gobierno político que abundaron en nuestro Siglo de Oro, escribía en 1677 lo siguiente:

“Es la memoria, en orden, la primera potencia del alma y en dignidad es la postrera. Es un infiel depositario de los tesoros del Estado y del entendimiento; recibe quanto le quieren dar y sólo da lo que quiere. Es su fragilidad el daño mayor que en lo humano podemos padecer; pues dexaríamos de ser hombres y seríamos dioses. Aquí está guardado todo lo que pensamos, de este tesoro pido yo que salga lo que quiero, y algunas cosas salen luego, otras es menester buscarlas; otras salen en tropel, como a preguntar si las llamo; otras cosas ay que fácilmente y con la misma orden que se piden, se representan; en esta memoria están guardadas todas las cosas que le entran por diferentes puertas. [...] Todas estas cosas las recibe y guarda la memoria para bolverlas quando de ellas se quieren acordar”<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> ORTIZ, Lorenzo, – *Memoria, entendimiento y voluntad: empresas que enseñan y persuaden su buen uso en lo moral [...]*, [Sevilla, Juan Francisco de Blas], 1677, f. 1r.

La memoria, frágil y limitada, fue continuamente objeto de reflexión y hasta de representación simbólica. Covarrubias y Horozco lo hicieron ofreciendo así su particular imagen de los estrechos límites de la memoria como potencia humana: «Pero comúnmente acontece leer, y percibir muchas cosas, y dellas quedarnos muy pocas. Y por esta razón, es comparada la memoria, a una redoma de boca angosta, que recibe la lluvia del cielo, y la más della le cae por de fuera, y se pierde, siendo lo que entra en el vaso lo menos». [Fig. 1]

Con este pertinente fragmento, trasunto del lugar común tan querido a la época *scripta manent, verba volant*, hemos querido iniciar nuestra intervención para ilustrar por una parte la absoluta necesidad humana de preservar por escrito la memoria cotidiana, alejada por tanto de las gestas históricas o de la oficialidad del gobierno por escrito. En esta ocasión, el objeto de estudio difiere un tanto de lo que hemos venido planteando desde hace años en torno a la investigación sobre la historia social de la cultura escrita al vincular producción documental y estructuras de poder. Y ello porque, nacida como mero entretenimiento personal para calmar inconfesables deseos personales de adquisición y posesión, la colección documental que durante años hemos ido configurando y organizando, bien merecen ya una reflexión académica. Una reflexión que supere por tanto el mero afán coleccionista para convertirse en materia de investigación y en conjunto de testimonios que sirvan de ejemplos complementarios al estudio de los resultados de la escritura cotidiana, al registro de la actividad diaria o a la memoria personal y familiar. Sin embargo, estas páginas tienen más de reflexión de coleccionista aficionado y menos de profesor de archivística.

Reconozco que fue la lectura de las entrañables memorias de José Luis Melero recogidas bajo el título *Leer para contarlo* el impulso definitivo que me hizo acercarme al rastro de mi ciudad cada domingo<sup>2</sup>. Un par de años más tarde, el delicioso testimonio novelado del librero Fernando Jiménez Ocaña, veterano de las lides dominicales del rastro publicado bajo el título *El vendedor a la intemperie* afianzó mi deseo de convertirme en uno más de los habituales paseantes y exploradores de las mañanas de domingo y fiestas de guardar<sup>3</sup>. A ellas se suman pinceladas de buscadores y rastreadores semanales como las recogidas por Andrés Trapiello en su “Vidario” o entregas del *Salón de Pasos perdidos*, por no recuperar el clásico de Ramón Gómez de la Serna y su célebre *El Rastro*, similar al glosado por el “Soldado viejo” de Borja. El primero, nos decía:

“Estos puestos de libros del Rastro no son librerías de viejo. En las librerías de viejo el engaño y la solidaridad profesional de la ciudad dan cierta coquetería

<sup>2</sup> MELERO, José Luis – *Leer para contarlo: memorias de un bibliófilo aragonés*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2003.

<sup>3</sup> JIMÉNEZ OCAÑA, Fernando – *El vendedor a la intemperie*. Zaragoza: Zócalo, 1999.

y cierta seducción aún a los libros. Aquí la incertidumbre de los libros, su falta interior de luz y aire se han recrudecido hasta el anodamiento. Aquí los libros son como zapatos viejos del espíritu, su calzado de muerte. Tienen pegado a su pasta –porque casi todos están empastados- mucho más interés que a su texto. Aquí todos los libros se mezclan y todos se parecen en esta mezcla, todos se contagian, todos se funden, todos se anulan. De su montón brota un olor a sótano, un olor a agua podrida, verdaderamente rabioso y verdaderamente irrespirable. Todos se vuelven contra uno, hasta los mismos que uno escribió y que ha encontrado aquí, anulados, abatidos, sentenciados, molidos, disociados por una fuerza superior, grata y simpática, porque su justicia no es parcial con uno solo, sino que cae sobre todos, salvándonos vigorosamente en contra de nuestra voluntad<sup>4</sup>.

Mientras, el segundo nos ofrecía este párrafo: “Existen coleccionistas de libros que de éstos no conocen sino las portadas. Como la importancia de las colecciones está en relación del número de objetos poco comunes que se poseen, el bibliófilo que muestra mayor cantidad de ediciones raras y de libros incunables o sin pie de imprenta, se considera más dichoso<sup>5</sup>. En última instancia, se circunscribe este afán recolector que se muestra en estas páginas a un espacio concreto: rastros y mercados de libros y a un tiempo, los años que median entre 2003 y la actualidad. Afán que podría ocupar su espacio perfectamente en el conjunto de reflexiones desgranadas por José Carlos Cataño y Álvaro Armero en su ensayo sobre los motivos y prácticas del coleccionista como individuo aquejado de esta pasión fría: Posesión, nostalgia, rivalidad, sensualidad, extravagancia..., son todas razones que tratan de explicar el porqué de una colección y, más concretamente, la que aquí se presenta, la compuesta por los libros y los papeles de otros<sup>6</sup>.

¿Y qué tratamiento dar a los buscadores profesionales de libros y papeles arrojados a contenedores, piratas del reciclaje? Entre las cartas de los lectores recibidas en el diario *La Vanguardia* del viernes 25 de junio de 2010, hallé el comentario de un coleccionista de libros, lector voraz, que ahíto de tanto volumen, incapaz de encontrar más espacio en su domicilio, bajaba al contenedor o a la papelera los ejemplares sobrantes. La imagen duele, porque ver desparramados libros por encima de las papeleras, contemplarlos huérfanos y abandonados a la suerte de la ciudad hostil, tiene que doler. No entiendo muy bien por qué lo hizo. Como tampoco lo entiende la Vicepresidenta del Col·legi Oficial de Bibliotecaris i Documentalistes de la Comunitat Valenciana y secretaria de la ONG Bibliotecaris sense Fronteres.

<sup>4</sup> GÓMEZ DE LA SERNA, Ramón – *El rastro*. ed. Luis López Molina, Madrid: Espasa-Calpe, 1998, p. 191.

<sup>5</sup> *Ropavejeros, anticuarios y coleccionistas, por un soldado viejo natural de Borja*. Madrid, 1890, p. 150.

<sup>6</sup> ARMERO, Álvaro – *Por eso coleccionamos: sensaciones de una pasión fría*. Sevilla: Renacimiento, 2009. CATAÑO, José Carlos – *De rastros y encantos*. Sevilla: Universidad, 2011.

Ella ofrecía la solución ante este abandono bibliográfico: la donación a instituciones como la que preside: “Cuando una persona tiene gran cantidad de libros que no caben en sus estanterías, amontonándose por rincones y sabe que no va a leerlos, entiendo que se deshaga de ellos. Individuos en la misma tesitura utilizan otros métodos de limpieza que favorecen a personas con menos recursos”. Pero, ¿quién se ocupa de los papeles? Un libro es ilustre, un papel no tiene gloria. Con papeles envolvemos cosas, limpiamos superficies, se amontonan y también ocupan espacio doméstico.

Almacenar, coleccionar, recopilar papeles, libros y documentos puede conducir, en su versión más extrema a desórdenes antológicos e historias de pérdida y muerte como la protagonizada por los hermanos Collyer, acumuladores compulsivos recuperados por E.L. Doctorow:

“A efectos prácticos, estoy prisionero. Ahora mismo me encuentro en la sala de diario, justo al lado de la puerta y dispongo de un solo camino hasta el baño situado bajo la escalera. Langley también ha visto limitada su movilidad. Se ha instalado en la cocina, desde donde puede entrar y salir de la casa por la puerta del jardín. El vestíbulo está totalmente obstruido por las cajas de libros, apiladas hasta el techo. Un estrecho pasadizo formado por fardos de periódicos y herramientas de jardín que asoman por encima –palas, rastrillos, un taladro, una carretilla, todo colgado en alto sujeto mediante alambre y cuerda a estaquillas que ha clavado en las paredes– lleva desde su puesto de avanzada en la cocina hasta mi enclave”<sup>7</sup>.

Acumulación impracticable que recuerda, de manera inequívoca, a otro melancólico literario que cambiaba cada cierto tiempo su objeto de colección. Cuando le tocó a los libros, don Avelino Diz de la Iglesia, el amigo inseparable de Silvestre Paradox, maravilloso personaje finisecular nacido de la imaginación de don Pio Baroja, su desvarío por los libros se iba especializando hasta convertirse en mero almacenaje sin orden ni, finalmente, pasión:

“Su último entusiasmo fue el de la bibliografía, chifladura que tomó como costumbre y no con gran pasión. Pero como un hombre, por rico que sea, no puede pensar en reunir los libros que se han escrito no sólo en el mundo, sino en un país, Avelino especificó su manía y se dedicó a formar una biblioteca de libros en [...] Deseaba llenar las paredes de su gabinete de libros en dieciseisavo. Ésta era en aquella época su aspiración suprema y compraba tomos sin otro objeto. Pero un día se encontró con que el fin de su vida estaba

<sup>7</sup> DOCTOROW, E.L. – *Homer y Langley*. Barcelona: Roca Editorial de Libros, 2010, p. 200.

realizado. El cuarto se hallaba ya lleno de libros. Era lógico suponer que se encontraría satisfecho; pues nada, le sucedió todo lo contrario [...] Don Avelino se convenció y a consecuencia de esto no compró más libros. Una vez quiso entrar en la biblioteca; descerrajó la puerta, pero se había formado detrás de ella un montón de tomos tan grande, que era imposible entrar. Entonces, todas las mañanas desde el montante pescaba unos cuantos libros y entre él y Paradox hacía un expurgo, quemando en el corral todo lo que fuera literatura, filosofía, historia y demás inutilidades insulsas y repulsivas”<sup>8</sup>.

Lo cierto es que desde hace varios años son pocos los domingos que falto a la cita. Acudo al rastro con método, de forma sistemática, porque de otro modo, el esfuerzo se diluye. Una vez concluida esta primera fase me traslado todavía con la ciudad a medio despertar al otro mercadillo que tiene la ciudad: el rastro de San Bruno. Por el contrario, los puestos de San Francisco, al estar muy especializados en filatelia y numismática y ser géneros que yo no trato (de momento) no suelen ser destinos de mi afán rastreador. En San Bruno he encontrado muy buenos materiales, sobre todo los que me proporciona mi amigo Juan: diarios, libros de memoria, libros de cuentas, facturas, fotografías, postales, innumerables cartas, etc. También he logrado algunas adquisiciones de cierto prestigio gracias a vendedores que más o menos están sabedores de mis preferencias e intereses.

Siglos atrás, el Inmortal hidalgo, también registró la costumbre de deambular por calles y plazas, callejas y rincones de una ciudad como Toledo en la que, el autor, sorprendido por unos papeles sueltos, acaba deslumbrado por el hallazgo fortuito de la continuación del texto:

Quijote, primera parte, cap. IX: “Estando yo un día en el Alcaná de Toledo, llegó un muchacho a vender unos cartapacios y papeles viejos a un sedero; y como soy aficionado a leer aunque sean los papeles rotos de las calles, llevado desta mi natural inclinación, tomé un cartapacio de los que el muchacho vendía y víle con caracteres que conocí ser arábigos, y puesto que aunque los conocía, no los sabía leer, anduve mirando si parecía por allí algún morisco aljamiado que los leyese”

---

<sup>8</sup> BAROJA, Pío – *Aventuras, inventos y mixtificaciones de Silvestre Paradox*. Madrid: Espasa-Calpe, 1980, pp. 67-69.

Desde entonces, no serán pocas las novelas que acudan al lugar común y al artificio del manuscrito encontrado, el manuscrito misterioso desencadenante de la acción, tal vez siendo la culminación de este recurso Jean Potocki y, por supuesto, la obra magna que es *El nombre de la rosa*, iniciado tras el hallazgo también de un manuscrito. En todos estos puestos busco sobre todo lo que he denominado “naufragios documentales”. Aquellos testimonios de vidas, casi siempre anónimas que, plasmados en papeles, cuadernos, cuartillas, libros de mil formatos y también fotografías, se exponen impudicamente sobre una sábana, una mesa o una hoja de lata. Procuero comprar casi todo, aunque hay ocasiones en que el precio exigido y la calidad de los materiales desaconsejan iniciar una puja para la que no estoy muy capacitado, dadas mis escasas dotes de regateador. Mi intención inicial fue adquirir alguna tipología documental que sirviese de ejemplo para mis alumnos de Archivística con objeto de que pudiesen ver, tocar y comprobar la realidad de los documentos en la clase. Sin embargo, no he conseguido sustraerme al encanto peligroso del coleccionismo y empiezo a preocuparme por el aumento considerable del resultado de tantos domingos y tantas compras.

Arrumbados a los puestos del rastro, estos supervivientes procedentes de casas particulares, de comercios, de oficinas, de consultas médicas, de gimnasios, de escuelas, de cuarteles, etc., fueron vendidos en algún momento junto a otros mil objetos que ocupaban su espacio doméstico. Liquidada la herencia, vendidos los bienes, troceados los lotes, suprimido el negocio, sólo quedan los objetos y los recuerdos, convertidos ya en lastimera mercancía de compraventa. Lo más común es que se venda el contenido completo de casas enteras: muebles junto a electrodomésticos, cartas y libros al lado de ropa y vajillas. Tarea del comerciante será después ofrecer todos esos contenidos de forma individualizada y clasificada. Recuperar estos modestos pero dignísimos ejemplos de vida y memoria también ha sido un afán personal. Puede parecer verosímil la constatación que Gómez de la Serna hacía de los puestos de libros como pudrideros, depósitos de letra muerta cuando uno pasea por los rastros. Algo similar a los célebres bibliotafios o cementerios de cuerpos muertos glosados por Quevedo, Lope o Zabaleta. [Fig. 2]

Pero mayor desazón e inquietud provoca el constante atentado al sacrosanto principio de procedencia y de unidad del archivo al ver día tras día legajos, colecciones, conjuntos incompletos, fondos mutilados de documentos, fotografías, papeles y registros de lo que un día fueron archivos privados, modestos o solemnes, pero archivos al fin y al cabo. Jirones de un conjunto mayor, troceados para su mejor compraventa, he adquirido muchas veces los restos de archivos personales. Todos estos materiales ocuparon en algún momento su espacio en los lugares de archivo

que ya estudiasen en un monográfico Philippe Artières y Annick Arnaud sobre los espacios y prácticas de memoria.

Tras la recopilación y posterior estudio de los materiales documentales adquiridos cada domingo nos interesaba profundizar en varios aspectos: a) procedencia personal o familiar y génesis del documento de archivo, b) lugar, espacio y estética del archivo dedicado a ubicar la memoria doméstica u oficial y, c), finalmente, construcción de identidad y registro de vida por escrito. Todos ellos permiten reconstruir “cartografías domésticas del testimonio escrito”, según expresión de Valérie Feschet quien llegó a identificar una memoria caliente o emotiva conservada en los muebles-escritorio de la casa (compuesta por libros de correspondencia, cuadernos escolares, calificaciones escolares, diarios, recetarios, etc.) y una memoria fría compuesta por los documentos notariales y protocolarios, probatorios y garantes de derechos y propiedades de la familia<sup>9</sup>. Bien, de ambas categorías disponemos de abundantes ejemplos.

Después de tanto tiempo, he acabado conociendo a los vendedores, su carácter, su manera de entender los objetos que venden, su disposición benévola o su experiencia en manejar papeles y documentos. Puedo decir que salvo tres o cuatro domingos en dos años, nunca volví sin un cartapacio, sin una colección de cartas personales o sin un libro de cuentas. A pesar de la alegría por estas adquisiciones, siempre me invade cierta tristeza, pues por contraste imagino el escaso apego de la sociedad por el registro documental de sus actividades, bien sean íntimas, personales o profesionales. El precio de estos materiales es tremendamente heterogéneo y varía enormemente aunque suele ser asumible. Ha habido ocasiones en que la cantidad requerida por una colección de magníficas fotografías excedía mi presupuesto; recuerdo otro domingo en que el vendedor me advirtió que él era por naturaleza caro y que iba a pedir bastante. Se trataba de un conjunto de postales, cartas, fotografías y clases de ephemera que alcanzaba un total de una cincuentena de unidades. Sin embargo, me pareció excesivo el precio de salida. Tras mucho revisar el legajo, leer el contenido por sus rectos y vueltos, comprobar fechas y mil dilaciones hasta formar en mi cabeza una resolución (máxime cuando había dos personas esperando un tanto expectantes mi decisión final, negativa a ser posible) decidí que no lo compraba. No me arrepentí. Pero sí ha habido ocasiones, las menos ciertamente, en que he dejado pasar alguna oportunidad porque decidí pensármelo mejor.

De los materiales adquiridos que mayor satisfacción me produjeron se encuentra una colección de treinta y siete tarjetas postales escritas la mayoría desde la prisión militar de Guadalajara por un teniente republicano: todo un ejemplo de escritura en

<sup>9</sup> FESCHET, Valérie – Textes et contextes: les lieux de la mémoire dans les maisons ubayennes. *Sociétés & Représentations*, 19 (abril 2005), pp. 15-32. Número especial coordinado por Phillippe Artières et Annick Arnaud (coords.), bajo el título: *Lieux d'archive: une nouvelle cartographie: de la maison au musée*.

cautiverio y en una época especialmente sensible para mí. Pero también me satisface poseer un conjunto de fichas personales procedentes de la consulta de un médico de antes de 1936, numerosos cuadernos de cuentas procedentes del mundo rural, cartas escritas desde el frente, fotografías familiares anónimas, salvoconductos del siglo XVIII o libros de cuentas del XVII.

Desde un punto de vista científico-archivístico, el estudio de los documentos y los archivos personales y familiares ofrece no pocos retos organizativos (clasificación, ordenación, instalación) y descriptivos. Los archivos nobiliarios, como categoría dentro de los archivos familiares, han recibido tradicionalmente la mayor atención archivística. Por el contrario, los archivos procedentes de individuos y familias sin relevancia social, política o económica han sido tratados por la archivística desde un punto de vista exclusivamente pragmático orientado a mantener organizados nuestros propios documentos y nuestra memoria personal y familiar. Sin embargo, es hora de que la archivística o la visión más técnica de la misma aúne esfuerzos con la Cultura Escrita con objeto de analizar y comprender la realidad subyacente a las tipologías documentales de individuos y familias. Es precisamente el contexto de creación, la necesidad de mantener la memoria o el ineludible compromiso con la escritura cotidiana los aspectos que pueden orientar y mejorar ese conocimiento de los materiales que la archivística se encargará de clasificar, ordenar y describir. En este sentido, los trabajos de Olga Gallego siguen siendo referentes imprescindibles. Por otra parte, las pautas ofrecidas por la norma internacional de descripción de Archivos (ISAD-G) ayudan a sistematizar el esfuerzo ayudándose de la norma EAC de contexto archivístico, aspecto al que hemos dedicado un trabajo recientemente<sup>10</sup>. Es precisamente el contexto o conjunto de circunstancias y situaciones que caracterizan la producción de los documentos de archivo un aspecto a nuestro juicio esencial para subrayar la necesidad de imbricación entre archivística e historia social de la cultura escrita:

Archival records are the evidence of people acting individually, in families, or in formally organized and named groups. From a strictly archival perspective, records are the byproducts of people living their lives, or carrying out official duties or responsibilities. Archival records are the results of human functions and activities. Records document the conduct of business and as evidence of activities and official functions, they frequently have legal and historical value. Records, broadly speaking, encompass both the narrower

---

<sup>10</sup> NAVARRO BONILLA, Diego – Contexto archivístico y registro de sentimientos de amor y muerte en la edad moderna y contemporánea: una propuesta de integración desde la Historia Social de la Cultura Escrita. *Investigación Bibliotecológica* 25:53 (2011), pp. 59-101.

archival definition, but also all artifacts, whether created as byproducts, or as intentional products<sup>11</sup>.

Voy concluyendo. A medio plazo es mi deseo que esta colección esté de alguna forma accesible a los investigadores que nos preocupamos por el estudio de los resultados de la escritura, por los archivos familiares y personales, en definitiva, por las tipologías documentales del escribir cotidiano. Todavía falta describir pormenorizadamente una buena parte de los materiales pero espero que en un plazo razonable la Red de Archivos e Investigadores de la escritura popular o el Archivo de Escrituras Cotidianas ([http://www.siece.es/siece/escritura\\_cotidiana.html](http://www.siece.es/siece/escritura_cotidiana.html)), iniciativas lideradas por el profesor Antonio Castillo desde la Universidad de Alcalá de Henares y vinculadas al Seminario Interdisciplinar de Estudios en Cultura Escrita puedan contar con un depósito documental más para seguir profundizando en este tema de investigación que todos compartimos. Por tanto, me parece muy oportuno como colofón de esta aportación rescatar las palabras que Antonio Castillo dejó escritas hace ya unos años en torno a la búsqueda de las escrituras de la gente común. Su empeño, dedicación y compromiso se orientan a la recuperación y estudio, desde una perspectiva tanto formal como de contenido y contexto de las circunstancias que hicieron posible los trazos en cartas, en librillos de memoria o en toscas agendas<sup>12</sup>. Tipologías y prácticas de colectivos sociales alejados del relumbrón oficial o el esplendor de las gestas más ilustres. Fueron, en todo caso, imprescindibles muestras de una necesidad, la de escribir para recordar y así, soslayar la traicionera memoria, la misma de la que hablaba Lorenzo Ortiz, siglos atrás. Esta colección personal, aquí simplemente esbozada, comparte por completo este planteamiento.

---

<sup>11</sup> PITTI, Daniel V., - Creator Description Encoded Archival Context [http://eprints.rclis.org/316/1/pitti\\_eng.pdf](http://eprints.rclis.org/316/1/pitti_eng.pdf)

<sup>12</sup> CASTILLO, Antonio (ed.) - *Cultura escrita y clases subalternas: una mirada española*. Oiartzun, Sendoa, 2001. CASTILLO GÓMEZ, Antonio (coord.) - *La conquista del alfabeto. Escritura y clases populares*. Gijón: Trea, 2002.



Fig. 1. *Periit parx máxima (La mayor parte fue despiciada)*. Sebastián de Covarrubias y Horozco, *Emblemas Morales*, Madrid, Luis Sánchez, 1610.



Fig. 2. Domingo de rastro y de hallazgos como éstos. Colección particular del autor.

PARTE V  
*Salvaguada*  
*Patrimonial e difusão*



# Los archivos nobiliarios en España: el Archivo de la Nobleza

*Aránzazu Lafuente Urién*

“El Patrimonio Histórico Español  
es el principal testigo  
de la contribución histórica de los españoles  
a la civilización universal  
y de su capacidad creativa contemporánea”<sup>1</sup>

## **Introducción**

España es un país con una riqueza patrimonial enorme, pero con unos recursos limitados. El patrimonio histórico de un país sólo se acrecienta y se defiende adecuadamente cuando a la vez que lo estiman las personas que conviven con él cotidianamente, se establecen los adecuados marcos técnicos y económicos para su protección<sup>2</sup>. En este sentido los archivos personales y familiares, que de todos los incluidos en la categoría de archivos privados son los archivos del ámbito doméstico, y por lo tanto de muchos de ellos no se conoce ni su existencia ni su localización, son los que pueden correr mayor peligro de deterioro, desamparo y por tanto de desaparición.

---

<sup>1</sup> Preámbulo de la Ley 16/1985 de 25 de junio de Patrimonio Histórico Español.

<sup>2</sup> FERNANDEZ MIRANDA, Manuel – El Patrimonio histórico: teoría y política cultural. *Patrimonio Histórico*, Cátedra Cantabria 92. Universidad de Cantabria, 1995, p. 81.

Los archivos familiares –y en especial los archivos nobiliarios– son el complejo resultado de las actividades de una familia a lo largo de diversas generaciones que con el paso del tiempo han adquirido la condición de archivos históricos, cuyo interés trasciende al de la propia familia, y cuyo conocimiento desde un punto de vista científico, a través de su apertura a la investigación contribuye al engrandecimiento de sus miembros y al de toda la familia y al interés general. Los estudios sobre la Nobleza en concreto, o en cuestiones relacionadas con sus propiedades, actividades o influencia son muy numerosos<sup>3</sup>, así como también son fuentes documentales de una potencia extraordinaria, como explica Concepción Quintanilla hablando en este caso de la baja Edad Media: “Prácticamente no hay aspecto de la realidad histórica de este período que pueda ser abordada sin hacer referencia a la intervención mas o menos directa del grupo nobiliario: desde la evolución política y militar del reino a las actividades económicas, los procedimientos y recursos fiscales, las estructuras sociales y familiares, los contenidos ideológicos, la organización y gestión de la vida local tanto en ámbitos rurales como en núcleos urbanos...”. Son, por tanto, fuente para una gran variedad de disciplinas y cuestiones historiográficas de muy distinta índole, que aportan datos desde un punto diferente al de los documentos de origen público<sup>4</sup>.

El principal objeto del Archivo Histórico de la Nobleza en España, centro estatal y público dependiente de la Administración del Estado Español, es proteger y garantizar la conservación de una parte importante del patrimonio documental “de origen privado” proponiendo a las familias propietarias de archivos nobiliarios un modelo de gestión de sus archivos, en que sin perder la propiedad, se garanticen los fines y objetivos determinados en la Ley de Patrimonio Histórico Español<sup>5</sup>, es decir, la conservación de estos archivos en lugares adecuados e idóneos, garantizando su función social mediante el acceso a la investigación y la consulta<sup>6</sup>.

## La Nobleza española

El origen y la evolución de la nobleza en España, es un tema muy complejo para poder abordarlo en este texto, ya que no es lo mismo la nobleza en Cataluña que en Aragón, ni la Navarra que la Castellana. No podemos, ni aún en su origen medieval

<sup>3</sup> Véase bibliografía sobre la Nobleza Española: en CSIC-CINDOC: BIHES, nº 11.

<sup>4</sup> LAFUENTE URIÉN, A. – Fuentes para los estudios genealógicos y familiares en los archivos nobiliarios. *Revista Hispania*, LX/3 nº 206/2000. QUINTANILLA RASO, M.C – La nobleza y los señoríos en Castilla durante la Edad Media. Aportaciones de la historiografía reciente. In, *Anuario de estudios medievales* (14), 1984, pp. 613-639.

<sup>5</sup> En adelante LPHE.

<sup>6</sup> LAFUENTE URIÉN, A. – El Archivo de la Nobleza (Toledo): centro de conservación de fondos nobiliarios. *Actas de las Jornadas El ducado Señorío de Híjar*, Híjar (Teruel). Ayuntamiento de Híjar/Comarca Bajo-Martín, 2007, pp. 43-85.

referirnos a una única *nobleza española*, sino que debemos tener en cuenta que existieron variados modelos de nobleza, que estas no surgieron en la misma fecha, que experimentaron una evolución desigual y desempeñaron un papel político, social y económico diferente según los nuevos reinos cristianos consumaban su avance territorial hacia el sur. Con la unión de los Reinos de Aragón y Castilla, y la anexión de Navarra, se comenzó el proceso de castellanización de los títulos de nobleza de los tres reinos. Sin embargo lo que acabó resultando un factor decisivo fue el asentamiento de la Corte de forma permanente, primero en Toledo y luego Madrid. Los grandes, los magnates, para poder estar cerca del Rey y poder participar del poder progresivamente irán dejando sus residencias solariegas por palacetes en “la villa y corte”<sup>7</sup>. Otro hecho que explica la progresiva castellanización de los linajes navarros, aragoneses, valencianos y catalanes, no es otro que la política de alianzas entre linajes, la endogamia nobiliaria, que provoca a la larga que se vayan acumulando los títulos en unas pocas familias.

La nobleza europea<sup>8</sup> constituye un grupo social con una formidable capacidad de adaptación y de renovación de sus actividades e intereses allí dónde esté el poder político o económico, y con una gran capacidad de movilidad que amplía el número de sus miembros con nuevas familias ennoblecidas por méritos militares, civiles o administrativos o por la simple compra de títulos, forma habitual de ennoblecimiento en España durante la crisis del Siglo XVII. El siglo XIX nos sorprende, ya que pese a la progresiva desaparición y abolición de los privilegios que siguieron a la Revolución Francesa a los movimientos liberales, el número de personas elevadas a la categoría de nobleza se eleva considerablemente con toda la serie de títulos expedidos a favor de militares, banqueros, empresarios y políticos. Desde la segunda mitad del siglo XIX hasta hoy mismo, el tipo de archivo nobiliario cambia radicalmente: si en origen fueron archivos de la nobleza de linaje o de sangre –archivos familiares acumulados generación tras generación– se transforman en archivos personales de las personalidades ennoblecidas –nobleza de mérito–, archivos personales que en ocasiones se han ampliado conscientemente y tratado de recomponer o recuperar con la recuperación y recopilación para su archivo de copias o documentos originales de sus antepasados.

La concesión de un título nobiliario es una prerrogativa Real por la que se premian actos y servicios extraordinarios a la Corona o al Reino. La concesión es un acto graciable del soberano, y por tanto la vida del título dependerá de las condiciones impuestas por éste en su creación. En la alta Edad Media estos títulos –condados, marquesados, ducados– se concedían a título personal para la defensa de una zona de frontera, o se destinaban a los infantes y miembros de la familia Real.

<sup>7</sup> Forma habitual de denominar a la capital del Reino: Madrid.

<sup>8</sup> DEWALD, J. – *La nobleza europea (1400-1800)*. Madrid: Real Maestranza de Caballería de Ronda, Diputación Permanente y Consejo de la Grandeza de España, 2004.

Alfonso X, Rey de Castilla y León – (1221-1284), regula en *Las Partidas* y jerarquiza, los títulos que ostentaba la nobleza castellana<sup>9</sup>. Con el advenimiento de la dinastía Trastámara en Castilla se comienzan a conceder títulos nobiliarios con carácter hereditario. Enrique II, rey de Castilla (1333-1379)<sup>10</sup> quien ha pasado a la historia con el sobrenombre de “el de las mercedes”, premia con ellos a sus principales caballeros, entre otros a Bertrán Duguesclin, a quién la leyenda atribuye la famosa sentencia durante el fratricidio de Montiel de “ni pongo ni quito Rey, pero ayudo a mi señor”. Pese a la fama del rey sólo dos de los títulos concedidos por Enrique II acabaron por asentarse en un linaje: el *Condado de Medinaceli*, concedido en 1368 a Bernard de Foix “el bastardo de Bearn”, hijo bastardo del conde de Foix, casado con Isabel de la Cerda, Señora del Puerto de Santa María, y el *Condado de Niebla*, otorgado en 1371 a Don Juan Alfonso de Guzmán (1342-1396) casado con Beatriz de Castilla hija natural de Enrique II con Beatriz Ponce de León. Curiosamente son dos de los linajes que en la actualidad han acumulado mayor número de títulos y grandezas, y de los pocos archivos abiertos por sus propietarios a la investigación, la Casa Ducal de Medinaceli y la Casa Ducal de Medina Sidonia. La concesión de títulos quedará en esta época unida estrechamente al proceso de señorialización nobiliaria y al triunfo de la institución del mayorazgo –en los territorios castellano leoneses-. A finales del siglo XIV nos encontramos ya con grandes títulos nobiliarios de carácter hereditario, vinculados en mayorazgo, fundamentados en la posesión de señoríos donde se gobierna y se ejerce justicia, y de donde se obtiene poder económico sobre, tierras, derechos y vasallos<sup>11</sup>.

La regularización de la concesión de los títulos de nobleza se irá ampliando y modificando a lo largo de los siglos: Felipe IV (1605-1665) dispone en 1664 que no se pueda obtener el título de Conde ni el de Marqués sin haber sido antes Vizconde. Carlos III (1716-1788), en 1775, dispone que no se concedan títulos a quienes no hubieran servido con sus personas al Rey o al público. Finalmente a principios del siglo XX se publica la Ley de 27 de mayo de 1912, por el que se regula cómo se han de conceder, y se establece que su control sea competencia del Ministerio de Justicia. Durante la II República fueron abolidos por el art. 25 de la Constitución de la República (1931), pero recuperados en 1947 con la promulgación de la Ley de

<sup>9</sup> QUINTANILLA RASO, M.C. – El proceso de engrandecimiento nobiliario en la Castilla Medieval: de los Trastámara al imperio. *Actas de las Jornadas El ducado Señorío de Híjar*, Híjar (Teruel). Ayuntamiento de Híjar/ Comarca Bajo-Martín, 2007, p. 16.

<sup>10</sup> SIETE IGLESIAS, MARQUÉS DE, – Títulos y grandezas del Reino: Títulos de la Corona de Aragón hasta la muerte de Fernando el Católico. *Hidalguía, Revista de genealogía, nobleza y armas*. (1953-1954), Nº 28, 31, 32, 33 y 35. Inconcluso.

<sup>11</sup> QUINTANILLA RASO, M.C., (Ed.) – *Títulos, Grandes del Reino y Grandeza en la sociedad política: fundamentos en la Castilla Medieval*. Madrid: Silex, 2006. Recomendamos para el estudio del desarrollo tanto efectivo como jurídico y panegírico de la nobleza este trabajo de Concepción Quintanilla: “[...] Las claves del proceso del engrandecimiento nobiliario”, pp. 19-100.

Sucesión en la Jefatura del Estado por la que Francisco Franco se arrogó el derecho de reconocer y conceder títulos nobiliarios.

En la actualidad, la existencia de los títulos nobiliarios está recogida en la Constitución Española de 1978, en el art.62 que regula la prerrogativa del Rey a conceder honores y distinciones con arreglo a las leyes. Los títulos nobiliarios españoles no son en ningún caso susceptibles de compra ni venta, ya que su sucesión se encuentra estrictamente reservada a los parientes consanguíneos de mejor derecho del primer poseedor del título. Las sucesiones son tramitadas por el Ministerio de Justicia y el uso indebido de títulos nobiliarios está perseguido por la Ley. Recientemente se aprobó en el Congreso de los Diputados la polémica Ley 33/2006, de 30 de octubre, sobre igualdad del hombre y la mujer en el orden de sucesión, que sólo afecta a los títulos nobiliarios y no afecta a la corona, por lo que los títulos son heredados por el primogénito independientemente de su sexo.

La Grandeza de España<sup>12</sup> constituye el más alto grado en el sistema nobiliario español<sup>13</sup>. Fue promovida por Carlos I a partir de 1520 quien designa a cerca de 25 títulos como Grandes y con el privilegio de llamarse primos, y de cubrirse en su presencia. En un principio sólo se concedió en el reino de Castilla, para posteriormente extenderse a títulos de los reinos de la Corona Española en Aragón, Italia, Flandes o a títulos americanos. El ceremonial de concesión de la grandeza de España se denomina “cobertura” o “cubrirse” para los hombres y “tomar almohada” para las mujeres. La Grandeza de España se estructura hoy en día orgánicamente a través de la Asamblea del Consejo y de la Diputación Permanente, órgano creado por decisión regia en 1815, y ocupa el vértice de la pirámide formada por el asociacionismo nobiliario de los Grandes y de los Títulos del Reino.

## Sus archivos

Definimos<sup>14</sup> a los archivos nobiliarios como “archivos de archivos” por no ser archivos de una única familia, sino la suma de todas las distintas familias y títulos, que por diversas circunstancias ha ido acumulando un mismo linaje o familia a lo largo

<sup>12</sup> Datos tomados de la página web de la Diputación y Consejo de la Grandeza de España y de la Fundación Cultura de la Nobleza Española: <http://www.diputaciondelagrandeza.es>

<sup>13</sup> Respecto a los privilegios y honores de los Grandes, en general, eran cubrirse en presencia del Rey, recibir de éste el tratamiento de primos, ser invitados y notificados por escrito de los principales acontecimientos de la Corona y de la Real Familia, sentarse en un banco preferente en la Real Capilla, no ir a la guerra sino con categoría de Jefes y sueldo de Generales, no poder ser apresados mas que por una cédula especial del Rey, tener entrada libre en palacio hasta la Galería de Retratos, dos estancias antes de la Regia Cámara, recibir honores militares y disponer de pasaporte diplomático.

<sup>14</sup> LAFUENTE URIÉN, Aránzazu – *Los archivos familiares: La Sección Nobleza del Archivo Histórico Nacional. Tratamiento archivístico y fuentes documentales. La Investigación y las Fuentes documentales de los*

de diversas generaciones. Aún tratándose de archivos familiares, los archivos de la nobleza tienen unas características que los hace especiales. Particularidad que se deriva de la proximidad a la monarquía y la participación en el poder, la vinculación de sus propiedades y bienes a través del mayorazgo, y la vocación de perpetuación del linaje y engrandecimiento a través de los títulos nobiliarios. El mayorazgo, como ha observado Bartolomé Clavero<sup>15</sup>, es una institución que funciona hasta bien entrado el siglo XIX como garantía de la preservación de un patrimonio común e indiviso al no permitir al cabeza de familia que disponga libremente de sus bienes. Las fundaciones de mayorazgo establecen el sistema de sucesión de los títulos, el uso del apellido y armas de la familia, y toda serie de cláusulas restrictivas encaminadas a la salvaguardia del papel social de la estirpe. La institución que genera los archivos familiares no es la familia actual, sino la familia en sentido amplio como “conjunto de ascendientes, descendientes, colaterales y afines de un linaje que además incluye a los criados de la casa”<sup>16</sup>, es decir la familia en sentido extenso, en donde un único individuo –que posee el título en el caso de familias de la nobleza– ejerce el papel de jefe de la familia o de la Casa y se ocupa de sostener, proteger y mantener a familiares, parientes, vasallos y criados. La “Casa” incluye a los estados, vasallos y rentas de un señor, así como a los ascendientes y descendientes del linaje.

En este sentido, los archivos nobiliarios son resultado de la acumulación de los escritos que reflejan las actividades, intereses y ámbitos de actuación de una familia a lo largo del tiempo. Así, se pueden distinguir distintos bloques dentro de tales fondos<sup>17</sup>:

#### Contenido de los archivos nobiliarios

- La historia del linaje: genealogía y títulos nobiliarios  
Mayorazgos y vínculos
- Los señoríos y el ejercicio de la jurisdicción señorial
- Propiedades y gestión del Patrimonio
- Propiedades y Gestión económica
- Los documentos personales
- Los documentos de los cargos ejercidos por los miembros de la familia
- El patronato de Obras Pías
- Colecciones.

---

archivos. I y II Jornadas sobre Investigación en Archivos. Guadalajara: ANABAD Castilla-La Mancha, Asociación de Amigos del A.H.P., 1996, pp. 975-997.

LAFUENTE URIEN, A. – Los archivos nobiliarios, formación y conservación. In, SARASA, Esteban y SERRANO, Eliseo – *Estudios sobre señorío y feudalismo. Homenaje a Julio Valdeón*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico (CSIC), Diputación de Zaragoza, 2010, pp. 27-75.

<sup>15</sup> CLAVERO, Bartolomé – *El mayorazgo: propiedad feudal en Castilla 1369-1858*. México: Siglo XXI, 1989.

<sup>16</sup> Diccionario de la Real Academia Española.

<sup>17</sup> GARCIA ASER, Rosario; LAFUENTE URIEN, Aránzazu, – *Archivos Nobiliarios, Cuadro de Clasificación*. Madrid: Sección Nobleza del Archivo Histórico Nacional. Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, 2000.

Cada archivo patrimonial es el resultado de la evolución del linaje y del cúmulo de prácticas archivísticas que ha recibido. No obstante, existen una serie de fases comunes que podemos hacer extensibles a los archivos de la aristocracia española y que son las siguientes<sup>18</sup>:

La Nobleza Española y sus Archivos: Evolución de los archivos nobiliarios:

- Fase inicial o de formación (S.XIII-XV) . El mayorazgo.
- Fase de acumulación de títulos y fondos (S.XVI-XVIII)
- Fase de reorganización (S.XVIII-XIX)
- Fase de dispersión (S.XIX-XX)

### **¿Cómo se ha intentado proteger todo este enorme patrimonio?**

La LPHE regula la protección del Patrimonio Documental y Bibliográfico. Especialmente importante es el artículo 49.4 en el que se incluye por primera vez a los archivos privados, y entre ellos a los archivos familiares y nobiliarios, como integrantes del Patrimonio Documental: “Integran así mismo el patrimonio documental, los documentos con una antigüedad superior a los 100 años, generados, conservados o reunidos por cualesquiera otras entidades particulares o personas físicas”. Además, la administración podrá de oficio declarar integrante de este patrimonio, aquella documentación que aunque no cumpla con la edad reseñada, se considere necesario incluirla dentro de este grupo de especial protección por su excepcional relevancia (art. 49.5).

La LPHE establece una serie de obligaciones para propietarios o custodios de los archivos declarados: “Todos los poseedores de bienes del Patrimonio Documental y bibliográfico, están obligados a conservarlos, protegerlos, destinarlos a un uso que no impida su conservación y mantenerlos en lugares adecuados” (art.52.1). El incumplimiento de dichas obligaciones, cuando además sea desatendido el requerimiento por la administración, podrá ser causa de “interés social para la expropiación forzosa” de los bienes afectados (art. 52.2). Además, “los propietarios deberán favorecer la inspección, y permitir el estudio por los investigadores” (art.52.3). Estas disposiciones legales obligan por tanto a los propietarios de archivos a su conservación, su protección, el uso adecuado del mismo y a garantizar el acceso a sus fondos, obligaciones que pueden ser un gran inconveniente para aquellos propietarios que no puedan sufragar los gastos derivados de esta normativa legal.

España cuenta con una dilatada y secular tradición en la protección del patrimonio, a todos los niveles, de la cultura material pero también inmaterial. La

---

<sup>18</sup> Este tema ya lo hemos tratado ampliamente en otros trabajos a los que nos remitimos. Por ejemplo los de la nota 14.

idea de que el patrimonio histórico debe ser recuperado, protegido y conservado nació con la ilustración, aunque sus antecedentes podemos remontarlos al renacimiento y más remotamente a las propias partidas de Alfonso X. Carlos III fue el primer gobernante español que mandó conservar cuantas antigüedades se descubrieran en el reino –inspirado por su pasado como rey de Nápoles en donde procedió a iniciar e impulsar las excavaciones de Pompeya y Herculano– encomendando el trabajo a la Real Academia de la Historia (RAH). Sin embargo las actuaciones y las mentalidades liberales del siglo XIX con la moda por el coleccionismo privado, los procesos desamortizadores y desvinculadores, el concepto burgués de modernidad, se manifiestan con auténticos despropósitos: se derriban murallas, se dispersan colecciones, se desbaratan archivos... por algo se le denomina “el siglo del expolio”. El nivel llega a tales extremos que pronto surgen voces intentando paliar el desastre: así la Real Academia de la Historia en torno a 1850 comienza un programa de recuperación de archivos y documentos de los monasterios suprimidos a lo largo de toda la geografía peninsular. Estas comisiones oficiales o “viajes literarios” de 1850 encomendadas por el Gobierno a la Real Academia de la Historia, supusieron la creación de la Escuela Diplomática en 1856 y el origen de un cuerpo de funcionarios especializados en la conservación del patrimonio nacional –el Cuerpo Facultativo de Archiveros, Bibliotecarios y Arqueólogos, creado en 1858–. Finalmente este proceso culmina en 1866 con la creación del Archivo Histórico Nacional.

Sin embargo el deterioro del patrimonio continúa imparable, así que en 1931, el Gobierno de la República decide intervenir. Se prepara una Ley de urgencia, la Ley de 13 de mayo de 1933 “sobre defensa, conservación y acrecentamiento del Patrimonio Histórico Artístico Nacional”. Una ley de vanguardia, que se mantiene durante el franquismo, cuyo objetivo principal era proteger frente al expolio, y que será uno de los modelos que inspiren la convención de la Haya de 1954<sup>19</sup>. Sin embargo queda fuera el patrimonio documental, ya que en el art. 4 se dice que “una ley especial regulará lo relativo a la riqueza bibliográfica y documental de España, quien quiera que sea su poseedor, siempre que no estén al cuidado del cuerpo Facultativo de Archiveros, bibliotecarios y Arqueólogos”. Es decir, se consideraban convenientemente protegidos sólo aquellos bienes del patrimonio bibliográfico y documental en manos públicas. La futura ley, a causa del estallido de la Guerra civil Española (1936-1939) nunca llegaría a promulgarse.

Si la legislación republicana tenía como objeto principal la intervención frente al expolio, la ley en vigor, la ya citadísima Ley de Patrimonio Histórico Español, de 1985, introduce el concepto del fomento, la protección y el facilitar el acceso independientemente de la propiedad del bien en cuestión. El bien cultural es inmaterial y su utilidad pública es como una plusvalía social, que no pone en juicio su título de

<sup>19</sup> FERNÁNDEZ MIRANDA, Manuel – El Patrimonio histórico... *cit.*

propiedad, pero si su utilización o disfrute. Por ello el mal uso, justificaría la acción pública, y su propiedad no puede ser un obstáculo para que pueda ser accesible bajo unas condiciones razonables. Por ello los poderes públicos tienen la obligación de salvaguardarlo por mandato constitucional<sup>20</sup>: “los poderes públicos promoverán y tutelarán el acceso a la cultura a la que todos tienen derecho” y “los poderes públicos garantizarán la conservación y promoverán el enriquecimiento del patrimonio histórico, cultural y artístico, de los pueblos de España y de los bienes que la integran, cualquiera que sea su régimen y titularidad. La ley penal sancionará los atentados contra este patrimonio”. En consecuencia, existen sistemas de control policial contra el expolio, la exportación ilegal, robo, hurto, delitos que son perseguidos por la Brigada Judicial del Patrimonio Histórico de la Policía Nacional, creada en 1977, y que en la actualidad persigue los delitos contra el patrimonio en colaboración con los diferentes cuerpos de seguridad en el interior, con la Interpol en el exterior.

Está claro que las necesidades de conservación y restauración que requiere el patrimonio cultural en España hacen necesario que, a pesar del incremento de los presupuestos de las administraciones públicas, sean necesarias cada vez más las aportaciones de la empresa y actividad privada y promover la participación de la sociedad civil en la defensa del patrimonio artístico de dos formas: el fomento y el mecenazgo. La legislación española sobre patrimonio incluye una serie de medidas de fomento para la participación social en la conservación y preservación del patrimonio mediante incentivos y desgravaciones fiscales, el pago de impuestos en “especie” a través de la dación, los anticipos reintegrables<sup>21</sup> o el mecenazgo<sup>22</sup>: incrementado los incentivos fiscales a los donativos y donación de bienes culturales, la participación en la Restauración de Patrimonio Histórico o en la difusión y promoción del Patrimonio mediante el patrocinio de exposiciones temporales, publicaciones, monografías y catálogos.

<sup>20</sup> Constitución Española (1978), artículos 44 y 46.

<sup>21</sup> *Anticipos reintegrables*: está regulado en el art.36.3 de la LPHE, como ayuda y fomento a la conservación de bienes muebles, está la posibilidad de que la administración se haga cargo de ciertos costes como medida preventiva. Veamos: “La administración competente podrá conceder una ayuda con carácter de anticipo reintegrable... que será inscrita en el registro de la propiedad. La Administración también podrá realizar las obras directamente si así entiende que sea más eficaz. Excepcionalmente podrá ordenar el depósito... en centros de carácter público”.

<sup>22</sup> La Ley 49/2002 de régimen fiscal de las entidades sin fines lucrativos y de los incentivos fiscales al mecenazgo, que sustituye a la *Ley 30/1994 de Fundaciones y de incentivos fiscales a la participación privada en actividades de Interés General*.

## El Archivo Histórico de la Nobleza

Objetivos y funciones:

- a) Potenciar la recuperación, la difusión y la conservación de los archivos de la Nobleza Española.
- b) Asesorar a los propietarios de archivos nobiliarios en temas de conservación y tratamiento archivístico.
- c) Reunir los fondos nobiliarios españoles, físicamente o en cualquier otro soporte alternativo, para favorecer el conocimiento y el acceso a estos archivos.
- d) Conservar y organizar los archivos nobiliarios que se encuentren bajo su custodia.
- e) Elaborar los instrumentos de descripción y control necesarios para su consulta y preservación.
- f) Informar sobre el contenido de los fondos y garantizar el acceso a los mismos dentro del marco legal vigente.

Es una institución cultural donde se reúnen, conservan y se difunde el contenido de los archivos generados y recibidos por la Nobleza Española que han sido adquiridos por el Estado o depositados por sus propietarios para su utilización para la investigación, cultura e información. Es un archivo abierto en donde se reciben nuevos fondos por donaciones o depósitos efectuados por entes o personas privadas o adquisiciones del Ministerio de Educación, Cultura y Deporte. Se encuentra en Toledo, su sede es el Hospital San Juan Bautista, también denominado Hospital Tavera. Desde su puesta en funcionamiento en 1993 ha estado funcionando con el nombre de Sección Nobleza del Archivo Histórico Nacional, pero el reciente *Real Decreto 1708/2011 por el que se establece el Sistema Español de Archivos de la Administración General del Estado*, en su disposición transitoria tercera lo ha creado "Archivo Histórico de la Nobleza".

La creación de este centro partió de la idea de algunos destacados miembros de la nobleza, a través de la Diputación General de la Grandeza de España, quienes conscientes de la extraordinaria riqueza de su patrimonio documental, se dirigieron al Ministerio de Cultura, en 1988, para la creación de lo que sería ésta institución. Así, con el objetivo firme de catalizar la investigación nacional e internacional en los archivos nobiliarios españoles, en 1989, el Ministerio de Cultura y la Fundación Ducal Medinaceli suscribieron un convenio con un objetivo preciso: "colaborar en la recuperación y conservación con fines de estudio e investigación de los archivos y documentos relativos a la nobleza, por entender que son un elemento esencial del Patrimonio Histórico Español". Este documento supuso el germen de la creación, en el Hospital Tavera (Toledo), de la sede de la Sección Nobleza del Archivo Histórico

Nacional, que nació con los fondos de carácter nobiliario depositados hasta entonces en el madrileño Archivo Histórico Nacional.

### **Tratamiento archivístico de los fondos en custodia**

El tratamiento archivístico de un archivo nobiliario no es diferente del que pueda recibir cualquier otro tipo de archivo histórico. Consistirá en la realización de una serie de operaciones de control intelectual y físico de los fondos, operaciones que en ocasiones se solapan y no son en absoluto consecutivas, de identificación, organización y clasificación de fondos, descripción y difusión.

#### **1. Proceso inicial:**

Ingresos: proceso inicial:

- Contactos entre propietarios del archivo y Dirección del centro
- Información a los propietarios
- Visitas de evaluación del posible nuevo ingreso
- Informe de valoración del fondo
- Tasación (si procede, según el procedimiento de ingreso).

El primer paso, tras el contacto inicial dado siempre por parte de la propiedad, se informa a esta de los objetivos y funciones del archivo, y en concreto de la posibilidad que les brinda la Administración General del Estado a las familias propietarias de archivos nobiliarios de un modelo de gestión de sus archivos, en que sin perder la propiedad, se garanticen los fines y objetivos determinados en la Ley de Patrimonio Histórico Español, es decir, la conservación de estos archivos en lugares adecuados e idóneos, garantizando su función social mediante el acceso a la investigación y la consulta. La Dirección del archivo orienta e informa a los interesados sobre las posibilidades de custodia de los archivos en esta institución, asesoramiento que pudiera incluir visitas de reconocimiento del archivo e informe sobre el contenido y estado de conservación de los fondos documentales, gestión de traslados u otros temas relacionados con estos tramites. Todos los traslados de fondos documentales se supervisan por el personal técnico del centro y bajo las más estrictas normas de seguridad y control oportunas. Cualquier modalidad de ingreso en este centro deberá realizarse y tramitarse por la Subdirección General de los Archivos Estatales (Secretaría de Estado de Cultura, Plaza del Rey 1, Madrid) previa información y asesoramiento por la Dirección y personal técnico del Archivo de la Nobleza. La tramitación dependerá de la modalidad de ingreso.

## 2. Ingreso

A todos los propietarios de archivos y documentos nobiliarios que estén interesados, se les facilita información pormenorizada de las diversas posibilidades de ingreso de archivos de origen privado en centros de archivísticos. Los tipos de ingresos pueden ajustarse a los siguientes supuestos: conservando la familia la titularidad del archivo: mediante *contrato de depósito o comodato* de bienes de propiedad privada de acuerdo al Art. 63,1 de la LPHE. Cediendo la titularidad del archivo al Estado mediante la entrega al Estado de bienes del Patrimonio histórico mediante el *pago de impuestos* (renta, sucesiones, sociedades) en los supuestos contemplados en el título VIII de la LPHE<sup>23</sup>. Por *donación, herencia o legado* aceptados por el Estado Español o por *compraventa* de documentos por el Estado Español. En resumen estos casos pueden ser los siguientes<sup>24</sup>:

Elección del modo de ingreso:

- La propiedad permanece en manos privadas (comodato o depósito)
- La propiedad del archivo pasa a ser de titularidad pública sin transacción económica (donación o legado)
- La propiedad del fondo pasa a titularidad pública mediante transacción económica (adquisición directa del fondo o dación en pago de impuestos)

Además existen otras formas de ingreso de fondos, de manera extraordinaria, como los realizados durante los años 1937-1939 a través de la Junta de Recuperación del Tesoro Artístico<sup>25</sup>, o a través de la expropiación forzosa que contempla la LPHE, aunque no conocemos de casos en que este último sistema se haya llevado a efecto. La tramitación de los comodatos y depósitos se realizan a través de la firma de un convenio o contrato cuyas cláusulas se negocian entre las partes atendiendo las particularidades de cada familia o del contenido del fondo documental.

El archivo dispone de dos libros de registro de entradas: un Registro General de Entrada de Fondos, que incluye tanto los archivos de titularidad pública como privada, y un libro Registro de Entrada de Depósitos<sup>26</sup> para los fondos que ingresen en depósito o en comodato. Además se redacta un acta de entrada por triplicado (ejemplar para el centro, otro para el propietario y un tercero para el ministerio) con el contenido de la entrega, elaborado de forma genérica si se entrega sin inventario,

<sup>23</sup> Véase <http://www.mcu.es/patrimonio/CE/AdquisicionBienes.html>

<sup>24</sup> Remitimos a las Normas técnicas de la Subdirección General de los Archivos Estatales, número 4, pp. 9-10. Además véase: LAFUENTE URIÉN, A. – Los archivos familiares... *cit.*

<sup>25</sup> Instituto de Patrimonio Cultural de España – Museo Nacional del Prado: Arte protegido, memoria de la Junta del Tesoro artístico durante la Guerra Civil. 2009.

<sup>26</sup> Quedará constancia en este libro la fecha de entrada, la persona titular, las condiciones jurídicas del depósito, el volumen y una breve reseña del contenido del fondo. Véase Normas Técnicas (op.cit.).

o de forma pormenorizada si, en caso extraordinario, ingresa el archivo con algún tipo de instrumento de control o descripción. El acta se realiza en el mismo momento de la recepción de la documentación por parte del archivo, y en él quedan reflejadas el número de unidades físicas (bultos) que conforman la totalidad de la documentación ingresada. Esta acta sirve como garantía del traspaso de la custodia así como del volumen y procedencia del nuevo fondo.

### 3. *El cotejo*

Así como los archivos públicos tienen una organización desde el inicio de su gestión documental en los archivos de oficina, luego mantenidas por los archivos de las diversas fases o edad de los documentos en los archivos centrales e intermedios, los archivos que ingresan en el Archivo Histórico de la Nobleza, todos de origen privado, no tienen un control de gestión de sus documentos e ingresan en consecuencia sin inventarios, ni instrumentos de control alguno, revueltos desorganizados e instalados en cualquier tipo de contenedor, de ahí que se precise un primer paso, cuya duración variará lógicamente según el volumen del ingreso o la complejidad de su contenido, hasta que se tenga totalmente controlada la documentación y realizados los trabajos técnicos oportunos. Se realiza un inventario somero de la documentación recibida y se comprueba, a la vez, el estado de conservación, valorando la necesidad o no de un tratamiento previo de restauración al mismo tiempo que se procede a su ubicación en unidades de instalación –cajas o carpetas, en función de las características físicas (medidas, soporte...) de la documentación–. Este registro informático es un instrumento de control de la documentación que relaciona, correlativamente mediante un número currens, cada una de las unidades de instalación en los depósitos del Archivo, es decir un número correlativo de cajas en estanterías y depósitos. Siempre y cuando la documentación de nuevo ingreso sea de titularidad pública –en cualquiera de las formas indicadas al comienzo de este apartado–, la documentación se sella con el sello reglamentario del Archivo, como se estipula en el Reglamento de los Archivos del Estado<sup>27</sup>. Los fondos de titularidad privada se sellan con un sello especial con la denominación del fondo.

Durante la realización del inventario, la documentación que compone cada caja o carpeta se controla mediante una signatura formada por el nombre del fondo al que pertenece el documento, el número de la caja en que se encuentra y el número de orden que el documento ocupa dentro de la caja. Ejemplo: OSUNA,C.100,D.20. Las unidades de instalación, bien sean cajas o carpetas, llevan un tejuelo (que se

<sup>27</sup> “Artículo 70: Todos los volúmenes u los documentos deberán ser marcados con el sello del Archivo, inmediatamente después de su inscripción en el Registro General de Entrada. [...] Deberá evitarse el uso de tintas de anilina.” *Decreto de 22 de noviembre de 1901 (Ministerio de Instrucción Pública) aprobando el Reglamento de los Archivos del Estado (G. 22-11-191).*

coloca en un frontal de la caja o en uno de los lados de la carpeta) en el que se indica el nombre del centro –NOBLEZA–, el nombre del fondo documental al que pertenecen –OSUNA, FRÍAS...–, el número de orden de la caja o carpeta dentro de ese fondo, el número de documentos que componen dicha unidad de instalación y el número currens de la misma.

#### 4. *Identificación de fondos*

La identificación, parafraseando la regla de las normas ISAD(G) con respecto al campo 3.2.2. Historia Institucional y/o biografía de la familia o familias productoras, consistirá en recoger concisamente cualquier información significativa sobre el origen, transformación, desarrollo y funcionamiento del organismo –en este caso de la familia o familias– o sobre la vida o actividad de los individuos que han producido la unidad de descripción. En el caso, de personas o familias, se recopilará información tal como nombre completo, apellidos y títulos. En el caso de archivos nobiliarios el proceso de identificación se realiza en varios tiempos:

– A priori, es decir, antes de proceder al análisis de la documentación, se recogerá la información bibliográfica. Suelen resultar útiles las genealogías publicadas en diccionarios genealógicos o estudios sobre títulos nobiliarios, con las que nos podemos hacer un esquema de las alianzas familiares y en consecuencia, una relación de títulos y familias de los que posiblemente aparezcan documentos.

– La mayoría de la información pertinente la recogeremos, *opus operandi*, a medida que realizamos el cotejo y elaboramos el inventario somero y el registro topográfico. Nos dará la visión total del qué, cómo y cuanto, de los distintos archivos nobiliarios conservados.

– Finalmente, y a posteriori, se elaborarán, de forma completa y definitiva:

- La historia de la familia y los títulos
- Las biografías de sus miembros
- La historia del archivo
- Se determinaran las fechas extremas
- Se elaborarán los árboles genealógicos de las familias
- El análisis del estado de organización del archivo
- Se elaborarán mapas, y otros instrumentos auxiliares

Estos datos nos servirán para elaborar en su caso, los encabezamientos autorizados relativos a personas y familias según la norma internacional ISAAR (CPF). La elaboración de árboles genealógicos completos, de la familia principal con las ramas secundarias, y de cada una de las familias “secundarias” que se le han ido “añadiendo”, no sólo son útiles, sino que son imprescindibles para determinar el

momento y la causa de la integración de un archivo con otro, además de determinar las generaciones y las filiaciones de los individuos (relaciones padre/hijos/hermanos...). Hay que recordar que el uso del apellido y nombre de la forma como se usa en la actualidad, no ha sido así al menos hasta fines del XIX. Es frecuente que en un mismo documento la misma persona aparezca nombrada hasta de varias maneras distintas, alternando el orden de nombre y apellidos, o usando los apellidos del padre o la madre o los títulos nobiliarios a conveniencia según el asunto del documento<sup>28</sup>. Ocurre también el caso contrario. Hay familias donde la homonimia se ha regulado por costumbre o por mayorazgo<sup>29</sup>. La única forma de distinguirlos es a través de sus relaciones de parentesco, descendientes, ascendentes o cónyuges. Lo mismo podríamos decir de otro tipo de instrumentos auxiliares de elaboración propia como las relaciones de titulares de cada casa, mapas de localización de propiedades y señoríos.

## 5. Valoración y tasación

Criterios para la valoración y tasación:

Valor sentimental / valor patrimonial

Valoración física

Valoración del contenido

Evaluación archivística (organizado, existencia de inventario, desordenado)

Valor para el organismo receptor del fondo

Podemos abordar la valoración del archivo desde dos puntos de vista: la valoración con objeto de determinar un posible expurgo de documentos y un segundo aspecto, la valoración económica para una posible adquisición de dicho archivo por el Estado. En algunos manuales sobre tratamiento de archivos familiares, como el *Manuel d'archivistique* francés, se habla de la oportunidad de realizar algún tipo de selección documental. Esta se llevaría a cabo, durante el proceso de cotejo, tanto separando los documentos que se consideren de escaso o nulo interés histórico, que podrían ser devueltos a sus propietarios en los casos de custodia en depósito o comodato, como, discriminando aquéllos que por su información (datos íntimos o confidenciales cuyo conocimiento se considere lesivo para sus titulares) deban ser objeto de condiciones de acceso restringidas.

La tasación, o valoración de un archivo nobiliario desde un punto de vista económico, se realizará en consonancia con los precios actuales del mercado del libro

<sup>28</sup> Por ejemplo: Luis de Córdoba y Rojas, Luis Fernández de Córdoba Rojas, Luis Antonio de Córdoba y Rojas o Antonio Fernández de Córdoba, o llamarse el marques de Mendigorría a secas.

<sup>29</sup> Es el caso de los condes de Fuensalida en donde prácticamente todos los titulares se han llamado Pedro López de Ayala.

y documento antiguo o de las casas de subastas. Se trata de una operación compleja en la que influyen muchos factores subjetivos y por lo tanto difíciles de tasar en valor monetario. Abreu de Peixoto<sup>30</sup>, en un interesante análisis de este proceso, lo delimita desde los siguientes puntos de vista: el valor desde el plano afectivo, el plano patrimonial, el informativo, el de gestión corriente y el valor secundario. En todo caso el método de la valoración dependerá de los fines últimos para los que se realiza.

Una valoración para posible adquisición de un archivo familiar o nobiliario en este caso deberá al menos tener en cuenta los siguientes datos: el volumen total, la integridad del archivo o en su caso delimitar las pérdidas de documentación. La cantidad de series existentes y su extensión temporal. La diversidad y antigüedad de los documentos. La existencia de documentos de hechos de reconocido valor histórico, individuos representativos de la familia o personajes históricos de relevancia y documentación de sus actividades públicas y/o privadas conservada de los mismos o los destinatarios de la correspondencia. El estado de conservación, de organización y la existencia o no de instrumentos de recuperación. La presencia de tipologías especiales o de valor artístico<sup>31</sup>, fotografías antiguas u otros elementos de especial relevancia.

## 6. Organización y clasificación de fondos

Entramos aquí a ocuparnos del tratamiento específico para los archivos de la nobleza. Retomamos el concepto de archivo como reflejo documental de las actividades (orgánicas o funcionales) de la institución que lo ha producido. En esta línea, la organización de un archivo no puede ser realizada más que desde la óptica del principio de procedencia. En palabras de M. Duchein “consiste en dejar agrupados, sin mezclarlos a otros, los archivos (documentos de cualquier naturaleza) provenientes de una administración, de un establecimiento o de una persona física o moral determinada”<sup>32</sup>. Este principio debe ser aplicado, rigurosamente, a los archivos nobiliarios. En los archivos nobiliarios se agrupan diversos archivos procedentes de los títulos que, a lo largo de la vida de esa familia y por diversas contingencias –en especial a través de matrimonios– se han ido reuniendo. La mayoría de los archivos de la nobleza fueron objeto de algún tipo de organización alrededor del siglo XVIII. En todo caso, está claro que estas “organizaciones” responden a criterios archivísticos diferentes de los actuales, que obedecen a las

<sup>30</sup> PEIXOTO, Pedro, et al., *Arquivos de Família, Organização e descrição*. Vila Real: UTAD-BPAVR, 1996.

<sup>31</sup> Por ejemplo si se conservan privilegios rodados, armoriales, ejecutorias de hidalguía, títulos nobiliarios, documentos iluminados o encuadernaciones artísticas relevantes.

<sup>32</sup> DUCHEIN, Michel – “El respeto de los fondos en archivística: principios teóricos y problemas prácticos”. In *La administración moderna de archivos y la gestión de documentos: El prontuario RAMP*. París: Unesco, 1985. pp. 69-92.

necesidades de propietarios y administradores. Esta diferencia de criterio nos puede hacer reflexionar sobre la ocasión de aplicar o no el principio de estructura interna. Sin embargo es frecuente que no se haya aplicado una sola clasificación sino varias consecutivas, o que éstas sólo hayan afectado a los documentos considerados de mayor importancia, relegando el resto de la documentación que se ha dejado sin describir o en bastantes ocasiones se ha destruido. Sin embargo, y pese a los problemas que nos plantea, creemos que resulta conveniente mantener físicamente este tipo de clasificación, ya que es un exponente más de la historia del archivo y proporciona datos de la época en que se realizó. Proponemos sin embargo un sistema de clasificación intelectual, en bases de datos, que no afecte al estado original de “organización –o desorganización– del fondo”.

Consideramos que el contenido y la estructura de los fondos nobiliarios es en cierto sentido semejante, salvando las diferencias de cada uno de los archivos. Pero hay que tener muy claro, como ya hemos repetido en varias ocasiones, que bajo el nombre de un archivo nobiliario se encuentran normalmente una compleja red de otros tantos archivos que se han ido incorporando mediante alianzas matrimoniales, y que han supuesto la acumulación de numerosos títulos nobiliarios y por consiguientes de numerosos archivos nobiliarios en un mismo archivo. La identificación de fondos por tanto no es posible separarla en el tiempo del proceso de organización y clasificación del archivo.

Tipos de fondos:

- Archivos de linajes “completos” o archivos principales [FONDO]
- Archivos acumulados al principal por matrimonio, herencia o pleito [SUBFONDO]
- Archivos coleccionados [COLECCIÓN]
- Documentos sueltos (incautación, adquisición o subasta)

Una vez que hemos identificado los fondos y el contenido del archivo, podemos establecer el esquema o cuadro de clasificación<sup>33</sup> de fondos del archivo. Aquí debemos de precisar los términos archivísticos que hemos considerado a la hora de establecer la estructura jerárquica:

**- Grupo de Fondos [ nombre del Archivo].**

Se deberá considerar si se ha de mantener el nombre del Archivo con el que ha ingresado, ya que se dan casos en los que este puede inducir a error. Por regla general el archivo suele conservar el nombre de la familia o linaje principal; pero en otras es el del linaje más antiguo o el que ha acumulado los títulos, o incluso el

<sup>33</sup> Se elaborarán dos tipos de cuadros de clasificación: el de fondos, y cada uno de los fondos incluirá, aplicado a sus características, el cuadro de clasificación de documentos, cuyo esquema general será el mismo para todos los fondos del archivo según el Cuadro de Clasificación publicado por el archivo en el año 2000.

nombre se ha impuesto por otras causas, como una publicación. En ocasiones este se podría modificar una vez que se han identificado correctamente las procedencias, los títulos y los apellidos familiares.

**- Fondo principal/fondos incorporados al archivo principal**

Utilizamos el término FONDOS con carácter general para denominar a todos los archivos reunidos en un archivo nobiliario: el fondo principal [FP], los fondos que se han integrado al principal de forma directa [FD], y los fondos incorporados indirectamente al principal a través de otro fondo [FI]. Denominamos fondos incorporados de forma directa, a los archivos que se unen al principal generalmente por matrimonio entre dos herederos o transmisores de títulos nobiliarios. Estos archivos incorporados a su vez pueden haber integrado previamente otros archivos. Estos últimos son los fondos incorporados indirectamente al principal, pues se unen a través de otros fondos. Sin embargo a la hora de aplicar las normas ISAD(G) y las CNEDA<sup>34</sup>, en el primero de los casos el nivel de descripción será “fondo” y en los otros dos, “subfondo o primera división de fondo”, y en el segundo, “segunda división de fondo”.

**- Fondos ajenos e inconexos.**

No todos los documentos que se conservan en un archivo nobiliario han sido reunidos o producidos por la familia; también se encuentran documentos de otras instituciones que por diversas circunstancias se han unido al archivo familiar. Podemos establecer varios casos: archivos de instituciones cuya relación con la familia no aparece muy clara, o que se ha perdido o no encontramos el nexo de unión a la familia principal. Estos archivos los denominamos fondos inconexos. No obstante, las situaciones más habituales se han producido por no existir una diferencia clara entre actividad pública y privada, en el desempeño de determinados cargos públicos por miembros de la familia, o en el ejercicio de la jurisdicción señorial o patronato eclesiástico. Este último caso, provoca que se mezclen actividades y documentos de otras instituciones como ayuntamientos, notarias, hospitales, parroquias o conventos, documentación que en situación normal debería haberse conservado en los archivos propios de estas instituciones. En nuestro caso, los hemos separado del archivo familiar como fondos ajenos [FA].

**- Secciones de fondo/subfondo**

Denominados secciones (de fondo) a aquellas agrupaciones funcionales que hemos determinado que existen y pueden aplicarse a todos los archivos nobiliarios y que hemos explicado en los puntos anteriores. En todos los fondos/subfondos

<sup>34</sup> <http://www.mcu.es/archivos/docs/NedaAnalisis.pdf>

encontraremos el siguiente cuadro de clasificación de secciones, elaborado en esta Sección Nobleza:

- Sección 1-Mayorazgo e historia familiar.
- Sección 2-Jurisdicción Señorial.
- Sección 3-Patrimonio.
- Sección 4-Administración del patrimonio.
- Sección 5-Personal.
- Sección 6-Personal funciones desempeñadas
- Sección 7-Patronato de obras pías.
- Sección 8-Colecciones (de filatelia, de dibujos, postales etc.)

**- Series.**

A cada sección le corresponden un número variable de “series” todas ellas de función según aparece en la publicación del cuadro de Clasificación<sup>35</sup>:

- Ej: Serie: Concesiones de Títulos Nobiliarios (ser.1)
- Fundaciones de vínculos y mayorazgos (ser.1)
- Testamentos (ser.5)

**- Unidades documentales simples o compuestas**

Para la descripción pormenorizada de los documentos ya sean simples o compuestos utilizamos la ficha de entrada de datos de la plataforma PARES, que utiliza el formato de descripción multinivel de las ISAD (G) con la aplicación de las Normas Españolas de Descripción (CNEDA), sistema que lógicamente se ha utilizado también para elaborar los correspondientes registros de descripción de las unidades descriptivas de macrodescripción ya comentadas (fondo, primera división de fondos, sección o segunda división de fondo y serie) donde se aplican también las ISDF y las ISDIAH<sup>36</sup>.

Ahora bien, ¿qué hacer? Inventarios o catálogos. Lo primero se realizó los primeros años de trabajo en la Sección Nobleza y los resultados no fueron del todo satisfactorios, ya que para realizar el inventario se tuvieron que describir, aunque de forma somera, todos y cada uno de los documentos, esta información contenida en las fichas, no se podía recuperar al no aparecer reseñada en el inventario. En cuanto a la elaboración de catálogos *strictu sensu*, podría ser factible para algunos documentos más “significativos”: concesiones de títulos nobiliarios, privilegios reales etc. Pero ¿merece la pena catalogar los documentos contables o la correspondencia? De todos modos para poder recuperar la información contenida en este tipo de documentos

<sup>35</sup> GARCIA ASER y LAFUENTE URIEN – *Archivos Nobiliarios... cit.*

<sup>36</sup> <http://www.mcu.es/archivos/CE/RecProf/NormasDocumentos.html>

hay que reseñar en los campos descriptivos algún tipo de información adicional: entre quiénes se establece la correspondencia, o quién emite o recibe las cuentas y sobre qué son, ya que no son lo mismo las cuentas del Gran Capitán (Baena) que las cuentas del administrador de un patronato o de una administración señorial. Al final hemos llegado a una solución intermedia en aquellos casos que se precise se realizará una descripción más exhaustiva, y en otros casos se intentará hacer una descripción agrupada para un aquellos documentos que puedan englobarse en un mismo asiento.

#### *- Puntos de acceso y autoridades*

Todas las entradas descriptivas, independientemente del nivel jerárquico de descripción que les corresponda, llevan sus correspondientes puntos de acceso. Estos dependerán en todo caso del contenido de la información descriptiva. En ningún caso se sacan descriptores que no estén mencionados expresamente en alguno de los campos de entradas de la ficha descriptiva. Los puntos de acceso así como las autoridades y materias se realizan de acuerdo a las *Normas para la elaboración de puntos de acceso normalizados de instituciones, personas y familias, lugares y materias en el sistema de descripción archivística de los archivos estatales de 2010*<sup>37</sup>.

### *7. Acceso a los fondos*

El personal del centro atiende a todos los investigadores que acuden a consultar en la sala de lectura este tipo de archivos, informándoles acerca de los fondos y documentos concernientes al tema investigado y orientándoles en el uso de los instrumentos de descripción incluyendo las bases de datos. La consulta de documentos en sala es de libre acceso y gratuita<sup>38</sup>, pero se realiza bajo estrictas medidas de seguridad, control y vigilancia. El perfil del investigador de este centro todavía está mayoritariamente vinculado a la universidad, y aunque su procedencia es principalmente española, acuden a este archivo investigadores de orígenes tan dispares como Francia, Alemania, Italia, Reino Unido, Australia, Japón, Canadá o Noruega; no obstante estamos percibiendo como el ocio culto de la consulta archivística está calando en la ciudadanía, interesada en temas divulgativos, heráldicos, genealógicos o locales, principalmente. Por último, recordar que este Archivo dispone de una carta de servicios donde se relacionan los medios, prestaciones y compromisos de calidad ofrecidos a los usuarios del centro.

Los inventarios pueden ser consultados por los usuarios a través de ordenadores situados en la sala de investigación o bien a través de Internet, en el Portal de Archivos

<sup>37</sup> [http://www.mcu.es/archivos/docs/Novedades/Norma\\_puntos\\_acceso2010.pdf](http://www.mcu.es/archivos/docs/Novedades/Norma_puntos_acceso2010.pdf)

<sup>38</sup> El horario de atención al público es de lunes a viernes de 8 A 15, mientras que la visita a las exposiciones es de lunes a viernes de 8,30 A 18,00 y sábados y festivos de 10,00 A 18,00, domingos de 10 a 14.

Españoles<sup>39</sup> PARES, proyecto de la Subdirección General de Archivos Estatales del Ministerio, en el que se encuentra no sólo el inventario de los fondos de este Archivo sino, también, el de otros centros archivísticos de titularidad estatal, en continua actualización y, donde progresivamente se van incorporando las imágenes digitales de los documentos.

*Limitaciones a la consulta en sala de originales:*

Por motivos de seguridad y conservación del patrimonio, la documentación ingresada en el Archivo no puede ser consultada por los usuarios hasta que se haya finalizado su control por el personal técnico del Centro. En el supuesto de que un usuario solicitase la consulta de documentación en proceso de inventario, deberá justificar dicha petición ante el jefe de sala, y será la dirección del centro quien podrá denegar o no dicha solicitud<sup>40</sup>. Otro supuesto que limita la consulta de los originales es el mal estado de conservación o la aplicación de las normativas de conservación de los archivos estatales que impiden, salvo justificación relevante, la consulta de los originales que se encuentran ya reproducidos en soporte digital.

En cuanto a los problemas derivados del contenido y edad de los documentos, se aplica la legislación de acceso vigente<sup>41</sup> y en especial los supuestos contenidos en el art. 57 de la LPHE y el Real Decreto 1708/2011 de 18 de noviembre, de reciente aparición, por el que se establece el Sistema Español de archivos y su régimen de acceso. Los archivos familiares de origen nobiliario que se custodian en esta Sección Nobleza en principio, salvo casos excepcionales, no deberían plantear problemas de acceso ya que en su inmensa mayoría custodian documentación de carácter histórico, es decir documentación que supera ampliamente los cien años de antigüedad. Sin embargo algunos fondos han ingresado con documentación de edad inferior a los cien años, algunos procedentes de la Junta de Incautación y Protección del Patrimonio Artístico –que conservan documentos hasta los años treinta– y otros archivos de nuevo ingreso con documentos de fechas tan recientes como 2010. En estos casos, la aplicación de los plazos del art.57.1.c de la Ley de

<sup>39</sup> <http://pares.mcu.es/>

<sup>40</sup> En caso de que la petición sea admitida, la documentación se consulta bajo supervisión del personal de Sala que entregará al investigador únicamente el documento solicitado; cuando la consulta haya finalizado, este mismo personal comprueba, antes que el investigador abandone la Sala, que el documento se devuelve en las mismas condiciones en que se prestó.

<sup>41</sup> Ley 30/1992, de 26 de noviembre, de Régimen Jurídico de las Administraciones Públicas y del Procedimiento Administrativo Común, art. 37. Ley Orgánica 1/1982, de 5 de mayo, de protección civil del derecho al honor, a la intimidad personal y familiar y a la propia imagen, modificada por Ley orgánica 3/1985, de 29 de mayo. La Ley Orgánica 15/1999, de 13 de diciembre, de Protección de Datos de Carácter Personal. El Real Decreto 1708/2011, de 18 de noviembre, por el que se establece el Sistema Español de Archivos y se regula el Sistema de Archivos de la Administración General del Estado y de sus Organismos Públicos y su régimen de acceso. Ley 11/2007, de 22 de junio, de acceso electrónico de los ciudadanos a los servicios públicos. Ley 52/2007, de 28 de diciembre, por la que se reconocen y amplían derechos y establecen medidas a favor de quienes padecieron persecución o violencia durante la guerra civil y la dictadura y otra normativa sectorial.

Patrimonio Histórico Español, nos plantea problemas deontológicos en cuanto a su aplicación, ya que tanto los 25 años desde la muerte del titular, como los 50 años si la fecha anterior se desconoce, podrían resultar insuficientes, como en el caso de los grupos siguientes:

1. Documentos relativos a temas de salud: En concreto la serie: “*diagnósticos clínicos*” que incluye entre otros, radiografías, informes médicos... en algunos casos relativos a enfermedades “ocultadas socialmente”. También se conservan diarios personales de seguimiento de enfermedades, que sería de aplicación lo anterior, aunque es un tipo de documentación muy excepcional.

2. Documentos de tipo personal expedidos ante notario o instancias judiciales: Los notarios consideran el plazo de 100 años como adecuado para la consulta de los protocolos notariales. Consideramos que deberíamos aplicar este plazo a los documentos expedidos ante notario así como también a los documentos judiciales sobre temas personales (divorcios o legitimaciones).

3. Documentos de carácter estrictamente personal como diarios y agendas, correspondencia, y otras que podrían tener esta misma consideración, como las fotografías, cuyo contenido pertenezca a la esfera de la más estricta intimidad.

4. Documentos que afecten a la seguridad de las personas<sup>42</sup> o sus bienes: la consulta de planos de casa, palacios y propiedades habitadas y existentes en la actualidad, datos o cuentas bancarias.

5. En cambio la documentación relativa a actividades públicas son de libre acceso aunque tuvieran una antigüedad inferior a los cincuenta años, salvo que afecte a materias clasificadas (Ley 48/1978 de 7 de octubre, de Secretos Oficiales), o que pertenezca a algún fondo ingresado con cláusulas restrictivas y concretas que limiten el acceso a determinadas series o documentos.

En todos estos supuestos es pertinente la aplicación de la normativa existente relativa al derecho al honor, la protección de datos de carácter personal y en su caso otra normativa sectorial.

## 8. Difusión

Buena parte de los trabajos de un archivo serían estériles sin la adecuada difusión de los fondos que custodia y los servicios que ofrece. Existen diversos sistemas de difusión. Por ejemplo, los datos básicos de la institución pueden consultarse en la página web del centro. Naturalmente otro importante medio de comunicación son las publicaciones, tanto en formato digital como tradicional. Así, y a pesar de la juventud de este centro, se han publicado diversas obras editadas por el Ministerio,

<sup>42</sup> Recientemente se nos dio el caso de un investigador del país vasco que solicitaba copia de los planos de un palacio de un marqués en donde se encuentra actualmente la sede de una importante y sensible institución del gobierno.

al margen de diversos artículos y reseñas, y múltiples trabajos realizados por los investigadores, basándose en los fondos de esta institución. Entre las distintas actividades de difusión se organizan visitas guiadas, concertadas previa petición, donde mostramos las instalaciones y los objetivos del centro de una forma amena, orientando el contenido al perfil del visitante. También se realizan talleres escolares de genealogía y heráldica, o se participa en montajes expositivos de carácter tanto nacional como internacional mediante el préstamo de piezas, con las garantías oportunas. Las exposiciones temporales y virtuales a través de la página web, así como el novedoso y original proyecto “La historia imaginada” en donde el investigador o archivero relata una historia evocada por lo que le sugiere la lectura de un documento, son buena prueba de la conjunción de las nuevas tecnologías con nuevos proyectos imaginativos.

Las nuevas tecnologías, el acceso remoto a través de la Web a repositorios archivísticos, las políticas de digitalización y acceso y de difusión de los fondos y colecciones de archivos, como es el portal PARES es una nueva solución como sistemas de salvaguarda. Los trabajos de digitalización completa y sistemáticas de archivos nobiliarios nos permite por un lado, hacer copias de salvamento y seguridad de los fondos, hacerlos accesibles a través de sistemas electrónicos, que evita así la obligatoriedad de disponer de salas de investigadores en las casas particulares, y un sin número de ventajas. Pero para los adictos, la consulta de un original es siempre un original... al igual que un libro electrónico nunca podrá sustituir a un libro convencional.



# Les archives privées en France: deux siècles d'expérience de l'administration des archives

*Christine Nougaret*

Conservateur d'archives pendant vingt-cinq ans aux archives municipales de Nantes<sup>1</sup> puis aux Archives nationales, j'ai eu à m'occuper, dans mes différentes fonctions, d'archives privées, en particulier de leur entrée dans les collections publiques. Il s'agissait de documents de tout type et de toute période, émanant d'individus, de familles, d'associations ou d'entreprises, ayant joué un rôle historique dans quelque domaine d'activité que ce soit, aussi bien politique qu'économique, scientifique ou culturel...

Mon expérience de terrain m'a conduit à approfondir la réflexion en ce domaine. Il en est résulté, en 2008, un manuel traitant de l'acquisition, de l'inventaire, de la communication au public et de la valorisation des archives privées<sup>2</sup>. Cet ouvrage fait suite à deux autres, publiés par la Direction des archives de France<sup>3</sup> sur le thème des archives privées, le premier en 1995 sur les archives personnelles des scientifiques, le deuxième en 2001 sur les archives d'associations<sup>4</sup>. Tous trois témoignent de l'intérêt porté par le ministère français de la Culture à l'enrichissement des collections patrimoniales. Ils traduisent la prise de conscience de l'importance des

---

<sup>1</sup> Préfecture du département de la Loire-Atlantique.

<sup>2</sup> NOUGARET, Christine, EVEN, Pascal – *Les archives privées. Manuel pratique et juridique*. Paris: Direction des Archives de France/La Documentation française, 2008. La présente communication reprend pour l'essentiel le chapitre 1 de ce manuel.

<sup>3</sup> Créée en 1897 pour coordonner Archives nationales et locales, cette direction est rattachée au ministère de la Culture depuis sa création en 1959 jusqu'en 2009. Elle est aujourd'hui remplacée par le Service interministériel des archives de France.

<sup>4</sup> CHARMASSON, Thérèse; DEMEULENAERE, Christiane; GAZIELLO, Catherine; OGILVIE, Denise – *Les archives personnelles des scientifiques*. Paris: Direction des Archives de France/La Documentation française, 1995; LE GOFF, Armelle (dir.) – *Les archives des associations*. Paris: Direction des Archives de France/La Documentation française, 2001.

archives privées pour notre héritage commun: celui-ci ne peut se limiter aux seules archives publiques, produites par les institutions publiques et l'administration. C'est pourquoi, depuis 1979, la loi en France reconnaît aux services d'archives la capacité de recevoir des archives privées pour la «documentation historique de la recherche»<sup>5</sup>. Des milliers de fonds d'archives privées sont conservés dans le réseau archivistique français<sup>6</sup>. Cette situation a mis plus d'un siècle et demi à s'imposer sur le plan doctrinal, tant les différences avec les archives publiques semblaient importantes, sinon insurmontables.

Je souhaiterais relater les étapes de cette lente évolution, depuis la création des services d'archives sous la Révolution française, jusqu'à aujourd'hui où la compétence des services d'archives français en matière d'archives privées ne fait plus de doute.

## L'histoire de cette évolution se relate en 5 étapes.

### *1<sup>ère</sup> étape – Des séquestres révolutionnaires aux restitutions de la Restauration.*

Il convient tout d'abord de rappeler la valeur attachée aux archives dès le Moyen Age. Éléments de preuve, fondant les droits et obligations des personnes qui les détiennent, outils de gestion, les archives servent avant tout au fonctionnement des institutions et à la défense des droits des individus. Leur conservation est nécessaire à des fins utilitaires et l'on comprend, dans ces conditions, que les rois, les seigneurs, les abbayes, les villes aient constitué leurs chartriers dès le Moyen Age. A la veille de la Révolution française, il existait dans Paris plus de 400 dépôts d'archives publics ou privés. En mettant à bas l'Ancien Régime, la Révolution bouleverse cette organisation: les archives des institutions supprimées sont nationalisées et regroupées dans les toutes nouvelles Archives nationales<sup>7</sup> et départementales<sup>8</sup>. Cette appropriation par l'Etat s'étend aux biens des ennemis de la Nation: clergé, émigrés, condamnés à mort. C'est ainsi que des milliers de fonds d'archives privées ont rejoint les archives publiques aux Archives nationales et dans les Archives départementales.

L'entrée en masse de papiers de toute provenance rend nécessaire un tri entre documents à conserver parce qu'utiles, et documents à détruire. La loi du 7 messidor

<sup>5</sup> Loi du 3 janvier 1979 sur les archives, art. 1, remplacée depuis 2004 par le Code du patrimoine, art. L211-2 (en ligne sur: <http://www.legifrance.gouv.fr>).

<sup>6</sup> On peut s'en faire une idée en consultant la base BORA qui repère les fonds privés dans les services d'archives français (en ligne sur: <http://daf.archivesdefrance.culture.gouv.fr>). Pour les Archives nationales, on se reportera à l'*Etat sommaire des fonds d'archives privées, séries AP et AB XIX*, publié en 2004, dont il existe une version actualisée en ligne (<http://www.archivesnationales.culture.gouv.fr>).

<sup>7</sup> Loi du 7 messidor an II (27 juin 1794).

<sup>8</sup> Loi du 5 brumaire an V (26 octobre 1796).

an II (27 juin 1794), 1<sup>ère</sup> loi française en matière d'archives, en pose les règles<sup>9</sup>. Faisant table rase du passé, elle décide de l'anéantissement immédiat des titres féodaux, c'est-à-dire de tout ce qui fondait les privilèges de la noblesse et du clergé; en revanche, les documents pouvant servir au bon fonctionnement du nouveau pouvoir et de la nouvelle administration vont aux Archives; enfin les chartes et manuscrits utiles à l'histoire, aux sciences et aux arts sont confiés aux bibliothèques. Un même fonds d'archives peut donc être partagé, voire partiellement détruit, selon l'utilité des pièces qui le composent. Il en va ainsi, par exemple, des plus anciennes archives privées de France, celles des grandes abbayes parisiennes, notamment l'abbaye de Saint-Denis, qui ont subi de nombreuses destructions et dont les épaves se trouvent aujourd'hui dispersées entre plusieurs bibliothèques et services d'archives.

Sous la Restauration, les familles revenues d'émigration obtiennent de rentrer dans leurs biens et nombre d'entre elles récupèrent en tout ou partie leurs papiers séquestrés, du moins s'ils n'ont pas été détruits ou aliénés. Nul ne perçoit alors ces papiers comme un élément intangible du patrimoine national.

Pendant la plus grande partie du XIX<sup>e</sup> siècle, les services d'archives se désintéressent des archives privées, soupçonnées d'abriter beaucoup de faux et dépourvues de la valeur probatoire des documents officiels de l'État. La suspicion pesant sur les archives privées se nourrit, il est vrai, d'affaires de faux retentissantes, comme celle des fausses chartes de croisade, fournies à prix d'or par des faussaires géniaux aux familles désireuses de voir leurs armoiries figurer dans la galerie des croisades du château de Versailles<sup>10</sup>.

Les services d'archives français s'affirment avant tout comme un arsenal de l'administration, avant d'être le grenier ou le laboratoire de l'histoire: leur mission première est alors de conserver les actes publics<sup>11</sup>. L'archiviste Henri Bordier l'écrit très nettement dans son ouvrage intitulé *Les Archives de la France*, paru en 1855: «Un dépôt d'archives n'est pas une bibliothèque; il ne doit recevoir que des versements officiels faits par l'autorité compétente, de façon qu'il y ait une garantie constante sinon de l'authenticité de tous les documents qu'il recèle, au moins de la régularité de leur provenance»<sup>12</sup>. Ce souci d'authenticité est la garantie de la valeur probatoire des archives qui «doivent faire foi en justice et être à l'abri de toute suspicion»<sup>13</sup>.

<sup>9</sup> Sur cette loi voir: SANTONI, Pierre – Archives et violence, à propos de la loi du 7 messidor an II. *La Gazette des archives*, n° 146-147, 1989, pp. 199-214.

<sup>10</sup> Sur cette affaire voir: BAUTIER, Robert-Henri – La collection de chartes de croisade, dite "collection Courtois. *Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, 1956, n°3, pp. 382-386.

<sup>11</sup> BRAIBANT, Charles – *Le grenier de l'histoire et l'arsenal de l'administration. Introduction aux cours des stages d'archives de l'hôtel de Rohan*, Paris: Imprimerie nationale, 1957.

<sup>12</sup> BORDIER, Henri – *Les archives de la France ou histoire des archives de l'Empire...*, Paris: Dumoulin, 1855, p. 53.

<sup>13</sup> LANGLOIS, Charles-Victor; STEIN, Henri – *Les archives de l'histoire de France*. Paris: Picard, 1891, p. 42, note 1.

Dans la continuité de la loi de messidor an II, les documents historiques sont encore considérés du seul ressort des bibliothèques et non de celui des services d'archives.

L'acquisition d'archives privées par les services d'archives français s'effectue néanmoins au XIX<sup>e</sup> siècle, mais de façon ponctuelle: elle sert principalement à récupérer auprès de familles, de collectionneurs ou chez des marchands d'autographes, les papiers de personnages ayant occupé des fonctions officielles et qui ont été mêlés aux affaires de l'Etat ou des provinces.

## *2<sup>e</sup> étape – 1891 ou l'affirmation de l'histoire positiviste*

Ce n'est qu'à l'extrême fin du XIX<sup>e</sup> siècle, soit un siècle après la création des services d'archives, qu'on prête attention en France aux archives privées, dans le courant du développement de l'histoire positiviste. La méthode positiviste exige, en effet, selon l'historien Charles-Victor Langlois, que «pour écrire l'histoire on ne se contente point de quelques renseignements qu'on a sous la main; elle exige qu'on épuise préalablement toutes les sources accessibles sans exception»<sup>14</sup>. Parmi ces sources figurent les archives privées, auxquelles Langlois et son collègue Henri Stein consacrent une large place dans leur ouvrage *Les archives de l'histoire de France*, publié en 1891, qui offre le premier recensement d'ampleur d'archives privées<sup>15</sup>.

Cet ouvrage se veut le guide de tous les documents d'archives relatifs à l'histoire de la France, qu'ils soient publics ou privés, à l'exclusion d'une seule catégorie, les œuvres historiques, scientifiques ou littéraires, qui selon les deux auteurs, relèvent non des archives, mais des bibliothèques. Notons que, dans la ligne de partage entre archives et bibliothèques, on ne parle plus de documents historiques ou de manuscrits, mais seulement d'œuvres historiques. A cette date en effet, les services d'archives ne se conçoivent plus seulement comme des arsenaux juridiques, mais aussi comme des établissements scientifiques au service de l'histoire: seules leur échappent les œuvres, c'est à dire les créations historiques, littéraires ou artistiques<sup>16</sup>.

Dans leur ouvrage, Langlois et Stein recense, département par département, les archives privées conservées aussi bien dans les Archives départementales que chez leurs propriétaires; ils appuient leur enquête sur les publications existantes ainsi que sur des informations de première main recueillies auprès d'archivistes, d'historiens ou de propriétaires. Le but de ce recensement, outre d'informer les historiens, est d'inciter les propriétaires à ouvrir plus largement leurs archives aux

<sup>14</sup> LANGLOIS, Charles-Victor; STEIN, Henri – *Les archives de l'histoire de France... cit.*, p. II.

<sup>15</sup> Voir note 13.

<sup>16</sup> Sur ce partage entre Archives et Bibliothèques et le conflit qui a opposé Archives nationales et Bibliothèque nationale, voir: Françoise Hildesheimer, «Les Archives nationales au XIX<sup>e</sup> siècle, établissement scientifique ou administratif?», dans *Histoire et archives*, n°1, 1997, pp. 105-135.

chercheurs et à «ne pas redouter une mise au grand jour, qui ne saurait être que profitable à leur nom, à l'histoire de leur race et à l'histoire générale de la France»<sup>17</sup>.

Ce souci d'ouverture à la recherche des archives privées est relayé par un propriétaire d'archives, diplomate, archéologue et historien, Melchior de Vogüé (1829-1916), auteur notamment de travaux sur le maréchal de Villars et président de la Société de l'histoire de France. Dans son discours à l'assemblée générale de la Société, en 1891, Vogüé expose les services que peuvent rendre les archives privées pour l'écriture de l'histoire nationale et les devoirs qui incombent à leurs propriétaires: Vogüé a lu Langlois et Stein. Il fait, en outre, appel au sentiment patriotique des propriétaires: «Rien n'est à négliger dans l'œuvre patriotique de la reconstitution des annales nationales, et ceux que d'heureuses circonstances de famille ont mis en possession de matériaux, grands ou petits, ont le devoir de les apporter à l'œuvre commune»<sup>18</sup>.

Pour susciter l'émulation entre propriétaires, Vogüé renforce son propos d'exemples et cite de nombreuses familles préservant leurs archives et les ouvrant aux chercheurs. Éléments d'un patrimoine commun, les archives privées requièrent attention et diligence de leurs propriétaires: ils doivent, selon Vogüé, ou s'en occuper eux-mêmes, quand ils en ont la possibilité et la capacité, ou les confier à des services d'archives. C'est ainsi qu'il affirme: «[Si le propriétaire d'archives] n'est pas dans les conditions nécessaires pour assurer la conservation et l'intégrité de ses archives, s'il est mal placé pour les utiliser lui-même, ou pour en permettre aux érudits la mise en œuvre, il n'hésitera pas à en faire don aux dépôts publics, et choisira celui qui se trouvera le plus directement intéressé»<sup>19</sup>. Cette approche des relations entre propriétaires d'archives et service public, préconisée par le marquis de Vogüé, est encore celle qui prévaut de nos jours en France, où la complémentarité et la contractualisation ont remplacé les séquestres.

Néanmoins, à la fin du XIX<sup>e</sup> siècle, cette reconnaissance de l'utilité historique des archives privées par des propriétaires et des historiens reste de portée limitée. Elle ne suscite ni accroissement significatif des entrées de fonds d'archives privées, ni politique nationale d'incitation aux dons. Quant aux achats, il n'en est pas ou peu question. Les archivistes départementaux toutefois portent une attention croissante aux titres et papiers des «anciennes familles seigneuriales, parlementaires, lettrées, ou seulement opulentes»<sup>20</sup> qui ont pu exister dans leur ressort.

<sup>17</sup> LANGLOIS, Charles-Victor; STEIN, Henri – *Les archives de l'histoire de France... cit.*, p. 483.

<sup>18</sup> VOGÜÉ, Melchior de – Discours sur l'importance des archives de famille. *Annuaire-bulletin de la Société d'Histoire de France*, tome 28, 1891, p. 91.

<sup>19</sup> VOGÜÉ, Melchior de – Discours sur l'importance... *cit.*, p. 105.

<sup>20</sup> BORDIER, Henri – *Les archives de la France... cit.*, p. 356.

### 3<sup>e</sup> étape – *Les innovations de l'entre-deux-guerres*

Modestes au début du XX<sup>e</sup> siècle, les entrées d'archives privées dans les services d'archives français augmentent progressivement, au point qu'on publie, à partir de 1917, des états périodiques des accroissements des fonds des services d'archives et qu'on prend en compte cette réalité dans la réglementation archivistique de l'entre-deux-guerres.

En premier lieu, le règlement général des archives départementales, édicté en 1921, reconnaît à ces services la possibilité de s'accroître par dons, legs et achats d'archives privées. Par ailleurs, pour inciter les propriétaires à ouvrir leurs archives aux chercheurs sans avoir à s'en occuper eux-mêmes, le règlement autorise la formule du contrat de dépôt ou prêt de longue durée: il permet à un propriétaire de confier ses archives au service de son choix qui les inventoriara et les communiquera aux chercheurs; le propriétaire a la possibilité de révoquer le dépôt sans condition et de reprendre ses archives à sa guise. Simple juridiquement et gratuit, la formule juridique du dépôt connaît progressivement un grand succès: ce sera jusqu'aux années 1970 le principal mode d'entrée des archives privées dans les services d'archives français.

En deuxième lieu, là encore sans remettre en cause le droit intangible de propriété, principe constitutionnel depuis la Révolution française, les services d'archives se voient reconnaître un droit de regard sur les documents d'importance majeure pour l'histoire nationale. Afin d'éviter la dispersion néfaste d'un fonds d'archives ou sa vente à l'étranger, le décret du 17 juin 1938 instaure la procédure de classement historique. Celle-ci consiste à inscrire sur une liste nationale des fonds d'archives privées qui sont de ce fait interdits de sortie du territoire national. En contrepartie, ils bénéficient de la protection de l'Etat tout en restant aux mains de leurs propriétaires privés. Comme le précise la réglementation, «cette procédure n'est qu'un dernier recours qui souligne toute l'importance qu'il faut attacher aux archives privées, mais qui n'a qu'exceptionnellement à être appliqué. Le domaine des archives privées est avant tout le domaine des accords amiables»<sup>21</sup>.

Une troisième innovation vient rappeler à propos la nature particulière des relations entre Etat et propriétaires privés: c'est la possibilité, inaugurée dans les années 1920, d'envoyer des archivistes chez des propriétaires à la demande de ceux-ci, afin d'inventorier leur archives et de les porter à la connaissance du public. L'exemple le plus fameux nous est donné par le charrier de Thouars (ou archives

---

<sup>21</sup> Direction des archives de France, *Code des Archives de France*, tome III, *Règlement général des archives départementales*, Paris, SEVPEN, 1964, p. 11.

de la famille de La Trémoille), classé par un futur directeur des Archives de France, Charles Samaran, dont l'inventaire est publié dès 1928<sup>22</sup>.

#### 4<sup>e</sup> étape – L'après-guerre et l'institutionnalisation des archives privées

L'action en faveur des archives privées trouve son épanouissement après la Seconde Guerre mondiale.

Renonçant à la doctrine selon laquelle les services d'archives ne s'accroissent que par les versements d'archives des institutions publiques, le directeur des Archives de France d'alors, Charles Braibant lance une politique active, ambitieuse et diversifiée de collecte d'archives privées. Il s'agit pour lui de tenter de contrecarrer la dispersion et l'évasion de documents, qu'accroissent les difficultés économiques de l'après-guerre. Sur un ton un peu grandiloquent, Braibant n'hésite pas à mettre en garde ses collaborateurs: «Si nous laissons détruire des documents d'une administration, exporter des archives privées, envoyer au pilon les papiers d'une grande industrie, notre faute est sans remède, nous avons commis un péché mortel»<sup>23</sup>.

Des mesures sont prises en rafale au début de l'année 1949: février voit la constitution de deux comités de sauvegarde, l'un pour les archives privées familiales, l'autre pour les archives privées économiques; en mars, est lancée une enquête sur les archives privées détenues par des particuliers; en mai, un service des archives privées est créé au sein des Archives nationales. Il a pour mission 1°) de recenser, classer et inventorier les archives chez leurs propriétaires; 2°) d'en assurer la sauvegarde grâce au microfilmage; 3°) d'en favoriser l'acquisition par l'Etat pour permettre leur conservation définitive et leur utilisation par les historiens. L'obtention de crédits d'achats à partir de 1952 permet ainsi de retenir sur le territoire français ou de rapatrier les archives Ney, Sully et Noailles, pour ne citer que quelques exemples. Enfin, on prête attention aux «archives des obscurs»<sup>24</sup>, c'est-à-dire des gens ordinaires, selon la formule de Georges Bourgin et la Direction des archives lance, par exemple, en 1954, une enquête nationale sur les livres de raison ou livres de famille<sup>25</sup>.

Le succès de cette «politique arrêtée et énergiquement poursuivie»<sup>26</sup> ne se fait pas attendre. 145 fonds d'archives privées entrent aux Archives nationales en 5 ans,

<sup>22</sup> SAMARAN, Charles – *Archives de la maison de La Trémoille (Chartriers de Thouars et de Serrant, Papiers Duchâtel)*, Paris: Champion, 1928.

<sup>23</sup> BRAIBANT, Charles – *La rénovation des archives françaises*. Paris: Archives nationales, 1959, p. 3. C'est moi qui souligne.

<sup>24</sup> BOURGIN, Georges – Les archives des obscurs. *Archives*, p. 27 (numéro spécial de *L'Éducation nationale*, s.d.).

<sup>25</sup> Sur ce sujet voir: NOUGARET, Christine – Les archives de France et les écrits du for privé: un lent approvisionnement. In, CASSAN, Michel; BARDET, Jean-Pierre; RUGGIU, François-Joseph (dir.) – *Les écrits du for privé: objets matériels, objets édités*. Limoges: PULIM, 2007, pp. 15-25.

<sup>26</sup> BRAIBANT, Charles – *La rénovation...cit.*, p. 4.

contre 70 dans les cent années précédentes: 73 d'archives familiales, 64 d'archives économiques et 8 d'archives d'associations. Parallèlement, le microfilmage de fonds restés en mains privées, entrepris dès la fin des années 1950, permet aux historiens d'accéder facilement à des archives fondamentales pour l'histoire de France comme celles du maréchal de Vauban.

Le rythme des dons, dépôts ou acquisitions d'archives des grandes familles de l'Ancien Régime et du XIX<sup>e</sup> siècle s'accélère dans les années 1960-1970. Parmi les fonds les plus prestigieux entrés aux Archives nationales à cette époque, citons ceux de la famille de Rohan, mais aussi ceux de la Maison de France, déposés en 1969 par le comte de Paris, descendant du duc d'Orléans, frère de Louis XIV. Il s'agit incontestablement du plus beau chartrier français: fort de près de 4.000 cartons, il comprend, entre autres ensembles remarquables, les papiers du roi Louis-Philippe et ceux d'autres membres de la famille de Bourbon comme les fils légitimés de Louis XIV et leur descendance. Par ailleurs, des crédits exceptionnels permettent l'acquisition, en 1977, des archives de Joseph Bonaparte, saisies par le duc de Wellington à la bataille de Vitoria (Espagne) le 21 juin 1813; puis, en 1979, des archives Napoléon, propriété du prince Napoléon, arrière-petit-fils du roi Jérôme frère cadet de l'Empereur<sup>27</sup>.

### *5<sup>e</sup> étape – L'irruption du droit et la clarification des rôles*

Dans la continuité de la politique impulsée par Charles Braibant, le dernier quart du XX<sup>e</sup> siècle et le début du XXI<sup>e</sup> voient l'intensification de la collecte et de la protection des archives privées grâce à l'évolution du droit.

Le 3 janvier 1979 est votée la loi sur les archives, aujourd'hui remplacée par le Code du patrimoine. La loi de 1979 est la première, en France, à définir les archives privées, à reconnaître leur intérêt pour l'histoire et à encourager les services d'archives à les collecter ou à les protéger. Elle assoit solidement la compétence des services d'archives publics en la matière, tout en conciliant les droits des propriétaires, de l'Etat, des collectivités territoriales et des historiens: les services d'archives peuvent désormais utiliser toute la palette des modes d'entrée et recevoir des dons, des legs, des dépôts, mais aussi des datations, c'est à dire la remise d'archives en paiement de certains impôts. Les services d'archives peuvent aussi procéder à des achats, avec le droit de préemption en vente publique, et le droit de rétention sur le territoire national en cas d'exportation d'archives privées assimilées à des trésors nationaux, comme ce fut le cas avec les mémoires manuscrits de Turenne en 1998. La force de la loi s'accompagne d'une augmentation substantielle des crédits d'achat en faveur

<sup>27</sup> Sur l'état actuel des fonds privés possédés par les Archives nationales, voir note 6.

des Archives nationales, départementales et communales, permettant ainsi de faire face, en partie, à l'envol des prix sur le marché des autographes.

Depuis les années 1980, le champ de la collecte s'est progressivement élargi et diversifié. Sans que soient négligées les archives familiales ou économiques, des efforts ont été engagés afin de sauvegarder les archives des partis et des hommes politiques, les archives religieuses, les archives d'architectes, les archives syndicales et associatives<sup>28</sup>. Des campagnes en direction des archives du monde sportif, de la presse, des mouvements d'anciens résistants et déportés ont été lancées et portent aujourd'hui leurs fruits. En revanche, il est important de le noter, sauf exception, les services d'archives français collectent peu d'archives littéraires ou artistiques: ils laissent ce champ aux bibliothèques et aux musées, plus à même de valoriser ce type de fonds.

Depuis le début des années 2000, de nouveaux liens se sont instaurés avec les différents partenaires. Des associations de propriétaires se sont constituées, avec lesquelles la coopération s'est développée. On peut citer l'AFPAP, Association française pour la protection des archives privées, qui regroupe des particuliers détenteurs d'archives familiales, de grand intérêt historique en général<sup>29</sup>.

Enfin, après des décennies d'hésitations, d'expérimentations et de volontarisme commandé par les circonstances (Révolution, après-guerre, désindustrialisation des années 1980), les services d'archives ont clarifié leur rôle dans un secteur aussi vaste que celui des archives privées, reflet de toutes les activités humaines. Les services d'archives ne peuvent pas accepter tous les fonds d'archives qui leur sont proposés: il leur faut tenir compte de l'intérêt historique de ces archives et de leur accessibilité publique, mais aussi des capacités de stockage et de traitement du service d'accueil. L'ambition d'une collecte sans limite, qui était celle de Charles Braibant en 1949, a donc cédé la place au réalisme. L'intervention des services d'archives en matière d'archives privées revêt désormais quatre formes: 1°) des mesures préventives pour maintenir sur le territoire national les archives privées dignes d'intérêt; 2°) la collecte des archives historiques les plus significatives; 3°) le signalement et la mise en valeur des fonds conservés, par le biais de publications papier ou électroniques et de bases de données sur Internet; enfin 4°), la distribution de conseils aux propriétaires d'archives pour gérer eux-mêmes leurs archives, le service public n'intervenant que si la sauvegarde du patrimoine historique commun le requiert. Le réseau des services d'archives publics (archives nationales, régionales, départementales et communales) met en œuvre cette politique sur tout le territoire. C'est dans ce partage des rôles

<sup>28</sup> Voir la base Bora (ci-dessus note 6). A compléter pour les Archives nationales par l'*Etat sommaire des fonds d'archives d'entreprises, de presse et d'associations conservés aux Archives nationales*, publié en 2007, dont il existe une version actualisée en ligne (<http://www.archivesnationales.culture.gouv.fr>) et le site des Archives nationales du Monde du Travail (<http://www.archivesnationales.culture.gouv.fr/camt>).

<sup>29</sup> Voir le site de l'association: <http://www.archivesprivees.com>

bien compris que réside désormais le succès d'une politique d'archivage patrimonial à l'échelle des enjeux contemporains.

### **Quelques mots de conclusion**

En 1930, Charles Samaran écrivait: «Les archives sont aussi nécessaires aux particuliers et aux familles qu'à l'Etat et aux administrations publiques. Et quand elles ont fini de répondre à des besoins immédiats, l'intérêt général s'accorde avec la piété filiale, pour demander qu'elles soient conservées, inventoriées, classées comme les autres «monuments historiques»<sup>30</sup>.

Cette affirmation, que tout archiviste aujourd'hui pourrait reprendre à son compte, se voulait alors un plaidoyer en faveur de la sauvegarde des archives privées. 80 ans plus tard, il est heureux de constater que, si les archives privées n'ont pas toujours bénéficié dans le passé de l'attention prioritaire des archivistes, elles sont aujourd'hui reconnues tant par les professionnels des archives que par les chercheurs comme des composantes essentielles de notre mémoire et comme des matériaux indispensables à la recherche historique. Il importe donc d'assurer la pérennité de ce patrimoine; et c'est à cet objectif qu'un livre comme celui-ci contribue grandement, en attirant l'attention sur ces archives, si précieuses et fragiles à la fois.

---

<sup>30</sup> SAMARAN, Charles – *Le chartrier...*, cit., p. 1.

# La recente esperienza italiana del sistema SIUSA come strumento di valorizzazione e di promozione degli archivi privati

*Antonella Bongarzone*

Questo modesto intervento nasce dalla mia recente esperienza, come collaboratore esterno della Soprintendenza Archivistica della Calabria\*, che mi ha visto coinvolta come operatore nel Sistema Informativo Unificato per le Soprintendenze Archivistiche, noto con l'acronimo SIUSA. Tale sistema è stato istituito in Italia con la legge n. 291 del 16 ottobre del 2003<sup>1</sup>. Esso si propone come punto di accesso primario per la consultazione e per la ricerca del patrimonio archivistico non statale, pubblico e privato, conservato al di fuori degli Archivi di Stato, ma sul quale si esercita l'attività di tutela dello Stato<sup>2</sup>.

Questo strumento nasce dalla necessità di organizzare e gestire le informazioni degli archivi sottoposti a vigilanza in maniera "razionale e condivisibile"<sup>3</sup>. Esso non è altro che l'evoluzione del progetto "Anagrafe informatizzata degli archivi italiani"<sup>4</sup>,

---

\* *Con profondo e sincero affetto dedico questo mio umile lavoro alla dottoressa Francesca Tripodi, Soprintendente Archivistico per la Calabria, che tanto mi ha insegnato.*

<sup>1</sup> Le disposizioni in materia di interventi per i beni e le attività culturali hanno, infatti, previsto la creazione del sistema informativo degli Archivi di Stato e delle Soprintendenze Archivistiche e la costituzione di un archivio unico di copie di sicurezza e consultazione.

<sup>2</sup> FREGNI, Euride – Il "Sistema Informativo Unificato per le Soprintendenze Archivistiche" (SIUSA) come strumento di tutela e di informazione. *Bollettino d'informazioni del Centro di Ricerche Informatiche per i Beni Culturali*. Vol. XI, n° 2 (2001), p. 17. PASTURA, Maria Grazia – SIUSA. Le ragioni di una scelta. *Bollettino d'informazioni del Centro di Ricerche Informatiche per i Beni Culturali*. Vol. XI, n° 2 (2001), p. 12.

<sup>3</sup> BONDIELLI, Daniela – Il Sistema Informativo Unificato per le Soprintendenze Archivistiche: elaborazione, sviluppo, descrizione del progetto. *Bollettino d'informazioni del Centro di Ricerche Informatiche per i Beni Culturali*. Vol. XI, n° 2 (2001), p. 45.

<sup>4</sup> Il progetto Anagrafe venne avviato con la legge del 19 aprile 1990 n. 84. Tale normativa oltre a prevedere il programma di intervento nell'ambito delle attività e dei compiti di catalogazione, inventariazione, prevenzione e salvaguardia dei beni culturali rimarcava la promozione del censimento del patrimonio culturale. L'architettura del sistema prevedeva la costruzione di due banche dati: una relativa ad enti ed istituti di conservazione e

sviluppatosi tra il 1990 ed il 1992, che si prefissava di creare una banca dati centrale presso il Ministero per i Beni Culturali e Ambientali<sup>5</sup> in cui raccogliere gli inventari informatizzati degli archivi storici italiani.

Occorre qui ricordare che aderiscono al sistema SIUSA altri tre progetti del Ministero per i Beni e le Attività Culturali: Archivi di personalità – censimento dei fondi toscani tra '800 e '900<sup>6</sup>, Censimento degli archivi inquisitoriali in Italia<sup>7</sup>, *Ecclesiae Venetae*<sup>8</sup>.

---

l'altra riguardante i fondi archivistici proponendosi di ricondurre ad un unico contenitore centralizzato tutte le informazioni gestionali e descrittive relative agli archivi storici. La sperimentazione del progetto venne affidata al Nucleo di coordinamento per l'informatica dei beni archivistici che ha determinato un aspetto centralistico piuttosto che quello di utilità per le realtà locali provocando la carenza di un adeguato coinvolgimento della comunità archivistica e cagionando una certa estraneità degli istituti periferici. Il limite maggiore, in realtà, fu rappresentato dall'incompletezza dell'applicativo che non prevedeva le funzioni indirizzate alla fruizione ed alla ricerca. La mancanza di queste funzioni essenziali, unita al difficile utilizzo del software, non ha permesso l'integrazione effettiva del sistema all'interno dell'attività degli Istituti. I dati immessi in Anagrafe sono stati completamente riversati e recuperati in SIUSA. Per quanto esposto si veda l'interessante articolo: Progettare "Anagrafe". Elementi per un nuovo sistema archivistico nazionale. Relazione del gruppo di lavoro per la revisione e la reingegnerizzazione del sistema informativo nazionale "Anagrafe informatizzata degli archivi italiani". *Rassegna degli Archivi di Stato*. Vol. LX, n° 2 (2000), pp. 373-446. Sul sistema "Anagrafe" si veda anche CERRI, Roberto – Alcune osservazioni sul "Progetto per una anagrafe informatizzata degli archivi italiani" e l'intervista ad Enrica Ormanni. *Archivi e computer*. Vol. II, n° 4 (1992), pp. 362-368; BUONORA, Paolo – Un database relationale per l'Anagrafe degli Archivi italiani. Un prototipo e alcune questioni. *Archivi e computer*. Vol. VII, n° 3 (1997), pp. 105-113; VITALI, Stefano – Innovazione tecnologica e progetto culturale: la Guida generale degli Archivi di Stato, il progetto "Anagrafe" e le (possibili) prospettive future. *Rassegna degli Archivi di Stato*. Vol. LVI, n° 2 (1996), pp. 342-365; MESORACA, Giuseppe – Il sistema informativo "Anagrafe". In *Gli standard per la descrizione degli archivi europei. Atti del Seminario internazionale San Miniato 31 agosto – 2 settembre 1994*. Roma: Ministero per i beni culturali e ambientali – ufficio centrale per i beni archivistici, 1996, pp. 325-359.

<sup>5</sup> Oggi Ministero per i Beni e le Attività Culturali (MiBAC).

<sup>6</sup> "L'intervento mira a realizzare schede di fondi di personalità che non costituiscano semplicemente una comunicazione generica dell'esistenza di un fondo, ma che forniscano già un quadro il più possibile completo e dettagliato di ciò che si è conservato, ovviamente nei limiti di una guida generale, e degli strumenti di corredo e bibliografici a disposizione. Inoltre, per facilitare la leggibilità dei fondi e per aiutare gli studiosi che non conoscono le biografie delle molte centinaia di personalità censite, si è aggiunta una scheda biografica ed una descrizione della storia archivistica del fondo": MINISTERO PER I BENI E LE ATTIVITA' CULTURALI. *Archivi di personalità – censimento dei fondi toscani tra '800 e '900*. [In linea]. Firenze: Regione Toscana – Giunta Regionale; Soprintendenza Archivistica per la Toscana; Accademia Toscana di Scienze e Lettere La Colombaria [Consult. 18 maggio 2011]. Disponibile su WWW:<URL:http://siusa.archivi.beniculturali.it/cgi-bin/pagina.pl?RicProgetto=personalita>

<sup>7</sup> MINISTERO PER I BENI E LE ATTIVITA' CULTURALI. *Censimento degli archivi inquisitoriali in Italia*. [In linea]. Roma: Direzione Generale per gli Archivi [Consult. 18 maggio 2011]. Disponibile su WWW:<URL:http://siusa.archivi.beniculturali.it/cgi-bin/pagina.pl?RicProgetto=inquisizione>

<sup>8</sup> "Gli archivi interessati dal progetto vengono a comporsi in un insieme coordinato di sistemi archivistici delle sei diocesi venete – Venezia, Padova, Vicenza, Verona, Treviso, Vittorio Veneto –, consultabili sia come banca dati cumulativa e unitaria, sia con accessi specifici per il patrimonio delle singole diocesi. Tutti i fondi sono a loro volta scanditi nelle proprie partizioni interne e leggibili nella rete fino a livello di unità e sottounità archivistiche": MINISTERO PER I BENI E LE ATTIVITA' CULTURALI. *Ecclesiae Venetae*. [In linea]. Venezia: Archivio storico del Patriarcato di Venezia; Archivio storico della Diocesi di Padova; Archivio storico della Diocesi di Treviso; Archivio storico della Diocesi di Verona; Archivio storico della Diocesi di Vicenza; Archivio storico della Diocesi di Vittorio Veneto; Ministero per i Beni e le Attività Culturali – Direzione Generale per gli Archivi; Regione del Veneto. [Consult. 18 maggio 2011]. Disponibile su WWW:<URL:http://siusa.archivi.beniculturali.it/cgi-bin/pagina.pl?RicProgetto=ev>. In poche parole *Ecclesiae Venetae* "ha realizzato il censimento completo di tutti i fondi conservati negli archivi diocesani interessati, producendo in aggiunta l'inventariazione a livello di schede unità di pressoché tutte le serie appartenenti ai fondi delle Curie": Progettare "Anagrafe"... , cit., p. 393.

Il SIUSA, che propone le informazioni in base agli standards internazionali ISAD(G)<sup>9</sup> e ISAAR(CPF)<sup>10</sup>, prevede due ambiti informativi distinti ma collegati tra di loro: il “descrittivo” ed il “gestionale”. Mentre quest’ultimo si caratterizza come lo strumento pratico di lavoro dell’archivista finalizzato all’uso interno nelle Soprintendenze, quello “descrittivo” è, invece, destinato ad essere consultato dall’utenza esterna<sup>11</sup>.

L’ambito “descrittivo” è composto da tre banche dati:

1. complesso archivistico, cioè il fondo nelle sue partizioni descritte secondo la normativa ISAD(G);

2. soggetto conservatore. Il sistema fornisce informazioni in merito all’ente e/o persona che conserva materialmente la documentazione provvedendo a segnalare i dati basilari per il contatto (nome, indirizzo, telefono, e-mail, ecc.) in modo che l’utente possa sapere dove recarsi o chi contattare per poter accedere alla consultazione;

3. soggetto produttore, che viene descritto come Ente, Persona o Famiglia<sup>12</sup>.

Accanto a queste banche dati fondamentali sono presenti delle schede accessorie che completano le informazioni riguardanti la documentazione o/e gli enti produttori. Ad esempio è possibile segnalare gli eventuali strumenti di corredo, le fonti o la bibliografia oppure è possibile tracciare un profilo istituzionale generale evitando in tal modo di ripetere per ogni soggetto informazioni attinenti alla sua tipologia generale (a titolo esemplificativo spiegare cos’è una parrocchia, lo stato civile, il comune, ecc.)<sup>13</sup>.

L’ambito “gestionale” è rappresentato dall’insieme delle informazioni che riguardano le attività esercitate dalle soprintendenze sugli archivi<sup>14</sup>. Esso è così ripartito:

a) complesso archivistico vigilato: in tale partizione è indicato un insieme di documentazione identificata e descritta in maniera sommaria;

b) titolare: intendendo le persone, le famiglie, gli enti, che siano proprietari, possessori o detentori della documentazione;

<sup>9</sup> General International Standard Archival Description ovvero Standard internazionali per la descrizione generale degli archivi.

<sup>10</sup> International Standard Archival Authority Records for Corporate Bodies, Persons and Families ovvero gli Standard internazionali per i record d’autorità archivistici di enti, persone, famiglie.

<sup>11</sup> PASTURA, Maria Grazia – SIUSA. Le ragioni..., *cit.*, p. 12.

<sup>12</sup> Come da norme ISAAR(CPF).

<sup>13</sup> BONDIELLI, Daniela – Il Sistema Informativo Unificato..., *cit.*, pp. 50-57.

<sup>14</sup> TAGLIOLI, Maddalena – Sistema informatico unificato delle Soprintendenze Archivistiche: osservazioni sulla metodologia di recupero dei dati anagrafe. *Bollettino d’informazioni del Centro di Ricerche Informatiche per i Beni Culturali*. Vol. XI, n° 2 (2001), p. 88.

c) sede di conservazione: precisando il luogo fisico della conservazione della documentazione e descrivendone le caratteristiche peculiari del luogo di collocazione (impianto elettrico, climatizzazione, antincendio, antintrusione, ecc.).

Anche qui è possibile collegare delle schede accessorie ovvero è possibile dare informazioni in merito al referente o alle persone incaricate della gestione dell'archivio. Nell'ambito "gestionale" è, inoltre, prevista la possibilità di registrare varie attività come ad esempio quelle di scarto, relative alla circolazione giuridica, di intervento o finanziamenti, versamento, di ispezioni o controlli, le dichiarazioni di notevole interesse storico o di particolare importanza storica o semplicemente di interesse storico<sup>15</sup>.

Tutte queste informazioni, riguardanti sia l'ambito gestionale che quello descrittivo, si reperiscono attraverso dei censimenti<sup>16</sup> archivistici. L'archivista rilevatore dei dati, infatti, si reca personalmente sul luogo dove è ubicato l'archivio<sup>17</sup> ed è dotato di alcune schede sulle quali appunta tutte le informazioni necessarie. Tali schede sono quattro: la prima è da considerarsi la scheda archivistica dove vi confluiscono tutte le informazioni sulla documentazione, la seconda è volta a descrivere la sede di ubicazione dell'archivio. Segue a questa fase un'attività di studio da parte dell'archivista diretta a ricostruire i cenni storici ed istituzionali dell'archivio censito che darà vita alla compilazione della terza scheda. Una volta raccolte tutte le informazioni, l'archivista è in grado di dare una perfetta descrizione dell'archivio rilevato in una scheda (la quarta) riassuntiva. Spetterà all'archivista, inoltre, corredare il lavoro con delle foto riguardanti i documenti pregevoli o i luoghi di conservazione. I dati raccolti saranno così immessi in SIUSA. Il soprintendente archivistico competente territorialmente, a seguito della vidimazione dei dati rilevati, potrà procedere alla pubblicazione di essi sulla rete.

<sup>15</sup> BONDIELLI, Daniela - Il Sistema Informativo Unificato..., *cit.*, pp. 57-69.

<sup>16</sup> Tecnicamente il censimento consiste in un lavoro di ricognizione e di identificazione sintetica della documentazione di un archivio, nello stato in cui si trova, volto a rilevarne i dati essenziali. Attraverso il censimento è possibile ottenere la rilevazione di tutto il materiale archivistico presente all'interno di un Soggetto Produttore e/o di un Soggetto Conservatore, mediante una pura e sommaria elencazione del materiale riscontrato e riferito ad archivi dello stesso tipo o ad una determinata tipologia di fonti documentarie. L'attività di censimento non comporta quindi alcun intervento di sistemazione o di riordino del materiale, ma prevede esclusivamente una ricognizione dell'archivio nello stato di fatto in cui si trova e si concretizza nella suddetta elencazione a grandi linee del materiale e delle eventuali serie archivistiche riscontrate. In definitiva, tale intervento archivistico fornisce uno strumento di corredo dell'archivio assai scarso e tecnicamente circoscritto, ma comunque in grado di consentire una ricerca del materiale più raffinata rispetto a quanto non accada in sua mancanza. Il censimento può precedere o sostituire interventi di riordino e costituisce un primo passo, di notevole importanza, per la salvaguardia e l'organizzazione di un archivio.

<sup>17</sup> Questo è l'elemento che distingue SIUSA da Anagrafe. Per quanto riguarda Anagrafe perplessità destavano la qualità dei dati rilevati. In molti casi, infatti, essi non erano stati desunti da un censimento effettuato ma erano stati ricavati da fascicoli, relazioni, schede, inventari, elenchi di consistenza presenti nelle Soprintendenze. Esso aveva determinato un accumulo di dati desunti da fonti non autorevoli e non aggiornate: Progettare "Anagrafe"..., *cit.*, p. 390.

Fino ad epoca molto recente il materiale sul quale si poteva basare lo studio era del tutto inaccessibile. Esso spesso giaceva alla rinfusa non catalogato, sconosciuto ed inavvicinabile, negli archivi privati<sup>18</sup>. Il patrimonio conservato presso tali archivi si presenta fragile, suscettibile di distruzione e dispersione.

Negli ultimi anni è aumentato l'interesse per gli studi di storia locale, la cosiddetta microstoria. L'accrescersi della ricerca in tale direzione ha evidenziato la necessità di fornire un quadro completo del patrimonio documentario non statale che permettesse di conoscere quali sono, dove sono, e cosa conservano questi archivi.

Infatti, la pubblicazione delle banche dati sul web (<http://siusa.archivi.beniculturali.it/>) consente di mettere a disposizione degli utenti non solo patrimoni documentari pressoché sconosciuti ma è altresì capace di fornire delle informazioni specifiche in merito a questi interrogativi. Nel momento in cui il sistema SIUSA confluisce in Internet si avvia quell'ampio processo di diffusione della cultura vastissimo che solamente la rete riesce a realizzare. Orbene questo sistema "serbatoio"<sup>19</sup> non si presenta come una banca dati di tipo inventariale. Precisamente il SIUSA descrive la documentazione attraverso il fondo con le sue partizioni<sup>20</sup> escludendo, per ora, la descrizione delle singole unità archivistiche e documentarie.

L'avventura umana si colloca in quell'ampio contesto della memoria familiare. Oggi sembra necessario, più che opportuno, conservarla. Il SIUSA rende disponibile un patrimonio documentario eterogeneo<sup>21</sup> diffuso su tutto il territorio nazionale e distribuito su un arco temporale vastissimo; facilita l'attività di tutela e permette di "dare visibilità a questo immenso patrimonio ancora sconosciuto"<sup>22</sup>; è in grado di offrire un contributo rilevante, se non determinante, per la promozione e la valorizzazione degli archivi privati.

<sup>18</sup> "Per quel che riguarda molti archivi non sempre è agevole disporre di una descrizione archivistica o conoscere l'esatta ubicazione": FREGNI, Euride – Il "Sistema Informativo Unificato...", *cit.*, p. 17.

<sup>19</sup> FREGNI, Euride – Il "Sistema Informativo Unificato...", *cit.*, p. 18.

<sup>20</sup> "Ovvero i livelli alti di una struttura gerarchica dell'Archivio, quali fondi, subfondi, serie, sottoserie": FREGNI, Euride – Il "Sistema Informativo Unificato...", *cit.*, p. 19. Si veda anche BONDIELLI, Daniela – Il Sistema Informativo Unificato..., *cit.*, p. 45.

<sup>21</sup> "Il patrimonio archivistico italiano è sterminato [...] ed ha una consistenza imprecisata ma sicuramente si tratta di migliaia di chilometri di carte": FREGNI, Euride – Il "Sistema Informativo Unificato...", *cit.*, p. 17.

<sup>22</sup> FREGNI, Euride – Il "Sistema Informativo Unificato...", *cit.*, p. 17.



# Archivo de la Familia Ponce de León (marquesado del Castillo del Valle de Sidueña)

*Esther Eslava Ochoa*

## 1. Previo a la donación

Entendemos por archivo familiar el conjunto de documentos, sea cual sea su soporte material, producidos y conservados por una familia o linaje, resultado de su vida de relación, de actuación de sus miembros en los diversos momentos históricos y de las actividades relacionadas con la formación y gestión del patrimonio. Familia y patrimonio son inseparables y no tienen existencia histórica de forma aislada. Un archivo familiar es, pues, el resultado de una actividad personal o colectiva en su unidad y universalidad, cuyo valor jurídico y cultural se halla precisamente en su unidad<sup>1</sup>.

La integridad de la documentación que se conserva en estos archivos va sufriendo variaciones a lo largo del tiempo, debido a los diversos acontecimientos familiares: herencias, ruinas, compras, etc., que en ocasiones merman y en otras incrementan la cantidad de los documentos que forman el archivo.

Dentro de él, la familia va conservando documentos de administración de su patrimonio, títulos jurídicos y diversas pruebas de sus actividades, que pueden serles requeridos en cualquier momento. De esta manera, la organización interna que se establece instintivamente obedece a unos fines prácticos relacionados con la economía y el patrimonio. También es importante poder fechar y documentar sus títulos y prerrogativas.

La familia Ponce de León es una familia muy conocida en España y también en Portugal y en América. Procede de la unión en 1235 de Pedro Ponce de Cabrera, Alférez Mayor del Reino, con Aldonza Alfonso, hija ilegítima de Alfonso IX, rey de León, Galicia y Asturias, y de Aldonza Martínez de Silva, hermana de Fernando III el

---

<sup>1</sup> CONTEL BAREA, M<sup>a</sup> Concepción – Fondos nobiliarios en el Archivo Histórico Nacional. *Cuadernos de Historia Moderna*. N<sup>o</sup> 15 (1994), pp. 397-414.

Santo. Sus descendientes se han ido uniendo a lo largo de la historia a otros miembros de diversas familias, dando lugar a las múltiples ramas de la familia Ponce de León: Dávila, de la Cerda, Guzmán, Sepúlveda, Trujillo, Vera, Torres, Anaya, Spínola, etc.

Una de estas ramas es la del Marquesado del Castillo del Valle de Sidueña, título nobiliario que el Rey Carlos II de España otorgó en 1694 a favor de Juan Núñez de La Cerda y Ponce de León. En la actualidad el título es ostentado por Diego Ponce de León y Ponce de León, IX Marqués.

El archivo familiar era conservado por José M<sup>a</sup> Ponce de León Balleras, hijo de uno de los hermanos del V Marqués, Francisco Ponce de León Fernández de Villavicencio. Estaba casado con M<sup>a</sup> Josefa Ponce de León y de León, hermana de la VII Marquesa de Castillo, Inés Ponce de León Criado. Así pues, parece ser que este matrimonio heredó la parte del archivo familiar que no era inherente al título. En 1906, José M<sup>a</sup> Ponce de León envió el archivo familiar a alguien, según figura en uno de los documentos, tras una importante pero no completa labor de ordenación y clasificación.

Es una incógnita el recorrido que siguió el archivo desde entonces hasta que acabó donado por su entonces dueña a la Universidad de Navarra. Ella, D<sup>a</sup> Regla Dávila de León, Marquesa de Mirabal, era consciente del valor de los papeles que conservaba pero también se daba cuenta de la dificultad que tenía para poder mantener en su propia casa el archivo con las garantías previstas por la Ley 16/1985 del Patrimonio Histórico Español, de 25 de junio de 1985. En su artículo 52.1 se dice que todos los poseedores de bienes del Patrimonio Documental y Bibliográfico están obligados a conservarlos, protegerlos, destinarlos a un uso que no impida su conservación y mantenerlos en lugares adecuados. Ante las dificultades que cualquier persona tiene a la hora de cumplir con estas obligaciones, decidió donarlo a un centro de investigación, de manera que estos objetivos de conservación, mantenimiento y uso quedaran garantizados: su elección fue la Universidad de Navarra<sup>2</sup>.

## 2. Más dificultades

En el momento de la donación no existía en la Universidad un servicio de Archivo, por lo que se instaló en el Depósito de Fondo Antiguo del Servicio de Bibliotecas, junto con otros manuscritos antiguos. Una bibliotecaria elaboró unas fichas con los datos más importantes de cada uno de los documentos.

---

<sup>2</sup> La Universidad de Navarra fue fundada en 1952. Está ubicada en 4 campus de diferentes ciudades españolas - Pamplona, San Sebastián, Barcelona y Madrid-. Cuenta con 10 Facultades, 2 Escuelas Técnicas Superiores, 1 Escuela de Negocios - IESE -, 2 Escuelas Universitarias, 1 Escuela de Secretariado - ISSA - y otros centros e institutos diversos.

En enero de 2006 se creó el Archivo General de la Universidad de Navarra, AGUN, concebido como un sistema de archivos<sup>3</sup>. Sobre tal estructura se organiza el Patrimonio Documental de la Universidad de Navarra a través de las etapas de su ciclo de vida. Este Patrimonio documental está compuesto por los documentos generados, recibidos, conservados o reunidos en el desarrollo de sus funciones y actividades por cualesquiera de los miembros y órganos universitarios. Pero también forman parte de este Patrimonio los fondos documentales de personas físicas incorporados por cualquier sistema previsto en el ordenamiento jurídico. Habitualmente las incorporaciones se formalizan mediante un contrato entre la Universidad y el propietario del archivo, por el cual éste realiza la donación de su archivo y la cesión de los derechos de propiedad intelectual de todas las obras que forman parte del mismo para cualquier modalidad de explotación, comunicación pública y distribución. La donación supone el traspaso de la titularidad del archivo a la Universidad de Navarra, que asume los siguientes compromisos: ponerlo a disposición de los investigadores y del público en general para su divulgación; establecer los criterios de tratamiento, evaluación y selección más adecuados para garantizar la mejor gestión y preservación del archivo; organizar y elaborar instrumentos de descripción que faciliten su consulta y difusión; entregar al donante copia de los instrumentos de descripción realizados y establecer la forma de citar tal archivo.

La Universidad quiso crear una estructura que con criterios técnicos permitiera dar continuidad y potenciar uno de los principales fines de toda institución universitaria: promover una investigación de calidad. Para ello se constituyó la sección de Archivos Personales y familiares dentro del Archivo General. La mayoría de estos archivos son fruto de la tarea recopiladora que durante casi veinte años dirigió el profesor Gonzalo Redondo<sup>4</sup>. A ellos se sumaron otros archivos personales que habían llegado por distintas vías y que se encontraban dispersos en diferentes servicios y centros de la Universidad. La Biblioteca transfirió entonces al Archivo todos los archivos personales y manuscritos que custodiaban hasta la creación del AGUN, entre ellos el archivo de la familia Ponce de León.

El Archivo General de la Universidad de Navarra custodia en la actualidad alrededor de 200 archivos personales. Entre ellos se encuentran los de antiguos profesores de la propia Universidad (suponen un 10% de la sección). La gran mayoría

<sup>3</sup> CAGIGAS OCEJO, Yolanda - El archivo general de la Universidad de Navarra. *Boletín de la ANABAD*. Nº 1 (2008), pp. 199-207.

<sup>4</sup> Gonzalo Redondo falleció el 18 de abril del 2006, a los 70 años. Sacerdote e historiador, ejerció su docencia durante más de 30 años en la Universidad de Navarra. A lo largo de 20 años dirigió un seminario permanente dedicado al análisis y discusión histórica del siglo XX español. Frutos de esta actividad son gran parte de las 30 tesis doctorales que dirigió. En 1997 la Universidad de Navarra creó la Línea Especial de Investigación España Siglo XX, bajo su dirección. La formación de este grupo era el resultado de una labor previa, que comenzó en 1983, cuyo impulso se debió principalmente a la investigación y magisterio de este profesor. A partir de 1987 inició la recopilación de archivos personales a la que se ha aludido.

de los archivos (alrededor del 80%) pertenecen a personalidades de relieve de la vida pública española. Otro porcentaje, bastante reducido, lo constituyen los archivos familiares de la Edad Moderna, como los de las familias Ponce de León (XVI-XIX) o Pérez de Seoane (XVI-XX).

### 3. Organización anterior

La organización interna de los archivos familiares y patrimoniales responde a las necesidades de uso que los propietarios y los administradores tienen de una documentación con plena vigencia jurídica y administrativa. Esta organización va variando a lo largo de la historia familiar, y estos cambios que van quedando plasmados en la organización dan testimonio de la vigencia del archivo y de su documentación.

Parece ser que José M<sup>a</sup> Ponce de León Balleras se dedicó a ordenar el archivo familiar. Instaló los legajos entre placas de madera, con un título en el lomo. No sabemos si lo organizó de nuevo o si mantuvo el orden original, pero el resultado fue una ordenación que es la que se ha mantenido. Organizó los documentos por las distintas propiedades que pertenecían a la familia, y en algunos casos lo hizo según criterios temáticos: censos, vínculos, capellanías, patronatos, testamentos, comprobantes de cuentas, etc. Les otorgó un número para ese primer concepto y dentro de este, otro para cada documento.

A cada uno de los documentos les cambió el hilo original y los cosió con hilo de algodón nuevo. Les colocó delante una hoja de papel, de buena calidad, en la que figuraban los números que les había otorgado y un resumen del contenido del documento. Esta tarea ha sido muy importante, puesto que descifrar la caligrafía de muchos de los documentos, la mayoría con varias páginas y con escritura cortesana y procesal, suponía la dedicación de bastante tiempo.

No llegó a terminar de clasificar todo el archivo, dejando sin clasificar varios legajos, algunos con título y otros sin ninguna anotación sobre su contenido.

### 4. En el Archivo general de la Universidad de Navarra

De esta manera se procedió a la ordenación y clasificación y del fondo. Para su clasificación se siguieron dos criterios:

- El respeto a las series documentales generadas por el funcionamiento o las actuaciones de los miembros de la familia en todas sus actividades, ordenadas a partir de criterios cronológicos. Por este criterio de respeto se mantuvo la ordenación de 1906.

- las agrupaciones de documentación suelta a partir de criterios temáticos.

Se procedió además al estudio de la familia para averiguar su posible valor. Se comprobó que pertenecieron a esa familia personajes como Juan Ponce de León, conquistador de Puerto Rico y Florida (1460-1521); Diego de Alvear, defensor de la isla de León (Cádiz) ante las tropas napoleónicas y Gobernador político y militar de esta isla; Fray Pedro Ponce de León, uno de los primeros educadores de sordos del mundo; o el mismo Ernesto “Che” Guevara.

Se observó también el estado de conservación de los legajos (bastante bueno) y se procedió a su instalación provisional en el depósito del Archivo General, a una temperatura constante de 18° y con una humedad relativa del 55%.

Se tomó cada legajo y se le quitaron las tapas de madera y las cintas de balduque rosa que traían algunos de ellos y que en ocasiones habían llegado a dejar manchas en los documentos. Cada documento se introdujo en una camisa de papel libre de ácido de tamaño más grande que el documento, de manera que no sobresaliera por ninguno de los lados. A su vez estos documentos se fueron introduciendo en carpetas de cartulina también libre de ácido, de tamaño mayor que las camisas de papel, para proteger el documento. Las carpetas fueron atadas con cinta de balduque para evitar movimientos de los documentos que pudieran deteriorarlos con el tiempo. Las carpetas se introdujeron en cajas, también libres de ácido, de manera que no quedara espacio libre ni se apretaran demasiado los documentos. En los casos en los que había pocos documentos en una caja, se introdujeron papeles de pH neutro arrugados, para impedir cualquier movimiento de la documentación.

Mientras se iba haciendo esta labor de instalación, se iban comprobando las fichas elaboradas por la Biblioteca, añadiendo datos que pudieran faltar y corrigiendo posibles errores. Así se creó un documento que puede considerarse como el catálogo del fondo. Este catálogo detallado permitiría localizar los documentos, tanto al personal del Archivo como al investigador. En él se ha detallado el número de la caja y el número del documento (que forman la signatura), así como el número que se le había otorgado previamente y que figuraba en el documento. Después sigue una breve descripción del documento, su volumen (nº de páginas), fecha y lugar, y al final se ha dejado un apartado llamado “otros”, en el que se ha detallado el estado de conservación, si el documento está incompleto o roto, si el material es distinto al papel (pergamino), si no coincide el nº, si es ilegible, si está duplicado, si ha sido restaurado, o si no se permite su consulta hasta que se pueda garantizar su integridad.

También a la vez se escribía con lápiz a cada documento la signatura, que consiste en el nº que el fondo tiene dentro de los fondos del Archivo General (en este caso el 146), el nº de la caja y el nº del documento dentro de esa caja). Esta signatura se escribía también en el catálogo.

De esta labor han resultado finalmente 132 cajas, que contienen los más de 3300 documentos del fondo. El documento con la fecha más antigua es de 1465 y el más moderno, de 1906.

## 5. Preservación

En general es un archivo bastante limpio y bien cuidado, los daños por la humedad son algo anecdótico, así como los producidos por insectos.

Pero algunos de los legajos habían sufrido daños a causa de la humedad, no sabemos si antes o después de la clasificación y la instalación llevada a cabo en 1906. Por ello se aprecian manchas de microorganismos de color rosa y de color gris en algunos legajos.

Pero lo que sí es importante y a la vez muy preocupante son los daños causados por las tintas ferrogálicas. En una parte de los documentos las tintas habían llegado a taladrar el papel y en otros muchos, estaban apunto de hacerlo.

Por eso se buscó la orientación de una persona experta en restauración de documentos antiguos. Así, se decidió que cuando el daño era mínimo, se intercalarían hojas de papel de seda con reserva alcalina en el documento, para evitar posibles contagios y absorber una posible humedad mínima. Si el daño era mayor se procedería a la laminación de las hojas estropeadas, por una sola de las caras, para evitar el avance del deterioro con el paso del tiempo. En el caso de roturas en lugares peligrosos de la hoja, se decidió hacer injertos, que evitarían una rotura mayor durante su manipulación. Como estas técnicas son caras, se procedió solamente en los casos más urgentes, dejando los menos urgentes para otro momento más apropiado económicamente. De los documentos en los que se ha intervenido ha quedado constancia en el catálogo, en el que se ha consignado en el apartado "Otros" la palabra "Restaurado". En los casos en los que la intervención ha quedado pospuesta por los motivos anteriormente señalados, los documentos han quedado físicamente separados de los demás para evitar la extensión del daño causado tanto por la manipulación como por el contagio. Se consigna en el catálogo con la expresión "Acceso restringido por deterioro". Estos documentos no se pondrán a disposición de los usuarios hasta que se produzca la intervención y sean recolocados en el lugar que les corresponde, con todas las garantías para su preservación.

Teniendo en cuenta la irreversibilidad del proceso de deterioro de las tintas, que dificulta la lectura del contenido, la digitalización de una documentación de los siglos XV a XIX se vio como una tarea necesaria y urgente, tanto para salvar esta información como para trabajar en la catalogación sin tener que utilizar los materiales originales o para poder efectuar las reproducciones solicitadas por los investigadores evitando toda manipulación posterior.

Tras un estudio de las distintas ofertas y presupuestos, el proyecto de digitalización quedó encargado a una empresa externa a la Universidad, Servicios Documentales de Navarra, que lo realizará durante el próximo curso 2011-2012. Se pretende también que las imágenes formen parte del catálogo. Para ello se utilizará una base de datos que tendrá como estructura los campos de descripción de la norma ISAD-G y que además añadirá a cada ficha la imagen o imágenes correspondientes.

## 6. Instrumentos de descripción

Un cuadro de clasificación tiene que respetar la organización preexistente del archivo, siempre y cuando ésta se conserve suficientemente íntegra, se considere de utilidad o no se vea necesario destruir su lógica interna, que responderá a unas determinadas razones. Debe incluir la totalidad de la documentación del archivo, independientemente de cuál sea su soporte material o su instalación física<sup>5</sup>.

Se estudió cuáles podrían ser los potenciales investigadores del fondo, para ver qué tipo de instrumentos podrían resultarles de más ayuda, además del catálogo.

En los últimos tiempos se ha producido un auge en la utilización de los archivos familiares como fuentes primarias para el estudio de la historia política, cultural, social, diplomática, militar, económica, de la Iglesia e incluso jurídica o demográfica. Al ser tanta la variedad de intereses de los futuros investigadores, se vio la necesidad de un cuadro que pusiera de manifiesto el orden topográfico pero sobre todo resultaría útil un cuadro de clasificación tipológico. Este cuadro, además, admitiría para cada documento varias signaturas, correspondientes a diferentes instrumentos de descripción.

En un principio se empezó utilizando como modelo el cuadro de clasificación para archivos familiares del Antiguo Régimen elaborado por Borja de Aguinagalde<sup>6</sup>. Pero para nuestro fondo en concreto resultaba escaso en algunos puntos y excesivo en otros.

Como estamos en una Universidad, se consultó con una experta en Derecho Público e Instituciones Jurídicas Básicas, D<sup>a</sup> Mercedes Galán. Esta profesora había investigado en otros archivos y nos propuso un cuadro de clasificación que podríamos llamar tipológico. Tras varios intercambios de opinión, se optó por un cuadro que tendría como puntos básicos: Procesos, Administración de bienes, Derecho de familia, Sucesiones, Patrimonio familiar y Relaciones con la Iglesia. Dentro de cada uno de ellos, se incluirían las diferentes tipologías. Por ejemplo, dentro de Administración de bienes se incluirían Arrendamientos, Avals, Compras,

<sup>5</sup> AGUINAGALDE, F. de Borja – El Archivo de la Casa de Zavala. Historia de la formación del archivo y descripción de sus fondos. *Cuadernos de Sección: Historia-Geografía*. N° 6 (1985), pp. 199-311.

<sup>6</sup> FERNÁNDEZ TRABAL, Josep – Los archivos familiares y patrimoniales. Problemática, caracterización y metodología. *Lligall. Revista Catalana d'Arxivística*. ISSN 1130-5398. N° 4 (1991) pp. 95-114. Disponible en internet: <URL:[http://www.arxivers.com/idadmin/docs/4\\_5\\_art\\_cast-mQHt3XW.pdf](http://www.arxivers.com/idadmin/docs/4_5_art_cast-mQHt3XW.pdf)>

Deudas, Hipotecas, Permutas, Pleitos, Tasaciones o Ventas. Habría tipologías que se incluirían en más de un apartado.

Otro instrumento que puede ser muy útil a la investigación es el árbol genealógico. Una vez clasificado el fondo, no quedaba clara la relación entre los Ponce que aparecían en el fondo, los Marqueses del Castillo, y los Ponce que dieron lugar a la familia en 1235, o sea, Pedro Ponce de Cabrera y Aldonza Alfonso. Tras estudiar los documentos y las genealogías de la familia publicadas recientemente<sup>7</sup>, se consiguió establecer la relación y elaborar un árbol genealógico desde el origen de la familia hasta los actuales Marqueses. Se ha elaborado también otro árbol exclusivamente de los Marqueses del Castillo del Valle de Sidueña. Ambos cuadros genealógicos completan a los anteriores instrumentos.

## 7. Conclusiones

Podríamos decir que una de las características de este fondo familiar es la variedad de sus series. Se han establecido alrededor de 160 series y subseries distintas. En algunas de ellas se contienen muchos documentos, pero en muchas solo habría unos pocos, que no podrían incluirse en ninguna otra serie. El cuadro de clasificación es, pues, muy extenso.

En los archivos familiares suelen aparecer documentos públicos junto a los privados (judiciales, municipales, etc.). También suelen incluir documentación personal de diferentes miembros de la familia que de forma evidente no forma parte de la documentación familiar. La separación entre los límites de ambos tipos de archivos queda poco clara.

Se hace evidente en este fondo cómo el pergamino había sido sustituido desde mediados del siglo XVII por el papel como soporte material de los documentos.

Otra característica de los archivos familiares en general es la existencia de una parte de documentación sin clasificar ni inventariar, normalmente generada con posterioridad al último inventario. En nuestro caso también se encontró una parte sin clasificar, como ya hemos dicho.

A la hora de clasificar este archivo se han encontrado uniones entre distintas familias y reducciones e incorporaciones del patrimonio por diferentes vías: herencias, particiones o ventas.

A medida que se ha ido trabajando el archivo se ha ido descubriendo su coherencia interna, que ahorrará tiempo y esfuerzos a los investigadores interesados en la familia Ponce de León relacionada con el marquesado del Castillo del Valle de Sidueña, originario del Puerto de Santa María (Cádiz).

---

<sup>7</sup> DÍEZ Y PONCE DE LEÓN, Rafael – *Reseña genealógica de los Ponce de León*. Sevilla: Fabiola de Publicaciones Hispalenses, 2005.

# De l'autre côté du miroir: les archives privées dans les archives hospitalières

*Rafaël Hyacinthe*

Les différentes contributions de ce volume nous donnent l'opportunité de nous intéresser à de nombreux cas d'étude concernant les archives privées. Ils nous donnent une image beaucoup plus précise sur la diversité de leur nature et de leur provenance. S'il s'agit de documents le plus souvent produits par des personnes individuelles et des familles durant leur existence. Les nombreux cas de figure illustrent combien le champs couvert est extrêmement large.

Ces sources concernent cependant, le plus souvent, des familles relativement aisées. Ce sont des familles qui ont pris le temps et eu les moyens de conserver et préserver le patrimoine dont elles ont hérité. Le contexte de production et la facilité, voire la «tradition familiale» de conservation de ces sources écrites, en font des témoignages que l'on pourrait qualifier de privilégiés. S'il en est ainsi pour leur mise en forme, il en est de même pour leur contenu, leur fonds. Ces sources décrivent effectivement ce que l'on pourrait considérer comme une sorte d'histoire également «privilegiée».

Le présent article a pour but de souligner tout l'intérêt d'un cas un peu spécifique. Il y est question de sources historiques d'origine un peu plus humble, si nous osons utiliser cette expression. Elles sont malheureusement inconnues dans leur immense majorité, mais elles méritent, au même titre, d'être mentionnées, voire même étudiées. Si elles concernent des gens sociologiquement moins privilégiés, leurs vies sont tout aussi intéressantes pour l'histoire. Il s'agit des archives hospitalières.

## Des archives privées à l'hôpital: un lieu de conservation spécifique

Il importe d'évoquer ici, en préambule, ce que l'on pourrait considérer comme le cauchemar de l'archiviste.

Notre rôle est de sauvegarder les sources historiques, d'empêcher leur destruction, voire leur dispersion. Nous avons peur qu'elles puissent finir jetées, que ce soit à la poubelle ou à la décharge, ce qui arrive plus souvent qu'on ne le pense, parfois par mégarde, le plus souvent par méconnaissance. Certaines archives ont ainsi connu ce triste sort parce que l'on ignorait qu'elles étaient là, parce que l'on ignorait ce dont il s'agissait.

«Des vieux papiers poussiéreux» entend-t-on parfois dire...

C'est ainsi qu'en France, des documents datant de la deuxième Guerre mondiale ont été perdus, voire juste mis à la décharge publique. En 1997, les Archives départementales des Pyrénées-Orientales ont ainsi pu récupérer plusieurs centaines de pages de documents administratifs, datés de 1940 à 1942. Emanant du ministère de l'Intérieur, du commissariat de police de Perpignan, du service sanitaire des réfugiés à l'hôpital Saint-Louis de Perpignan ou du centre d'hébergement de Rivesaltes, ils racontent toute la vie administrative de ce camp où furent internés, sous la responsabilité des autorités françaises, 4 000 juifs étrangers, dont plus de la moitié ont été déportés vers Auschwitz et d'autres camps d'extermination<sup>1</sup>.

Les documents dont il est question n'ont heureusement pas encore disparu: sauvés de la décharge, ils sont, pour le moment, à l'hôpital. Ce n'est pas que leur état de conservation nécessiterait une intervention médicale mais, physiquement, ils ont été intégrés dans les archives des établissements hospitaliers.

Comme toute institution publique, les hôpitaux ont effectivement à charge d'assurer la conservation des documents qu'ils produisent. Qu'ils soient administratifs ou autres, cette obligation est encadrée par la loi: ces documents peuvent avoir une utilité dans la gestion quotidienne de l'établissement (travaux de bâtiments, etc), mais surtout, ils contiennent des données personnelles, le plus souvent médicale, qu'il est important de préserver pour les personnes ayant eu recours au service public. C'est ainsi que l'on y trouve la comptabilité de l'établissement, les délibérations de la commission administrative, la gestion des ressources humaines pour le personnel hospitalier, et les articles relatifs aux admissions des patients ainsi qu'à leur traitement.

Ces archives ont fait l'objet d'un traitement comparable aux autres archives d'institutions publiques: depuis le premier règlement de 1946, préservant les archives

<sup>1</sup> VITAL-DURAND Brigitte - La mémoire blessée des juifs du camp de Rivesaltes: comment les archives ont-elles fini à la décharge? *Libération*, 10 mai 1997, [em Linha, consult. 19 mai 2011]. Disponible em <http://www.liberation.fr/france/0109215325-la-memoire-blessee-des-juifs-du-camp-de-rivesaltes-comment-les-archives-ont-elles-fini-a-la-decharge>

de l'Ancien régime, jusqu'à la dernière loi en 2009, toutes rappellent à l'archiviste que ces sources sont tout aussi importantes. Dans cette perspective, un cadre de classement spécifique a été établi pour le traitement de ce type d'archives, accordant à chaque grand ensemble de typologie documentaire bien défini des cotes en séries et sous-séries<sup>2</sup>.

Mais elles n'ont pas pour autant été identifiées, classées ou même conditionnées en tant que sources historiques. Si leur apport paraît évident pour l'histoire de l'assistance et de la médecine, du Moyen Age jusqu'à l'époque contemporaine, certains documents s'y trouvent de manière pour le moins inattendue.

En effet, chaque hôpital, accueillant des malades, a pu se retrouver dépositaire d'archives qu'il n'a pas directement produit. Il peut s'agir de documents familiaux ou personnels que les patients ont emmené avec eux et qui n'ont pas été réclamés après leurs décès sur place. Le cas est fréquent sous l'Ancien Régime, lorsque ces établissements recueillaient des soldats de passage ou des voyageurs itinérants.

Il y a également le cas des donations: les hôpitaux, en tant qu'objet de charité, ont pu bénéficier de nombreuses donations, que ce soit dans des testaments ou dans le cadre de dotations spécifiques. Et ces donations ont pu concerner des propriétés foncières, dont les titres ont alors été transférés aux nouveaux propriétaires, voire des maisons ou habitations contenant des effets personnels, dont des archives alors déposées avec celle de l'hôpital.

Les cas de figure sont multiples, mais le sort de ces documents a été commun. Confiés entre les mains des administrateurs des hôpitaux dans le cadre de l'exercice de leur fonction, ils ont été classés, rangés aux côtés des autres documents produits par les services hospitaliers. Bien que rien ne les prédisposait à cela, ces archives ont ainsi pu, aux hasard des histoires qui se croisent en passant par l'hôpital, être sauvegardées aux côtés des archives hospitalières plus traditionnelles. Ensemble, elles constituent des fonds qu'il serait dommage de voir disparaître.

---

<sup>2</sup> *Abrégé d'archivistique: principes et pratiques du métier d'archiviste*. 2<sup>e</sup> ed., Paris: Association des Archivistes Français, 2007, p. 134.

### **La campagne de sauvegarde des Archives Départementales de l'Hérault (France)**

Les Archives départementales de l'Hérault, à Montpellier, ont lancé une campagne depuis plusieurs années maintenant, afin de tenter de sauver toute cette documentation.

La ville, en tant que centre économique et politique de l'ancienne province de Languedoc, puis du département de l'Hérault, compte pas moins de six grands hôpitaux qui se sont succédés, remplacés ou ont fonctionné en complémentarité tout au long de son histoire<sup>3</sup>. La proximité de l'Université de médecine, avec son enseignement et son lot d'étudiants devant parfaire leur pratique, n'est pas étrangère à cet état des choses. L'hôpital Saint-Eloi, l'hôpital général, l'hôpital suburbain, puis l'asile de Font-d'Aurelle, la clinique Saint-Charles, et enfin l'hôpital universitaire Lapeyronie ont chacun produit des archives qui leur étaient particulières. Grâce aux programmes de réformes hospitalières, et à la politique progressive d'uniformisation et de réunification d'hôpitaux anciens en un seul établissement mieux doté et plus efficace, ces établissements ont finalement constitué, dans le courant du XIXe siècle, les «hospices de Montpellier», au sein desquels chacun s'est vu confié une spécialisation médicale en complémentarité les uns avec les autres (hôpital psychiatrique, hôpital militaire, sanatorium, etc). Leurs archives respectives, pour la plupart, ont ainsi pu être, à leur tour, rassemblées au sein d'un grand ensemble documentaire portant le titre d' « archives des hospices de Montpellier ».

Ces archives ont, pendant des décennies, été conservées dans le sous-sol du bâtiment administratif où la commission prenaient ses décisions sous forme de délibérations. Elles y étaient classées, numérotées, et placées sous la surveillance et la responsabilité du greffier de la commission. Jusqu'à ce que, suite aux déménagements des services sur le site de l'hôpital Lapeyronie, à l'extérieur de la ville dans les années 1980, elle soient en quelque sorte abandonnées là. Les services hospitaliers avaient alors d'autres préoccupations fonctionnelles plus urgentes que de se soucier de la bonne conservation des sources de son histoire. Au risque de les voir disparaître...

Ce seront effectivement plusieurs inondations, entre 1992 et 1998, qui provoqueront la perte de nombreux registres et dossiers. Au contact de l'eau, les liasses se sont transformées en amas de papier illisible et fragile à la manipulation. Nombreux furent les mètres linéaires à être éliminés sans pour autant qu'un tri, voire même parfois une simple analyse, ait pu être effectué pour en estimer la nature et toute la valeur historique. Si les pertes furent définitives, elles permirent cependant à la commission administrative des hospices de Montpellier de prendre conscience de toute l'importance de la question des archives hospitalières.

---

<sup>3</sup> DULIEU, Louis & CRUZEL, Amédée-Charles – *Les hôpitaux de Montpellier et leur histoire, passé, présent, avenir*. Anduze: Offset, 1985.

Les Archives départementales, dépositaire légal des archives hospitalières, ont alors proposé leurs services pour tâcher de récupérer et de sauver les archives encore en état d'être conservées. Les archivistes ont pu dès lors entreprendre une véritable campagne de sauvegarde.

Ils sont allés chercher les documents dans le sous-sol, pour les ramener dans un bâtiment aux conditions atmosphériques beaucoup plus adaptées, à quelques mètres de là, dans un bâtiment refait à neuf selon des normes mises à jour, juste à côté de l'ancienne église des Récollets de Montpellier. Registres, liasses et pièces éparses ont alors été entreposés en vrac, avant de faire l'objet d'un tri et d'un classement qui pris plusieurs années consécutives.

Étant donnée la richesse des fonds concernés, le programme fut par la suite étendu aux autres établissements hospitaliers du département. À l'occasion de visites d'expertise ou d'inspections, nous encourageons ainsi les hôpitaux à nous verser leurs «vieux papiers» dont ils n'ont, en général, ni la place, ni le temps de s'occuper.

Grâce à cette première campagne, les Archives Départementales ont ainsi réussi à sauver environ 340 mètres linéaires d'archives. Les inventaires de ces fonds ont alors été rédigés et l'aboutissement technologique de ce travail est aujourd'hui la mis en ligne, sur le site Internet des Archives<sup>4</sup>, des inventaires à la disposition des usagers et des chercheurs.

Comme indiqué plus haut, les raisons de l'intégration de documents d'origine privés parmi ces fonds sont multiples. Y figurent des actes d'état civil, des parchemins, des photographies, voire même... un pistolet! Il est encore aujourd'hui conservé à l'hôpital de Béziers, où il a été amené lors de l'hospitalisation d'un homme blessé au début du XXe siècle: il y est resté suite au décès de son propriétaire, personne n'étant venu réclamer cet effet.

Chacune à leur manière, ces archives racontent beaucoup d'histoires, que nous pouvons reconstituer en complétant ces sources avec d'autres fonds, qu'il s'agisse d'archives privées ou publiques.

## Archives privées: l'administration foncière

La première chose qui vient à l'esprit sont les cas les plus classiques. Il s'agit tout d'abord des archives produites par l'hôpital dans le cadre de son administration.

---

<sup>4</sup> HYACINTHE, Rafaël – *Archives hospitalière (série HDT): Archives départementales de l'Hérault – Conseil général de l'Hérault*. [consult. 18 mai 2011]. Disponible en [http://archives.herault.fr/etat-general-des-fonds-et-inventaires-en-ligne-71131.html?PARAM1515=ModLevel\\_1%7CNOCLEAN\\_1&Ref=FRAD034\\_000000014&VIEW=382060&OPEN=382060#ARBO382060](http://archives.herault.fr/etat-general-des-fonds-et-inventaires-en-ligne-71131.html?PARAM1515=ModLevel_1%7CNOCLEAN_1&Ref=FRAD034_000000014&VIEW=382060&OPEN=382060#ARBO382060)

Comme évoqué plus haut, depuis le Moyen Age jusqu'à l'époque moderne, les revenus des hôpitaux proviennent de ses propriétés foncières, de la gestion des terres qui leur sont attribuées dans cette perspective. Source d'autonomie financière, ce patrimoine foncier nécessite cependant une gestion immobilière suivie. Dans ce cadre, les archives constituent une source de pérennité et de reconnaissance importante.

C'est ainsi que nous trouvons quantité de donations en faveur de l'hôpital. C'est presque religieusement, que ces documents ont été préservés, conservés comme autant de preuves juridiques pouvant être présentées en justice en cas de contestations par les propriétaires des alentours, voire par des héritiers à la mémoire courte. Officialisation des dernières volontés des testateurs, mais également documents antérieurs fournis pour assurer le suivi de l'exploitation agricole le plus souvent (baux fonciers, etc), ces documents sont autant d'opportunités de trouver des renseignements sur l'histoire des grandes familles montpelliéraines.

Car tous ces titres de propriétés, une fois intégrés aux archives de l'hôpital, sont des documents souvent inédits: personne ne soupçonnant leur existence dans ces fonds, il faut attendre que la mention de la donation à l'hôpital puisse indiquer au généalogiste ou à l'historien local où se trouvent les documents pour qu'ils viennent les y chercher.

Et les surprises sont parfois multiples.

Actes notariés de vente, d'achat, d'échange permettent de suivre la logique patrimoniale au sein de la ville et à l'extérieur de son ancienne enceinte médiévale, parfois pendant plusieurs générations avant la donation. Et parfois celle-ci ne constitue pas la fin de l'histoire: elles ont pu être suivies de procédures interminables, attaques en justice de la part des héritiers du donateur n'approuvant pas le placement des biens fonciers familiaux aux mains d'un établissement hospitalier public. Les recours, les appels, les procédures interminables ont été assumés par des procureurs de l'hôpital, actions juridiques longues et coûteuses laissant à leur tour des traces dans les archives, avec la défense des parties adverses, jusqu'au jugement final. Autant de sources pour l'histoire sociale, juridique et économique de Montpellier et de ses environs.

Pour l'hôpital général de Montpellier, ce ne sont pas moins de 618 articles qui ont pu être constitués à partir de ce type de documents, rien que pour le siècle et demi qui précède la Révolution française<sup>5</sup>. Souvent négligés par les chercheurs plus intéressés par des documents plus en rapport direct avec l'hôpital, ce sont autant

<sup>5</sup> HYACINTHE, Rafaël - *Hôpital général Saint-Charles de Montpellier: archives antérieures à 1790 - 3 HDT B 1-618 - Titres de propriétés, revenus (1205-1790)* : Archives départementales de l'Hérault - Conseil général de l'Hérault. [consult. 18 mai 2011]. Disponible em [http://archives.herault.fr/Hopital\\_general\\_de\\_Montpellier\\_1139\\_1790\\_3\\_HDT-1515.html?PARAM1515=ModLevel\\_2%7CNOCLEAN\\_1&Ref=FRAD034\\_3\\_HDT\\_avant\\_1790&VIEW=196791](http://archives.herault.fr/Hopital_general_de_Montpellier_1139_1790_3_HDT-1515.html?PARAM1515=ModLevel_2%7CNOCLEAN_1&Ref=FRAD034_3_HDT_avant_1790&VIEW=196791)

d'entrées dans les histoire familiales que la recherche, universitaire ou érudite, néglige malheureusement.

Il faut avouer: qui aurait l'idée d'avoir recours, de vérifier systématiquement si des entrées intéressantes peuvent se trouver dans les fonds des hôpitaux? Les gens y ont recours le plus souvent pour avoir des détails ou des confirmations sur l'état de santé d'un ou d'une aïeul, voire y trouver des compléments d'information d'état civil indisponibles par ailleurs. C'est l'usage le plus répandu des Archives hospitalières.

Or, il s'agit d'une ressource historique qui mériterait une exploitation plus importante: ces documents, couvrant des périodes chronologiquement longues, peuvent apporter un éclairage, un témoignage utile pour suivre non seulement l'évolution du parcellaire, l'extension progressive du tissu urbain à l'extérieur des anciennes enceintes qui délimitaient auparavant la ville, mais également les alliances et divisions familiales, le tout sous un angle complètement nouveau pour la recherche.

### **Archives privées: charités particulières.**

Un autre thème intéressant est celui, plus traditionnel, de l'histoire de l'assistance.

Tout au long de l'époque moderne, les monarchies européennes ont mené des réformes successives, tendant progressivement à réunir les petits hôpitaux et les fondations privées en un seul hôpital municipal<sup>6</sup>. Ce fut notamment le cas en France entre 1672 et 1693, par l'intermédiaire de l'Ordre militaire de Saint-Lazare de Jérusalem. Ancienne institution croisée chargée du soin des lépreux à Jérusalem, elle trouve sous le roi Soleil une reconnaissance nouvelle en tant qu'ordre royal, faisant bénéficier à des militaires méritants d'un titre et d'une rente.

Toute une organisation est mise en place sous la supervision d'une instance propre, installée à l'Arsenal de Paris, où plusieurs juristes obtiennent un édit imposant l'union de tout hôpital ou léproserie considérés comme désaffecté à l'Ordre. De cette vaste entreprise résultent des recherches de la part des frères de l'Ordre au sein des archives disponibles. Ces enquêtes visent à récupérer les preuves relatives aux domaines concernés, pour à la fois permettre une estimation de leur étendue, mais surtout pour en justifier l'aliénation au profit de l'ordre. Tous ces documents sont rassemblés à Paris, jusqu'en l'an 1693, lorsque, à cause de procédures de plus en plus nombreuses et de plus en plus complexes à traiter, l'édit de 1672 est finalement annulé: les hôpitaux réunis seront dévolus aux hôpitaux généraux des différentes

---

<sup>6</sup> HICKEY, Daniel – *Local Hospitals in Ancien Regime France – 1530-1789*. Montreal: McGill-Queen's Press, 1997, ISBN 0773515402.

villes importantes du royaume. Il s'agit des terrains, des bâtiments, mais également de leurs archives<sup>7</sup>.

C'est ainsi que la fondation de la léproserie de Montpellier, exemple bien connu remontant au XIII<sup>e</sup> siècle, est documentée grâce aux documents figurant dans le fonds de l'Hôpital général. Ses statuts, révélateurs de son fonctionnement comme entité religieuse médiévale, y sont transcrits et même traduits du latin en français<sup>8</sup>. Suite à l'édit de 1693, le vaste terrain de l'ancienne léproserie est accordé à l'hôpital général, qui en tirera le plus grand profit en le revendant à la municipalité de Montpellier qui y fera bâtir un nouveau cimetière dont le nom, Saint-Lazare, perpétue encore aujourd'hui le souvenir du bâtiment où vivaient religieusement en reclus ces malades réputés contagieux et incurables<sup>9</sup>.

De même, la gestion des petits hôpitaux locaux de la fin du Moyen Age jusqu'au dernier siècle précédant la révolution française, est un aspect peu étudié, car peu représenté dans les fonds d'archives plus traditionnels. Les chercheurs en général se contentent de regarder les sources communales, plongeant dans de longues séries de délibérations pour y récolter de minces renseignements. Il faut dire que ces archives, comptes et inventaires, une fois contrôlés annuellement par les autorités communales, étaient rendus à leur producteur (le plus souvent l'un des consuls nommés à tour de rôle) qui en disposait selon sa guise.

Mais la réforme hospitalière de 1672-1693, évoquée plus haut, a pu permettre à des hôpitaux de récupérer ces documents. Les frères de Saint-Lazare ont pu obtenir de tels documents, ou du moins ceux produits pendant les décennies précédentes: face à l'autorité royale qu'ils représentaient, l'autorité communale n'avait d'autre choix que de remettre ses titres et pièces d'administration. Or, une fois encore, lors de l'annulation de la Réforme, lorsque ces établissements sont réunis aux hôpitaux généraux des villes principales du royaume, il en est de même de ces archives rares.

C'est ainsi que parmi les titres de propriétés de l'Hôpital général de Montpellier, on trouve deux sacs où sont rassemblés tous les comptes remis annuellement aux consuls depuis les quarante dernières années<sup>10</sup>. Ces documents, utilisés à l'origine pour justifier des comptes, nous donnent des détails précis sur la répartition des

<sup>7</sup> HYACINTHE, Rafaël – La Couronne, les villes et l'Ordre de Saint-Lazare: les tentatives de réformes hospitalières de l'époque moderne (Espagne, France), *Ciudad y Hospital en el Occidente Europeo (1300-1700)*. Lleida: Milenio, 2012.

<sup>8</sup> HYACINTHE, Rafaël – *Hôpital général Saint-Charles de Montpellier: archives antérieures à 1790 – 3 HDT C 8 – Manuscrit de sept pages intitulé: histoire chronologique de l'Hôpital Saint-Lazare ou maladrerie de Castelnaud*: Archives départementales de l'Hérault – Conseil général de l'Hérault. [consult. 18 mai 2011]. Disponible em [http://archives.herault.fr/Hopital\\_general\\_de\\_Montpellier\\_1139\\_1790\\_3\\_HDT-1515.html?PARAM1515=ModLevel\\_2%7CNOCLEAN\\_1&sRef=FRAD034\\_3\\_HDT\\_avant\\_1790&VIEW=197455](http://archives.herault.fr/Hopital_general_de_Montpellier_1139_1790_3_HDT-1515.html?PARAM1515=ModLevel_2%7CNOCLEAN_1&sRef=FRAD034_3_HDT_avant_1790&VIEW=197455)

<sup>9</sup> LE GRAND, Léon – *Statuts d'Hôtels-Dieu et de léproseries: recueils de textes du XII<sup>e</sup> au XIV<sup>e</sup> siècles*. Paris: Picard, 1901.

<sup>10</sup> HYACINTHE, Rafaël – *Hôpital général Saint-Charles de Montpellier: archives antérieures à 1790 – 3 HDT B 9 – Propriétés de l'Hôpital général de Montpellier, provenant notamment d'hôpitaux du diocèse de Montpellier réunis à l'Hôpital général (1649-1787)*: Archives départementales de l'Hérault – Conseil général de l'Hérault. [consult. 18

distributions alimentaires dans le village lors d'intempéries ou d'épidémies, sur l'entretien et la disposition des bâtiments, et sur leur usage au quotidien. Des données précises s'y trouvent sur le nombre de personnes ayant recours à ce service tout au long de cette période. Ce sont autant de sources d'histoire sociale et économique. Une première étude a ainsi pu être proposée et publiée sous les auspices du Conseil général de l'Hérault<sup>11</sup>.

Si au final, la gestion de ces petits hôpitaux n'a pas été meilleure (la plupart ont été affermés comme source supplémentaire de revenus pour l'établissement principal) que celle des frères de Saint-Lazare par la suite, il n'en demeure pas moins que leur recherche assidue de preuves et de sources antérieures aura été, tout compte fait, une chance pour l'historien de l'assistance d'aujourd'hui<sup>12</sup>.

### Archives privées: destins individuels

Dans les archives hospitalières est également consigné un aspect plus sombre des histoires privées et familiales.

En plus des malades, l'Hôpital général de Montpellier accueillait les enfants abandonnés. Il s'agit au début d'un des nombreux aspects de la politique du grand Renfermement initié par le roi de France Louis XIV, et selon laquelle tout élément marginal de la société pouvait y être réintégré par l'intermédiaire des hôpitaux généraux, à la fois centres de détention, centre d'accueil et centre d'apprentissage<sup>13</sup>. Aux côtés des mendiants, fous et femmes publiques, les enfants dont les parents ne pouvaient assumer la charge étaient pris en charge. Tout d'abord envoyés aux Cévennes ou dans le Larzac pour être entretenus par une nourrice, ils sont ensuite éduqués derrière les murs de l'hôpital, où une instruction religieuse et professionnelle leur est fournie.

A partir de la Révolution française, l'assistance prodiguée aux orphelins et enfants abandonnés devient partie intégrante de l'assistance publique. Elle fait d'ailleurs l'objet d'une organisation matérielle des plus avancées. C'est ainsi qu'en 1822 est installé à Montpellier un «tour», réceptacle circulaire monté sur un pivot intégré dans un des murs de l'hôpital. Grâce à ce dispositif, les parents pouvaient

---

mai 2011]. Disponible en [http://archives.herault.fr/Hopital\\_general\\_de\\_Montpellier\\_1139\\_1790\\_3\\_HDT-1515.html?PARAM1515=ModLevel\\_2%7CNOCLEAN\\_1&sRef=FRAD034\\_3\\_HDT\\_avant\\_1790&VIEW=196801](http://archives.herault.fr/Hopital_general_de_Montpellier_1139_1790_3_HDT-1515.html?PARAM1515=ModLevel_2%7CNOCLEAN_1&sRef=FRAD034_3_HDT_avant_1790&VIEW=196801)

<sup>11</sup> HYACINTHE, Rafaël – Les comptes des hôpitaux Baillargues et Saint-Brès (1649-1679): la charité communale à l'époque moderne, *Études Héraultaises*, Montpellier: Conseil général de l'Hérault, 2010, pp. 239-253.

<sup>12</sup> LA COSTE-MESSELIÈRE, René de; JUGNOT, Gérard; TREUILLE, Henri – Fonds des XVIIe-XVIIIe siècles et sources de l'histoire hospitalière médiévale en Languedoc XIIe-XIVe siècle. *Cahiers de Fanjeaux*, vol. 13 (1978), pp. 283-318.

<sup>13</sup> FOUCAULT, Michel – *Histoire de la folie à l'âge classique*. Paris: Gallimard, 1976.

laisser anonymement l'enfant, alors recueilli à l'intérieur par une «sœur tourière» qui s'empresse de le faire baptiser et surtout de le déclarer comme «enfant trouvé».

Toute cette organisation a été à l'origine de sources archivistiques spécifiques. L'Hôpital général conserve ainsi plusieurs mètres linéaires concernant cet aspect de l'assistance publique. Il s'agit soit de registres de dépôt, où sont consignées les déclarations en question, soit de relevés comptables pour la nourriture et le vêtement fourni à chaque enfant, et enfin des relevés de notes et remarques sur leur conduite et leur travail jusqu'à leur majorité<sup>14</sup>.

Si ces fonds ont pu être étudiés dans le cadre de la mise en place et du développement de l'assistance publique<sup>15</sup>, ils n'en demeurent pas moins des sources précieuses pour l'histoire de la vie privée.

Il est ici question de l'histoire de familles certes décomposées. Certaines notes avec quelques mots, marques laissées avec les enfants au moment de leur abandon, nous donnent des indices sur les raisons de ce geste lourd de conséquence. Certains passages des Evangiles accrochés aux vêtements de l'enfant, recopié puis collé dans le registre de déclaration comme autant de preuve d'abandon, peuvent être aujourd'hui compris comme autant de références à la sensibilité religieuse de l'époque, sensibilité particulièrement aiguë dans ces moments difficiles. Enfant la description précise des habits portés par l'enfants sont autant d'indices sur la situation sociologique de l'époque. Histoire des mentalités, histoire économique et histoire sociale s'entremêlent dans les pages de ce même registre.

De plus, souvent cette histoire familiale est souvent d'ailleurs recomposée par la suite: les enfants trouvés étaient pris en charge par l'hôpital jusqu'à ce qu'ils se trouvent un métier, ou une position sociale. Dans plus d'un arbre généalogique, certaines branches n'ont ainsi pas de prolongations, «coupées» en quelque sorte, suite à un abandon. Et il arrive parfois qu'à l'occasion de recherches familiales, plus d'un généalogiste en vienne à consulter le fonds de l'hôpital général qui seul, détient les quelques rares souvenirs de cet aïeul confié par ses parents à l'établissement public qui a su en prendre la charge. Et bien que plusieurs générations soient passées depuis, nous avons souvent à faire, en salle de lecture, à des personnes découvrant la preuve écrite d'une histoire jusque-là passée sous silence, voire à peine chuchotée par des aïeuls. C'est ainsi que les archives hospitalières conservent plus d'un secret passé sous silence dans les archives privées.

<sup>14</sup> HYACINTHE, Rafaël – *Hôpitaux de Montpellier (1790-1937) – 3 HDT 1 Q 448: Organisation générale du service des enfants assistés*. Archives départementales de l'Hérault – Conseil général de l'Hérault. [consult. 18 mai 2011]. Disponible em [http://archives.herault.fr/Hopitaux\\_de\\_Montpellier\\_1790\\_1937\\_3\\_HDT-1515.html?PARAM1515=ModLevel\\_2%7CNOCLEAN\\_1&Ref=FRAD034\\_000000586&VIEW=183897](http://archives.herault.fr/Hopitaux_de_Montpellier_1790_1937_3_HDT-1515.html?PARAM1515=ModLevel_2%7CNOCLEAN_1&Ref=FRAD034_000000586&VIEW=183897)

<sup>15</sup> SHORTER, Edward – *Naissance de la famille moderne*. Paris: Seuil, 1977.

## Archives privées: charges publiques

Les archives hospitalières nous réservent encore d'autres surprises. Il s'agit de documents que nous pourrions qualifier de mal classés, voire perdus, mais dont le rattachement aux fonds hospitalier a permis la sauvegarde. Il n'était alors effectivement pas rare que, dans le cadre de l'exercice de leurs charges, des personnes assumant une fonction publique ramènent chez elles des documents, les séparant ainsi du fonds constitué dans le cadre de son exercice. A l'occasion de traitements de fonds privés, il ne nous est pas rare de trouver, avec les archives personnelles d'individus ayant exercé des charges publiques, des éléments relevant de leur fonction professionnelle. Plus d'un consul, médecin, notaire ou avocat de l'Ancien régime conservaient à leur domicile les documents propres à leur activité, sans que ceux-ci aient pu être, par la suite, récupérés par leurs successeurs, parfois volontairement, parfois par simple oubli. Parmi ces chemins détournés, se trouve celui menant à l'hôpital.

Nous avons par exemple le cas de François Redon, le vicaire de Saint-Anne, l'une des églises principales de Montpellier. A la fin de sa vie, en 1703, il fait inscrire dans son testament sa volonté de donner tous ses biens aux pauvres de l'hôpital. Une fois décédé, tous ses effets sont transférés auprès des administrateurs de l'hôpital général. Il s'agit des titres relatifs à ses biens immobiliers, mais également de ses biens mobiliers: tous ses meubles sont alors amenés à l'hôpital... en même temps que les archives qui se trouvaient avec!

Or parmi ces archives conservées à domicile se trouvent bel et bien des archives professionnelles. En ce cas précis, ces pièces d'archives auraient dû être réintégrées aux archives du clergé séculier de la ville, où figure aujourd'hui tous les documents relatifs à l'entretien des édifices religieux (églises, chapelles, oratoires) et au financement des services liturgiques censés s'y dérouler. Elles constituent la série G des Archives départementales de l'Hérault, série reconstituée tant bien que mal au XVIIIe siècle par les chanoines de Montpellier, suite aux dévastations des Guerres de Religions: il s'agit pour la plupart de copies, les originaux ayant été brûlés dans la tourmente de la Réforme protestante, quand elles n'ont pas été tout simplement détruites à l'occasion de la Révolution française<sup>16</sup>. Les archives relatives aux travaux de décoration et d'embellissement de l'église Sainte-Anne auraient dû subir le même sort, si le vicaire n'avait pas confié tous ses biens à l'hôpital. C'est ainsi que, parmi les archives hospitalières de la ville, l'on trouve des données importantes sur l'histoire des édifices religieux de Montpellier et de la manière dont s'affiche et se diffuse les idéaux hagiographiques de la Contre-réforme catholique dans l'une des villes principales de la province de Languedoc.

<sup>16</sup> GOURON, Marcel – *Clergé séculier (XIIIe-XVIIIe siècles): Répertoire numérique de la série G*. Archives départementales de l'Hérault – Conseil général de l'Hérault. 1970 [consult. 10 juin 2011]. Disponible en <http://archives.herault.fr/data/files/inventaires/Anciennes/G.pdf>

Nous avons ainsi des sources inédites sur la décoration de l'église. Il s'agit de notamment d'une commande passée en 1689, avec le peintre local célèbre Antoine Ranc. Cette commande est un prix-fait dans lequel est spécifiée la composition souhaité pour un retable devant représenter la Sainte-Famille: ce document précise les personnages devant être représentés et leur position respective<sup>17</sup>. Cette œuvre a malheureusement été perdue depuis, mais ce document nous donne une description précise de la composition hagiographique souhaitée. Il s'agit d'une source documentaire inédite pour l'histoire de l'art, et notamment les programmes picturaux mis en scène par le clergé catholique en pleine période de Contre-Réforme<sup>18</sup>.

Un autre exemple analogue concerne l'ordre militaire et hospitalier de Saint-Jean de Jérusalem. Aujourd'hui, les archives relatives à la gestion des commanderies du sud du royaume de France sont, pour la plupart, conservées avec les autres archives du prieuré de Saint-Gilles, aujourd'hui entreposées aux Archives départementales d'Aix-en-Provence. C'est le fonds le plus consulté par les historiens étudiant la constitution du patrimoine foncier permettant d'assurer un soutien logistique pour la croisade en Mer méditerranée<sup>19</sup>.

Les Archives départementales conservent quelques épaves des documents de la gestion de la commanderie principale de Montpellier, dite du Petit-Saint-Jean, dans la sous-série 55 H, consacrée aux clergé régulier<sup>20</sup>. Plans terriers et actes de donations permettent d'en reconstituer l'histoire<sup>21</sup>. Mais, par le même processus que celui décrit plus haut concernant le vicaire de Saint-Anne, tout un pan de l'histoire de l'une des dépendances principales de cette commanderie, à savoir la métairie ou Mas Dandos, est conservé parmi les archives hospitalières. Entre 1643 et 1671, le chevalier Bertrand Tournezy est frère de Saint-Jean de Jérusalem. Il se voit confier par le grand maître la charge de l'administration de la commanderie de Montpellier,

<sup>17</sup> HYACINTHE, Rafaël – *Hôpital général Saint-Charles de Montpellier: archives antérieures à 1790 – 3 HDT B 56 Succession de François Redon, ancien curé de la paroisse Sainte-Anne, décédé le 28 juillet 1703*. Archives départementales de l'Hérault – Conseil général de l'Hérault. [consult. 18 mai 2011]. Disponible en [http://archives.herault.fr/Hopital\\_general\\_de\\_Montpellier\\_1139\\_1790\\_3\\_HDT-1515.html?PARAM1515=ModLevel\\_2%7CNOCLEAN\\_1&sRef=FRAD034\\_3\\_HDT\\_avant\\_1790&VIEW=196854](http://archives.herault.fr/Hopital_general_de_Montpellier_1139_1790_3_HDT-1515.html?PARAM1515=ModLevel_2%7CNOCLEAN_1&sRef=FRAD034_3_HDT_avant_1790&VIEW=196854)

<sup>18</sup> SAUZET, Robert – *Contre-réforme et réforme catholique en Bas-Languedoc au XVIIème siècle*. Paris: éditions de la Sorbonne, 1979.

<sup>19</sup> BARATIER, Edouard; VILLARD, Madeleine – *Répertoire de la série H – 56 H: grand prieuré de Saint-Gilles des Hospitaliers de Saint-Jean de Jérusalem*. Archives départementales des Bouches-du-Rhône, Marseille, 1966. Voir par exemple l'ouvrage PRESSOUYRE Léon & LUTTRELL Anthony (eds.) – *La commanderie, institution des ordres militaires dans l'Occident médiéval*. Paris: CTHS, 2002.

<sup>20</sup> PHILIPPE, Annette; BONNOT, Isabelle; VALLS, Liberto – *Clergé régulier (787-1794) Répertoire méthodique de la série H*. Archives départementales de l'Hérault – Conseil général de l'Hérault. 1994 [consult. 10 juin 2011]. Disponible en [http://archives.herault.fr/Clerge\\_regulier\\_serie\\_H-1515.html?PARAM1515=ModLevel\\_2&sRef=FRAD034\\_H.xml&RAZRECHINV=1](http://archives.herault.fr/Clerge_regulier_serie_H-1515.html?PARAM1515=ModLevel_2&sRef=FRAD034_H.xml&RAZRECHINV=1)

<sup>21</sup> CARRAZ, Damien – *L'Ordre du Temple dans la basse vallée du Rhône (1124-1312): Ordres militaires, croisades et sociétés méridionales*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon (Collection d'histoire et d'archéologie médiévales, 17), 2005.

charge qu'il exercera jusqu'à son décès. Les documents produits dans le cadre de cette administration resteront dans la famille, jusqu'à ce que Jean Tournezy concède en 1687 la succession familiale à l'hôpital général. Nous trouvons ainsi plusieurs actes notariés concernant des achats et contrats passés par plusieurs membres de la famille pendant tout le XVII<sup>e</sup> siècle<sup>22</sup>. Mais surtout, nous trouvons plusieurs pièces intéressantes, relatives à la commanderie de Montpellier. Il s'agit de baux à ferme pour le pâturage de bestiaux sur les terres et des arrentements d'autres dépendances, autant de sources de renseignements sur l'histoire économique de la région. Mais on trouve également la liste du personnel employés dans cette seigneurie et un remboursement de dégâts provoqués par le passage des garnisons royales en 1669 envers les membres de ce personnel d'origine juive<sup>23</sup>.

Il s'agit d'éléments méconnus des tensions religieuses encore vives au sein d'un établissement catholique hospitalier situé à l'extérieur de cette ville encore récemment reconquise sur les Protestants par l'armée royale un demi-siècle auparavant, dans le contexte du durcissement vis à vis de l'édit de tolérance. Ce sont des sources complémentaires, inédites à ce jour, pour l'histoire moderne.

### Archives privées: pratiques particulières.

Nous avons pu jusqu'ici évoquer des archives relatives à des appartenances communautaires officielles et officialisées. Mais le caractère imprévisible du recours d'un individu aux services d'un hôpital nous donne l'opportunité d'évoquer des appartenances moins mises en évidence, si ce n'est secrètes.

L'histoire des confréries francs-maçonnnes est longtemps restée exclue des études universitaires. Encore aujourd'hui, ce nom évoque des rassemblements douteux, effectués en secret, et les fantasmes de conspirations entachent une vision claire, ou du moins historiquement fiable<sup>24</sup>. Le cas de la loge de Montpellier demeure par exemple obscure: la confrérie ayant eu à souffrir de divisions multiples, ses

<sup>22</sup> HYACINTHE, Rafaël – *Hôpital général Saint-Charles de Montpellier: archives antérieures à 1790 – 3 HDT B 30-32: Succession de Jean Tournezy, décédé le 5 mai 1684*. Archives départementales de l'Hérault – Conseil général de l'Hérault. [consult. 18 mai 2011]. Disponible em [http://archives.herault.fr/Hopital\\_general\\_de\\_Montpellier\\_1139\\_1790\\_3\\_HDT-1515.html?PARAM1515=ModLevel\\_2%7CNOCLEAN\\_1&sRef=FRAD034\\_3\\_HDT\\_avant\\_1790&VIEW=196791](http://archives.herault.fr/Hopital_general_de_Montpellier_1139_1790_3_HDT-1515.html?PARAM1515=ModLevel_2%7CNOCLEAN_1&sRef=FRAD034_3_HDT_avant_1790&VIEW=196791)

<sup>23</sup> HYACINTHE, Rafaël – *Hôpital général Saint-Charles de Montpellier: archives antérieures à 1790 – 3 HDT B 32: Archives professionnelles de Bertrand Tournezy, chevalier de Saint-Jean de Jérusalem (1612-1671)*. Archives départementales de l'Hérault – Conseil général de l'Hérault. [consult. 18 mai 2011]. Disponible em [http://archives.herault.fr/Hopital\\_general\\_de\\_Montpellier\\_1139\\_1790\\_3\\_HDT-1515.html?PARAM1515=ModLevel\\_2%7CNOCLEAN\\_1&sRef=FRAD034\\_3\\_HDT\\_avant\\_1790&VIEW=196791](http://archives.herault.fr/Hopital_general_de_Montpellier_1139_1790_3_HDT-1515.html?PARAM1515=ModLevel_2%7CNOCLEAN_1&sRef=FRAD034_3_HDT_avant_1790&VIEW=196791)

<sup>24</sup> DACHEZ Roger – *Histoire de la Franc-maçonnerie Française*. Paris: Presses Universitaires de France, Collection «Que sais-je?», 2003.

archives furent dissipées et dispersées au fil de temps, ne pouvant constituer à ce jour un fonds consacré à son histoire.

Néanmoins, le hasard fait parfois bien les choses. Il s'agit du même hasard qui a mené les archives du vicaire de Saint-Anne et du chevalier de Saint-Jean de Jérusalem dans les archives de l'hôpital général. Parmi celles-ci figurent également les documents trouvés sur les patients venant à l'hôpital. Le plus souvent, ceux-ci repartent une fois guéris de leur maladie. Mais en cas de décès, les administrateurs de l'hôpital peuvent, si une famille ne vient pas demander de récupérer les effets en question, les conserver comme leurs biens propres.

C'est qu'il advint en 1789. Un dénommé François Jean, maître tisserand de Montpellier, vient à mourir derrière les murs de l'Hôpital général. Personne ne venant réclamer le cadavre, celui-ci est inhumé dans le cimetière adjacent au terrain de l'hôpital, avec les autres pauvres passants et malades anonymes. Mais les administrateurs récupèrent un document plié en un carré de taille suffisante pour tenir dans une poche. C'est ainsi qu'il sera conservé parmi les archives de l'hôpital pendant près de deux siècles. Lors des versements aux Archives Départementales, le document fut mis à plat et conditionné: il s'agit d'une pièce de parchemin de grande taille, avec toute une décoration au fusain, et ornée d'un sceau de cire rouge. L'iconographie des dessins et du sceau reprennent les symboles traditionnels de la franc-maçonnerie (L'équerre et le compas, le maillet et le ciseau, le niveau et le fil à plomb, la règle et le levier, la truelle). Le contenu du texte est également limpide: il s'agit d'un diplôme de réception de François Jean au sein de la loge de Montpellier<sup>25</sup>. C'est un document rare, qui atteste de l'influence de cette confrérie parmi les artisans de la ville dès la fin de l'Ancien Régime, à peine quelques mois après l'avènement de la Révolution française.

Ce type de document ne se retrouve en général que parmi les archives familiales. Les archives hospitalières permettent aux francs-maçons du passé de sortir de l'ombre de l'historiographie traditionnelle. Il s'agit d'une source première et inédite pouvant être utilisée pour réécrire leur histoire.

---

<sup>25</sup> HYACINTHE, Rafaël – *Hôpitaux de Montpellier (1790-1937) – 3 HDT Z 5-1: papiers délaissés par les décédés (lettre J)*. Archives départementales de l'Hérault – Conseil général de l'Hérault. [consult. 18 mai 2011]. Disponible em [http://archives.herault.fr/Hopitaux\\_de\\_Montpellier\\_1790\\_1937\\_3\\_HDT-1515.html?PARAM1515=ModLevel\\_2%7CNOCLEAN\\_1&sRef=FRAD034\\_000000586&VIEW=183897](http://archives.herault.fr/Hopitaux_de_Montpellier_1790_1937_3_HDT-1515.html?PARAM1515=ModLevel_2%7CNOCLEAN_1&sRef=FRAD034_000000586&VIEW=183897)

### Archives privées: histoire militaire.

L'histoire militaire trouve dans les archives privées des nombreuses sources. Au delà des archives officielles, les archives militaires des individus, que ce soient états de services, des diplômes, voire des cahiers, donnent une version particulière à cette histoire: ce sont autant de récits donnés de l'intérieur, racontant et témoignant d'un vécu variant d'un individu à l'autre.

Mais une fois encore, l'hôpital joue un rôle important dans cette perspective. Le dernier exemple concerne les guerres qui ont déchiré l'Europe de 1870 jusqu'à 1945. Comme nous pouvons nous y attendre, les nombreux soldats blessés étaient alors ramenés du front pour être ensuite dispersés dans les différents hôpitaux du territoire.

Ils amenèrent avec eux les images ce qu'ils venaient de vivre. Cela prend la forme, bien entendu, de livrets militaires, mais également de fragments de journal et autres épaves de papier contenant parfois des allusions, voire des descriptions plus détaillées des batailles et de leurs lourdes conséquences psychologiques. Nous trouvons également des cartes et lettres qui, n'ayant jamais été envoyées, racontent ce vécu. Ces documents nous permettent de reconstituer le drame de la guerre et le souvenir des destins qui s'y sont brisés.

Par exemple, nous conservons aux Archives départementales de l'Hérault les dossiers médicaux relatifs aux soldats ramenés du front entre 1914 et 1918, et alors hospitalisés au sein du service des «maladies nerveuses». Ces mots désignent en fait un internement pour les soldats jugés inaptes à repartir au front ou à se réintégrer à la société. Le suivi et les traitements indiqués montrent bien les bouleversements psychologiques, les traumatismes ramenés du front<sup>26</sup>. Il s'agit d'un point de vue de la guerre peu évoqué dans les sources officielles de l'époque, mais dont nous sommes aujourd'hui dépositaires.

Jusqu'à présent, ce type de documents n'étaient d'ailleurs que peu consultés, mais nous les utilisons désormais régulièrement dans le cadre d'animations scolaires, restituant aux yeux des enfants les vies familiales individuelles brisées qui sont cachées derrière les commémorations de victoires. Ces documents contribuent à donner une image prenante, parfois encore très vivante, de notre passé national.

<sup>26</sup> HYACINTHE, Rafaël – *Hôpitaux de Montpellier (1790-1937) – 3 HDT R 1 à 13: dossiers médicaux des malades militaires (1914-1918)*. Archives départementales de l'Hérault – Conseil général de l'Hérault. [consult. 18 mai 2011]. Disponible en [http://archives.herault.fr/Hopitaux\\_de\\_Montpellier\\_1790\\_1937\\_3\\_HDT-1515.html?PARAM1515=ModLevel\\_2%7CNOCLEAN\\_1&sRef=FRAD034\\_000000586&VIEW=183896](http://archives.herault.fr/Hopitaux_de_Montpellier_1790_1937_3_HDT-1515.html?PARAM1515=ModLevel_2%7CNOCLEAN_1&sRef=FRAD034_000000586&VIEW=183896)

## Conclusion:

### les archives hospitalières, source de renaissance d'archives privées

Tous ces éléments contribuent à souligner le rôle inattendu des archives hospitalières. L'hôpital joue effectivement un rôle prédominant dans le témoignage d'une époque. S'il a été qualifié de source d'une histoire «totale» par l'historien Michel Mollat<sup>27</sup>, nous pouvons avancer ici qu'il joue également un rôle de miroir de la société qu'il représente aux différentes périodes de son existence. Au delà de ce miroir sont conservées autant d'archives privées souvent inconnues, voire négligées par les historiens travaillant autant sur le domaine public que le domaine privé. Ceci justifie l'importance que nous accordons, aux Archives départementales de l'Hérault, aux versements des archives hospitalières et à leur mise à disposition en faveur des chercheurs, voire même du grand public dans le cadre d'animations culturelles et éducatives.

Une des conséquences est le rôle primordial des archivistes. D'une certaine manière, afin de collecter ces sources, et leur rendre leur juste place aux côtés des autres fonds, et notamment aux côtés des archives privées, il faut que l'archiviste se rende à l'hôpital.

Là, bien entendu, les services administratifs espéreront qu'il emportera les dossiers médicaux, mais il ne doit pas oublier les petites liasses en vrac, dont plus personne ne se préoccupe, stockées dans les caves, voire dispersées dans différents locaux. S'ils ont fait l'objet d'un premier classement quelconque, il devra faire attention à respecter ce classement, car il peut refléter la raison de leur présence dans ces fonds hospitaliers.

Mais le plus important restera l'analyse et l'indexation des documents. Nous l'avons vu, nous avons à faire à des documents complètement inédits pour la plupart, certains datant de périodes antérieures au fonctionnement de l'hôpital. Leur existence doit faire l'objet d'une communication soutenue. La rédaction d'inventaires, accessibles en ligne avec la recherche en plein-texte, est un aspect primordial de notre travail: il faut que toute personne, assise derrière son ordinateur, de quelque endroit du monde, puisse apprendre l'existence de ces archives. Car elles peuvent intéresser les étudiants, les historiens ou tout simplement des particuliers dont les ancêtres ont pu mourir à l'étranger à l'occasion des guerres mondiales, par exemple. Ce sont des épaves qui peuvent contribuer à développer plus d'une perspective historique.

Après avoir été sauvegardés par les hôpitaux, elles ont besoin de notre protection pour la recherche historique à venir, qui se verra enrichie, de part et d'autre de ce miroir, d'autant de regards et de témoignages croisés.

---

<sup>27</sup> MOLLAT, Michel – *Les Pauvres au Moyen Age*. Paris: éditions complexes, 2006.

# O tratamento de um arquivo de família: o Arquivo João Martins Ferreira

*Paula Cunha*

No Arquivo Histórico do Porto, instalado na Casa do Infante, conserva-se o património documental acumulado desde a Idade Média pela autarquia portuense. Integrado no Departamento Municipal de Arquivos, este serviço funciona como instrumento de apoio à *gestão camarária* e ao *cidadão*, sendo particularmente activo na área da Cultura através de programas de difusão da informação de natureza cultural e educativa.

É detentor de um valioso acervo de que se destacam, entre outras séries, as actas de vereação, os registos contabilísticos, a correspondência recebida e expedida, os registos de bens, as escrituras notariais, os projectos urbanísticos, os documentos relativos a obras públicas, as licenças de construções particulares, testemunhos do vasto leque de competências e atribuições desenvolvidas pela Câmara do Porto.

Possui também à sua guarda diversos arquivos de origem privada, adquiridos por doação e/ou compra. Deste conjunto, gostaríamos de salientar alguns arquivos familiares e pessoais, como os da Casa de Abrantes, da Casa da Fábrica, da Quinta do Rio e os documentos em pergaminho da família Brandão Pereira e da família Ferreira.

O arquivo João Martins Ferreira foi adquirido pelo Município do Porto em 1995. No ano anterior, um livreiro colocara à venda um conjunto de noventa e três pergaminhos deste mercador portuense, que vivera na cidade na viragem do século XV para o século XVI. Com esta acção, conseguiu-se travar parcialmente a dispersão deste arquivo de família, que se iniciara com a entrada dos documentos no circuito comercial, e adquirir um acervo de notável interesse para o conhecimento do Porto medieval.

Abrangendo um período de mais de dois séculos (1317-1548), os documentos do arquivo João Martins Ferreira estão maioritariamente relacionados com a gestão do património da família, na cidade e na área do termo do Porto. As cartas de venda

e as escrituras de empraçamento são as tipologias documentais mais frequentes. No entanto, surgem também documentos de doação, escambo, quitação, procuração, confirmação, acordo ou testamento, bem como autos de posse, um requerimento, uma sentença e uma carta régia.

A fortuna dos Ferreira foi construída através do comércio. Os capitais obtidos no trato foram aplicados na aquisição de um elevado número de propriedades urbanas, com particular incidência na zona ribeirinha do Porto, e de propriedades rústicas, concentradas sobretudo na área da Maia.

Em 1491, o património de João Martins Ferreira é já tão importante que justifica a instituição de um morgadio como forma de preservação da fortuna da família.

A acumulação de tão vasta riqueza e a sua ligação, através do casamento, a prestigiadas famílias permitirá à geração seguinte libertar-se do comércio e dedicar-se a actividades reservadas à nobreza (será que a rasura e a substituição da palavra *ca-ldeir-eiro* por *ca-val-eiro* num pergaminho em que é interveniente Martim Lourenço, pai de João Martins Ferreira, se explica pelo desejo de ocultar a origem mesteiral do progenitor?)<sup>1</sup>.

João Martins Ferreira distinguiu-se também no exercício de cargos municipais. Foi almotacé, procurador do concelho, vereador, juiz e, finalmente, chanceler. Ascendendo, a partir de 1486, a funções de progressivo destaque na Câmara, desenvolverá uma carreira brilhante pautada por forte capacidade de liderança e actos de gestão dinâmica e inovadora<sup>2</sup>.

Os documentos acumulados por João Martins Ferreira e transmitidos, através de sucessivas gerações de morgados, até à actualidade, constituem uma fonte de informação muito rica sobre o Porto de finais da Idade Média. As alusões constantes aos cursos de água e às principais artérias do burgo – a Rua dos Mercadores, da Bainharia, a Rua Nova, a Praça da Ribeira – à muralha, ao cais, e aos edifícios mais marcantes, como os conventos de S. Francisco e S. Domingos, permitem-nos reconstituir a forma urbana do Porto de Quatrocentos.

A composição da sociedade medieval portuense sobressai também através da leitura destes documentos. São intervenientes e testemunhas nos actos escritos alguns membros do patriciado urbano (Brandões, Beleagos, Cubas, Reimões, etc.), os mesteirais (calafates, ourives, tanoeiros, tosadores, cirurgiões, etc.), os oficiais régios, que desempenhavam funções na Alfândega, na Casa da Moeda, na Contadoria ou nas Taracenas e, finalmente, os clérigos, os monges e um sem número de arrendatários humildes.

Os documentos deixam ainda transparecer muitas outras informações sobre figuras, lugares e acontecimentos relativos ao Porto. São referências interessantes as

<sup>1</sup> BRITO, Pedro de – *Patriciado urbano quinhentista: as famílias dominantes do Porto: 1500-1580*. Porto: Câmara Municipal, 1997, p. 156.

<sup>2</sup> COSTA, Adelaide Maria Pacheco Lopes Pereira Millán da – *Vereação e vereadores: o governo do Porto em finais do século XV*. Porto: Câmara Municipal, 1993, pp. 149-150.

de um pergaminho de 26 de Março de 1431 no qual aparece Afonso Anes, Feitor do Infante D. Henrique no Porto, a mais antiga alusão ao lugar da Macieirinha numa carta de doação de 1445, a presença no Porto em 1502 de Rodrigo Álvares, o primeiro tipógrafo português, a estadia de D. João II na cidade, numas casas da rua da Lada, no Inverno de 1483 e a construção de navios no Porto, em Julho de 1496, quando se preparava, na capital, a 1.<sup>a</sup> viagem de Vasco da Gama à Índia.

Imediatamente após a compra dos pergaminhos de João Martins Ferreira em 1995, foi decidido que estes seriam objecto de um tratamento prioritário no Arquivo Histórico do Porto<sup>3</sup>.

Deu-se então início a um conjunto de operações que culminariam na apresentação ao público, em Dezembro de 1996, de uma exposição sobre este acervo documental. Deste programa de tratamento salientamos o restauro dos pergaminhos, a descrição e indexação dos documentos e a digitalização das imagens.

Em todas as intervenções procurou-se agir com rigor, observando normas internacionais e procedimentos de conservação adequados.

O restauro dos originais foi uma preocupação dominante. À data da compra, os pergaminhos encontravam-se guardados numa pasta de cartão forrada a pele, possivelmente do século XVII, sendo que, 71 estavam ainda cosidos entre si. Já no Arquivo Histórico, os documentos foram objecto de um primeiro exame individual, que permitiu verificar que todos apresentavam sujidades, algum encarquilhamento e vincos resultantes de dobragem, manchas de humidade e linha de maré, excrementos de insectos e, em alguns casos, manchas escuras.

Foi feito o registo da situação anterior ao restauro, através da fotografia de todas as unidades físicas, frente e verso. Só então se iniciou a intervenção sobre os pergaminhos.

Primeiro, foi realizado o teste às tintas. Seguidamente, começou-se a limpeza mecânica, com borracha mole e pincel, que permitiu eliminar a sujidade superficial. Removeram-se os excrementos de insectos com o auxílio de bisturi. Passou-se depois à limpeza química, com gelatina pura ou hidróxido de cálcio. Em casos pontuais, fez-se a neutralização dos microrganismos existentes (fungos e bolores) com etanol. Procedeu-se depois à humedificação e planificação dos pergaminhos, para eliminar os vincos e obter as dimensões originais. Após esta operação, iniciou-se então o trabalho minucioso de reforço dos rasgões e preenchimento das falhas existentes. Os defeitos originais da pele foram, no entanto, mantidos. O restauro terminou com a prensagem dos documentos numa prensa (peso controlado), o acondicionamento em pastas de cartão alcalino e, por fim, a instalação em armários de gavetas horizontais.

<sup>3</sup> REAL, Manuel Luís; BRAGA, Maria Helena Gil, eds. – *Um mercador e autarca dos séculos XV-XVI: o Arquivo de João Martins Ferreira*. Porto: Arquivo Histórico Municipal, 1996.

Quanto à **organização** dos documentos, registou-se a ordem que possuíam quando deram entrada no Arquivo Histórico do Porto e procurou-se reconstituir a sua estrutura funcional, a partir da análise do conteúdo dos documentos. Este trabalho deu origem à divisão dos documentos em três secções distintas:

1. *Vida pública de João Martins Ferreira*
2. *Património de João Martins Ferreira*
3. *Sucessão no Morgadio*

Uma outra frente de trabalho seria a **análise e representação da informação**.

Na **descrição** do arquivo, no seu todo, e dos documentos individualmente, usou-se a aplicação informática GISA.

Quanto à **indexação**, decidiu-se trabalhar com exaustividade recolhendo todas as referências que pudessem contribuir para o conhecimento do seu conteúdo, nomeadamente os nomes de pessoas, os nomes geográficos, os topónimos citadinos e os assuntos (edifícios, divisões territoriais, acontecimentos históricos, autoridades eclesiásticas e civis, instituições públicas e privadas...).

A intenção de oferecer aos utilizadores a possibilidade de articular a descrição dos documentos com a respectiva imagem, pôs também em marcha um trabalho de **digitalização** dos pergaminhos, que completou o programa de tratamento.

A **divulgação** desta nova aquisição seria o complemento lógico de todo este labor.

A exposição *Um mercador e autarca dos séculos XV-XVI: o arquivo de João Martins Ferreira*, inaugurada em 1996, no dia em que se conheceu a classificação do Centro Histórico do Porto pela UNESCO, como “Património Cultural da Humanidade”, deu a conhecer ao grande público, o arquivo medieval adquirido pelo Município. Nesta mostra estiveram expostos vinte e cinco pergaminhos, distribuídos por quatro módulos, que focavam os seguintes temas:

1. *O Homem*
2. *O Arquivo Familiar*
3. *A Propriedade*
4. *A Informação Histórica*

Para além do roteiro da exposição, os visitantes tiveram acesso ao catálogo, em suporte informático, com a descrição de todos os pergaminhos do arquivo de João Martins Ferreira. A exposição incluía ainda um produto multimédia sobre “*Pergaminhos e Iluminuras*”, assim como a maquete do burgo portuense na Idade Média, para a qual

se preparou uma folha de apoio pedagógico. Durante o período de abertura ao público foram realizadas *visitas orientadas* por técnicos do Arquivo Histórico.

Entretanto, têm vindo a ser desenvolvidas outras iniciativas para divulgar estes documentos junto da comunidade científica e do público em geral.

Nos *cursos livres de Paleografia e Diplomática* que se realizaram em 2003 e 2005, em que a escrita e os diplomas eram objecto de estudo, os pergaminhos do arquivo João Martins Ferreira foram usados nas aulas práticas de transcrição e análise diplomática dos documentos. “*A oficina do escrivão*” é outra actividade educativa, dirigida a um público mais jovem, que usa a documentação deste arquivo medieval para abordar o tema da escrita no passado.

O trabalho de divulgação do arquivo João Martins Ferreira acabou por gerar novas sinergias. Em 2001, o jornalista Germano Silva, que acompanhava de perto a actividade do Arquivo Municipal e conhecia o trabalho técnico desenvolvido na instituição, decide doar a sua colecção à Câmara Municipal do Porto. Da colecção de documentos fazem parte dois pergaminhos do século XV, pertencentes à família dos Ferreira que, reunidos no Arquivo Municipal do Porto, nos permitirão reconstituir a organicidade do primitivo arquivo de João Martins Ferreira.



# O Arquivo da Família Espírito Santo Silva observado na perspectiva das funções arquivísticas: organização, descrição e difusão

Ana Margarida da Costa Cruz

O desígnio do presente artigo consiste na análise dos fundos documentais do século XIX existentes no Arquivo Histórico do Banco Espírito Santo e pertencentes ao grupo de arquivos de família<sup>1</sup>, em particular, o arquivo da família Espírito Santo Silva.

Ao reconhecer a importância das operações que contribuem para a constituição do arquivo ao longo do ciclo de vida dos documentos, ilustro as diversas funções no domínio da gestão arquivística, como a organização e descrição em formato electrónico – num sistema informático de gestão de arquivo –, tendo em consideração a sua recuperação para uso, comunicação e difusão.

O Arquivo Histórico do Banco Espírito Santo, de âmbito privado e empresarial custodia um conjunto documental com valor histórico e patrimonial de cariz familiar, do qual é exemplo, o arquivo da família Espírito Santo Silva, apelido associado à história financeira portuguesa.

Fundado em Janeiro de 1996, o Arquivo – agregado ao Centro de História – tem a particularidade de assumir-se em termos orgânico-funcionais como um caso peculiar a nível nacional, face à dependência directa de um membro do Conselho

---

<sup>1</sup> Sobre o estudo dos arquivos de família em Portugal veja-se entre outros, *Arquivos de Família e Pessoais. Seminário*. Vila Real: Associação Portuguesa de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas / Grupo de Trabalho Arquivos Família e Pessoais, 1997; GONÇALVES, Manuel Silva; GUIMARÃES, Paulo Mesquita; PEIXOTO, Pedro Abreu – *Arquivos de família: organização e descrição*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro / Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Vila Real, 1996; PEIXOTO, Pedro de Abreu – “O valor dos arquivos de família” in *Cadernos BAD*. Lisboa, 1995 (nº 1), pp. 41-51 e PEIXOTO, Pedro de Abreu – “Perspectivas para o futuro dos arquivos de família em Portugal” in *Cadernos BAD*. Lisboa, 2002 (nº1), pp. 77-90.

de Administração do Grupo Banco Espírito Santo e da família Espírito Santo, José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva, neto do fundador do Banco, José Maria do Espírito Santo e Silva, – corria o ano de 1869.

A sua missão consiste em promover a identidade organizacional, história da família e da cultura Espírito Santo; custodiar documentação com valor patrimonial e de cariz empresarial e familiar e proceder ao tratamento arquivístico dos diversos fundos de conservação definitiva, assumindo-se, como uma unidade que agrega uma dupla função: gestão arquivística e investigação histórica<sup>2</sup>.

A génese do arquivo da família Espírito Santo Silva remonta ao século XIX, altura em que por razões de gestão empresarial, patrimonial, fonte histórica, memória e testemunho é preservado e conservado ao longo das gerações subsequentes através de um processo natural, diversos fundos documentais heterogéneos que atestam directamente actividades pessoais e privadas desenvolvidas pela família.

Os laços de parentesco são uma evidência entre os diversos fundos, daí que possamos partilhar o mesmo pensamento de Olga Gallego Domínguez, em que os arquivos de família são definidos como:

«los generados por las actividades de una persona a lo largo de su vida o por distintos componentes de una familia a través de generaciones»<sup>3</sup>.

Como evidencia o Quadro 1, o Arquivo Histórico do Banco Espírito Santo tem actualmente disponível no seu sistema informático de gestão de arquivo, oito fundos documentais pertencentes ao grupo de arquivos de família, cujas datas extremas situam-se entre os séculos XIX e XXI, totalizando em termos de descrição, aproximadamente 5000 registos e de unidades de instalação: 37 caixas, 5 livros de correspondência particular e oficial e 2 capilhas, em razoável estado de conservação, cujo material de suporte é o papel [ver Quadro 1 em anexo].

A família Espírito Santo Silva descende presumivelmente de Simão da Silva Ferraz de Lima e Castro – 1º Barão e Conde de Rendufe –, titular com um percurso profissional caracterizado pela aliança entre a carreira política nacional e a diplomacia europeia. Intendente-geral da Polícia da Corte e Reino entre 1823 e 1826,

<sup>2</sup> DAMAS, Carlos Alberto – “The Banco Espírito Santo Historical Archive: A Gate to the Company History” in *Archives and Corporate Culture*. Vienna: European Association for Banking and Financial History, 27 de Maio de 2005, pp. 89-98; CRUZ, Ana Margarida da Costa – “Survey: Then and Now – The Historical Archive of the Espírito Santo Bank” in *Bulletin – Newsletter from the European Association for Banking and Financial History*. Frankfurt: European Association for Banking and Financial History e.V., nº 2, 2007, pp. 3-4.

<sup>3</sup> Citado por BLASCO MARTÍNEZ, Rosa Maria – “Los Archivos familiares. Planteamiento general y cuestiones para el debate. *Libros y documentos en la Alta edad Media. Los libros de derechos. Los archivos familiares*” in *Actas del VI congreso internacional de historia de la cultura escrita*. Vol. II. Edición Carlos Sáez. Biblioteca Litterae Calambur, 2002, pp. 392-402, p. 393.

integra nos decénios seguintes o corpo diplomático português em diversas Cortes da Europa, como Prússia, Berlim, Madrid ou Paris, assumindo um papel de saliência na assinatura de diversos tratados do comércio e navegação no decorrer dos anos 40 do século XIX, o que granjeia-lhe alguns elogios, como o da edição do jornal *El Espanõl*, de Madrid, datado de 11 de Junho de 1846, que descreve-o como um:

«hombre de principios constitucionales moderados, de maneras afables, de grande esperiecia en los negócios» (...) [e] «diplomático tan acreditado».

Deste fundo documental Oitocentista subsistem alguns documentos avulsos, como correspondência enquanto Intendente-geral da Polícia, correspondência com membros do Ministério dos Negócios Estrangeiros, uma gravura e um quadro do nobre liberal colecionados por Ricardo Ribeiro do Espírito Santo Silva, – presumivelmente seu neto –, bem como, 5 livros de correspondência particular e oficial adquiridos pelo Banco Espírito Santo a um particular, em 2009.

É de mencionar, que frequentemente é doado ou cedido a título de empréstimo por parte da família Espírito Santo ao Arquivo Histórico, documentação gráfica e iconográfica dissemelhante relacionada com a dinastia financeira portuguesa, engrandecendo deste modo, o património cultural e histórico da empresa.

Outro fundo documental existente no Arquivo é o do presumível filho do 1º Barão de Rendufe e de Maria Angelina Saraiva, José Maria do Espírito Santo e Silva [figura 1] que, com dezanove anos de idade, em 1869 e um trabalho quase incessante e uma estratégia de gestão cambista peremptória exerce a transacção de títulos de crédito nacionais e internacionais na sua “*Caza de Cambio*”, situada na Calçada do Combro, em Lisboa.

Nos decénios seguintes até 1973, sucede-se uma gestão empresarial homogénea, contínua e empreendedora, exercida pela geração de três irmãos, José, Ricardo e Manuel Ribeiro Espírito Santo Silva, seguidores dos princípios esboçados e herdados pelo pai, José Maria do Espírito Santo e Silva, que concederiam ao Banco Espírito Santo o prosseguimento e a asserção de *core competence*.

Nos fundos documentais da família Espírito Santo Silva, deparamo-nos com uma multiplicidade de tipologias documentais, proveniências, destinatários e assuntos. Face à individualidade e peculiaridade de cada fundo e à interação de cada elemento no seio da estrutura familiar, optou-se *ab initio* e sempre que possível, por uma organização arquivística assente nos princípios da proveniência e respeito pela ordem original, no sentido de que os documentos são preservados e conservados no local de origem, em respeito à entidade produtora e ao fundo de que procedem, visando a unicidade e integridade.

Em particular, no fundo do patriarca da família, José Maria, com datas extremas entre o século XIX e inícios do século XX, encontramos documentação heterogênea, com prevalência para os documentos particulares, correspondência privada e institucional e documentação de natureza patrimonial.

Entre os documentos particulares, especial destaque para as agendas ou livros de lembranças, com datas entre 1898 e 1907, em que o *private banker* anotava minuciosamente todas as despesas diárias, como as de consumo doméstico, lazer, cultura, beneficência ou as de gestão patrimonial, cito as despesas da exploração agrícola, vitivinícola e criação de gado na sua Quinta localizada no Paço do Lumiar, em Lisboa [figura 2].

No que concerne à correspondência privada e institucional, podemos referir que esta série documental é a mais volumosa em relação às demais existentes neste e em outros fundos documentais da família. Ordenada de forma cronológica, a codificação da série apresenta-se de forma numérica e a sua descrição segue os preceitos inscritos na norma de descrição multinível ISAD(G), com a descrição peça a peça.

Em termos privados, impera no arquivo a correspondência com a família e outros costados, estabelecidos através de laços matrimoniais, como por exemplo, nos fundos arquivísticos de José e Ricardo Ribeiro do Espírito Santo Silva com a existência de correspondência com a família de ascendência hebraica Cohen ou no fundo de Manuel Ribeiro do Espírito Santo Silva, a existência de correspondência com a família Pinheiro de Melo, Condes de Arnosó, costado a que Manuel se une por matrimónio.

Na correspondência particular de José Maria do Espírito Santo e Silva prevalece nos inícios do século XX, a endereçada a sua mulher, D. Rita de Jesus Ribeiro, natural do concelho de Chaves e filha de lavradores, naturais de Vidago. É, aliás, através das cartas e postais manuscritos num espaço de confidencialidade e expedidos da Suíça -Interlaken e Genève - e Alemanha - Heidelberg e Colónia-, que perscrutamos a essência da vivência pessoal e os sentimentos íntimos do banqueiro.

Outro tipo de documentação existente é o de natureza notarial e judicial, relacionada com a gestão de património de vários bens imóveis em Lisboa e arredores. A título de exemplo, no fundo de José Maria, subsistem escrituras de compra dos terrenos em Campo de Ourique, em 1878; dos diversos lotes em 1888 na Avenida da Liberdade - outrora denominada de Passeio Público - e do prédio rústico e urbano denominado de Quinta do Ministro e o logradouro da Casa Inglesa, no Paço do Lumiar, em 1897. Para além de escrituras de compra, existem escrituras de arrendamento, sentenças cíveis relativas à posse de propriedades, escrituras de partilha e bens, testamentos e diversas certidões de nascimento, casamento e falecimento. Da gestão financeira, especial destaque para os livros de receita e despesa, orçamentos e recibos.

A par da diversidade documental acima mencionada, o Centro de História do Banco Espírito Santo custodia igualmente diversas colecções museológicas, – como mobiliário, pinturas, máquinas de escrever, medalhas ou objectos pessoais –, e colecções fotográficas que testemunham a actividade pública e privada da família – por exemplo, em viagens, reuniões, condecorações ou eventos.

Parafrazeando Aránzazu Lafuente Urién, no *II Encuentro de Historia de la Fotografía en Castilla – la Mancha*:

«coleciones u otros objetos personales y profesionales enriquecen el patrimonio legado de modo extraordinario y nos ayudan a conocer más a fondo a nuestros antepasados, complementando a la información textual y proporcionándonos una visión más amplia de personajes o circunstancias históricas»<sup>4</sup>.

Actualmente, o Centro de História do Banco Espírito Santo dispõe de mais de 1500 registos no sistema de gestão de arquivo fotográfico relacionados com a família Espírito Santo Silva. Estas colecções fotográficas encontram-se organizadas segundo os princípios da proveniência e descritas de acordo com as normas de descrição internacionais, através de uma solução de interface web, que disponibiliza o acesso à imagem. Paralelamente à descrição arquivística procede-se em muitos dos casos à transferência dos documentos em formato analógico para o formato digital através da digitalização. Neste processo de meta-informação, a conversão digital tende na sua generalidade a assumir uma resolução no mínimo de 300 dpi e os formatos JPEG e TIFF.

No Arquivo Histórico, a descrição enquanto uma das funções vitais da arquivística aplica-se a toda a documentação, independentemente da sua forma e suporte e de ser produzida por uma pessoa singular, colectiva ou por uma família. No que concerne aos fundos da família Espírito Santo Silva, os mesmos encontram-se descritos num sistema de gestão disponível na intranet, segundo as metodologias adoptadas nas normas internacionais e desenvolvidas no âmbito do Comité das Normas de Descrição do Conselho Internacional de Arquivos, – como a ISAD(G) para a descrição de documentos de arquivo e a ISAAR(CPF) destinada à descrição dos produtores de arquivo.

Se observarmos a percentagem de registos descritos em formato electrónico, denotamos que os fundos documentais da família pertencentes ao século XX, nomeadamente, Manuel Ribeiro do Espírito Santo e Silva e Ricardo Ribeiro do Espírito Santo e Silva representam o grosso da descrição, respectivamente com 61% e 31%, facto explicado pela superior dimensão métrica dos mesmos em relação aos restantes

<sup>4</sup> LAFUENTE URIÉN, Aránzazu – “La fotografía en los archivos familiares. Proyectos de identificación, descripción y digitalización de la Sección Nobleza del Archivo Histórico Nacional” in *II Encuentro de Historia de la Fotografía en Castilla – la Mancha*. Toledo: Universidad de Castilla – La Mancha, 2006, pp. 157-162, p. 157.

(veja-se Quadro 1 – Fundos documentais pertencentes ao grupo de arquivos de família existentes no Arquivo Histórico do Banco Espírito Santo e Gráfico 1 – Percentagem de registos descritos no sistema de gestão dos fundos documentais da família Espírito Santo Silva existentes no Arquivo Histórico do Banco Espírito Santo).

A descrição dos fundos em análise é multinível: efectuada do geral para o particular, com o objectivo de representar o contexto e a estrutura hierárquica dos fundos e das partes que o compõem, bem como, representar o conteúdo da unidade de descrição, estabelecer a ligação entre descrições e não permitir a iteração de informação.

O arquivo em questão, devido ao cariz patrimonial e histórico único, encontra-se acondicionado em caixas *acid free*, com a identificação no exterior do título do fundo e número da unidade de instalação. No que respeita ao acondicionamento e conservação, podemos referir que no Centro de História existe a reflexão e acção para a prevenção de desastres naturais ou causados pelo homem, assim como, para a salvaguarda e preservação dos documentos gráficos e iconográficos. A título de exemplo, o arquivo do fundador do Banco, José Maria do Espírito Santo e Silva encontra-se acondicionado em 14 caixas *acid free* e instalado num cofre interno ignífugo, com placa de bronze da marca inglesa Milners Safe.

Organizar, descrever e tornar acessível a informação assumem-se como procedimentos técnicos indispensáveis ao tratamento documental neste arquivo, contribuindo entre outros intuitos, para o uso, acessibilidade e difusão. Inserido numa estratégia de marketing organizacional e promoção interna e externa, o Centro de História do Banco Espírito Santo, – a que o Arquivo Histórico está agregado –, procede a investigações científicas cuja finalidade reside na valorização cultural e difusão do seu acervo documental, em específico dos fundos pertencentes à família Espírito Santo Silva, abraçando deste modo a reflexão de Peter J. Tyler, de que:

«history is an interpretation of the past based on analysis of the surviving documents» (...) «Professional historians are bound by a code of ethics to deliver a manuscript that is derived from an understanding of all available sources and not merely a selective reading»<sup>5</sup>.

A título de exemplo, em 2004 foi publicado o livro da autoria de Carlos Alberto Damas e Augusto de Ataíde, intitulado *O Banco Espírito Santo: Uma Dinastia Financeira Portuguesa (1869-1973)* e em 2008 publicada a fotobiografia de *Manuel Ribeiro do Espírito Santo Silva (1908-1973)*, igualmente da autoria de Carlos Alberto Damas, director do Centro de História do Banco Espírito Santo [figura 3].

<sup>5</sup> TYLER, Peter J. – History & Commemoration: Writing Administrative History. Are Archivists Necessary? *Conference Connections and Conversations: Archives at Work, Australian Society of Archivists Conference*. Port Macquaire, 2006.

Em suma, na missão do Arquivo Histórico do Banco Espírito Santo, – enquanto entidade detentora dos fundos documentais da família Espírito Santo Silva –, impera a preservação da memória e identidade organizacional e consequentemente, a difusão do património documental, da imagem e da cultura familiar deixada em legado pelo fundador do Banco até à actualidade, com a presença da gestão da única família de banqueiros portugueses.

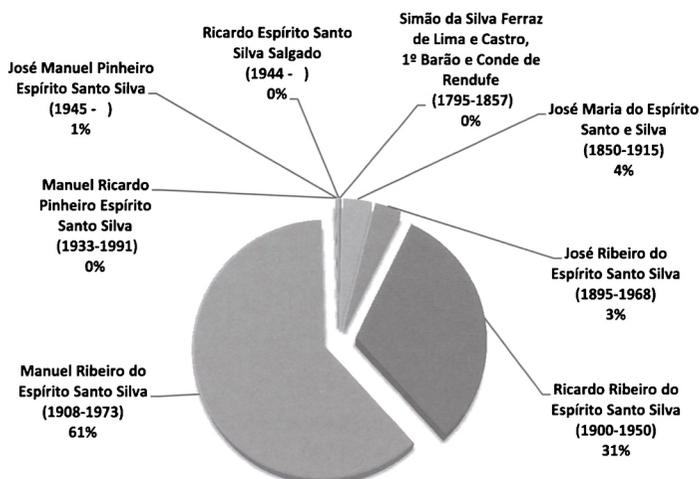
O Arquivo com documentação heterogénea, destaca-se ainda pela peculiaridade dos fundos, cujo valor reside tal como nos arquivos de família, na sua importância documental, histórica, patrimonial e informativa, com amplos recursos para a investigação nas áreas da história social, económica, política e cultural, – nacional e internacional.

## Anexos

Quadro 1. Fundos documentais pertencentes ao grupo de arquivos de família existentes no Arquivo Histórico do Banco Espírito Santo

Grupo de arquivos	Fundos documentais	Datas extremas	Número e tipo de unidades de instalação	Número de registos no sistema informático
Arquivos de família	<i>Simão da Silva Ferraz de Lima e Castro, 1º Barão e Conde de Rendufe (1795-1857)</i>	Século XIX	1 Caixa, 5 Livros de Correspondência Particular	12
	<i>José Maria do Espírito Santo e Silva (1850-1915)</i>	Século XIX-XX	14 Caixas	181
	<i>José Ribeiro do Espírito Santo Silva (1895-1968)</i>	Século XX	2 Caixas	163
	<i>Ricardo Ribeiro do Espírito Santo Silva (1900-1950)</i>	Século XX	11 Caixas	1543
	<i>Manuel Ribeiro do Espírito Santo Silva (1908-1973)</i>	Século XX	8 Caixas	3046
	<i>Manuel Ricardo Pinheiro Espírito Santo Silva (1933-1991)</i>	Século XX	1 Capilha	4
	<i>José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva (1945 - )</i>	Século XX-XXI	1 Caixa	18
	<i>Ricardo Espírito Santo Silva Salgado (1944 - )</i>	Século XX	1 Capilha	1
	<b>Total</b>	Século XIX-XXI	37 Caixas 2 Capilhas 5 Livros (correspondência particular e oficial)	4968 Registos

Gráfico 1. Percentagem de registos descritos no sistema de gestão dos fundos documentais da família Espírito Santo Silva existentes no Arquivo Histórico do Banco Espírito Santo





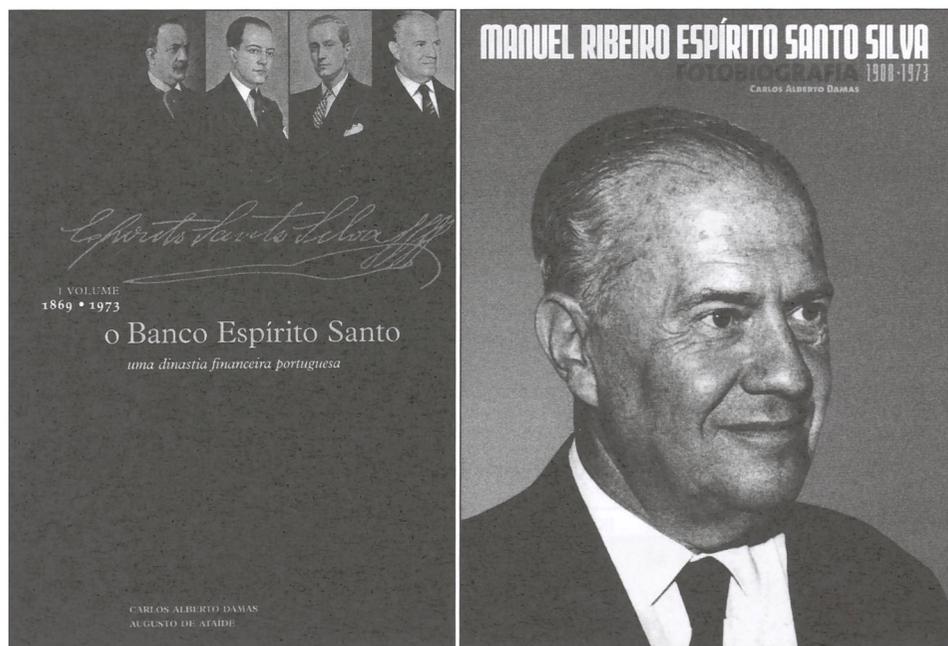


Figura 3. Publicações do Centro de História do Banco Espírito Santo.

# O Arquivo da Casa do Terreiro de Leiria<sup>1</sup>

*Ana Margarida Portela,*

*Francisco Queiroz*

A Casa do Terreiro de Leiria, pela sua dimensão e inserção urbana, é o mais emblemático solar da cidade. Foi sendo construído, ao longo de gerações, pela família Silva Ataíde da Costa, cujos antepassados já residiam no local desde, pelo menos, os inícios do século XV<sup>2</sup>. Há alguns anos, a família vendeu o edifício à Fundação Caixa Agrícola de Leiria que, no sentido de ali instalar a sua sede, empreendeu obras de recuperação. A referida Fundação entendeu, ainda, por bem, que a recuperação da casa fosse acompanhada de um estudo sobre a família, para o que abriu concurso.

Foi nesse contexto, e depois de contratualizado o estudo com a Fundação Caixa Agrícola de Leiria, que nos confrontamos com a existência do arquivo familiar. Inicialmente, a importância deste arquivo não foi devidamente valorizada, ao ponto de termos partido para a pesquisa sem sequer nos ter sido dado conhecimento do mesmo. Contudo, assim que começámos a abrir maços, muitos deles fechados há cerca de 150 anos, verificámos que o fundo documental tinha uma importância enorme, no contexto regional e, em certos aspectos, também nacional. Bastaria referir que o arquivo familiar dos Silva Ataíde da Costa, da Casa do Terreiro, é tido hoje como o único de certa dimensão que escapou à proverbial destruição provocada pelas tropas francesas em Leiria. Ainda hoje não é fácil adiantar explicações convincentes para a sobrevivência do arquivo. É de crer que o então proprietário da Casa do Terreiro tenha percebido o seu valor – mais na vertente da terratenência e dos privilégios

---

<sup>1</sup> Expressamos os nossos agradecimentos à família Silva Atayde, detentora do arquivo em causa, assim como à Fundação Caixa Agrícola de Leiria, para quem elaborámos o estudo com base no dito arquivo.

<sup>2</sup> QUEIROZ, José Francisco Ferreira – *A Casa do Terreiro. História da Família Ataíde em Leiria. Volume I: Das Origens ao Século XVII*. Leiria: Fundação Caixa Agrícola de Leiria / Jorlis – Edições e Publicidade, Lda., 2010, 512 páginas.

registados na documentação – e o tenha colocado a salvo da pilhagem e incêndios sistemáticos, aquando da invasão da cidade pelas tropas francesas.

Até aqui desconhecido, este arquivo remonta aos finais da Idade Média, tendo sido organizado pela última vez em meados do século XIX, altura em que foram divididos os documentos por maços temáticos, ficando os mesmos praticamente intocados até à actualidade.

Entre 2007 e 2010, no contexto do já referido estudo sobre a Casa do Terreiro de Leiria, em curso de publicação pela Fundação Caixa Agrícola de Leiria<sup>3</sup>, tivemos o privilégio de compulsar amplamente o referido arquivo. Não foi nossa preocupação fazer um inventário, dado que a nossa perspectiva era a do investigador e não a do arquivista. Assim, de memória, cremos que o arquivo possuirá apenas um documento anterior a 1400. Da primeira metade do século XV, não serão mais do que meia dúzia de documentos. Para a segunda metade desse século, contabilizam-se cerca de duas dezenas de documentos. Quanto à primeira metade de Quinhentos, são já várias dezenas os documentos subsistentes, talvez mesmo uma centena deles. Após 1550, o arquivo apresenta grande abundância de documentos, podendo mesmo dizer-se que, atendendo à cronologia mais recuada, é da segunda metade do século XVI o núcleo documental mais precioso e mais consistente, permitindo ter uma ideia bastante aproximada da interacção entra a família e a sociedade leiriense da época. Para o século XVII, a documentação é também abundante e com tipologias de documentos bastante diversificadas, permitindo abordagens históricas distintas. Já para o século XVIII, nota-se a existência de menos documentação, especialmente porque a família não adquiriu muitas propriedades nesse século, limitando-se quase a gerir os bens imóveis já vinculados anteriormente. Mas, para o século XVIII, não são só os documentos relativos à administração fundiária da casa que diminuem em número. Também certo tipo de documentos familiares, como testamentos, memórias e outros, são menos abundantes, face ao século anterior. Quanto ao século XIX, e isto até à morte de Miguel Luís da Silva Ataíde, em 1871, o arquivo é parco em certas tipologias documentais, embora surjam outras, raras para épocas anteriores, nomeadamente os documentos epistolares e documentos avulsos relacionados com o dia-a-dia da Casa do Terreiro, como ementas e receitas de culinária [Fig. 2]. Após 1871, o seu filho e sucessor como senhor da Casa do Terreiro, não foi tão zeloso na organização da documentação produzida na sua época, pelo que a mesma é dispersa e muito lacunar.

<sup>3</sup> O primeiro volume, de três previstos, foi publicado em Novembro de 2010: QUEIROZ, José Francisco Ferreira – *A Casa do Terreiro. História da Família Ataíde em Leiria. Volume I: Das Origens ao Século XVII*. Neste primeiro volume, explana-se quando, como e porquê surgiu a família Silva Ataíde da Costa na região de Leiria e qual o seu papel social na cidade ao longo dos séculos XVI e XVII (embora se incluam referências anteriores, recuando ao século XIV). Nos volumes seguintes, é feita a história da família Silva Ataíde da Costa e da Casa do Terreiro, nos séculos XVIII e XIX, sobretudo.

Em suma, o arquivo da família Silva Ataíde da Costa inclui sobretudo muitos documentos da segunda metade do século XVI e de todo o século XVII, época de aquisições fundiárias, instituição de vínculos, um tombo, uma genealogia manuscrita (anotada posteriormente), inventários por morte, documentos sobre querelas várias e testamentos. Do século XVIII, existem sobretudo aforamentos, alguns documentos de carácter judicial, escassos testamentos e algumas outras tipologias documentais menos representativas. Da primeira metade do século XIX (até 1871 – ano da morte de Miguel Luís da Silva Ataíde, que foi o último organizador do arquivo), existem sobretudo aforamentos, um tombo, documentos sobre partilhas, sobre dívidas entre irmãos, e alguma documentação mais pessoal, como cartas, cadernos com anotações da casa, etc. Existe ainda um núcleo relativo à chamada Casa de Ourém, que diz respeito aos bens adquiridos pela família Ataíde de Leiria, após o casamento de um dos senhores da Casa do Terreiro de Leiria com Vitória Manuel Carneiro da Cunha Portocarrero. Este núcleo, perfeitamente delimitado, tem sobretudo títulos de compra e escambo, dos séculos XVII e XVIII, alguns testamentos e documentos sobre os respectivos vínculos.

Uma vez que o arquivo ainda se encontra na posse da família, apesar de estar previsto o seu depósito num arquivo público, logo que esteja concluída a pesquisa para a obra sobre a história da Casa do Terreiro e da família Silva Ataíde da Costa, os documentos mais recentes do arquivo já não são propriamente percebidos como parte de um fundo documental histórico. Aliás, algumas informações extraídas de documentos de finais do século XIX e inícios do século XX, não serão sequer usadas na obra em conclusão, por dizerem respeito a pessoas que, vários dos elementos mais idosos da família, ainda conheceram.

Em estudos anteriores da nossa autoria, com forte componente de História da Família, sempre fomos refractários à abordagem ao século XX, precisamente pela dificuldade em ser objectivo, sem ferir a susceptibilidade de quem ainda conheceu as pessoas visadas. Além do mais – e no caso do arquivo da Casa do Terreiro de Leiria isso também se nota – torna-se mais difícil fazer História da Família para o século XX do que para o século anterior, por exemplo. A documentação familiar novecentista é, geralmente, muito avulsa e os documentos que poderiam complementar o arquivo familiar estão muito dispersos, alguns com paradeiro desconhecido, dado que não foram ainda incorporados nos arquivos distritais. Por esta e por outras razões, muita da história familiar, para o século XX, é baseada em relatos orais, os quais são geralmente pouco rigorosos em detalhes sensíveis. Por vezes, surgem mesmo contradições insanáveis, que podem motivar azedume, assim que seja publicada a obra sobre a história da família.

Aquando da pesquisa para o estudo da Casa do Terreiro e da família Silva Ataíde da Costa, procurámos não desfazer a ordenação dos maços [Fig. 1]. Note-se

que a organização arquivística do século XIX é precedida por uma outra, atribuível a Rui Barba Correia Alardo – organizador do arquivo da família depois da morte do seu cunhado Luís da Silva de Ataíde e Costa, em 1682. No século XIX, nem tudo o que Rui Barba Correia Alardo organizou foi respeitado. Alguns dos invólucros dos maços do século XVII foram dobrados ao contrário, para poderem envolver outros documentos. De qualquer modo, manteve-se um maço que contém vários dos documentos avulsos mais antigos, embora alguns dos documentos com cronologias mais recuadas estejam também distribuídos por maços específicos, como por exemplo: compras (divididas por freguesias); sentenças; testamentos; inventários; certidões de missas; etc. Refira-se que existe um outro maço com documentos dos mais antigos, o qual foi catalogado como “*titulos antigos que mal se podem ler*”. Alguns, de facto, não são fáceis de ler. O facto de serem pergaminhos, dobrados há séculos, fez com que fosse também difícil fotografá-los satisfatoriamente. Note-se que o facto do arquivo estar na posse da família e em local distante da residência dos autores desta comunicação, levou a que fosse considerado prioritário fotografá-lo, ainda que de forma informal e não exaustiva, de modo a permitir a análise documental sem, com isso, incomodar a família proprietária do arquivo.

No total, foram feitas cerca de 13 mil fotografias aos documentos (algumas abarcando página ímpar e par), as quais correspondem a cerca de 85% do arquivo familiar. Ficaram de fora alguns documentos do fim do século XIX e o miolo de muitas escrituras de aforamento tardias, referentes a terrenos rurais com valor insignificante. Dessas, só foi fotografada a catalogação do exterior do documento, para a registar, assim como o nome das partes, data e valor do foro. Refira-se que, uma das vantagens da fotografia sistemática a arquivos familiares ainda com uma organização própria e alheia aos preceitos da arquivística actual, está na maior facilidade em localizar um documento, no caso de ser necessário confrontá-lo de novo.

Cabe aqui referir algumas dificuldades sentidas na transposição, da informação contida nos documentos familiares, para um formato consonante com as exigências de um estudo histórico sobre a Casa do Terreiro e sobre a família que o habitou durante séculos. Para além dos documentos em mau estado (não muitos e nem sempre coincidindo com os mais antigos) e alguns raros casos de rasuras feitas cirurgicamente em documentos fundamentais para a compreensão de algumas origens (não fidalgas) da família, é de salientar o elevado número de documentos analisados. Como é óbvio, foi necessário seleccionar a informação mais relevante, não só na perspectiva do interesse da família e da fundação que encomendou o estudo, mas também na perspectiva da colmatação de lacunas de conhecimento subsistentes sobre a história de Leiria. Evitámos igualmente as transcrições longas. Extraímos somente as informações que mais interessavam para a história da família e da casa, com citações curtas. Mantêm-se, portanto, parcialmente inéditos quase todos os

documentos do arquivo familiar, dado que, no âmbito do estudo sobre a Casa do Terreiro, foram muito poucos os documentos transcritos na íntegra e não passarão de poucas dezenas aqueles que foram transcritos em mais de metade do seu conteúdo.

No estudo agora em publicação, ao fotografar os documentos e ao mencionar as fontes em nota de rodapé, respeitámos a organização oitocentista do arquivo, mas nem sempre. De facto, alguns dos títulos dados aos maços encontrados, eram pouco orgânicos para a arrumação conferida ao estudo. Foi inevitável a solução de catalogar como “documentos avulsos”, aqueles que não se enquadravam em maços com suficiente coerência. Consideramos muito importante que esse critério seja *grosso modo* seguido, no caso de incorporação deste arquivo familiar no respectivo arquivo (distrital incorporação essa que é desejo da família, depois de ficar concluído o estudo em curso). Contudo, aquando da previsível incorporação, o exemplo deste arquivo de família é bem típico de um problema que se coloca frequentemente, na perspectiva dos proprietários do acervo: Como distinguir “arquivo de família” de “recordações de família”? Este problema traduz-se na dúvida entre o que deve, ou não ser depositado num arquivo público. O critério cronológico é, normalmente, o mais seguido. Documentos considerados demasiado recentes são, geralmente, mantidos na posse da família. O critério tipológico também é tido em conta. Os livros impressos, ainda que com anotações antigas, tendem a ser considerados parte da biblioteca e não documentos de arquivo passíveis de incorporação ou de depósito em arquivos públicos [Fig. 3]. Certos documentos avulsos, como cartas pessoais e fotografias, tendem também a não seguir o caminho da incorporação ou do depósito em arquivos públicos. Porém, a questão dos retratos “*carte de visite*” é, sobremaneira, mais complexa.

É sabido (mas ainda não devidamente interiorizado por muitos investigadores e genealogistas) que o posicionamento socioeconómico de uma determinada família pode ser aferido através do seu espólio fotográfico (estando este ainda intacto): a época em que os seus membros tiram os primeiros retratos; a época em que recebem as primeiras ofertas de retratos, por parte de parentes e amigos; os locais onde estes retratos são tirados; todos estes indícios podem ser preciosos para caracterizar a história de uma família. Do mesmo modo, a fotografia antiga permite um melhor conhecimento dos antepassados: a sua fisionomia, a sua estatura, postura e modo de vestir. É claro que muito do que era o retrato, sobretudo na segunda metade do século XIX, dependia da encenação criada pelos fotógrafos: a pose, o cenário de fundo, os adereços e, em alguns casos, também a indumentária. E toda esta parafernália ia alterando-se, seguindo a evolução da moda.

Deste modo, o retrato antigo, geralmente em formato “*carte de visite*” (cartão de visita), tem importância para a História da Arte: ao nível das artes decorativas, do mobiliário e de vários outros aspectos. Tem ainda importância para a História da Técnica. Não podemos também negligenciar os timbres dos fotógrafos, muito

interessantes para o estudo do papel timbrado e da História das Artes Gráficas, assim como as dedicatórias, que revelam autógrafos valiosos, cumplicidades entre quem oferece e quem recebe, permitindo igualmente datar, com certa precisão, muitos retratos. Em suma, o estudo da fotografia antiga e do retrato “*carte de visite*” em particular, tem diversas implicações, para além de ser, obviamente, um auxiliar precioso dos estudos de Genealogia e de História da Família.

Hoje, porém, assiste-se a um perigoso hiato entre os velhos álbuns fotográficos da transição do século XIX para o início do século XX e os retratos dos últimos anos do século XX – época em que o retrato já estava totalmente banalizado em termos sociais. Muitos daqueles álbuns antigos, com retratos em formato de cartão de visita, incluem apreciável quantidade de imagens fotográficas não passíveis de ser hoje identificadas, ainda que correspondam a antepassados directos dos seus actuais possuidores, ou a amigos e parentes destes antepassados [Fig. 4]. Aliás, era comum não colocar, no verso, o nome dos retratados, quando estes eram bem conhecidos. Porém, passaram-se já muitas décadas. Sem conseguir identificar visualmente esses antepassados, por se terem extinguido já as gerações que podiam ainda lembrar-se deles, os possuidores de tais álbuns tendem a desligar-se afectivamente dos mesmos. Tornam-se mais propensos, pois, a negligenciá-los ou, em muitos casos, a desmembrá-los (para vender ou até destruir parte do espólio), guardando somente algumas fotos previamente identificadas. Mesmo quando não ocorre uma destruição completa do espólio fotográfico familiar mais antigo, perde-se a própria compreensão da lógica de preenchimento destes álbuns, com tais operações de retirada de retratos “*carte de visite*”. Daí o problema que se coloca, não só quando álbuns inteiros são depositados em arquivos públicos – porque os critérios arquivísticos de tratamento não podem ser aplicados da mesma forma a este tipo de documentação, mas também quando há um desmembramento prévio dos álbuns, para que só os retratos não identificados dêem entrada no arquivo público. Em suma, os retratos “*carte de visite*”, especialmente os que são parte de um todo com organização própria, muitas vezes difícil de determinar numa primeira análise, constituem um tipo de documentação familiar que requer maiores cuidados na eventual incorporação ou depósito em arquivos públicos.

Estando a findar agora a última geração que ainda conheceu algumas daquelas pessoas retratadas em álbuns antigos; ou delas ouviu falar; ou para quem a memória dessa gente ainda significa alguma coisa; é importante proceder ao estudo sistemático desses álbuns: uma espécie de inventário fotográfico familiar, antes que as perdas sejam irreparáveis. Este género de inventário terá de ser feito para zonas geográficas perfeitamente delimitadas, em função das relações de amizade e parentesco privilegiadas, por parte dos estratos sociais que, à época, podiam ter acesso à fotografia.

Nas nossas pesquisas sobre Leiria, por exemplo, temos procurado “cruzar” os antigos álbuns de família, uns com os outros, para tentar identificar os muitos

retratados que já ninguém sabe quem são. O cruzamento permite identificar, a partir de um álbum, os retratados não identificados noutra álbum, e vice-versa. Isso torna mais valiosos todos os álbuns fotográficos esmiuçados, dado que aumenta o número de retratados identificados, em cada um deles, assim como a natural estima dos proprietários pelos referidos álbuns. Além disso, permite constituir uma base de dados de retratos de determinadas personalidades, útil para diversos estudos, estudos esses que podem nem ter relação directa com as famílias representadas nos álbuns.

Julgamos que é verdadeiramente necessário iniciar essa espécie de inventário fotográfico, a partir dos álbuns de família mais antigos, com os quais a ligação afectiva dos proprietários já não é tão forte, sendo estes álbuns cada vez mais um Património comum e já não só um mero Património familiar. Esse inventário terá particular sucesso e utilidade, se for iniciado em áreas geográficas mais pequenas, de modo sistemático, devendo ser depois alargado a zonas confinantes.



Figura 1



Figura 2

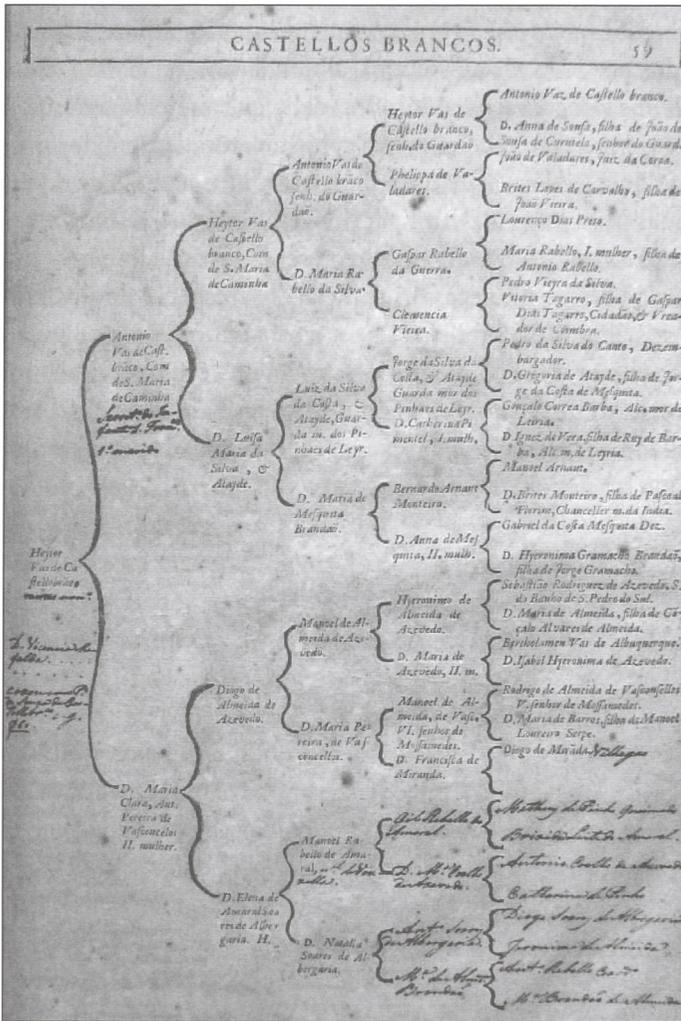


Figura 3



Figura 4

# O Arquivo Pessoal de Hintze Ribeiro

*Odília Alves Gameiro*

O Arquivo Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro foi depositado pelos seus herdeiros na Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada em Maio de 1987. É um Arquivo com um volume documental estimado em cerca de 50.000 documentos, distribuídos por inúmeras tipologias. O conjunto de documentos que o compõe é bastante eclético, identificando-se a presença de impressos, desde livros a folhas volantes, álbum de fotografias (documentando a construção do caminho de ferro de Lourenço Marques), mapas, desenhos, dactiloscritos e manuscritos, nomeadamente de discursos políticos, notas pessoais e, sobretudo, uma correspondência volumosa.

Embora o tratamento arquivístico não esteja ainda concluído encontra-se numa fase avançada, faltando identificar e descrever menos de 25% dos documentos e das informações por eles veiculadas, o que fornece uma noção geral do Arquivo e, talvez, sobre os critérios utilizados por Hintze Ribeiro para determinar o que devia ser guardado e de que maneira.

Neste, como em qualquer outro Arquivo, público ou privado, o eixo que dá sentido ao processo que o constitui é o seu titular que voluntariamente, mas não de uma forma ingénua ou mecânica, se decide pelo arquivamento de alguns dos seus papéis, sujeitando-os, eventualmente, a processos de selecção e de reordenamento interno, segundo as necessidades sentidas no decurso da sua actividade<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Sobre a intencionalidade do “acto de arquivar (arquivamento)” veja-se VIEIRA, João – *Noções fundamentais sobre arquivos*, Lisboa: 2001, p. 17 e 18. No contexto de arquivos pessoais HEYMANN, Luciana Quillet – *Indivíduo, memória e resíduo histórico. Uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso de Filinto Muller*. *Revista Estudos Históricos* [em linha], nº19 (1997). Disponível em: <virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/download/2041/1180>.

O conjunto documental produzido por Hintze Ribeiro dá testemunho da sua longa carreira política, desde 1878, nos primeiros passos como candidato a deputado, ainda pelo círculo da Ribeira Grande (S. Miguel), até ao exercício de funções como líder do partido Regenerador, que desempenhava em 1907, ano em que faleceu<sup>2</sup>. O Arquivo documenta sobretudo as relações sociais, mas também de amizade, tecidas ao longo de uma carreira política. Parecem ter sido conservados com esmero certos documentos, como diplomas e condecorações, bem como a correspondência com elementos da família real e parceiros políticos.

Detecta-se também um empenho especial do titular na constituição dos dossiers políticos e na compilação de artigos e jornais, estrangeiros e nacionais, sobre a actualidade política, que constituem muitas das capilhas em que está organizado o Arquivo.

São cerca de trinta anos de actividade política, quinze dos quais como Ministro e mais de oito como Presidente do Conselho de Ministros<sup>3</sup>. É natural que um tão longo e distinto percurso tenha deixado marcas indeléveis no seu Arquivo, visível no volume de documentos que, frequentemente, pela mão do próprio Hintze Ribeiro, são relacionados com os vários ministérios em que desempenhou funções<sup>4</sup>, salientando-se, assim, o interesse em manter registos probatórios da sua vida pública.

À partida o que ressalta na análise ao Arquivo de Hintze Ribeiro é este carácter funcional, de estar intrinsecamente relacionado com as actividades desempenhadas pelo titular. No entanto, o Arquivo não se esgota nesta vertente de “homem público” e nem todos os documentos que o compõem podem ser tratados e considerados de acordo com as actividades desempenhadas.

Na verdade, tratando-se de um Arquivo pessoal o que se verifica é a privatização de documentos de natureza pública que coexistem com outros que remetem para a esfera da vida privada, como diplomas, títulos honoríficos, documentos médicos e bancários, agendas pessoais e, sobretudo, a numerosa correspondência de familiares e amigos onde, não raras vezes, se mencionam assuntos que misturam diferentes esferas de actuação do titular, tanto política, como familiar ou pessoal.

<sup>2</sup> No Arquivo a documentação autógrafa mais antiga que se identificou, além dos diplomas de Direito, remete para o início da actividade política de Hintze Ribeiro, ainda na ilha de S. Miguel, em 1878, sendo a mais recente do ano da sua morte, de 20 de Julho de 1907.

Sobre as circunstâncias da morte de Hintze Ribeiro veja-se RILEY, Carlos Guilherme – *A morte de Hintze Ribeiro. Hintze Ribeiro (1849-1907). Da Regeneração ao Crepúsculo da Monarquia. Colóquio evocativo do I centenário da sua morte*. Angra do Heroísmo: Direcção Regional da Cultura, 2010, pp. 247-258.

<sup>3</sup> Segundo Valentim Alexandre “A importância histórica de Hintze Ribeiro pode medir-se, antes de mais, em termos puramente quantitativos: deputado de 1879 a 1881, par do Reino a partir de 1886, ele foi ministro «cerca de 15 anos», «mais de oito como presidente do Conselho» – nas suas próprias palavras, proferidas em discurso na Câmara dos Pares, a 6 de Novembro de 1906, no qual faz o balanço da sua vida política.” – ALEXANDRE, Valentim – *Hintze Ribeiro e a sua época. Hintze Ribeiro (1849- 1907). Da Regeneração ao Crepúsculo da Monarquia. Colóquio evocativo do I centenário da sua morte*. Angra do Heroísmo: Direcção Regional da Cultura, 2010, p. 281.

<sup>4</sup> É, por exemplo, o caso das capilhas criadas por Hintze Ribeiro intituladas “Documentos relativos ao Ministério da Fazenda”, “Ministério da Obras Públicas”, “Questões e documentos pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e Coloniais”, entre um sem número de situações idênticas que podem ser referidos.

O conjunto documental resulta, assim, na composição de uma memória selectiva que, no decurso do tempo, foi sujeita a múltiplos processos de escolha e de reordenamento interno, protagonizados antes de mais por Hintze Ribeiro, mas também pelos seus colaboradores e herdeiros.

Hintze Ribeiro, segundo os testemunhos que nos chegaram, entendia o seu Arquivo como um instrumento de trabalho, nele se apoiando, por exemplo, para as suas intervenções parlamentares.

Alberto Bramão, um dos secretários de Hintze, nas suas *Recordações*, salienta o cuidado que o chefe colocava na organização do Arquivo, um dos segredos, a par da memória, da sua invencibilidade como parlamentar, mencionando a constituição de dossiers, criados segundo os assuntos a discutir no parlamento, que o próprio Hintze catalogava e arrumava<sup>5</sup>. Certamente que a eles recorria sempre que as suas tarefas e intervenções o exigiam, deslocando-os e reordenando-os segundo as necessidades do momento e, assim, incutindo ao Arquivo um arranjo flexível e em constante mutação, em que a importância da ordem de produção dos documentos se torna secundária<sup>6</sup>.

É esta a configuração que, maioritariamente, o Arquivo ainda hoje conserva, a organização de documentos em capilhas, ou dossiers, que, não raras vezes, incluem outras capilhas, que separam os assuntos nelas contidos, com títulos redigidos pelo seu titular, normalmente a lápis de cor azul, sem sequência cronológica.

Não quer isto dizer que o Arquivo não tenha sido sujeito à interferência de terceiros.

Desde logo dos colaboradores directos de Hintze Ribeiro e, em particular de Nuno de Freitas de Queriol, cuja ingerência é perceptível em algumas capilhas com títulos redigidos com a sua caligrafia, possível de identificar por existir no Arquivo correspondência da autoria do mesmo. Entre esta saliente-se uma carta, datada de 1906, em que Queriol envia ao chefe um maço de cartas de vários remetentes, informando que já deu resposta a alguns deles faltando, para os restantes, apenas a assinatura de Hintze<sup>7</sup>. Não parece despidendo supor que foi Queriol, na sua qualidade de secretário, a organizar esta correspondência, contribuindo, deste modo, para a ordem no Arquivo.

Após a morte de Hintze Ribeiro o Arquivo passou a pertencer aos seus herdeiros que o sujeitaram a novas interferências, como a inclusão de documentos. Não sendo

<sup>5</sup> BRAMÃO, Alberto – *Recordações*. Lisboa: Livraria Central, 1936, p. 82.

<sup>6</sup> Tal como salienta João Vieira a ordem do(s) arquivo(s) resulta de um projecto construtivo, mais ou menos consciente, uma ordem sistémica, em que se relativiza a importância da ordem de produção dos documentos – VIEIRA, João – A arquitectura dos arquivos. Reflexões em torno do conceito de ordem original. *Páginas a&b*, nº17 (2006), pp. 18-19.

<sup>7</sup> Nuno de Freitas Queriol escreve a Hintze Ribeiro a 28 de Agosto de 1906 numa altura em que este, afastado das lides governamentais, desempenhava funções no Crédito Predial, referindo que «Para não se perder tempo mando já a V. Ex.<sup>a</sup> as cartas que escrevi, assim, serão expedidas estas ainda hoje. O resto será [assinado] por V. Ex.<sup>a</sup> amanhã, e então expedidas. É pouco esse resto e amanhã irei ao Crédito Predial carregar o cesto» – AERH, 1.10.36.232.

uma situação frequente detecta-se a presença de recibos da restituição de insígnias (da Ordem dos Serafins e da Grã Cruz da Ordem de Leeuw), com data posterior à morte do titular do Arquivo, passados à viúva Joana Hintze Ribeiro. Por outro lado, registou-se, em algumas capilhas, a presença de listas, elencando os documentos contidos nessa unidade de instalação, em letra que se identificou como pertencendo ao sobrinho-neto homónimo de Hintze Ribeiro.

De facto, de entre os herdeiros do Arquivo parece ter sido Ernesto Hintze Ribeiro o que mais se interessou pelos papéis do seu antepassado, embora o próprio, em artigo publicado o “Correio dos Açores” de 15 de Maio de 1963<sup>8</sup>, refira o empenho que toda a família demonstrou na guarda do Arquivo. A este propósito lembra um episódio que se terá passado pouco tempo depois da morte de Hintze Ribeiro, quando António Teixeira de Sousa, ministro em várias pastas nos governos de Hintze, se deslocara ao escritório deste, para remexer os seus papeis à procura de algo e que António Hintze Ribeiro, o herdeiro por vontade testamentária de Joana Hintze Ribeiro dos documentos do tio, a isso se opusera.

Sobre este episódio, no artigo mencionado, o seu autor refere que “o arquivo não se pode trunçar nem dispersar, só o seu todo, o conjunto das cartas reais, de representações de agremiações, de correspondência de ministros, de palacianos, de literatos e artistas, assim como de todas as classes sociais em que o povo não ficava de fora, pode vir a dar o reflexo da vida portuguesa de 1878 a 1907 e a fazer prova dos serviços prestados por Hintze à Nação”. Asserção que revela uma salutar preocupação pelo princípio da proveniência e integridade do Arquivo. Embora, no mesmo texto, refira que alguns documentos, dado o seu valor foram retirados e colocados no cofre de um amigo. A estes juntam-se outros que foram subtraídos ao Arquivo e que se mantêm, ainda hoje, na posse da família.

Apesar de tudo a maior parte dos papeis de Hintze Ribeiro terão permanecido juntos no Palácio dos Condes de Valença, actual Hotel da Lapa, para onde foi transferido o Arquivo após a morte de Hintze e de onde saiu, na década de oitenta, para Ponta Delgada. Foi certamente neste espaço que Ernesto Hintze Ribeiro trabalhou para a elaboração da relação sumária que publica em 1949, por altura da comemoração do centenário do nascimento de Hintze Ribeiro.

Apesar do seu indubitável valor, tendo funcionado durante décadas como o único instrumento de acesso, a relação sumária de 1949 é bastante incompleta, estando omissas a referência de várias capilhas que se encontram no Arquivo (por exemplo cerca de 50% das capilhas da caixa 4 e praticamente toda a caixa 13).

Por outro lado, existem sinais de esta intervenção de 1949 ter provocado algumas alterações na organização original. Observou-se, pontualmente, a agregação

---

<sup>8</sup> Ernesto Hintze Ribeiro – As cartas reais a Hintze Ribeiro. Importante fonte de história serão em breve publicadas. *Correio dos Açores*. ano 44, n.º12.584 (15/5/1963), p. 1.

de capilhas, por vezes com temáticas distintas, em uma só capilha a que, em alguns casos, foi dado um novo título, distinto do originariamente atribuído pelo titular do Arquivo.

Regista-se ainda a existência, embora num número pouco expressivo, de capilhas vazias, ou contendo documentos truncados, bem como de uma pequena quantidade de documentos que se não encontram acondicionados.

No tratamento arquivístico agora em curso procura-se dar resposta, na medida do possível, a estas questões e assegurar o tratamento intelectual e físico do Arquivo, criando as condições necessárias para a salvaguarda dos documentos.

As modificações que o Arquivo sofreu ao longo da sua história são, maioritariamente, produto de acções intencionais, do próprio Hintze, ou dos seus familiares, a que se podem ter juntado acidentes de percurso como eventuais perdas em mudanças, o que pode ter ocorrido aquando da transferência do Arquivo de Lisboa para Ponta Delgada.

Apesar de tudo, de um modo geral, o Arquivo mantém-se organizado segundo os critérios estabelecidos por Hintze Ribeiro, em capilhas constituídas como dossiers temáticos, sendo a cada uma delas atribuído um título, que dá a conhecer o modo de recuperar informação ajustado às necessidades sentidas pelo titular na sua relação pessoal com a memória informativa acumulada. Assim sendo, no tratamento arquivístico tentou-se recuperar estes critérios organizativos sempre que, quando interrompidos, houve possibilidade de o fazer.

No caso de documentos soltos criaram-se “capilhas artificiais” seguindo os critérios estabelecidos pelo titular do Arquivo. Assim, as capilhas concebidas artificialmente são temáticas, tendo-lhes sido dado um título. Por outro lado, procedeu-se à desagregação de capilhas, quando os assuntos e cronologias dos documentos nelas contidos não se relacionam com a temática e o título da capilha principal, por não corresponder aos critérios organizativos constantes na maioria do Arquivo<sup>9</sup>. Mas nos casos de documentos inseridos em capilhas com cujo tema ou título não parecem estar relacionados manteve-se esta agregação, por se não ter descortinado outra possível e, sobretudo, por contrariar o princípio de manter a ordem existente.

Em situação alguma se alterou a ordem do Arquivo, respeitando a estrutura interna que este apresenta. Embora esta possa não espelhar na íntegra a configuração dada pelo titular, as falhas e interferências que podem existir resultam do processo dinâmico a que o Arquivo esteve sujeito e fazem, elas próprias, parte da sua história, sendo impossível, e desaconselhável, interferir na ordenação que apresenta<sup>10</sup>.

<sup>9</sup> Entendeu-se que, nestes casos, a agregação de capilhas poderá ter resultado da análise realizada pelo autor da Relação de 1949, ou de alterações provocadas durante o transporte para Ponta Delgada e a sua separação uma forma de tentar aproximar-se da ordenação primitiva.

<sup>10</sup> Esta é, na verdade, a tendência na praxis arquivística actual. Segundo João Vieira «Não assiste ao profissional dos arquivos históricos o direito de produzir alterações, quaisquer que sejam, por mais «científicas» e

A forma de proceder ao tratamento arquivístico adoptado é passível de contestação mas para tornar acessível um Arquivo é necessário fazer opções, seja sobre a sua organização seja sobre a descrição a realizar. Em relação a esta impõe-se a análise sobre os conteúdos a serem referidos na descrição, que não pode abarcar toda variedade presente no Arquivo, exigindo uma selecção que possui uma boa dose de subjectividade, ainda que existam limites impostos por metodologias e normas.

A descrição do Arquivo Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro está a ser realizada segundo os princípios enunciados nas *Orientações para a descrição Arquivística* (ODA), em que se procura assegurar uma descrição multinível, do genérico para o específico, com ligação entre as descrições, evitando-se a repetição da informação a níveis distintos.

Neste momento, a descrição é feita ao nível do fundo, do documento composto e da peça. Neste último caso é apenas pontual tendo-se estabelecido como critério o de descrever ao nível de documento simples as cartas da família real e os documentos impressos, como monografias e periódicos. No caso das primeiras pelo volume considerável da correspondência da família real, em particular de D. Carlos e D. Amélia, e do valor informativo de algumas missivas. Quanto aos impressos é feita a referência bibliográfica de cada um deles, por se entender que, independentemente do seu valor e sentido no conjunto documental, podem ter interesse para consulta isolada.

A descrição à peça não é extensível a todo o conjunto documental seja pela dimensão do Arquivo<sup>11</sup>, seja, também, porque não permitiria conhecer o sistema de organização criado pelo titular na relação com o Arquivo. Como já anteriormente referido, o Arquivo de Hintze Ribeiro é constituído por dossiers de documentos relacionados entre si por assuntos, tanto profissionais como pessoais<sup>12</sup>, sendo visível a

---

clarificadoras ou correctivas que possam parecer, na ordem dos arquivos que já se encontram nesta fase do ciclo de vida. O arquivista não pode cair na tentação e no erro crasso de produzir bem intencionados palimpsestos ou pastichos arquivísticos. Pelo contrário, e à semelhança do que sucede com o arquitecto-restaurador, é função do arquivista devolver ao seu edifício documental a ordem ou as ordens que o mesmo conhece ao longo da sua vida activa» – VIEIRA, João – *A arquitectura dos arquivos...*, *cit.*, p. 20.

Na mesma linha parece manifestar-se Armando Malheiro da Silva no seu artigo sobre arquivos de família e pessoais, nomeadamente ao recusar a abordagem que rotula de “tecnicista” de organizar arquivos que se consideram desorganizados, de acordo com metodologias propostas por autores como António Braz de Oliveira ou Pedro Abreu Peixoto – SILVA, Armando Malheiro – *Arquivos familiares e pessoais. Bases científicas para a aplicação do modelo sistémico e interactivo. Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património*, vol.3, 1ª Série, (2004).

<sup>11</sup> Em 2007 foi feita uma tentativa de descrição à peça documental. Tendo como principal objectivo a organização da exposição intitulada *Hintze Ribeiro, um açoriano no ocaso de um Regime*, foram descritos, ao longo de um ano de trabalho, 3161 documentos seleccionados entre as várias capilhas que compõem o Arquivo. Após a realização do evento a descrição foi abandonada.

<sup>12</sup> Efectivamente, além dos múltiplos dossiers de trabalho encontram-se no arquivo capilhas que remetem para questões privadas e familiares, como sejam as capilhas intituladas “Cartas antigas da família. Lembranças” ou “Propriedades e rendimentos m S. Miguel”, entre outras que se podem citar.

organização intelectual que subjaz à sua criação. Assim sendo, a descrição que está a ser elaborada é feita na íntegra ao nível do documento composto<sup>13</sup>.

A este nível seleccionaram-se, entre os 26 campos propostos pelas ODA para a documentação, e atendendo ao princípio da descrição multinível, os que foram considerados pertinentes. Além da “Zona de Identificação”, obrigatória em qualquer nível de descrição, foram ainda seleccionados como campos de preenchimento obrigatório o “Âmbito e conteúdo”, “Nota do Arquivista” e “Datas das descrições”.

Sempre que a informação o justifica são tidos em conta o “Sistema de organização”, para referir a existência de “sub-capilhas” da autoria do titular ou de alterações que se julgaram justificáveis<sup>14</sup>, do “Idioma/Escreta” para documentos em língua estrangeira, das “Características físicas e requisitos técnicos”, para documentos em mau estado, das “Unidades de descrição relacionadas”, em que se referem os documentos relacionados com certos temas presentes no Arquivo, mas que não pertencem a este, e das “Notas”, para informação que, embora pertinente, não é inserível em qualquer dos outros campos<sup>15</sup>.

O preenchimento dos campos mencionados facilita a organização da descrição mas não resolve todas as questões. Em larga medida, a descrição que está a ser produzida resulta de opções pessoais, em particular no campo do “Âmbito e Conteúdo”, onde constam os conteúdos informativos dos documentos.

Como em qualquer arquivo pessoal, no Arquivo Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro regista-se uma considerável diversidade de conteúdos e de multiplicidade tipológica que criam dificuldades no momento de descrever, as quais se tentaram ultrapassar pela definição de um modelo descritivo. Assim, em cada registo estipulou-se referir os assuntos e tipologias existentes, tendo sido aplicado um controlo do vocabulário à descrição.

De um modo geral, o uso de um vocabulário controlado procura facultar uma visão económica do conteúdo temático de cada dossier, através de um vocabulário menos prolixo que o empregue nos documentos e por isso menos extenso. Ou seja, tentou proceder-se à utilização coerente e uniformizada da forma dos termos empregues, do controlo de palavras homógrafas, sinónimos e quase sinónimos, da actualização da grafia, nomeadamente no título das capilhas e na tradução de termos em língua estrangeira, no uso preferencial do singular e masculino, por serem as formas

<sup>13</sup>As capilhas criadas funcionam também como unidade de instalação. No entanto, dado que existe uma relação intelectual entre os documentos que se integram nas capilhas, criada pelo titular do Arquivo, o nível de descrição considerado é o documento composto, a única opção possível, entre os níveis que o programa *Digitarg*, em uso na BPARPD permite, ainda que as capilhas em que o Arquivo se encontra maioritariamente organizado sejam constituídas sobretudo por dossiers, colecções e processos.

<sup>14</sup>É o caso da agregação de documentos soltos ou, inversamente, a desagregação de capilhas com temáticas distintas, que provocaram alterações na cotação atribuída anteriormente.

<sup>15</sup>Por exemplo, a referência a documentos que, por motivos de conservação são retirados das capilhas de origem.

mais habituais em dicionários e vocabulários e no uso preferencial de substantivos que substituíram, sempre que possível, as formas verbais.

O controlo da linguagem empregue nas descrições seguiu as orientações da *Norma Portuguesa 3715*<sup>16</sup> e *Norma Portuguesa 4036*<sup>17</sup> tendo em vista a criação de pontos de acesso<sup>18</sup> que facilitem a recuperação de informação a futuros utilizadores.

Esta normalização é feita tanto para os conteúdos temáticos como para a topónimo e, sobretudo para a onomástica.

Dado o número infindável dos correspondentes de Hintze Ribeiro conveniou-se apenas referenciar na descrição os nomes de elementos da família real, proeminentes figuras da cultura portuguesa, familiares do titular e dos vários deputados, ministros e governadores civis, de diferentes facções políticas, que enviavam missivas<sup>19</sup>. Mesmo estes constituem uma longa lista cuja identificação foi por vezes bastante difícil, seja por dificuldades na leitura das assinaturas, seja por alterações provocadas na nomenclatura pelos próprios titulares.

Uma tal diversidade pode causar sérios problemas num contexto de recuperação de informação que se procuraram evitar através da criação de um índice onomástico em que foi apenas admitida uma única forma de referência para cada nome, mormente a mais comum, como por exemplo no caso de João Franco, ou a mais recente para os casos frequentes de personalidades que, num dado momento da sua vida, receberam um título honorífico pelo qual passaram a ser conhecidos. É este, por exemplo, o caso do primeiro Conde de Arnoso, Bernardo Pinheiro Correia de Melo. Embora na múltipla correspondência que dele se encontra no Arquivo de Hintze Ribeiro, sobretudo na sua qualidade de secretário particular de D. Carlos, assinasse simplesmente Bernardo, na descrição surge referenciado como Conde de Arnoso, por ser este o título que lhe foi conferido e por que era usualmente conhecido, encontrando-se, no índice que está a ser elaborado paralelamente a respectiva correspondência.

<sup>16</sup> Norma que faculta indicações de apoio à análise documental e selecção de conceitos – *Norma Portuguesa 3715. Documentação. Método para a análise de documentos, determinação do seu conteúdo e selecção de termos de indexação*. Lisboa: IPQ, 1989.

<sup>17</sup> Fornece orientação quanto a forma adequada para os termos de indexação e sua apresentação – *Norma Portuguesa 4036. Documentação. Tesaurus monolíngues: directivas para a sua construção e desenvolvimento*. Lisboa: IPQ, 1993.

<sup>18</sup> Entendem-se por pontos de acesso os dados descritivos que, independentes da descrição são susceptíveis de remeter directamente para informação num contexto de recuperação de informação.

<sup>19</sup> Para identificação dos inúmeros políticos que se correspondiam com Hintze Ribeiro foi fundamental a consulta do Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910), um instrumento de pesquisa fundamental – MÓNICA, Maria Filomena (org.) – *Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910)*, vol. 3, Lisboa: Assembleia da República, 2004-2006.

A descrição que está a ser realizada do Arquivo Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro procura dar resposta aos interesses de futuros utilizadores, registando os assuntos, tipologias e o nome de políticos, familiares e principais individualidades presentes no Arquivo. É evidente que muito fica omissivo, sobretudo nas capilhas mais volumosas, mas é impossível organizar e descrever um Arquivo sem fazer exclusões ou conferir ênfases. Apesar de tudo o nível de análise do instrumento de acesso que está a ser produzido é bastante minucioso. Situando-se a descrição ao nível do documento composto considera-se que o instrumento de acesso a que dará origem é o do inventário analítico.

Embora esta não seja uma terminologia de uso corrente em Portugal em que mormente se consideram apenas três níveis de guia, inventário e catálogo, sou da opinião que o nível de descrição é demasiado minucioso para ser inserido na designação de inventário, embora não seja suficientemente pormenorizado para ser considerado como catálogo. Assim, entende-se que o instrumento em produção é um inventário analítico em que os documentos são descritos com pormenor mas inseridos num contexto mais vasto, o das capilhas criadas pelo titular do Arquivo tendo, por isso, sido a própria organização do Arquivo a sugerir a descrição em curso.



# Arquivos de família/pessoais em instituições públicas de Arquivo nos Açores: um ponto de situação

*Ana Cristina Moscatel Pereira Viveiros*

Os arquivos são informação. Essa informação constitui a expressão e prova da actividade das suas entidades produtoras, sejam elas públicas ou particulares. Nessa acepção, os arquivos de família e os arquivos pessoais, incluídos que estariam nos chamados Arquivos Privados, são, de igual forma, informação pois esses Arquivos Privados seriam resultantes da actividade e da administração de colectividades, sejam elas instituições, famílias, empresas ou pessoas individuais, nos seus domínios próprios.

Tendo essa premissa em mente, e porque não foi nossa pretensão teorizar o enquadramento ou não dos arquivos particulares – família e pessoais - na ciência da informação ou da própria arquivística<sup>1</sup>, tomamos como orientação de partida<sup>2</sup> que os arquivos de família eram “um conjunto de documentos acumulados num processo natural ao longo dos tempos pelos elementos de uma família, no desempenho das suas actividades, quer públicas quer privadas, e por eles conservados com o

---

<sup>1</sup> A esse respeito veja-se, por exemplo, os seguintes trabalhos: Ducrot, Ariane – “A Classificação dos arquivos pessoais e familiares”. *Revista de Estudos Históricos*, Vol.11, Nº21. CPDOC/FGV: 1998, pp. 151-168; Gonçalves, Manuel Silva; Guimarães, Paulo Mesquita – “Arquivos de família na Região Duriense”. *Actas do Seminário Arquivos do Vinho em Gaia e Porto*. Porto: CEPSE, 2001, pp. 47-54; Silva, Armando Malheiro da – “Arquivos familiares e pessoais. Bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo”. *Revista da FLP (Ciências e Técnicas do Património)*. Porto: FLP, 2004, I Série, Vol.III, pp. 55-84; Peixoto, Pedro Abreu – “Perspectivas para o futuro dos arquivos de família em Portugal”. *Cadernos BAD*, Nº001 (2002), pp. 77-90; Rosa, Maria de Lurdes – “Problemáticas históricas e arquivísticas actuais para o estudo dos arquivos de família portugueses (épocas medieval e moderna)”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2009, Nº 9, pp. 9-42.

<sup>2</sup> A respeito da definição de arquivo de família e arquivo privado veja-se o artigo: PEIXOTO, Pedro Abreu – “Perspectivas para o futuro dos arquivos de família em Portugal”. *Cadernos BAD*, Nº001 de 2002, pp. 77-90

objectivo de servir de testemunho, informação ou fonte histórica”<sup>3</sup>. Não podemos, porém, deixar de salientar algumas das especificidades desses arquivos, características que tornam os arquivos familiares casos de reflexão perante a Arquivística e as suas regras. Essas especificidades são, em resumo, o facto de serem espólios documentais que facilmente se dispersam e se desorganizam (sendo raros, por essa razão, os casos de arquivos familiares que mantiveram a organização original decorrente da sua produção), serem espólios documentais que se caracterizam por uma grande heterogeneidade (de tipologias, volumes documentais ou existência de documentos difíceis de classificar), serem documentos gerados aleatoriamente (daí as omissões de local e data ou de produtor e destinatário) e serem documentos produzidos por estruturas não administrativas – as famílias – que, ao contrário de outras instituições, não têm a sua estrutura e função consagradas por algum tipo de legislação ou regulamento. Essas características informais acentuam-se ainda mais quando se fala de arquivos pessoais, registos de actividades individuais a que apenas há pouco tempo se presta a devida atenção, bem como, aliás, aos próprios arquivos de família que, como salientou Maria de Lurdes Rosa, apenas a partir da década de 90 do século XX despertaram interesse devido a uma maior preocupação com os arquivos não estatais, devido ao desenvolvimento da História da Família como componente da própria História Social e devido à valorização patrimonial e cultural desses acervos em posse de particulares<sup>4</sup>.

Feita esta pequena introdução teórica que deixa transparecer a indefinição dos arquivos privados em geral e de família em particular no âmbito da moderna arquivística, pretendemos com este trabalho enquadrar a realidade açoriana dos arquivos privados – de família e pessoais – detidos por entidades públicas da região, sejam elas os arquivos municipais, sejam elas os arquivos regionais. Não pretendendo abordar conceitos, terminologias ou teorias foi nossa pretensão apresentar um levantamento geral dessa realidade, que revelasse números, tipologias, cronologias e preocupação com o tratamento técnico dos mesmos arquivos.

A metodologia adoptada foi a do inquérito e sua posterior análise e interpretação. Para esse efeito foram enviados dezanove inquéritos aos dezanove municípios dos Açores e mais três inquéritos aos três Arquivos Regionais, tendo-se obtido catorze respostas dos municípios e duas respostas das entidades regionais. Por opção nossa, pelas características próprias que possui, deixamos de fora desta análise a Universidade dos Açores e o seu arquivo.

<sup>3</sup> GONÇALVES, Manuel Silva; GUIMARÃES, Paulo Mesquita - Arquivos de Família na Região Duriense, Actas do Seminário *Arquivos do Vinho em Gaia e Porto*. Porto: CEPESE, 2001, p. 49.

<sup>4</sup> ROSA, Maria de Lurdes – Problemáticas históricas e arquivísticas actuais para o estudo dos arquivos de família portugueses (époas medieval e moderna). *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 2009, N°9, pp. 24-25.

## **Enquadramento legislativo regional em matéria de arquivos**

Em 2007, a publicação do Decreto Legislativo Regional Nº10/2007/A, de 20 de Abril, veio dar início a uma nova fase de compromisso das entidades públicas, e de poder, na Região Autónoma dos Açores em relação à área dos arquivos. O Decreto em causa aprovou o Regime Geral dos Arquivos e do Património Arquivístico da Região Autónoma dos Açores, regulamentado posteriormente pelo Decreto Regulamentar Regional Nº7/2008/A, de 30 de Abril, e veio colmatar um atraso tantas vezes salientado pelos profissionais da área na Região.

De facto, o DLR Nº10/2007/A dota a Região de “um instrumento jurídico fundamental para a implantação de um regime que permita a adequada gestão da documentação produzida pela Administração Pública na Região” através do estabelecimento de “normas relativas aos princípios e regime geral dos arquivos e do património arquivístico regional” e de “tabelas de selecção de documentos, comunicação e conservação dos mesmos”. Foi também responsável pela criação da Comissão Regional dos Arquivos da RAA (CCARAA), um “órgão de gestão regional dos arquivos” a quem cabe a função de “propor a definição da política arquivística regional, o acompanhamento da sua execução e a acção fiscalizadora”. O mesmo diploma ressalva ainda que “os serviços devem promover e implantar as novas tecnologias da informação na gestão documental dos seus arquivos, desde que seja garantida a fiabilidade e integridade da informação”.

Esse Regime Geral é aplicável aos arquivos da Assembleia Legislativa da RAA, a todos os serviços e organismos da administração pública regional (incluindo os institutos públicos regionais e os fundos e serviços), às autarquias locais da RAA e, parte que nos interessa para este artigo, aos arquivos privados localizados na RAA.

Um dos princípios estabelecidos por aquele diploma é o da preservação e valorização do património arquivístico regional, direito e dever de todas as entidades públicas e também “de todos os cidadãos e entidades privadas residentes na RAA”, sendo que a definição de património arquivístico é a contemplada na Lei Património Cultural (Nº107/2001, de 8 de Setembro): “arquivos produzidos por entidades de nacionalidade portuguesa que se revistam de interesse cultural relevante” e “conjuntos não orgânicos de documentos de arquivo que se revistam de interesse cultural relevante e nomeadamente quando práticas antigas tenham gerado colecções factícias”.

O Diploma regional dedica ainda uma secção (III) aos arquivos privados em particular. Os arquivos privados, os que são “produzidos por entidades privadas cuja actividade se desenvolva na RAA”, repartem-se em “arquivos de pessoas colectivas de direito privado integradas no sector público” e em “arquivos de pessoas singulares ou colectivas privadas”, à semelhança do que está estipulado na Lei 107/2001, prevendo, ainda, a colaboração com a Igreja Católica e outras confissões religiosas e entidades privadas sem fins lucrativos.

A mesma secção refere-se ao “dever de conservação” (art.27º), prevendo que os detentores de arquivos ou de documentos classificados estão obrigados a conservá-los de acordo com as regras arquivísticas nacionais, bem como prevê também que os detentores desses arquivos classificados sejam obrigados a comunicar ao serviço coordenador para os Arquivos da Região as acções de conservação, restauro ou reprodução, podendo ocorrer inspecções. Está previsto ainda para este caso apoio técnico, depósito de documentação e compensação pelo acesso público.

No que diz respeito à classificação documental como património arquivístico, referimos a definição consagrada no DLR N°29/2004/A, de 24 de Agosto, diploma que estabelece o Regime Jurídico de Protecção e Valorização do Património Cultural Móvel e Imóvel. Aqui, o património arquivístico estará englobado no âmbito da inventariação, classificação e registo de bens culturais e, no caso dos arquivos privados, nos bens particulares (Cap. II, Art.8º), explicitando-se que “os bens móveis pertencentes a particulares só são passíveis de classificação como de interesse público quando sejam de elevado apreço e a sua exportação do território da Região possa constituir dano grave para o seu património cultural”.

E para complementar recorremos à Lei do Património Cultural (Lei N°107/2001, de 8 de Setembro) para esclarecer os critérios para a protecção do património arquivístico. No que diz respeito à classificação ou inventário do património arquivístico, o Art.82º esclarece que os critérios de selecção referem-se à natureza pública da entidade produtora, à relevância das actividades desenvolvidas pela entidade produtora num determinado sector, à relevância social ou repercussão públicas da entidade produtora ou ao valor probatório e informativo do arquivo (relevância jurídica, política, económica, cultural, social, religiosa ou científica). Essa classificação poderá ser, depois, de interesse nacional ou de interesse público. No caso do poder local, poderá ainda ser de interesse municipal.

Esta nova realidade legislativa é o resultado do trabalho de um grupo composto, entre outros membros, por arquivistas regionais e foi elaborada com o intuito de não só dotar a Região e os seus serviços de meios normativos que coordenem e orientem as políticas arquivísticas, mas também iniciar um processo de consciencialização, normalização e homogeneidade no que diz respeito à salvaguarda, tratamento e divulgação da informação.

Essa legislação, como vimos, abrange também os municípios da RAA, porém, como organismos autónomos e extremamente dependentes do poder estatal/central, a realidade municipal açoriana no que diz respeito aos arquivos é, ainda, uma dura batalha a enfrentar.

## Arquivos Municipais Açorianos

De entre um total de dezanove inquéritos enviados a todos os municípios da Região, obtivemos catorze respostas (que constituem, assim, a nossa amostra de trabalho), resultado que até se considera positivo em termos de participação.

A primeira parte do inquérito pretendeu caracterizar, de forma sucinta, os serviços de arquivo dos municípios<sup>5</sup>. Analisando as respostas fornecidas, começamos por verificar que onze municípios afirmam possuir serviço de arquivo e três referem não o possuir (o que é em si mesmo já transparece um pouco o desconhecimento do que são arquivos e qual a sua função dentro das instituições). Ao especificarmos mais a questão, doze respostas confirmaram a existência de arquivos correntes e intermédios e duas respostas negaram-no, da mesma forma que sete afirmam possuir arquivo histórico e outras sete não.

Porém, quando se questionou acerca da existência de regulamentos internos e instrumentos de trabalho, 13 respostas foram negativas e uma positiva [Gráfico 1].

A segunda parte do inquérito pretendeu esclarecer a intervenção municipal na identificação, recolha, tratamento e divulgação dos arquivos privados de interesse local. À questão de se os municípios possuíam ou não incorporações documentais externas obtivemos a resposta de que doze municípios não possuíam documentação externa (sem ser de produção interna) à sua guarda e apenas dois tinham a seu cargo arquivos externos [Gráfico 2].

Quanto à tipologia desses arquivos, verificamos que apenas um dos municípios possuía arquivos de família/pessoais, paroquiais, diocesanos, associações e confrarias, irmandades e misericórdias, e dois possuíam arquivos empresariais [Gráfico 3].

Do total de fundos externos à guarda dos dois municípios regista-se que predominam os GA das Associações (12) e de Confrarias (8), equiparando-se depois os GA da Administração Central Delegada, Família/Pessoais e Empresas, todos com sete [Gráfico 4].

No que diz respeito à análise cronológica desses arquivos, conclui-se que nenhum deles recua aos séculos XV e XVI, havendo, sim, uma predominância para arquivos que recuam ao século XX (28) e ao século XIX (10), o que, em termos percentuais, traduz-se numa clara predominância de arquivos da época contemporânea [Gráfico 5 e 6].

No que diz respeito aos arquivos que já foram alvo de digitalizações concluímos que apenas um município procedeu à digitalização de arquivos externos, nomeadamente um arquivo pessoal e um arquivo da Administração Central Delegada.

No caso particular do Arquivo Municipal de Ribeira Grande, tem à sua guarda, para além do fundo documental municipal propriamente dito, 51 fundos externos à

<sup>5</sup> Para uma melhor análise veja-se Santos, Cláudia – “O Despontar dos arquivos nos Açores: a aposta dos municípios dos Açores”. Actas do IX Encontro Nacional de BAD. APBAD: 2007. Trabalho apresentado no âmbito do IX Congresso Nacional de BAD, em 2007, que se realizou em Ponta Delgada, Açores.

actividade camarária, com maior percentagem para arquivos de Associações (23%), Confrarias (15%) e Família/Pessoais (14%) [Gráfico 7].

No que diz respeito às cronologias desses 51 arquivos, continuamos com uma predominância para arquivos que datam do século XX e século XIX (vide gráfico das cronologias). Não possuindo arquivos de família, o AMRG possui seis arquivos pessoais, 5 deles reportando-se ao século XX (83%) e 1 ao século XIX (17%), sendo que todos eles foram incorporados no Arquivo Municipal através de doação e cinco deles já possuem inventário geral.

## Os Arquivos Regionais

Analisando a situação dos arquivos de família/pessoais à guarda dos Arquivos Regionais (equivalente regional aos Arquivos Distritais) começamos por ressaltar que os dados apresentados correspondem à análise de duas respostas dadas ao inquérito enviado (BPARPD-Ponta Delgada e BPARH-Horta) e à informação disponível no site do Arquivo Regional de Angra (BPARAH - que não respondeu ao inquérito).

Numa primeira caracterização dos serviços prestados por aquelas instituições começamos por referir que tanto a BPARPD como a BPARAH possuem mais de nove funcionários, enquanto a da Horta apenas possui três.

No que diz respeito à guarda de arquivos privados, especificamente arquivos de família e/ou pessoais, salienta-se a maior concentração em Angra (35 fundos pessoais e 9 fundos de família), seguindo-se Ponta Delgada (16 fundos pessoais e 12 fundos de família), restando à Horta a guarda de apenas três fundos pessoais (arquivos fotográficos). No total, à guarda dos Arquivos Regionais estão, assim, 21 fundos de família e 54 fundos pessoais, numa percentagem de 28% para os primeiros e 72% para os segundos [Gráficos 8, 9 e 10].

No acesso à informação, ou seja, no tratamento arquivístico e acessibilidade aos arquivos, desses 21 arquivos de família apenas 6 estão inventariados (restando 11 arquivos por tratar e 4 parcialmente tratados) e apenas 2 estão parcialmente digitalizados. Em termos percentuais, temos uma maioria dos arquivos de família por tratar (52%), face a 29% de arquivos inventariados e 19% parcialmente tratados [Gráfico 11].

Da mesma forma, dos 54 arquivos pessoais citados acima, também se constata que a maioria está por tratar (34), enquanto 16 são dados como inventariados e 4 parcialmente tratados, o que se traduz em 63% de fundos por tratar contra 30% inventariados e 7% parcialmente tratados. Apenas um está parcialmente digitalizado [Gráfico 12].

Em termos cronológicos, e no que diz respeito aos arquivos de família, ainda estão por datar 10 fundos documentais. Dos fundos já datados, a maioria possui documentação que remonta ao século XVI (5) e ao século XVII (3), o que corresponderá a 48% de fundos por datar e 24% de datações que recuam ao século XVI e 14% ao século XVII<sup>6</sup>. Não existem fundos que tenham início no século XVIII, apesar dos arquivos que remontam aos séculos anteriores terem documentação produzida naquela altura [Gráfico13].

Já no que se refere aos arquivos pessoais apuramos que 21 arquivos ainda se encontram por datar (39%), recaindo a maior parte deles em documentos que recuam em extremo ao século XIX (17-31%) e XX (9-17%) [Gráfico 14].

Foi também nossa preocupação determinar quais as formas de aquisição desses arquivos por parte dessas instituições públicas. No que concerne aos arquivos de família, os legados (5) e os depósitos (3) são as formas de aquisição mais frequentes, seguindo-se a doação (2) e a compra (2)<sup>7</sup>. Devido à falta de informação relativamente a 8 arquivos de família à guarda da BPARAH, obtivemos assim uma alta percentagem nas formas de aquisição sem informação (36%), sendo que, depois, seguem-se os legados (23%) e os depósitos (9%) [Gráficos 15 e 16].

A mesma situação se observa quando se analisam as formas de aquisição dos arquivos pessoais. Dezasseis dos fundos não apresentam informação sobre a forma como chegaram à instituição, destacando-se, neste caso, uma maioria de doações (15), compras (9) e ofertas (6), resultando num total maioritário de 29% para fundos sem informação bem como para as doações [Gráficos 17 e 18].

## Conclusão

Em jeito de conclusão será talvez de salientar, em primeiro lugar, que, apesar de publicada, a legislação em si não é garante da sua aplicação prática. Neste sentido, a vanguarda que o novo corpo legislativo sobre arquivos trouxe à RAA tem, agora, de ser implementada na prática, executando-se todos os seus pressupostos legais e

---

<sup>6</sup> Na análise de cronologia dos arquivos de família, e no que se refere aos dados enviados pela BPARPD assinalados com interrogação, na data extrema mais antiga optamos por considerá-las como incertas. Caso tivéssemos considerado a data atribuída com interrogação pela BPARPD, teríamos um resultado de 8 arquivos que remontam ao século XVI e 7 ao século XVII.

<sup>7</sup> Na análise destes dados queremos destacar os 8 casos na BPARAH que não apresentam qualquer informação no site e que, por isso, não foram contemplados e o elevado número de legados no cômputo total resultantes, na sua maioria, dos arquivos de família detidos pela BPARPD. Este último caso justifica-se pelo facto da maioria desses arquivos terem vindo à Biblioteca com o legado de Ernesto do Canto, não tendo ainda, porém, a própria Biblioteca encontrado consenso na sua classificação como fundos autónomos ou sub-fundos daquele.

normativos. Uma evolução que, estamos em crer, virá com o tempo e com a própria exigência dos profissionais da área nos Açores.

A contemplação legal de arquivos privados na legislação não gera automaticamente uma política regional, ou nacional, de arquivos privados, que passará também pelo recenseamento desses arquivos na posse de instituições públicas e/ou privadas, pelo estabelecimento de regras de incorporação (para se evitem as fragmentações e/ou destruições) e pela definição de regras de difusão e acessibilidade dos mesmos.

No que concerne à preocupação municipal na Região com esses arquivos, apenas dois municípios (num universo de 14 respostas) possuem fundos que não o próprio municipal e apenas o Arquivo Municipal de Ribeira Grande tem à sua guarda 6 arquivos pessoais, fundos que representam 14% do total de fundos à sua guarda, numa percentagem de 83% de predominância para documentação que recua ao século XX e de 17% para o século XIX. Não há, nos Açores, políticas municipais de identificação e salvaguarda de património arquivístico?

Já na questão dos arquivos privados na posse dos Arquivos Regionais, podemos concluir que há uma clara vantagem para os arquivos pessoais (72%), com uma percentagem de tratamento da documentação de 30% para os inventariados e de 63% para os não tratados, bem como uma incidência cronológica de documentação produzida já na época contemporânea (século XIX, seguindo-se o século XX), restando uma taxa de 39% de arquivos pessoais por datar.

Nos restantes 28% de arquivos, correspondentes aos arquivos de família, apuramos uma taxa de inventariação de 29% contra 52% de fundos por tratar, havendo, neste caso porém, uma incidência para documentação gerada a partir do século XVI, seguindo-se a do século XVII, restando uma margem de 48% de fundos ainda por datar.

Finalmente, é também importante constatar a forma como esses fundos vieram parar à custódia dessas instituições, salientando-se que, no caso dos arquivos de família, predominam os legados e os depósitos e, no caso dos arquivos pessoais, predominam as doações, a compra e as ofertas de documentação.

A predominância dos arquivos pessoais, tanto a nível municipal como a nível das instâncias de arquivo regionais, poderá ser encarada como uma falha na sensibilização das grandes casas de família da Região em disponibilizar e dar a conhecer os seus fundos documentais, bem como a maior valorização individual nomeadamente de vultos locais ligados a diversas áreas de intervenção sócio-cultural. A relevância dada aos arquivos pessoais é uma área de interesse relativamente recente na arquivística, pelo que é interessante ver que, nos Açores, tem havido uma grande intervenção das instituições públicas nessa área e uma consciencialização dos próprios indivíduos doares dos arquivos.

Se por um lado esses números elevados de arquivos pessoais são positivos, trazendo à guarda das instituições públicas um manancial de informação e memória colectiva, por outro demonstram, negativamente, que os arquivos de família continuam dispersos pelos seus respectivos detentores, cuja relutância em entregar os seus fundos documentais para classificação como património ou para salvaguarda oficial (talvez devido aos deveres que essa classificação acarreta, em termos financeiros, posteriormente) é ainda fortemente sentida.

Da mesma forma, coloca-se aqui a questão da qualidade da custódia que as instituições públicas de arquivo na RAA prestam quando recebem esses arquivos, pois as altas taxas de arquivos que continuam por tratar podem deixar questões sobre a validade e pertinência da recolha se a mesma documentação/informação não é acessível ao público. Isso, como é óbvio, tem outras implicações que ultrapassam, quase sempre, a vontade dos Arquivos Regionais e Municipais e dos seus profissionais.

Talvez isso signifique apenas que é uma área que necessita de maior definição, nomeadamente no que diz respeito à formação, normalização, regulamentação, divulgação, discussão e, quem sabe, reactivação de grupos de trabalho no âmbito dos próprios profissionais da área. Talvez isso passe por grandes campanhas de identificação e inventariação de arquivos de família e pessoais de relevo. Talvez passe, finalmente, pelo desenvolvimento de uma política de arquivos privados no âmbito das instituições públicas e da própria noção de património cultural, a que se associará, inevitavelmente, não só o recenseamento de arquivos, mas também grandes campanhas de sensibilização junto dos proprietários dos arquivos em questão.

Gráfico 1. Serviço de Arquivo nos Municípios - Açores

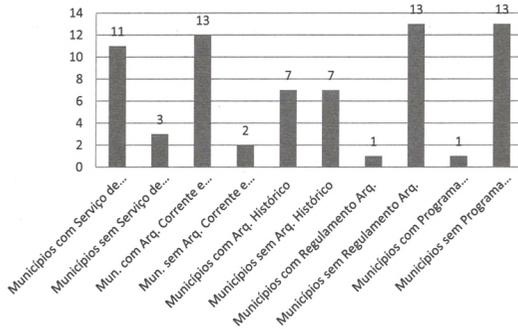


Gráfico 2. Incorporações Externas

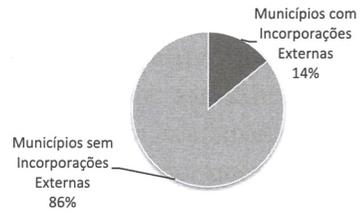


Gráfico 3. Tipologia de Fundos Privados por Municípios

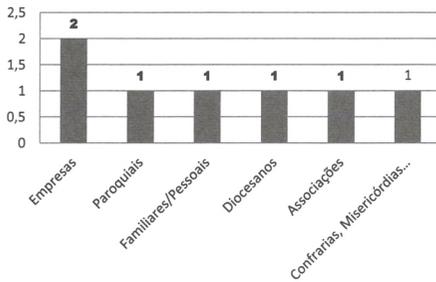


Gráfico 4. Nº Total de Fundos [GA] à guarda dos municípios açorianos

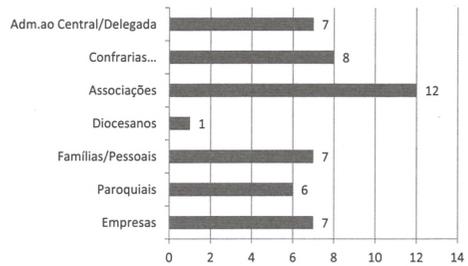


Gráfico 5. Cronologia dos arquivos nos municípios

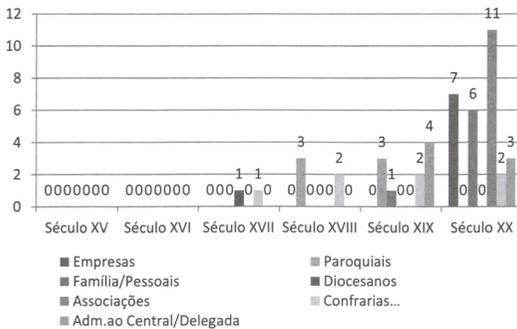


Gráfico 6. Totais

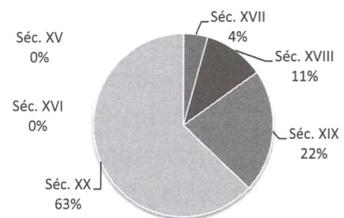


Gráfico 7. AMRG - Cronologia GA

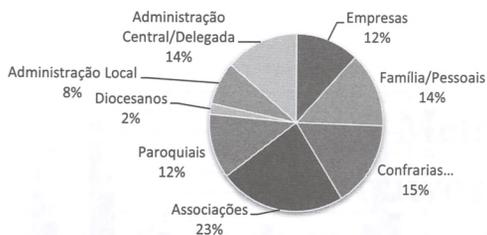


Gráfico 8. Totais nos Arquivos Regionais

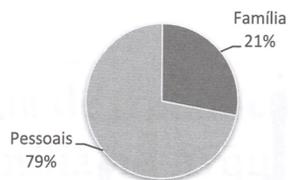


Gráfico 9. % Fundos

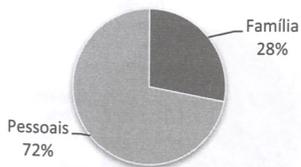


Gráfico 10. Fundos detidos pelos Arquivos Regionais

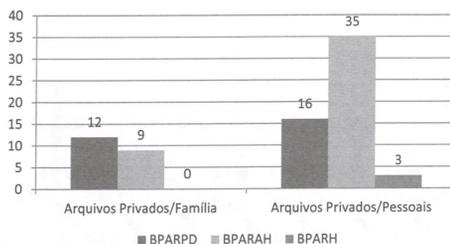


Gráfico 11. Arquivos de Família - Tratamento

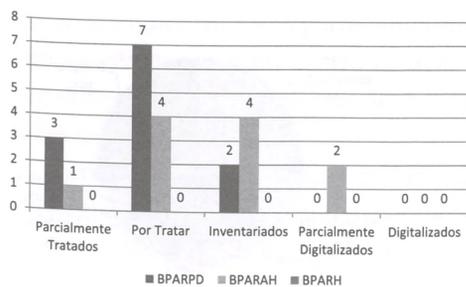


Gráfico 12. Arquivos Pessoais - Tratamento

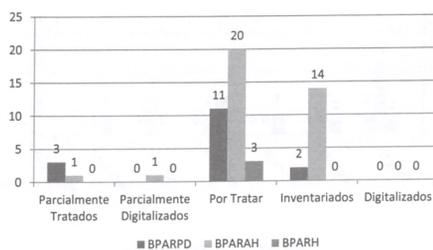


Gráfico 13. Arquivos de Família - Cronologia dos Fundos

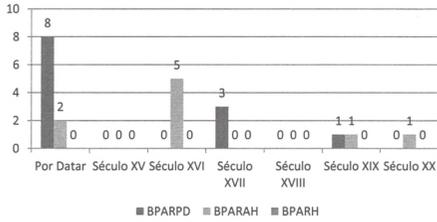


Gráfico 14. Arquivos Pessoais - Cronologia dos Fundos

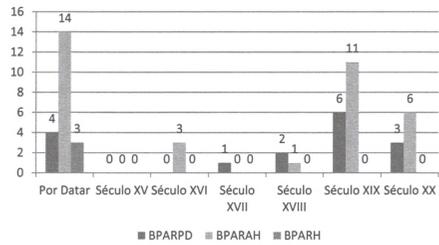


Gráfico 15. Formas de Aquisição - Arquivos de Família

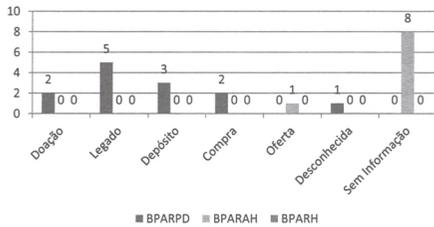


Gráfico 16. % Aquisição Fundos - Arquivos de Família

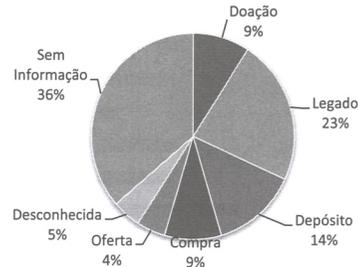


Gráfico 17. Formas Aquisição - Arquivos Pessoais

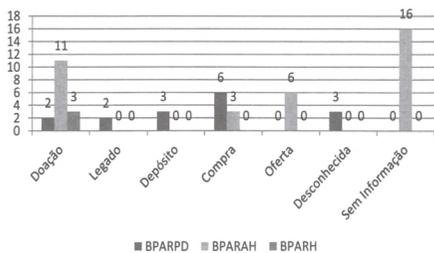
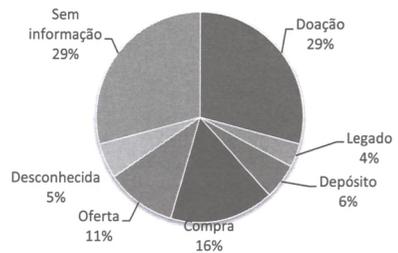


Gráfico 18. % Aquisição Fundos - Arquivos Pessoais



# A Metodologia de tratamento dos arquivos de família no Arquivo Municipal de Vila Real

*Pedro de Abreu Peixoto*

O Arquivo Municipal de Vila Real (ArqMVR) desenvolve as suas atividades baseando-se numa perspetiva integradora.

Se, por um lado, a sua missão principal é a gestão da informação documental do município, enquanto ação eminentemente técnica e administrativa, compete-lhe também atuar diretamente enquanto agente de desenvolvimento cultural.

Apesar de não ser a missão principal do ArqMVR, enquanto agente cultural a ação do arquivo promove uma atividade que, de acordo com as estratégias do município, procura proporcionar aos cidadãos melhores conhecimentos para se situarem de forma consciente no contexto social que lhes é próprio, com o intuito de contribuir para a sua evolução.

A ação cultural do ArqMVR procura assim transmitir o valor do nosso património documental, como parte fundamental da herança cultural do município, bem como converter-se num centro de ação cultural, que possa oferecer aos cidadãos elementos úteis para a valorização e análise da sociedade atual e das suas possibilidades futuras.

Entende-se assim a ação cultural do ArqMVR, como parte fundamental nas estratégias municipais de desenvolvimento social e económico, a par do papel fundamental que joga na modernização administrativa.

No que concerne ao projeto desenvolvido pelo ArqMVR, relacionado com os arquivos de família e pessoais, enquadra-se o mesmo em três pressupostos principais:

- Cumprimento da missão da instituição.
- Inserção do projeto na vertente de ação cultural.
- Apoio aos municípios na salvaguarda e valorização do património cultural em espaço privado.

Partindo das premissas do apoio à preservação e divulgação do património documental e do apoio à investigação e divulgação da história local, chegamos à constatação do grande número de fundos de família e pessoais que, por razões de vária índole, se encontram inacessíveis e/ou em risco, no âmbito dos arquivos privados da área de influência do ArqMVR ou a solicitação dos seus municípios.

Considerando o diálogo entre o interesse público e o interesse demonstrado pelos proprietários dos fundos documentais, o ArqMVR desenvolve um projeto, baseado em quatro premissas fundamentais:

- Privilégio da ação de preservação e divulgação do património documental em detrimento das considerações geográficas de origem das espécies documentais.
- Manutenção física dos documentos na posse da família, caso existam condições mínimas de instalação e conservação para o efeito.
- Valorização da disponibilização integral da informação e da preservação do património documental.
- Ligação estreita com a universidade.

No que concerne ao privilégio da preservação e divulgação do património documental, em detrimento das considerações geográficas de origem das espécies documentais, a existência de um determinado conjunto documental relacionado com um Arquivo de Família, no espaço de influência geográfica do ArqMVR, ou na posse de um dos seus municípios é, perante o estado avassalador de recuperação patrimonial que há a realizar, suficiente para exigir a intervenção do Arquivo Municipal, na sua qualidade de agente cultural, com evidentes responsabilidades na preservação e divulgação do património cultural nacional.

O ArqMVR atenta assim a que, mais do que as considerações geográficas nas ligações familiares dos fundos documentais, que se lhe apresentam para tratamento, preservação e divulgação, vale a responsabilidade que lhe assiste na preservação da memória coletiva de um povo.

As razões que levam o ArqMVR a organizar um Arquivo de Família, não se fundam assim em razões de origem puramente geográfica das entidades produtoras,

já que essas razões apenas se tornam ponderosas na hora do enquadramento técnico documental.

Por outro lado, atente-se também que, no que aos Arquivos de Família e Pessoais diz respeito, existe um conceito particularmente generoso a que devemos atender de “origem geográfica”. Na realidade, a mobilidade geográfica a que as famílias estão sujeitas, exige uma leitura em extensão deste conceito.

O projeto de organização de Arquivos de Família e Pessoais no ArqMVR, quanto à questão da manutenção física da documentação na posse da família, filia-se em duas questões fundamentais:

- Valor que o município dá à informação e à sua divulgação e comunicação.
- Libertação da componente patrimonial e dos aportes subjetivos que transporta, nomeadamente de avaliação de bens culturais e da economia de espaços em arquivo.
- Reserva aos proprietários do direito, que lhes é inalienável, de posse da documentação, sendo que os mesmos devem assegurar as condições físicas para a sua salvaguarda e comunicação dos originais.
- Comunicação integral da informação como retorno do investimento público.

Assim, num encontro de interesses público/privado, que deve estar subjacente a qualquer projeto de organização de fundos familiares e pessoais, o ArqMVR disponibiliza a organização integral e digitalização da documentação integrante dos fundos documentais, enquanto os proprietários asseguram a autorização para a disponibilização integral da informação contida na documentação e a liberdade de divulgação e comunicação da mesma, por parte desta instituição, tudo consubstanciado num protocolo assinado entre as partes.

O retorno do investimento público é uma necessidade imperiosa neste contexto, que merece a afetação de recursos-humanos e meios materiais do ArqMVR, aos projetos de tratamento dos Arquivos de Família. Neste caso, o projeto de organização de fundos de família e pessoais do ArqMVR, prevê que esse retorno seja efetuado através da divulgação integral da informação produzida no espaço privado – permitindo a exceção à divulgação de documentos de excecional conteúdo privado –, que concorrerá para o conhecimento mais efetivo da memória coletiva, bem como pela preservação e divulgação do património documental nacional. Essa divulgação, para além da disponibilização dos dados arquivísticos referentes à documentação, exige igualmente a digitalização e comunicação integral da informação contida nos documentos.

A perspetiva integradora é, também, motivadora da forma como o ArqMVR procura nas instituições de ensino superior, as parcerias que possam dar a dimensão

científica necessária para a compreensão da complexidade sociológica e histórica imanente aos Arquivos de Família.

Para além do conhecimento absorvido da própria família e da história local, as instituições de ensino superior permitem, tanto no apoio ao processo de tratamento documental, como à interpretação, divulgação e animação dos fundos documentais, um maior entendimento dos processos intrínsecos e extrínsecos de formação e evolução do contexto familiar, que permitirão não só uma melhor organização documental, mas, o que é determinante, partir para o patamar da história da família, enquanto instituição fundamental da construção do coletivo.

## Agradecimentos

Agradecemos antes de mais aos autores do livro, que com as suas contribuições o tornaram possível, bem como a todos os proprietários de arquivo ou instituições custodiais que facilitaram o acesso aos acervos. Ao Dr. Silvestre Lacerda, o agradecimento pelo prefácio à obra sintetiza um conjunto mais vasto de motivos de gratidão, pela forma sempre aberta e colaborante como efectivou a participação da instituição que dirige no projecto de investigação subjacente ao livro.

Uma especial palavra de gratidão é devida às diferentes instituições que enquadraram e viabilizaram esta publicação – o Instituto de estudos Medievais e o Centro de História de Além-Mar, unidades de investigação da FCSH/UNL; a Fundação para a Ciência e Tecnologia; a Direcção Geral de Arquivos e a Fundação da Casa de Mateus. Agradecemos ainda, na pessoa do seu Director, Dr. António Carlos de Azeredo, o entusiasmo da Editora Caminhos Romanos pela temática do livro, que levou a uma parceria editorial e, de um modo especial, à nossa colega e amiga Maria Leonor Silva Santos, que originou esta aproximação.

Referimos com o maior apreço os membros do Secretariado do Instituto de Estudos Medievais e os restantes colaboradores que ajudaram a efectivar este livro.

A obra teve a sua génese no âmbito de um projecto de pós-doutoramento realizado por nós entre 2009 e 2011, tendo como instituições de acolhimento o IEM e o CHAM. Embora este enquadramento tenha já terminado, o trabalho então iniciado pode continuar graças à recepção favorável, pelas mesmas instituições e pela FCSH, de um conjunto de iniciativas de formação, investigação e divulgação, que entretanto se prolongaram. Às duas unidades de investigação e à FCSH, bem como a todos os que têm colaborado nestas iniciativas e no projecto, dirigimos um último e muito sincero agradecimento.

*Maria de Lurdes Rosa*



# Autores

**ALONZI, Luigi**

Investigador em História Moderna  
Dipartimento di Studi Europei / Facoltà di Scienze Politiche - Università degli Studi di Palermo  
luigi.alonzi@unipa.it

**ASSIS, António Maria de**

Instituto Português de Heráldica  
antonio.assis@sapo.pt

**AZEVEDO, Ricardo Charters de**

ricardo.charters@gmail.com

**BONGARZONE, Antonella**

Università Magna Grecia di Catanzaro  
a.b.bongarzone@gmail.com

**BORGES, Leonor Calvão**

Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar da Assembleia da República  
leonorborges@gmail.com

**CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte**

mjmexia@netcabo.pt

**COOK, Terry**

Archival Studies Program  
Department of History - University of Manitoba, Winnipeg (Canadá)  
tcook3957@rogers.com

**CRUZ, Ana Maria**

Centro de História do Banco Espírito Santo

**CUNHA, Paula**

Casa do Infante - Arquivo Municipal do Porto  
paulacunha@cm-porto.pt

**DACOSTA, Arsenio**

Grupo Consolidado de Investigación del Gobierno Vasco Sociedad, poder y cultura en el País Vasco (siglos XIV y XV), IT-322-10. Universidad del País Vasco - Euskal Herriko Unibersitatea  
adacosta@zamora.uned.es

**DÍAZ DE DURANA, José Ramón**

Grupo Consolidado de Investigación del Gobierno Vasco Sociedad, poder y cultura en el País Vasco (siglos XIV y XV), IT-322-10. Universidad del País Vasco - Euskal Herriko Unibersitatea  
joseramon.diazdedurana@ehu.es

**DOMINGUES, Ana Margarida Portela**

CEPESE - Centro de Estudos de População, Economia e Sociedade / Universidade do Porto

**ESLAVA OCHOA, María Esther**

Archivo General de la Universidad de Navarra  
meeslava@unav.es

**FARELO, Mário**

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa  
Instituto de Estudos Medievais  
Centro de Estudos de História Religiosa  
Laboratoire de Médiévistique Occidentale de Paris  
mario.farelo@netcabo.pt

**FERREIRA, Teresa Duarte**

Divisão de Reservados – Biblioteca Nacional de Portugal  
tferreira@bn.pt

**GAGO, Alice**

alice.gago@netc.pt

**GALVÃO-TELLES, João Bernardo**

Universidade Lusíada de Lisboa - Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos  
Academia Portuguesa da História  
galvao.telles@lis.ulusiada.pt

**GAMEIRO, Odília Alves**

Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada  
odiliagameiro@hotmail.com

**GREGÓRIO, Rute Dias**

Centro de História de Além-Mar / Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade - Nova de Lisboa / Universidade dos Açores  
rute@uac.pt

**HENRIQUES, Tiago**

Fundação D. Henrique de Menezes  
secretariado@fdhm.pt

**HYACINTHE, Rafaël**

Archives Départementales de l'Hérault, Montpellier (França)  
rhyacinte@cg34.fr

**INSABATO, Elisabetta**

Soprintendenza Archivistica per la Toscana  
Ministero per i beni e le attività culturali  
elisabetta.insabato@beniculturali.it

**JÚDICE, Assunção**

Fundação Inês de Castro  
assuncaojudice@gmail.com

**LAFUENTE URIÉN, Aránzazu**

Ministerio de Educación, Cultura y Deporte (España)  
aranzazu.lafuente@mcu.es

**LEMA PUEYO, José Ángel**

Grupo Consolidado de Investigación del Gobierno Vasco Sociedad, poder y cultura en el País Vasco (siglos XIV y XV), IT-322-10. Universidad del País Vasco - Euskal Herriko Unibersitatea  
joseangel.lema@ehu.es

**LEME, Margarida**

Instituto de Estudos Medievais – FCSH-UNL  
margarida.ramos@incm.pt / mleme@netcabo.pt

**MACEDO, Ana Maria da Costa**

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS)  
Universidade do Minho  
maceana@gmail.com

**MARTINS, Lúgia de Azevedo**

Divisão de Reservados – Biblioteca Nacional de Portugal  
lúgia@bnportugal.pt

**MOURA, Carlos Silva**

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa  
Centro de Estudos Históricos  
carlosmouraidm@gmail.com

**MUNITA LOINAZ, José Antonio**

Grupo Consolidado de Investigación del Gobierno Vasco Sociedad, poder y cultura en el País Vasco (siglos XIV y XV), IT-322-10. Universidad del País Vasco - Euskal Herriko Unibersitatea  
joseantonio.munita@ehu.es

**MUNTANER I ALSINA, Carme**

Institut de Recerca en Cultures Medievales (IRCVM), Universitat de Barcelona (UB)  
cmuntaneralsina@ub.edu

**NAVARRO BONILLA, Diego**

Departamento de Biblioteconomía y Documentación - Universidad Carlos III de Madrid  
dnavarro@bib.uc3m.es

**NIESS, Alexandre**

Chercheur associé au POLEN (Pouvoirs, Lettres et Normes), Université d'Orléans  
Chercheur associé au CERHIC (Centre d'Etudes et de Recherches en Histoire Culturelle),  
Université de Reims  
alexandreniess@hotmail.com

**NOUGARET, Christine**

Ecole nationale des Chartes (France)  
christine.nougaret@enc.sorbonne.fr

**NÓVOA, Rita Luís Sampaio da**

Instituto de Estudos Medievais- FCSH  
ritalsnova@yahoo.com

**PAREDES, Maria Favila Vieira da Cunha**

Direcção Regional dos Assuntos Culturais –Arquivo Regional da Madeira  
[A prestar apoio técnico ao Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, no âmbito do acordo de  
colaboração entre a Diocese e a DRAC]  
mariaparedes@arquivo-madeira.org

**PEIXOTO, Pedro Abreu**

Arquivo Municipal de Vila Real  
ppeixoto@cm-vilareal.pt

**PINTO, Orlando Victor Brito da Rocha**

Associação da Nobreza Histórica de Portugal  
orlandodarochapinto@hotmail.com

**PINTO, Pedro**

Centro de Estudos Históricos / Universidade Nova de Lisboa  
pedroacpinto@yahoo.com.br

**POUSINHO, Nuno**

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa  
Instituto de História Contemporânea  
nunopousinho@gmail.com

**PUGA, Rogério Miguel**

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa  
Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies (CETAPS)  
rogerio.puga@fch.unl.pt

**QUEIROZ, José Francisco Ferreira**

Centro de Estudos de População, Economia e Sociedade / Univ. Porto

**RAINES, Dorit**

Dipartimento Studi Umanistici, Università Ca' Foscari, Venezia (Itália)  
doritraines@hotmail.com or raines@unive.it

**RESENDE, Nuno**

Investigador do Centro de Estudos de População, Economia e Sociedade / Univ. Porto  
nuno.rezende@gmail.com

**RIBEIRO, Fernanda**

Universidade do Porto – Faculdade de Letras / CETAC.MEDIA  
fribeiro.flup@gmail.com

**RODRIGUES, Abel**

Fundação da Casa de Mateus  
abel.roiz@gmail.com

**ROSA, Maria de Lurdes**

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa  
Instituto de Estudos Medievais  
missi@oniduo.pt

**SALDANHA, António Rugeroni de**

in146991c@meo.pt

**SEIXAS, Miguel Metelo de**

Instituto de Estudos Medievais - FCSH  
Centro de História de Além Mar – FCSH - UNL/ U.Aç  
miguelmeteloseixas@gmail.com

**SILVA, Ana Cristina de Santana**

Divisão de Reservados - Biblioteca Nacional de Portugal  
acsilva@bn.pt

**SILVA, Armando Malheiro da**

Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
armando.malheiro@gmail.com

**SILVA, Isabel Corrêa da**

Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa  
isabelparcos@gmail.com

**SILVA, Matilde de Mello Gago da**

Co-proprietário do Arquivo Ficalho  
gagodasilva@gmail.com  
matilde.gago@ina.pt

**SILVEIRA, Ana Cláudia**

Instituto de Estudos Medievais – FCSH  
cl\_silveira@hotmail.com

**SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e**

Centro de História de Além Mar – FCSH - UNL/ U.Aç  
mariajoaodacamara@gmail.com

**TOMMASI, Ornella**

ornella.tommasi@tiscali.it

**URBANO, Pedro,**

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa  
Instituto de História Contemporânea  
pedro.urbanogm@gmail.com

**VASCONCELOS, Francisco de**

Instituto Português de Heráldica.  
fdevasconcelos@sapo.pt

**VILAS-BOAS, Maria José**

cc mjmxia@netcabo.pt

**VIVEIROS, Ana C. Moscatel**

Arquivo Municipal da Ribeira Grande  
cristinamoscatel@cm-ribeiragrande.pt

**WEINHOLTZ, António de Bivar**

Universidade Lusíada de Lisboa  
abivar@sapo.pt



Referência da imagem da capa:  
"Old photos and albums" © Sowaandrzej  
Dreamstime

“Os arquivos resultam da actividade humana, sendo o Homem, enquanto actor social, o seu produtor por excelência. Assim, os arquivos reflectem os diversos estádios do desenvolvimento individual e colectivo, transformando-se em testemunhos, mas, a um tempo também, em prova e evidência dos papéis sociais desempenhados pelos indivíduos e pelas organizações.”

“A salvaguarda, o acesso e a difusão do património arquivístico e fotográfico são tarefas de cumprimento imprescindível e que a todos os cidadãos deve responsabilizar, engrandecendo-os.”

“Iniciativas qualificadas, como o presente livro e o conjunto de eventos, publicações e investigações que, desde 2009, se têm realizado no âmbito do projecto sobre arquivos de família inserido no Instituto de Estudos Medievais e no Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, e do qual a Direcção Geral de Arquivos foi sempre colaboradora, são sede adequada para a correcta e eficaz prossecução dos propósitos enunciados.”

*Silvestre Lacerda, Prefácio*



Apoio:

**FCT** Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



CASA DE MATEUS

